



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2380

Quinta-feira - 09 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Frei Rogério .....	410	Nova Veneza .....	618
Água Doce .....	7	Galvão .....	413	Novo Horizonte .....	619
Alfredo Wagner .....	16	Garopaba .....	414	Orleans .....	621
Alto Bela Vista .....	18	Garuva .....	416	Otacílio Costa .....	623
Anchieta .....	19	Gaspar .....	418	Ouro .....	624
Anitápolis .....	35	Governador Celso Ramos .....	428	Palhoça .....	625
Antônio Carlos .....	36	Grão Pará .....	429	Palma Sola .....	634
Apiuna .....	37	Guaraciaba .....	430	Papanduva .....	635
Ascurra .....	38	Guaramirim .....	431	Passos Maia .....	636
Atalanta .....	53	Guarujá do Sul .....	433	Paulo Lopes .....	639
Balneário Piçarras .....	54	Guatambú .....	434	Penha .....	640
Balneário Rincão .....	55	Herval d'Oeste .....	435	Peritiba .....	665
Bandeirante .....	78	Ibiam .....	438	Pescaria Brava .....	671
Barra Bonita .....	81	Ibicaré .....	439	Pinheiro Preto .....	674
Barra Velha .....	82	Ibirama .....	440	Piratuba .....	684
Belmonte .....	84	Ilhota .....	443	Planalto Alegre .....	686
Benedito Novo .....	87	Imarui .....	445	Pomerode .....	687
Biguaçu .....	91	Imbituba .....	446	Ponte Alta do Norte .....	689
Blumenau .....	92	Indaial .....	448	Ponte Serrada .....	706
Bom Jesus do Oeste .....	98	Ipuacú .....	452	Porto Belo .....	708
Bom Retiro .....	99	Ipumirim .....	453	Porto União .....	710
Botuvera .....	105	Irani .....	459	Pouso Redondo .....	717
Braço do Trombudo .....	106	Irineópolis .....	463	Praia Grande .....	725
Brunópolis .....	108	Itapema .....	467	Princesa .....	726
Brusque .....	109	Itapiranga .....	469	Rio das Antas .....	728
Caçador .....	116	Itapoá .....	495	Rio do Campo .....	729
Caibi .....	276	Jaborá .....	509	Rio dos Cedros .....	748
Camboriú .....	277	Jaraguá do Sul .....	511	Rio do Sul .....	731
Campo Alegre .....	281	Joaçaba .....	522	Rio Fortuna .....	749
Campos Novos .....	287	Lages .....	534	Romelândia .....	761
Canoinhas .....	297	Laguna .....	535	Salto Veloso .....	762
Capinzal .....	302	Lauro Muller .....	536	Santa Cecília .....	764
Catanduvas .....	307	Lebon Regis .....	537	Santa Terezinha do Progresso .....	770
Caxambu do Sul .....	308	Leoberto Leal .....	538	Santiago do Sul .....	776
Chapécó .....	309	Lindóia do Sul .....	540	São Bento do Sul .....	779
Cocal do Sul .....	310	Lontras .....	541	São Bonifácio .....	787
Concórdia .....	311	Luis Alves .....	542	São Carlos .....	788
Cordilheira Alta .....	313	Mafra .....	544	São Domingos .....	790
Coronel Freitas .....	380	Maravilha .....	554	São Francisco do Sul .....	802
Corupá .....	381	Massaranduba .....	555	São João Batista .....	803
Cunha Porã .....	382	Matos Costa .....	565	São João do Oeste .....	806
Cunhataí .....	383	Meleiro .....	566	São Joaquim .....	817
Curitibanos .....	384	Modelo .....	568	São José .....	822
Descanso .....	386	Mondaí .....	569	São José do Cedro .....	841
Dionísio Cerqueira .....	387	Morro Grande .....	571	São Lourenço do Oeste .....	866
Faxinal dos Guedes .....	388	Navegantes .....	572	São Miguel da Boa Vista .....	873
Formosa do Sul .....	389	Nova Erechim .....	575	São Miguel do Oeste .....	878
Forquilha .....	390	Nova Itaberaba .....	578	Schroeder .....	880
Fraiburgo .....	396	Nova Trento .....	590	Seara .....	893

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2380

Quinta-feira - 09 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Serra Alta .....	895	Timbó Grande .....	923	Urussanga .....	940
Sombrio .....	896	Três Barras .....	929	Vargem Bonita .....	941
Sul Brasil .....	909	Treze Tílias .....	931	Videira .....	943
Tangará .....	910	Tunápolis .....	932	Vitor Meireles .....	948
Tigrinhos .....	911	Turvo .....	934	Xanxerê .....	950
Tijucas .....	914	União do Oeste .....	935	Xaxim .....	951
Timbó .....	917	Urubici .....	938		

## Associações

AMEOSC .....	953
--------------	-----

## Consórcios

AGIR .....	954
ARIS .....	954
CIGA .....	957
CIMCATARINA .....	958
CIMVI .....	1025
CIS Nordeste .....	1030
CIS/AMMVI .....	1032
CIS/AMUREL .....	1075
Consórcio Lambari .....	1075
CIAPS .....	1076



# Agrônômica

## PREFEITURA

### AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 3/2017

Publicação Nº 1420636

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA – SC  
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 3/2017

Objeto: EXECUÇÃO DA COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA DO PÁTIO DA ESCOLA ROSA LANZMASTER DE SOUZA NO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA. Abertura dos envelopes: 28/11/2017 às 09:00h. Local p/ obtenção do edital: [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br). Maiores informações: (47) 3542 0166.

Agrônômica, em 07 de novembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### CONTRATO 37/2017

Publicação Nº 1421729

CONTRATO Nº 37/2017

TERMO DE CONTRATO Nº 37/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA E A EMPRESA W.L.A. ASSESSORIA LTDA. ME.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseite, de um lado o MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, entidade jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.590/0001-90, estabelecido à Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, Município de Agrônômica, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor CESAR LUIZ CUNHA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Agrônômica – SC, inscrito no CPF sob nº. 379.381.009-78, doravante simplesmente denominado Contratante; e de outro lado a empresa W.L.A. ASSESSORIA LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Elma Lenzi, nº 275, Bloco A – Sala 402, Bairro Santa Galo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 12.153.370/0001-48, neste ato representada por sua representante legal, senhora Veneranda Schwarz Goulart Salles, brasileira, viúva, empresária, inscrita no CPF sob nº 400.257.309-59 e portadora da Carteira de Identidade com RG nº 185627 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Washington Luiz, 345, Bairro Santana, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Contratada; celebram o presente Termo de Contrato que se regerá de conformidade com as seguintes cláusulas, onde as partes se obrigam ao seu fiel cumprimento.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com base no Processo Licitatório nº. 59/2017, proveniente do Pregão Presencial nº. 52/2017, instaurado pelo Município de Agrônômica homologado em 07 de novembro de 2017, que fica estritamente vinculado passando a fazer parte integrante deste instrumento de contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato, a Contratação de empresa especializada na realização de processo seletivo para cargos

temporários da Rede Municipal de Ensino de Agrônômica, de acordo com os anexos do Processo Licitatório nº. 59/2017, na modalidade de Pregão Presencial.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A Contratada declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados de acordo com o cronograma de execução solicitado pela Prefeitura Municipal, no prazo máximo até 31/12/2017 para conclusão e homologação do Processo Seletivo.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Os serviços incompletos ou executados em desacordo com as exigências e especificações do Pregão Presencial do Processo Licitatório nº. 59/2017 serão refeitos imediatamente, não cabendo à Contratada o direito de indenização.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da sua assinatura, até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços, objeto deste contrato administrativo, terão seu recebimento definitivo pela Contratante através da Comissão Permanente de Licitações, mediante recibo de aceitação, após a verificação da qualidade e quantidade que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O preço convencionado para a execução dos objetos deste contrato, o Contratante pagará à Contratada os valores dispostos no quadro abaixo:

Item	Descrição	Valor Total R\$
01	Processo seletivo destinado à contratação temporária de professores, auxiliar de sala, merendeiras e serviços gerais.	4.900,00

Valor Global de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Fica expressamente estabelecido que o preço constante na proposta da Contratada inclua todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços ora contratados, tais como, deslocamento, alimentação, hospedagem, equipamentos e material, constituindo-se na única remuneração pelo trabalho prestado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DO PREÇO

O presente contrato não sofrerá reajuste de preço.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução do objeto ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.

Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização; A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária; As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada; O conteúdo desde termo deverá ser juntado ao processo de licitação e vinculado ao instrumento convocatório respectivo, bem como a minuta do contrato; Outras disposições correlatas poderão ser acrescidas a licitação e ao contrato, para atender exigências legais específicas ou rotinas administrativas.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** Caso o dia fixado caia em um sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Não haverá compensação financeira e/ou penalização por eventual atraso do pagamento bem como nenhuma antecipação será efetuada antes da conclusão da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – DA ORIGEM DOS RECURSOS.

As despesas decorrentes deste Processo Licitatório serão custeadas com recursos próprios do Município de Agronômica, previstos por conta das seguintes dotações do orçamento vigente do Município: 2.015.3390.00 - 104 - 33/2017 - Salário Educação

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante na vigência do presente contrato:

- I – Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.
- II – Efetuar os pagamentos conforme cláusula terceira do presente Contrato.
- III – Disponibilizar equipe da prefeitura para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.
- IV – Fazer as publicações dos resultados de acordo com as etapas realizadas do Processo seletivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada na vigência do presente contrato:

- I - Responsabilizar-se pela elaboração, aplicação e correção das provas.
- II - Apresentar relatório dos candidatos aprovados para a devida homologação.
- III - Para a realização das provas, a proponente deverá observar o constante do Edital, sendo que, toda despesa decorrente às suas exclusivas expensas, inclusive, material, impostos, contribuições e pessoal necessário para o bom e fiel andamento dos serviços, é de responsabilidade exclusiva da empresa a aplicação das provas, cumprindo horários, entrega e recolhimentos das provas aos candidatos que estão presentes no dia da prova e demais fases para a realização completa da prova, em estrita observância ao Anexo I – Termo de Referência.
- IV - O Contrato, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- V - Obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados, em qualquer esfera.
- VI - Admitir e demitir pessoal necessário à execução do presente, pagando salários e encargos correspondentes às suas exclusivas expensas.
- VII - Fornecer a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado

quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

VIII - Permitir que os prepostos da Prefeitura Municipal inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do serviço.

IX - Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

X - É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

XI - No preço deverá estar incluso toda a incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos, inclusive todos os encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou qualquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto.

XII - Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem ao valor do objeto contratado, dentro dos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

A Contratada colocará à disposição dos serviços todos os equipamentos e materiais necessários e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento dos mesmos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

I – A Contratada responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços prestados, nos termos da Lei Federal nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

II – A Contratada assumirá integral responsabilidade por eventuais danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a Contratante de quaisquer reclamações resultantes de atos de pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS PENALIDADES E MULTAS

I – A Contratada fica sujeita às penalidades e multas previstas no Capítulo IV “das sanções administrativas e da tutela judicial” da Lei Federal nº. 8666/93, de 21 de junho de 1993.

- a) Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Agronômica;
- b) Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, por atraso na execução dos serviços, calculada sobre o valor da Ordem de Compra, até o 5º (quinto) dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea “c” desta cláusula;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
- d) Na hipótese de cancelamento do contrato, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á a suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Agronômica, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- e) Cancelamento do contrato e suspensão temporária ao direito de

licitar com o Município de Agrônômica, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos.

II - As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da contratada ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

III - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a contratada da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Agrônômica.

IV - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

V- Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Agrônômica, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos;

b) Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

c) Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinado, procedendo-se à paralisação da execução dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei, conforme estabelecido nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Ocorrendo rescisão contratual a qualquer título, a Contratante pagará no ato da assinatura do Termo da Rescisão pelos serviços prestados pela Contratada até o momento e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela fiscalização da Contratante.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, inclusive pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Fica ressalvado à Contratante o direito de revogar o presente contrato por razões de interesse público decorrente de fato superveniente de alta relevância, devidamente comprovado, sem o direito de indenização ou reparação à Contratada, exceto os pagamentos elencados na sub cláusula anterior.

SUBCLÁUSULA QUARTA: Da rescisão unilateral, estabelecida no inciso I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93, não caberá qualquer indenização à Contratada, tendo a mesma o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da rescisão para interpor recurso da decisão da Contratante.

SUBCLÁUSULA QUINTA: A rescisão contratual, determinada por ato unilateral da Contratante, ou amigável, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de comunicação prévia fundamentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

SUBCLÁUSULA SEXTA: No caso de ocorrer rescisão por concórdia ou falência da Contratada, os serviços serão paralisados na

situação em que se encontrarem, sendo que a Contratante ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a Contratada, massa falida ou sucessora da Firma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente à execução do Contrato será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 61/2017, de 31 de agosto de 2017, neste caso pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhora Priscila Bork e pela responsável pelo Setor de Licitações Srta. Jaqueline Terezinha Jethe.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A Contratante poderá exigir da Contratada, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias relacionadas com o objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO

Fica a Contratada obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº. 59/2017, em especial aquelas relativas à regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FORÇA MAIOR

Se a Contratada, por circunstância de força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato à Contratante e ratificar por escrito até 5 (cinco) dias do início da paralisação, descrevendo as ocorrências.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As obrigações contratuais da Contratada serão suspensas enquanto perdurar a situação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A Contratante e a Contratada, reciprocamente, não será responsável por atrasos de qualquer natureza causados por motivos de força maior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, reservando-se à Contratante o direito de alterar o presente contrato nos termos do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, pelo que abdica a Contratada de reclamar administrativa ou judicialmente a qualquer tempo, de qualquer indenização ou reparação, a não ser a retribuição financeira dos serviços prestados no acréscimo do contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução do presente contrato administrativo reger-se-á pelo que institui a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e nos casos omissos consoante ao que prevê o Capítulo III da Lei Federal nº. 8.666/93, aplicar-se-á, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado previstas no Código Civil.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul – SC, para dirimir qualquer questão contratual que por ventura venha surgir com a execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

E, por estarem as partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas, para que possa surtir efeitos jurídicos e legais.

AGRONÔMICA (SC), 07 de novembro de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRONÔMICA CESAR LUIZ CUNHA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	..... W.L.A. ASSESSORIA LTDA. ME VENERANDA SCHWARZ GOULART SALLES SÓCIA ADMINISTRADORA CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto: \_\_\_\_\_  
Advogado: JOEL KORB  
OAB/SC Nº 32561

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 144/2017

Publicação Nº 1422343

DECRETO Nº 144/2017 -DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 34.458,41 (trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo será para aplicação do repasse do Convênio Transporte Escolar - Estado.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0022/64 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO – ESTADO –SEE

3.3.90.00.00.0022/64 Aplicações Diretas ..... R\$ 34.458,41  
TOTAL .....R\$ 34.458,41

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Transferência Conv. Transporte Escolar - Estado

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 145/2017

Publicação Nº 1422345

DECRETO Nº 145/2017 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 103.600,00 (cento e três mil e seiscentos reais).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo será para aplicação do repasse do Salário Educação, Convênio Trânsito.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.00679/19; 3.3.90.00.00.0058/65 e 3.3.90.00.00.0056/140 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES

3.3.90.00.00.00679/19 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.00.000058/65 Aplicações Diretas ..... R\$ 63.600,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRAN-SITO

3.3.90.00.00.0056/140 Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

TOTAL .....R\$ 103.600,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Transferência do Salário Educação; Convênio Trânsito e nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 146/2017

Publicação Nº 1422347

DECRETO Nº 146/2017 - DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.700,33 (onze mil, setecentos reais e trinta e três centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do repasse do FNDE- PNATE – Transporte

Escolar.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0061/66; 3.3.90.00.00.0061/69 e 3.3.90.00.00.0061/78 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0010.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE- PNATE E OUTROS  
3.3.90.00.00.0061/66 Aplicações Diretas ..... R\$ 8.245,80

12.362.0011.2.027 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO  
3.3.90.00.00.0061/69 Aplicações Diretas ..... R\$ 990,73

12.365.0013.2.030 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.3.90.00.00.0061/78 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.463,80  
TOTAL .....R\$ 11.700,33

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Transferência do FNDE- PNATE – Transporte Escolar.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 147/2017

Publicação Nº 1422348

DECRETO Nº 147/2017 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017  
“ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS  
28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA  
3.2.90.00.00.0679/26 Aplicações Diretas ..... R\$ 51.500,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.1.91.00.00.0086/62 Aplicações Diretas ..... R\$ 4.226,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.1.91.00.00.0086/76 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.465,00  
TOTAL ..... R\$ 61.191,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS  
28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA  
4.6.90.00.00.0679/27 Aplicações Diretas ..... R\$ 51.500,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.1.90.00.00.0086/61 Aplicações Diretas ..... R\$ 4.226,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.1.90.00.00.0086/74 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.465,00  
TOTAL ..... R\$ 61.191,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 148/2017

Publicação Nº 1422350

DECRETO Nº 148/2017 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017  
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Agricultura.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0679/43 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
20.606.0007.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA  
3.3.90.00.00.0679/43 Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
TOTAL .....R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 149/2017

Publicação Nº 1422352

DECRETO Nº 149/2017 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.529, de 07 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMA ESTADUAIS E FEDERAIS  
3.1.90.00.0.1.0693/74 Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00  
TOTAL .....R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0693 – Assistência Financeira – Atenção Básica.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 150/2017

Publicação Nº 1422354

DECRETO Nº 150/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.532, de 07 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.00.0.3.0110/75 Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00  
TOTAL ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2016 verificado na rubrica: 0.1.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSE BISSANI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 151/2017

Publicação Nº 1422355

DECRETO Nº 151/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA TOTAL E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.533, de 07 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento parte da folha de pagamento do mês de novembro e 2ª parcela do 13º salário.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.00.0.3.0002/60 Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00  
TOTAL ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto ficam anulados totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE  
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.1.90.00.0.3.0110/75 Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00  
TOTAL ..... R\$ 200.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.529/2017

Publicação Nº 1422358

LEI Nº 2.529/2017 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMA ESTADUAIS E FEDERAIS  
3.1.90.00.0.1.0693/74 Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00  
TOTAL .....R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0693 – Assistência Financeira – Atenção Básica.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.530/2017

Publicação Nº 1422359

LEI Nº 2.530/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.498/2017 – DE 27 DE JUNHO DE 2017, QUE INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE PARA O QUADRIÊNIO 2018 A 2021 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.519/2017 – DE 26 DE SETEMBRO DE 2017, QUE DISPÕEM SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído o elemento de despesa abaixo descrito, à Ação 2005 – Manutenção Secretaria Administração Fazenda e Departamentos da Lei nº 2.498/2017, de 27 de junho de 2017:

"3.3.30.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS À ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL"

Art. 2º. Fica incluído o elemento de despesa abaixo descrito, à Ação 2052 – Manutenção do Fundo dos Direitos da Infância e Adolescência da Lei nº 2.498/2017, de 27 de junho de 2017:

"3.3.41.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS À MUNICÍPIOS FUNDO À FUNDO"

Art. 3º. Fica incluída a Ação abaixo descrita à Lei nº 2.519/2017, de 26 de setembro de 2017:

"2006 – REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO/CONCURSO PÚBLICO.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce, 07 de novembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.531/2017

Publicação Nº 1422360

LEI Nº 2.531/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
"ALTERA A LEI Nº 2.010, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011, QUE AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A ementa da Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Água Doce no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências".

Art. 2º. O artigo 1º, da Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Água Doce, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º. O artigo 2º, da Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º. Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º. Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º. Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º. Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º. Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 2.010, de 29 de

setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º. Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado

automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 .....

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 2.010, de 29 de setembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39 .....

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite

fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 07 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.532/2017

Publicação Nº 1422362

LEI Nº 2.532/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.00.0.3.0110/75 Aplicações Diretas .....	R\$ 200.000,00
... R\$ 200.000,00	
TOTAL .....	R\$ 200.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2016 verificado na rubrica: 0.1.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.533/2017

Publicação Nº 1422363

LEI Nº 2.533/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR TOTAL E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para pagamento parte da folha de pagamento do mês de novembro e 2ª parcela do 13º salário.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.00.0.3.0002/60 Aplicações Diretas .....	R\$ 200.000,00
..... R\$ 200.000,00	
TOTAL .....	R\$ 200.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta lei ficam anulados totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.00.0.3.0110/75 Aplicações Diretas .....	R\$ 200.000,00
..... R\$ 200.000,00	
TOTAL .....	R\$ 200.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

**METAS DE ARRECAÇÃO - 5º BIMESTRE 2017**

Publicação Nº 1421733

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE ARRECAÇÃO 5º BIMESTRE 2017  
DETERMINAÇÃO OU NÃO DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO ( ART.9º DA LRF)**

ESPECIFICAÇÃO	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR 3º			N O BIMESTRE DE REFERENCIA 4º			ATÉ	BIMESTRE	REFERENCIA
	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA
REC COR.	14.442.171,04	17.646.761,17	+3.204.590,13	4.175.459,40	4.436.848,54	+261.389,14	18.617.630,44	22.083.609,71	+3.465.979,27
Receita Tributária	1.083.306,20	1.533.897,58	+450.591,38	218.301,00	230.016,42	+11.715,42	1.301.607,20	1.763.914,00	+462.306,80
Receita de Contribuições	167.500,00	222.022,11	+54.522,11	24.000,00	55.714,64	+31.714,64	191.500,00	277.736,75	+86.236,75
Receita Patrimonial	20.868,00	168.231,06	+147.363,06	5.216,00	35.350,23	+30.134,23	26.084,00	203.581,29	+177.497,29
Rec. de Serviços-Agrup.	3.000,00	2,00	- 2.998,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	4.000,00	2,00	(-) 3.998,00
Trans. Correntes	13.093.077,41	15.538.284,81	+2.445.207,40	3.908.229,40	4.096.819,59	+188.590,19	17.001.306,81	19.635.104,40	+2.363.797,59
Transf. de Convênios	465.308,00	611.632,19	+146.324,19	116.320,00	173.716,35	+57.396,35	581.628,00	785.348,54	+203.720,54
Outras Receitas Corrente	74.419,43	184.323,61	+109.904,18	18.713,00	18.947,66	+234,66	93.132,43	203.271,27	+110.138,84
REC.DE CAPITAL	81.000,00	1.158.006,79	+1.077.006,79	47.000,00	49.661,38	+2.661,38	128.000,00	1.207.668,17	+1.079.668,17
Operações de Crédito	0,00	360.063,74	+360.063,74	0,00	0,00	0,00	0,00	360.063,74	+360.063,74
Alienação de Bens	30.000,00	0,00	-30.000,00	30.000,00	0,00	-30.000,00	60.000,00	0,00	-60.000,00
Transf. de Convênios	51.000,00	797.943,05	+746.943,05	17.000,00	49.661,38	+32.661,38	68.000,00	847.604,43	+779.604,43
TOTAL	14.523.171,04	18.804.767,96	+4.281.596,92	4.222.459,40	4.486.509,92	+264.050,52	18.745.630,44	23.291.277,88	4.545.647,44

**ADM.DIRETA ( SÓ PREF.) NO 5º BIMESTRE ADM.CONSolidada NO 5º BIMESTRE**

Receita Orçada R\$ 4.222.459,40 Receita Orçada R\$ 4.647.415,88

Receita Realizada R\$ 4.486.509,92 Receita Realizada R\$ 6.153.958,65

a maior R\$ 264.050,52 a maior R\$ +1.506.542,77

Desp.cfe. Cronograma R\$ 2.819.492,00 Desp.Cronograma R\$ 3.898.921,56

Despesa Realizada R\$ 3.427.735,91 Desp.Realizada R\$ 5.796.871,61

a maior R\$ 608.243,91 a maior R\$ 1.897.950,05

Receita Real. R\$ 4.486.509,92 Receita Real. C/Transf R\$ 6.153.958,65

Despesa Real. R\$ 3.427.735,91 Despesa Real. R\$ 5.796.871,61 Transf.ao Fundos R\$ 1.020.988,05

Superávit.5ºBim. R\$ 37.785,96 Superávit 5ºBim. R\$ 357.087,04

**ADM.DIRETA ( SÓ PREF.) ATÉ 5º BIMESTRE 2017 ADM.CONSolidada ATÉ 5º BIM.2017**

Receita Realizada R\$ 23.291.277,88 Receita Real. R\$ 30.377.629,49

Despesa Real. R\$ 17.013.755,87 Despesa Real. R\$ 28.315.168,72

Transf.Conc. R\$ 4.359.668,73 Superávit Cons. R\$ 2.062.460,72

Superávit Pref. R\$ 1.917.853,28

Em virtude dos Superávits, tanto Administração Direta como Administração Consolidada não faz necessário a limitação de empenhos para 6ºbimestre/2017

Água Doce, 07 de novembro de 2017

Obs: Cópias: Controle Interno /Câmara/Pref. Mun./Contabilidade

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
CRC-SC 022069/O-8  
CPF 845.795.799.68

## **RESOLUÇÃO Nº 04/2017 CMAS**

Publicação Nº 1422365

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO  
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC

RESOLUÇÃO Nº 04/2017  
Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social de Água Doce/SC, em reunião realizada no dia 08 de novembro de 2017, Ata nº 005/2017, no uso de atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.092/2012, de 26 de junho de 2012,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, vigência 2018-2021.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce/SC, 08 de novembro de 2017.  
Edna de Fatima Lemos Vieira Bissani  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

**4229/2017**

Publicação Nº 1422385

DECRETO Nº 4229/2017

APROVA PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DA GLEBA DE PROPRIEDADE DE DIEGO ANTONIO MUNIZ E OUTROS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Art. 93, Item VIII e XXVI da Lei Orgânica do município e,

Considerando o disposto no Parágrafo 2º do Art. 2º e Art. 3º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e,

Considerando a existência de infraestrutura mínima exigida pela legislação vigente, compreendendo sistema viário, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, abastecimento de água, pavimentação e escola a menos de 3Km,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Projeto de Desmembramento da área de 1.191,46m² (um mil cento e noventa e um metros e quarenta e seis centímetros quadrados) da área maior de 7.108,40m², de propriedade de Diego Antonio Muniz, Wilson Antonio Muniz Filho e sua esposa Manuela Andersen Kretzer Muniz, situado a Rua do Comércio, Bairro Centro, neste Município, com a finalidade de abrir nova matrícula, ficando uma área remanescente de 5.916,94m².

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 06 de novembro de 2017.  
 NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
 Prefeito Municipal

**940/2017**

Publicação Nº 1421846

LEI Nº 940/2017

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

11 – Encargos Gerais do Município	
01 – Encargos Gerais do Município	
11.01.28.846.0000.0003 – Pagamento de Precatórios	
3.1.90.91.00.00.00.00.0.1.00 – Sentenças Judiciais	
..... R\$ 150.000,00	
Total .....	R\$ 150.000,00

Total Geral ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo 1º corre por conta por conta da anulação de saldo da dotação orçamentária abaixo especificada:

02 – Gabinete do Prefeito	
01 – Gabinete do Prefeito	
02.01.4.122.0006.2002 – Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.00 – Vctos e Vtgens Fixas – P. Civil	
..... R\$ 20.000,00	
Total .....	R\$ 20.000,00

06 – Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Juventude	
01 – Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Juventude	
06.01.23.695.0078.2032 – Manter as Atividades da Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Juventude.	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.00 – Vctos e Vtgens Fixas – P. Civil	
..... R\$ 50.000,00	
Total .....	R\$ 50.000,00

08 – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Promoção e Assistência Social.	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.01.8.241.0104.2033 – Manutenção do Centro de Convivência da Terceira Idade.	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.00 – Vctos e Vtgens Fixas – P. Civil	
..... R\$ 10.000,00	
Soma .....	R\$ 10.000,00

08.01.8.244.0032.2038 – Manter a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Promoção e Assistência Social.	
3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.00 – Contratação p/ Tempo Determinado..R\$ 10.000,00	
Soma .....	R\$ 10.000,00
Total .....	R\$ 20.000,00

09 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
01 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
09.01.26.782.0070.2047 – Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
3.3.90.36.00.00.00.00.0.1.00 – Material de Consumo	
..... R\$ 50.000,00	
Total .....	R\$ 50.000,00

10 – Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	
01 – Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	
10.01. 20.606.0075.2049 – Manter o Parque Municipal Governador Kleinubing	
3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.00 – Contrat. p/ Tempo Determinado	
..... R\$ 5.000,00	
Soma .....	R\$ 5.000,00

10.01.20.606.0075.2050 – Assistência ao Pequeno Produtor Rural	
3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.00 – Contrat. p/ Tempo Determinado	
..... R\$ 5.000,00	
Soma .....	R\$ 5.000,00
Total .....	R\$ 10.000,00

Total Geral ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner,  
29 de Setembro de 2017.  
Naudir Antonio Schmitz  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **CONCURSO N° 01/2017**

Publicação N° 1422495

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER  
ABRE INSCRIÇÕES DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO**

A Câmara de Vereadores do Município de Alfredo Wagner/SC, torna público que estão abertas as inscrições ao Concurso Público 01/2017 para preenchimento de vaga disponível.

CONCURSO PÚBLICO, Edital n° 01/2017. Cargo: Secretário (a).

Inscrições: Devem ser realizadas no período de 09 de novembro a 07 de dezembro de 2017, através do portal [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br).  
Provas: A prova escrita será realizada no dia 17.12.2017, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, em local e horário a ser divulgado no dia 14.12.2017, junto ao edital de homologação dos inscritos.

Edital completo está afixado no mural das publicações da Câmara Municipal de Vereadores e Prefeitura Municipal e da pode ser consultado pela internet pelo mesmo portal das inscrições.

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 032/2017, TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

Publicação Nº 1421888

#### ATA DE JULGAMENTO

Processo de Licitação nº 032/2017  
Tomada de Preços nº 003/2017

#### I - BREVE RESUMO DOS FATOS

A CONSTRUTORA MIRANDA & MARTINS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.638.920.0001-89, após acessar o benefício previsto na Lei 123/2006, reapresentou, de forma tempestiva, sua proposta de preços à Comissão de Licitações desta Municipalidade, tendo, na ocasião, sagrado-se vencedora no certame, mediante a cobertura da proposta realizada pela empresa CAIBI EMPREENCDIMENTOS LTDA, objeto da Ata de Julgamento de fl., 374 dos autos.

Entretanto, após a expedição do respectivo extrato de Julgamento que apontou como vencedora do certame a CONSTRUTORA MIRANDA & MARTINS LTDA – ME, observou-se que a referida empresa deixou de cumprir com o disposto nas alíneas “c”, “d” e “f” do Subitem 6.1 do Edital, oportunidade em que foi declarada desclassificada, segundo o que estabelece o subitem 7.8 do Edital, sendo mantida como vencedora do Certame a empresa CAIBI EMPREENCDIMENTOS LTDA.

Irresignada, a CONSTRUTORA MIRANDA & MARTINS LTDA – ME, ingressou de forma tempestiva com recurso junto a esta Comissão, alegando, em síntese, formalismo exacerbado na exigência contida nas alíneas “c”, “d” e “f” do Subitem 6.1 do Edital, especialmente diante do fato de que a Recorrente já havia apresentado anteriormente a proposta de preços na forma exigida, ao passo em que foram intimadas as demais interessadas para, querendo, manifestarem-se quanto a irresignação posta, transcorrendo in albis o prazo concedido.

Esse é o resumo dos fatos que ensejaram a classificação e a posterior desclassificação da Recorrente, devido a ausência do preenchimento dos requisitos mínimos à apreciação da proposta realizada, constante do Edital.

Tal se deu, em decorrência da ausência de informações mínimas que deveriam constar da proposta de preços, necessárias inclusive ao cálculo dos impostos devidos e da viabilidade econômica da contratação, entre outros, cuja planilha apresentada em atendimento ao benefício estabelecido pela Lei nº 123/2006, restou totalmente alterada pela proponente, impedindo a verificação de cada um dos itens exigidos no Edital, motivo este porque, entendemos, à unanimidade, pela manutenção da desclassificação da Recorrente.

Notifique-se

Alto Bela Vista(SC) 07 de novembro de 2017.  
Vilmar José Zonta  
Presidente

Josi Vitória Lermen Finger  
Membro

Marcelo Contessotto  
Membro

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONTRATO 081/2017 - PM

Publicação Nº 1421881

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 081/2017 PP 038/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de veículo Ônibus, Leito Turismo Double Deck completo, com motorista, combustível, seguro e demais despesas necessárias para realização de uma viagem de estudos a cidade de Posadas, na Argentina, com alunos do 5º ano, do Centro Municipal de Educação - CMEIF e Escola de Ensino Fundamental Xavantes, com saída dia 28 de novembro de 2017, às 21hs de Anchieta e retorno dia 29 de novembro de 2017, às 18hs de Posadas. Pagos com recursos Salário Educação.

VALOR TOTAL R\$: 15.660,00 (Quinze Mil, Seiscentos e Sessenta Reais).

CONTRATADO: EXTREMOESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – EPP.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: LUIZ JUSTINO DE ROCCO.

Anchieta, 08 de novembro de 2017.

### DECRETO N. 151/2017

Publicação Nº 1422891

DECRETO Nº. 151/2017, de 07 de novembro de 2017.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :  
TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289 de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101- Adm. Geral Bens e Serv. da Atenção Básica

(89) 3.1.90.00.00.00.00.00.0761 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.000,00  
Total ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito, fica utilizado o produto do Provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2017, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, sendo que concernente a fonte de Recurso sob nº. 761 (00.01.0761), referente fonte receitaria sob código 4.1.7.2.1.33.22 – Transf. de Rec. Sist. Único Saúde - VAN, Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 13.359-0, código reduzido (61384) o valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas neste Decreto.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
01 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 07/11/2017.

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

### DECRETO Nº 148/2017

Publicação Nº 1422887

DECRETO Nº. 148/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 07 DE PROPRIEDADE DE AMANDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 026/2010 e Lei Complementar n. 054/2016;

Considerando o projeto de desmembramento do lote urbano nº 07 com respectivo memorial descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pelo engenheiro civil do Município de Anchieta – SC;

Considerando o descrito no parecer nº 064/2017 do Setor de Engenharia do Município de Anchieta pela aprovação do parcelamento

o qual versa também sobre as condições para aprovação de futura edificação no lote desmembrado e remanescente;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento de parte do lote urbano nº 07, com a área atual de 1.061,93 m<sup>2</sup> (um mil e sessenta e um metros quadrados com noventa e três centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Buenos Aires, no perímetro urbano da cidade de Anchieta – SC, matriculado no Cartório Registro de Imóveis de Anchieta-SC sob nº 4.978, de propriedade de Amandio José Ferreira da Silva, inscrito no CPF sob nº 221.070.109-00, RG 619.827-SESPDC/SC e sua esposa Lissi Teresinha Wiebbeling da Silva, inscrita no CPF sob nº 991.308.749-04, RG 2.640.195-SESPDC/SC, brasileiros, agricultores, casados entre si pelo regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência de Lei nº 6515/77, residentes e domiciliados na Linha Cordilheira, s/n, interior deste município de Anchieta/SC.

I – SITUAÇÃO ATUAL: Parte do Lote urbano número 07, com a área atual de 1.061,93 m<sup>2</sup> (um mil e sessenta e um metros quadrados com noventa e três centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Buenos Aires, no perímetro urbano da cidade de Anchieta – SC, com as seguintes confrontações: SUDOESTE: 55,80 metros com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca; NORDESTE: 75,00 metros com o lote urbano nº 08, por linha seca; OESTE: Por uma poligonal sinuosa com a sanga mandorin; SUDESTE: 16,00 metros com a Rua Buenos Aires.

II – ÁREA DESMEMBRADA: Parte do Lote urbano número 07, com a área de 360 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Buenos Aires, no perímetro urbano da cidade de Anchieta – SC, com as seguintes confrontações: SUDOESTE: 26,70 metros com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca; NORDESTE: 28,80 metros com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca; OESTE: 13,00 metros com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca; SUDESTE: 13,00 metros com a Rua Buenos Aires.

III – ÁREA REMANESCENTE: Parte do Lote urbano número 07, com a área de 701,93 m<sup>2</sup> (setecentos e um metros quadrados com noventa e três centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Buenos Aires, no perímetro urbano da cidade de Anchieta – SC, com as seguintes confrontações: SUDOESTE: 29,10 metros com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca; NORDESTE: 75,00 metros com o lote urbano nº 08, por linha seca; OESTE: Por uma poligonal sinuosa com a sanga mandorin; SUDESTE: 3,00 metros com a Rua Buenos Aires; NOVAMENTE AO SUDESTE: 13,00 metros com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 07 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

**DECRETO Nº 149/2017**

Publicação Nº 1422888

DECRETO Nº. 149/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 189-B DE PROPRIEDADE DE CEDENIR JOSÉ LAZZARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 026/2010 e Lei Complementar n. 054/2016;

Considerando o projeto de desmembramento do lote urbano nº 189 - B com respectivo memorial descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pelo engenheiro civil do Município de Anchieta – SC;

Considerando o descrito no parecer nº 065/2017 do Setor de Engenharia do Município de Anchieta pela aprovação do parcelamento o qual versa também sobre as condições para aprovação de futura edificação no lote desmembrado e remanescente;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do lote urbano nº 189-B, com a área atual de 641,00 m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e um metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Minas Gerais, no perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC. O imóvel matriculado no Cartório Registro de Imóveis de Anchieta-SC sob nº 3.234, de propriedade de Cedenir José Lazzari, inscrito no CPF sob nº 000.183.909-86.

I – SITUAÇÃO ATUAL: O lote urbano nº 189-B, com a área atual de 641,00 m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e um metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Minas Gerais, de propriedade de Cedenir José Lazzari, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com a Sanga Mandorin; NORDESTE: 52,50 metros com o lote nº 189-A; SUDOESTE: 51,00 metros com parte do lote nº 190; SUDESTE: 12,39 metros com a Rua Minas Gerais.

II – ÁREA DESMEMBRADA: Parte do lote urbano nº 189-B, com a área atual de 341,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e um metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Minas Gerais, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com a Sanga Mandorin; NORDESTE: 28,28 metros com o lote nº 189-A; SUDOESTE: 26,78 metros com parte do lote nº 190; SUDESTE: 12,39 metros com parte do lote nº 189-B.

III – ÁREA REMANESCENTE: Parte do lote urbano nº 189-B, com a área atual de 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Minas Gerais, com as seguintes confrontações: NOROESTE: 12,39 metros com parte do lote nº 189-B. NORDESTE: 24,22 metros com o lote nº 189-A; SUDOESTE: 24,22 metros com parte do lote nº 190; SUDESTE: 12,39 metros com a Rua Minas Gerais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 07 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

**DECRETO Nº 150/2017**

Publicação Nº 1422889

DECRETO Nº. 150/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE REMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 189-B DE PROPRIEDADE DE CEDENIR JOSÉ LAZZARI COM PARTE DO LOTE URBANO Nº 189-B DE PROPRIEDADE DE FABIANO BEDIN E IVONEA ADRIANA LUDKE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 026/2010 e Lei Complementar n. 054/2016;

Considerando o projeto de remembramento do lote urbano nº 189 - B com respectivo memorial descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pelo engenheiro civil do Município de Anchieta – SC;

Considerando o descrito no parecer nº 065/2017 do Setor de Engenharia do Município de Anchieta pela aprovação do parcelamento o qual versa também sobre as condições para aprovação de futura edificação no lote desmembrado e remanescente;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o remembramento do lote urbano nº 189-B, com área de 341,00 m² sem benfeitorias, situado na Rua Minas Gerais, no perímetro urbano da cidade de Anchieta – SC, matriculado no Cartório Registro de Imóveis de Anchieta-SC sob nº 3.234, de propriedade de Cedenir José Lazzari, inscrito no CPF sob nº 000.183.909-86, com partes dos lotes urbanos nº 190 e 191, com áreas respectivas de 554,69 m² e 500 m², registrados sob matrícula nº 6.046, no Cartório de Registro de imóveis de Anchieta/SC, de propriedade de Fabiano Bedin, inscrito no CPF sob nº:027.711.419-57, em união estável com Inoveya Adriana Ludke.

I – SITUAÇÃO ATUAL: Partes dos lotes urbanos nº 190 e 191 com áreas respectivas de 554,69m² e 500,00m², num total em conjunto de 1.054,69 (um mil, cinquenta e quatro metros quadrados e sessenta e nove centímetros quadrados), sem benfeitorias, sito no perímetro urbano, cujo acesso se dá pela servidão existente na Rua Minas Gerais, com 3,00 metros de largura e a área de 78,66 m² de parte do lote urbano nº 190, de propriedade de Fabiano Bedin e Inoveya Adriana Ludke, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com a Sanga Mandorin; NORDESTE: 23,78 metros com parte do lote urbano nº 189 -B; SUDOESTE: 43,78 metros com parte do lote urbano nº 191 e com 3,00 metros de parte do lote urbano nº 19; SUDESTE: 19,07 metros com parte do lote urbano nº 190 e 15,24 metros com parte do lote urbano nº 191.

II – IMÓVEL A SER REMEMBRADO: Parte do lote urbano nº 189-B, com a área atual de 341,00 m² (trezentos e quarenta e um metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Minas Gerais, imóvel registrado na matrícula nº 3.234, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com a Sanga Mandorin; NORDESTE: 28,28 metros com o lote nº 189-A; SUDOESTE: 26,78 metros com parte do lote nº 190; SUDESTE: 12,39 metros com parte do lote nº 189-B.

III – IMÓVEL APÓS REMEMBRAMENTO: Partes dos lotes urbanos nº 189-B, 190 e 191 com áreas respectivas de 341 m², 554,69 m² e 500 m², num total em 1.395,69 (um mil, trezentos e noventa e cinco metros quadrados e sessenta e nove centímetros quadrados) em benfeitorias, sito no perímetro urbano, cujo acesso se dá pela servidão existente na Rua Minas Gerais, com 3,00 metros de largura e a área de 78,66 m² de parte do lote urbano nº 190, de propriedade de Fabiano Bedin e Inoveya Adriana Ludke, as partes dos lotes urbanos nº 190 e 191, e propriedade do Senhor Cedenir José Lazzari, a parte do lote urbano nº 189-B, no conjunto com

as seguintes confrontações: NOROESTE: Com a Sanga Mandorin; NORDESTE: 28,28 metros com parte do lote urbano nº 189 -B; SUDOESTE: 43,78 metros com parte do lote urbano nº 191 e com 3,00 metros de parte do lote urbano nº 19; SUDESTE: 19,07 metros com parte do lote urbano nº 190, 15,24 metros com parte do lote urbano nº 191 e 12,39 metros com parte do lote urbano nº 189-B2.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 07 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

**DECRETO Nº 152/2017**

Publicação Nº 1422892

DECRETO Nº. 152 /2017, de 07 de novembro de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

**DECRETA :****TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

**CAPÍTULO II****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

06.182.0178.2.037 — Adm. Geral Bens e Serviços do Corpo de Bombeiro Militar

(180) 4.4.90.00.00.00.00.2289-Aplicações Diretas .....

..... R\$ 34.100,00

Total ..... R\$ 34.100,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2289 (00.03.0289) Prevenção e Segurança Contra Sinistro - Bombeiros - Superavit Financeiro, em

conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ R\$ 34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, relativamente à Fonte de Recursos 2289 (00.03.0289) 34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais, Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.013-8 – Rubrica nº 4.1.1.2.1.99.03.00.00.00 – Tx Combate e Prev. Sinistro e Salvamento do Corpo de Bombeiros ,em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade

com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
07 de novembro 2017.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 07/11/2017.

FernandaCristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

## DECRETO Nº 153/2017

Publicação Nº 1422893

DECRETO Nº 153/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

### DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos), dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Concurso Público nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. (ÁREA 07)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	114	Ana Maria Werlang	Homologada
2	61	Cristian Magoga	Homologada
3	6	Douglas Luiz Vidori	Homologada
4	150	Elemar José Folgiarini Perin	Homologada
5	129	Fernando Zattera	Homologada
6	25	Ivone Baronio Folgiarini	Homologada
7	163	Jucelaine Lagni	Homologada
8	136	Jusciane Becker	Homologada
9	134	Marlete Mattanna Slaviero	Homologada
10	124	Roselaine Buratti	Homologada
11	39	Rudineia Mondini	Homologada
12	88	Sidiane Lagni	Homologada
13	54	Tatiana Carine Langhini	Homologada
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	89	Alexandra Pereira Da Silva	Homologada
2	8	Anderson Basso	Homologada
3	164	Carine Link	Homologada
4	11	Daniela Alves Righi	Homologada
5	43	Eliane Zanrosso Zibetti	Homologada
6	104	Eliza Diesel	Homologada
7	135	Fernanda Machado De Campos	Homologada
8	153	Gilmar Luiz Fritzen	Homologada

9	100	Glaciana Crestani	Homologada
10	119	Gustavo Bodaneze	Homologada
11	155	Idenes Maria Fiorentin Schena	Homologada
12	92	Jaqueline Ândrea Werlang	Homologada
13	93	Juciane Márcia Draszewski	Homologada
14	156	Keiti Caroline Ludwig	Homologada
15	48	Lilian Maria Ritter Eidt	Homologada
16	106	Lucas Hanauer	Homologada
17	12	Maradiane Izoton Pigosso	Homologada
18	26	Marciane Lolato	Homologada
19	4	Marieli Vieira	Homologada
20	122	Michele Scantamburlo	Homologada
21	110	Patrícia Bessegatto Marca	Homologada
22	118	Priscila Maria Ziliotto	Homologada
23	113	Ricardo Piccoli Do Prado	Homologada
24	168	Rosangela Aparecida De Mello Kurek	Homologada

## GARI

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	72	Adriano Dos Santos Da Silva	Homologada
2	166	Anderson Lago	Homologada
3	161	Ilva Ana Basso	Homologada
4	165	Janete Lemes	Homologada
5	57	Jose Luis Klassmann	Homologada
6	74	Juliana Marisa Negri Schaeffer	Homologada
7	36	Kerli Cassol	Homologada
8	107	Laercio Ferreira De Macedo	Homologada
9	145	Lucas De Bortoli	Homologada
10	102	Luciana Iaronka	Homologada
11	117	Maria Aparecida Back	Homologada
12	109	Neli Guerini	Homologada
13	131	Solange Theodoro Rosa	Homologada

## OPERADOR II (CNH CAT. "C")

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	86	Claudiomir Da Silva	Homologada
2	66	Douglas Segalin	Homologada
3	41	Eleovani Brezolin	Homologada
4	159	Enio Wolfart	Homologada
5	157	Fabio Junior Mezzaroba	Homologada
6	138	Geovani Facin Rodrigues De Freitas	Homologada
7	130	Gilmar Luiz Guerini	Homologada
8	99	Giovane Jaime Gavinescki	Homologada
9	63	Gustavo Faccioni Batista	Homologada
10	133	Ismael Elias Folgiarini	Homologada
11	15	Jocimar João Tonkelski	Homologada
12	73	Joel Carlos Davi	Homologada
13	87	Maikon Joao Comim	Homologada
14	137	Marcelo Alexandre Garlet	Homologada
15	13	Marcelo Graff	Homologada

16	65	Marcio Giongo	Homologada
17	147	Nelson Lemes	Homologada
18	91	Renato Somavilla	Homologada
19	141	Rudinei Portz	Homologada
20	97	Valdecir Carteri	Homologada
21	128	Valmor Jonas Argenta	Homologada
22	90	Valtemir Wronski	Homologada
23	116	Volnei Scortegagna	Homologada

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	44	Adenize Lucia Canzi	Homologada
2	144	Adriano Canci	Homologada
3	18	Alexandre Eckert	Homologada
4	103	Aline Menin	Homologada
5	51	Daniel Cirilo Augusto	Homologada
6	3	Lenise Winter	Homologada
7	58	Leonardo Martins	Homologada
8	47	Marister Fontana	Homologada
9	127	Noemí Maria Zimmermann Lehrbach	Homologada

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	85	Amabile Schuler De Quadros	Homologada
2	132	Cassiane Narciso	Homologada
3	96	Diana Neura Trebien	Homologada
4	95	Fabiane Somera	Homologada
5	154	Josiani Meneghini	Homologada
6	149	Juliana Dos Santos Galiassi	Homologada
7	160	Kelin Volpini	Homologada
8	62	Tayrine Faccioni Batista	Homologada
9	77	Vandinéia Cordeiro Rodrigues	Homologada
10	94	Walace Dos Santos Nascimento	Homologada

Art. 2º - Por este instrumento permanecem indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2017 do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. (ÁREA 07)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	83	Jackline Appio	Cancelada pelo candidato

## AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	123	Andressa Mayer	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	158	Fabiane Lago	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	28	Glauber Luiz De Souza	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	125	Inaé Polese Piccoli	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	27	Jaíne Devicari	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	40	Jaqueline Gonzatto	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	143	Luciani Bertolo	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	64	Meridiana Fatima Colle	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

9	24	Renata Cristina Paludo	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	140	Richard Quadros Magnus	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	67	Silvio De Lara Felipe	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	148	Solange Pereira Castro	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## GARI

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	101	Adrejane De Souza Machado	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	7	Anderson Basso	Cancelada pelo candidato
3	82	Artur Luiz Chenet	Cancelada pelo candidato
4	10	Douglas Ziliarski	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	23	Ivone de Machado De Souza Steffens	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	167	Joao Nicolas Da Rosa	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	38	Noeli De Brito Pizatto	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	37	Oldair João Pizatto	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	68	Patrícia Diniz Batista	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	53	Silvamar Mallmann	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## OPERADOR II (CNH CAT. "C")

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	79	Adriano Prevedello	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	16	André Alexandre Mantovani	Cancelada pelo candidato
3	80	Artur Luiz Chenet	Cancelada pelo candidato
4	84	Claudio Mir da Silva	Cancelada pelo candidato
5	33	Márcio Da Silva	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	34	Paulo Cesar Junges	Cancelada pelo candidato
7	169	Rafael Moretto Mezalira	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	120	Ronaldo Dalberto	Cancelada pelo candidato

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	42	Caroline Mortari	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	111	Andressa De Oliveira Silva	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	32	Cheila Buche	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	21	Daniela Barberini	INDEFERIDO - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º - Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2017 do Município de Anchieta – SC.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 09 de novembro de 2.017.

Ivan Canci

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 09 de novembro de 2017.

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

**DECRETO Nº 154/2017**

Publicação Nº 1422896

DECRETO Nº 154/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos), dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

ATENDENTE DE BIBLIOTECA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	31	Gabrieli Biittner	Homologada
2	168	Izabel Mantelli	Homologada
3	114	Lourdes Geremias	Homologada
4	201	Patricia Lucian	Homologada
5	18	Reimur Vidaletti Dias	Homologada
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	108	Roselaine Buratti	Homologada
2	174	Tereza Salete Gomes Stobbe	Homologada
MONITOR DE CRECHE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	165	Adriana Ortolan	Homologada
2	79	Angelica Anara De Cesare	Homologada
3	62	Angélica Do Amaral	Homologada
4	209	Anna Carolini Da Silva Mota	Homologada
5	161	Camila Antunes De Oliveira	Homologada
6	111	Fernanda Fruhauf Vieira Dos Santos	Homologada
7	122	Jaine Tais Chenet	Homologada
8	68	Maria Beatriz Baronio	Homologada
9	64	Monica Tailise Graff Nicolli	Homologada
10	134	Sabrina Canalle De Lima	Homologada
11	219	Silvane Maria Scopel Garlet	Homologada
12	91	Talia Mara De Souza	Homologada
13	28	Tatiana Carine Langhini	Homologada
MONITOR DE DANÇA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	125	Emanuela Laura Razia Scantamburlo	Homologada
MONITOR DE INFORMÁTICA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	142	André Luiz Rodrigues Alves	Homologada
2	199	Cassia Helen Da Silva Mota	Homologada
3	55	Felipe De Andrade Alves	Homologada

4	192	Joao Manoel Mattos Licerio	Homologada
5	75	Natalli Fernanda Tomas Herrmann	Homologada
6	159	Romario Rodrigues Santos	Homologada
7	220	Vanessa Slaviero	Homologada

## MONITOR DE MÚSICA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	100	Cleiton Santin	Homologada
2	216	Fernando Nicodemos Fleck	Homologada
3	124	Geovani Fernando Klauck	Homologada
4	189	Luiz Felipe Wanzing Lima	Homologada
5	215	Moacir Bonacina	Homologada

## MONITOR DE TEATRO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	207	Diana Alves Rei	Homologada
2	150	Mateus Pedretti Delai	Homologada
3	95	Neli Guerini	Homologada

## MOTORISTA CAT. "D"

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	190	Alexandre Kohls Schaedler	Homologada
2	101	Jair Ribeiro	Homologada
3	51	Julio Cesar De Oliveira	Homologada
4	217	Paulo Cesar Junges	Homologada
5	66	Rosemar Antonio De Moura	Homologada

## NUTRICIONISTA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	78	Angela Paula Pies	Homologada
2	212	Daniela Geremia	Homologada
3	176	Fernanda Guarda	Homologada
4	16	Gabriela Regina Pinto	Homologada
5	143	Lenise Kraemer	Homologada
6	198	Suzana Marta Zarychta	Homologada

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	121	Deise Ially Ferderle Santos	Homologada

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	3	Marcos Alberto Ahlf	Homologada

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	117	Carla Carvalho De Aguiar	Homologada

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	87	Caroline Gorczeski	Homologada
2	11	Diânatán Sissgler	Homologada
3	203	Eder José De Barros	Homologada

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	83	Fábio Junior Parisotto	Homologada
2	123	Gabriel Feldkircher	Homologada

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	97	Ana Paola Sevald	Homologada
2	178	Andréia Paula Fernandes	Homologada
3	89	Bárbara Regina Pressotto Lolato	Homologada
4	187	Celandra Machado Veni	Homologada
5	155	Clarisse Bohrer	Homologada
6	131	Cleusa Perondi Hanauer	Homologada
7	30	Dalilaaparecida Izoton	Homologada
8	141	Dilcenara Poubel De Matos Nascimento	Homologada
9	94	Disiane Ferronato	Homologada
10	110	Edineia Aparecida Carneiro	Homologada
11	57	Fabiele Pedretti Delai	Homologada
12	181	Gladis De Souza	Homologada
13	112	Idianara Cavagnoli	Homologada
14	25	Jéssica Andréia Presotto	Homologada
15	93	Marciane Frare	Homologada
16	86	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	Homologada
17	77	Marifacinrodrigues De Freitas	Homologada
18	104	Marinice Machado Da Silva	Homologada
19	52	Marisane Dos Santos	Homologada
20	211	Marlete Lazzari Bernardi	Homologada
21	107	Neli Da Costa Thums	Homologada
22	169	Rozeli Pinheiro Wronski	Homologada
23	200	Sarajane Canova	Homologada
24	54	Silvane De Gois Snigura	Homologada
25	164	Silvia Regina Balboena Lunkes	Homologada
26	80	Sirlei De Fatima Sales Cvasin	Homologada

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	48	Ana Carolina De Barros Martinez	Homologada
2	126	Carla Claudia Dos Santos	Homologada
3	204	Daiane De Oliveira	Homologada
4	127	Fabieli Willms	Homologada
5	61	Fernanda Kinsel Wanzing	Homologada
6	27	Ivania Vaz Pinheiro	Homologada

7	41	Juliana De Souza Machado Mantovani	Homologada
8	162	Jussara Fagundes Giongo	Homologada
9	170	Marciane Pech Pessetto	Homologada
10	188	Maria Vânia De Sousa Santa Catarina	Homologada
11	109	Renata De Assis Borgheti	Homologada
12	177	Rosane Sissgler	Homologada
13	196	Sandra Rodrigues França	Homologada

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	180	Celandra Machado Veni	Homologada
2	157	Clarisse Bohrer	Homologada
3	23	Cleusa Dominga Prior Didomenico	Homologada
4	84	Edineia Aparecida Carneiro	Homologada
5	172	Elisangela Contini	Homologada
6	56	Fabiele Pedretti Delai	Homologada
7	185	Fátima Maria Ambrozi Cervinski	Homologada
8	183	Marceli Luana Lanil	Homologada
9	105	Marinice Machado Da Silva	Homologada
10	5	Maristela A A Brugnara	Homologada
11	90	Rubia Cristina Kosmann	Homologada
12	53	Silvane De Gois Snigura	Homologada
13	81	Sirlei De Fatima Sales Cavin	Homologada

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	4	Cleci Da Silva Martins	Homologada
2	195	Idiane Fatima Iaroszski	Homologada
3	72	Mariclé Da Rosa	Homologada
4	197	Sandra Rodrigues França	Homologada

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	7	Marister Fontana	Homologada

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	98	Jussara Lasch	Homologada
2	73	Luciane Arno	Homologada

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	184	Anderson Nailor Rodrigues	Homologada
2	160	Loreni De Barros	Homologada

## PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	13	Leonela Sabrina Biluca	Homologada

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	218	Adinei Luis Rech	Homologada
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	210	Eliane Maria Faust	Homologada
2	186	Juliana Alves Borba	Homologada
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	99	Ana Claudia Facin Rodrigues de Freitas	Homologada

Art. 2º - Por este instrumento permanecem indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

ATENDENTE DE BIBLIOTECA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	12	Bernadete Marques Mesquitela Zoti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	14	Caroline Cassol	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	24	Daniele Cavagnoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	2	Eduardo Zanotelli Bedim	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	163	Franciani Aparecida Freitas Pinotti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	145	Guilherme Gomes Da Silva Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	37	Lucas De Oliveira Santos	Cancelada pelo candidato.
8	65	Monica Tailise Graff Nicolli	Cancelada pelo candidato.
9	96	Patricia Angela Weiss Bueno	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	166	Silas Leal De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	136	Tiago Santos Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	42	Adeilton Araujo Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	146	Daiany Almeida De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	135	Emilly Amancio Da Costa	Cancelada pelo candidato.
4	40	Jaqueline Pinto Paulo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	130	Joao Nicolas Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	32	Luiz Fernando Sasso Ramalhete	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	39	Luiz Tagarro Da Vitoria Junior	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	152	Marenilta Arthur De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	102	Maria Aparecida Back	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	167	Natália Aparecida Da Costa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	44	Patricia Diniz Batista	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	175	Willian Ribeiro Ladislau	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
MONITOR DE CRECHE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	45	Carla Dutra Da Silva Martins	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

2	147	Daiany Almeida De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	213	Diana Maria Ribeiro Eschembach	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	85	Edineia Aparecida Carneiro	Cancelada pelo candidato.
5	171	Jusciane Becker	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	59	Leandro Canuto Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	151	Patricia Arthur Alves	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	9	Thaís Martins Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**MONITOR DE INFORMÁTICA**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	138	Alexandre Ricardo Morsoleto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	35	Barbara De Freitas Barbosa Louzada	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	149	Bras Anibal Gomes Junior	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	15	Caroline Cassol	Cancelada pelo candidato.
5	118	Douglas Luiz Vidori	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	38	Eduardo Gustavo Salomão Freire	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	106	Leandro Araujo Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	140	Leidiane Cararo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	76	Maico Luis Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	43	Martim Afonso Campos Barbosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	132	Paulo Roberto Alves Junior	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**MONITOR DE MÚSICA**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	148	Geovane Miranda Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	69	Pedro Henrique Tremarin Livinalli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**MONITOR DE TEATRO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	206	Diana Alves Rei	Cancelada pelo candidato.
2	214	Diana Maria Ribeiro Eschembach	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**MOTORISTA CAT. "D"**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	46	Aguiar S. G. Moraes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	74	Edson Maicon Damo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	158	Flávio De Azevedo Sartorio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	103	Flavio Pavanatto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	129	Neander Farencena Pivetta	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	50	Reginaldo Rodrigues Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**NUTRICIONISTA**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	128	Amanda Cristina Alberton Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	116	Sandra Regina Heming	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
----	-------	-----------	--------------------

1	47	Renan Nascimento De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	153	Diana Maria Ribeiro Eschembach	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	92	Laercio Ferreira De Macedo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	58	Antonio Ricardo Batista Lyrio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	144	Isaias Leal	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	1	Jessica Carla Ribeiro De Andrade	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	10	Robson Da Silva Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	36	Marquesio Moreira Uliana	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	20	Elaine Menegus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	173	Elisangela Contini	Cancelada pelo candidato.
3	133	Franciana Venial Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	70	Gabriela Dilkin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	208	Gislaine Dias Faria	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	193	Lana Venturin Severo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	194	Patricia Zander	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	205	Roseli Maria Rech Brauner	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	88	Thais Cristina Da Conceição	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	6	Vilmedes Maria Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	49	Adriane Tatiel Perondi	Cancelada pelo candidato.
2	29	Dnheffer De Aquino Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	154	Jussara Fagundes Giongo	Cancelada pelo candidato.
4	63	Marlete Lazzari Bernardi	Cancelada pelo candidato.
5	179	Noimi Da Silva Carvalho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	202	Thamyris Rezende De Souza Lourenço	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	8	Aline Aiala Tavares	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	19	Elaine Menegus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	71	Gabriela Dilkin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	182	Gladis De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	113	Idianara Cavagnoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	191	Jacinta Lago Dalmoro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

7	17	Robson Alves Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	60	Sunsiaray Martins Sampaio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	156	Clarisse Bohrer	Cancelada pelo candidato.
2	67	Vanimar Cardoso Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	26	Alexandre Panseira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	115	Guilherme Cezar Sousa Vieira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	137	Lucas De Araújo Matos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	33	Renato Almeida Ramos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	22	Patricia Diez Garisto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	34	Anandra De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	120	Douglas Luiz Vidori	Cancelada pelo candidato.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	82	Nathalia Vasconcelos De Assis	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	119	Douglas Luiz Vidori	Cancelada pelo candidato.
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	139	Gilmar Evangelista Marvila	Cancelada pelo candidato.
2	21	Greicy Lene Chaves De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º - Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Município de Anchieta – SC.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 09 de novembro de 2.017.

Ivan Canci

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 09 de novembro de 2017.

Fernanda Cristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

**HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 038/2017**

Publicação Nº 1421880

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 060/2017 – Pregão Presencial nº 038/2017.

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 060/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de veículo Ônibus, Leito Turismo Double Deck completo, com motorista, combustível, seguro e demais despesas necessárias para realização de uma viagem de estudos a cidade de Posadas, na Argentina, com alunos do 5º ano, do Centro Municipal de Educação - CMEIF e Escola de Ensino Fundamental Xavantes, com saída dia 28 de novembro de 2017, às 21hs de Anchieta e retorno dia 29 de novembro de 2017, às 18hs de Posadas. Pagos com recursos Salário Educação.

Empresa Vencedora:

EXTREMOESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – EPP.

VALOR TOTAL R\$: 15.660,00

Anchieta, 08 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

# Anitápolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 018/2017 - FMS

Publicação Nº 1422489

PREGAO PRESENCIAL Nº 018/2017 – O Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no dia 22/11/2017, às 09:00 horas. Objeto: O presente pregão tem como objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa e/ou pessoa física para prestação de serviços na realização de consultas médicas especializadas em Ginecologia e Obstetrícia, para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde do município de Anitápolis/SC, atendimentos a serem realizados na sede da Unidade Básica de Saúde. O Edital completo estará à disposição dos interessados, a partir do dia 09/11/2017, a partir das 08:00 horas, no email: [licita@anitapolis.sc.gov.br](mailto:licita@anitapolis.sc.gov.br); no site [www.anitapolis.sc.gov.br](http://www.anitapolis.sc.gov.br); na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis, Fone: (48) 3256-0188. Anitápolis, 08/11/2017. Adriana Motta Probst – Secretária Municipal de Saúde.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 089/2017

Publicação Nº 1422852

DECRETO Nº 089/17 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 10.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1552/2017

Publicação Nº 1422858

LEI Nº 1.552/2017

“CRIA O CARGO E VAGAS DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO QUADRO DE PESSOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e 40 (quarenta) horas semanais.

§1º – O vencimento inicial mensal para o cargo de que trata o caput do presente artigo será de R\$ 1.084,30 (hum mil e oitenta e quatro reais e trinta centavos), para carga horária de 30 (trinta) horas semanais, e R\$ 1.445,74 (hum mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), para carga horária de quarenta horas semanais, acrescido das demais vantagens pecuniárias, bem como vale alimentação.

§ 2º - A investidura para o cargo de que trata o caput desse artigo, será por concurso público de provas ou de provas e títulos, podendo concorrer os candidatos que comprovarem sua conclusão

no ensino médio.

Art. 2º Fica autorizada a abertura de 20 (vinte) vagas para carga horária de 30 (trinta) horas semanais, e 20 (vinte) vagas para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo criado nesta Lei.

Art. 3º Ficam estabelecidas as atribuições do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL como segue:

- Acompanhar o professor nas atividades pedagógicas realizadas com as crianças.
- Auxiliar o professor nas providencias, controle e guarda do material pedagógico.
- Auxiliar o professor e responsabilizar-se, na ausência do mesmo, pelos objetos individuais da criança.
- Auxiliar a criança, prontamente, na sua higiene pessoal e em todas as suas necessidades.
- Auxiliar, sempre que necessário, as crianças nas refeições, inclusive no preparo das mamadeiras, quando for o caso.
- Auxiliar em todas as atividades desenvolvidas pelas crianças no Centro de Educação Infantil.
- Fazer trocas de fraldas e se necessário, dar banho e troca de vestuário das crianças.
- Auxiliar em passeios e idas ao Parque.
- Auxiliar no recreio e intervalos a orientação das crianças, objetivando sua segurança.
- Participar em todas as aulas como auxiliar de cuidados às crianças.
- Organizar o ambiente e orientar as crianças para o repouso, permanecendo com as mesmas todo o tempo em que estiverem dormindo, quando for o caso.
- Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais ou o transporte escolar até a chegada dos mesmos, zelando pela segurança e bem estar de todos.
- Responsabilizar-se pela limpeza e desinfecção de brinquedos e equipamentos utilizados pelas crianças.
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento de 2017.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 07 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO PP 127/2017

Publicação Nº 1421765

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de alteração de edital de licitação – Pregão Presencial nº 127/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESADORA DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Prefeito em Exercício de Apiúna no uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que houve alteração na descrição do item 16.12, do edital nº 127/2017. Em virtude da alteração não afetar a formulação da proposta, fica mantida data, hora e local de abertura.

Edital disponível no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h. Maiores Informações Fone 47 3353 2000 – Marcelo Doutel da Silva/ Prefeito em Exercício de Apiúna

### DECRETO Nº 2834

Publicação Nº 1421907

DECRETO Nº 2834/2017

De 31/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 4.008,60(Quatro mil e oito Reais e sessenta centavos) da seguinte classificação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
4000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000	Investimentos	
4490000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	4.008,60
	TOTAL	4.008,60

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de Outubro e 2017.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 2836

Publicação Nº 1422026

DECRETO Nº 2836/2017

De 01/11/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-SC UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 10.000,00(Dez mil Reais) da seguinte classificação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.fundeb/fundef(out.desp. ensino)	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de Novembro e 2017.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

### PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2017

Publicação Nº 1422640

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 134/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO DAS CÂMERAS DE MONITORAMENTO/ALARMES INSTALADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS/ESCOLAS/CHECHES E FUNDOS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 23/11/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 23/11/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br)

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

## Ascurra

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 2976, de 01/08/2017

Publicação Nº 1421773

DECRETO Nº 2976, de 01 de agosto de 2017

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO."

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 26.763,75( vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3339000000000000.01380700	26.763,75
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300170000 - 01380700	26.763,75

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de agosto de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 01 de agosto de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

## DECRETO Nº 2977, de 17/08/2017

Publicação Nº 1421775

Decreto nº 2977, de 17 de agosto de 2017

"ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO."

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 60.000,00( sessenta mil reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2009.3319000000000000.01180000	60.000,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		01180000	60.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.			
Município de Ascurra em, 17 de agosto de 2017. LAIRTON ANTONIO POSSAMAI Prefeito de Ascurra/SC			
Publicado o presente decreto, na forma regulamentar. Município de Ascurra em, 17 de agosto de 2017.			
Elenice Tomio Contadora			

**DECRETO Nº 2978, de 22/08/2017**

Publicação Nº 1421777

Decreto nº 2978, DE 22 de agosto de 2017.

"ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.239,67( um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos )			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2065.333710000000000.01020000	1.090,80
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2065.331710000000000.01020000	148,87
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2065.344710000000000.01020000	1.239,67
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.			
Município de Ascurra em, 22 de agosto de 2017. LAIRTON ANTONIO POSSAMAI Prefeito de Ascurra/SC			
Publicado o presente decreto, na forma regulamentar. Município de Ascurra em, 22 de agosto de 2017.			
Elenice Tomio Contadora			

**DECRETO Nº 2979, de 22/08/2017**

Publicação Nº 1421778

Decreto nº 2979, de 22 de agosto de 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO."

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 45.230,69( quarenta e cinco mil, duzentos e trinta reais e sessenta e nove centavos ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2065.333710000000000.03020000	727,23
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2065.331710000000000.03020000	44.503,46

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000000	45.230,69

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 22 de agosto de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 22 de agosto de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

## DECRETO Nº 2980, de 25/08/2017

Publicação Nº 1421784

Decreto nº 2980, de 25 de agosto de 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 25.000,00 ( vinte e cinco mil reais ).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria Municipal Desenvolv. Econ. e Turismo	10.001.0023.0691.0025.2017.3339000000000000.01000000	25.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria Municipal Desenvolv. Econ. e Turismo	10.001.0023.0691.0025.2017.3319000000000000.01000000	25.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 25 de agosto de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 25 de agosto de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2981, de 01/09/2017**

Publicação Nº 1421785

Decreto nº 2981, de 01 de setembro de 2017.

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO."**

DECRETA:				
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00( cinquenta mil reais ).				
Crédito Adicional				
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor	
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	09.001.0008.0244.0080.2019.3339000000000000.03000000	50.000,00	
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.				
Fonte de Recurso				
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor	
Superávit		03000000	50.000,00	

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2982, de 04/09/2017**

Publicação Nº 1421787

Decreto nº 2982, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

**"ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO."**

DECRETA:				
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00( vinte mil reais ).				
Crédito Adicional				
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento		
Suplementar	Esporte e Cultura	04.002.0027.0812.0060.2008.3339000000000000.03000000		
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.				
Fonte de Recurso				
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento		
Superávit		03000000		

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 04 de setembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 04 de setembro de 2017.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO Nº 2984, de 25/09/2017**

Publicação Nº 1421788

Decreto nº 2984, de 25 de setembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.300,00( quatro mil e trezentos reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	09.001.0008.0244.0080.2032.3449000000000000.03350300	4.300,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistencia Social	09.001.0008.0244.0080.2032.3339000000000000.03350300	4.300,00
Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00( dez mil reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administracao e Planeja-mento	03.001.0004.0121.0100.2002.3449000000000000.01000000	10.000,00
Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administracao e Planeja-mento	03.001.0004.0121.0100.2002.3319000000000000.01000000	10.000,00
Art. 5 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO Nº 2985, de 25/09/2017**

Publicação Nº 1421789

Decreto nº 2985, de 25 de setembro de 2017.

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO."**

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 22.109,76 ( vinte e dois mil, cento e nove reais e setenta e seis centavos ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	09.001.0008.0244.0080.2019.3449000000000000.03610200	22.109,76
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03610200	22.109,76
Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação. Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017. LAIRTON ANTONIO POSSAMAI Prefeito de Ascurra/SC			
Publicado o presente decreto, na forma regulamentar. Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.			
Elenice Tomio Contadora			

**DECRETO Nº 2986, de 25/09/2017**

Publicação Nº 1421790

Decreto nº 2986, de 25 de setembro de 2017.

**"ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."**

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.710,00( quatro mil e setecentos e dez reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2062.3339000000000000.01010000	4.710,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2062.3449000000000000.01010000	4.710,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2987, de 25/09/2017**

Publicação Nº 1421792

Decreto nº 2987, De 25 de setembro de 2017.

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.**

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.585,59( oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	09.001.0008.0244.0080.2019.3449000000000000.01610200	8.585,59
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		01610200	8.585,59
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.			
Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.			
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI			
Prefeito de Ascurra/SC			
Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.			
Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.			
Elenice Tomio			
Contadora			

**DECRETO Nº 2988, de 25/09/2017**

Publicação Nº 1421793

Decreto nº 2988, de 25 de setembro de 2017.

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO."**

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	05.001.0010.0301.0070.1019.3449000000000000.01670600	75.000,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		01670600	75.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2989, de 28/09/2017**

Publicação Nº 1421795

Decreto nº 2989, de 28 de setembro de 2017.

**"ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO."**

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.928,14( quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e quatorze centavos ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	08.001.0008.0243.0110.2041.3339000000000000.01090000	4.928,14
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		01090000	4.928,14

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 28 de setembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 28 de setembro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2990, de 02/10/2017**

Publicação Nº 1421796

Decreto nº 2990, de 02 de outubro de 2017.

**"ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."**

DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 34.716,74( trinta e quatro mil, setecentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3449000000000000.03380100	34.716,74
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3339000000000000.03380100	34.716,74

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 02 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 02 de outubro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2994, de 05/10/2017**

Publicação Nº 1421798

DECRETO Nº 2994, de 05 de outubro de 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 15.000,00( quinze mil reais ).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Camara de Vereadores	01.001.0001.0031.0010.2001.3449000000000000.01000000	15.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Camara de Vereadores	01.001.0001.0031.0010.2001.3339000000000000.01000000	15.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 05 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 05 de outubro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2995, de 10/10/2017**

Publicação Nº 1421799

Decreto Nº 2995, de 10 de outubro de 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO."

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 12.277,94( doze mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos ).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3339000000000000.01380700	12.277,94

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		01380700	12.277,94

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 10 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 10 de outubro de 2017.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO Nº 2996, de 11/10/2017**

Publicação Nº 1421801

DECRETO Nº 2996, de 11 de outubro de 2017.			
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.			
DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 200,00 ( duzentos reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administracao e Planejamento	03.001.0004.0121.0100.4.3339000000000000.01070000	200,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		01070000	200,00
Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 6.314,20( seis mil, trezentos e quatorze reais e vinte centavos ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Transportes e Servicos Urbanos	07.001.0015.0452.0030.2016.3339000000000000.01070000	6.314,20
Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		01070000	6.314,20
Art. 5 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Município de Ascurra em, 11 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 11 de outubro de 2017.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO Nº 2997, de 11/10/2017**

Publicação Nº 1421804

Decreto nº 2997, 11 de outubro de 2017.

"ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1465, de 09/12/2016 e Lei n.º 1490, de 11/10/2017,

Art. 1 – Abre crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.1019.3449000000000000.01020000	8.500,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão da anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação	Fundo Municipal de Saúde	05.001.0010.0301.0070.2024.3449000000000000.01020000	6.500,00
Anulação	Fundo Municipal de Saúde	05.001.0010.0301.0070.1018.3449000000000000.01020000	2.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 11 de Outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 11 de outubro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

## DECRETO Nº 2998, de 11/10/2017

Publicação Nº 1421805

DECRETO Nº 2998, de 11 de outubro de 2017.			
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Anulação de Dotação.			
DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 80.000,00( oitenta mil reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administracao e Planejamento	03.001.0004.0121.0100.2002.3339000000000000.01000000	80.000,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administracao e Planejamento	03.001.0004.0121.0100.2002.3319000000000000.01000000	80.000,00
Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Município de Ascurra em, 11 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 11 de outubro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 2999, de 13/10/2017**

Publicação Nº 1421806

DECRETO Nº 2999, de 13 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00( vinte mil reais ).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Esporte e Cultura	04.002.0027.0812.0060.2008.3339000000000000.03000000	20.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000000	20.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 13 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 13 de outubro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 3001, de 17/10/2017**

Publicação Nº 1421807

DECRETO Nº 3001, de 17 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.000,00( um mil reais ).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2062.3339000000000000.03010000	1.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000000	1.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 800,00( oitocentos reais ).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2062.3449000000000000.03010000	800,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000000	800,00
Art. 5 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Município de Ascurra em, 17 de outubro de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito de Ascurra/SC  
Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 17 de outubro de 2017.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO Nº 3003, de 20/10/2017**

Publicação Nº 1421808

DECRETO Nº 3003, de 20 de outubro de 2017.			
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro.			
DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 18.000,00( dezoito mil reais ).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0364.0050.2012.3339000000000000.03000000	18.000,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000000	18.000,00
Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito de Ascurra/SC  
Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2017.

Elenice Tomio  
Contadora

**DECRETO Nº 3005, de 20/10/2017**

Publicação Nº 1421809

DECRETO Nº 3005, de 20 de outubro de 2017.			
Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.			
DECRETA:			

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais ).

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3319000000000000.01380900	23.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3449000000000000.01380900	23.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.000,00 ( cinco mil reais ).

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3319000000000000.01380900	5.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3339000000000000.01380900	5.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 120.000,00( cento e vinte mil reais ).

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3319000000000000.01380100	120.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2025.3339000000000000.01380100	120.000,00

Art. 7 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

**DECRETO Nº 3006, de 20/10/2017**

Publicação Nº 1421811

DECRETO Nº 3006, de 20 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Anulação de Dotação.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 12.000,00 ( doze mil reais ).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2062.3339000000000000.01010000	12.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Educacao	04.001.0012.0361.0040.2062.3319000000000000.01010000	12.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2017.

Elenice Tomio

Contadora

# Atalanta

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 1/2017-FMSA

Publicação Nº 1421902

#### RETIFICAÇÃO DE EDITAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2017- FMSA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº1/2017 - FMSA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO Nº1/2017- FMSA, para o seguinte objeto CHAMAMENTO PUBLICO PARA REALIZAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA QUE TEM COMO OBJETIVO A COOPERAÇÃO NA MANUTENÇÃO DE VAGAS PARA 02 (DOIS) INTERNOS PROVENIENTES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Global. Abertura dia 29 de novembro de 2017 11 de dezembro de 2017, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta ou pelo e-mail [compras@atalanta.sc.gov.br](mailto:compras@atalanta.sc.gov.br) ou [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br), ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 08 de novembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL- Prefeito Municipal de Atalanta-SC

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/ 2017 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/ 2017 – FMS

Publicação Nº 1421868

#### PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/ 2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/ 2017 – FMS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, destinado à aquisição de materiais médicos ambulatoriais para a prestação de serviços em todas as Unidades de Saúde. Envelopes até: 27/11/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 27/11/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 08 de novembro de 2017. Vinício José dos santos – Secretário de Saúde.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2017 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017 – PMBP

Publicação Nº 1422588

#### PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017 – PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de gêneros de alimentação, atendendo as solicitações das Secretarias Municipais, Polícia Civil e Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 05/12/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 05/12/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 08 de novembro de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 076/2017

Publicação Nº 1421889

PORTARIA Nº 076/2017

NOMEIA SERVIDOR NO CARGO EM COMISSÃO CONFORME ESPECIFICA.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere o Inciso II do Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso XIX do Artigo 30 do Regimento Interno e a Lei Complementar Municipal nº 125/2017, de 11/09/2017, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO da Câmara Municipal o Sr. JODNEI ADALTO MIRANDA, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade (RG) nº 3.274.692-SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 924.204.199-87, residente e domiciliado na Rua Ivone Maria Pires, 201, centro, Município de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com as prerrogativas e competência que lhe confere a Legislação deste Município, o qual se considerará empossado mediante apresentação da documentação a que alude a Lei Complementar 79/04.

REGISTRE-SE  
CIENTIFIQUE-SE  
PUBLIQUE-SE  
CUMPRA-SE

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2017.

João Bento Moraes  
Presidente

### PORTARIA 077/2017

Publicação Nº 1421946

PORTARIA Nº 077/2017

NOMEIA SERVIDOR NO CARGO EM COMISSÃO CONFORME ESPECIFICA.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere o Inciso II do Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso XIX do Artigo 30 do Regimento Interno e a Lei Complementar Municipal nº 125/2017, de 11/09/2017, NOMEIA para o cargo de CHEFE DE GABINETE DA MESA DIRETORA da Câmara Municipal a Sra. INGRID FLORES MUND, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade (RG) nº 5.967.994-SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 077.219.919-19, residente e domiciliado na Rua Arapongas, 92, centro, Município de Penha, Estado de Santa Catarina, com as prerrogativas e competência que lhe confere a Legislação deste Município, o qual se considerará empossado mediante apresentação da documentação a que alude a Lei Complementar 79/04.

REGISTRE-SE  
CIENTIFIQUE-SE  
PUBLIQUE-SE  
CUMPRA-SE

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2017.

João Bento Moraes  
Presidente

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/PMBR/2017

Publicação Nº 1422763

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/PMBR/2017.  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 24/11/2017 às 14h00min.  
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de 15 (quinze) fossas séptica de polietileno com capacidade de 650 litros, para serem utilizadas nos postos de Salva Vidas do Corpo de Bombeiros Militar, nas operações veraneio no Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 08 de Novembro de 2017.

Pregoeira  
Gisele Ferreira.

### EXTRATO DE CONTRATO PMBR - NOVEMBRO

Publicação Nº 1422465

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 065/PMBR/2017; CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa do ramo pertinente para execução das Obras de Construção de Uma Passarela em Madeira Tratada, sobre a faixa de areia, no Balneário Barra Velha numa extensão de 324,00m, objeto do Contrato de repasse Nº 822717/2015/Ministério do Turismo/ Caixa, processo Nº 2624.1026964-95/2015, firmado entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e o Ministério do Turismo, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos. No valor global de: R\$ 183.600,00 (Cento e oitenta e três mil e seiscentos reais). VIGENCIA: 23/12/2017; ASSINATURA: 06/11/2017; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmor Consoni.

### LEI Nº 310/2017

Publicação Nº 1422425

LEI Nº 310, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Denomina rua localizada no bairro Pedreiras e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º - Fica a Rua "projetada 01", localizada no loteamento Irio Cechinel, no Bairro Pedreiras, denominada de Rua Marta Fernandes Pedro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 24 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 24 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

### LEI Nº 311/2017

Publicação Nº 1422430

LEI Nº 311, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Denomina rua localizada no bairro Pedreiras e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º - Fica a rua "projetada 5 ", localizada no Loteamento Vitor Cechinel no Bairro Pedreiras, denominada de Rua Valdir da Silva Teixeira.

Balneário Rincão, 24 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 24 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

**LEI Nº 312/2017**

Publicação Nº 1422436

LEI Nº 312, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

INCLUI BANNER DIGITAL COM TELEFONES DE EMERGÊNCIA NA PÁGINA INICIAL DOS SITES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica a cargo de cada órgão público do Município fixar, em sua página inicial na internet, em local destacado, o banner digital de telefones de emergência dos seguintes sites de extremo interesse público:

I - Corpo de Bombeiros - 193

II - CVV – Centro de Valorização da Vida - 141

III - Defesa Civil - 199

IV - Disque-Denúncia - 181

V - Polícia Civil - 197

VI - Polícia Militar - 190

VII - Samu - 192

Art. 2º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo noventa dias após sua publicação.

Balneário Rincão, 24 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 24 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

**LEI Nº 313/2017**

Publicação Nº 1422438

LEI Nº 313, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera a Lei nº 05/2013 de 15 de Janeiro de 2013 que dispõe sobre a criação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e da Outras Providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Os arts. 2º e 3º da Lei 005/2013 passam a ter a seguinte redação:

Art. 2º O SAMAE exercerá sua ação em todo o município, competindo-lhe, com exclusividade:

I - coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os seguintes serviços públicos relativos a saneamento básico e serviços de infra-estrutura:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do

lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, respeitando a Lei Federal nº 12.305/10 e nº 9.605/98;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

e) recuperação da malha viária e calçadas danificadas em razão de obras de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais.

II - estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, esgotos pluviais, limpeza urbana e coleta e tratamento de resíduos sólidos bem como levantamentos cartográficos, fiscalização, formação de cadastro, geoprocessamento;

III - promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos relacionados à suas atividades fim;

IV - exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de abastecimento de água, de esgotos sanitário, drenagem e esgotamento pluvial.

VI - fixar e arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos.

Art. 3º O SAMAE exercerá sua ação em todo o município, competindo-lhe de forma concorrente com o Município:

a) As atividades de coleta, transporte e transbordo, tratamento e destino final do lixo originário da varrição, de inertes, limpeza e desobstrução das caixas coletoras de águas pluviais e das vias públicas, limpeza de Arroios e valas, bem como manejo das águas pluviais;

b) Elaborar Projeto de preservação, manutenção e recuperação dos mananciais.

c) controle da ocupação das encostas, fundos de vale, talvegues e áreas de preservação permanente ao longo dos cursos e espelhos d'água.

d) Ações estruturantes nas margens das lagoas, rios, arroios bem como a recuperação e preservação de mananciais;

e) ações de educação ambiental;

f) ações de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, inclusive por meio de associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

g) desapropriação de áreas para implantação das ações de responsabilidade do Fundo;

h) Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de preservação ambiental, limpeza urbana e coleta e tratamento de resíduos sólidos;

i) realizar apoio a projetos esportivos, culturais e de proteção ao meio ambiente.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão, 25 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 25 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

**LEI Nº 314/2017**

Publicação Nº 1422439

LEI Nº 315, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Rincão, abrangendo a administração direta e indireta para o exercício financeiro de 2018 em R\$ 46.335.000,00 (quarenta e seis milhões e trezentos e trinta e cinco mil reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei e nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018.

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	44.729.000,00
1.1	Receita Tributária	11.198.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	1.770.000,00
1.3	Receita Patrimonial	658.000,00
1.6	Receita de Serviços	10.545.000,00
1.7	Transferências Correntes	19.925.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	633.000,00
2.	Receitas de Capital	1.606.000,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	1.604.000,00
TOTAL		46.335.000,00

Da Fixação da Despesa

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

01.01	Câmara Municipal de Vereadores	1.465.500,00
02.01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	1.054.000,00
02.02	Procuradoria Geral do Município	240.000,00
02.03	Secretaria de Administração e Finanças	3.766.000,00
02.04	Secretaria de Educação de Educação e Cultura	9.147.500,00
02.05	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer	1.120.000,00
02.06	Secretaria de Assistência Social	1.274.000,00
02.07	Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	8.317.000,00
02.08	Secretaria da Pesca, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	299.000,00
03.01	Secretaria Municipal de Saúde	8.652.000,00
04.01	SAMAE – Serviço Autônomo Munic. de Água e Esgoto	11.000.000,00
TOTAL		46.335.000,00

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01	Legislativa	1.465.500,00
02	Judiciária	240.000,00
04	Administração	3.854.000,00
06	Segurança Pública	303.000,00
08	Assistência Social	1.394.000,00
10	Saúde	9.182.000,00

12	Educação	8.474.000,00
13	Cultura	143.500,00
15	Urbanismo	8.317.000,00
17	Saneamento	11.000.000,00
18	Gestão Ambiental	156.000,00
20	Agricultura	143.000,00
23	Comércio e Serviços	743.000,00
27	Desporto e Lazer	377.000,00
28	Encargos Especiais	513.000,00
99	Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL		46.335.000,00

**III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO**

31	Ação Legislativa	1.465.000,00
62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	240.000,00
122	Administração Geral	806.000,00
123	Administração Financeira	2.963.000,00
124	Controle Interno	85.000,00
181	Policimento	260.000,00
182	Defesa Civil	43.000,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00
244	Assistência Comunitária	1.214.000,00
301	Atenção Básica	8.342.000,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	210.000,00
305	Vigilância Epidemiológica	100.000,00
306	Alimentação e Nutrição	530.000,00
361	Ensino Fundamental	5.726.000,00
364	Ensino Superior	201.000,00
365	Educação Infantil	2.474.000,00
366	Educação de Jovens e Adultos	27.000,00
367	Educação Especial	46.000,00
392	Difusão Cultural	143.500,00
451	Infra-Estrutura Urbana	2.175.000,00
452	Serviços Urbanos	6.142.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	11.000.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	156.000,00
602	Promoção da Produção Animal	90.000,00
606	Extensão Rural	53.000,00
695	Turismo	743.000,00
813	Lazer	377.000,00
846	Outros Encargos Especiais	513.000,00
999	Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL		46.335.000,00

**IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

0000	Encargos Especiais e Dívida Pública	513.000,00
0001	Gestão do Processo Legislativo	1.465.500,00
0002	Gestão Financeira e Administrativa	4.287.000,00
0003	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana	7.944.000,00
0005	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social	1.274.000,00
0006	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	373.000,00
0007	Gestão do Desenvolvimento Turístico	743.000,00
0008	Gestão da Água e Saneamento	11.000.000,00
0009	Gestão da Proteção Ambiental	156.000,00
0010	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	8.652.000,00
0011	Gestão da Agricultura e Pesca Sustentável	143.000,00
0012	Gestão e Apoio a Cultura, Esporte e Lazer	520.500,00
0013	Gestão da Segurança Municipal	260.000,00
TOTAL		46.335.000,00

**V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes	40.582.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	18.576.500,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	41.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	21.964.500,00
Despesas de Capital	5.723.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	5.408.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	314.500,00
Reserva de Contingência	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>46.335.000,00</b>

**DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ENTIDADE**

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

Art. 4º O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão para o exercício financeiro de 2018 estima a Receita em R\$ 33.132.000,00 (trinta e três milhões e cento e trinta e dois mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 25.217.500,00 (vinte e cinco milhões duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) e Transferências Financeiras R\$ 7.914.500,00 (sete milhões novecentos e quatorze mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	31.530.000,00
1.1	Receita Tributária	11.128.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	1.770.000,00
1.3	Receita Patrimonial	479.000,00
1.7	Transferências Correntes	17.823.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	330.000,00
2.	Receitas de Capital	1.602.000,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	1.600.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>33.132.000,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

**CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

02	Judiciária	240.000,00
04	Administração	3.854.000,00
06	Segurança Pública	303.000,00
08	Assistência Social	1.394.000,00
10	Saúde	530.000,00
12	Educação	8.474.000,00
13	Cultura	143.500,00
15	Urbanismo	8.317.000,00
18	Gestão Ambiental	156.000,00
20	Agricultura	143.000,00
23	Comércio e Serviços	743.000,00
27	Desporto e Lazer	377.000,00
28	Encargos Especiais	513.000,00
99	Reserva de Contingência	30.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>25.217.500,00</b>

**CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes	21.185.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	10.066.500,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	11.098.500,00
Despesas de Capital	4.002.500,00

4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	3.782.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	220.000,00
Reserva de Contingência	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>25.217.500,00</b>
Transferências Financeiras Concedidas	7.914.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>33.132.000,00</b>

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão  
Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão, para o exercício financeiro de 2018, estima a Receita em R\$ 2.203.000,00 (dois milhões e duzentos e três mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.449.000,00 (seis milhões e quatrocentos e quarenta e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 8.652.000,00 (oito milhões seiscentos e cinquenta e dois mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. Receitas Correntes	2.201.000,00
1.1 Receita Tributária	70.000,00
1.3 Receita Patrimonial	27.000,00
1.7 Transferências Correntes	2.102.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	2.000,00
2. Receitas de Capital	2.000,00
2.4 Transferências de Capital	2.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.203.000,00</b>

Transferências Financeiras Recebidas	6.449.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.652.000,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 Saúde	8.652.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.652.000,00</b>

**CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes	8.180.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	5.660.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	2.520.000,00
Despesas de Capital	472.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	472.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.52.000,00</b>

Do Orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Art. 6º O Orçamento da entidade, SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, para o exercício financeiro de 2018 estima a Receita em R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) e fixa as Despesas em R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. Receitas Correntes	10.998.000,00
1.3 Receita Patrimonial	152.000,00
1.6 Receita de Serviços	10.545.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	301.000,00
2. Receitas de Capital	2.000,00

2.4 Transferências de Capital	2.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.000.000,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade, SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto será realizado segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 Saneamento	11.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.000.000,00</b>

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	9.896.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.800.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	8.096.000,00
Despesas de Capital	1.104.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	1.104.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.000.000,00</b>

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Rincão

Art. 7º O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Rincão para o exercício financeiro de 2018 fixa as Despesas em R\$ 1.465.500,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.465.500,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	1.465.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.465.500,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Rincão será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 Legislativa	1.465.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.465.500,00</b>

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.321.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.050.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	21.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	250.000,00
Despesas de Capital	144.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	50.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	94.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.465.500,00</b>

Da Reserva de Contingência

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos da reserva de contingência nas situações previstas no Artigo 5º, Inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Das Disposições Gerais

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal e Legislativo autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 50% (cinquenta e cinco por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto nos Incisos I, II, III e IV do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17

de março 1964;

§ 1º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações diretas e indiretas, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 11º Para efeito de observância do limite previsto no Artigo 9º, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado no exercício anterior em conformidade com o previsto nos Incisos I, II e IV do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964;

Art. 12º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município observado os preceitos legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos Artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 13º Durante o exercício financeiro de 2018 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 14º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Das Disposições Finais

Art. 15º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através da Administração direta ou indireta.

Art. 17º Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

- Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- Receitas por Categorias Econômicas;
- Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;
- Funções e Subfunções de Governo;
- Programa de Trabalho de Governo;
- Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);
- Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos;
- Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;
- Demonstrativo da Evolução da Receita;
- Demonstrativo da Evolução da Despesa;
- Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 18º A presente Lei vigorará durante o exercício financeiro de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 25 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 25 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

**LEI Nº 315/2017**

Publicação Nº 1422440

LEI Nº 315, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Rincão, abrangendo a administração direta e indireta para o exercício financeiro de 2018 em R\$ 46.335.000,00 (quarenta e seis milhões e trezentos e trinta e cinco mil reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei e nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018.

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	44.729.000,00
1.1	Receita Tributária	11.198.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	1.770.000,00
1.3	Receita Patrimonial	658.000,00
1.6	Receita de Serviços	10.545.000,00
1.7	Transferências Correntes	19.925.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	633.000,00
2.	Receitas de Capital	1.606.000,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	1.604.000,00
TOTAL		46.335.000,00

Da Fixação da Despesa

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

01.01	Câmara Municipal de Vereadores	1.465.500,00
02.01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	1.054.000,00
02.02	Procuradoria Geral do Município	240.000,00
02.03	Secretaria de Administração e Finanças	3.766.000,00
02.04	Secretaria de Educação de Educação e Cultura	9.147.500,00
02.05	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer	1.120.000,00
02.06	Secretaria de Assistência Social	1.274.000,00
02.07	Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	8.317.000,00
02.08	Secretaria da Pesca, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	299.000,00
03.01	Secretaria Municipal de Saúde	8.652.000,00
04.01	SAMAE – Serviço Autônomo Munic. de Água e Esgoto	11.000.000,00
TOTAL		46.335.000,00

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01	Legislativa	1.465.500,00
02	Judiciária	240.000,00
04	Administração	3.854.000,00
06	Segurança Pública	303.000,00
08	Assistência Social	1.394.000,00

10	Saúde	9.182.000,00
12	Educação	8.474.000,00
13	Cultura	143.500,00
15	Urbanismo	8.317.000,00
17	Saneamento	11.000.000,00
18	Gestão Ambiental	156.000,00
20	Agricultura	143.000,00
23	Comércio e Serviços	743.000,00
27	Desporto e Lazer	377.000,00
28	Encargos Especiais	513.000,00
99	Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL		46.335.000,00

**III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO**

31	Ação Legislativa	1.465.000,00
62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	240.000,00
122	Administração Geral	806.000,00
123	Administração Financeira	2.963.000,00
124	Controle Interno	85.000,00
181	Policimento	260.000,00
182	Defesa Civil	43.000,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00
244	Assistência Comunitária	1.214.000,00
301	Atenção Básica	8.342.000,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	210.000,00
305	Vigilância Epidemiológica	100.000,00
306	Alimentação e Nutrição	530.000,00
361	Ensino Fundamental	5.726.000,00
364	Ensino Superior	201.000,00
365	Educação Infantil	2.474.000,00
366	Educação de Jovens e Adultos	27.000,00
367	Educação Especial	46.000,00
392	Difusão Cultural	143.500,00
451	Infra-Estrutura Urbana	2.175.000,00
452	Serviços Urbanos	6.142.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	11.000.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	156.000,00
602	Promoção da Produção Animal	90.000,00
606	Extensão Rural	53.000,00
695	Turismo	743.000,00
813	Lazer	377.000,00
846	Outros Encargos Especiais	513.000,00
999	Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL		46.335.000,00

**IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

0000	Encargos Especiais e Dívida Pública	513.000,00
0001	Gestão do Processo Legislativo	1.465.500,00
0002	Gestão Financeira e Administrativa	4.287.000,00
0003	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana	7.944.000,00
0005	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social	1.274.000,00
0006	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	373.000,00
0007	Gestão do Desenvolvimento Turístico	743.000,00
0008	Gestão da Água e Saneamento	11.000.000,00
0009	Gestão da Proteção Ambiental	156.000,00
0010	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	8.652.000,00
0011	Gestão da Agricultura e Pesca Sustentável	143.000,00
0012	Gestão e Apoio a Cultura, Esporte e Lazer	520.500,00
0013	Gestão da Segurança Municipal	260.000,00

TOTAL	46.335.000,00
-------	---------------

**V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes	40.582.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	18.576.500,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	41.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	21.964.500,00
Despesas de Capital	5.723.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	5.408.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	314.500,00
Reserva de Contingência	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL	46.335.000,00

**DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ENTIDADE**

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

Art. 4º O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão para o exercício financeiro de 2018 estima a Receita em R\$ 33.132.000,00 (trinta e três milhões e cento e trinta e dois mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 25.217.500,00 (vinte e cinco milhões duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) e Transferências Financeiras R\$ 7.914.500,00 (sete milhões novecentos e quatorze mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	31.530.000,00
1.1	Receita Tributária	11.128.000,00
1.2	Receitas de Contribuições	1.770.000,00
1.3	Receita Patrimonial	479.000,00
1.7	Transferências Correntes	17.823.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	330.000,00
2.	Receitas de Capital	1.602.000,00
2.1	Operações de Crédito	1.000,00
2.2	Alienação de Bens	1.000,00
2.4	Transferências de Capital	1.600.000,00
TOTAL		33.132.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

**CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

02	Judiciária	240.000,00
04	Administração	3.854.000,00
06	Segurança Pública	303.000,00
08	Assistência Social	1.394.000,00
10	Saúde	530.000,00
12	Educação	8.474.000,00
13	Cultura	143.500,00
15	Urbanismo	8.317.000,00
18	Gestão Ambiental	156.000,00
20	Agricultura	143.000,00
23	Comércio e Serviços	743.000,00
27	Desporto e Lazer	377.000,00
28	Encargos Especiais	513.000,00
99	Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL		25.217.500,00

**CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes	21.185.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	10.066.500,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	20.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	11.098.500,00
Despesas de Capital	4.002.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	3.782.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	220.000,00
Reserva de Contingência	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL	25.217.500,00
Transferências Financeiras Concedidas	7.914.500,00
TOTAL GERAL	33.132.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão  
Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão, para o exercício financeiro de 2018, estima a Receita em R\$ 2.203.000,00 (dois milhões e duzentos e três mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.449.000,00 (seis milhões e quatrocentos e quarenta e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 8.652.000,00 (oito milhões seiscentos e cinquenta e dois mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. Receitas Correntes	2.201.000,00
1.1 Receita Tributária	70.000,00
1.3 Receita Patrimonial	27.000,00
1.7 Transferências Correntes	2.102.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	2.000,00
2. Receitas de Capital	2.000,00
2.4 Transferências de Capital	2.000,00
TOTAL	2.203.000,00

Transferências Financeiras Recebidas	6.449.000,00
TOTAL GERAL	8.652.000,00

§ 2º A Despesa da entidade do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 Saúde	8.652.000,00
TOTAL	8.652.000,00

**CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes	8.180.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	5.660.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	2.520.000,00
Despesas de Capital	472.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	472.000,00
TOTAL	8.52.000,00

Do Orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Art. 6º O Orçamento da entidade, SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, para o exercício financeiro de 2018 estima a Receita em R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) e fixa as Despesas em R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. Receitas Correntes	10.998.000,00
1.3 Receita Patrimonial	152.000,00
1.6 Receita de Serviços	10.545.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	301.000,00

2. Receitas de Capital	2.000,00
2.4 Transferências de Capital	2.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.000.000,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade, SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto será realizado segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 Saneamento	11.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.000.000,00</b>

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	9.896.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.800.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	8.096.000,00
Despesas de Capital	1.104.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	1.104.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.000.000,00</b>

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Rincão

Art. 7º O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Rincão para o exercício financeiro de 2018 fixa as Despesas em R\$ 1.465.500,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.465.500,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	1.465.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.465.500,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Rincão será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 Legislativa	1.465.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.465.500,00</b>

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.321.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.050.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	21.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	250.000,00
Despesas de Capital	144.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	50.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	94.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.465.500,00</b>

Da Reserva de Contingência

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos da reserva de contingência nas situações previstas no Artigo 5º, Inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Das Disposições Gerais

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal e Legislativo autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 50% (cinquenta e cinco por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto nos Incisos

I, II, III e IV do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964;

§ 1º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações diretas e indiretas, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 11º Para efeito de observância do limite previsto no Artigo 9º, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado no exercício anterior em conformidade com o previsto nos Incisos I, II e IV do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964;

Art. 12º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município observado os preceitos legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos Artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 13º Durante o exercício financeiro de 2018 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 14º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Das Disposições Finais

Art. 15º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através da Administração direta ou indireta.

Art. 17º Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

- Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- Receitas por Categorias Econômicas;
- Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;
- Funções e Subfunções de Governo;
- Programa de Trabalho de Governo;
- Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);
- Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos;
- Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;
- Demonstrativo da Evolução da Receita;
- Demonstrativo da Evolução da Despesa;
- Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 18º A presente Lei vigorará durante o exercício financeiro de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 25 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 25 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

**LEI Nº 316/2017**

Publicação Nº 1422442

LEI Nº 316, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE AO MACHISMO E VALORIZAÇÃO DAS MULHERES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO-SC.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres nas escolas públicas de responsabilidade da Prefeitura de Balneário Rincão.

Art. 2º Para a implementação desta Campanha, cada unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e conscientização sobre os direitos das mulheres e de combate ao machismo.

Art. 3º São objetivos da Campanha:

I - Prevenir e combater a reprodução do machismo nas escolas municipais e fora delas;

II - Capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão e combate ao machismo;

III - incluir, no Regimento Escolar, regras normativas que constringam a prática do machismo;

IV - Desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização ao longo do ano letivo que envolvam a valorização das mulheres e o combate à opressão sofrida pelas mesmas;

V - Integrar a comunidade, as organizações da sociedade e os meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao machismo, à desigualdade de gênero e à opressão sofrida pelas mulheres;

VI - Coibir atos de agressão, discriminação, humilhação, diferenciação a partir da perspectiva de gênero, e qualquer outro comportamento de intimidação, constrangimento ou violência contra as mulheres;

VII - Realizar debates e reflexões a respeito do assunto, com ensinamentos que visem à conscientização dos problemas gerados pelas práticas machistas;

VIII - promover reflexões que revisem o papel da mulher historicamente construído, estimulando a expansão da liberdade das mulheres e a igualdade de direitos entre os gêneros.

Art. 4º Compete à unidade escolar aprovar um plano de ações, incluindo a semana de combate à opressão de gênero e valorização das mulheres, no Calendário da Escola, para a implantação das medidas previstas na Campanha.

Parágrafo único. A semana de combate à opressão de gênero coincidirá, preferencialmente, com o Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher, 25 de novembro.

Art. 5º É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação garantir a implementação da Campanha.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 31 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

**LEI Nº 317/2017**

Publicação Nº 1422443

LEI Nº 317, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E APOIO AOS PORTADORES DAS DOENÇAS DE ALZHEIMER E PARKINSON NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização e Apoio aos Portadores das Doenças de Alzheimer e Parkinson no âmbito do Município de Balneário Rincão e a ser realizada anualmente, na semana que compreender o dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde.

Parágrafo único. Durante a Semana que se refere o caput deste artigo o Executivo Municipal poderá promover seminários, campanhas e palestras educativas, objetivando a conscientização da população da importância do apoio aos portadores das doenças de Alzheimer e Parkinson, a troca de experiências e informações quanto às causas e seus tratamentos, buscando um diagnóstico precoce dessas enfermidades.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 31 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

**LEI Nº 318/2017**

Publicação Nº 1422444

LEI Nº 318, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ESTABELECIMENTOS QUE NÃO ACEITAREM CHEQUES OU CARTÕES DE DÉBITO OU CRÉDITO FIXAREM, EM LOCAL VISÍVEL, PLACA CONTENDO INFORMAÇÃO A RESPEITO DA NÃO ACEITAÇÃO DESSAS FORMAS DE PAGAMENTO.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos que não aceitem cheques ou cartões de débito ou crédito obrigados a fixar, em local visível, placa contendo informação a respeito da não aceitação dessas formas de pagamento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade a que se refere o "caput" deste artigo abrange todos os estabelecimentos que realizam relações de consumo.

Art. 2º Em caso de descumprimento do disposto nesta lei, o estabelecimento será intimado para a devida regularização no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da lavratura do respectivo auto.

§ 1º Não atendida a intimação de que trata o "caput" deste artigo, será imposta multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 2º A multa prevista no § 1º deste artigo será reajustada, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- IBGE, ou por outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da publicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 31 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

### **LEI Nº 319/2017**

Publicação Nº 1422445

LEI Nº 319, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

INSTITUI A CAMPANHA SETEMBRO VERDE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Setembro Verde, a ser realizada, anualmente, no mês de setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população de Balneário Rincão em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando-a a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Art. 2º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 31 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

### **LEI Nº 320/2017**

Publicação Nº 1422446

LEI Nº 320, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA EMPRESA AMIGA DO ESPORTE E DO LAZER, NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa Empresa Amiga do Esporte e do Lazer, no Município de Balneário Rincão, com a finalidade de estimular as pessoas jurídicas a contribuírem para a melhoria da

qualidade do esporte e do lazer no Município.

Parágrafo único: A participação das pessoas jurídicas no Programa será efetuada pelas seguintes formas:

I - Doação de materiais esportivos e/ou de lazer;

II - Realização de obras de manutenção nos equipamentos esportivos públicos;

III - Reforma e ampliação de áreas destinadas à prática de atividades físicas de lazer;

IV - Realização de ações que visam fomentar o esporte e o lazer.

Art. 2º - As pessoas jurídicas interessadas em participar do Programa deverão firmar Termo de parceria com o Poder Executivo, sobre a forma de que participará do programa. Parágrafo Único: Em caso de realização de obra, reforma ou ampliação de área, a empresa deverá submeter o projeto ao Poder Executivo, devendo iniciar a intervenção somente após a sua aprovação.

Art. 3º - As pessoas jurídicas participantes do Programa poderão divulgar, com fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício do esporte e do lazer, inclusive por meio da colocação de placas para divulgação.

Art. 4º - O Poder Público Municipal não terá ônus de nenhuma natureza e não concederá qualquer incentivo econômico ou estímulo fiscal às empresas, em razão da participação no Programa, além da autorização prevista no art. 3º.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 31 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

### **LEI Nº 321/2017**

Publicação Nº 1422448

LEI Nº 321, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

OBRIGA A DIVULGAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DAS RAZÕES DE PARALISAÇÃO DE OBRA PÚBLICA MUNICIPAL.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Determina ao Poder Executivo que informe no Diário Oficial do Município as razões pelas quais houve paralisação de obra pública.

Art. 2º - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Balneário Rincão, 31 de outubro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

## ATA 020/PMBR/2017 - RP 070/PMBR/2017

Publicação Nº 1422196

Página: 1/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 01/11/2017 Válido até: 01/11/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOMBAS DE ENCHER BOLAS PRINCIPAIS MATERIAL: PLÁSTICO DIMENSÕES DO PRODUTO (A X L X P): 21 CM X 03 CM X 03 CM PESO APROXIMADO: 100 G	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	POKER	0	30,7000	1
2			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	POKER	0	30,8000	2
3			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Poker	0	30,9000	3
4			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	31,0000	4
5			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Stadium	0	31,0000	5
1	BOLAS DE HANDEBOL TAMANHO 1 DA IHF; "E MATERIAL: EM PU ULTRA GRIP "CIRCUNFERÊNCIA: 58 - 60 CM "PESO APROXIMADO: 425 - 475G "COSTURADA "CAMARÁ-AIRBILITY "ORIGEM: IMPORTADO "32 GOMOS "MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL LUBRIFICADO	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	SAMBA	0	91,7000	1
2			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	NIO BOL	0	91,7400	2
3			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	91,8000	3
4			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Panna	0	91,9700	4

Página: 2/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2017**

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	BOLAS DE HANDEBOL TAMANHO 2 DA IHF; "MATERIAL: EM PU ULTRA GRIP "CIRCUNFERENCIA: 54 - 56 CM "PESO APROXIMADO: 325 - 375G "COSTURADA "CÂMARA AIRBILITY "ORIGEM: IMPORTADO "32 GOMOS "MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	SAMBA	0	94,0000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	NIO BOL	0	94,1000	2
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Pama	0	94,3000	3
			VIZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	94,3000	4
4	BOLAS DE HANDEBOL TAMANHO 3 DA IHF; "MATERIAL: EM PU ULTRA GRIP "CIRCUNFERENCIA: 58 - 60 CM "PESO APROXIMADO: 425G - 475G "COSTURADA "CÂMARA AIRBILITY "ORIGEM: IMPORTADO "32 GOMOS "MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	SAMBA	0	101,0000	1
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Pama	0	101,1000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	NIO BOL	0	101,2000	3
			VIZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	101,3000	4
5	BOLA DE VOLEIBOL: BOLA DE VOLEI OFICIAL PRO 7.0 COM 16 GOMOS, MATERIAL MICROFIBRA, CÂMARA AIRBILITY, PESO 280-280 GR, CIRCUNFERENCIA 65-67 CM, APROVADA PEL FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB).	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	SPORT	0	78,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017**

Página: 3/13

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	REDE DE VOLEIBOL; REDES DE VOLEIBOL OFICIAL 4 FAIXAS - POLIPROPILENO (SEDA). CONFECCIONADA COM FIO DE POLIPROPILENO (SEDA) DE 2,0 MM DE ALTA RESISTENCIA, MALHA 10, COM 4 FAIXAS DE ALGODÃO, TAMANHO: (LXA) 9,50X1,0 M, TAMANHO DA EMBALAGEM: 13X25X30.	UN	MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	PENALTY	0	78,7500	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	WILSON	0	78,9500	3
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	79,1400	4
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	NEDEL	0	188,4000	1
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Pangúé	0	188,5000	2
7	BOLA DE BASQUETEBOL TAMANHO 5; "MATERIAL: CONFECCIONADA EM MICROFIBRA "CIRCUNFERÊNCIA: 72 - 74 CM "PRESSÃO: 7-9LBS "CAMARA: AIRBILITY "TAMANHO: MIRIM "PESO APROXIMADO: 450 - 500 G "ORIGEM: NACIONAL	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MASTER RED	0	189,9000	3
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PANGUE	0	191,0000	4
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	AIH	0	74,3500	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PENALTY	0	74,4000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	74,6000	3
4			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Penalty	0	74,6400	4

Página: 4/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017**

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 01/11/2017 Válido até: 01/11/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	BOLA DE BASQUETEBOL TAMANHO 6: "MATERIAL: CONFECCIONADA EM BORRACHA "CIRCUNFERÊNCIA: 72 CM "PRESSÃO: 7-9LBS "PESO APROXIMADO: 540 G "ORIGEM: NACIONAL	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	SPORT	0	76,9000	1
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Magussy	0	77,0000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PENALTY	0	77,4500	3
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	77,9000	4
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Penalty	0	78,5000	5
9	BOLA DE BASQUETEBOL TAMANHO 7: BOLA DE BASQUETE CIRCUNFERÊNCIA 75-78 CM, PESO 600-650 GR, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA, MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, TAMANHO MASCULINO, BOLA APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA), COM SELO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETE (CBB).	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	SPALDING	0	83,2000	1
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	83,2500	2
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Penalty	0	83,5000	3
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PENALTY	0	83,5000	4
10	REDES PARA ARO DE BASQUETEBOL; REDE DE BASQUETE OFICIAL CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO SPITTER 8,50 34,00 COM ESPESSURA DE 8 MM E MALHA 5 X 5 CM, O PAR.	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	NEDEL	0	46,9000	1
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Pangue	0	47,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017**

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PANGUE	0	62,3000	3
4			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MASTER RED	0	63,3000	4
5			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Spiter	0	63,3000	5
1	11 BOLAS DE FUTSAL MAX 100; "MATERIAL: POLIURETANO "CIRCUNFERENCIA: 53 CM "PRESSAO: 6-8 LBS "SEM COSTURA "PESO APROXIMADO: 320 G "ORIGEM: NACIONAL	UN	CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Magussy	0	106,9000	1
2			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Penalty	0	106,9500	2
3			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	107,0000	3
4			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PENALTY	0	107,9000	4
5			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	NEDEL	0	107,9700	5
1	12 BOLAS DE FUTSAL MAX 200; COSTURADA À MÃO, 12 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, DIÂMETRO 55-59CM, PESO 350- 380G, MILOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	UN	CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Magussy	0	118,6000	1
2			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PENALTY	0	118,6500	2
3			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Penalty	0	118,7500	3
4			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	118,9000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2017**

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	BOIAS DE FUTSAL MAX 500; "COSTURADA À MÃO, 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, DIAMETRO 61-64CM, PESO 410-440G, CÂMARA AIRBLITY, MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	PENALTY	0	119,3000	5
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Penalty	0	187,9000	1
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Penalty	0	187,9500	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PENALTY	0	188,2000	3
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	PENALTY	0	188,6400	4
14	REDES DE TRAVE DE FUTSAL MATERIAL NAILON, APLICAÇÃO FUTEBOL DE SALÃO, TAMANHO OFICIAL.	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	188,6400	5
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Pangue	0	181,8000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PANGUE	0	181,9000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MASTER RED	0	182,0000	3
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	NEDEL	0	183,0000	4
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Spliter	0	183,0000	5

Página: 7/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017**

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 01/11/2017 Válido até: 01/11/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	MESA OFICIAL DE TÊNIS DE MESA DE 25MM (MDF), MEDIDAS OFICIAIS QUE ATENDEM AOS PADRÕES DA ITTF (INTERNATIONAL TABLE TENNIS FEDERATION). ACABAMENTO EM LACA AZUL COM LINHAS DEMARCADORAS BRANCAS, BORDAS LATERAIS EM PERFIL DE AÇO QUE ASSEGURAM ESTABILIDADE DOS TAMPOS, PÉS DE TUBO DE AÇO (PINTADOS DE PRETO) DOBRÁVEIS, COM RODÍZIOS, PERMITE O USO COMO "PAREDAO" PARA TREINO SOLITÁRIO, KIT PARA TÊNIS DE MESA COMPOSTO POR 02 SUPORTES (EM FERRO COM PARAFUSO TIPO BORBOLETA) E REDE DE NYLON, MEDIDAS: 24 X 29 CM.	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	KLOPF	0	1,195,0000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PANGUE	0	1,198,0000	2
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	KLOPF	0	1,199,9700	3
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Klogf	0	1,199,9700	4
16	RAQUETE ESPORTIVA, MATERIAL CORPO MADEIRA, REVESTIMENTO CORPO BORRACHA, REVESTIMENTO CABO BORRACHA, TAMANHO ÚNICO, COR AZUL, APLICAÇÃO TÊNIS DE MESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 LADOS REVESTIDOS.	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VICOE	0	33,4000	1
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Toprio	0	33,4400	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	ESTAR FLEX	0	33,5000	3
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	SCALIBU	0	33,6000	4
17	BOLINHAS DE TÊNIS DE MESA TAMANHO OFICIAL: 40MM, FAIXA ETÁRIA: TODAS AS IDADES, CATEGORIA: PROFISSIONAL, APROVADA PELA USATT (USA TABLE TENNIS) E ITTF (INTERNATIONAL TABLE TENNIS FEDERATION), JOGO COM 06 UNIDADES.	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	DONIC	0	2,7500	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	ESTAR FLEX	0	2,7900	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VOLLO	0	2,8700	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017**

Página: 8/13

**Número do Registro de Preços: 20/2017      Data do Registro: 01/11/2017      Válido até: 01/11/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Vollo	0	2.8700	4
18	REDES DE TÊNIS DE MESA COM SUPORTE MATERIAL NÁILON, MATERIAL REFORÇO BORDA NÁILON, COR VERDE E BRANCA, APLICAÇÃO TENIS DE MESA.	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	SCALIBU	0	59,0000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	ESTAR FLEX	0	59,1000	2
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Toprio	0	59,2900	3
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	NEDEL	0	59,6400	4
19	APTOS MATERIAL PLÁSTICO, APLICAÇÃO ESPORTE, TIPO PROFISSIONAL, TAMANHO MEDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM DEDAL, COR PRETA, TIPO FOX	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	SCALIBU	0	24,3000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	PANGUE	0	24,3500	2
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Scalibur	0	24,6400	3
20	CRONÔMETRO, MATERIAL CARCAÇA PLÁSTICO ABS, TIPO BOLSO, TIPO MOSTRADOR DIGITAL, FUNCIONAMENTO BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALARME.	UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	POKER	0	32,5500	1
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Pangué	0	32,6000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	ESTAR FLEX	0	32,9000	3
			MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP (1615)	Vollo	0	33,3000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017**

Página: 9/13

**Número do Registro de Preços: 20/2017      Data do Registro: 01/11/2017      Válido até: 01/11/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	TROFÉU GRANDE LAMINADO 1º LUGAR APROX. 1,00CM;	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VOLLO	0	33.3000	5
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	119.5000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	119.8000	2
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	120.0000	3
22	TROFÉU GRANDE LAMINADO 2º LUGAR APROX. 1,20CM;	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	178.0000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	178.5000	2
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	180.0000	3
23	MEDALHAS 1º LUGAR (IMITAÇÃO OURO) 7 CM;	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	3.7900	1
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3.8000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	3.8300	3
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	3.9000	4
24	MEDALHAS 2º LUGAR (IMITAÇÃO PRATA) 7 CM	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	3.7900	1
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3.8500	2
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	3.9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017**

Página: 10/13

**Número do Registro de Preços: 20/2017      Data do Registro: 01/11/2017      Válido até: 01/11/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	MEDALHAS 3º LUGAR (IMITAÇÃO BRONZE) 7CM,;		JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	3,9000	4
		UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	3,7900	1
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	3,9000	2
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3,9000	3
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	3,9000	4
26	MEDALHAS 4º LUGAR (IMITAÇÃO BRONZE) 7CM;	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	3,7900	1
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	3,9000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	3,9000	3
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3,9000	4
		UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	3,2200	1
27	MEDALHAS (IMITAÇÃO OURO) 5,5CM;		CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3,2300	2
		UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	3,2400	3
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3,2300	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	3,2400	3
		UN	FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	3,3000	4
28	MEDALHAS (IMITAÇÃO PRATA) 5,5CM;	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MILLENIUM	0	3,2200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 11/13

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	MEDALHAS (IMITAÇÃO BRONZE) 5,5CM.;		CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3,2500	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	3,3000	3
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	3,3000	4
		UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1637)	MILLENIUM	0	3,2200	1
			CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP (1616)	Rena	0	3,2500	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	VITORIA	0	3,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINÇAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP (1617)	VITORIA	0	3,3000	4

Página: 13/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017

PROCESSO Nº 70/2017

- (1537) - WZ MULTIESPORTES LTDA ME
- (1538) - JM ESPORTES LTDA ME
- (1615) - MILRAU COMERCO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP
- (1616) - CELITO CARLESSE & CIA LTDA EPP
- (1617) - FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI EPP

Balneário Rincão, 1 de Novembro de 2017.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### DF Nº 31/2017

Publicação Nº 1422005

Decreto Financeiro nº 031, de 08 de novembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.203/2016, Lei Municipal nº 1.204/2016, Lei Municipal nº 1.205/2016, Lei Municipal nº 1.246/2017 e demais normas em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 294.500,00 (duzentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais), a seguir:

R\$

06.01.12.365.0002.2.021 Gestão dos Serviços do Ensino Infantil	
(46)3.1.90.00.00.00.1018 Aplicações Diretas - Recursos do FUNDEB	30.000,00
06.01.12.122.0001.2.063 Gestão dos Serviços da Secretaria Mun Educ Cult Esp e Turismo	
(15)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	25.000,00
06.02.13.392.0003.2.026 Gestão dos Serviços de Cultura e Turismo	
(58)3.3.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	50.000,00
07.01.20.605.0005.2.011 Gestão dos Serviços de Agricultura	
(67)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	70.000,00
07.01.20.605.0005.1.010 Renovar a Frota do Maquinário Agrícola	
(65)4.4.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	114.500,00
10.04.08.243.0015.2.006 Gestão dos Serviços do Conselho Tutelar	
(112)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	5.000,00
Total da Suplementação	294.500,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito autorizado neste ato, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, fica autorizado a utilização da seguinte fonte de recurso:

R\$

02.01.04.122.0001.2.001 Gestão dos Serviços do Gabinete do Prefeito	
(1)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	50.000,00
06.01.12.361.0002.2.020 Gestão dos Serviços do Ensino Fundamental	
(24)3.1.90.00.00.00.1018 Aplicações Diretas - Recursos do FUNDEB	30.000,00
03.01.04.122.0001.2.003 Gestão dos Serviços de Administração	
(5)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	80.000,00
05.01.17.512.0011.2.010 Gestão dos Serviços do Saneamento Urbano	
(13)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	14.500,00
08.01.26.782.0007.2.029 Gestão dos Serviços de Transportes, Obras e Urbanismo	

(85)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	120.000,00
Total da Suplementação	294.500,00

Art. 3º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC, em 08 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

### DF Nº 32/2017

Publicação Nº 1422007

Decreto Financeiro nº 032, de 08 de novembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.203/2016, Lei Municipal nº 1.204/2016, Lei Municipal nº 1.205/2016, Lei Municipal nº 1.246/2017 e demais normas em vigor,

#### DECRETA:

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a seguir:

R\$

05.02.10.301.0010.2.037 Gestão da Saúde com PSF Federal	
(28)3.1.90.00.00.00.1064 Aplicações Diretas - Recursos do PAB	24.000,00
Total da Suplementação	24.000,00

Art. 3º Para cobertura do Crédito autorizado neste ato, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, fica autorizado a utilização da seguinte fonte de recurso:

R\$

05.02.10.301.0010.2.059 Gestão da Saúde com NASF Federal	
(37)3.1.90.00.00.00.1064 Aplicações Diretas - Recursos do PAB	24.000,00
Total da Suplementação	24.000,00

Art. 3º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC, em 08 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 28/2017 FMS**

Publicação Nº 1407081

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE  
CONTRATO Nº 28/2017

Processo licitatório nº 27/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017

Credenciamento

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA ME

Objeto: SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE EXAMES NA ÁREA DA SAÚDE NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO CONFORME ENCAMINHAMENTO MÉDICO, AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Da vigência: 20/10/2017 a 19/10/2018

Do valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Bandeirante, SC, em 20 de outubro de 2017

Neuri Biazzi – GESTOR DO FMS

**EXTRATO DE CONTRATO 29/2017 FMS**

Publicação Nº 1407084

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE  
CONTRATO Nº 29/2017

Processo licitatório nº 27/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017

Credenciamento

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

Contratado: HOSPITAL E MATERNIDADE VITORIA T MISSEN LTDA

Objeto: SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE EXAMES NA ÁREA DA SAÚDE NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO CONFORME ENCAMINHAMENTO MÉDICO, AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Da vigência: 20/10/2017 a 19/10/2018

Do valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Bandeirante, SC, em 20 de outubro de 2017

Neuri Biazzi – GESTOR DO FMS

**EXTRATO DE CONTRATO 30/2017 FMS**

Publicação Nº 1417167

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE  
CONTRATO Nº 30/2017

TERMO ADITIVO Nº 02 ao CONTRATO 04/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC - CIS/AMEOSC

Objeto: Prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do município de Bandeirante, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

Das alterações: Fica adicionado o valor de R\$ 9.130,00 (quarenta e dois mil novecentos e quarenta reais) com o objetivo de custear despesas oriundas de cirurgias de catarata em pacientes do Município.

Assinatura: 27 de Outubro de 2017.

Vigência: 31 de Dezembro de 2017

Bandeirante, SC, em 27 de outubro de 2017

Neuri Biazzi – GESTOR DO FMS

**LEI Nº 1245/2017**

Publicação Nº 1422018

LEI Nº 1.245, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera a Lei Municipal nº 9/1997, de 31 de janeiro, que dispõe o Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei Municipal nº 9/1997, de 31 de janeiro, que dispõe sobre a instituição do Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto neste ato.

Art. 2º Fica alterada o inciso VI do art. 3º da Lei Municipal nº 9/1997, passando o inciso a vigor integralmente com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

VI – Assinar cheques e efetuar movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Saúde juntamente com o responsável pela tesouraria e com a Contadora."

Art. 3º Fica incluso no art. 9º da Lei Municipal nº 9/1997 o Parágrafo Único com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

Parágrafo Único. É atribuição da Contadora:

I – Assinar cheques e efetuar movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Saúde juntamente com o responsável pela tesouraria em substituição ao Secretário Municipal de Saúde; e,

II – Assinar cheques e efetuar movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Saúde juntamente com o Secretário Municipal de Saúde em substituição ao responsável pela tesouraria."

Art. 4º Os demais artigos da Lei Municipal nº 9/1997 permanecem inalterados.

Art. 5º As despesas de execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
em 08 de novembro de 2017.

CELSE BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1246/2017**

Publicação Nº 1422015

LEI Nº 1.246, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.203/2016, de 20/12/2016 que promove a revisão do Plano Plurianual 2014-2017, a Lei Municipal nº 1.204/2016, de 20/12/2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2017 e a Lei Municipal nº 1.205/2016, de 20/12/2016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2017, de acordo com os prescritos neste ato e seus Anexos.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 318.500,00 (trezentos e dezoito mil e quinhentos reais), a seguir:

R\$

06.01.12.365.0002.2.021 Gestão dos Serviços do Ensino Infantil	
(46)3.1.90.00.00.00.00.1018 Aplicações Diretas - Recursos do FUNDEB	30.000,00
06.01.12.122.0001.2.063 Gestão dos Serviços da Secretaria Mun Educ Cult Esp e Turismo	
(15)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	25.000,00
06.02.13.392.0003.2.026 Gestão dos Serviços de Cultura e Turismo	
(58)3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	50.000,00
07.01.20.605.0005.2.011 Gestão dos Serviços de Agricultura	
(67)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	70.000,00
07.01.20.605.0005.1.010 Renovar a Frota do Maquinário Agrícola	
(65)4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	114.500,00
10.04.08.243.0015.2.006 Gestão dos Serviços do Conselho Tutelar	
(112)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	5.000,00
05.02.10.301.0010.2.037 Gestão da Saúde com PSF Federal	
(28)3.1.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas - Recursos do PAB	24.000,00
Total da Suplementação	318.500,00

Art. 3º Para cobertura do Crédito autorizado neste ato, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, fica autorizado a utilização da seguinte fonte de recurso:

R\$

02.01.04.122.0001.2.001 Gestão dos Serviços do Gabinete do Prefeito	
(1)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	50.000,00
06.01.12.361.0002.2.020 Gestão dos Serviços do Ensino Fundamental	
(24)3.1.90.00.00.00.00.1018 Aplicações Diretas - Recursos do FUNDEB	30.000,00
03.01.04.122.0001.2.003 Gestão dos Serviços de Administração	
(5)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	80.000,00
05.01.17.512.0011.2.010 Gestão dos Serviços do Saneamento Urbano	

(13)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	14.500,00
08.01.26.782.0007.2.029 Gestão dos Serviços de Transportes, Obras e Urbanismo	
(85)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas - Recursos de Próprios	120.000,00
05.02.10.301.0010.2.059 Gestão da Saúde com NASF Federal	
(37)3.1.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas - Recursos do PAB	24.000,00
Total da Suplementação	318.500,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
em 08 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1247/2017**

Publicação Nº 1422010

LEI Nº 1.247, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza a participação do Município de Bandeirante nos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Município de Bandeirante nos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, com o objetivo de fomentar o esporte de rendimento, representar e divulgar o nome do Município e da Região Extremoeste.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar as despesas de locomoção, alimentação, materiais médicos, serviços e demais despesas emergenciais.

Art. 3º As despesas da presente Lei, correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 08 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1421832

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina.

#### RETIFICAÇÃO

No Ato Nº1415241 Edital nº004/2017 Matrículas Escolares, publicada no DOU de 31/10/2017, Edição nº2374, pág.24, onde se lê: Capítulo III – Das Diretrizes

III- Será garantida a oferta de Educação Infantil, para crianças a partir de 01 ano de idade ou que completem até 31 de março do ano de 2017.

Leia-se:

III- Será garantida a oferta de Educação Infantil, para crianças a partir de 01 ano de idade ou que completem até 31 de março do ano de 2018.

### EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PLANO DIRETOR

Publicação Nº 1422324

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR LEI COMPLEMENTAR Nº 029/2009, DO MUNICÍPIO.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita/SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º Convocar Audiência Pública para alteração do Plano Diretor Municipal, Lei Complementar nº 029/2009.

Art. 2º A audiência pública será realizada no dia 28 de novembro de 2017, às 9:00min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Av. Buenos Aires, 600, centro de Barra Bonita/SC.

Barra Bonita/SC, 08 de novembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º356, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422364

PORTARIA N.º356, de 08 de novembro de 2017.

Dispõe sobre aplicação de penalidade do processo de sindicância 003/2017 e da outra providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o processo de sindicância instaurado pela portaria 292/2017 de 14 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que no processo de sindicância percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório a servidora indicada;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são

inerentes ao cargo de Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 16 de outubro de 2017, no qual resultou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que levaram o chefe do poder executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteia a administração pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais os autos constam;

Resolve;

Art. 1º Aplicar a penalidade de ADVERTENCIA esculpida no Art. 145, inciso IV. e inciso XIV da Lei Complementar 037/2011, a servidora Isalete Bueno, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 08 de novembro de 2017.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

### PORTARIA Nº 355 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422361

PORTARIA Nº 355 de 07 de novembro de 2017.

Concede diária e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º-Conceder complementação de 0,5 (meia) diárias a servidora Gesi Zanotti matrícula nº126601, ocupante do cargo de Professora, designada Coordenadora do CRAS do Quadro Geral da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 86,50 (oitenta e seis reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de Florianópolis-SC, conforme Memorando Nº025/2017 e Roteiro de Viagem nº025/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA em 07 de novembro de 2017.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1189, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422016

DECRETO Nº 1189, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por interesse público, imóveis situados na Rua Bento José Luiz, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe conferem os artigos 14, inciso XXXV, 71, inciso VI e 91, inciso I, "e" da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 2º e 5º, alínea "I", do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terras situadas na zona urbana desta Cidade e Comarca de Barra Velha - SC, sito à Rua Bento José Luiz, Bairro São Cristóvão, abaixo descritos e caracterizados:

I - A área, ocupada pelo alargamento da Rua Bento José Luiz, que avança sobre as Matrículas 10733 e 10734, inscrição imobiliária 01-08-001-2055-001, fica com a seguinte descrição: frente para a Rua Bento José Luiz com 4 seguimentos de reta, sendo o primeiro com 22,85m, o segundo com 18,20m, o terceiro com 15,87m e o quarto com 9,41m, totalizando a frente com 66,33m, do lado esquerdo de quem de frente olha tem 7,66m de profundidade, do lado direito tem 6,95m de profundidade, nos fundos a área possui 2 seguimentos de reta, sendo o primeiro com 49,11m e o segundo com 17,35m, totalizando 66,46m de fundos e totalizando área total com 459,74m.

Proprietário: FERNANDO ARTHUR REBELLO HENRIQUE.

Art. 2º A área a que se referem o artigo 1º deste Decreto destinam-se a futura ampliação da faixa de rolamento da Rua Bento José Luiz;

Art. 3º É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º Fica autorizada a adoção das providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias do orçamento do Município, cabendo à Secretaria Municipal de Finanças - SMF e a Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, o apoio técnico e logístico necessário ao bom e fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 5º O bem imóvel objeto do presente Decreto expropriatório ficará vinculado, para efeito de gerenciamento, à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 6º Caberá à Comissão Especial de Avaliação, criada pela Portaria nº 1303/2017, proceder à avaliação prévia dos respectivos imóveis.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de novembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1894 - GAB – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422012

PORTARIA Nº 1894 - GAB – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO 002/2017 DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 20 da Lei Complementar nº 056/06 de 28 de dezembro de 2006;

#### Resolve:

Art. 1º Nomear os membros da Comissão do Processo Seletivo nº 002/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no que determina a Lei Complementar nº 056/06 que Disciplina a Admissão de Pessoal em caráter Temporário sob Regime Administrativo especial, no Âmbito do Magistério Público Municipal, que será composta da seguinte forma:

#### I – Professores efetivos:

- a) CLAUINICE ARBIGAUS IGNÁCIO
- b) IVETE NEITZEL GONÇALVES
- c) LUCIANE MACIEL
- d) MARCIA APARECIDA RODRIGUES

Art. 2º A Comissão do Processo Seletivo será presidida pela Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 07 de novembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### PORTARIA Nº 1892, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1421829

PORTARIA Nº 1892, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata FABIANE DE MACEDO para o cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 07 de novembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1893, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1421830

PORTARIA Nº 1893, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata MAZILDE ELDRIANE VITTI MORAES para o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada 40 horas na Estratégia de Saúde da Família, Unidade Básica de Saúde do Bairro São Cristóvão Equipe II.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 07 de novembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

# Belmonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 113/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422082

DECRETO Nº 113/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Desdobramento do Lote Urbano nº 10 da Quadra 10, Belmonte-SC de LUIZ CARLOS STRACK e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 67 da Lei Orgânica do Município mais o disposto na alínea H do inciso I do artigo 110, todos da Lei Orgânica Municipal

#### DECRETA:

Art. 1º O presente memorial descritivo refere-se ao desdobramento do lote urbano nº. 10, da Quadra 10, com área de 800,00m², de propriedade do Sr.º Luiz Carlos Strack, imóvel este situado na esquina da Rua Padre Antonio de Urucania com a Avenida Presidente Getúlio Dornelles Vargas, na cidade de Belmonte/SC.

Atualmente o lote n.º 10, da quadra 10, assim confronta-se:

- LOTE N.º 10 – QUADRA 10

Área = 800,00 m²

Linhas e confrontações:

\* Norte: com o lote urbano n.º 05, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Leste: com a Rua Padre Antonio de Urucania, numa extensão de 40,00 metros;

\* Sul: com a Avenida Presidente Getúlio Dornelles Vargas, numa extensão de 20,00 metros;

\* Oeste: com o lote urbano n.º 09, por linha seca, de 40,00 metros.

Conforme verifica-se em projeto, do lote primitivo n.º 10, será desdobrada uma área de 400,00m², que será o lote a ser constituído, lote n.º 10-A. Assim sendo, as novas áreas e confrontações seguem abaixo:

- LOTE N.º 10 (QUADRA 10)

Área = 400,00 m²

Linhas e confrontações:

\* Norte: com o lote urbano n.º 05, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Leste: com a Rua Padre Antonio de Urucania, numa extensão de 20,00 metros;

\* Sul: com o lote urbano n.º 10-A, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Oeste: com parte do lote urbano n.º 09, por linha seca de 20,00 metros.

- LOTE N.º 10-A (QUADRA 10)

Área = 400,00 m²

Linhas e confrontações:

\* Norte: com o lote urbano n.º 10, por linha seca, de 20,00 metros;

\* Leste: com a Rua Padre Antonio de Urucania, numa extensão de 20,00 metros;

\* Sul: com a Avenida Presidente Getúlio Dornelles Vargas, numa extensão de 20,00 metros;

\* Oeste: com parte do lote urbano n.º 09, por linha seca de 20,00 metros.

Art. 2º- A situação final do desmembramento a e nova formação dos lotes pode ser observada no Projeto arquitetônico anexo, parte integrante deste documento.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte-SC 01 de novembro de 2017.

Cleomar Pisoni

Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA DATA

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

### DECRETO Nº 114/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422085

DECRETO N.º 114/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

FIXA OS SERVIÇOS E OS RESPECTIVOS PERCENTUAIS DE INCENTIVO PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AGROPECUÁRIO CONFORME A LEI N. 1.911/2017 DE 24 E MAIO DE 2017, 1934/2017 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR PISONI, Prefeito em Exercício do Município de Belmonte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º De conformidade com os arts. 4º e 15 da Lei nº 1.911/2017, que institui o Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário, o Município de Belmonte concederá em percentuais sobre o valor, os seguintes incentivos:

I- Serviços de terraplanagem, aterro, escavações para a construção de aviários, pocilgas, estábulos, silos, armazéns, residências rurais, murundus, curvas de nível e outros melhoramentos em áreas cultiváveis, o montante de 40% (quarenta por cento);

II- Serviços para implantação e conservação de estradas de roça nas propriedades rurais, distribuição de adubo orgânico, corretivos e adubos em geral, o montante de 40% (quarenta por cento);

III- Serviços de confecção de silagem, o montante de 20% (vinte por cento);

IV- Fornecimento de sêmen e serviços de inseminação artificial, o montante de 40% (quarenta por cento);

V- Serviços de transporte de adubo orgânico e esterco de aviário, até as propriedades de agricultores que venham a adquirir referidos produtos de aviários locais, o montante de 20% (vinte por cento);

VI- Serviços de grade aradora, o montante de 20% (vinte por cento) no limite de até 5(cinco horas).

VII- Serviços relativos a conservação de poços (fonte de água), para o aumento, melhoria e armazenamento de água no montante de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Os incentivos serão promovidos de acordo a disponibilidade financeiro-orçamentária do Município.

Art. 3º O pagamento da diferença pelos serviços prestados deverá ser efetuado pelo beneficiário no prazo de 60 (sessenta) dias contados da efetiva prestação, junto ao Setor de Tributação do Município.

§ 1º Em caso de os serviços serem terceirizados, cada parte (Município e Beneficiário) arcará com sua parcela de participação, respeitando-se os percentuais previstos no art. 1

§ 2º Os débitos em favor do Município, quando não recolhidos em tempo hábil, serão inscritos em dívida ativa, com a consequente cobrança à luz da legislação vigente.

Art. 4º Para habilitação e recebimento dos incentivos, o beneficiário deverá estar em situação regular em relação a débitos com o Município e deverá preencher um cadastro de inscrição, relatando os objetivos e as características dos serviços solicitados, sendo então catalogados por comunidades e tipos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Belmonte, SC, 01 de novembro de 2017.  
CLEOMAR PISONI  
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA DATA

Sonia T.G. Morosini  
Sec. da Administração

## LEI Nº 1.933//2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1422088

LEI Nº 1.933//2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 255.850,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 255.850,00 (cinco mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços, mais propriamente na pavimentação com drenagem pluvial em ruas e avenidas do Município.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 255.850,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRET.MUN.TRANSP, OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.02	Obras, Urban., Infraestrutura e Serv.Gerais	
Proj./Ativ.	15.451.0009.1.012	Constr, Ampl.e Pavim.Ruas e Avenidas do Município	
79 - 4.4.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.10034		Aplicações diretas	R\$ 245.850,00
T O T A L è			R\$ 255.850,00

Art. 3º Para atendimento parcial do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	08.00	SECRET.MUN.INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade:	08.01	Indústria, Comércio e Serviços	
Proj./Ativ.	23.691.0014.2.026	Manut.Serv.da Indústria, Comércio e Serviços	
86 - 3.3.60.00.00.00.00.10000		Transf.a Instit.Privadas c/Fins Lucrativos	R\$ 10.000,00
T O T A L è			R\$ 10.000,00

Art. 4º Para atendimento complementar do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar provável excesso de arrecadação, relativo ao Contrato de Repasse nº 845983/2017 – operação 1041075-37, celebrado entre o Município de Belmonte/SC e o Ministério das Cidades através da Caixa Econômica Federal, no valor de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) Federal, em conformidade com inciso II do § 1º e § 3 do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 255.850,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), objetivando suprir dotações

orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com a Secretaria de Transporte, Obras e Serviços.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 255.850,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 18 de outubro de 2017.  
GENÉSIO BRESSIANI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI  
Sec. da Administração

**LEI Nº 1.934/2017, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422091

LEI Nº 1.934/2017, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N. 1.911/2017, DE 24 DE MAIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. O caput do art. 15 º da Lei n. 1.911/2017, de 24 de maio de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder descontos de até 40% (quarenta por cento) sobre os serviços descritos no art. 4º desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data sua publicação.

Belmonte, SC 27 de outubro de 2017.  
CLEOMAR PISONI  
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NESTA DATA

Sonia T.G. Morosini  
Sec. da Administração

**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 100/2017**

Publicação Nº 1421803

**ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2017.  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 100/2017.  
DATA: 06/11/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos de habilitação constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 100/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS COLABORADORES E ORGANIZADORES DO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Orçamentos	Lei 8.666/93, Art. 24, II e Art. 40, § 2º, II
Contrato Social ou Documento Equivalente	Lei 8.666/93, Art. 28, II
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de FGTS	Lei 8.666/93, Art. 29, IV
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa contratada GASTHOF GASTRONOMIA E EVENTOS EIRELI ME se encontra com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI  
Presidente

MAURICIO STEFFEN  
Membro

JOICE APARECIDA COSTA  
Membro

**ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 98/2017**

Publicação Nº 1421751

**ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2017.  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 98/2017.  
DATA: 01/11/2017 - HORA DE INÍCIO: 14 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos de habilitação constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 98/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Orçamentos	Lei 8.666/93, Art. 24, II e Art. 40, § 2º, II
Contrato Social ou Documento Equivalente	Lei 8.666/93, Art. 28, II
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de FGTS	Lei 8.666/93, Art. 29, IV
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa contratada MELISSA SANTIAGO MARTINS 00582349931 se encontra com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI  
Presidente

MAURICIO STEFFEN  
Membro

JOICE APARECIDA COSTA  
Membro

**ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 99/2017**

Publicação Nº 1422030

**ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2017.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 99/2017.

DATA: 06/11/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos de habilitação constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 99/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATUAR NO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Orçamentos	Lei 8.666/93, Art. 24, II e Art. 40, § 2º, II
Contrato Social ou Documento Equivalente	Lei 8.666/93, Art. 28, II
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de FGTS	Lei 8.666/93, Art. 29, IV
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa contratada JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME se encontra com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES****SÉRGIO DÁRIO PASQUALI**

Presidente

**MAURICIO STEFFEN**

Membro

**JOICE APARECIDA COSTA**

Membro

**ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TP 95/2017**

Publicação Nº 1421900

**ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

DATA: 07/11/2017 - HORA DE INÍCIO: 11 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2017.

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 95/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO, MUROS SIMPLES E ESCADA PARA A CRECHE DA AVENIDA BRASIL, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA nomeados pela Portaria nº 002/2017, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia – 95/2017 com o julgamento da habilitação das licitantes participantes TERRAPLENAGEM POFFO LTDA EPP, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME e JJR CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME, tendo em vista o parecer técnico e o parecer jurídico emitido. Do parecer técnico emitido pelo Engenheiro Civil, Sr. Marco Antônio Mai, sobre o item 9.1.5 (Qualificação Técnica) do Edital, o mesmo verificou e entende que todas as licitantes apresentaram acervo compatível com o objeto licitado. Do parecer jurídico emitido pelo Assessor Jurídico, Sr. Lademir Kummrow, o mesmo verificou e opina pelo indeferimento das manifestações da empresa JJR CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME em relação a empresa TERRAPLENAGEM POFFO LTDA EPP, conforme parecer juntado aos autos. A comissão de licitações por sua vez, em consulta ao site [www.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis) verificou que nenhuma das empresas licitantes se encontra declarada inidônea ou impedida de licitar por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos. Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com os pareceres técnico e jurídico, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitações delibera pela habilitação das licitantes TERRAPLENAGEM POFFO LTDA EPP, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME e JJR CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME. Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alínea "a" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame. Os documentos bem como os pareceres emitidos encontram-se anexos ao processo licitatório e com vistas aos interessados mediante agendamento no Setor de Licitações desta Prefeitura. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão de licitações.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES****SÉRGIO DÁRIO PASQUALI**

Presidente

**MAURICIO STEFFEN**

Membro

**JOICE APARECIDA COSTA**

Membro

**DECRETO Nº 102/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1422001

DECRETO Nº 102, de 06 de novembro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, No Orçamento Vigente.

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício do Município de Benedito

Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 1.000,00(hum mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Secr. Agricult. Meio Ambiente	07.001.0020.0606.0071.2041.34490 0000000000.03000000	1.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
	03000000	1.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 06 de novembro de 2017.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

O Decreto nº 102/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 06 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

### **DECRETO Nº 103/2017 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017**

Publicação Nº 1422002

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

DECRETO Nº 103/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Homologa Resultado Final do  
Concurso Público 003/2017.

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu art. 70, inciso I, alínea "n", e Art. 17, III da Lei Complementar nº 004/1995;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado nesta data, o Resultado Final do Concurso Público – Edital 003/2017, de conformidade com a Divulgação Final do Ato 011/CP/002/2017, divulgada pelo Instituto O Barriga Verde – IOBV, do Contrato Administrativo nº 99/2017, celebrado em 24 de julho de 2017, do cargo de Engenheiro Civil, Engenheiro Florestal, Médico Veterinário, Operador de Máquinas, Médico Clínico Geral ESF e Instrutor de Esportes - Patinação, conforme o Anexo I, parte integrante deste Decreto, .

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2017.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

Decreto nº 103/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

### **DECRETO Nº 104/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1422009

DECRETO Nº 104, 07 de novembro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, No Orçamento Vigente.

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0041.2017.333900000000 0000	01380301	20.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela pelo excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2017.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

O Decreto nº 104/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

### **DECRETO Nº 105/2017 - REVOGA O CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS FISCAIS QUE MENCIONA**

Publicação Nº 1422011

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

DECRETO Nº 105/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

REVOGA O CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS FISCAIS QUE MENCIONA.

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", c/c o art. 157 do Capítulo VII – Da Dívida Ativa da Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002; e

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados os cancelamentos dos créditos fiscais

do Decreto nº 085/2017, de 09 de outubro de 2017, considerando que os mesmos foram quitados e/ou lançados erroneamente, como segue:

NOME	LANÇAMENTO	VALOR EM R\$
Ademar Schreiber	8365/2015	22,96
Margrit S. Brehmer	8627/2016	22,33
Margrit S. Brehmer	8289/2015	25,87
Margrit S. Brehmer	8424/2015	24,60
Rita Cacia Tomelin	8634/2015	24,01
Rita Cacia Tomelin	8635/2015	23,63
Sildomar Beier	8124/2015	56,57
Sildomar Beier	8763/2015	45,05
Sildomar Beier	8228/2015	86,60
Sildomar Beier	8442/2015	23,43
Iladi Manske Faria	8545/2016	94,29
Marlene Cordeiro Uber	8616/2016	22,33
Marlene Cordeiro Uber	8849/2016	52,25
Marlene Cordeiro Uber	8944/2016	51,40
Marlene Cordeiro Uber	8950/2016	51,40
Marlene Cordeiro Uber	8771/2016	37,91
Osvaldino Girardi	8664/2015	113,15
Sonia Schreiber	8509/2015	22,31
Sonia Schreiber	8688/2015	19,12
Sonia Schreiber	8721/2015	19,12
Sonia Schreiber	8594/2016	22,49
Sonia Schreiber	8362/2015	23,46
Wilson Grundmann	8596/2016	22,49

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2017.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

O Decreto nº 105/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativo

## EXTRATO DE CONTRATO 127/2017

Publicação Nº 1421956

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 97/2017

EXTRATO DE CONTRATO 127/2017

Contratada: ANDRÉ BERNARDO NASCIMENTO DA CUNHA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA UTILIZAÇÃO NO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES

Valor Contratado: R\$ 1.062,50

Vigência: 06/11/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 06/11/2017

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

## EXTRATO DE CONTRATO 128/2017

Publicação Nº 1422211

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 71/2017

EXTRATO DE CONTRATO 128/2017

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI - ME

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO E CALÇADAS NA NOVA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Valor Contratado: R\$ 106.119,45

Vigência: 07/11/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 07/11/2017

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 07 - EDITAL 02/2016

Publicação Nº 1422330

CONVOCAÇÃO Nº 07 – Edital 002/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 30 de outubro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

CARGO: ENFERMEIRO II (40H)

02 – GABRIELA MARINHO GOMES

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

01 – EDUARDO FERREIRA CESARIO

CARGO: MÉDICO DE EMERGÊNCIA

01 – ANDERSON HENRIQUE DA SILVA STAHELIN

02 – CHARLES CHANDLER PEDROZO

03 – JULIANA BARAM DOS SANTOS ARAUJO

04 □ JÉSSICA MORAES CORREA

05 – JONATAS TRINDADE GUEDES

06 – RODRIGO ROCHA DA SILVA

07 – LUCAS IDE GUADAGNIN

08 – LARA NADINI JENSEN E AMARAL

09 – DERMIVAL CALDEIRA DA SILVA JUNIOR

10 – LEANDRO LUIS TONELLO COUTINHO

### CONVOCAÇÃO 15 - EDITAL 01/2016

Publicação Nº 1422327

CONVOCAÇÃO Nº 15 – Edital 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame

pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 01 de novembro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

CARGO: PSICÓLOGO

13 – MARCIA APARECIDA DA SILVA CREMINACIO

### PORTARIA Nº 3431/2017

Publicação Nº 1422319

PORTARIA Nº 3431 de 08 de novembro de 2017

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Suzana Nayla Ibidum da Silva Hassan, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira); por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico n.º 12.769/2017, nos termos do art 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ariani Leitis Motter Griss Costa, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, Susana Souza Pires do Amaral, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, e Rosinha Meister Arnold, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, nomeadas pela Portaria nº 2942/2017, para que, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 09/11/2017 a 07/01/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.530/2017

Publicação Nº 1422600

DECRETO Nº 11.530, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, um imóvel pertencente a RUBENS ADOLFO SCHMIDT E A DULCINÉIA DESCHAMPS SCHMIDT, DESTINADO AO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS.

MARCOS DA ROSA, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terras identificada na ficha individual de desapropriação nº 89 do projeto de desapropriação do Prolongamento da Humberto de Campos.; pertencente a Rubens Adolfo Schmidt e a Dulcinéia Deschamps Schmidt, localizada na Rua General Osório, no bairro Velha, contendo 681,31m², demarcada pela linha perimétrica cuja descrição inicia-se no vértice P1, de coordenadas N 7.021.228,59 m. e E 687.966,34 m.; deste, segue com azimuth de 50°11'47" e distância de 70,00m, confrontando com a Rua Tóquio, até o vértice P2, de coordenadas N 7.021.273,44 m. e E 688.020,16 m.; deste, segue com azimuth de 139°44'56" e distância de 10,00m, confrontando com terras de Jaime Passold (Matrícula 6.601), até o vértice P3, de coordenadas N 7.021.265,82 m. e E 688.026,61 m.; deste, segue com azimuth de 216°02'22" e distância de 62,49m, confrontando com terras remanescentes de Rubens Adolfo Schmidt, até o vértice P4, de coordenadas N 7.021.226,46 m. e E 687.978,14 m.; deste, segue com azimuth de 259°08'00" formando uma curva côncava de 12,07m, confrontando com terras remanescentes de Rubens Adolfo Schmidt, até o vértice P5, de coordenadas N 7.021.206,30 m. e E 687.982,64 m.; deste, segue com azimuth de 323°49'36" e distância de 16,63m, confrontando com a Rua General Osório, até o vértice P1, de coordenadas N 7.021.228,59 m. e E 687.966,34 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro; sem benfeitorias e integrante do terreno inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4-1-20-7-215 e matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 14.317.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo fica destinado ao prolongamento da Rua Humberto de Campos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2017.

MARCOS DA ROSA

Prefeito Municipal em exercício

### PORTARIA Nº 21.340/2017

Publicação Nº 1422603

PORTARIA Nº 21.340, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPENSA LUAN FELIPE LUIZ DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

MARCOS DA ROSA, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício,

no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DISPENSAR o servidor público municipal abaixo indicado, do exercício da função gratificada de confiança:

LUAN FELIPE LUIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Seleção e Cadastro de Pessoal - FGC-100%, na Secretaria Municipal de Administração, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/05/2017, a contar de 31 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2017.

MARCOS DA ROSA

Prefeito Municipal em exercício

### PORTARIA Nº 21.341/2017

Publicação Nº 1422606

PORTARIA Nº 21.341, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA MARIGIÔ KARINA WILLEMANN MORITZ PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MARCOS DA ROSA, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DESIGNAR a servidora pública municipal abaixo indicada, para o exercício de função gratificada de confiança, a contar de 01 de novembro de 2017:

MARIGIÔ KARINA WILLEMANN MORITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Seleção e Cadastro de Pessoal - FGC 100%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2017.

MARCOS DA ROSA

Prefeito Municipal em exercício

### PORTARIA Nº 21.343/2017

Publicação Nº 1422608

PORTARIA Nº 21.343, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA CANDIDATAS APROVADAS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MARCOS DA ROSA, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorandos nº 172/2017 e 175/2017, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, as candidatas abaixo, aprovadas pelo Concurso Público nº 001/2014:

VALQUIRIA OLIVEIRA DE SOUZA DONADELLO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, a contar de 30 de outubro de 2017;

FRANCESCA WERPACHOWSKI LENZI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, a contar de 06 de novembro de 2017;

FERNANDA LOUREIRO LEMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, a contar de 06 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2017.

MARCOS DA ROSA

Prefeito Municipal em exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2017**

Publicação Nº 1422614

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2017  
Objeto: Contratação de empresa especializada para seguro de responsabilidade civil (RCF) APP e casco para a frota dos veículos do SETERB, nas quantidades e especificações constantes no anexo deste Edital, pelo período de 12 meses – SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 22 de novembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 22 de novembro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 07/11/2017 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

### **PORTARIA Nº 7037/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1422631

PORTARIA Nº 7037/17

RETIFICA A PORTARIA Nº 7035/17, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 7035/17, de 06 de novembro de 2017, que nomeia para cargo em comissão, publicada no DOM-e 2378, de 07 de novembro de 2017, onde se lê: MORENO BARROS ARRUDA, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Cadastro, lotado na Diretoria Técnica, no dia 06 de novembro de 2017, leia-se: MORENO BARROS ARRUDA, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Projetos, lotado na Diretoria Técnica, no dia 06 de novembro de 2017.

Blumenau, 08 de novembro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Diretor Presidente

### **PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 537/2017 - FURB**

Publicação Nº 1422651

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 537/2017

Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de entulhos (resíduos de construção civil, ajardinamento e outros), com fornecimento de recipientes (caçambas estacionárias ou containers) nos diversos Campi da FURB.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 8 de dezembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 09 de novembro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

### **PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 550/2017 - FURB**

Publicação Nº 1422656

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 550/2017

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de confecção de ingressos e pulseiras personalizados para diversos setores da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 28 de novembro de 2017, às 15 horas.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 9 de novembro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 544/2017- FURB**

Publicação Nº 1422666

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 544/2017

Objeto: Aquisição de materiais e eletrodomésticos para diversos setores da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 30 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 09 de novembro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira  
 Divisão de Administração de Materiais  
 Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

**EXTRATO Nº 569/2017 - FURB**

Publicação Nº 1422671

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 569/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E  
 REAGEN PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, DEMANDADAS EM DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIVERSIDADE.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 393/2017 e Ata de Registro de Preços nº 277/2017 firmado em 06 de novembro de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	23101	4	peça	Alça de níquel/cromo calibrada / com cabo / volume de 0,01ml. MARCA: NEWPROV	50,00	200,00
4	27052	4	pacote	Anilha de grafite para GC / pacote com 10 unidades. MARCA: VALLEY	717,00	2.868,00
6	31399	50	peça	Balão de destilação / volume 125 ml / Classe A / para uso no destilador Op-tidist da marca Herzog / referência do balão 2201-004-001 / Medidas: altura total : 215mm +/- 3mm / diâmetro do bulbo: 69mm +/- 1mm / diâmetro interno do gargalo: 17mm +/- 1mm / comprimento da saída lateral: 100mm +/- 3mm / Especificações: atender a Norma ASTM D86:2012 (Standard Test Method for Distillation of Petroleum Products at Atmospheric Pressure). MARCA: REAGEN	296,30	14.815,00
8	29396	8	peça	Balão de destilação em vidro borossilicato / com fundo chato / volume 1L / tampa com junta esmerilhada 24/40 / braço lateral com junta 18/30. MARCA: REAGEN	52,60	420,80
24	21652	5	peça	Bureta graduada / volume 10ml / classe A / com torneira Teflon / vidro boros-silicato. MARCA: REAGEN	40,00	200,00
25	16830	3	peça	Cadinho de porcelana / forma alta / com tampa / volume 50ml. MARCA: PHOX	7,30	21,90
48	28698	4	caixa	Cubeta em acrílico para espectrofotômetro / capacidade total de volume de 1,5 ml / volume de amostra de 1,4ml / caixa com 100 unidades. MARCA: CRAL	50,00	200,00
54	34043	3	frasco	Eosina amarelada para histologia / frasco de 1 litro. MARCA: REATEC	117,00	351,00
59	24933	8	peça	Estante em polipropileno / para 60 tubos de ensaio de 25mm. MARCA: CRAL	21,00	168,00
61	14253	3	peça	Estante para secagem de lâminas. MARCA: METALIC	36,80	110,40

62	38232	3	peça	Estante plástica para tubos Falcon e tubos de plástico. MARCA: METALIC	14,70	44,10
67	9420	10	peça	Frasco Erlenmeyer / volume 125ml / graduado / com junta 14/20 / em vidro borossilicato branco. MARCA: PHOX	23,80	238,00
68	9414	15	peça	Frasco Erlenmeyer / volume 125ml / graduado / com rolha de polietileno / em vidro borossilicato branco. MARCA: PHOX	16,80	252,00
81	9590	8	peça	Funil analítico raiado / volume 75ml / 60 graus / haste curta / diâmetro da boca 75mm / em vidro borossilicato. MARCA: REAGEN	13,50	108,00
90	36904	12	peça	Junta (tubo) conectante paralela, com juntas 24/40 (macho e fêmea). MARCA: REAGEN	57,80	693,60
95	10284	15	metro	Mangueira (tubo) de silicone / número 200 / diâmetro externo 5mm, interno 2,5mm / espessura 1,25mm. MARCA: PERFITECNICA	4,00	60,00
98	9687	35	metro	Mangueira (tubo) de silicone / número 204 / diâmetro externo 12mm, interno 6mm / espessura 3mm. MARCA: PERFITECNICA	14,70	514,50
101	10283	25	metro	Mangueira (tubo) de silicone / número 209 / diâmetro externo 16,5mm, interno 12mm / espessura 2,25mm. MARCA: PERFITECNICA	17,57	439,25
107	35223	8	peça	Micropipetador automático mecânico / monocal / volume variável de 20 - 200 microlitros; autoclavável; com ejetor automático de ponteiros; com certificado de calibração. MARCA: PEGUEPET	140,00	1.120,00
114	9821	7	peça	Picnômetro / sem termômetro / volume 5ml / calibrado / junta padrão / vidro borossilicato. MARCA: REAGEN	38,10	266,70
117	17384	4	peça	Pipeta automática / volume 1,0ml. MARCA: PEGUEPET	70,00	280,000
120	36769	4	caixa	Pipeta sorológica estéril / descartável / com filtro / capacidade 25 ml / caixa com 100 peças. MARCA: CRAL	165,40	661,60
121	34584	4	caixa	Pipeta tipo Pasteur / de vidro / curta / comprimento 150mm / caixa com 250 unidades. MARCA: CRAL	54,00	216,00
123	10029	15	peça	Placa de cristalização / diâmetro 100mm / altura 50mm / em vidro borossilicato. MARCA: LABORGLAS	50,00	750,00
128	22009	5	pacote	Ponteira para micropipeta / volume 1000ul / autoclavável / pacote com 1000 unidades. MARCA: CRAL	27,30	136,50
129	22007	3	pacote	Ponteira para micropipeta / volume 100ul / autoclavável / pacote com 1000 unidades. MARCA: CRAL	23,00	69,00
130	17018	3	pacote	Ponteira para micropipeta / volume 200ul / pacote com 1000 unidades. MARCA: CRAL	24,70	74,10
131	19388	3	pacote	Ponteira para micropipeta / volume de 200 a 1000ul / estéreis / pacote com 1000 unidades. MARCA: CRAL	23,56	70,68
135	23967	10	peça	Rack autoclavável para 96 micropipeta de volume 0,5 a 10ul / em polipropileno. MARCA: KASVI	10,00	100,00
136	13788	10	peça	Rack autoclavável para 96 micropipeta de volume 2 a 200ul / em polipropileno. MARCA: KASVI	9,00	90,00
140	17664	10	peça	Rack para 96 ponteiros de micropipetas de volume 20 a 200ul / fabricado em polipropileno (plástico). MARCA: KASVI	9,00	90,00
143	22084	4	caixa	Rolo de Parafilm M / tamanho 10,2cm x 76m ( 4" x 250'). MARCA: AMERICAN	420,00	1.680,00
144	10381	35	pacote	Saco para autoclavagem / capacidade de 20L / pacote com 20 sacos. MARCA: CRAL	10,00	350,00
145	34767	3	caixa	Septo 12,5mm / conjunto de 5 peças / para analisador de enxofre AnalytikJena EA 5000 (Cat. Number 402-889.050). MARCA: ANALYTIK JENA	1.400,00	4.200,00

158	32409	4	peça	Termo-higrômetro analógico / termômetro com escala de -25°C a +55°C, divisão 1°C / higrômetro com escala 0 a 100% UR, divisão 2%. MARCA: INCOTERM	91,00	364,00
170	25928	10	caixa	Tubo de coleta à vácuo com citrato de sódio / tampa azul / volume 4,5ml / caixa com 100 unidades. MARCA: VACUPLAST	65,80	658,00
171	19084	50	peça	Tubo de ensaio / com tampa rosqueável / diâmetro de 16mm / comprimento de 150mm. MARCA: REAGEN	1,00	50,00
172	9829	50	peça	Tubo de ensaio / diâmetro de 12mm / comprimento de 125mm. MARCA: REAGEN	1,00	50,00
175	23474	30	peça	Tubo de ensaio / volume 11ml / diâmetro de 16mm / comprimento de 100mm / com tampa rosqueável. MARCA: REAGEN	1,22	36,60
183	9738	8	peça	Picnômetro / com termômetro / volume 5ml / calibrado / junta padrão / vidro borossilicato. MARCA: REAGEN	296,00	2.368,00
184	9823	12	peça	Picnômetro / sem termômetro / volume 25ml / calibrado / junta padrão / vidro borossilicato. MARCA: REAGEN	99,00	1.188,00
Preço Total (em R\$)					36.573,73	
Preço Total (em reais, por extenso)					Oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 06/11/2017

### EXTRATO Nº 571/2017 - FURB

Publicação Nº 1422676

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 571/2017

Dispensa de Licitação nº. 557/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS DE CORTE E PODA DE ÁRVORES LOCALIZADAS NO ENTORNO DO CAMPUS I DA UNIVERSIDADE. Contratada: FLÁVIO LEANDRO MENDES ME (04.606.262/0001-55). Forma de Pagamento: Em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da prestação dos serviços. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.78 (Limpeza e conservação).

Blumenau, 08 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

### EXTRATO Nº 570/2017 - FURB

Publicação Nº 1422679

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 570/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

DRH ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FURB E PARA SETORES DE SUPORTE ÀS SUAS ATIVIDADES.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 549/2017 e Contrato nº 289/2017 firmado em 01 de novembro de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a LOCATÁRIA pagará à LOCADORA, o preço mensal de R\$ 20.500,00 (vinte mil, quinhentos reais), de acordo com a proposta apresentada pela LOCADORA, constante de fl. 05 do Processo de Dispensa de Licitação nº 549/2017.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no quinto (5º) dia útil, subsequente ao da utilização dos espaços, através de depósito bancário, em conta corrente a ser informada pela LOCATÁRIA.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência no período compreendido entre 01/11/2017 e 31/10/2018, e poderá ser prorrogado, por iguais períodos, através de aviso emitido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias consecutivos, até o máximo de trinta e seis (36) meses..

DATA: 08/11/2017

## **EXTRATO Nº 572/2017 - FURB**

Publicação Nº 1422683

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 572/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 5562017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para o AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA A DISCIPLINA ECONOMIA DE EMPRESAS - BUSINESS GAMES DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FURB. Contratada: BERNARD SISTEMAS LTDA EPP (CNPJ Nº 85.344.356/0001-03). Forma de Pagamento: Em até 15 (quinze) dias após a liberação das licenças e entrega da NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 9.761,20 (dois mil oitocentos e sete reais e vinte e sete centavos) / 01.18.12.364.0076.2018 (Centro de Ciências Sociais Aplicadas)/ 3.3.90.30 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.11 (Locação de Software).

Blumenau, 08 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

# Bom Jesus do Oeste

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO Nº 154/2017 EXONERAÇÃO

Publicação Nº 1422178

DECRETO LEGISLATIVO Nº154 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III da Lei orgânica, cominado com o inciso XXX, do artigo 44 do Regimento

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista que a contratação da Servidora Claudete Birnfeld Lubenow é em caráter temporário feito através do Chamamento Público para suprir os dias em que a Servidora Jaqueline Selig Gerhardt fica afastada devido problemas gestacionais, e tendo em vista o retorno da titular nas atividades junto a Câmara de Vereadores na data de 06/11/2017, fica pelo presente Decreto Exonerada a partir da data de 06/11/2017 a Servidora CLAUDETE BIRNFELD LUBENOW, matrícula nº 400/1, Portadora do CPF/MF sob o nº 032.927.669-74 e RG 4.523.328 com Lotação junto a Câmara Municipal de Vereadores em que ocupava o Cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2 - Este Decreto Legislativo entrar em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 06 de novembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elmer Zimmermann  
1º Secretário da Mesa Diretora

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 1051.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE RAQUEL L. RODRIGUES

Publicação Nº 1422285

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1051/17 de 01.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2017, a funcionária Raquel de Lima Rodrigues, ocupante do cargo de Professor de Artes - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
01 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 1052.11.17 - P. EXON. SABRINA AP. OLIVEIRA

Publicação Nº 1422286

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1052/17 de 01.11.17

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 36 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Sabrina Aparecida Oliveira, do Cargo de Monitor de Creche - Padrão 1 – Nível 16, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 604/17 de 12.06.2017, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 01 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
01 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 1053.11.17 - P. FÉRIAS ALEX J. EGER

Publicação Nº 1422288

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1053/17 de 01.11.17  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesete) ao funcionário Alex Juliano Eger ocupante do cargo de Motorista Socorrista - Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Saúde - SAMU, para gozá-las a contar do dia 01 de novembro com término no dia 30 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
01 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 1054.11.17 - P. LIC. PREMIO ANTONIA D. R. ALBUQUERQUE

Publicação Nº 1422291

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1054/17 de 06.11.17  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 136/17 de 06.11.17, e despacho em 06.11.17, 90

(noventa) dias restantes da Licença Prêmio, para serem usufruídas no período de 07 de novembro de 2017 à 04 de novembro de 2017, correspondente ao quinquênio 2012 (Dois Mil e Doze) a 2017 (Dois Mil e Dezessete); a funcionária Antônia Dejanir Rabelo Albuquerque, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1055.11.17- P. LIC. GESTAÇÃO KAROLIN BARBOSA**

Publicação Nº 1422292

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1055/17 de 07.11.17  
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 137/2017 de 07 de novembro de 2017, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 07 de novembro com término no dia 06 de março de 2018 a funcionária Karolin Barbosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1056.11.17 - P. REMANEJAMENTO MARINELI CRUZ**

Publicação Nº 1422293

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1056/17 de 07.11.17

Remaneja Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Marineli da Cruz ocupante do cargo de Servente, Padrão 1 – Nível 1, 40 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, a contar do dia 07 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1057.11.17 - P. CESSA INSALUBRIDADE MARINELI DA CRUZ**

Publicação Nº 1422295

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1057/17 de 07.11.17

Cessa efeitos de Adicional de Insalubridade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Cessar efeitos do pagamento do Adicional de Insalubridade em grau médio, a servidora MARINELI DA CRUZ, matrícula 10691-7, ocupante do cargo efetivo de Servente, tendo em vista que a mesma foi afastada do local ou atividade que deu a concessão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

#### **1058.11.17 - P. INSALUBRIDADE FERNANDA N. G. VELOSO**

Publicação Nº 1422296

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1058/17 de 07.11.17  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora FERNANDA NECKEL GOULART VELOSO, matrícula 14049-0, Médica, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.11.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1059.11.17 - P. INSALUBRIDADE FERNANDO E. M. CHAMMA**

Publicação Nº 1422299

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1059/17 de 07.11.17  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor FERNANDO EDGARD MERINO CHAMMA, matrícula 14892-0, Médico, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.11.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1060.11.17 - PORTARIA SIM**

Publicação Nº 1422301

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 1060/17 de 07.11.2017  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA RESPONSÁVEL PELO "SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM" NO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

O Prefeito do município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de nomear responsável pela Inspeção dos Produtos de Origem Animal e Vegetal do município, e responsável Técnico pelo Escritório Local,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a servidora JOSIANE DONINA DERNER - Médica Veterinária como RESPONSÁVEL TÉCNICA pela execução do Serviço de Inspeção Municipal – SIM no Município de Bom Retiro e responsável técnica pelo Escritório Local.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**1061.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANESSA RECH**

Publicação Nº 1422302

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1061/17 de 07.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar Tratamento de saúde, no dia 07 de novembro de 2017, a funcionária Vanessa Rech, ocupante do cargo de Monitor de Creche - Padrão 1 – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1062.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA AP. P. GOEDERT**

Publicação Nº 1422304

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1062/17 de 07.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 06 de novembro de 2017, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1063.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LINDALVA DE FREITAS**

Publicação Nº 1422305

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1063/17 de 07.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 06 e 07 de novembro de 2017, a funcionária Lindalva de Freitas, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1064.11.17 - P. DES. SERV. PATRICIA F. S. SCOTTI**

Publicação Nº 1422307

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1064/17 de 07.11.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Patrícia Fernanda de Souza Scotti, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal do Bem Estar Social – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Irmã Olívia Ruver, no período de 07 de novembro com término no dia 20 de dezembro de 2017, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1065.11.17 - P. DES. SERV. ALINE G. LOCKS**

Publicação Nº 1422309

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1065/17 de 07.11.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Aline Galdino Locks, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 07 de novembro com término no dia 20 de dezembro de 2017, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Karolin Barbosa que encontra-se em Licença Gestação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1066.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MICHELLI P. P. BOELL**

Publicação Nº 1422310

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1066/17 de 08.11.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 06 de novembro de 2017, a funcionária Michelli Paula Polmann Boell, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1067.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELISIANE L. NABARR**

Publicação Nº 1422312

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1067/17 de 08.11.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta, no dia 06 de novembro de 2017, a funcionária Elisiane Lins Nabarr, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 40 horas semanais, do

quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1068.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAMELA D. STEIMBACH**

Publicação Nº 1422314

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1068/17 de 08.11.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, a funcionária Pamela Deucher Steimbach, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**80.17 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.PMBR.CME. TEE**

Publicação Nº 1422280

Decreto N.º 80/17 de 01 de novembro de 2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2017, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01– SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
2013 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Ref. 42: Recurso 01.62 - Recursos Transporte Escolar do Estado  
..... R\$ 30.000,00  
Sub Total R\$ 30.000,00

2021 – APOIO AO DESPORTO AMADOR  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.80.43.01 - Recursos CME ..... R\$ 25.000,00  
Sub Total R\$ 25.000,00  
Total Geral da Suplementação R\$ 55.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 01.62 – Transporte Escolar do Estado, receita: 17.22.99.0001 no valor de R\$ 30.000,00; e o provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 01.80.43.01 – Recursos da CME, receita: 13110000020000 no valor de R\$ 25.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 01 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.38.66.02 ( Rec. Vig. Epidemiológica) R\$ 1.000,00  
Referência 182 R\$ 1.000,00  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.38.66.02 ( Rec. Vig. Epidemiológica) R\$ 3.000,00  
Referência 187 R\$ 3.000,00  
Total Geral da Anulação R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro/SC, 01 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Na Data Supra

Maria Madalena Silveira  
Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

## **81.17 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO ANULAÇÃO.FMS. EPIDEMIOLÓGICA**

Publicação Nº 1422281

Decreto Nº 81/17 de 01.11.2017

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

12.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2208 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.38.66.02 ( Rec. Vig. Epidemiológica) R\$ 4.000,00  
Referência 185 R\$ 4.000,00  
Total Geral da Suplementação R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2208 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

# Botuvera

## PREFEITURA

### PL56/2017-PP46/2017-ASFALTO FRIO

Publicação Nº 1422232

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017-PREGÃO PRESENCIAL SRP  
Nº47/2017

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de Reparador de Pavimento Asfáltico, usinado a quente para aplicação a frio. Recebimento da documentação e propostas: 23/11/2017, Até as 14:30 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 08 de Novembro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA CONTRATA TEMPORÁRIOS 00197 2017

Publicação Nº 1422373

PORTARIA Nº 0197/2017

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências "

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A classificação do processo seletivo 04/2017;
- 2- O pedido de demissão da servidora efetiva Sra. Tamires Silva;
- 3- A necessidade de interesse público de técnico de enfermagem na Unidade de Saúde;
- 4- Que o técnico de enfermagem Sr. Robson Cavilha continua afastado para tratamento de saúde;
- 5- O aumento de demanda nos serviços de saúde na área técnica de enfermagem.

Resolve:

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). HOSTELANIA GORETTI JACOMELLI, brasileira, para o cargo temporário de Técnica em Enfermagem, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 07 de Novembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA CONTRATA TEMPORÁRIOS 00198 2017

Publicação Nº 1422377

PORTARIA Nº 0198/2017

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências "

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A classificação do processo seletivo 04/2017;
- 2- O pedido de demissão da servidora efetiva Sra. Tamires Silva;
- 3- A necessidade de interesse público de técnico de enfermagem na Unidade de Saúde;
- 4- Que o técnico de enfermagem Sr. Robson Cavilha continua afastado para tratamento de saúde;
- 5- O aumento de demanda nos serviços de saúde na área técnica de enfermagem.

Resolve:

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). MARCIA ADRIANA FELACO, brasileira, para o cargo temporário de Técnica em Enfermagem, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 07 de Novembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR CONSELHEIROS TUTELARES 2017

Publicação Nº 1421997

#### HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CARGO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital de Eleição de Suplente de Conselheiro Tutelar, fica HOMOLOGADA a Classificação Preliminar dos Candidatos, em ordem decrescente, já considerados os critérios de desempate.

Art. 2º - Os recursos poderão ser interpostos conforme orientação em Edital, nos dias 09 e 10 de novembro.

Art. 3º - Esta Homologação Preliminar entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 08 de novembro de 2017.

Daíse Lucia Conci

Presidente CMDCA/BT

#### CARGO – Suplente a Conselheiro Tutelar

Nº de Inscrição	Nome do (a) Candidato (a)	Nota	Situação
004	João Pedro Costa de Borba	10,00	Aprovado
010	Damaris Cristina Stuwe Baade	9,50	Aprovada
003	Diogo José Conink	9,00	Aprovado
013	Indianara Simplicio	8,00	Aprovada
005	Juliana Lang	8,00	Aprovada
002	Monica Augusta Lemos dos Santos	7,00	Aprovada
011	Catia Voigt Mugge	6,50	Reprovada
007	Adriana Aparecida Fuck Scharf	6,50	Reprovada
006	Pamela Cristina da Luz Machado Steinheuser	5,00	Reprovada
008	Tatiana Vermoehlen	4,00	Reprovada
001	Marizete Beschold do Nascimento	4,00	Reprovada
009	Shirly Van Den Bossche Gonçalves	N/C	N/C

Daíse Lucia Conci

Presidente CMDCA/BT

### HOMOLOGA O GABARITO FINAL DA PROVA PARA ELEIÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR 2017

Publicação Nº 1421988

#### HOMOLOGA O GABARITO FINAL DA PROVA PARA ELEIÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR.

A Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com as determinações constantes em Edital e Lei Municipal nº 121/94 de 25/08/94.

#### TORNA PÚBLICO o seguinte:

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital fica HOMOLOGADO o Gabarito Final da prova para eleição de suplente de Conselheiro Tutelar, conforme abaixo

QUESTÃO	ALTERNATIVA
1	D
2	C
3	C
4	D
5	B
6	C
7	B

8	D
9	C
10	B
11	D

Art.2º. Esta homologação entra em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo/SC, 08 de novembro de 2017.

Daíse Lucia Conci

Presidente do CMDCA

## PORTARIA 101 2017

Publicação Nº 1422596

PORTARIA Nº 101/2017

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora MARIA VERÔNICA PETERS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais- Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 19.10.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 19.10.2017.

Braço do Trombudo, em 07 de Novembro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

## PORTARIA 102 2017

Publicação Nº 1422601

PORTARIA Nº 102/2017

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Exonerar a pedido, o servidor RALF KRUGER, ocupante do cargo de OPERADOR DE ETA(ESTAÇÃO TRATAMENTO DE AGUA), do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 077/2007, a partir de 06.11.2017.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 06.11.2017.

Braço do Trombudo, em 07 de Novembro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 68/2017

Publicação Nº 1422865

DECRETO MUNICIPAL Nº 068/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 878/2016...

**DECRETA:**

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0065.81 ..... R\$ 30,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0065.81 ..... R\$ 30,00

Art. 2nd - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC, em 06 de novembro de 2017.

Ademil Antonio da Rosa,

Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8049 -2017

Publicação Nº 1422686

DECRETO Nº. 8049, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 4.038 de 16.12.2016, a Lei nº 4.023 de 28.09.2016, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 83.413,92 (oitenta e três mil, quatrocentos e treze reais e noventa e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLAFB)

3.3.93.00 Aplicações diretas decorrentes de operações de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe – Outras despesas correntes

0.3.38.21 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Farmácia Básica

VALOR R\$ 57.484,92

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 17.367,00

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.16 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 8.562,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos

0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 17.367,00

4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos

0.1.38.16 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 8.562,00

II - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2016
345770-2	Besc Farmácia Básica	0.1.38.21	R\$ 1.069,01
624001-0	FMS FNS/BLAFB	0.1.38.21	R\$ 89.750,43
624026-6	FMS FNS/Farm. fitoterápicos	0.1.38.21	R\$ 371.651,25
Total			R\$ 462.470,69

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.21 0.3.38.21	R\$ 28.346,00 R\$ 0,00
DDO a pagar	0.1.38.21	R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.21	R\$ 434.124,69
Saldo a Utilizar		R\$ 434.124,69

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 07 de novembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de novembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete

#### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053-2016**

Publicação Nº 1422659

##### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 053-2016**

ESPÉCIE: 0º Termo Aditivo, Contrato nº 053/2016, entre o Município de Brusque e a empresa GENTE SEGURADORA S/A. em 16/10/2017. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência, cujo objeto é contratação de seguro para os ônibus do programa municipal de transporte escolar - PMUTE, FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, II, da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Pregão nº 096/2016. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: José Zancanaro e Douglas Tillmann.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 070-2014**

Publicação Nº 1422663

##### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 070-2014**

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 070/2014, entre o Município de Brusque e a empresa EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA em 25/09/2017. OBJETO: aditivo de supressão, cujo objeto é a EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DOS PASSEIOS E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA RUA NOVA TRENTO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE., VALOR-R\$198.860,32 - ORIGEM: concorrência nº 008/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Humberto Martins Fornari e Marcelo Benvenuti

#### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013-2014-**

Publicação Nº 1422665

##### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013-2014**

ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 013/2014, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA em 31/10/2017. OBJETO: aditivo tem fundamento legal 65, §1º (quantitativo), cujo objeto é a execução das obras de construção da unidade de saúde do Bairro Limeira Alta, localizada na Rua Alberto Muller, Município de Brusque, FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, § 1º inciso I e II, da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Tomada de Preço nº 005/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Humberto Martins Fornari e Wilson José de Franceschi

#### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119-2013**

Publicação Nº 1422667

##### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119-2013**

ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 119/2013, entre o Município de Brusque e a empresa TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP em 07/11/2017. OBJETO: aditivo o objeto: prorrogação de prazo :04/12/17 a 03/06/2017, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONEXÃO DE INTERNET, FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, § 1º inciso I e II, da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Pregão nº 138/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Edena Beatris Censi e Fabiano Busnardo.

#### **EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040-2013**

Publicação Nº 1422669

##### **EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040-2013**

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 040/2013, entre o Município de Brusque e a empresa CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA em 31/10/2017. OBJETO: aditivo o objeto: prorrogação, cujo objeto é a serviços de vigilância eletrônica 24 horas, FUNDAMENTO LEGAL: artigo 55, § 1º inciso I e II, da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Tomada de Preço nº 005/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Humberto Martins Fornari e Cristiane Longhi

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 004-2017**

Publicação Nº 1422672

##### **EXTRATO CONTRATO Nº 004/2017 –FUMMPOM**

Espécie: Contrato nº 004/2017 entre o Município de Brusque e ROZALVA GONZAGA PEREIRA EPP, em 23/10/2017. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E ZELADORIA PARA O 18º BATALHÃO DA POLICIA MILITAR DE BRUSQUE Valor: R\$ 20.400,00. Origem: Pregão n. 002/2017 –. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Moacir Gomes Ribeiro e Alexandre Gonzaga Pereira.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 028-2017-FMS-**

Publicação Nº 1422674

##### **EXTRATO CONTRATO Nº 028/2017-FMS**

Espécie: Contrato nº 028/2017, entre o Município de Brusque e IMOBILIÁRIA MORESCO, em 31/10/2017. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CAPS II – CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL, SITUADO NA RUA HERCILIO LUZ Nº373,

CENTRO , NA CIDADE DE BRUSQUE/SC, MATRÍCULO DO ÍMOVEL Nº 14.324,- Valor: R\$ 60.000,00 - Fundamento legal: artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93 Origem: Dispensa nº 017/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Humberto Martins Fornari e Imobiliária Moresco.

**EXTRATO CONTRATO Nº 030-2017 -FMS**

Publicação Nº 1422677

EXTRATO CONTRATO Nº 030/2017 –FMS

Espécie: Contrato nº 030/2017 entre o Município de Brusque (SECRETARIA DE SAÚDE) e EDITORA AMIGOS DA NATUREZA EPP, em 01/11/2017. Objeto: OBRA COMBATE AO MOSQUITO UMA TAREFA DE TODOS Valor: R\$ 8.225,00. Origem: Processo Licitatório n. 038/2017 – INIXIGIBILIDADE n. 003/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 06 meses Signatários: Humberto Martins Fornari e Maria Lorena C. Kunzler

**EXTRATO CONTRATO Nº 031-2017**

Publicação Nº 1422678

EXTRATO CONTRATO Nº 031-17 -FMS

Espécie: Contrato nº 031/2017 entre o Município de Brusque (Secretaria De Saúde) e Coloplast Do Brasil LTDA, em 01/11/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE CATETER PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA JUDICIAL – PROCESSO Nº 0305876.59.2015.8.24.0011 EM FAVOR DE JOSÉ LUIZ MONTENEGRO DE OLIVEIRA Valor: R\$ 12.369,60. Origem: Processo Licitatório n. 037/2017 – DISPENSA n. 019/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Humberto Martins Fornari e Everson Siqueira Soares.

**EXTRATO CONTRATO Nº 104-2017**

Publicação Nº 1422680

EXTRATO CONTRATO Nº 104-2017

Espécie: Contrato nº 104/2017 entre o Município de Brusque e IPM SISTEMAS LTDA, em 27/10/2017. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de sistema informatizado de gestão on line Valor: R\$ 1.339.995,00. Origem: Processo Licitatório n. 174/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Edena Beatris Censi e Aldor Luiz Mees.

**EXTRATO CONTRATO Nº 107-2017**

Publicação Nº 1422682

EXTRATO CONTRATO Nº 107/2017 –PROCESSO SELETIVO ACT

Espécie: Contrato nº 107/2017 entre o Município de Brusque (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) e FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE – UNIFEBE, em 31/10/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE REALIZAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO-ACT Valor: R\$ 242.000,00. Origem: Processo Licitatório n. 186/2017 – DISPENSA n. 026/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 03 meses Signatários: JOSÉ ZANCANARO e GUNTHER LOTHER PERTSHY.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048-2017**

Publicação Nº 1422685

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048-2017  
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 048/2017, em 06/11/2017 – OBJETO aquisição de material de expediente-papel A4 pelo período de 12 (doze) meses - VALOR: R\$ 260.000,00 – Origem: Pregão nº 093/2017 - Fundamento Legal: Artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Edena Beatris Censi.

**PORTARIA Nº 3921-2017**

Publicação Nº 1422689

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3.921/2017  
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a Josué Pollheim

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 62 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 298/2017, benefício de Aposentadoria Voluntária a JOSUÉ POLLHEIM, CPF 416.603.159-72.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/11/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2017.  
EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
RECURSOS HUMANOS  
Diretora

**PORTARIA Nº 3867-2017**

Publicação Nº 1422690

PORTARIA Nº 3.867/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora GILSANDER FERREIRA ROMERO, matrícula nº 4124430, nomeada pela Portaria nº 9221/2014, para ocupar o cargo de

provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL  
Diretora

### **PORTARIA Nº 3873-2017**

Publicação Nº 1422691

PORTARIA Nº 3.873/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor KEVIN WILLIAN SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 4129270, nomeado pela Portaria Nº 9289/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL  
Diretora

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### **PORTARIA Nº 3874- 2017**

Publicação Nº 1422692

PORTARIA Nº 3.874/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor LAUDELINO JOSE DE NOVAES NETO, matrícula nº 4124626, nomeado pela Portaria Nº 9189/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL  
Diretora

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### **PORTARIA Nº 3875- 2017**

Publicação Nº 1422693

PORTARIA Nº 3.875/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LIGIANE DE SOUZA SCAPPINI, matrícula nº 1000038782, nomeada pela Portaria Nº 9314/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 24/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL  
Diretora

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

## PORTARIA Nº 3876 2017

Publicação Nº 1422694

PORTARIA Nº 3.876/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

### RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor LUIZ ROBERTO MAFFEZZOLLI, matrícula nº 928755, nomeado pela Portaria Nº 9242/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Julho de 2017.  
EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL  
Diretora

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

## PORTARIA Nº 3917- 2017

Publicação Nº 1422695

PORTARIA Nº 3917/2017, de 08 de novembro de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2017, instaurado pela Portaria nº 1601/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

### RESOLVE:

Considerando o Despacho exarado pela Comissão Processante em data de 06/11/2017;

Considerando o montante do feito / dos autos, especialmente no que concerne e diz respeito ao quinhão correspondente às laudas de Defesa e Alegações Finais expostos pela Douta Procuradora do indiciado;

Considerando o montante do conjunto probatório, especialmente

no que concerne e diz respeito ao volume de assuntos, temas, vertentes e teses da Defesa expostos pela Douta Procuradora do indiciado;

Considerando o montante do feito / dos autos, especialmente no que concerne e diz respeito ao quinhão correspondente às laudas de Defesa e Alegações Finais expostos pelo representante da ANPM;

Considerando o montante do feito / dos autos, especialmente no que concerne e diz respeito ao quinhão correspondente às laudas de Defesa e Alegações Finais expostos pelo representante da Comissão de Prerrogativas da Procuradoria Estadual de Defesa das Prerrogativas da OAB/SC;

Considerando o decurso de tempo para a análise ordenada e pautada das defesas, no intuito de garantir e assegurar a prevalência das condições estabelecidas pelos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º, inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2017, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor A. R. M. E. (matrícula nº 642576-02), para fins de apuração dos fatos constantes junto à Narrativa / Denúncia de 19/04/2017, envolvendo o servidor supramencionado, em virtude da necessidade de apuração dos fatos relatados no Despacho de 11/05/2017, de lavra do Procurador-Geral do Município; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, que objetiva a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se amoldam-se aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos 174 (São deveres do servidor:); IV (disciplina); V (tratar com cortesia as pessoas); IX (zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público); XI (atender com presteza); 175 (Ao servidor público é proibido:), V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço), VI (insubordinação grave em serviço); VII (ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque), c/c disposições do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40) e do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03);

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PORTARIA Nº 3918- 2017**

Publicação Nº 1422696

PORTARIA Nº 3918/2017, de 08 de novembro de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 030/2017, instaurado pela Portaria nº 2403/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando o Despacho exarado pela Comissão Processante em data de 06/11/2017;

Considerando o montante do feito / dos autos, especialmente no que concerne e diz respeito ao quinhão correspondente às laudas de Defesa e Alegações Finais expostos pela Douta Procuradora do indiciado;

Considerando o montante do conjunto probatório, especialmente no que concerne e diz respeito ao volume de assuntos, temas, vertentes e teses da Defesa expostos pela Douta Procuradora do indiciado;

Considerando o montante do feito / dos autos, especialmente no que concerne e diz respeito ao quinhão correspondente às laudas de Defesa e Alegações Finais expostos pelo representante da ANPM;

Considerando o montante do feito / dos autos, especialmente no que concerne e diz respeito ao quinhão correspondente às laudas de Defesa e Alegações Finais expostos pelo representante da Comissão de Prerrogativas da Procuradoria Estadual de Defesa das Prerrogativas da OAB/SC;

Considerando o decurso de tempo para a análise ordenada e pausada das defesas, no intuito de garantir e assegurar a prevalência das condições estabelecidas pelos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º, inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 030/2017, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor A. R. M. E. (matrícula nº 642576-02), para fins de apuração dos fatos constantes junto ao Ofício nº 091/2017-PGM, de 08/05/2017, c/c Ofício nº 04/2017-Presidência / Câmara de Vereadores de Brusque, de 11/05/2017, e anexos; envolvendo o servidor supramencionado, em virtude da necessidade de apuração dos fatos relatados no Despacho de 10/07/2017, de lavra do Procurador-Geral do Município; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, que objetiva a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se amoldam-se aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial,

aos dispositivos: artigos 174 (São deveres do servidor:); IV (discriminação); VI (observar as normas legais e regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); VIII (representar à autoridade superior sobre irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo); XIII (guardar sigilo sobre assuntos relacionados ao trabalho); 175 (Ao servidor público é proibido:); IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, V (incontinência pública), VI (insubordinação grave em serviço); IX (transgressão do Art. 175, incisos XIII a XIX); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque);

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PORTARIA Nº 3920-2017**

Publicação Nº 1422687

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**

Portaria nº 3.920/2017  
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a  
Alcides Antonio Seberino

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 62 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005.

**RESOLVEM:**

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 240/2017, benefício de Aposentadoria Voluntária a ALCIDES ANTONIO SEBERINO, CPF 398.629.769-34.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/11/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
RECURSOS HUMANOS  
Diretora

**PORTARIA Nº 12217-2017**

Publicação Nº 1422699

PORTARIA nº 12.217, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2015, de 06 de julho de 2015, homologado em 17 de novembro de 2015, para provimento do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme abaixo nominados:

UBS NOVA BRASÍLIA
DENISE TUNES LISCANO

UBS SÃO PEDRO
LUCIA ELENA FONTELA DE MOURA

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/17.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027-2017- SAMAE**

Publicação Nº 1422700

Brusque, 08 de novembro de 2017.

Despacho do Diretor Presidente

Em resposta a:

Solicitação de Deliberação a pedidos do Pregoeiro

Processo Licitatório 027/2017 – Modalidade Pregão Presencial

Face a desclassificação de todos os licitantes, com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93 e demais pareceres e documentos constantes dos autos, determino o cancelamento do presente certame.

Atenciosamente,

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

# Caçador

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 22 - CMS

Publicação Nº 1422796

RESOLUÇÃO Nº 022 DO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2017

O Conselho Municipal de Saúde no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2.826 de 17 agosto de 2011.

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter-federativa;

CONSIDERANDO reunião extraordinária da Ata 317 do dia 30/10/2017 e reunião extraordinária da Ata 318 do dia 01/11/2017

RESOLVE:

Art. 1º Aprova o Plano Municipal de Saúde do Quadriênio 2018/2021.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Leoni Terezinha Welicz  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Rua Pinheiro Machado, s/n – Vila Paraíso – CEP: 89503-079– Caçador – SC.  
E-mail: conselho.saude@cacador.sc.gov.br

[illegible]

**SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Ademar Schmitz

**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Leoni Terezinha Welicz

**VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Jean Carlo Ribeiro

**PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR - SANTA CATARINA**

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Ademar Schmitz  
Almir Paulo Dias  
Íris Fernandes do Nascimento  
Grasiele Rodrigues Padilha  
Adriana Bento Grobe  
Aires Roberta Brandalise  
César Velasquez  
Cícero Pereira  
Cristiane Aline de Santi  
Dayana Holz  
Elizete Farias  
Fátima Aparecida de Castro  
Isolete Renon Farias  
Laurita Aparecida Faustino Aimi  
Paula Brustolin Xavier  
Paula Francielly Zitkievicz  
Régis Fabiano de Oliveira  
Willian Castilho Pinto

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO .....	4
1.1 Princípios e Estrutura do Plano Municipal de Saúde .....	4
2 – IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	6
2.1 – APRESENTAÇÃO .....	6
2.2 – POPULAÇÃO .....	7
2.2.1 – Estrutura Etária .....	7
2.2.2 - Longevidade, mortalidade e fecundidade .....	7
2.2.3 - Grupos Vulneráveis .....	8
2.3- EDUCAÇÃO .....	8
2.3.1- Taxa de Analfabetismo .....	9
2.4 – EMPREGO E RENDA .....	9
2.5 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	9
2.6 – HABITAÇÃO .....	10
2.7 – ESTRUTURA SANITÁRIA .....	10
2.7.1 – Abastecimento de água e coleta de esgoto .....	10
2.7.2 – Coleta de lixo .....	10
2.10 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE .....	11
2.11 – LINHAS DE ATENÇÃO A SAÚDE .....	11
2.11.1- ATENÇÃO BÁSICA .....	11
2.11.2 – Programas Mais Médicos .....	14
2.11.3 – Saúde da Mulher .....	15
2.11.4 – Saúde do Homem .....	15
2.11.5 – Saúde da Pessoa Idosa .....	16
2.11.6 – Saúde da Criança .....	16
2.11.7 – Saúde do Adolescente .....	16
2.11.8 – Tabagismo .....	17
2.11.9 – Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF .....	17
2.11.10 – Práticas Integrativas e Complementares – PICS .....	18
2.11.11 – Saúde da Pessoa com Deficiência .....	18
2.11.12 – Serviço de Nutrição .....	19
2.11.13 - Saúde Bucal .....	24
2.12 – LINHAS DE CUIDADO DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE .....	30
2.12.1 -Ambulatório de Especialidades .....	30

2.12.2 – Laboratório Municipal de Patologia Clínica .....	31
2.12.3 – Assistência Farmacêutica .....	32
2.12.4 – Fonoaudiologia .....	35
2.12.5 – Fisioterapia .....	35
2.12.6 – Rede de Atenção Psicossocial .....	36
2.12.7 – Urgência/Emergência Municipal .....	38
2.12.8 – Vigilância em Saúde .....	43
2.12.9 – Vigilância Epidemiológica .....	44
2.12.10 – Vigilância Sanitária .....	46
2.13 – CONDIÇÃO DE SAÚDE .....	47
2.13.11 – Perfil Epidemiológico .....	47
2.13.12 – Mortalidade Geral e Específica .....	49
2.13.13 – Mortalidade Proporcional .....	51
2.13.14 – Mortalidade Infantil .....	52
2.13.15 – Agravos de Notificação Compulsória .....	54
2.14 – GESTÃO DO SUS NO ÂMBITO MUNICIPAL .....	56
2.14.1 – Planejamento em Saúde .....	61
2.14.2 – Regulação Assistencial .....	62
2.14.3 – Complexos Reguladores .....	62
2.14.4 – Financiamento .....	64
2.14.5 – Educação Permanente em Saúde .....	74
2.14.6 – Gestão de Pessoas .....	76
2.14.7 – Tecnologia da Informação .....	78
2.14.8 – Controle, Avaliação e Auditoria .....	79
2.14.9 – Controle Social .....	81
3- PROBLEMAS PRIORITÁRIOS E COMPROMISSOS DE GESTÃO .....	83
3.1 - Atenção Básica .....	83
3.2 – Agente Comunitário de Saúde .....	87
3.3 – Saúde da Mulher .....	88
3.4 – Saúde do Homem .....	90
3.5 – Saúde do Idoso .....	91
3.6 – Saúde do Adolescente .....	92
3.7 – Saúde da Criança .....	93
3.8 - Tabagismo .....	94
3.9 – Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC .....	95
3.10 – Saúde da Pessoa com Deficiência .....	96
3.11 - Nutrição .....	97
3.12 - Saúde Bucal .....	99
3.13 – Ambulatório de Especialidades .....	102
3.14 – Laboratório Municipal .....	103
3.15 – Assistência Farmacêutica .....	108
3.16 – Serviços de Fonoaudiologia .....	110
3.17 – Serviços de Fisioterapia .....	110
3.18 – Rede de Atenção Psicossocial .....	111
3.19 – Rede de Urgência e Emergência e Pronto Atendimento .....	114
3.20 – Vigilância Epidemiológica .....	118
3.21 – Vigilância Sanitária .....	123
3.22 – Gestão Municipal .....	125
3.23 – Planejamento .....	128
3.24 – Regulação e T.F.D – Tratamento Fora Domicílio .....	130
3.25 – Educação Permanente .....	133
3.26 – Gestão de Pessoas .....	134

3.27 – Tecnologia da Informação .....	135
3.28 – Controle Avaliação e Auditoria – C.A.A .....	136
3.29 – Controle Social.....	139
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	140
REFERÊNCIAS .....	141
ANEXOS .....	143
ANEXO I – ORGANOGRAMA SMS .....	144
ANEXO II – ATA DA 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE .....	145
ANEXO III – RESOLUÇÃO DA APROVAÇÃO DO PMS .....	151
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PMS .....	152

## 1 - INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) considera o planejamento como um instrumento fundamental para o desempenho de seu papel de gestora do Sistema Municipal de Saúde. O Plano Municipal de Saúde, para o período de 2018-2021, define objetivos, eixos, ações estratégicas, metas e indicadores, atualizando diagnósticos e incluindo ações correspondentes com o Plano Plurianual (PPA).

O Termo de Compromisso de Gestão Municipal, concluído em abril de 2010, formaliza o Pacto pela Saúde e suas dimensões: pela Vida, de Gestão e em Defesa do SUS na transição para o COAP já em vigor pelo Contrato Organizativo de Ação Pública. Este último contém atribuições e responsabilidades sanitárias do Gestor Municipal e indicadores de monitoramento e avaliação.

O Plano Municipal de Saúde 2018/2021 foi apresentado ao Conselho Municipal de Saúde em reunião extraordinária no dia 30 de outubro de 2017(ata nº:317) e 01 de novembro em reunião extraordinária(ata nº:318) para sua análise e deliberação, sendo aprovado pela Resolução nº: 22 de 01 de novembro de 2017.

A elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS) para o quadriênio de 2018-2021 prioriza as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Caçador (SC), considerando a ocorrência de variações no quadro epidemiológico, na estrutura, na quantidade e no perfil dos serviços.

A Secretaria Municipal da Saúde é responsável pela formulação e implantação dentro desta política, programas, projetos, serviços e atividades que visam promover, proteger e recuperar a saúde individual e coletiva.

O Plano Municipal de Saúde 2018-2021, expressa a síntese das propostas e ações estratégicas desta unidade gestora do Sistema Único de Saúde no Município, e foi elaborado com a participação de todas as áreas, e dá continuidade ao processo de planejamento contemplando todas as linhas de atenção à saúde, visando à integralidade e à universalidade e o cumprimento do Pacto pela Vida, do Pacto em Defesa do SUS e do Pacto de Gestão.

### 1.1 Princípios e Estrutura do Plano Municipal de Saúde

Para elaboração e desenvolvimento das propostas do Plano Municipal de Saúde 2018/2021, procurou-se obter um amplo conjunto de informações atuais e históricas como: consulta ao PMS 2014-2017, Relatórios de Gestão, Termo de Compromisso de Gestão do Pacto pela Saúde, Programação Pactuada e Integrada (PPI) e Indicadores de Monitoramento e Avaliação do Pacto pela Saúde, princípios do Pacto em Defesa do SUS, e demais parâmetros legais.

Tendo como princípio o contínuo aperfeiçoamento e a consolidação do SUS no município, foi elaborado após a análise dos documentos citados, da identificação de problemas do perfil epidemiológico e de situações que interferem na saúde dos munícipes.

O documento apresenta uma visão geral das condições de saúde da população, dos serviços existentes e da produção e desempenho desses serviços.

O PMS 2018-2021 obedece à seguinte estrutura em sua apresentação: Análise situacional em relação aos indicadores sociais e demográficos; Linhas de atenção à saúde; Rede de atenção de média e alta complexidade no âmbito municipal; Marcadores de morbimortalidade; Capacidade instalada em relação ao Bloco de Gestão, áreas

imprescindíveis para a gestão do SUS e; Objetivos estratégicos e metas na redução dos problemas prioritários por linha de cuidado. Para o alcance destes objetivos serão programadas ações anuais no PMS, contidas na Programação Anual de Saúde - PAS, devidamente orçadas, conforme determina a política de planejamento do SUS.

## 2 – IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

### 2.1 – APRESENTAÇÃO

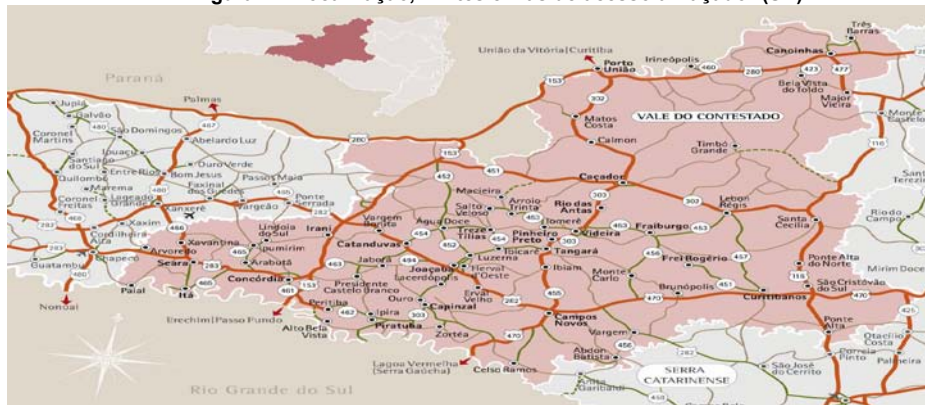
Em meados do ano 1881, Caçador, ainda Distrito de Campos Novos, começa a receber os primeiros colonizadores. A partir da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, o povoado passou a se chamar “Rio Caçador”, devido a grande abundância de caça em suas margens. A colonização passou a ser mais efetiva a partir da chegada da família Corrêa de Mello.

Entre os anos de 1914 e 1916, a região foi disputada entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, gerando a Guerra do Contestado, episódio este marcado por extrema violência. Após este conflito, outros grupos de colonizadores começaram a chegar a Caçador, eram imigrantes poloneses, árabes, italianos, alemães. Vieram atraídos pela atividade madeireira.

Na data de 25 de março de 1934, Caçador tornou-se um município independente, emancipando-se política e administrativamente, sendo nomeado seu primeiro prefeito o senhor Leônidas Coelho de Souza.

O território do município situa-se sobre o Aquífero Guarani, e banhado por vários rios, dentre os principais aquele que deu nome à cidade, Caçador, e os rios do Peixe, Jangada, Preto, Castelhanos, XV de Novembro, São Pedro e Veado, e limita-se com os municípios de Calmon, Lebon Régis, Rio das Antas, Videira, Arroio Trinta, Macieira, Água Doce e com o Estado do Paraná.

Figura 1 – Localização, limites e vias de acesso a Caçador (SC)



Fonte: Secretaria de Turismo de Santa Catarina – 2017

O clima do município é subtropical úmido, com verões quentes e chuvosos e invernos frios e secos, tendo as quatro estações do ano bem definidas.

Com frondosos pinheiros e imbuías, a primitiva Floresta da Araucária resiste em 14 mil hectares e os reflorestamentos com árvores exóticas, principalmente pinus, alcançam a 22 mil hectares. O território municipal possui 36% de vegetação arbórea e 22% de campos e pastagens, sendo que área TOTAL, 16% são utilizadas para cultivos agrícolas.

O município desenvolveu sua economia com base na extração e industrialização da madeira bem como no reflorestamento. A agricultura tem como produto principal o

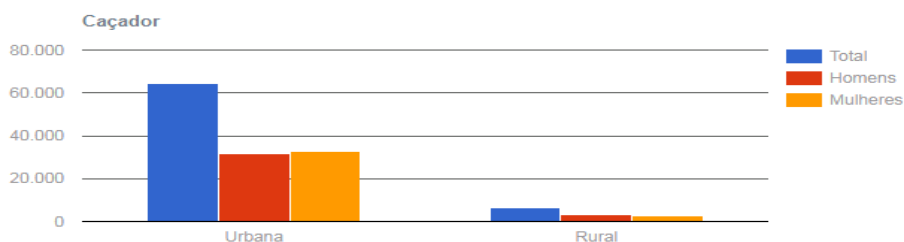
tomate, sendo que o município tem o título de maior produtor de tomate do sul do país. Caçador ainda destaca-se como polo industrial, com empresas de diferentes ramos: plástico, fios de cobre, papel e papelão, metalúrgicas e de transportes.

## 2.2 – POPULAÇÃO

No Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, Caçador apresentou uma taxa média de crescimento anual de 1,12% (comparado ao último censo realizado em 2000), sendo o 15º município do estado com maior número de habitantes, a densidade demográfica é de 71,89 habitantes por km².

A população estimada conforme IBGE (2017) é de 77.323 habitantes.

**Figura 2 – População residente por situação do domicílio e sexo - Caçador - 2010**

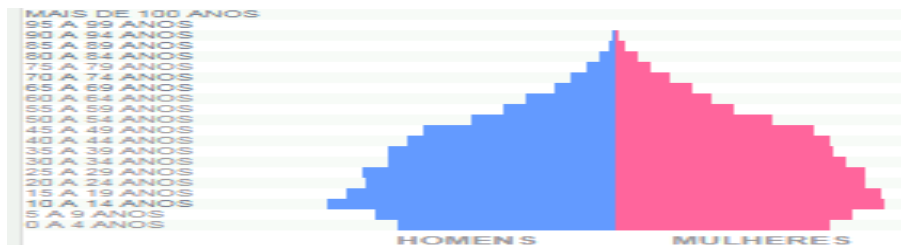


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

### 2.2.1 – Estrutura Etária

Com relação a faixa etária da população residente, o município de Caçador apresenta 25,36% da população na faixa entre 0 a 14 anos; 26,43% na faixa entre 15 e 29 anos; 38,75% na faixa entre 30 e 59 anos e 9,47% com 60 anos ou mais.

**Figura 3 – Pirâmide Etária Caçador - 2010**



Fonte: IBGE – Censo 2010

### 2.2.2 - Longevidade, mortalidade e fecundidade

Conforme dados recentes do IBGE, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano), em Caçador no ano de 2014 foi de 11,47 por mil nascidos vivos,

já as taxas de mortalidade infantil do Estado e do país eram 11,3 e 13,82 por mil nascidos vivos, respectivamente.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão da longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Caçador, a esperança de vida ao nascer, aumentou 4 anos na última década, passando de 73,3 anos em 2000, e para 77,7 anos em 2010.

O aumento da expectativa de vida está relacionado à redução da mortalidade, sobretudo, na infantil. A taxa de mortalidade geral da população caçadorenses teve uma queda de 9,1% entre 2010 e 2014.

### 2.2.3 - Grupos Vulneráveis

De acordo com cadastro atualizado do INCRA – 2017, em Caçador existem 110 famílias vivendo em assentamento, sendo no total uma população de 632 pessoas. Cabendo ressaltar que o município recebeu uma população de haitianos refugiados de aproximadamente 100 pessoas, no entanto, estes refugiados migram dentro do próprio estado em busca de emprego e renda, o que dificulta a criação de vínculos e, sua estabilidade socioeconômica.

Caçador possui um distrito urbano denominado Taquara Verde com aproximadamente 300 famílias, onde a vulnerabilidade deste grupo é pela baixa renda familiar. Esta comunidade fica localizada a cerca de 23,5 km do perímetro urbano e não possui postos de trabalho que gerem distribuição de renda na própria localidade.

## 2.3– EDUCAÇÃO

No ano de 2015, o município apresentava 14.241 alunos matriculados (não inclusos dados do ensino superior), sendo este número levantado através do Censo Educacional do Ministério da Educação (2015).

Em Caçador existem 29 escolas de ensino pré-escolar (21 municipais e 8 particulares), 36 escolas de ensino fundamental (18 municipais, 9 estaduais e 9 particulares), e no ensino médio são 10 escolas (6 estaduais e 4 particulares).

**Tabela 1 – Número de matrículas por nível – Caçador SC - 2015**

Variável	Caçador
Pré-escolar	1.703
Fundamental	10.125
Médio	2.413

**Tabela 2 – Número de escolas por nível – Caçador SC – 2015**

Variável	Caçador
Pré-escolar	29
Fundamental	36
Médio	10

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP – Censo Educacional 2015

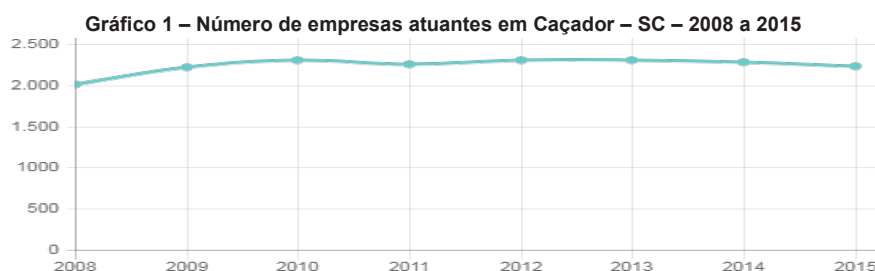
### 2.3.1– Taxa de Analfabetismo

Em Caçador existe 2.973 analfabetos conforme Censo IBGE 2010, este número representa 5,66% da população maior de 15 anos.

## 2.4 – EMPREGO E RENDA

Tomando-se como referência o ano de 2015, em Caçador existiam 2.225 empresas atuantes, que geravam 22.719 postos de trabalho com carteira assinada. Com o passar dos anos, nota-se que o número de empresas mantém-se estável, porém, a oferta de empregos com carteira assinada vem baixando, devido crise econômica que afeta o país.

Os gráficos a seguir demonstram o volume de empresas e empregos com carteira assinada no período de 2006 a 2015.



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017

## 2.5 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O IDHM é resultado do cruzamento de mais de 180 indicadores socioeconômicos do IBGE e é dividido em três dimensões: a longevidade (oportunidade de viver mais), o acesso à educação, e o padrão de vida (renda familiar).

O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo o valor for de 1, maior será o IDHM. Os lugares podem ser posicionados em uma destas avaliações: muito alto, alto, médio, baixo ou muito baixo.

Caçador tem índice considerado “alto”, segundo a pesquisa. Com IDH de **0,735**, Caçador ocupa a **148ª** posição entre os municípios de Santa Catarina, e **897ª** no ranking nacional.

**Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) – Caçador SC – 2000 / 2010**

Ano	Posição	Nome	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
2010	148º	Caçador (SC)	0,735	0,728	0,878	0,620

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2017

## 2.6 – HABITAÇÃO

Caracteriza-se domicílio o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, podendo ser particular ou coletivo.

Conforme dados do Censo Demográfico, em 2010, Caçador possuía 24.360 domicílios cadastrados, sendo 24.333 particular e 27 coletivo.

## 2.7 – ESTRUTURA SANITÁRIA

### 2.7.1 – Abastecimento de água e coleta de esgoto

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) em 2015, 19.116 domicílios estavam ligados à rede geral de abastecimento de água, abrangendo uma população total de 63.062 habitantes.

Dados referentes a coleta de esgoto para o mesmo período, mostram que o município tem uma extensão de 9,4 km de rede de esgoto tratado, atendendo uma população de 3.339 pessoas.

**Tabela 4 – Números do abastecimento de Água e Coleta de Esgoto em Caçador (SC) - 2015**

Município	Ano	População total atendida com abastecimento de água (Habitantes)	Quantidade de ligações totais de água (Ligações)	Extensão da rede de esgotos (km)	Quantidade de ligações totais de esgotos (Ligações)	População total atendida com esgotamento sanitário (Habitantes)
Caçador	2015	63.062	19.116	9,4	780	3.339

Fonte: SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – 2017

### 2.7.2 – Coleta de lixo

De acordo com levantamento realizado pelo Ministério das Cidades no ano de 2015, o município de Caçador coletava em torno de 10.906,8 toneladas/ano de resíduos sólidos, e a frequência desta coleta, na grande maioria, ocorre de duas a três vezes por semana.

Os resíduos químicos industrial e de saúde, são recolhidos por empresas credenciadas, transportados e tratados no município sede das empresas Tucano e Cetric. Existe ainda a coleta seletiva de materiais recicláveis, sendo recolhido 720 toneladas/ano, destes, 654 toneladas são recuperados.

## 2.10 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Organograma da Secretaria conforme ANEXO I.

## 2.11 – LINHAS DE ATENÇÃO A SAÚDE

### 2.11.1- ATENÇÃO BÁSICA

Ao longo de mais de uma década, desde quando foi instituída em 2006, a Política Nacional de Atenção Básica tem sido um dos principais instrumentos de desenvolvimento e consolidação do SUS. Em 2011 ela foi revisada, em 2015 iniciou-se um processo de debate, com objetivo de pactuar um conjunto de atualizações para incorporar inovações e experiências acumuladas nos últimos anos e, no ano de 2017 é publicada sua atualização através da PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, sendo resolutivo para cerca de 85% das necessidades de atenção à saúde da população.

Conforme preconiza a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), considera a Atenção Básica *“um conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária”*. Em seu artigo 2º §1º destaca que a *“Atenção Básica será a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede. No § 2º a “Atenção Básica será ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde”*.

Caçador é um município do cenário brasileiro que aposta no Sistema Único de Saúde assim, a Secretaria Municipal de Saúde vem buscando a consolidação efetiva do modelo assistencial na Atenção Básica através de investimentos, dentre eles: a ampliação, construção, reaparelhamento de novas unidades e ações previamente planejadas, organizadas e coordenadas que visam à educação da população de forma a contemplar todos os municípios.

Os avanços evidentes facilitam o acesso da população, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade ao acesso as ações e serviços em saúde. Caçador conta com treze Unidades Básicas de Saúde (UBS) consideradas a porta de entrada para o sistema, estão localizadas em regiões estratégicas da cidade. Na Unidade Básica ou Posto de Saúde o usuário recebe atendimentos básicos e gratuitos em Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem, Odontologia e Psicologia, entre outros procedimentos ambulatoriais.

O município tem investido além do esperado em saúde, sempre muito acima do que preconiza a Emenda Constitucional nº 29. A implantação da Estratégia de saúde da família foi um marco divisorio na saúde pública do Brasil, e um grande impulso na consolidação do Sistema Único de Saúde, sendo a atenção básica a responsável por ordenar e organizar a rede de saúde de forma efetiva. Caçador é organizado por regiões de saúde, o que possibilita a identificação das principais carências e potencialidades de

cada região. A 8ª Conferência Municipal de Saúde realizada no dia 19 agosto de 2017, deliberou por consolidar e ampliar uma atenção básica forte, através da manutenção e consolidação da Estratégia de Saúde da Família, para organizar e tornar resolutive a rede de saúde.

As deliberações que foram emanadas da VIII Conferência Municipal de Saúde configuram-se a base desse plano municipal de saúde para a Atenção Básica, com o objetivo de (re)organizar o sistema de saúde para os anos 2018/2021, com o objetivo de promover o planejamento de saúde buscando o aprimoramento dos serviços de saúde pública, de forma contínua, baseado em dados de pesquisa e observação, de análise de indicadores da saúde, do diagnóstico institucional, propondo meios que resultem em melhoria da saúde dos munícipes.

Como eixo norteador a Estratégia de Saúde da Família a ação prioritária para reorganização da Atenção Básica no município de Caçador. Partindo das premissas e do histórico de saúde, no ano de 2002, foi implantado a primeira equipe de saúde do modelo orientador: o antigo Programa de Agentes Comunitários de Saúde no bairro Martello – PACS Martello - considerada a região de maior vulnerabilidade do município, em junho do mesmo ano o território foi estruturado no modelo do Programa de Saúde da Família – PSF Martello e PSF CAIC.

Em 2004 inicia as atividades o PSF Morada do Sol, reorganizando a região do “grande Martello”. No ano de 2005 implantou-se o PSF Rancho Fundo, bem como o PSF Bom Sucesso, nas demais regiões do município a cobertura se fazia através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS Unidade Sanitária, PACS Sorgatto e PACS Berger, em 2007 implantada a equipe PACS Municípios.

Em 2011 é aprovada a Política Nacional de Atenção Básica através da portaria 2488, de 21 de Outubro de 2011, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, não mais como Programa e sim “Estratégia de Saúde da Família - ESF” e “Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – EACS”, a partir de então não se usa mais a sigla PSF/PACS e sim ESF/EACS.

No ano de 2013 o município de Caçador começa ser remapeado com o objetivo de implantação de novas equipes, sendo habilitadas ESF Santa Catarina e ESF Alto Bonito, no ano de 2014 ESF Berger, ESF Nossa Senhora Salete, ESF Santa Clara e, por fim, em 2015 a ESF Taquara Verde e ESF Municípios. Com o novo remapeamento finalizado do território municipal as equipes ficaram assim definidas conforme tabela abaixo.

Hoje o município conta com cobertura de 64% de equipes de Estratégia de Saúde da Família, tendo a expectativa para os próximos anos a implantação de mais 4 equipes urbanas e 1 equipe rural. A área rural corresponde a 10% da população do município e não há nenhum modelo de atenção específico (ESF/EACS). Esta população quando necessita dos serviços de saúde é acolhida pelas UBS mais próximas de sua localidade.

**Tabela 5 - Equipes de Estratégia de Saúde da Família**

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	MODALIDADE	HABILITAÇÃO DA EQUIPE ESF/EACS	PESSOAS CADASTRADAS (até 29/10/2017)	ATIVO
US DR. CESAR PEREIRA CAIC	ESF CAIC COM SAÚDE BUCAL	15/04/2016	4.356	SIM
	ESF RECANTO DA ALVORADA	23/09/2014	3.840	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARTELLO	ESF MARTELLO COM SAÚDE BUCAL	05/11/2003	3.782	SIM

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BOM SUCESSO	ESF BOM SUCESSO COM SAÚDE BUCAL	04/01/2016	2.888	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MORADA DO SOL	ESF MORADA DO SOL COM SAÚDE BUCAL	03/01/2004	3.411	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BERGER	ESF ALTO BONITO ESF BERGER	30/08/2013 23/09/2014	3.148 2.700	SIM
UNIDADE SANITÁRIA	EACS UNIDADE SANITÁRIA	03/01/2001	2.646	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE RANCHO FUNDO	ESF RANCHO FUNDO COM SAÚDE BUCAL		3.050	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOSSA SENHORA SALETE	ESF NOSSA SENHORA SALETE COM SAÚDE BUCAL	23/09/2015	4.232	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SANTA CATARINA	ESF SANTA CATARINA ESF SANTA CLARA	30/08/2013 23/09/2014	3.820 3.566	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BOM JESUS	EACS SORGATTO	03/01/2001	5.000	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICÍPIOS	ESF MUNICÍPIOS COM SAÚDE BUCAL	06/05/2015	3.775	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TAQUARA VERDE	ESF TAQUARA VERDE	30/08/2018	1.505	SIM
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CASTELHANO	EQUIPE TRADICIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA	-	-	SIM
TOTAL DE UBS: 13	TOTAL DE EQUIPES: 15	TOTAL DE PESSOAS CADASTRADAS: 43.523		

Fonte: SCNES/WinSaúde

Os serviços de Atenção Básica estão prioritariamente instalados em território com maior vulnerabilidade social e riscos sanitários, porém a população referenciada para as unidades do Bom Jesus, Unidade Sanitária e unidade de saúde Sorgatto (hoje fechada por motivos insalubres) não possuem estas características, as instalações físicas são inadequadas à necessidade da população e carece de recursos humanos. Há uma proximidade territorial entre essas três unidades e cabe aqui, a sugestão de junção das duas unidades (Sorgatto e Bom Jesus) em uma única UBS, com maior capacidade instalada, tanto física quanto de recursos humanos, dando condições de implantação de duas equipes de ESF nessa região.

#### 2.11.1.1 Avanços após implantação das equipes da Saúde da Família

De novembro de 2001 até o presente momento, observaram-se avanços consideráveis na Atenção Básica: financiamento garantido, presença de equipe mínima nas UBS, informatização por região de saúde permitindo avaliar e respeitar as especificidades de cada área e/ou equipe. Atua na lógica da interdisciplinaridade, intersetorialidade e o vínculo estabelecido entre a equipe e a família. Os atendimentos domiciliares dos ACS, as internações domiciliares, visitas domiciliares (médico, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeuta, assistente social e demais profissionais, de nível superior, solicitados pelas equipes de ESF), são, em si, o grande diferencial no modelo de assistência.

Para estas condições de saúde, são desenvolvidos os grupos de HIPERDIA, onde cada equipe desenvolve seus grupos de acordo com cronograma mensal, orientando a

população com relação à prevenção de saúde e quanto ao tratamento correto do mês. Outros grupos como de gestantes e puerperais, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança (grupos de pesagem), grupos de saúde mental na Atenção Básica, ações nas empresas, escolas, comunidade, presídio, são iniciativas com impacto relevante junto à população e condições de saúde, entretanto a resistência a mudanças do modelo de atenção com uma proposta multidisciplinar, promovendo e construindo o conceito de saúde e doença, ainda encontra resistência por parte da população em geral que centraliza a saúde no modelo medicocêntrico que o SUS ainda não conseguiu extirpar.

Outras ações como oficinas, incentivando o processo de educação em saúde, o incremento nas ações de prevenção e promoção como imunização, coleta de Papanicolaou entre outras ações, também são realizadas frequentemente pelas equipes da Atenção Básica. As equipes de Atenção Básica seguem agenda anual do Ministério da Saúde realizando atividades, treinamentos conforme data comemorativa e de trabalho. Tanto as equipes de ESF quanto as equipes de EACS realizam e trabalham na lógica da Agenda do Ministério da Saúde.

Para o enfrentamento da resistência à mudança de modelo e rompimento dos paradigmas do modelo medicocêntrico e hospitalocêntrico serão necessários investimentos no processo de educação permanente: integração Ensino e Serviço, qualificando os profissionais para o processo de trabalho no SUS e não somente para o mercado de trabalho. A despreciação do vínculo e a revisão do quadro de pessoal possibilita a composição do grupo de trabalho, de acordo com as necessidades de saúde da população. A implantação de normas rotineiras e protocolos entre outras prioridades são essenciais para a construção de uma Atenção Básica mais eficaz.

#### **2.11.2 – Programas Mais Médicos**

O Programa Mais Médicos (PMM) é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais. Assim, o programa busca resolver a questão emergencial do atendimento básico ao cidadão, mas também cria condições para continuar a garantir um atendimento qualificado no futuro para aqueles que acessam cotidianamente o SUS. Além de estender o acesso, o programa provoca melhorias na qualidade e humaniza o atendimento, com médicos que criam vínculos com seus pacientes e com a comunidade. O Mais Médicos se somou a um conjunto de ações e iniciativas do governo para o fortalecimento da Atenção Básica do país.

O município de Caçador tem histórico de escassez de profissionais médicos com dificuldade na fixação, regiões de vulnerabilidade do território caçadoreense, hoje o município conta com nove profissionais do Programa Mais Médicos. Foi no ano de 2013 que recebeu os primeiros médicos formados no exterior, é fato que, em um primeiro momento, houve resistência por parte de alguns setores da sociedade, principalmente em relação aos médicos estrangeiros. À medida que os resultados do programa na vida cotidiana das pessoas foram sentidos, foram sendo superadas as dúvidas e os

questionamentos sobre a necessidade de Mais Médicos para a melhoria da assistência à população e para a expansão do atendimento na Atenção Básica, em todo o País.

### **2.11.3 – Saúde da Mulher**

O Programa Nacional “Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM”: foi elaborado pelo Ministério da Saúde em 1983 quando a discussão se pautava predominantemente sobre o controle da natalidade. Trata-se de um documento histórico que incorporou o ideário feminista para a atenção à saúde integral. Em maio de 2004 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes, construída a partir da proposta do SUS e respeitando as características da nova política de saúde.

A execução das atividades programáticas de assistência da saúde da mulher, nas suas diferentes fases do ciclo de vida, está entre as propostas da Atenção Básica. As ações estão voltadas para as linhas do cuidado compreendem quatro eixos prioritários: planejamento da vida sexual e reprodutiva; pré-natal, parto e puerpério; prevenção e detecção precoce do câncer do colo uterino e da mama e violência sexual.

Em Caçador, as Unidades de Saúde da Família e a Clínica Materno Infantil realizam as seguintes atividades de atenção a saúde da mulher: ações educativas sobre planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção do câncer de colo uterino e de mama, climatério, gravidez na adolescência, aleitamento materno, entre outros. Estas ações visam promover e controlar os agravos de saúde individual e coletiva em todas as fases da vida da mulher.

### **2.11.4 – Saúde do Homem**

A proposição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem visa qualificar a saúde da população masculina na perspectiva de linhas de cuidado que resguardem a integralidade da atenção. O reconhecimento de que os homens adentram o sistema de saúde por meio da atenção especializada tem como consequência o agravamento da morbidade pelo retardamento na atenção e maior custo para o SUS. É necessário fortalecer e qualificar a atenção primária garantindo, assim, a promoção da saúde e a prevenção aos agravos evitáveis.

Em todo mundo, o mês de Novembro é Azul! Trata-se de uma campanha internacional que nasceu em 2003, na Austrália, aproveitando o gancho do dia 17 de novembro ser o Dia Mundial de Enfrentamento ao Câncer de Próstata e do dia 19 de novembro ser o Dia Internacional do Homem. Logo, a campanha ganhou adesão de diversos países como forma de estimular a prevenção do câncer de próstata. No ano de 2017 Caçador foi destaque no I Encontro Estadual de Saúde do Homem, com o Projeto “Saúde do Homem: A bola da vez”, projeto que já está em sua 3ª edição.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, portanto, além de evidenciar os principais fatores de morbimortalidade explicita o reconhecimento de determinantes sociais que resultam na vulnerabilidade da população masculina aos agravos à saúde, considerando que representações sociais sobre a masculinidade vigente comprometem o acesso à atenção integral, bem como repercutem de modo crítico na vulnerabilidade dessa população às situações de violência e de risco para a saúde.

### 2.11.5 – Saúde da Pessoa Idosa

A Portaria/GM nº 399, publicada em 22/02/2006, apresenta as Diretrizes do Pacto pela Saúde, nas quais estão contempladas três dimensões: pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. A Saúde do Idoso aparece como uma das prioridades no Pacto pela Vida, o que significa que, pela primeira vez na história das políticas públicas no Brasil, a preocupação com a saúde da população idosa brasileira é explicitada.

Importante ressaltar, preliminarmente, que no Brasil é considerada idosa a pessoa com 60 anos ou mais, enquanto que nos países desenvolvidos idoso é aquele que tem 65 anos ou mais (OMS). Diante da crescente demanda de uma população que envelhece e em acordo com os direitos previstos na Constituição de 1988, em 1994 foi promulgada a Política Nacional do Idoso, através da Lei 8.842/94, regulamentada em 1996 pelo Decreto 1.948/96. Esta política assegurou direitos sociais à pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade e reafirmando o direito à saúde nos diversos níveis de atendimento do SUS. Em 1999, a Portaria Ministerial nº 1.395/99 estabelece a Política Nacional de Saúde do Idoso, na qual se determina que os órgãos do Ministério da Saúde, relacionados ao tema promovam a elaboração ou a adequação de planos, projetos e ações em conformidade com as diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas. A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - PNSPI (Portaria Nº 2.528, de 19 de outubro de 2006) tem como finalidade primordial a recuperação, manutenção e promoção da autonomia e da independência da pessoa idosa, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

### 2.11.6 – Saúde da Criança

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento faz parte da avaliação integral à saúde da criança, propiciando o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, de hábitos de vida saudáveis, vacinação, prevenção de problemas e agravos à saúde e cuidados em tempo oportuno.

Caçador utiliza a “*Caderneta de Saúde da Criança - Passaporte da Cidadania*” como instrumento de registro e orientações que auxilia nesse acompanhamento. Orientando os profissionais, pais e cuidadores no uso adequado para estreitar e manter o vínculo da criança e da família com os serviços de saúde.

As equipes de saúde trabalham no fortalecimento e incentivo ao aleitamento materno e adotam essa estratégia como promoção e prevenção em saúde, considerando que tais ações previnem mortes infantis, além de promover a saúde física, mental e psíquica da criança e da mulher que amamenta. Estas realizam o acompanhamento de todas as crianças da área de abrangência, realizando ações como pesar, medir, avaliação dos marcos de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades, além do registro e avaliação da caderneta da criança.

### 2.11.7 – Saúde do Adolescente

A população adolescente e jovem vive uma condição social que é única: uma mesma geração, num mesmo momento social, econômico, político e cultural do seu país e do mundo. Ou seja, a modalidade de ser adolescente e jovem depende da idade, da geração, da moratória vital, da classe social e dos marcos institucionais e de gênero,

presentes em dado contexto histórico e cultural (MARGULIS; URRESTI, 1996; ABRAMO, 2005).

Nesse sentido, a atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens apresenta-se como um desafio, por tratar-se de um grupo social em fase de grandes e importantes transformações psicobiológicas articuladas a um envolvimento social e ao redimensionamento da sua identidade e dos novos papéis sociais que vão assumindo (AYRES; FRANÇA JÚNIOR, 1996).

Caçador utiliza como estratégia de sucesso a Caderneta de Saúde de Adolescente, masculina e feminina, que contém informações a respeito do crescimento e desenvolvimento, da alimentação saudável, da prevenção de violências e promoção da cultura de paz, da saúde bucal e da saúde sexual e saúde reprodutiva desse grupo populacional. Traz ainda método e espaço para o registro antropométrico e dos estágios de maturação sexual, das intervenções odontológicas e o calendário vacinal. Outra estratégia de aproximação do Adolescente com o serviço de saúde é o fortalecimento das ações no âmbito da saúde dos escolares, através do Programa Saúde na Escola – PSE.

#### **2.11.8 – Tabagismo**

O tabagismo é, reconhecidamente, uma doença crônica resultante da dependência à nicotina e um fator de risco para mais de 50 doenças, entre elas vários tipos de câncer, asma, infecções respiratórias e doenças cardiovasculares. Sua prevalência vem reduzindo progressivamente, entretanto, ainda mostra-se expressiva em certas regiões e grupos populacionais mais vulneráveis. Ministério da Saúde (MS) publicou, no dia 05 de abril de 2013, a Portaria GM/MS nº 571, que veio atualizar as diretrizes de cuidado à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dar outras providências.

Caçador está cadastrado no Programa Nacional de Combate ao Tabagismo – PNCT - Tratamento do Tabagismo - significa que o município e as equipes de Atenção Básica assumiram o compromisso de organizar e implantar as ações para o cuidado da pessoa tabagista. O tratamento inclui avaliação clínica, abordagem intensiva, individual ou em grupo e, caso necessário, terapia medicamentosa junto com a abordagem intensiva. No ano de 2017, através da Regional de Saúde, as equipes receberam o treinamento para implantação dos Grupos de Controle ao Tabagismo, com adesão satisfatória.

#### **2.11.9 – Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF**

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) são compostos por equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as ESF e com as Academias da Saúde. Os NASF têm como objetivo apoiar a consolidação da Atenção Básica, ampliando a oferta de serviços na rede de Csaúde, assim como a resolutividade e a abrangência das ações. Constituídas pelas seguintes categorias profissionais: assistente social, fisioterapeuta, farmacêutico, profissional de educação física, nutricionista e psicólogo. As equipes dos NASF contam com uma coordenação específica no âmbito da gestão municipal.

O NASF foi instituído por meio da Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, sendo substituída pela Portaria 2.488 de 24 de outubro de 2011, que aprovou a PNAB, esta atualmente revogada, após atualização da Política Nacional de Atenção Básica,

publicada através da Portaria 2436 de 21 de setembro de 2017, esta última em vigência, a equipe de NASF é considerada membro orgânico da atenção básica, vivendo integralmente o dia a dia das equipes de saúde, trabalhando de forma horizontal e interdisciplinar com os demais integrantes das equipes, garantindo longitudinalidade do cuidado e prestação de serviços diretos a população.

Caçador ainda não tem implantada a equipe NASF, mas de acordo com este plano municipal de saúde, objetiva implantar uma equipe na lógica proposta pelo Ministério da Saúde (MS) que o compreende como uma potente estratégia para ampliar a abrangência e a diversidade das ações das ESF, uma vez que promove a criação de espaços para a produção de novos saberes e ampliação da clínica, referenciada a região de maior vulnerabilidade do município, ou seja, prestando apoio aos ESF CAIC, Recanto da Alvorada, Martello, Morada do Sol e Bom Sucesso. Terá como “modus operandi” o apoio matricial para atuarem em conjunto com as ESF, compartilhando as práticas em saúde nos territórios.

A atuação do NASF basear-se-á em diversas diretrizes relativas à AB, tais como: ação interdisciplinar e intersetorial; educação permanente em saúde dos profissionais e da população; desenvolvimento do território; integralidade, participação social, promoção da saúde e humanização.

#### **2.11.10 – Práticas Integrativas e Complementares – PICS**

As práticas integrativas e complementares são ações de cuidado transversais, podendo ser realizadas na atenção básica, na média e alta complexidade. Não existe uma adesão à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC: a política traz diretrizes gerais para a incorporação das práticas nos diversos serviços.

Compete ao gestor municipal elaborar normas técnicas para inserção da PNPIC a rede municipal de Saúde e definir recursos orçamentários e financeiros para a implementação das práticas integrativas. Dessa maneira, é de competência exclusiva do município a contratação dos profissionais e a definição das práticas a serem ofertadas.

O objetivo do município é ao longo dos próximos quatro anos Incorporar e implementar a PNPIC no SUS a nível municipal, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, promovendo a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades.

#### **2.11.11 – Saúde da Pessoa com Deficiência**

A política Nacional de Saúde da pessoa com deficiência do Ministério da Saúde, voltada para a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), caracteriza-se por reconhecer a necessidade de implementar o processo de respostas às complexas questões que envolvem a atenção à saúde das pessoas com deficiência no Brasil.

Especificamente na área da Saúde, buscar-se-á tornar acessíveis as unidades de saúde, por meio do cumprimento da normatização arquitetônica (de acordo com a Norma Brasileira 9050/ABNT, como descrito no Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde), e assegurar a representação das pessoas com deficiência nos Conselhos de Saúde, viabilizando sua participação na proposição de medidas, no

acompanhamento e na avaliação das ações levadas a efeito nas esferas municipal, estadual e federal.

No município não se tem nenhum programa implantado direcionado à pessoa com deficiência. São realizados acompanhamentos de acordo com cada caso e temos cadastrados no sistema próprio de informações 2.862 pessoas com algum tipo de deficiência. As ESF e EACS encaminham os portadores de deficiência aos setores especializados de acordo com a necessidade.

Toda pessoa com deficiência tem o direito de ser atendida nos serviços de saúde do SUS, desde os Postos de Saúde e Unidades de Saúde da Família até os Serviços de Reabilitação e Hospitais. Tem direito à consulta médica, ao tratamento odontológico, aos procedimentos de enfermagem, à visita dos Agentes Comunitários de Saúde, aos exames básicos e aos medicamentos que sejam distribuídos pelo SUS.

Não se pode esquecer que há homens e mulheres com deficiência em todas as faixas etárias, devendo bebês, crianças, jovens e adultos serem acolhidos em todas as Unidades de Saúde e terem respondidas suas necessidades, sejam elas vinculadas ou não à deficiência que apresentam. São consideradas parte da atenção integral à saúde das pessoas com deficiência as ações voltadas para sua saúde sexual e reprodutiva, incluindo medicamentos, recursos tecnológicos e intervenções especializadas. Para o desenvolvimento desta Política, a Atenção Básica tem fundamental importância, com a Saúde da Família e os Agentes Comunitários de Saúde que, trabalhando com áreas territorializadas de abrangência, capilarizam o cuidado à saúde e ao adoecimento, aproximando os serviços das comunidades, famílias e indivíduos.

#### **2.11.12 – Serviço de Nutrição**

De acordo com a resolução CFN nº 380/2005 a atividade em saúde coletiva do profissional nutricionista é prestar assistência e educação nutricional e coletividade a indivíduos sadios ou enfermos, em instituições públicas ou privadas, em consultório de nutrição e dietética, através de ações, programas, pesquisas e eventos, direta ou indiretamente relacionados à nutrição, visando a prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde.

O Ministério da Saúde criou os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), mediante a Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Este deve ser constituído por uma equipe de diferentes áreas de conhecimento atuam em conjunto com os profissionais das equipes de Saúde da Família, compartilhando e apoiando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das equipes de Saúde da Família.

A atuação do nutricionista no NASF tem como sujeito, em primeiro lugar, a equipe de Saúde da Família, mas também, no plano coletivo, a comunidade, as famílias, os indivíduos que a compõem. Os determinantes sociais do processo saúde–doença devem ser objeto de especial atenção, condicionando as práticas em saúde e o direcionamento do processo de trabalho, sendo as ações realizadas no NASF: Coordenação do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) visando realizar o diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população; Coordenação das Condicionalidades da Saúde no PBF (Programa Bolsa Família); Participação em conjunto com a equipe NASF e Equipes de Saúde de grupos ofertados pelas Unidades Básicas de Saúde (Gestante, Tabagismo, Obesos, HIPERDIA).

Desenvolver ações em conjunto com as equipes de saúde para a promoção de práticas alimentares saudáveis em todas as fases do curso da vida; Atuar na formação e

na educação continuada das equipes de saúde e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; Desenvolver ações contínuas voltadas à diminuição da prevalência da desnutrição e a redução do excesso de peso em todas as faixas etárias; Promover ações relacionadas ao aleitamento materno e introdução correta dos alimentos após 6º mês. Efetivar Programas de Suplementação (Vitamina A, Ferro, Módulo de micronutrientes).

O SISVAN e as Condicionais da Saúde no PBF (Programa Bolsa Família) são acompanhadas mensalmente, junto com os agentes de saúde e equipe de enfermagem em cada Unidade Básica de Saúde.

São ações realizadas no Ambulatório de Especialidades Jonas Ramos: Atendimento Ambulatorial aos pacientes encaminhados das Unidades Básicas de Saúde; Atendimento Ambulatorial aos pacientes encaminhados pela APAE; Visitas domiciliares aos pacientes acamados; Palestras; Coordenação e Implantação do Programa de Suplementação Alimentar do município (leites e fórmulas infantis, suplementos alimentares, alimentação enteral adulto e infantil); Atendimento mensal no distrito de Taquara Verde (suplemento alimentar e atendimento ambulatorial).

Em 2017, através das ações desenvolvidas pelo setor de nutrição no Ambulatório Jonas Ramos, foram possíveis de identificar na população atendida os indicadores de estado nutricional, descritos nos gráficos abaixo:

**Gráfico 3 - Estado Nutricional das crianças de 0 a 6 meses acompanhados pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



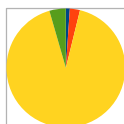
Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.

**Gráfico 4 - Estado Nutricional das crianças de 6 meses a 2 anos acompanhados pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



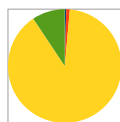
Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.

**Gráfico 5 - Estado Nutricional das crianças de 2 a 5 anos acompanhados pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.

**Gráfico 6 - Estado Nutricional das crianças de 5 a 10 anos acompanhados pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.

Analisando os dados dos gráficos que possuem como população-alvo as crianças (0 meses até 10 anos), foi possível observar que conforme a idade da criança vai avançando, ocorre uma diminuição do percentual de crianças com estado nutricional caracterizado como peso abaixo ou muito abaixo do normal, e um aumento do percentual de crianças que vem apresentando peso elevado para idade. Na faixa etária de 0 a 6 meses é verificado um percentual de 13,96% das crianças com peso abaixo do esperado e neste mesmo público-alvo um percentual e 2,2% de peso elevado. Ratificando essa transição nutricional, observa-se que as crianças entre 5 e 10 anos apresentaram percentual de 9,36% de peso elevado para idade e apenas 1,41% de peso abaixo do normal.

Os dados acima demonstrados, onde a prevalência de sobrepeso vem crescendo conforme aumenta a faixa etária da população, apenas confirmam os estudos realizados sobre a transição nutricional mundial, onde a prevalência da obesidade infantil tem aumentado rapidamente nas últimas décadas e já pode ser caracterizada como uma verdadeira epidemia. No Brasil, verifica-se um processo de transição nutricional, com taxas de baixo peso cada vez menores e maiores índices de sobrepeso e obesidade.

Diante dos números apresentados, percebe-se a importância da implementação de medidas intervencionistas no combate e prevenção da obesidade em crianças.

**Gráfico 7 - Estado Nutricional dos adolescentes acompanhados pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.

**Gráfico 8 - Estado Nutricional dos adultos acompanhados pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.

**Gráfico 9 - Estado Nutricional dos idosos acompanhados pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.

Analisando os dados dos gráficos que possuem como população-alvo os adolescentes, adultos, constatou-se que o percentual de magreza/baixo peso está em 1,69% para adolescentes e 1,89% para adultos e que o sobrepeso/obesidade está em 27,73% para adolescentes e 69,24% para adultos. Estes dados confirmam a transição nutricional que vem ocorrendo no Brasil, onde tem-se observado uma diminuição dos agravos de desnutrição e um aumento no número de indivíduos obesos.

A diminuição dos casos de desnutrição no país poderia ser considerada uma vitória para a saúde pública, porém, os estudos revelam que a má alimentação têm sido responsável pela menor incidência de desnutrição e aumento da obesidade e de outras doenças crônicas não transmissíveis, que, além de ter grande impacto na qualidade de vida do indivíduo, oneram significativamente ao governo.

O problema do sobrepeso/obesidade ainda não tem sido devidamente considerado em nível das ações de saúde no Brasil, embora tenha sido enfaticamente valorizado no documento sobre a política nacional de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde.

Em relação aos dados obtidos para a fase etária dos idosos, observou-se um aumento no percentual referenciado à magreza, percentual este que foi maior que nas populações de adolescentes e adultos, sendo que para os idosos foi encontrado um valor de 10,72% de magreza/baixo peso. Foi observado também, que o percentual de idosos que se encontram no estado nutricional de sobrepeso também foi o maior em todos os públicos relacionados, seu percentual foi de 60,45%.

O aumento na expectativa gera alterações importantes na composição etária da população, esse é um fenômeno mundial e, no Brasil, vem ocorrendo em ritmo acelerado.

Nesse contexto, o estado nutricional assume uma importante função na qualidade de vida da população idosa. Por um lado, a obesidade consolidou-se como agravo

nutricional associado à alta incidência de DCNT, tais como doenças cardiovasculares, câncer e diabetes. Por outro, especificamente no grupo etário de idosos, a desnutrição apresenta-se fortemente associada ao aumento da incapacidade funcional, aumento no número de internações, redução da qualidade de vida, maior susceptibilidade às infecções e, consequentemente, aumento da mortalidade.

No gráfico abaixo estão expostos os dados encontrados com o público-alvo de gestantes do município, e foi observado que 50% destas encontram-se com estado nutricional classificado com sobrepeso ou obesidade e que 10% das gestantes estão classificadas como gestante com baixo peso. Estes dados demonstram a necessidade e uma atenção especial ao pré-natal da gestante, e que este envolva ações de prevenção e promoção da saúde. Complicações gestacionais, com desfechos desfavoráveis para mães e filhos, também têm sido associadas tanto ao ganho de peso gestacional insuficiente quanto excessivo. Entre tais desfechos destacam-se baixo peso ao nascer, macrossomia, prematuridade, diabetes, hipertensão e parto cirúrgico.

**Gráfico 10 - Estado Nutricional das gestantes acompanhadas pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) durante o ano de 2017.**



*Fonte: SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. 2017.*

Em face do cenário exposto, no campo das políticas públicas, a resposta mais adequada parece ser a conjugação de esforços intersetoriais e multidisciplinares para a implementação de ações articuladas e condizentes com a necessidade do perfil de saúde e nutrição da população estabelecidas e alinhadas também no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que terá as ações de saúde voltadas a segurança alimentar e nutricional e o direito a alimentação saudável da população em geral. Além disso, é imperativa a inclusão, na agenda da saúde, de intervenções capazes de prevenir e evitar os agravos à saúde e os desfechos ocasionados pela transição nutricional.

### **2.11.13 - Saúde Bucal**

A Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – 2010, conhecida como Projeto SBBrasil 2010, analisou a situação da população brasileira com relação à cárie dentária, às doenças da gengiva, necessidades de próteses dentais, condições da oclusão, fluorose, traumatismo dentário e ocorrência de dor de dente, dentre outros aspectos, com o objetivo de proporcionar ao Ministério da Saúde e instituições do Sistema Único de Saúde (SUS), informações úteis ao planejamento de programas de prevenção e tratamento no setor, tanto em nível nacional quanto no âmbito municipal.

Dentre os principais resultados apresentados ao longo deste relatório, destacam-se os relativos à cárie dentária, usualmente avaliada a partir do índice CPO (Cariado, Perdido e Obturado). Devido ao seu caráter cumulativo ao longo dos anos, o CPO é sempre referido em relação à idade e um indicador utilizado internacionalmente é o CPO aos 12 anos, pois reflete o ataque de cárie logo no começo da dentição permanente.

Nesta pesquisa de 2010, o CPO aos 12 anos ficou em 2,07, correspondendo a uma redução de 26,2% em 7 anos. Considerando o componente do CPO relativo especificamente aos dentes não tratados (cariados), a redução foi de mesma magnitude (de 1,62 para 1,21).

Entre os adolescentes de 15 a 19 anos, a média de dentes afetados foi de 4,25, mais que o dobro do número médio encontrado aos 12 anos. Esta evolução do CPO entre a infância e a adolescência tem sido um achado comum em outros estudos no Brasil e no mundo. Comparando-se com 2003, contudo, a redução no componente “cariado” foi de 35% (de 2,60 dentes em 2003 para 1,70 em 2010).

No que diz respeito aos adultos e idosos, em geral a redução no ataque de cárie é menos significativa, tendo em conta o caráter cumulativo das sequelas da doença. Entre os idosos de 65 a 74 anos, por exemplo, o CPO praticamente não se alterou, ficando em 27,5 em 2010, enquanto que, em 2003, a média era de 27,8, com a maioria correspondendo ao componente “extraído”.

Entretanto, analisando os resultados para o grupo de 35 a 44 anos, observa-se que o CPO caiu de 20,1 para 16,7 – um declínio de 17%. Mais importante: observa-se que os componentes “cariado” e “perdido” caíram mais acentuadamente enquanto que o componente “obturado” cresceu em termos relativos. Sinteticamente, o componente “perdido” cai de 13,23 para 7,48 enquanto que o componente “obturado” cresce de 4,22 para 7,33 (um aumento de 73,7%). Em linhas gerais, isso significa que a população adulta de 35 a 44 anos, ao longo dos últimos sete anos, está tendo um menor ataque de cárie e está, também, tendo um maior acesso a serviços odontológicos para restaurações dentárias. Esta é uma importantíssima inversão de tendência registrada no país: os procedimentos mutiladores, representados pelas extrações de dentes, cedendo espaço aos tratamentos restauradores.

Ainda com relação à cárie dentária, cabe destaque às importantes diferenças regionais. Comparando-se as regiões naturais, são expressivas as diferenças nas médias do CPO aos 12 anos: o Norte (com 3,16) e o Nordeste (com 2,63) e também o Centro-Oeste (com 2,63) têm situação pior que as regiões Sudeste (1,72) e Sul (2,06). Os valores extremos (Norte e Projeto SBBrazil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais 77 Sudeste) mostram uma diferença de cerca de 84%. Além disso, no Nordeste a proporção de dentes restaurados em relação ao CPO total é menor que no Sudeste, indicando que o maior ataque da doença combina-se com menor acesso aos serviços odontológicos. Comparativamente ao observado em 2003, esse padrão de diferenças regionais se manteve.

Cabe ressaltar, também, que atenção especial deve ser dada à dentição decídua, pois o ataque de cárie em crianças de cinco anos foi, em média, de 2,43 dentes. Desses, menos de 20% estavam tratados no momento em que os exames epidemiológicos foram realizados. Em 2003 a média nessa idade era de 2,8 dentes afetados – uma redução, portanto, de apenas 13,9% em 7 anos. Além disso, a proporção de dentes não tratados se manteve no mesmo patamar de 80%.

Em termos internacionais, úteis para comparações, o último estudo sobre carga de doença bucal no mundo foi realizado pela OMS em 2004. Na ocasião, o CPO médio

mundial aos 12 anos (dados ponderados de 188 países) foi de 1,6. Na região correspondente às Américas, a média ficou em 2,8 e, na Europa, em 1,6. As regiões responsáveis pela baixa média mundial são a África e o Sudeste Asiático, que apresentam valores médios baixos, geralmente explicados pelo baixo consumo de açúcares.

Comparando-se o Brasil com países de mesmo grau de desenvolvimento na Europa e na América, a média brasileira se situa em um valor intermediário. Dentro da América do Sul, apenas a Venezuela apresenta média de CPO aos 12 anos semelhante à brasileira (2,1). Os demais países possuem médias mais altas, como a Argentina (3,4), Colômbia (2,3), Paraguai (2,8), Bolívia (4,7) e Peru (3,7).

Os resultados do Projeto SB Brasil 2010 indicam que, segundo a classificação adotada pela OMS, o Brasil saiu de uma condição de média prevalência de cárie em 2003 (CPO entre 2,7 e 4,4), para uma condição de baixa prevalência em 2010 (CPO entre 1,2 e 2,6).

No que diz respeito às condições periodontais, avaliadas pelo Índice Periodontal Comunitário (CPI), em termos populacionais, estes problemas aumentam, de modo geral, com a idade. Os resultados do Projeto SB Brasil 2010 indicam que o percentual de indivíduos sem nenhum problema periodontal foi de 63% para a idade de 12 anos, 50,9% para a faixa de 15 a 19 anos, 17,8% para os adultos de 35 a 44 anos e somente 1,8% nos idosos de 65 a 74 anos.

A presença de cálculo e sangramento é mais comum aos 12 anos e entre os adolescentes. As formas mais graves da doença periodontal aparecem de modo mais significativo nos adultos (35 a 44 anos), em que se observa uma prevalência de 19,4%. Nos idosos, os problemas gengivais têm pequena expressão em termos populacionais, em decorrência do reduzido número de dentes presentes. Quanto às diferenças regionais, cabe menção ao percentual de adolescentes sem problemas gengivais, que varia de 30,8% na região Norte a 56,8% na região Sudeste.

Com relação ao edentulismo, avaliado pela necessidade de prótese dentária, é importante destacar que, no Projeto SB Brasil 2010, as necessidades de próteses dentárias foram estimadas com a finalidade de proporcionar subsídios para o planejamento dos serviços de atenção secundária de caráter reabilitador. As próteses dentárias referidas foram a parcial e a total e buscou-se verificar se a necessidade ocorria em um ou nos dois maxilares.

Entre os adolescentes, 13,7% necessitam próteses parciais em um maxilar (10,3%) ou nos dois maxilares (3,4%). Não houve registro para necessidade de próteses totais. Em 2003, 27% dos adolescentes necessitavam algum tipo de prótese. Assim, constata-se importante redução de 52% nas necessidades de prótese entre adolescentes.

Para os adultos, a necessidade de algum tipo de prótese ocorre em 68,8% dos casos, sendo que a maioria (41,3%) é relativa à prótese parcial em um maxilar. Em 1,3% dos casos, há necessidade de prótese total em pelo menos um maxilar. Importante destacar que este percentual em 2003 era de 4,4%, portanto a redução corresponde a 70%.

Em idosos de 65 a 74 anos, 23,9% necessitam de prótese total em pelo menos um maxilar e 15,4% necessitam de prótese total dupla, ou seja, nos dois maxilares. Estes números estão muito próximos dos encontrados em 2003.

Os problemas de oclusão dentária, como mordida aberta, mordida cruzada, apinhamentos e desalinhamentos dentários, sobremordidas e protruções, dentre outros, foram avaliados em crianças de 12 anos e em adolescentes (15 a 19 anos).

Aos 12 anos, 38,8% apresentam problemas de oclusão. Em 19,9% dessas crianças, os problemas se expressam na forma mais branda. Mas 19,0% têm oclusopatia severa ou muito severa, sendo estas as condições que requerem tratamento mais imediato, constituindo-se em prioridade em termos de Saúde Pública.

Outros agravos e condições importantes foram também avaliados nesta pesquisa, sendo que em alguns casos, por conta do ineditismo da mensuração do agravo (como foi o caso do traumatismo dentário), não são possíveis, neste momento, estabelecer comparações com dados anteriores. De todo modo, estes dados são muito importantes para estabelecer uma linha base que servirá como instrumento de planejamento das ações no momento atual e também para projetar metas futuras.

Os procedimentos odontológicos especializados envolvem a atuação do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, serviço implantado a partir dos resultados do Levantamento de Condições de Saúde Bucal da População Brasileira – SB – Brasil/2003. Ficou evidente a necessidade da organização da média complexidade em Odontologia na efetivação do SUS. Os dados apontaram para a gravidade e a precocidade da perda dentária, para a desigualdade relacionada ao acesso aos serviços odontológicos e à existência de quase 56% de idosos completamente edêntulos.

Estas revelações foram acolhidas pelo Ministério da Saúde e colaboraram no desenho de políticas públicas pautadas no perfil epidemiológico da população e na integralidade como princípio. Nesse sentido, o Brasil Sorridente, como Política Nacional de Saúde Bucal, objetiva corrigir distorções na aplicação dos recursos e efetivar novas ações para garantia da ampliação do acesso e qualificação da atenção dentro dos serviços ofertados pelo SUS.

Uma das estratégias desta política é o incentivo ao funcionamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), instalado no município de Caçador, em meados de 2005, na modalidade CEO tipo 1, sendo referência para as equipes da ESF, equipes de saúde bucal das outras unidades básicas, referência para o EACS do município sede, como também os sete (07) municípios da jurisdição da 10ª ADR. No CEO são realizados os atendimentos especializados nas seguintes áreas: Cirurgia Oral, Endodontia, Periodontia, Pacientes Especiais e Ortodontia Preventiva com os seguintes parâmetros pactuados na CIR com uma população adstrita de 111.262 habitantes:

**Tabela 6 - Parâmetros de cobertura, considerando a meta da Portaria Ministerial 1.464/2011**

Procedimentos	Procedimentos mês	Forma Cálculo	Parâmetro Cobertura
Periodontia	60 procedimentos/mês	111.262/60	0,053
Endodontia	35 procedimentos/mês	111.262/35	0,031
Cirurgia Oral	80 procedimentos/mês	111.262/80	0,071
Pacientes especiais	80 procedimentos/mês	111.262/80	0,071

Fonte: Setor Planejamento SMS Caçador/2017

A garantia do acesso dos municípios referenciados, foi discutida e aprovada na CIR, considerando a Portaria 1664/2011, os parâmetros por município referenciado, conforme descrito na tabela abaixo.

Implantado em Caçador, de acordo com o preconizado, este trabalho é especialmente dirigido à organização dos fluxos de gerenciamento do sistema de saúde local, para referência e contra referência da atenção básica para atenção especializada.

O município possui também o laboratório municipal de próteses totais, referenciado somente para os municípios.

**Tabela 7 - Cota física, por município, da 10ª Gerência de Saúde**

Município	População	Periodontia	Endodontia	Cirurgia Oral	Pacientes Especiais
Caçador	77323	41	24	55	55
Calmon	3380	2	1	2	2
Lebon Régis	12133	6	4	8	8
Macieira	1799	1	1	2	2
Matos Costas	2614	2	1	2	2
Rio das Antas	6246	4	2	5	5
Timbó Grande	7767	4	2	6	6

Fonte: Setor Planejamento SMS Caçador-2011

Para garantir o acesso aos serviços e às ações da saúde bucal na Atenção Primária o município possui 17 (dezessete) consultórios odontológicos. Sendo duas unidades básicas: a) Dr. César Pereira CAIC – inaugurada em 2012, atende toda a normatização para serviços de saúde. Esta possui três (03) consultórios odontológicos e um ambiente adequado para a escovação supervisionada e; b) a Unidade Sanitária Central – reformada em 2012, para adequar-se a legislação também com dois consultórios odontológicos.

Atualmente o município possui 8 equipes de saúde bucal, implantados nos ESFs CAIC, Martello, Rancho Fundo, Bom Sucesso, Nossa Senhora Salete, Municípios, Morada do Sol e Taquara Verde atendendo a população adstrita de até 4.000 pessoas por equipe.

A adesão ao Programa de Melhoria e Avaliação da Qualidade - PMAQ contribui para a melhoria dos equipamentos, insumos e processo de trabalho.

#### **2.11.13.1 - Produção saúde bucal**

Para avaliar a Saúde Bucal do município de Caçador, utilizou-se indicadores de saúde bucal do: Pacto da Atenção Básica 2006, segundo a Portaria nº 493/GM, de 10 de março de 2006; da Portaria número 325, de 21 de fevereiro de 2008, que estabelece prioridades, objetivos e metas do Pacto pela Vida de 2008; da Resolução número 02 de 16 de agosto de 2016, que dispõe sobre os indicadores para o processo nacional de pactuação interfederativa, relativo ao ano de 2016 e a Resolução número 08 de 12 de dezembro de 2016, que estabelece os 23 indicadores para os anos de 2017 a 2021.

- *Cobertura de primeira consulta odontológica programática:* é o percentual de pessoas que receberam uma primeira consulta odontológica programática, realizada com finalidade de diagnóstico e, necessariamente, elaboração de um Plano Preventivo Terapêutico (PPT), para atender as necessidades detectadas. Não se refere a atendimentos eventuais como os de urgência/emergência que não tem seguimento previsto;
- *Cobertura da ação coletiva escovação dental supervisionada:* é o percentual de pessoas que participaram da ação coletiva de escovação dental supervisionada. Tal ação é dirigida, necessariamente, a um grupo de indivíduos, e não a ação individual em que atividades educativas são realizadas no âmbito clínico para uma única pessoa. Expressa o percentual de cobertura correspondente à média de pessoas que tiveram acesso à escovação dental com orientação/supervisão de um profissional treinado, considerando o mês ou meses em que se realizou a atividade, em determinado local e ano, visando à prevenção de doenças bucais, mais especificamente cárie dentária e doença periodontal;

- *Proporção de Exodontias em Relação às Ações Odontológicas Básicas Individuais:* Este indicador reflete, em forma percentual, a proporção das exodontias de dentes permanentes em relação às demais ações básicas individuais em odontologia. Este indicador reflete o modelo de prática de gestão municipal em odontologia no atendimento individual. Indica que quanto menor o percentual de exodontias sobre o total de procedimentos individuais, menos mutilatória é a prática odontológica exercida no município, demonstrando uma tendência preventivo/conservadora de intervenção.

- *Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica:* seu objetivo é medir a ampliação de acesso a serviços de saúde bucal na população no âmbito da Atenção Básica. Possibilitar a análise da situação atual dos serviços ofertados, estimar a necessidade de melhorias e onde devem ser realizadas. Subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas voltadas para o acesso aos serviços da rede de Atenção à Saúde.

Estes indicadores foram calculados para o ano de 2016, onde a população estimada do município de Caçador é de 76.528 habitantes.

Considerando os marcadores acima e os parâmetros recomendados e adotados pela Secretaria de Estado da Saúde:

1-) Cobertura de primeira consulta odontológica programática – 4,34%: este indicador mostra a dificuldade de acesso da população a serviço de saúde bucal pública em nosso município.

2-) Cobertura da ação coletiva escovação dental supervisionada – 3,25%: este indicador mostra que apesar de serem realizadas ações coletivas em saúde bucal, estas ainda precisam ser ampliadas. Um dos pontos críticos da área é a incipiências das ações de educação em saúde, escovação supervisionada atrelada à falta de Técnico em Saúde Bucal.

3-) Proporção de Exodontias em Relação às Ações Odontológicas Básicas Individuais – 7,81%: este indicador mostra que apesar de vivenciarmos o paradigma da promoção de saúde, ainda temos uma realidade de saúde bucal consideravelmente mutiladora, no município de Caçador.

4-) Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica – 55%: este indicador mostra que as equipes de saúde bucal prestam serviços a um número muito superior à sua capacidade de atendimento. Em média cada equipe de saúde bucal atende 5.890 habitantes, sendo que o número preconizado pelo ministério da saúde, para acompanhamento de uma equipe de saúde bucal da estratégia de saúde da família é de 3.450 habitantes. Isto se dá pela baixa cobertura de recursos humanos no período analisado.

Quanto ao Centro de Especialidades Odontológicas, para avaliar a produção, toma-se como parâmetro a Portaria 1.464/2011.

Para uma avaliação parcial, utilizou-se a produção do ano de 2016. De acordo com o Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, o Centro de Especialidades Odontológicas apresentou a produção, considerando os parâmetros da portaria 1664/2011. A produção deveria ser 255 procedimentos mês, Totalizando 2.805 procedimentos/ano, distribuídos nas especialidades de periodontia, endodontia, cirurgia e pacientes especiais.

**Tabela 8 - Produção Centro de Especialidade Odontológica - CEO em Caçador (SC) – 2016**

Pacientes Especiais	Quant.
Aplicação de cariostático (por dente)	2

Aplicação tópica de flúor (individual por sessão)	150
Evidenciação de placa bacteriana	59
Selamento provisório de cavidade dentária	9
Capeamento Pulpal	8
Restauração em dente decíduo	11
Restauração em dente permanente anterior	16
Restauração em dente permanente posterior	36
Pulpotomia dentária	6
Raspagem alisamento subgengival por sextante	25
Raspagem alisamento polimento supragengival por sextante	8
Exodontia de dente decíduo	11
Exodontia de dente permanente	21
TOTAL	362
Periodontia	Quant.
Raspagem corono-radicar (por sextante)	48
Gengivoplastia	1
TOTAL	49
Endodontia	Quant.
Obturação de dente permanente birradicular	51
Obturação de dente permanente com três ou mais raízes	71
Obturação de dente permanente unirradicular	142
Retratamento endodôntico de dente unirradicular	1
Selamento de perfuração radicular	5
TOTAL	270
Cirurgia Oral	Quant.
Biópsia de glândula salivar	2
Biópsia de osso do crânio e da face	2
Frenectomia	3
Biópsia de tecidos moles da boca	25
Apicectomia c/ ou s/ obturação retrógrada	1
Correção de irregularidades de rebordo alveolar	78
Curetagem periapical	139
Exodontia múltipla com alveoloplastia por sextante	4
Odontosecção / radilectomia / tunelização	51
Remoção de dente retido (incluso / impactado)	136
Tratamento cirúrgico de hemorragia buco-dental	76
TOTAL	576
<b>TOTAL DE TODAS AS ESPECIALIDADES</b>	<b>1257</b>

Fonte: WinSaúde/2017

A falta de especialista no CEO de Caçador, como Bucomaxilofacial e a incidência de faltosos aos dias agendados e a falta de monitoramento da produção fazem com que os serviços não atinjam as metas preconizadas por especialidades. Há falta de odontólogo, ACD, de autonomia dos recursos e insumos.

## 2.12 – LINHAS DE CUIDADO DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE

### 2.12.1 -Ambulatório de Especialidades

O Centro de Especialidades de Caçador, situado à Rua José Bonifácio, Vila Paraíso, funciona no horário das 07h30min às 21h00min. A demanda diária aproximada é de 200 usuários/dia para consultas e realização de exames nas diversas especialidades:

Fonoaudiologia, Serviço Social, Nutrição, Psicologia, Pediatria, Ortopedia, Serviço Social, Otorrinolaringologia, Ginecologia, Endocrinologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Saúde Mental e exames.

Detalhando os serviços prestados no Ambulatório, além das consultas em média complexidade são realizados exames de ultrassonografia, eletrocardiograma e fotodermatologia, sendo os dois últimos via telemedicina. Também são realizados procedimentos ginecológicos como: retirada e inserção de DIU, Biopsia de colo uterino, Criocauterização e Colposcopia e Pequenos Procedimentos Cirúrgicos, como exérese e biópsias abscessos, cantoplastias, biópsias, retiradas de corpo estranho, eletrocoagulação de lesão cutânea, exérese de tumor de pele e anexos, cisto sebáceo, lipoma. Além destes, realiza-se orientação a população em geral.

Entre janeiro a setembro de 2017 o Centro de Especialidades realizou aproximadamente 13 mil atendimentos nas diversas especialidades. O sistema de agendamento acontece em 90 % pelo sistema de informações próprio, com distribuição de cotas para as Unidades Básicas de Saúde, sendo agendadas pela UBS e entregues ao paciente. As cotas são distribuídas para as especialidades de cardiologia, ginecologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pediatria, endocrinologia e Cirurgia Geral.

As especialidades de Saúde Mental, Nutricionista, Fonoaudiologia, procedimentos ginecológicos, pequenos procedimentos cirúrgicos e ultrassom são agendadas no ambulatório de Especialidades/ SMS pelos profissionais. O atendimento de Serviço Social e a realização de exames como Eletrocardiograma e Fotodermatologia são realizados por livre demanda.

**Tabela 9 – Números de atendimentos das Especialidades – Janeiro a Setembro 2017**

Especialidade	Número de atendimentos
Consulta em Ortopedia	2.911 consultas
Consulta em Endocrinologia	950 consultas
Consulta em Ginecologia	1.916 consultas
Consulta em Pediatria	1.620 consultas
Consulta em Otorrinolaringologia	1.940 consultas
Consulta em Cirurgia Geral/Pequenas Cirurgias	1.317 consultas
Consulta em Cardiologia	692 consultas
Atendimento Com Nutricionista	2.200 atendimentos
Atendimento com Fonoaudióloga	1.800 atendimentos
Atendimento com Assistente Social	310 atendimentos
Exames de Eletrocardiograma e Teledermato	2.520 exames

Fonte: Coordenação do Ambulatório Municipal – 2017

O Ambulatório possui consultórios e salas para atendimentos amplos e espaçosos, atendendo as necessidades de cada especialidade. Mas deixamos a desejar quanto a recepção e acomodação dos pacientes em sala de espera, que atualmente, aguardam em longarinas dispersas pelos corredores, dificultando muitas vezes à passagem de outras pessoas, inclusive cadeirantes, tornando assim um problema, a ausência da sala de espera. A ventilação é muito restrita, tendo somente uma janela no final do corredor, o que por vezes acarreta mal-estar em alguns pacientes, principalmente idosos. A pintura das paredes é inadequada não correspondendo a RDC 50/2002 C1 capítulo 6 – ANVISA. Os mobiliários deste estabelecimento necessitam serem substituídos.

Em relação aos equipamentos, atualmente deixamos de realizar a CAAF (Citologia Aspirativa por Agulha Fina), que é um procedimento ginecológico, pela falta do equipamento adequado. A autoclave não corresponde fisicamente à quantidade total de material que demandamos diariamente para esterilização. A climatização em salas de

atendimento é inexistente, muitas vezes, o uso de aquecedores portáteis, acaba sobrecarregando a rede elétrica e demandando prejuízos.

Avaliamos a necessidade de prestar os demais exames de telemedicina, como Espirometria e Eletroencefalograma, exames necessários para encaminhamentos a especialistas.

O absenteísmo, problema crônico em todos os estabelecimentos de saúde no país, torna-se também rotineiro no Ambulatório de Especialidades. De janeiro a setembro de 2017, aproximadamente 2.671 pacientes faltaram a consultas e ou exames, tornando assim o sistema oneroso e prejudicial a saúde do usuário, e a da população por conseguinte não atendida.

### **2.12.2 – Laboratório Municipal de Patologia Clínica**

O Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Caçador localiza-se na área central do município e possui uma estrutura de 213,64 m². Visa garantir o acesso e a qualidade dos atendimentos a todos os usuários do Sistema Único de Saúde. Realiza atendimentos diários com uma média 90 pacientes para a coleta de exames em sua sede, além de realizar coletas domiciliares, também realiza coletas dos pacientes em tratamento com a Vigilância Epidemiológica e coletas no posto de coleta em Taquara Verde, ainda atende aproximadamente mais 200 usuários por dia que vem ao laboratório agendar seus exames, retirar resultados ou encaminhar amostras para exames anatomopatológicos.

Atualmente estão em funcionamento no laboratório municipal os setores de Bioquímica, Hematologia, Urinálise, Parasitologia, Microbiologia, Baciloscopias e o setor onde são realizadas técnicas mais manuais, como as provas de látex, mucoproteínas, entre outros testes. Somando-se os exames de todos os setores são realizadas em média 600 análises diárias, aproximadamente 12 mil exames por mês. Além desses exames realizados no próprio laboratório municipal, são coletados exames de Imunologia e Virologia que são enviados para análise no LACEN (Laboratório Central de Saúde Pública), somando aproximadamente 3 mil análises mensais.

Demais exames com finalidade diagnóstica que fazem parte da tabela de procedimentos do SUS, porém que não são realizados no Laboratório Municipal ou no LACEN, são autorizados a laboratórios locais credenciados com a Secretaria Municipal de Saúde. O contrato anual é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) dividido entre os cinco laboratórios credenciados no momento. Esse contrato deve ser mantido nos próximos anos para garantir o acesso da população a todos os procedimentos com finalidade diagnóstica da tabela SUS.

Com o aumento do número de Estratégias Saúde da Família no município, houve um crescimento acentuado do número de exames requisitados, no entanto, a estrutura física e o número de profissionais do laboratório permaneceram os mesmos, o que gerou uma demanda reprimida de 30 dias, chegando algumas vezes a 45 dias. Assim, muitas melhorias necessitam ser realizadas no setor para garantir que os usuários tenham o acesso aos serviços com qualidade e agilidade.

A estrutura física do Laboratório precisa ser readequada à RDC ANVISA 50/02, a qual dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Além disso, diversas melhorias são necessárias para regularizar o laboratório perante a fiscalização para obtenção do Alvará Sanitário, em cumprimento à RDC 302/05, que dispõe sobre o

bom funcionamento do Laboratório Clínico. O espaço referente à recepção deve ser ampliado, possibilitando acolhimento humanizado aos usuários.

Os setores de Bioquímica e Hematologia receberam analisadores novos no último ano, o que agiliza internamente a realização dos exames e garante a qualidade dos mesmos. Para manter e ampliar os atendimentos diários, os contratos de comodato desses analisadores deverão ser renovados todos os anos.

Após as adequações da estrutura física, a ampliação de todo o quadro de funcionários, e estudos de viabilidade, seria possível a implantação de outros setores no Laboratório, como: de triagem e de Imunologia/Hormônios, setores que representam a maior demanda de exames autorizados aos laboratórios credenciados e ao LACEN. Dessa forma, os pacientes atendidos não necessitariam realizar a coleta de seus exames em dois laboratórios, evitando gastos desnecessários para os usuários, melhorando o atendimento e a satisfação dos pacientes. O tempo de espera para a realização e retirada de todos os resultados seria hábil, o que significa a eliminação de riscos à saúde e redução das internações.

A implantação do setor de Imunologia/Hormônios agilizará os resultados de exames da rotina pré-natal (enviados ao LACEN), evitando riscos eminentes à demora de um resultado reagente. Além disso, nos períodos em que o LACEN não realiza os exames, haveria uma economia de recursos que são gastos enviando esses exames aos laboratórios locais credenciados.

Por último, a garantia de treinamentos, capacitações, atualizações, cursos de especialização e participações em congressos dos profissionais do setor de patologia clínica é de grande valia para a inovação dos serviços prestados e para estimular os servidores a prestarem atendimentos de alta qualidade.

### **2.12.3 – Assistência Farmacêutica**

A Assistência Farmacêutica, no âmbito municipal, atualmente é composto pela farmácia básica e insumos para diabetes, e tem suas ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e ao seu uso racional.

Na Assistência Farmacêutica, cabe aos farmacêuticos ir além da simples logística de adquirir, armazenar e distribuir. É necessário, programar aquisições, selecionar medicamentos em relação ao seu custo-benefício, dispensar com orientação, distribuir e armazenar segundo as diretrizes, verificar surgimento de reações adversas, entre outras tantas ações, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

Devido à incidência crescente da diabetes (estima-se que, em 1995, atingia 4,0% da população adulta mundial e que, em 2025, alcançará a cifra de 5,4%) e também da alta morbimortalidade, com perda importante na qualidade de vida, o Ministério da Saúde instituiu através da Portaria nº 2.583 de 10 de outubro de 2007, o fornecimento de lancetas, seringas para insulina e tiras reagentes para monitoramento de glicemia aos portadores de diabetes insulínica, ampliando dessa forma os serviços prestados pela assistência farmacêutica.

A Política Municipal de Assistência Farmacêutica adota a Política Nacional de Medicamentos, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e a pela Deliberação nº 192/11 da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/SC.

### 2.12.3.1 - Estrutura organizacional

Atualmente, a Assistência Farmacêutica do município é formada por três Unidades de Assistência Farmacêutica (UAFs), UAF Central/CAF, UAF Martello e UAF Taquara Verde. Essas UAFs foram implantadas com o objetivo de facilitar o acesso dos usuários aos medicamentos, levando assim a um aumento na adesão do tratamento farmacoterapêutico.

### 2.12.3.2 - Unidades de Assistência Farmacêutica

A UAF Central conta com a atuação e responsabilidade técnica de três profissionais farmacêuticos efetivos. Atuando nos seguintes horários e locais:

UAF Central: das 08h00min às 11h45min e das 13h00min às 18h45min;

UAF Martello: das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min,

UAF Taquara Verde: das 08h00min às 12h00min.

O atendimento aos pacientes é garantido pelos farmacêuticos e demais profissionais da equipe.

### 2.12.3.3 - Gestão em Assistência Farmacêutica

Na UAF Farmácia Central/CAF, estão centralizadas todas as atividades envolvidas no ciclo da Assistência Farmacêutica bem como a maioria dos programas que dela fazem parte, tais como, Programa de Antitabagismo, Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, bem como o gerenciamento da farmácia básica, dos medicamentos destinados aos Programas CAPS II e CAPS AD e dos medicamentos dispensados por ordem judicial.



Figura 4 -  
Ciclo da  
Assistênci  
a Farmacêuti  
ca.

Fonte: UNASUS – Universidade Aberta do SUS – 2017

### 2.12.3.4 - Seleção de medicamentos

A seleção de medicamentos no município de Caçador é realizada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) através da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) de acordo com a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) 192/11, que recomenda a utilização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). A CFT passou por aprovação no Conselho Municipal de Saúde, e são realizadas reuniões periodicamente com a Comissão de Farmácia e Terapêutica, onde se

é discutida a necessidade de atualização na padronização dos medicamentos, e novas aprovações.

#### **2.12.3.5 - Programação dos medicamentos**

A programação dos medicamentos se baseia principalmente no consumo histórico, observando quais foram os medicamentos mais utilizados, levando-se em conta a sazonalidade. A programação é realizada com base na série histórica a cada quatro meses.

#### **2.12.3.6 - Aquisição dos medicamentos**

A Unidade de Assistência Farmacêutica de Caçador tem adquirido os seguintes grupos de medicamentos e insumos para diabetes: medicamentos básicos padronizados na REMUME; medicamentos da Saúde Mental para usuários dos programas CAPS II do CAPS AD; medicamentos por decisão judicial; medicamentos para o programa saúde da mulher; medicamentos para o programa antitabagismo; medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica; Insulinas regulares e NPH; Insumos para diabetes.

#### **2.12.3.7 - Armazenamento dos medicamentos**

Os medicamentos sujeitos a controle especial encontram-se armazenados em sala climatizada de acordo com as especificações da Portaria nº 344/98, em ordem alfabética com os mais velhos à frente e os mais novos atrás. As salas onde são armazenados são climatizadas para que a temperatura esteja sempre de acordo com as especificações, geralmente entre 15 a 30°C.

#### **2.12.3.8 - Distribuição e Dispensação de medicamentos**

A distribuição dos medicamentos é realizada através de requisição interna. Os farmacêuticos responsáveis pelas UAFs Martello e Taquara Verde, bem como os enfermeiros responsáveis pelas unidades de saúde, fazem a solicitação do medicamento necessário. Este é preparado na UAF Central/CAF, transferido no sistema e enviado ao destino, através de um motorista. A distribuição dos medicamentos do programa HIPERDIA, são aviadas na farmácia e entregues aos responsáveis técnicos de cada unidade para serem entregues nas reuniões de cada grupo.

A dispensação das medicações do SUS é feita a qualquer pessoa moradora do município que tenha um receituário médico recente e legível. O paciente deve ir a qualquer uma das unidades com o cartão de identificação (prontuário) feito em qualquer posto de saúde ou, na ausência deste, documento de identidade.

Com relação aos medicamentos de maior prescrição, percebe-se que, com exceção ao omeprazol, paracetamol e diazepam, os demais estão em harmonia com o perfil epidemiológico. Estão relacionados às doenças crônicas degenerativas, agravos relacionados à morbidade hospitalar e à mortalidade.

Salientamos que o recurso investido pelo município foi utilizado para aquisição de medicamentos que não constam na RENAME nem na CIB vigente, portanto não podem ser adquiridos com recursos estadual e federal, mas que, no entanto, foram padronizados como essenciais ao município pela Comissão de Farmácia e Terapêutica. Na aquisição de medicamentos da REMUME, foram investidos também recurso das 3 esferas em

medicamentos judiciais, insumos de diabetes e estruturação dos espaços físicos da UAF Central.

#### **2.12.4 – Fonoaudiologia**

O fonoaudiólogo é um profissional de nível superior cuja atribuição está descrita na Lei nº 6965 de 09 de dezembro de 1981 e regulamentada pelo Decreto nº 87.218 de 31 de maio de 1982. Objetiva desenvolver a comunicação oral (linguagem/ fala) escrita e de sinais, audição, voz, motricidade oral nos seus aspectos preventivos, diagnósticos, reabilitativos e estéticos.

O Município de Caçador conta com dois profissionais fonoaudiólogos concursados com carga horária de 35 horas semanais cada um, atuando em duas localidades: um no Ambulatório de Especialidades e outro na APAS – Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador. Mensalmente, são realizados os seguintes atendimentos em terapia fonoaudiológica:

- Triagens auditivas (teste da orelhinha);
- Audiometrias;
- Impedanciometrias;
- Sessões de orientação ao usuário de aparelhos auditivos;
- Atendimentos em terapia aurioral para deficientes auditivos;
- Palestras educativas, quando solicitadas;
- Terapia nos distúrbios da comunicação;
- Atendimento domiciliar.

Atualmente há aproximadamente 380 pessoas na espera para atendimento fonoterápico. Para a otimização do serviço público em fonoaudiologia são oferecidas 10 sessões de terapia individual com duração de 30 minutos cada, quinzenalmente para pacientes não neurológicos. Tal medida visa favorecer a rotatividade dos pacientes em espera. Os demais são atendidos conforme sua necessidade.

#### **2.12.5 – Fisioterapia**

Fisioterapia é uma ciência da Saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas. Fundamenta suas ações em mecanismos terapêuticos próprios, sistematizados pelos estudos da Biologia, das ciências morfológicas, das ciências fisiológicas, das patologias, da bioquímica, da biofísica, da biomecânica, da cinesia, da sinergia funcional, e da cinesia patologia de órgãos e sistemas do corpo humano e as disciplinas comportamentais e sociais.

O Fisioterapeuta está habilitado à construção do diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais (Diagnóstico Cinesiológico Funcional), a prescrição das condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução no paciente bem como, o acompanhamento da evolução do quadro clínico funcional e as condições para alta do serviço. Atividade de saúde, regulamentada pelo Decreto-Lei 938/69, Lei 6.316/75, Resoluções do COFFITO (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional), Decreto 9.640/84, Lei 8.856/94.

Diante das profundas mudanças na organização social, no quadro epidemiológico e na organização dos sistemas de saúde, surge a necessidade do redimensionamento do objeto de intervenção da Fisioterapia, que devem aproximar-se do campo da promoção da saúde e da nova lógica de organização dos modelos assistenciais, sem abandonar

suas competências concernentes à reabilitação, ampliando a Fisioterapia Reabilitadora e possibilitando o desenvolvimento da prática fisioterapêutica tanto no controle de dados quanto no controle de riscos, atuando na Atenção Básica de Média e Alta Complexidade:

- Fisioterapia domiciliar;
- Reabilitação;
- Atendimentos individuais e coletivos no NASF;
- Tratamentos clínicos e atividades físicas por grupos específicos;
- Orientações de saúde coletiva.

#### **2.12.6 – Rede de Atenção Psicossocial**

Ao atuar de acordo com a Política Nacional Antimanicomial e ao perfil epidemiológico municipal, a Secretaria Municipal de Saúde tem investido na organização do serviço municipal de Saúde Mental desde a Atenção Básica, até os serviços especializados realizados nos Ambulatórios de Saúde Mental e nos Centros de Atenção Psicossocial.

Na segunda metade do século XX, o modelo de atenção em Saúde Mental mudou da institucionalização de indivíduos portadores de transtornos mentais para um enfoque baseado na atenção comunitária. A transferência do cuidado do paciente pelo hospital psiquiátrico para o cuidado de enfoque comunitário é efetivo e respeita os direitos humanos.

Desta forma entendemos que os serviços de saúde mental devem ser prestados prioritariamente na comunidade, fazendo uso de todos os recursos disponíveis para manter o indivíduo inserido na comunidade e no convívio com seus familiares, atuando através de intervenções precoces e maneira ambulatorial para limitar o estigma associado à doença e ao tratamento.

Os CAPS's e os atendimentos de Saúde Mental na Atenção Básica, na atual política do Ministério da Saúde, são considerados dispositivos estratégicos para a organização da rede de atenção psicossocial em saúde mental. Estes equipamentos são territorializados, ou seja, estão circunscritos no espaço de convívio social (família, escola, trabalho, igreja, etc.).resgatando as potencialidades dos recursos comunitários à sua volta, viando a reinserção social à comunidade.

A Rede de Atenção Psicossocial não é composta apenas pelos CAPS II CAPS AD, estão incluídos nesta rede ainda a Atenção Básica, as residências terapêuticas, os consultórios de rua, os ambulatórios especializados, os centros de convivência, os clubes de lazer, e as várias unidades de colhimento.

A rede de Serviços Públicos da Rede De Atenção Psicossocial no município de Caçador compreende 5 áreas principais de atendimento por prioridade de atendimento:

1 - SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA - Serviços de atendimento em Saúde Mental desenvolvido pelas equipes de ESF e NASF, contando com agentes comunitários de saúde, enfermeiros, médicos, psicólogos e demais profissionais da atenção básica, sendo a porta de entrada para os primeiros atendimentos e após a estabilização do paciente nos CAPS's ou outros locais de atendimento fazem o papel de acompanhar o paciente em seu território local;

2 - CAPS II e CAPS AD – Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS's), entre todos os dispositivos da rede de atenção psicossocial na atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira, tendo como principal objetivo oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico, tratamento

medicamentoso ambulatorial e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Sua função é prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos, visa acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, além de álcool e outras drogas, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território, promovendo a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais, regulando a porta de entrada na rede de assistência em saúde mental.

Os CAPS's ainda dão suporte a atenção à saúde mental na rede básica, organizando a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios e quando regionais em todo o seu entorno, articulando estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território na qual se encontra inserido.

O CAPS II e o CAPS AD de Caçador também atendem aos municípios pertencentes a 10ª ADR de Caçador, sendo eles: Rio das Antas, Macieira, Calmon, Matos Costa, Timbó Grande, Lebon Régis e Caçador.

3 – HOSPITALAR – O município possui 01 Hospital Geral de referência com dois leitos destinados a estabilização dos pacientes, todos os casos depois de estabilizados são dirigidos pelo SISREG para outros locais com ala de psiquiatria como: Hospital de Santa Cecília, Hospital de Ponte Serrada, Hospital de Bocaina do Sul, Hospital de Curitiba, entre outros.

Temos como referências para urgências e emergências o Pronto Atendimento Municipal e o Pronto Socorro do Hospital Maicé, além de uma Unidade móvel SAMU e o Corpo de Bombeiros Voluntários do município de Caçador.

4 – COMUNIDADE TERAPÊUTICA - O município de Caçador possui vagas disponíveis pelo Sistema SENAD para internamentos em Comunidade Terapêutica, dentre as que mais utilizamos destacam-se a São Francisco em Videira e Campos Novos, CERENE em Blumenau, Rosa De Saron em Joinville, entre outras.

Para atingirmos este panorama é importante a avaliação dos parâmetros nacionais, utilizando-os para avaliar a situação do município, pois as estimativas revelam que:

- 3% a 10% da população geral sofrem com transtornos mentais severos e persistentes;
- 15% da população apresentam transtornos psiquiátricos graves decorrentes do uso de álcool e outras drogas;
- 10 a 15% da população necessitam de algum atendimento em saúde mental, seja ele contínuo ou eventual e utilizamos em torno de 2,3% do orçamento anual do SUS para a Saúde Mental.

No CAPS AD desde o início das atividades foram realizados 2.079 cadastros de pacientes que estão atualmente inativos, temos atualmente 553 usuários ativos até outubro de 2017, com uma média de 250 pacientes atendidos por mês, importante ressaltar que no CAPS AD trabalhasse com planejamento terapêutico em tratamento intensivo, semi-intensivo e não intensivo.

No CAPS II desde o início das atividades foram realizados 1.459 cadastros de pacientes que estão atualmente inativos ou transferidos para UBS, temos atualmente 261 usuários ativos em outubro de 2017, com uma média de 185 pacientes atendidos por mês, em tratamento intensivo, semi-intensivo e não intensivo.

No Ambulatório de Saúde Mental temos em média 500 prontuários ativos, destes 222 são crianças, adolescentes e jovens em tratamento, realizamos em média 120

consultas mensais em psiquiatria de janeiro a junho de 2017, totalizando até o momento 1.045 consultas até outubro de 2017.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 25% da população teve, têm ou terá algum problema de saúde mental, ainda de acordo com a OMS, 2% a 10% da população necessitarão de tratamento específico na rede de atenção psicossocial, contanto com equipe multidisciplinar.

O município de Caçador tem entre 4.000 a 7.000 pessoas com problemas de saúde mental, sendo que destes, aproximadamente 30% apresentam quadro de Transtornos de Ansiedade, 50% Transtornos de Humor, 10% transtornos graves como Esquizofrenias e Psicoses, e 10% restantes apresentam outros tipos de transtornos.

Desta forma, é possível percebermos que as estatísticas do município de Caçador em relação aos dados da saúde mental municipal estão em consonância com as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo que 10% da população encontra-se em tratamento e ou já passou por tratamento em saúde mental, merecendo desta forma maior atenção da gestão municipal de saúde.

### **2.12.7 – Urgência/Emergência Municipal**

A atenção as urgências trata-se de tema complexo, que não deve ser tratado de forma pontual e por um único tipo de serviço. Desse modo no âmbito do SUS, as urgências devem ser abordadas a partir da constituição de uma Rede de Atenção, que atravessasse os diversos níveis de complexidade do sistema, além de compor vários serviços diferentes, organizados a partir das necessidades dos usuários.

Integram a Rede de Atenção às Urgências desde salas de observação, funcionando na atenção primária a saúde até os leitos de retaguarda nos hospitais, passando pela organização do SAMU, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e similares e a proposta de Atenção Domiciliar.

Dentro desta compreensão a proposta da RUE incorpora diversos componentes para sua constituição: a promoção e prevenção; a atenção primária em saúde através das suas unidades básicas, ESFs; o SAMU e seus complexos reguladores; as UPAs e o conjunto de serviços de urgência 24 horas; as portas de entrada hospitalares de urgência; as enfermarias de retaguarda aos atendimentos de urgências (leitos clínicos resolutivos, unidades de cuidado intensivo, leitos crônicos, etc) e algumas inovações tecnológicas nas linhas de cuidado prioritárias (infarto agudo do miocárdio, acidente vascular encefálico e trauma); e o programa de atenção domiciliar. Todas estas portas tendo como norte a ser seguido: a proposta do acolhimento com classificação do risco, qualidade e resolutividade na atenção.

Atualmente o Município de Caçador possui 13 unidades Básicas de Saúde, um Ambulatório de Especialidades, uma Clínica Materno Infantil, uma Unidade de CAPS AD e CAPS II, um Hospital geral de porte I, uma Unidade avançada do SAMU e um Pronto Atendimento Municipal 24 horas.

O Pronto Atendimento possui nova estrutura, iniciando suas atividades no novo prédio desde o dia 28/07/2017. Possui dez leitos de observação e seis poltronas de hidratação; três consultórios médicos; sala de emergência com dois leitos; sala para Eletrocardiograma; sala para nebulização; sala de sutura; sala de curativo e sala de acolhimento e Classificação de risco. Esta unidade atende 24 horas com três profissionais médicos durante o dia e dois a noite, com equipes de enfermagem composta por

Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. O atendimento é realizado através de Acolhimento e triagem com Classificação de risco.

O paciente ao chegar ao Pronto Atendimento, é feito seu cadastro na recepção e encaminhado para acolhimento e triagem realizado pela enfermagem onde são verificados os sinais vitais, avaliação de escala da dor e de coma de glasgow, escuta das queixas e após a classificação de risco conforme Protocolo Operacional Padrão da Instituição, inspirado nos Protocolos do Ministério da Saúde, determinando a priorização dos casos de urgência o que não caracteriza o detrimento ao atendimento dos usuários com gravidade menor, mas que o usuário vai ser atendido de acordo com a gravidade do caso. São atendidos em média 6.049 pacientes por mês, onde apenas 25% são atendimentos de urgência.

As competências do Pronto Atendimento são acolher os usuários e seus familiares sempre que buscarem atendimento; realizar atendimentos de urgência e emergência; realizar consulta médica em regime de Pronto Atendimento aos casos de gravidade menor e realizar procedimentos médicos e de enfermagem.

O Pronto Atendimento deveria atender como unidade intermediária dando suporte entre a Atenção Básica e desafiando o Pronto Socorro do Hospital, funciona com livre demanda para atender casos de saúde que exijam atendimento médico intermediário, mas atualmente vem atendendo grande demanda de consultas básicas que a Atenção Primária não consegue suprir.

Devido a baixa capacidade instalada e resolutividade das Unidades Básicas de Saúde e da ausência de conceito Saúde/Doença da população, o objetivo do Pronto Atendimento não está sendo alcançado, uma vez que a população não é encaminhada pela porta de entrada (Unidade Básica de Saúde). Deslocam-se diretamente ao Pronto Atendimento sem observância de protocolo e os pontos de Atenção não tem linguagens únicas.

Outro ponto crítico da rede é a porta de entrada hospitalar, que não atende na unidade de Urgência e Emergência encaminhando ao PA muitos pacientes independentemente da Classificação de Risco.

Este quadro não atende o ideal da Política Nacional de Urgência e Emergência, tem um alto custo para o município e modifica o perfil epidemiológico, com ênfase à mortalidade por causas como infarto, acidente vascular cerebral entre outras

A gestão municipal aderiu à política nacional de Urgência e Emergência em 2011. Assinado convênio para Construção de uma Unidade de Pronto Atendimento tipo I – UPA 24H, que prevê recursos federais para construção da área física e também para equipar a Unidade, sem contrapartida municipal. Este projeto já aprovado pela Vigilância Estadual está em fase de licitação com previsão para conclusão em 2014, como também a adesão à política Estadual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência – SAMU, Unidade Básica mantida pelo município com relação a recursos Humanos e o próprio custeio da Unidade.

Visando a composição e regularização da Rede de Urgência e Emergência, foi aderido ao RUE Meio Oeste, aprovada na Comissão Intergestora Bipartite, Deliberação nº 230/2013, com projeto de implantação aprovado pelo Ministério da Saúde. O Hospital Maicé aderiu como Porta de Entrada para a rede e referência para Neurocirurgia, garantindo um incentivo financeiro para custeio, revisão nas diárias de UTI e recursos para construção e adequação da estrutura física exigida para o credenciamento dos serviços. Reverte assim, em melhores condições de atenção ao usuário. Estes são pontos de atenção da RUE Meio Oeste:

**Figura 5 - Pontos de atenção da RUE Meio Oeste- SAMU**

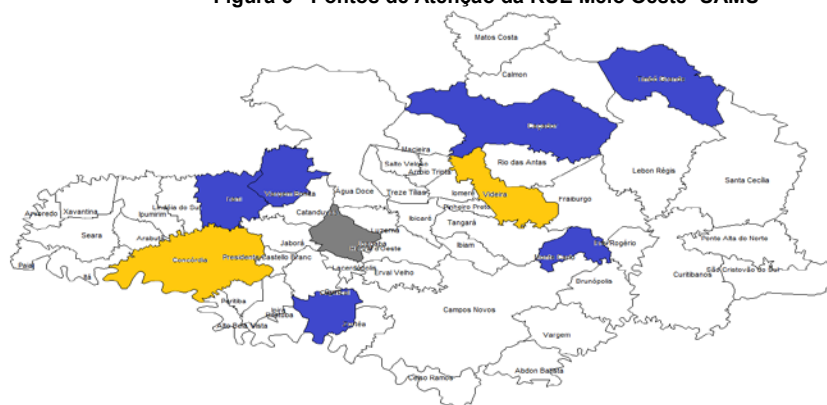


SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

USA	
USB	
CENTRAL REGULAÇÃO	

Fonte: Plano Estadual da Rede de Urgência e Emergência de Santa Catarina/2013.

**Figura 6 - Pontos de Atenção da RUE Meio Oeste- SAMU**



USA	
USB	
SAMU AEREO	

Fonte: Plano Estadual da Rede de Urgência e Emergência de Santa Catarina/2013.

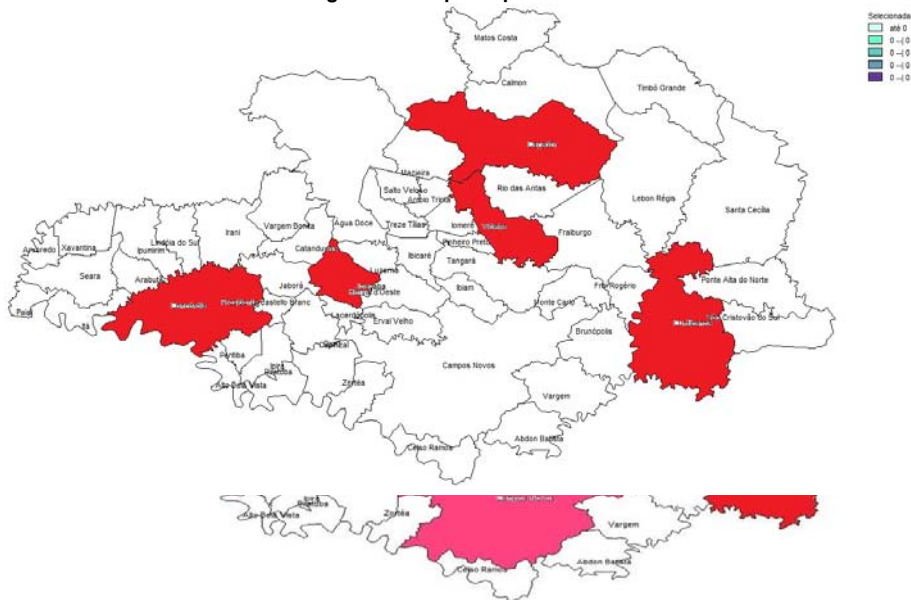
**Figura 7 - Pontos de Atenção da RUE Meio Oeste- UPA**



### 2.12.7.2 - Atenção hospitalar

A Atenção Hospitalar no município é prestada pelo Hospital Maicé, que compõem a RUE - Rede Meio Oeste como mostra as figuras a seguir:

**Figura 9 - Hospitais porta de entrada**



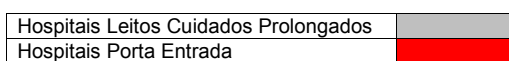
Hospitais Retaguarda	
Hospitais Porta Entrada	

Fonte: Plano Estadual da Rede de Urgência e Emergência de Santa Catarina/2013.

### 2.12.7.3 - Leitos de Longa Permanência:

Como Unidade de Internação em Cuidados Prolongados – UCP (Portaria GM/MS nº 2.809 de 07 de dezembro de 2012), relacionamos os Hospitais de pequeno porte que habilitarão leitos clínicos para os Cuidados Prolongados.

**Figura 11 - Cuidados prolongados**



O Hospital Maicé, sendo hospital filantrópico, pode inclusive receber subsídios financeiros através da Lei Federal 13019/2014, em forma de contratos de parceria, cooperação e colaboração de repasses financeiros do Fundo Municipal de Saúde, podendo também ser prestador de serviços para os municípios da 10ª Agência de Estado de Desenvolvimento Regional e seus municípios adstritos. Atualmente é referência para Alta Complexidade em Neurocirurgia e Traumatologia para os municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

### 2.12.8 – Vigilância em Saúde

As últimas décadas foram marcadas por transformações profundas no perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira. Para dar conta dos novos desafios decorrentes dessas transformações, o Ministério da Saúde criou, em 2003, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), que herdou atribuições do extinto Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI), da Fundação Nacional de Saúde, e incorporou também novos objetos de atuação.

A descentralização dos recursos financeiros para as secretarias estaduais e municipais de saúde, por intermédio do Teto Financeiro da Vigilância em Saúde, permitiu

a efetividade das ações de vigilância. Porém, a eficiência na aplicação dos recursos, a qualidade no desenvolvimento das atividades, a eleição da saúde coletiva como prioridade dos governos, entre outros, ainda persiste como desafios para o setor.

No município, seguindo a lógica da atuação sobre os riscos sanitários, os serviços de Vigilância em saúde compreendem a Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Sanitária.

## 2.12.9 – Vigilância Epidemiológica

Como define a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), a vigilância epidemiológica é “o conjunto de atividades que permite reunir a informação indispensável para conhecer, a qualquer momento, o comportamento ou história natural das doenças, bem como detectar ou prever alterações de seus fatores condicionantes, com o fim de recomendar oportunamente, sobre bases firmes, as medidas indicadas e eficientes que levem à prevenção e ao controle de determinadas doenças”.

Trata-se de um subsistema de informações, voltado às enfermidades transmissíveis e não transmissíveis que servem de base para a tomada de decisões relativas à prevenção e controle destas doenças, bem como subsídio ao planejamento e avaliação em saúde.

Atualmente, o SVE municipal está estruturalmente organizado por uma equipe técnica, composta por um profissional enfermeiro (20 horas), um técnico e um auxiliar de enfermagem (35 horas), um farmacêutico (15 horas) e um profissional médico (20 horas). Conta também com uma equipe de assistentes, sendo composta por um auxiliar e um assistente administrativo, quatro agentes de endemias e um profissional de serviços gerais.

A equipe de técnicos e assistentes é responsável também pelos programas dos quais são desenvolvidos junto a Vigilância Epidemiológica, como o Programa de Prevenção às IST/HIV/AIDS, Hepatites Virais e Programa de Controle à Dengue. A necessidade de melhor estruturação desse setor, uma vez que é de extrema importância a quantidade de dados que chegam até ele e os mesmos precisam ser analisados com a finalidade de propor novos serviços e programas de saúde municipal, bem como para o planejamento em saúde.

Para que a Vigilância Epidemiológica se operacionalize, há um ciclo de funções específicas e intercomplementares que devem ser desenvolvidas de forma contínua e interdisciplinar, com a finalidade de se traçar medidas de intervenção oportunas e eficazes. Com isso, compreende desde a coleta de dados, processamento, análise e interpretação desses dados, recomendações das medidas de controles apropriadas, promoção das ações e por fim, a avaliação de eficácia e efetividade das medidas adotadas. A divulgação de informações pertinentes é de suma importância para que possa existir o serviço de retroalimentação.

Esse trabalho tem sido realizado de forma limitada e restrita, pelo reduzido número de técnicos que compõe a equipe de trabalho e por envolver outros programas ambulatoriais junto à Vigilância Epidemiológica, como: Tuberculose, Hanseníase, IST/HIV/AIDS, Hepatites Virais, sendo que todos eles possuem uma sistematização da assistência e requerem trabalho administrativo. Em função disso, existe a necessidade emergencial da contratação de mais um profissional enfermeiro, um profissional psicólogo, um assistente social e dois técnicos assistentes, sendo um para enfermagem e outro para os serviços administrativos / digitação.

O serviço de Vigilância Epidemiológica presta atendimento a pessoas com diagnósticos diferenciados que envolve um conjunto de doenças de transmissão comum ou semelhante: doenças de transmissão respiratória, hídrica, por vetores e zoonoses, hanseníase, tuberculose, IST/HIV/AIDS, hepatites, meningites, acidentes de trabalho com exposição biológica, violências sexual e física.

As ações de vigilância epidemiológica, em geral, se aplicam às doenças transmissíveis, porém atualmente, estas estão sendo estendidas às doenças e agravos não transmissíveis, as chamadas DANTS, como: anomalias congênitas, doenças crônico-degenerativas, acidentes e violências. Em se tratando das doenças de notificação compulsória todos os casos suspeitos devem ser notificados, digitados, investigados e monitorados.

O Serviço de Vigilância Epidemiológica realiza também a investigação de todos os óbitos infantis e mulheres em idade fértil e óbitos com causa mal definidas, analisa o comportamento de eventos adversos à saúde da comunidade e acompanha os indicadores. Coordena o Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil, com objetivo de discutir as causas de morte e intervir naqueles fatores que possam ser modificados.

Há ainda uma rede de frio onde é realizada a coordenação das atividades envolvendo o recebimento, acondicionamento com controle diário das temperaturas interna e externa dos refrigeradores e área física, distribuição dos imunizantes e suporte técnico referente à rede assistencial do município.

As informações são geradas através de dados, dos quais necessitam ser digitadas e informadas às demais instâncias de governo, estadual e federal. O serviço não tem uma estrutura física adequada e própria. As informações, referente às notificações, são recebidas das Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais, consultórios, laboratórios de análises clínicas e clínicas particulares, bem como, aquelas notificadas no próprio serviço. São alimentados os Sistemas de Informação como SIM, SINASC, SINAN, SI- PNI, entre outros.

#### **2.12.9.1 Programa de Combate a Dengue Caçador - SC**

O objetivo da vigilância epidemiológica da dengue é reduzir o número de casos e a ocorrência de epidemias, sendo de fundamental importância que a implementação das atividades de controle ocorra em momento oportuno. Nesse caso, oportunidade é entendida como detecção precoce da circulação viral e adoção de medidas de bloqueio adequadas para interromper a transmissão. A vigilância da dengue em Caçador já conta com recursos necessários, como sistemas de informação (Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) e profissionais treinados na utilização dessas ferramentas bem como para as atividades de campo.

Através do Programa de Combate a Dengue vem sendo desenvolvido ações referentes ao combate do mosquito *Aedes aegypti* conta com quatro agentes de combate a endemias – ACEs. O trabalho é realizado semanalmente com a visita de armadilhas e pontos estratégicos, estes distribuídos em todos os bairros do perímetro urbano do município. Atualmente o número de armadilhas é de 229 e pontos estratégicos de 48, ambos distribuídos com base no número de imóveis de cada bairro segundo o Registro Geográfico (RG) do ano anterior, 2016.

A intenção é que seja aumentado tanto os pontos estratégicos como também as armadilhas. As ações programadas para ampliar a cobertura de educação em saúde têm sido programadas junto aos agentes comunitários de saúde das ESF, bem como com a comunidade em geral de diferentes setores.

## 2.12.10 – Vigilância Sanitária

### Núcleo de Vigilância Sanitária 2018/2021

Vigilância Sanitária é área da saúde pública que identifica e gerência os riscos e as ameaças à saúde, resultantes do modo de vida contemporâneo, do uso e consumo de materiais, produtos, tecnologias, dos hábitos e formas complexas da vida coletiva, que são consequência do desenvolvimento industrial e do crescimento da população.

O Plano de Ação é um pacto entre as três esferas de governo que regem a Vigilância Sanitária. Tem o objetivo de consolidar a municipalização das ações de VISA, ou seja, fazer com que as VISAS Regionais e Municipais tenham plena autonomia. A descentralização das atividades de Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental) está estabelecida na Constituição Federal em seus artigos de 196 a 200. Através da PPI, Programação Pactuada Integrada, os serviços de VISA dividiam-se em ações básicas, de média e alta complexidade. Atualmente a pactuação das ações são feitas através da PAVS - Programação das Ações de Vigilância em Saúde.

A Vigilância Sanitária, bem como a Saúde do Trabalhador do município de Caçador, tem como dificultador das ações e avanços nos trabalhos (tecnológica e pesquisa), a falta de recursos humanos.

As ações de Vigilância Sanitária tem por objetivo proporcionar o acesso universal, igualitário e integral à saúde para a população brasileira. Como forma de atingir esse propósito é regida pelos princípios da regionalização, hierarquização, resolubilidade, descentralização e participação dos cidadãos.

Através das ações da VISA de promoção prevenção e regulação, são reduzidos e ou impedidos os riscos sanitários, compreendendo o consumo de bens, produtos e serviços nos ambientes de vida e trabalho.

As ações e serviços são financiados com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados e dos Municípios, além de outras fontes (Constituição Federal, art. 195 e 198 e Lei 8080/1990, art. 31 e 32). A descentralização de recursos no âmbito da área de saúde é concretizada principalmente mediante repasse fundo a fundo, contratos de repasse e convênios para financiamento das ações e serviços de saúde.

As competências das três esferas de governo no SUS estão definidas na Constituição, na Lei Orgânica da Saúde e nas Normas Operacionais que regulamentam a assistência (NOBs e NOAs).

As ações e serviços de Vigilância Sanitária são realizadas através da Programação das Ações de Vigilância em Saúde – PAVS, compreendendo os eixos I e II do Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA)<sup>1</sup>, sendo que o eixo I, o setor ainda não conseguiu estruturar as ações de Saúde do Trabalhador devido a atual estrutura do quadro de pessoal.

A ampliação de ações com maior abrangência, inclusive com os trabalhadores da área da saúde, contemplam a perspectiva da Vigilância à Saúde que poderá influir em áreas que, com normas específicas e alterações dirigidas em processos de trabalho, alterem objetivamente resultados na prevenção de várias “doenças do trabalho”. Para

<sup>1</sup> O PDVISA é um plano estratégico, construído por um grupo multidisciplinar, representando a pluralidade da saúde e da sociedade brasileira, que propõe eixos e diretrizes para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com o SUS.

tanto, o município de Caçador necessita implantar este serviço, como também a ampliação do quadro de pessoal para área de produtos, tendo em vista a evolução do mercado a ser regulado.

Com relação ao eixo II, que trata da regulação e ações de educação popular, mapeou-se os estabelecimentos de maior risco epidemiológico como prioridade, tendo em vista a adequação do quadro de servidores conforme legislação.

Outras ações estratégicas como o controle da qualidade da água para consumo humano é de suma importância no processo saúde-doença, para impedir os riscos sanitários de veiculação hídrica. Neste sentido foi implantado o programa Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA).

O objetivo geral do VIGIAGUA é o desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde Ambiental, relacionada à qualidade da água para consumo humano, com vistas a garantir à população o acesso à água em quantidade suficiente e qualidade compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, para a promoção da saúde.

## 2.13 – CONDIÇÃO DE SAÚDE

A análise situacional da condição de saúde em Caçador apresentada neste Instrumento de Gestão foi organizada considerando primeiramente as condições de nascimento, a morbidade e a mortalidade segundo os principais grupos de causas, a distribuição por faixa etária e gênero. No bloco seguinte abordamos os agravos de notificação compulsória.

Os dados analisados estão disponíveis no DATASUS, sendo esses de domínio público.

### 2.13.11 – Perfil Epidemiológico

O planejamento das ações de saúde e o acompanhamento e a avaliação da eficácia das medidas tomadas baseiam-se em boa parte nas estatísticas de mortalidade. A transição demográfica é reflexo de sua dinâmica, ao longo do tempo. Este processo, por sua vez, é influenciado diretamente pelas mudanças de níveis de fecundidade, natalidade e mortalidade. O coeficiente de natalidade vem se mantendo estável, na última década (2007-2008) no município, o que indica uma média de 1.180 nascimentos não ocorrendo diminuição significativa na fecundidade.

O coeficiente de natalidade vem se mantendo estável, na última década (2007-2008) no município, o que indica uma média de 1.180 nascimentos não ocorrendo diminuição significativa na fecundidade.

**Tabela 10 – Percentual de nascidos vivos por ano do nascimento segundo Sexo em Caçador (SC) – 2013/2016**

Sexo/Ano	2013	2014	2015	2016
Masculino	51,70	51,35	47,92	50,33
Feminino	48,30	48,65	52,08	49,49
TOTAL %	100	100	100	100
TOTAL GERAL NASCIDOS	1174	1221	1202	1216

Fonte: TABNET/ Nascidos vivos/DATASUS – 2017

Observa-se uma linearidade quanto ao sexo dos recém-nascidos no município, sendo que em 2016 houve um aumento de 2.42 crianças do sexo feminino, quando comparado ao ano de 2013 para o mesmo sexo.

Em relação gestação e sua duração na tabela 2, podemos observar que os dados nos evidenciam que a maioria das mães conseguem levar sua gravidez a termo entre 37 a 41 semanas de gestação, correspondendo a 87,79% do TOTAL de 5928 nascimentos, de acordo com a série histórica do município nesses últimos 5 anos.

A prematuridade é uma condição de subdesenvolvimento e afeta os lactentes que passaram menos de 37 semanas, no interior do útero materno. A prematuridade, especialmente quando ela é extrema, é a principal causa de problemas e morte após o parto. Alguns dos órgãos internos do lactente podem não ter desenvolvido completamente, o que o expõe a um maior risco de apresentar determinados distúrbios.

Em geral, desconhece-se a razão pela qual uma criança nasce prematuramente. Contudo, um pré-natal inadequado, a nutrição deficiente ou uma doença ou infecção não tratada durante a gravidez, bem como hábitos não saudáveis também contribuem para o aumento do risco de um parto prematuro. Um fator importante a ser considerado em nosso município, se diz respeito ao alto índice de cesárea sendo que nos últimos 5 anos houve um predomínio de 60,46% conforme mostra a seguir, índices que estão muito além dos preconizados pelas autoridades da saúde mundial.

A OMS sugere que taxas populacionais de operação cesarianas superiores a 10% não contribuem para a redução da mortalidade materna, perinatal ou neonatal. Considerando as características do Brasil, a taxa de referência desenvolvido pela OMS estaria entre 25% e 30%

**Tabela 11 – Percentual de nascimento p/ duração gestação, por ano do nascimento, segundo duração da gestação, em Caçador (SC) – 2012/2016**

Duração da Gestação	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Menos de 22 semanas	0	0,17	0,08	0	0,08	0,07
De 22 a 27 semanas	0,27	0,94	0,16	0,5	0,58	0,49
De 28 a 31 semanas	1,08	1,45	0,74	0,67	0,82	0,94
De 32 a 36 semanas	13,18	10,9	6,8	4,66	6	8,22
De 37 a 41 semanas	80	79,98	91,89	93,76	92,43	87,79
42 semanas ou mais	5,29	3,07	0,33	0,25	0	1,72
Ignorado	0,18	3,49	0	0,17	0,08	0,78
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) / DATASUS 2017

**Tabela 12 – Percentual de nascimentos por duração da gestação e tipo de parto em Caçador (SC) – 2012/2016**

Duração da Gestação	Vagina	Cesário	TOTAL
Menos de 22 semanas	50	50	100
De 22 a 27 semanas	50	50	100
De 28 a 31 semanas	47,69	52,31	100
De 32 a 36 semanas	44,51	55,49	100
De 37 a 41 semanas	38,18	61,72	100
42 semanas ou mais	52,58	47,42	100
Ignorado	66,34	32,67	100

Total	39,44	60,46	100
-------	-------	-------	-----

Fonte: DATASUS – SINASC/2017

Em relação ao peso ao nascer verificamos que 64,32% dos recém-nascidos nascem com um peso entre 3000 gramas a 3999 gramas. Evidenciamos ainda que 23,8 % ficaram entre 2500 gramas a 2999 gramas e 8% ficaram abaixo de 2499 gramas.

**Tabela 13 – Percentual de nascimentos por ano e peso ao nascer em Caçador (SC) – 2012/2016**

Ano do Nascimento	Menos de 500g	500 a 999g	1000 a 1499 g	1500 a 2499 g	2500 a 2999 g	3000 a 3999 g	4000g e mais
2012	0	0,63	0,45	6,46	24,84	64,3	3,32
2013	0,17	0,85	0,68	6,22	24,28	63,46	4,34
2014	0,08	0,33	0,57	7,13	23,42	64,7	3,77
2015	0,08	0,42	0,42	6,99	22,55	64,98	4,58
2016	0,25	0,49	0,58	7,15	23,93	64,14	3,45
Total	0,12	0,54	0,54	6,8	23,79	64,32	3,9

Fonte: DATASUS – SINASC/2017

Quanto a escolaridade e idade das mães e o percentual de nascimento em Caçador, evidencia-se que 23,5% dessas estão entre 10 a 19 anos, idade considerada adolescente e requer de maiores cuidados conforme mostra tabela a seguir.

**Tabela 14 – Percentual de nascimentos de acordo com a idade e instrução das mães em Caçador (SC) – 2012/2016**

Instrução da Mãe	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos
Nenhuma	0	0	4,76	23,81	23,81	33,33	14,29	0	0
1-3 anos	0	4,1	13,33	20	32,82	16,41	12,31	1,03	0
4-7 anos	2,9	26,47	25,61	18,68	13,66	9,31	3,23	0,07	0,07
8-11 anos	0,69	27,83	29,62	20,8	13,3	6,43	1,26	0,06	0
12e+	0	3,29	16,85	29,81	30,31	16,25	3,29	0,2	0
Não informado	0	10,53	31,58	21,05	26,32	10,53	0	0	0
Ignorado	0	0	0	0	0	100	0	0	0
Total	1,11	22,39	25,81	21,76	16,99	9,29	2,51	0,12	0,02

Fonte: DATASUS – SINASC/2017

## 2.13.12 – Mortalidade Geral e Específica

Uma das formas de avaliar a importância dos diferentes grupos de causas de morte é calcular a mortalidade proporcional (%) para cada grupo. De acordo com a CID – 10, são 21 (vinte e um) os capítulos (grupos de causas) da Classificação Estatística Internacional. Destes, faremos uma análise abrangente das principais causas de morte. Os principais grupos de causas de morte no município de Caçador estão expressos, respectivamente na tabela logo abaixo.

Quando destacamos as principais causas por ordem de prioridade, observa-se que nosso município não difere dos demais municípios do estado e do país, sendo as doenças do aparelho circulatório considerado como 1ª causa de óbito com uma média de 25,7 % para os últimos quatro anos analisados. Ao analisar a maior causa no grande grupo, prevaleceram as isquêmicas do coração com 8,94% e, em seguida, as

cerebrovasculares com 8,7%. Se compararmos com o sexo, as mulheres são as mais acometidas 26,84% e os homens com 24,87%.

As neoplasias aparecem em segundo lugar, com 16,2%. Nesse grupo, as principais neoplasias são por ordem de ocorrência. Temos:

- Estômago 1,49%,
- Traqueia, brônquios e pulmões com 1,93%,
- Fígado e vias bil intrahepát com 1%
- Esôfago 1,29%,
- Mama com 1%,
- Colón, reto e anus 0,83%.
- Restante de neoplasias não definidas com 3,2%

Observa-se que em ambos os sexos têm ocorrido óbitos e na grande maioria esses poderiam ser evitados mediante ações contínuas de promoção e prevenção.

A terceira causa de morte para o município de Caçador são aquelas mortes causadas por doenças do aparelho respiratório, representando 15,83%. Houve um aumento de 5% nos últimos 4 anos, quando comparado com os dados do plano anterior. As pneumonias seguidas das doenças crônicas e vias aéreas inferiores com a maior incidência.

As causas mal definidas, continuam um problema, sendo elas as que ocupam o quarto lugar com 8.71%. Já as causas externas correspondem a 8,44% sendo a quinta causa, sendo os acidentes de veículos e transportes como causa principal para esse grupo.

Quanto ao coeficiente de mortalidade geral houve uma redução significativa em relação ao último índice que era de 5.87% para o atual de 2.41% para cada 100.000/habitantes /ano.

A análise dos resultados permite afirmar que não ocorreram alterações significativas na ordenação das causas de óbito, quando se consideram os capítulos da Classificação Internacional de Doenças, apesar de podermos identificar mudanças na importância relativa e nos riscos de morte pelos grupos. Os dados referentes aos óbitos por câncer permitem orientar a implantação das medidas preventivas para reduzir a incidência das principais neoplasias no Município.

O trabalho permanente de combate ao tabagismo, da qual já vem sendo desenvolvido desde 1997 e hoje implementado com ações mais diretas ao usuário, entre outros programas são caminhos que devem ser seguidos para o controle dos agravos e da redução da mortalidade. As ações de educação em saúde junto à população em geral é uma prática a ser implementada para que possamos ter uma melhor qualidade de vida.

**Tabela 15 - Percentual de óbito por causa, capítulos e ano de óbito em Caçador (SC) – 2013-2016**

Causas Capítulos	2013	2014	2015	2016	Total
TOTAL	100	100	100	100	100
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3,87	3,39	3,2	4,75	3,81
Neoplasias (tumores)	14,05	17,19	18,04	15,61	16,16
Doenças sangue órgãos hematológicas e transt imunitárias	0,41	0,23	0	1,13	0,44
Doenças endócrinas nutricionais e	5,09	5,66	4,57	6,56	5,46

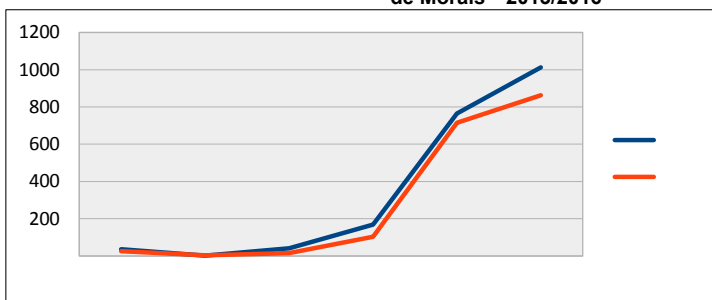
metabólicas					
Transtornos mentais e comportamentais	0,41	0,45	0,46	1,81	0,77
Doenças do sistema nervoso	2,04	2,04	1,6	2,26	1,99
Doenças do aparelho circulatório	30,35	27,15	22,83	22,17	25,76
Doenças do aparelho respiratório	14,66	13,57	16,67	18,55	15,83
Doenças do aparelho digestivo	4,89	7,69	5,25	5,66	5,85
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0,23	0,23	0,23	0,17
Doenças sistema osteomuscular e tec conjuntivo	0,2	0,45	0,46	0,45	0,39
Doenças do aparelho geniturinário	3,87	1,81	4,34	2,49	3,14
Gravidez parto e puerpério	0	0,45	0	0,23	0,17
Algumas afec originárias no período perinatal	1,43	1,36	1,83	2,71	1,82
Anomalias congênitas	1,22	1,36	0,23	1,58	1,1
Mal Definidas	7,74	8,14	11,87	7,24	8,71
Causas externas	9,78	8,82	8,45	6,56	8,44

Fonte: TABNET/ Mortalidade/DATASUS – 2017

### 2.13.13 – Mortalidade Proporcional

Este índice é utilizado na análise das tendências de uma população de distintos períodos de tempo, segundo o nível de saúde. A Curva de Nelson Moraes pode assumir a forma de N invertido, L (ou J invertido), V (ou U) e J. Estas formas correspondem respectivamente às condições de vida e saúde Muito Baixas, Baixas, Regulares ou Elevadas.

**Gráfico 11 - Curva de Mortalidade Proporcional, em Caçador (SC), de acordo com faixa etária Nelson de Moraes – 2013/2016**



Fonte: TABNET/ Mortalidade/DATASUS – 2017

Observando o gráfico que utiliza a Mortalidade Proporcional por grupo de idade, conhecida como Curva de Nelson Moraes, a tendência da mortalidade no município de Caçador, como no resto do país, nos últimos anos têm sido de queda na mortalidade infantil e prolongamento da vida média. Isso é visualizado no rebaixamento da ponta esquerda do J (jota) e do alongamento de sua haste entre os anos 50 – 99. Avaliando em relação ao sexo, observa-se nitidamente que as mulheres morrem mais tarde em relação ao sexo oposto.

#### 2.13.14 – Mortalidade Infantil

O Coeficiente de Mortalidade Infantil - CMI é considerado um dos mais eficientes sensores do desenvolvimento social e econômico de uma população. Expressa o risco de um nascido vivo morrer antes de completar um ano de idade e é calculado dividindo-se o número de óbitos de menores de um ano pelo número de nascidos vivos de uma determinada área e lugar. O resultado é multiplicado por 1000. Para as cidades menores de 100.000 Hab. usam-se números absolutos.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano), em Caçador, entre 2012 a 2016, apresentou uma média de 14,2 óbitos, sendo que no último ano foram 20, esse indicador, nos mostra a fragilidade do sistema de saúde que vem sendo realizado.

Quando avaliamos a mortalidade por causa de evitabilidade, nos últimos 5 anos dos 71 casos ocorridos em crianças com menos de 7 dias, 47 deles poderiam ter sido evitados, pois estavam relacionados a situações passíveis de redução por adequado controle na gravidez, crianças com baixo peso ao nascer e curta duração da gestação, além daquelas por falta de diagnóstico precoce. Apenas 8 óbitos foram classificados como não evitáveis.

Percebe-se que ainda ocorrem óbitos relacionados a prematuridade. Dados esses que nos faz inferir que há uma forte relação com o alto índice de cesárea, comparando o número de cesáreas e prematuridade em relação ao ano de nascimento.

**Tabela 16 – Número de óbito por causa por Grupo Evitabilidade < 1ª e ano do óbito, em Caçador (SC) – 2012/2016**

Grupo Evitabilidade < 1a	< 7 dias	7-27 dias	28d-<1ano	Total
02. Reduzíveis por adequado controle na gravidez	24	0	1	25
04. Reduzíveis por adequada atenção ao parto	1	0	0	1
05 Reduzíveis por diag. e tratamento precoce	18	1	15	34
07 Não Evitáveis	4	1	3	8
08 Mal Definidas	0	1	1	2
Todas as Outras	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>3</b>	<b>21</b>	<b>71</b>

Fonte: SIM/DATASUS/2017

A análise dos dados de Mortalidade Infantil orientou-nos no sentido de priorizar assistência ao pré-natal, a assistência ao parto e ao recém-nascido. Em relação ao pré-natal. Há necessidade de ampliação significativa no quadro de ginecologistas, médicos de ESF, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, além da implantação de normatização (protocolos) do atendimento e a capacitação de pessoal da rede básica. Destaca-se também, a necessidade de avaliar o atendimento hospitalar e sua rede de apoio.

Em relação ao atendimento às crianças, é necessário enfatizar a necessidade de garantir atenção integral que inclui desde imunização, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento com prevenção e diagnóstico precoce da desnutrição/obesidade, o incentivo ao aleitamento materno, e garantia de atendimento na rede básica nas intercorrências da infância. É importante trabalhar em forma de rede de assistência e junto à intersetorialidade, bem como, programas que sejam implantados no sentido de fazer Vigilância do Recém-Nato de Risco. Podem ser utilizados os dados das DN na classificação das crianças expostas, dando prioridade no trabalho da rede básica e reduzindo, dessa forma, os índices de mortalidade infantil.

Em relação às internações, podemos observar que aquelas relacionadas a gravidez, parto e puerpério lideram em todos os anos, o que de fato é o esperado representando 28,9%. Quando analisadas isoladamente as causas por grandes grupos de causa (tabela 8), a internação por causas respiratórias aparece em 2º lugar com 14,9%. Neste quesito, cabe salientar a importância e magnitude das campanhas de vacinação contra a gripe, principalmente em maiores de 60 anos, em nosso município, por se tratar de uma região com temperaturas bem definidas.

Como terceira causa de internação seguem as doenças do grupo XIX consideradas lesões, envenenamento e alguma outra consequente por causas externas. Avaliando separadamente, chama-nos a atenção a alta incidência de internações por fraturas gerais dos membros, com 46,3% das internações, seguido de traumatismo intracraniano representando 10,1% das causas desse grupo. Ambas as causas, quando relacionadas à faixa etária, ocorrem com maior prevalência entre 20 a 49 anos, idade essa considerada produtiva laboralmente, que pode estar associado a acidentes ocupacionais. Cabe nesse sentido, intensificar as ações e medidas de cuidados nas empresas e no trabalho

**Tabela 17 -Morbidade hospitalar do SUS - por local de internação/ capítulo CID10 e ano de processamento, Caçador (SC) 2012-2016**

Causas Capítulos	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	TOTAL	%
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	321	6,7	209	4,5	231	4,9	206	4,0	194	3,8	1161	4,7
II. Neoplasias (tumores)	43	0,9	24	0,5	35	0,7	61	1,2	56	1,1	219	0,9
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	19	0,4	28	0,6	35	0,7	53	1,0	46	0,9	181	0,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	192	4,0	177	3,8	195	4,1	142	2,7	135	2,6	841	3,4
V. Transtornos mentais e comportamentais	0	0,0	1	0,0	2	0,0	9	0,2	3	0,1	15	0,1
VI. Doenças do sistema nervoso	53	1,1	37	0,8	65	1,4	80	1,5	114	2,2	349	1,4
VII. Doenças do olho e anexos	5	0,1	7	0,2	5	0,1	6	0,1	1	0,0	24	0,1
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0	3	0,0

IX. Doenças do aparelho circulatório	440	9,2	431	9,3	420	8,9	424	8,2	468	9,1	2183	8,9
X. Doenças do aparelho respiratório	807	16,9	815	17,5	611	12,9	725	14,0	676	13,2	3634	14,9
XI. Doenças do aparelho digestivo	392	8,2	331	7,1	428	9,0	511	9,9	630	12,3	2292	9,4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	50	1,0	56	1,2	59	1,2	85	1,6	52	1,0	302	1,2
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	105	2,2	132	2,8	127	2,7	144	2,8	171	3,3	679	2,8
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	216	4,5	235	5,1	220	4,6	334	6,4	252	4,9	1257	5,1
XV. Gravidez parto e puerpério	1247	26,2	1342	28,9	1478	31,2	1515	29,3	1481	28,8	7063	28,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	91	1,9	90	1,9	88	1,9	75	1,4	56	1,1	400	1,6
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	8	0,2	15	0,3	4	0,1	13	0,3	5	0,1	45	0,2
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	39	0,8	19	0,4	23	0,5	56	1,1	78	1,5	215	0,9
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	686	14,4	634	13,7	667	14,1	645	12,5	655	12,7	3287	13,4
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	1	0,0
XXI. Contatos com serviços de saúde	53	1,1	60	1,3	47	1,0	94	1,8	65	1,3	319	1,3
Total	4767	100	4644	100	4740	100	5179	100	5140	100	24470	100

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Notas: Dados sujeitos à retificação

### 2.13.15 – Agravos de Notificação Compulsória

A implantação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) tem contribuído muito para descrever o perfil das doenças transmissíveis existentes na população brasileira. Com diferenças de frequências associadas às condições socioculturais, sanitárias e ambientais, as doenças transmissíveis ainda constituem um importante problema para a saúde pública, necessitando de ações oportunas de prevenção e controle.

A análise dos dados de morbidade de Caçador, referente aos agravos de notificações compulsórias nos permite inferir que o atendimento antirrábico, mesmo havendo subnotificação é o mais prevalente, seguido pela varicela, violência. Tem chamado atenção o aparecimento de sífilis em todas as suas formas, porém preocupante quando em gestantes pois pode trazer sequelas importantes ao recém-nascido podendo levar ao óbito. Doença essa de transmissão sexual, passível de prevenção e tratamento.

Os agravos provocados por animais peçonhentos se mantém, no entanto, as hepatites virais, em especial a B, tem sido um fator preocupante, pois tem apresentado um aumento importante, associada à Hepatite C. Já a tuberculose tem tido variações,

porém com o a interiorização da AIDS, ambas as doenças têm aumentado a incidência nas diferentes faixas etárias.

O programa de controle à tuberculose é ainda centralizado, sendo uma das metas nessa gestão: descentralizá-lo junto às unidades que contemplam as equipes de ESF. A AIDS é um dos agravos que vem apresentando uma incidência continuada ao longo dos anos, principalmente em mulheres e jovens. É, da mesma forma, preocupante em relação às demais infecções sexualmente transmissíveis, que ainda muito timidamente estão sendo notificadas. Em relação aos atendimentos antirrábicos faz-se necessário uma mobilização junto aos demais setores e sociedade civil para que se tomem medidas de controle. Quanto aos animais de rua, são esses os maiores causadores das agressões.

Em relação às varicelas, com a introdução da vacina tetra viral no segundo semestre de 2013, prioriza-se o monitoramento da situação epidemiológica, bem como a qualidade das coberturas vacinais.

A dificuldade dos profissionais da saúde estarem realizando a notificação é um dos problemas constatados e que deve ser mencionado. A análise tanto dos dados de mortalidade como de morbidade das doenças de notificação compulsória deve orientar o planejamento das ações prioritárias na organização dos serviços.

Para que as ações desenvolvidas nos sistemas municipais de saúde tenham impacto positivo na melhoria das condições de vida e saúde da população é fundamental incorporar a epidemiologia como elemento estratégico na definição das áreas prioritárias de organização e expansão de serviços e programas.

Em Caçador temos trabalhado no sentido de garantir o atendimento da demanda. Estamos desenvolvendo ações voltadas aos problemas detectados, a partir da análise dos dados de mortalidade e morbidade.

Temos utilizado os Bancos de Dados disponíveis no DATASUS. No caso da mortalidade, utilizamos o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), e em relação aos Nascidos Vivos usamos o SINASC, sendo que, neste caso, fazemos o acompanhamento das Declarações de Nascidos Vivos - DN através do Setor de Epidemiologia.

A coleta, consolidação e análise dos dados das doenças de notificação compulsória é feita pelo Setor de Vigilância Epidemiológica. Outra atribuição da Vigilância Epidemiológica é o planejamento, a supervisão e o controle do Programa de Imunizações no Município. Mediante a imunização sistemática e contínua da população exposta as doenças imunopreveníveis é possível manter baixas as incidências. Há, ainda, como objetivo coordenar a utilização e o suprimento de Imunobiológicos indicados em situações especiais ou em grupos populacionais específicos.

Atualmente Caçador disponibiliza, em 8 Unidades de Saúde da rede básica, as vacinas básicas, sendo que todas disponibilizam ESF. Nossas coberturas vacinais ainda apresentam índices abaixo do preconizado pelo Ministério da Saúde. Para o período 2013 a 2015 para indicador COAP - DIRETRIZ 7 as coberturas vacinais de todas as vacinas do calendário básico de vacinação da criança ficaram em 72,22%, dado esse abaixo do preconizado pelo Ministério da Saúde (MS). Quanto a BCG nos últimos 4 anos a média de cobertura ficou entre 89%, abaixo do preconizado.

Cabe destacar que com a implantação do sistema de informação próprio da Secretaria Municipal de Saúde, houve inconsistência na transmissão dos dados, refletindo dessa forma nas coberturas vacinais, onde nem sempre representa a realidade. Quando nos deparamos com o número de doses aplicadas, podemos inferir que embora não haja uma cobertura de 100%, não tivemos nenhum registro de doença imunoprevenível em

crianças menores de 5 anos de idade. Experiência positiva tem sido registrada quanto à efetividade dos imunobiológicos frente as doenças preveníveis.

Enfrentamos ainda algumas dificuldades referente ao abastecimento dos imunobiológicos por conta do desabastecimento do MS. Situações dessa magnitude refletem também nas coberturas vacinais.

O desafio do município de fazer com que haja uma adesão crescente da população junto ao programa de imunizações é fundamental, pois somente dessa forma poderemos garantir a promoção da saúde e prevenção das doenças integralmente. Decisão para os desafios: “mudança da decisão baseada em recursos e opiniões para a decisão baseada em evidências da gestão das condições agudas para a gestão das condições crônicas da gestão dos meios para a gestão dos fins: a gestão da clínica” (MENDES, 2005).

**Tabela 18 - Agravos de Notificação Compulsória em Caçador (SC) - 2013/2016**

Casos Agravos/Ano	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Acidente por animais peçonhentos	69	111	65	46	291
HIV/Aids	16	13	22	25	76
Atendimento anti-rábico	75	108	106	120	409
Coqueluche	0	0	1	0	1
Condiloma acuminado (verrugas anogenitais)	22	37	37	24	120
Criança exposta HIV	5	8	1	8	22
Desnutrição proteico-calórica grave não especificada	0	1	0	0	1
Dengue	2	0	0	0	2
Doença de Creutzfeldt-Jacob	1	0	0	0	1
Gestante HIV	6	2	5	6	19
Hanseníase	2	2	0	5	9
Hantavirose	0	0	1	0	1
Hepatites virais	31	20	12	7	70
Herpes genital (apenas o primeiro episódio)	1	0	0	1	2
Leptospirose	1	1	0	1	3
Meningite – outras meningites	2	1	3	2	8
Sífilis Congênita	0	3	1	3	7
Sífilis em adulto (excluída a forma primária)	13	23	47	27	110
Sífilis em gestante	11	15	18	41	85
Sífilis não especificada	1	1	25	78	105
Síndrome da úlcera genital (excluindo herpes genital)	0	1	7	5	13
Síndrome do corrimento cervical em mulheres	5	1	3	3	12
Síndrome do corrimento uretral em homem	1	5	15	19	40
Tétano acidental	0	1	0	0	1
Toxoplasmose	0	0	0	7	7
Tuberculose	17	12	9	9	47
Varicela	222	20	71	32	345
Violência interpessoal/autoprovocada	95	93	86	36	310
<b>TOTAL</b>	<b>598</b>	<b>479</b>	<b>535</b>	<b>505</b>	<b>2117</b>

Fonte: SINAN/SINANET/MS - 2017

## 2.14 – GESTÃO DO SUS NO ÂMBITO MUNICIPAL

O município aderiu ao Pacto de Gestão em abril de 2010, assumindo a implantação dos Serviços do SUS, exceto a gestão hospitalar que esta sob a gestão estadual. Instrumento que rege a solidariedade entre os poderes foi revisado, com base nos princípios e diretrizes do SUS com ênfase às necessidades de saúde da população. Implica na definição de prioridades articuladas e integradas nos três componentes: Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão do SUS. Em junho de 2011, foi publicado o Decreto Presidencial nº 7.508 para regulamentar a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), no que se refere à organização do Sistema Único de Saúde (SUS), ao Planejamento da Saúde, à Assistência à Saúde, à Articulação Interfederativa, e a Pactuação Interfederativa 2017-2021 dos Indicadores de Saúde.

Dentre os aspectos relevantes destacam-se: a) definição clara das responsabilidades sanitárias dos entes federativos na divisão de suas competências constitucionais e legais; b) segurança jurídica quanto às definições dessas responsabilidades; c) melhoria dos argumentos jurídicos na defesa dos municípios em suas responsabilidades na judicialização da saúde; d) clareza no papel do Estado na relação entre municípios e União (relação do Estado e municípios); e) possibilidade de se garantir a integralidade da assistência à saúde ao cidadão de municípios de pequeno porte.

A Comissão Intergestores Bipartite, no uso de suas atribuições em Santa Catarina, em sua 173ª reunião ordinária do dia 08 de novembro de 2012 aprovou pela DELIBERAÇÃO 457/CIB/12 - Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990; Considerando o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o Planejamento da Saúde, a Assistência à Saúde e a Articulação Interfederativa; Considerando a Resolução nº 1 de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Considerando a Deliberação nº 348/CIB/2012, que aprova as 16 Regiões de Saúde, de acordo com o Decreto nº 7.508/2011 especialmente no que tange: Art. 1º – A nova configuração e a denominação das 16 Regiões de Saúde do Estado de Santa Catarina, de acordo com Art. 4º da Deliberação nº 348/CIB/2012 e o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011 e, Parágrafo único – A população utilizada para a configuração das Regiões de Saúde refere-se a Estimativa Populacional 2012, conforme Resolução IBGE nº 7, de 30 de agosto de 2012, publicado no DOU nº 170, de 31 de agosto de 2012.

Art. 2º – Cada Região de Saúde possuirá sua Comissão Intergestora Regional – CIR, de acordo com o Inciso III do Art. 30, do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Nosso município enquadra-se: **Região de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe**, qual é composta por 20 (vinte) municípios, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de 277.125 habitantes: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Tangará, Timbó Grande e Videira.

Com base nesta construção, qual surge através do planejamento regional integrado que tem como escopo os Planos de Saúde dos entes signatários, contempla-se algumas etapas como a elaboração do mapa da saúde da região de saúde, definição dos serviços de saúde e das responsabilidades pelo referenciamento do usuário de outros

municípios, pactua as metas regionais e responsabilidades individuais, bem como das responsabilidades orçamentárias e financeiras dentro das temporalidades das metas do COAP<sup>2</sup>, os prazos para cumprimento das metas regionais deverão ser organizados em dois períodos: plurianual, de acordo com a vigência do COAP e anual (por exercício fiscal). As metas anuais serão revistas e pactuadas por meio de aditivos, no início de cada ano, visando ao atendimento da meta plurianual.

As regiões de Saúde, por meio das Comissões Intergestores Regionais (CIR), devem avaliar e repactuar as metas com o objetivo de firmar termo aditivo do contrato, sempre de acordo com os planos de saúde e as decisões das comissões intergestores, registrada em ata da CIB/CIR.

Considerando a extensão territorial, com suas diferenças e iniquidades regionais, mais que definição de diretrizes, é necessária avançar na regionalização do SUS, respeitando suas singularidades.

No tocante ao planejamento da saúde, cumpre seu papel no aprimoramento dos processos e práticas inerentes a um novo ciclo de gestão no SUS o CONAS<sup>3</sup> e CONASEMES<sup>4</sup>. Definiu, de forma tripartite, as Diretrizes Objetivas e Metas e indicadores 2013/2015, com vistas ao fortalecimento do Planejamento Integrado do Sistema Único de Saúde e a implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde, pactuado em 29 de novembro de 2014. Outro instrumento de gestão a ser alcançado é o SISPACTO conforme indicadores:

**Tabela 19 - Indicadores Pactuados**

N	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO U=Universal E=Específico
1	a) Para município e região com menos de 100 mil habitantes: Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) b) Para município e região com 100 mil ou mais habitantes, estados e Distrito Federal: Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	110 U
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	90 E
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	85 U
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª U dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	75 U
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	90% U
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	100% U

<sup>2</sup> Contrato Organizativo de Ação Pública

<sup>3</sup> Conselho Nacional de Secretários de Saúde

<sup>4</sup> Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

7	Número de casos autóctones de malária	N/A E
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	2 U
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	2 U
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	55 U
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,75 U
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento, realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	40 U
13	Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	40 U
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	22% U
15	Taxa de mortalidade infantil	13 U
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	2 U
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	70 U
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	70 U
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	55 U
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios no ano	100 U
21	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (mínimo 6, ideal 12)	50% U
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	2 U
23	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	85% U

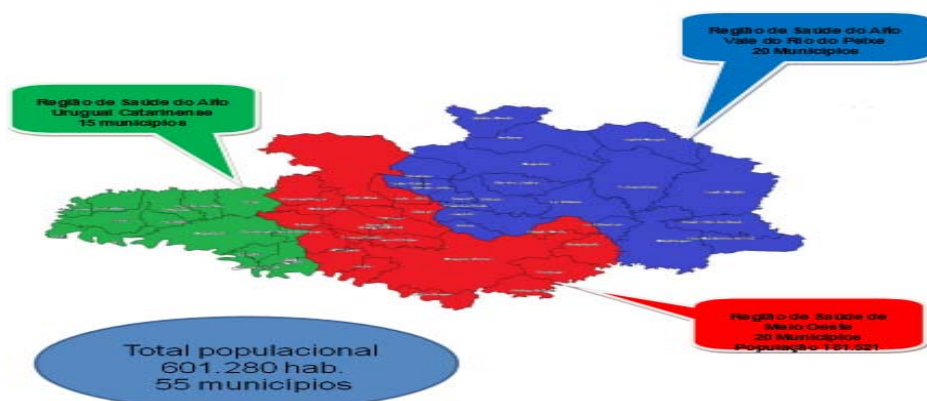
Fonte: CIT - Comissão Intergestores Tripartite 2016

O município de Caçador, através destes 23 indicadores citados, pactuou estes novos parâmetros de avaliação e monitoramento que serão utilizados também como instrumentos de planejamento e de consolidação dos compromissos assumidos nos Pactos de Gestão. A municipalidade terá assim, muitos desafios frente a este novo ciclo da gestão diante de todas as mudanças econômicas do país e seus impactos na saúde.

O município de Caçador deverá, a partir de 2018, estudar e elaborar o mapeamento da saúde por regiões de saúde analisando o território municipal, definindo também as regiões de saúde considerando as desigualdades epidemiológicas, sociais e econômicas.

A Secretaria de Estado da Saúde, a define as Regiões de Saúde conforme figura abaixo estabelece a Região de Saúde a que pertence Caçador:

**Figura 12 - Região de saúde Macro Meio Oeste**

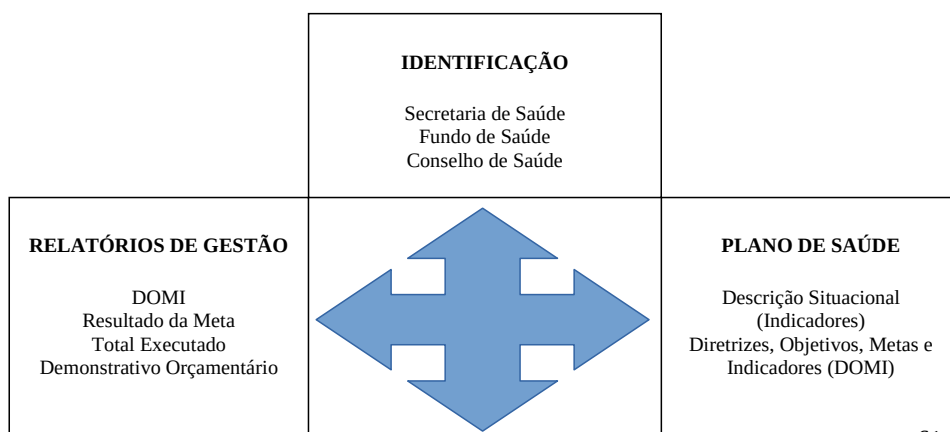


Fonte: Plano Diretor de Regionalização/SES/SC 2015.

Os principais desafios da Gestão Municipal estão relacionados à implantação e fortalecimentos das áreas de planejamento, do controle avaliação e auditoria, da regulação e seus novos centros, mas principalmente quanto ao financiamento dos serviços. Os esforços dar-se-ão neste sentido e no embate a precarização das responsabilidades do Estado junto ao Sistema Único de Saúde, bem como no congelamento dos repasses financeiros por um período estimado de 20 anos. Quanto a gestão de pessoas, a dificuldade está na contratualização de pessoal de forma municipal e regional, frente as necessidades da população. A falta de estrutura e de recursos financeiros também é agravada pelo crescimento do número dos usuários totalmente dependentes do SUS, assim a Gestão em Âmbito Municipal configura-se em uma constante problemática administrativa. Todos os esforços deverão evitar a gestão de risco, tornando o Planejamento sua maior estratégia de governo.

O Plano Municipal de Saúde é instrumento indispensável na gestão da política de saúde e deverá após sua conclusão ser emitido para as demais esferas de governo no Sistema (em desenvolvimento a partir de 2018) e-SUSGestor, e da mesma forma o PAS deverá ser emitido no mesmo sistema e-SUSGestor conforme correlação dos mecanismos de gestão demonstrada na figura abaixo:

Figura 13 - Sistema de informações e-SUSGestor



**PROGRAMAÇÃO ANUAL DE  
SAÚDE**

DOMI  
Meta Atualizada  
Ações e Subjunções Relacionadas  
*Estimativas de despesas por fonte*

Fonte: CONASEMS – Ferramenta Apoio de Planejamento e Orçamento em Saúde 2017

**2.14.1 – Planejamento em Saúde**

O Planejamento e instrumentos resultantes de seu processo são objetos de grande parte do arcabouço legal do SUS. Na lei 8080/90 inciso XVIII do Art.16, no art.36, §1º e 2º e art. 37. Na Lei 8142/90, em 2006, o Ministério da Saúde publicou as portarias que norteiam a organização e a implementação do Sistema de Planejamento do SUS: Portaria 3.085/06 que regulamenta o PLANEJASUS, a Portaria 3.332/06 que regulamenta os instrumentos de gestão e a Portaria 1.229/07 que aprova o fluxo do Relatório Anual de Gestão – RAG.

O principal instrumento de planejamento de saúde, o Plano de Saúde, define a metodologia pelo arcabouço legal do Sistema de Planejamento do SUS. Deve conter um diagnóstico da realidade local baseado em Indicadores de Saúde. A partir desse diagnóstico, definem-se as prioridades, metas e ações a serem realizadas para atingi-las. Devem ser submetidas na íntegra aos conselhos de saúde, correspondentes em cada nível de gestão do SUS.

O Relatório de Gestão é a correlação entre metas definidas no Plano de Saúde. Seus resultados e aplicação de recursos e devem ser realizados anualmente, sempre no primeiro trimestre do exercício seguinte.

A Regionalização deve definir a organização do desenho das redes de referências. Propõe-se que a regionalização em saúde seja um processo de constituição das regiões de saúde de base territorial, onde se organize uma rede hierarquizada de atenção visando à universalidade do acesso, a equidade, a integralidade e resolutividade das ações e serviços de saúde através do Mapa da Saúde.

Outro instrumento de planejamento onde o Plano Municipal de Saúde está inserido é o Plano Plurianual (PPA). É elaborado para quatro anos de governo, sendo três da gestão que o elaborou e um da gestão seguinte. Isto visa garantir um mínimo de continuidade na mudança dos governos que, através das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias (LO), elaboradas anualmente, garante a alocação dos recursos para a execução das ações previstas no Plano de Saúde.

**Figura 14 - Fluxograma de integração dos instrumentos de planejamento e gestão no SUS e legislação vigente**



Fonte: Manual do Gestor Municipal do SUS 2016.

Além desses instrumentos de planejamento, é preciso desenvolver instrumentos de monitoramento e de avaliação de desempenho das atividades, atualmente, ainda previstas na Programação Pactuada Integrada- PPI, no SISPACTO.

O Setor de Planejamento na Secretaria Municipal de Saúde que contido no Organograma em vigência é de extrema relevância no processo da elaboração dos instrumentos de gestão, do monitoramento das ações planejadas.

O apoio dos membros do Conselho Municipal de Saúde, bem como, das organizações não governamentais são de suma importância, principalmente no repasse das informações a sociedade, por isto, a participação da sociedade nas discussões de saúde é um indicador direto das necessidades da população devendo ser indispensável ferramenta para a área do planejamento nas subdivisões dos programas e serviços em saúde.

#### 2.14.2 – Regulação Assistencial

A Regulação Assistencial é o conjunto de relações, saberes, tecnologias e ações que intermedeiam a demanda dos usuários e o acesso aos serviços de saúde, ou seja, tratam da disponibilização da alternativa assistencial adequada à necessidade do cidadão, de forma equânime, ordenada e qualificada, dentro dos sistemas reguladores de urgências, consultas, leitos e outras demandas.

Como um observatório do sistema de saúde, visa integrar seus serviços e qualificar a assistência, de forma a atender plenamente seus usuários.

#### 2.14.3 – Complexos Reguladores

Os Complexos Reguladores permitem articular e integrar dispositivos como Centrais de Consultas e Exames, Centrais de Internação e Protocolos Assistenciais com outras ações da regulação da atenção à saúde, como contratação, controle assistencial e avaliação, assim como com outras funções da gestão, como programação e regionalização, articulando vários pontos de atenção do SUS a partir da necessidade de

cuidado dos usuários, potencializando o funcionamento das redes de forma regionalizada e com critérios técnicos para regulação do acesso, podendo ter abrangência pactuadas entre gestores, conforme os seguintes modelos:

**COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL:** gestão e gerência da SES, regulando o acesso aos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual e a referência interestadual e intermediando o acesso da população referenciada aos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal, no âmbito do estado.

**COMPLEXO REGULADOR REGIONAL:** gestão e gerência da SES, regulando o acesso aos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual e intermediando o acesso da população referenciada aos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal, no âmbito da região, e a referência inter-regional, no âmbito do estado.

**COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL:** gestão e gerência da SMS, regulando o acesso da população própria aos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal, no âmbito do município, e garantindo o acesso da população referenciada, conforme pactuação

Estrutura dos Complexos Reguladores: regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar nas urgências; controle e regulação dos leitos clínicos e cirúrgicos, da agenda de consultas especializadas e dos Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento (SADT) informados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); padronização das solicitações de internações, consultas, exames e terapias especializadas por meio dos protocolos assistenciais, dos mecanismos de referência entre as unidades, a partir da integração entre as ações de solicitação e de autorização; organização dos fluxos de referência especializada intermunicipal por meio da conformação da rede hierarquizada e regionalizada e da Programação Pactuada e Integrada (PPI), articulados pelo Tratamento Fora do Domicílio (TFD); controle e monitoramento da utilização dos níveis de complexidade, partindo dos protocolos e fluxos padronizados:

Para operacionalizar os processos regulatórios o município utiliza o software SISREG (Sistema Nacional de Regulação), a fim de operacionalizar um fluxo assistencial estabelecido no município, podemos utilizar o SISREG de forma eficaz no agendamento dos procedimentos. Na figura a seguir, podemos visualizar as etapas do processo de agendamento realizado.

**Figura 15 - Fluxograma Simplificado do Processo de Agendamento Ambulatorial no SISREG**



Fonte: SISREG SC 2017

**Tabela 20 - Fluxo da Rede Estadual de Alta Complexidade de Santa Catarina**

Macrorregião Meio Oeste - População: 265.712 Região de Saúde de Videira - 9ª SDR Videira - 10ª SDR Caçador - 11ª SDR Curitibanos	
Área de Alta Complexidade	Serviços de Referência
Serviços de Referência em Atenção à Saúde Auditiva – Alta Complexidade	Universitário Florianópolis; Clínica Otovida Florianópolis; Otiuve Chapecó
Atenção em Alta Complexidade em cardiologia	Hospital Regional São Paulo – ASSEC - Xanxerê
Atenção em Alta Complexidade em Cirurgia Vascular	Hospital Universitário Florianópolis; Instituto de Cardiologia São José
Atenção em Alta Complexidade em Neurocirurgia	Neuro – Clínica - Caçador
Atenção em Alta Complexidade em Nefrologia	Clínica de Hemodiálise Videira
Atenção em Alta Complexidade em ORTOPEDIA - Adulto	Hospital Maicé Caçador
Atenção em alta Complexidade em ORTOPEDIA - Infantil	Hospital Maicé Caçador
Unidades de Assistência em Alta Complexidade em Terapia Enteral	Hospital Maicé Caçador
Unidades de Assistência em Alta Complexidade em terapia Parental	Hospital Maicé Caçador
Rede Cegonha – Gestação Alto Risco	Hospital Hélio Anjos Ortiz Curitibanos

Fonte: Planos Operativos- SES- SC/2013

#### 2.14.4 – Financiamento

A Gestão do Fundo Municipal de Saúde está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, e sua contabilidade vinculada a Secretaria Municipal da Fazenda, da Prefeitura Municipal de Caçador.

Os Fundos de Saúde, instituídos no âmbito de cada Estado, Distrito Federal e Município, são considerados fundos especiais conforme definição da Lei nº 4.320/64. Suas receitas são especificadas e vinculadas à realização de objetivos e serviços determinados, no caso, as ações e serviços públicos de saúde. A obrigatoriedade de aplicação dos recursos, por meio dos Fundos de Saúde, antecede à Emenda Constitucional 29. A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), em seu artigo 33, define que os recursos financeiros do SUS serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação e movimentados sob a fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde.

A Lei 8.142/90 define que os municípios devem possuir o Fundo Municipal de Saúde para receberem tais recursos. A transferência de recursos destinados à cobertura de serviços e ações de saúde também foi condicionada à existência de Fundo de Saúde no Decreto nº. 1.232/94. O Fundo Municipal de Saúde possibilita aos gestores terem em mãos um importante Instrumento para visualização dos recursos de que dispõem para as ações e serviços de saúde e de controle, facilitando o acompanhamento permanente sobre as fontes de receitas, seus valores datas de ingresso, despesas realizadas e os recebimentos das aplicações financeiras.

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) deve ser gerido pelo secretário municipal de saúde, qual recebe recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, bem como os recursos próprios do orçamento municipal para atender a EC nº 29.

As Resoluções nº 322, de 08/05/2003, do Conselho Nacional de Saúde e a PT/GM/MS nº 2.047 de 05/11/2002 determinam que sejam consideradas como despesas nas ações e serviços de saúde aquelas relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7º da Lei 8.080/90 e às seguintes diretrizes: ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito; estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente federativo e sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde.

Os recursos alocados no FMS (CNPJ: 11.583.495/0001-45) são divididos **atualmente** por blocos de Atenção a Saúde, sendo eles: Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde; Bloco Atenção Básica e Gestão; Bloco de Vigilância em Saúde; Bloco de Assistência Farmacêutica; Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC (CEO, TFD, CAPS II, CAPS AD, Saúde Mental, Fisioterapia, Especialidades, Laboratório, Exames de Imagem), todos os blocos encontram-se vinculados no FMS, e, apesar do Bloco MAC possuir distintos programas e serviços dentro deste mesmo bloco, cada um destes elementos possui seu teto de cofinanciamento específico, portanto, estes programas e serviços devem ser geridos pelos seus orçamentos que deverão corresponder as suas despesas. Assim não comprometendo os demais componentes alocados neste bloco atingindo outras despesas distintas. Cabendo salientar que na falta de recursos financeiros para a execução de determinado programa e serviço neste bloco, os respectivos déficits financeiros devem ser custeados pelos recursos próprios do FMS.

**NOTA 1:** Segundo orientações do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), após decisão da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), em sua primeira reunião realizada no ano de 2017 pactuou-se a Unificação dos Blocos de Financiamento das transferências dos recursos fundo a fundo em apenas duas contas financeiras, sendo:

1 - Despesas de Capital: chamadas Investimento, onde serão fixadas despesas com obras e equipamentos;

2 - Despesas de Custeio: onde serão fixadas despesas com o custeio das áreas de saúde por subfunção, sendo alocados os recursos na sua linha de Atenção à Saúde.

**Figura 16 - Blocos de Financiamento do SUS**



Fonte: CONASEMS – Ferramenta Apoio de Planejamento e Orçamento em Saúde 2017

**NOTA 2:** Tendo em vista esta nova Unificação dos Blocos de Financiamento para as transferências de recursos fundo a fundo, há uma previsão de que sua operacionalização esteja alinhada nas três esferas de governo já com previsão para 2018. Orienta-se que os Planos Municipais de Saúde descrevam ainda na Área do Financiamento os blocos já existentes. Logo disponibilize-se a nova organização via Ministério da Saúde, o Plano Municipal de Saúde deverá passar por nova análise somente neste quesito, publicando-se o Adendo necessário a adequação da legislação em vigência.

A Prestação de Contas seguirá o que estabelece a Lei Complementar Federal nº 141, de 13/01/12, nos critérios da Transparência, Visibilidade, Fiscalização, Avaliação e Controle, o gestor elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, a fonte dos recursos aplicados no período, auditorias realizadas, e suas recomendações e determinações, oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, confrontando esses dados com os indicadores de saúde da população. O Relatório Quadrimestral (RQ) deverá ser apresentado, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, primeiramente ao Conselho Municipal de Saúde, e posteriormente em audiência pública na Casa Legislativa.

O Conselho de Saúde após realizar a avaliação do relatório consolidado (resultado da execução orçamentária e financeira), se necessário for, junto com o gestor municipal encaminhará ao Chefe do Poder Executivo as suas indicações para que sejam adotadas medidas corretivas.

A Prestação de Contas em seu processo possui outro instrumento tão significativo quanto os relatórios quadrimestrais, que é o RAG - Relatório Anual de Gestão, que de

acordo com as Portarias nº 3.085/GM e nº 3.332/GM, é o instrumento de planejamento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), apurados com base no conjunto de ações, metas e indicadores desta, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano Municipal de Saúde (PMS) e às Programações seguintes. Portanto, desta forma o RAG precisa ser avaliado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde. O FMS poderá ainda emitir demais relatórios eventualmente exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado/SC (TCE).

A gestão financeira da SMS e seus elementos orçamentários são operacionalizados através do sistema contábil informatizado da gestão do governo municipal *ePublica*.

#### 2.14.4.1 - Análise do investimento em saúde

Em relação ao percentual dos três entes federados, o município tem investido mais que os 15% estabelecidos pela EC 29, conforme o SIOPS demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 21 - Evolução dos investimentos em saúde, em Caçador (SC) - 2008/ 2016**

Município	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado	%mínimo	%aplicado
Caçador	12,0	20,2	12,0	22,6	12,0	23,2	12,0	19,0	12,0	22,0	12,0	23,4	12,0	27,1	12,0	23,8	12,0	25,4

Fonte SIOPS: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/siops>>

**Tabela 22 - Evolução e investimento em saúde no município entre 2014 a 2016**

Município de Caçador	2014	2015	2016
Despesa total	32.492.811,96	36.752.959,80	37.651.372,71
Habitantes	75048	75812	76571
Desp. Total/Hab.	432,96	484,79	491,72
Total Despesa Pessoal	18.975.346,57	22.740.455,00	23.991.738,28
% D. Pessoal/D. Total	68,40%	61,87%	63,72%
Total Despesa Serviços	4.318.915,70	4.610.277,27	5.037.758,65
% D. Serv. Terc/D. Total	13,29%	12,54%	13,38%
Total Despesas Investimento	2.150.550,65	1.858.107,42	1.796.254,51
% D. Invest/D. Total	6,62%	5,06%	4,77%
Transferências do SUS	9.653.331,25	8.465.283,19	11.155.332,31
% Transf. SUS/D. Total	29,71%	23,03%	29,63%
Recursos Próprios	23.377.745,96	27.188.890,37	26.349.168,13
%Recursos Próprios_em_Saude_EC_29	27,17%	29,87%	25,48%
R. Impostos e Transf. Const.	86.038.515,98	91.010.255,60	103.428.458,95

R. Transf. SUS	10.008.241,54	10.019.404,19	11.314.518,43
R. Transf. SUS/Hab	133,36	132,16	147,77
D. Pessoal	18.975.346,57	22.740.455,00	23.991.738,26
D. Recursos Próprios	23.377.745,96	27.188.890,37	26.349.168,13
D. R. Próprios_em_Saúde/Hab	311,50	358,64	344,11

Fonte: SIOPS-2014-2015-2016

Em 2016, segundo o SIOPS, o município apresentou a seguinte evolução em despesas com saúde:

**Tabela 23 - Evolução e Despesas de Saúde no Município de Caçador(SC)-2016**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (5)		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS CORRENTES	33.386.473,84	37.256.618,53	35.569.828,34	285.289,86	96,24
Pessoal e encargos sociais	20.641.323,92	24.054.312,26	23.991.738,28	0,00	99,74
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	12.745.149,92	13.202.306,27	11.578.090,06	285.289,86	89,86
Despesas de capital	443.161,30	2.106.512,68	1.639.115,80	157.138,71	85,27
Investimentos	443.161,30	2.106.512,68	1.639.115,80	157.138,71	85,27
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>33.829.635,14</b>	<b>39.363.131,21</b>	<b>37.651.372,71</b>	<b>37.651.372,71</b>	<b>95,65</b>

Fonte: SIOPS 2016

De acordo com a tabela anterior, o município possuía para o exercício, uma dotação orçamentária de R\$ 39.363.131,21 e executou 37.651.372,71 – utilizando 95,65% da dotação prevista.

As despesas exclusivas com saúde, por subfunção conforme prevê a Resolução nº 322, de 08/05/2003, do Conselho Nacional de Saúde, a PT/GM/MS nº 2.047 de 05/11/2002 e a EC 29, estão descritas, na tabela a seguir:

**Tabela 24 - Despesas com saúde por subfunção, em Caçador (SC)- 2016**

DESPESAS COM SAÚDE (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS (5)		
		LIQUIDADAS Jan a Dez (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% (d+e)/c
Atenção Básica	39.363.131,21	37.208.944,14	442.428,57	100,00
Assistência Hospitalar e	0,00	0,00	0,00	0,00

Ambulatorial				
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>39.363.131,21</b>	<b>37.208.944,14</b>	<b>442.428,57</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIOPS/2016

Analisando a tabela anterior, constatamos que o município considera que, somente as despesas liquidadas são ditas “executadas”. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas são inscritas em restos a pagar. As não processadas são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os repasses do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde em 2016, demonstram os valores por Bloco de Atenção, informando as ações e estratégias de financiamento destes recursos.

Esta evolução, em parte, está relacionada à adesão do município a programas e estratégias como PMAQ, Academia da Saúde, ao programa de Requalificação das UBS e Convênios para aquisição de equipamentos.

**Tabela 25 - Planilha detalhada por bloco dos repasses fundo a fundo, em Caçador (SC)- 2016**

Bloco	Componente	Ação/Serviço/ Estratégia	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA (PARCELAS)	R\$ 394.120,35	R\$ 0,00	R\$ 394.120,35
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	R\$ 58.812,00	R\$ 0,00	R\$ 58.812,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACS - 95 POR CENTO	R\$ 1.108.758,30	R\$ 0,00	R\$ 1.108.758,30
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA	FORTELEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA	R\$ 58.355,70	R\$ 0,00	R\$ 58.355,70

	VARIÁVEL		ESTRATÉGIA DE ACS - 5 POR CENTO			
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	DA	INC ADIC ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACS - 95 POR CENTO	R\$ 69.357,60	R\$ 0,00	R\$ 69.357,60
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	DA	INC ADIC FORT POL AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRAT DE ACS - 5 POR CENTO	R\$ 3.650,40	R\$ 0,00	R\$ 3.650,40
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	DA	INCENTIVO ADICIONAL AO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R\$ 3.042,00	R\$ 0,00	R\$ 3.042,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	DA	INCENTIVO ADICIONAL SAÚDE BUCAL	R\$ 7.000,00	R\$ 0,00	R\$ 7.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO	DA	INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PARCELA ÚNICA	R\$ 750.000,00	R\$ 0,00	R\$ 750.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO	DA	PAB FIXO	R\$ 1.869.036,00	R\$ 0,00	R\$ 1.869.036,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	DA	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	R\$ 518.700,00	R\$ 0,00	R\$ 518.700,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	DA	SAÚDE BUCAL - SB	R\$ 209.620,00	R\$ 0,00	R\$ 209.620,00
ATENÇÃO BÁSICA	PISO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	DA	SAÚDE FAMÍLIA - SF	R\$ 843.800,00	R\$ 0,00	R\$ 843.800,00
GESTÃO DO SUS	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	DE	INCENTIVO DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL (PI) - RSM-RSME	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00
INVESTIMENTO	AQUISIÇÃO	DE	ESTRUTURAÇÃO	R\$ 249.948,37	R\$ 0,00	R\$ 249.948,37

	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
INVESTIMENTO	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DA SAÚDE - INTERMEDIÁRIA (PI)	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00
INVESTIMENTO	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VAN)	R\$ 9.000,00	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00
INVESTIMENTO	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS	R\$ 122.800,00	R\$ 0,00	R\$ 122.800,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - MUNICIPAL	R\$ 158.400,00	R\$ 0,00	R\$ 158.400,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC	FAEC SIA - TRATAMENTOS ODONTOLÓGICOS	R\$ 23.366,00	R\$ 0,00	R\$ 23.366,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	REDE VIVER SEM LIMITES - REDEF - CEO MUNICIPAL	R\$ 19.800,00	R\$ 0,00	R\$ 19.800,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	R\$ 2.610.262,08	R\$ 6.913,32	R\$ 2.603.348,76
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL REDE BRASIL SEM MISÉRIA (BSOR-SM)	R\$ 68.049,96	R\$ 0,00	R\$ 68.049,96

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL (RSME)	R\$ 122.132,74	R\$ 0,00	R\$ 122.132,74
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	R\$ 25.045,80	R\$ 0,00	R\$ 25.045,80
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	FORTELEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO	R\$ 1.318,20	R\$ 0,00	R\$ 1.318,20
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INC. ADIC. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	R\$ 3.853,20	R\$ 0,00	R\$ 3.853,20
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INC. ADIC. FORT. POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRAT. DE ACE - 5 POR CENTO	R\$ 202,80	R\$ 0,00	R\$ 202,80
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INC. AS AÇÕES DE VIG. PREV E CONT. DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVVS)	R\$ 87.750,00	R\$ 0,00	R\$ 87.750,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVOS PONTUAIS PARA AÇÕES DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE IPVS	R\$ 30.772,68	R\$ 0,00	R\$ 30.772,68
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PFVS) PARCELA	R\$ 243.460,02	R\$ 0,00	R\$ 243.460,02
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PFVISA	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA (PARCELA)	R\$ 10.306,67	R\$ 0,00	R\$ 10.306,67
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PFVISA	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE - FNS	R\$ 34.243,56	R\$ 0,00	R\$ 34.243,56

VIGILÂNCIA EM SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	(PARCELA) PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PVVS)	R\$ 32.150,56	R\$ 0,00	R\$ 32.150,56
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>R\$ 9.782.114,99</b>	<b>R\$ 6.913,32</b>	<b>R\$ 9.775.201,67</b>

Fonte: SIOPS/2016

**Tabela 26 - TOTAL de repasse Fundo a Fundo por bloco em 2016**

BLOCO	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R\$ 394.120,35	R\$ 0,00	R\$ 394.120,35
ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 5.500.132,00	R\$ 0,00	R\$ 5.500.132,00
GESTÃO DO SUS	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00
INVESTIMENTO	R\$ 401.748,37	R\$ 0,00	R\$ 401.748,37
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	R\$ 3.002.010,78	R\$ 6.913,32	R\$ 2.995.097,46
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 469.103,49	R\$ 0,00	R\$ 469.103,49
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 9.782.114,99</b>	<b>R\$ 6.913,32</b>	<b>R\$ 9.775.201,67</b>

Fonte: SIOPS/2016

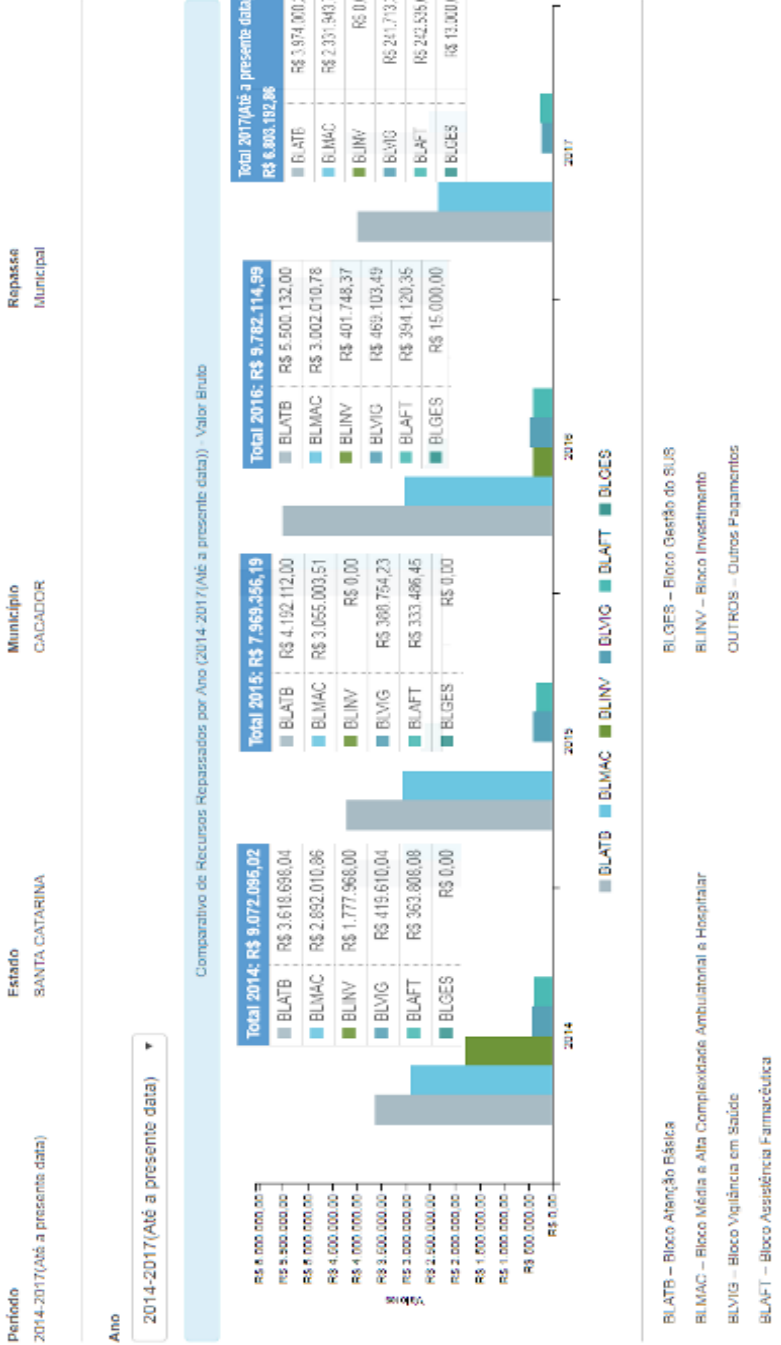
**Tabela 27 - Evolução dos repasses do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde em Caçador (SC) 2015 – 2017**

Área de Atenção	2015	2016	2017
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	R\$ 187.251,75	R\$ 374.503,50	R\$ 187.251,75
CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO	R\$ 33.000,00	R\$ 61.875,00	R\$ 28.875,00
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF	R\$ 225.200,00	R\$ 343.800,00	R\$ 196.350,00
LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTAL – LRPD	R\$ 4.260,00	R\$ 8.730,00	R\$ 3.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 449.711,75</b>	<b>R\$ 788.908,50</b>	<b>R\$ 415.626,75</b>

Fonte: <http://www.transparencia.sc.gov.br/transferencias>

A tabela em seguida demonstra a evolução dos valores investidos na saúde pelo Ministério nos anos de 2014 a 2017. Observando que os valores de 2017 não representam 100% do exercício, somente os meses de janeiro a outubro.

Gráfico 12 - Comparativo financeiro de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde por ano, no período de 2014 a 2017

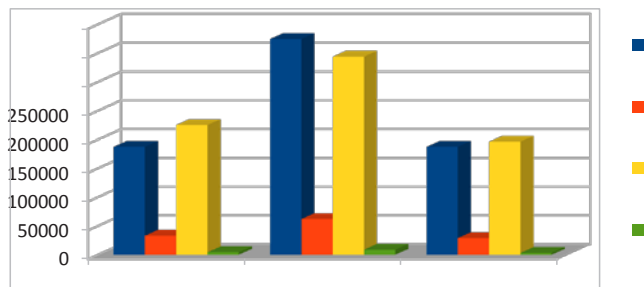


Fonte: Sítio do FNS/2013

Observando o gráfico acima do ano de 2015 para 2016 houve um incremento de 22,74% nos recursos repassados. Em 2017, somente foram repassadas as informações dos meses de janeiro a setembro, não sendo possível verificar o percentual de incremento.

As composições Anuais dos Recursos Repassados nos anos de 2015 e 2016, por blocos de Atenção, estão demonstradas nos gráficos, a seguir:

**Gráfico - 13 - Repasse Estadual Fundo Municipal de Saúde – 2015 – 2017**



Fonte: <http://www.transparencia.sc.gov.br/transferencias>

O orçamento que possibilitará a execução deste plano encontra-se previsto no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), 2014/2017 e deve ser confirmado e detalhado a cada ano na lei Orçamentária Anual LOA.

Conforme salientado acima, não é objetivo do Plano apresentar a definição dos recursos orçamentários. É na programação anual de saúde que se faz essa definição.

Ainda assim, para efeito de verificação da conformidade das ações planejadas com a previsão orçamentária do município, ressalta-se que poderão ser verificados no PPAG, os montantes previstos para cada uma dessas ações descritas no Plano Municipal de Saúde, devendo os mesmos ser confirmados a cada ano na LOA e na Programação Anual de Saúde.

Cabe salientar que os recursos de financiamento da saúde sofreram um congelamento de teto financeiro por aproximadamente 20 (vinte) anos através da PEC 55/2016, o que implicará diretamente no orçamento do município que deverá unir esforços para não diminuir ou precarizar os serviços de saúde.

#### **2.14.5 – Educação Permanente em Saúde**

A educação permanente em saúde precisa ser entendida, ao mesmo tempo como uma prática de ensino-aprendizagem e como uma política de Educação na saúde. Ela se parece com muitas vertentes brasileiras da educação popular em saúde e compartilha muitos de seus conceitos. Enquanto a educação popular tem em vista a cidadania, a educação permanente tem em vista o trabalho.

A prática de ensino-aprendizagem significa a produção de conhecimentos no cotidiano das instituições de saúde, a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos. Utiliza-se, no dia a dia, experiências desses fatores como base de interrogação e mudança e como política de educação na saúde. A educação permanente em saúde envolve a contribuição do ensino à construção do Sistema Único de Saúde (SUS).

Inserida por meio da Resolução CNS n. 353/2003 e da Portaria MS/GM n. 198/2004, a educação permanente em saúde tornou-se, dessa forma, a estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores. Publicada a Portaria GM/MS 1.996 de 20 de Agosto de 2007, que definiu novas diretrizes e estratégias para a Educação Permanente em Saúde, destacando a adequação do regulamento do pacto pela Saúde.

Para produzir mudanças de práticas de gestão e de atenção é fundamental dialogar com as práticas e concepções vigentes, problematizando-as em concretude do trabalho de cada equipe e construindo novos pactos de convivência e práticas, que aproximem o SUS da atenção integral à saúde. Não bastam novas informações, mesmo que preciosamente bem comunicadas, senão para a mudança, transformação ou crescimento.

A educação permanente deverá ser construída em cada LOCORREGIÃO na prática de dois princípios norteadores do SUS: A regionalização e a hierarquização através das CIES.

As CIES são definidas pela portaria como instâncias intersetoriais interinstitucionais permanentes que participam da formulação, condução e desenvolvimento da Política de Educação Permanente em Saúde.

A condução regional da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde dar-se-á por meio dos Colegiados de Gestão Regional, com a participação das Comissões Permanentes de Integração Ensino - Serviço (CIES). As CIES devem apoiar e cooperar tecnicamente com os Colegiados de Gestão Regional (CGR), articulando instituições para propor, de forma coordenada, estratégias de intervenção no campo de formação e desenvolvimento dos trabalhadores. Deve também apoiar e cooperar com os gestores na discussão sobre Educação Permanente em Saúde.

Gestores estaduais e municipais de saúde, instituições de ensino com cursos na área de saúde, hospitais de ensino, organizações estudantis da área de saúde, trabalhadores de saúde, conselhos municipais e estaduais de saúde, movimentos sociais e outros que estejam envolvidos com as questões de saúde (articulações interinstitucionais e ação intersetorial), contribuindo na melhoria das condições de vida e saúde resultantes da formação e das práticas tradicionais de saúde e as CIES devem buscar a INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE. A integralidade envolve, dentre outras coisas, a ideia de "clínica ampliada e responsabilização das equipes".

Caçador faz parte da CIES do Colegiado de Gestão Regional do Alto Vale do Rio do Peixe e possui a CIES municipal, com os segmentos conforme prevê a Portaria 1996/07. Por conseguinte o Plano de Educação Permanente em Saúde foi elaborado para o quadriênio 2012-2015 das necessidades, tendo como referência: o número de profissionais trabalhadores de Saúde e quantidade necessária na operação das redes de atenção à Saúde; capacidade instalada e investimentos previstos e necessidades de formação e de ações de educação permanente.

- Rede de Doenças Crônicas Não Transmissíveis – enfrentamento do Câncer de Colo de Útero e do Câncer de Mama e qualificação de profissionais da Rede de Atenção Básica em diagnóstico/ detecção precoce do câncer de mama e do câncer do colo do útero;
- Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e qualificação de profissionais de nível médio e superior- para atuação em órtese e prótese;
- Rede Cegonha – Formação de profissionais especializados em enfermagem obstétrica;

- Rede de Atenção Psicossocial – enfrentamento do crack e outras drogas, qualificação de profissionais de Saúde de nível superior para atuação em Consultórios de Rua e Serviços de Urgência e Qualificação de profissionais dos CAPSs para atuação como teleconsultores para serviços de Saúde não especializados;
- Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - qualificação de profissionais da RUE em Classificação de Risco, de profissionais da RUE na atenção ao paciente politraumatizado, de profissionais da RUE para implantação do protocolo de atenção ao paciente vítima de politrauma, em Normatização do Atendimento ao Paciente Queimado, profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais no atendimento ao paciente vítima de trauma, implantação de Protocolo AVC. Qualificação de equipes hospitalares nos protocolos de infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e trauma.
- Atenção Básica – Qualificação em Atenção Domiciliar

## 2.14.6 – Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Saúde está centralizada na Prefeitura Municipal de Caçador, sob a responsabilidade da Secretaria de Administração e Setor de Recursos Humanos.

A Secretaria Municipal de Saúde, segundo o CNES, mantém 324 servidores entre nível médio e superior. Já no Quadro de Pessoal do RH municipal o contingente é de 371 servidores. Esta diferença é explicada pelo fato de que no CNES não são cadastrados os profissionais de Serviços Gerais, Administrativo e Comissionados. Com relação aos profissionais de nível superior o quadro apresenta o seguinte perfil:

**Tabela 28 - Profissionais por formação de nível superior- Caçador (SC)- 2017**

Formação	Efetivo Quantidade	Contratados Quantidade	Celetista Quantidade	Total	Necessidade <sup>5</sup>
Médico (10 horas)	2	-	-	2	-
Médico (20 horas)	8	3	-	11	-
Médico (40 horas)	3	6	-	9	-
Médico (ESF) 40 horas	-	-	5	5	28
Médico do Trabalho	-	-	-	-	4
Médico Oftalmologista	-	-	-	0	2
Médico Cirurgião Geral	-	-	2	2	2
Médico Vascular	-	-	-	-	2
Médico Cardiologista	-	-	-	0	2
Médico Urologista	-	-	-	-	2
Médico Ortopedista	-	1	-	2	2
Médico Otorrinolaringologista	-	-	-	0	2
Médico Endocrinologista	-	-	-	0	2
Médico Psiquiatra	-	-	-	-	3
Médico Reumatologista	-	-	-	0	1
Médico Plantonista	4	-	-	4	-
Médico infectologista	-	1	-	1	-
Nutricionista (20 horas)	1	-	-	1	3

5 Portaria 1.101/2002 – Parâmetros Assistenciais do SUS

Nutricionista (35 horas)	1	-	-	1	3
Médico Geriatria	-	-	-	0	2
Fonoaudióloga	2	-	-	2	4
Fisioterapeuta	-	3	-	3	4
Assistente Social	5	-	0	5	13
Psicólogo (35 horas)	6	-	1	7	5
Psicólogo (20 horas)	1	1	-	2	3
Odontólogo (ESF)	-	-	7	7	4
Odontólogo (20 horas)	25	-	-	25	0
Bioquímicos (20 horas)	4	-	-	4	0
Bioquímicos (35 horas)	2	-	-	2	9
Farmacêutico	5	-	-	5	13(CRF)
Engenheiro Sanitarista	1	-	-	1	2
Enfermeiro (ESF)	-	-	11	11	17
Enfermeiro (35 horas)	15	1	-	16	0
Enfermeiro (20 horas)	1	-	-	1	0
Tecnólogo de Alimentos	1	-	-	1	2
Analista de Sistema	1	-	-	1	3
Fiscal Sanitarista	1	-	-	1	2
Prof Ed. Física	-	-	-	0	4
Pedagogo	-	-	-	0	2
Engenheiro Civil	1	-	-	1	2
Engenheiro de Segurança do Trabalho	-	-	-	-	1
Enfermeiro do Trabalho	-	-	-	-	1
Zootecnista	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>16</b>	<b>26</b>	<b>133</b>	<b>139</b>

Fonte: Setor de RH – Prefeitura Municipal de Caçador/2017

O Quadro anterior mostra que 46,66% dos servidores de nível superior ainda mantém o vínculo precário. Evidenciamos também que hoje possuímos 54,44% da capacidade instalada de profissionais de nível superior necessária para garantir o acesso, conforme parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde e também pelo nosso perfil epidemiológico.

**Tabela 29 - Quantidade de profissionais por formação de nível médio, em Caçador (SC)- 2017**

Formação	Efetivo Quant.	Contratados Quant.	Celetista Quant.	TOTAL	Necessidade <sup>6</sup>
Auxiliar de Enfermagem (ESF)	-	-	10	10	-
Auxiliar de Enfermagem (35 horas)	22	-	-	22	-
Técnico de Enfermagem	12	-	-	12	22
Técnico em Processamento de dados	1	-	-	1	-
Técnico em Higiene Bucal	2	-	-	2	29
Agente Comunitário de Saúde	-	-	89	89	252
Auxiliar consultório dentário	14	-	-	14	29
Auxiliar consultório dentário (ESF)	-	-	6	6	-
Auxiliar administrativo	4	-	-	4	15
Assistente administrativo	6	-	-	6	-
Recepcionista	3	-	-	3	26
Telefonista	-	-	-	-	18
Técnico de Informática	-	-	-	0	18
Motoristas	19	-	-	19	22

6 Portaria 1.101/2002 – Parâmetros Assistenciais do SUS

Auxiliar de Almoarifado	-	-	-	0	3
Terapeutas ocupacionais	-	2	-	2	
Auxiliar de Farmácia	2	-	-	2	13
Auxiliar de laboratório	-	-	-	0	8
Agente administrativo	1	-	-	1	
Terapeuta em Dependência Química	1	-	-	1	
Agente de Combate de Endemia	4	-	-	4	
Atendente de Enfermagem	2	-	-	2	
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>2</b>	<b>105</b>	<b>200</b>	<b>455</b>

Fonte: Setor de RH – Prefeitura Municipal de Caçador/2017

Quanto aos profissionais de nível médio, o quadro acima mostra que ainda possuímos vínculo precarizado, sendo 53,5% do total de servidores. Com relação ao deficit de servidores, este representa 127,5%, este percentual está relacionado à falta de categorias importantes para garantir uma boa cobertura e serviços com qualidade e o grande número de servidores em desvio de função.

**Tabela 30 - Profissional de nível fundamental, em Caçador/ 2017**

Função	Efetivo Quant	Contratados Quant	Celetista Quant	TOTAL	Necessidade <sup>7</sup>
Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	1	-	-	1	0
Contínuo	1	-	-	1	0
Agente de serviços e obras especiais	1	-	-	1	0
Operador de Man. Edificação Pública	1	-	-	1	0
Manutenção	-	-	-	0	6
Servente Educação	9	-	-	9	0
Auxiliar Serviços Gerais	25	-	-	25	40
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>38</b>	<b>46</b>

Fonte: Setor de RH da Prefeitura Municipal de Caçador/2017

Com relação aos profissionais de nível fundamental, o vínculo é desprecariado, entretanto a capacidade instalada é de apenas 12,10% da necessidade.

Utilizando-se os parâmetros da Portaria GM 1101/02 e o caderno nº 5 da Série Pacto, observa-se um número insuficiente nas diversas áreas estratégicas como pediatria, ginecologia, obstetrícia, nutricionistas, fisioterapeutas e enfermeiros.

A proposta quantitativa para o setor de Recursos Humanos prevê também a adequação do perfil de habilitação do quadro proposto, considerando o perfil epidemiológico. Para isto utilizou-se a CBO- Classificação Brasileira de Ocupações e o organograma, já citado, no item “Estrutura Organizacional”, da Secretaria Municipal de Saúde.

## 2.14.7 – Tecnologia da Informação

O setor de Tecnologia da Informação na Secretaria Municipal de Saúde é responsável em prover e administrar recursos computacionais para a produção, transmissão, armazenamento, acesso e uso de informações, auxiliando a organização a

<sup>7</sup> Portaria 1.101/2002 – Parâmetros Assistenciais do SUS

atingir seus objetivos estratégicos através de soluções de tecnologia que resultem na melhoria dos processos de trabalho, criando condições para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

São atribuições do setor: a) elaborar e implantar políticas, normas e procedimentos para garantir a qualidade na entrega de serviços de TI; b) garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações através da criação de políticas e controles, baseado em normas e boas práticas de segurança da informação; c) planejar investimentos em TI e inovação tecnológica, visando melhorias nos processos internos; d) monitorar e controlar o desempenho dos recursos de TI existentes; e) oferecer treinamento aos usuários para a melhor utilização dos recursos de TI; f) desenvolver atividades de suporte técnico; g) atendimento de solicitações e apoio técnico aos usuários; g) detectar, diagnosticar e resolver problemas de hardware e software; i) instalar, configurar e dar manutenção em redes wireless e cabeadas; j) instalar, configurar e dar manutenção em softwares (sistemas operacionais, softwares aplicativos, utilitários, corporativos e outros).

**Tabela 31 -Base tecnológica instalada**

Equipamentos	Quantidade
Computadores	241
Impressoras	121
Roteadores Wireless	27
Switches	16

Fonte: SMS/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017

#### **2.14.8 – Controle, Avaliação e Auditoria**

O serviço de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador foi criado pela Lei Municipal nº. 1.219, de 12 de dezembro de 1997 e demais parâmetros legais atribuídos pelo Ministério da Saúde:

Avaliação foi assim denominada: ato pelo qual o servidor determina a qualidade e a concernência das atividades e serviços, através da análise da veracidade das informações em saúde prestada pelos gestores do SUS e pelas pessoas físicas ou jurídicas que participam do SUS, de forma complementar, comparando o desempenho e os seus resultados com os respectivos parâmetros tecnicamente definidos. Podendo ser representada, conforme figura 12 a seguir:

Figura 16 - Qualidade e Concernência do CAA

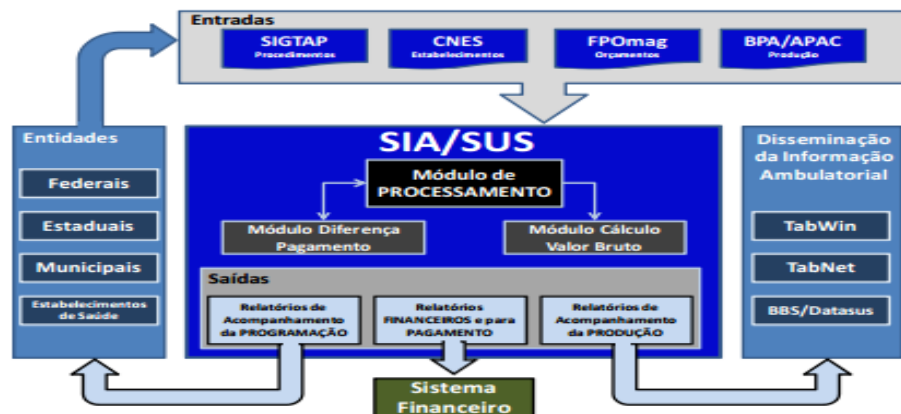


Figura 1 - Diagrama do processo completo de processamento ambulatorial e os sistemas envolvidos

Fonte: Ministério da Saúde/Controle Avaliação e Auditoria/2009.

No entanto, para que o processo seja adequado e funcionem como estratégias ou instrumentos de gestão através do controle, é essencial que o trabalhador desta área desenvolva a qualificação do seu olhar na identificação de possíveis distorções nos dados observados. Para isso, torna-se fundamental a existência e o fortalecimento de algumas ferramentas. Tais como:

- Contratos e Convênios Firmados com a rede de Prestadores;
- Programação Físico Orçamentária Atualizada;
- Cartão Nacional de Saúde;
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CENES
- Infraestrutura física e de equipamentos de informática.
- Rede de Informações e Sistemas integrados com a rede de atendimento;

Apesar da complexidade do serviço e do impacto físico-financeiro para o Fundo Municipal de Saúde, desde a vigência da lei, não foram praticados os atos administrativos necessários à organização do serviço pela Secretaria Municipal de Saúde até o ano de 2013. Buscou-se, em meio aos técnicos da referida secretaria, um profissional para organizar o serviço, pois ainda não consta na estrutura administrativa tal setor. Desde então, estão sendo organizados os serviços, sendo que estes compreendem também, iniciativas de implantação da regulação e auditoria.

Ocorre que, até o presente momento, o serviço está incipiente, necessitando de reorganização de modo a assimilar os compromissos assumidos no modelo de Gestão previsto pelo Pacto pela Saúde e os que deverão ser assumido por ocasião da assinatura do COAP. Neste contexto, para o período de vigência do presente plano, surge a necessidade de criação do setor, bem como estruturação dos serviços e rotinas profissionais.

O serviço de Auditoria é definido pelo Ministério da Saúde como: Sistema Nacional de Auditoria - SNA, instituído pelo art. 6º da Lei 8.689, de 27 de julho de 1993 e

regulamentado pelo Decreto 1651, de 28 de setembro de 1995, desdobra-se nos três níveis de gestão que compõem o SUS - Federal, Estadual e Municipal. Ele se reveste das atividades de auditoria, suplementando outras instâncias de controle e subsidiando o processo de planejamento das ações de saúde, sua execução, gerência técnica e avaliação qualitativa dos resultados obtidos.

Nesta perspectiva, tendo como objetivo maior a obtenção da qualidade das ações e serviços prestados no campo da saúde, a ação de auditoria caracteriza-se em atividades de verificação analítica e operativa, consiste no exame sistemático e independente de uma atividade, elemento ou sistema, para determinar se as ações de saúde e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas e com as normas e legislação vigentes.

Este serviço, no município de Caçador, foi instituído pela Lei Municipal nº. 1.219, de 12 e dezembro de 2009, cujo texto assim expressa "AUDITORIA"<sup>8</sup>: ato pelo qual o servidor, no exercício da atividade de controle das ações e serviços de saúde do SUS, fiscaliza a contabilidade das pessoas físicas e das pessoas jurídicas que integram ou participam do SUS. Visa verificação da exatidão e regularidades das contas apresentadas, realiza auditorias técnicas em relação às informações constantes de documentos técnicos e contábeis do SUS. Desde a vigência da lei até o presente momento, não foram praticados atos para estruturar o serviço na Secretaria Municipal de Saúde. Não há quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de auditor do SUS. Neste interm A CF/88 prevê, em seu art. 37, § 3º, I, que os usuários dos serviços públicos devem ter meios de "participação" na Administração Pública. Uma das formas de participação é a possibilidade de fazer reclamações a respeito da qualidade dos serviços públicos, com isto a Lei nº 13.460/2017 tem por objetivo, dentre outros, o de regulamentar esse dispositivo constitucional:

Art. 37 (...) § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

O SUS sendo uma das políticas públicas, esta lei se aplica a sua administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

## 2.14.9 – Controle Social

O Controle Social estabeleceu-se pela Lei nº 8.142/90 que representa a legalidade dos Conselhos e as Conferências de Saúde com a efetiva participação da sociedade civil organizada, representando um polo de qualificação de cidadãos para o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS).

No uso de suas competências regimentais e atribuições legais e políticas, os Conselhos de Saúde foram constituídos para formular, fiscalizar e deliberar sobre as

<sup>8</sup> Consiste no exame sistemático e independente dos fatos obtidos através da observação, medição, ensaio ou outras técnicas apropriadas, de uma atividade, elemento ou sistema, para verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes e determinar se as ações de saúde e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas. Através da análise e verificação cooperativa, avalia-se a qualidade dos processos, sistemas e serviços e a necessidade de melhoria ou de ação preventiva/ corretiva/ saneadora. Tem como objetivo maior propiciar à alta administração, informações necessárias ao exercício de um controle efetivo sobre a organização ou sistema, contribuir para o planejamento e replanejamento das ações de saúde e para o aperfeiçoamento do Sistema.

políticas de saúde, apoiado ao conhecimento em defesa do SUS, assim como no seu fortalecimento. O Plenário de Conselho se reúne no mínimo a cada mês e, extraordinariamente quando necessário nas dependências da Câmara de Vereadores.

De modo efetivo e gradual, os Conselhos de Saúde vem se estruturando no território nacional, amparado pela emenda constitucional nº 29/set./2000.

Referente às vagas, deverão ser distribuídas da seguinte forma: a) 50% de entidades de usuários; b) 25% de entidades dos trabalhadores de saúde; c) 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Conforme recomenda a legislação não terá gestor de saúde na qualificação de presidente.

Na sua competência, os Conselhos de Saúde atuam na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias nos setores públicos e privados; aprovar a proposta orçamentária anual de saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (artigo 195, § 2º da Constituição Federal), observando o princípio do processo de planejamento e ornamentação; analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras.

O Controle Social é realizado em conformidade com a legislação: Lei 8080/90, 8142/90 e Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

**Figura 17 - Figura de Identificação do Conselho Municipal de Saúde**



Fonte: CMS – Conselho Municipal de Saúde

### 3- PROBLEMAS PRIORITÁRIOS E COMPROMISSOS DE GESTÃO

A previsão orçamentária para a execução do Plano 2018-2021 está no PPA, conforme prevê a legislação orçamentária para o serviço público.

#### 3.1 - Atenção Básica

ATENÇÃO BÁSICA			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	<p>1-Baixa cobertura de Equipes de Saúde da Família. 2-Baixa resolutividade das equipes devido a sobrecarga populacional por equipe. 3-Número elevado de internações por condições sensíveis à Atenção Básica. 4-Ausência de Protocolos Clínicos Municipais 5-Baixa qualificação dos profissionais. 6-Alta rotatividade de profissionais. 7-Ausência do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF. 8-Baixa resolutividade das Ações da Academia da Saúde. 9-Baixa capacidade de Recursos Humanos instalada na Academia de Saúde. 10-Estrutura Física da Academia da Saúde em desacordo com as ações ofertadas. 11-Inexistência de fluxos de referência e contra referência. 12-Déficit no planejamento do território pelas equipes de AB. 13-Ausência de monitoramento da satisfação do usuário. 14-Baixa cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família. 15-Infraestrutura das UBS em desacordo com a legislação sanitária. 16-Equipamentos permanentes em condições inadequadas. 17-Insumos ambulatoriais de baixa qualidade.</p>		
	<p>Garantir a adoção da Estratégia Saúde da Família pelo serviço municipal de saúde como tática prioritária de expansão, consolidação e qualificação da Atenção Básica à Saúde. Garantir acesso à população aos serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado de atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento e qualificação da Atenção Básica. Promover práticas corporais e atividade física, promoção da alimentação saudável, educação em saúde, além de contribuir para a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis e sustentáveis da população. Desenvolver estratégias para garantia da continuidade do cuidado dos problemas mais frequentes e linhas de cuidado prioritário. Melhorar as características estruturais de ambiência e equipamentos indispensáveis para o desenvolvimento das ações na Atenção Básica.</p>		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, tendo como eixo estruturante a Estratégia Saúde da Família, promovendo a articulação intersetorial com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde e as prioridades do Plano de Saúde	Assumir a estratégia de saúde da família como a estratégia prioritária para o fortalecimento da atenção básica elevando para 19 o número de Equipes de Saúde da Família, priorizando localidades com grupos vulneráveis.	100 % implantadas	2018 -2021

(Continua)

Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, tendo como eixo estruturante a Estratégia Saúde da Família, promovendo a articulação intersetorial com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde e as prioridades do Plano de Saúde	Monitorar anualmente a resolutividade da Atenção Básica, utilizando como indicador do acesso e qualidade as internações por condições sensíveis a Atenção Primária e qualidade da atenção básica	100% das equipes monitoradas e avaliadas	2018 -2021
	Estabelecer mecanismos de controle, regulação e acompanhamento sistemático dos resultados alcançados pelas ações da atenção básica, como parte do processo de planejamento e programação	100 % das UBS	2018 -2021
Priorizar pela organização dos serviços de saúde da Atenção Primária através de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde, de forma integral e continuada de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.	Implementar diretrizes de qualificação dos modelos de atenção e gestão, tais como a participação coletiva nos processos de gestão, a valorização, fomento à autonomia e protagonismo dos diferentes sujeitos implicados na produção de saúde, o compromisso com a ambiência e com as condições de trabalho e cuidado, a constituição de vínculos solidários, a identificação das necessidades sociais e organização do serviço em função delas, entre outras	100 % de adequação dos modelos de atenção	2018 -2021
	Adotar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com os protocolos e diretrizes nacional e estadual adequados às características do município.	100 % dos protocolos implantados.	2018 -2021
	Garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, dotando-as de recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o conjunto de ações propostas para esses serviços.	100 % das UBS	2018 -2021
	Desenvolver ações de qualificação dos profissionais da atenção básica por meio de estratégias de educação permanente e de oferta de cursos de especialização e residência multiprofissional e em medicina da família	100 % do profissionais em atuação	2018 -2021
	Aprimorar a inserção dos profissionais da Atenção Básica nas redes locais de saúde, por meio de vínculos de trabalho que favoreçam o provimento e fixação dos profissionais.	-	2018 -2021

(Continua)

86

Priorizar pela organização dos serviços de saúde da Atenção Primária através de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde, de forma integral e continuada de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.	Implantar protocolo de Acolhimento a demanda espontânea de usuários com quadro agudo de natureza clínica, traumática ou psiquiátrica, fornecendo o primeiro atendimento às urgências básicas, garantindo a continuidade do acompanhamento ampliando a resolutividade e o vínculo com a comunidade.	100% das UBS com protocolo de Acolhimento implantado	2018 -2021
Fortalecer a Estratégia de Promoção de Saúde e Produção de Cuidado.	Adequar quantitativo de recursos humanos para a Academia da Saúde de acordo com a capacidade de atendimento instalada. Ampliar ofertas de serviços e ações no polo da Academia de Saúde adequando a resolutividade. Adequar estrutura física, ambiência, insumos e equipamentos do polo da Academia de Saúde.	100% Recursos Humanos Ofertas e ações implantadas 100% adequada	2018 -2021 2018 -2021 2018 -2021
Consolidação da Atenção Básica, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, a resolutividade, a abrangência e o alvo das ações.	Implantar o Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF - no território de maior vulnerabilidade do município de Caçador. Fortalecer a atuação integrada do NASF com as equipes de saúde da família, através de discussões de casos clínicos, atendimento compartilhado, visitas domiciliares, construção projetos terapêuticos qualificando as intervenções no território e na saúde de grupos populacionais.	100% implantado 100% das equipes referenciadas ao NASF.	2018 -2021
Organizar a Atenção Básica como responsável pela atenção pelo cuidado dos usuários em qualquer ponto da RAS produzindo gestão compartilhada.	Organizar fluxos para usuários a partir da porta de entrada do sistema de Saúde em relação às redes de atenção, canais de comunicação entre profissionais da rede, garantindo a referência e contra referência em tempo oportuno. Apoiar as equipes para análise e planejamento das ações e intervenções dos casos mais complexos tendo como ferramenta o Projeto Terapêutico Singular. Desenvolver processo de pesquisa e análise de satisfação do usuário em relação aos serviços de saúde prestado pela Atenção Básica. Contribuir para o monitoramento das condicionalidades do PBF ligadas à área da saúde (cumprimento do calendário vacinal de crianças de 0 a 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos grávidas realizando o pré natal)	100 % fluxos organizados 100% das equipes apoiadas 70 % de usuários entrevistados 72,5% de monitoramento 80% de profissionais efetivos	2018 -2021 2018 -2021 2018 -2021 2018 -2021

(Continua)

87

Organização dos processos de trabalho e de atenção à saúde dos usuários tendo estrutura física adequada e equipamentos em condições de uso.	Adequar a estrutura das UBS para ampliação de equipes e melhora da ambiência (acústica, ventilação, iluminação, pisos, paredes, tetos adequados, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas).	100 % das UBS adequadas	2018 -2021
	Adequar consultórios com espaços destinados ao atendimento concomitante de médico e enfermeiro sem interrupção em qualquer período de funcionamento da unidade, garantindo a privacidade visual e auditiva.	100% dos consultórios	2018 -2021
	Acesso a linha telefônica e equipamentos de informática com internet, possibilitando a melhora da comunicação profissional e do acesso a dados dos indicadores de saúde, além de facilitar o acesso a educação em saúde e atualização técnica e científica das equipes.	100% das UBS	2018 -2021
	Disponibilizar as equipes veículos oficiais em boas condições de uso, manutenção e segurança para a realização de atividades externas programadas	100% das UBS	2018 -2021

[1] Comentário: Já contempla melhoramento no atendimento  
Já contempla infraestrutura nas UBS

## 3.2 – Agente Comunitário de Saúde

ACS – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE				
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Falta de profissionais capacitados. 2-Dificuldade de acolhimento e vínculo com algumas famílias. 3-Falta de resolutividade de casos pelo ACS. 4-Falta de reconhecimento profissional por parte da população. 5-Limitações na operacionalização do trabalho voltado a integralidade do cuidado.			
OBJETIVOS	Promover o empoderamento do profissional Agente Comunitário de Saúde como agente nuclear das ações de saúde na comunidade ao realizar as atividades de vigilância, prevenção de doenças e promoção à saúde.			
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO	
Fortalecer as ações com as famílias através da visita domiciliar pelo ACS e educação em saúde individual ou coletiva, desenvolvidas e conformidade com as diretrizes do SUS.	Aquisição de insumos em quantidade suficiente para o desenvolvimento das ações regulares do Agente Comunitário de Saúde.	100 % de insumos	2018 - 2021	
	Garantia e disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual ao profissional ACS com vistas a proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança ( uniforme, boné, mochila, calçado impermeável, capa de chuva entre outros )	100% de EPI's	2018 - 2021	
	Estimular a qualificação profissional do Agente Comunitário através de cursos, capacitações, seminários entre outros	100% dos ACS capacitados	2018 - 2021	
	Estimular o vínculo e responsabilização dos problemas de saúde do território adscrito, garantindo a resolutividade do atenção a saúde das famílias e comunidade, cadastrando toda a população.	100% das famílias cadastradas	2018 - 2021	

## 3.3 – Saúde da Mulher

SAÚDE DA MULHER			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Baixo índice de mulheres que realizam a mamografia acima de 40 anos. 2- Aumento do número de gravidez na adolescência. 3-Risco para aumento de parto prematuro. 4-Baixa cobertura de rastreamento de CA de colo de útero. 5- Ausência de estratégias para o Fortalecimento do Planejamento Familiar.		
<b>OBJETIVOS</b>	Reduzir a morbimortalidade pelos agravos mais prevalentes na população feminina, realizando ações transversais e articuladas intersetorialmente visando à promoção da saúde e da cultura da paz, prevenção de doenças e agravos, diagnóstico, tratamento e recuperação de condições de saúde, qualificando assim a saúde das mulheres no município		
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>
Fortalecimento das ações da Política Nacional de Saúde das Mulheres	Garantir coleta de exames de citopatológico de colo de útero priorizando mulheres de 25 a 64 anos de idade.	Nº. de exames citopatológicos realizados em mulheres de 25 a 64 anos nos últimos 12 meses / 1/3 da pop. feminina residente na mesma faixa etária.	2018 -2021
	Garantir o tratamento, acompanhamento e monitoramento das mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau do colo do útero.	100% dademanda	2018 -2021
	Garantir exames de mamografia e exame clínicos de mama para as mulheres acima de 40 anos.	Conformedemanda	2018 -2021
	Garantir a disponibilidade de métodos contraceptivos contemplados na REMUME.	Conformedemanda	2018 -2021
	Garantir recursos humanos, insumos e materiais para os serviços e ações do Programa Saúde da Mulher no município.	100%	2018 -2021
	Garantir aquisição de equipamentos ambulatoriais necessários para diagnose na área.	100%	2018 -2021
	Garantir espaço adequado/área física nas Unidades Básicas de Saúde para atendimento à Saúde da Mulher	Conformedemanda	2018 -2021
	Garantir a continuidade do Programa de Incentivo ao Pré-Natal	100%	2018 -2021
	Garantir a capacitação das equipes para atendimento à Gestante em todas as fases da gestação com qualidade e resolutividade	100% das gestantes cadastradas	2018 -2021
	Qualificação permanente das equipes no atendimento às mulheres em situação de violência sexual e doméstica, de acordo com as Normas Técnicas do Ministério da Saúde.	100% das mulheres atendidas e acompanhadas	2018 -2021

(Continua)

Fortalecimento das ações da Política Nacional de Saúde das Mulheres	Qualificar as equipes de Atenção Básica para identificar, acolher, notificar e encaminhar os casos de violência sexual e doméstica.	100% das mulheres atendidas e acompanhadas	2018 -2021
	Garantir material didático adequado e espaço apropriado para a prática educativa de grupos nas Unidades de Saúde, com abordagens que contemplem recorte geracional, étnico-racial, diversidade sexual e pessoa com deficiência.	100% das mulheres atendidas e acompanhadas	2018 -2021
	Realizar periodicamente pesquisa sobre a satisfação das usuárias em relação aos serviços de saúde, com ampla divulgação para a sociedade.	100% das mulheres atendidas e acompanhadas	2018 -2021
	Firmar parcerias entre as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social, para ações conjuntas nas escolas, centros de referências, CRAS, CREAS e comunidades, os temas: direitos sexuais e reprodutivos; inclusão de gênero, étnico racial e de pessoas com deficiência; diversidade sexual e geracional.	100% das mulheres cadastradas.	2018 -2021
	Implantar e implementar o exame eletroforese de hemoglobina em mulheres negras como exame laboratorial de rotina na assistência ao pré-natal.	Oferta de exame ampliada em 100% na rede SUS	2018 -2021
	Garantir formação e qualificação permanente na temática dos direitos sexuais e reprodutivos para as equipes de saúde que trabalhem com mulheres profissionais do sexo	Profissionais 100% qualificados	2018 -2021
	Monitorar anualmente os indicadores de morbidade, mortalidade e de assistência ambulatorial de Saúde da Mulher.	100% do indicadores monitorados e avaliados.	2018 -2021

## 3.4 – Saúde do Homem

SAÚDE DO HOMEM			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Desinteresse da população masculina na prevenção á saúde.		
<b>OBJETIVOS</b>	Facilitar o acesso da população masculina às ações e aos serviços de assistência integral, mediante a atuação nos aspectos socioculturais, contribuindo de modo efetivo para a redução da morbidade, da mortalidade e a melhoria da condições de saúde.		
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>
Ampliar o acesso da população e aperfeiçoar a qualidade das ações e serviços de saúde, visando reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a atenção integral	Elaborar e publicar protocolos clínicos para subsidiar a organização da linha de cuidado e estratificação de risco dos principais agravos urológicos não oncológicos selecionados.	Nº de protocolos clínicos publicados entre os previstos	2018 -2021
	Realizar seminário municipal, com periodicidade anual, para apresentar os avanços e desafios na organização de ações e serviços dirigidos à Atenção Integral à Saúde do Homem	Nº de Seminários realizados entre os previstos	2018 -2021
	Garantir acesso da população masculina às ações e aos serviços de saúde focados na prevenção (câncer de próstata, agravos do trabalho, tabagismo, alcoolismo, doenças cardiovasculares, entre outras)	100%	2018 -2021
	Promover a saúde com foco na elaboração de estratégias para aumentar a demanda dos homens aos serviços de saúde	100%	2018 -2021
	Através de grupos operativos levar informações e comunicação adequada para sensibilizar os homens e suas famílias, estimulando o autocuidado e hábitos saudáveis, por meio de ações de informação, educação e comunicação;	100% de grupos implantados	2018 -2021
	Garantir a continuidade do Projeto "Saúde do Homem: a bola da vez", subsidiando o acesso a população masculina trabalhadora aos serviços de saúde de promoção e prevenção a saúde.	Evento anual	2018 -2021

## 3.5 – Saúde do Idoso

SAÚDE DO IDOSO			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1- Acelerado processo de envelhecimento populacional, marcado pelos agravos provocados pelas doenças crônico-degenerativas.		
OBJETIVOS	Garantir a Atenção Integral a saúde da população idosa, enfatizando o envelhecimento saudável e ativo e fortalecendo o protagonismo das pessoas idosas no município. Promover o envelhecimento ativo e saudável incentivando a prevenção da capacidade funcional da pessoa idosa através da prevenção da Independência física e psíquica, bem como garantir o acesso a cuidados continuados, reabilitação funcional, controle de patologias já instaladas e prevenção de agravos em decorrência das mesmas.		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.	Aprimorar a assistência da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo, mediante qualificação da gestão e das redes de atenção	100%	2018 -2021
	Concretizar a implantação dos protocolos de Assistência ao Portador de Hipertensão e Diabetes mellitus;	100% do protocolos implantados	2018 -2021
	Monitorar a mortalidade por doenças respiratórias crônicas	100% monitorado	2018 -2021
	Implementar ações de vigilância e educativas de prevenção de queda e fratura de fêmur em pessoas idosas nas Unidades Básicas de Saúde	Taxa de internação hospitalar por fratura de fêmur	2018 -2021
	Garantir atenção integral, integrada à saúde da pessoa idosa através da equipe multidisciplinar da Atenção Primária	100% das equipes multidisciplinares	2018 -2021
	Divulgar e informar através de grupos operativos sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para profissionais de saúde, usuários, familiares e comunidade.	100% divulgado	2018 -2021
	Realizar trocas de experiências exitosas no cuidado a saúde do idoso entre as UBS	100% das equipes	2018 -2021
	Organizar 1 (um) encontro municipal para discutir o tema da Violência contra a Pessoa Idosa.	1 encontro anual	2018 -2021

## 3.6 – Saúde do Adolescente

SAÚDE DO ADOLESCENTE			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Des comprometimento do adolescente em relação à sua saúde		
OBJETIVOS	Promover a atenção integral à saúde de adolescentes de 10 a 19 anos de idade, visando a promoção da saúde, prevenção de agravos e a redução da morbimortalidade nesse grupo etário.		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Garantir o acesso aos serviços , com qualidade e em tempo hábil, a população adolescente.	Mapear a rede de serviços para assistência integral ao adolescente e elaborar fluxos de atendimento	100% da rede assistência a saúde mapeada	2018 -2021
	Fortalecer a rede de proteção ao adolescente, promovendo ações intersetoriais para prevenção do uso de álcool e drogas	Ações intersetoriais implantadas	2018 -2021
	Fortalecimento das ações de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST e garantia de acesso ao tratamento e acompanhamento.	100% de ações fortalecidas	2018 -2021
	Desenvolver ações sistemáticas de orientação e vacinação nas escolas, visando a conclusão dos esquemas vacinais contra hepatite B e demais vacinas indicadas para a faixa etária, em parceria com os profissionais envolvidos no Programa Saúde na Escola.	Cobertura vacinal contra Hepatite B na faixa etária de 11 á 19 anos	2018 -2021
	Aquisição/Produção de material educativo em saúde sexual e reprodutiva.	Nº de materiais educativos disponibilizados	2018 -2021

3.7 – Saúde da Criança

[2] Comentário: Já contempla prevenção ao uso de drogas por adolescente

SAÚDE DA CRIANÇA				
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1.-Ausência de protocolos municipais no acompanhamento e desenvolvimento da criança. 2- Ausência de referência de contra referência do serviço especializado para atenção básica.			
<b>OBJETIVOS</b>	Reorganizar a Rede de Atenção à Saúde da Criança para garantia do acesso, acolhimento e resolutividade			
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>	
Atenção Integral a Saúde da Criança a partir da promoção à saúde e prevenção de agravos, incentivo ao Aleitamento Materno e Redução da mortalidade infantil.	Implantar estratégias que visem o fortalecimento da rede de assistência ao pré-natal, parto, puerpério e puericultura. Incentivando, e promovendo o aleitamento materno	Taxa de mortalidade infantil		2018 -2021
	Investigar os óbitos infantil e fetal no município	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados		2018 -2021
	Desenvolver ações educativas quanto a importância da vacinação;realizar sistematicamente a busca de crianças faltosas	Cobertura vacinal em menores de 1 ano , 1º e 2º reforço na população de 1 a 5 anos por tipo de vacina.		2018 -2021
	Atenção a saúde do Recém-nascido, garantido o primeiro atendimento pela UBS até 10 dias após a alta hospitalar.	100% do RN atendidos		2018 -2021
	Vigilância da mortalidade infantil e fetal como estratégia para a redução da mortalidade por óbitos evitáveis pelos serviços de saúde, e fortalecimento do comitê de investigação de óbitos.	Comitê de investigação de óbito implantado		2018 -2021
	Garantir o atendimento adequado e em tempo oportuno para crianças em situação de violências, notificando todos os casos.	Atendimento garantido		2018 -2021

## 3.8 - Tabagismo

PROGRAMA DE ABORDAGEM E TRATAMENTO AO TABAGISMO				
1-Baixa adesão das equipes à implantação dos Grupos de Tabagismo. 2-Falta de sensibilização do tabagista referente aos riscos no uso do tabaco.				
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>		Reduzir a prevalência de fumantes e a consequente morbimortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco no município.		
<b>OBJETIVOS</b>		<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>
Promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas, integradas, sustentáveis e baseadas em evidências para a prevenção e o controle das DCNT e seus fatores de risco e fortalecer os serviços de saúde voltados para a atenção aos portadores de doenças crônicas.	<b>DIRETRIZ</b>	Ampliar o acesso de usuários no programa de abordagem e tratamento dos fumantes, melhorando a divulgação dos grupos de apoio para pessoas que querem largar o tabaco.	Implantação de grupos em 60% das UBS	2018-2021
		Fortalecer a parceria com a secretaria da educação através do programa saúde na escola, onde os professores se tornem multiplicadores de ações educativas junto aos adolescentes no combate ao tabaco.	100% das escolas pactuadas	2018-2021
		Construir um plano de intervenção para reduzir o número de tabagistas no território municipal com apoio da gestão e das equipes de saúde.	Plano de intervenção implantado	2018-2021
		Garantir equipamentos e recursos necessários como tensiômetro, estetoscópio e balança antropométrica, para avaliação clínica do fumante.	100% de material disponível aos grupos implantados	2018-2021
		Realização das Campanhas anuais de prevenção ao tabagismo em datas pontuais;	1 campanha ano	2018-2021

## 3.9 – Práticas Integrativas e Complementares – PNPI

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES – PNPI			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS			
<b>OBJETIVO</b>		Incorporar e implementar a PNPI no SUS a nível municipal perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde.	
<b>DIRETRIZ</b>		<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>
3.1 – Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades.		Desenvolver de estratégias de qualificação em PIC para os profissionais, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos para Educação Permanente.	100% dos profissionais interessados capacitados.
		Divulgar informação dos conhecimentos básicos da PIC para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, considerando as metodologias participativas e o saber popular e tradicional.	100% divulgado entre os profissionais
		Produzir materiais de divulgação, como cartazes, cartilhas, folhetos e vídeos, visando à promoção de ações de informação e divulgação das PICs respeitando as especificidades regionais e culturais do município, direcionadas aos trabalhadores, gestores, conselheiros de saúde e comunidade em geral.	100% informados
			2018-2021

3.1 – Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades.

SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Ausência de rede apoio, no âmbito da saúde, à família de pessoa com deficiência. 2-Ausências de fluxos de atendimento na rede de serviço à pessoa com deficiência. 3-Ausência de parcerias da saúde com outras instituições no atendimento à pessoa com deficiência.		
OBJETIVO	Instituir a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de acordo com a Portaria 793, de 24 de abril de 2012 do Ministério da Saúde.		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Implementar estratégias de prevenção, tendo em vista que cerca de 70% das ocorrências são evitáveis ou atenuáveis, com adoção de medidas apropriadas e oportunas.	Garantir que as Unidades Básicas de Saúde do município tenham dispositivos de acessibilidade para o acolhimento às pessoas com deficiência, tais como rampas de acesso, corrimões, pisos adequados, iluminação adequada entre outros.	100% das UBS com acessibilidade	2018-2021
	Fomentar parcerias com outras instituições para com compor um grupo de trabalho, afim de elaborar um projeto de acessibilidade comunicacional (formação em libras e comunicação Alternativa).	Grupo de Trabalho implantado.	2018-2021
	Elaborar Protocolo de Busca Ativa dos bebês que não concluíram a triagem ou diagnóstico auditivo.	Protocolo implantado	2018-2021
	Promoção e identificação precoce de comorbidades, atendimento no tempo adequado com continuidade no tratamento, estímulo ao autocuidado, através da distribuição de material informativo sobre promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e fluxos de atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.	Comorbidades identificadas	2018-2021
	Capacitar os profissionais de saúde quanto à notificação de violência a Pessoa com Deficiência	100% dos profissionais capacitados	2018-2021
	Alinhamento dos Serviços e Profissionais nos processos de trabalho, ao reconhecer em seus territórios de responsabilidade sanitária, um olhar especialmente voltado às pessoas com deficiência que habitam as comunidades.	100% das equipes sensibilizadas	2018-2021
	Realizar projeto para formação de cuidadores à Pessoa com Deficiência conjuntamente com a Área Técnica da Saúde do Idoso.	Projeto implantado	2018-2021
	Incentivar o vínculo nas unidades Básicas de Saúde (ou Saúde da Família) como porta de entrada para as ações de prevenção e para as intercorrências gerais de saúde da população com deficiência.	Vínculo incentivado	2018-2021

## 3.11 - Nutrição

NUTRIÇÃO				
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Alta demanda de atendimentos individualizados no Ambulatório, gerando fila de espera de 4 a 6 meses para consulta; 2-Alto número de cadastros no Programa de Suplementação Alimentar; 3-Aumento da prevalência de obesidade em todas as faixas etárias; 4-Diminuir a prevalência de obesidade; 5- Alto número de casos com baixo peso a nascer.			
<b>OBJETIVOS</b>	Diminuir fila de espera para paciente encaminhados das Unidades de Saúde para o atendimento Ambulatorial; Reduzir o número de cadastros no Programa de Suplementação Alimentar e Leites Especiais, combatendo suas causas.			
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>	
Efetivar o atendimento ambulatorial com no máximo dois meses de espera para atendimento no setor de nutrição.	Contratação de profissional nutricionista	1 Nutricionista		2018-2021
	Planejar, apoiar, monitorar e avaliar a atenção básica;	100% das UBS		2018-2021
	Efetivar o NASF como apoio à saúde de família desenvolvendo ações contínuas voltadas à diminuição da prevalência de distúrbios nutricionais	100 % das UBS de cobertura do NASF		2018-2021
	Adotar protocolos para dispensação de fórmulas infantis e dietas especiais à pacientes atendidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde)	100 % dos protocolos		2018 -2021
	Trabalhar com a equipe de médicos pediatras para realizar o acompanhamento e avaliação dos pacientes cadastrados	70 % dos profissionais		2018 -2021
Coordenar ações de prevenção para obter uma redução do número de crianças com intolerância e/ou alergia alimentar, bem como crianças em risco nutricional	Desenvolver ações de fortalecimento nos grupos de gestante, com acompanhamento das puérperas	70% das UBS		2018 -2021
	Trabalhar em conjunto com as ESF das unidades de saúde para acompanhar o paciente em uso de suplemento quanto sua evolução e adesão ao tratamento	70% das UBS		2018 -2021

(Continua)

99

Coordenar ações de prevenção para obter uma redução do número de crianças com intolerância e/ou alergia alimentar, bem como crianças em risco nutricional	Incentivar e apoiar o aleitamento materno, e à complementação oportuna e de qualidade, realizada pelo nutricionista do NASF	100 % das UBS de cobertura do NASF	2018 -2021
	Incentivar, apoiar e realizar atividades de educação nutricional em conjunto com os profissionais educação física e psicologia do NASF	100 % das UBS de cobertura do NASF	2018 -2021
	Realizar campanhas educativas em conjunto com as ESF das unidades de saúde sobre o tema	100% das UBS	2018 -2021
	Desenvolver ações de fortalecimento nos grupos de gestante, obesos e HIPERDIA	100% das UBS	2018 -2021
	Trabalhar em conjunto com as ESF das unidades de saúde no Programa Saúde na Escola	100% das UBS	2018 -2021
Efetivar ações no âmbito de educação nutricional e promoção à saúde na atenção básica	Incentivar, apoiar e realizar de educação nutricional em conjunto com as UBS	100% das UBS	2018 -2021
Efetivar ações no âmbito de educação nutricional e prevenção na saúde da gestante			

SAÚDE BUCAL			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Baixa cobertura de Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal. 2-Baixa resolutividade das equipes de saúde bucal devido a sobrecarga de trabalho. 3-Ausência de Protocolos Clínicos Municipais. 4-Baixa qualificação dos profissionais. 5-Alta rotatividade de profissionais. 6-Fluxo de armazenamento inadequado e distribuição de materiais e equipamento odontológicos. 7-Baixo número de próteses dentais totais oferecidas pela saúde bucal na atenção básica. 8-Baixa produção das equipes de saúde bucal na atenção básica e no CEO. 9-Equipamento odontológicos desatualizados e ou sucateados. 10-Estruturas físicas dos consultórios odontológicos em desacordo com RDC ANVISA no. 50/2002.		
<b>OBJETIVOS</b>	Garantir a adoção de equipes de Estratégia Saúde da Família com Saúde Bucal pelo serviço municipal de saúde como tática prioritária de expansão, consolidação e qualificação da Atenção Básica à Saúde. Garantir acesso à população aos serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado de atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento e qualificação da Atenção Básica. Garantir que os materiais odontológicos sejam distribuídos e armazenados adequadamente no almoxarifado e nos locais de atendimento. Aumentar o número de próteses dentais totais oferecidas pela saúde bucal na atenção básica. Melhorar a produção das equipes de saúde na atenção básica e no CEO. Atualizar equipamento odontológicos desatualizados e ou sucateados. Adequar a estruturas físicas dos consultórios odontológicos em desacordo com RDC ANVISA no. 50/2002.		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, tendo como eixo estruturante a Estratégia Saúde da Família, promovendo a articulação intersetorial com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde e as prioridades do Plano de Saúde	Assumir a estratégia de saúde da família com saúde bucal como a estratégia prioritária para o fortalecimento da atenção básica elevando para 19 o número de Equipes de Saúde da Família.	100 % implantadas	2018 -2021
	Planejar, apoiar, monitorar e avaliar a atenção básica;	100%	2018 -2021
	Estabelecer mecanismos de controle, regulação e acompanhamento sistemático dos resultados alcançados pelas ações da atenção básica, como parte do processo de planejamento e programação;	100 % das UBS	2018 -2021

## 3.12 - Saúde Bucal

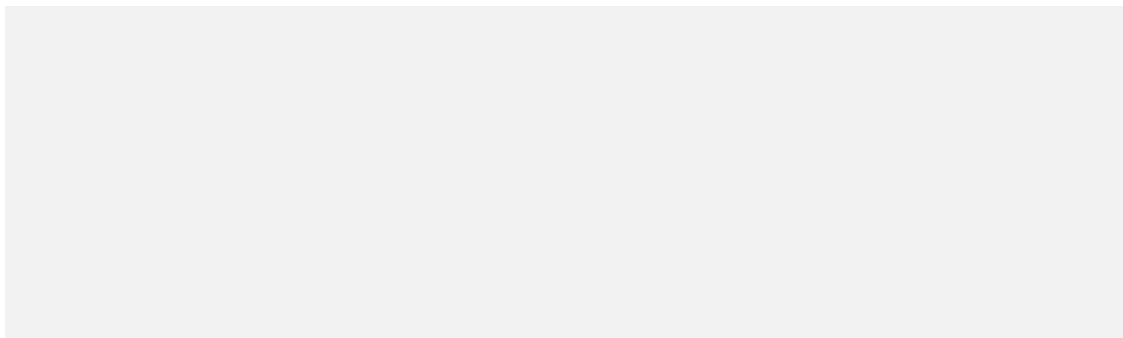
(Continua)

101

Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, tendo como eixo estruturante a Estratégia Saúde da Família, promovendo a articulação intersectorial com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde e as prioridades do Plano de Saúde	Implementar diretrizes de qualificação dos modelos de atenção e gestão, tais como a participação coletiva nos processos de gestão, a valorização, fomento à autonomia e protagonismo dos diferentes sujeitos implicados na produção de saúde, o compromisso com a ambiência e com as condições de trabalho e cuidado, a constituição de vínculos solidários, a identificação das necessidades sociais e organização do serviço em função delas, entre outras;	100 % de profissionais qualificados	2018 -2021
	Aumentar o número de profissionais efetivos	80 % de profissionais efetivos	2018 -2021
Priorizar pela organização dos serviços de saúde da Atenção Primária através de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde, de forma integral e continuada.	Adotar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com os protocolos e diretrizes nacional e estadual adequados às características do município.	100 % dos protocolos	2018 -2021
	Garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, dotando-as de recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o conjunto de ações propostas para esses serviços.	100 % das UBS	2018 -2021
Priorizar pela organização dos serviços de saúde da Atenção Primária através de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde, de forma integral e continuada.	Desenvolver ações de qualificação dos profissionais da atenção básica por meio de estratégias de educação permanente e de oferta de cursos de especialização e residência multiprofissional e em medicina da família	100 % do profissionais em atuação	2018 -2021
	Aprimorar a inserção dos profissionais da Atenção Básica nas redes locais de saúde, por meio de vínculos de trabalho que favoreçam o provimento e fixação dos profissionais.		2018 -2021
	Estabelecer um protocolo de agendamento nas UBSs priorizando a humanização em saúde.	100% do protocolo implantado	2018-2021

(Continua)

102



103

Reestruturar o serviço de próteses dentais totais oferecido pelo município.	Controlar e cobrar adequadamente o laboratório de próteses terceirizado, contratado via processo licitatório, quanto ao fornecimento das próteses.	100% dos relatório mensais de produção do laboratório correspondendo as metas estipuladas.	2018 -2021
	Adequar o número de períodos e local de atendimento dos pacientes que necessitam de próteses dentais totais em nosso município.	100% de monitoramento da produção de próteses, de acordo com as metas pactuadas.	2018 -2021
Que a produção das equipes de saúde bucal na atenção básica e no CEO sejam condizentes com as cargas horárias dos profissionais da saúde bucal e com suas condições de trabalho.	Monitorar mensalmente a produção das equipes de saúde bucal na atenção básica, tanto de procedimentos clínicos, como atividades coletivas, por meio de relatório produzidos pelo sistema de informações próprios. A produção será comparada com parâmetros estipulados no próprio município.	100% dos relatório mensais de produção realizados e discutidos com as equipes.	2018 -2021
	Monitorar mensalmente a produção do CEO, por meio de relatório produzidos pelo sistema de informações próprios. A produção será comparada com parâmetros da portaria No. 1.464, de 24 de julho de 2011.	100% dos relatório mensais de produção realizados e discutidos com os profissionais do CEO.	2018 -2021
Ter no município equipamento atualizados, que não apresentem problemas técnicos interrompendo o atendimento da população.	Atualizar, na medida do possível, e de acordo com os recursos disponíveis, o equipamentos odontológicos nos diversos pontos de atendimento.	50%	2018 -2021
Ter estruturas físicas dos consultórios odontológicos de acordo com RDC ANVISA no. 50/2002 permite um melhor desempenho dos profissionais de saúde bucal e condições adequadas de atendimento à população.	Proporção de consultórios e áreas a fim adequado.	Estrutura física dos consultórios odontológicos e áreas de apoio de adequado de acordo com RDC ANVISA 50/02	2018 -2021

[3] Comentário: Já contempla protocolos para melhoramento do atendimento

## 3.13 – Ambulatório de Especialidades

AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-A condição estrutural inadequada; 2-Equipamentos inadequados e insuficientes; 3-Ausência de Protocolos Clínicos Municipais; 4-Demanda reprimida em diversas especialidades.		
<b>OBJETIVOS</b>	Garantir a população o acesso de qualidade aos serviços de média complexidade no Ambulatório de Especialidades, pela oferta de atendimentos nas diversas áreas, de exames de telemedicina e diagnóstico físico. Garantir acesso à população aos serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado de atendimento das necessidades de saúde.		
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>
Efetivar a atenção especializada, melhorando o acesso da população ao Serviço Ambulatorial de Especialidades, através da articulação dos setores, promovendo a qualidade e abrangência do atendimento prestado.	Reestruturar e adequar o espaço físico para melhor acomodação da população	100 % implantadas	2018 -2021
	Adquirir equipamentos para exames de Telemedicina (Espirômetro, Eletroencefalo, Eletrocardiograma), autoclave e equipamentos para diagnóstico em ginecologia.	100 % adquirido	2018 -2021
	Estabelecer mecanismos de controle, regulação e acompanhamento sistemático dos resultados como parte do processo de planejamento e programação.	100 % dos Serviços	2018 -2021
Organizar os serviços de saúde da Atenção Especializada através de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde.	Adotar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com os protocolos e diretrizes nacional e estadual adequados às características do município.	100 % dos protocolos	2018 -2021
	Implementar a oferta de especialidades, para suprir a demanda reprimida e a ausência/ insuficiência de profissionais em diversas especialidades.	100 % das UBS	2018 -2021
	Desenvolver ações de qualificação dos profissionais com estratégias de educação permanente e atualizações	100 % do profissionais em atuação	2018 -2021

## 3.14 – Laboratório Municipal

LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PATOLOGIA CLÍNICA			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	<p>1- Baixa capacidade física e de recursos humanos instalada no setor de Patologia Clínica; 2-Aumento do número de profissionais requisitantes de exames para o mesmo quadro de profissionais no Laboratório; 3- Serviço estrangulado, com demanda reprimida, para trinta dias; 4-Equipamentos, móveis e utensílios sucateados; 5- Deficiências na informatização das informações; 6-Fluxo inadequado de usuários que necessitam realizar exames em dois laboratórios; 7- Fluxo inadequado de usuários que necessitam realizar exames em dois laboratórios; 8- Excessivo número de exames de rotina requisitados sem necessidade; 9-Falta de capacitação e atualização aos profissionais do setor.</p>		
<b>OBJETIVOS</b>	<p>Adequar as condições físicas de acordo com as RDC's ANVISA 50/02 e 302/05, manter os serviços existentes, adequar o quadro de funcionários no Laboratório Municipal para ampliar o número de atendimentos diários. Garantir acesso da população a serviços de qualidade, conforto do paciente e a humanização do atendimento. Garantir que os equipamentos utilizados no preparo e na realização dos exames estejam calibrados e em funcionamento ideal. Garantir que o sistema de informática forneça todos os recursos necessários para gerar informações completas de todos os atendimentos. Garantir aos usuários que todos os exames serão coletados no Laboratório Municipal em uma única coleta. Garantir o bom uso dos recursos públicos, evitando gastos com exames de rotina solicitados sem fundamento clínico. Garantir acesso à população aos serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado de atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento e qualificação dos profissionais da área.</p>		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Prever, no Plano Plurianual, recursos para investimentos, reformas, manutenções e contratações no setor de Patologia Clínica.	Reforma de área no antigo Hospital Jonas Ramos, para mudança do Laboratório Municipal e ampliação dos atendimentos ou reforma na sede atual, em acordo com a RDC ANVISA 50/02 e 302/05.	100 % dos recursos previstos no PPA e reforma efetivada	2018 -2021
	Prever no Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador a criação dos cargos de Diretor Técnico / Coordenador do Laboratório de Análises Clínicas	01 cargo criado e contratado	2018 -2021

[4] Comentário: Já contemplada estrutura do Laboratório

(Continua)

106

Prever, no Plano Plurianual, recursos para investimentos, reformas, manutenções e contratações no setor de Patologia Clínica.	Prever no Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador a criação dos cargos de Técnico de Patologia / Laboratório de Análises Clínicas	06 cargos criados e contratados	2018 -2021
	Adequar o quadro de profissionais de apoio para as atividades do Laboratório Municipal	02 profissionais de serviços gerais; 04 estagiárias na recepção e 01 assistente administrativo.	2018 -2021
	Adequar o número de profissionais bioquímicos para o número de setores no laboratório.	02 bioquímicos 35 horas	2018 -2021
	Ampliar o número de atendimentos de coleta de exames diários	125 atendimentos de coleta na sede/dia	2018 -2021
	Garantir a infra-estrutura necessária para a manutenção dos setores de recepção, coleta, Bioquímica, Hematologia, Urinálise, Parasitologia, baciloscopia, microbiologia, lavagem e esterilização de materiais, e administrativo.	Aquisição de reagentes, insumos, materiais de coleta, equipamentos e demais necessidades para manutenção dos serviços.	2018 -2021
Renovação dos contratos de comodato dos analisadores de maior porte, manutenções preventivas e corretivas e/ou compra dos equipamentos menores e troca dos móveis e utensílios mais sucateados.	Manter o contrato de comodato do analisador de Hematologia nos 04 anos	01 analisador com reagentes para 25 mil testes ao ano	2018 -2021
	Manter o contrato de comodato do analisador de Bioquímica nos 04 anos	01 analisador com reagentes para 150 mil testes ao ano	2018 -2021
	Compra de centrífugas de sangue/ urina	04 centrífugas	2018 -2021
	Compra de banho-maria	2 banhos-maria	2018 – 2021
	Compra de microscópios	02 microscópios	2018 – 2021
	Compra de geladeiras e freezer	03 geladeiras e 01 freezer	2018 – 2021
	Compra de cabine de segurança biológica	01 cabine	2018 – 2021
	Compra de vórtex	01 vórtex	2018 – 2021

(Continua)

107

Renovação dos contratos de comodato dos analisadores de maior porte, manutenções preventivas e corretivas e/ou compra dos equipamentos menores e troca dos móveis e utensílios mais sucateados.	Manutenções corretivas dos analisadores antigos de bioquímica e hematologia	Manutenções realizadas e compra de alguns reagentes para mantê-los em funcionamento	2018 -2021
	Implantar rotina de manutenções preventivas/corretivas de todos os equipamentos	Banhos-maria, centrífugas, estufas, homogeneizadores de sangue, vórtex, espectrofotômetro, coagulômetro, estufas, osmose-reversa, microscópios, geladeiras e freezer	2018 -2021
Implantar melhorias no módulo do laboratório, habilitando opções que ainda não estão em funcionamento	Garantir contrato anual de Controle de Qualidade Externo, conforme exigência na RDC Anvisa 50	Contrato nos 04 anos	2108-2021
	Adequação dos mobiliários de todas as áreas do Laboratório Municipal	Recepção, salas de coleta e todos os setores internos	2018-2021
	Implantar a impressão de etiquetas com código de barras na recepção do laboratório	Etiquetadoras em funcionamento	2018 -2021
	Implantar a assinatura digital dos exames para que os profissionais tenham acesso a resultados confiáveis nos postos de saúde	100% dos exames assinados digitalmente	2018 -2021
	Implantar módulo de autorização de exames pelo sistema, com cotas aos laboratórios credenciados	100 % dos exames autorizados pelo sistema	2018 -2021
	Garantir que as empresas fornecedoras dos equipamentos do laboratório tenham acessos ao sistema de informática da Secretaria Municipal de Saúde para instalarem o sistema de interfaceamento de resultados.	Interfaceamento implantado	2018 -2021
	Habilitar o módulo de coleta de exames no sistema e disponibilizar computadores para os profissionais do setor de coleta, para que as produções de cada profissional seja cadastrada	100% das produções registradas	2018 -2021

(Continua)

108

Implantar melhorias no módulo do laboratório, habilitando opções que ainda não estão em funcionamento	Disponibilizar computadores para os setores de Urinálise e Microbiologia, para que os resultados possam ser lançados diretamente no sistema e disponibilizar mais um computador na recepção.	03 computadores	2018 -2021
	Implantar no sistema alertas de pacientes que realizam os mesmos exames com muita frequência	Alerta implantado	2018 -2021
	Garantir suporte do setor de informática a todas as necessidades do laboratório para que o sistema funcione de modo integral.	Suporte integral	2018 - 2021
	Realizar treinamento dos profissionais para a coleta de todos os tipos de exames no Laboratório Municipal.	100 % dos profissionais treinados	2018 -2021
Realizar estudo de viabilidade de implantação de outros setores que possibilitem a coleta de todos os exames no Laboratório Municipal e se possível, a realização dos mesmos.	Implantar o setor de triagem e encaminhamento de amostras aos laboratórios credenciados	Setor implantado	2018 -2021
	Realizar estudo de viabilidade de implantação do setor de Imunologia/Hormônios	Estudo realizado e, se viável, setor implantado	2018 -2021
	Protocolo de exames de rotina.	Protocolo criado e implantado	2018 -2021
	Protocolo de autorização de exames	Protocolo criado e implantado	2018 -2021
Criar, junto aos profissionais solicitantes, protocolos de solicitação de exames de rotina e criar critérios de autorizações para os demais exames.	Orientar os profissionais solicitantes sobre os exames que fazer parte da Tabela de procedimentos com finalidade diagnóstica do SUS	100% dos profissionais orientados	2018 -2021
	Oportunizar a participação dos profissionais em Congressos, Simpósios ou cursos de atualizações da área de Análises Clínicas, com ajuda de custos da Secretaria Municipal de Saúde.	Participação de 02 profissionais ao ano em ao menos um curso cada.	2018 -2021
	Garantir treinamentos e capacitações internamente ou externamente ao laboratório à toda a equipe de apoio do laboratório municipal	100% do pessoal de apoio treinado	2018 -2021
	Garantir adequações de horários de trabalho aos profissionais que tiverem interesse em realizar cursos de especializações em outros municípios.	Adequações de horários garantidas.	2018 -2021
Promover ou proporcionar ações de treinamentos, capacitações e atualizações dos servidores do laboratório e articulados aos trabalhos realizados na Secretaria Municipal de Saúde .			

## 3.15 – Assistência Farmacêutica

FARMÁCIA			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Falta de Alvará Sanitário na farmácia central; 2-Ausência de espaço físico adequado na farmácia do Martello; 3-Prescrição de Medicamentos não padronizados pela RENAME e REMUME. 4-Rotatividade dos prescritores. 5-Dificuldade na renovação dos processos do componente especializado. 6-Rotatividade de funcionários (estagiários), falta de equipe fixa. 7-Multas recebidas pelo CRF relacionados com o CAPS e Pronto Atendimento (medicamentos controlados) por não estar em conformidade com a portaria 344/98.		
<b>OBJETIVOS</b>	Garantir a aquisição de medicamentos junto a distribuidoras, oferecer a população um espaço adequado e agradável e de acordo com as normas vigentes. Priorizar a prescrição de medicamentos padronizados pela RENAME ou REMUME para a população atendida pelos programas do Sistema Único de Saúde e diminuir a demora na organização dos processos do componente especializado. Fortalecer os serviços de Assistência Farmacêutica. Montar equipe definitiva na farmácia que conheça os programas e processos atendidos em cada UAF. Regularizar o serviço no pronto atendimento e instalar a farmácia junto ao CAPS		
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>
Adequar a estrutura física de acordo com as necessidades e leis em vigor.	Levantar as ações necessárias para adequação estrutural.	100% das ações	2018-2021
	Aquisição de mobiliário, equipamentos para nova estrutura	80% das aquisições	2018-2021
	Agilizar o atendimento diminuindo o tempo de espera aumentando o número de guichês	Diminuir filas identificando o tempo médio de espera	2018-2021
Prescrever, em sua maioria, medicamentos padronizados pela RENAME/REMUME para os pacientes atendidos nas UAF municipais	Elaborar a REMUME e repassar aos prescritores, assim como a RENAME.	100% das ações	2018-2021
	Repassar aos prescritores e enfermeiros das UBS orientações sobre preenchimento de documentação para processos do programa Componente Especializado.	Menos processos devolvidos pelo Estado	2018-2021

(Continua)

110

Prescrever, em sua maioria, medicamentos padronizados pela RENAME/RENUME para os pacientes atendidos nas UAF municipais	Participar de palestras junto aos grupos de HIPERDIA e demais programas, promover uso racional de medicamentos e implementar serviços de atenção farmacêutica nas unidades de Assistência Farmacêutica.	Diminuir medicação devolvida na farmácia	2018-2021
	Aumentar a aproximação com o curso de Farmácia da UNIARP, sendo parceiros em projetos envolvendo a área farmacêutica.	Participação em Projetos	2018-2021
	Adquirir literatura na área de farmacologia para dar suporte aos profissionais nas questões farmacêuticas e também em requerimentos judiciais.	Aquisição de livros	2018-2021
	Aumentar o número de vagas de atendentes de farmácia de acordo com a demanda existente	Mais atendentes de farmácias	2018-2021
Ter equipe fixa atuando nas farmácias aumentando o vínculo com a comunidade e diminuindo erros na dispensação e nas atividades desenvolvidas.			
<b>FONOAUDIOLOGIA</b>			
Montar a farmácia no CAPS e buscar uma solução para o pronto atendimento evitando mais multas e conflitos com o CRF	<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Demanda reprimida para atendimento fonoterápico; 2-Não cumprimento da lei nº 1959 de 20 de agosto de 2003, que preconiza a triagem auditiva em escolares.	
	<b>OBJETIVO</b>	Garantir ao usuário o acesso aos serviços fonoterápicos. Garantir aos alunos da rede de ensino municipal o acesso a triagem auditiva	
	<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>
	Buscar uma solução com relação ao pronto atendimento que permita a atuação dos profissionais de fonoaudiologia de acordo com o perfil epidemiológico das atividades executadas no local.	Contratação de mais um fonoaudiólogo	Redução de 50% da demanda para atendimentos fonoterápicos. 2018-2021
Implantar a triagem auditiva na população escolar de 5 a 14 anos na rede de ensino municipal		Contratação de mais um fonoaudiólogo	100% de alunos triados na faixa etária preconizada 2018 -2021

ia

3.17 – Serviços de Fisioterapia

FISIOTERAPIA			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Demanda reprimida pelos serviços de Fisioterapia. 2-Falta de estrutura		
<b>OBJETIVOS</b>	Garantir a população o acesso de qualidade ao serviços de média complexidade no Ambulatório de Especialidades e/ou em centro especializado de fisioterapia, pela oferta de atendimentos nas diversas áreas de atuação da Fisioterapia, respeitando a temporalidade da eficácia do tratamento da condição de saúde do paciente.		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Efetivar a atenção especializada, melhorando o acesso da população ao Serviço de Fisioterapia, através da articulação dos setores, promovendo a qualidade e abrangência do atendimento prestado, em todos os níveis de atuação da saúde pública.	Implantar centro especializado de fisioterapia com para melhorar o atendimento e acomodação da população	100%	2018 -2021
	Adquirir equipamentos e insumos de fisioterapia	100%	2018 -2021
Organizar os serviços de saúde da Fisioterapia através de ações de promoção, proteção e recuperação de saúde.	Adotar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com os protocolos e diretrizes nacional e estadual adequados às características do município.	100%	2018 -2021
	Implementar a oferta de fisioterapia junto ao NASF e Academias de Saúde, para suprir a demanda reprimida e a ausência/ insuficiência de profissionais.	100%	2018 -2021
	Desenvolver ações de qualificação dos profissionais com estratégias de educação permanente e atualizações	100%	2018 -2021

### 3.18 – Rede de Atenção Psicossocial

112

REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	<p>1-Reorganização da rede de atenção psicossocial no município e na região; 2-Garantir equipes mínimas para o atendimento da rede atenção psicossocial na Atenção Básica, no Centro de Especialidades e nos CAPSad e CAPS II; 3-Construção de espaços adequados para o atendimento da Rede de saúde mental; 4-Reorganização o atendimento de urgência e emergência em saúde mental no município com a criação de protocolos integrados; 5-Ampliação da rede psicossocial de atendimento em Comunidades Terapêuticas como estratégia de reinserção social;6-Implantar nova frota de veículos para transporte de internamentos e altas realizados via Sistema de Regulação de Leitos (SISREG);7-Centralizar na Coordenação dos Programas de Saúde Mental o gerenciamento dos investimentos municipais e do cofinanciamento federal dos recursos da Saúde Mental; 8-Implementar a informatização e a integração do Sistema Municipal de Informações e atendimentos em saúde; 9-Implantar o Matriciamento em Saúde Mental estabelecendo fluxos de atendimento por área, gravidade da doença e fornecimento de medicamentos;10-Capacitar de forma continuada toda a equipe que atende as Unidades de Saúde Mental;11-Enfraquecimento de associações e organizações da sociedade que lutem pela garantia dos direitos das pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas; 12-Ausência de campanhas de prevenção ao suicídio e outros transtornos mentais, além do esclarecimento constante sobre o uso nocivo do crack, do álcool e outras drogas; 13-Ausência de farmacêutico para dispensa correta de medicamentos controlados.</p>		
	<b>OBJETIVO</b>	Reorganizar a Rede de Saúde Mental no município, garantindo um atendimento integral das demandas de saúde mental, visando a prevenção aos transtornos e doenças mentais, o atendimento das patologias instaladas e a reinserção social dos indivíduos	
Criar um protocolo de atendimento da Rede de Atenção Psicossocial Municipal e Regional, normatizando as portas de entrada e as condutas a serem adotadas em cada Unidade de atendimento às pessoas em sofrimento mental e com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas.	<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>
		Protocolo único implantado e aprovado pelo CMS	100%
			2018-2021

(Continua)

113

Garantir a chamada de concurso público para suprir a necessidade de servidores em todas as Unidades da Rede de Atenção Psicossocial: UBS, NASF, Centro de Especialidades, CAPS II e CAPS AD	Aumento de no mínimo 09 servidores efetivos: 03 assistentes administrativos 35hs, 02 educadores físicos 35hs, 03 psicólogos 35hs, 02 motoristas 40hs, 02 psiquiatras 20hs	100%	2018-2021
Buscar cofinanciamento federal para construção dos CAPS II e CAPS AD além da alocação de recursos municipais para garantir a reforma de ala específica na SMS para atender o Ambulatório de Saúde Mental	Unidades de atendimento CAPS II, CAPS AD construídos e Reforma de 06 salas no Ambulatório da Saúde Mental na SMS	100%	2018-2019
Elaborar e implantar um Protocolo de Atendimento de Urgência e Emergência em Saúde Mental para integrar Bombeiros, SAMU, Pronto Atendimento, Hospital Maicé e SISREG(Sistema de Regulação de Leitos)	Criar Protocolo Unificado, aprovar no CMS e transformar em normativa municipal	100%	2018
Abriu novos credenciamentos para internações em Comunidades Terapêuticas nos municípios próximos de Caçador para servir como meio de reinserção social e alternativa as internações convencionais em hospital geral	Conveniar pelo menos 15 vagas mensais para internações de adolescentes, jovens, e mulheres,	100%	2018-2021
Aumentar a frota de carros, motoristas e auxiliares de enfermagem para acompanhar as internações de Psiquiatria	Compra de novos carros e chamada de novos motoristas para compor equipe do CAPS II	100%	2018
Garantir a gerencia dos recursos da Saúde Mental conforme Planos de Trabalho aprovados anualmente e LDO municipal sem interferência de outros programas ou áreas do Bloco do MAC	Aplicar os Planos de Trabalho anuais e a aplicação total dos recursos repassados pela União nos Programas de Saúde Mental	Aplicação de 100% dos recursos dos CAPS II, CAPS AD e Saúde Mental em sua área de atuação	2018-2021
Informatizar todos os setores da Rede de Atenção Psicossocial com Banda de Internet adequada, computadores modernos e impressoras para todos os profissionais, além de promover reciclagens constantes na área de informática e programas para todas as equipes	Compra de novos equipamentos e treinamento constante para as equipes	100%	2018-2021

(Continua)

114

Reorganizar a Rede de Atenção Psicossocial(RAPS) no município utilizando o matriciamento como método de trabalho e atendimento a população em sofrimento mental e com transtornos mentais	Realizar o Matriciamento junto ao NASF, UBS, Ambulatório de Especialidades e Centros de Atenção Psicossocial	100% da rede informatizada e integrada	2018-2021
Promover cursos, atualizações e capacitações permanentes na área de Saúde Mental	Criar um plano de capacitação permanente para os servidores que atuam na Saúde Mental	100%	2018-2021
Promover iniciativas de organização entre os usuários, familiares, e conselhos de Políticas Públicas para a geração de Trabalho e Renda	Reorganizar as associações de familiares e usuários para ofertar possibilidades de trabalho, renda e representatividade	100%	2018-2021
Promover campanhas de esclarecimento e prevenção ao suicídio e outros transtornos mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso do crack, do álcool e outras drogas	Organizar campanhas de prevenção utilizando materiais audiovisuais, impressos e veículos de comunicação para ações programadas de prevenção	100%	2018-2021
Reorganizar a dispensa de medicamentos controlados conforme as normativas legais através de profissional farmacêutico nos CAPS's	Estruturação de local protegido para armazenamento dos medicamentos (armário) sob a responsabilidade e guarda do do profissional farmacêutico (acesso restrito ao profissional farmacêutico)	100%	2018-2021

[5] Comentário: Já contemplada estrutura de atendimento saúde mental básica

115

## 3.19 – Rede de Urgência e Emergência e Pronto Atendimento

PRONTO ATENDIMENTO			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Reduzir a demanda de atendimentos com classificação azul. 2- Implantação do Raio X no Pronto Atendimento. 3-Capacitação dos profissionais. 4-Aquisição de materiais e equipamentos. 5-Adequação do Quadro de profissionais de acordo com a necessidade. 6-Almoxarifado Próprio. 7-Ampliação da recepção. 8-Utilização dos Prontuários Eletrônicos. 9- Manutenção dos setores.		
<b>OBJETIVOS</b>	Educação em saúde fortalecendo a Atenção Básica e diminuindo a demanda de atendimentos com Classificação azul. Garantir acesso aos exames de imagem de urgência aos pacientes atendidos no Pronto Atendimento e aos demais usuários do SUS atendidos na Atenção Básica através de agendamento pela Unidade de Saúde. Deixar o profissional apto e atualizado para atendimento em urgência e emergência e proporcionar um atendimento mais humanizado à população. Adquirir materiais e equipamentos. Contratação de profissionais de enfermagem e médicos. Manter almoxarifado exclusivo do Pronto Atendimento. Ampliar o espaço e adquirir mais assentos para pacientes e acompanhantes. Utilizar o prontuário eletrônico para todos os atendimentos otimizando o tempo e a qualidade no serviço prestado. Manter cronograma de manutenção para os equipamentos e no setor sempre que necessário		
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>
Promover à população educação em saúde e orientações sobre classificação de risco e atendimento prioritário, incluindo aparelho respirador.	Fortalecimento da Atenção Básica através da informação	100%	2018-2021
	Promover à população orientações através de parceria com Atenção Básica sobre quais são as prioridades a ser atendidas e quando procurar atendimento de urgência.	100%	2018-2021
Proporcionar a população melhor acesso aos exames de raio X.	Atenção Básica como porta de entrada da população do SUS	100%	2018-2021
	Implantação do aparelho de raio X e programa de Telemedicina para emissão dos laudos em 72 horas	100%	2018-2021
	Garantir que os pacientes de urgência e emergência tenham acesso imediato após a consulta ao exame de raio x	100%	2018-2021
	Realizar os agendamentos de Raio X na Unidade Básica de Saúde através do Sistema de agendamento	100%	2018-2021
	Disponibilizar o exame de imagem e resultados para todas as Unidades de Saúde através do sistema	100%	2018-2021

(Continua)

Promover capacitações e treinamentos aos profissionais	Implantação do Programa de Educação continuada com cronograma anual	100%	2018-2021
	Capacitação sobre Classificação de risco por empresa especializada	100%	2018-2021
	Capacitação dos profissionais sobre atendimentos de urgência e emergência por empresa especializada	100%	2018-2021
	Capacitação e dinâmicas sobre acolhimento e humanização	100%	2018-2021
Proporcionar um atendimento qualificado ao usuário e melhores condições para o trabalho	Aquisição de uniformes (tipo pijama cirúrgico) para os profissionais, para que haja padronização	100%	2018-2021
	Aquisição de cadeiras nos quartos para os acompanhantes	100%	2018-2021
	Aquisição de aparelho computadorizado para triagem que faz verificação dos sinais vitais auxiliando na classificação de risco, agilizando a triagem e diminuindo o tempo de espera do usuário. Diminuindo também os riscos ergonômicos e LER nos profissionais	100%	2018-2021
	Aquisição de instrumentais médico cirúrgicos novos, para os procedimentos	100%	2018-2021
	Aquisição de lixeiras com tampa e pedal para todos os setores, atendendo as exigências da Vigilância Sanitária	100%	2018-2021
Prestar um atendimento de qualidade ao usuário dispensando um maior cuidado e atenção às suas queixas e necessidades e não sobrecarregar os profissionais	Adquirir mesas, cadeiras e armários para o setor administrativo	100%	2018-2021
	Aquisição de ar condicionado para as salas de procedimentos, recepção, administrativo, quartos de observação e quartos dos plantonistas	100%	2018-2021
	Dois enfermeiros por turno de trabalho: um na Urgência e um enfermeiro no Acolhimento e Classificação de risco	100%	2018-2021
	Três médicos por turno de seis horas durante o dia	100%	2018-2021
	Ter profissionais suficientes para cobrir as escalas de finais de semana e feriados	100%	2018-2021
	Ter profissionais suficientes para cobrir férias, folgas e licenças.	100%	2018-2021

(Continua)

117

Prestar um atendimento de qualidade ao usuário dispensando um maior cuidado e atenção às suas queixas e necessidades e não sobrecarregar os profissionais	Contratação de mais técnicos de enfermagem para que o profissional Enfermeiro assuma seu papel de gerente do setor, desempenhando suas atribuições e competências legais da profissão	100%	2018-2021
Garantir através do Fundo Municipal de Saúde as despesas com os serviços do Pronto Atendimento	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	100%	2018-2021
Manter almoxarifado próprio no setor.	Manter estoque e fazer compras de insumos de acordo com o consumo, para que não haja desperdício de materiais com validade vencida e compra de materiais que não serão utilizados pelo setor	100%	2018-2021
	Adquirir materiais e insumos para o setor que estão em falta.	100%	2018-2021
	Reformar a recepção para ampliar e adquirir mais lugares para atender a demanda de usuários	100%	2018-2021
Melhorar o acolhimento e acomodação dos usuários na sala de espera	Recepcionar os usuários dos agendamentos do Raio X	100%	2018-2021
	Promover um ambiente aconchegante e climatizado para melhor conforto e mais ventilado para redução de riscos de transmissão de infecções por via respiratória.	100%	2018-2021
Integrar e compartilhar as informações de atendimentos e consultas realizadas pelo paciente na Secretaria Municipal de saúde através do histórico digital o qual já vem sendo utilizado pelas Unidades Básicas de Saúde, obtendo assim o cruzamento dos dados evitando receitas e exames em duplicidade.	Instalação de impressoras nos computadores dos consultórios médicos e sala de enfermagem	100%	2018-2021
	Painel de controle eletrônico na recepção para chamada dos pacientes para triagem e consultas	100%	2018-2021
	Monitor para visualização das imagens das câmeras na sala de enfermagem, pois as imagens são visualizadas no computador e após a adesão dos prontuários eletrônicos a tela de monitoramento não poderá ficar aberta o tempo todo	100%	2018-2021

(Continua)

118

Manter o setor e equipamentos em condições adequadas de uso para prestar um atendimento de qualidade	Pintura das cercas de ferro que sofreram oxidação	100%	2018-2021
	Colocação de uma porta no corredor de acesso a área restrita aos funcionários	100%	2018-2021
	Manutenção periódica dos equipamentos (autoclave, ECG, desfibrilador, etc.), atendendo as normas da Vigilância Sanitária.	100%	2018-2021
	Manutenção do prédio sempre que necessário	100%	2018-2021
	Equipe permanente	100%	2018-2021
Criação de quadro permanente de servidores com treinamento em urgência e emergência			

119

## 3.20 – Vigilância Epidemiológica

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1- Persistência de internações por infecção respiratória aguda em crianças (1-5 anos) e idosos. 2-Alto índice de internações relacionadas ao aparelho circulatório. 3- Persistência de internações passíveis de prevenção por infecções parasitárias. 4- Alto índice de internações por doença crônica degenerativa. 5-Alto índice de óbito por neoplasias. 6-Prevalência de violência contra mulheres, crianças e adolescentes. 7- Aumento da mortalidade por causas externas. 8-Aumento da mortalidade por causas mal definidas. 9-Aumento significativo de IST em gestantes. 10-Persistência de óbitos infantis e fetais. 11-Baixa cobertura vacinal. 12-Aumento de internações e óbitos por DANTs. 13-Aumento da demanda de doenças infectocontagiosas no município. 14- Investimento de recursos de Vigilância Epidemiológica no pagamento de aluguel. 15- Programação orçamentária inadequada. 16-Subnotificação de doenças da lista de notificação compulsória. 17- Baixa capacidade instalada na área de recursos humanos. 18-Centralização dos serviços e ações no setor de Vigilância. 19-Estrutura física inadequada. 20-Aumento da demanda dos serviços de Vigilância Epidemiológica. 21-Aumento de focos de mosquito da dengue e outros vetores no município. 22- Alta rotatividade de profissionais habilitados, em sala de vacina, para outras áreas do setor da saúde. 23-Baixa adesão dos profissionais das ESF nas capacitações presenciais.			
	Cumprir todas as metas do SISPACTO 2017-2021 e assegurar o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.			
	DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
	Programar política sazonal de linha de cuidados para agravos vinculados ao inverno.	Política implantada	100%	2018-2021
Estimular a equipe de saúde das ESF a criar estratégias de promoção de saúde que abordem a mudança de fatores comportamentais, incluindo as condições ambientais e organizacionais do trabalho, e, principalmente, as condições de vida da população.	Redução de internamentos	50% das ESF	2018-2021	

(Continua)

120

Buscar parceria com a educação para melhorar as condições sanitárias das creches.	Parceria realizada	85%	2018-2021
Adotar estratégias de promoção de hábitos saudáveis e autocuidado na Rede de Atenção Básica Municipal – RAS.	Proporção de estratégias adotadas	90%	2018-2021
Articular junto à Secretaria de Infraestrutura a implantação do Sistema Coletivo de tratamento dos efluentes domésticos.	Articulação realizada	85%	2018-2021
Promover ações de prevenção permanente sobre o perigo do consumo de água não tratada.	Proporção de ações implementadas	90%	2018-2021
Aumentar a oferta de atendimento com nutricionista, psicólogos e grupo de apoio para estimular a aceitação e controle dos fatores de risco para as doenças.	Diminuição das internações	50%	2018-2021
Incentivar a população através de ações de promoção de saúde e políticas de saúde à mudança de comportamento (hábitos saudáveis – alimentação, atividade física) e medidas de prevenção de doenças.	Nº pessoas participando dos grupos de promoção saúde oferecidos pela Atenção Básica	50%	2018-2021
Fortalecer as ações de combate às violências.	Nº de campanhas realizadas	70%	2018-2021
Aderir às políticas nacionais de promoção para redução da morbimortalidade por causas externas.	Proporção de adesão	90%	2018-2021
Realizar capacitações aos profissionais médicos sobre a importância do preenchimento correto do atestado de óbito.	Proporção de médicos capacitados	80%	2018-2021
Promover capacitações para profissionais médicos e enfermeiros sobre diagnóstico, manejo e monitoramento laboratorial das IST.	Capacitações promovidas	90%	2018-2021

(Continua)

121

Desenvolver protocolo em parceria com a área de Saúde da Mulher, visando a realização de busca ativa de gestantes, sem acompanhamento de pré-natal.	Protocolo implantado nas UBS	100%	2018-2021
Fortalecer as ações das equipes de atenção primária a partir dos casos discutidos no comitê de mortalidade infantil e fetal.	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	100%	2018-2021
Promover campanhas de sensibilização à população-alvo, previamente à vacinação.	Campanhas promovidas	100%	2018-2021
Implantar rotina no processo de trabalho dos ACS para realização de busca ativa de crianças com carteira de vacina atrasada.	Proporção de rotina implantada	100%	2018-2021
Expandir os serviços de referência às políticas de promoção para redução das Doenças e Agravos não transmissíveis (DANTs) com ênfase na atenção básica.	Proporção de atividades de promoção de saúde implantadas	80%	2018-2021
Realizar o monitoramento dos indicadores das complicações decorrentes da hipertensão e diabetes para o planejamento de ações em saúde.	Nº de internações por complicações decorrentes do diabetes e hipertensão	90%	2018-2021
Implantar ações de promoção e prevenção sobre a automedicação.	Proporção de ações implantadas	80%	2018-2021
Promover campanha anual de sensibilização sobre a prevenção em IST/AIDS.	Campanhas promovidas	90%	2018-2021
<b>Gestão</b>			
Prover estrutura física própria da Vigilância em Saúde com espaços diferenciados, porém integrando os serviços.	Espaço próprio definido	100%	2018-2021
Confecção de brindes para campanhas	Brindes para campanhas confeccionados	80%	2018-2021
Aquisição de fantasias para eventos pontuais	Fantasia adquiridas	80%	2018-2021
Manutenção do setor	Sector mantido	100%	2018-2021

(Continua)

122

Efetivar na RAS municipal, a Lei Estadual 6.320/83 sobre obrigatoriedade da notificação de doenças da lista de notificação compulsória.	Lei efetivada	100%	2018-2021
Ampliar o quadro de RH na Vigilância Epidemiológica.	Profissionais contratados	50%	2018-2021
Fortalecer a Vigilância em Saúde junto à atenção básica para que tenham autonomia para estabelecer medidas de redução e controle dos agravos/doenças a partir do diagnóstico situacional/vulnerabilidades singulares de cada território	Ações de redução e controle descentralizadas	80%	2018-2021
Efetivar a rotina de informação em saúde para a população e técnicos da RAS, através de Boletim Epidemiológico.	Proporção de rotinas efetivadas	Quadrimestral	2018-2021
Melhorar as condições de trabalho, de modo a garantir a qualidade da saúde do servidor da Vigilância em Saúde.	Móveis e equipamentos adquiridos	100%	2018-2021
Adotar a utilização de EPI, conforme prevê a legislação do trabalhador para o setor de VES.	Rotina de EPI adotada	80%	2018-2021
Adequar as salas de vacina das Unidades Básicas de Saúde, de acordo com as normas em vigor.	Salas de vacina adequadas	80%	2018-2021
Estruturar os serviços de referência em um centro de atendimento de doenças infectocontagiosas com recursos humanos especializados (infeccionista, clínico, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente social, psicólogo e farmacêutico).	Serviço estruturado	100%	2018-2021
Ampliar o serviço de Vigilância Ambiental fortalecendo as práticas já existentes (controle da dengue) e demais zoonoses priorizando o combate às epidemias, endemias reemergentes, tornando essas práticas preventivas em todas as equipes de saúde.	Nº de visitas do Agentes Comunitários em domicílios	60%	2018-2021

(Continua)

123

Realizar semestralmente trabalho de recuperação de imóveis fechados (vistoriar focos de vetores da dengue).	Ações realizadas	80%	2018-2021
Estreitar parcerias, discutir as responsabilidades no planejamento da cidade com vistas ao controle da dengue/vetores, educação em saúde da população especialmente com os setores de obras e educação.	Parcerias firmadas	50%	2018-2021
Ampliar o número de profissionais exclusivos e habilitados para assumir as salas de vacina.	Proporção de profissionais ampliada	100%	2018-2021
Reduzir a rotatividade dos profissionais capacitados para as salas de vacinas	Rotatividade reduzida	100%	2018-2021
Aquisição de equipamentos para realizações de web conferências	Equipamentos adquiridos	100%	2018-2021

124

## 3.21 – Vigilância Sanitária

VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Baixa capacidade física e de recursos humanos instalada no setor de Vigilância Sanitária; 2-Subnotificação de DTA; 3-Serviço estrangulado, com demanda reprimida; 4-Baixa cobertura de coleta da ÁGUA; 5-Baixa cobertura de Ações coletivas de educação para saúde; 6-Ações de saúde do trabalhador não implantadas; 7-Baixa cobertura das inspeções sanitárias nos estabelecimentos sujeitos a fiscalização de VISA; 8-Comércio clandestino de Domissanitantes; 9-Falta de capacitação e atualização para os profissionais do setor.		
	Garantia a população um serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ,orientando fiscalizando e regulamentando produção de comercio e consumo de produtos ,trabalho e habitação		
<b>OBJETIVO</b>	<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>
Implementar a ações de educação em saúde efetivando o conceito saúde doença junto a população	Redução de Agravos	80% dos consumidores	2018-2021
Construção da sede Própria	Sede Própria construída	100%	2018-2021
Aderir a política do CIES para a programação da qualificação dos profissionais de VISA	Adesão efetivada	100% das capacitações aprovadas pela CIES	2018-2021
Regular o comércio e produção de produtos químicos;	Comercio regulado	80%	2018-2021
Efetivar o Vígi-Água no Município de Caçador (coleta, transporte e análise laboratorial)	VIGIAGUA efetivado	100% das amostras programadas	2018-2021
Regular o comercio clandestino de domissanitários	Serviço regulado	100%	2018-2021
Implantar saúde do trabalhador	Proporção de Ações implantadas e contratações de pessoal	100% das ações	2018-2021
Garantir a infraestrutura e os recursos necessários para a manutenção do setor	Aquisição , insumos, materiais , equipamentos e demais necessidades para manutenção dos serviços previstos	100% infraestrutura garantida	2018-2021
Aquisição de um veículo utilitário para coleta de água	Verba forum	100% de previsão orçamentária	2018-2021

(Continua)

125

Aquisição de equipamentos e utensílios	Equipamentos e utensílios adquiridos	100% dos equipamentos e utensílios necessários ao funcionamento dos serviços adequados	2018-2021
Publicar o resultado da pesquisa da ação integrada em Saúde e Segurança no Trabalho na área rural – diagnóstico da exposição ocupacional a agrotóxicos no município de Caçador.	Pesquisa publicada	100% da pesquisa	2018-2021
Efetivar as ações de prevenção coordenada pela FUNDACENTRO reduzindo os agravos relacionados aos agrotóxicos.	Busca realizada	100% Ações efetivadas	2018-2021
Adequar o quadro e pessoal oportunizando o efetivo controle das ações de VISA.	Profissionais: formação do quadro	100%	2018-2021
Manutenção setor	Setor mantido	100%	2018-2021
Garantir infraestrutura de informática e suporte técnico do setor a todas as necessidades do setor para que o sistema funcione de modo integral.	Suporte integral e computadores, impressoras	100% do setor	2018-2021
Implantação do sobreaviso com um valor fixo para todos os profissionais do setor	Sobreaviso implantado	100% dos profissionais de visa	2018-2021
Atualizar e Regularizar legislação Sanitária Municipal	Legislação atualizada	100% da legislação existente	2018-2021
Oportunizar a participação dos profissionais do setor em cursos de atualizações das áreas	Oportunidades garantidas	100% dos profissionais	2018-2021

## 3.22 – Gestão Municipal

GESTÃO MUNICIPAL NO ÂMBITO SUS			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1 - Estagnação de recursos financeiros oriundos do Estado de SC; 2 - Enfraquecimento das bases de atuação da Rede de Atenção Primária; 3 - Minoração de recursos próprios para serviços de Média e Alta Complexidade; 4 - Capacitação insuficiente sobre assuntos de gestão financeira; 5 - Número de profissionais inferior à necessidade do setor saúde; 6 - Baixa capacidade instalada para assumir os compromissos do Pacto de Gestão; 7 - Precarização da área de Planejamento da Gestão Municipal; 8 - Frota insuficiente considerando a demanda dos programas e ações; 9 - Desapateamentos de serviços pelo Estado de SC; 10 - Insuficiência de atendimentos especializados na Macro-região do Rio do Peixe; 11 - Dificuldade de Manutenção do Fundo Municipal de Saúde por déficit orçamentário dos restos a pagar levando a uma possível gestão de risco		
	OBJETIVO	Consolidação do novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa, foco em resultados, participação social e financiamento estável.	
	DIRETRIZ	METAS	INDICADOR
	Articular na macrorregião propostas coletivas de subsídios financeiros nos Blocos de Financiamento.	Gestor Capacitado	100%
	Educação Permanente Promovendo oficinas e teleconferências de capacitação para gestores públicos sobre a Rede de Atenção Primária	Oficinas e teleconferências realizadas	02 Oficinas ao ano 02 teleconferências
Redistribuir valores financeiros dos recursos próprios pela margem histórica dos programas e instituições (Hospital Maicé e APAE).		Gestão do orçamento	Orçamento planejado por despesa
Capacitar os gestores / coordenadores e área de planejamento		Oficinas e teleconferências realizadas	100%
Cumprir o pacto da COAP - Portaria 1101/02 e RDC ANVISA/50/2002.		Cumprimento dos dispositivos legais das equipes mínimas	100%

[6] Comentário: Já contempla Capacitação permanente

(Continua)

127

Reestruturar o organograma em consonância com a Reforma Administrativa	Reforma administrativa	100%	2018/2021
Reestruturções do Setor de Planejamento	Instalação física e humana do setor	100%	2018/2021
Adequar à capacidade da frota pelos programas e serviços (aquisição de: um micro ônibus com 24 lugares adaptado com banheiro, uma ambulância com tração traseira, uma van de 15 lugares com tração traseira, dois veículos utilitários com sete lugares)	Proporção da Capacidade financeira e física adequada	Capacidade Física Financeira adequada	2018/2021
Centralizar o Fundo Municipal de Saúde, no corpo administrativo da secretaria Municipal de Saúde para as adequações/incorporações dos serviços despendidos.	100% de implantação	FMS implantado no corpo administrativo da SMS	2018/2021
Fortalecer e aprimorar as ações da Regionalização da Saúde, mobilizar Incluir na CIR meios legais de repactuações ou co-financiamentos regionais	Gestor participe na CIR	100%	2018/2021
Incluir no quadro de pessoal da prefeitura o cargo de Coordenador do Fundo Municipal de Saúde para maior eficiência e efetividade dos gastos evitando a gestão de risco, utilizando-se da ferramenta do Banco de Preços do SUS.	Coordenador do Fundo Municipal de Saúde incluído	Coordenador do Fundo Municipal de Saúde 100% incluído.	2018/2021

(Continua)

128

Determinantes e Condicionantes	12-Alta taxa de vulnerabilidade socioeconômica da população usuária do SUS		
	13-Número elevado de usuários- 100% dependentes do SUS		
	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Alta taxa de vulnerabilidade socioeconômica da população usuária do SUS			
Número elevado de usuários- 100% dependentes do SUS			
Ação Plano/Estudo de Economicidade em Saúde: Construir estudos financeiros de economicidade em saúde apoiando a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde com estas metas mínimas:			
1-Efetivar a Política de Financiamento do SUS conforme prevê a portaria 2014/2006 e Lei Federal 141/2011 e prevenir a gestão de risco.			
2-Melhorar a capacidade Instalada e fluxos entre TFD e Regulação no município reduzindo o tratamento fora de domicílio			
3-Garantir acesso aos serviços através dos Consórcios Públicos			
4-Estabelecer convênios com prestadores locais e outros, na garantia do acesso aos serviços de saúde.			
	Plano/Estudo de Economicidade em Saúde	100%	2018/2021

## 3.23 – Planejamento

PLANEJAMENTO				
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Falha no ciclo de planejamento com relação monitoramento e avaliação; 2-Ausência do Planejamento participativo; 3-Sector de planejamento em saúde não regularizado e/ou estruturado; 4-Ações de planejamento desalinhadas com o controle e avaliação e auditoria; 5-Baixa capacidade no gerenciamento dos investimentos; 6-Insuficiência de mecanismos que permitam a compilação dos dados primários a nível municipal sistema informativo incipiente; 7-Ausência de fluxos adequados para monitorar o cumprimento das ações programadas – PAS; 8-Setores afins da prefeitura não correlacionados com as ações de planejamento; 9-Difundir a cultura do Planejamento juntos as áreas técnicas da SMS evitando a gestão de risco; 10-Elaborar Mapa da saúde do município; 11-Implantar protocolo, normas e rotina para o fluxo das informações com ênfase nos indicadores e ferramentas da gestão.			
	OBJETIVO	Programar e difundir uma cultura de planejamento que integre e qualifique as ações do SUS visando a economicidade em saúde evitando a gestão de risco.		
	DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
	Implantar mecanismos para sistematizar a área de Planejamento da SMS;	Proporção de mecanismos implantados	100% Mecanismos implantados	2018-2021
	Elaborar estudos da legislação em saúde compilando as da realidade local para publicização.	Proporção de cartilha publicizada	70% Cartilha publicizada	2018-2021
	Estruturar e regulamentar o setor de planejamento	Sector implantado	100%	2018
	Elaborar plano estratégico de economicidade em saúde em conjunto com CAA focando a auditoria como ferramenta preventiva	Plano de Economia em saúde.	100%	2018-2019
	Criação do cargo específico para área de planejamento da SMS com treinamento na gestão de recursos públicos.	Cargo específico para área de Planejamento da SMS criado	100% cargo criado	2018-2019
	Implantar protocolo normalizador do fluxo das informações primárias informatizadas.	Protocolo implantado	100% Protocolo implantado	2018-2019

(Continua)

130

Promover capacitação em planejamento de curto prazo para saúde.	Capacitação Promovida	Capacitação 100% promovidas	2018-2021
Atualizar propostas em consonância com o planejamento global da prefeitura.	Banco de dados atualizados	Banco de dados 100% atualizados	2018-2021
Implementar rede (IDOC) de informações para padronizar o fluxo das informações	Rede IDOC alimentada	100% da rede de informações implementado	2018-2021
Construção do mapa(as) da saúde de Caçador.	Mapa(as) digital e impresso	100%	2018-2021
Implantar protocolo, normas e rotina para o fluxo das informações com ênfase a retroalimentação por sistema informatizado.	Protocolo implantado	100% implantado	2018-2021

## 3.24 – Regulação e T.F.D – Tratamento Fora Domicílio

REGULAÇÃO / T.F.D – TRATAMENTO FORA DOMICÍLIO			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Política pública em implantação. 2-Infraestrutura e estrutura administrativa e de gestão inicial. 3-Mudança na lógica da organização da rede, pactuação e articulação. 4-Novos pactos entre gestores e prestadores, sem capacidade total instalada nas regiões de saúde. 5-Necessidade de qualificação técnica e profissional. 6-Sistemas de informação não são convergentes e adequados (Cartão SUS e Mapa de Saúde). 7-Programação não adequada. 8-Necessidade de garantia de recursos e de fluxos. 9-Ausência de estrutura de RH com perfil necessário. 10-Ausência de protocolos clínicos. 11-Fragilidade nos fluxos de referência especializada municipal. 12-Alto investimento em média e alta complexidade de TFD com recursos próprios		
	Aprimoramento da regulação e fiscalização da saúde suplementar, com articulações da relação público-privado, geração de maior racionalidade e qualidade no setor saúde		
OBJETIVO	DIRETRIZ	METAS	INDICADOR
Capacitar os servidores envolvidos com poder de decisão sobre Regulação.		Proporção de servidores capacitados	100%
Avaliar o impacto físico financeiro antes de aderir programas e projetos descentralizados.		Proporção de programa e ações descentralizados	100% dos programas e ações descentralizados
Adequar à capacidade física do setor.		Capacidade física adequada	100% conforme preconizado
Regular o acesso dos usuários aos serviços de acordo com a cota.		Serviço regulado	100%
Regular o acesso dos usuários a todos os procedimentos e serviços na lógica do risco.		Regulação na lógica do risco	100% do acesso na lógica do risco
Descentralizar capacitações sobre complexos reguladores para os técnicos dos municípios.		Técnicos capacitados	Capacitar 100% dos técnicos municipais
Sistemas de informação convergentes e adequados (Cartão/SUS e Mapa de Saúde).		SIS convergentes e adequados	Convergir 100% o CADSUS e Mapa da saúde
Preencher os vazios assistenciais através da RAS.		Vazios assistenciais preenchidos	Vazios assistenciais 100% preenchidos
Rever o parâmetro para adequação da programação.		Parâmetros revistos	100% dos parâmetros revistos

(Continua)

132

Pactuar com a CIR a discussão sobre as cotas em outras instância de gestão.	Discussão pactuada	100% da discussão pactuada	2018-2021
Aderir à política de descentralização dos recursos per capita para atendimento de especialidades.	Política de descentralização de recurso aderida	Política descentralização de recurso 100% aderida	2018-2021
Adequar a capacidade instalada de recursos humanos com perfil necessário ao processo de trabalho.	Capacidade física e de perfil adequada	Capacidade física e de perfil adequada em 100%	2018-2021
Regular os processo de Tratamento Fora de Domicílio em conformidade com protocolos a serem adotados.	Processo de TFD regulado conforme protocolos aderidos	Processo de TFD regulado 100% conforme protocolos aderidos	2018-2021
Adotar protocolos clínicos do Ministério da saúde, Conselho federal de medicina e da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.	Protocolos adotados	100% Protocolos adotados	2018-2021
Descentralizar a porta de entrada para o TFD para as UBS de referência para o usuário.	processo descentralizados	100% processo descentralizados	2018-2021
Implantar ações de educação popular em parceria com Atenção Primária para o conceito saúde doença.	Ações programadas implantadas	100% de ações programadas implantadas	2018-2021
Buscar junto a SES através da mobilização da CIR a descentralização do SISREG.	SISREG descentralizado	100% SISREG descentralizado	2018-2021
Capacitar os profissionais recepcionistas (04), permitindo o acesso dos usuários na recepção do setor de Regulação com atendimento de qualidade.	Efetivar/concursar os profissionais com perfil adequado para esta função, evitando a rotatividade. Qualificá-los nos serviços inerentes ao setor, padronizando as informações e as atividades prestadas ao usuário.	100 % dos recepcionistas da Regulação- TFD / Efetivos 100 % dos recepcionistas da Regulação- TFD	2018-2021

(Continua)

133

Implantar Gestão de Senha Digital no painel TV	Aplicar chamada de Senhas de fila pela TV/Painel, dividindo em guichês: 1) Atendimento Prioritário; 2) Atendimento Geral; 3) Entrega de exames	100 % implantado	2018-2021
Considerar a Portaria nº 2.546 de 27 de outubro de 2011, que redefine e amplia o Programa de Telessaúde no Brasil, bem como atentar para a DELIBERAÇÃO 142/CIB/2016	Adotar a portaria citada em todas as UBS, com o objetivo de aumentar a resolubilidade e tratamento no próprio município, quando possível diante de orientações. Garantir ao usuário que o uso desta ferramenta, evite que o mesmo venha se locomover à outras cidades para atender demandas inerentes à sua saúde. Desenvolver ações e auxiliar os profissionais médicos para aderirem o uso deste recurso. INCLUSIVE: colocar CID e código do procedimento nos Laudos.	100 % das UBS praticando o uso desta ferramenta.  80 % das UBS	2018-2021  2018-2021
Adequar a capacidade instalada de recursos humanos com perfil necessário ao processo de trabalho do T.F.D.	Estruturar a equipe, com profissionais concursados, e direcionados às carteiras existentes no setor: 1- funcionário para a carteira de organização de agendamentos de veículos; 2 - funcionário para carteira de saúde auditiva; 3 - funcionário para carteira de TFD ON LINE; 4 - funcionário para carteira de agendamentos via Email, motorista ou telefone; 5 - funcionário para Consórcio CISMARP; 6- Médico Regulador e quatro (4) funcionários para as atividades do SISREG com funções/serviços divididos em pastas de procedimentos.	Capacidade física e de perfil adequada em 100%	2018-2021
Aderir a política de descentralização do SISREG da SMS para UBS.	Pactuar através da CIR, cotas de procedimentos com prestadores não existentes no Estado, ou repactuar com o Estado.	100% das UBS em atuação	2018-2021

(Continua)

134

Rever pactuações entre gestores e prestadores. Pactuar com a CIR, a inserção dos exames junto ao SISREG	Estabelecer a inserção das solicitações no SISREG ao longo do período de quatro anos, faltantes. junto às Unidades Básicas de Saúde.	100% dos procedimentos	2018-2021
Garantir o aumento de recurso para o Consórcio CJSAMARP, de R\$ 420.000,00/ano, para R\$ 470.000,00 nos quatro (4) anos.	Aumento de R\$ 12.500,00 ano, atingindo o teto de R\$ 470.000,00 no ano de 2021.	100%	2018-2021
Normalizar solicitações de exames nas UBS	Realizar as solicitações de exames (todos) em BPA	100%	2018-2021
Introduzir os Complexos reguladores e as práticas de fluxo regulado na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.	Complexos e fluxos introduzidos	100% dos complexos e fluxos introduzidos	2018/2021

135

EDUCAÇÃO PERMANENTE			
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1-Ausência do Setor de Educação Permanente em saúde na estrutura da SMS. 2-Baixa adesão ao Telessaúde. 3-Profissionais de áreas estratégicas desconhecem as políticas públicas de saúde.		
<b>OBJETIVO</b>	Contribuir para transformar e qualificar: a atenção à saúde, a organização das ações e dos serviços, os processos formativos, as práticas de saúde e as práticas		
<b>DIRETRIZ</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>	
Garantir formação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos trabalhadores dos SUS.	Estabelecer parcerias com instituições formadoras na área da saúde.	100% das instituições existentes	2018-2021
	Programar ações de educação permanentes para qualificação das redes de atenção, pactuadas no CMS e aprovadas na CIR e CIB.	100% programadas	2018-2021
	Elaborar o Plano de Educação permanente, investindo em qualificação e fixação de profissionais para o SUS.	Plano elaborado	2018-2021
	Adotar e priorizar estratégias de Educação a Distância, para realizações de ações educacionais públicas, sendo o Telessaúde ensino a distância como referência.	100% priorizado	2018-2021
	Implantar Centro de Integração de Educação e Saúde Municipal.	CIES municipal implantado	2018-2021

### 3.25 – Educação Permanente

### 3.26 – Gestão de Pessoas

GESTÃO DE PESSOAS			
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Número de servidores insuficientes para demanda. 2-Perfil dos servidores não adequados para o SUS. 3-Ausência de Planos Cargos e Salários. 4-Programas e assumidos sem prever quadro de pessoal		
OBJETIVO	Estruturação da Gestão de Trabalho do SUS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, buscando a valorização e humanização das relações.		
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO
Realização e efetivação do Plano de Cargos e Salários específicos para Saúde	Plano de Cargos e Salários efetivado	100,00%	2018-2021
Implantação de Políticas de Educação permanente para gestão de Recursos Humanos.	Política implantada	Proporção de política implantadas	2018-2021
Compor o quadro de Recursos Humanos por categorias profissionais, aptos em avaliação adimensional.	Quadro Composto	100% do quadro composto	2018-2021
Adequar o quadro de pessoal à demanda e serviços conforme pactos de gestão.	Quadro adequado	Proporção do quadro adequado	2018-2021
Implantar serviços de acordo com a capacidade de Recursos Humanos instalados.	Serviços instalados de acordo com a capacidade humana	100% dos serviços instalado de acordo com a capacidade	2018-2021
Realizar estudos comparativos, utilizando a portaria 1.102/02.	Estudo realizado	1005 estudos realizados	2018-2021
Implementar Organograma da SMS.	Organograma implantado	100,00%	2018-2021

## 3.27 – Tecnologia da Informação

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
<b>PROBLEMAS PRIORITÁRIOS</b>	1- Baixa compreensão do valor estratégico da TI (Tecnologia da Informação) por parte dos gestores; 2-Baixa eficiência no atendimento de chamados solicitados ao setor de TI e no gerenciamento de Serviços de TI; 3-Alto risco de Segurança da Informação			
<b>OBJETIVO</b>	Implementar a cultura da TI na Secretaria Municipal de Saúde, fortalecendo os SIS's.			
<b>DIRETRIZ</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>PERÍODO</b>	
Capacitar os gestores para a compreensão da importância estratégica da TI nos processos de trabalho e na obtenção de resultados;	Número de gestores capacitados.	Capacitar 100% dos membros da equipe de gestão;	2018-2021	
Implantar sistema de Gerenciamento Eletrônico de documentos para automatizar consultas a documentos impressos antigos.	% documentos digitalizados	100% de documentos digitalizados	2018-2021	
Implantar Central de Serviços de TI com sistema on-line para controle de serviços e processos.	% de serviços e processos controlados	100% dos serviços e processos controlados, via sistema on-line	2018-2021	
Adotar modelo de processos de gestão de TI, baseada em recomendações de boas práticas (ITIL, COBIT, etc);	Número de processos implantados	100% dos processos implantados	2018-2021	
Implementar uma Política de Segurança da Informação com base no conjunto de normas ABNT NBR ISO/IEC 27000;	% do documento criado	100% do documento da Política de Segurança criado	2018-2021	
Disseminar as boas práticas de Segurança da Informação entre os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde.	Número de funcionários capacitados	100% dos funcionários capacitados	2018-2021	
Implementar controles de segurança da informação para garantir a confiabilidade, integridade e disponibilidade da informação.	Número de controles implantados	100% dos controles implantados	2018-2021	

## 3.28 – Controle Avaliação e Auditoria – C.A.A

CONTROLE AVALIAÇÃO E AUDITORIA				
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Ausência de Capacidade Instalada Física e Humana; 2-Ausência de Integração com a área de Planejamento e Financiamento; 3-Ausência de Protocolos Normas e Rotinas; 4-Ausência de fluxo e contra fluxos normalizados			
OBJETIVO	Transformação das práticas nas áreas de controle, avaliação e auditoria, incorporando saberes e adequando-se às atuais necessidades da Gestão do SUS.			
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO	
Capacitação dos Gestores da área da Saúde sobre a Avaliação Controle e Auditoria.	Gestores/Coordenadores capacitados	100% dos gestores da saúde capacitados	2018-2021	
Capacitação dos Gestores Públicos sobre o modelo de Gestão Vigente e Pactos de Gestão.	Gestores/Coordenadores capacitados	100% dos gestores públicos capacitados	2018-2021	
Apresentar ao Gestor Público um relatório síntese do alto custo do setor para gradativa implantação	Relatório apresentado	100% Relatório apresentado	2018	
Efetivação do setor de Controle e Avaliação e Auditoria na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde em cumprimento a Política vigente adequação do organograma com Reforma Administrativa	Setor efetivado e regulamentado	Setor 100% efetivado	2018-2021	
Prever na reforma Administrativa o setor de Controle e Avaliação e Auditoria.	Setor previsto na reforma administrativa	100% Setor previsto na reforma administrativa	2018-2021	
Aprovação no organograma no CMS e na Câmara Municipal de Vereadores.	Organograma aprovado	100% Organograma Aprovado	2018-2019	
Fortalecer o processo de Gestão dos serviços do SUS, através da implantação efetiva do setor de CAA na SMS.	Portaria de Implantação	100% da Gestão fortalecida com a regulamentação do setor	2018-2021	
Estruturar e Equipar o Setor.	Setor estruturado e equipado	100% do Setor estruturado e equipado	2018-2021	

(Continua)

139

Monitorar os SIS e Sistema Local.	SIS Monitorado	100% do SIS monitorados	2018-2021
Implantar o monitoramento, baseado nos indicadores e ferramentas de gestão criadas no sistema de informação próprio	Monitoramento implantado	100% do Monitoramento implantado	2018-2021
Implantar os protocolos, normas e rotinas a serem incorporadas pelo serviço de CAA diante da LEI 13.019/2014 (LEI ORDINÁRIA) 31/07/201 do Marco Regulatório	Protocolos Normas e Rotinas Implantados	100% dos protocolos Normas e Rotinas necessárias para efetivar as ações do setor de CAA.	2018-2021
Criação dos cargos médicos para área de controle, avaliação e auditoria.	Cargos criados	3 Cargos	2018-2019
Previsão de equipe de apoio para o desenvolvimento das ações pertinentes ao setor.	Equipe prevista	100% da equipe prevista	2018-2021
Implantar fluxo e contra fluxo para articular as ações entre os setores de planejamento CAA.	Fluxo implantado	100% do fluxo implantado	2018-2021
Aderir Protocolos Normas e Rotinas e Diretrizes do SUS	Protocolos aderidos	100,00%	2018-2021
Estabelecer o uso dos Sistemas de Informações do SUS para as áreas de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.	SIS incorporados ao processo de trabalho	100% dos SIS incorporados ao processo de trabalho	2018-2021
Apropriar as práticas de legitimação da relação da gestão do SUS com os prestadores de serviços de saúde.	Relação legitimada	Legitimar a relação com 100% dos prestadores	2018-2021
Implementar as funções do controle e avaliação ambulatorial e hospitalar por comissões conforme LEI 13.019/2014 (LEI ORDINÁRIA) 31/07/201 do Marco Regulatório com processamento do SIH-SUS.	Registros sistematicamente acompanhados	Sistematizar 100% de acompanhamento dos registros	2018-2021

(Continua)

140

Registrar e acompanhar Sistematicamente os indicadores do SIA e do SIH e Sistema próprio.	Indicadores acompanhados	100% dos indicadores acompanhado sistematicamente	2018-2021
Estimular a cultura da avaliativa com foco da qualidade no âmbito dos sistemas e serviços.	Cultura Avaliativa	70% da cultura avaliativa incorporada	2018-2021
Introduzir o processo de auditoria para apoiar a ou (as) Comissão de Monitoramento de Avaliação da LEI 13.019/2014 (LEI ORDINÁRIA) 31/07/201 do Marco Regulatório, junto das ações e serviços informados no SIA (BPA – Boletim de produção Ambulatorial e APAC – Autorização de Procedimento de Alta Complexidade) e no Sistema de Informações Hospitalares – (SIH) e introduzir o processo de auditoria dos recursos financeiros e da gestão de sistemas descentralizados do SUS.	Processo de auditoria Introduzido nas comissões formalizadas.	Processo de Auditoria 100% introduzido	2018-2021

141

## 3.29 – Controle Social

CONTROLE SOCIAL				
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	1-Necessidade de Capacitação com prioridade a gestão orçamentária e financeira. 2-Baixa participação do usuários no planejamento das ações de saúde com ênfase na qualidade dos serviços. 3-Baixa cobertura de Conselhos Locais de Saúde. 4-Pouca publicidade para o controle social.			
OBJETIVO	Fortalecer o controle social no âmbito do município.			
DIRETRIZ	METAS	INDICADOR	PERÍODO	
Capacitar os membros do Conselho Municipal de Saúde e membros dos dois Conselhos Locais de Saúde.	Proporção de conselheiros capacitados	100% dos Conselheiros	2018-2021	
Realizar Fóruns Municipais de saúde.	Proporção de Fóruns realizados	4 Fóruns	2018-2021	
Realizar Conferência Nacional de Saúde – Etapa Municipal.	Proporção de conferência etapa municipal realizada	2 Conferencias	2018-2021	
Oportunizar aos conselheiros delegados a participação na Conferência Nacional de Saúde: Etapa Estadual e Nacional.	Proporção de Participação oportunizada	100,00%	2018-2021	
Publicizar o Controle Social.	Controle Social publicizado	100% da demanda	2018-2021	
Implementar os Conselhos de Saúde locais.	Proporção de Conselhos implementados	2 Conselhos Locais	2018-2021	
Acompanhar e fiscalizar a gestão financeira e orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, com ênfase nos relatórios trimestrais e relatório de gestão.	Relatórios Concluídos e Publicizados	12 Relatórios Trimestrais e 4 Relatórios de Gestão	2018-2021	

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Plano Municipal de saúde de Caçador, 2018/2021, baseou-se nos parâmetros da política do SUS, sendo analisada pelos gestores, coordenadores e conselheiros desta política pública que é indispensável e uma das visíveis na municipalidade.

As Coordenações das áreas técnicas colaboraram de forma significativa e oportuna apresentando as devidas considerações e análises técnicas. O grupo de profissionais realizaram indicações, correções e retificações dos conteúdos tratados, paramentados, a partir das construções das necessidades e das metas levantadas pela sociedade civil coordenadas pelo Conselho Municipal de Saúde na 8ª Conferência Municipal de Saúde de 19 de julho de 2017 (Ata conforme ANEXO II) que estrategicamente antecedeu o plano, tornando-o representativo, legítimo e participativo.

A construção final deste processo ocorreu portanto, conjuntamente com Conselho Municipal de Saúde, que deliberou o Plano Municipal de Saúde 2018/2021 como aprovado e exequível no município, reforçando que apesar do congelamento dos recursos, a qualidade dos serviços não dever ser afetada, o que obriga o gestor a preparar estratégias de otimização de recursos através de um planejamento eficaz e de extremo compromisso com o usuário

O controle social do PMS de Caçador (SC) 2018/2021 dar-se-á, na gestão, nos programas e serviços, através do monitoramento intensivo do rol dos 23 indicadores destacados pelas áreas técnicas e suas coordenações, quais sintetizarão atividades específicas, executando o planejamento geral contido neste plano que é propriamente dito o objeto de trabalho em saúde da sociedade civil.

O monitoramento e acompanhamento das metas aqui firmadas ocorrerão conforme prevê o Sistema de Planejamento do SUS, facilitado que cada coordenação atue diretamente nas suas bases operativas, buscando a correção de ações específicas e redirecionando novas ações, uma vez que PMS não é um objeto absoluto, acabado, podendo-se adequar novas exigências estabelecidas nos três níveis de governo desde justificadamente indispensável e de suma importância a população.

Os relatórios de gestão anual darão visibilidade pública ao conjunto das metas e indicadores apresentados e consolidados, propiciando no transcurso de cada período da gestão do plano, a aplicação de retificações, como prevê a metodologia do Planejamento Estratégico Situacional e o formato do plano que estabelece o cumprimento da sua proposta garantindo saúde de qualidade ao caçadoreense.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que trata sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil no novo modelo de parceria, cooperação e fomento “Marco Regulatório”.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.460, de 17 de junho de 2017, que trata sobre os direitos que possuem os usuários dos serviços prestados pela administração pública.

\_\_\_\_\_. Portaria 3.085, de 01 de dezembro de 2006. Regulamenta o Sistema de Planejamento do SUS. Regulamenta o Sistema de Planejamento do SUS. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria 3.332, de 28 de dezembro de 2006. Aprova orientações gerais relativas aos instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria 1.229, de 24 de maio de 2007. Aprova as orientações gerais para o fluxo do Relatório Anual de Gestão dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria GM 3.176, de 24 de dezembro de 2008. Aprova orientações acerca da elaboração, da aplicação e do fluxo do Relatório Anual de Gestão.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 5, de 19 de junho de 2013. Dispõe sobre as regras do processo de pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os anos de 2013 - 2015, com vistas ao fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação do Contrato Organizativo da Ação Pública da saúde (COAP). Brasília, DF, 2013.

CAÇADOR – SC, Lei 3.069, de 16 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências. Caçador, SC, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei 3.003, de 19 de junho de 2013. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do município de Caçador para o exercício de 2014. Caçador, SC, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Portal da Saúde – SUS. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>>.

\_\_\_\_\_, SIOPS. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/siops>>.

\_\_\_\_\_, DATASUS – Departamento de Informática dos SUS. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>.

PNUD Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA, disponível em: <<http://www.saude.sc.gov.br>>.

**ANEXOS**

146

[illegible]

**ANEXO II – ATA DA 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE****RELATÓRIO FINAL DA 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
“PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO DE  
CONSTRUÇÃO COLETIVA”**

Dando início às atividades da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Caçador, Convocada pelo Decreto nº 6.423 de 02 de julho de 2017 e pela Comissão Organizadora sobre o Decreto Municipal nº 7.152 de 23 de junho de 2017 em anexo, iniciam-se os trabalhos com o protocolo, feito pelo Sr. Jairo, chama as seguintes autoridades para a composição da mesa de abertura: Sra. Noeli Maceno França, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Ademar Schmitz – Secretário Municipal de Saúde e neste ato representando o Prefeito Saulo Sperotto, Sra. Vereadora Cleony Lopes Barbosa Figur, neste ato representando o Poder Legislativo. Sr. Milton Ricardo de Medeiros Fernandes, Palestrante deste evento. Na sequência executa-se e o Hino Nacional Brasileiro e inicia-se o protocolo oficial a presidente faz agradecimento da presença das demais autoridades, profissionais da área de Saúde e convidados presentes. Em a Sra. Andrea Alves Cavalet, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde faz a leitura e aprovação do Regimento Interno da 8ª Conferência Municipal de Saúde. Prosseguindo discorre breve relato abaixo dos objetivos abordados da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Caçador qual objetiva: Avaliar a situação da saúde, elaborar propostas a partir das necessidades de saúde e participar da construção do Plano Municipal de Saúde para o próximo quadriênio; Reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir saúde como direito humano, à sua universalidade, integralidade e equidade; Mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade, acerca do direito à saúde e em defesa do Sistema Único de Saúde – SUS; e fortalecer a participação social e o controle do Sistema Único de Saúde – SUS. Em seguida é aberto para os pronunciamentos a Sra. Cleony Figur, em nome do Poder Legislativo, cumprimenta o Secretário Dr. Ademar Schmitz, neste ato representando o Prefeito Saulo Sperotto, o palestrante Milton Fernandes, todos os trabalhadores do SUS, usuários e demais presentes nessa sessão. Destaca a importância da educação e de que um plano de carreira deva ser uma das pautas do planejamento. Cita Janete Almeida, a primeira pessoa que fez o plano de Saúde em Caçador, ressalta a importância da Conferência para visualizar erros e acertos. Como o orçamento da saúde de Caçador do ano de 2018 terá um aumento de 4 milhões e 500 mil reais para 2018, defende que boa parte dos investimentos seja feito na Atenção Básica. Relata sua preocupação referente às mudanças do SISREG, devendo este ser habilitado e conduzido no menor tempo possível e aos profissionais médicos e a resistência a formação da Telemedicina. Em nome da Câmara dos Vereadores espera que a 8ª Conferência possa trazer efetividade e bons resultados para o nosso Município e agradece a todos. A mesa coordenadora registra e agradece a presença da Vereadora Sirlei Secatto. Em seguida, convida para fazer uso da palavra a Sra. Noeli Maceno França Presidente do Conselho Municipal de Saúde, qual fez a abertura oficial, Sra. Noeli Maceno agradece a mesa de autoridades, Milton Ricardo de Medeiros Fernandes palestrante, a Vereadora Cleony Figur, demais médicos e especialmente aos agentes de saúde. Protocolo convida para fazer o uso da palavra o Presidente da Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Caçador, Dr. Ademar Schmitz que cumprimenta todos os presentes e deseja uma excelente

conferência e traga boas indicações para a construção do Plano Municipal de Saúde quadriênio 2018 a 2021, que é um instrumento de gestão de construção coletiva, o plano municipal de saúde é um instrumento que nos orienta a desempenhar a gestão municipal de saúde, definindo os objetivos, as regras, e as estratégias do papel a ser desempenhado pela Secretaria Municipal do Município de Caçador, sintetizando assim as propostas estratégicas na área da saúde para ficar ainda melhor, mais humana, sustentável, criativa e empreendedora no novo plano. O SUS já tem praticamente 27 anos de implantação em Caçador, atingimos apenas 60% da população na Atenção Básica, e nossa meta entre vários procedimentos e levar para maioria da população todos os serviços. De acordo com as normas do SUS que nós temos hoje, esse trabalho do SUS é um trabalho conhecido mundialmente, tanto é que o nosso plano que é um plano magnífico é claro que se nós temos problemas para registrar, dos quais, uma preocupação é a mudança do nosso TFD, que evoluiu para informatização, hoje é um efeito que não tem volta tanto a Telemedicina, quanto a Telediagnóstica, pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, juntamente com a Secretaria Estadual de Saúde, e que o município beneficia-se a mais de nove anos com o uso da Telemedicina e do Telediagnóstico, têm vários campos, e que servem de base para o desenvolvimento do País inteiro, nós esperamos agora que tudo corra bem até o dia 31 para abriremos o novo Pronto Atendimento no bairro Berger. Na continuidade da programação inicia-se a palestra “Plano Municipal de Saúde: um instrumento de gestão de construção coletiva”, com o protocolo Sr. Jairo, informa que Milton é Conselheiro Estadual de Saúde de Santa Catarina; Fisioterapeuta graduado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista em Fisioterapia Traumatológica Funcional, Pós-graduado em Fisioterapia Traumatológica, Aperfeiçoamento em Fisioterapia Manipulativa Ortopédica e Mobilização Neural. É também acupunturista e Servidor Público do Município de Içara. O palestrante Milton Ricardo de Medeiros Fernandes inicia e agradece toda comissão organizadora, a enfermeira Paula Francielly Zitkiewicz, que já estiveram juntos na Conferência Estadual de Saúde, discutindo na mesma sala de debates, e é importantíssimo este espaço, discorre que esta Conferência é mais uma oportunidade que os usuários têm de poder participar, deliberando naquilo que eles querem como saúde pública e que deve conter no plano municipal de saúde, qual desta forma está sendo realmente debatido pelos usuários, faz uma breve crítica aos faltantes do segmento usuários pela perda de equilíbrio nas discussões. Estamos falando sobre planejamento, embora o SUS tenha sofrido redução de recursos, e este tenha surgido no Regime Militar, qual criou o Instituto Nacional de Previdência Social, vinculando o setor saúde, qual era estreitamente assistencial, a população se uniu para mudar isso e criou-se o SUS, e hoje as pessoas não defendem mais o SUS, seu objetivo é atender a todos, poucos países que tem um sistema semelhante, o Governo Federal que assumiu, na verdade fez uma retirada de recursos do SUS, durante 20 anos em 2017, todos os repasses financeiros, tanto no setor de saúde como educação, recursos que nós vamos trabalhar pelos próximos 20 anos foram congelados, os planejamentos a partir de agora e já nesta Conferência precisam ser pensados, pois, os recursos vão começar a diminuir. Os municípios ao longo dos anos são os que mais irão sofrendo por essa medida, pois, já estão sobrecarregados com os serviços de saúde onde o Governo Federal e Estadual veem retirando a sua responsabilidade, como em Caçador cita o exemplo do seu município Içara/SC, onde se alocava recursos em torno de 72% de recursos provenientes da união que irá regredir pelo congelamento, por exemplo: a Unidade de Pronto atendimento (UPA), proposta para implantação no ano de 2012, foi elaborado projeto e foi

aprovado pelo Ministério da Saúde para ter uma UPA em 2016, onde se criou grande expectativa sobre UPA, porque tinha um recurso muito grande para a construção, esse recurso veio para o município, só que não se contava com a despesa que iria ocorrer a partir da implantação dessa UPA, sendo que o município existe uma porta de entrada de urgência e emergência no Hospital Filantrópico, ou seja, o município divide então a responsabilidade pelo pronto atendimento e passa a ter a partir daquele dia dois prontos atendimentos, elevando os custos nestas áreas de atenção. Com isto para a UPA se manter aberta, se verificou que a prefeitura precisaria arcar com muitos recursos financeiros e que dificilmente atenderia todas as exigências de uma UPA, e não teria, portanto, todos os recursos necessários, logo que mudou a gestão, o Prefeito com formação em Economia, professor na Universidade refez os cálculos e disse que não podia manter a UPA, voltou à discussão para o Controle Social, Conselho de Saúde, onde grande parte da população usuária gostaria de ter essa porta aberta, mas seria pior com as complicações que o município teria ao longo dos anos com a UPA, a UPA aberta seria pior do que não ter ela. Então se repensou e se devolveu a UPA para o Governo Federal, tendo menos gastos fortalecendo a Atenção Básica que é muito mais barata acrescenta que acredita que Caçador viva a mesma situação. Ressalta em sua explanação após esta reflexão que não desistam do SUS, que se mantenham firmes dos propósitos do Sistema Único de Saúde, visando fortalecer e defender o SUS, porque é o melhor sistema de saúde que nós podemos conceder na história desse País. Agradecendo e abrindo para perguntas, as quais circundaram nesta temática reforçando a importância do SUS. Na sequência dos trabalhos, após intervalo palestrante continuo auxiliando a mesa e abriu-se novamente para perguntas da plenária com os seguintes questionamentos: 1º: a Senhora Isolete Reno Farias, coordenadora dos CAPS II e CAPSad e da Coordenação de Saúde Mental levanta a preocupação de muitos gestores, com relação à questão da oficialização dos blocos hoje, toda saúde está ordenada pelas despesas, todos os orçamentos estão ordenados por blocos. Como que o Ministério orienta os gastos então? Porque tem muitos serviços hoje dentro de um mesmo bloco, como que faz para administrar isso, entre os coordenadores para que não se transforme problemática, já que muitos recursos de outras especialidades acabam entrando nos saldos de outros serviços no bloco, como por exemplo, a assistência farmacêutica, ou então, muitas vezes a questão dos laboratórios, a questão de tantos serviços na Atenção Básica, e outras situações acabam ficando subjugadas por isso, como o Ministério vê esse ordenamento orçamentário e de gastos por bloco? Respondendo, o palestrante esclarece que os blocos sempre existiram somente anteriormente eles eram um número maior de blocos, do que nós temos hoje, é só um ajuntamento de blocos em um bloco maior, isso deixa também muito preocupado, porque aquele serviço que precisa mais pode estar perdendo recurso para aquele que pedem ou empenham primeiro, então, para a questão de melhor utilização dos recursos, ele sugere que o orçamento que foi definido seja respeitado dentro do bloco, se ali está a Atenção Psicossocial no mesmo bloco que também está a Atenção farmacêutica, cada um desses setores atente para o seu orçamento, que seja respeitado mesmo que esteja do mesmo bloco, isso facilita o trabalho e a organização, e o planejamento de cada setor, de cada coordenadoria, e que esta organização vai ajudar muito principalmente na questão da prestação de contas com a transparência exigida. Outra pergunta feita pela plenária: um dos grandes problemas hoje no município são os exames de alto custo que passaram e de uma hora para outra pelo corte do estado e foram todos cancelados, você Marcos como integrante do Conselho Estadual, existe algum movimento para que se cobre do Governo do Estado, para que volte esses serviços ou é uma questão

administrativa, financeira, ou se realmente não vai mais acontecer o pagamento destes exames pelo estado? Responde da seguinte maneira: estes exames de alto custo que eram feitos pelo LASEN/SC, tem papel importantíssimo na saúde como suporte na questão de diagnóstico. Dentro do Conselho Estadual de Saúde percebe que o Estado, simplesmente está sem rumo nenhum na questão saúde, vários serviços de saúde estão praticamente fechando, o SAMU passa por uma dificuldade financeira esta entregando ao corpo de bombeiros, entidades diferentes da origem do SAMU, temos uma preocupação muito grande nesta nova administração pelos bombeiros, porque há os bombeiros militares e os civis, e juntos poderá haver discordância, porque eles têm protocolos diferentes, o protocolo americano é usado no corpo de bombeiros, e o protocolo francês do SAMU, e que na verdade deveria ser reestruturado um protocolo brasileiro. Complementa ainda que o SEPON/SC também está com uma dificuldade muito grande e o HEMOSC está recusando fazer coletas externas, porque não tem dinheiro para o transporte da equipe, a mesma questão a gente vê no passando também por isso, a redução do financeiro, menos dinheiro, consequentemente, menos exames sendo feitos. Isso precisa ser retomado, o LACEN/SC é muito importante para toda rede de saúde, porque o quanto mais rápido se tem o diagnóstico, mais rápido inicia o tratamento, não podemos perder vidas por causa e uma questão de não ter verba para fazer o exame dentro de um sistema tão grande. A próxima pergunta foi: aqui no nosso município, por ser um município distante da capital de demais centros de referência em saúde pública, até a questão da comunicação como muita gente não sabe dos problemas que o Estado está enfrentando na questão da saúde, o Secretário atual Vicente Caropreso que assumiu a Secretaria de Saúde do Estado, e que fez um levantamento da dívida do Estado divulgou que se tem quase 800 milhões de reais de dívidas que foram pagas sem ter verbas ou empenhos para aquilo, dentro de um Governo que só substituiu um Secretário por outro, quais são as ações que o Conselho Estadual de Saúde está fazendo contras os desmandos, a falta de gestão, a transparência do dinheiro público investido na saúde, quais as responsabilizações que o Conselho Estadual de Saúde pode fazer ou está fazendo contra atual gestão que não possui verba para saúde? Responde, primeiramente não tem como pagar nada que não tenha sido desempenhado, na verdade está gerada uma dívida de restos a pagar, como conselheiro, junto com os colegas, tem-se analisado cada situação do Estado, solicitam-se as comissões constituídas como a comissão financeira que analise toda prestação de contas, e solicitem documentos ao Estado, e infelizmente vem-se nos últimos tempos reprovando-se as contas do Estado. O Controle Social tem feito seu papel, problema maior é quando se entra na questão política do governo estadual. Depois de sanadas estas perguntas da plenária, os participantes se dividiram em seis grupos, com auxílio dos facilitadores, construíram as propostas conforme os Eixos Temáticos: Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Urgência e Emergência, Assistência Farmacêutica, Atenção Psicossocial, Ambulatório de Especialidades e Laboratório, após os eixos debatidos nos grupos de trabalho, surgiram dos grupos os levantamentos das propostas. O Senhor Régis Fabiano de Oliveira um dos coordenadores da conferencia, antes de expor os resultados das propostas, informa oportunamente que em agosto haverá o Fórum das entidades Municipais, que terá como objetivo a reformulação do Conselho Municipal de Saúde no que tange a representatividade das entidades, pede para presentes e não presentes considerarem-se convidados a participar, pois, é muito importante este ato para o fortalecimento do CMS, que é um órgão deliberativo, e de fiscalização municipal, e que tem que haver pessoas realmente atuantes dentro do SUS, que o defenda e que tenha o mínimo de

conhecimento sobre este, ainda esclarece que há várias capacitações, há cursos de formação para conselheiros, tanto municipais, quanto conselheiros locais de saúde, existem recursos que são utilizados para isso, mas é importante que o CMS tenha pessoas realmente comprometidas com o Controle Social e não ter o Conselho apenas para simplesmente aprovar as propostas da gestão, e não trazer a voz do povo pode configurar em um Conselho que não cumpre seu papel na totalidade atingindo com isso a população, profissionais e a própria gestão, os prestadores de serviço, e o próprio Conselho que é espaço legítimo de discussão da saúde. Logo esta fala dirige apresenta os delegados que votarão e aprovarão as propostas: Dayana Holz, Cristiane Aline Santi, Laurecy Helena Berger Guerra, Liliane Bier Scherer, Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio, Maria Augusta Nhoato Moreira, Nelcy Batistella, Marinice Aparecida de Gois Pirolli, Dayane Carla Borille, Claudemir Hubner, Lucia Terezinha Sizino, Lucia Terezinha Sizino, Rosimar Camuzzato, Jucinei Aparecida Scapinelli Parizotto, Nadir da Silva Ribeiro, Leoni Terezinha Welicz, Jane Alice Schroeder, Noeli Macedo França e Zilda de Melo Albuquerque. Apresentações das propostas tendo como primeiro eixo: **I – ATENÇÃO BÁSICA – PROPOSTAS:** 1 – Garantir acesso da população aos serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, implantando horário diferenciado (noturno) a partir de estudo técnico em região de maior demanda. 2 – Fortalecer atenção básica implantando uma equipe de saúde da família para o bairro Ulysses Guimarães com edificação de uma UBS no território. Ampliação da UBS Rancho Fundo e edificação da UBS Sorgatto-Bom Jesus. **II – VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PROPOSTAS:** 1 – Expandir os serviços de referência às políticas nacionais de promoção para redução das doenças e agravos não transmissíveis (DANTs) com ênfase na atenção básica; 2 – Fortalecer a Vigilância em Saúde junto à atenção básica para que tenham autonomia para estabelecer medidas de redução e controle dos agravos/doenças a partir do diagnóstico situacional/vulnerabilidades singulares de cada território; 3 – Ampliar o serviço de Vigilância Ambiental fortalecendo as práticas já existentes (controle da dengue) priorizando o combate às epidemias e endemias reemergentes, tornando essas práticas preventivas em todas as equipes de saúde, reforçar a Divulgação da agenda do conselho de saúde para a população; 4 – Reestruturar um serviço de referência em um centro de atendimento de doenças infectocontagiosas com recursos humanos especializados (infetologista, clínico, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente social e psicólogo); 5 – Implantações da Vigilância em Saúde do Trabalhador com equipe de recursos humanos especializados; 6 – Ampliação do quadro de profissionais já existentes da Vigilância Sanitária e qualificação; 7 – Garantia de aplicação do orçamento; 8 – Construção da sede própria da Vigilância em Saúde em espaços diferenciados, porém integrando os serviços. **III – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-PROPOSTAS:** 1 – Implantar em conjunto com a atenção básica, o protocolo de acolhimento (livre demanda), com classificação de risco nas UBSs, referenciando urgências e emergências aos serviços especializados; 2 – Conscientização da população quanto à correta utilização dos serviços de saúde, em especial, a rede de urgências e emergências (P.A. e Hospital Maicé), através de materiais de divulgação e estabelecimento de fluxos de atendimento; 3 – Implantação e efetivação dos fluxos de atendimento; 4 – Maior resolutividade das demandas em urgências e emergências. **IV – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA- PROPOSTAS:** 1 – Implantação de uma unidade da área de assistência farmacêutica junto à UBS CAIC, devido a grande demanda e dificuldade de locomoção da população, em função da disponibilidade de espaço físico. Aquela população apresenta grande vulnerabilidade social; 2 – Implantação de um serviço

farmacêutico personalizado buscando auxiliar o paciente, identificar problemas com medicamentos, aumentar adesão ao tratamento e esclarecer eventuais dúvidas com relação à medicação. **V-ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-PROPOSTAS:** 1 – Garantir o gerenciamento/investimento do recurso proveniente de cada setor (saúde mental, CAPS II e CAPS ad); 2 – Reorganização da rede garantindo: a) equipe mínima para atendimento da saúde mental na atenção básica (criação de vagas para psicólogos na saúde – saúde mental e na rede especializada conforme portaria 336) b) adequação do espaço físico e dos equipamentos da saúde mental; 3 – Reorganização do atendimento da saúde mental no município; 4 – Ampliação da rede psicossocial por meio de convênios com comunidades terapêuticas. **VI – AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES E LABORATÓRIO-PROPOSTAS:** 1 – Ampliar o quadro de especialidades médicas para suprir as demandas reprimidas; 2 – Adequar à estrutura física e de equipamentos para melhorar a qualidade da assistência do Ambulatório de Especialidades Médicas; 3 – Adequar condições físicas, equipamentos e recursos humanos para ampliação de atendimentos, no Laboratório de Patologia; 4-Criar protocolos de solicitação de exames e de tratamento, reduzindo a solicitação de exames sem necessidade. Após todas estas propostas lidas uma a uma e explicadas pelo coordenador, todas foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde, findado este ato, reforçou que estas propostas devem ser inseridas no Plano Municipal de Saúde que efetivamente, a partir de agora se iniciou a sua construção e que contando com todos os envolvidos nesta política publica obteremos um Plano Municipal de Saúde condizente com nossa realidade, agradecendo a todos pela presença e encerramos a 8ª Conferencia Municipal de Saúde. E após lida e aprovada segue a presente ata, assinada pela Comissão de Organização em lista de presença em anexo.

**ANEXO III – RESOLUÇÃO DA APROVAÇÃO DO PMS****RESOLUÇÃO Nº 022 DO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

O Conselho Municipal de Saúde no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2.826 de 17 agosto de 2011.

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;


CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter-federativa;

CONSIDERANDO reunião extraordinária da Ata 317 do dia 30/10/2017 e reunião extraordinária da Ata 318 do dia 01/11/2017

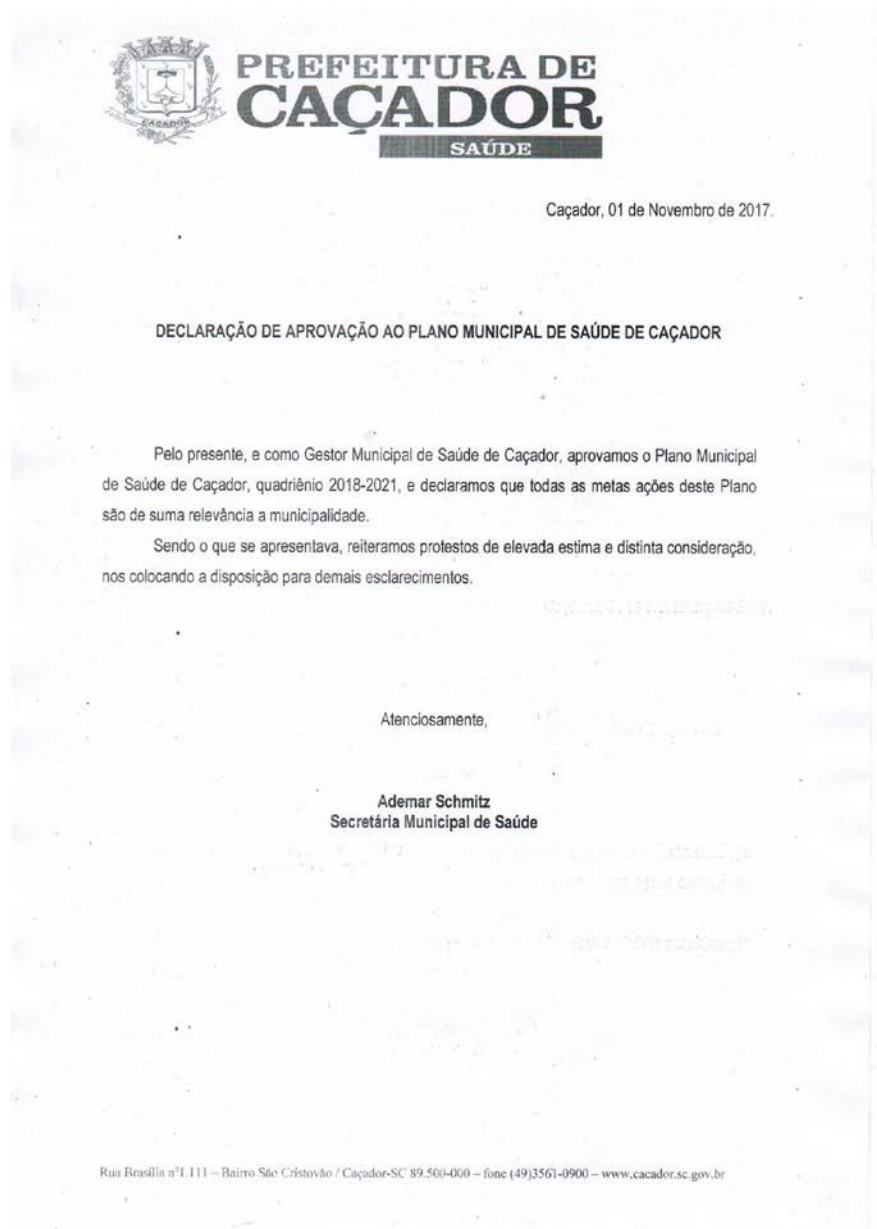
**RESOLVE:**

Art. 1º Aprova o Plano Municipal de Saúde do Quadriênio 2018/2021.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

  
Leoni Terezinha Welicz  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Rua Pinheiro Machado, s/n – Vila Paraíso – CEP: 89503-079– Caçador – SC.  
E-mail: [conselho.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:conselho.saude@cacador.sc.gov.br)

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PMS**

**RESOLUÇÃO 23 - CMS**

Publicação Nº 1422794

RESOLUÇÃO Nº 023, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

O Conselho Municipal de Saúde no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2.826 de 17 agosto de 2011.

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO a apresentação do documento denominado "CORREÇÃO DOS VALORES DE REPASSE FINANCEIRO FIXO/RATEIO DE R\$ 2.500,00 MENSAIS E O REPASSE FINANCEIRO VARIÁVEL DE

R\$ 432,500,00 PARA O ANO DE 2018 PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS EM SAÚDE DO CONSORCIO CIS AMARP COM A VIGÊNCIA EM 2018" em Reunião Ordinária realizada no dia oito de novembro de dois mil e dezessete, Ata nº 319.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a "CORREÇÃO DOS VALORES DE REPASSE FINANCEIRO FIXO/RATEIO DE R\$ 2.500,00 MENSAIS E O REPASSE FINANCEIRO VARIÁVEL DE R\$ 432,500,00 PARA O ANO DE 2018 PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS EM SAÚDE DO CONSORCIO CIS AMARP COM A VIGÊNCIA EM 2018".

Art. 2º Faz parte integrante da presente da Resolução, como anexo, cópia do Protocolo, conforme artigo 1º.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Leoni Terezinha Welicz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Rua Pinheiro Machado, s/n – Vila Paraíso – CEP: 89503-079– Caçador – SC.

E-mail: conselho.saude@cacador.sc.gov.br

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA Nº 1.136, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422818

PORTARIA nº 1.136, de 23 de outubro de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal ARLINDO DE ABREU JUNIOR, ocupante do cargo de OPERADOR DE USINA ASFÁLTICA, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 1.182 (um mil cento e oitenta e dois) dias, ou 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00014/17-8 fornecida pelo INSS, datada de 19/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 23 de outubro de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 1.137, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422819

PORTARIA nº 1.137, de 23 de outubro de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Estado de Santa Catarina, da Servidora Pública Municipal ILZA WITTE ROSSA, ocupante do cargo de PROFESSOR, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 2.505 (dois mil quinhentos e cinco) dias, ou 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 1429/2017 fornecida pelo Estado de Santa Catarina, datada de 18/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 23 de outubro de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 1.138, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422815

PORTARIA nº 1.138, de 06 de novembro de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVEM:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal VERA REGINA KRELING, ocupante do cargo de PROFESSOR, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 877 (oitocentos e setenta e sete) dias, ou 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 27 (vinte e sete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00056/17-2 fornecida pelo INSS, datada de 17/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de novembro de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 1.139, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422816

PORTARIA nº 1.139, de 07 de novembro de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVEM:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto de previdência do estado de Mato Grosso, da Servidora Pública Municipal NEUSA FERREIRA, ocupante do cargo de MERENDEIRA, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 716 (setecentos e dezesseis) dias, ou 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 21 (vinte e um) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 026835/2017 fornecida pelo Estado de Mato Grosso, datada de 22/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de novembro de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 1.140, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422817

PORTARIA nº 1.140, de 07 de novembro de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVEM:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal ATANIL RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de PADEIRO, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.573 ( três mil, quinhentos e setenta e três) dias, ou 09 (nove) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00041/13-2 fornecida pelo INSS, datada de 04/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de novembro de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

# Caibi

## PREFEITURA

### LC 052/2017

Publicação Nº 1421818

LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2017 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Caibi/SC - REFIC 2017 e dá outras providências

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Caibi/SC - REFIC 2017, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do município de Caibi/SC, cujo Fato Gerador tenha ocorrido até 31 de junho de 2017.

Parágrafo Único – O REFIC abrange créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O Programa do REFIC obriga a preservação dos débitos originais atualizados monetariamente.

Art. 3º - A adesão ao REFIC dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de Requerimento, dispensado do pagamento da taxa de protocolo e poderá ser efetuada em até 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, a critério do devedor, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - O não pagamento dentro do prazo previsto na presente lei implicará na exigência do saldo do débito tributário mediante inscrição em dívida ativa, quando for o caso, e consequente cobrança judicial, ou sua retomada, restabelecendo-se, em relação ao montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

Art. 4º - A opção pelo REFIC obriga o sujeito passivo a:

I – Confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no artigo 1º desta Lei Complementar.

II – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei Complementar.

Art. 5º - Ficam reduzidos os juros e multas em 100% (cem por cento) referentes ao pagamento dos débitos existentes e atualizados monetariamente, nos termos da legislação vigente até a data da opção e que os mesmos sejam recolhidos integralmente.

Art. 6º - O prazo para adesão ao REFIC 2017 inicia-se na data da publicação da presente lei e encerra-se em 15 de Dezembro de 2017.

Art. 7º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 30 de outubro de 2017.

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

**1759/2017**

Publicação Nº 1422576

PORTARIA Nº 1.759/2017  
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO  
FUNDAMENTAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANA CAROLINE GAZANIGA, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL, da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de Setembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1859/2017**

Publicação Nº 1422688

PORTARIA Nº.1.859/2017

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos dos servidores abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/09/2017 à 30/11/2017;

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ADAUTO DANIEL CLARO DA ROSA	TEC. DE ENFERMAGEM -ESF	264/2015	1295/2017

ANA PAULA POLLI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	123/2015	1296/2017
CARLA ROSANGELA MOTTA	TELEFONISTA	002/2015	1297/2017
CLAUDIO DE QUADRA	MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU	490/2014	1298/2017
ELISABETE DA SILVA SCHMIDT	ENFERMEIRA ESF	202/2015	1300/2017
ELVIRA DE SOUZA	VIGIA	392/2015	1301/2017
EMIDIA MIERRO MACHADO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS ESF	306/2015	1302/2017
FABIO AUGUSTO ELICKER DE BRITO	MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU	263/2015	1303/2017
IVONE MATEUS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	999/2014	1304/2017
JAINE IZAIAS PEREIRA DE MELLO	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	166/2015	1293/2017
JOAO LUIZ LAURETES	VIGIA	391/2015	1305/2017
LUCIANE ROGALSKI	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS ESF	347/2015	1306/2017
MARTA APARECIDA DE FARIA	TEC. DE ENFERMAGEM	1011/2014	1307/2017
MARTHA REGINA LIBERALES-SO	TEC. DE ENFERMAGEM ESF	281/2015	1308/2017
ODAIR ODELODA SILVA	MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU	493/2014	1309/2017
PAULO SERGIO DE CASTRO LEAO	MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU	487/2014	1310/2017
PRISCILLA ALBERTON DA SILVA	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	261/2015	1294/2017
SILVIANE COPATTI	FARMACEUTICO PROG. AIDS	461/2015	1311/2017
VALQUIRIA DE FATIMA OLIVEIRA NICOLAU	TEC. DE ENFERMAGEM ESF	577/2015	1312/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 15 de Setembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1914/2017**

Publicação Nº 1422698

PORTARIA nº.1.914/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria da Saúde, necessita de mão de obra para dar andamento em seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/09/2017 á 01/11/2017;

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
DAILVA PRUDENCIO	TELEFONISTA	001/2015	1299/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 17 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1966/2017**

Publicação Nº 1422704

PORTARIA Nº 1.966/2017

Nomeia Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia das Obras Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais conferidas pelo artigo 79, inciso V, lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia das Obras Municipais, conforme segue:

- I. Carlos Alberto Giorzi – Presidente;
- II. Marcelo Vinicius da Silva – Membro;
- III. Eloisa Chiamulera – Membro;
- IV. Marcus Kendi Akagui – Membro;

Art. 2º A Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia das Obras Municipais tem a atribuição de vistoriar o recebimento e emitir o termo definitivo de recebimento de obra.

Art. 3º O trabalho realizado pela Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia das Obras Municipais constitui serviço público relevante e não implica em remuneração para qualquer de seus membros.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação,

revogando as disposições em contrário;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**EDITAL N.º 007/2017 - SECRETARIA DE DES. E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1422514

EXTRATO DO EDITAL 007/2017/SMDAS – CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES

O Município de Camboriú/SC, através de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições para apresentação de propostas destinadas à realização de termo de colaboração com o Município de Camboriú para o desenvolvimento de Serviço de Acolhimento Institucional de adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 007/2017/SMDAS e seus anexos. As inscrições estarão abertas de 07/11/2017 a 27/11/2017 e se a seleção se efetivará com base em critérios objetivos de pontuação. Os detalhes sobre a parceria, os objetivos do serviço, os critérios de análises das propostas, habilitações necessárias e outras determinações constam do inteiro teor do Edital 007/2017/SMDAS, que se encontra divulgado no mural do Paço Municipal e no site <http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br/>.

Camboriú/SC, 7 de Novembro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

**PR 39/17 - FMS**

Publicação Nº 1422630

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2017-FMS  
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES FRACASSADOS NO PREGÃO 34/2017 DESTINADO AO HOSPITAL CIRÚRGICO CAMBORIÚ - EDWIGES BERNARDES.  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.  
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Novembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.  
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 08 de Novembro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

**TERMO DE ERRATA PR 36/17 - FMS**

Publicação Nº 1422201

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 036/2017-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 036/2017 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO USO NO ATENDIMENTO DOS PACIENTES NO HOSPITAL CIRÚRGICO EDWIGES BERNARDES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o descritivo do item 1.1 do Edital:

- onde lê-se:

[...] Não serão admitidas nesta licitação: empresas suspensas ou impedidas de licitar com órgãos públicos municipais, estaduais e/ou federais, as empresas que estiverem em regime de falência, bem como os consórcios de empresas (qualquer que seja sua forma de constituição). [...].

- leia-se:

[...]Não serão admitidas nesta licitação: empresas suspensas ou impedidas de licitar com a Administração, as empresas que estiverem em regime de falência, bem como os consórcios de empresas (qualquer que seja sua forma de constituição). [...].

Foi alterado o descritivo do Anexo V do Edital:

- onde lê-se:

[...]que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. [...].

- leia-se:

[...]que não está impedida de participar de licitação da Administração. [...].

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 08 de novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**TERMO DE ERRATA PR 37/17 - FMS**

Publicação Nº 1422203

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 037/2017-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 037/2017 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS E CONTROLADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o descritivo do item 1.1 do Edital:

- onde lê-se:

[...] Não serão admitidas nesta licitação: empresas suspensas ou impedidas de licitar com órgãos públicos municipais, estaduais e/ou federais, as empresas que estiverem em regime de falência, bem como os consórcios de empresas (qualquer que seja sua forma de constituição). [...].

- leia-se:

[...]Não serão admitidas nesta licitação: empresas suspensas ou impedidas de licitar com a Administração, as empresas que estiverem em regime de falência, bem como os consórcios de empresas (qualquer que seja sua forma de constituição). [...].

Foi alterado o descritivo do Anexo V do Edital:

- onde lê-se:

[...]que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. [...].

- leia-se:

[...]que não está impedida de participar de licitação da Administração. [...].

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 08 de novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**CAMBORIÚ PREV****PORTARIA 31/2017 - JOANA DARK TESTONI**

Publicação Nº 1422230

PORTARIA Nº.31/2017

Concede aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição a servidora pública municipal JOANA DARCK TESTONI PINHEIRO.

Elcio Rogério Kuhnén, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art.171 da Lei Municipal nº 990 de 27 de Agosto de 1993. Processo nº 31/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria por idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais a servidora JOANA DARCK TESTONI PINHEIRO, matrícula nº. 586, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Junta do Serviço Militar, com vigência a partir de 01/11/2017, com fundamento nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº.47/2005, art.29 e art. 50 da Lei Complementar nº. 007/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 01 de novembro de 2017.

Publicado no Mural Público Municipal

na data supra

Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnén Rutinéia Fonseca Quinzen  
Prefeito Municipal Presidente

**PORTARIA 33/2017 - EDILSON GONÇALVES DUARTE**

Publicação Nº 1422274

PORTARIA Nº.33/2017

Concede aposentadoria por Invalidez ao servidor público municipal EDILSON GONÇALVES DUARTE.

Élcio Rogério Kuhnén, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art.171 da Lei Municipal nº 990 de 27 de Agosto de 1993. Processo nº 33/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais ao servidor EDILSON GONÇALVES DUARTE, matrícula nº.11692, ocupante do cargo de Professor, na Secretaria de Educação, com vigência a partir de 03/11/2017, com fundamento nos

termos do art.40, §1º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art.27, §6º da Lei Complementar 007/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 03 de Novembro de 2017.

Publicado no Mural Público Municipal  
na data supra

Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Rutinéia Fonseca Quinzen  
Prefeito Municipal Presidente

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### 1ª ALTERAÇÃO AO PREGÃO Nº 85/2017

Publicação Nº 1422646

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 85/2017, PREGÃO PRESENCIAL

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, conforme segue:

ALTERA-SE a sequência de numeração dos itens dos lotes 02, 03 e 04, a descrição dos itens 06 (LOTE 01) e 21 (LOTE 03) inclui-se " CARGA "; itens 13 (LOTE 02) e 28 (LOTE 04) inclui-se " MÁQUINAS ", o valor total estimado do item 14 (LOTE 02) e valor total estimado do lote 02 do ANEXO I, passando a vigorar como segue:

#### ANEXO I

AMPLA CONCORRÊNCIA					
LOTE 01 - RECAPAGEM DE PNEUS DE CARGA					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	150	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1000x20, radial, borrachudo	566,00	84.900,00
02	30	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 900x20, radial, borrachudo	538,00	16.140,00
03	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 7.50x16, comum, borrachudo	384,00	2.688,00
04	15	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 215/75R 17.5 radial, borrachudo	410,00	6.150,00
05	300	Serviço	Vulcanização de pneus para caminhões	190,00	57.000,00
06	300	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP", com numeração de 5 a 9. (CARGA)	69,00	20.700,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 1				R\$ 187.578,00	

AMPLA CONCORRÊNCIA					
LOTE 02 - RECAPAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E AGRÍCOLA					
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01 07	113	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1400x24	1.565,00	176.845,00
02 08	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 17,5x25	1.920,00	40.320,00
03 09	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.5x80/18	839,00	17.619,00
04 10	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 19.5x24	1.920,00	40.320,00
05 11	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 11L=16SL	664,00	4.648,00
06 12	300	Serviço	Vulcanização de pneus de máquinas agrícolas e terraplenagens	390,00	117.000,00
07 13	300	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP" com numeração de 5 a 9 (MÁQUINAS)	69,00	20.700,00
08 14	6	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) borrachudo 18.4 - 30	1.998,00	11.988,00
09 15	6	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.4 - 24	956,00	5.736,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 2				R\$ 435.176,00	

#### LOTE 03 -RECAPAGEM DE PNEUS DE CARGA

LOTE 03 - COTA EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01 16	50	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1000x20, radial, borrachudo	566,00	28.300,00
02 17	10	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 900x20, radial, borrachudo	538,00	5.380,00
03 18	3	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 7.50x16, comum, borrachudo	384,00	1.152,00
04 19	5	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 215/75R 17.5 radial, borrachudo	410,00	2.050,00
05 20	100	Serviço	Vulcanização de pneus para caminhões	190,00	19.000,00
06 21	100	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP", com numeração de 5 a 9. (CARGA)	69,00	6.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 3				R\$ 62.782,00	

#### LOTE 04 - RECAPAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E AGRÍCOLA

LOTE 04 - COTA EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
--	--	--	--	--	--

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01 22	37	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1400x24	1.565,00	57.905,00
02 23	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 17,5x25	1.920,00	13.440,00
03 24	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.5x80/18	839,00	5.873,00
04 25	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 19.5x24	1.920,00	13.440,00
05 26	3	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 11L=16SL	664,00	1.992,00
06 27	100	Serviço	Vulcanização de pneus de máquinas agrícolas e terraplenagens	390,00	39.000,00
01 28	100	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP" com numeração de 5 a 9 (MÁQUINAS)	69,00	6.900,00
02 29	2	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) borrachudo 18.4 - 30	1.998,00	3.996,00
03 30	2	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.4 - 24	956,00	1.912,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 4				R\$ 144.458,00	

ALTERA-SE a sequência de numeração dos itens dos lotes 02, 03 e 04, a descrição dos itens 06 (LOTE 01) e 21 (LOTE 03) inclui-se " CARGA "; itens 13 (LOTE 02) e 28 (LOTE 04) inclui-se " MÁQUINAS ", passando a vigorar conforme segue:

## ANEXO II

(Processo Licitatório nº 85/2017 - Pregão Presencial)

## MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

AMPLA CONCORRÊNCIA					
LOTE 01 - RECAPAGEM DE PNEUS DE CARGA					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	150	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1000x20, radial, borrachudo		
02	30	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 900x20, radial, borrachudo		
03	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 7.50x16, comum, borrachudo		
04	15	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 215/75R 17.5 radial, borrachudo		
05	300	Serviço	Vulcanização de pneus para caminhões		
06	300	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP", com numeração de 5 a 9. (CARGA)		
VALOR TOTAL PARA O LOTE 1				R\$	

AMPLA CONCORRÊNCIA					
LOTE 02 - RECAPAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E AGRÍCOLA					
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01 07	113	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1400x24		
02 08	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 17,5x25		
03 09	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.5x80/18		
04 10	21	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 19.5x24		
05 11	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 11L=16SL		
06 12	300	Serviço	Vulcanização de pneus de máquinas agrícolas e terraplenagens		
07 13	300	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP" com numeração de 5 a 9 (MÁQUINAS)		
08 14	6	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) borrachudo 18.4 - 30		
09 15	6	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.4 - 24		
VALOR TOTAL PARA O LOTE 2				R\$	

## LOTE 03 -RECAPAGEM DE PNEUS DE CARGA

LOTE 03 - COTA EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01 16	50	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1000x20, radial, borrachudo		
02 17	10	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 900x20, radial, borrachudo		
03 18	3	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 7.50x16, comum, borrachudo		
04 19	5	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 215/75R 17.5 radial, borrachudo		
05 20	100	Serviço	Vulcanização de pneus para caminhões		
06 21	100	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP", com numeração de 5 a 9. (CARGA)		
VALOR TOTAL PARA O LOTE 3				R\$	

**LOTE 04 - RECAPAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM E AGRÍCOLA**

LOTE 04 - COTA EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01 22	37	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1400x24		
02 23	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 17,5x25		
03 24	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.5x80/18		
04 25	7	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 19.5x24		
05 26	3	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 11L=16SL		
06 27	100	Serviço	Vulcanização de pneus de máquinas agrícolas e terraplenagens		
01 28	100	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP" com numeração de 5 a 9 (MÁQUINAS)		
02 29	2	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) borrachudo 18.4 - 30		
03 30	2	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.4 - 24		
VALOR TOTAL PARA O LOTE 4				R\$	

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor. Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br). Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)

Campo Alegre, 08 de novembro de 2017.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017 FMS**

Publicação Nº 1421826

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017 FMS  
Processo Licitatório nº 30/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos oito dias do mês de novembro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de pneus para os veículos Renault Master do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa AUTO MECANICA BRANSALES LTDA - EPP, CNPJ 83.513.945/0001-34, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 30/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	30	Unidade	Pneu novo 225/65 R16C Radial	357,20	10.716,00
VALOR TOTAL				R\$ 10.716,00	

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

AUTO MECANICA BRANSALES LTDA - EPP  
LUIZ RENATO GONSALES  
CPF: 195.264.829-72  
Representante legal

**CONVOCAÇÃO Nº 178/2017**

Publicação Nº 1421862

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 178/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. AUGUSTO SCHROEDER inscrito no CPF/MF sob nº 005.930.059-02, aprovado em 04º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de MOTORISTA, na Função de MOTORISTA DA SAÚDE, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 13 de novembro de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 08 de novembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 179/2017**

Publicação Nº 1422322

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 179/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CLARA INES GOETEN DE LIMA inscrito no CPF/MF sob nº 981.522.394-1, aprovada em 07º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Função de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 13 de novembro de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 09 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

PETERSON ALUISIO KOHLER  
Secretário Municipal de Saneamento Ambiental

**DECRETO Nº 10.877 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422784

DECRETO Nº 10.877 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.0117 -	Despesas Correntes	
330000.00.0117 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0117 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0117 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de esporte e Lazer.	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 4.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.0117 -	Despesas Correntes	
330000.00.0117 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0117 -	Aplicações Diretas	

339039.00.0117 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
400000.00.0117 -	Despesas de Capital	
440000.00.0117 -	Investimentos	
449000.00.0117 -	Aplicações Diretas	
449051.00.0117 -	Obras e Instalações	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de esporte e Lazer.	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 08 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.878 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422785

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.878 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.0102 -	Despesas Correntes	
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0102 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 14.791 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422283

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.791 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal ANDRÉ CARLOS STEFANES, Matrícula Funcional nº 000660, Registro no Sistema sob nº 955087, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 á 31 de dezembro de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 06 de novembro de 2017, sob nº 14004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 7.869/17 DE 30/10/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1422275

DECRETO Nº 7.869/17 de 30/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, combinado com a Lei nº 1.815/91 de 25/09/91 e Lei nº 4216/15 de 14/10/2015:

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 27.439,40 (Vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 – Manutenção do Programa da Atenção Básica – PAB Fixo

Elementos de despesa: 19- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.000 08–Aplicações Diretas .....R\$ 8.537,10

Elementos de despesa: 56- 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.000 08–Aplicações Diretas .....R\$ 18.902,30

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos dos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 – Manutenção do Programa da Atenção Básica – PAB Fixo

Elementos de despesa: 20- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000 08–Aplicações Diretas .....R\$ 8.537,10

Elementos de despesa: 41- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.000 08–Aplicações Diretas .....R\$ 18.902,30

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

30 de outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.870/17 DE 07/11/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE**

Publicação Nº 1422269

DECRETO Nº 7.870/17 de 07/11/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos

Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

17.512.0036.2.059 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.3.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações diretas .... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos a seguinte dotação orçamentária:

17.512.0036.2.059 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.1.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações diretas ... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 07 de novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.871/17 DE 08/11/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1422289

DECRETO Nº 7.871/17 DE 08/11/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 69.900,00 (Sessenta e nove mil e novecentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 05–SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.088 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

Elementos de despesa: 78 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043.000 000 – Transferências a Instituições

privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 69.900,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação de recursos de Instituições privadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 08 de novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1918/17**

Publicação Nº 1422162

PORTARIA Nº 1918/17 de 17/10/17  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA LEILA DELAVI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, considerando que a servidora Taila Savaris encontra-se em auxílio maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARIA LEILA DELAVI para exercer o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Outubro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
17 de Outubro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 203H/17**

Publicação Nº 1421853

PORTARIA Nº 203/17 DE 22/09/17  
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ANA PAULA MATOS DE JESUS SAURIN

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ANA PAULA MATOS DE JESUS SAURIN, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de Setembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, 22 de Setembro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

#### **PORTARIA Nº 206H/17**

Publicação Nº 1421857

PORTARIA Nº 206/17 DE 27/09/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A MARLIESE DE CASS MECABO

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença à servidora MARLIESE DE CASS MECABO, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de Setembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Setembro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

#### **PORTARIA Nº 222H/17**

Publicação Nº 1421858

PORTARIA Nº 222/17 DE 02/10/17  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JONATAS JOSE MENDES BARBOZA

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JONATAS JOSE MENDES BARBOZA, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03 e posteriores reajustes. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
04 de Outubro de 2017

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

#### **PORTARIA Nº 223H/17**

Publicação Nº 1421856

PORTARIA Nº 223/17 de 05/10/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA FERNANDES

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a servidora ANA PAULA FERNANDES, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Outubro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**PORTARIA Nº 224H/17**

Publicação Nº 1421848

PORTARIA Nº 224/17 de 06/10/17

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SARA TESSER METZ

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Exonerar a servidora SARA TESSER METZ, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
06 de Outubro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**PORTARIA Nº 225H/17**

Publicação Nº 1421854

PORTARIA Nº 225/17 de 10/10/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) GLORIA APARECIDA CRUZ DA SILVA

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a servidora GLORIA APARECIDA CRUZ DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
10 de Outubro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**PORTARIA Nº 226H/17**

Publicação Nº 1421861

PORTARIA Nº 226/17 DE 10/10/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA RAFAELA DA SILVA BECKER

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário BRUNA RAFAELA DA SILVA BECKER, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03 e posteriores reajustes. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
10 de Outubro de 2017

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**PORTARIA Nº 227H/17**

Publicação Nº 1421852

PORTARIA Nº 227/17 de 16/10/17

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA SILVA

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Exonerar a servidora ANA PAULA SILVA, do cargo de TÉCNICO EM RÁDIO X. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de Outubro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**PORTARIA N° 228H/17**

Publicação N° 1421850

PORTARIA N° 228/17 DE 16/10/17

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JULIANE LARA CAVICHON

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato JULIANE LARA CAVICHON, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de Outubro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**PORTARIA N° 229H/17**

Publicação N° 1421860

PORTARIA N° 229/17 DE 16/10/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA SILVA

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a servidora Michelle Anelize Candeia encontra-se em auxílio maternidade,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário ANA PAULA SILVA, para exercer a função de TÉCNICO EM RAIOS X, com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03 e posteriores reajustes. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de Outubro de 2017

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**EXTRATO DOS CONTRATOS MÊS OUTUBRO 2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1422620

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 32/2017**Número do Processo:** 57/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 285/2017**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante solicitação e justificativa em anexo da Secretaria de Educação e Cultura, o município resolve suprimir em 26,75 Km o itinerário da Linha 35, passando de 107 Km para 80,25 Km. A supressão faz-se necessária por não existir mais alunos na Fazenda Palmeira e Fazenda Aguapé, reduzindo a quilometragem percorrida.

**Data da Assinatura:** 02/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/10/2017**Vigência:** 02/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUTORA BRANGER LTDA - ME**CNPJ:** 09.146.893/0001-52**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 18/2016**Número do Processo:** 87/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 286/2017**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Planejamento e Coord. Geral e justificativa técnica do Setor de Engenharia, o município resolve suprimir o valor de R\$ 538,97 (quinhentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos) do contrato original nº 187/2016. O valor total fica reprogramado em R\$ 480.198,90 (quatrocentos e oitenta mil, cento e noventa e oito reais e noventa centavos). Recurso do Ministério das Cidades, contrato de repasse 1.024.660-30/2015

**Data da Assinatura:** 05/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/10/2017**Vigência:** 05/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 538,97**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**CNPJ:** 03.774.688/0051-14**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 17/2017**Número do Processo:** 128/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 287/2017**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA ALUNOS DE 8º E 9º ANOS, COM IDADE DE 13 A 16 ANOS, MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL DE CAMPOS NOVOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ELETRICIDADE E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E ROBÓTICAS. TURMA COM 35 ALUNOS CARGA HORÁRIA DE 60 HORAS.

**Data da Assinatura:** 06/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/10/2017**Vigência:** 06/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.200,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** B&P - CONSTRUTORA LTDA - EPP**CNPJ:** 07.052.006/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 4/2017**Número do Processo:** 119/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 288/2017**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO IVO CAMPOS - Convênio nº 832.291/2016 Ministério do Turismo. Programa: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.

**Data da Assinatura:** 17/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/10/2017**Vigência:** 17/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 201.035,76**Forma de Pagamento:** 30 dias

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2016**Número do Processo:** 15/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 289/2017**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve aditar o prazo do contrato original nº 32/2016, prorrogando o vencimento para 31 de dezembro de 2017, referente a obra de execução e reforma de passeios nas Ruas Marechal Deodoro, Genoval Alves Sampaio e Apolinária Thibes, conforme especificações do projeto básico.

**Data da Assinatura:** 30/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/10/2017**Vigência:** 30/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**EXTRATO DOS CONTRATOS MÊS OUTUBRO 2017 - SOCIAL**

Publicação Nº 1422627

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/3

CNPJ: 01.850.671/0001-04  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** COMERCIO DE DIVISORIAS FERCAL LTDA - ME**CNPJ:** 15.459.686/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2017**Número do Processo:** 24/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Assistência Social, o município resolve aditar o contrato original nº 34/2017, no valor total de R\$ 649,00 (seiscentos e quarenta e nove reais). Conforme especificações das solicitações em anexo, incluindo material e serviço.**Data da Assinatura:** 16/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/10/2017**Vigência:** 16/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:** 35.01 04.244.0014 2.054.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 649,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MAI COMERCIO E PREST.DE SERV.ELETRÔNICO LT-ME**CNPJ:** 07.936.711/0001-11**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2017**Número do Processo:** 70/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 36/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Assistência Social, o município resolve aditar o contrato original nº 18/2017, na quantidade de 01 unidade de monitoramento, com instalação de alarme no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, conforme especificações em anexo.**Data da Assinatura:** 24/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/10/2017**Vigência:** 24/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/3

CNPJ: 01.850.671/0001-04  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP**CNPJ:** 11.924.851/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 23/2017**Número do Processo:** 27/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS E EMBALAGENS, PARA SEREM USADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS SETORES.**Data da Assinatura:** 26/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/10/2017**Vigência:** 26/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 547,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP**CNPJ:** 85.248.680/0001-10**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 23/2017**Número do Processo:** 27/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS E EMBALAGENS, PARA SEREM USADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS SETORES.**Data da Assinatura:** 26/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/10/2017**Vigência:** 26/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.278,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/3

CNPJ: 01.850.671/0001-04  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME**CNPJ:** 22.068.330/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2017**Número do Processo:** 29/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA**Data da Assinatura:** 31/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/11/2017**Vigência:** 31/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.980,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** JESSICA TAIS DEMARCH KRUTZMANN 08521715951**CNPJ:** 28.946.802/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2017**Número do Processo:** 29/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 40/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA**Data da Assinatura:** 31/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2017**Vigência:** 31/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.730,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº FMC 01/2017**

Publicação Nº 1422020

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 06/2017  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. FMC 01/2017  
1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, torna público, que alterou o edital e a data de abertura do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 27/11/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

José Alfredo da Fonseca  
Presidente

### **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 13/2017**

Publicação Nº 1422584

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 88/2017, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 13/2017, QUE TEM POR OBJETO CONCESSÃO DE USO REMUNERADO, POR TEMPO DETERMINADO, DE 01 (UMA) SALA COMERCIAL, LOCALIZADA NA PRAÇA LAURO MULLER, CENTRO – CANOINHAS, PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTE OU LANCHONETE.

Aos 08 (oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de Cássia Kohler Wendt e Srta. Daniela Cristina da Silva, nomeados pela Portaria nº 959/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa ELIANE APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA 00457206900, representada pela Sra. Eliane Aparecida Monteiro de Souza, e Pessoa Física Sra. GISELE BECKER. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Os envelopes das propostas de preço foram rubricados pela Comissão de Licitação e representantes presentes e lacrados em envelope maior, o qual também foi rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ da empresa e CPF da pessoa física, participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa ELIANE APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA 00457206900, e Pessoa Física Sra. GISELE BECKER HABILITADAS no certame. Aberta a palavra aos

participantes, os mesmos declinaram de usá-la. Os representantes das empresas participantes assinaram o termo de renúncia de interposição de recursos, referente à fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam, a empresa ELIANE APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA 00457206900, e Pessoa Física Sra. GISELE BECKER. Primeiramente foram verificadas as inviolabilidades das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores mensais para a concessão do espaço conforme previsto no edital ficaram assim distribuídos: em 1º lugar a empresa ELIANE APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA 00457206900, com o valor MENSAL de R\$ 3.525,50 e em 2º lugar a pessoa física Sra. GISELE BECKER, com o valor MENSAL de R\$ 1.666,00. A comissão DECLAROU vencedora a empresa ELIANE APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA 00457206900 do certame, com o valor MENSAL de R\$ 3.525,50. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da proposta. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro  
Presidente

Karina de Cássia Kohler Wendt  
Secretária

Daniela Cristina da Silva  
Membro

Eliane Aparecida Monteiro de Souza 00457206900  
Eliane Aparecida Monteiro de Souza

Gisele Becker

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 100/2017**

Publicação Nº 1422242

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 100/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 100/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: TECNO-LAR REFRIGERAÇÃO LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 12464652000166. Objeto Contratado CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ARMARIO BAIXO, MULTIPROCESSADOR DE VEGETAIS, CAPTADOR DE VAPORES, CONCHA EM AÇO INOX, MINIMO 30 cm, GARRAFA TÉRMICA CAPACIDADE MINIMA 1,8 LT E PA PARA CALDEIRÃO EM ALTIENO OU POLIETILENO, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR- UADAF, MUNICIPIO DE CANOINHAS-CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$7.229,48 (sete mil duzentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas,

inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 101/2017**

Publicação Nº 1422244

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 101/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo Nº PMC 144/2017

Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 101/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: CCK COMERCIAL EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 22065938000122. Objeto Contratado CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO EM AÇO INOXIDÁVEL, CARRO PARA TRANSPORTE DE DETRITOS, SELADORA APLICADORA DE FILMES, DESCASCADOR COM CAIXA DE DECANTAÇÃO, ESTRADO PLÁSTICO, DIMENSÕES 0,75X0,95X0,16 M, CARRO FUNCIONAL PARA LIMPEZA, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR- UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS-CONTRATO DE REPASSE Nº774.677/2012. Valor do contrato: R\$9.624,25 ( Nove mil seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 102/2017**

Publicação Nº 1422247

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 102/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo Nº PMC 144/2017

Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 102/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: HEXA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 181900560001-11. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE TRANSPALLET MANUAL COM ACIONAMENTO HIDRAULICO, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS-CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$1.482,00 ( Um mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 103/2017**

Publicação Nº 1422248

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 103/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo Nº PMC 144/2017

Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 103/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: ESTILO GLASS EQUIPAMENTOS E COZINHA EITELI - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08775075000156. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CARRO PLATAFORMA, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS-CONTRATO DE REPASSE Nº774.677/2012. Valor do contrato: R\$1.501,39 (Um mil quinhentos e um reais e trinta e nove centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 104/2017**

Publicação Nº 1422252

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 104/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo Nº PMC 144/2017

Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 104/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: MARTE CIENTIFICA E INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 60431715000120. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BALANÇA DE PISO, MOVEL, DISPLAY DIGITAL, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS-CONTRATO DE REPASSE Nº774.677/2012. Valor do contrato: R\$2.100,00 (Dois mil e cem reais). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 105/2017**

Publicação Nº 1422254

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 105/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo Nº PMC 144/2017

Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 105/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: VMLX ELETRONICOS EIRELI – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03800477000140. Objeto Contratado: CONTRATO

PARA AQUISIÇÃO DE LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS – CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$630,00 (Seiscentos e trinta reais). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 106/2017**

Publicação Nº 1422258

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 106/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 106/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: CEGI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA E INOXIDAVEIS EIRELI - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 24325538000134. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ESTANTE PRATELEIRA 055X1,20X1,80 M, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS – CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$17.967,88 (Dezessete mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 107/2017**

Publicação Nº 1422260

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 107/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 107/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: VON STEIN REFRIGERAÇÃO LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 11442327000130. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CAMARA FRIGORIFICO REFRIGERADO, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS – CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$21.540,00 (Vinte e um mil quinhentos e quarenta reais). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 108/2017**

Publicação Nº 1422261

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 108/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 108/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: SIERDOVSKI E SIERDOVSKI LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03874953000177. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CAMARA FRIGORIFICO, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS – CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$23.264,44 (Vinte e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017. Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 109/2017**

Publicação Nº 1422262

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 109/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 109/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: KIENTRO BRASIL LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 19717870000104. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRATELEIRA SUSPensa LISA 0,40 X 1,85 M, PRATELEIRA SUSPensa LISA 0,40 X 1,55 M, PRATELEIRA SUSPensa LISA 0,40 X 1,25 M, PRATELEIRA SUSPensa LISA 0,40 X 1,60 M, MESA INOX, COM 02 CUBAS, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS – CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$ 6.770,73 (Seis mil setecentos e setenta reais e setenta e três centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 110/2017**

Publicação Nº 1422264

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 110/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC

110/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: BR & SP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 19860197/0001-67. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MESA INOX COM 01 CUBA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,6X0,5X0,45, MESA INOX COM 01 CUBA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,5X0,4X0,3, MESA LISA, FIXA/ BANCADA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,5X0,4X0,3, MESA LISA, FIXA/ BANCADA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,70X1,60X0,9, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS—CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$9.016,85 ( Nove mil e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 111/2017**

Publicação Nº 1422266

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 111/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 111/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: GERAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº 08532500000186. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MESA LISA, FIXA/BANCADA DIMENSÕES APROXIMADAS 0,70X1,85X0,9, ESTANTE PRATELEIRA, DIMENSÕES 0,55X1,45X1,80M DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS—CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$6.198,84 (Seis mil cento e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 112/2017**

Publicação Nº 1422268

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 112/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 112/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: H.J. INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS EM AÇO INOXIDÁVEL LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 05812462000127. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MESA LISA, FIXA/BANCADA, ESTANTE PRATELEIRA, DIMENSÕES 0,55X0,90X1,80M, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS—CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato:

R\$6.150,00 (Seis mil cento e cinquenta reais). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 113/2017**

Publicação Nº 1422270

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 113/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 113/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: RODRIGO CESAR DA SILVA MOLINA - ME, inscrita no CNPJ nº 17428167000150. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ESTRADO PLASTICO, DIMENSÕES 0,41X0,81X0,16 M, MONOBLOCO EM PLASTICO RESISTENTE, VAZADO, MONOBLOCO EM PLASTICO RESISTENTE, FECHADO, CESTO DE LIXO COM PEDAL , DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS—CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$10.697,78 (Dez mil seiscentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 114/2017**

Publicação Nº 1422272

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 114/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 114/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA □ EPP, inscrita no CNPJ nº 14676091000194. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SUPORTE PARA SABONETE LIQUIDO, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS—CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$249,00 (duzentos e quarenta e nove reais). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 115/2017**

Publicação Nº 1422276

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 115/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 115/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: SOLO COMERCIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº11102277000141. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CESTO DE LIXO, TOUCA EM TNT □ EPI, PAINEL DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE MÍNIMA 11L, PAINEL DE PRESSÃO, PAINEL DE PRESSÃO 10L, COLHER DE SOPA (COLHER DE MESA), LAMINA E CABO EM INOX, CONCHA EM AÇO INOX, DESCASCADOR DE LEGUMES, EM AÇO INOX, COPO ALTO DE VIDRO, CONJUNTO COM 06 UNIDADES, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS-CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$ 2.992,55 (Dois mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017. Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 98/2017**

Publicação Nº 1422237

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 98/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 98/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: W.A.M. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 20.973.477/0001-60. Objeto Contratado CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRA GIRATORIA, MESA PARA ESCRITÓRIO,

ROUPEIRO DE AÇO 02 PORTAS, LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPAS, CAPACIDADE 10L E BOTA BORRACHA, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA-FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS CONTRATO DE REPASSE Nº774.677/2012. Valor do contrato: R\$ 2.220,95 (dois mil duzentos e vinte reais e noventa e cinco centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 99/2017**

Publicação Nº 1422240

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 99/2017  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo Nº PMC 144/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 99/2017

O Município de Canoinhas-SC, torna público o Contrato n.º PMC 99/2017. Data de assinatura: 31/10/2017. Contratada: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º12.674.048/0001-64. Objeto Contratado CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO PALITO, ROUPEIRO DE AÇO 04 PORTAS, CONTAINER PLÁSTICO 360 LITROS, BALANÇA ELETRÔNICA CAPACIDADE 30 KG, FOGÃO INDUSTRIAL, CAIXA PLÁSTICA COM TAMPAS, COLHER PARA ARROZ, GARFO BIDENTE EM INOX, SACOLA PLÁSTICA, LUVA DESCARTAVEL EM POLIETILENO, MÁSCARA DUPLA, COM ELÁSTICO □ EPI, ASSADEIRA RETANGULAR, JARRA DE VIDRO, PRATO TIPO BOWL E JARRA MEDIDORA GRADUADA, DESTINADOS À UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR-UADAF, MUNICÍPIO DE CANOINHAS-CONTRATO DE REPASSE Nº 774.677/2012. Valor do contrato: R\$15.924,74 (quinze mil novecentos e vinte e quatro e setenta e quatro centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir do dia 31/10/2017 até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 68/2017 - CONCEDE FÉRIAS**

Publicação Nº 1422747

PORTARIA Nº 68/2017  
CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK, ocupante do cargo de Contadora, referente ao período aquisitivo 29/11/2015 à 28/11/2016, que serão usufruídas do dia 13/11/2017 a 17/11/2017, retornando suas atividades em 18/11/2017.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração,

conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 08 de novembro de 2017.

Wilmar Sudoski  
Presidente

Norma Pereira  
1º Secretária

Zenici Dreher  
2º Secretária

# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0169/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0117/2017

Publicação Nº 1422238

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0169/2017  
Pregão Presencial Nº 0117/2017

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Balas Mastigáveis para distribuição durante a Programação Natalina no Natal das Estrelas, a ser realizado de 03 à 23 de Dezembro de 2017. Com Recursos Próprios.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:25 horas, para abertura da Seção

às 08:30 horas do dia 23/11/2017.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zóccoli, 155 - Centro.

**Horário:** Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

**Telefone:** (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

**No sítio:** www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 9 de Novembro de 2017.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1421776

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL (SC), através da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, na forma da legislação em vigor, em especial, o art. 48 da Lei Federal nº 101/2000, parágrafo 1º, inciso I, e nos artigos 84 e 150, § 3º do Regimento Interno, com a finalidade de consultar a população sobre o Projeto de Lei nº 33/2017, que dispõem sobre a LOA - Lei Orçamentária Anual do Município de Capinzal, TORNA PÚBLICO e CONVOCA todas as associações representativas dos vários segmentos e a população em geral do Município de Capinzal para participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA.

**MATÉRIA:** Debater, esclarecer e receber sugestões da população e das associações representativas sobre o Projeto de Lei nº 33/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2018.

**DO LOCAL, DATA E HORA:** A Audiência Pública será realizada no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sita à Rua Alexandre Thomazoni, 120, Centro, no dia 20 de novembro de 2017, com sua instalação marcada para as 18:30 horas.

**PARTICIPANTES:** O público alvo desta Audiência Pública são as entidades representativas e a população em geral do Município de Capinzal.

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado no DOM - Diário Oficial do Município, na Imprensa local e afixado no site e no mural desta Câmara de Vereadores, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Capinzal (SC), em 8 de novembro de 2017.

Vereador Gilmar Junior da Silveira  
Presidente da Câmara de Vereadores

Vereador Lucas Antônio Dorini  
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data Supra.

Vereador Gilmar Junior da Silveira  
Presidente da Câmara de Vereadores

### PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8

Publicação Nº 1421774

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

#### PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei Complementar nº 8, de 2017, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 8, de 2017.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017.**

Dispõe sobre normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Lei nº 970, de 22 de dezembro de 1980 – Código Tributário Municipal, com alterações posteriores dadas pela Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

Art. 1º O art. 4º, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, terá a seguinte redação:

Art. 4º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (NR)

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do §1º do art. 1º da Lei nº 74/2003.

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; (NR)

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI – dos bens, dos móveis ou do domicílio das pessoas vigiados, seguros ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa; (NR)

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; (NR)

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa;

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (NR)

XXIV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços

prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; (NR)

XXV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09. (NR)

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto do art. 40, da Lei 74, de 29 de dezembro de 2003 e § 1º do Art. 6º desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (NR)

Art. 2º Dá nova redação ao inciso III e inclui os §§ 4º e 5º, do Art. 8º da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003;

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 1º desta Lei Complementar. (NR)

§ 4º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. (NR)

§ 5º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. (NR)

Art. 3º O § 3º do art. 17, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, terá a seguinte redação:

§ 3º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza ou ao número de postes, existentes em cada município.

Art. 4º O art. 18, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, terá a seguinte redação:

Art. 18. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a prestação de serviço na modalidade de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, será determinado na forma prevista no Art. 44 e 45, da Lei Complementar nº 74/2003, com nova redação desta Lei Complementar, em função da natureza do serviço, calculado por estimativa e expresso em Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

§ 1º Quando os serviços forem prestados por sociedades simples, porém realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 2º As sociedades a que se refere este artigo são aquelas formadas por pessoas físicas, devidamente habilitadas para o exercício de todas as atividades consignadas em seus objetos sociais.

Art. 5º O art. 19, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, terá a seguinte redação:

Art. 19. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa

física, será calculado por estimativa, uma única vez no início de cada exercício ou da atividade, pelo nº de meses do ano, podendo ser pago quadrimestralmente, vencíveis conforme calendário fiscal estabelecido por decreto do Poder Executivo, no exercício a que corresponder o tributo.

Parágrafo único. Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

Art. 6º Inclui os §§ 1º, 2º e 3º, ao artigo 40, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar. (NR)

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima prevista neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço. (NR)

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. (NR)

Art. 7º O inciso II, do art. 43, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, terá a seguinte redação:

(...)

II - por estimativa fiscal.

Art. 8º Altera o inciso III, e inclui o Parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

(...)

III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado:

- a) valor de matérias-primas, insumo, combustível e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;
- b) ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;
- c) aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprios, correspondentes a 10% (dez por cento) do valor dos mesmos;
- d) o montante das despesas com água, luz, telefone;
- e) impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;
- f) outras despesas mensais obrigatórias.

Parágrafo único. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISS.

Art. 9º A alínea "a", inciso I do art. 49, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, terá a seguinte redação:

a) uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física;

Art. 10. O inciso III e § 2º, do art. 57, da Lei Complementar nº 74, de 29 de dezembro de 2003, terá a seguinte redação:

(...)

III - quadrimestralmente, até o último dia útil do mês a que se refere o débito, nos casos de o valor do imposto calculado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física.

(...)

§ 2º Nos casos de o imposto calculado na modalidade de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, o valor será cobrado pelo total incidente no quadrimestre, não obstante o número de dias em que tenha ocorrido a prestação ou inscrição cadastral.

Art. 11. Altera os itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 14.05, 16.01, 25.02 e inclui os itens 1.09, 6.06, 13.05, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, da Lista de Serviços, Anexo Único da Lei Complementar nº 074, de 29 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

I - 1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. (NR)

II - 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. (NR)

III - 1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

IV - 6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

V - 7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descasamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (NR)

VI - 11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (NR)

VII - 13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

VIII - 14.05 - Restauração, acondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

IX - 14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

X - 16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (NR)

XI - 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

XII - 17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

XIII - 25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (NR)

XIV - 25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 12. Consoante a Lei Municipal nº 970/1980, modificada pela LC nº 74, de 29 de dezembro de 2003 e alterações introduzidas por esta Lei Complementar, amparada na Lei Federal Complementar 116, de 31 de julho de 2003, compete ao Município instituir, lançar e cobrar o Imposto de Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, referente a todos os serviços descritos na lista de serviços Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 13. Os estabelecimentos com atividades incluídas, alteradas e todas as enumeradas na lista de serviços, anexo único desta Lei Complementar, ficam obrigados a fornecer mensalmente à Prefeitura Municipal, relatórios que identifiquem:

I – O percentual determinado em contrato a que tem direito e a título de Taxa de desconto;

II – Os valores debitados em suas contas correntes, quando do crédito de valores, por conta de suas vendas ou serviços, adiantamento em conta corrente ou empréstimos financeiros;

III – Os valores faturados ou cobrados por conta de qualquer serviço, inclusive os prestados por outras empresas coligadas, contratadas ou afiliadas.

§ 1º As informações relacionadas neste artigo poderão ser substituídas com a entrega de cópia do relatório mensal, contendo o movimento de créditos e débitos realizados mensalmente, podendo ser encaminhado em papel ou digital.

§ 2º O relatório mensal de que trata o parágrafo anterior poderá substituir as informações requeridas, desde que todas estas estejam contidas no documento substituto, ou que as omissas sejam apresentadas adicionalmente.

§ 3º Os Estabelecimentos são obrigados a enviar as informações requeridas neste artigo no prazo de 15 (quinze) dias, da data do crédito de suas receitas na conta corrente.

Art. 14. O descumprimento de obrigações determinadas nesta Lei Complementar, acarretará aos infratores penalidade por infração

a cada mês de descumprimento na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 74, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 15. Esta Lei Complementar passa a integrar o Sistema Tributário Municipal vigente.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, para ser aplicada a partir de janeiro de 2018, respeitados os 90 (noventa) dias de sua aprovação.

Capinzal (SC), 24 de outubro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR

Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

Membro

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

Membro

## PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 31

Publicação Nº 1421772

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 31, de 2017, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 31, de 2017.

#### PROJETO DE LEI Nº 31, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, na forma da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir:

0101	PODER LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01	LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001.1001	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-001	Aplicações Diretas	000	000	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma do quadro a seguir:

0101	PODER LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01	LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001.1003	AMPLIAÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-003	Aplicações Diretas	000	000	R\$	50.000,00
	Total	000	000	R\$	50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 7 de novembro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR  
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB  
Membro

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB  
Membro

## RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA 7 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1421831

RESUMO DA  
SESSÃO PLENÁRIA  
7 DE NOVEMBRO DE 2017

- Aprovada a Ata nº 2.934, de 2017, referente à Sessão Plenária do dia 24/10/2017.
- Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:
  - Projeto de Lei nº 033, de 2017, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2018.
- à O Projeto foi encaminhado a Comissão de Orçamento para análise e Pareceres.
- Aprovado:
  - Projeto de Lei Complementar nº 008, de 2017, dispõe sobre normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e dá outras providências.
  - Projeto de Lei nº 031, de 2017, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.
- Expediente dos Vereadores: Indicações ao Poder Executivo: o Vereador Kelvis Borges apresentou uma indicação. O Vereador Renato Marcelo Markus apresentou uma indicação. O Vereador Valmor de Vargas apresentou duas indicações. O Vereador Lucas Antônio Dorini apresentou duas indicações. O Vereador Carlos Adriano Zocoli apresentou uma indicação. Os Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira apresentaram uma indicação. Os Vereadores Bruno Michel Fávero, Lucas Antônio Dorini e Gilmar Junior da Silveira apresentaram uma indicação. Pedidos de Informações ao Poder Executivo: o Vereador Lucas Antônio Dorini apresentou um pedido de informação. Os Vereadores Rafael Edgar Tonial e Kelvis Borges apresentaram um pedido de informação.
- Palavra Livre.
- Convocação dos Vereadores para a Sessão Plenária no dia 14 de novembro de 2017, às 19 horas.
- O Vídeo da Sessão está disponível no site [www.camaracapinzal.sc.gov.br](http://www.camaracapinzal.sc.gov.br), no Link "Sessões Gravadas" e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.

Câmara de Vereadores, 8 de novembro de 2017.  
Vereador Gilmar Junior da Silveira  
Presidente

# Catanduvas

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0099/2017 - PREGÃO Nº 0079/2017

Publicação Nº 1422712

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0099/2017  
PREGÃO Nº 0079/2017

Objeto: Aquisição de equipamento/material permanente, para a manutenção e o desenvolvimento das ações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Dotação Orçamentária:

1.094.4490.00 - 462 - 32/2017 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 23 de novembro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 08 de novembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 08 de novembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.574/2017, DE 23 DE MAIO DE 2017

Publicação Nº 1422192

LEI Nº 2.574/2017, de 23 de maio de 2017.

“RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2017, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre o Município de Catanduvas (SC) e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 2.191/2009 de 04 de março de 2009.

Art. 2º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública está publicado na página 936 da edição nº 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543\\_edicao\\_2218\\_assinado.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf)).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 23 de maio de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito

Registrada e publicada nesta Secretaria em 23/05/2017.

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### 032/2017 PCS

Publicação Nº 1422500

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 032/2017 PCS

Objeto: Registro de preços para a possível pintura de vias públicas do Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 27/11/2017.

Abertura: dia 27/11/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 09 de novembro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

### RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 180/2017

Publicação Nº 1421875

#### RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 180/2017

Na Portaria Nº 180/2017, de 06 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, de 07 de novembro de 2017, Edição nº 23780, página nº 126, onde se lê: Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal SAIANE BURTET DO AMARAL, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 à 30/06/2017; Leia-se: Art. 1º - Conceder férias a Servidora Municipal SAIANE BURTET DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 à 30/06/2016.

Caxambu do Sul/SC, 08 de novembro de 2017.

ORIGINAL ASSINADO

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1422487

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó NOTIFICA os seguintes contratantes com o Município através do Fundo Municipal de Habitação – INÊS MARIA PEREIRA RODRIGUES, portadora do RG nº 12R. 904.683 e do CPF nº 893.046.249-91 e ARTIMINO RODRIGUES, portador do RG nº 822.952-0 e do CPF nº 182.129.809-87 a rescisão unilateral do contrato n. 854/2004 de financiamento com garantia hipotecária e outras avenças referente o Lote n.03 da Quadra 4145, no Bairro Efapi, Loteamento Esperança, Rua Augusto Pestana (antiga Rua A), firmado entre as partes em 21 de dezembro de 2004, cadastro imobiliário n. 66376, em razão do descumprimento de suas cláusulas contratuais, nos termos das Cláusulas Terceira.

Gabinete do Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina em 27 de Outubro de 2017.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1422485

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Habitação, NOTIFICA os (as) Srs. (as) abaixo relacionados (as), pré-selecionados(as) para o Residencial Quatro Estações, localizado na Rua Malaquias, no Bairro Bom Pastor, projeto do Programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC a comparecerem na Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua Clevelandia, n. 727 – E, Arena Condá, Ala Sul, Bairro Centro, Chapecó –SC no prazo de 10 (dez dias), após a publicação desta notificação, a fim de regularizar sua inscrição e trazer a documentação necessária para a efetivação no referido programa.

#### SUPLENTE CADASTRO GERAL:

Nº. Sorteio	NOME	Nº. CADASTRO
126	ROSANGELA ALVES DA SILVA	12088
127	FRANCISCO ADEMAR PALHANO	13339
128	MARIA ELENA PINHEIRO DE ANDRADE	16916
129	DIONE TEREZINHA LORENZI DE SOUZA	16806
130	JOSIANE PADILHA	11004
131	ANTONIO PEREIRA	12225
132	MONICA DO PRADO	13813
133	TATIANE GODOIS	13597
134	SUZANA LETICIA CORREIA	12816
135	GILBERTO A. RODRIGUES	12493

Chapecó - SC, 06 de novembro de 2017.

TATIANE CRISTINE BODIGHEIMER

Diretoria de Habitação

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/PMCS/2017 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1422433

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/PMCS/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para extração de saibro à granel de primeira categoria, para manutenção das estradas vicinais do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 23/11/2017.

Abertura: Dia 23/11/2017, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 08 de novembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/PMCS/2017 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1422435

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/PMCS/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de assessoria em licitações, para auxílio ao setor administrativo do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 14h00min do dia 23/11/2017.

Abertura: Dia 23/11/2017, às 14h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 08 de novembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE EXCLUSÃO DE ITEM - PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1422641

#### AVISO DE EXCLUSÃO DE ITEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 243/2017 PMC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017- PMC  
Aquisição de Bens

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SECRETARIA MUNICIPAL URBANISMO E OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna publico para o conhecimento dos interessados a EXCLUSÃO do ITEM 05 do Pregão PRESENCIAL Nº 60/2017- PMC - Aquisição de Bens, cujo objeto é a aquisição de ferramentas, equipamentos e mobiliário em geral, para atendimento das necessidades de diversas Secretarias, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2017.  
WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2017 – FMS AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1422313

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2017 – FMS  
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos e hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 23/11/2017.

Início da Sessão: dia 23/11/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2017.  
SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do FMS

### AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2017 PMC – COMPRAS E SERVIÇOS

Publicação Nº 1422598

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2017- PMC  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - Nº 1/2017 – PMC  
Compras e Serviços

#### AVISO DE SUSPENSÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema de Gestão Habitacional incluindo o provimento de DATACENTER (próprio ou locado), solução de mobilidade, a licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, em conformidade com as exigências, características e quantidades constante no Anexo "a" do Edital.

Comunicamos aos interessados que o processo acima citado encontra-se SUSPENSO para análise de impugnação ao edital. Tão logo concluída a análise da mencionada impugnação, outras providências serão adotadas oportunamente.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2017.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1422279

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2017 – PMC  
AQUISIÇÃO DE BENS

O MUNICIPIO DE CONCORDIA, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO no Aviso de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 27/2017 –PMC na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

"Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 20/11/2017. Início da Sessão: dia 20/11/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF."

Leia-se:

"Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 24/11/2017. Início da Sessão: dia 24/11/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF."

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2017.  
MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI  
Secretária Municipal de Educação

**EXTRATO 10º TA CONTRATO N° 222/2016 - PMC**

Publicação N° 1422376

Contrato N° : 222/2016

Aditivo N° : 10TA CT 222/2016/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITTER RODOVIAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SC - BADESC, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo, Projeto e Relação de Lotes, constantes no Anexo "D" e "E" do Edital.

Vigência : Início: 04/11/2017 Término: 04/03/2018

Assinatura : 27/10/2017

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 735/2017

Publicação Nº 1421943

DECRETO Nº 735, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.022 - Manutenção do Fundeb.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 36

Fonte de Recursos: 10.18– Vinculados - R\$ 450.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (10.18) FUNDEB.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.038 – Manutenção do Núcleo de Atendimento da Saúde da Família – NASF.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 16

Fonte de Recursos: 16.64 – Vinculados – R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 – Manutenção do PMAQ – (RAB-PMAQ-SM.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 16

Fonte de Recursos: 14.64 – Vinculados – R\$ 15.000,00

Art. 4º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada a seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.038 – Manutenção do Núcleo de Atendimento da Saúde da Família – NASF.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 17

Fonte de Recursos: 16.64 – Vinculados – R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 – Manutenção do PMAQ – (RAB-PMAQ-SM.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 33

Fonte de Recursos: 14.64 – Vinculados – R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 – Manutenção do PMAQ – (RAB-PMAQ-SM.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 34

Fonte de Recursos: 14.64 – Vinculados – R\$ 5.000,00

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Adm., Faz. e Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 13

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários - R\$ 2.000,00

Art. 6. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 5º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos para 31/10/2017.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 736/2017

Publicação Nº 1421953

DECRETO Nº 736/2017

"ESTABELECE JORNADA DE TRABALHO EXCEPCIONAL A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no do Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida jornada de trabalho excepcional a servidor municipal ANDRÉ RODRIGUES, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, matrícula n. 1346701, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, em 01 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO Nº 737/2017**

Publicação Nº 1421954

DECRETO Nº 737/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. SALETE VARNIER ZANLUCHI, ocupante do cargo de Professor, Matrícula nº355101, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 31/10/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 01 Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 738/2017**

Publicação Nº 1421957

DECRETO Nº 738/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 3 (três) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. FRANCIELI MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº1339504, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 01 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 739/2017**

Publicação Nº 1421959

DECRETO Nº739/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (Um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de seu filho, da Servidora Municipal, Sra. ANE CRISTINE BRIANCINI, ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº628802, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 740/2017**

Publicação Nº 1421961

DECRETO Nº 740/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. FABIANE SPAGNOL, ocupante do cargo de Farmacêutico, Matrícula nº1352001, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 31/10/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 01 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 741/2017**

Publicação Nº 1421962

DECRETO Nº 741/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. CRISTINA LAJUS MENDES, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, Matrícula nº1354701, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 31/10/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 01 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 742/2017**

Publicação Nº 1421963

DECRETO Nº742/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro da família, da Servidora Municipal, Sra. SONIA CRISTINA DELLA TORRE BRIANCINI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, Matrícula nº 85401, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 743/2017**

Publicação Nº 1421965

DECRETO Nº743/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder a servidora Pública Sra. SONIA ALBERTON MAGIONI, ocupante do cargo de professor (a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrículas nº 362101 e nº 362102, lotada na Secretaria Municipal de Educação. 02 (dois) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 09/09/2016, que serão usufruídos nos dias 16 e 17/11/2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 06 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 744/2017**

Publicação Nº 1421966

DECRETO Nº 744/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e atendendo ao Artigo 60 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município (Lei Complementar n. 18/2001),

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora municipal Sra. FLAVIANO PERIN, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, matrícula n. 1334802, 30 (Trinta) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de 01/10/2015 á 30/09/2016, que serão gozadas a partir do dia 04/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de Novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

FLAVIANO PERIN  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 745/2017**

Publicação Nº 1421968

DECRETO Nº745/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal a Sra. LOÍVA CECÍLIA DAL PIVA, ocupante do cargo de Procurador Chefe, sob. Matrícula nº1342501, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 18/12/2015 á 17/12/2016, que serão gozadas a partir do dia 18/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 07 de Novembro de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

LOÍVA CECÍLIA DAL PIVA  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 746/2017**

Publicação Nº 1421969

DECRETO Nº746/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal ao Sr. ANDRÉ LUIZ NASSINGER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, sob. Matrícula nº5014-01, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2016 á 01/01/2017, que serão gozadas a partir do dia 04/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 07 de Novembro de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ANDRÉ LUIZ NASSINGER  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 747/2017**

Publicação Nº 1421970

DECRETO Nº 747/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. ADRIANA BORMAN ARNDT cargo Assistente Técnico de Secretaria, matrícula nº 1341302, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/01/2017 á 15/01/2018, que serão gozadas a partir do dia 18/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ADRIANA BORMAN ARNDT  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 748/2017**

Publicação Nº 1421971

DECRETO Nº 748/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. DIRCEU CESAR GUOLO cargo Motorista, matrícula nº 27702, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2016 á 14/04/2017, que serão gozadas

a partir do dia 13/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DIRCEU CESAR GUOLO

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### **DECRETO Nº 749/2017**

Publicação Nº 1421972

DECRETO Nº 749/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. JAIR BORSOI, cargo Motorista, matrícula nº 71801, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 17/01/2016 à 16/01/2017, que serão gozadas a partir do dia 04/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

JAIR BORSOI

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### **DECRETO Nº 750/2017**

Publicação Nº 1421974

DECRETO Nº 749/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. EDIMAR DOS PASSOS, cargo Motorista, matrícula nº 110901, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2016 à 31/07/2017, que serão gozadas a partir do dia 04/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EDIMAR DOS PASSOS

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### **DECRETO Nº 751/2017**

Publicação Nº 1421975

DECRETO Nº 751/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, cargo Fonoaudiólogo (a), matrícula nº 1335001, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/02/2016 à 15/02/2017, que serão gozadas a partir do dia 26/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 752/2017**

Publicação Nº 1421976

DECRETO Nº 752/2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 603901, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2016 á 05/02/2017, que serão gozadas a partir do dia 04/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 753/2017**

Publicação Nº 1421977

DECRETO Nº 753/2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. MARIA TERESINHA LUZA, cargo Técnico em Enfermagem, matrícula nº 345701, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2016 á 31/01/2017, que serão gozadas a partir do dia 04/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

MARIA TERESINHA LUZA

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 754/2017**

Publicação Nº 1421978

DECRETO Nº 754/2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. PAULA CASONATTO, cargo Odontólogo (a), matrícula nº 1347801, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/01/2017 á 11/01/2018, que serão gozadas a partir do dia 26/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PAULA CASONATTO

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO Nº 755/2017**

Publicação Nº 1421979

DECRETO Nº 755/2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. SÓCRATES PERIN, cargo Gerente de Saúde, matrícula nº 576304, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2016 á 31/08/2017, que serão gozadas a partir do dia 13/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

SÓCRATES PERIN  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

## DECRETO Nº 756/2017

Publicação Nº 1421981

DECRETO Nº 756/2017

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no do Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Artigo 7º-CF/88,

DECRETA

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. FRANCIELI MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 1339504, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será pelo período de 120 dias a partir do dia 06/11/2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 07 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

## DECRETO Nº 757/2017

Publicação Nº 1421982

DECRETO Nº 757/2017

“DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E REAVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - COMPOSTA PELO DECRETO Nº 720/2017 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros Rafaela Regina Pacífico Dezen, Liciane Magnanti Pasa e Ivanete Lourdes Pederssetti - da Comissão de Levantamento e Reavaliação do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário do Município de Cordilheira Alta - por Lourdes Maria

Lanzarin Fávero, matrícula n. 603901, Maike Elize Techio, matrícula nº 1346103 e Juliana Bordignon Tozzo, matrícula nº 1355501.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam todas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 08 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## DECRETO Nº 758/2017

Publicação Nº 1421986

DECRETO Nº 758/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. MONIA CRISTINA MORESCO BREASINI, ocupante do cargo de Professor (a), Matrículas nº504001 e nº629301, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 07/11/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 08 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

## DECRETO Nº 759/2017

Publicação Nº 1421987

DECRETO Nº 759/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde do Servidor Municipal, Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Especialista Geriatria, Matrícula nº 632401, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 07/11/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 08 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

## **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC.117/2017**

Publicação Nº 1422051

### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação coforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº53/2017

JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

PROCESSO: 117/2017

SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, DE ILUMINAÇÃO, DE LOCAÇÃO DE PALCO E LINÓLEO, DE CORTINADO E CONFECÇÃO DE CONVITES PARA O ESPETÁCULO DE DANÇA DE CORDILHEIRA ALTA QUE OCORRERÁ NA DATA DE 14/12/2017.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$11.350,00(Onze mil trezentos e cinquenta reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora as empresas: EDUARDO JOSÉ HEINECK ME, para o Lote 01 no valor de R\$6.100,00, e a empresa: MR COMERCIO E SERVIÇO DE SOM LTDA –ME, para o Lote 02,03 E 04 no valor de R\$5.250,00 adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 08 de Novembro de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro

## Publicação Nº 1422076

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**  
Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Description do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Ctde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
Processo / Ano:	16/2017	Licitação: 3/2017 - PR					
Fornecedor.....:	2622	- SIPEZA FOODS LTDA - ME					
Adjudicação.....:	209	- Data: 13/02/2017					
		Centro de Custo:					
28	05-02-08386	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE CARNE MOIDA TAMANHO COMERCIAL	kg	200,000	4,000	29,68	118,72
		T O T A I S ----->			4,000		118,72
Processo / Ano:	16/2017	Licitação: 3/2017 - PR					
Fornecedor.....:	2622	- SIPEZA FOODS LTDA - ME					
Adjudicação.....:	210	- Data: 13/02/2017					
		Centro de Custo:					
23	05-02-08344	PASTEL COM RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA COM 100UN	BAND	300,000	2,000	78,90	157,80
		T O T A I S ----->			2,000		157,80
Processo / Ano:	16/2017	Licitação: 3/2017 - PR					
Fornecedor.....:	2622	- SIPEZA FOODS LTDA - ME					
Adjudicação.....:	211	- Data: 13/02/2017					
		Centro de Custo:					
23	05-02-08344	PASTEL COM RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA COM 100UN	BAND	300,000	2,000	78,90	157,80
		T O T A I S ----->			2,000		157,80
Processo / Ano:	16/2017	Licitação: 3/2017 - PR					
Fornecedor.....:	2623	- N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME					
Adjudicação.....:	212	- Data: 13/02/2017					
		Centro de Custo:					
27	05-02-08385	BOLO SIMPLES COM COBERTURA	kg	220,000	3,000	17,80	53,40
		T O T A I S ----->			3,000		53,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 2/54

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Licitação: 3/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 13/02/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME</b> <b>Adjudicação.....: 213 - Data: 13/02/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
4	05-02-08176	PALITO SALGADO	kg	220,000	2,000	15,90	31,80
64	05-12-08121	CUCA SIMPLES	kg	150,000	1,350	10,90	14,72
<b>TOTALS -----&gt;</b>				3,350			46,52
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Licitação: 3/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 13/02/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME</b> <b>Adjudicação.....: 214 - Data: 13/02/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
19	05-02-08335	BOLO RECHEADO SABORES DIVERSOS	kg	150,000	6,000	31,75	190,50
<b>TOTALS -----&gt;</b>				6,000			190,50
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Licitação: 3/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 13/02/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME</b> <b>Adjudicação.....: 215 - Data: 13/02/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
12	05-02-08296	SONHO COM RECHEIO DE DOCE DE LEITE	kg	300,000	3,000	19,75	59,25
31	05-02-08389	MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT)	kg	200,000	4,000	23,70	94,80
<b>TOTALS -----&gt;</b>				7,000			154,05
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Licitação: 3/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 13/02/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 2622 - SIPEZA FOODS LTDA - ME</b> <b>Adjudicação.....: 216 - Data: 13/02/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
28	05-02-08386	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE CARNE MOIDA TAMANHO COMERCIAL	kg	200,000	4,000	29,68	118,72
<b>TOTALS -----&gt;</b>				4,000			118,72

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 3/54

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2622 - SIPEZA FOODS LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 217 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
28	05-02-08386	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE CARNE MOIDA TAMANHO COMERCIAL	kg	200,000	4,000	29,68	118,72
TOTAIS ----->							
118,72							
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 218 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	2,082	9,85	20,51
TOTAIS ----->							
20,51							
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 219 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	2,156	9,85	21,24
TOTAIS ----->							
21,24							
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 220 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
48	05-07-04997	MELÃO	kg	300,000	4,084	4,35	17,77
55	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	300,000	2,512	3,50	8,79
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	1,730	9,85	17,04
TOTAIS ----->							
43,60							

Página: 4/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 221</b>							
		<b>Licitação: 3/2017 - PR</b>					
		<b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>					
		<b>- Data: 13/02/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	0,970	9,85	9,55
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							
					0,970		9,55
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 222</b>							
		<b>Licitação: 3/2017 - PR</b>					
		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>					
		<b>- Data: 13/02/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
30	05-02-08388	MASSA FOLHADA DOCE (CROISSANT)	kg	200,000	4,760	22,80	108,53
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							
					4,760		108,53
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 223</b>							
		<b>Licitação: 3/2017 - PR</b>					
		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>					
		<b>- Data: 13/02/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
67	93-01-11196	SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS	un	250,000	4,000	19,90	79,60
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							
					4,000		79,60
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 224</b>							
		<b>Licitação: 3/2017 - PR</b>					
		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>					
		<b>- Data: 13/02/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
29	05-02-08387	SALGADO COM RECHEIO DE QUEIJO(BOLINHA DE QUEIJO)	kg	300,000	5,340	54,60	291,56
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							
					5,340		291,56

Página: 5/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 225 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
29	05-02-08387	SALGADO COM RECHEIO DE QUELHO(BOLINHA DE QUELHO)	kg	300,000	2,856	54,60	155,94
T O T A I S ----->							155,94
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 226 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
65	05-12-08135	ESFIHA SALGADA C/ RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA BANDEJA 100UN BAND	BAND	220,000	1,000	76,90	76,90
T O T A I S ----->							76,90
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 227 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
65	05-12-08135	ESFIHA SALGADA C/ RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA BANDEJA 100UN BAND	BAND	220,000	2,000	76,90	153,80
T O T A I S ----->							153,80
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2622 - SIPEZA FOODS LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 228 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
28	05-02-08386	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE CARNE MOIDA TAMANHO COMERCIAL	kg	200,000	4,000	29,68	118,72
T O T A I S ----->							118,72

Página: 6/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2623      - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 229      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
27	05-02-08385	BOLO SIMPLES COM COBERTURA	kg	220,000	5,000	17,80	89,00
T O T A L S ----->							
					5,000		89,00
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2623      - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 230      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
31	05-02-08389	MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT)	kg	200,000	3,000	23,70	71,10
T O T A L S ----->							
					3,000		71,10
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53      - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 231      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
33	05-02-08419	BAURUZINHO	un	200,000	30,000	0,79	23,70
T O T A L S ----->							
					30,000		23,70
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53      - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 232      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
8	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	300,000	6,000	3,65	21,90
T O T A L S ----->							
					6,000		21,90

Página: 7/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53      - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 233      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
8	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	300,000	6,000	3,65	21,90
T O T A I S ----->							21,90
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53      - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 234      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
50	05-07-08173	TOMATE LONGA VIDA	kg	40,000	6,000	4,88	29,28
T O T A I S ----->							29,28
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53      - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 235      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
56	05-07-08272	MAÇA.	kg	300,000	3,275	6,60	21,62
T O T A I S ----->							21,62
<p>Processo / Ano: 16/2017      Licitação: 3/2017 - PR      Data de Homologação: 13/02/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135      - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 236      - Data: 13/02/2017      Centro de Custo:</p>							
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	1,120	9,85	11,03
T O T A I S ----->							11,03

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 8/54

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim  Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:  Adjudicação.....: 237 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	2,240	9,85	22,06
				TOTALS ----->	2,240		22,06
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim  Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:  Adjudicação.....: 238 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	2,245	9,85	22,11
				TOTALS ----->	2,245		22,11
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim  Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:  Adjudicação.....: 239 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
63	05-12-05524	PÃO FRANCÊS	kg	120,000	2,260	9,85	22,26
				TOTALS ----->	2,260		22,26
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim  Fornecedor.....: 2622 - SIPEZA FOODS LTDA - ME Tabela/Catálogo:  Adjudicação.....: 240 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
23	05-02-08344	PASTEL COM RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA COM 100UN	BAND	300,000	3,000	78,90	236,70
				TOTALS ----->	3,000		236,70
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Registro de Preço: Sim  Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME Tabela/Catálogo:  Adjudicação.....: 241 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
27	05-02-08385	BOLO SIMPLES COM COBERTURA	kg	220,000	3,000	17,80	53,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 9/54

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 241 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
31	05-02-08389	MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT)	kg	200,000	4,000	23,70	94,80
T O T A I S ----->							148,20
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 242 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
27	05-02-08385	BOLO SIMPLES COM COBERTURA	kg	220,000	4,000	17,80	71,20
31	05-02-08389	MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT)	kg	200,000	3,000	23,70	71,10
T O T A I S ----->							142,30
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 243 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
4	05-02-08176	PALITO SALGADO	kg	220,000	1,000	15,90	15,90
12	05-02-08296	SONHO COM RECHEIO DE DOCE DE LEITE	kg	300,000	3,000	19,75	59,25
T O T A I S ----->							75,15
<p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 244 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p>							
30	05-02-08388	MASSA FOLHADA DOCE (CROISSANT)	kg	200,000	5,433	22,80	123,87
T O T A I S ----->							123,87

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 10/54

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 16/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 245</b> <b>Licitação: 3/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Data: 13/02/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
8	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	300,000	5,000	3,65	18,25
<b>TOTALS</b> ----->							18,25
<b>Processo / Ano: 69/2017</b> <b>Fornecedor.....: 231</b> <b>Adjudicação.....: 2</b> <b>Licitação: 20/2017 - PR</b> <b>- KNAPP &amp; CIA LTDA</b> <b>Data: 26/04/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
1	20-28-00002	SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM DIÂMETRO DE	m lin	1.500,000	812,000	58,00	47.096,00
2	20-28-00003	SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM DIÂMETRO DE.	m lin	1.000,000	221,000	68,50	15.136,50
<b>TOTALS</b> ----->							62.234,50
<b>Processo / Ano: 84/2017</b> <b>Fornecedor.....: 304</b> <b>Adjudicação.....: 38</b> <b>Licitação: 28/2017 - PR</b> <b>- ELETRO KERSTIK CONSORTOS DE ELETRODOMESTICOS LTDA</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
5	22-15-20840	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVE	h	1.020,000	12,250	113,00	1.384,25
<b>TOTALS</b> ----->							1.384,25
<b>Processo / Ano: 84/2017</b> <b>Fornecedor.....: 304</b> <b>Adjudicação.....: 39</b> <b>Licitação: 28/2017 - PR</b> <b>- ELETRO KERSTIK CONSORTOS DE ELETRODOMESTICOS LTDA</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
1	22-15-20838	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA RETIRAR E INSTALAR BOMBAS SU	h	300,000	7,000	144,50	1.011,50
<b>TOTALS</b> ----->							1.011,50

Página: 11/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 84/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 474</b>		<b>Licitação: 28/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 40</b>		<b>- ODAIR JOSE NALIN - ME</b>	<b>Centro de Custo:</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>		
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
3	22-15-20836	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREV	h	1.500,000	194,000	39,00	7.566,00
4	22-15-20837	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO	h	1.300,000	17,000	59,00	1.003,00
<b>TOTALS</b>					211,000		8.569,00
<b>Processo / Ano: 84/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 1776</b>		<b>Licitação: 28/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 41</b>		<b>- BR AUTO PECAS E SERVICOS MECANICOS EIRELI - ME</b>	<b>Centro de Custo:</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>		
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
2	22-15-20839	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO .	h	1.200,000	18,000	49,00	882,00
<b>TOTALS</b>					18,000		882,00
<b>Processo / Ano: 84/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 1776</b>		<b>Licitação: 28/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 42</b>		<b>- BR AUTO PECAS E SERVICOS MECANICOS EIRELI - ME</b>	<b>Centro de Custo:</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>		
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
2	22-15-20839	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO .	h	1.200,000	75,500	49,00	3.699,50
<b>TOTALS</b>					75,500		3.699,50
<b>Processo / Ano: 84/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 1242</b>		<b>Licitação: 28/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 43</b>		<b>- ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA - ME</b>	<b>Centro de Custo:</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>		
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
7	22-15-20842	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN.	h	1.500,000	259,000	35,00	9.065,00
<b>TOTALS</b>					259,000		9.065,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 12/54

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Ctde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 1242 - ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA - ME Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 44 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</b>							
7	22-15-20842	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN.	h	1.500,000	52,000	35,00	1.820,00
TOTAIS ----->							
52,000							1.820,00
<b>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 45 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1.810,000	42,500	38,00	1.615,00
TOTAIS ----->							
42,500							1.615,00
<b>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 47 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1.810,000	34,000	38,00	1.292,00
TOTAIS ----->							
34,000							1.292,00
<b>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 48 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1.810,000	4,000	38,00	152,00
TOTAIS ----->							
4,000							152,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 13/54

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Ctde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 84/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1183</b> <b>Adjudicação.....: 49</b> <b>Licitação: 28/2017 - PR</b> <b>- MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1,810,000	52,500	38,00	1.995,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							1.995,00
<b>Processo / Ano: 84/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1183</b> <b>Adjudicação.....: 50</b> <b>Licitação: 28/2017 - PR</b> <b>- MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1,810,000	52,500	38,00	1.995,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							1.995,00
<b>Processo / Ano: 84/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1183</b> <b>Adjudicação.....: 51</b> <b>Licitação: 28/2017 - PR</b> <b>- MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1,810,000	4,000	38,00	152,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							152,00
<b>Processo / Ano: 84/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1183</b> <b>Adjudicação.....: 52</b> <b>Licitação: 28/2017 - PR</b> <b>- MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1,810,000	20,000	38,00	760,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							760,00

Página: 14/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2620</b> <b>Adjudicação.....: 128</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
11	05-07-08225	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	kg	400,000	20,000	2,94	58,80
17	05-02-08404	BISCOITO TIPO MARIA PACOTE (370G).	un	370,000	70,000	4,45	311,50
35	05-08-08054	COLORIFICO VERMELHO, EM PÓ, FINO, HOMOGÊNEO, OBTIDOS DE FRUT	un	80,000	4,000	3,91	15,64
41	05-02-08405	FARINHA DE MILHO PACOTE 1KG	kg	250,000	4,000	2,99	11,96
69	05-02-08410	ÓLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM 900ML	un	300,000	10,000	4,42	44,20
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							442,10
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2620</b> <b>Adjudicação.....: 129</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
11	05-07-08225	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	kg	400,000	15,000	2,94	44,10
16	05-02-08449	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, PACOTE 370G	un	370,000	15,000	4,39	65,85
17	05-02-08404	BISCOITO TIPO MARIA PACOTE (370G).	un	370,000	15,000	4,45	66,75
69	05-02-08410	ÓLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM 900ML	un	300,000	12,000	4,42	53,04
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							229,74
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2620</b> <b>Adjudicação.....: 130</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
11	05-07-08225	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	kg	400,000	5,000	2,94	14,70
16	05-02-08449	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, PACOTE 370G	un	370,000	4,000	4,39	17,56
17	05-02-08404	BISCOITO TIPO MARIA PACOTE (370G).	un	370,000	4,000	4,45	17,80
35	05-08-08054	COLORIFICO VERMELHO, EM PÓ, FINO, HOMOGÊNEO, OBTIDOS DE FRUT	un	80,000	2,000	3,91	7,82
41	05-02-08405	FARINHA DE MILHO PACOTE 1KG	kg	250,000	2,000	2,99	5,98
59	05-02-08436	MACARRÃO TIPO LETRINHA MASSA ALIMENTÍCIA DE SÉMOLA COM OVOS	un	250,000	3,000	4,75	14,25
69	05-02-08410	ÓLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM 900ML	un	300,000	3,000	4,42	13,26
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							91,37

Página: 15/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2620</b> <b>Adjudicação.....: 131</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>					
		<b>- CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME</b>					
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
11	05-07-08225	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	kg	400,000	20,000	2,94	58,80
69	05-02-08410	ÓLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM 900ML	un	300,000	6,000	4,42	26,52
<b>TOTALS -----&gt;</b>							85,32
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2309</b> <b>Adjudicação.....: 132</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>					
		<b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b>					
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
19	05-11-08137	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE (PACOTE 500G)	pt	300,000	72,000	4,83	347,76
64	05-02-08411	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LÍPIDIOS	kg	70,000	4,000	5,60	22,40
86	05-02-08460	Biscoito Doce sem Glúten de no mínimo 100g (sem farinha de t	un	80,000	20,000	10,75	215,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							585,16
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2309</b> <b>Adjudicação.....: 133</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>					
		<b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b>					
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
19	05-11-08137	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE (PACOTE 500G)	pt	300,000	10,000	4,83	48,30
<b>TOTALS -----&gt;</b>							48,30
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2309</b> <b>Adjudicação.....: 134</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>					
		<b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b>					
		<b>- Data: 20/07/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
19	05-11-08137	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE (PACOTE 500G)	pt	300,000	3,000	4,83	14,49
31	05-02-08455	CEREAL INFANTIL DE ARROZ, CONTENDO FARINHA DE ARROZ, EMBA	un	100,000	3,000	6,85	20,55
39	05-02-08321	ERVILHA EMBALAGEM TETRA PAK DRENADA 200GR	un	350,000	6,000	2,80	16,80
64	05-02-08411	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LÍPIDIOS	kg	70,000	1,000	5,60	5,60
86	05-02-08460	Biscoito Doce sem Glúten de no mínimo 100g (sem farinha de t	un	80,000	5,000	10,75	53,75
<b>TOTALS -----&gt;</b>							111,19

Página: 16/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 2309</b>		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 135</b>		<b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b>	<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
19	05-11-08137	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE (PACOTE 500G)	pt	300,000	15,000	4,83	72,45
64	05-02-08411	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LÍPIDIOS	kg	70,000	3,000	5,60	16,80
67	05-02-08327	MILHO VERDE EMBALAGEM TETRA PAK (200G)	un	300,000	30,000	2,76	82,80
<b>TOTALS -----&gt;</b>							172,05
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 135</b>		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 136</b>		<b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>	<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	10,000	5,90	59,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							59,00
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 135</b>		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 137</b>		<b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>	<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	30,000	5,90	177,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							177,00
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 135</b>		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 138</b>		<b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>	<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
54	05-07-08254	MAÇÃ GALA DE CONSISTÊNCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR	kg	250,000	8,000	6,30	50,40
<b>TOTALS -----&gt;</b>							66,10

Página: 17/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<hr/>							
Processo / Ano:	86/2017	Licitação: 30/2017 - PR		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	135	- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	139	- Data: 20/07/2017		Centro de Custo:			
<hr/>							
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	18,000	5,90	106,20
				TOTALS ----->		18,000	106,20
<hr/>							
Processo / Ano:	86/2017	Licitação: 30/2017 - PR		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	53	- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	140	- Data: 20/07/2017		Centro de Custo:			
<hr/>							
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	2,000	4,95	9,90
26	05-02-08452	CARNE MOIDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	2,000	15,75	31,50
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	6,000	4,20	25,20
72	05-02-08328	PÃO CASEIRO FATIADO (500G)	un	200,000	4,000	6,55	26,20
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	1,500	6,15	9,23
				TOTALS ----->		16,500	106,18
<hr/>							
Processo / Ano:	86/2017	Licitação: 30/2017 - PR		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	53	- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	141	- Data: 20/07/2017		Centro de Custo:			
<hr/>							
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	3,000	4,15	12,45
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1,500,000	3,000	13,50	40,50
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	3,000	6,15	18,45
				TOTALS ----->		9,000	71,40
<hr/>							
Processo / Ano:	86/2017	Licitação: 30/2017 - PR		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	53	- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	142	- Data: 20/07/2017		Centro de Custo:			
<hr/>							
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	7,000	15,75	110,25
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	4,000	4,15	16,60
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1,500,000	15,000	13,50	202,50

Página: 18/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 142</b>		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>	<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>		
		<b>Centro de Custo:</b>					
75	05-02-08448	PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G	kg	1.500,000	15,000	9,48	142,20
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>			471,55
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 143</b>		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>	<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>		
		<b>Centro de Custo:</b>					
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	4,000	15,75	63,00
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1.500,000	20,000	13,50	270,00
75	05-02-08448	PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G	kg	1.500,000	12,000	9,48	113,76
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>			446,76
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 135</b>		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 144</b>		<b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>	<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>		
		<b>Centro de Custo:</b>					
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	4,000	7,86	31,44
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2.000,000	25,000	3,53	88,25
28	05-02-08454	CARNE SUÍNA SEM OSSO E SEM PELE, CONGELADA, ROTULADA EM EMBA	kg	250,000	5,000	16,10	80,50
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	1,000	4,00	4,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G	kg	1.600,000	18,000	5,90	106,20
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1.000,000	8,000	5,38	43,04
63	05-07-08260	MARACUJÁ AZEDO, DEVE SER FIRME	kg	400,000	10,000	12,55	125,50
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>			482,63
					72,000		

Página: 19/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>							
<b>Adjudicação.....: 145 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	1,000	7,86	7,86
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	10,000	3,53	35,30
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
54	05-07-08254	MAÇÃ GALA DE CONSISTÊNCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR	kg	250,000	8,000	6,30	50,40
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	4,000	5,38	21,52
63	05-07-08260	MARACUJÁ AZEDO, DEVE SER FIRME	kg	400,000	5,000	12,55	62,75
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							193,53
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>							
<b>Adjudicação.....: 146 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	3,000	7,86	23,58
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	30,000	3,53	105,90
28	05-02-08454	CARNE SUÍNA SEM OSSO E SEM PELE, CONGELADA, ROTULADA EM EMBA	kg	250,000	15,000	16,10	241,50
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	30,000	5,90	177,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	15,000	5,38	80,70
63	05-07-08260	MARACUJÁ AZEDO, DEVE SER FIRME	kg	400,000	10,000	12,55	125,50
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							769,88
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>							
<b>Adjudicação.....: 147 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	2,000	7,86	15,72
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	30,000	3,53	105,90
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	3,000	3,70	11,10

Página: 20/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 147</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>							
<b>Registro de Preço: Sim</b>							
<b>Tabela/Catálogo:</b>							
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	10,000	5,90	59,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	7,000	5,38	37,66
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							241,38
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 148</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>							
<b>Registro de Preço: Sim</b>							
<b>Tabela/Catálogo:</b>							
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	4,000	7,05	28,20
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	5,000	4,83	24,15
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	2,000	4,95	9,90
26	05-02-08452	CARNE MOIDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	4,000	15,75	63,00
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
34	05-07-08279	CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS	kg	180,000	2,000	4,35	8,70
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	6,000	4,20	25,20
68	05-07-08261	MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	150,000	2,000	3,45	6,90
72	05-02-08328	PÃO CASEIRO FATIADO (500G)	un	200,000	4,000	6,55	26,20
78	05-07-08242	REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	1,000	6,49	6,49
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	3,000	6,15	18,45
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							221,34
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 149</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>							
<b>Registro de Preço: Sim</b>							
<b>Tabela/Catálogo:</b>							
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	20,000	7,05	141,00
3	05-07-08265	ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM	kg	100,000	5,000	6,75	33,75
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	12,000	4,83	57,96
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	6,000	4,95	29,70
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	4,000	4,15	16,60
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	20,000	4,20	84,00
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1,500,000	15,000	13,50	202,50

Página: 21/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>	<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 149</b>	<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>				
	<b>- Data: 20/07/2017</b>	<b>Centro de Custo:</b>					
78	05-07-08242	REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	2,000	6,49	12,98
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
				<b>T O T A L S -----&gt;</b>		89,000	609,24
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>	<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 150</b>	<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>				
	<b>- Data: 20/07/2017</b>	<b>Centro de Custo:</b>					
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	10,000	7,05	70,50
3	05-07-08265	ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM	kg	100,000	3,000	6,75	20,25
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MEDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MEDIO	kg	500,000	8,000	4,83	38,64
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	3,000	4,95	14,85
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MEDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	3,000	4,15	12,45
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	10,000	4,20	42,00
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1.500,000	12,000	13,50	162,00
78	05-07-08242	REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	3,000	6,49	19,47
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	3,000	6,15	18,45
				<b>T O T A L S -----&gt;</b>		55,000	398,61
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>	<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 151</b>	<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>		<b>Tabela/Catálogo:</b>				
	<b>- Data: 20/07/2017</b>	<b>Centro de Custo:</b>					
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	15,000	7,05	105,75
3	05-07-08265	ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM	kg	100,000	4,000	6,75	27,00
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	4,000	4,83	19,32
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	4,000	4,95	19,80
26	05-02-08452	CARNE MOIDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	11,000	15,75	173,25
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
34	05-07-08279	CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS	kg	180,000	3,000	4,35	13,05
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	12,000	4,20	50,40
68	05-07-08261	MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	150,000	8,000	3,45	27,60

Página: 22/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano:</b> 86/2017 <b>Licitação:</b> 30/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 20/07/2017 <b>Registro de Preço:</b> Sim <b>Fornecedor.....:</b> 53 <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Adjudicação.....:</b> 151 <b>- Data:</b> 20/07/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1,500,000	11,000	13,50	148,50
78	05-07-08242	REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	2,000	6,49	12,98
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	10,000	6,15	61,50
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					85,000		663,30
<b>Processo / Ano:</b> 86/2017 <b>Licitação:</b> 30/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 20/07/2017 <b>Registro de Preço:</b> Sim <b>Fornecedor.....:</b> 1456 <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>Adjudicação.....:</b> 152 <b>- Data:</b> 20/07/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
27	05-02-08453	CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO	kg	700,000	15,000	12,08	181,20
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	10,000	7,44	74,40
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					25,000		255,60
<b>Processo / Ano:</b> 86/2017 <b>Licitação:</b> 30/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 20/07/2017 <b>Registro de Preço:</b> Sim <b>Fornecedor.....:</b> 1456 <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>Adjudicação.....:</b> 153 <b>- Data:</b> 20/07/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
27	05-02-08453	CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO	kg	700,000	8,000	12,08	96,64
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	6,000	7,44	44,64
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					14,000		141,28
<b>Processo / Ano:</b> 86/2017 <b>Licitação:</b> 30/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 20/07/2017 <b>Registro de Preço:</b> Sim <b>Fornecedor.....:</b> 1456 <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>Adjudicação.....:</b> 154 <b>- Data:</b> 20/07/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	5,000	7,44	37,20
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					5,000		37,20

Página: 23/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1456</b> <b>Adjudicação.....: 155</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
27	05-02-08453	CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO	kg	700,000	15,000	12,08	181,20
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	10,000	7,44	74,40
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							255,60
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 156</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	4,000	7,86	31,44
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	25,000	3,53	88,25
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	50,000	4,00	200,00
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE,	un	250,000	8,000	6,83	54,64
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	1,000	4,00	4,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	18,000	5,90	106,20
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	8,000	5,38	43,04
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							531,27
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 157</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	1,000	7,86	7,86
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	10,000	3,53	35,30
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	10,000	4,00	40,00
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE,	un	250,000	2,000	6,83	13,66
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
54	05-07-08254	MACÁ GALA DE CONSISTÊNCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR	kg	250,000	8,000	6,30	50,40

Página: 24/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 157</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	4,000	5,38	21,52
<b>TOTALS</b>							
39,000							184,44
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 158</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS,	kg	260,000	3,000	7,86	23,58
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	30,000	3,53	105,90
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	70,000	4,00	280,00
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE,	un	250,000	8,000	6,83	54,64
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	30,000	5,90	177,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	15,000	5,38	80,70
<b>TOTALS</b>							
160,000							737,52
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 159</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS,	kg	260,000	2,000	7,86	15,72
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	30,000	3,53	105,90
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	50,000	4,00	200,00
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE,	un	250,000	6,000	6,83	40,98
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	3,000	3,70	11,10
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	10,000	5,90	59,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	7,000	5,38	37,66
<b>TOTALS</b>							
111,000							482,36

Página: 25/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>							
<b>Adjudicação.....: 160</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>	
		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>				<b>Tabela/Catálogo:</b>	
		<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>			
13	05-07-08275	BATATA INGLESIA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	5,000	4,83	24,15
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	2,000	4,95	9,90
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	2,000	15,75	31,50
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	6,000	4,20	25,20
72	05-02-08328	PÃO CASEIRO FATIADO (500G)	un	200,000	4,000	6,55	26,20
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	1,500	6,15	9,23
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>	21,500		130,33
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>							
<b>Adjudicação.....: 161</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>	
		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>				<b>Tabela/Catálogo:</b>	
		<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>			
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	20,000	15,75	315,00
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	4,000	4,15	16,60
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	20,000	4,20	84,00
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1.500,000	42,000	13,50	567,00
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>	91,000		1,013,35
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 53</b>							
<b>Adjudicação.....: 162</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>	
		<b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b>				<b>Tabela/Catálogo:</b>	
		<b>- Data: 20/07/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>			
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	10,000	7,05	70,50
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	15,000	15,75	236,25
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	3,000	4,15	12,45
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	10,000	4,20	42,00
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1.500,000	18,000	13,50	243,00
75	05-02-08448	PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G	kg	1.500,000	10,000	9,48	94,80
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	3,000	6,15	18,45
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>	69,000		717,45

Página: 26/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Adjudicação.....: 163 - Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	9,000	15,75	141,75
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÁ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1.500,000	21,000	13,50	283,50
75	05-02-08448	PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G	kg	1.500,000	12,000	9,48	113,76
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>573,91</b>
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1456 - SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>Adjudicação.....: 164 - Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
5	05-02-08255	ACUCAR CRISTAL 2 KG	pt	350,000	24,000	5,88	141,12
18	05-11-08136	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G)	pt	300,000	10,000	4,82	48,20
20	05-11-08138	BISCOITO SALGADO DE GERGELIM, PACOTE 400G	un	250,000	10,000	5,66	56,60
27	05-02-08453	CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO	kg	700,000	15,000	12,08	181,20
37	05-02-08433	DOCE DE LEITE EM PASTA, NO RÓTULO DEVE CONTER: INFORMAÇÕES	kg	70,000	6,000	12,00	72,00
38	05-02-08434	DOCE EM PASTA NATURAL DE FRUTA, SABORES DIVERSOS (KG), NO	kg	70,000	6,000	10,78	64,68
61	05-02-08441	MACARRÃO TIPO PENNE CONTENDO COMO INGREDIENTES SÊMOLA DE	un	300,000	10,000	4,55	45,50
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	10,000	7,44	74,40
79	05-10-06667	REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BISMAGAS DE	un	450,000	10,000	5,90	59,00
80	05-02-08443	SAGU, TIPO1, PACOTE DE 500G	un	100,000	10,000	4,38	43,80
81	05-08-08053	SAL REFINADO IODADO	kg	80,000	6,000	1,58	9,48
85	05-08-08041	VINAGRE TINTO DE VINHO 750ML	un	160,000	8,000	4,75	38,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>833,98</b>
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Adjudicação.....: 165 - Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	2,000	4,95	9,90
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	4,000	15,75	63,00

Página: 27/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde. Cotada	Qtde. Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 165</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>							
<b>Registro de Preço: Sim</b>							
<b>Tabela/Catálogo:</b>							
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	6,000	4,20	25,20
72	05-02-08328	PÃO CASEIRO FATIADO (500G)	un	200,000	4,000	6,55	26,20
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	1,500	6,15	9,23
<b>TOTALS -----&gt;</b>							137,68
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 166</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>							
<b>Registro de Preço: Sim</b>							
<b>Tabela/Catálogo:</b>							
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	17,000	15,75	267,75
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	4,000	4,15	16,60
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	20,000	4,20	84,00
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1,500,000	27,000	13,50	364,50
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
<b>TOTALS -----&gt;</b>							763,60
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 167</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>							
<b>Registro de Preço: Sim</b>							
<b>Tabela/Catálogo:</b>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS,	kg	260,000	4,000	7,86	31,44
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	1,000	4,00	4,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	18,000	5,90	106,20
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	8,000	5,38	43,04
<b>TOTALS -----&gt;</b>							188,38

Página: 28/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p><b>Processo / Ano: 86/2017</b>  <b>Fornecedor.....: 135</b>  <b>Adjudicação.....: 168</b></p> <p><b>Licitação: 30/2017 - PR</b>  <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>  <b>- Data: 20/07/2017</b>  <b>Centro de Custo:</b></p>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	3,000	7,86	23,58
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1.600,000	30,000	5,90	177,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1.000,000	10,000	5,38	53,80
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							270,08
<p><b>Processo / Ano: 86/2017</b>  <b>Fornecedor.....: 135</b>  <b>Adjudicação.....: 169</b></p> <p><b>Licitação: 30/2017 - PR</b>  <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>  <b>- Data: 20/07/2017</b>  <b>Centro de Custo:</b></p>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	2,000	7,86	15,72
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1.600,000	10,000	5,90	59,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1.000,000	7,000	5,38	37,66
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							128,08
<p><b>Processo / Ano: 86/2017</b>  <b>Fornecedor.....: 135</b>  <b>Adjudicação.....: 170</b></p> <p><b>Licitação: 30/2017 - PR</b>  <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b>  <b>- Data: 20/07/2017</b>  <b>Centro de Custo:</b></p>							
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	1,000	7,86	7,86
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
54	05-07-08254	MACÁ GALA DE CONSISTÊNCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR	kg	250,000	8,000	6,30	50,40
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1.000,000	4,000	5,38	21,52
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							95,48

Página: 29/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1456</b> <b>Adjudicação.....: 171</b> <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>					
		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
5	05-02-08255	ACUCAR CRISTAL 2 KG	pt	350,000	8,000	5,88	47,04
27	05-02-08453	CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO	kg	700,000	12,000	12,08	144,96
42	05-02-08322	FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE 5 KG	un	90,000	1,000	11,69	11,69
46	05-02-08435	FLOCOS DE MILHO. NÃO DEVE CONTER GLUTEN NA SUA LISTA DE INGR	pt	350,000	8,000	31,00	248,00
60	05-02-08440	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, CONTENDO COMO INGREDIENTES SÊMOLA	un	300,000	10,000	4,44	44,40
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	10,000	7,44	74,40
81	05-08-08053	SAL REFINADO IODADO	kg	80,000	5,000	1,58	7,90
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							578,39
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1456</b> <b>Adjudicação.....: 172</b> <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>					
		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
5	05-02-08255	ACUCAR CRISTAL 2 KG	pt	350,000	24,000	5,88	141,12
18	05-11-08136	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G)	pt	300,000	10,000	4,82	48,20
20	05-11-08138	BISCOITO SALGADO DE GERGELIM, PACOTE 400G	un	250,000	10,000	5,66	56,60
42	05-02-08322	FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE 5 KG	un	90,000	2,000	11,69	23,38
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	10,000	7,44	74,40
79	05-10-06667	REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BISNAGAS DE 250G	un	450,000	10,000	5,90	59,00
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							402,70
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1456</b> <b>Adjudicação.....: 173</b> <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b>							
		<b>Licitação: 30/2017 - PR</b>					
		<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
5	05-02-08255	ACUCAR CRISTAL 2 KG	pt	350,000	6,000	5,88	35,28
6	05-02-08395	AÇUCAR MASCADO EMBALAGEM DE 1 KG	kg	50,000	3,000	11,84	35,52
18	05-11-08136	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G)	pt	300,000	3,000	4,82	14,46
20	05-11-08138	BISCOITO SALGADO DE GERGELIM, PACOTE 400G	un	250,000	4,000	5,66	22,64
21	05-02-08277	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER (400G)	un	370,000	4,000	4,37	17,48
27	05-02-08453	CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO	kg	700,000	6,000	12,08	72,48

Página: 30/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Fornecedor.....: 1456</b> <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>Adjudicação.....: 173</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b>							
43	05-07-08241	FEIJAO CARIOCA TIPO 2	kg	80,000	3,000	6,85	20,55
44	05-07-08250	FEIJÃO PRETO NOVO SEM SUJIDADES COM ESPECIFICAÇÃO DO FABRIC	kg	100,000	4,000	5,95	23,80
56	05-02-08438	MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA	un	250,000	2,000	4,97	9,94
57	05-02-08437	MACARRÃO TIPO CONCHINHA, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA COM OVO	un	250,000	3,000	4,44	13,32
71	05-10-06664	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS	dz	400,000	4,000	7,44	29,76
79	05-10-06667	REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BISNAGAS DE 250G	un	450,000	4,000	5,90	23,60
81	05-08-08053	SAL REFINADO IODADO	kg	80,000	2,000	1,58	3,16
85	05-08-08041	VINAGRE TINTO DE VINHO 750ML	un	160,000	3,000	4,75	14,25
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							336,24
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Adjudicação.....: 174</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b>							
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2°) COM PESO, DATA	kg	500,000	9,000	15,75	141,75
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MEDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	12,000	4,20	50,40
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1,500,000	21,000	13,50	283,50
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
<b>TOTAIS -----&gt;</b>							510,55
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Adjudicação.....: 175</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b>							
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2°) COM PESO, DATA	kg	500,000	10,000	15,75	157,50
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MEDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	3,000	4,15	12,45
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	10,000	4,20	42,00
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1,500,000	3,000	13,50	40,50

Página: 31/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 20/07/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</div> <div>Adjudicação.....: 175 - Data: 20/07/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	3,000	6,15	18,45
				TOTALS ----->			270,90
<div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 20/07/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</div> <div>Adjudicação.....: 176 - Data: 20/07/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	9,000	15,75	141,75
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	12,000	4,20	50,40
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1.500,000	21,000	13,50	283,50
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
				TOTALS ----->			510,55
<div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 20/07/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2309 - MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</div> <div>Adjudicação.....: 177 - Data: 20/07/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
39	05-02-08321	ERVILHA EMBALAGEM TETRA PAK DRENADA 200GR	un	350,000	10,000	2,80	28,00
49	05-10-06665	LEITE DE SOJA LÍQUIDO; EMBALAGEM DE 1 LITRO	un	100,000	10,000	7,00	70,00
64	05-02-08411	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LIPÍDIOS	kg	70,000	4,000	5,60	22,40
67	05-02-08327	MILHO VERDE EMBALAGEM TETRA PAK (200G)	un	300,000	10,000	2,76	27,60
86	05-02-08460	Biscoito Doce sem Glúten de no mínimo 100g (sem farinha de t	un	80,000	10,000	10,75	107,50
				TOTALS ----->			255,50
<div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 20/07/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2309 - MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</div> <div>Adjudicação.....: 178 - Data: 20/07/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
19	05-11-08137	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE (PACOTE 500G)	pt	300,000	15,000	4,83	72,45

Página: 32/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2309</b> <b>Adjudicação.....: 178</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
64	05-02-08411	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LÍPIDIOS	kg	70,000	3,000	5,60	16,80
<b>TOTALS -----&gt;</b>							89,25
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2309</b> <b>Adjudicação.....: 179</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
19	05-11-08137	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE (PACOTE 500G)	pt	300,000	3,000	4,83	14,49
39	05-02-08321	ERVILHA EMBALAGEM TETRA PAK DRENADA 200GR	un	350,000	4,000	2,80	11,20
64	05-02-08411	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LÍPIDIOS	kg	70,000	1,000	5,60	5,60
67	05-02-08327	MILHO VERDE EMBALAGEM TETRA PAK (200G)	un	300,000	5,000	2,76	13,80
86	05-02-08460	Biscoito Doce sem Glúten de no mínimo 100g (sem farinha de t	un	80,000	5,000	10,75	53,75
<b>TOTALS -----&gt;</b>							98,84
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2309</b> <b>Adjudicação.....: 180</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
64	05-02-08411	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LÍPIDIOS	kg	70,000	4,000	5,60	22,40
<b>TOTALS -----&gt;</b>							22,40
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1536</b> <b>Adjudicação.....: 181</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
50	05-02-08324	LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK	un	3,000,000	130,000	3,76	488,80
76	05-02-08376	QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG	kg	350,000	8,000	31,65	253,20
<b>TOTALS -----&gt;</b>							742,00

Página: 33/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1536</b> <b>Adjudicação.....: 182</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
				<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>			
				<b>Registro de Preço: Sim</b>			
				<b>Tabela/Catálogo:</b>			
50	05-02-08324	LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK	un	3,000,000	170,000	3,76	639,20
76	05-02-08376	QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG	kg	350,000	12,000	31,65	379,80
				<b>TOTALS -----&gt;</b>	182,000		1,019,00
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1536</b> <b>Adjudicação.....: 183</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
				<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>			
				<b>Registro de Preço: Sim</b>			
				<b>Tabela/Catálogo:</b>			
50	05-02-08324	LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK	un	3,000,000	100,000	3,76	376,00
76	05-02-08376	QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG	kg	350,000	6,000	31,65	189,90
				<b>TOTALS -----&gt;</b>	106,000		565,90
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1536</b> <b>Adjudicação.....: 184</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
				<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>			
				<b>Registro de Preço: Sim</b>			
				<b>Tabela/Catálogo:</b>			
50	05-02-08324	LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK	un	3,000,000	100,000	3,76	376,00
76	05-02-08376	QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG	kg	350,000	5,000	31,65	158,25
				<b>TOTALS -----&gt;</b>	105,000		534,25
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 185</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
				<b>Data de Homologação: 20/07/2017</b>			
				<b>Registro de Preço: Sim</b>			
				<b>Tabela/Catálogo:</b>			
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	15,000	7,05	105,75
3	05-07-08265	ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM	kg	100,000	4,000	6,75	27,00
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	4,000	4,83	19,32
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÁ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	2,000	4,15	8,30
34	05-07-08279	CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÁ, SEM RUPTURAS	kg	180,000	3,000	4,35	13,05
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	12,000	4,20	50,40

Página: 34/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 185</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Centro de Custo:</b>							
68	05-07-08261	MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	150,000	8,000	3,45	27,60
75	05-02-08448	PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G	kg	1,500,000	12,000	9,48	113,76
77	05-07-08111	REPOLHO BRANCO CRU ( PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	3,000	3,95	11,85
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>407,78</b>
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 186</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Centro de Custo:</b>							
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	10,000	7,05	70,50
3	05-07-08265	ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM	kg	100,000	2,000	6,75	13,50
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	8,000	4,83	38,64
25	05-02-08451	CARNE BOVINA EM CUBOS, CONGELADA, SEM FRAGMENTOS E OSSOS, CO	un	100,000	2,000	103,50	207,00
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	11,000	15,75	173,25
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÁ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	3,000	4,15	12,45
34	05-07-08279	CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÁ, SEM RUPTURAS	kg	180,000	3,000	4,35	13,05
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	10,000	4,20	42,00
68	05-07-08261	MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	150,000	3,000	3,45	10,35
72	05-02-08328	PÃO CASEIRO FATIADO (500G)	un	200,000	4,000	6,55	26,20
74	05-12-08142	PÃO SEM GLÚTEN, SEM FARINHA DE TRIGO, FATIADO, EM EMBALAGEM	un	10,000	2,000	15,90	31,80
77	05-07-08111	REPOLHO BRANCO CRU ( PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	3,000	3,95	11,85
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	3,000	6,15	18,45
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>689,04</b>
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53</b> <b>Adjudicação.....: 187</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Centro de Custo:</b>							
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	20,000	7,05	141,00
3	05-07-08265	ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM	kg	100,000	5,000	6,75	33,75

Página: 35/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Adjudicação.....: 187 - Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	12,000	4,83	57,96
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	2,000	4,15	8,30
34	05-07-08279	CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS	kg	180,000	4,000	4,35	17,40
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	20,000	4,20	84,00
68	05-07-08261	MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	150,000	10,000	3,45	34,50
72	05-02-08328	PÃO CASEIRO FATIADO (500G)	un	200,000	5,000	6,55	32,75
73	05-07-08164	PÃO FRANCES (50G)	kg	1.500,000	11,000	13,50	148,50
77	05-07-08111	REPOLHO BRANCO CRU ( PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	2,000	3,95	7,90
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	5,000	6,15	30,75
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>596,81</b>
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</b> <b>Adjudicação.....: 188 - Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
1	05-07-08244	ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	950,000	4,000	7,05	28,20
13	05-07-08275	BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO	kg	500,000	5,000	4,83	24,15
15	05-07-08249	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃ, SEM RUPTURAS,	kg	130,000	2,000	4,95	9,90
26	05-02-08452	CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA	kg	500,000	4,000	15,75	63,00
29	05-07-08277	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI	kg	300,000	1,000	4,15	4,15
34	05-07-08279	CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS	kg	180,000	2,000	4,35	8,70
48	05-07-08267	LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE	kg	700,000	6,000	4,20	25,20
68	05-07-08261	MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	150,000	2,000	3,45	6,90
72	05-02-08328	PÃO CASEIRO FATIADO (500G)	un	200,000	4,000	6,55	26,20
77	05-07-08111	REPOLHO BRANCO CRU ( PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,000	2,000	3,95	7,90
83	05-07-08247	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	750,000	1,500	6,15	9,23
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>213,53</b>

Página: 36/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 189</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
2	05-07-08264	ABOBRINHA ITALIANA, MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS	kg	300,000	10,000	4,30	43,00
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	3,000	7,86	23,58
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	30,000	3,53	105,90
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	50,000	4,00	200,00
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE.	un	250,000	6,000	6,83	40,98
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	3,000	3,70	11,10
36	05-07-08284	COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO	un	250,000	6,000	6,15	36,90
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	10,000	5,90	59,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	8,000	5,38	43,04
66	05-07-08280	MELANCIA DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS	kg	350,000	50,000	1,96	98,00
82	05-02-08444	SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR	kg	350,000	8,000	8,80	70,40
<b>T O T A I S</b>							<b>743,90</b>
<b>Processo / Ano: 86/2017</b> <b>Fornecedor.....: 135</b> <b>Adjudicação.....: 190</b> <b>Licitação: 30/2017 - PR</b> <b>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
2	05-07-08264	ABOBRINHA ITALIANA, MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS	kg	300,000	15,000	4,30	64,50
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	3,000	7,86	23,58
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	30,000	3,53	105,90
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	70,000	4,00	280,00
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE.	un	250,000	8,000	6,83	54,64
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
36	05-07-08284	COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO	un	250,000	8,000	6,15	49,20
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	50,000	5,90	295,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	15,000	5,38	80,70
66	05-07-08280	MELANCIA DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS	kg	350,000	20,000	1,96	39,20

Página: 37/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Adjudicação.....: 190 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Tabela/Catálogo:</div>							
82	05-02-08444	SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR	kg	350,000	15,000	8,80	132,00
				T O T A I S ----->			1,140,42
<div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Adjudicação.....: 191 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Tabela/Catálogo:</div>							
2	05-07-08264	ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFETOS	kg	300,000	3,000	4,30	12,90
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	1,000	7,86	7,86
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	10,000	3,53	35,30
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	10,000	4,00	40,00
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE;	un	250,000	2,000	6,83	13,66
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	3,000	4,00	12,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
36	05-07-08284	COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO	un	250,000	2,000	6,15	12,30
54	05-07-08254	MACÁ GALA DE CONSISTENCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR	kg	250,000	8,000	6,30	50,40
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	4,000	5,38	21,52
66	05-07-08280	MELANCIA DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS	kg	350,000	20,000	1,96	39,20
				T O T A I S ----->			248,84
<div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Adjudicação.....: 192 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Tabela/Catálogo:</div>							
2	05-07-08264	ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFETOS	kg	300,000	15,000	4,30	64,50
7	05-07-08274	ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS.	kg	260,000	4,000	7,86	31,44
8	05-07-00229	ALHO	kg	30,000	0,400	34,00	13,60
12	05-07-08262	BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	kg	2,000,000	25,000	3,53	88,25
14	05-02-08232	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	un	1,500,000	50,000	4,00	200,00

Página: 38/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 86/2017</b>							
Fornecedor.....: 135	- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim		
Adjudicação.....: 192	- Data: 20/07/2017		Centro de Custo:		Tabela/Catálogo:		
22	05-07-08227	BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE,	un	250,000	8,000	6,83	54,64
30	05-07-08278	CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA	kg	300,000	1,000	4,00	4,00
33	05-07-08245	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA	un	200,000	1,000	3,70	3,70
36	05-07-08284	COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO	un	250,000	8,000	6,15	49,20
53	05-07-08263	MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G	kg	1,600,000	50,000	5,90	295,00
62	05-07-08246	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO,	kg	1,000,000	8,000	5,38	43,04
82	05-02-08444	SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR	kg	350,000	15,000	8,80	132,00
TOTALS ----->							979,37
<b>Processo / Ano: 87/2017</b>							
Fornecedor.....: 2730	- Ary Bergamin		Data de Homologação: 01/08/2017		Registro de Preço: Não		
Adjudicação.....: 47	- Data: 01/08/2017		Centro de Custo:		Tabela/Catálogo:		
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	10,000	14,15	141,50
TOTALS ----->							141,50
<b>Processo / Ano: 87/2017</b>							
Fornecedor.....: 2730	- Ary Bergamin		Data de Homologação: 01/08/2017		Registro de Preço: Não		
Adjudicação.....: 48	- Data: 01/08/2017		Centro de Custo:		Tabela/Catálogo:		
6	05-02-08424	CUCA C/ RECHEIO SABORES DIVERSOS, DEVIDAMENTE EMBALADA	kg	150,000	1,000	16,32	16,32
TOTALS ----->							16,32
<b>Processo / Ano: 87/2017</b>							
Fornecedor.....: 2730	- Ary Bergamin		Data de Homologação: 01/08/2017		Registro de Preço: Não		
Adjudicação.....: 49	- Data: 01/08/2017		Centro de Custo:		Tabela/Catálogo:		
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	2,000	14,15	28,30
TOTALS ----->							28,30

Página: 39/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<div>Processo / Ano: 87/2017</div> <div>Licitação: 44/2017 - DL</div> <div>Data de Homologação: 01/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Não</div> <div>Fornecedor.....: 775</div> <div>- COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 50</div> <div>- Data: 01/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
1	05-07-08257	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS	kg	200,000	6,000	3,90	23,40
				T O T A I S ----->		6,000	23,40
<div>Processo / Ano: 87/2017</div> <div>Licitação: 44/2017 - DL</div> <div>Data de Homologação: 01/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Não</div> <div>Fornecedor.....: 775</div> <div>- COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 51</div> <div>- Data: 01/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
1	05-07-08257	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS	kg	200,000	15,000	3,90	58,50
				T O T A I S ----->		15,000	58,50
<div>Processo / Ano: 87/2017</div> <div>Licitação: 44/2017 - DL</div> <div>Data de Homologação: 01/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Não</div> <div>Fornecedor.....: 775</div> <div>- COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 52</div> <div>- Data: 01/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
1	05-07-08257	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS	kg	200,000	4,000	3,90	15,60
				T O T A I S ----->		4,000	15,60
<div>Processo / Ano: 87/2017</div> <div>Licitação: 44/2017 - DL</div> <div>Data de Homologação: 01/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Não</div> <div>Fornecedor.....: 2730</div> <div>- Ary Bergamin</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 53</div> <div>- Data: 01/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div>							
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	10,000	14,15	141,50
				T O T A I S ----->		10,000	141,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 40/54

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: - Aty Bergarnin Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 54 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p>							
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	9,000	14,15	127,35
T O T A I S ----->							
9,000							127,35
<p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: - Aty Bergarnin Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 55 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p>							
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	2,000	14,15	28,30
T O T A I S ----->							
2,000							28,30
<p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: - Aty Bergarnin Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 56 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p>							
6	05-02-08424	CUCA C/ RECHEIO SABORES DIVERSOS, DEVIDAMENTE EMBALADA	kg	150,000	10,000	16,32	163,20
T O T A I S ----->							
10,000							163,20
<p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: - Aty Bergarnin Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 57 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p>							
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	15,000	14,15	212,25
T O T A I S ----->							
15,000							212,25
<p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 58 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p>							
1	05-07-08257	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS	kg	200,000	7,000	3,90	27,30

Página: 41/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde. Cotada	Qtde. Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 87/2017</b> <b>Fornecedor.....: 775</b> <b>Adjudicação.....: 58</b> <b>Licitação: 44/2017 - DL</b> <b>- COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> <b>- Data: 01/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
			<b>Registro de Preço:</b>				
			<b>Tabela/Catálogo:</b>				
8	05-07-08268	MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM	kg	250,000	8,000	6,23	49,84
9	05-07-08270	SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS.	LT	300,000	25,000	8,46	211,50
				<b>TOTALS -----&gt;</b>	40,000		288,64
<b>Processo / Ano: 87/2017</b> <b>Fornecedor.....: 775</b> <b>Adjudicação.....: 59</b> <b>Licitação: 44/2017 - DL</b> <b>- COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> <b>- Data: 01/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
			<b>Registro de Preço:</b>				
			<b>Tabela/Catálogo:</b>				
1	05-07-08257	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS	kg	200,000	12,000	3,90	46,80
8	05-07-08268	MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM	kg	250,000	10,000	6,23	62,30
9	05-07-08270	SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS.	LT	300,000	30,000	8,46	253,80
				<b>TOTALS -----&gt;</b>	52,000		362,90
<b>Processo / Ano: 87/2017</b> <b>Fornecedor.....: 775</b> <b>Adjudicação.....: 60</b> <b>Licitação: 44/2017 - DL</b> <b>- COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> <b>- Data: 01/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
			<b>Registro de Preço:</b>				
			<b>Tabela/Catálogo:</b>				
1	05-07-08257	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS	kg	200,000	4,000	3,90	15,60
8	05-07-08268	MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM	kg	250,000	5,000	6,23	31,15
9	05-07-08270	SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS.	LT	300,000	10,000	8,46	84,60
				<b>TOTALS -----&gt;</b>	19,000		131,35
<b>Processo / Ano: 87/2017</b> <b>Fornecedor.....: 775</b> <b>Adjudicação.....: 61</b> <b>Licitação: 44/2017 - DL</b> <b>- COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> <b>- Data: 01/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
			<b>Registro de Preço:</b>				
			<b>Tabela/Catálogo:</b>				
1	05-07-08257	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS	kg	200,000	12,000	3,90	46,80
8	05-07-08268	MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM	kg	250,000	30,000	6,23	186,90
9	05-07-08270	SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS.	LT	300,000	30,000	8,46	253,80
				<b>TOTALS -----&gt;</b>	72,000		487,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 42/54

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....:	87/2017 2730 62	Licitação: 44/2017 - DL - Ary Bergamin - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:	Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo:	Não			
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	2,000	14,15	28,30
				T O T A I S ----->		2,000	28,30
Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....:	87/2017 2730 63	Licitação: 44/2017 - DL - Ary Bergamin - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:	Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo:	Não			
7	05-02-08375	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO	kg	180,000	10,000	14,15	141,50
				T O T A I S ----->		10,000	141,50
Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....:	88/2017 53 55	Licitação: 31/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:	Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo:	Sim			
2	05-02-08257	CAFE TORRADO E MOIDO TRADICIONAL 500G	un	510,000	20,000	13,56	271,20
				T O T A I S ----->		20,000	271,20
Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....:	88/2017 2723 56	Licitação: 31/2017 - PR - ANTONIO JACINTO RODRIGUES BORGES - ME - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:	Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo:	Sim			
28	11-03-08209	PAPEL TOALHA INTERF FOLHA DUPLA 2 DOBRAS 22,5X20,5 2.000 FLS	cx	1.060,000	20,000	48,37	967,40
				T O T A I S ----->		20,000	967,40
Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....:	88/2017 1456 62	Licitação: 31/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:	Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo:	Sim			
38	11-04-07982	SABONETE LIQUIDO 5 LTS	un	10,000	2,000	28,50	57,00

Página: 43/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<hr/>							
Processo / Ano:	88/2017	Licitação: 31/2017 - PR		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	1456	- SCS COMERCIO LTDA EPP				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	62	- Data: 20/07/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
45	11-04-08104	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS	un	169,000	5,000	6,12	30,60
46	11-04-08106	ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO C/ 3 UNIDADES	pt	220,000	5,000	3,63	18,15
55	11-04-08188	SAPONAGEO CREMOSO 300ML	un	696,000	12,000	4,68	56,16
58	11-04-08229	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA C/ 40 CM DE LARGURA	un	339,000	5,000	19,80	99,00
				T O T A I S ----->		29,000	260,91
<hr/>							
Processo / Ano:	88/2017	Licitação: 31/2017 - PR		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	1826	- NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS ME				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	63	- Data: 20/07/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
62	11-04-08246	LIMPADOR MULTIUSO P/ LIMPEZA EM PISOS DE 500 ML	un	1,280,000	12,000	4,75	57,00
71	11-04-20252	DISPENSER PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2/3 DOBRAS	un	5,000	3,000	88,90	266,70
				T O T A I S ----->		15,000	323,70
<hr/>							
Processo / Ano:	88/2017	Licitação: 31/2017 - PR		Data de Homologação: 20/07/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	2620	- CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	64	- Data: 20/07/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
40	11-04-08014	AGUA SANITARIA 2 LITROS	un	2,212,000	12,000	4,89	58,68
65	11-04-08255	SACO DE LIXO 100L C/ 5UN CADA COR PRETA, CLASSE 1	pt	1,950,000	50,000	3,54	177,00
69	11-04-20246	DESINFETANTE DE BANHEIRO LIQUIDO 1 LITRO	un	594,000	12,000	5,84	70,08
				T O T A I S ----->		74,000	305,76
<hr/>							
Processo / Ano:	92/2017	Licitação: 35/2017 - PR		Data de Homologação: 02/08/2017		Registro de Preço: Sim	
Fornecedor.....:	135	- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP				Tabela/Catálogo:	
Adjudicação.....:	15	- Data: 02/08/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
1	05-02-08301	APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG	un	90,000	2,000	31,00	62,00
				T O T A I S ----->		2,000	62,00

Página: 44/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p>Processo / Ano: 92/2017      Licitação: 35/2017 - PR      Data de Homologação: 02/08/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135      - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 16      - Data: 02/08/2017      Centro de Custo:</p>							
1	05-02-08301	APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG	un	90,000	3,000	31,00	93,00
T O T A L S ----->							
93,00					3,000		93,00
<p>Processo / Ano: 92/2017      Licitação: 35/2017 - PR      Data de Homologação: 02/08/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135      - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 17      - Data: 02/08/2017      Centro de Custo:</p>							
1	05-02-08301	APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG	un	90,000	2,000	31,00	62,00
T O T A L S ----->							
62,00					2,000		62,00
<p>Processo / Ano: 92/2017      Licitação: 35/2017 - PR      Data de Homologação: 02/08/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135      - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 18      - Data: 02/08/2017      Centro de Custo:</p>							
1	05-02-08301	APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG	un	90,000	3,000	31,00	93,00
T O T A L S ----->							
93,00					3,000		93,00
<p>Processo / Ano: 92/2017      Licitação: 35/2017 - PR      Data de Homologação: 02/08/2017      Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135      - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP      Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 19      - Data: 02/08/2017      Centro de Custo:</p>							
1	05-02-08301	APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG	un	90,000	2,000	31,00	62,00
T O T A L S ----->							
62,00					2,000		62,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 45/54

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde. Cotada	Qtde. Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<div>Processo / Ano: 92/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 20</div> <div>Licitação: 35/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP - Data: 02/08/2017 Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 02/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo:</div>							
1	05-02-08301	APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG	un	90,000	2,000	31,00	62,00
				T O T A I S ----->		2,000	62,00
<div>Processo / Ano: 93/2017 Fornecedor.....: 2734 Adjudicação.....: 2</div> <div>Licitação: 36/2017 - PR - NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - Data: 10/08/2017 Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 10/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo:</div>							
15	93-01-10849	NITROGENIO LIQUIDO PARA CONSERVAÇÃO DE SÊMEN	LT	4.500,000	330,501	2,85	941,93
				T O T A I S ----->		330,501	941,93
<div>Processo / Ano: 93/2017 Fornecedor.....: 1205 Adjudicação.....: 3</div> <div>Licitação: 36/2017 - PR - SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO - Data: 10/08/2017 Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 10/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo:</div>							
16	93-01-11728	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDESA PROVADO COM AS SEQUINTES	ds	2.000,000	300,000	17,47	5.241,00
				T O T A I S ----->		300,000	5.241,00
<div>Processo / Ano: 93/2017 Fornecedor.....: 1207 Adjudicação.....: 4</div> <div>Licitação: 36/2017 - PR - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS NOSSA SENHORA - Data: 10/08/2017 Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 10/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo:</div>							
17	93-01-11729	SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY PROVADO	ds	2.000,000	300,000	15,80	4.740,00
				T O T A I S ----->		300,000	4.740,00
<div>Processo / Ano: 93/2017 Fornecedor.....: 2735 Adjudicação.....: 5</div> <div>Licitação: 36/2017 - PR - SEMENTEC GENETICA LTDA - ME - Data: 10/08/2017 Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 10/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo:</div>							
1	09-01-05115	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML	un	500,000	100,000	0,78	78,00

Página: 46/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<p><b>Processo / Ano: 93/2017</b>      <b>Licitação: 36/2017 - PR</b>      <b>Data de Homologação: 10/08/2017</b>      <b>Registro de Preço: Sim</b></p> <p><b>Fornecedor.....: 2735</b>      <b>- SEMENTEC GENETICA LTDA - ME</b></p> <p><b>Adjudicação.....: 5</b>      <b>- Data: 10/08/2017</b>      <b>Centro de Custo:</b></p>							
2	09-01-05205	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICA EM LATEX COM PÓ	un	2,000,000	500,000	0,25	125,00
5	09-07-08267	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML	un	500,000	100,000	0,51	51,00
6	09-08-20275	AGULHA HIPODERMICA DESCARTÁVEIS TAMANHO 40X1,20mm	un	500,000	100,000	0,28	28,00
7	11-10-20321	AGULHA PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO 25MMX08MM	cx	20,000	10,000	60,00	600,00
8	11-10-20322	LAMINA BARBEAR (PARA TRICOTOMIA)	cx	100,000	20,000	2,20	44,00
9	11-10-20323	ADAPTADOR PARA AGULHAS PARA COLETA SANGUE VÁCUO	un	50,000	20,000	1,68	33,60
10	11-12-07972	TUBO A VÁCUO VERMELHO, PLÁSTICO COM ATIVADOR DE COAGULO	un	1,000,000	500,000	0,90	450,00
11	11-14-07941	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE CAPACIDADE 13 LITROS	un	30,000	10,000	6,80	68,00
12	11-14-07942	MICROTUBO DE CENTRIFUGAÇÃO 2ML, LIVRE DNASE/RNASE, COM TRAVA	un	2,500,000	1,000,000	0,09	90,00
				<b>TOTAIS -----&gt;</b>			1,567,60
					2,360,000		
<p><b>Processo / Ano: 93/2017</b>      <b>Licitação: 36/2017 - PR</b>      <b>Data de Homologação: 10/08/2017</b>      <b>Registro de Preço: Sim</b></p> <p><b>Fornecedor.....: 2735</b>      <b>- SEMENTEC GENETICA LTDA - ME</b></p> <p><b>Adjudicação.....: 6</b>      <b>- Data: 10/08/2017</b>      <b>Centro de Custo:</b></p>							
18	93-01-11730	SÊMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS -Com prova atualizada	ds	1,400,000	300,000	17,00	5,100,00
				<b>TOTAIS -----&gt;</b>			5,100,00
					300,000		
<p><b>Processo / Ano: 98/2017</b>      <b>Licitação: 39/2017 - PR</b>      <b>Data de Homologação: 28/08/2017</b>      <b>Registro de Preço: Sim</b></p> <p><b>Fornecedor.....: 1477</b>      <b>- HENRIQUE MARCONI - ME</b></p> <p><b>Adjudicação.....: 7</b>      <b>- Data: 28/08/2017</b>      <b>Centro de Custo:</b></p>							
5	22-19-08495	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO	un	362,000	5,000	32,00	160,00
				<b>TOTAIS -----&gt;</b>			160,00
					5,000		

Página: 47/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 98/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1477</b> <b>Adjudicação.....: 8</b> <b>Licitação: 39/2017 - PR</b> <b>- HENRIQUE MARCONI - MIE</b> <b>Data: 28/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
5	22-19-08495	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO	un	362,000	1,000	32,00	32,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
1,000					1,000		32,00
<b>Processo / Ano: 98/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1477</b> <b>Adjudicação.....: 9</b> <b>Licitação: 39/2017 - PR</b> <b>- HENRIQUE MARCONI - MIE</b> <b>Data: 28/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
5	22-19-08495	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO	un	362,000	2,000	32,00	64,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
2,000					2,000		64,00
<b>Processo / Ano: 98/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1477</b> <b>Adjudicação.....: 10</b> <b>Licitação: 39/2017 - PR</b> <b>- HENRIQUE MARCONI - MIE</b> <b>Data: 28/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
6	22-19-08496	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA PARA VEÍCULOS DE MEDIO PORTE:	un	154,000	5,000	44,50	222,50
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
5,000					5,000		222,50
<b>Processo / Ano: 98/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1477</b> <b>Adjudicação.....: 11</b> <b>Licitação: 39/2017 - PR</b> <b>- HENRIQUE MARCONI - MIE</b> <b>Data: 28/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
1	22-15-20214	SERVIÇO DE LAVAGEM DA MOTONIVELADORA	un	24,000	2,000	124,50	249,00
3	22-15-20216	SERVIÇO DE LAVAGEM DA RETROESCAVADEIRA	un	44,000	1,000	99,00	99,00
5	22-19-08495	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO	un	362,000	1,000	32,00	32,00
6	22-19-08496	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA PARA VEÍCULOS DE MEDIO PORTE:	un	154,000	1,000	44,50	44,50
8	22-19-08888	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA CAMINHAO TOCO	un	24,000	1,000	79,90	79,90
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
6,000					6,000		504,40

Página: 48/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 98/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 1477</b>		<b>Licitação: 39/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 28/08/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 12</b>		<b>- HENRIQUE MARCONI - ME</b>	<b>- Data: 28/08/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
5	22-19-08495	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO	un	362,000	5,000	32,00	160,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					5,000		160,00
<b>Processo / Ano: 100/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 2074</b>		<b>Licitação: 41/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 30/08/2017</b>		<b>Registro de Preço: Sim</b>		
<b>Adjudicação.....: 4</b>		<b>- ROBERTO MISTURA ME</b>	<b>- Data: 30/08/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
5	79-05-07939	CONJUNTO PARA CHIMARRÃO COM 3 PECAS SENDO:	un	365,000	300,000	18,69	5.607,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					300,000		5.607,00
<b>Processo / Ano: 102/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 130</b>		<b>Licitação: 43/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 04/10/2017</b>		<b>Registro de Preço: Não</b>		
<b>Adjudicação.....: 1</b>		<b>- TRANSPICINATTO TRANSPORTES LTDA ME</b>	<b>- Data: 04/10/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
2	21-43-08262	TRAJETO 02 - MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO- MATUTINO INICIO	km	23.072,000	2.016,000	4,44	8.951,04
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					2.016,000		8.951,04
<b>Processo / Ano: 102/2017</b>							
<b>Fornecedor.....: 515</b>		<b>Licitação: 43/2017 - PR</b>	<b>Data de Homologação: 04/10/2017</b>		<b>Registro de Preço: Não</b>		
<b>Adjudicação.....: 2</b>		<b>- AER TUR TRANSPORTES LTDA - EPP</b>	<b>- Data: 04/10/2017</b>		<b>Centro de Custo:</b>		
4	21-43-08264	TRAJETO 04 - RETORNO NOTURNO: E.I.B.C.A, Trevo, Zanoni	km	8.858,000	592,000	2,70	1.598,40
6	21-43-08266	TRAJETO 06 - MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO - MATUTINO- Início	km	17.304,000	612,000	4,93	3.017,16
7	21-43-08267	TRAJETO 07 - MATUTINO - Início Colônia Cella (Ivam Carraro)	km	17.510,000	1.530,000	3,65	5.584,50
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					2.734,000		10.200,06

Página: 49/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 515 - AER TUR TRANSPORTES LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 3 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
4	21-43-08264	TRAJETO 04 - RETORNO NOTURNO: E.E.B.C.A. Trevo, Zanoni	km	8.858,000	182,000	2,70	491,40
9	21-43-08269	TRAJETO 09 - MATUTINO/VESPERTINO/ NOTURNO	km	29.252,000	1.242,000	4,20	5.216,40
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					1.424,000		5.707,80
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 515 - AER TUR TRANSPORTES LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 4 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
6	21-43-08266	TRAJETO 06 - MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO - MATUTINO- Início	km	17.304,000	900,000	4,93	4.437,00
9	21-43-08269	TRAJETO 09 - MATUTINO/VESPERTINO/ NOTURNO	km	29.252,000	401,000	4,20	1.684,20
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					1.301,000		6.121,20
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 515 - AER TUR TRANSPORTES LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 5 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
9	21-43-08269	TRAJETO 09 - MATUTINO/VESPERTINO/ NOTURNO	km	29.252,000	358,000	4,20	1.503,60
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					358,000		1.503,60
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 2550 - LUCIANE TRANSPORTES LTDA - ME Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 6 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
10	21-43-08270	TRAJETO 10- MATUTINO/ VESPERTINO, Matutino: Início madeireir	km	17.922,000	810,000	3,45	2.794,50
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					810,000		2.794,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 50/54

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 2550 - LUCIANE TRANSPORTES LTDA - ME Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 7 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
10	21-43-08270	TRAJETO 10- MATUTINO/ VESPERTINO, Matutino: Início madeireir	km	17.922,000	756,000	3,45	2.608,20
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					756,000		2.608,20
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 1529 - CORDITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 8 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
3	21-43-08263	TRAJETO 03- MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO Início Campina do	km	23.072,000	1.044,000	4,89	5.105,16
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					1.044,000		5.105,16
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 1529 - CORDITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 9 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
3	21-43-08263	TRAJETO 03- MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO Início Campina do	km	23.072,000	252,000	4,89	1.232,28
5	21-43-08265	TRAJETO 05 - MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO - Início Gomerdi	km	22.248,000	864,000	4,39	3.792,96
8	21-43-08268	TRAJETO 08- MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO- Início Colonia B	km	25.338,000	1.242,000	4,31	5.353,02
13	21-43-08273	TRAJETO 13 - MATUTINO/VESPERTINO = MATUTINO - início	km	19.776,000	900,000	2,65	2.385,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					3.258,000		12.763,26
<b>Processo / Ano: 102/2017 Licitação: 43/2017 - PR Data de Homologação: 04/10/2017 Registro de Preço: Não</b> <b>Fornecedor.....: 1529 - CORDITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA Tabela/Catálogo:</b> <b>Adjudicação.....: 10 - Data: 04/10/2017 Centro de Custo:</b>							
1	21-43-08261	TRAJETO 01 - MATUTINO/VESPERTINO	km	15.244,000	749,000	3,30	2.471,70
<b>T O T A I S -----&gt;</b>					749,000		2.471,70

Página: 51/54

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano:</b> 102/2017 <b>Licitação:</b> 43/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 04/10/2017 <b>Registro de Preço:</b> Não <b>Fornecedor.....:</b> 1529 <b>- CREDITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA</b> <b>Adjudicação.....:</b> 11 <b>- Data:</b> 04/10/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
1	21-43-08261	TRAJETO 01 - MATUTINO/VESPERTINO	km	15.244,000	583,000	3,30	1.923,90
3	21-43-08263	TRAJETO 03- MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO Início Campina do	km	23.072,000	720,000	4,89	3.520,80
5	21-43-08265	TRAJETO 05 - MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO - Início Gomerã	km	22.248,000	1.080,000	4,39	4.741,20
8	21-43-08268	TRAJETO 08- MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO- Início Colonia B	km	25.338,000	972,000	4,31	4.188,32
13	21-43-08273	TRAJETO 13 - MATUTINO/VESPERTINO = MATUTINO - início	km	19.776,000	828,000	2,65	2.194,20
<b>T O T A I S -----&gt;</b>				4.183,000			16.569,42
<b>Processo / Ano:</b> 102/2017 <b>Licitação:</b> 43/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 04/10/2017 <b>Registro de Preço:</b> Não <b>Fornecedor.....:</b> 2529 <b>- CLEIMAR CARNIEL 82497044953</b> <b>Adjudicação.....:</b> 12 <b>- Data:</b> 04/10/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
16	21-43-08276	TRAJETO 16 - NOTURNO: Saída do centro de Cordilheira Alta, e	km	5.150,000	450,000	3,18	1.431,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>				450,000			1.431,00
<b>Processo / Ano:</b> 102/2017 <b>Licitação:</b> 43/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 04/10/2017 <b>Registro de Preço:</b> Não <b>Fornecedor.....:</b> 1859 <b>- AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MIECHUANSKI EIRELI EP</b> <b>Adjudicação.....:</b> 13 <b>- Data:</b> 04/10/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
11	21-43-08271	TRAJETO 11- MATUTINO/VESPERTINO : MATUTINO Início Lª Bento,	km	22.248,000	954,000	2,97	2.833,38
14	21-43-08274	TRAJETO 14 - MATUTINO/VESPERTINO =	km	22.248,000	972,000	1,60	1.555,20
15	21-43-08275	TRAJETO 15 - MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO INICIO NO GROLL	km	17.510,000	738,000	4,98	3.675,24
<b>T O T A I S -----&gt;</b>				2.684,000			8.063,82
<b>Processo / Ano:</b> 102/2017 <b>Licitação:</b> 43/2017 - PR <b>Data de Homologação:</b> 04/10/2017 <b>Registro de Preço:</b> Não <b>Fornecedor.....:</b> 1859 <b>- AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MIECHUANSKI EIRELI EP</b> <b>Adjudicação.....:</b> 14 <b>- Data:</b> 04/10/2017 <b>Centro de Custo:</b>							
11	21-43-08271	TRAJETO 11- MATUTINO/VESPERTINO : MATUTINO Início Lª Bento,	km	22.248,000	990,000	2,97	2.940,30
12	21-43-08272	TRAJETO 12 - MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO -	km	17.098,000	1.494,000	4,48	6.683,12
14	21-43-08274	TRAJETO 14 - MATUTINO/VESPERTINO =	km	22.248,000	972,000	1,60	1.555,20

Página: 52/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 102/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1859</b> <b>Adjudicação.....: 14</b> <b>Licitação: 43/2017 - PR</b> <b>- AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MIECHUANSKI EIRELI EP</b> <b>Data: 04/10/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
15	21-43-08275	TRAJETO 15 - MATUTINO/VESPERTINO - MATUTINO INICIO NO GROLL	km	17.510,000	792,000	4,98	3.944,16
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>	4.248,000		15.132,78
<b>Processo / Ano: 102/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2529</b> <b>Adjudicação.....: 15</b> <b>Licitação: 43/2017 - PR</b> <b>- CLEIMAR CARNIEL 82497044953</b> <b>Data: 04/10/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
16	21-43-08276	TRAJETO 16 - NOTURNO: Saída do centro de Cordilheira Alta, e	km	5.150,000	450,000	3,18	1.431,00
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>	450,000		1.431,00
<b>Processo / Ano: 102/2017</b> <b>Fornecedor.....: 515</b> <b>Adjudicação.....: 16</b> <b>Licitação: 43/2017 - PR</b> <b>- AER TUR TRANSPORTES LTDA - EPP</b> <b>Data: 04/10/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
9	21-43-08269	TRAJETO 09 - MATUTINO/VESPERTINO/ NOTURNO	km	29.252,000	555,000	4,20	2.331,00
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>	555,000		2.331,00
<b>Processo / Ano: 111/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2793</b> <b>Adjudicação.....: 1</b> <b>Licitação: 47/2017 - PR</b> <b>- SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA - ME</b> <b>Data: 17/10/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
4	20-01-07123	PALESTRA MOTIVACIONAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	un	2,000	1,000	2.175,00	2.175,00
				<b>T O T A I S -----&gt;</b>	1,000		2.175,00

Página: 53/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<hr/>							
Processo / Ano:	113/2017	Licitação: 49/2017 - PR		Data de Homologação: 31/10/2017	Registro de Preço: Não		
Fornecedor.....:	2035	- ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP			Tabela/Catálogo:		
Adjudicação.....:	1	- Data: 31/10/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
1	71-02-00331	CLIMATIZADOR COM REFRIGERAÇÃO DE 12.000 BTU'S - INSTALADO,	un	7,000	7,000	1.790,00	12.530,00
				T O T A I S ----->		7,000	12.530,00
<hr/>							
Processo / Ano:	113/2017	Licitação: 49/2017 - PR		Data de Homologação: 31/10/2017	Registro de Preço: Não		
Fornecedor.....:	2408	- GESUL COMERCIAL LTDA - EPP			Tabela/Catálogo:		
Adjudicação.....:	2	- Data: 31/10/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
4	71-02-06562	COLCHÃO DE SOLTEIRO DE ESPUMA D28, MEDIDAS MINIMAS 88X1,88CM	un	2,000	2,000	248,00	496,00
9	71-02-06567	PURIFICADOR DE AGUA (GELADA E NATURAL) CAPACIDADE MINIMA 2,1	un	3,000	3,000	749,00	2.247,00
				T O T A I S ----->		5,000	2.743,00
<hr/>							
Processo / Ano:	113/2017	Licitação: 49/2017 - PR		Data de Homologação: 31/10/2017	Registro de Preço: Não		
Fornecedor.....:	1881	- LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI			Tabela/Catálogo:		
Adjudicação.....:	3	- Data: 31/10/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
11	71-04-06922	CADEIRA DE RODAS POSTURAL INFANTIL E JUVENIL PERSONALIZADA	un	1,000	1,000	2.350,00	2.350,00
				T O T A I S ----->		1,000	2.350,00
<hr/>							
Processo / Ano:	113/2017	Licitação: 49/2017 - PR		Data de Homologação: 31/10/2017	Registro de Preço: Não		
Fornecedor.....:	887	- PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME			Tabela/Catálogo:		
Adjudicação.....:	4	- Data: 31/10/2017	Centro de Custo:				
<hr/>							
7	71-02-06565	LONGARINA SECRETÁRIA RETA INJETADA I DUPLO 5 LUGARES COR	un	8,000	8,000	500,00	4.000,00
				T O T A I S ----->		8,000	4.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 54/54

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Ctde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 113/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2021</b> <b>Adjudicação.....: 5</b>							
		<b>Licitação: 49/2017 - PR</b>					
		<b>- TECNOPONTO SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP</b>					
		<b>- Data: 31/10/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 31/10/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Não</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
6	71-02-06564	FOGÃO A GÁS 4 BOCAS; TIPO DE GÁS: GLP (CONVERSÍVEL PARA GN)	un	1,000	1,000	350,00	350,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
					1,000		350,00
<b>Processo / Ano: 115/2017</b> <b>Fornecedor.....: 515</b> <b>Adjudicação.....: 1</b>							
		<b>Licitação: 51/2017 - PR</b>					
		<b>- AER TUR TRANSPORTES LTDA. - EPP</b>					
		<b>- Data: 25/10/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 25/10/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
1	21-46-07688	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PESSOAS-32LUG	km	13.000,000	240,000	3,80	912,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
					240,000		912,00
<b>Processo / Ano: 115/2017</b> <b>Fornecedor.....: 515</b> <b>Adjudicação.....: 2</b>							
		<b>Licitação: 51/2017 - PR</b>					
		<b>- AER TUR TRANSPORTES LTDA. - EPP</b>					
		<b>- Data: 25/10/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 25/10/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Sim</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
1	21-46-07688	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PESSOAS-32LUG	km	13.000,000	100,000	3,80	380,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
					100,000		380,00
<b>Processo / Ano: 119/2017</b> <b>Fornecedor.....: 628</b> <b>Adjudicação.....: 1</b>							
		<b>Licitação: 47/2017 - DL</b>					
		<b>- ROBERTO LORENZZON - ME</b>					
		<b>- Data: 27/10/2017</b>					
		<b>Centro de Custo:</b>					
		<b>Data de Homologação: 27/10/2017</b>					
		<b>Registro de Preço: Não</b>					
		<b>Tabela/Catálogo:</b>					
1	20-01-00327	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PESQUISA	un	1,000	1,000	7.000,00	7.000,00
<b>TOTALS -----&gt;</b>							
					1,000		7.000,00
<b>TOTAL GERAL -----&gt;</b>							
					37.771,564		290.111,79

# RELAÇÃO ITENS ADJUDICADOS OUTUBRO 2017- FMS

Publicação Nº 1422075

Página: 1/5

## ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação (Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 63/2017</b> <b>Licitação: 17/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 24/04/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 2672</b> <b>- MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTD.</b> <b>Adjudicação.....: 8</b> <b>- Data: 24/04/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
50	09-08-08546	CONDICIONADOR ÁCIDO FOSFÓRICO 37% C/ 3 SERINGAS DE 2,5ML CAD	cx	50,000	10,000	3,25	32,50
77	09-08-08078	EXTIRPA NERVOS C/10	un	10,000	3,000	20,25	60,75
99	09-08-08458	MASCARA TRIPLA DESCARTAVEL C/ ELÁSTICO C/ 50 UN	pt	50,000	40,000	4,99	199,60
138	09-08-20273	TIRA DE LIXA ABRASIVA AÇO P/ REMOÇÃO DE AMALGAMA 6MM, COM12U	pt	50,000	20,000	6,25	125,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>417,85</b>
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 308</b> <b>- PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - EP</b> <b>Adjudicação.....: 15</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
92	09-07-20124	LUVA DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM G C/ 100 UN	cx	100,000	30,000	13,99	419,70
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>419,70</b>
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 613</b> <b>- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b> <b>Adjudicação.....: 16</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
46	09-01-05166	LUVAS CIRÚRGICAS TAM 7,0	pr	100,000	30,000	1,01	30,30
75	09-07-08239	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA C/ 100 UNI	pt	500,000	50,000	3,47	173,50
98	09-07-20187	TRAVESSEIRO HOSPITALAR 60X40 ESPUMA INTEIRIÇA, NAPA	un	10,000	2,000	53,99	107,98
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>311,78</b>
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 921</b> <b>- DENTAL OESTE EIRELI</b> <b>Adjudicação.....: 17</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
18	09-01-05047	ESCALPE INTRAVENOSO TAM 21 G	un	500,000	100,000	0,26	26,00
19	09-01-05064	LANCETAS 28G/0,4MM C/ 100 UNI	cx	300,000	20,000	7,99	159,80
47	09-01-05168	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL PICOTADO EM ROLO CELULOSE VIRGEM	rl	30,000	30,000	12,42	372,60
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							<b>558,40</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA**  
 Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

Página: 2/5

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1786</b> <b>Adjudicação.....: 18</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>- ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARE</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
4	09-01-04937	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS	un	400,000	100,000	0,85	85,00
31	09-01-05134	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M	pt	1.500,000	120,000	4,85	582,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							667,00
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1786</b> <b>Adjudicação.....: 19</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>- ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARE</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
144	11-03-08178	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAMANHO MEDIO C/ 8 UNI	pt	600,000	60,000	11,95	717,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							717,00
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1894</b> <b>Adjudicação.....: 20</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>- DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
14	09-01-05002	TERMOMETRO DE MERCURIO	un	20,000	10,000	8,23	82,30
79	09-07-08279	SERINGA INSULINA S/ AGULHA	un	10.000,000	1.500,000	0,25	375,00
89	09-07-20119	GAZE HIDROFILA TIPO QUELJO NÃO ESTÉRIL 9,1CMX911M	rl	150,000	10,000	75,00	750,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							1.207,30
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1894</b> <b>Adjudicação.....: 21</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>- DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
145	11-03-08179	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAMANHO GRANDE C/ 8 UNI	pt	600,000	80,000	11,97	957,60
147	11-03-08198	FRALDA DESC. GERIATRICA TAMANHO EXTRA GRANDE C/ 07 UNI	pt	600,000	60,000	11,97	718,20
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							1.675,80
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2078</b> <b>Adjudicação.....: 22</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>- Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
21	09-01-05072	POVIDINE TÓPICO 1.000MIL	fr	30,000	15,000	11,75	176,25

Página: 3/5

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação (Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<div>Processo / Ano: 80/2017      Licitação: 25/2017 - PR      Data de Homologação: 08/06/2017      Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2078      - Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA      Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 22      - Data: 08/06/2017      Centro de Custo:</div>							
80	09-07-08514	LAMINAS P/ MICROSCOPIO FOSCA 26,0X76,0MM C/ 50 UNI	cx	10,000	10,000	3,00	30,00
				T O T A I S ----->		25,000	206,25
<div>Processo / Ano: 80/2017      Licitação: 25/2017 - PR      Data de Homologação: 08/06/2017      Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2220      - LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME      Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 23      - Data: 08/06/2017      Centro de Custo:</div>							
30	09-01-05133	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M	pt	3.600,000	180,000	6,89	1.240,20
				T O T A I S ----->		180,000	1.240,20
<div>Processo / Ano: 80/2017      Licitação: 25/2017 - PR      Data de Homologação: 08/06/2017      Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2369      - POSSATTO &amp; POSSATO LTDA - ME      Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 24      - Data: 08/06/2017      Centro de Custo:</div>							
68	09-01-05215	TERMO-HIGROMETRO, DIGITAL TEMPERATURA INTERNA E EXTERNA	un	3,000	3,000	81,70	245,10
88	09-07-20106	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 15X30 C/ 100 UN	pt	250,000	10,000	35,99	359,90
143	09-07-20441	GEL CONDUTOR PARA AUSCULTA DE BCF NO MINIMO 500 ML	fr	100,000	20,000	7,14	142,80
				T O T A I S ----->		33,000	747,80
<div>Processo / Ano: 80/2017      Licitação: 25/2017 - PR      Data de Homologação: 08/06/2017      Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2422      - AMARILDO BASEGGIO &amp; CIA LTDA - EPP      Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 25      - Data: 08/06/2017      Centro de Custo:</div>							
45	09-01-05165	LUVAS CIRÚRGICAS TAM 7,5	pr	100,000	100,000	1,00	100,00
52	09-01-05176	LUVAS CIRÚRGICAS TAM 6,5	pr	100,000	100,000	0,99	99,00
148	11-04-08165	ALCOOL GEL NEUTRO 500ML	un	24,000	24,000	5,49	131,76
				T O T A I S ----->		224,000	330,76

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA**

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Página: 4/5

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 80/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2674</b> <b>Adjudicação.....: 26</b> <b>Licitação: 25/2017 - PR</b> <b>- MEGHA - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA - EP</b> <b>- Data: 08/06/2017</b> <b>Data de Homologação: 08/06/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
9	09-01-04978	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	un	20,000	20,000	12,54	250,80
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							250,80
<b>Processo / Ano: 84/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1183</b> <b>Adjudicação.....: 46</b> <b>Licitação: 28/2017 - PR</b> <b>- MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
6	22-15-20841	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN	h	1.810,000	72,500	38,00	2.755,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							2.755,00
<b>Processo / Ano: 88/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2723</b> <b>Adjudicação.....: 57</b> <b>Licitação: 31/2017 - PR</b> <b>- ANTONIO JACINTO RODRIGUES BORGES - ME</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
28	11-03-08209	PAPEL TOALHA INTERF FOLHA DUPLA 2 DOBRAS 22,5X20,5 2.000 FLS	cx	1.060,000	30,000	48,37	1.451,10
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							1.451,10
<b>Processo / Ano: 88/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1456</b> <b>Adjudicação.....: 58</b> <b>Licitação: 31/2017 - PR</b> <b>- SCS COMERCIO LTDA EPP</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
79	11-04-20272	SABÃO EM PÓ 2 KG	pt	540,000	20,000	13,30	266,00
107	11-10-08138	ODORIZANTE DE AMBIENTES AEROSSOL 360ML/293,6G	un	103,000	15,000	7,00	105,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							371,00
<b>Processo / Ano: 88/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1826</b> <b>Adjudicação.....: 59</b> <b>Licitação: 31/2017 - PR</b> <b>- NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME</b> <b>- Data: 20/07/2017</b> <b>Data de Homologação: 20/07/2017</b> <b>Registro de Preço: Sim</b> <b>Tabela/Catálogo:</b> <b>Centro de Custo:</b>							
62	11-04-08246	LIMPADOR MULTUISO P/ LIMPEZA EM PISOS DE 500 ML	un	1.280,000	120,000	4,75	570,00
86	11-04-20283	DETERGENTE NEUTRO C/ GLICERINA 500 ML	un	1.718,000	30,000	1,89	56,70
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							626,70

Página: 5/5

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/10/2017 a 31/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Qtde.Adjud.	Preço Unitário	Preço Total
<b>Processo / Ano: 88/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2309</b> <b>Adjudicação.....: 60</b> <b>Licitação: 31/2017 - PR</b> <b>- MERCADO KA &amp; KA LTDA - ME</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
59	11-04-08235	PAPEL TOALHA MULTUOSO, FOLHA DUPLA 22X20CM 2 ROLOS	pt	308,000	30,000	4,75	142,50
76	11-04-20265	CESTO PLÁSTICO QUADRADO C/ TAMPA E PEDAL CAP. 30 LITROS	un	18,000	5,000	55,00	275,00
82	11-04-20276	BLOCO SANITÁRIO 35G + CESTINHA FRAGRÂNCIAS VARIADAS	un	832,000	120,000	4,85	582,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							999,50
<b>Processo / Ano: 88/2017</b> <b>Fornecedor.....: 2620</b> <b>Adjudicação.....: 61</b> <b>Licitação: 31/2017 - PR</b> <b>- CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME</b> <b>Data: 20/07/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
40	11-04-08014	AGUA SANITARIA 2 LITROS	un	2.212,000	240,000	4,89	1.173,60
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							1.173,60
<b>Processo / Ano: 98/2017</b> <b>Fornecedor.....: 1477</b> <b>Adjudicação.....: 13</b> <b>Licitação: 39/2017 - PR</b> <b>- HENRIQUE MARCONI - ME</b> <b>Data: 28/08/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
5	22-19-08495	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO	un	362,000	5,000	32,00	160,00
6	22-19-08496	SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA PARA VEÍCULOS DE MEDIO PORTE:	un	154,000	4,000	44,50	178,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							338,00
<b>Processo / Ano: 114/2017</b> <b>Fornecedor.....: 631</b> <b>Adjudicação.....: 1</b> <b>Licitação: 50/2017 - PR</b> <b>- GRAFICA BAROZZI EIRELI EPP</b> <b>Data: 23/10/2017</b> <b>Centro de Custo:</b>							
21	21-21-07005	NOTIFICAÇÃO DE RECEITA EM 01 VIA, NUMERADO COM PICOTE	blc	120,000	50,000	2,80	140,00
<b>T O T A I S -----&gt;</b>							140,00
<b>T O T A L G E R A L -----&gt;</b>							16.605,54

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ATA DE CANCELAMENTO DA PREGÃO FMS Nº 08/2017

Publicação Nº 1422379

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2017  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 08/2017

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos oito dias do mês de novembro de Dois Mil e Dezessete, às 09h00min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista Que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre que em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 prevê não ser possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.  
Coronel Freitas (SC), 08 de novembro de 2017.

RAFAEL FÁBIO TREVISAN  
PREGOEIRO

RAQUEL MILANI  
MEMBRO

PAULO C. STRADA  
MEMBRO

CAROLINA ROSALEN PIVA  
MEMBRO

JORACI PAGNUSSAT  
MEMBRO

# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1387/17

Publicação Nº 1422049

DECRETO Nº 1387/17

EXONERA O SR. ALFREDO GRAMM SOBRINHO, DO CARGO DE CO-ORDENADORA DE EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. ALFREDO GRAMM SOBRINHO, do cargo de Coordenador De Equipe De Saúde Da Família.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 09 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº 1388/17

Publicação Nº 1422063

DECRETO Nº 1388/17

NOMEIA A SRA. ICRAIR PEREIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Coordenador de Serviços é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. ICRAIR PEREIRA, para ocupar o cargo de Coordenador de Serviços.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 09 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2017

Publicação Nº 1421734

ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 213/17

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 090/17, objeto REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica nos veículos leves e pesados e serviços de balanceamento, geometria e suspensão nos veículos leves da Frota Municipal, com fornecimento não exclusivo de peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro (guincho), conforme especificações contidas no Termo de Referência, ficando assim determinado:

Onde se lê:

· APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:  
Dia 16/11/2017 às 09h00min (catorze horas), com tolerância de 5 minutos.

· ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:  
Dia 16/11/2017 às 09h30min (catorze horas e trinta minutos).

Leia-se:

· APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:  
Dia 16/11/2017 às 09h00min (nove horas), com tolerância de 5 minutos.

· ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:  
Dia 16/11/2017 às 09h30min (nove horas e trinta minutos).

Corupá, 07 de novembro de 2017.

LÍDIA ROSA VEECK

Pregoeira

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2017

Publicação Nº 1421985

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 060/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa DISQUE EVENTOS VIP E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI – ME.

Processo Licitatório 01809/2017, Pregão Presencial 94/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS ABERTAS PARA EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.

Valor total: R\$ 25.200,00.

Vigência: 07/11/2017 a 07/11/2018.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 99/2017

Publicação Nº 1422830

DECRETO N.º 099/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“FIXA TURNO ÚNICO DE EXPEDIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial em conformidade com o inciso VI do Artigo 77, c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido Turno Único de Expediente nas repartições Públicas Municipais de Cunhataí, das 07 horas às 13 horas, no período de compreendido entre o dia 13 de novembro de 2017 e o dia 18 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Excluem-se do horário fixado no artigo 1º deste decreto, a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e o Conselho Tutelar.

Art. 3º. A partir da vigência deste Decreto fica vedado o pagamento de horas extras, exceto em casos de extrema necessidade, mediante autorização expressa do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 08 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ

PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 36/2017

Publicação Nº 1422616

#### EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 36/2017

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marcos Gonçalves de Farias, São José, neste ato representado por seu titular Sr. Kleber-son Luciano Lima, Presidente do Fundo, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI BOM JESUS -, TIPO CONSTRUÇÃO NOVA, NA RUA CAPITÃO POTIGUARA, ÁREA DO TERRENO 3.957,00 M², ÁREA TOTAL DA NOVA EDIFICAÇÃO 1.754,50 M², CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 11 de Dezembro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 11 de Dezembro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 08 de Novembro de 2017.

Kleber-son Luciano Lima  
Presidente do Fundo

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 239/2017

Publicação Nº 1422800

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 239/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 28/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de

lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 08 de Novembro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2017

Publicação Nº 1422210

#### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2017

O Fundo Municipal de Educação, SC neste ato representado por seu Representante do Fundo Sr. Kleber-son Luciano Lima, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM DE MEZANINO NO BARRACÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 14:00 horas do dia 24/11/2017, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 18:00 horas do dia 24/11/2017, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 07 de Novembro de 2017.

Kleber-son Luciano Lima  
Presidente do Fundo

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

Publicação Nº 1422788

#### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Curitibanos e a empresa Renato Alves ME, com o valor total de R\$ 1.210,00 (Um mil duzentos e dez reais).

RESUMODISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE 01 BANHEIRO NA CASA DO SR. JOSÉ AIRTON RIBEIRO, CPF Nº 982.470.939-87 QUE SERÁ TRANSFERIDA DO PARQUE DO PINHO PARA O LOTE DO PATRIMÔNIO SITUADO NA RUA JOÃO JESUS DE LIMA, CONFORME LEI Nº 5.950/2017. TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO 3/2017, LOTE Nº2, ABERTURA DIA 23/10/2017 E 06/11/2017, MANTENDO TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL.

CONFORME ART. 24, INCISO V DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- V – “quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 08 de novembro de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Roberto Carlos da Silva Paula Juliana Lima Martins

Membro Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 08 de novembro de 2017.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 08 de novembro de 2017.

Marcio Damiani Poletto de Souza

Presidente do Fundo

## **RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2017**

Publicação Nº 1422226

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 218/2017, conforme segue:

No item 6.7 do Edital, alínea c.1), onde se lê:

c.1) Para fins de habilitação a licitante deverá apresentar veículo com idade máximo, o ano base utilizado será o ano da abertura do certame, comparado à data de fabricação do veículo, conforme segue:

Item 1: Idade máximo 12 anos

Item 2: Idade máximo 6 anos

Item 3: Idade máximo 5 anos

Item 5: Idade máximo 20 anos

Item 8: Idade máximo 11 anos

Leia-se:

c.1) Para fins de habilitação a licitante deverá apresentar veículo com idade máximo, o ano base utilizado será o ano da abertura do certame, comparado à data de fabricação do veículo, conforme segue:

Item 1: Idade máximo 12 anos

Item 2: Idade máximo 6 anos

Item 3: Idade máximo 5 anos

Item 5: Idade máximo 15 anos

Item 8: Idade máximo 11 anos

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitibanos, 08 de Novembro de 2017.

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

# Descanso

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 87/2017 AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA EVENTUAL SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DO ÔNIBUS IVECO/CITYCLASS, ANO 2012/13**

Publicação Nº 1422595

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2017

Objeto: Aquisição de peças para eventual substituição e manutenção do Ônibus Iveco/Cityclass, ano 2012/13, Placas MKW-6026, com recursos próprios, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09:00 horas do dia 22/11/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 09:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 09 de Novembro de 2017.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 48-2017 - HOMOLOGAÇÃO - FMS

Publicação Nº 1421951

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/17

HOMOLOGAÇÃO: 26/10/17

CONTRATADO: LABORATORIO PLATANO E RONSANI LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA PACIENTES QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAUDE NO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, SENDO QUE REFERIDOS EXAMES NÃO SÃO REALIZADOS NO LABORATORIO MUNICIPAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

DATA: 08/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 60-2017 - CONTRATO - PMDC

Publicação Nº 1422059

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 056-2017 - PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada.: MOZART MOREIRA DA SILVA ME

Valor ..... : 11.000,00 (onze mil reais)

Vigência ..... : Início: 08/11/2017 Término: 07/05/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA SALA DO BATALHÃO DA POLICIA MILITAR DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO, REFERENTE AO PROGRAMA BEIJA FLOR, DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME ANEXOS DO EDITAL, E AQUISIÇÃO DE UMA MESA EM MDF, PARA USO JUNTO A SALA DE VIDEO MONITORAMENTO.

Dionísio Cerqueira, 8 de Novembro de 2017

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 0087/2017

Publicação Nº 1422570

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0087/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: DE LIMA & VITORAZZI - ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SEMANA DA CULTURA A REALIZAR-SE NA SEMANA DO DIA 13 A 19 DE NOVEMBRO JUNTO AO CENTRO DE CULTURA E EVENTOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE FAXINAL DOS GUEDES, XAXIM E XANXERÊ

O Preço Global na ordem de R\$ 7.696,00 (sete mil seiscentos e noventa e seis reais).

Prazo de vigência até 31/12/2017

Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de Novembro 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

CLEUSA BRUSAMARELLO

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### EXTRATO DE CONTRATO 0088/2017

Publicação Nº 1422571

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0088/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: GABRIEL ANTONIO ZANELA 01023629984

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA A SEMANA DE FESTIVIDADES NATALINAS.

O Preço Global na ordem de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Prazo de vigência até 31/12/2017

Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de Novembro 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 0089/2017

Publicação Nº 1422573

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0089/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: MB SONORIZAÇÕES EIRELI ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA A SEMANA DE FESTIVIDADES NATALINAS.

O Preço Global na ordem de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Prazo de vigência até 31/12/2017

Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de Novembro 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### **PORTARIA N.º 253 - "NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 3º FESTIVAL REGIONAL DA CANÇÃO DE FORMOSA DO SUL – FERCASUL".**

Publicação N° 1421887

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA MUNICIPAL N° 253, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 3º FESTIVAL REGIONAL DA CANÇÃO DE FORMOSA DO SUL – FERCASUL".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal, de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 71. Da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam designados os membros da Comissão Organizadora do 3º Festival Regional da Canção de Formosa do Sul – FERCASUL, as pessoas abaixo relacionadas:

- DAIANE FRIGO
- ROSIMERI SANTIN
- ELIZANDRO PAGANI
- MORGANA DALLA LÍBERA
- ANA CLAUDIA TASCA
- REGINALDO DE MIRANDA
- FABIELI CELLA

Art. 2º Designa a Srta. Daiane Frigo, Chefe do Departamento de Cultura, presidente da Comissão Organizadora.

Art. 3º Havendo necessidade, a comissão organizadora convocará outros funcionários para colaborar e compor a equipe de trabalho.

Art. 4º O Festival será realizado no dia 16 de dezembro de 2017, nas dependências do Pavilhão Comunitário de Formosa do Sul.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Portaria N.º 250, de 26 de julho de 2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal Formosa do Sul, em 08 de novembro de 2017.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

# Forquilha

## PREFEITURA

### APLICAÇÃO DE PENALIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/PMF/2017

Publicação Nº 1422090

Processo nº 003848/2017

PREGÃO PRESENCIAL EDITAL Nº 56/PMF/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/PMF/2017

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO

Assunto: INEXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/PMF/2017, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/PMF/2017

Contratada: JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME LTDA

#### RELATÓRIO

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA e a empresa JCM COM. DE MÓVEIS EIRELI ME LTDA, CNPJ/MF n.º 26.033.276/0001-60, estabelecida na Rua Carlos Kirsch, 115, Palhoça/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Cicero Camargo Vieira, brasileiro, CI 1.432.072 CPF 463.873.669-68, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão nº. 56/FMS/2017 de 13/01/2017, cujo objeto é a aquisição de móveis e eletrodomésticos, para atender as necessidades de diversas secretarias.

A Gerente de Contratos e Convênios tomou conhecimento, através de memorando da servidora solicitante, de que o item descrito na AF nº 1315/2017, qual seja: item 7 – Gaveteiro em MDF, estrutura com chapas de 18mm, e gavetas com chapas de 15mm, medindo 50cm(L) x 45cm (P) x 70cm (Altura total já com rodízio), acabamento melamínico padrão "louro freijó" da linha madeiras brasileiras Masisa ou similar, composto por 4 gavetas com trilho telescópico zincado, com um puxador de plástico cada, na cor cinza acabamento imitando aço escovado, medido de 15 a 20cm. As chapas no interior das gavetas em MDF acabamento melamínico cor cinza claro, sendo a gaveta superior com uma tranca com chave na gaveta superior, completam o gaveteiro 4 rodízios giratórios 50mm de plástico sem freio, todos na cor cinza, não foi entregue.

Do relato se depreende que, em que pese as constantes ligações, o licitante não efetuou a entrega do móvel no Setor Procuradoria. Portanto, a empresa JCM foi notificada formalmente (via correio) conforme AR DV 47080160 5 BR, a fim de regularizar a situação, cumprindo com as normas e condições editalíssimas. Contudo, o prazo decorreu sem qualquer manifestação.

Iniciado o processo administrativo nº 3848/2017 a licitante foi novamente intimada para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias e indicar as provas que pretende produzir. O prazo transcorreu in albis.

É o relatório.

#### DO MÉRITO

Inicialmente, é irrefutável que a empresa JCM COM. DE MÓVEIS EIRELI ME LTDA descumpriu integralmente o contrato ao deixar de entregar o Gaveteiro em MDF, acarretando prejuízos para a municipalidade.

Desta forma, é inegável que houve o descumprimento das cláusulas contratuais, que de acordo com a Lei nº 8.666/93, ensejaria a possibilidade de aplicação advertência, multa e outras sanções prevista na lei o no contrato, vejamos:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

A Ata de Registro de Preços nº 37/PMF/2017, quanto as penalidades e sanções, dispõe:

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de

recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

No que diz respeito à aplicação das penalidades previstas nos incisos II, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, a despeito da possibilidade da cumulação, a lição de Marçal Justen Filho:

As sanções dos incs. III e IV podem ser cumuladas entre si e com a multa e a rescisão administrativa. Uma conduta pode ser grave o suficiente para acarretar a rescisão unilateral do contrato pela Administração e para desencadear outras punições. (Marçal Justen Filho. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9ª ed., São Paulo: Dialética, 2002, p.574).

Como o comportamento da contratada em tentar ludibriar a Administração ao deixar de entregar o produto licitado representou um ato verdadeiramente lesivo ao interesse público, uma medida repressiva de maior intensidade deve ser aplicada. Isto porque a aplicação de simples advertência se presta mais para advertir o contratado sobre pequenas falhas cometidas durante a execução do contrato.

Por todo o expendido, tendo em mente as orientações do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, que sugere ao administrador não se omitir ou “perdoar”, nem ser “bonzinho” ou deixar de praticar ato contra expressa disposição da lei e, ainda, face ao prejuízo suportado pela administração, e também porque ausentes quaisquer causas excludentes de responsabilidade da contratada, assim, dever ser aplicada a penalidade de multa e sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 2 (dois) anos, por ser medida pedagógica mais moralizadora frente aos transtornos causados para esta instituição.

#### DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, nos termos do art. 81 e dos incisos II e III do art. 78 da Lei 8.666/93, e da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão nº. 56/FMS/2017, DECIDO:

a) condenar a empresa JCM COM. DE MÓVEIS EIRELI ME LTDA ao pagamento da MULTA de 10% (dez por cento) do valor do contrato pela inexecução total do contrato, que representa quantia de R\$ 23,00 (vinte e três reais).

b) aplicar à empresa JCM COM. DE MÓVEIS EIRELI ME LTDA a pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 2 (dois) anos.

O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Cumpra-se, nos termos da Lei.

Forquilha/SC, 24 de outubro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/FMS/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/FMS/2017

Publicação Nº 1422136

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/FMS/2017  
(Referente Pregão Presencial nº. 19/FMS/2017)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. VMLX ELETRONICOS EIRELI – ME, CNPJ/MF n.º 03.800.477/0001-40, estabelecida na Rua Luiz Cirimbelli, nº 1659, Bairro Imigrantes, em Turvo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Valcir Mota, CI 4.590.769, CPF 048.428.279-47;

2. K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP, CNPJ/MF n.º 21.971.041/0001-03, estabelecida na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88, em Araçatuba/SP, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Valmor Possamai Pizzolo, CI 1217572, CPF 416.010.099-68;

3. ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF n.º 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 2320, em Rio do Sul/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Paulo Roberto de Oliveira Ruczzak, CI 1472546, CPF 517.236.469-20;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 19/FMS/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais diversos para atender as necessidades do Programa das Ações de Alimentação e Nutrição da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para período de 12 meses.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas

requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de 10 dias consecutivos a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com

aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o

certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 19/FMS/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda Fiscalização

A Sra. Rejane Maria Loch, será a gestora/fiscal deste Contrato, sendo dela a competência de fiscalizar e receber os materiais, garantindo a devida execução do objeto.

#### Cláusula Décima Terceira Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 08 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Valmor Possamai Pizzolo  
CPF: 416.010.099-68

VMLX ELETRONICOS EIRELI ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Valcir Mota  
CPF: 048.428.279-47

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Paulo Roberto de Oliveira Ruszczak  
CPF: 517.236.469-20

Rejane Maria Loch  
Responsável pela Fiscalização do Contrato

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/ PMF/2017**

Publicação Nº 1422065

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 54/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 34/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/05/2018  
3ª Publicação

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/ PMF/2017**

Publicação Nº 1422069

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 60/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 35/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza (detergente desengraxante e detergente limpa alumínio) para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/05/2018  
3ª Publicação

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/ PMF/2017**

Publicação Nº 1422070

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 55/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 36/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de abrigos para passageiros de ônibus, modelo tipo concha, conforme padrão estabelecido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsitos - DENIT, para colocação em pontos do município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/05/2018  
3ª Publicação

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/ PMF/2017**

Publicação Nº 1422073

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 56/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 37/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos, para atender às necessidades de diversas secretarias, do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 04/05/2018  
3ª Publicação

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 164/PMF/2017**

Publicação Nº 1422048

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
---

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRAR PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 164/PMF/2017.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição, de forma parcelada, de água mineral para atendimento em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, durante 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de dezembro 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/> Forquilha, 08 de novembro de 2017.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### **DECRETO Nº. 188 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422829

DECRETO Nº. 188 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016; DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 6.251,77 (seis mil, duzentos e cinquenta e um reais, setenta e sete centavos) distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças  
2.011 – Manutenção e Assistência Financeira de Convênios e Entidades  
032 – 3390.00.01.54 – Aplicações Diretas .....R\$ 6.251,77  
TOTAL .....R\$ 6.251,77

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos, o excesso de arrecadação lançado na rubrica 1.9.1.9.15.01.00.00, na conta bancária nº 21.338-1, do banco do Brasil S/A.

TOTAL .....R\$ 6.251,77

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 102/2017**

Publicação Nº 1422058

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 102/2017

LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

LOCADOR – VALMIR MEZZARI

DO OBJETO – Locação de terreno situado no Município de Forquilha, sito em Morro Comprido, Forquilha/SC, para extração de seixo no Rio Cedro. Com área total de 99.999,665m², e as seguintes confrontações: ao norte com terras de Quintino Búrgio; ao sul com terras de Jurandir José Scarduelli; ao leste com terras de Edmundo Back; e a oeste com o Rio Cedro. Matrícula nº 2.852.

VALOR – R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) por mês, perfazendo o valor global de R\$ 5.622,00 (cinco mil seiscentos e vinte e dois reais).

VIGÊNCIA – 30/04/2018

DOTAÇÃO – 0701.2032.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 159/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 31 de outubro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0017-2017 DOM

Publicação Nº 1422602

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0017/2017 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0257/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica na Rua Princesa, Loteamento Macieira, nesta cidade, com extensão de 54,87 metros, com área a pavimentar de 503,80 metros quadrados, com fornecimento do material e mão de obra, incluindo, serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, pavimentação e sinalização, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço Global. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 27.11.2017, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. Recursos: - Próprios. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) sem ônus. Fraiburgo(SC), 08 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0051-2017

Publicação Nº 1421872

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0251/2017 – PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0051/2017

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0051/2017, cujo objeto é contratação para a execução de horas técnicas por profissional do CIMCATARINA, para prestação de Serviços de Planejamento Urbano e revisão do Plano Diretor Municipal aprovado pela Lei nº 97/2008 97/2008, de 09 de dezembro de 2008, do Município de Fraiburgo, bem como a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana em consonância com a Lei Federal Lei 11.587/2012, de 03 de Janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 12.075.748/0001-32. Prazo de Vigência: 31 de dezembro de 2017. Valor total do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Fundamento Legal: Art. artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07. Fraiburgo(SC), 06 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002\_2017 0088\_2017 PMF

Publicação Nº 1422662

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2017 – PMF

REGISTRO DE PREÇO Nº 0088/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de lousas educacionais interativas para uso nos Centros de Educação Infantil e Fundamental do MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, incluindo serviços de instalação e configuração, treinamento para manuseio do software educacional interativo, manutenções (preventivas e corretivas) e assistência técnica durante o período de garantia, fornecimento de software educacional interativo, acessórios e demais materiais necessários para funcionamento do conjunto. Visa também aquisições futuras de equipamentos de informática (computadores e monitores) para uso nos laboratórios de informática, salas de aula das unidades escolares e na sede da Secretaria de Educação do MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 09/11/2017 até as 12:00 horas do dia 22/11/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30 horas até as 15:15 horas do dia 22/11/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 horas do dia 22/11/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). Local: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 08 de novembro de 2017

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003\_2017-PMF

Publicação Nº 1422708

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de um trator agrícola novo, ano 2017/2018, para patrulha agrícola do Município. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 09/11/2017 até as 12:00 horas do dia 21/11/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30 horas até as 15:15 horas do dia 21/11/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 horas do dia 21/11/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). Local: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 29 de junho de 2017

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

**Decreto nº 275 - 2017**

Publicação Nº 1422617

DECRETO Nº 275, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ALTERA O DECRETO Nº 040 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017 QUE FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 32 da Lei Complementar nº 109/2010 e suas alterações;

**DECRETA:**

Art. 1º. O Artigo 2º do Decreto nº 040 de 13 de fevereiro de 2017 passa a vigorar acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

III – Museu Casa da Cultura Lydia Frey, Museu do Jagunço e o Centro de Atendimento ao Turista – CAT, nos períodos matutino e vespertino:

- a) terças a sextas-feiras, das 09:00 às 12:00 e 13:30 às 18:00 horas;
- b) sábados, das 09:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas;
- c) domingos, das 14:00 às 17:00 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto nº 276 - 2017**

Publicação Nº 1422621

DECRETO Nº 276, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal nº 2299, de 01 de julho de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 215, de 16 de outubro de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 211-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017**

Publicação Nº 1422604

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 211/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

**FAZ SABER:**

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

[...]

VII – Representantes do Centro Cultural Egon Frey:

Titular: Lia Frey  
Suplente: Mara Caldart

VIII – Representantes do Programa Espaço Alternativo – PEAL:

Titular: Rosane Jung Alves  
Suplente: Roselei Dreffs Frigotto

IX – Representantes da Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Fraiburgo Escola Especial “ Maria Frey” - APAE:

Titular: Caroline Chechi Balestrin  
Suplente: Gizele Bahr Buhl

X – Representantes do Grupo Voluntário Vida e Cidadania - GVC:

Titular: Raimunda Eva Aparecida Savian Flohr  
Suplente: Valdir Michelin

XII – Representantes da Associação Hayashi-Ha Vital – Fraiburgo de Karatê-Dô:

Titular: Maicon Sbardella  
Suplente: Luiz Antonio Laudelino Coelho

XII I– Representantes da Associação Atitude e Vida:

Titular: Jedson Molin  
Suplente: Marisa de Lourdes dos Santos de Mello

[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	220º classificado	09/11/2017 às 08 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

**EXTRATO DA AT17PMF155**

Publicação Nº 1422452

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF155  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene/limpeza e outros materiais, para conservação das instalações físicas do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo (FUNREBOM).

Data da Ata: 06.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 06.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0234/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0115/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0081/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
41	15	Pcte	COPO DESCARTÁVEL (PACOTE) – 300 ML – pacote com 100 unid.	Cristal Copos	4,80
42	30	Pcte	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 03 KG pct com 100 unid.	Orleplast	4,00
43	20	Cx	FÓSFORO PALITO GRANDE CX 240 und.	Gaboardi	2,00
44	75	Pcte	GUARDANAPO DE PAPEL 30 X 32,5 CM – pct com 50 unid.	Videpel	0,93
45	60	Unid	PANO DE PRATO – ALGODÃO – dim. mín. 40 x 70 cm com peso mínimo de 60 gramas	Panosul	2,00
46	75	Pcte	PAPEL TOALHA BRANCO – embalagem com 02 rolos, picotado, multiuso, 100% fibras celulósicas	Stilus	2,35
47	120	Crt	PILHA ALCALINA AA cartela com 4	Elgin/Maxprint	7,88
48	120	Crt	PILHA ALCALINA AAA cartela com 4	Elgin/Maxprint	8,37
49	60	L	ÁGUA SANITÁRIA: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água. Teor do cloro 2,0 a 2,5 % p/p. Acondicionada em embalagem plástica, contendo 1 litro.	Gota Limpa	1,78
50	90	L	ÁLCOOL 92,8º INPM – com 1 litro	Tupi	5,23
51	30	Unid	AMACIANTE DE ROUPAS: aspecto físico líquido viscoso. Composição: tensoativo, não iônico, coadjuvante, alcalinizante, características adicionais: líquido concentrado, solúvel em água, base neutra, embalagem contendo 2 litros.	Gota Limpa	4,48
52	20	Unid	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE – 20 LITROS – sem tampa	Plasvale	18,81
53	60	Unid	BOLSA ALVEJADA – de no mínimo 62 x 80 cm composta de 90 a 95% de algodão e de 5 a 10% de outras fibras com peso mínimo de 140 g. - com acabamento nas bordas	Panosul	6,77
54	60	Unid	Desodorizador sanitário em pedra com suporte plástico 35 gr	Suave Lar	1,05
55	60	Unid	DESENGORDURANTE MULTIUSO, 500 ml	Gioca	2,44
56	250	Unid	DESINFETANTE – 2 LITROS USO GERAL – com fórmula de ação germicida bactericida; ideal para limpeza de azulejos, esmaltados, pisos e mármore. Deverá constar na embalagem: composição, modo de usar, validade fabricante do produto.	Gioca	3,88
57	75	Unid	DESINFETANTE LÍQUIDO composto de ingrediente ativo o-benzil p-clorofenol 70% fragrância pinho sol embalagem de 1 litro.	Gioca	2,59
58	300	Unid	DETERGENTE NEUTRO: componente ativo: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio, Sais Inorgânicos, Sequestrante, coadjuvante, Preservativo, Perfume, corante sintético e Água, conter tensoativo biodegradável. Acondicionado em embalagem plástica, contendo 500 ml.	Limpol	1,77
59	50	Pcte	ESPONJA DE AÇO – composição aço carbono, com 2 unidades	Gota Limpa	1,19
60	150	Unid	ESPONJA DUPLA FACE: Composição Espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com abrasivo. Tamanho 110 x 75 x 23 mm	Gota Limpa	0,85
61	50	Unid	FLANELA – TAMANHO MÍN. 34 X 50 cm, algodão, peso mín. 30 g. cor laranja – com acabamento nas bordas	Panosul	1,49
62	20	Unid	LUSTRA MÓVEIS – Creme: composição: veículos, ativos, espessante, emulsificante, cloreto de cetil trimetil amônio, formaldeído à 37% e essência, contendo 200 ml.	Gioca	2,38
63	60	Unid	MULTIÚSO: composição: linear alquibenzeno sulfônico, hidróxido de sódio, butilglicol, álcool, essência e água, contendo 500 ml. (fragrâncias suaves tipo original, tradicional, clássico)	Gioca	2,37
64	150	Emb C/4	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA, BRANCO, macio, neutro, picotado, homogêneo e de alta absorção. Não poderá esfalar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito ou enrugamento com dobras. Deverá ainda, ser enrolado de maneira uniforme em um tubo de papelão, apresentando corte lateral sem rebarbas. Rolo com 30mx10cm, embalagem com 4 unidades.	Duetto	4,03
65	75	Frd	PAPEL TOALHA BRANCO INTERFOLHADO 2 DOBRAS, folhas com tamanho mínimo de 20X20cm; fardo com 1000 folhas, 100% celulose virgem.	Alpinia	7,46
66	30	Unid	RODO DE METAL: composição: pigmento, matéria sintética e metal. Base de metal com mín. 40 cm. Cabo de madeira, revestido com plástico	Sendor	20,89

67	60	Kg	SABÃO EM PÓ: composição: tensoativo amfônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga. Embalagem contendo 1 kg.	Gota Limpa	4,48
68	30	Unid	SABÃO EM BARRA – glicerinado – 400 gramas	Gota Limpa	2,54
69	30	Unid	SABÃO EM PEDRA: composição: sabão de ácidos graxos de coco/babaçu, sabão de ácidos graxos de sebo, sabão de ácidos graxos de soja, cloreto de sódio e água, contendo 200 gramas.	Ype	5,97
70	15	Unid	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO – 5 litros	Premisse	15,92
71	50	RI	SACO PARA LIXO (30 LITROS): Saco para lixo em rolo picotado, contendo 30 sacos de 30 litros.	Adelplast	6,77
72	50	RI	SACO PARA LIXO (50 LITROS): Saco para lixo em rolo picotado, contendo 50 sacos de 50 litros.	Adelplast	7,22
73	60	RI	SACO PARA LIXO (100 LITROS): Saco para lixo em rolo picotado, contendo 25 sacos de 100 litros.	Adelplast	7,22
74	30	Unid	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO – 300 ML – sem detergente	Gota Limpa	3,52
75	50	Unid	TOALHA DE ROSTO EM ALGODÃO, cores claras (branco, rosa, azul, amarelo) peso mín. 100gr, tam. mín. 41 cm x 68 cm	Panosul	5,77
76	30	Unid	VASSOURA DE NYLON com cabo de madeira	Limpamania	6,47
77	15	Unid	VASSOURA DE PELO com cabo de madeira	Sendor	10,45
78	10	Unid	VASSOURÃO TIPO GARI 45 CM – base de madeira e cerdas sintéticas	Sendor	26,85

Fraiburgo (SC), 06 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

## EXTRATO DA AT17PMF156

Publicação Nº 1422453

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF156  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para consumo dos Bombeiros do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo (FUNREBOM).

Data da Ata: 06.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 06.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0234/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0115/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0081/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	225	Kg	AÇÚCAR BRANCO REFINADO, de primeira, branco, especial peneirado, isento de fermentações, matérias terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais. Embalagens: primária – polietileno ou polietileno de baixa densidade, atóxica, original do fabricante, de 1 kg; secundária, caixa de papelão ou tipo fardo. Legislação: Resolução – RDC nº 271, de 22 de setembro de 2005. Marcas referência: Doçula, União, Caravelas ou similar. OBS.: não vale prazo de validade da safra e, sim, o do produto, a contar da data de sua fabricação.	Alto Alegre	2,96
2	30	Unid	AZEITE DE OLIVA TIPO EXTRA VIRGEM, de primeira, produto da prensagem a frio da azeitona, acidez máxima de 0,8 g/100 g, coloração amarela esverdeado, que possam ser novamente tampadas após aberta. Embalagens: primária – lata, vidro ou PET, original do fabricante, de com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro. Legislação: Resolução – RDC nº 270, de 22 de setembro de 2005. Marcas referência: Carbonell, Ibero, Gallo, Monini e Filippo Berio ou similar.	Dom Fiorelo Gallo Molinos	24,60
3	250	Kg	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO 1, agulhinha, classe longo fino, constituídos de grãos inteiros, com teor de umidade máxima 15% (g / 100 g), isento de sujidades (parasitas, mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, matérias terrosas) e materiais estranhos. Embalagens: de polietileno, transparente original do fabricante, de 01 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Legislação: Resolução – RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005. Marcas referência: Kiarroz, Fumacense e Ligeirinho ou similar.	Kika Pampinelli	2,96

4	150	Unid	<p>EXTRATO DE TOMATE, de 1ª qualidade, concentrado puro (à base de tomate, sal e aditivos permitidos pela legislação vigente), cor vermelho, cheiro e sabor característico, isento de peles e sementes.</p> <p>Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (Tetra Pak), lata ou sachet de 340 g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto.</p> <p>Legislação: Resolução – RDC nº 272, de 22 de setembro de 2005.</p> <p>Marcas referência: Elefante, Jurema, predileta ou similar.</p>	Predilecta Bonane Incotril	4,44
5	100	Unid	<p>MARGARINA CREMOSA COM SAL, de primeira qualidade, com no mínimo 80% de lipídios, isenta de gorduras trans. A apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e outras características indesejáveis. Resolução – RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2000. Embalagens: potes de polipropileno atóxico resistente, original do fabricante, apresentando vedação adequada, com 500g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade. Legislação: Resolução – RDC nº 270, de 22 de setembro de 2005. Marcas referência: Qualy, Delícia Supreme ou similar.</p>	Qualy Delícia	6,41
6	150	Kg	<p>FEIJÃO PRETO, 1ª qualidade (tipo 1), novo, constituído de grãos inteiros grandes e são, isento de material terroso, sujidades e outras variedades e espécies. Registrado no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 e a Resolução 12/78 da CNNPA.</p> <p>Embalagens: plástico de polietileno, transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes, original do fabricante, de 1Kg, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.</p>	Bringuentti Vó Tita 2000	4,93
7	910	Lt	<p>LEITE LÍQUIDO INTEGRAL, homogeneizado, submetido ao processo de ultrapasteurização, esterilizado (UHT), longa vida, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS.</p> <p>Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (tetra pak) de 1 litro.</p> <p>Primária: U.H.T. (do inglês Ultra High Temperature), hermeticamente fechadas.</p> <p>Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto.</p> <p>A rotulagem deve atender a legislação vigente.</p> <p>Legislação: Portaria nº 368 de 04/09/97–MAA; Portaria nº 370 de 04/09/97 – MAA; Resolução RDC nº 12 de 02/01/98 – ANVISA/MS; Resolução RDC nº 360 de 21/03/01 – ANVISA/MS; Instrução Normativa nº 22 de 24/11/05 – MAPA.</p> <p>Marcas referência: Ninho, Batavo, Elegê ou similar.</p>	Realta Tirol	2,95
8	175	Unid	<p>MACARRÃO TIPO ESPAGUETE OU TALHARIM COM OVOS, de 1ª qualidade, intacto e hermeticamente vedado. Na porção de 80 g aproximadamente, de 62 g de carboidratos, 8,8 g de proteínas e 0,8 g de lipídios. Ingredientes: farinha de trigo comum enriquecida com ferro e ácido fólico, sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais cúrcuma e urucum. Contém glúten. As massas ao serem postas na água não devem turvar antes da cocção, não podem estar fermentadas ou rançosas. Devem estar isenta sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%.</p> <p>Embalagens: embalagem de polietileno transparente, atóxica de 500 g, devendo constar a data de fabricação e validade.</p> <p>Legislação: Resolução – RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005 e Resolução RDC 12/01.</p> <p>Marcas referência: Parati, Isabela, Galo e Dona Benta ou similar.</p>	Ogliari Parati Casaredo	2,46
9	200	Unid	<p>ÓLEO DE SOJA REFINADO, de primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, acidez máxima de 0,6 mg KOH/g, isento de gorduras trans.</p> <p>Embalagens: Embalagem em polietileno tereftalado (PET), original do fabricante, de 900ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto.</p> <p>Legislação: Resolução – RDC nº 270, de 22 de setembro de 2005.</p> <p>Marcas referência: Soya, Primor, Leve, Liza ou similar.</p>	Cocamar	4,43
10	125	Unid	<p>DOCE DE FRUTAS DE 1ª QUALIDADE, sabores uva, morango, goiaba, figo ou banana. produtos elaborados a partir de fruta(s), inteira(s) ou em parte(s) e ou semente(s), obtidos por secagem e ou desidratação e ou laminação e ou cocção e ou fermentação e ou concentração e ou congelamento e ou outros processos tecnológicos considerados seguros para a produção de alimentos.</p> <p>Embalagens: polietileno tereftalado (PET) de 400 g, com dizeres de rotulagem, data de fabricação e validade.</p> <p>Legislação: Resolução – RDC nº 272, de 22 de setembro de 2005</p>	Incotril Oliveira Miriam	4,43

11	500	Unid	<p>SUCO EM PÓ, sabores (laranja, limão, abacaxi, uva, morango, cajú e maracujá), já adoçado, rendimento de 1 Litro, preparado sólido artificial para refresco de diversos sabores. Devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos insetos, bem como livres de umidade.</p> <p>Embalagem: Embalagem de polietileno atóxico, resistentes, com peso líquido de 30 ou 35 gramas, com rendimento de 1 Litro.</p> <p>Legislação: Resolução – RDC nº 39, de 21 de março de 2001.</p>	Frisco Trink	0,98
12	38	Kg	<p>SAL REFINADO, iodado ou iodatado, para consumo doméstico, com granulação uniforme e com cristais brancos, isento de impurezas e umidade, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais iodo de no mínimo 10 mg e no máximo 15 mg de iodo por quilo de acordo com a legislação federal especificada, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Com registro no Ministério da Agricultura ou Ministério da Saúde.</p>	Realta Zizo	1,99
13	50	Unid	<p>VINAGRE DE ÁLCOOL, líquido límpido, cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas.</p> <p>Embalagem: Embalagem em PVC (policloreto de vinila) ou polietileno tereftalado (pet), atóxico, com 900ml.</p>	Heinig	1,99
14	40	Unid	<p>ACHOCOLATADO EM PÓ obtido pela mistura de: cacau em pó solúvel, açúcar refinado, extrato de malte e/ou maltodextrina, podendo conter sal, leite em pó e/ou soro de leite, vitaminas e minerais, além de outras substâncias alimentícias aprovadas que caracterizem o produto, as quais devem ser mencionadas. O produto deverá estar isento de soja e derivados, exceto lecitina de soja, e de farinhas e/ou espessantes na sua formulação. Não deverá conter corantes e conservadores.</p> <p>Embalagens: primária – rígida (plástico ou lata), de 400 g.</p> <p>A embalagem primária do produto deverá ser lata de folha de flandres membranizadas e gaseificadas, vedadas hermeticamente OU potes em plástico atóxico, resistente, vedados hermeticamente, com capacidade para 400 (quatrocentos) gramas. Além da vedação hermética, a embalagem primária deverá possuir sobre - tampa de encaixe na borda da lata/pote, de polietileno linear de média densidade, natural, atóxico, inodoro, próprio para entrar em contato direto com o alimento. A sobre-tampa não deverá apresentar rebarbas, sujidades, manchas ou falhas de injeção, e não poderá estar deformada por ação mecânica de forma que comprometa a vedação adequada da lata/pote. A embalagem secundária do produto deverá ser caixa de papelão reforçado, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento, com as abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva plastificada, identificada com o nome da empresa, com capacidade para 12 (doze) quilos. Para o peso líquido do produto, serão observados os critérios de tolerância constantes na Portaria do INMETRO nº 74, de 25/05/95. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do mesmo. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente (Resolução RDC n.º 259/02, ANVISA/MS, Resolução RDC n.º 360, de 23/12/03, ANVISA/MS, Portaria n.º 31 de 13/01/98, SVS/MS e Lei Federal nº 8.078, de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor).</p> <p>Legislação: de acordo com a legislação vigente, em especial, a Resolução RDC nº 12, de 02/01/01, ANVISA/MS, Resolução – RDC nº 175 de 08/07/03, ANVISA/MS, Resolução nº 387 de 05/08/99, ANVISA/MS, Resolução RDC nº 259/02, ANVISA/MS, Resolução RDC nº 360, de 23/12/03, ANVISA/MS e Resolução 12/78 da CNNPA.</p>	Nescau	7,89

15	250	Unid	<p>CAFÉ TORRADO E MOÍDO, tipo Tradicional ou de melhor qualidade, procedente de grãos sãos, limpos e isentos de impurezas, de qualidade tradicional (nota mínima 4,9), constituído de café rábica ou combinado com robusta/conillon, que atenda os requisitos de qualidade global da bebida. Apresentar, por ocasião do pregão, laudos técnicos com validade de no máximo 60 dias, em original ou fotocópia autenticada, emitido por laboratório que deverá estar habilitado pela ANVISA ou com credenciamento junto ao mapa, comprovando os parâmetros constantes na RDC nº 175 de 08/07/2003, ANVISA, Portaria nº 157 de 24/11/2002, INMETRO, Resolução – RDC nº 277, de 22 de setembro de 2005, ANVISA, RDC nº 12 de 02/01/2001, ANVISA. Comprovar as seguintes características: sensoriais – aspecto, cor, odor, sabor; físico – químicas – cafeína, umidade e substâncias voláteis a 150°C; microscopia – identificação da composição de elementos histológicos, matéria macroscópica e matéria microscópica; microbiologia – coliformes a 45 °C. Apresentar, ainda, laudo de qualidade global da bebida, com nota mínima de 4,9. Registrado no Ministério da Saúde e atender a Portaria nº 451, de 19 de setembro de 1997, do Ministério da Saúde e a Portaria ANVISA nº 377, de 26 de abril de 1999.</p> <p>Dessa forma, deve obedecer à legislação vigente sobre embalagens e rotulagem (Portaria nº 42, de 13 de janeiro de 1998, Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados e Resolução – RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003), Portaria MS nº 1.428, de 26/11/93, Estabelece o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrões de Identidade e Qualidade para Produtos na Área de Alimentos, Portaria SVS/MS nº 451, de 19 de setembro de 1997, Institui Princípios Gerais para o Estabelecimento de Critérios e Padrões Microbiológicos para Alimentos.</p> <p>Embalagens: Além da embalagem a vácuo de alto desempenho, metalizada, tipo “tijolo” (PET/Al ***/ PE ou PET impressão / PET metalizado – alta barreira / PE), de 500 g, fechamento hermético e acondicionado ou não em caixa individual de papelão bem vedada (cartão), que por sua vez deverá estar acondicionada em caixa de papelão, com prazo de validade impresso nas embalagens (na caixa de papelão e no pacote individual). A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação,</p> <p>Prazo de validade, quantidade do produto, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.</p> <p>Legislação: Além das supracitadas, a Resolução SAA – 28 de 01 de junho de 2007, Resolução SAA – 30 de 22 de junho de 2007, Resolução SAA – 31 de 22 de junho de 2007 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Resolução SAA – 19, de 5 de abril de 2010, Instrução Normativa nº 16, de 24 de maio de 2010.</p>	Caboclo Ouro Lovat	11,82
16	450	Kg	<p>PÃES DE TRIGO E/OU DOCE, 50 g.</p> <p>Legislação: Resolução – RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005.</p>	Art & Talento	11,82
17	450	Maço	ALFACE, EM MAÇOS, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		2,05
18	450	Kg	BANANA CATURRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		2,05
19	180	Kg	BATATA LAVADA DE PRIMEIRA, TIPO INGLESA, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		3,69
20	150	Kg	BATATA DOCE, LAVADA, 1A QUALIDADE, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica da mesma.		2,88
21	150	Kg	BETERRABA, TIPO SEM FOLHAS, CLASSIFICAÇÃO EXTRA, Tamanho e Coloração: Uniformes, Características: Produto selecionado consistente ao toque e isento de partes amassadas ou batidas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA		2,88
22	200	Kg	CEBOLA DE PRIMEIRA, BRANCA, TAMANHO MÉDIO COM CASCA, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		4,12
23	10	Kg	ALHO DE PRIMEIRA QUALIDADE, BRANCO, EMBALAGEM DE 100 A 200 GRAMAS. Apresentando grau de maturação tal que permita manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		28,73
24	500	Maço	TEMPERO VERDE: maço com gramagem média de 80 a 100 g. Contendo porções iguais de salsinha e cebolinha. Cor verde-escuro sem manchas, de boa qualidade (3755)		1,64

25	200	Kg	CENOURA EXTRA ESPECIAL, SEM FOLHAS, TAMANHO MÉDIO, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		3,28
26	450	Kg	LARANJA PÊRA DE PRIMEIRA QUALIDADE apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		3,28
27	450	Kg	MAÇÃ NACIONAL GALA OU FUGI DE PRIMEIRA QUALIDADE, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		4,92
28	450	Kg	TOMATE EXTRA, TIPO SALADA LONGA VIDA DE PRIMEIRA, apresentando grau de maturação tal que permita suporta manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.		4,11
29	45	Kg	BACON DE PRIMEIRA QUALIDADE, com fina capa de gordura, em embalagem máxima de 300G, de pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Friguzzi	23,25
30	450	Kg	CARNE BOVINA, DE COXÃO MOLE, CORTADO EM BIFES, resfriada, de primeira qualidade, sem osso c/ 4% gordura e carimbo SIF, em embalagens com, no máximo, 1 Kg. Embalada em PVC, transparente ou saco plástico transparente e segunda embalagem de papel ou papelão, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Verdi	23,25
31	333	Kg	CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE, COM OSSO, cortada para churrasco, resfriada, com carimbo SIF.	Verdi	23,25
32	150	Kg	CARNE BOVINA MOÍDA 2ª QUALIDADE, com inspeção sie, sif, sim, procedência na embalagem com o máximo de 12% de gordura, resfriada, pacote 1 kg.	Verdi	15,81
33	450	Kg	SOBRECOXA DE FRANGO DE PRIMEIRA QUALIDADE, embalada em pvc transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 KG, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Macedo Seara	9,30
34	125	Dz	OVOS DE GALINHA, frescos, inspecionados, embalagem com procedência e prazo de validade, classificação especial.	Centenario União	5,58
35	150	Kg	PRESUNTO SUÍNO COZIDO FATIADO, RESFRIADO, de primeira qualidade. Embalagem de 200 A 300G, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	Frimesa Pamplona Varpi	23,25
36	150	Kg	QUEIJO TIPO PRATO FATIADO, DE PRIMEIRA qualidade, resfriado, interfoliado, embalagem de 200G A 300G, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	Sta Barbara Natuleite Fazenda Velha Mondai	24,18
37	125	Kg	FILÉ DE TILÁPIA, Filé de Tilápia In Natura Congelado, validade 1 Ano, Temperatura de Conservação: -18° C ou mais Frio, Embalagem: Pacotes de 400 g	Onda Nobre	41,85
38	125	Kg	CARNE SUÍNA, CORTE TIPO CARRÉ, resfriada, de primeira qualidade, cortada unitariamente e embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Ana Rosa Valle	11,16
39	63	Kg	LINGUIÇA SUÍNA TIPO CALABRESA. Embalagem máxima de 500 g em PVC, transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99	Frimesa Pamplona Aurora Perdigão	23,25
40	50	Kg	LINGUICINHA DE PORCO.	Frimesa Perdigão	15,79

Fraiburgo (SC), 06 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

**EXTRATO DA AT17PMF157**

Publicação Nº 1422454

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF157  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: WILLIAN PABLO LAMPERTI ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de tachões e cola para tachões, para demarcação e sinalização viária, para uso do Órgão Executivo de Trânsito do município (ORTFRAI).

Data da Ata: 07.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 07.11.2017 a 30.09.2018, podendo ser prorrogado até o limite de 12 meses da sua formalização, mediante acordo entre as partes e Termo Aditivo.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0221/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0106/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0076/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
7	4	Galão	Cola para tachão com catalisador, galão de 18 litros	Sinaltec	286,00
8	200	Unid.	Tachão bidirecional med. 25x15X5cm na cor amarela	Sinaltec	12,33

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

**EXTRATO DA AT17PMF158**

Publicação Nº 1422456

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF157  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: GATTO & MONTEIRO REVESTIMENTOS LTDA ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de tintas, solventes e microesferas de vidro, para demarcação e sinalização viária, para uso do Órgão Executivo de Trânsito do município (ORTFRAI).

Data da Ata: 07.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 07.11.2017 a 30.09.2018, podendo ser prorrogado até o limite de 12 meses da sua formalização, mediante acordo entre as partes e Termo Aditivo.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0221/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0106/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0076/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	60	Balde	Tinta para demarcação viária, à base de resina acrílica, cor branca, acondicionada em baldes cilíndricos metálicos de 18 litros cada. Especificação: ABNT – EB2162/NBR – 11862.	Revestlar	168,30
2	60	Balde	Tinta para demarcação viária, à base de resina acrílica, cor amarela, acondicionada em baldes cilíndricos metálicos de 18 litros cada. Especificação: ABNT – EB2162/NBR – 11862.	Revestlar	168,30
3	10	Balde	Tinta para demarcação viária, à base de resina acrílica, cor azul, acondicionada em baldes cilíndricos metálicos de 18 litros cada. Especificação: ABNT – EB2162/NBR – 11862.	Revestlar	168,30
4	10	Balde	Tinta para demarcação viária, à base de resina acrílica, cor vermelha, acondicionada em baldes cilíndricos metálicos de 18 litros cada. Especificação: ABNT – EB2162/NBR – 11862.	Revestlar	168,30
5	52	Balde	Solvente – 18 Litros	Revestlar	118,80
6	16	Saco	Microesfera de vidro – saco 25 kg	Refletolux	128,77

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

**HOMOLOGAÇÃO EDITAL DESENFRAI - Nº 001-2017**

Publicação Nº 1422607

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO – DESENFRAI**

EDITAL N. 001/2017

DISPÕE SOBRE O ATO DE HOMOLOGAÇÃO.

A presidente do Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo – DESENFRAI, Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que às dez horas, do dia oito de novembro de 2017 (08/11/2017) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico estiveram presentes os membros da Comissão Eleitoral para avaliar os ofícios e os documentos instituídos encaminhados, conforme disposto no EDITAL N. 001/2017 – QUE DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO FÓRUM PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS PARA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO PARA O MANDATO 2018-2019 e homologam as seguintes entidades civis não governamentais:

Entidade	Segmento
Centro Cultural Egon Frey	Associações Cívicas/Bairros/Moradores estabelecidas e em funcionamento no município.
Associação Fraiburguense de Beneficência	Associações Cívicas/Bairros/Moradores estabelecidas e em funcionamento no município.
Lions Clube Fraiburgo Terra da Maçã	Clubes de Serviço e Voluntariado.
Sindicato dos Produtores Rurais de Fraiburgo	Sindicatos Patronais ou de Trabalhadores.
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	Instituições de Ensino Superior estabelecidas no município.

Jorge Luiz Pozza Pederiva  
Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva

Luís Fernando Bogo  
Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Fraiburgo

Neli de Souza Pinto  
Poder Legislativo

Fraiburgo, 08 de novembro de 2017.  
Claudete Gheller Mathias  
Prefeita Municipal

**Lei Complementar nº 208 - 2017**

Publicação Nº 1422636

LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ALTERA A QUANTIDADE DE VAGAS PARA O CARGO PROVIMENTO EFETIVO DE ENGENHEIRO CIVIL DO PODER EXECUTIVO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR N. 110, DE 03 DE MARÇO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a quantidade de 02(duas) para 03(três) vagas, do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, com carga horária de 40h semanais, previsto no Anexo I – B, do quadro permanente de cargos, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista do Poder Executivo, da Lei Complementar n. 110/2010.

Art. 2º. Aplica-se à vaga criada todas as disposições legais atinentes ao cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, provida através de concurso público.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC., 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30302017**

Publicação Nº 1422643

PORTARIA Nº 3030, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0015 de 18 de agosto de 2017, Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 2059/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Milena Cristina Moraes de Souza, a qual foi transferida para a Secretaria de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARINA PAMELA PONTES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.815.179-90, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de novembro de 2017 até de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 30312017**

Publicação Nº 1422648

PORTARIA Nº 3031, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 226/2017 da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar o servidor JOÃO ALVADIR DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 345.579.899-34, nomeado

no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria nº 30322017

Publicação Nº 1422650

PORTARIA Nº 3032, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

### RESOLVE:

Art. 1º Nomear LICEIA RINALDI RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 029.431.399-04, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## TERMO DE CONVOCAÇÃO GESSICA ZILLI SCAIN 2017

Publicação Nº 1422609

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): GESSICA ZILLI SCAIN

Endereço: Avenida Paulo Schirmer, lote 9 – quadra 378

São Miguel - Fraiburgo/SC - CEP: 89560-000

(49) 98872-5922

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 64º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídeo;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo

Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");  
x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "v");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 08 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

GESSICA ZILLI SCAIN

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA 2017**

Publicação Nº 1422610

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Contratação no Regime Especial n. 003/2017)

Senhor(a): MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA

Endereço: Rua Lorival Silva, 1174 – Quadra 376 – Lote 3

São Miguel – Fraiburgo/SC - CEP: 89580-00

(49) 98877-4111

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL

Classificação: 16º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 003/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 2349/2016, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 182/2017, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou

telefone);

l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;  
m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);  
n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);

o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);

p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina,

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "v");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer

direito.

Fraiburgo, SC, 08 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 092/2017

Publicação Nº 1422541

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 092/2017

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. CARLA ALBUQUERQUE, brasileira, solteira, portadora do CPF: 092.600.639-81, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguites cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal 315/2004 e alterações, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. CARLA ALBUQUERQUE para exercer o cargo de PROFESSORA DE ARTES, com lotação junto ao CENTRO MUNICIPAL ADOLFO SOLETTI com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com vínculo Estatutário ao Regime Geral da Previdência Social conforme resultado do Processo Seletivo n. 001/2017 e Portaria n. 193/2017.

JUSTIFICATIVA: Contratação devido ao afastamento da servidora efetiva do cargo conforme art. 61, inciso III da Lei Complementar 08/2001.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 1.227,67 nos termos da legislação vigente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será até o término do ano letivo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei Municipal 315/2004 e alterações, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 08 de novembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Servidora Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1.: \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2.: \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

### CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 093/2017

Publicação Nº 1422546

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 093/2017

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. CARLA ALBUQUERQUE, brasileira, solteira, portadora do CPF: 092.600.639-81, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguites cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal 315/2004 e alterações, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. CARLA ALBUQUERQUE para exercer o cargo de PROFESSORA DE ARTES, com lotação junto ao CENTRO MUNICIPAL IRMÃ FLORENTINA com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com vínculo Estatutário ao Regime Geral da Previdência Social conforme resultado do Processo Seletivo n. 001/2017 e Portaria n. 194/2017.

JUSTIFICATIVA: Contratação devido ao afastamento da servidora ocupante do cargo conforme art. 61, inciso III da Lei Complementar 08/2001.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 1.227,67 nos termos da legislação vigente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será até o término do ano letivo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei Municipal 315/2004 e alterações, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir

quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 08 de novembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO \_\_\_\_\_ Prefeito Municipal  
Servidora Contratada

TESTEMUNHAS:

1.: \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2.: \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

## **DECRETO Nº 930/2017 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1422410

DECRETO Nº 930/2017, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério e no art.13, § 4º, 5º, art.14 e 15 da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016. DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 30.564,00 (trinta mil quinhentos e sessenta e quatro reais) em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	1.054	Aberturas de Ruas, Pavimentação Urbana e Estradas Vicinais.	
146	3.3.90.00.00.00.00.0.0642	Aplicações Diretas	R\$ 30.564,00
	Total		R\$ 30.564,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste Decreto, o Convênio nº 2016 TR 1633 no valor de R\$ 30.564,00 (trinta mil quinhentos e sessenta e quatro reais), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de pedra brita para conservação e manutenção de estradas vicinais de Frei Rogério.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 08 de novembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO  
Prefeito Municipal

## **EXTRATO PORTARIAS MÊS DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422533

### **EXTRATO PORTARIAS MÊS DE OUTUBRO DE 2017**

Número	Assunto	Resumo	Data
166/2017	Designar	Designa o servidor MARCOS RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Administrativos, para receber Função Gratificada I, Diretor de Departamento, prevista na Lei Complementar 023/2007, anexo V, cessando o efeito da portaria 048/2017.	02/10/2017
167/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. GRAZIELLA FURLAN PEREIRA, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Irmã Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	02/10/2017
168/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	02/10/2017
169/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. SHEILA BÜLOW RIBEIRO, para exercer o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	02/10/2017
170/2017	Designar	Designa o servidor ANDERSON XAVIER DE LIS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Administrativos, para receber Função Gratificada IV, Premio, prevista na Lei Complementar 023/2007, anexo V.	03/10/2017
171/2017	Contrato de Trabalho	Contrata o Sr. DELECIO FAQUIM FILHO, para exercer o cargo de PROFESSOR, para prestação de Serviços junto ao EJA, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.	04/10/2017
172/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. ALINE DOS SANTOS SOUZA, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Adolfo Soletti, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.	04/10/2017

173/2017	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, Presidente: Marcos Ribeiro, Secretário: Jussimara Alves, Membro: Luzia Seimi Takizawa, Suplente: Anderson Xavier de Lis com as prerrogativas inerentes à função.:	05/10/2017
174/2017	Licença Maternidade	Concede Licença Maternidade à servidora SANI TOSCAN, ocupante do cargo de Psicóloga no período de 05/10/2017 a 02/01/2018 de acordo com documento protocolado sob o nº 1109/2017.	05/10/2017
175/2017	Licença para Tratamento de Saúde	Prorroga a Licença, a servidora ROSANE ALMEIDA OKI, servidora efetiva no cargo de Controladora Interna, conforme requerimento protocolado sob o nº 1110/2017, no período de 09/10/2017 a 13/10/2017 - 05 (cinco) dias.	09/10/2017
176/2017	Contrato de Trabalho	Contrata BRUNO LEOPOLDO HAMM, para exercer o cargo de MOTORISTA com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.	11/10/2017
177/2017		Concede Licença Prêmio no período de 11/10/2017 a 30/10/2017, 20 (vinte) dias, ao servidor CELSO DE OLIVEIRA, servidor efetivo no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017.	11/10/2017
178/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. DYEINE DAROL, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Irmã Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	16/10/2017
179/2017	Contrato de Trabalho	Contrata o Senhor VALMOR PALHANO, para exercer o cargo de MOTORISTA com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.	16/10/2017
180/2017	Progressão Funcional	Incorpora ao vencimento do servidor JOSÉ CHAPIESKI à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	24/10/2017
181/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores: Andreia Paula Franz, Lidiane Alves França, Bernardo Ortlieb Fontana, Paulo Etevaldo Ferreira a partir de 01/11/2017 a 30/11/2017 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	30/10/2017
182/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor JAIME FAQUIM, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, no período de 01/11/2017 a 20/11/2017 - 20 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	31/10/2017
183/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora MARIA PRATES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Servente, no período de 06/11/2017 a 05/12/2017 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias	31/10/2017

Frei Rogério, 08 de novembro de 2017.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO  
Analista de Recursos Humanos

JAIR DA SILVA RIBEIRO  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 067/2017

Publicação Nº 1422173

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 067/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 022/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 21 de novembro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE ITENS PARA OS EVENTOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 08 de novembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2017

Publicação Nº 1422294

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2017

PMG

Ata nº. 214/2017; Processo nº 084/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 09.192.829/0001-08 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO, DE USO CONTÍNUO, CONTROLADOS E DE DEMANDAS JUDICIAIS Data da Assinatura: 16/10/2017.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 215/2017

Publicação Nº 1422297

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 215/2017

PMG/FMS

Ata nº. 215/2017; Processo nº 108/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: LAVAÇÃO EDENESER LTDA ME, CNPJ nº 13.494.698/0001-90 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA Data da Assinatura: 20/10/2017.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 216/2017

Publicação Nº 1422298

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 216/2017

PMG

Ata nº. 216/2017; Processo nº 114/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME, CNPJ nº 04.845.540/0001-27 Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE BUSCA, SALVAMENTO E RESGATE PARA SEREM UTILIZADOS PELO CORPO DE BOMBEIROS DE GAROPABA Data da Assinatura: 27/10/2017.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 217/2017

Publicação Nº 1422315

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 217/2017

PMG

Ata nº. 217/2017; Processo nº 114/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: FLUTSPUMA ESPUMAS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 53.777.835/0001-19 Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE BUSCA, SALVAMENTO E RESGATE PARA SEREM UTILIZADOS PELO CORPO DE BOMBEIROS DE GAROPABA Data da Assinatura: 27/10/2017.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 218/2017

Publicação Nº 1422318

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 218/2017

PMG

Ata nº. 218/2017; Processo nº 126/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 20.883.143/0001-04 Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA USO DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA DE GAROPABA Data da Assinatura: 30/10/2017.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 219/2017

Publicação Nº 1422320

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 219/2017

PMG

Ata nº. 219/2017; Processo nº 126/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: MADEIRERA TORQUATO LTDA - ME, CNPJ nº 04.786.780/0001-06 Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA USO DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA DE GAROPABA Data da Assinatura: 30/10/2017.

### PORTARIA Nº. 1310/2017.

Publicação Nº 1422802

PORTARIA N.º 1310, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria de Educação e Cultura n.º. 530/2017 solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício n.º. 530/2017.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores ROSILENE PACHECO DE LIMA, SANDRA APARECIDA AMARAL, JOSIANE ARAÚJO DO NASCIMENTO para, sob a presidência da primeira conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria e secretariados por LEANDRO IZALDO SILVA.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 08 de novembro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA Nº. 1311/2017.**

Publicação Nº 1422803

PORTARIA N.º 1311, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 004/2017, da Comissão de Processo Administrativo, referente à Portaria n.º 1186/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, referente à Portaria n.º 1186/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de novembro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 28 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422169

PORTARIA Nº 28 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DESIGNA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luiz Gonçalves, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei nº 1030 de 10 de abril de 2006, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente,

**RESOLVE,**

Art. 1º DESIGNAR, a Senhora CRISTIANE GONÇALVES DOS SANTOS SILVA, brasileira, casada, CPF 987.349.899-00, RG 4.568.454 SSP/SC, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR LEGISLATIVO, conforme Lei Municipal Nº 1.030 de 10 de abril 2006, Quadro II – Comissionados da Câmara Municipal de Garopaba, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo, com efeitos a partir de 08/11/2017.

Parágrafo Único – O servidor deverá desempenhar suas funções em conformidade com as determinadas na Lei Municipal nº 1.030 de 10 de abril 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 08 de novembro de 2017.  
Sérgio Luiz Gonçalves  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho  
Diretor Administrativo  
Câmara Municipal de Garopaba

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO 200/2017

Publicação Nº 1422040

DECRETO Nº. 200 de 06 DE NOVEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Garuva, no período de 26 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, as festividades natalícias e de final de ano;

CONSIDERANDO, a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos;

CONSIDERANDO, ainda a necessidade de redução no custeio da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica decretado recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Garuva, no período de 26 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - No período em questão, funcionarão em regime de plantão, exclusivamente os serviços considerados de natureza essencial e os serviços internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo único - Na hipótese de algumas das licitações em curso na Prefeitura Municipal não puderem ser resolvidos até o primeiro dia útil anterior à data de início do recesso prevista no Artigo 1º deste Decreto, os membros da Comissão Permanente de Licitações poderão ser convocados até o dia 31.12.2017 para dar solução às mesmas.

Art. 3º - Os secretários Municipais deverão organizar escala de plantão dos servidores públicos previstos pelo art. 2º deste Decreto, durante o período de recesso administrativo.

Parágrafo único - Fica vedado o pagamento de hora extra aos servidores convocados para retomarem suas atividades durante o período de recesso administrativo.

Art. 4º - As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO 201/2017

Publicação Nº 1422042

DECRETO Nº 201 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre Férias aos servidores e empregados públicos municipais, e dá outras providências."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, os costumes locais e inclusive nacionais no sentido da diminuição das atividades econômicas posterior ao Natal, com a coincidência das férias escolares, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

DECRETA:

Art. 1º. - Férias do dia 02 de janeiro de 2018 à 31 de janeiro de 2018, para os servidores e empregados públicos cujo período aquisitivo esteja completo.

§ 1º - Não serão contemplados com as férias previstas neste Decreto os servidores admitidos há menos de 06 (seis) meses.

§ 2º- Os servidores com período aquisitivo igual ou superior a 06 (seis) meses gozarão de férias conforme a proporcionalidade, com início em 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Aos servidores do magistério serão concedidas férias em conformidade com os termos do art. 79, § 1º da Lei Complementar nº 001/98.

Art. 3º - Ficam resguardados no artigo 1º os serviços essenciais, de modo que as atividades não sejam paralisadas, com escalas definidas pelo Secretário da Pasta.

Art. 4º - Dependendo da necessidade, a administração poderá convocar servidores para retomarem suas atividades durante o período de férias, no exercício de 2018, conforme art. 82 da Lei Complementar nº 01/98.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### EDITAL 009 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1422061

RETIFICAÇÃO

Edital 009/2017

Processo Seletivo Cuidador

Considerando, o número elevado de inscrições, de forma a tornar o processo mais rápido, devido à necessidade emergente do funcionário na Casa:

A Presidente da Comissão Organizadora do processo seletivo nº 009/2017 designada pela portaria 153 de 10/10/2017, no uso de suas atribuições legais, torna público a Retificação do Item VI- Dos critérios de seleção, desempate e classificação - constante no edital para a vaga de cuidador, o qual passa a vigorar da seguinte alteração:

Onde Lê-se:

2º ETAPA – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1.A avaliação psicológica será realizada por profissional psicólogo, em data pré-determinada, sendo que o candidato deverá ser considerado apto para exercer a função.

2. A avaliação psicológica consiste em entrevista e aplicação de testes.

3.Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e número de filhos.

Leia-se:

2º ETAPA – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1. A avaliação psicológica será realizada com os cinco (05) primeiros colocados na etapa anterior, havendo necessidade será chamado de 05 (cinco) em 05 (cinco) para a avaliação psicológica, conforme demanda da casa;

2. A avaliação psicológica será realizada por profissional psicólogo,

em data pré-determinada, sendo que o candidato deverá ser considerado apto para exercer a função.

3. A avaliação psicológica consiste em entrevista e aplicação de testes.

4. Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e número de filhos.

Garuva/SC, 01 de novembro de 2017.

Ana Claudia Pionhievicz

Presidente da Comissão

Portaria 153 de 10/10/2017

### EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 012/2017

Publicação Nº 1421882

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 012/2017

Processo PMG nº 033/2017 – Tomada de Preços

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Maise Engenharia Ltda

CNPJ: 27.705.242/0001-37

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos na elaboração de Projetos de Pavimentação Asfáltica de diversas vias públicas do município, em extensão total estimada de 5,05 Km, conforme termo de referência.

VIGÊNCIA: 08/11/2017 a 07/01/2018

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 (quarenta e cinco) dias a contar da ordem de serviço

VALOR: R\$ 42.725,20 (quarenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e vinte centavos)

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2017

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2009/2017

Publicação Nº 1421864

LEI Nº 2009, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

“Altera denominação de via pública para Rua Ari da Silva Oliveira e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação da atual Rua Itamar Franco para Rua Ari da Silva Oliveira.

Parágrafo único. A via fica localizada em loteamento no bairro Rio da Onça, contando com 1.170 metros de extensão e 12 metros de largura.

Art. 2º O inciso I do artigo 1º da Lei Municipal n. 2003 de 4 de outubro de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

I – Rua Ari da Silva Oliveira, via com aproximadamente 1.170 metros de extensão e 12 metros de largura;”

Art. 3º A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição das placas na mencionada via, dando-se conhecimento da alteração da denominação

à Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

### PORTARIA 166/2017

Publicação Nº 1421834

PORTARIA Nº. 166 de 08 de novembro de 2017

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONCESSÕES FIRMADAS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar IOLANDO DE ASSIS – RG nº 2/R 1866936, CPF nº 618.330.889-72, Engenheiro Civil, servidor desta municipalidade, para atuar como fiscal do termo de concessão PMG nº 001/2016, firmado com a empresa AENNI Company SJT Ltda - ME, até a vigência final.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### PORTARIA 167/2017

Publicação Nº 1421837

PORTARIA Nº. 167 de 08 de novembro de 2017

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar Cristhian Bleichvel Johann – RG nº 4695613, CPF nº 046.893.899-00, Engenheiro Civil, Diretor de Urbanismo desta municipalidade, para atuar como fiscal do Contrato PMG nº 012/2017, firmado com a empresa Maise Engenharia Ltda, até a vigência final.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2017

Publicação Nº 1422198

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2017

OBJETO: Registro de preços, visando a contratação de empresa(s) para a prestação dos serviços de lavagem e borracharia para veículos da frota do Município de Gaspar/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 23/11/2017, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 08/11/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017

Publicação Nº 1422206

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017

OBJETO: Aquisição de equipamento/carroceria prancha rampa hidráulica, veículo novo/caminhão e equipamento do veículo novo/caçamba basculante para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) do Município de Gaspar/sc. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 23/11/2017, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128 - 2º Piso, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 08/11/2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente do SAMAE

### DECRETO Nº 7.738, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1421960

DECRETO Nº 7.738, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPENSA A SERVIDORA LUISA TENFEN FERREIRA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica dispensada, a partir de 31 de outubro de 2017, a servidora efetiva LUISA TENFEN FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 030.175.209-51, do exercício de função gratificada de Encarregada de Serviços Administrativos, Nível III, designada pelo Decreto nº 7.664, de 04 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.739, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1421964

DECRETO Nº 7.739, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada, a partir de 01º de novembro de 2017, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, a servidora efetiva LUISA TENFEN FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 030.175.209-51, para exercício de função gratificada de Encarregada de Controle Interno, nível III, do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.741, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1421958

DECRETO Nº 7.741, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL ÀS SERVIDORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 41, inciso I e artigo 42, da Lei Municipal nº 1.305/91, e no artigo 15 da Lei Municipal 1.358/92,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Vertical às servidoras abaixo designadas, ocupantes do cargo efetivo de Professora DOC III, a partir de 01º de outubro de 2017:

I. SIMONE RIBEIRO, inscrita no CPF sob o nº 986.777.309-82, lotada com 40 horas semanais no CDI Tia Maria Elisa, passando de DOC III para DOC IV, e

II. JULIANA PITZ ZUCHI, inscrita no CPF sob o nº 041.166.869-21, lotada com 40 horas semanais no CDI Francisco Mastella, passando de DOC III para DOC IV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de outubro de 2017.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 7.743, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1421967

DECRETO Nº 7.743, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, o membro abaixo indicado, para integrar o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
CRESS- Conselho Regional de Serviços Social	Leonardo Spizzirri Bolsoni Suplente	Daiane Loch dos Santos Suplente

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados através do Decreto nº 7.353, de 09 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 7.744, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1421984

DECRETO Nº 7.744, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO LAGOA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "d" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "d" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 9396, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Geral Poço Grande, Gaspar, Santa Catarina, pertencente à Indústria de Malhas Isensee Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 83.107.714/0001-20, contendo as seguintes características:

I. um terreno urbano situado na cidade de Gaspar sito à Rua Geral Poço Grande, Bairro Lagoa, contendo área aproximada de 23.673,50 m<sup>2</sup> (vinte e três mil seiscentos e setenta e três metros e cinquenta decímetros quadrados), partindo do ponto 1; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente - 01 com o azimuth de 113°39'13", com o ângulo interno de 72°33'55" e a distância de 183,67 m até o ponto 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Martinho Hostins com o azimuth de 186°43'22", com o ângulo interno de 106°55'50" e a distância de 135,23 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimuth de 287°11'53", com o ângulo interno de 79°31'29" e a distância de

34,23 m até o ponto 4; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimuth de 288°09'31", com o ângulo interno de 179°02'22" e a distância de 63,68 m até o ponto 5; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimuth de 289°50'05", com o ângulo interno de 178°19'26" e a distância de 15,32 m até o ponto 6; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimuth de 290°41'21", com o ângulo interno de 179°08'44" e a distância de 16,59 m até o ponto 7; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimuth de 294°21'14", com o ângulo interno de 176°20'07" e a distância de 20,69 m até o ponto 8; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimuth de 301°16'52", com o ângulo interno de 173°04'23" e a distância de 16,80 m até o ponto 9; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimuth de 302°15'45", com o ângulo interno de 179°01'07" e a distância de 13,68 m até o ponto 10; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 26°56'54", com o ângulo interno de 95°18'51" e a distância de 14,82 m até o ponto 11; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 18°26'25", com o ângulo interno de 188°30'29" e a distância de 18,35 m até o ponto 12; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 18°52'09", com o ângulo interno de 179°34'16" e a distância de 8,01 m até o ponto 13; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 27°08'18", com o ângulo interno de 171°43'51" e a distância de 7,09 m até o ponto 14; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 27°08'19", com o ângulo interno de 180°00'00" e a distância de 5,05 m até o ponto 15; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 6°07'48", com o ângulo interno de 201°00'31" e a distância de 12,27 m até o ponto 16; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 24°12'19", com o ângulo interno de 161°55'29" e a distância de 15,02 m até o ponto 17; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 2°42'14", com o ângulo interno de 201°30'05" e a distância de 9,45 m até o ponto 18; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 354°58'07", com o ângulo interno de 187°44'07" e a distância de 2,86 m até o ponto 19; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 353°13'59", com o ângulo interno de 181°44'08" e a distância de 10,15 m até o ponto 20; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 320°06'39", com o ângulo interno de 213°07'19" e a distância de 10,88 m até o ponto 21; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 337°33'53", com o ângulo interno de 162°32'46" e a distância de 10,05 m até o ponto 22; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimuth de 320°09'19", com o ângulo interno de 197°24'33" e a distância de 5,22 m até o ponto 23; desse segue por linha seca confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar com o azimuth de 6°13'07", com o ângulo interno de 133°56'12" e a distância de 23,62 m até o ponto 1; início da descrição do perímetro, escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar com o registro nº 9.396. O imóvel descrito com a área 23.673,50 m<sup>2</sup> (vinte e três mil seiscentos e setenta e três metros e cinquenta decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 284.082,00 (duzentos e oitenta e quatro mil, e oitenta e dois reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos nº 5.502/2013, nº 5.533/2013 e nº 5.841/2014.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

#### COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário (a): Indústria de Malhas Isensee Ltda  
CNPJ: 83.107.714/0001-20.  
Local: Rua Geral Poço Grande.  
Bairro: Lagoa.  
Tipo de Imóvel: Terreno urbano.

#### AVALIAÇÃO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: Método Comparativo.

#### CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:

Terreno Urbano:

Terreno urbano situado na cidade de Gaspar sito à Rua Geral Poço Grande, Bairro Lagoa, contendo área aproximada de 23.673,50 m<sup>2</sup> (vinte e três mil seiscentos e setenta e três metros cinquenta decímetros quadrados), partindo do ponto 1; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente - 01 com o azimute de 113°39'13", com o ângulo interno de 72°33'55" e a distância de 183,67 m até o ponto 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Martinho Hostins com o azimute de 186°43'22", com o ângulo interno de 106°55'50" e a distância de 135,23 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimute de 287°11'53", com o ângulo interno de 79°31'29" e a distância de 34,23 m até o ponto 4; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimute de 288°09'31", com o ângulo interno de 179°02'22" e a distância de 63,68 m até o ponto 5; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimute de 289°50'05", com o ângulo interno de 178°19'26" e a distância de 15,32 m até o ponto 6; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimute de 290°41'21", com o ângulo interno de 179°08'44" e a distância de 16,59 m até o ponto 7; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimute de 294°21'14", com o ângulo interno de 176°20'07" e a distância de 20,69 m até o ponto 8; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimute de 301°16'52", com o ângulo interno de 173°04'23" e a distância de 16,80 m até o ponto 9; desse segue por linha seca confrontando com a Estrada Geral Poço Grande com o azimute de 302°15'45", com o ângulo interno de 179°01'07" e a distância de 13,68 m até o ponto 10; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 26°56'54", com o ângulo interno de 95°18'51" e a distância de 14,82 m até o ponto 11; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 18°26'25", com o ângulo interno de 188°30'29" e a distância de 18,35 m até o ponto 12; desse segue por linha seca confrontando

com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 18°52'09", com o ângulo interno de 179°34'16" e a distância de 8,01 m até o ponto 13; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 27°08'18", com o ângulo interno de 171°43'51" e a distância de 7,09 m até o ponto 14; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 27°08'19", com o ângulo interno de 180°00'00" e a distância de 5,05 m até o ponto 15; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 6°07'48", com o ângulo interno de 201°00'31" e a distância de 12,27 m até o ponto 16; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 24°12'19", com o ângulo interno de 161°55'29" e a distância de 15,02 m até o ponto 17; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 2°42'14", com o ângulo interno de 201°30'05" e a distância de 9,45 m até o ponto 18; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 354°58'07", com o ângulo interno de 187°44'07" e a distância de 2,86 m até o ponto 19; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 353°13'59", com o ângulo interno de 181°44'08" e a distância de 10,15 m até o ponto 20; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 320°06'39", com o ângulo interno de 213°07'19" e a distância de 10,88 m até o ponto 21; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 337°33'53", com o ângulo interno de 162°32'46" e a distância de 10,05 m até o ponto 22; desse segue por linha seca confrontando com a Área em Desapropriação / Processo nº 025.12.000461-0 com o azimute de 320°09'19", com o ângulo interno de 197°24'33" e a distância de 5,22 m até o ponto 23; desse segue por linha seca confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar com o azimute de 6°13'07", com o ângulo interno de 133°56'12" e a distância de 23,62 m até o ponto 1; início da descrição do perímetro, escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar com o registro nº 9.396.

#### Infraestrutura:

Conforme vistoria técnica realizada no imóvel, este localizado no perímetro urbano do município que possui infra-estrutura básica como, rede de água, rede de energia elétrica, rede de telefonia, coleta de lixo orgânico e reciclável, via sem pavimento, tendo também transporte coletivo público, terreno com acive/plano, regular, pedologia seco/alagado e coberto com vegetação mista (mata atlântica com exótica).

#### Zoneamento:

Zoneamento CC (Corredor de Centralidade), tendo a viabilidade para construção de Habitação, Depósito, Comercial, Serviços, Institucional, indústria de baixo médio potencial de degradação ambiental acima de 1.000,00 m<sup>2</sup>, indústria de alto potencial de degradação ambiental até 300,00 m<sup>2</sup>, até 12 pavimentos, com lote mínimo conforme zona em que se situa, com taxa de ocupação de 60%, coeficiente de aproveitamento de 2,5 vezes a área do terreno, tendo um recuo mínimo frontal de 5,00 m conforme exigências da legislação Federal e Estadual, recuo lateral e fundos no mínimo de 1,50 m ou parede cega, considerando H/7 – mínimo 1,50 m e testada mínima de 15,00 m, recuo lateral mínimo para indústria de médio e grande porte 3,00 m.

Zoneamento ADE - URBANA (Área de Desenvolvimento Econômico), tendo a viabilidade para construção de Habitação até 1.000,00 m<sup>2</sup>, Comercial, Depósito, Serviços, Institucional e indústria de

baixo médio e alto potencial de degradação ambiental, até 4 pavimentos, com lote mínimo de 400,00 m<sup>2</sup>, com taxa de ocupação de 70% coeficiente de aproveitamento de 1,0 vezes a área do terreno, tendo um recuo mínimo frontal de 4,00 m, lateral e fundos no mínimo de 1,50 m ou parede cega, considerando H/7 – mínimo 1,50 m e testada mínima de 12,00 m, recuo lateral mínimo para indústria de médio e grande porte 3,00 m.

#### Valor do Imóvel:

Conforme descrito acima a área do imóvel é de 23.673,50 m<sup>2</sup> (vinte e três mil seiscentos e setenta e três metros cinquenta décimos quadrados), este tendo o valor de R\$ 12,00 (doze reais) por metro quadrado, sendo assim, a área acima citada possui um valor total de R\$ 284.082,00 (duzentos e oitenta e quatro mil oitenta e dois reais).

#### Notas:

- O presente laudo de Avaliação foi elaborado com a finalidade de aquisição do imóvel para implantação da estação de tratamento de esgoto sanitário.
- Favor avaliar o contido na lei 12.651/12 (Código Florestal).

#### Ata:

Em dezesseis (16) de Outubro de 2017, às 9h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11, 6.872/16 e 7520/17, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

#### Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (4) quatro laudas que vão devidamente rubricadas e assinadas pelos membros desta comissão abaixo, seguindo anexo copia da matrícula nº 9.396, Projeto planimétrico e memorial descritivo elaborado pelo Engº Fabio Cardoso, CREA/SC nº 082664-9,

Carlos Francisco Bornhausen  
Matricula1033.

Jonas José Schramm  
Matricula 7589

Gustavo Lindner Foppa  
Matricula nº 10356

### DECRETO Nº 7.746, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1421945

DECRETO Nº 7.746, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR ALTO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de

desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, um imóvel matriculado sob o nº 4.326, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua José Schmitt Sobrinho, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Kiliano Clemente Junkes, inscrito no CPF sob o nº 020.366.149-49, e Celi Zwang Junckes, inscrita no CPF sob o nº 746.485.279-68, contendo as seguintes características:

I. um terreno situado nesta cidade, no Bairro Barracão, fazendo parte da Rua José Schmitt Sobrinho, via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 746/82, contendo área de 6.129,97m<sup>2</sup> (seis mil cento e vinte e nove metros e noventa e sete décimos quadrados), cuja descrição tem início partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Norte e mais a Oeste da área em estudo com este segue, confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 113°50'42'' e distância de oito metros e dez centímetros (8,10m) chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 27,00 e distância de vinte e seis metros e quatorze centímetros (26,14m), chega-se ao ponto 03 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 53°55'45'' e distância de oitenta e dois metros e sessenta e dois centímetros (82,62m), chega-se ao ponto 04 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 120,00 e distância de treze metros e cinquenta e três centímetros (13,53m), chega-se ao ponto 05 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 47°28'12'' e distância de sessenta e sete metros e vinte e nove centímetros (67,29m), chega-se ao ponto 06 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 57,00 e distância de cinquenta e seis metros e noventa e cinco centímetros (56,95m), chega-se ao ponto 07 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 104°42'55'' e distância de vinte e cinco metros e três centímetros (25,03m), chega-se ao ponto 08 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 33,00 e distância de nove metros e cinquenta e oito centímetros (9,58m), chega-se ao ponto 09 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 88°04'44'' e distância de vinte e dois metros e sessenta e cinco centímetros (22,65m), chega-se ao ponto 10 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 33,00 e distância de dez metros e oitenta e oito centímetros (10,88m), chega-se ao ponto 11 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 106°58'33'' e distância de vinte e três metros e cinco centímetros (23,05m), chega-se ao ponto 12 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 33,00 e distância de quatorze metros e vinte e oito centímetros (14,28m), chega-se ao ponto 13 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 131°46'12'' e distância de cinquenta e sete metros e quinze centímetros (57,15m), chega-se ao ponto 14 deste segue confrontando com a Rua José Schmitt Sobrinho com Az – 270°03'50'' e distância de dezoito metros e três centímetros (18,03m), chega-se ao ponto 15 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 311°46'12'' e distancia de quarenta e um metros e cinco centímetros (41,05m), chega-se ao ponto 16 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes co Raio de Curva de 33,00 e distancia de quatorze metros e vinte e oito centímetros (14,28m), chega-se ao ponto 17 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 286°58'33'' e distância de dezoito metros e quarenta e dois centímetros (18,42m), chega-se ao ponto 18 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 33,00 e distância de dezoito metros e oitenta e oito centímetros (10,88m), ), chega-se ao ponto 19 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 268°04'44'' e distância de vinte e dois metros e quarenta centímetros (22,40m), chega-se ao ponto 20 deste segue confrontando com terras de

Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 33,00 e distância de nove metros e cinquenta e oito centímetros (9,58m), chega-se ao ponto 21 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 284°42'55'' e distância de vinte e seis metros e setenta e oito centímetros (26,78m), chega-se ao ponto 22 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 45,00 e distância de quarenta e quatro metros e noventa e seis centímetros (44,96m), chega-se ao ponto 23 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 227°28'12'' e distância de sessenta e sete metros e noventa e seis centímetros (67,96m), chega-se ao ponto 24 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 120,00 e distância de treze metros e cinquenta e três centímetros (13,53m), chega-se ao ponto 25 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 233°55'45'' e distância de oitenta e três metros e trinta centímetros (83,30m), chega-se ao ponto 26 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Raio de Curva de 37,00 e distância de trinta e oito metros e sessenta e nove centímetros (38,69m), chega-se ao ponto 27 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 293°50'42'' e distância de três metros (3,00m), chega-se ao ponto 28 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junkes com Az – 00°48'09'' e distância de treze metros e quatro centímetros (13,04m), chega-se ao ponto 01 ponto inicial desta descrição. O imóvel descrito com a área 6.129,97m<sup>2</sup> (Seis mil cento e vinte e nove metros e noventa e sete decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura Rua José Schmitt Sobrinho, nominada pela Lei Municipal nº 746, de 16 de novembro de 1982.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

#### COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Kiliano Clemente Junckes, inscrito no CPF nº 020.366.149-49  
Rua: Rua Jose Schmitz Sobrinho  
Bairro: Belchior Alto.  
Finalidade: Desapropriação Amigável.  
Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica – Desapropriação de área para a rua acima citada.

#### Terreno Urbano:

Terreno situado nesta cidade, Bairro Belchior Alto, Rua José Schmitt Sobrinho, contendo área de duzentos e sessenta e nove mil quinhentos e dois metros e dez decímetros quadrados ( 6.129,97m<sup>2</sup>), partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Norte e mais a Oeste da área em estudo com este segue, confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 113°50'42'' e distância de oito metros e dez centímetros (8,10m) chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 27,00 e distância de vinte e seis metros e quatorze centímetros (26,14m), chega-se ao ponto 03 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com

Az – 53°55'45'' e distância de oitenta e dois metros e sessenta e dois centímetros (82,62m), chega-se ao ponto 04 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 120,00 e distância de treze metros e cinquenta e três centímetros (13,53m), chega-se ao ponto 05 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 47°28'12'' e distância de sessenta e sete metros e vinte e nove centímetros (67,29m), chega-se ao ponto 06 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 57,00 e distância de cinquenta e seis metros e noventa e cinco centímetros (56,95m), chega-se ao ponto 07 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 104°42'55'' e distância de vinte e cinco metros e três centímetros (25,03m), chega-se ao ponto 08 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 33,00 e distância de nove metros e cinquenta e oito centímetros (9,58m), chega-se ao ponto 09 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 88°04'44'' e distância de vinte e dois metros e sessenta e cinco centímetros (22,65m), chega-se ao ponto 10 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 33,00 e distância de dez metros e oitenta e oito centímetros (10,88m), chega-se ao ponto 11 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 106°58'33'' e distância de vinte e três metros e cinco centímetros (23,05m), chega-se ao ponto 12 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 33,00 e distância de quatorze metros e vinte e oito centímetros (14,28m), chega-se ao ponto 13 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 131°46'12'' e distância de cinquenta e sete metros e quinze centímetros (57,15m), chega-se ao ponto 14 deste segue confrontando com a Rua José Schmitt Sobrinho com Az – 270°03'50'' e distância de dezoito metros e três centímetros (18,03m), chega-se ao ponto 15 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 311°46'12'' e distancia de quarenta e um metros e cinco centímetros (41,05m), chega-se ao ponto 16 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes co Raio de Curva de 33,00 e distancia de quatorze metros e vinte e oito centímetros (14,28m), chega-se ao ponto 17 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 286°58'33'' e distância de dezoito metros e quarenta e dois centímetros (18,42m), chega-se ao ponto 18 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 33,00 e distância de dezoito metros e oitenta e oito centímetros (10,88m), ), chega-se ao ponto 19 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 268°04'44'' e distância de vinte e dois metros e quarenta centímetros (22,40m), chega-se ao ponto 20 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 33,00 e distância de nove metros e cinquenta e oito centímetros (9,58m), chega-se ao ponto 21 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 284°42'55'' e distância de vinte e seis metros e setenta e oito centímetros (26,78m), chega-se ao ponto 22 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 45,00 e distância de quarenta e quatro metros e noventa e seis centímetros (44,96m), chega-se ao ponto 23 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 227°28'12'' e distância de sessenta e sete metros e noventa e seis centímetros (67,96m), chega-se ao ponto 24 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 120,00 e distância de treze metros e cinquenta e três centímetros (13,53m), chega-se ao ponto 25 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 233°55'45'' e distância de oitenta e três metros e trinta centímetros (83,30m), chega-se ao ponto 26 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Raio de Curva de 37,00 e distância de trinta e oito metros e sessenta e nove centímetros (38,69m), chega-se ao ponto 27 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 293°50'42'' e distância de três

metros (3,00m), chega-se ao ponto 28 deste segue confrontando com terras de Kiliano Clemente Junckes com Az – 00°48'09" e distância de treze metros e quatro centímetros (13,04m), chega-se ao ponto 01 ponto inicial desta descrição.  
, imóvel este registrado sob certidão de transcrição nº. 4.326.

#### Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 6.129,97m<sup>2</sup> (seis mil cento e vinte e nove metros e noventa e sete decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

#### Ata:

Em dezenove (19) de Setembro de 2017, às 9h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11, 6.872/16 e 7520/17, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

#### Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (1) uma lauda que vai devidamente assinada.

Carlos Francisco Bornhausen  
Matricula1033.

Jonas José Schramm  
Matricula 7589

Gustavo Lindner Foppa  
Matricula nº 10356

### DECRETO Nº 7.747, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1421948

DECRETO Nº 7.747, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO GASPAR GRANDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, um imóvel matriculado sob o nº 10.664, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Bonifácio Augusto Isensee, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Arnaldo da Costa, inscrito no CPF sob o nº 381.558.699-20; Pedro José da Costa, inscrito no CPF sob o nº 399.853.779-15; Antonio da Costa, inscrito no CPF sob o nº 312.786.209-15; Nelson da Costa, inscrito no CPF sob o nº 383.992.709-97; Vilmar da Costa, inscrito no CPF sob o nº 528.148.090-72; Jaime da Costa, inscrito no CPF sob o nº 586.753.029-91; e Terezinha da Costa Roncaglio, inscrita no CPF sob o nº 485.848.609-59, contendo as seguintes características:

I. um terreno situado nesta cidade, no Bairro Gaspar Grande, fazendo parte da Rua Bonifácio Augusto Isensee, via reconhecida

pelo município através da Lei de Nomeação nº 1611/96, contendo área de 2.324,37 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e vinte e quatro metros e trinta e sete decímetros quadrados), cuja descrição tem início, fazendo frente ao Leste, em uma linha reta, partindo do "vértice-13" para o "vértice-8", com o ângulo interno de 118°05'22", o azimute de 139°03'54" e a distância de 13,72m onde é cortado pela Rua Bonifácio Augusto Isensee, lado direito ao Sul, em seis linhas, a primeira em uma linha reta partindo do "vértice-8" para o "vértice-7", com o ângulo interno de 61°54'38", o azimute de 257°09'16", e distância de 31,08m, a segunda em uma linha reta, partindo do "vértice-7" para o "vértice-6", com o ângulo interno de 177°55'33", o azimute de 259°13'43" e a distância de 31,08m, a terceira em uma linha reta, partindo do "vértice-6" para o "vértice-5", com o ângulo interno de 178°53'40", o azimute de 260°20'03" e a distância de 31,96m, a quarta em uma linha reta, partindo do "vértice-5" para o "vértice-4", com o ângulo interno de 178°50'45", o azimute de 261°29'18" e a distância de 31,96m, a quinta em uma linha reta, partindo do "vértice-4" para o "vértice-3", com o ângulo interno de 178°21'26", o azimute de 263°07'53" e a distância de 33,28m e a sexta em uma linha reta, partindo do "vértice-3" para o "vértice-2", com o ângulo interno de 177°27'52", o azimute de 265°40'01" e a distância de 33,28m, todas com a Área – A, de propriedade de Herdeiros de José Amandio da Costa, fundos ao Oeste, em uma linha reta partindo do "vértice-2" para o "vértice-19", com o ângulo interno de 126°36'07", o azimute de 319°03'54" e a distância de 15,28m onde é cortado pela Rua Bonifácio Augusto Isensee, e lado esquerdo ao Norte, em seis linhas, a primeira em uma linha reta partindo do "vértice-19" para o "vértice-18", com o ângulo interno de 53°01'50", o azimute de 86°02'04", e distância de 42,13m, a segunda em uma linha reta, partindo do "vértice-18" para o "vértice-17", com o ângulo interno de 182°54'12", o azimute de 83°07'53" e a distância de 24,90m, a terceira em uma linha reta, partindo do "vértice-17" para o "vértice-16", com o ângulo interno de 181°18'52", o azimute de 81°49'00" e a distância de 39,73m, a quarta em uma linha reta, partindo do "vértice-16" para o "vértice-15", com o ângulo interno de 181°10'07", o azimute de 80°38'54" e a distância de 24,51m, a quinta em uma linha reta, partindo do "vértice-15" para o "vértice-14", com o ângulo interno de 181°25'11", o azimute de 79°13'43" e a distância de 37,83m e a sexta em uma linha reta, partindo do "vértice-14" para o "vértice-13", com o ângulo interno de 182°04'27", o azimute de 77°09'16" e a distância de 24,41m, todas com a Área – B, de propriedade de Herdeiros de José Amandio da Costa; o terreno dista de sua testada, 1.390,00m até a Estrada Geral da Garuba. O imóvel descrito com a área 2.324,37 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e vinte e quatro metros e trinta e sete decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura Rua Bonifácio Augusto Isensee, nominada pela Lei Municipal 1.611, de 01º de julho de 1996.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS  
LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Herdeiros de Jose Amandio da Costa, inscrita no CPF

nº 025.200.509-78

Rua: Rua Bonifácio Augusto Isensee.

Bairro: Gaspar Grande.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Pública – Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um área situada na zona rural do município de Gaspar, ocupada pela Rua Bonifácio Augusto Isensee, bairro Gaspar Grande, com a área de 2.324,37 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e vinte e quatro metros e trinta e sete decímetros quadrados), fazendo frente ao Leste, em uma linha reta, partindo do "vértice-13" para o "vértice-8", com o ângulo interno de 118°05'22", o azimute de 139°03'54" e a distância de 13,72m onde é cortado pela Rua Bonifácio Augusto Isensee, lado direito ao Sul, em seis linhas, a primeira em uma linha reta partindo do "vértice-8" para o "vértice-7", com o ângulo interno de 61°54'38", o azimute de 257°09'16", e distância de 31,08m, a segunda em uma linha reta, partindo do "vértice-7" para o "vértice-6", com o ângulo interno de 177°55'33", o azimute de 259°13'43" e a distância de 31,08m, a terceira em uma linha reta, partindo do "vértice-6" para o "vértice-5", com o ângulo interno de 178°53'40", o azimute de 260°20'03" e a distância de 31,96m, a quarta em uma linha reta, partindo do "vértice-5" para o "vértice-4", com o ângulo interno de 178°50'45", o azimute de 261°29'18" e a distância de 31,96m, a quinta em uma linha reta, partindo do "vértice-4" para o "vértice-3", com o ângulo interno de 178°21'26", o azimute de 263°07'53" e a distância de 33,28m e a sexta em uma linha reta, partindo do "vértice-3" para o "vértice-2", com o ângulo interno de 177°27'52", o azimute de 265°40'01" e a distância de 33,28m, todas com a Área – A, de propriedade de Herdeiros de José Amandio da Costa, fundos ao Oeste, em uma linha reta partindo do "vértice-2" para o "vértice-19", com o ângulo interno de 126°36'07", o azimute de 319°03'54" e a distância de 15,28m onde é cortado pela Rua Bonifácio Augusto Isensee, e lado esquerdo ao Norte, em seis linhas, a primeira em uma linha reta partindo do "vértice-19" para o "vértice-18", com o ângulo interno de 53°01'50", o azimute de 86°02'04", e distância de 42,13m, a segunda em uma linha reta, partindo do "vértice-18" para o "vértice-17", com o ângulo interno de 182°54'12", o azimute de 83°07'53" e a distância de 24,90m, a terceira em uma linha reta, partindo do "vértice-17" para o "vértice-16", com o ângulo interno de 181°18'52", o azimute de 81°49'00" e a distância de 39,73m, a quarta em uma linha reta, partindo do "vértice-16" para o "vértice-15", com o ângulo interno de 181°10'07", o azimute de 80°38'54" e a distância de 24,51m, a quinta em uma linha reta, partindo do "vértice-15" para o "vértice-14", com o ângulo interno de 181°25'11", o azimute de 79°13'43" e a distância de 37,83m e a sexta em uma linha reta, partindo do "vértice-14" para o "vértice-13", com o ângulo interno de 182°04'27", o azimute de 77°09'16" e a distância de 24,41m, todas com a Área – B, de propriedade de Herdeiros de José Amandio da Costa; o terreno dista de sua testada, 1.390,00m até a Estrada Geral da Garuba, imóvel este registrado sob certidão de transcrição nº. 10.664.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 2.324,37 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e vinte e quatro metros e trinta e sete decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Ata:

Em vinte e quatro (24) de maio de 2017, às 8h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11 e 6.872/16, a fim de avaliar o imóvel acima citado,

estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 9h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (2) duas laudas que vai devidamente e rubricada e assinada.

Carlos Francisco Bornhausen

Matricula1033.

Fabio Cardoso

Matricula 6918

Gustavo Lindner Foppa

Matricula nº 10356

**PORTARIA Nº 5.306, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1421944

PORTARIA Nº 5.306, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.347, de 24 de abril de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais dos Processos Seletivos nº 015/2015, nº 011/2016, nº 01/2017 e nº 03/2017, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
FRANCIELE BARATTO	12/09/2017	PROFESSOR DOC III – 5
JOÃO CARLOS MABA	04/09/2017	PROFESSOR DOC III – 8
MAICON DE BORBA	22/09/2017	PROFESSOR DOC III – 3
PATRICIA BARBIERI	11/09/2017	PROFESSOR DOC III – 2
PATRICIA STREY FERREIRA DOS SANTOS	01/09/2017	PROFESSOR DOC III – 8
SUSALIN DE CARGAS TORRESANI	11/09/2017	PROFESSOR DOC III – 4
CLEUSA REGINA FERNANDES	18/09/2017	MERENDEIRA/SERVENTE
CAMILA DOS SANTOS HIDALGO SELLA	04/09/2017	PROFESSOR DOC I – 2

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de setembro de 2017.

Gaspar, 09 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA RH 60/2017**

Publicação Nº 1422004

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 60/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JARBAS NAERCIO ALVES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/02/2008 a 17/02/2013, devendo folgar a partir de 30/10/2017 a 27/01/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**PORTARIA RH 61/2017**

Publicação Nº 1422008

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 61/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) PAULINO BERTOLDI, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 13/01/2002 a 12/01/2007, devendo folgar a partir de 07/11/2017 a 04/02/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO = EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017**

Publicação Nº 1422670

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regime de execução INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, tendo por objeto aquisição, através de compra, de aparelhos televisores, equipamentos de informática, projetor LCD e câmera digital profissional, novos, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 007/2017, Pregão Presencial nº 007/2017: Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço por Item. Regime de Execução: Indireta – Empreitada por Preço Unitário. Regência: Resolução nº 084, de 08 de novembro de 2017, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e Participação: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Publicações - Licitações – Pregão). Entrega dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 22 de novembro de 2017, com início às 14h. Local de Recebimento dos Envelopes: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC) até às 13h45min. Abertura dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 22 de novembro de 2017, às 14h. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). O Edital e anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Gaspar: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br)

[camaragaspar.sc.gov.br](http://camaragaspar.sc.gov.br) (link: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Publicações – Licitações – Pregão).

Gaspar/SC, 08 de novembro de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**RESOLUÇÃO Nº 084/2017**

Publicação Nº 1422653

**RESOLUÇÃO Nº 084/2017**

Autoriza a abertura e o processamento de procedimento licitatório para a aquisição, através de compra, de aparelhos televisores, equipamentos de informática, projetor LCD e câmera Digital Profissional, novos, com as especificações mínimas estabelecidas no Ofício da Presidência nº 45/2017.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e art. 45, incisos I e IX, do Regimento Interno da Edilidade.

Considerando que a Câmara de Vereadores de Gaspar conta com treze Vereadores trabalhando em prol do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade desta Casa Legislativa de fornecer aos Vereadores condições para o exercício da vereança com eficiência;

Considerando que os servidores recém empossados e nomeados, necessitam de condições adequadas para o desempenho de suas funções para melhor desempenhar suas tarefas;

Considerando que as licitações para os mesmos objetos foram revogadas pela Presidência desta Edilidade

Considerando o Orçamento, o Termo de Referência e a Minuta do Edital de Licitação e do Contrato elaborados pela Presidência da Edilidade, bem como a informação do setor de contabilidade acerca da dotação orçamentária e financeira;

Considerando o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura e o processamento de procedimento licitatório, modalidade pregão presencial, para a aquisição, através de compra de aparelhos televisores, equipamentos de informática, projetor LCD e Câmera Digital Profissional, novos, com as especificações mínimas estabelecidas no Ofício da Presidência nº 45/2017, tudo conforme os seguintes documentos anexos:

I – Anexo I - Orçamento;

II – Anexo II – Termo de Referência; e

III – Anexo III - Minuta de Edital de Licitação.

Parágrafo único. A minuta do edital de licitação, incluindo a minuta do contrato, anexa a esta Resolução poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade após parecer da Procuradoria Jurídica da Casa.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara Municipal de Gaspar, na

seguinte dotação orçamentária: Programa: 001 – Manutenção do Legislativo, Ação: 1.100001 – Aquisição de Materiais Permanentes, Modalidade: 4.4.90.00.00.

Art. 4º. A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar, em 08 de novembro de 2017.

#### MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Vereador – Presidente	Vereador – Vice Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
Vereador – Primeiro Secretário	Vereador – Segundo Secretário

## SAMAE - GASPAR

### DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1422055

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DECISÃO

Processo Administrativo 007/2016.

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

Servidor: Murilo Xavier da Costa Alves dos Santos

#### I. RELATÓRIO

Vistos, examinados e relatados os presentes autos do Procedimento Administrativo instaurado através da Portaria nº 67 de 15 de maio de 2017, de fls.04 dos autos visando à apuração da responsabilidade do servidor Murilo Xavier da Costa Alves dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, inscrito sob a matrícula nº 331, pelos fatos, em tese, de ter apresentado elevado número de chegadas tardias e saídas antecipadas no período compreendido entre 15 de junho 2017 e 15 de outubro de 2017 e de gerar prejuízo e transtornos ao serviço público municipal em virtude de falta de compromisso com a pontualidade para o exercício de suas atribuições.

Para embasar o pedido de abertura do referido procedimento administrativo, o Departamento de Faturamento (chefia imediata), mediante memorando interno datado de 12 de maio de 2017, de fls. 07 dos autos, relatou, em síntese, que o servidor é reincidente na prática de chegar atrasado e faltar sem apresentar justificativas. Que inclusive o servidor já respondeu Processo Administrativo Disciplinar (nº 008/2016) no qual lhe foi aplicada pena de advertência. Cita a diretora que referida medida não surtiu efeito eis que o servidor continua a chegar atrasado e saindo antecipadamente, faltando com seu dever funcional. Pede, ao final, as devidas providências.

Durante o curso do processo administrativo disciplinar em análise, a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar procedeu à expedição e juntada de documentos, à oitiva de testemunhas e de denunciante e à análise das razões de defesa apresentadas, tudo isso em plena atenção às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Após a coleta das provas necessárias e do devido indiciamento, a Comissão Processante elaborou relatório conclusivo (fls. 22-24 dos autos), na forma do caput do artigo 196 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991. A Comissão exarou que entende que o servidor está cumprindo com sua obrigação de ser pontual, razão pela qual os membros da citada comissão propõem o arquivamento do presente processo.

Vistos e examinados os autos do presente processo administrativo

disciplinar, verifiquei que sua condução respeitou integralmente os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, uma vez que ao servidor restou propiciada efetiva participação, manifestação e produção de provas (conforme Notificação de fls. 10 e 11 dos autos).

Às fls. 14 e 15 dos autos encontro o Termo de Declaração de Testemunha, da Diretora de Faturamento Luana Larissa Paes Storch (sua chefia imediata) a qual relata que o servidor continua chegando atrasado mesmo após conversas acerca do problema.

Observei que o servidor deixou de apresentar defesa escrita (conforme consta à fl. 23, tópico III da parte expositiva), em que pese ter-lhe sido propiciada, apenas prestou seu depoimento pessoal conforme consta à fl. 17 dos autos. Nesta ocasião lhe foi perguntado o motivo dos atrasos, atribui seus atrasos ao trânsito. Contudo, afirmou que os atrasos cessariam a partir de 26/06/2017.

Consta no Relatório de Conclusão da Instrução, mais especificamente à fl. 23, que por ter o servidor se comprometido que passaria a chegar ao trabalho com pontualidade, decidiram que este processo ficaria sobrestado por mais um mês para que a comissão pudesse verificar se o servidor cumpriria sua promessa.

No entanto, percebo através registros de ponto que o servidor continua chegando atrasado - se considerado que o horário de chegada é às 07:30 e de saída às 16:50. Constatado que a Comissão formou seu juízo lastreado no princípio da razoabilidade, eis que o servidor, na maioria das vezes, se atrasa cinco ou dez minutos apenas, mesmo que costumeiramente, quase todos os dias.

Acerca da razoabilidade e da proporcionalidade, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina com propriedade:

O princípio da razoabilidade, entre outras coisas, exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida

não por critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto, onde os fatos podem apontar para o administrador a melhor solução. (Direito Administrativo. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 81).

Sendo assim, pautado no Relatório de Conclusão da Instrução emanado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no qual propuseram o arquivamento do processo, assim determino.

Destarte, acato o relatório da Comissão, e, por conseguinte determino o arquivamento destes autos. Derradeiramente, imperioso frisar que caso os atrasos nas chegadas bem como nas saídas tardias perdurem, com horários que não sejam toleráveis pela razoabilidade, que sejam adotadas as devidas providências para deflagração

de um novo procedimento administrativo contra o Sr. Murilo.

Intime-se o servidor da presente decisão administrativa.

Encaminhe-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos.

Após, archive-se.

A publicação da decisão no DOM/SC.

Gaspar, 03 de novembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **LEI 1220 - 2017 - ALTERA O ART. 212 E O § 1º DO ART. 212 DA LEI Nº 1085/2016, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1422371

LEI Nº 1220 / 2017

ALTERA O ART. 212 E O § 1º DO ART. 212 DA LEI Nº 1085/2016, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 212 da Lei nº 1085/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 212 – Os servidores que trabalharem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida ou em atividades penosas, fazem jus a um adicional sobre o salário mínimo nacional”

Art. 2º - Fica alterado o § 1º do art. 212 da Lei nº 1085/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - O adicional de insalubridade será de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), incidente sobre o salário mínimo nacional, exclusivamente segundo os graus máximo, médio e mínimo de insalubridade, nos termos da avaliação pericial técnica, especialmente realizada para definir os percentuais a graduação e as funções insalubres, bem como as perigosas e penosas”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 07 de novembro de 2017.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 724/2017 - NOMEAR COMISSÃO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 1422378

Portaria nº 724 / 2017

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Nomear os servidores municipais GABRIEL RUAN DUARTE, Secretário Municipal de Saúde, JOICE EVALDA STIEHLER, Enfermeira, matrícula nº 1053, JORCELINO ALCINO MARQUES, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, matrícula nº 939, para a presidência do primeiro, compor a Comissão do Processo de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 07 de novembro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### PORTARIA 0380 A 0384

Publicação Nº 1422420

PORTARIA Nº. 0380/2017 DE 26 de OUTUBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000

RESOLVE - Exonerar a pedido, a partir de 01/11/2017, JACKSON SOMBRIO DACOREGGIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0381 / 2017 DE 01 de NOVEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE - Conceder 30 (trinta) dias de descanso ao funcionário JOACIR BELARMINDA BLASIUS, ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras a partir de 03/11/2017, a ser

compensada no Banco de Horas, de acordo com o artigo 6º, do Decreto nº 012/2010, de 01/04/2010, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0382 / 2017 DE 03 de NOVEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE - Conceder férias regulamentares a RODOLFO BERTO DACOREGGIO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras, no período compreendido entre 06/11/2017 a 05/12/2017, referente ao período aquisitivo de 07/08/2016 a 06/08/2017, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0383 / 2017 DE 03 de NOVEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE - Conceder 30 (trinta) dias de descanso ao funcionário JAIRO BLASIUS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras a partir de 03/11/2017, a ser

compensada no Banco de Horas, de acordo com o artigo 6º, do Decreto nº 012/2010, de 01/04/2010, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0384 / 2017 DE 03 de NOVEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE - Conceder 30 (trinta) dias de descanso ao funcionário MARCOS ALEXANDRE GUIZONE BLAZIUS, ocupante do cargo efetivo de Condutor de

Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras a partir de 06/11/2017, a ser compensada no Banco de Horas, de acordo com o artigo 6º, do Decreto nº 012/2010, de 01/04/2010, conforme requerimento

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 132.2017 PREGÃO 104.2017.DOCX

Publicação Nº 1422317

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
CNPJ: 82.821.216/00001-82  
RUA ADEMAR DE BARROS, Nº85  
CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC  
Pregão Nº104/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 132/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS (MÁQUINA DE LAVAR SEMIAUTOMÁTICA E TANQUINHO) DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA E. M. PADRE ALFREDO KASPER, FACILITANDO ASSIM, OS ANDAMENTOS DOS SERVIÇOS GERAIS.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 05/2017

O prefeito Municipal, Senhor Roque Luiz Meneghini no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que não acudiu interessados cujo objeto era a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS (MÁQUINA DE LAVAR SEMIAUTOMÁTICA E TANQUINHO) DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA E. M. PADRE ALFREDO KASPER, FACILITANDO ASSIM, OS ANDAMENTOS DOS SERVIÇOS GERAIS, resolve: "Revogar" o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 132/2017 - Modalidade Pregão nº 104/2017, tendo em vista que por duas vezes não acudiu interessados..

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 08 de novembro de 2017.  
ROQUE LUIZ MENEGHINI,  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO EDITAL Nº 18/2017 - FMAS

Publicação Nº 1422568

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2017 – FMAS

Objeto: Credenciamento de oficineiros sócio-culturais para atender as políticas assistenciais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ nº 13.884.310/0001-68, situada na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 22, Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega da documentação a partir de 13 de novembro de 2017 até 1º de dezembro de 2017.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 3 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - ERRATA 01 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 141/2017-PMG

Publicação Nº 1422567

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA I ao Edital do Pregão Presencial nº. 141/2017 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM (01) LINK DEDICADO PARA ACESSO A INTERNET (COM INSTALAÇÃO) E INTERLIGAÇÃO DE PONTOS ATRAVÉS DE REDE DE FIBRA ÓTICA

#### 1. DAS ALTERAÇÕES

- Alteração no Termo de Referência e Ata de Registro de Preços.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter)

A data de abertura fica designada o dia 23 de novembro de 2017 às 09h00min.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas. O Edital com a alteração e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 08 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 71/2017-FMS

Publicação Nº 1422632

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 71/2017 □ FMS

Processo Licitatório: 71/2017 - FMS

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM/SC

Entrega dos Envelopes: 24/11/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 24/11/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 8 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº15/2017 - HSA

Publicação Nº 1422472

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Registro de Preços 15/2017

Processo Licitatório: 15/2017

Tipo: Menor Preço - Por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM COM APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

Entrega dos Envelopes: 22/11/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 22/11/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Butschardt, 05, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3376-9400.

Guaramirim (SC), 08 de novembro de 2017.

JOCÉLIO VOLTOLINI  
GESTOR DO HSA

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 204/2017 - PMG**

Publicação Nº 1421869

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital: Pregão Presencial nº 204/2017 – PMG

Processo Licitatório: 204/2017 – PMG

Tipo: Menor preço por Lote e item

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa de prestação de serviço de manutenção estética (pintura, funilaria, capotaria e afins) em caráter preventivo e corretivo para veículos leves e pesados da frota da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 23/11/2017 às 14h

Abertura dos Envelopes: 23/11/2017 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 8 de novembro de 2017.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

**ERRATA - EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 175/2017 - PMG**

Publicação Nº 1422599

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 175/2017 – PMG.

Onde lê-se “LAURO FRÖHLICH”, leia-se “LUIZ ANTONIO CHIODINI”  
PREFEITO MUNICIPAL

**ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2017 – PMG**

Publicação Nº 1421768

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

**ERRATA DO EDITAL**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2017 – PMG  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa para serviços de mão de obra elétrica e hidráulica, que serão utilizados em reparos e manutenções preventivas e corretivas, para atender as secretarias, fundos e demais órgãos do município de Guaramirim (SC).

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC) torna público, para conhecimento dos interessados, a ERRATA DO EDITAL Pregão Presencial nº 201/2017 – PMG.

**1. ERRATA DO EDITAL**

1.1. No item 10.6.5, alínea “d”, do Edital, incluída na última alteração, tem a redação alterada, retirando a exigência de engenheiro civil ou arquiteto como responsável técnico do CAT, restando a seguinte redação:

d) Comprovação de capacidade técnico-operacional, apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que a licitante tenha executado serviços similares ao objeto desta licitação para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, sendo que estes atestados deverão ser de serviços já concluídos. O atestado deverá constar, no mínimo, os seguintes dados: objeto, local, nome do responsável técnico, número da ART e quantitativos cada serviço.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail [gabriel.felippi@guaramirim.sc.gov.br](mailto:gabriel.felippi@guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 8 de novembro de 2017.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 64/2017

Publicação Nº 1421825

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 64/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 67/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: COMUNICAÇÕES KOLLENBERGER LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para transmissões ( Facebook e YouTube ) culturais, esportivas, lazer e turísticas 2017, com material gravado, produção de chamadas, flashes ao vivo, protocolo e equipe e produção jornalística para eventos no município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 10.340,00

VIGENCIA: 31/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 08 de novembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

# Guatambú

## PREFEITURA

### TERMO DE FOMENTO 01/2017

Publicação Nº 1422828

ATO JUSTIFICADOR DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO (ART. 31, CAPUT E INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014)

TERMO DE FOMENTO COM CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS POTRO SEM DONO

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO 01/2017

TERMO DE FOMENTO 01/2017

VALOR R\$ 15.000,00

Considerando que o Centro de Tradições Gaúchas Potro Sem Dono há anos vem desenvolvendo atividades no Município de Guatambu de maneira satisfatória, sendo a única no município que satisfaz todas as exigências necessárias ao cumprimento do objeto pretendido com a parceria;

Considerando que, de acordo com o art. 31, caput e inciso II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária.

O Município de Guatambu - SC torna público a inexigibilidade de realização de chamamento público para fins de celebração de termo de colaboração com o Centro de Tradições Gaúchas Potro Sem Dono, que tem como objeto a realização do "Rodeio Crioulo Interestadual dias 17,18 e 19 de novembro e o baile de aniversário do município dia 09 e 10 de dezembro", na forma do art. 31, caput e inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

A presente justificativa, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, será publicada no Diário Oficial dos Municípios, admitindo-se impugnação, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma da Lei.

Guatambu/SC, 08 de novembro de 2017.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.754/2017.

Publicação Nº 1422474

DECRETO Nº 3754 /2017

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 3219 de 08 de novembro de 2017

Decreta

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no valor R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001.10.302.0033-2073	Manutenção e implementação dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade				
31900000	015	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	300.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 300.000,00

Art. 2º - Com os recursos advindos da anulação de que trata o art. 1º fica suplementada no valor R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
0401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
0401.04.122.0004-2008	Manutenção, Encargos e Atividades de Apoio Administrativo da Secretaria Bem como do Conselho Tutelar				
33900000	017	100	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	300.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 300.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste.SC, 08 de novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 005/2017/SMS/HO

Publicação Nº 1422471

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº005/2017/SMS/HO DE 31 de outubro de 2017

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao que determina o Edital de Processo Seletivo nº 005/2017/SMS/HO de 31 de outubro de 2016, TORNA PUBLICO o resultado das Inscrições dos candidatos ao certame, nos termos que seguem:

Art. 1º. Resolve DEFERIR as inscrições dos candidatos referentes ao Edital de Processo Seletivo nº 005/2017/SMS/HO de 31 de outubro de 2017, conforme a nominata dentre os quadros relacionados abaixo:

Cargo: MÉDICO

Nº INSCRIÇÃO	Nº do CPF	NOME DO CANDIDATO
001/2017	087.038.459-74	Daniel Assis Borba Grings
002/2017	087.124.649-02	Fernanda Dalla Lana
003/2017	066.892.739-97	Guilherme Viecei Rhoden
004/2017	081.724.189-22	Francielle Karina Fabrin de Carli
005/2017	086.064.929-65	José Angelo Nunes da Silva
006/2017	092.686.059-37	Ana Luiza Lunardelli
007/2017	077.975.559-66	Sérgio Wil Cevey Barbieri
008/2017	079.321.999-05	Rafaela Santini de Oliveira Brandalise
009/2017	073.997.799-70	Priscila Balsan Kophal
010/2017	530.391.812-20	Maria Júlia Neves Cavalcanti Bezerra
011/2017	007.877.080-70	Gabriela Betiolo Bombarda

012/2017

081.862.549-00

Marina Afinowtech

Total de Inscrições no Cargo: 12 (DOZE)

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 08 de Novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**LEI Nº 3.219/2017.**

Publicação Nº 1422475

LEI Nº 3219 /2017

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001.10.302.0033-2073	Manutenção e implementação dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade				
31900000	015	102	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	300.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar

R\$ 300.000,00

Art. 2º - Com os recursos advindos da anulação de que trata o art. 1º fica suplementada no valor R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
0401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
0401.04.122.0004-2008	Manutenção, Encargos e Atividades de Apoio Administrativo da Secretaria Bem como do Conselho Tutelar				
33900000	017	100	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	300.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar

R\$ 300.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 08 de novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1366/2017**

Publicação Nº 1422469

PORTARIA Nº 1366/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora CRISTIANE FONTOURA RAMOS (Matr. 4700), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, em substituição à servidora Orlanda Judite Fedrigo, que se encontra afastada em Licença para acompanhar familiar em Tratamento de Saúde, a partir de 08 de novembro de 2017, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2017, aprovada e re-classificada em 19º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2017/HO de 14 de fevereiro de 2017, homologado em 24 de março de 2017 pelo Decreto nº 3.654/2017, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1367/2017**

Publicação Nº 1422470

## PORTARIA Nº 1367/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 08 de novembro de 2017, do servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Novembro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITACAO PP 016 - FMS - PANFLETOS

Publicação Nº 1422625

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE IBIAM  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 016/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 24 de novembro de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 16/2017, visando a aquisição de panfletos e sacos de lixo para carro. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 24/11/2017 até as 14:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITACAO PP 43 - PMI - CADEIRAS E PURIFICADOR DE ÁGUA

Publicação Nº 1422652

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE IBIAM  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 043/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16 de novembro de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 043/2017, visando a aquisição de uma cadeira e um purificador de água para a administração municipal. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 16/11/2017 até as 09:00hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0044 ou pelo site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 30 DE OUTUBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITACAO TP - 004 - PMI - PINTURA DAS RUAS

Publicação Nº 1422615

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE IBIAM  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2017  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27 de novembro de 2017, licitação modalidade Tomada de Preços n. 004/2017, cujo objeto visa a prestação de serviços de sinalização viária, pintura de meio – fio e postes, com fornecimento de material (tintas e outros) e mão de obra no perímetro urbano do Município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 27/11/2017 até as 14:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14:15. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0044 ou pelo site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

# Ibicaré

## PREFEITURA

### PORTARIA 226/2017

Publicação Nº 1422366

PORTARIA Nº 226, de 06 de novembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e para os fins do artigo 51, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada.

#### RESOLVE

Artigo 1º. Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, pelo período de 02 anos, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros:

Servidores públicos qualificados pertencentes aos quadros permanentes ou temporários dos órgãos responsáveis pela licitação:

1 - ELCIO MELERE - Supervisor de Compras - Presidente da Comissão;

2 – OSNI DEL RÉ - Representante do Setor de Agricultura - membro

3 – JOÃO NELSON ANTES – Representante do Setor Social- membro

4 – FABIANA BORDIGNON – Oficial Administrativo - membro

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão Especial a quem incumbirá o julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrado por profissionais legalmente habilitados, sendo 02 (dois) deles, pelo menos, pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Artigo 2º. Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações serão secretariados pelo servidor municipal: Fabiana Bordignon.

Artigo 3º. Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Artigo 4º. As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Artigo 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº001, de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 06 de novembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 007/2017

Publicação Nº 1421873

Edital nº 007/2017

ADRIANO POFFO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos artigos 3º, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003, que inseriu o Art. 22-A, 28-B da Lei n.º 21, de dezembro de 2001, torna público, pelo presente Edital as normas para realização de ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO, para membros efetivos do magistério público com atuação na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018.

#### 1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A simples participação neste processo não garante ao professor o direito ao aumento ou redução de carga horária pretendente, nem alteração de exercício pretendida;

1.2 O professor passará a cumprir a carga horária ou exercício (remoção) deferido a partir do início do ano letivo de 2018;

1.3 Caberá ao diretor ou responsável a divulgação deste Edital na respectiva unidade educacional, devendo, para tanto, afixá-lo em local que assegure acesso a todos os professores e secretários de escolas;

1.4 O presente Edital será divulgado no site da prefeitura municipal, disponível em: < [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)>, na aba Administração – Secretarias – Educação, Cultura e Esportes.

#### 2 DA INSCRIÇÃO

2.1 A entrega das inscrições acontecerá no período de 08/11/2017 a 24/11/2017 no Setor de Protocolo, sito a Rua Dr. Getulio Vargas nº 70 centro, nos horários das 08h às 12h e das 13h às 16h30min.;

2.2 A solicitação de alteração de carga horária ou atribuição de exercício deverá ser feita pelo próprio candidato por meio de requerimento conforme Anexo I e II, respectivamente, acompanhadas dos documentos descritos no item 5 e protocolar no setor de protocolo da Prefeitura;

2.3 O servidor interessado poderá inscrever-se no prazo estipulado acima.

#### 3 DOS IMPEDIMENTOS

3.1 Ficam impedidos de participar do processo de alteração de carga horária ou atribuição de exercício os membros efetivos do magistério público municipal, readaptados e em licença sem vencimento.

#### 4 DOS CRITÉRIOS

4.1 Em caso de vários membros do magistério efetivo público municipal estar na situação de alteração de carga horária ou atribuição de exercício serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem:

I. Maior habilitação profissional (incorporada à folha de pagamento – Nível em que o servidor se enquadra);

II. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;

III. O mais idoso;

IV. Maior número de filhos.

4.2 Somente terá direito atribuição de exercício:

I. Profissionais efetivos na Rede Municipal de Ensino;

II. Se a vaga apresentada for na área de sua formação/atuação;

III. Não houver incompatibilidade de horário, turma e turno independente da esfera administrativa.

#### 5 DOS DOCUMENTOS

5.1 Para atribuição de exercício o membro do magistério público municipal, deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Xerox da carteira de identidade;

b) Xerox das certidões de nascimento dos filhos menores;

c) Requerimento devidamente preenchido e assinado com a documentação anexada.

Parágrafo único: A Habilitação (incorporada à folha de pagamento – Nível em que o servidor se enquadra) e o Tempo de serviço efetivo no magistério na rede municipal de ensino serão solicitados ao Setor de Recursos Humanos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e

Esportes.

## 6 DO RESULTADO

6.1 O resultado do processo será divulgado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes no dia 28/11/2017 a partir das 09 horas;

6.2 A portaria será expedida pelo Departamento de Recursos Humanos por ato do poder Executivo.

## 7 DAS VAGAS

7.1. As vagas existentes para alteração de carga horária são as constantes no anexo III deste edital;

7.2. As vagas existentes para atribuição de exercício constantes no anexo III e IV deste edital;

7.3 A vaga decorrente de um servidor que escolher nova atribuição de exercício, abrirá automaticamente para o candidato seguinte. Portanto todos os inscritos deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação no dia 24/11/2017, às 16h;

7.4 Após o término da chamada, se algum candidato inscrito tiver interesse no saldo de vagas, poderá por ordem de classificação escolher nova vaga.

## 8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital;

8.2 Na forma da legislação vigente, o presente edital poderá ser alterado a qualquer momento;

8.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ibirama, 07 de novembro de 2017

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

### ANEXO I (fazer duas vias como comprovante de entrega)

Do requerimento de alteração de carga Horária

Edital nº 007/2017

Nome do (a) Servidor (a): \_\_\_\_\_

Telefone fixo: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Data de ingresso na Rede municipal \_\_\_\_\_

Cargo/Disciplina: \_\_\_\_\_

Atribuição de exercício nas (os): \_\_\_\_\_

Carga Horária: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_

Carga horária pretendida para aumento: \_\_\_\_\_ horas semanais

Turno Pretendido: \_\_\_\_\_

Carga horária pretendida para redução: \_\_\_\_\_ horas semanais

Turno Pretendido: \_\_\_\_\_

Ibirama, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Candidato

Anexar cópia da documentação solicitada neste Edital

### ANEXO II (fazer duas vias como comprovante de entrega)

Do requerimento de atribuição de exercício

Edital nº 007/2017

Nome do (a) Servidor (a): \_\_\_\_\_

Telefone fixo; \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Data de ingresso na Rede municipal \_\_\_\_\_

Cargo/Disciplina: \_\_\_\_\_

Atribuição de exercício nas (os): \_\_\_\_\_

Carga Horária: \_\_\_\_\_



Turno: \_\_\_\_\_  
 Unidade/Local pretendido para remoção:  
 1º \_\_\_\_\_  
 2º \_\_\_\_\_  
 3º \_\_\_\_\_

Ibirama, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Candidato

Anexar cópia da documentação solicitada neste Edital

### ANEXO III

#### QUADRO DE VAGAS EXISTENTES PARA ALTERAÇÃO - AUMENTO DE CARGA HORÁRIA

Área/Disciplina	Nº de Vagas de 10h	Atuação
Língua Estrangeira - Inglês	04	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais

### ANEXO IV

#### AS VAGAS EXISTENTES PARA ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO

Área	Nome da Unidade de Ensino/Local	Turno matutino	Turno vespertino
Artes	Departamento de Cultura – Artes - Coral	30h	20h
	Departamento de Cultura – Artes - Teatro	20h	20h
	EM Tancredo Neves	10h	10h
Ciências	EM Christa Sedlacek	10h	10h
Educação Física	EM Ribeirão Areado	05h	05h
Geografia	EM Tancredo Neves	05h	05h
Língua Estrangeira - Inglês	EM Bairro Operário	05h	05h
	EM Christa Sedlacek	20h	20h
	EM Ribeirão Areado	05h	05h
	EM Tancredo Neves	10h	10h
	EM Tancredo Neves	10h	10h
Matemática	EM Christa Sedlacek	05h	05h
	EM Tancredo Neves	10h	10h
Ensino Fundamental Anos Iniciais	EM Bairro Operário	20h	20h
	EM Nova Stettin	20h	-

### INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 92/2017

Publicação Nº 1421791

#### MUNICIPIO DE IBIRAMA.

#### INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 92/2017.

Objeto: Credenciamento de empresa para implementar e desenvolver o programa de regularização fundiária neste município de Ibirama, conforme legislação pertinente. Credenciada: BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S - ME, número inscrição CNPJ 14.760.933/0001-91, estimado nos valores unitários conforme edital de Credenciamento nº 82/2017 - Ibirama, 08 de novembro de 2017. Adriano Poffo – Prefeito Municipal.

# Ilhota

## PREFEITURA

### ERRATA DO EDITAL PRG 063 - 2017 PMI - PEÇAS, SERVIÇOS MECÂNICA, TORNO E ELÉTRICA

Publicação Nº 1422057

Errata 1 do Edital Pregão 063/2017 - FME

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 063/2017 - FME, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde sê:

Lote	Valor Total do Lote
1	39.249,68
2	149.883,53
3	55.166,09
4	103.118,28
5	41.086,84
6	53.578,91
7	193.695,00

Leia-se:

Lote	Valor Total do Lote
1 PEÇAS PARA MICRO ONIBUS VW VOLARE V8L	39.249,68
2 PEÇAS PARA 03 ONIBUS VW COIO 15-190	149.883,53
3 PEÇAS PARA 01 ONIBUS MERCEDES BENS 1418	55.166,09
4 PEÇAS PARA 02 MICRO ONIBUS IVECO	103.118,28
5 PEÇAS PARA 01 MICRO ONIBUS AGRAL VOLARE V8L 4X4	41.086,84
6 PEÇAS DE USO GERAL	53.578,91
7 MÃO DE OBRA	193.695,00

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 24 de novembro de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 01 de novembro de 2017

Francineide Pereira  
Pregoeiro Oficial

### LEI ORDINÁRIA Nº 1879/2017

Publicação Nº 1421908

Lei Ordinária nº 1879/2017

AUTORIZA MUNICIPALIZAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA BR-470.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Ilhota autorizado a municipalizar o trecho que compreende a entrada da BR-470 no quilômetro 21,8 até a entrada da SC-470, cuja extensão é de 2,4 (dois vírgula quatro) quilômetros.

Parágrafo único. Para fins de assinatura do termo de transferência, o trecho acima referido é assim denominado: ENTR BR-470 (KM 21,8) – ENTR SC-470 (INÍCIO DA ÁREA URBANA DE ILHOTA) (SNV

470ASC1005) da Rodovia Federal BR-470/SC, com extensão total de 2,40 km.

Art. 2º. A municipalização referida no artigo anterior não trará nenhum ônus à União Federal.

Art. 3º. O Município assume a plena responsabilidade do trecho a partir da assinatura do termo de transferência e publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 06 de novembro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### LEI ORDINÁRIA Nº 1880/2017

Publicação Nº 1421909

Lei Ordinária nº 1880/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO DO PMAT – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS, DO BNDES JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), observadas as disponibilidades legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º, Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados com os recursos provenientes do BNDES e com os recursos próprios de contrapartida, quando for o caso, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 30 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 236/2017**

Publicação Nº 1422054

#### **PORTARIA Nº 236/2017**

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

#### **RESOLVE**

EXONERAR POR APOSENTADORIA, o(a) Sr(a) Donzila Lenzi, do cargo de SERVENTE, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 07 de novembro de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 237/2017**

Publicação Nº 1422056

#### **PORTARIA Nº 237/2017**

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

#### **RESOLVE**

DEMITIR A PEDIDO DO MESMO, o Sr. Leandro Deschamps, do cargo de DENTISTA DO PSF, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 07 de novembro de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 238/2017**

Publicação Nº 1422067

#### **PORTARIA Nº 238/2017**

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

#### **RESOLVE**

EXONERAR A PEDIDO DA MESMA, a Sra Ketlyn Regina Meister, do cargo de ATENDENTE DE CEI, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 07 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 07 de novembro de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**Imarui****PREFEITURA****DECRETO Nº. 082 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422827

DECRETO Nº. 82 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito do Município de Imaruí-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar de Remanejamento no Orçamento, exercício 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.71.00.00.00.00.00	3	1.002	Aplicações Diretas	7.200,00
Total				7.200,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação disposta no art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	7.200,00
Total				7.200,00

Art. 3º - Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 08 de novembro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO SEAPI 2016/73 A/04 PROC 66/2016

Publicação Nº 1422804

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2016/73-A/04  
Contratada: EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A  
CNPJ: 83.665.141/0001-50

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o acréscimo de 10,98% (dez vírgula noventa e oito por cento), correspondente ao valor de R\$ 1.443.273,93 (um milhão quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e três centavos).  
Prazo: 07/11/2017 à 29/12/2017  
Fundamento: Processo nº 66/2016 Concorrência: 03/2016  
Imbituba, 07 de novembro de 2017.

Alex Sandro Carpes  
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura  
Contratante

EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A  
Representante legal  
Contratado

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 01.2017 TOMADA DE PREÇO 01.2017 SANEAMENTO

Publicação Nº 1422758

PREFEITURA M. DE IMBITUBA  
SEINFRA - SANEAMENTO  
PROCESSO Nº 01/2017  
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, Cultura e Esportes comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 27 de novembro de 2017, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações, e na Lei nº pela Lei complementar nº 123/2006, e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA (MANUTENÇÃO E MELHORIAS, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (E.T.E.), COM VAZÃO DE 5,0 L/S, LOCALIZADO NA RUA PROFESSORA LAURA BARRETO DE MEDEIROS, BAIRRO PAES LEME”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de novembro de 2017

Alex Sandro Carpes  
Secretário da SEINFRA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 107/2017 PREGÃO 71/2017 PMI/SEDUCE

Publicação Nº 1422263

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PMI / SEDUCE  
PROCESSO Nº 107/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e

através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 23 de novembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E ORQUESTRA DE FLAUTAS, GRUPOS DE VIOLINOS E CELLOS E ORQUESTRA INFANTO JUVENIL MUNICIPAL PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA/SC encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 08 de novembro de 2017

Felipe Dias Antônio  
Secretário da SEDUCE

### EXTRATO PUBLICAÇÃO EDITAL 108 2017 PREGAO 72 2017 BEBEDOUROS

Publicação Nº 1422479

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
MULTIENTIDADES  
PROCESSO Nº 108/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 24 de novembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial (SRP), pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei complementar nº 147/2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS INDUSTRIAL E PURIFICADOR DE ÁGUA PARA USO DAS SEGUINTE ENTIDADE: POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, BOMBEIRO, SEAD, SEDUCE, SEMUSA, SEAST, SEINFRA E SEGAB.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de novembro de 2017

Filipe Dias Antônio  
Secretário Municipal da SEDUCE

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 739/2017**

Publicação Nº 1422555

PORTARIA PMI/SEAD Nº 739, de 07 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Janaina Livramento	Servente Merendeira	730.115.509-30	08/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 08 de novembro de 2017.

Imbituba, 07 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 740/2017**

Publicação Nº 1422658

PORTARIA PMI/SEAD Nº 740, de 08 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre a admissão de Auxiliar Cuidador/Educador, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Douglas Trajano Vieira	Auxiliar Cuidador/Educador	080.594.809-01	09/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de novembro de 2017.

Imbituba, 08 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 189/2017

Publicação Nº 1422874

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 189/2017

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA DE TERNO DE REIS ESTRELA DO ORIENTE.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de apresentação artística musical "Associação Folclórica de Terno de Reis Estrela do Oriente", conforme quantitativos e especificações contidos no edital.

VALOR: R\$ 7.500,00

PRAZO: 10 de outubro de 2017 até 08 de janeiro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2017.

Parágrafo Único – Fica vedado a concessão de férias/folga ao servidor, que não tenha saldo de férias vencidas, exceto o adiantamento de férias permitido dentro do período das férias coletivas, compreendidos entre os dias 18/12/2017 a 22/01/2018.

Art. 4º Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos/sindicâncias em trâmite no Município, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias, certidões e demais documentos públicos, a partir de 18 de dezembro de 2017, até 22 de janeiro de 2018.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 919/17

Publicação Nº 1421938

. DECRETO Nº 919/17

. De 30 de outubro de 2017

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUSPENDE A CONTAGEM DOS PRAZOS INERENTES AOS ATOS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica estabelecido período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Indaial.

Parágrafo Único - Os Servidores em gozo das férias coletivas do período compreendido entre 18 de dezembro de 2017 e 19 de janeiro de 2018, ( retornando as atividades no dia 22 de janeiro de 2018) inclusive, terão 30 (trinta) dias descontados do respectivo período aquisitivo de férias, não serão contabilizados para fins de desconto de férias do servidor, os 3 (tres) dias de feriados de acordo com a Lei Municipal nº 5279/16.

Art. 2º Os servidores que, excepcionalmente, trabalharão no período de férias coletivas, para atendimento aos serviços essenciais, gozarão o saldo de férias em época oportuna, devendo cada Secretaria encaminhar ao Departamento de RH, até o dia 04 de dezembro de 2017, com cópia ao Gabinete do Prefeito, a listagem com o nome do servidor designados e a descrição dos serviços a ele atribuídos para o período, com a ciência do mesmo, do qual será emitido a respectiva Portaria.

Parágrafo Único - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle do saldo de férias a ele atribuído, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

Art. 3º Aos servidores com período de férias diverso do estabelecido no presente Decreto, deverão encaminhar a solicitação ao Departamento de Recursos Humanos, até o dia 04 de dezembro de 2017, que após verificação de direito e/ou saldo de férias vencidas, emitirá ato próprio para sua concessão.

### DECRETO Nº 929/17

Publicação Nº 1422132

. DECRETO Nº 929/17

. De 08 de novembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 014/17 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/ APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º. QUADRIMESTRE DE 2017, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal 8142/90 e de mais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 014/17 do Conselho Municipal de Saúde de Indaial, que aprova a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2017, da Secretaria de Saúde de Indaial.

Art. 2º - A Resolução nº 014/2017, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL  
RESOLUÇÃO 014/2017

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º. QUADRIMESTRE DE 2017, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião em 06 (seis) de novembro de 2017, por unanimidade de seus conselheiros presentes, RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE, REFERENTE AO 2º. QUADRIMESTRE DE 2017.

Assim, homologo a presente resolução nos termos do artigo 24 do Regimento do Conselho Municipal de Saúde para que seja publicada e produza seus efeitos.

Leny Maria Wagner Garcia  
Presidente  
Conselho Municipal de Saúde  
Indaial/SC

## DECRETO Nº 930/17

Publicação Nº 1422133

. DECRETO Nº 930/17

. De 08 de novembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 015/17 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/ APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018/2021 E PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal 8142/90 e de mais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 015/17 do Conselho Municipal de Saúde de Indaial, que aprova o plano Municipal de Saúde 2018/2021 e Plano Plurianual – PPA 2018/2021, da Secretaria de Saúde de Indaial.

Art. 2º - A Resolução nº 015/2017, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL  
RESOLUÇÃO 015/2017

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018/2021 E PLANO PLURIANUAL NUAL – PPA 2018/2021, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião em 06 (seis) de novembro de 2017, por unanimidade de seus conselheiros presentes, RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018/2021 E PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Assim, homologo a presente resolução nos termos do artigo 24 do Regimento do Conselho Municipal de Saúde para que seja publicada e produza seus efeitos.

Leny Maria Wagner Garcia  
Presidente  
Conselho Municipal de Saúde  
Indaial/SC

## DECRETO Nº 931/17

Publicação Nº 1422135

. DECRETO Nº 931/17

. De 08 de novembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
50.001.0009.0272.0050.27 01.3319000000000000	03030000	5.000.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## RESCISÃO AO CONTRATO Nº 073/2017

Publicação Nº 1422884

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 073/2017

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, SIMONE RISKE KOCH, brasileira, professora e palestrante, inscrita no CPF sob nº 907.423.389-91 e Cédula de Identidade nº 3.210.818, residente à Rua Victor Konder, nº 2, bairro Centro, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, resolvem rescindir o Contrato nº 073/2017, firmado em 12 de maio de 2017, nos termos que segue:

1 – O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir de 26 de outubro de 2017, conforme artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e cláusula décima primeira, item 11.2.2, do contrato, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de rescisão em 03 (três) vias de igual teor, forma e para os mesmos

fins.

Indaial/SC, em 26 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	SIMONE RISKE KOCH Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 177/2016**

Publicação Nº 1422878

**1 TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 177/2016**

1 Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.146.943/0001-22, estabelecida à Rua Otavio Francisco Dias, nº 783, Andar 1, apto 12, Bairro Água Verde, na cidade de Curitiba – Estado do Paraná, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Robson Ricardo Resende, brasileiro, solteiro, engenheiro ambiental, inscrito no CPF sob nº 221.648.578-01 e CREA/SC nº 996392/D, residente e domiciliado à Rua Otavio Francisco Dias, nº 783, Andar 1, apto 12, Bairro Água Verde, na cidade de Curitiba – Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

2

**3 CLÁUSULA PRIMEIRA:**

4

5 Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de assessoria técnica para elaboração da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Indaial para um horizonte de planejamento de vinte anos, passa vigorar da seguinte forma:

6

**7 CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZOS E LOCAL:**

8

9 7.1. O prazo do presente contrato é de 27 de outubro 2017 até 25 de janeiro de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

10 Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

11

12 Indaial/SC, em 25 de outubro de 2017.

13

14 MUNICÍPIO DE INDAIAL 15 André Luiz Moser 16 Contratante	17 LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI - ME 18 Robson Ricardo Resende 19 Contratada 20 21 22
--	---

23 SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE 24 Jonas Luiz de Lima 25 Secretário Municipal	26 PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO 27 Rodrigo Koenig França 28 OAB/SC 47.689
--	--

29 Testemunhas:

30

31 Assinatura: \_\_\_\_\_

32 Nome Legível: \_\_\_\_\_

33 CPF.: \_\_\_\_\_

34 Assinatura: \_\_\_\_\_

35 Nome Legível: \_\_\_\_\_

36 CPF.: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 72/2017**

Publicação Nº 1422809

Portaria Nº 72/17

Concede adicional por tempo de serviço / Sidnei Vieira.

Vereador Osvaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 50, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 21, do Regimento Interno, de acordo com a Lei Complementar 105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 6% (seis por cento), de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período 2014/2017, ao servidor efetivo SIDNEI VIEIRA, colocado à disposição da Câmara Municipal de Indaial (Lei 5065/2014), ocupante do cargo em comissão de Assessor Legislativo, do quadro de servidores do Poder Legislativo Indaialense.

Parágrafo Único – O servidor Sidnei Vieira foi nomeado em 16 de outubro de 2014 para o cargo efetivo municipal (Prefeitura Municipal de Indaial – Ato de Posse 147/14) de auxiliar administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 27 de Outubro de 2017.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Antônio Carlos Fink	Diego Pandini
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA 73/2014**

Publicação Nº 1422810

Portaria Nº 73/17

Férias / Maria Helena Theiss

Osvaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - A servidor MARIA HELENA THEISS, fica convertido 10 (dez) dias em abono pecuniário, relativo ao período aquisitivo de férias de 2016/2017.

Art. 2º - Fica autorizado pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - A servidora usufruirá posteriormente 20 (vinte) dias de férias, de acordo com a conveniência administrativa ou acordo entre as partes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 27 de Outubro de 2017.

Osvaldo Metzner
-----------------

Presidente da Mesa

Antônio Carlos Fink

1º Secretário

Diego Pandini

2º Secretário

**PROCESSO LICITATÓRIO 29/2017 - TERMO DE DISPENSA 20/2017**

Publicação Nº 1422806

PROCESSO LICITATÓRIO 029/2017

TERMO DE DISPENSA 020/2017

DATA DE EMISSÃO: 9/11/2017

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

**OBJETO:**

Aquisição e Instalação de dois pneus para o veículo oficial da Câmara Municipal de Indaial (Fiat Freemont) sendo da marca Yokohama, modelo ASPEC A349, medidas 225/65R17 102H, devendo ser montados e balanceados.

**UNIDADE REQUISITANTE:**

Câmara Municipal de Indaial.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30, ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br).

Osvaldo Metzner

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 9 de novembro de 2017.

**Ipuaçu****PREFEITURA****APOSTILAMENTO 05 ARP PREF 04/2017**

Publicação Nº 1421936

APOSTILAMENTO N. 05/2017

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 41/2016  
PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 28/2016

OBJETO: Combustíveis

CONTRATADO: TRR GILIOLI LTDA, CNPJ nº 00.619.380/0001-47.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF N.º 04/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

FATO: Aumento do preço do litro do diesel S10 ou S50 e diesel comum pelas refinarias e distribuidoras de combustíveis e repassado ao consumidor final.

FUNDAMENTAÇÃO: disposições do § 8º do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada. Princípio do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

Considerando a constante variação noticiada pela imprensa acerca dos valores em refinarias e postos de combustíveis, e mediante comprovação por meio de notas fiscais. Concede-se o reequilíbrio econômico financeiro:

Objeto	Valor original (R\$)	Reajuste	Novo valor (R\$)
Diesel S10 ou S50	2,89	4.5%	3,02
Diesel Comum	2,95	1.9%	3,00

Ipuaçu-SC, em 07 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA TRR GILIOLI LTDA

Prefeita Municipal Telma Sonia Sgarbossa Gilioli

CONTRATANTE CONTRATADA

De Acordo:

Assessor Jurídico. Adv Dr.Julcemar Comachio OAB/SC nº 18445 \_\_\_\_\_

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EDITAL PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM/SC.

Publicação Nº 1421771

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

EDITAL PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM/SC. Patricia de Pinho Bonassi, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, vem através deste convocar os representantes da sociedade civil para participar do processo de eleição dos representantes da sociedade civil que deverão integrar o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS do município de Ipumirim/SC, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, de acordo com Lei nº. 1.472/2007, de 13 de junho de 2007 e a Lei nº. 1.794 de 14 de dezembro de 2016.

#### 1 – Do processo de eleição:

0.1. A eleição dos representantes da sociedade civil que deverão integrar o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS de Ipumirim será realizada na data de 27 de novembro de 2017 às 08h30min no Centro de Convivência dos Idosos de Ipumirim situado na Rua sete de setembro nº. 60 – Centro de Ipumirim.

0.2. O processo de escolha será regido por este instrumento, visando o preenchimento das seguintes vagas, sendo que os membros representantes da sociedade civil serão eleitos por seus pares:

0.2.1. 03 (três) representantes de Associação de Moradores;

0.2.2. 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim – CDL.

0.3. As entidades mencionadas no artigo anterior serão cadastradas por categoria, sendo exigidas, no ato do cadastramento:

0.3.1. Cópia autenticada do Estatuto;

0.3.2. Cópia do cadastro geral de contribuinte – CNPJ, que comprove ser a entidade sediada no Município com inscrição há, no mínimo 01 (um) ano;

0.3.3. Assinatura de seu representante legal ou pessoa devidamente habilitada a representá-lo.

0.4. As associações e entidades devem realizar o seu cadastramento até a data de 22 de novembro de 2017, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sito Rua Bento Gonçalves nº. 259 – centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

0.5. Terminado o prazo de inscrição, as associações e entidades que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de relação a ser afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no dia 24.11.2017, a partir das 14h00min.

0.6. Serão eleitas e/ou por consenso unânime na plenária aberta, os candidatos indicados pelas associações e entidades mais votados por categorias, sendo observada a ordem decrescente da quantidade de votos para preenchimento do quadro de suplência.

0.7. Cada candidato poderá representar somente uma categoria.

#### 2 – Do credenciamento dos participantes:

2.1. O credenciamento dos participantes será realizado na data de 27 de novembro de 2017, no horário das 08h10min às 08h25min, no Centro de Convivência dos Idosos de Ipumirim, situado na Rua sete de setembro nº. 60 – Centro de Ipumirim, no momento os participantes deverão apresentar documento de identificação original com foto.

#### 3 – Da plenária aberta:

3.1. A assembléia será realizada no dia 27 de novembro de 2017 às 08h30min no Centro de Convivência dos Idosos de Ipumirim, sob a coordenação da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação e da Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

3.2. Na assembléia elegerão os 03 (três) representantes de Associação de Moradores e 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim – CDL e seus respectivos suplentes de forma democrática através de escolha entre os próprios participantes caso tenha consenso entre todos os participantes das categorias ou por meio de voto secreto.

Ipumirim/SC, 07 de novembro de 2017.

Patricia de Pinho Bonassi  
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

#### ANEXO I FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO

Protocolo nº. \_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### 1. REQUERIMENTO:

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação,

A associação/entidade abaixo qualificada requer a realização de seu cadastro, com vistas a participar do processo de eleição dos representantes da sociedade civil para composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, na categoria de:

( ) Associação de moradores;

( ) Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim- CDL.

Ipumirim/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do Presidente/Responsável Legal da Instituição

#### 2. QUALIFICAÇÃO:

ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, BAIRRO: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

TEL: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

DATA DE FUNDAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PRESIDENTE E/OU RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

NOME DOS DOIS PARTICIPANTES QUE REPRESENTARAM A ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE NA ASSEMBLÉIA A REALIZAR-SE NA DATA DE 27/11/2017:

CARGO OU FUNÇÃO QUE OCUPA NA ENTIDADE:

4. PROTOCOLO DE CADASTRAMENTO (entregar para a entidade)  
ENTIDADE: \_\_\_\_\_NÚMERO DA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA:  
Data de 27 de novembro de 2017 às 08h30min no Centro de Convivência dos Idosos de Ipumirim, situado na Rua sete de setembro, nº. 60 – Centro de Ipumirim.

Ipumirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

**ERRATA 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 010/2017**

Publicação Nº 1421916

O Município de Ipumirim – SC, inscrito no CNPJ 82.814.575/0001-02, com sede na rua D Pedro II, 230, Centro, Ipumirim, SC, CEP 89790-000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Volnei Antônio Schmidt, no uso de suas atribuições legais, torna público a errata do Edital de Processo Seletivo nº 010/2017.

1. O subitem 4.4 a nomenclatura do cargo de Hidrocinesioterapia passa a ter a seguinte redação:

Fisioterapeuta

2. O item 10 em cargos a nomenclatura do cargo de Hidrocinesioterapia passa a ter a seguinte redação:

Fisioterapeuta

3. No subitem 15.1, letra c passa a ter a seguinte redação:

c) de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para os cargos de Auxiliar de creche, Monitor Desportivo, Fisioterapeuta e Zeladora;

4. Corrigir o Anexo I – 2 dos conteúdos para os cargos de serviços técnicos, administrativos e gerais, hidrocinesioterapia passa ter a seguinte redação:

Fisioterapeuta

Ipumirim – SC, 06 de novembro de 2017

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito

**ERRATA 02 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 010/2017**

Publicação Nº 1421935

O Município de Ipumirim – SC, inscrito no CNPJ 82.814.575/0001-02, com sede na rua D Pedro II, 230, Centro, Ipumirim, SC, CEP 89790-000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Volnei Antônio Schmidt, no uso de suas atribuições legais, torna público a errata do Edital de Processo Seletivo nº 010/2017.

1. O subitem 12.1, passa a vigorar com a seguinte alteração:

12.1 Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área da Educação e ou Atuação.

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Mestrado (Educação) (para os cargos de professor e monitor desportivo).	1 (um) ponto - máximo um título
b) Especialização - Pós-Graduação lato sensu (para os cargos de professor e monitor desportivo).	0,75 (zero vírgula setenta e cinco) pontos – máximo um título

c.1) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino. DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 30 de agosto de 2017, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante. (somente para os cargos de professor).

c.2) Declaração de Tempo de Serviço em atividades desportivas com Registro em Carteira Profissional CTPS de Instituição Pública ou Privada na atividade de professor de Educação Física, monitor desportivo ou similar ou Declaração (conforme Anexo II – A do presente Edital). DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 30 de agosto de 2017, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante. (somente para o cargo de monitor desportivo).

g) Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área e/ou disciplina da educação, com carga mínima de 20 horas, no período de 2015, 2016 e 2017, limitando-se à 200 horas no máximo.. (para os cargos de professor, monitor desportivo e auxiliar de creche).

0,05 (zero vírgula zero cinco) de ponto para cada ano de tempo de serviço, sendo que a pontuação máxima a ser atingida é de 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) – até 15 anos.

0,0025 (zero vírgula zero zero vinte e cinco) pontos para cada 20 horas limitando-se à 200 horas no máximo.

2. O subitem 15.1, passa a vigorar com a seguinte alteração:

15.1	A prova objetiva será classificatória e avaliada nas seguintes escala:
	a) de 0 (zero) a 7 (sete) pontos para os cargos de professor e monitor desportivo;
	b) de 0 (zero) a 9 (nove) pontos para o cargo de auxiliar de creche;
	c) de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para os cargos de Fisioterapeuta e Zeladora;

Ipumirim – SC, 08 de novembro de 2017

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2017/FMS**

Publicação Nº 1421890

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2017, Processo de Licitação nº 14/2017, homologado em 19 de outubro de 2017.

Objeto: contratação de empresa para elaboração de projeto executivo relativo ao sistema preventivo contra incêndio e pânico do Hospital São Camilo de Ipumirim.

Valor: R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Assinatura: 20/10/2017 Vigência: 31/12/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: ELETROTECNICA FERRI EIRELI-ME, situada na AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA Nº 1080, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE IRANI-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.387.913/0001-04.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2017/PM

Publicação Nº 1421892

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 81/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2017, Processo de Licitação nº 67/2017, homologado em 16 de outubro de 2017.

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projeto de Engenharia de Pavimentação Asfáltica nas Ruas: "B" e "H" situadas no Bairro Ari Giombelli; Rua Carlos Giombelli e Rua XV de Novembro do Bairro Centro; Rua Scalco do Bairro Scalco; Rua Sol Nascente e Rua Novo Horizonte do Bairro Colina do Sol; Rua Helena Pierina Bonissoni no Loteamento Simon e Rua Dozolina Zanella Tomazoni do Bairro Rua Vila da Alegria, todas perímetro urbano do Município.

Valor: R\$ 14.800,00 (Quatorze Mil Oitocentos Reais)

Assinatura: 17/10/2017 Vigência: 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: DUOMO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, situada na RUA DIOMEDES DAVI, Nº 135- D, BAIRRO UNIVERSITÁRIO, CIDADE DE CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.371.389/0001-13.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2017/PM

Publicação Nº 1421893

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 82/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017, Processo de Licitação nº 66/2017,

homologado em 25 de outubro de 2017.

Objeto: Contratação de serviços para transporte de alunos Universitários e alunos de Cursos Técnicos em nível médio, conforme itinerário identificado no anexo III do edital, para o ano letivo de 2018.

Valor: R\$ 65.110,00 (Sessenta e Cinco Mil Cento e Dez Reais)

Assinatura: 26/10/2017 Vigência: 31/12/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA-ME, situada na RUA BARÃO DO RIO BRANCO Nº 259, Bairro CENTRO, cidade de Lindóia do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.484.311/0001-72.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2017/PM

Publicação Nº 1421895

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 83/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017, Processo de Licitação nº 66/2017, homologado em 25 de outubro de 2017.

Objeto: Contratação de serviços para transporte de alunos Universitários e alunos de Cursos Técnicos em nível médio, conforme itinerário identificado no anexo III do edital, para o ano letivo de 2018.

Valor: R\$ 141.270,00 (Cento e Quarenta e Um Mil Duzentos e Setenta Reais)

Assinatura: 26/10/2017 Vigência: 31/12/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA - ME, situada na RUA 7 DE SETEMBRO, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.333/0001-90.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2017/PM

Publicação Nº 1421896

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 84/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2017, Processo de Licitação nº 72/2017, homologado em 30 de outubro de 2017.

Objeto: Contratação de empresa de Assessoria e Consultoria na liberação, cadastramento e acompanhamento de propostas no programa do Sistema do Governo Federal.

Valor: R\$ 7.980,00 (Sete Mil Novecentos e Oitenta Reais)

Assinatura: 31/10/2017 Vigência: 30/04/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: GPS CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA - ME, situada na RUA DR. MARURI, 1210, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.373.055/0001-96.

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017/PM**

Publicação Nº 1422504

LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DE FEIRAS E EVENTOS COMERCIAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM -SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DE IPUMIRIM - SC, Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de feiras e eventos comerciais, de caráter temporário, somente poderá funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei Complementar e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei Complementar, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

§ 2º Caracteriza-se como evento comercial qualquer acontecimento de especial interesse, como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros, considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pelo Conselho Municipal da Cidade-COMCI.

Art. 2º As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, só poderão ser realizadas nos seguintes espaços:

I - públicos:

- a) Ginásio Municipal de Esportes;
- b) Estádio Municipal.

II - privados: em quaisquer espaços privados, desde que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais Leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º A feira ou evento comercial somente poderá ser realizada por empresa promotora de eventos, devidamente registrada junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, ou em idêntico órgão nos demais Estados da Federação.

§ 2º Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na feira ou evento comercial, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Ipumirim, independente daquela obtida pela empresa promotora da feira ou evento, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei Complementar, sendo vedada a licença à pessoa física.

§ 3º Ficam excluídas da presente Lei Complementar as feiras e mostras de caráter científico, tecnológico e cultural que não efetuem a venda direta ao consumidor final de produtos no espaço de realização da feira.

Art. 3º Para obter a licença de funcionamento e localização, toda unidade comercial, além da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Secretaria de Administração e Finanças, instruído com os seguintes documentos e providências:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

V - certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa, comprovando a regularidade fiscal;

VII - o pagamento da respectiva taxa para a concessão da licença requerida, a qual será no valor de 100 (cem) VRM por dia e por unidade comercial.

VIII - havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma no local o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva;

IX - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto à localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

X - comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 100% (cem por cento) da área edificada, ou sob a modalidade de ocupação do espaço aéreo, mediante a construção de pavimentos destinados às vagas de garagem, com idêntica taxa de ocupação do pavimento térreo, quando realizadas em espaço privado;

- alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros, para cada unidade comercial;

XI - sanitários fixos, sendo, um (1) masculino e um (1) feminino, dentro do local destinado ao público consumidor, para cada 100 (cem) metros quadrados de área do imóvel ocupado pela feira ou

evento, quando realizadas em espaços privados;

XII - alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto à Polícia Militar;

XIII - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

XIV - a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes ao zoneamento, à construção, área mínima de cada "stand", estacionamento, mediante a apresentação de "layout" da feira comercial além de comprovação da higiene do edifício, adequada acústica e à segurança dos equipamentos e máquinas, quando for o caso, e às normas do Código de Proteção contra Incêndios;

XV - comprovantes de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados, mediante listagem a ser fornecida antes do início da feira;

XVI - atestado, firmado por engenheiro civil, de que a instalação da feira ou evento atende às normas do Conselho Regional de Engenharia e de Agronomia de Santa Catarina, com ART ou RRT das estruturas;

XVII - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir;

XIX - comprovante de vistoria expedido pela Vigilância Sanitária do Município;

XX - comprovante de plano de destinação de resíduos, aprovado pelo órgão municipal competente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização;

XXI - croqui do local, com a denominação da localização e disposição dos stands, com reserva de espaço gratuito ao Procon Municipal, nos termos do inciso II do art. 4º da Lei 8.078 - Código de Defesa do Consumidor;

XXII - cada stand deverá disponibilizar ao público um exemplar da Lei 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, em local de visibilidade, nos termos da Lei nº 12.291, bem como a mais completa orientação ao consumidor de como ele poderá exercer seus direitos consumerista, fornecendo endereço da sede da empresa para tal finalidade;

XXIII - deverá, ainda, constar do croqui, a destinação de 10% (dez por cento) dos stands para a destinação às entidades sediadas no município, ligadas às artes, entidades beneficentes, artistas independentes, artesãos e afins;

XXIV - comprovante de comunicação aos órgãos locais da Receita Federal, Secretaria do Estado da Fazenda, Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades representativas de classes econômicas, patronais e de empregados envolvidas, quanto à realização da feira itinerante;

XXV - atestado fornecido por engenheiro civil de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do local de realização da feira atendem às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

Parágrafo único. O valor do pagamento da taxa de que trata o item VII será determinado mediante envio da listagem dos produtos a serem vendidos na feira por parte da empresa promotora à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com pelo menos sessenta (60) dias de antecedência do início da feira.

Art. 4º Cabe ao Setor de Tributação a fiscalização, verificando in loco se os produtos são os mesmos informados na listagem, atendendo a denúncias que envolvam a feira.

Parágrafo único. Caso a Feira apresente outros produtos que não aqueles apresentados na listagem, o Setor de Tributação deverá multar o promotor do evento com o valor de 500 UFRM por item.

Art. 5º Fica proibida a comercialização de produtos piratas ou falsificados em todos os espaços utilizados pelo evento. Caso houver denúncia e os produtos forem encontrados, o Setor de Tributação poderá interditar o local, fechando o evento.

§ 1º Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresas especializadas, exigir-se-á a comprovação do recolhimento de Imposto Sobre Serviços - ISS relativos aos serviços prestados;

§ 2º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento;

§ 3º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria in loco das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

§ 4º O pagamento das mercadorias comercializadas em feiras eventuais ocorrerá no próprio stand da pessoa jurídica expositora, com emissão da respectiva nota fiscal.

Art. 6º Para obter licença de funcionamento a empresa promotora deverá encaminhar requerimento à Secretaria de Administração e Finanças, com os seguintes documentos e providências:

I - cópia autenticada do estatuto social ou contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição do Cadastro Nacional de pessoas jurídicas - CNPJ, do ministério da Fazenda.

IV - certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

Art. 7º Quando forem realizadas feiras ou eventos comerciais em área privada, além das exigências elencadas no art. 3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada com no máximo 15 (quinze) dias da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 8º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, de acordo com o estabelecido pelas entidades representativas de classe.

Art. 9º O funcionamento de feiras e eventos, que não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou realizados em desacordo com

esta Lei Complementar, sujeitará o infrator à imediata interdição do local, apreensão dos bens e pagamento de multa no valor de 1.000,0000 VRM (hum mil Valor de Referência Municipal), ficando impedido para realização de novos eventos pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da constatação da infração.

Art. 10. O disposto nesta Lei Complementar não se aplica aos eventos e feiras:

I – realizadas pelo Poder Público Municipal, bem como aquelas em que a Administração seja apoiador ou parceiro mediante prévia celebração de Termos de Convênio, Acordos ou congêneres, com entidades públicas ou privadas, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento;

II – feiras de artesanato organizadas pelos artesãos, devidamente cadastrados e autorizadas pela Prefeitura Municipal;

III – feiras que tenham natureza exclusivamente filantrópica, sem finalidades lucrativas, realizadas ou providenciadas por entidades assistenciais do Município, instituídas há mais de 02 (dois) anos da data de realização do evento;

IV – que tenham caráter exclusivamente promocional para difusão da arte, da cultura ou das ciências; e

V – sejam promovidas e realizadas por entidades educacionais do ensino regular.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 08 de novembro de 2.017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2017/PM**

Publicação Nº 1422492

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza, higienização e manutenção de climatizadores de ar, com fornecimento de ART destinado aos órgãos da Administração Pública Municipal. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 08/11/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

## Irani

## PREFEITURA

## ADENDO 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017 - FMS

Publicação Nº 1422757

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - FMS  
ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017 - FMS**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que, referente ao Pregão Presencial nº 017/2017-FMS - Processo Licitatório nº 030/2017-FMS, fica alterado o item IV do **Anexo I** do Edital, passando a ter a seguinte redação:

Item	Qde.	Unid.	Especificação	Valor Unit. R\$	Valor Total Máximo R\$
01	02	Und.	<b>VEÍCULO AUTOMOTOR SEDAN ZERO KM</b> Especificações mínimas: <b>Ano:</b> 2017 – Modelo 2018 ou superior. <b>Cor:</b> Branca. <b>Motor/Performance:</b> Motorização 1.5 ou superior; Alimentação injeção multi ponto; Combustível (álcool e gasolina); Potência (cv) mínima: 115.0. <b>Dimensões:</b> Tanque (L) 45.0 ou superior; Porta-malas (L) 450 ou superior; Ocupantes: 5. <b>Mecânica:</b> Câmbio automático; Tração dianteira; Direção hidráulica e/ou elétrica; Suspensão dianteira tipo McPherson, roda tipo independente e molas helicoidal; Suspensão traseira tipo eixo de torção, roda tipo semi-independente e molas helicoidal; Dois freios a disco com dois discos ventilados. <b>Itens de Série:</b> Airbags 2; Conexão externa para entretenimento inclui tomada com entrada auxiliar e inclui conexão USB e Bluetooth; Portas motorista, atrás do motorista, passageiro, atrás do passageiro e abertura à	55.000,00	110.000,00



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE IRANI

		<p>frente + porta malas; Chave ou cartão inteligente manual; Distribuição de Combustível de frenagem EBD; Estepe em ferro normal ou de tamanho reduzido; Rodas dianteiras e traseiras em liga leve 15 ou 16 com 5,5 ou 6,0pol de largura; Vidros elétricos na dianteira e na traseira; Limpador do para-brisa com intermitência fixa ou variável; Vidros verdes; Vidro traseiro fixo com anti-embacante; Retrovisores das portas do motorista e passageiro com ajuste interno ou elétrico na pintado; Retrovisor interno; Ar condicionado; Direção assistida; Volante de direção multifuncional; Banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço e voltado para frente; Bancos dianteiros individuais, com ajustes para motorista, bancos dianteiros individuais, sem ajustes para passageiro, manual e manual; Revestimento dos bancos em tecido; Cintos de segurança traseiros no assento do motorista, cintos de segurança traseiros no assento do passageiro, cintos de segurança traseiros tipo abdominal ou 3-pontos no assento central; Com ajuste na altura nos bancos dianteiros, dois ou três apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; Airbarg dianteiro para motorista e passageiro; Pintura normal; Alarme; Travamento central remoto e sensível à</p>		
--	--	---	--	--

RUA EILIRIO DE GREGORI, 207 – CEP: 89680-000 – IRANI – SC.  
FONE/FAX: (49) 3432-3200 – [prefeitura@irani.sc.gov.br](mailto:prefeitura@irani.sc.gov.br) – CNPJ: 82.939.455/0001-31



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE IRANI

		<p>velocidade;</p> <p>Pneus: dianteiros, traseiros com baixa resistência de rolamento;</p> <p>Faróis de neblina dianteiros;</p> <p>Faróis de superfície complexa, lâmpada halógena e halógeno;</p> <p>Computador de bordo com velocidade média, consumo médio de combustível, consumo instantâneo de combustível e autonomia de combustível;</p> <p>Conta-giros;</p> <p>Um ou dois hodômetros parciais;</p> <p>Painel instrumentos analogue &amp; digital;</p> <p>Tração dianteira;</p> <p>Capacidade de carga: banco traseiro normal – até altura dos vidros (litros): 450 (no mínimo);</p> <p>Espelho cortesia para motorista e passageiro;</p> <p>Luz de leitura dianteira;</p> <p>Para-choques dianteiros e traseiros;</p> <p>ABS;</p> <p>Dois freios a disco com dois discos ventilados;</p> <p>Tomada com saída 12v dianteira;</p> <p>Equipamento de som AM/FM com CD no painel CD Player com leitor MP3;</p> <p>Quatro ou seis alto-falantes;</p> <p>Cinco assentos com configuração 2+3;</p> <p>Carroceria com quatro portas tipo sedan entre eixos;</p> <p>Garantia Motor e Câmbio – OEM 36, ilimitada e ilimitada.</p> <p>Garantia total do veículo – OEM 36, ilimitada e ilimitada.</p>		
--	--	--	--	--

Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o prazo de recebimento (protocolização) dos **Envelopes nº 01 – Proposta Comercial** e dos **Envelopes nº 02 - Documentação** dos interessados, continua para o dia **16 de novembro de 2017**, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das **9h00min**, tendo em vista que a alteração não afeta a formulação das propostas, apenas esclarece questionamentos em relação ao objeto.

RUA EILIRIO DE GREGORI, 207 – CEP: 89680-000 – IRANI – SC.  
FONE/FAX: (49) 3432-3200 – [prefeitura@irani.sc.gov.br](mailto:prefeitura@irani.sc.gov.br) – CNPJ: 82.939.455/0001-31



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE IRANI**

---

Permanecem inalterados os demais itens do Edital.

Irani, SC, 08 de novembro de 2017.

**ELICIANI APARECIDA KADES**  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

---

RUA EILIRIO DE GREGORI, 207 – CEP: 89680-000 – IRANI – SC.  
FONE/FAX: (49) 3432-3200 – [prefeitura@irani.sc.gov.br](mailto:prefeitura@irani.sc.gov.br) – CNPJ: 82.939.455/0001-31

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017 HMBJ

Publicação Nº 1422284

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 07/2017, Pregão Presencial nº 04/2017, " CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES ALIMENTAÇÃO EM FORMA DE CARTÃO MAGNÉTICO/ ELETRÔNICO COM OU SEM CHIP DE SEGURANÇA DOTADOS DE SISTEMA CONTRA CLONAGEM E FRAUDES.", a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sra. Andressa Bendlin, Sr. Reinaldo Stasiak; Sra. Marcia Maria Kerscher; Sra. Maria Laura Binder Lima; Sra. Cristiane Kruger e Sr. Lucio Flávio Lima, designados pela Portaria nº 298/2017.

Aberta a Sessão Pública, a Comissão de licitação, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ATA NEGATIVA, encaminhando o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 3310/2017

Publicação Nº 1422577

Decreto nº 3.310/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 7.057,00 (sete mil e cinquenta e sete reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00.0260 (33)	Aplicações Diretas	R\$ 7.057,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica parcialmente anulada as dotação a seguir especificada:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
4.4.90.00.00.00.00.00.0260 (38)	Aplicações Diretas	R\$ 7.057,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3312/2017

Publicação Nº 1422583

Decreto nº 3.312/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.953 de 30 de Outubro de 2017,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas a dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 838.000,00 (Oitocentos e trinta e oito mil reais).

02 – GABINETE DO PREFEITO		
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (1)	Aplicações Diretas	R\$ 195.000,00
03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria da Administração		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (5)	Aplicações Diretas	R\$ 177.000,00
04 – SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 – Manutenção da Secretaria da Fazenda		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (25)	Aplicações Diretas	R\$ 77.000,00
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (100)	Aplicações Diretas	R\$ 53.000,00
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (125)	Aplicações Diretas	R\$ 135.000,00
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (139)	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0100 (149)	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 – Manutenção do Conselho Tutelar Municipal		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (151)	Aplicações Diretas	R\$ 62.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (152)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
2.020 – Manutenção dos Programas de Assistência Social		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (155)	Aplicações Diretas	R\$ 41.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior,

ficam anuladas a dotações a seguir especificadas:

<b>03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO</b>		
2.003 – Manutenção da Convênios e Defesa Civil		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (19)	Aplicações Diretas	7.000,00
<b>07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA</b>		
1.004 – Atendimento a Programas de Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.0256 (99)	Aplicações Diretas	R\$ 170.000,00
2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.0255 (107)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0256 (108)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
<b>08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO</b>		
1.005 – Incentivo a Indústria		
4.5.90.00.00.00.00.0256 (112)	Aplicações Diretas	R\$ 46.000,00
<b>09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA</b>		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovias e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0255 (123)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0256 (124)	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
1.007 – Construção de Pontes, Galerias e Obras de Drenagem		
4.4.90.00.00.00.00.0255 (137)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0256 (138)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.3.90.00.00.00.00.0255 (128)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0255 (133)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
<b>12 – FUNREBOM</b>		
2.026 – Manutenção do Funrebom		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (188)	Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (189)	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
<b>13 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>		
1.009 – Construção de Casas Populares		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (190)	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 (193)	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
4.5.90.00.00.00.00.0256 (197)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 3313/2017

Publicação Nº 1422590

Decreto nº 3.313/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), conforme discriminação seguinte:

<b>05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO</b>		
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos		
3.1.90.00.00.00.00.0194 (218)	Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica parcialmente anulada a dotação a seguir especificada:

<b>05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO</b>		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.0194 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 3316/2017

Publicação Nº 1422593

Decreto nº 3.316/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 9.689,00 (nove mil seiscentos e oitenta e nove reais), conforme discriminação seguinte:

<b>02 – FUNREBOM</b>		
2.026 – Manutenção do Funrebom		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (188)	Aplicações Diretas	R\$ 9.689,00

Art. 3º - Por conta das suplementações previstas nos artigos anteriores, fica parcialmente anulada a dotação a seguir especificada:

02 – FUNREBOM		
2.026 – Manutenção do Funrebom		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (189)	Aplicações Diretas	R\$1.200,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (187)	Aplicações Diretas	R\$1.289,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (183)	Aplicações Diretas	R\$7.200,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 31 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 3319/2017

Publicação Nº 1421802

Decreto nº 3.319/2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 58.000,00 (Cinqüenta e oito mil reais), conforme discriminações seguintes:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.033 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00.00.00.00.0219 (20)	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.056 – MAC – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00.00.00.00.0215 (67)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Para dar face aos créditos suplementares acima citados serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nas fontes de recursos 219 – Recursos Assistência Farmacêutica e 215 – MAC– Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de novembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## LEI 1953-2017

Publicação Nº 1422562

Lei nº 1.953/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam suplementadas a dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 838.000,00 (Oitocentos e trinta e oito mil reais).

02 – GABINETE DO PREFEITO		
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (1)	Aplicações Diretas	R\$ 195.000,00
03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria da Administração		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (5)	Aplicações Diretas	R\$ 177.000,00
04 – SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 – Manutenção da Secretaria da Fazenda		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (25)	Aplicações Diretas	R\$ 77.000,00
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (100)	Aplicações Diretas	R\$ 53.000,00
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (125)	Aplicações Diretas	R\$ 135.000,00
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (139)	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0100 (149)	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 – Manutenção do Conselho Tutelar Municipal		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (151)	Aplicações Diretas	R\$ 62.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (152)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
2.020 – Manutenção dos Programas de Assistência Social		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (155)	Aplicações Diretas	R\$ 41.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas a dotações a seguir especificadas:

03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.003 – Manutenção da Convênios e Defesa Civil		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (19)	Aplicações Diretas	7.000,00
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
1.004 – Atendimento a Programas de Agricultura		

4.4.90.00.00.00.00.00.0256 (99)	Aplicações Diretas	R\$ 170.000,00
2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0255 (107)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0256 (108)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
1.005 – Incentivo a Indústria		
4.5.90.00.00.00.00.00.0256 (112)	Aplicações Diretas	R\$ 46.000,00
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovias e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.00.0255 (123)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0256 (124)	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
1.007 – Construção de Pontes, Galerias e Obras de Drenagem		
4.4.90.00.00.00.00.00.0255 (137)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0256 (138)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.3.90.00.00.00.00.00.0255 (128)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0255 (133)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
12 – FUNREBOM		
2.026 – Manutenção do Funrebom		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (188)	Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (189)	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
13 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		

1.009 – Construção de Casas Populares		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (190)	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (193)	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00.0256 (197)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de Outubro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017 - PM

Publicação Nº 1422231

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 50/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2017

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de novembro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO DE 2018, PERFAZENDO UM TOTAL DE 1.157,57 QUILOMETROS DIÁRIOS, TOTALIZANDO 231.514 QUILOMETROS PARA OS 200 DIAS LETIVOS NO EXERCÍCIO DE 2018". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 08 de novembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1422482

#### EDITAL

A COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, designa Audiência Pública, a realizar-se-á no dia 21/11/2017 às 17:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores, para a discussão do Projeto de Lei n.º 037-2017 que "ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESAS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Irineópolis-SC, 07 de novembro de 2017.  
EDSON MARCOS CHAVES  
Presidente

# Itapema

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 008/2017

Publicação Nº 1422278

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
EXTRATO DE CONTRATO  
008/2017

PROCESSO: 017/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente a Contratação de instituição prestadora de serviços de acolhimento para idosos, para atender a demanda judiciária que determinou o acolhimento de um idoso, Sr. ROLF STROBEL

DO PRAZO: 06/04/2017 à 31/12/2017

DO VALOR: R\$ 34.020,00 (trinta e quatro mil e vinte reais)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA EPP

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2017

Itapema, 06 de abril de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

### LEI Nº 3.693, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017 - ART. 1º O ANEXO DE METAS DO PPA 2014-2017, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.231-2013, REFERENTE AO PROGRAMA 0002

Publicação Nº 1422766

Lei nº 3.693, de 08 de novembro de 2017

Altera os anexos da Lei nº 3231, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Município de Itapema para o período de 2014 a 2017; da Lei nº 3595, de 26 de outubro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a Lei Orçamentária de 2017; e autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no orçamento geral do Município.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### LEI

Art. 1º O Anexo de Metas do PPA 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 3.231/2013, referente ao Programa 0002 - Administração Inteligente, fica acrescido da Ação nº 1.055 - PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para 2017, aprovado pela Lei Municipal nº 3.595/2016, referente ao Programa Nº 0002 - Administração Inteligente, fica acrescido da Ação nº 1.055 - PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a abrir crédito adicional especial até o limite de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), destinado a criar as seguintes dotações no orçamento municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
25.02	Secretaria Municipal de Finanças	06.181.0007.2.012	PMAT – Programa de Modernização da Adm. Tributária	1.083 1.000	4.4.90.00 4.4.90.00	2.000.000,00 200.000,00
TOTAL						2.200.000,00

Art. 4º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

I) operações de crédito, em conformidade com o artigo 43, §1º, Inciso IV da Lei nº 4.320/64, na importância de R\$ 2.000.000,00 (um milhão seiscientos e cinquenta mil reais); e

II) com recursos da anulação parcial da dotação abaixo descrita pertencente ao orçamento municipal vigente, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Anulação
--------------	---------------------------	------------------------	------------------------	----------------	----------------------	----------

25.02	Secretaria Municipal de Finanças		Manutenção dos Serviços Administrativos	1.000	3.3.90.00	200.000,00
TOTAL						2.200.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 08 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

**LEI Nº 3.694, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITAPEMA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO DO BOI DE MAMÃO DO SÃO PAULINHO DE ITAPEMA**

Publicação Nº 1422767

Lei nº 3.694, de 08 de novembro de 2017.

Autoriza o Município de Itapema a conceder subvenção social a Associação do Boi de Mamão do São Paulinho de Itapema – Grupo Raiz da Terra e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**LEI**

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social no valor de três mil reais (R\$ 3.000,00) a Associação do Boi de Mamão do São Paulinho de Itapema – Grupo "Raiz da Terra", CNPJ n. 10.799.800/0001-78, para que a associação possa participar da 24ª Festa do AÇOR, que ocorrerá na Cidade de Palhoça - SC.

Art. 2º A subvencionada deverá apresentar relatório simplificado, até o dia 31 de dezembro de 2017, prestando contas dos valores recebidos, juntando notas fiscais ou qualquer documento idôneo que comprove o correto uso do dinheiro público.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de seguinte dotação orçamentária: órgão 28- Sec. Turismo, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico - Unidade 05 – Proj/Ativ. 2.086 – 323.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 08 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.107.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA A PRÁTICA DE SURF A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.**

Publicação Nº 1422714

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.107.2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição de equipamentos e acessórios para a prática de Surf a fim de atender às necessidades

da Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº. 04.107.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 23(vinte e três) de novembro de 2017

Abertura do Pregão: 23(vinte e três) de novembro de 2017, às 14:01(catorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.107.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 08 de novembro de 2017.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

**PROCESSO 98.2017 - CONTRATO 048.2017 - 1º ADITIVO - RINOV**

Publicação Nº 1421812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
CONTRATO 048/2017 - 1º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reconstrução de superestrutura da ponte sobre o rio Bela Cruz, Bairro Centro, no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: RINOVI CONSTRUTORA EIRELI ME

DO VALOR: R\$ 32.105,15 (trinta e dois mil cento e cinco reais e quinze centavos)

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2017

Itapema, 31 de outubro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2017

Publicação Nº 1422642

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 211/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA ÔNIBUS ESCOLAR E VEÍCULOS DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Por item.

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 22/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 08 de novembro de 2017.

Nelson Klein  
Secretário de Educação Cultura e Desporto

### AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 206/2017

Publicação Nº 1422612

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE REVOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 206/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A DECO-RAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DA SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL IMIGRANTES PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA NATALINA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS DE ITAPIRANGA.

FICA REVOGADO O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, EM CONFORMIDADE COM O ITEM 17.6, ALÍNEA "B", DO EDITAL CONVOCATÓRIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DO OBJETO, PARA QUE OS SERVIÇOS CONTRATADOS ATENDAM DA MELHOR FORMA AO INTERESSE DO MUNICÍPIO.

ITAPIRANGA, SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

JORGE WELTER  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 269/2017

Publicação Nº 1422501

Portaria nº 269 de 6 de novembro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Marilice Welter Henn

matrícula nº 6343/01, para substituir o auxílio doença do Contador Renato Schlickmann matrícula nº 6214/01, no período 31/10/2017 até 7/11/2017.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 31/10/2017.

Itapiranga-SC, 6 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 270/2017

Publicação Nº 1422503

Portaria nº 270 de 6 de novembro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Eliana Simon, matrícula nº 14176/02 para substituir Marilice Welter Henn, ocupante do cargo de Tesoureiro, que está substituindo o auxílio doença do Contador Renato Schlickmann, no período 31/10/2017 até 7/11/2017. Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 31/10/2017.

Itapiranga-SC, 6 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES DA DISPENSA N° 159/2017

Publicação N° 1421820

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 159/2017 Fornecedor: 140951 - CRO ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA. - ME			Licitação: 159/2017 - DL			Data da Homologação: 25/08/2017			
1	80168	TANQUE SEPTICO EM CONCRETO COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 2.137 LITROS	UND	UND	2,000	0,0000	1.370,0000	2.740,00	Venceu
Total do Fornecedor					2,000			2.740,00	

Itapiranga, 22 de Setembro de 2017.

## QUADRO DE VENCEDORES DA INEXIGIBILIDADE N° 158/2017

Publicação N° 1421819

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 158/2017      Licitação: 158/2017 - IL      Data da Homologação: 23/08/2017 Fornecedor: 141761 - PARANA EQUIPAMENTOS S.A.									
1	80150	FILTRO DO COMBUSTIVEL (DIESEL) PRIMARIO		UND	1,000	0,0000	173,3700	173,37	Venceu
2	80152	MOTONIVELADORA 120 K		UND	1,000	0,0000	212,5300	212,53	Venceu
3	80153	FILTRO DE COMBUSTIVEL (DIESEL) SECUNDARIO		UND	1,000	0,0000	106,2500	106,25	Venceu
4	80165	MOTONIVELADORA 120K		UND	1,000	0,0000	211,5600	211,56	Venceu
5	80154	FILTRO DO OLEO LUBRIFICANTE (MOTOR)		UND	1,000	0,0000	229,4500	229,45	Venceu
6	80155	FILTRO DO AR CONDICIONADO		UND	1,000	0,0000	507,0800	507,08	Venceu
7	80156	ELEMENTO FILTRANTE DO SISTEMA HIDRAULICO		UND	1,000	0,0000	380,6500	380,65	Venceu
8	80157	MOTONIVELADORA 120 K		UND	1,000	0,0000	1,505,7700	1,505,77	Venceu
9	80158	MANDIBULA (RIPPER - GARFO DO		UND	1,000	0,0000	139,9400	139,94	Venceu
10	80159	ESCARIFICADOR) MOTONIVELADORA 120 K		UND	1,000	0,0000	169,3600	169,36	Venceu
11	80160	FILTRO DO OLEO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO		UND	1,000	0,0000	135,8500	135,85	Venceu
12	80161	MESMO 1194740 RETROESCAVADEIRA 416E		UND	1,000	0,0000	337,8500	337,85	Venceu
13	80162	ELEMENTO FILTRANTE DO COMBUSTIVEL		UND	1,000	0,0000	205,4600	205,46	Venceu
14	80163	(DIESEL) PRIMARIO RETROESCAVADEIRA 416E		UND	1,000	0,0000	2,211,1000	2,211,10	Venceu
		ELEMENTO FILTRANTE DO COMBUSTIVEL							
		(DIESEL) SECUNDARIO RETROESCAVADEIRA 416E							
		ELEMENTO FILTRANTE DO AR DO MOTOR -							
		PRIMARIO RETROESCAVADEIRA 416E							
		ELEMENTO FILTRANTE DO AR DO MOTOR -							
		SECUNDARIO RETROESCAVADEIRA 416E							
		GARFO DA 1ª E 2ª MARCHA RETROESCAVADEIRA 416E							

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 158/2017			Licitação: 158/2017 - IL			Data da Homologação: 23/08/2017			
Fornecedor: 141761 - PARANA EQUIPAMENTOS S.A.									
15	80164	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL RETROESCAVADEIRA 416E		UND	1,000	0,0000	237,6200	237,62	Vencou
					15,000			6.763,84	
					Total do Fornecedor ---->				

Itapiranga, 9 de Outubro de 2017.

## QUADRO DE VENCEDORES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 170/2017

Publicação Nº 1421821

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Uh. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 170/2017      Licitação: 170/2017 - TP  Fornecedor: 144578 - F P ENGENHARIA ELETRICA EIRELI - ME      Data da Homologação: 05/10/2017</p>									
1	80378	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PROJETOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA A ELABORAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS SEGUINTES LOCAIS: CENTRO COMUNITÁRIO DE LINHA SÃO LUDGERO; ACESSO AO LOTEAMENTO BARDEN - LINHA SANTA FÉ ALTO; ACESSO A ESCOLA MUNICIPAL NA COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO; CENTRO COMUNITÁRIO DA LINHA MARIA GORETTI E PARTE DA RUA PROVÍNCIA - BAIRRO RAINHA DA PAZ. OS SERVIÇOS CONTEMPLAM A ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, GRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, ART DE PROJETO E APROVAÇÃO JUNTO A CONCESSIONÁRIA (CELESC).	UND		5,000	0,0000	1.500,0000	7.500,00	Vencou
2	80379	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AFERIÇÃO E MENSURAÇÃO DE RESISTÊNCIA ÔHMICA DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS EM EDIFICAÇÕES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO. A SEREM SOLICITADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE.	UND		8,000	0,0000	600,0000	4.800,00	Vencou

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 170/2017		Licitação: 170/2017 - TP		Data da Homologação: 05/10/2017					
Fornecedor: 144578 - F P ENGENHARIA ELETRICA EIRELI - ME									
3	80380	EXECUÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS (DE CONDUTIBILIDADE E RESISTÊNCIA ÔHMICA) E PROTEJO DE REGULARIZAÇÃO DE SISTEMA PREVENTIVO CONTRA DESCARGAS ATMOSFERICAS, JA EXECUTADO NA EDIFICAÇÃO QUADRA COBERTA FUNELI, DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, ART DE PROJETO.		UND	1,000	0,0000	1.820,0000	1.820,00	Venceu
Total do Fornecedor					14,000			14,120,00	

Itapiranga, 9 de Outubro de 2017.

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 168/2017

Publicação Nº 1421737

Página: 1/20

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Fornecedor: 61956</b> <b>- JAIME LUIZ FONTANA - ME</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b>									
9	80355	CAVALETE DE SINALIZAÇÃO DOBRÁVEL, PARA PISO ESCORREGADIO, COM IMPRESSÃO DE AMBOS OS LADOS. PRODUZIDO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA. COR PREDOMINANTE: AMARELO. DIMENSÃO: 63X30X4CM	NOBRE	UND	40,000	0,0000	27,8000	1.112,00	Vencou
13	80209	TELA TAPUME, FABRICADA COM POLIETILENO, FORNECIDA NA COR LARANJA E BRANCA. DIMENSÕES DE 50,00 X 1,20 M.	ALMA TEXTIL	RL	20,000	0,0000	72,0000	1.440,00	Vencou
15	80210	CONE DE SINALIZAÇÃO: 50 CM DE ALTURA; COM REFLETIVO. CORES: AMARELO E BRANCO.	PLASTICOR	UND	50,000	0,0000	11,7000	585,00	Vencou
21	80216	BOTA IMPERMEÁVEL EM PU, SOLADO RESISTENTE, COM POLAINA E BIQU	BRACOL	PAR	50,000	0,0000	97,9000	4.895,00	Vencou
22	80217	BOTA EM EVA, CANO LONGO, BACTERICIDA, SOLADO ANTI DERRAPANTE RESISTENTE A ESCORREGAMENTOS EM PISOS LISOS E MOLHADOS COM APLICAÇÃO DE DETERGENTES COM BIQUEIRA DE COMPOSITE. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ESCORRIANTES, ESCORREGAMENTO E AGENTES BIOLÓGICOS; DISPONIBILIDADE DE CORES: BRANCO OU PRETO.	SOFT WORKS	PAR	40,000	0,0000	67,9000	2.716,00	Vencou
27	80222	BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA INTEGRAL ESTAMPA RELAX COM CANO LONGO EM RASPA, MODELO INTEIRO. POSSUI PALMILHA RELAX COM CANO LONGO EM RASPA, MODELO INTEIRO. POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL EM EVA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIOS E BIQUEIRA DE COMPOSITE. INDICADA PARA SERVIÇOS FLORESTAIS QUE OFERECAM RISCOS DE NATUREZA MÉDIA, OFERECENDO PROTEÇÃO NA REGIÃO DAS PERNAS CONTRA CORTES E PERFUROS E GARANTINDO SEGURANÇA ÀS PERNAS, TORNOSSELOS E PÉS DO USUÁRIO.	CONFORTO	PAR	20,000	0,0000	103,0000	2.060,00	Vencou
29	80224	BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA INTEGRAL ESTAMPA RELAX COM CANO LONGO. POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL EM EVA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIOS E BIQUEIRA DE COMPOSITE. INDICADA PARA SERVIÇOS DE SOLDADOR QUE OFERECAM RISCOS DE NATUREZA MÉDIA, OFERECENDO MAIOR PROTEÇÃO CONTRA RESPIGOS NA REGIÃO DAS PERNAS E GARANTINDO CONFORTO E SEGURANÇA ÀS PERNAS, TORNOSSELOS E PÉS DO USUÁRIO.	CONFORTO	PAR	20,000	0,0000	81,0000	1.620,00	Vencou

Página: 220

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 168/2017</b>      <b>Licitação: 168/2017 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b>  <b>Fornecedor: 61956 - JAIME LUIZ FONTANA - ME</b></p>									
32	80227	BOTINA DE COURO COM FECHAMENTO EM VELCRO COM ACOCHOAMENTO NO CANO E NA LINGUA, LINGUETA 100% FOLE, SISTEMA CALÇEDISCAL CE RÁPIDO, FECHAMENTO QUE IMPEDE A ENTRADA DE RESÍDUOS E DETRITOS, PRÓPRIA PARA TRABALHOS DE ESCARFAGEM EM ALTÍSSIMAS TEMPERATURAS, CONFECIONADA EM VAQUETA RELAX PRETA. FORRO DA GASPEA EM NÃO TECIDO. CONTRAFORTE COM MATERIAL TERMICOFORMADO, TOTALMENTE RECOBERTO EM COURO. PALMILHA DE MONTAGEM EM COURO COSTURADA NO SISTEMA STROBEL. A PALMILHA HIGIÊNICA É ANTIBACTERIANA E REMOVÍVEL. SOLADO BORRACHA BIDENSIDADE (BORRACHA/BORRACHA), ESPECÍFICO PARA TRABALHOS EM ALTAS TEMPERATURAS (PROPORCIONANDO CONFORTO TÉRMICO AO USUÁRIO); ANTIDERRAPANTE; INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL. POSSUI GARRAS ADERENTES, BARRA ANTITORÇÃO VENEZIANAS ADERENTES, SISTEMA DE DRENAGEM, SISTEMA FULL IMPACT. E SISTEMA ANTIQUEADA. BIQUEIRA DE COMPOSITE E PALMILHA ANTIPERFURO EM ARAMIDA.	CONFORTO	PAR	10,000	0,0000	110,0000	1.100,00	Venceu
33	80228	BOTINA DE SEGURANÇA CONFECIONADA EM COURO VAQUETA INTEGRAL ESTAMPA RELAX, COM ELÁSTICO NAS LATERAIS, PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL ANTIPERFURO EM ARAMIDA. SOLA PU BIDENSIDADE ANTIDERRAPANTE. PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E CHOQUE ELÉTRICO (ATÉ 500V). DISPONÍVEL NAS CORES: PRETO OU CINZA.	CONFORTO	PAR	260,000	0,0000	48,5000	12.610,00	Venceu
36	80231	CARTÃO DE TRAVAMENTO, FUNDO ZEBRADO (BRANCO E VERMELHO), PRODUZIDO EM POLIESTER. EM ACORDO COM A NR 10 E COM A NBR 5410. DIMENSÕES MÍNIMAS 7,7CM X 14,6CM.	ANTI CHAMA	UND	50,000	0,0000	3,4000	170,00	Venceu
37	80232	CARTÃO DE TRAVAMENTO, "NÃO OPERE", FUNDO ZEBRADO (BRANCO E VERMELHO), PRODUZIDO EM POLÍMERO, RESISTENTE A INTemperies, GRAXA E ÓLEO. DIMENSÕES MÍNIMAS 7,7CM X 14,6CM.	ANTI CHAMA	UND	50,000	0,0000	3,5000	175,00	Venceu

Página: 3/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 168/2017 Licitação: 168/2017 - PR Data da Homologação: 22/09/2017  
 Fornecedor: 61956 - JAIME LUIZ FONTANA - ME

42	80237	CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B, SEM ABA, PARA TRABALHO EM ALTURA, JUGULAR DE TRÊS PONTOS, DISPONÍVEL NAS CORES: AMARELO, AZUL, BRANCO, LARANJA, VERDE OU VERMELHO. CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B COM ABA FRONTAL E JUGULAR, DISPONÍVEL NAS CORES: AZUL, BRANCO OU CINZA.	LIBUS	UND	10,000	0,0000	33,9900	339,90	Venceu
43	80238	CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B COM ABA FRONTAL E JUGULAR, DISPONÍVEL NAS CORES: AZUL, BRANCO OU CINZA.	PLASTICOR	UND	120,000	0,0000	8,9000	1,068,00	Venceu
44	80239	ABAFADOR (PROTECTOR AURICULAR CONCHA) PARA CAPACETE DE SEGURANÇA, ATENUAÇÃO DE NO	AGENA	UND	30,000	0,0000	32,5000	975,00	Venceu
45	80240	MINIMO 22 DB. KIT DE HIGIENIZAÇÃO PARA ABAFADOR, UTILIZADO CONJUGADO COM CAPACETE E DE NO MINIMO 22 DB DE ATENUAÇÃO DE RUÍDO.	3M	UND	30,000	0,0000	23,1000	693,00	Venceu
52	80245	PONTOS DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA 5 PONTOS PARA TRABALHO EM ALTURA. CONFECÇÃO EM MATERIAL RETARDANTE A CHAMA; ARGOLAS DIELETRICAS; 03 FIVELAS DE ENGATE RÁPIDO; NAS PERNAS E NA CINTURA; 05 FIVELAS DUPLAS PARA AJUSTE NAS PERNAS, CINTURA E OMBRO; MINIMO 04 LACOS FRONTAIS PARA ANCORAGEM; AJUSTE PEITORAL; PORTA FERRAMENTAS; ALMOFADA PARA PROTEÇÃO LOMBAR; ALMOFADA PARA PROTEÇÃO DAS PERNAS.	MG	UND	5,000	0,0000	298,0000	1,490,00	Venceu
69	80262	MOSQUETÃO MODELO OVAL, POLIDO, CONFECIONADO EM ALUMÍNIO, COM TRAVA TIPO ROSCA. CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 24KN.	CARBOGRAFIT	UND	5,000	0,0000	32,8000	164,00	Venceu
75	77696	LUVA CONFECIONADA EM FIOS DE ALGODÃO REVESTIDA COM LATEX NITRILICO E GRÂNULOS DE CERÂMICA ANTIDERRAPANTES NA PALMA E DORSO; RESISTÊNCIA QUÍMICA: CLASSE A - TIPO 2; AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B: DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACOS E SIMILARES; CLASSE C - TIPO1: HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS; TIPO 2: HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS; TIPO 3: ALCOÓIS; TIPO 4: ÉTERES; TIPO 5: CETONAS; TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS.	PROMAT	PAR	40,000	0,0000	21,9000	876,00	Venceu

Página: 4/20

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR      Data da Homologação: 22/09/2017</p> <p>Fornecedor: 61956      - JAIME LUIZ FONTANA - ME</p>									
79	80267	LUIVA DE LATEX DESCARTAVEL INDICADA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS, TAIS COMO: CLASSE B (DETERGENTES, SABOES AMONÍACOS E SIMILARES), CLASSE C - TIPO 3 (ALCOÓIS), TIPO 4 (ÉTERES, TIPO 5 (GETONAS) E TIPO 6 (ÁCIDOS ORGÂNICOS).	TALGE	PAR	200,000	0,0000	9,5000	1,900,00	Venceu
<p>LUIVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FIOS DE POLIAMIDA, REVESTIDA COM LATEX NATURAL, ACABAMENTO ÁSPERO, ESPESSURA DE 1,40 MM E COMPRIMENTO DE 31 CM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES, PEQUENAS CHAVAS, CALOR DE CONTATO E METAIS FUNDIDOS; E AGENTES QUÍMICOS TAIS COMO: CLASSE A - TIPO 2: AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B: SABOES, DETERGENTES, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C - TIPO 3: ALCOÓIS; TIPO 4: ÉTERES E TIPO 5.</p>									
87	80272	LUIVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SEM REVESTIMENTO INTERNO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR E PONTAS DOS DEDOS. PROPORCIONADO PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES QUÍMICOS COMO: CLASSE B (DETERGENTES, SABOES, AMONÍACO E SIMILARES) E CLASSE C (TIPO 3: ALCOÓIS, TIPO 4: ÉTERES, TIPO 5: GETONAS, TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS, DISPONIBILIDADE DE COR PRETA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	NOBRE	CX	50,000	0,0000	16,9000	845,00	Venceu
<p>LUIVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MALHA DE SUEDE DE ALGODÃO, REVESTIMENTO NA PALMA, DORSO E DEDOS EM BORRACHA NITRILICA, PUNHO EM LONA DE ALGODÃO.</p>									
88	80273	PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES, PERFURANTES E CONTRA AGENTES QUÍMICOS, TAIS COMO CLASSE B - DETERGENTES, SABOES, AMONÍACO E SIMILARES E CLASSE C - TIPO 1: HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, TIPO 2: HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, TIPO 3: ALCOÓIS, TIPO 4: ÉTERES, TIPO 5: GETONAS, TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS, TIPO 8: ÉTERES.	SUPERMAX	PAR	80,000	0,0000	2,0000	160,00	Venceu
93	80277		PROMAT	PAR	200,000	0,0000	31,5000	6,300,00	Venceu

Página: 5/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR Fornecedor: 61956 - JAIME LUIZ FONTANA - ME      Data da Homologação: 22/09/2017									
95	80279	LUA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NAILON; REVESTIMENTO TOTAL EM BORRACHA NITRILICA; INTERIOR COM ISOLAMENTO TERMICO EM POLIESTER FELPUDO. FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO.	KALIPSO	PAR	5,000	0,0000	28,4000	142,00	Venceu
97	80281	LUA RESISTENTE CONTRA IMPACTOS RECEBIDOS NO DORSO DAS MÃOS, COM NIVEL MINIMO DE DESEMPENHO: 4442. LUA DE SEGURANÇA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE RECOBERTA NA PALMA E NOS DEDOS COM COURO SINTETICO, PROTETORES CONTRA IMPACTO EM TPU NA FACE DORSAL (METACARPOS) E NA FACE DORSAL DOS DEDOS (FALANGES), FECHAMENTO DO PUNHO COM VELCRO.	PROMAT	PAR	5,000	0,0000	82,9000	414,50	Venceu
101	80284	LUA TRICOTADA PIGMENTADA 4 FIOS, EM ARAMIDA.	YELING	PAR	180,000	0,0000	2,6900	484,20	Venceu
106	80288	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE SEGURANÇA, PARA DOIS CARTUCHOS, TIPO SEMI-FACIAL, CONFECCIONADO EM SILICONE, COM BORDA INTERNA.	CARBOGRAFITE	UND	25,000	0,0000	37,5000	937,50	Venceu
113	80295	OS FILTROS QUÍMICOS COMBINADOS P3 UTILIZADO EM CONJUNTO COM AS MÁSCARAS SEMIFACIAIS DA SPERIAN BY HONEYWELL, SÃO DESTINADOS A PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA VÁRIOS TIPOS DE CONTAMINANTES, SENDO ESTES SEGMENTADOS PARA DETERMINADAS SITUAÇÕES COMO: AMBIENTES COM VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA, METILAMINA, MERCÚRIO, GLORO E MULTICONTAMINANTES, ALÉM DA PROTEÇÃO QUÍMICA, ESTE FILTRO OFERECHE, AINDA, PROTEÇÃO MECÂNICA DAS VIAS RESPIRATÓRIAS, AUXILIAM NA PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS SUSPENSAS COMO POEIRAS, NEVOAS E FUMOS.	HONEYWELL	UND	30,000	0,0000	58,5000	1,755,00	Venceu
114	80296	FILTRO QUÍMICO GASES ÁCIDOS DE C12/HCL/SO2/FORMALDEÍDO-HONEYWELL, COMPATÍVEL COM AS MÁSCARAS SEMIFACIAIS VALUAIR PLUS, PREMIER, PREMIER PLUS E FACIAL INTEIRA OPTI-FIT.	HONEYWELL	UND	14,000	0,0000	37,5000	525,00	Venceu
117	80299	PELÍCULA DE PROTEÇÃO DALENTE; RESPIRADOR SURVIVAIR OPTI-FIT - HONEYWELL.	HONEYWELL	UND	30,000	0,0000	4,8900	146,70	Venceu
125	80306	MÁSCARA DE PROTEÇÃO VISUAL E FACIAL DOS RAIOS ULTRAVIOLETA E INFRAVERMELHO DO ARCO ELÉTRICO. COM VISOR ARTICULADO; CARNEIRA COM CATRACA.	VICSA	UND	4,000	0,0000	440,0000	1,760,00	Venceu

Página: 6/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Fornecedor: 61956 - JAIME LUIZ FONTANA - ME</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b>									
128	80309	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO DE OPERAÇÕES COM MACARICO, VISOR ARTICULADO.	CARBOGRAFITE	UND	3,000	0,0000	18,0000	54,00	Venceu
130	80312	SUPORTE DE PISO PARA EXTINTORES, COR VERMELHO, MODELO TRIPE.	ZEUS	UND	10,000	0,0000	21,9000	219,00	Venceu
131	80313	SINALIZAÇÃO SETA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO, DIMENSÕES DE 15 X 37,5 CM.	ANTI CHAMA	UND	100,000	0,0000	1,8000	180,00	Venceu
133	80314	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC, IMPRESSÃO RESISTENTE E FOTOLUMINESCENTE, FIXAÇÃO AUTO ADESIVA, MEDIDAS MINIMAS EM CM: 24X12. PLACAS VOLTADAS PARA ROTAS DE FUGA MODELOS DIVERSOS.	ANTI CHAMA	UND	200,000	0,0000	6,3000	1,260,00	Venceu
134	80315	PLACA DE SINALIZAÇÃO PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO FOTOLUMINESCENTE.	ANTI CHAMA	UND	100,000	0,0000	6,4000	640,00	Venceu
148	80327	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA, HASTE NUA, PROPORCIONANDO USO CONJUGADO COM CAPACETE. NR/RS/SF 23 (MÍNIMO DE PROTEÇÃO).	3M	UND	20,000	0,0000	88,4000	1,768,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b>	2,106,000			
						53.579,80			

Data da Homologação: 22/09/2017

**Nr. do Processo: 168/2017**  
**Fornecedor: 140949 - COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP**  
**Licitação: 168/2017 - PR**

3	80203	CAMISA MOTOSSELISTA ANTI-CORTE, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS M, G, XG E XXG.	PROTSRAY	UND	5,000	0,0000	165,0000	825,00	Venceu
4	80204	CALÇA MOTOSSELISTA ANTI-CORTE, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS M, G, XG E XXG.	PROTSRAY	UND	5,000	0,0000	123,5000	617,50	Venceu
6	80206	PERNEIRA BIDIIM DE NO MÍNIMO 15 MM DE ESPESURA, FECHAMENTO EM VELCRO, COMPOSTA DE LAMINAS EM MATERIAL NÃO METÁLICO, DIMENSÃO MINIMA FRONTAL DE 40 CM DE COMPRIMENTO PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DA CANELA E JOELHO DO USUÁRIO.	SAYRO	PAR	12,000	0,0000	30,0000	360,00	Venceu
12	75709	TELA TAPUME, FABRICADA COM POLIETILENO REFORÇADO, POR PROCESSO DE EXTRUSÃO, FORNECIDA NA COR LARANJA. UTILIZADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, NA SINALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, NOS LIMITES EXTERNOS DE PAVIMENTOS DE EDIFÍCIOS EM CONSTRUÇÃO, NA DELIMITAÇÃO DE CANTEIROS DE OBRAS E EM EVENTOS ESPORTIVOS. DIMENSÕES DE 50,00 X 1,20M.	TEGAPE	RL	40,000	0,0000	62,0000	2,480,00	Venceu

Página: 7/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b> <b>Fornecedor: 140949 - COSEGR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP</b>									
14	77631	CANALIZADOR DE TRÁFEGO: DIÂMETRO DO TOPO: 40 CM; BASE: 56 X 56 CM; ALTURA: 110 CM; PESO BRUTO SEM LASTRO ATÉ 7 KG.	CR Sinalização	UND	15,000	0,0000	128,0000	1,920,00	Venceu
16	80211	CONE DE SINALIZAÇÃO: 75 CM DE ALTURA; COM REFLETIVO. CORES: AMARELO E BRANCO.	PLASTYSEG	UND	30,000	0,0000	24,8000	744,00	Venceu
17	80212	CONE DE SINALIZAÇÃO: 50 CM DE ALTURA. CORES: AMARELO E BRANCO.	PLASTYSEG	UND	50,000	0,0000	5,9500	297,50	Venceu
18	80213	CONE DE SINALIZAÇÃO: 75 CM DE ALTURA. CORES: AMARELO E BRANCO.	PLASTYSEG	UND	30,000	0,0000	17,8000	534,00	Venceu
19	80214	REFLETIVO PARA CONE.	KTELLI	UND	50,000	0,0000	6,7000	335,00	Venceu
23	80218	BOTA EM EVA CANO LONGO, BACTERICIDA, SOLADO ANTI DERRAPANTE RESISTENTE A ESCORREGAMENTOS EM PISOS LISOS E MOLHADOS COM APLICAÇÃO DE DETERGENTES. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ESCORRIANTES, ESCORREGAMENTO E AGENTES BIOLÓGICOS. DISPONIBILIDADE DE CORES: BRANCO OU PRETO.	MED WORK	PAR	40,000	0,0000	54,8900	2,195,60	Venceu
26	80221	BOTA DE PROTEÇÃO PARA MOTOCICLISTAS CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA, COM CANO MÉDIO, REFORÇO/PROTECTOR DE CAMBIO E DETALHES ACOLCHOADOS NO CANO. PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL EM EVA ANTIMICROBIANA.	CONFORTO	PAR	20,000	0,0000	119,0000	2,380,00	Venceu
28	80223	BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA INTEGRAL ESTAMPA RELAX COM CANO LONGO EM LONA VINILIZADA, MODELO INTEIRO E BIQUEIRA DE COMPOSITE. POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL EM EVA COM TRATAMENTO ANTIMICRÓBIOS. INDICADA PARA SERVIÇOS FLORESTAIS QUE OFEREÇAM RISCOS DE NATUREZA MÉDIA, OFERECENDO PROTEÇÃO NA REGIÃO DAS PERNAS CONTRA CORTES E PERFUROS E GARANTINDO SEGURANÇA ÀS PERNAS, TORNOZELOS E PÉS DO USUÁRIO.	CONFORTO	PAR	20,000	0,0000	89,5000	1,790,00	Venceu

Página: 820

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR      Data da Homologação: 22/09/2017 Fornecedor: 140949 - COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP									
31	80226	CALÇADO OCUPACIONAL, IMPERMEÁVEL, TIPO CALÇADO BAIXO, CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE, POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL. CALÇADO COM ÍNDICE DE ATRITO SRC CERTIFICADO, PARA CAMINHAR EM PISO DE AÇO COM ÓLEO COMBUSTÍVEL E PISO CERÂMICO COM DE TERGENTE SEM ESCORREGAR. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA ABRASIVOS, ESCORRIANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (FRIO) E CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. CORES DISPONÍVEIS: AZUL, BRANCO, PRETO OU VERDE.	MED WORK	PAR	100,000	0,0000	48,0000	4.800,00	Venceu
35	80230	DISPOSITIVO DE BLOQUEIO UNIVERSAL PARA DISJUNTOR EM CONFORMIDADE COM A NR 10. APLICAÇÃO EM DISJUNTORES NORMA DIN (MONOPOLAR, BIPOLAR E TRIPOLAR) E NORMA NEMA (MONOPOLAR, BIPOLAR E TRIPOLAR). CADEADO PLÁSTICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO COM CHAVE. ELETRICAMENTE ISOLADO COM SISTEMA QUE RETÉM A CHAVE QUANDO ABERTO. RESISTÊNCIA A CORROSÃO E PRODUTOS QUÍMICOS. DISPONIBILIDADE NAS CORES: LARANJA, VERMELHO E VERDE.	TAGOUT	UND	20,000	0,0000	24,5000	490,00	Venceu
38	80233	CADEADO EM LATÃO COLORIDO TAMANHO 25 E 30. DISPONÍVEL NAS CORES: PRETO, AZUL, VERMELHO, AMARELO E VERDE.	TAGOUT	UND	20,000	0,0000	38,9000	778,00	Venceu
39	80234	CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL PARA TRABALHOS DIELETRICOS, SUSPENSÃO TIPO CATRACA, JUGULAR COM QUEIXEIRA E TRES PONTOS DE FIXAÇÃO. DISPONÍVEL NAS CORES: AMARELO, AZUL, BRANCO, CINZA, LARANJA OU VERDE.	PAPALZ	UND	20,000	0,0000	21,9900	439,80	Venceu
40	80235	CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA TOTAL PARA TRABALHOS DIELETRICOS, SUSPENSÃO TIPO CATRACA, JUGULAR COM QUEIXEIRA E TRES PONTOS DE FIXAÇÃO. DISPONÍVEL NAS CORES: AMARELO, AZUL, BRANCO, CINZA, LARANJA OU VERDE.	LIBUS	UND	100,000	0,0000	21,8900	2.189,00	Venceu
41	80236	CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA TOTAL PARA TRABALHOS DIELETRICOS, SUSPENSÃO TIPO CATRACA, JUGULAR COM QUEIXEIRA E TRES PONTOS DE FIXAÇÃO. DISPONÍVEL NAS CORES: AMARELO, AZUL, BRANCO, CINZA, LARANJA OU VERDE.	LIBUS	UND	10,000	0,0000	38,9000	389,00	Venceu
46	80241	PROTETOR FACIAL INCOLOR PARA USO EM CAPACETE CONJUGADO COM A	LIBUS	UND	20,000	0,0000	30,9000	618,00	Venceu
47	80242	KIT DE FAIXAS REFLETIVAS PARA CAPACETE.	LIBUS	UND	170,000	0,0000	5,2000	884,00	Venceu

Página: 9/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b> <b>Fornecedor: 140949 - COSEGR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP</b>									
48	80243	VARA DE MANOBRAS DE 7,5 METROS PARA ANCORAGENS. DISPOSITIVO DE ANCORAGEM TEMPORÁRIA COMPOSTO DE GANCHO DE GRANDE ABERTURA 110MM, E VARA DE MANOBRAS DIVIDIDOS EM DUAS VARAS, SENDO UMA DELAS TELESCÓPICA. ESTE EQUIPAMENTO É INDICADO PARA FIXAR LINHAS DE VIDA A PARTIR DO CHÃO, PARA QUE O TRABALHADOR JÁ INICIE A SUBIDA SEGURO. UTILIZADO EM DIVERSAS SITUAÇÕES, DESDE PODAS DE ÁRVORES, ATE ACESSO A ESTRUTURAS.	SOLUCAO	UND	5,000	0,0000	1,790,0000	8,950,00	Venceu
49	80244	BASTÃO DE ANCORAGEM PARA LINHA DE VIDA PROVISÓRIA. EM ALUMÍNIO, EXTENSÃO TELESCÓPICA. GANCHO DE SEGURANÇA COM TRAVA E ABERTURA DE 110MM EQUIPADO COM SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO A TRAVÉS DE CORDA PARA ABERTURA DO GANCHO COMPRIMENTO MÁXIMO 60.	SOLUCAO	UND	5,000	0,0000	2,190,0000	10,950,00	Venceu
50	77645	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA 3 PONTOS PARA TRABALHO EM ALTURA.	ATHENAS	UND	10,000	0,0000	79,0000	790,00	Venceu
53	80246	CONECTOR "FROG" AUTOMÁTICO DIRECIONAL, TRAVA AUTOMATICAMENTE QUANDO TOCA A ANCORAGEM. CARGA MÍNIMA DE RUPTURA 20 KN	USClimb	UND	3,000	0,0000	147,0000	441,00	Venceu
54	80247	CORDA DE SEGURANÇA COM 12 MM PARA TRABALHOS EM ALTURA. EM POLIAMIDA.	AMPLAFIOS	MT	300,000	0,0000	2,4800	744,00	Venceu
55	80248	DESTORCEDOR EM ALUMÍNIO, PARA CORDA, ROLAMENTADO, RUPTURA DE 40 KN.	USClimb	UND	3,000	0,0000	199,8000	599,40	Venceu
56	80249	DESTORCEDOR EM AÇO, PARA CORDA, RUPTURA DE 35 KN.	USClimb	UND	3,000	0,0000	84,9000	254,70	Venceu
58	80251	FREIO "8" EM AÇO RESISTÊNCIA DE NO MÍNIMO 35 KN.	USClimb	UND	2,000	0,0000	55,0000	110,00	Venceu
59	80252	FREIO "8" EM ALUMÍNIO RESISTÊNCIA DE NO MÍNIMO 35 KN.	SideUp	UND	2,000	0,0000	46,9000	93,80	Venceu
60	80253	FREIO "8" EM ALUMÍNIO COM ORELHA PARA RESGATE E SALVAMENTO. RESISTÊNCIA DE NO MÍNIMO 40KN.	SIDEUP	UND	2,000	0,0000	113,0000	226,00	Venceu
61	80254	GANCHO EM AÇO, COM OLHAL INDEPENDENTE, ABERTURA 50MM, COM DUPLA TRAVA, AUTOMÁTICO.	USClimb	UND	2,000	0,0000	57,0000	114,00	Venceu
62	80255	CARGA DE RUPTURA É DE 21KN. MALHA RÁPIDA OVAL "8", TRAVA TIPO ROSCA. CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 25 KN.	USClimb	UND	10,000	0,0000	24,0000	240,00	Venceu
63	80256	MALHA RÁPIDA TRIÂNGULO, TRAVA TIPO ROSCA. CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 25 KN.	USClimb	UND	10,000	0,0000	24,0000	240,00	Venceu

Página: 10/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR Fornecedor: 140949 - COSEGR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP Data da Homologação: 22/09/2017									
64	80257	MOSQUETÃO EM AÇO OVAL, AUTOMÁTICO, CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 30KN.	USClimb	UND	5,000	0,0000	52,0000	260,00	Venceu
65	80258	MOSQUETÃO EM AÇO OVAL, AUTOMÁTICO, CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 25KN.	TASK	UND	5,000	0,0000	27,5000	137,50	Venceu
66	80259	MOSQUETÃO EM AÇO OVAL, AUTOMÁTICO, CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 70KN.	ALPEN PASS	UND	5,000	0,0000	128,0000	640,00	Venceu
67	80260	MOSQUETÃO "D" EM ALUMÍNIO, CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 28KN.	USClimb	UND	5,000	0,0000	63,0000	315,00	Venceu
68	80261	MOSQUETÃO MODELO OVAL, POLIDO, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO, COM TRAVA TIPO ROSCA. CARGA DE RUPTURA MÍNIMA DE 20KN.	TASK	UND	5,000	0,0000	52,0000	260,00	Venceu
70	80263	PROTECTOR DE CORDA, CONTRA ARESTAS CORTANTES, CANTOS VIVOS E EXTREMIDADES ABRASIVAS, CONFECCIONADO EM COURO HIDROFUGADO, PROTEGE A CORDA DE ARESTAS ÁSPERAS OU CORTANTES, POSSUI CORDELETE E ANEL DE PRESSÃO PARA FIXAÇÃO DIRETO NA CORDA OU NA ESTRUTURA, COM FECHAMENTO EM VELCRO. TALABARTE "Y" COM ABSORVEDOR DE ENERGIA PARA TRABALHO EM ALTURA.	TASK	UND	10,000	0,0000	58,0000	580,00	Venceu
71	77647	TRAVA QUEDA PARA CORDA DE 12MM, PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS EM ALTURA.	ATHENAS	UND	10,000	0,0000	109,0000	1.090,00	Venceu
73	77649	LUVAS DE SEGURANÇA CONTRA VIBRAÇÃO, COM DORÇO VENTILADO.	ATHENAS	UND	10,000	0,0000	87,0000	870,00	Venceu
74	80264	LUVAS DE SEGURANÇA, DE COBERTURA, DE CINCO DEDOS, CONFECCIONADA EM COURO BOVINO TIPO VAQUETA COM REFORÇO EXTERNO DO MESMO MATERIAL, NA CAVA DO POLEGAR E NA REGIÃO INFERIOR DO PULSO POSSUI REFORÇO DE RASPA DE COURO BOVINO COSTURADA SOBRE O PUNHO DO MESMO MATERIAL, NO DORSO A LUVAS POSSUI UMA TIRA DE COURO TIPO VAQUETA E UMA FIVELA DE PLÁSTICO PARA AJUSTE.	YELING	PAR	20,000	0,0000	57,5000	1.150,00	Venceu
76	80265	LUVAS DE SEGURANÇA, DE COBERTURA, DE CINCO DEDOS, CONFECCIONADA EM COURO BOVINO TIPO VAQUETA COM REFORÇO EXTERNO DO MESMO MATERIAL, NA CAVA DO POLEGAR E NA REGIÃO INFERIOR DO PULSO POSSUI REFORÇO DE RASPA DE COURO BOVINO COSTURADA SOBRE O PUNHO DO MESMO MATERIAL, NO DORSO A LUVAS POSSUI UMA TIRA DE COURO TIPO VAQUETA E UMA FIVELA DE PLÁSTICO PARA AJUSTE.	VESTIPELLI	PAR	100,000	0,0000	18,8000	1.880,00	Venceu

Página: 11/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017 - PR Licitação: 168/2017 - PR Data da Homologação: 22/09/2017 Fornecedor: 140949 - COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP									
77	77691	LUIVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL COM BORRACHA NEOPRENE; REVESTIDA INTERAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES E CONTRA RISCOS QUÍMICOS TALS COMO CLASSE A - TIPO 1: AGRESSIVOS ACIDOS; TIPO 2: AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTES; SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C - TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES; TIPO 5: CETONAS E TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS.	MAPA	PAR	400,000	0,0000	4,8000	1,920,00	Venceu
78	77694	LUIVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, REVESTIDA INTERAMENTE EM VERNIZ SILVER E COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES E CONTRA AGENTES QUÍMICOS, TALS COMO CLASSE B - DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES E CLASSE C - TIPO 3: ÁLCOOIS	PROMAT	PAR	60,000	0,0000	2,9500	177,00	Venceu
80	75753	LUIVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FIOS DE POLIAMIDA, REVESTIDA COM LÁTEX NATURAL, ACABAMENTO ASPERO, COMPRIMENTO DE 31CM E ESPESURA DE 1.40MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES, PERFURANTES, AGENTES QUÍMICOS (PEQUENAS FUNDIDOS) E AGENTES QUÍMICOS TALS COMO CLASSE A - TIPO 2: AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES E CLASSE C - TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES E TIPO 5.	LDI	PAR	20,000	0,0000	5,7000	114,00	Venceu
82	80268	LUIVA DE SEGURANÇA DE CINCO DEDOS, CONFECCIONADA EM COURO BOVINO TIPO VAQUETA, COM REFORÇO INTERNO NA PALMA E EXTERNO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR. PUNHOS 10 CM, 15 CM, 20 CM E 30 CM.	VESTIPELLI	PAR	100,000	0,0000	15,5000	1,550,00	Venceu

Página: 12/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR      Data da Homologação: 22/09/2017 Fornecedor: 140949 - COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP									
84	80270	LUA ISOLANTE CLASSE 0. COM BOLSA EM LONA PARA GUARDA.	ORION	PAR	4,000	0,0000	219,0000	876,00	Venceu
85	80271	LUA ISOLANTE CLASSE 00. COM BOLSA EM LONA PARA GUARDA.	ORION	PAR	4,000	0,0000	148,9000	595,60	Venceu
89	80274	LUA EM LATEX NITRILICO, PALMA ANTIDERRAPANTE, COMPRIMENTO MINIMO: 25CM; ESPESSURA 0,18MM; RESISTENCIA AOS QUIMICOS; CLASSE B; DETERGENTES, SABOES, AMONIAOS E SIMILARES; CLASSE C - TIPO1: HIDROCARBONETOS ALIFATICOS; TIPO2: HIDROCARBONETOS AROMATICOS; TIPO3: ALCOOIS; TIPO4: ETHERES; TIPO6: ACIDOS ORGANICOS; INDICADA PARA O MANUSEIO DE PRODUTOS QUIMICOS; PREPARACAO E APLICACAO DE DEFENSIVOS AGRICOLAS; INSPECÇÃO E MANUSEIO DE MATERIAIS SECOS OU UMIDOS; MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EM GERAL; PREPARACAO E MANIPULACAO DE ALIMENTOS IN NATURA E ACABAMENTOS; COLHEITA DE FRUTOS E SIMILARES. DISPONIBILIDADE NA COR AZUL. CAIXA COM 100 UNIDADES.	DESCARPACK	CAX	200,000	0,0000	16,5000	3.300,00	Venceu
90	77684	LUA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM RASPA NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS, DEDO POLEGAR E INDICADOR; DORSO, FACE DORSAL DOS DEDOS E PUNHO EM SARJA; TIRA DE REFORÇO EXTERNO EM SARJA NO DORSO. LUA TIPO MULTITATO. LUA DE SEGURANCA TRICOTADA EM FIOS DE POLIAMIDA (NAILON); SEM REVESTIMENTO INTERNO; REVESTIDA EM POLIURETANO NA PALMA E DEDOS; DORSO DESCOBERTO; PUNHO TRICOTADO EM ELASTICO.	J MARSEG	PAR	200,000	0,0000	7,8000	1.560,00	Venceu
91	80275	LUA TIPO MULTITATO. LUA DE SEGURANCA TRICOTADA EM FIOS DE POLIAMIDA (NAILON); SEM REVESTIMENTO INTERNO; REVESTIDA EM POLIURETANO NA PALMA E DEDOS; DORSO DESCOBERTO; PUNHO TRICOTADO EM ELASTICO.	YELING	PAR	300,000	0,0000	2,5900	777,00	Venceu
92	80276	LUA EM BORRACHA NEOPRENE, FORRO EM TECIDO SINTETICO, PALMA ANTIDERRAPANTE COM ACABAMENTO EM NEOPRENE. PADRAO DE SEGURANCA E AGARRE PARA TRABALHO EM AMBIENTES OLEOSOS. INDICE DE RESISTENCIA MINIMO 4242.	MUCAMBO	PAR	6,000	0,0000	4,9000	29,40	Venceu
96	80280	LUA EM SILICONE TOTALMENTE IMPERMEAVEL PARA TEMPERATURAS ATÉ 250°C EM ATIVIDADES INTERMITENTES. UTILIZACAO EM COZINHAS INDUSTRIAIS.	DANNY	UND	15,000	0,0000	119,0000	1.785,00	Venceu
98	77690	LUA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM FIOS DE ALGODAO, REVESTIDA COM LATEX NATURAL, FACE PALMAR E FACE DORSAL ANTIDERRAPANTES. ESPESSURA DE 1,60MM.	LDI	PAR	30,000	0,0000	6,5000	195,00	Venceu

Página: 13/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR Fornecedor: 140949 - COSEGR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP Data da Homologação: 22/09/2017									
99	80282	LUA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIBRA DE VIDRO E FIOS DE AÇO REVESTIDOS DE POLIETILENO, SEM COSTURA, AMBIDESTRA, PUNHO COM ACABAMENTO EM ELASTANO, DESEMPENHO NÍVEL 5 DE PROTEÇÃO POR CORTE COM LAMINA E MÍNIMO NÍVEL 4 AO RASGAMENTO. PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES E PERFORANTES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS (CALOR POR CONTATO). LUA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE POLIAMIDA E ALGODÃO, REVESTIDA EM BORRACHA NATURAL ESPUMADA NA FACE PALMAR E PONTAS DOS DEDOS. RESULTADO MÍNIMO DE DESEMPENHO 2241.	YELING	PAR	40,000	0,0000	22,8000	912,00	Venceu
102	80285	LUA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE POLIAMIDA E ALGODÃO, REVESTIDA EM BORRACHA NATURAL ESPUMADA NA FACE PALMAR E PONTAS DOS DEDOS. RESULTADO MÍNIMO DE DESEMPENHO 2241.	LDI	PAR	240,000	0,0000	6,3000	1.512,00	Venceu
104	80287	PORTA LUVAS CONFECCIONADO EM POLIETILENO, SISTEMA DE SEGURANÇA QUE DESTRAVA O CLIPS EM CASO DE AGARRAMENTO.	DANNY	UND	100,000	0,0000	12,0000	1.200,00	Venceu
105	75768	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTICULAS PFF2. RESPIRADOR DE FORMATO DOBRÁVEL. VALVULADO E SELAGEM (CLIP) SOBRE O SEPTO NASAL.	PROTEC	UND	300,000	0,0000	1,2000	360,00	Venceu
110	80292	CARTUCHO RC 203 PARA RESPIRADOR CG 306 DA MARCA CARBOGRAFITE. PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS CONTRA A AÇÃO DE VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS COM CONCENTRAÇÃO AMBIENTAL INFERIOR A 100PPM, TAIS COMO CLORO ATÉ 10PPM, DIÓXIDO DE CLORO, ÁCIDO CLORÍDRICO ATÉ 50PPM, PINTURA EM SPRAY E PESTICIDAS; ACETONA, PETRÓLEO, PROPANO, ALCOOL, ETILENO, GLICOL, NAFTA, NICOTINA, OCTANA, MONOMETIL ÉTER, PIRIDINA, ALCOOLIS MINERAIS, ESTIRENO E TOLUENO. UTILIZADO NA MÁSCARA RESPIRATORIA.	CARBOGRAFITE	UND	60,000	0,0000	9,9800	598,80	Venceu
111	80293	PRÉ FILTRO PARA CARTUCHO UTILIZADO NO RESPIRADOR CG 306 DA MARCA CARBOGRAFITE.	CARBOGRAFITE	UND	100,000	0,0000	0,2900	29,00	Venceu
112	80294	FILTRO TIPO CARTUCHO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS CLASSE 1, COM ROSCA. CARTUCHO QUÍMICO GMC MARCA MSA P/ RESPIRADOR COMFO I PLUS, MÁSCARA QUEIXO ULTRAVUE E ADVANTAGE 3000 PRINCIPAL APLICAÇÃO: VAPORES ORGÂNICOS, CLORO, ÁCIDO CLORÍDRICO, DIÓXIDO DE ENXOFRE E DIÓXIDO DE CLORO.	MSA	UND	20,000	0,0000	49,5000	990,00	Venceu

Página: 14/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b> <b>Fornecedor: 140949 - COSEGR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP</b>									
115	80297	CARTUCHO COMBINADO PARA AMÔNIA/METILAMINA E FILTRO MECÂNICO, COMPATIVEL COM FAS MÁSCARAS 5500, OPTI-FIT 6500 E MÁSCARAS 7700.	SPERIAN	UND	14,000	0,0000	39,0000	546,00	Venceu
118	80300	LENTE DE PROTEÇÃO PARA ÓCULOS	KALIPSO	UND	100,000	0,0000	0,9500	95,00	Venceu
119	80301	CORDÃO PARA ÓCULOS DE SEGURANÇA, MACARIQUEIRO.	CARBOGRAFITE	UND	20,000	0,0000	0,5800	11,60	Venceu
120	80302	LENTE DE PROTEÇÃO PARA ÓCULOS	CARBOGRAFITE	UND	20,000	0,0000	1,0000	20,00	Venceu
121	80303	LENTE DE PROTEÇÃO PARA MÁSCARAS DE AUTOESCURECIMENTO PROTEGENDO O USUÁRIO DO IMPACTO DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS.	VONDER	UND	20,000	0,0000	3,4000	68,00	Venceu
122	80304	LENTE DE PROTEÇÃO RETANGULAR PARA ESCUDO DE SOLDA ARTICULADO, TONALIDADES: 10 SE, 12 SE, 10, 12 E 14.	KALIPSO	UND	20,000	0,0000	0,8900	17,80	Venceu
123	80305	LENTE DE PROTEÇÃO RETANGULAR INCOLOR PARA ESCUDO DE SOLDA ARTICULADO.	KALIPSO	UND	20,000	0,0000	0,5800	11,60	Venceu
127	80308	ÓCULOS DE SEGURANÇA, LENTE 100% POLICARBONATO DE ALTA DENSIDADE; VISOR COM PROTEÇÃO LATERAL EM UMA PEÇA; SISTEMA DESLIZANTE EM NÍVEIS PARA AJUSTE DO COMPRIMENTO; PONTE NASAL DE SILICONE; DISPONÍVEL NAS TONALIDADES INCOLOR, AMARELO, VERDE E CINZA; CAIXA COM 12 UNIDADES.	LIBUS	CAX	20,000	0,0000	26,9500	539,00	Venceu
132	75711	SINALIZAÇÃO "PCM" PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO, DIMENSÕES DE 20 X 20CM.	JA	UND	100,000	0,0000	2,0900	209,00	Venceu
135	80316	AVENTAL PARA SER UTILIZADO EM COZINHA INDUSTRIAL, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A CHAMAS E ALTAS TEMPERATURAS PROVENIENTES DE ÓLEO QUENTE E AGUA FERVENTE, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO DO TROCO DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE ORIGEM TÉRMICA. EM MATERIAL DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E DIFÍCIL IMPREGNAÇÃO DE SUJIDADES.	RIO VALLEY	UND	16,000	0,0000	145,0000	2.320,00	Venceu
136	80317	MACAÇÃO APICULTOR CONFECCIONADO EM POLIAMIDA E ALGODÃO, COM TRATAMENTO ANTI-ADERENTE. CHAPÉU EM PVC COM TELA INSECTA INTEGRADA, AJUSTE EM MALHA NOS PUNHOS, BARRA EM ELÁSTICO E FECHAMENTO EM ZIPER FRONTAL. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: M, G, XG.	PROTSRAY	UND	10,000	0,0000	128,0000	1.280,00	Venceu

Página: 15/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR Fornecedor: 140949 - COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP Data da Homologação: 22/09/2017									
137	77635	AVENTAL BARBEIRO COM MANGA, PARA SOLDADOR, CONFECCIONADO EM RASPA, COM ELÁSTICOS DE AJUSTE NAS COSTAS.	COURACA	UND	6,000	0,0000	46,5000	279,00	Venceu
138	80318	AVENTAL LONGO, CONFECCIONADO EM RASPA.	AURORA	UND	12,000	0,0000	16,0000	192,00	Venceu
139	80319	AVENTAL PVC TREVIRA REFORÇADO BRANCO, PARA SER UTILIZADO EM FRIGORÍFICO, ACOGUE, COZINHA INDUSTRIAL, APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS, PRODUTOS QUÍMICOS, LIMPEZA DE TANQUES.	PREVEMAX	UND	50,000	0,0000	8,9500	447,50	Venceu
140	75727	CONJUNTO IMPERMEÁVEL MOTOCICLISTA COM REFLETIVOS.	PIONEIRA	UND	20,000	0,0000	48,0000	960,00	Venceu
141	80320	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM TECIDO DE POLIÉSTER RESINADO COM POLICLORETO DE VINILA, PROTEÇÃO ABAIXO DA AXILA, REFORÇO TIPO SANFONA NO CAVALO, SUSPENSÓRIO COM AJUSTES EM VELCRO, CORDONEL NA PARTE SUPERIOR PARA AJUSTES, COSTURAS REBATIDAS. DISPONIBILIDADE DE TAMANHO PARA AS BOTAS ACOPLADAS 38 AO 45. COSTURA ELETRÔNICA, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE À PERFURAÇÃO, RESISTENTE A RASGOS NO CAVALO DA CALÇA, APLICABILIDADE EM: ALAGAMENTOS, BREJOS, LAMBAÇAS, ESGOTOS E UMIDADES. CORES: VERDE OU CINZA.	PIONEIRA	UND	20,000	0,0000	139,0000	2.780,00	Venceu
144	80323	CREME PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS RESISTENTE A ÁGUA, ÓLEO E PINTURA. PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA RISCOS PROVENIENTES DE PRODUTOS QUÍMICOS (ÁGUA, TOLUENO, XILENO, N-HEXANO, CLORETO DE METILENO, PERCLORETOILENO, TRICLORETOILENO, METILETIL CETONA, ACETONA, BENZINA, THINNER, ÁGUA-RAZ, GASOLINA, ÓLEO MINERAL, ÓLEO DIESEL, QUEROSENE, "NUJOL", ADESIVO BASE ÁGUA, ADESIVO BASE SOLVENTE, TINTA BASE ÁGUA, TINTA BASE SOLVENTE, PÓS EM GERAL, ÁCIDO ACÉTICO 10%, ÁCIDO CLORÍDRICO 15%, ÁCIDO FOSFÓRICO 15%, ÁCIDO SULFÚRICO 15% E HIDRÓXIDO DE SÓDIO 10%), BISNAGA DE 200 G.	NUTRIEX	UND	300,000	0,0000	6,9900	2.097,00	Venceu
145	80324	CREME PROTETOR SOLAR FPS 60 COM REPELENTE DE INSETOS. BISNAGA DE 120 G.	ALG	UND	400,000	0,0000	13,7000	5.480,00	Venceu
146	80325	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG EM SILICONE. NRR/SF 18 DB (MÍNIMO DE PROTEÇÃO).	MAXXI	UND	200,000	0,0000	1,9000	380,00	Venceu

Página: 16/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Fornecedor: 140949 - COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b>									
147	80326	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA. NRRS/SF 23 (MÍNIMO DE PROTEÇÃO).	AGENA	UND	20,000	0,0000	26,3000	526,00	Venceu
150	80346	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO AZUL/AMARELO COM AMARRA. EM DIVERSOS TAMANHOS.	INNPRO	PAR	5,000	0,0000	34,9000	174,50	Venceu
<b>Total do Fornecedor ----&gt;</b>					4,901,000			92.916,60	
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Fornecedor: 143835 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b>									
5	80205	PERNEIRA BIDIM DE NO MÍNIMO 15 MM DE ESPESURA E FECHAMENTO EM VELCRO, COMPOSTA DE LAMINAS EM MATERIAL NAO METALICO.	JOG	PAR	20,000	0,0000	15,2500	305,00	Venceu
11	77629	FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO DE ÁREAS, CORES PRETO E AMARELO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 0,1 MM DE ESPESURA, LARGURA DE 7CM E COMPRIMENTO DE 100M.	PLASTCOR	RL	300,000	0,0000	4,9000	1.470,00	Venceu
20	80215	BOTA IMPERMEÁVEL EM PU, SOLADO RESISTENTE, COM POLAÍNA.	INNPRO	PAR	50,000	0,0000	39,4900	1.974,50	Venceu
34	80229	BOTINA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA INTEGRAL ESTAMPA RELAX, COM ELÁSTICO NAS LATERAIS. PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL ANTIPERFURO EM ARAÚDA. SOLA PU BIDSNSIDADE ANTIDERRAPANTE. PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS; ESCORRIANTES E CHOQUE ELÉTRICO (ATE 500V). COM BIQUEIRA DE COMPOSITE OU SIMILAR. DISPONÍVEL NAS CORES: PRETO OU CINZA.	COURO ARTE	PAR	150,000	0,0000	48,4500	7.267,50	Venceu
72	77648	TALABARTE DE POSICIONAMENTO PARA ELÉTRICISTA.	FACINTOS	UND	4,000	0,0000	69,0000	276,00	Venceu
86	77700	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRILICA, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS. REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO.	TALGE	PAR	200,000	0,0000	4,0900	818,00	Venceu

Página: 17/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR Fornecedor: 143835 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA Data da Homologação: 22/09/2017									
94	80278	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MALHA DE SUEDE DE ALGODÃO; REVESTIMENTO EM LATEX NATURAL NA PALMA, DEDOS, DORSO; ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE (CORRUGADO); PUNHO EM MALHA DE ALGODÃO; PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES.	SUPERSAFETY	PAR	200,000	0,0000	5,6900	1.138,00	Venceu
103	80286	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RESINA VINÍLICA; NÃO ESTERILIZADA; SEM PULVERIZAÇÃO INTERNA DE PÓ; AMBIDESTRA; SUPERFÍCIE EXTERNA LISA; LUVA DE SEGURANÇA EM VINIL TRANSPARENTE SEM TALCO INTERNO. CAIXA COM 100 UNIDADES PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES QUÍMICOS TAIS COMO CLASSE A - TIPO 2; AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTES; SABÕES; AMONÍACO E SIMILARES E CLASSE C - TIPO 3; ALCOÓIS.	TALGE	CAX	40,000	0,0000	11,2900	451,60	Venceu
107	80289	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA FACIAL, COM VEDAÇÃO E COPA NASAL EM SILICONE E LENTE EM POLICARBONATO. POSSUI 5 PONTOS DE AJUSTE E SUSTENTAÇÃO INDEPENDENTES DA ÁREA DE VEDAÇÃO. COMPATÍVEL COM FILTROS MECÂNICOS, COMBINADOS E CARTUCHOS QUÍMICOS CLASSE 1. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PEQUENO, MÉDIO E GRANDE.	PLASTCOR	UND	10,000	0,0000	398,9000	3.989,00	Venceu
108	80290	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL, REUTILIZÁVEL E DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G, COM CORPO CONJUGADO COM SUPORTE EM POLÍMERO RÍGIDO EM SUA PARTE CENTRAL E O RESTANTE DA PEÇA FACIAL EM ELASTÔMERO OU SILICONE. DOTADO DE UM ELEMENTO FILTRANTE POSICIONADO NA PARTE FRONTAL. ELEMENTO FILTRANTE PFF2 EM FORMA DE CONCHA DE FÁCIL E RÁPIDA TROCA. O AJUSTE DA PEÇA A FACE DO USUÁRIO É FEITO ATRAVÉS DE UM TIRANTE ELÁSTICO DUPLIO REGULÁVEL, DOTADO DE FIVELAS PLÁSTICAS EM SUAS PONTAS INFERIORES E DE UM SUPORTE PARA A CABEÇA DE MATERIAL PLÁSTICO, PRESO EM SUAS PONTAS SUPERIORES. RESPIRADOR DEVE PROPORCIONAR FÁCIL TESTE DE PRESSÃO NEGATIVA PELO USUÁRIO.	3M	UND	50,000	0,0000	44,8000	2.240,00	Venceu

Página: 18/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 168/2017 Fornecedor: 143835 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA Licitação: 168/2017 - PR Data da Homologação: 22/09/2017									
109	80291	FILTRO PFF2 PARA RESPIRADOR SEMINACIAL REUTILIZÁVEL.	3M	UND	400,000	0,0000	29,8000	11,920,00	Venceu
143	80322	VESTIMENTA DE SEGURANCA PARA PROTEÇÃO DO USUÁRIO QUANDO NA PULVERIZAÇÃO DE CALDA AGROTÓXICAS, APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS VIA SOLO, APLICAÇÃO DE PRODUTOS VETERINARIOS, PREPARO DE PRÉ-MISTURAS, MANUSEIO DE AGROTÓXICOS, APLICAÇÃO DE PRODUTOS DOMISSANITÁRIOS, PROTEÇÃO EM CAPINA QUÍMICA, AMBIENTES COM POEIRAS TÓXICAS EM SUSPENSÃO, CONTROLE DE PRAGAS E VETORES E ENTRE OUTROS.	AMERICASEG	UND	10,000	0,0000	44,9000	449,00	Venceu
					Total do Fornecedor	→	1.434,000	32.298,60	
Nr. do Processo: 168/2017 Fornecedor: 144494 - RAFAEL KUHN EIRELI - ME Licitação: 168/2017 - PR Data da Homologação: 22/09/2017									
1	80201	CAMISA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO, EM UMA PEÇA, COM TIRAS LATERAIS PARA AJUSTE NA ALTURA DO ABDOMEN, SEM COMPONENTES METALICOS.	Brasmo	UND	200,000	0,0000	2,8500	570,00	Venceu
2	80202	CALÇA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM FILME DE POLIETILENO, SEM COMPONENTES METALICOS, COM ELASTICO NAS EXTREMIDADES.	Brasmo	UND	200,000	0,0000	2,5500	510,00	Venceu
7	80207	COLETE "XH" DE SINALIZAÇÃO, COM REFLETIVO, FECHAMENTO EM VELCRO. DISPONIVEL NAS CORES: VERMELHO OU VERDE.	Plastoor	UND	80,000	0,0000	7,5000	600,00	Venceu
8	80208	COLETE DE SINALIZAÇÃO VENTILADO COM REFLETIVO, DOTADO DE 2 BOLSOS E FECHAMENTO POR ZIPER.	Vicsa	UND	80,000	0,0000	20,0000	1,600,00	Venceu
10	77627	DISPONIVEL NAS CORES: VERMELHO OU VERDE. FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO DE AREAS, CORES VERMELHO E BRANCO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 0,1MM DE ESPESSURA, LARGURA DE 7CM E COMPRIMENTO DE 100M.	Plastoor	RL	100,000	0,0000	8,9000	890,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Página: 19/20

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 168/2017</b> <b>Licitação: 168/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 22/09/2017</b> <b>Fornecedor: 144494 - RAFAEL KUHN EIRELI - ME</b>									
24	80219	SAPATO OCUPACIONAL MASCULINO, TIPO SOCIAL, CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA DE ESTAMPA LISA, ELASTICO LATERAL, PALMILHA INTERNA REMOVIVEL CONFORMADA EM EVA, ANTIMICROBIANA. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUARIO PARA RISCOS DE NATUREZA LEVE. DISPONIBILIDADE DE CORES: BRANCO OU PRETO.	Cartom	PAR	50,000	0,0000	42,0000	2.100,00	Venceu
25	80220	TÊNIS DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM COURO SOFT, COM ELÁSTICO, PALMILHA INTERNA, ANTIMICROBIANA REMOVIVEL. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUARIO PARA RISCOS DE NATUREZA LEVE E AGENTES ABRASIVOS. DISPONIBILIDADE DE CORES: BRANCO OU PRETO.	Cartom	PAR	40,000	0,0000	45,0000	1.800,00	Venceu
30	80225	BOTINA DE SEGURANÇA EM MICROFIBRA, COM ELÁSTICO NAS LATERAIS, SEM COMPONENTES METÁLICOS. POSSUI PALMILHA INTERNA REMOVIVEL EM EVA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIO, INDICADA PARA ÁREAS QUE APRESENTEM INFLUÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA, UNIFORMIZANDO E GARANTINDO CONFORTO E PROTEÇÃO AOS PÉS E TORNOZELOS DO USUÁRIO. COM BIQUIEIRA DE COMPOSITE.	Conforto	PAR	100,000	0,0000	58,5000	5.850,00	Venceu
51	77646	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA 5 PONTOS PARA TRABALHO EM ALTURA.	MG Cirto	UND	5,000	0,0000	190,0000	950,00	Venceu
81	77693	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA, INTERIOR LISO. ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS. COMPRIMENTO DE 45 CM E ESPESURA DE 0,60 MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORANTES, CORTANTES E PERFURANTES E CONTRA AGENTES QUÍMICOS, TAIS COMO CLASSE A - TIPO 2. AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - TIPO 2. AGRESSIVOS BÁSICOS; AMONÍACO E DETERGENTES, SABOES, AMONÍACO E SIMILARES E CLASSE C - TIPO 1: HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, TIPO 2: HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES, TIPO 5: CETONAS, TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS E TIPO 8: ÉSTERES. LUVA EM MALHA DE AÇO CANO CURTO. TAMANHOS DISPONÍVEIS: P, M, G.	LDI	PAR	200,000	0,0000	20,0000	4.000,00	Venceu
83	80269		Distical	UND	15,000	0,0000	217,0000	3.255,00	Venceu

Página: 20/20

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 168/2017      Licitação: 168/2017 - PR      Data da Homologação: 22/09/2017</p> <p>Fornecedor: 144494 - RAFAEL KUHN EIRELI - ME</p>									
116	80298	KIT ENSAIO DE VEDAÇÃO PARA RESPIRADORES, "FIT TEST", SOLUÇÃO DOCE OU AMARGA, CONTEÚDO DO KIT: UM MANUAL DE INSTRUÇÕES, UM FRASCO DE SOLUÇÃO DILUÍDA PARA TESTE DE ACUIDADE DO PALADAR, UM FRASCO DE SOLUÇÃO CONCENTRADA PARA ENSAIO DE VEDAÇÃO, DOIS NEBULIZADORES, UM CAPUZ E UMA GOLA E DOIS CONJUNTOS DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA OS NEBULIZADORES. KIT UTILIZADO PARA SATISFAZER OS REQUERIMENTOS DE UM PPR. MÁSCARA DE AUTOESQUECIMENTO PARA PROTEÇÃO DA FACE E OS OLHOS DO SOLDADOR CONTRA RADIAÇÃO, FAÍSCAS E RESPIGOS DE SOLDA NAS CONDIÇÕES NORMAIS DE SOLDAGEM E TAMBÉM NAS ATIVIDADES DE ESMERILHAMENTO, PODE SER USADA COM TODOS OS TIPOS DE SOLDA ELÉTRICA, MIG/MAG E TIG.	3M	UND	2,000	0,0000	1,530,0000	3,060,00	Venceu
124	77657	OCULOS DE SEGURANÇA AMPLA VISÃO, DISPONÍVEL NAS TONALIDADES: INCOLOR, AMARELO E CINZA.	Weld Vision	UND	4,000	0,0000	180,0000	720,00	Venceu
126	80307	PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, FECHAMENTO EM VELCRO, COSTURA EM FIO DE ALGODÃO, COM TIRA PARA PRENDER NO SOLADO DA BOTINA.	Kalipso	UND	20,000	0,0000	19,0000	380,00	Venceu
142	80321	PROTECTOR FACIAL INCOLOR DE 8" COM CARNEIRA DOTADA DE CATRACA.	Junior Rui	UND	14,000	0,0000	17,5000	245,00	Venceu
149	80328		Della	UND	30,000	0,0000	25,0000	750,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->							1,140,000	27,280,00	

Itapiranga, 8 de Novembro de 2017.

## Itapoá

## PREFEITURA

## EDITAL 30/2017-18 - EDUCAÇÃO INFANTIL.

Publicação Nº 1422334

## Edital 30/2017-18 - Educação Infantil

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Nome	Habilitação	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	JOSELAINE AP. COIMBRA CARDOSO	Ed. Infantil	50	370	20		440
2	FABIANA HELENA PRADO B. C. LEAL	Ed. Infantil	50	354	20		424
3	SAMIA SALEH PIRES	Ed. Infantil	50	360	20		430
4	MARINA TROMM	Ed. Infantil	44	312	20		376
5	ODNEIA DA SILVA AZEVEDO	Ed. Infantil	0	342	20		362
6	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	Ed. Infantil	50	274	20		344
7	SIRLEY VIERA GOMES	Ed. Infantil	0	340	0		340
8	JANETE MARIZA GONÇALVES	Ed. Infantil	50	196	20		266
9	MARIA JOSÉ RIBEIRO	Ed. Infantil	21	200	20		241
10	JULIO MARASCK FAGUNDES	Ed. Infantil	50	190	20		260
11	TEREZINHA AP. SOUZA VANDERLINE	Ed. Infantil	44	176	20		240
12	ELIZABETH KRAINSKI KOSSOWSKI	Ed. Infantil	21	216	0		237
13	LUCILENA ODEVAGEN	Ed. Infantil	2	202	20		224
14	CLAUDIA SOUZA LEDOUX	Ed. Infantil	21	172	20		213
15	CLAUDETE AP. CAMPOS CALDERON	Ed. Infantil	50	142	20		212
16	FLAVIA REGINA DA SILVA	Ed. Infantil	21	168	20		209
17	CRISTIELE BATISTA O. R. MARQUES	Ed. Infantil	50	138	20		208
18	ELOIZA BOECHAT CAMARGO	Ed. Infantil	50	134	20	5.1 "c"- Maior numero dependentes	204
19	ELAINE DE OLEVEIRA HUT	Ed. Infantil	50	134	20		204
20	CLEONICE DEODORO LEITE AMARAL	Ed. Infantil	50	132	20		202
21	SUELEN PAOLA CASAGRANE	Ed. Infantil	50	124	20		194
22	FRANCIANA REGINA NARDELLI	Ed. Infantil	18	154	20		192
23	CRISTIANE AP. GAVLETO DE MELLO	Ed. Infantil	19	162	0		181
24	SIMONE COSTA	Ed. Infantil	50	110	20		180
25	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	Ed. Infantil	38	116	20		174
26	MARISA MANDES CARDOSO CECCATTO	Ed. Infantil	50	102	20		172
27	GEISA RAFAELA MALANSKI POMARI	Ed. Infantil	50	98	20	5.1 "c"- Maior numero dependentes	168
28	SATIRA M. Z. ZAVODINI	Ed. Infantil	50	98	20	5.1 "d"- Maior Idade	168
29	ELAINE CRISTINA FAGUNDES	Ed. Infantil	50	98	20		168
30	PAULA MARIA DE SOUZA ANDRIGUETTO	Ed. Infantil	2	144	20		166
31	FEIRUZ MARIAN SALEH DAYEH WRUBLAK	Ed. Infantil	21	121	20		162
32	GILMARA ARMINDA RODRIGUES PESSOA	Ed. Infantil	30	124	0		154
33	FRANCIELLE DE SOUZA	Ed. Infantil	50	78	20		148
34	GISLIANE DA SILVA MUNIZ	Ed. Infantil	50	74	20	5.1 "c"- Maior numero dependentes	144
35	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS	Ed. Infantil	50	74	20		144
36	THAIZE NASCIMENTO TILLER	Ed. Infantil	21	110	0		131

37	NATÁLIA KRUGER	Ed. Infantil	19	90	20		129
38	JOCIMARA TATIANA DEON LEIRIA	Ed. Infantil	2	106	20	5.1 "a"- Maior tempo de experiência	128
39	ODETTE CRISTINA DA SILVA	Ed. Infantil	50	58	20		128
40	ROSANA DOS SANTOS	Ed. Infantil	15	92	20		127
41	SANDRA MARA BERTÉ	Ed. Infantil	30	76	20		126
42	MÁRCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO	Ed. Infantil	50	54	20	5.1 "d"- Maior Idade	124
43	MARQUEDIANE BRUSAMARELLO	Ed. Infantil	50	54	20		124
44	ELIZETE DE ALMEIDA DUTRA	Ed. Infantil	50	68	0		118
45	GEICE ROBERTA DA SILVA	Ed. Infantil	45	46	20		111
46	SILVANA FATIMA DE LIMA	Ed. Infantil	32	78	0		110
47	MICHELE PEREIRA DOS SANTOS	Ed. Infantil	50	38	20	5.1 "c"- Maior numero dependentes	108
48	ANDRÉIA PEREIRA	Ed. Infantil	44	44	20		108
49	MARGARETE FROZZA MERTEZ	Ed. Infantil	50	36	20		106
50	MARI ESTELA JARECKI	Ed. Infantil	41	42	20		103
51	SIRLETE DO ROCIO PIAZZETTA	Ed. Infantil	42	40	20		102
52	REGINA GLORIA DOS SANTOS MARTINS	Ed. Infantil	15	66	20		101
53	VANILDA ALVES MARQUES	Ed. Infantil	31	48	20		99
54	MARA SOENIR BUZZI	Ed. Infantil	50	28	20		98
55	MONICA VIERNE	Ed. Infantil	43	34	20		97
56	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	Ed. Infantil	50	46	0	5.1 "d"- Maior Idade	96
57	LUANA MANHOLER GONÇALVES	Ed. Infantil	0	76	20		96
58	RAFAELA FERREIRA BOEIRA	Ed. Infantil	9	64	20		93
59	LIZIANE MACHADO MORENO	Ed. Infantil	0	66	20		86
60	HORTENCIA DOS SANTOS	Ed. Infantil	10	54	20		84
61	CINTIA CIUNEK	Ed. Infantil	15	38	20		73
62	KEILA DOS SANTOS MAZETTI	Ed. Infantil	50	2	20		72
63	ANDRÉIA CRISTINA F. CARVALHO CAMILO	Ed. Infantil	33	16	20		69
64	SILVIA NARA FERNANDES DE OLIVEIRA	Ed. Infantil	25	42	0		67
65	GISLAINE MARTINS SANTOS	Ed. Infantil	22	40	0		62
66	FERNANDA APARECIDA DONINI	Ed. Infantil	4	34	20		58
67	NAYSA CORREA LEDOUX	Ed. Infantil	37	14	0		51
68	IVONE DARUCESKI	Ed. Infantil	9	34	0		43
69	MONIQUE DO ROSARIO DE SOUZA MEISTER	Ed. Infantil	0	10	20		30
70	ALEXANDRA JULIO PIMENTEL	Ed. Infantil	7	18	0		25
71	NELMA REGINA DE OLIVEIRA	Ed. Infantil	20	0	0		20
72	MIGUELINA ESCOBAR	Ed. Infantil	18	0	0		18
73	CLEONICE MARTIN MACHADO	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
74	BRUNA NUNES DA SILVA	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
75	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
76	REGINA SARAMENTO	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
77	SHENIA SIQUEIRA DE JESUS OLEARI	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
78	CRYS HELLEN ERDMANN	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
79	EDNETE GONZALVEZ FOGAGNOLI	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
80	AUDREY MEIERJURGEN MASCARENHAS	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0

81	TATIANA BONADIMAN ALEXANDRE	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
82	CINTIA SOUZA DA GRAÇA	Ed. Infantil	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
83	LUANA CRISTINA NUNES DE SOUZA	Ed. Infantil	0	0	0		0

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	ANDRÉIA MARTINHAK FERRAZZA	7122/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
2	CARMEN LUCIA DE ABREU KASPRIK	7061/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
3	CAROLINA DA ROCHA CAMILLO	7300/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
4	DALITA CRISTIANE DE A. PATRÍCIO	6860/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
5	ESTELA BENKENDORF RAMOS	7106/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
6	GILVANI REGINES SCHIESSL	7240/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
7	INDIANARA L. AGUIAR DE AQUINO SOUTO	6931/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
8	JOCIANE APARECIDA SILVANO RIBEIRO	7181/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
9	KARINE CORDEIRO DA SILVA MOURA	7327/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
10	LOUANA FERNANDA CARNEIRO	7123/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
11	MERIELE PRESTES	7083/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f" "g"
12	ODETE ALVES DE SOUZA	7066/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
13	REGIANE DA SILVA	7316/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f" "g"
14	SOLANGE F. CEZAR	7328/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
15	SHEILA SOARES ROSA	6950/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.5 "f"
16	VICTA OGG JOHSON GONÇALVES	6899/2017	Professor Educ. Infantil: Descumpriu Item 3.2

Itapoá, 08 de Novembro de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira

Secretária de Educação

Edital 30/2017-18 - Anos Iniciais - 1º ao 3º ano

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assi- duida- de	Desempate	Total
1	TANIA APARECIDA HAUPT	ALFABETIZAÇÃO	19	372	20		411
2	JULIO MARASCK FAGUNDES	ALFABETIZAÇÃO	50	190	20		260
3	ELOIZA BOECHAT CAMARGO	ALFABETIZAÇÃO	50	134	20	5.1 "d"- Maior Idade	204
4	ELAINE DE OLIVEIRA HUTH	ALFABETIZAÇÃO	50	134	20		204
5	MARQUEDIANE BRUSAMARELLO	ALFABETIZAÇÃO	50	54	20		124
6	ODETTE CRISTINA DA SILVA	ALFABETIZAÇÃO	50	58	20		128
7	MARINEZ ENDO TAKATA	ALFABETIZAÇÃO	0	72	20		92
8	MANOELA CRISTINA TAVARES	1º AO 3º	33	312	20		365
9	ODNEIA DA SILVA AZEVEDO	1º AO 3º	0	342	20		362
10	MARLI TERESA BONFLEUR	1º AO 3º	42	266	20		328
11	MARIA JOSÉ RIBEIRO	1º AO 3º	21	200	20		241
12	MARTA DO ROSÁRIO SILVEIRA GUTIERREZ	1º AO 3º	50	168	20		238
13	CLAUDIA SOUZA LEDOUX	1º AO 3º	21	172	20		213
14	LILIAN ROSANE ALVES	1º AO 3º	21	170	20		211
15	FRANCIANA REGINA NARDELLI	1º AO 3º	18	154	20		192
16	SIMONE COSTA	1º AO 3º	50	110	20		180

17	GEISA RAFAELA MALANSKI POMARI	1º AO 3º	50	98	20	5.1 "c"- Maior numero de- pendentes	168
18	SATIRA M. Z. ZAVODINI	1º AO 3º	50	98	20		168
19	PAULA MARIA DE SOUZA ANDRIGUETTO	1º AO 3º	2	144	20		166
20	GILMARA ARMINDA RODRIGUES PESSOA	1º AO 3º	30	124	0		154
21	NELMA MACHADO	1º AO 3º	0	118	20		138
22	NATÁLIA KRUGER	1º AO 3º	19	90	20		129
23	SANDRA MARA BERTÉ	1º AO 3º	30	76	20		126
24	SILVANA FATIMA DE LIMA	1º AO 3º	32	78	0		110
25	MARI ESTELA JARECKI	1º AO 3º	41	42	20		103
26	SIRLETE DO ROCIO PIAZZETTA	1º AO 3º	42	40	20		102
27	VANILDA ALVES MARQUES	1º AO 3º	31	48	20		99
28	HORTENCIA DOS SANTOS	1º AO 3º	10	54	20	5.1 "a"- Maior tempo de experiência	84
29	INDIANARA L. AGUIAR DE AQUINO SOUTO	1º AO 3º	46	38	0		84
30	MARIA ESTER VENEGAS	1º AO 3º	0	82	0		82
31	ANDRÉIA CRISTINA F. CARVALHO CAMILO	1º AO 3º	33	16	20		69
32	FERNANDA APARECIDA DONINI	1º AO 3º	4	34	20		58
33	IVONE DARUCESKI	1º AO 3º	9	34	0		43
34	LUANA CRISTINA ALVES	1º AO 3º	27	0	0		27
35	CLEONICE MARTIN MACHADO	1º AO 3º	0	0	0	5.1 "c"- Maior numero de- pendentes	0
36	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	1º AO 3º	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
37	SHENIA SIQUEIRA DE JESUS OLEARI	1º AO 3º	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
38	LUANA CRISTINA NUNES DE SOUZA	1º AO 3º	0	0	0		0

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	DALITA CRISTIANE DE A. PATRÍCIO	6860/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
2	DANIELLY REGINA KUNZLER	6962/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
3	ESTELA BENKENDORF RAMOS	7106/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
4	GILVANI REGINES SCHIESSL	7240/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
5	JOCIANE APARECIDA SILVANO RIBEIRO	7181/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
6	JOSIANE LETICIA SILVA DE LIMA	7245/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
7	KARINE CORDEIRO DA SILVA MOURA	7327/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
8	LOUANA FERNANDA CARNEIRO	7123/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
9	LUCILENE RAMPON MASCARELLO CARNIEL	6848/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"
10	ODETE ALVES DE SOUZA	7066/2017	Anos Iniciais - 1º ao 3º: Descumpriu Item 3.5 "f"

Itapoá, 08 de Novembro de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira

Secretária de Educação

Edital 30/2017-18 - Anos Iniciais - 4º ao 5º ano

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Nome	Habilitado	Cur- sos	Tem- po de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
-------	------	------------	-------------	--------------------------	-------------	-----------	-------

1	MARCIA DENISE KAMPMANN LECH DE SOUZA	4º E 5º ANO	22	604	20		646
2	JOSELAINE AP. COIMBRA CARDOSO	4º E 5º ANO	50	370	20		440
3	SAMIA SALEH PIRES	4º E 5º ANO	50	360	20		430
4	TANIA APARECIDA HAUPT	4º E 5º ANO	24	372	20		411
5	MARINA TROMM	4º E 5º ANO	44	312	20		376
6	ROSELI ANTT DE BRITO	4º E 5º ANO	20	330	20		370
7	MANOELA CRISTINA TAVARES	4º E 5º ANO	33	312	20		365
8	DALVA BORBA	4º E 5º ANO	29	246	20		295
9	MARTA DO ROSÁRIO SILVEIRA GUTIERREZ	4º E 5º ANO	50	168	20		238
10	ELIZABETH KRAINSKI KOSSOWSKI	4º E 5º ANO	21	216	0		237
11	SIMONI DO ROCIO ALMEIDA LIMA	4º E 5º ANO	50	168	0		218
12	CLAUDETE AP. CAMPOS CALDERON	4º E 5º ANO	50	142	20		212
13	LILIAN ROSANE ALVES	4º E 5º ANO	21	170	20		211
14	FLAVIA REGINA DA SILVA	4º E 5º ANO	21	168	20		209
15	CLEIDIMARA DUDEK	4º E 5º ANO	40	128	20	5.1 "a"- Maior tempo de experiência	188
16	ROSELY MANICALDI	4º E 5º ANO	50	118	20		188
17	CRISTIANE AP. GAVLETO DE MELLO	4º E 5º ANO	19	162	0		181
18	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	4º E 5º ANO	38	116	20		174
19	JOÃO PEDRO OLIVEIRA SILVA	4º E 5º ANO	0	152	20	5.1 "a"- Maior tempo de experiência	172
20	MARISA MANDES CARDOSO CECCATTO	4º E 5º ANO	50	102	20		172
21	FEIRUZ MARIAN SALEH DAYEH WRU-BLAK	4º E 5º ANO	21	121	20		162
22	CLEIBE LUISA MARCHAUEK	4º E 5º ANO	41	116	0		157
23	FRANCIELLE DE SOUZA	4º E 5º ANO	50	78	20		148
24	GISLIANE DA SILVA MUNIZ	4º E 5º ANO	50	74	20	5.1 "c"- Maior numero depenpentes	144
25	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS	4º E 5º ANO	50	74	20		144
26	NELMA MACHADO	4º E 5º ANO	0	118	20		138
27	ROSENILDA RODRIGUES SIKORA	4º E 5º ANO	50	82	0		132
28	JOCIMARA TATIANA DEON LEIRIA	4º E 5º ANO	2	106	20		128
29	ROSANA DOS SANTOS	4º E 5º ANO	15	92	20		127
30	MÁRCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO	4º E 5º ANO	50	54	20		124
31	ELIZETE DE ALMEIDA DUTRA	4º E 5º ANO	50	68	0		118
32	ANDRÉIA PEREIRA	4º E 5º ANO	44	44	20		108
33	REGINA GLORIA DOS SANTOS MARTINS	4º E 5º ANO	15	66	20		101
34	LUANA MANHOLER GONÇALVES	4º E 5º ANO	0	76	20		96
35	MARINEZ ENDO TAKATA	4º E 5º ANO	0	72	20		92
36	LIZIANE MACHADO MORENO	4º E 5º ANO	0	66	20		86
37	CINTIA CIUNEK	4º E 5º ANO	15	38	20		73
38	KEILA DOS SANTOS MAZETTI	4º E 5º ANO	50	2	20		72
39	GISLAINE MARTINS SANTOS	4º E 5º ANO	22	40	0		62
40	NAYSA CORREA LEDOUX	4º E 5º ANO	37	14	0		51
41	MONIQUE DO ROSARIO DE SOUZA MEISTER	4º E 5º ANO	0	10	20		30
42	LUANA CRISTINA ALVES	4º E 5º ANO	27	0	0		27
43	ALEXANDRA JULIO PIMENTEL	4º E 5º ANO	7	18	0		25
44	NELMA REGINA DE OLIVEIRA	4º E 5º ANO	20	0	0		20
45	BRUNA NUNES DA SILVA	4º E 5º ANO	0	0	0	5.1 "c"- Maior numero depen-dentes	0

46	EDNETE GONZALVEZ FOGAGNOLI	4º E 5º ANO	0	0	0		0
----	----------------------------	-------------	---	---	---	--	---

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	ALIANDRA DA CUNHA NUNES	6971/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f"
2	ANGELICA AGGIO CRUZ PRADO DA SILVA	7138/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f" "g"
3	CAROLINA DA ROCHA CAMILLO	7300/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f"
4	DANIELLY REGINA KUNZLER	6962/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f"
5	JOSIANE LETICIA SILVA DE LIMA	7245/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f"
6	LUCILENE RAMPON MASCARELLO CARNIEL	6848/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f"
7	MERIELE PRESTES	7083/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f" "g"
8	TELMA REGINA PASSOS MONTAGNOLI	6816/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f"
9	VICTA OGG JOHSON GONÇALVES	6899/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.2

Itapoá, 08 de Novembro de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira

Secretária de Educação

#### Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Ciências

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	MARIA MARGARIDA DA SILVA	CIÊNCIAS	18	372	0		390
2	LUCIANO SANTOS KUROBA	CIÊNCIAS	19	140	20		179
3	GABRIELA DE PAULA NASCIMENTO	CIÊNCIAS	0	60	20		80
4	LETÍCIA ANGELICA PEREIRA	CIÊNCIAS	0	18	0		18
5	RAYANA CORREA DA SILVA	CIÊNCIAS	1	0	0		1
6	VINICIUS SILVA LONDERO	CIÊNCIAS	0	0	0	5.1 "c"- Maior numero dependentes	0
7	ALEJANDRA VILLALOBOS ESCALANTE	CIÊNCIAS	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0
8	ANA CAROLINA SOARES DA SILVA	CIÊNCIAS	0	0	0		0

#### Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Matemática

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	SOLANGE MARIA BONA	MATEMÁTICA	0	208	20		228
2	MARIANI AP. DE MATIAS	MATEMÁTICA	19	170	20		209
3	GUIOMAR LEITE	MATEMÁTICA	50	134	20		204
4	CLEIBE LUISA MARCHAUKE	MATEMÁTICA	41	116	0		157
5	MABEL DE FÁTIMA BALAN	MATEMÁTICA	50	76	20		146
6	MARCOS JOSÉ DE SOUZA AGUIAR	MATEMÁTICA	50	54	20		124
7	JOSEMARA PONTES FERREIRA	MATEMÁTICA	15	98	0		113
8	BRUNO LUCAS DA COSTA	MATEMÁTICA	39	36	20		95
9	ISAAK PEDORSO PALAMARES	MATEMÁTICA	12	58	20		90
10	SANDRANÉIA AP. DE MELLO CHAGAS	MATEMÁTICA	50	0	20		70
11	JANE MARIA AMALIA FERREIRA LIMA	MATEMÁTICA	39	0	20		59
12	DANIEL GONÇALVES FAVARIN	MATEMÁTICA	0	43	0		43

13	VOLNEY SEBOLD	MATEMÁTICA	18	0	0		18	

## Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Artes

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total	
1	SOLANGE NAGEL PALANDI	ARTES	0	320	20		340	
2	ANGELA REGINA MISSIO	ARTES	17	188	20		225	
3	CLEIDIMARA DUDEK	ARTES	40	128	20		188	
4	LUCÉLIA AP. CORDEIRO	ARTES	30	130	20		180	
5	JOCÉLIA TELES DOS SANTOS	ARTES	9	54	20		83	
6	SHAYANNE CAROLINE ROSA	ARTES	38	12	20		70	
7	ANDRÉ DA SILVA	ARTES	17	14	20		51	
8	ANGELICA AGGIO CRUZ PRADO DA SILVA	ARTES	17	0	0		17	
9	LUCIANA GRASIELE CICHOSKI	ARTES	0	0	0		0	

## Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Educação Física

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total	
1	ROSANA NOGUEIRA BATISTA	ED. FÍSICA	49	314	20		383	
2	JULIO CÉSAR MENDES RIBAS	ED. FÍSICA	20	306	20		346	
3	SILAS SCHAFFHAUSER	ED. FÍSICA	34	274	20		328	
4	HENRIQUE DE ALMEIDA MACHADO	ED. FÍSICA	31	236	20		287	
5	ALAN JOSÉ REZENDE DA SILVA	ED. FÍSICA	46	198	20		264	
6	ROBSON ANTONIO GONÇALVES	ED. FÍSICA	35	188	20		243	
7	WILLIAM LUIS PARTALA	ED. FÍSICA	17	176	20		213	
8	ANDRÉ JOSÉ DOS SANTOS	ED. FÍSICA	50	138	20		208	
9	JULIANO KLEINE	ED. FÍSICA	50	132	20		202	
10	MANUELA FICHER PERES	ED. FÍSICA	21	152	20		193	
11	TATHIANE REGINA KULIACK CANDIDO	ED. FÍSICA	50	80	20		150	
12	MATHEUS ROCHA NUNES	ED. FÍSICA	1	104	20		125	
13	MANASSÉS DA GRAÇA NOGUEIRA	ED. FÍSICA	1	76	20		97	
14	CARLOS ALEXANDRE SILVA DE JESUS	ED. FÍSICA	1	64	20		85	
15	JOSÉ BENTO ALVES DE SOUZA	ED. FÍSICA	0	48	20		68	
16	JOSÉ DOS SANTOS GUEDES	ED. FÍSICA	20	8	20		48	
17	BIANCA LUZ SADE	ED. FÍSICA	0	0	0	5.1 "c"- Maior numero dependentes	0	
18	MARILUCY PAULA DA SILVA ANDRADE	ED. FÍSICA	0	0	0		0	

## Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Geografia

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total	
1	HADRYANO MINATTI CAVALARI	GEOGRAFIA	1	338	20		359	
2	CLARICE VOLPATO DACOREGIO BUSS	GEOGRAFIA	34	282	20		336	
3	WILLIAM GONÇALVES	GEOGRAFIA	34	32	0		66	
4	CEILA MARIA LEMPEK FRITG	GEOGRAFIA	0	0	0		0	

## Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - História

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total	
1	EDNILSON MARTINEZ	HISTÓRIA	18	484	20		522	

2	CLARICE VOLPATO DACOREGIO BUSS	HISTÓRIA	34	282	20		336	
3	NELSON PEREIRA	HISTÓRIA	50	212	20		282	
4	BRUNA SILVA P. DE SOUZA	HISTÓRIA	44	156	20		220	
5	CLAUDENICE ESPÍNDOLA CARNEIRO	HISTÓRIA	30	94	0		124	
6	LUCIANE COSTA	HISTÓRIA	18	52	20		90	
7	VALDIR ORTIZ SILVESTRE	HISTÓRIA	20	38	20		78	
8	LEONE JOSE BROGGIATTO	HISTÓRIA	21	0	0		21	
9	JULIANA STEFANES	HISTÓRIA	2	0	0		2	
10	ELISETE TERESINHA GABRIEL	HISTÓRIA	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0	
11	RICELY DE ARAUJO RAMOS	HISTÓRIA	0	0	0	5.1 "d"- Maior Idade	0	
12	CLEMERSON LUIS DE BRITTO	HISTÓRIA	0	0	0		0	

## Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Ensino Religioso

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total	
1	NATÁLIA JALILE VILAS BOAS	ENS. RELIGIOSO	0	0	0		0	

## Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Inglês

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total	
1	ROSANE AP. RODRIGUES FARIAS	INGLÊS	30	626	0		656	
2	MARIS CRISTINA DE O. DA SILVA	INGLÊS	50	174	20		244	
3	OSMAR DOS REIS PEREIRA	INGLÊS	50	172	20		242	
4	MÁRCIA CERDEIRA	INGLÊS	50	144	20		214	
5	ATHALUANA AMALIA CARRARO MAIA	INGLÊS	50	132	0		182	
6	LUCIANA DELALIBERA SILVA	INGLÊS	31	120	20		171	
7	ROSE AP. PADILHA RAYSER	INGLÊS	20	116	0		136	
8	FRANCIELE AP. PEREIRA SANTOS	INGLÊS	50	46	0		96	
9	GABRIELE VELOZO F. DA ROCHA	INGLÊS	1	72	0		73	
10	ADRIANA TEREZINHA STANCHAK	INGLÊS	1	2	0		3	
11	VINICIOS MAZZUCHETTI	INGLÊS	0	0	0		0	

## Edital 30/2017-18 - Matérias Específicas - Português

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total	
1	ROSANE AP. RODRIGUES FARIAS	PORTUGUÊS	30	626	0		656	
2	LUCIANO DOS SANTOS	PORTUGUÊS	24	280	0		304	
3	MARIS CRISTINA DE O. DA SILVA	PORTUGUÊS	50	174	20		244	
4	OSMAR DOS REIS PEREIRA	PORTUGUÊS	50	172	20		242	
5	CHARLENE AP. DE SOUZA	PORTUGUÊS	50	154	20		224	
6	BRUNA SILVA P. DE SOUZA	PORTUGUÊS	44	156	20		220	
7	MÁRCIA CERDEIRA	PORTUGUÊS	50	144	20		214	
8	TATIANA DEISE AGOSTINI	PORTUGUÊS	12	180	0		192	
9	ATHALUANA AMALIA CARRARO MAIA	PORTUGUÊS	50	132	0		182	
10	LUCIANA DELALIBERA SILVA	PORTUGUÊS	31	120	20		171	
11	FRANCIELE AP. PEREIRA SANTOS	PORTUGUÊS	50	46	0		96	
12	DARIETE CRUZ GOMES	PORTUGUÊS	26	48	0		74	
13	MELISSA FERREIRA DE FREITAS LOPES	PORTUGUÊS	0	40	0		40	
14	NAYARA TAINA PETER BEIER	PORTUGUÊS	16	0	0		16	
15	VINICIOS MAZZUCHETTI	PORTUGUÊS	0	0	0		0	

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.								
Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento					
1	ALIANDRA DA CUNHA NUNES	6971/2017	Professor de Matemática: Descumpriu Item 3.5 "f"					
2	AKINANDRA ALMAHARA MARTENDAL	7236/2017	Professor de Artes: Descumpriu Item 3.5 "f"					
3	ANA PAULA FRUET LABES	7278/2017	Professor Português e Inglês: Descumpriu Item 3.5 "f"					
4	ANDREI RAUEN	6937/2017	Professor Ed. Física: Descumpriu Item 3.5 "h"					
5	AUDREY MEIERJURGEN MASCARENHAS	7256/2017	Professor En Religioso: Descumpriu Item3.5 "f" e "g"					
6	BARBARA AGUIRRE	7085/2017	Professor Português e Inglês: Descumpriu Item 3.5 "f"					
7	CLAUDETE DOS SANTOS KULYK	7314/2017	Professor Português: Descumpriu Item3.5 "f"					
8	DAVID LASS	7128/2017	Professor Ed. Física: Descumpriu Item 3.5 "h"					
9	EDERSON PAULETTI	7052/2017	Professor de Matemática e Ciências: Descumpriu Item 3.5 "f"					
10	JANAINA DAMOVICH CLAUDINO	7238/2017	Professor de Matemática: Descumpriu Item 3.5 "f"					
11	MARCIO ELOI SANTOS	7265/2017	Professor de Matemática: Descumpriu Item 3.5 "f"					
12	MARILENE BELLONI	7301/2017	Professor Português e Inglês: Descumpriu Item 3.5 "f"					
13	NATÁLIA JALILE VILAS BOAS	6893/2017	Professor História: Descumpriu Item3.5 "f"					
14	NATAN FELIPE MOREIRA	7003/2017	Professor Ed. Física: Descumpriu Item 3.5 "h"					
15	PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS	7113/2017	Professor de Matemática: Descumpriu Item 3.5 "f"					
16	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVERIA	7093/2017	Professor Ed. Física: Descumpriu Item 3.5 "h"					
17	SABINE BRANDT DOS SANTOS	7274/2017	Professor Inglês: Descumpriu Item 3.5 "f" e "g"					
18	TERESA CRAVETZ BACHER	7306/2017	Professor En Religioso: Descumpriu Item 3.5 "f" e "g"					
19	THAINA ZANETTI DA SILVA	7242/2017	Professor Ed. Física: Descumpriu Item 3.5 "h"					
20	WILLIAN ALVES MIRANDA	6943/2017	Professor Ed. Física: Descumpriu Item 3.5 "h"					
	Itapoá, 08 de Novembro de 2017.							
Luíza Montalvão de Oliveira								
Secretária de Educação								

## Edital 30/2017-18 - Administração

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	ADMINISTRAÇÃO	50	340	20		410
2	ANDRÉ FELIPE BORBA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO	50	338	20		408
3	DALVA BORBA	ADMINISTRAÇÃO	10	256	20		286
4	MICHELE PEREIRA DOS SANTOS	ADMINISTRAÇÃO	50	57	20		127
5	MARCIA FRANCISCA DE PAULA RAMOS	ADMINISTRAÇÃO	21	99	0		120
6	MARIA ESTER VENEGAS	ADMINISTRAÇÃO	0	95	0		95

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	ROBERTA SEREDNITZKEI LIMA	7243/2017	Administração: Descumpriu Item 3.5 letra "f"
2	TELMA REGINA PASSOS MONTAGNOLI	6816/2017	Anos Iniciais 4º e 5º: Descumpriu Item 3.5 "f"

	Itapoá, 08 de Novembro de 2017.						
Luíza Montalvão de Oliveira							
Secretária de Educação							

## Edital 30/2017-18 - Supervisão

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	FABIANA HELENA PRADO B. C. LEAL	SUPERVISÃO	50	392	20		462
2	ANDRÉ FELIPE BORBA DA SILVA	SUPERVISÃO	50	338	20		408
3	SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE	SUPERVISÃO	50	240	20		310
4	SANDRA LEOMAR KLACZEK	SUPERVISÃO	0	269	0		269
5	NILVA AP.GONÇALVES HAAS	SUPERVISÃO	50	129	20		199
6	ROSELY MANICALDI	SUPERVISÃO	50	121	20		191
7	MARCIA FRANCISCA DE PAULA RAMOS	SUPERVISÃO	21	99	0		120

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento
1	ROBERTA SEREDNITZKEI LIMA	7243/2017	Supervisão: Descumpriu Item 3.5 - letra "f"
2	ROSE AP. PADILHA RAYSER	6862/2017	Supervisão: Descumpriu Item 3.3 - letra "b" e "c"

Itapoá, 08 de Novembro de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira

Secretária de Educação

## Edital 30/2017-18 - Orientação

Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	MARCIA DENISE KAMPMANN LECH DE SOUZA	ORIENTAÇÃO	22	604	20		646
2	ROSELI ANTT DE BRITO	ORIENTAÇÃO	2	340	20		362
3	MARLI TERESA BONFLEUR	ORIENTAÇÃO	42	266	20		328
4	SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE	ORIENTAÇÃO	50	240	20		310
5	SANDRA LEOMAR KLACZEK	ORIENTAÇÃO	21	269	0		290
6	SIMONI DO ROCIO ALMEIDA LIMA	ORIENTAÇÃO	36	236	0		272
7	TEREZINHA AP. SOUZA VANDERLINE	ORIENTAÇÃO	44	176	20		240
8	CLEONICE DEODORO LEITE AMARAL	ORIENTAÇÃO	50	167	20		237
9	NILVA AP.GONÇALVES HAAS	ORIENTAÇÃO	50	129	20		199

Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário para vagas vinculadas para o ano 2018.

	Candidato	Protocolo	Base do indeferimento

	Itapoá, 08 de Novembro de 2017.						
Luíza Montalvão de Oliveira							
Secretária de Educação							

**EDITAL 31/2017-18 - EDUCAÇÃO ESPECIAL - PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA.**

Publicação N° 1422346

Edital 31/2017-18 - Educação Especial - Professor Auxiliar de Turma							
Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na EDUCAÇÃO ESPECIAL nas vagas vinculadas ou excedentes para o ano de 2018.							
Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	ELISABETE DE MIRA	3.3 - B	50	386	20		456
2	SAMIA SALEH PIRES	3.3 - B	50	362	20		432
3	FEIRUZ MARIAN SALEH DAYEH WRUBLAK	3.3 - B	21	256	20		297
4	MARCIA DENISE KAMPMANN LECH DE SOUZA	3.3 - C	4	606	20		630
5	JOSELAINE AP. CAIMBRA CARDOSO DE AMORIM	3.3 - C	50	370	20		440
6	SILVIA PEREIRA DOS SANTOS FRISANCO	3.3 - C	46	314	20		380
7	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	3.3 - C	50	276	20		346
8	ANDRÉ FELIPE BORBA DA SILVA	3.3 - C	30	246	20		296
9	JANETE MARIZA GONÇALVES	3.3 - C	50	196	20		266
10	ELIZABETH KRAINSKI KOSSOWSKI	3.3 - C	0	216	0		216
11	DANIEL VANÂNCIO DA COSTA	3. 3 - C	20	176	0		196
12	CLAUDETE AP. CAMPOS CALDERON	3.3 - C	50	118	20	5.1 "a"- Maior número dependentes	188
13	ROSELY MANICALDI	3.3 - C	50	118	20		188
14	FRANCIANA REGINA NARDELLI	3.3 - C		154	20		174
15	GEISA RAFAELA MALANSKI	3.3 - C	50	98	20		168
16	ROSEANE ROSÁRIO DE JESUS FIAMOCINI	3.3 - C	43	100	20	5.1 "a"- Maior número dependentes	163
17	CRISTIANE AP. GAVLETA DE MELLO	3.3 - C	1	162	0		163
18	FRANCIELLE DE SOUZA	3.3 - C	50	78	20		148
19	SHEILA SOARES ROSA	3.3 - C	38	72	20		130
20	ESTELA BENKENDORF RAMOS	3.3 - C	0	106	20		126
21	ELAINE CRISTINA FAGUNDES	3.3 - C	42	50	20		112
22	GILMARA ARMINDA RODRIGUES PESSOA	3.3 -C	12	94	0		106
23	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	3.3 -C	50	46	0		96
24	SILVANA FÁTIMA DE LIMA	3.3 -C	11	78	0		89
25	INDIANARA LEONARDI AGUIAR DE A. SOUTO	3.3 - C	50	38	0		88
26	LUANA MANHOLER GONÇALVES	3.3 -C	0	32	20		52
27	CAROLINA DA ROCHA CAMILLO	3.3 - C	0	30	0		30
28	CARMEM LUCIA DE ABREU KASPRIK	3.3 - C	0	0	0	5.1 "b"- Maior Idade	0
29	LUANA FERNENDA CARNEIRO	3.3 - C	0	0	0		0
30	FABIANA HELENA PRADO B. C. LEAL	3.3 - D	50	356	20		426
31	NERCI SUNTA PAGNONCELLI	3.3 - D	50	110	0		160

32	NELMA MACHADO	3.3 - D	6	118	20		144
33	NATÁLIA KRUGER	3.3 - D	19	90	20		129
34	GISLIANE DA SILVA MUNIZ	3.3 - D	50	58	20	5.1 "a"- Maior número dependentes	128
35	MICHELE PEREIRA DOS SANTOS	3.3 - D	50	58	20		128
36	MARGARETE FROZZA MERTZ	3.3 - D	50	36	20		106
37	GISLAINE MARTINS SANTOS	3.3 - D	18	60	20		98
38	REGINA GLORIA DOS SANTOS MARTINS	3.3 - D	0	66	20		86
39	SIRLETE DO ROCIO PIAZZETTO	3.3 - D	25	40	20		85
40	KEILA DOS SANTOS MAZETTI	3.3 - D	4	50	20		74
41	NAYSA CORREA LEDOUX	3.3 - D	33	14	0		47
42	CLEONICE DEODORO LEITE AMARAL	3.3 - E	34	132	20		186
43	SANDRA MARÁ BERTÉ	3.3 - E	30	76	20		126
44	VANILDA ALVES MARQUES	3.3 - E	30	48	20		98
45	MARIA ESTER VENEGAS	3.3 - E	0	86	0		86
46	CINTIA CIUNEK	3.3 - E	15	38	20		73
47	HORTÊNCIA DOS SANTOS	3.3 - E	11	40	20		71
48	ANDRÉIA CRISTINA F. C. CAMILO	3.3 - E	33	16	20		69
49	ALEXANDRA JULIO PIMENTEL	3.3 - E	8	18	0		26
50	CRYS HELLEN ERDMANN	3.3 - E	0	0	0		0

## Edital 31/2017-18 - Educação Especial - Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Ordem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	Total
1	SAMIA SALEH PIRES	3.5 - B	50	362	20		432
2	FEIRUZ MARIAN SALEH DAYEH WRUBLAK	3.5 - B	21	256	20		297
3	MARCIA DENISE KAMPMANN LECH DE SOUZA	3.5 - C	4	606	20		630
4	SILVIA PEREIRA DOS SANTOS FRISANCO	3.5 - C	46	314	20		380
5	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	3.5 - C	50	276	20		346
6	ANDRÉ FELIPE BORBA DA SILVA	3.5 - C	30	246	20		296
7	DALVA BORBA	3.5 - C	10	246	20		276
8	DANIEL VANÂNCIO DA COSTA	3.5 - C	20	176	0		196
9	CLAUDETE AP. CAMPOS CALDERON	3.5 - C	50	118	20	5.1 "b"- Maior Idade	188
10	ROSELY MANICALDI	3.5 - C	50	118	20		188
11	FRANCIANA REGINA NARDELLI	3.5 - C	0	154	20		174
12	CRISTIANE AP. GAVLETA DE MELLO	3.5 - C	1	162	0		163
13	MARI ESTELLA JARECKI	3.5 - C	50	42	20		112
14	GILMARA ARMINDA RODRIGUES PESSOA	3.5 - C	12	94	0		106
15	SILVANA FÁTIMA DE LIMA	3.5 - C	11	78	0		89
16	INDIANARA LEONARDI AGUIAR DE A. SOUTO	3.5 - C	50	38	0		88
17	THAIZE NASCIMENTO TILLER	3.5 - C	4	40	20		64
18	SIMONI DO ROCIO ALMEIDA LIMA	3.5 - C	36	26	0		62
19	LUANA MANHOLER GONÇALVES	3.5 - C	0	32	20		52
20	SILVIA NARA FERNANDES DE OLIVEIRA	3.5 - C	7	42	0		49
21	CAROLINA DA ROCHA CAMILLO	3.5 - C	0	30	0		30
22	CARMEM LUCIA DE ABREU KASPRIK	3.5 - C	0	0	0	5.1 "b"- Maior Idade	0
23	LUANA FERNENDA CARNEIRO	3.5 - C	0	0	0		0
24	FABIANA HELENA PRADO B. C. LEAL	3.5 - D	50	356	20		426
25	MICHELE PEREIRA DOS SANTOS	3.5 - D	50	58	20		128
26	GISLAINE MARTINS SANTOS	3.5 - D	18	60	20		98
27	REGINA GLORIA DOS SANTOS MARTINS	3.5 - D	0	66	20		86

Edital 31/2017-18 - Educação Especial - Intérprete/Tradutor de LIBRAS/Língua Portuguesa (Professor Bilingue)							
Or-dem	Nome	Habilitado	Cursos	Tempo de serviço	Assiduidade	Desempate	To-tal
1	NELMA MACHADO	3.4 - E	6	118	20		144
Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de profissionais admitidos em Caráter Temporário que atuarão na EDUCAÇÃO ESPECIAL para vagas vinculadas para o ano 2018.							
	Candidato	Protocolo	Base do Indeferimento				
1	ALIANDRA DA CUNHA NUNES	6974/2017	Professor AEE e Auxiliar de Turma: Descumpriu Item 3.5 e 3.3				
2	ALEXANDRA JULIO PIMENTEL	6976/2017	Professor AEE: Descumpriu Item 3.5				
3	ATHALUANA AMALIA CARRARO MAIA	7074/2017	Professor AEE: Descumpriu Item 3.5				
4	CLEONICE DEODORO LEITE AMARAL	6822/2017	Professor AEE: Descumpriu Item 3.5				
5	VICTA OGG JONSON GONÇALVES	6900/2017	Professor AEE e Auxiliar de Turma: Descumpriu Item 3.1				
	Itapoá, 08 de Novembro de 2017.						
Luíza Montalvão de Oliveira							
Secretária de Educação							

**EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº70/2017**

Publicação Nº 1422131

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, com sede á Rua Nácar, nº 153, Bairro Guanabara, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89207-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.985.955/0001-52 e Inscrição Estadual nº 257.448.276, representada neste ato por sócio administrador Sr. RENAN SISMER MAURÍCIO, portador do CNPF/MF nº 087.134.269-31 e do CI. RG nº 6.696.389 – SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 11/2017 - PROCESSO Nº 118/2017

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de reforma da sede Instituição de Acolhimento Recanto Feliz, conformes projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

VALOR R\$: R\$ 95.073,18 (noventa e cinco mil e setenta e três reais e dezoito centavos)

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/02/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 07 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 12/2017-CMAS.**

Publicação Nº 1422369

RESOLUÇÃO nº 12 /2017

Dispõe sobre a devolução de valores ao erário público por uso indevido da política de assistência social na liberação de benefícios eventuais no Município de Itapoá SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Itapoá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 30/2001 e suas alterações e:



CONSIDERANDO que os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

CONSIDERANDO que a concessão e o valor dos auxílios por natalidade e por morte serão regulados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

CONSIDERANDO que o decreto de emergência 3300/2017 de 15/08/2017 decretou estado de situação de emergência, autorizando a todos os órgãos municipais a atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

CONSIDERANDO que tal coordenadoria não se encontra em funcionamento, não atuou junto a secretaria de assistência social para direcionar o atendimento as famílias supostamente atingidas.

CONSIDERANDO o relatório de atendimento encaminhado pela equipe da gestão, totalizaram 100 cadastros (100 cestas básicas), ocorrendo a entrega entre os dias 25 e 01 de agosto, mais de 10 dias depois do evento considerado danoso.

CONSIDERANDO ainda o relatório de atendimento aponta que tanto a secretaria de assistência, a chefia de gabinete, a defesa civil e os técnicos responsáveis, tinham conhecimento que o decreto não foi homologado pelo Estado de Santa Catarina, tendo não havendo para tanto repasse de valores para cobrir os custos com cestas básicas.

CONSIDERANDO que todos os documentos comprovam não haver impossibilidade, mas sim dificuldades para realização da pesca, fato que também consta do relatório de atendimento dos técnicos, que cita pescador que dividiu os pescados com a comunidade.

CONSIDERANDO a análise realizada por técnicos (assistente sociais e psicólogos), membros do plenário do conselho em relação aos documentos solicitados, verificou-se a existência de parecer sem carimbo do técnico como de pareceres assinados por profissional que não é assistente social.

CONSIDERANDO que não foi apresentado pela Gestão da assistência social o parecer da defesa civil sobre a situação do local, que embasou todos os atos da gestão na concessão destes 100 benefícios eventuais (cestas básicas).

CONSIDERANDO que não foram respeitados os requisitos exigidos pela política de assistência, principalmente os contidos no artigo 22 da Lei 8.742/1993 e Lei Municipal 30/2011 e suas alterações, como também o Município até o momento não cumpriu as determinações previstas na resolução 39/2010.

RESOLVE, conforme deliberado em reunião extraordinária realizada em 23/10/2017 para deliberação específica dos assuntos contidos nesta resolução, que:

Art. 1º. COM RELAÇÃO AOS TÉCNICOS: Que sejam diligentes no cumprimento da política da assistência social, principalmente no que tange a observância das normas, respeitando as exigências técnicas profissionais no preenchimento de documentos que embasem a liberação de benefícios, inerentes a cada profissão.

Art. 2º. COM RELAÇÃO AO ORDENADOR DA DESPESA – Que seja mais diligente no sentido de aplicação da política da assistência social e que situações análogas a essa seja compartilhada com o conselho municipal de assistência social para deliberações conjuntas.

Art. 3º. COM RELAÇÃO AOS VALORES DESEMBOLSADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – tendo em vista que os valores custeados pelo fundo municipal para a concessão dos 100 suplementos alimentares no total de R\$ 16.593,32 (----), concessão que não cumpriu os requisitos da legislação vigente, deve ser ressarcido ao erário (fundo municipal de assistência social) pelo ordenador da despesa, com votos contrários da saúde, turismo.

Art. 4º. Oficie-se o gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social sobre a deliberação do plenário para as providencias necessárias.

Art. 5º. Oficie-se a Controladoria Interna do Município para as medidas pertinentes ao caso em concreto.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Itapoá, 27 de outubro de 2017

Elaine Cristina Alves  
Presidente do CMAS

# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 82/2017

Publicação Nº 1422415

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Licitação: Chamada Pública 1/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017

Contrato Administrativo nº: 82/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do item 6 e 13 da quantidade inicial do contrato.

Vigência: 31/12/2017, podendo ser prorrogado, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ – COPERJABORA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.813.465/0001-85.

Jaborá, SC, 08 de Novembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE FINANCEIRO 10-2017

Publicação Nº 1422325

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Outubro  
Página: 1

**SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JABORA**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>55.780,32</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>55.780,32</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.694,09
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.086,23
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>75.000,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.000,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>117.845,65</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>119.178,53</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.525,71	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.099,29
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	55.780,32	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	57.539,62
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	57.539,62	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	57.539,62
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>138.434,59</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>156.321,39</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	136.927,90	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	154.354,32
BANCO C/ MOVIMENTO	1.506,69	BANCO C/ MOVIMENTO	1.967,07
<b>TOTAL</b>	<b>331.280,24</b>	<b>TOTAL</b>	<b>331.280,24</b>

JABORA, 06/11/2017

ITAMAR TOIGO  
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO  
Contador CRC SC-030442/O-0

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº393/2017

Publicação Nº 1422821

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº393/2017

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 197/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25,III da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE

CNPJ 07.453.253/0001-60

DO OBJETO: Contratação de apresentações musicais de grupos e bandas para a 29ª Schützenfest – Edição 2017, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE. As apresentações serão realizadas nos Pavilhões A ou B, no período de 09 a 19 de novembro de 2017, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda/Grupo	Data da apresentação	Início da Apresentação	Palco do Pavilhão	Duração	Valor R\$
Irmãos Radoll	09/11/17	18h	B	03h	1.500,00
	11/11/17	19h	A	03h	1.500,00
	14/11/17	19h	A	03h	1.500,00
	16/11/17	17h	B	03h	1.500,00
Adlers Band	09/11/17	21h	B	04h	4.000,00
	12/11/17	16h	B	04h	4.000,00
	17/11/17	20h	B	04h	4.000,00
Ingo Reeck e Banda	10/11/17	19h	A	03h	1.000,00
	15/11/17	19h	A	03h	1.000,00
Ingo Reeck	13/11/17	19h	A	03h	900,00
	18/11/17	11h	A	03h	900,00
Orquestra Continental	10/11/17	21h	A	04h	7.500,00
	11/11/17	22h	A	04h	7.500,00
Os Montanari	10/11/17	01h	A	03h	7.000,00
Trio Musical Edelweiss	10/11/17	18h	B	02h	1.500,00
	15/11/17	13h	B	02h	1.500,00
	17/11/17	19h	A	02h	1.500,00
Banda Melodia Show	10/11/17	20h	B	04h	3.000,00
	13/11/17	19h	B	04h	3.000,00
	15/11/17	20h	B	04h	3.000,00
Musical Estrela de Ouro	10/11/17	00h	B	04h	4.000,00
	14/11/17	00h	B	04h	4.000,00
	19/11/17	16h	B	04h	4.000,00
Banda Mensagem	11/11/17	20h	B	04h	3.000,00
	18/11/17	16h	B	04h	3.000,00
Banda Verde Vale	11/11/17	00h	B	04h	3.500,00
	18/11/17	00h	B	04h	3.500,00
Banda D' Fiebes	12/11/17	14h	A	04h	4.000,00
Banda Coração de Ouro	12/11/17	1h45	B	04h	3.000,00
	14/11/17	20h	B	04h	3.000,00
Musical JS	14/11/17	18h	B	02h	1.700,00
	16/11/17	13h	A	02h	1.700,00
	17/11/17	18h	B	02h	1.700,00
Banda XV Show	16/11/17	19h	B	04h	3.550,00
	19/11/17	14h	A	04h	3.550,00
Banda do Barril	17/11/17	22h30	A	03h	6.500,00
Banda Herr Schmitt	17/11/17	01h30	A	2h30	6.000,00
Musical Só Virtude	12/11/17	20h	B	04h	3.500,00
	18/11/17	19h	A	04h	3.500,00
	19/11/17	16H	A	04h	3.500,00

Banda Bavária	14/11/17	22h	A	03h	5.000,00
	18/11/17	23h	A	03h	5.000,00
	19/11/17	17h	A	03h	5.000,00
Banda Die Brandts	18/11/17	20h	B	04h	3.500,00
	19/11/17	11h	B	04h	3.500,00
Banda Cruzeiro	17/11/17	00h	B	04h	3.550,00
TOTAL					R\$ 153.050,00

VALOR: o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 153.050,00 (cento e cinquenta e três mil e cinquenta reais) pela apresentação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	366	536
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	367	537
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	537	0257

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no período de 09 a 19 de novembro de 2017, nos Pavilhões A ou B, do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2017.

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Vendelino Konell

## EXTRATO DO CONTRATO Nº399/2017

Publicação Nº 1422823

### EXTRATO DO CONTRATO Nº399/2017

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 203/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25,III da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE

CNPJ 07.453.253/0001-60

DO OBJETO: Contratação de apresentações musicais da banda Recordando O Passado para a 29ª Schützenfest – Edição 2017, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE. As apresentações da banda serão realizadas no Pavilhão “B”, nos dias 11 e 16 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda	Data da apresentação	Início da Apresentação	Palco do Pavilhão	Duração	Valor
Recordando o Passado	11/11/17	13h	B	03h	2.000,00
	16/11/17	13h	B	03h	2.000,00
TOTAL					4.000,00

VALOR: o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelas apresentações.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	365	80

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 11 e 16 de novembro de 2017, no Pavilhão B, do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2017.

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Vendelino Konell

**PORTARIA Nº 079/2017/SEMSA**

Publicação Nº 1421770

PORTARIANº 079/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria nº 001/2017, de 02 de janeiro de 2017 e pelo Decreto nº 11.184/2017, de 11 de janeiro de 2017;

RESOLVE :

Art.1º ATRIBUIR EXERCÍCIO A: WILSON MEIER DALPIAZ, matrícula 10038, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de novembro de 2017, conforme abaixo:

Unidade de Saúde	Carga Horária
Policlínica de Especialidades Médicas Dr. João Biron (Centro Vida)	40 horas semanais

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 168/2017/COGEM**

Publicação Nº 1422820

PORTARIANº 168/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 009/2017/CEPA, de 06/10/2017, da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 14/11/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 005/2017, instaurado pela Portaria Nº 818/2017 de 09/08/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controlador-Geral do Município

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 200/2017**

Publicação Nº 1422870

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 200/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDENCIAMENTO Nº 25/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - CNPJ: 03.777.341/0340-60

OBJETO: O presente Termo de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS CONSTANTES NA TABELA DE PREÇOS ABCFARMA COM PERCENTUAL DE DESCONTO DE 20% (VINTE POR CENTO) PARA TODOS OS MEDICAMENTOS QUE FOREM SOLICITADOS, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital de Credenciamento 25/2017.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos medicamentos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos medicamentos entregues à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

DO PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo

ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

VALOR: R\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais). O valor a ser pago para a CREDENCIADA, em decorrência dos medicamentos que efetivamente venha a fornecer, corresponderá aos valores que constam da Tabela de Preços ABCFARMA, com percentual de desconto de 20% (vinte por cento) para todos os medicamentos que forem solicitados. A Tabela ABCFARMA encontra-se disponível no site [www.abcfarma.org.br](http://www.abcfarma.org.br).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017 e 2018:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orça- mentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	32	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 06 de novembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

## RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 201/2017

Publicação Nº 1422866

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 201/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDENCIAMENTO nº 25/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - CNPJ: 03.777.341/0094-65

OBJETO: O presente Termo de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS CONSTANTES NA TABELA DE PREÇOS ABCFARMA COM PERCENTUAL DE DESCONTO DE 20% (VINTE POR CENTO) PARA TODOS OS MEDICAMENTOS QUE FOREM SOLICITADOS, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital de Credenciamento 25/2017.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos medicamentos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos medicamentos entregues à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

DO PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

VALOR: R\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais). O valor a ser pago para a CREDENCIADA, em decorrência dos medicamentos que efetivamente venha a fornecer, corresponderá aos valores que constam da Tabela de Preços ABCFARMA, com percentual de desconto de 20% (vinte por cento) para todos os medicamentos que forem solicitados. A Tabela ABCFARMA encontra-se disponível no site [www.abcfarma.org.br](http://www.abcfarma.org.br).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017 e 2018:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orça- mentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	32	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 06 de novembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 197/2017

Publicação Nº 1422822

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 197/2017

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE.

OBJETO: Contratação de apresentações musicais de grupos e bandas para a 29ª Schützenfest – Edição 2017, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE. As apresentações serão realizadas nos Pavilhões A ou B, no

período de 09 a 19 de novembro de 2017, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda/Grupo	Data da apresentação	Início da Apresentação	Palco do Pavilhão	Duração	Valor R\$
Irmãos Radoll	09/11/17	18h	B	03h	1.500,00
	11/11/17	19h	A	03h	1.500,00
	14/11/17	19h	A	03h	1.500,00
	16/11/17	17h	B	03h	1.500,00
Adlers Band	09/11/17	21h	B	04h	4.000,00
	12/11/17	16h	B	04h	4.000,00
	17/11/17	20h	B	04h	4.000,00
Ingo Reeck e Banda	10/11/17	19h	A	03h	1.000,00
	15/11/17	19h	A	03h	1.000,00
Ingo Reeck	13/11/17	19h	A	03h	900,00
	18/11/17	11h	A	03h	900,00
Orquestra Continental	10/11/17	21h	A	04h	7.500,00
	11/11/17	22h	A	04h	7.500,00
Os Montanari	10/11/17	01h	A	03h	7.000,00
Trio Musical Edelweiss	10/11/17	18h	B	02h	1.500,00
	15/11/17	13h	B	02h	1.500,00
	17/11/17	19h	A	02h	1.500,00
Banda Melodia Show	10/11/17	20h	B	04h	3.000,00
	13/11/17	19h	B	04h	3.000,00
	15/11/17	20h	B	04h	3.000,00
Musical Estrela de Ouro	10/11/17	00h	B	04h	4.000,00
	14/11/17	00h	B	04h	4.000,00
	19/11/17	16h	B	04h	4.000,00
Banda Mensagem	11/11/17	20h	B	04h	3.000,00
	18/11/17	16h	B	04h	3.000,00
Banda Verde Vale	11/11/17	00h	B	04h	3.500,00
	18/11/17	00h	B	04h	3.500,00
Banda D' Fiebes	12/11/17	14h	A	04h	4.000,00
Banda Coração de Ouro	12/11/17	1h45	B	04h	3.000,00
	14/11/17	20h	B	04h	3.000,00
Musical JS	14/11/17	18h	B	02h	1.700,00
	16/11/17	13h	A	02h	1.700,00
	17/11/17	18h	B	02h	1.700,00
Banda XV Show	16/11/17	19h	B	04h	3.550,00
	19/11/17	14h	A	04h	3.550,00
Banda do Barril	17/11/17	22h30	A	03h	6.500,00
Banda Herr Schmitt	17/11/17	01h30	A	2h30	6.000,00
Musical Só Virtude	12/11/17	20h	B	04h	3.500,00
	18/11/17	19h	A	04h	3.500,00
	19/11/17	16H	A	04h	3.500,00
Banda Bavária	14/11/17	22h	A	03h	5.000,00
	18/11/17	23h	A	03h	5.000,00
	19/11/17	17h	A	03h	5.000,00
Banda Die Brandts	18/11/17	20h	B	04h	3.500,00
	19/11/17	11h	B	04h	3.500,00
Banda Cruzeiro	17/11/17	00h	B	04h	3.550,00
TOTAL					R\$ 153.050,00

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	366	536
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	367	537

39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	537	0257
-------------------------	--	--------------------------------	-----	------

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no período de 09 a 19 de novembro de 2017, nos Pavilhões A ou B, do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações. O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 06 de novembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Nirton Hanemann

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Decreto nº 11.422/2017

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 203/2017

Publicação Nº 1422824

### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 203/2017

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

**CONTRATADO:** ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE.

**OBJETO:** Contratação de apresentações musicais da banda Recordando O Passado para a 29ª Schützenfest – Edição 2017, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE. As apresentações da banda serão realizadas no Pavilhão “B”, nos dias 11 e 16 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda	Data da apresentação	Início da Apresentação	Palco do Pavilhão	Duração	Valor
Recordando o Passado	11/11/17	13h	B	03h	2.000,00
	16/11/17	13h	B	03h	2.000,00
TOTAL					4.000,00

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	365	80

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 11 e 16 de novembro de 2017, no Pavilhão B, do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações. O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 07 de novembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

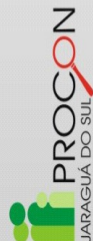
Prefeito Municipal

Nirton Hanemann

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Decreto nº 11.422/2017

## Publicação Nº 1422157

[illegible]

Outubro/2017 X Novembro/2017			
Outubro/2017	Novembro/2017		%
	+barato	+caro	
	R\$ 1,69	R\$ 1,37	-18,93%
	R\$ 1,89	R\$ 1,89	0,00%
	R\$ 1,70	R\$ 1,55	-8,82%
	R\$ 1,06	R\$ 0,99	-6,60%
	R\$ 5,79	R\$ 5,89	1,73%
	R\$ 14,98	R\$ 16,95	13,15%
	R\$ 1,49	R\$ 1,49	0,00%
	R\$ 3,10	R\$ 2,39	-22,90%
	R\$ 1,69	R\$ 1,68	-0,59%
	R\$ 4,97	R\$ 5,39	8,45%
	R\$ 2,39	R\$ 2,75	15,06%
	R\$ 4,99	R\$ 3,99	-20,04%
	R\$ 1,48	R\$ 1,95	0,00%
	R\$ 47,22	R\$ 48,28	2,24%

Mais barato X Mais caro			
Novembro/2017	Novembro/2017		%
	+barato	+caro	
	R\$ 1,37	R\$ 2,39	74,45%
	R\$ 1,89	R\$ 2,69	42,33%
	R\$ 1,55	R\$ 4,69	202,58%
	R\$ 0,99	R\$ 2,99	202,02%
	R\$ 5,89	R\$ 7,90	34,13%
	R\$ 16,95	R\$ 23,80	40,41%
	R\$ 1,49	R\$ 2,41	61,74%
	R\$ 2,39	R\$ 4,78	100,00%
	R\$ 1,48	R\$ 2,59	75,00%
	R\$ 5,39	R\$ 7,49	38,96%
	R\$ 2,75	R\$ 3,68	33,82%
	R\$ 3,99	R\$ 7,19	80,20%
	R\$ 1,95	R\$ 4,99	255,89%
	R\$ 48,08	R\$ 77,59	61,38%

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

\* As redes Breithaupt e Brásão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraquá do Sul.

**\*\*** Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

\*\*\* O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

\*\*\*\*\* O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

E-MAIL: [procon@jaraquadosul.com.br](mailto:procon@jaraquadosul.com.br) - Rua Angelo Schiochet, nº100 - Centro - Jaraquá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 151 - Horário de Atendimento: Agendado.



**PREFEITURA DE  
JARAGUÁ DO SUL**



**CESTA BÁSICA MÍNIMA ESSENCIAL PARA UMA PESSOA / MÊS**

CESTA BÁSICA MÍNIMA ESSENCIAL PARA UMA PESSOA / MÊS												
Estabelecimento >>&												

Outubro/2017 X Novembro/2017			
Outubro/2017	+barato	Novembro/2017	Aumento/ Redução
		+barato	
	5,82	5,07	-12,89%
	4,77	5,67	18,87%
	14,25	12,75	-10,53%
	5,88	6,36	8,16%
	7,91	6,95	-12,14%
	105,47	98,87	-6,26%
	2,33	2,24	-3,86%
	15,53	13,95	-10,17%
	14,03	12,68	-9,62%
	18,71	19,46	4,01%
	3,23	2,87	-11,15%
	23,70	29,94	26,33%
	19,71	19,71	0,00%
	<b>241,34</b>	<b>236,52</b>	<b>-2,00%</b>

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

\* As redes Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

\*\*\* Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

\*\*\* O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

\*\*\*\* O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

E-MAIL: [procon@jaraguadosul.com.br](mailto:procon@jaraguadosul.com.br) - Rua Angelo Schiochet, nº100 – Centro – Jaraquá do Sul/SC – 89251-170 (47) 3275-1425/3275-1425 – Horário de Atendimento: Agendado.

Mais barato X Mais caro			
Novembro/2017	Novembro/2017		%
	+barato	+caro	
	5,07	8,07	59,17%
	5,67	7,77	37,04%
	12,75	34,43	170,04%
	6,36	16,08	152,83%
	6,95	10,78	55,11%
	98,87	157,08	58,88%
	2,24	4,19	87,05%
	13,95	22,46	61,00%
	12,68	19,43	53,23%
	19,46	27,71	42,39%
	2,87	4,52	57,49%
	29,94	83,46	178,76%
	19,71	62,01	214,61%
	<b>236,52</b>	<b>3,00</b>	<b>-98,73%</b>

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

\* As redes Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

\*\*\* Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

\*\*\* O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

\*\*\*\* O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

E-MAIL: [procon@jaraguadosul.com.br](mailto:procon@jaraguadosul.com.br) - Rua Angelo Schiochet, nº100 – Centro – Jaraquá do Sul/SC – 89251-170 (47) 3275-1425/3275-1425 – Horário de Atendimento: Agendado.

**PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - COMBUSTÍVEIS - NOVEMBRO 2017**

Publicação Nº 1422158

**PESQUISA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS – NOVEMBRO 2017**

Nome	Bandeira	Bairro	Gasolina comum	Gasolina aditivada	Álcool comum	Diesel S10	GNV	Gás GLP 13kg
AMIZADE	BRANCA	Jaraguá Esquerdo	3,678	3,799	3,199	3,198	-	-
CIDADE	BR	Barra do Rio Cerro	3,698	3,898	3,198	3,248	-	63,90
CIDADE	BR	Barra do Rio Molha	3,698	3,898	3,198	3,248	-	63,90
CIDADE	BR	Centro	3,698	3,898	3,198	3,248	-	63,90
CIDADE	BR	Rau	3,698	3,898	3,198	3,248	-	63,90
CIDADE	BR	Vila Lenzi	3,698	3,898	3,198	3,248	-	63,90
DELTA	BRANCA	Vila Baependi	3,579	3,579	-	3,049	-	-
Emmendorfer	SHELL	CENTRO	3,779	3,979	-	3,299	-	-
FÊNIX	BRANCA	Centenário	3,678	3,678	3,198	3,198	-	-
FLEX	BRANCA	Baependi	3,779	3,779	2,999	2,999	-	-
FLEX	BRANCA	Barra do Rio Cerro	3,666	3,666	-	3,049	-	-
GRID	BRANCA	CENTRO	3,749	3,799	3,059	3,199	-	-
KM 7	SHELL	Barra do Rio Cerro	3,698	3,898	-	3,199	-	-
MAIOCHI	IPIRANGA	CENTRO	3,679	3,799	3,199	3,199	-	-
MARECHAL	IPIRANGA	CENTRO	3,765	3,895	3,195	3,265	-	-
MIME	SHELL	Barra do Rio Cerro	3,669	3,899	-	3,299	-	64,99
MIME	SHELL	Centro Behling	3,699	3,899	-	3,299	-	-
MIME	SHELL	Centro Reinoldo	3,699	3,899	-	3,299	-	-
MIME	SHELL	Chico de Paula	3,699	3,899	3,199	-	-	64,99
MIME	SHELL	Nereu	3,669	3,899	-	3,299	-	64,99
MIME	SHELL	Rio Cerro II	3,699	3,869	-	3,299	-	64,99
MIME	SHELL	Tifa Martins	3,699	3,899	-	3,299	-	64,99
MIME	SHELL	Vieira	3,699	3,899	-	3,299	-	64,99
MIME	SHELL	Vila Lalau	3,699	3,899	3,199	3,299	-	64,99
MIME	SHELL	Vila Nova	3,699	3,899	3,199	3,299	1,99	64,99
NETO	BR	Vila Baependi	3,689	3,899	-	3,199	1,99	-
PÉROLA	SHELL	CENTRO	3,799	3,949	-	3,269	-	-
PÉROLA	BRANCA	Ilha da Figueira	3,749	3,899	3,290	3,269	-	-
PEZZINI	IPIRANGA	Vila Baependi	3,678	3,898	3,198	3,298	-	-
PRIME	BR	Czemiewicz	3,677	3,797	2,997	3,047	-	63,90
RIO DA LUZ	BRANCA	Rio da Luz	3,679	3,729	3,129	3,158	-	62,90
RUDNICK	DIBRAPE	Amizade	3,749	3,759	2,999	3,250	-	-
SALOMON	BRANCA	Chico de Paula	3,749	3,779	-	3,149	-	-
VICENZI	BRANCA	Santo Antônio	3,689	3,749	2,999	3,119	-	63,90
ZANDONÁ	IPIRANGA	Centenário	3,687	3,769	2,997	3,427	1,97	-
ZELUCAS	SHELL	Ilha da Figueira	3,689	3,829	-	3,299	-	-
Valor Médio			3,703	3,844	2,489	3,2305	1,983	64,38
Menor preço			3,579	3,579	2,997	2,999	1,970	62,90

Obs:

1) Os preços acima refletem os praticados para vendas à vista, entre os dias 03/11/17 a 06/11/17, nos 36 postos de Jaraguá do Sul;

2) Nos postos de bandeira branca, consultar a distribuidora de origem junto aos postos, que são obrigados a identificar nas bombas qual a distribuidora de origem do combustível, conforme a Portaria 116/00 da ANP.



**PREFEITURA DE  
JARAGUÁ DO SUL**



<b>Combustível</b>	<b>Média OUTUBRO/17</b>	<b>Média NOVEMBRO/17</b>	<b>Variação mês anterior</b>
Gasolina Com.	R\$ 3,591	R\$ 3,703	<b>3,12%</b>
Gasolina Adit.	R\$ 3,734	R\$ 3,844	<b>2,95%</b>
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	<b>0,00%</b>
Diesel comum	R\$ 3,1765	R\$ 3,2305	<b>1,70%</b>
GNV	R\$ 1,983	R\$ 1,983	<b>0,00%</b>
Gás GLP 13kg	R\$ 59,82	R\$ 64,38	<b>7,62%</b>

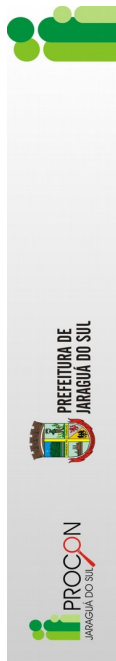
<b>Combustível</b>	<b>Média NOVEMBRO/16</b>	<b>Média NOVEMBRO/17</b>	<b>Variação anual</b>
Gasolina Com.	R\$ 3,560	R\$ 3,703	<b>4,02%</b>
Gasolina Adit.	R\$ 3,645	R\$ 3,844	<b>5,46%</b>
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	<b>0,00%</b>
Diesel comum	R\$ 3,0555	R\$ 3,2305	<b>5,73%</b>
GNV	R\$ 2,092	R\$ 1,983	<b>-5,21%</b>
Gás GLP 13kg	R\$ 51,98	R\$ 64,38	<b>23,86%</b>

E-MAIL: [procon@jaraguadosul.com.br](mailto:procon@jaraguadosul.com.br)

Rua Angelo Schiochet, nº 100, sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-170 – Tel: (47) 3275-1425 / 3275-3237  
Horário de Atendimento: 08:00hs às 12:00hs / 13:00hs às 17:00 - Agora com horário agendado.

## PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - HIGIENE E LIMPEZA - NOVEMBRO 2017

Publicação Nº 1422159



## LIMPEZA – NOVEMBRO DE 2017

Pesquisa de preços realizada entre os dias 03/11/17 e 07/11/17

Estabelecimento		Angeloni *	Cooper *	Bertoli	Brasão*	Fort	Giassi	Gumz	Rancho Bom	Santa Luzia
PRODUTOS	Quant./Unid.	3275-7900	3274-7500	3276-0143	3371-9229	3501-3200	3275-5800	3376-1031	3371-0700	3274-8051
Detergente	500ml	1,47	R\$ 0,98	R\$ 1,14	1,29	R\$ 0,99	R\$ 1,28	R\$ 1,49	1,29	R\$ 1,39
Esponha de aço	pcte 60g	7,77	R\$ 1,25	R\$ 0,99	2,25	R\$ 0,49	R\$ 3,18	R\$ 1,27	1,95	R\$ 1,39
Sabão em pedra	unid.	2,15	R\$ 1,35	R\$ 1,25	1,99	R\$ 1,45	R\$ 1,68	R\$ 1,60	1,59	R\$ 1,95
Sabão em pó	1kg	3,15	R\$ 4,65	R\$ 3,89	3,98	R\$ 3,58	R\$ 5,98	R\$ 4,58	4,99	R\$ 4,99
Desinfetante	500ml	1,99	R\$ 1,99	R\$ 1,89	2,39	R\$ 2,50	R\$ 2,18	R\$ 2,65	2,49	R\$ 1,99
Água sanitária	1 lt	2,19	R\$ 2,19	R\$ 1,96	2,89	R\$ 1,99	R\$ 2,88	R\$ 2,74	2,69	R\$ 2,69
Amaciante	2 lt	3,89	R\$ 3,45	R\$ 3,92	3,99	R\$ 3,38	R\$ 4,98	R\$ 4,86	3,99	R\$ 4,39
Alcool líquido	1 lt	6,55	R\$ 4,99	R\$ 3,99	4,99	R\$ 4,99	R\$ 4,78	R\$ 4,86	4,99	R\$ 4,69
Limpa vidros	500ml	8,76	R\$ 2,98	R\$ 4,49	3,89	R\$ 5,39	R\$ 3,38	R\$ 4,82	7,69	R\$ 3,99
Lustra móveis	200ml	5,59	R\$ 3,98	R\$ 3,79	4,99	R\$ 3,90	R\$ 2,68	R\$ 10,78	4,98	R\$ 3,77
Esponha p/louça	unid.	1,45	R\$ 0,95	R\$ 0,79	1,75	R\$ 0,45	R\$ 1,08	R\$ 1,09	1,39	R\$ 1,89

## HIGIENE PESSOAL – NOVEMBRO DE 2017

Estabelecimento		Angeloni *	Cooper *	Bertoli	Brasão*	Fort	Giassi	Gumz	Rancho Bom	Santa Luzia
PRODUTOS	Quant./Unid.	3275-7900	3274-7500	3276-0143	3371-9229	3501-3200	3275-5800	3376-1031	3371-0700	3274-8051
Alcool Gel	500g	5,57	R\$ 4,99	R\$ 4,99	4,98	R\$ 5,40	R\$ 5,28	R\$ 4,65	6,65	R\$ 5,29
Sabonete	90g	1,17	R\$ 1,18	R\$ 0,99	1,09	R\$ 0,89	R\$ 1,29	R\$ 1,26	1,09	R\$ 0,99
Creme dental	90g	2,25	R\$ 1,35	R\$ 2,29	2,49	R\$ 2,25	R\$ 4,98	R\$ 1,59	2,49	R\$ 1,99
Shampoo	350ml	7,15	R\$ 5,85	R\$ 4,89	4,78	R\$ 4,98	R\$ 4,78	R\$ 4,99	4,99	R\$ 4,99
Condicionador	350ml	8,65	R\$ 7,35	R\$ 8,25	5,99	R\$ 4,49	R\$ 7,98	R\$ 6,59	6,75	R\$ 5,99
Colônies	Cx 75 unid.	1,65	R\$ 1,45	R\$ 1,33	2,25	R\$ 1,49	R\$ 3,58	R\$ 1,87	3,99	R\$ 1,69
Papel Higiênico	4x30m	3,95	R\$ 3,95	R\$ 1,59	2,99	R\$ 1,89	R\$ 5,48	R\$ 2,57	2,15	R\$ 2,19
Escova de dente	Adulto,média	1,95	R\$ 2,35	R\$ 1,99	2,59	R\$ 2,15	R\$ 6,98	R\$ 1,98	4,59	R\$ 4,49
Desodorante	roll'on 50ml	9,95	R\$ 5,98	R\$ 6,45	5,99	R\$ 3,90	R\$ 6,28	R\$ 7,73	5,59	R\$ 5,89
Fio dental	25-50m	9,49	R\$ 4,98	R\$ 3,45	4,99	R\$ 5,10	R\$ 5,98	R\$ 13,94	9,98	R\$ 3,85
Apar. barbeador	2 unid.	8,87	R\$ 2,95	R\$ 4,35	3,29	R\$ 3,99	R\$ 8,78	R\$ 5,05	2,89	R\$ 2,99
Absorvente	pcte.8-10 un.	2,95	R\$ 2,75	R\$ 2,20	2,75	R\$ 1,69	R\$ 4,78	R\$ 3,95	3,69	R\$ 1,99

Os mais Baratos		O mais barato e o mais caro	
Outubro/17	Novembro/17	Novembro/17	% Diferença
R\$ 1,09	R\$ 0,98	R\$ 0,98	-10,09%
R\$ 0,99	R\$ 0,49	R\$ 0,49	-50,51%
R\$ 1,39	R\$ 1,25	R\$ 1,25	-10,07%
R\$ 3,45	R\$ 3,15	R\$ 3,15	-8,70%
R\$ 1,89	R\$ 1,89	R\$ 1,89	0,00%
R\$ 1,89	R\$ 1,96	R\$ 1,96	3,70%
R\$ 3,79	R\$ 3,38	R\$ 3,38	-10,82%
R\$ 4,49	R\$ 3,99	R\$ 3,99	-11,14%
R\$ 2,98	R\$ 2,98	R\$ 2,98	0,00%
R\$ 3,79	R\$ 2,68	R\$ 2,68	-29,29%
R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,45	0,00%

Os mais Baratos		O mais barato e o mais caro	
Outubro/17	Novembro/17	Novembro/17	% Diferença
R\$ 3,99	R\$ 4,65	R\$ 4,65	16,54%
R\$ 0,85	R\$ 0,89	R\$ 0,89	4,71%
R\$ 1,59	R\$ 1,35	R\$ 1,35	-15,09%
R\$ 4,75	R\$ 4,78	R\$ 4,78	0,63%
R\$ 4,75	R\$ 4,49	R\$ 4,49	-5,47%
R\$ 1,29	R\$ 1,33	R\$ 1,33	3,10%
R\$ 1,59	R\$ 1,59	R\$ 1,59	0,00%
R\$ 4,79	R\$ 3,90	R\$ 3,90	-18,58%
R\$ 2,59	R\$ 3,85	R\$ 3,85	48,65%
R\$ 1,99	R\$ 2,89	R\$ 2,89	45,23%
R\$ 1,89	R\$ 1,69	R\$ 1,69	-10,58%

Obs: Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

\* As redes Angeloni, Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

E-mail: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, nº 100 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 89251-470 - Fone: 47-3275-3237 ou 3275-1425 - Horário de atendimento: Agendado.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO N 5.247

Publicação Nº 1422228

DECRETO Nº 5.247 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 15.147,00 (quinze mil, cento e quarenta e sete reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0035.0 - R\$ 15.147,00 (57)

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0035.0 - R\$ 5.147,00 (55)

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035.0 - R\$ 10.000,00 (56)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

### DECRETO Nº 5.244 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422241

DECRETO Nº 5.244 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a representação da Câmara de Dirigentes Lojistas nomeada pelo Decreto nº 4.935 de 09 de maio de 2016 para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, responsável pelo julgamento em segunda instância, de que trata o Artigo 294, da Lei Complementar Nº 031/97, passando a seguinte composição:

REPRESENTANTES DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL JOAÇABA:

Marcos Luiz Comini (TITULAR)

Marcelo Antônio Risson (SUPLENTE)

Art. 2º Fica substituída a servidora VALKÍRIA MARTINS TREVISAN pela servidora DANIELA APARECIDA MATTOS na representação da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira nomeada pelo Decreto nº 4.935 de 09 de maio de 2016 para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 06 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

### DECRETO Nº 5.246 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422267

DECRETO Nº 5.246 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei em especial a Lei nº 4.085 de 09 de Março de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Municipal de Serviços Funerários de que trata a Lei nº 4.085 de 09 de Março de 2011, responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos previstos na Lei, sob a seguinte representação:

REPRESENTANTES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Auriel Parizotto – Titular

Revelino Antonio Sartori – Suplente

REPRESENTANTE DA Secretaria Mun. de Gestão Administrativa E FINANCEIRA

Leandra Omilde Costenaro – Titular

Tiago Dupont Giumbelli – Suplente

Inês Maria Picoli Gemelli – Titular

Cristina Alves Padilha Bernardini – Suplente

REPRESENTANTE DO HOSPITAL

Adriano José Johann – Titular

Rodrigo Bet - Suplente

REPRESENTANTE DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Delmar da Rosa – Titular

Valmor Cardoso – Suplente

Lurdes Eliane Weirich – Titular

Vilmar Cardoso – Suplente

Parágrafo único - O mandato dos integrantes da Comissão será de 2 (dois) anos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 07 de novembro de 2017.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

## EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS OSCS

Publicação Nº 1422764

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS OSCS APTAS PARA RECEBER RECURSOS  
DO FMAS PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 378, inscrito com CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11, neste ato representado pelo gestor municipal da Assistência Social, Sr. Jucelino Jorge Ferraz, torna público a nominata das Organizações da Sociedade Civil que apresentaram projetos e foram classificadas nas fases de habilitação, avaliação e seleção e que se tornaram aptas para apresentar a documentação expressa no Edital no Item 4 "Da Publicação do Resultado e Convocação para Apresentação de Documentos", até o dia 16 de novembro de 2017, documentos esses exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, para posterior entabulação de parceria, na forma de termo de fomento para a realização de ações voltadas à pessoa com deficiência.

ENTIDADES	PROJETO	VALOR
Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS	O Uso da Tecnologia na Promoção da Autonomia e da Garantia de Direitos da Pessoa Surda	R\$ 4.000,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	APAE e Integração Familiar no Natal	R\$ 4.000,00

Joaçaba, 09 de novembro de 2017.  
JUCELINO JORGE FERRAZ  
GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

## EXTRATO PP 58/2017/PMJ

Publicação Nº 1422713

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2017/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a locação eventual e futura, por hora trabalhada, de caminhões e máquinas, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de melhoramento de vias urbanas e rurais do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 30/11/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 30/11/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 08 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
VILSON SARTORI – Secretário de Infraestrutura e Agricultura

## HOMOLOG PL 77/2017 PMJ

Publicação Nº 1422398

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2017/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017/PMJ

O Secretario de Infraestrutura e Agricultura, Sr. Vilson Sartori, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 77/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 51/2017.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de luminárias públicas LED e braços curvos, padrão CELESC, destinadas a manutenção da iluminação pública do Município.

-Empresa Vencedora:

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA  
TOTAL R\$ 102.150,00

ELETRO ZAGONEL LTDA

TOTAL R\$ 59.600,00

LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA

TOTAL R\$ 9.828,00

FISCAIS: VALDECIR VALENTIN DAROLD

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
VILSON SARTORI  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

## PORTARIA N.º 1.526

Publicação Nº 1422372

PORTARIA Nº 1.526 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 60 (sessenta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo Disciplinar", que apura a responsabilidade do servidor Ilton Antonio Schmitz, perante as multas de trânsito e identificação de condutor diante do setor de Frotas com relação ao veículo MKE-5977, face ao memorando n.º 126/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social e parecer jurídico, por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 6.596/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de outubro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de novembro de 2017.  
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.527**

Publicação Nº 1422375

PORTARIA Nº 1.527 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 30 de abril de 2018, do(a) Servidor(a) MICHELE CRISTINA DIESEL, Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação em 6º lugar no edital de Teste Seletivo nº 001/2017/SMS da Secretaria Municipal de Saúde, suprimindo vaga em aberto em unidade de saúde local, até a realização de processo de concurso público, conforme memorando n.º 657/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

**PORTARIA N.º 1.528**

Publicação Nº 1422381

PORTARIA Nº 1.528 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

“RECONDUÇÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109, da Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. – RECONDUZIR, o(a) Sr.(a) FRANCIELI DREHER DA SILVA, ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, a partir da data de 31 de outubro de 2017, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família – ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e por ter sido classificada em teste seletivo para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. – Recondução realizada através do Processo nº 0001901-50.2016.5.12.0012 que tramita junto à Justiça do Trabalho, cuja decisão em primeiro grau determinou a reintegração ao cargo ocupado.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 31 de outubro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de novembro de 2017

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.529**

Publicação Nº 1422383

PORTARIA Nº 1.529 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) BEATRIZ APARECIDA ANTUNES DA LUZ durante o período de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018, para exercer as funções de Auxiliar de Saúde Bucal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 4º lugar no edital de Teste Seletivo nº 005/2017 do Fundo Municipal de Saúde do município de Joaçaba, para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) Nossa Senhora de Lourdes, conforme memorando n.º 605/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 30 de outubro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 01 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.530**

Publicação Nº 1422389

PORTARIA Nº 1.530 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ROSE MARY DA LUZ

CASTAGNARO, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 25 de janeiro de 1988 a 24 de janeiro de 1993 (90 dias) por um período de 90 (noventa) dias, a partir de 01 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.531**

Publicação Nº 1422390

PORTARIA Nº 1.531 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 06 de maio de 1992 a 05 de maio de 1997 (60 dias) por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.532**

Publicação Nº 1422393

PORTARIA Nº 1.532 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JULIANO RIBEIRO durante o período de 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018, para exercer as funções de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 6º lugar no edital de Teste Seletivo nº 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, até a realização de concurso público, conforme memorando nº 533/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 01 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.533**

Publicação Nº 1422395

PORTARIA Nº 1.533 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) OTÁVIO HOLZ durante o período de 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018, para exercer as funções de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 7º lugar no edital de Teste Seletivo nº 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, até a realização de concurso público, conforme memorando nº 533/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 01 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.534**

Publicação Nº 1422399

PORTARIA Nº 1.534 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CRISTÓVÃO DE SOUZA JUNIOR durante o período de 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018, para exercer as funções de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 5º lugar no edital de Teste Seletivo nº 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para substituição de servidores em período de férias ou licença prêmio, conforme memorando n.º 546/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 01 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.535**

Publicação Nº 1422411

PORTARIA Nº 1.535 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 34/2017 da Coordenadoria de Controle Interno, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 03 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.536**

Publicação Nº 1422416

PORTARIA Nº 1.536 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possíveis irregularidades na transferência de imóvel da Sociedade Habitacional para a Senhora Ivete Aparecida Penteado de Oliveira.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVI-ZAN para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.537**

Publicação Nº 1422423

PORTARIA Nº 1.537 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. FABIO AUGUSTO CONTE, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme memorando nº 187/2017 da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º

4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.538

Publicação Nº 1422424

PORTARIA Nº 1.538 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ADRIANO NORA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.539

Publicação Nº 1422426

PORTARIA Nº 1.539 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA, Enfermeiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 20 de maio de 2016 a 19 de maio de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º

4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.540

Publicação Nº 1422429

PORTARIA Nº 1.540 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ARIELA AUGUSTIN, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 03 de setembro de 2014 a 02 de setembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.541

Publicação Nº 1422431

PORTARIA Nº 1.541 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## **PORTARIA N.º 1.542**

Publicação Nº 1422434

PORTARIA Nº 1.542 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) IVANEIDE BATISTA DA SILVA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 26 de setembro de 2014 a 25 de setembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## **PORTARIA N.º 1.543**

Publicação Nº 1422437

PORTARIA Nº 1.543 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SHEILA FERRI, Farmacêutico, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 07 de julho de 2015 a 07 de julho de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## **PORTARIA N.º 1.544**

Publicação Nº 1422441

PORTARIA Nº 1.544 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) INGRIT RIEPE, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 07 de maio de 1995 a 06 de maio de 2000 (90 dias) por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 20 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## **PORTARIA N.º 1.545**

Publicação Nº 1422447

PORTARIA Nº 1.545 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SALETE VALMORBIDA MARCON, Técnica de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 24 de novembro de 2014 a 23 de

novembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 27 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.546

Publicação Nº 1422455

PORTARIA Nº 1.546 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) IVO LAMB, Técnico em Topografia, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 439/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.547

Publicação Nº 1422457

PORTARIA Nº 1.547 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANTONIO DEOLINO LIMA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 439/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.548

Publicação Nº 1422460

PORTARIA Nº 1.548 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANDRESSA SIMADON, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 439/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de abril de 2015 a 31 de março de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 1.549

Publicação Nº 1422462

PORTARIA Nº 1.549 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) INES MARIA PICOLI,

Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 49/2017 do Setor de Dívida Ativa, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## PORTARIA N.º 1.550

Publicação Nº 1422463

PORTARIA Nº 1.550 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FATIMA PRANDO, Professor (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 36/2017 da Coordenadoria de Comunicação, Cultura e Eventos, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de novembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 07 de novembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1422791

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 48 horas da convocação do candidato(a) Sr(a) Patrick João de Oliveira Misturini - cargo de Auxiliar de Serviços Externos, classificado em 3º lugar, referente ao Processo Seletivo n.º 014/2016 – Secretaria Municipal de Educação, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

31/2017 PMJ

Publicação Nº 1422400

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017      Data do Registro: 07/11/2017      Válido até: 07/11/2018						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de luminárias públicas LED e braços curvos, padrão CELESC, destinadas a manutenção da iluminação pública do Município.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Luminária Pública Led 150W (01-01-17413)	UN	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA (2499)	CONEXLED C	0	990,0000
2	Braco Curvo 48,3 x 3 m, galvanizado a fogo (3,00 m) (01-01-17414)	UN	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA (2499)	CONEXLED C	0	990,0000
3	Luminária Pública Led 50W (01-01-17415)	UN	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA (2499)	CONEXLED C	0	990,0000
4	Braco curvo 33,40 x 2,25 x 1,500 mm galvanizado a fogo (1,50 m) (01-01-17416)	UN	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA (2499)	CONEXLED C	0	990,0000

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 07/11/2017		Válido até: 07/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de luminárias públicas LED e braços curvos, padrão CELESC, destinadas a manutenção da iluminação pública do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	31,9000	2

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017**

Número do Registro de Preços: 31/2017      Data do Registro: 07/11/2017      Válido até: 07/11/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de luminárias públicas LED e braços curvos, padrão CELESC, destinadas a manutenção da iluminação pública do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017**

**PROCESSO Nº 77/2017**

(2499) - ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA  
(4721) - LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME  
(7905) - ELETRO ZAGONEL LTDA

Joaçaba, 7 de Novembro de 2017.

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO COMODATO 05/2017 - SESC - JASC - PML

Publicação Nº 1422160

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO DE COMODATO N.º 05/2017 PML

COMODATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ C.C.O DOS 57º JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

COMODANTE: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, inscrita no CNPJ sob nº 03.603.595/0014-82, com sede à Av. Dom Pedro II, Nº 1693, bairro Universitário, CEP 88509-001, Lages/SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1 O COMODANTE cede ao COMODATÁRIO, a utilização do espaço físico localizado à Av. Dom Pedro II, Nº 1693, bairro Universitário, CEP 88509-001, Lages/SC, para competições poliesportivas e treinamentos, compreendendo ginásio, quadras, mesas, cadeiras, sanitários, vestiários, a fim de atenderem as competições esportivas dos 57º Jogos Abertos de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — DO PRAZO

2.1 Do Início: da data da assinatura do contrato até 11 de novembro de 2017;

2.2 Da Execução: da data da assinatura do contrato até 11 de novembro de 2017;

2.3 Da Entrega: a partir do dia 1º de novembro até o dia 11 de novembro;

2.3 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

3.1 O presente termo se dará de forma gratuita.

Lages, 31 de outubro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito municipal

### EXTRATO TERMO DE ADESÃO N.º 02/2017 ARP 06/2017 PML

Publicação Nº 1421840

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

TERMO DE ADESÃO N.º 02/2017 A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2017

PROCESSO Nº 32/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 06/2017 – PML, pela Procuradoria Geral do Município, para Aquisição de 01 (um) Aparelhos de Ar Condicionado, com instalação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura do presente termo de adesão;

2.2 De Execução: da data da assinatura do presente termo, até 30/04/2018;

2.3 De Entrega(s)/instalação(ões) e local(is): em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Da Ata de Registro; a sua vigência será de até 30/04/2018.

#### CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na

tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 08/2017.

O valor registrado é de R\$ 2.019,00 (dois mil e dezenove reais), sendo:

FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME – CNPJ 17.613.341/0001-35 RUA DOM BOSCO, 1031 BAIRRO CENTRO RIO DO SUL/SC CEP 89.160-177

Lages, 08 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### PP 39/2017 SMS, PP 42/2017 SMS, PP 43/2017 SMS, PP 20/2017 FMASH, TP 17/2017 PML

Publicação Nº 1422239

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 39/2017 SMS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para uso nas Vigilâncias: Epidemiológica, Ambiental e Sanitária.

Abertura: 23/11/2017 às 09h

Valor Estimado: R\$ 93.836,01

Modalidade: Pregão Presencial 42/2017 SMS

Objeto: Locação de Imóvel para Funcionamento do CAPS i.

Abertura: 23/11/2017 às 13h30min

Valor Estimado Mensal: R\$ 3.906,06

Modalidade: Pregão Presencial 43/2017 SMS

Objeto: Locação de Imóvel para Funcionamento da Vigilância Sanitária.

Abertura: 24/11/2017 às 09h

Valor Estimado Mensal: R\$ 3.892,30

Modalidade: Pregão Presencial 20/2017 FMASH

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Limpeza para Diversas Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Abertura: 27/11/2017 às 09h

Valor Estimado: R\$ 1.198.960,10

Modalidade: Tomada de Preços 17/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para a Prestação de Serviços de Reformas da Rede Elétrica e Estrutura Interna com Fornecimento de Material, da Sede do 5º Batalhão de Bombeiros Militar.

Abertura: 28/11/2017 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 300.589,46

Da retirada dos Editais: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 09 de novembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4.950/2017

Publicação Nº 1422826

DECRETO Nº 4.950/2017, de 09 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, CONSIDERANDO a publicação da Lei nº. 1.948/2017 que alterou a constituição do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC; CONSIDERANDO que serão respeitadas a eleição e composição dos membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais ocorrida em 15 de julho de 2017, no Escritório Técnico do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Cultural - IPHAN;

DECRETA:

Art. 1º A composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, constitui-se dos seguintes membros da Sociedade Civil:

I - Fórum Setorial de Artes Visuais

Titular: Bruno Mendes Espíndola

Suplente: Felipe Eufrásio Martins

II - Fórum Setorial de Arquitetura e Urbanismo e Design

Titular: Guilherme Pegorara Antônio

Suplente: Vago

III - Fórum Setorial de Artesanato

Titular: Sabrina Tolotti

IV - Fórum Setorial de Audiovisual/Cinema

Titular: Vinicius Lauffer

Suplente: Vago

V - Fórum Setorial de Música

Titular: Carlos Alberto Miró

Suplente: Maria Heloisa Fernandes

VI - Fórum Setorial de Teatro

Titular: Tiago Santhiago

Suplente: Joel dos Reis

VII - Fórum Setorial de Dança

Titular: Felipe Gainet Vieira

Suplente: Vago

VIII - Fórum Setorial de Folclore/Cultura Popular

Titular: Laércio Vitorino de Jesus Oliveira

Suplente: Vago.

IX - Fórum Setorial de Carnaval

Titular: João de Souza Jr.

Suplente: André Roberto da Silva Machado

X - Fórum Setorial de Pesca Artesanal

Titular: Maria Aparecida dos Santos Ramos

Suplente: Arsênio Dutra

XI - Fórum Setorial de Cultura Afro-brasileira

Titular: Juliana Regazoli

Suplente: Jorge Eufrásio

XII - Fórum Setorial de Diversidade

Titular: Marlon Barbosa Camilo

Suplente: Elison Silva da Fonseca

XIII - Fórum Setorial de Literatura

Titular: Suyan de Oliveira Melo

Suplente: Márcio José Rodrigues

Art. 2º A composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, constitui-se dos seguintes representantes governamentais:

I - Fundação Lagunense de Cultura

Titular: Márcio José Rodrigues Filho.

Suplente: Cláudia Sabino

Titular: José Augusto Nunes Vargas

Suplente: Suellen Mattos

II - Secretaria Municipal de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico Social

Titular: Evandro Carneiro Flora

Suplente: Thiago Laurindo

III - Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

Titular: Cristian Pavanate

IV - Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Fabiane Kfour

Suplente: Alvaro Fermiano de Souza

V - Gabinete do Prefeito

Titular: Helena Fernandes

Suplente: Thiago da Rosa Luz

VI - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Titular: Ilmara Aparecida Fretta

Suplente: Ronan Farias de Souza

VII - Escritório Técnico do IPHAN de Laguna

Titular: Ana Paula Cittadin

Suplente: Liliane Lucena

VIII - Secretaria Estadual de Cultura (SDR/Laguna)

Titular: Simone Barbosa de Andrade

IX - Universidade UDESC/CERES

Titular: Eric Zettermann Dias de Azevedo

Suplente: Renata Rogowski Pozzo

X - Representante Setorial do Patrimônio Cultural

Titular: Wellington Linhares Martins

Suplente: Mayara Amboni

XI - Representante Setorial de Museus

Titular: Mirella de Jesus Honorato

Suplente: Jucemar Custódio Dutra

XII - Representante Setorial de Bibliotecas e Arquivos Públicos

Titular: Kátia de Souza Borges

Suplente: Adriana de Souza

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1422814

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal, Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Audiência Pública para discussão referente ao Plano Plurianual de Governo - PPA e da Lei Orçamentária Anual - LOA, que Estima a receita e fixa a despesas para o exercício de 2018.

Ficam devidamente convocados todos os cidadãos direta e indiretamente atingidos pelo Projeto para, querendo, participar da audiência e exercer o direito de manifestação, a realizar-se no dia 24 de novembro de 2017, quinta-feira, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Laguna, sito a Av. Roberto Pedro Prudêncio, s/n - Bairro Esperança - Laguna / SC.

Laguna, 08 de novembro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 171/2017

Publicação Nº 1422023

DECRETO Nº 171/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR, MAURO RABELO, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Coordenador de Setor junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DAS 3.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### LEI Nº 2009/2017

Publicação Nº 1422529

LEI Nº 2.009/2017 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.317/2004 QUE "INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER – SC" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescido o subitem "h" no item "2" do Anexo V do Código Tributário do município de Lauro Müller, instituído pela Lei Complementar nº 1.317/2004, que vigorará com a seguinte redação:

"2. ....  
h – Construção na Zona Rural – Uso Agropecuário por m² .....  
..... 0,1500".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

### LEI Nº 2010/2017

Publicação Nº 1422532

LEI Nº 2.010/2017 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 399/1978 QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER – SC" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei Municipal nº 399/1978 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Excetuam-se do dispositivo mencionado neste artigo, as construções residenciais de madeira que, com a ampliação não ultrapassem cinquenta metros quadrados (50,00 m²) de área total construída, assim como as construções na zona rural cujo fim seja única e especificamente para uso agropecuário que não ultrapassem quinhentos metros quadrados (500,00 m²) de área total construída, desde que estas obedeçam às exigências deste Código".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2017

Publicação Nº 1422673

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2017

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item. Objeto: A presente licitação visa à AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 835346/2016/MAPA/CAIXA, PROCESSO Nº 2623.1034105-91/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme descrição detalhada do ANEXO I- Termo de referência. Recebimento da documentação e das propostas a partir das 08:00 do dia 09/11/2017 até 08:00 do dia 22 de novembro de 2017 no site <http://bllcompras.org.br>. Início da sessão de disputa a partir das 09:00 horas do dia 22/11/2017 na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (<http://bllcompras.org.br>). Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br). Lebon Régis, 08 de novembro de 2017.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro.

**Leoberto Leal****PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017 - FMS**

Publicação Nº 1422629

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, com Sede a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A EMPRESA CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rodovia BR 480, nº 795, Bairro Centro, CEP: 99.740-000, Barão de Cotegipe/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada pelo Senhor EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de cancelamento do item 141 omeprazol cápsula 20mg em 11 de julho de 2017, por parte da Empresa SOMA/SC Produtos Hospitalares LTDA, passando para o 2º colocado a Empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que assumiu a entrega do medicamento solicitando reajuste no preço de R\$ 0,051 para R\$ 0,07, e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 010/2017 – Pregão Presencial nº 010/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 010/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO”.

I – “O aditivo tem por objeto o reajuste no preço do omeprazol, cápsula 20mg, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo”:

GRUPO I - MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
141	Omeprazol, cápsula 20mg.	Geolab	37,25%	R\$ 0,07

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 010/2017, do Processo de Licitação nº 010/2017, modalidade Pregão Presencial nº 010/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 010/2017.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 29 de agosto de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES    2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 017.410.949-09                CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - ADENDO 01/2017 PR 58/2017**

Publicação Nº 1422703

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

ADENDO 01/2017 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, altera o Edital de Licitação nº 80/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 58/2017, referente contratação de empresa para prestação de serviço de locação, manutenção e assistência técnica de máquinas impressoras e copiadoras desta forma designa que os envelopes de propostas e de documentação para habilitação poderão ser entregues até as 08:15 horas do dia 23 de novembro de 2017, com abertura as 08:30 horas do mesmo dia. A íntegra do Adendo e do Edital original poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 08 de novembro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### LEI Nº 2310/2017

Publicação Nº 1422072

LEI Nº 2310 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A REUTILIZAÇÃO DAS AREIAS GERADAS DO PROCESSO INDUSTRIAL DE FUNDIÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LONTRAS”.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a utilização das areias descartadas do processo industrial de fundição – ADF pelo Município de Lontras, em outros setores ou produtos de interesse da administração pública.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput do presente artigo terá como premissa contribuir para o desenvolvimento sustentável com vistas a harmonizar os componentes do crescimento econômico, equidade social e qualidade ambiental.

Art. 2º. A utilização de areias descartadas do processo industrial de fundição – ADF será destinada à produção de concreto asfáltico, artefatos de concreto, assentamento de tubulação e de artefatos para pavimentação, base, sub-base, reforço de subleito para execução de estradas, rodovias, vias urbanas e para coberturas diárias em aterro sanitário, utilizando-a de forma ambientalmente mais adequada.

§1º. A destinação prevista no caput do presente artigo dependerá de autorização a ser conferida por órgão ambiental competente, conforme dispuser a regulamentação.

§2º. A ampliação da utilização da ADF em destinos não especificados nesse artigo, deverá ser autorizada pelos órgãos ambientais competentes, observada a eventual necessidade de expedição de licença ou outro documento aplicável pelo órgão competente.

Art. 3º. O Município de Lontras e as empresas de Fundição firmarão acordo de como as areias doadas sem ônus ao erário serão aproveitadas pela Administração Pública, definindo a forma de transporte e armazenamento do material.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO EDITAL 120/2017

Publicação Nº 1422356

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO N.º 120/2017

EDITAL: AQUISIÇÃO DE CAMINHA INFANTIL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PARQUE INFANTIL PARA A PRÉ ESCOLA E OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. Exclusão do item 5.10 e Inclusão dos itens 6.4.2, 6.4.3, 6.4.4 e 6.4.5 no Edital. Entrega dos Envelopes: até às 08h e 30min do dia 13/11/2017; Abertura dos Envelopes: às 09 horas do dia 13/11/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br). Lontras, 08 de Novembro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

# Luis Alves

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 39/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1422062

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 39/2017

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, inscrito no CNPJ nº 83.102.319/0001-55, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves, Santa Catarina, aqui denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa EDP CONSTRUTORA EIRELLI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.608.175/0001-08, sito à Rua Maria André de Freitas, nº 1101, Bairro Rio Branco, cidade de Brusque, estado de Santa Catarina, aqui denominada de CONTRATADA, resolvem rescindir o contrato referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA LOCALIDADE DO BAIRRO DOM BOSCO, SITO A AVENIDA MARIA MARANGONI, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, CONFORME PROJETO. CONTRATO DE REPASSE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº 819658/2015/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA/PROCESSO Nº 2622.1023983-65/2015, entre as partes.

Luiz Alves, 08 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 96/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1422528

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 96/2014

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, inscrito no CNPJ nº 83.102.319/0001-55, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves, Santa Catarina, aqui denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.370/0001-20, sito à Rodovia SC-495, nº 2034, Bairro Areias Pequenas, cidade de Araquari, estado de Santa Catarina, aqui denominada de CONTRATADA, resolvem rescindir o contrato referente à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ELIZEU SCHMITZ E DA RUA VALENTIM BRESSANINI, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, entre as partes.

Luiz Alves, 01 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017 (FMAS)

Publicação Nº 1421952

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA ALUGUEL DE ILUMINAÇÃO DE PALCO REFERENTE A APRESENTAÇÃO DE PEÇA TEATRAL REPRESENTANDO O APRENDIZADO AO LONGO DO ANO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: Até às 14h00min horas do dia 24/11/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 14h15min horas do dia 24/11/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: In loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 07h00min às 13h00min horas e das 13h00min às 17h00min.

Luiz Alves, 10 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1421949

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA - MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE REQUERIMENTO DE SERVIÇO E CONTROLE DE SERVIÇO, PAPEL BRANCO 220X280 MM E NOTAS DE PRODUTOR RURAL, UTILIZADOS NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até as 08h45min horas do dia 24/11/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 24/11/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: In loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 10 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**LEI 1701/2017**

Publicação Nº 1421827

LEI N.º 1.701/2017

Altera a Lei Municipal n.º 1.590/2014 e dá outras providências.  
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.590/2014, de 05 de novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, pelo melhor preço e condições de pagamento, 01 (um) Kit Natalino, pelo valor unitário de até R\$ 80,00 (oitenta reais) por pessoa, que serão distribuídos entre os servidores ativos e inativos municipais, estagiários, cargos de confiança e agentes políticos que atuam no Poder Executivo.

Art. 2º Ficam revogados o caput e parágrafo único do artigo 1º e o parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.590/2014.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 08 de novembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luisalves.sc.gov.br](http://www.luisalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luisalves.sc.gov.br](http://www.luisalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**LEI 1702/2017**

Publicação Nº 1421828

LEI N.º 1.702/2017

Altera a Lei Municipal n.º 1.384/2010 e dá outras providências.  
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 4º caput, incisos e artigo 5º da Lei Municipal n.º 1.384/2010, de 23 de junho de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, os membros indicados pelos órgãos abaixo, sendo um titular e um suplente, os quais serão nomeados pelo Prefeito do Município.

I – Órgãos Governamentais:

- a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA;
- b) Secretaria Municipal de Planejamento;
- c) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina - EPAGRI (escritório local);
- d) Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC (escritório local).

II - Órgãos Não-Governamentais:

- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luiz Alves – SITRULA;
- b) Cooperativas de Produtores Rurais;
- c) Associação de Produtores Rurais;
- d) Entidades ligadas a Assistência Técnica Rural.

(...)

Art. 5º O mandato da diretoria do CMDR será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 08 de novembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

# Mafra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4060

Publicação Nº 1421725

DECRETO Nº4060  
Data: 16.10.2017.

DETERMINA COMUNICAÇÃO DE AFASTAMENTO COM ANTECEDÊNCIA.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Mem.199/SMA/2017 de 09 de Outubro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que os afastamentos de férias, viagens necessários de todos os servidores públicos municipais, inclusive Secretários Municipais, sejam comunicados com antecedência no mínimo de 10 (dez) dias ao Gabinete do Prefeito para ciência e aprovação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 16 de Outubro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito do Município

RODNEY LUIZ MEDEIROS  
Secretário Municipal de Administração

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2017

Publicação Nº 1422619

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: BJCG COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME

CNPJ Nº: 10.601.745/0001-60

Valor Registrado: R\$ 16.908,00 (dezesesseis mil novecentos e oito reais).

Objeto: contratação de serviço de lavagem destinado as viaturas da 9ª CIRETRAN de Mafra, vinculada a 9ª Delegacia Regional de Polícia Civil .

Origem: Processo nº 545/2017, Pregão Presencial - RP nº 132/2017.

Data de Assinatura: 08 de novembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 08 de novembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### LEI MUNICIPAL Nº 4294

Publicação Nº 1421727

Lei nº. 4.294

DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MAFRA A REALIZAR LEILÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, SUCATEADOS E NÃO APROVEITADOS, E NA IMPOSSIBILIDADE DE NÃO REALIZAÇÃO DO LEILÃO, QUE SE DÊ O CORRETO DESCARTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICOS, ENTRE OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo municipal, por intermédio de Comissão de Vistoria e Avaliação, a realizar o leilão dos bens móveis inservíveis arrolados no anexo único desta lei.

Art. 2º. O Poder Executivo deverá dar destino correto a móveis e equipamentos inservíveis, sucateados e não aproveitados e não arrematados em leilão, bem como o descarte de materiais e equipamentos de informática e eletroeletrônicos, entre outros, na impossibilidade de realizar com sucesso o leilão dos mesmos, por razões diversas.

Art. 3º. Serão considerados inservíveis para a administração municipal, podendo ser objeto, inclusive, de descarte, os bens públicos móveis em desuso, irre recuperáveis, antieconômicos, obsoletos, além daqueles que, apesar de recuperáveis, onerem de maneira desproporcional o erário.

Parágrafo Único. Para fins do disposto nesta Lei consideram-se:

- a) Descarte - ato pelo qual o órgão responsável retira de suas dependências materiais de consumo ou permanentes considerados inservíveis, inutilizando-os, ou destinando-os ao sistema de coleta de resíduos;
- b) Bens em Desuso - são aqueles que, embora em perfeitas condições de uso, não estiverem sendo aproveitados pelo órgão da administração pública;
- c) Bens Irrecuperáveis - aqueles que não mais puderem ser utilizados pelo órgão da administração pública para o fim a que se destinam, devido à perda de suas características, ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação, entendida esta, quando o custo de recuperação seja superior a 50% (cinquenta por cento) de seu valor de mercado, ou mais;
- d) Bens antieconômicos - aqueles cuja manutenção for demasiadamente onerosa ou esteja com seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado ou desgaste prematuro;
- e) Bens Obsoletos - aqueles que, embora em condições de uso, não satisfaçam mais às exigências técnicas do órgão a que pertencem;
- f) Bens Recuperáveis - aqueles cujo orçamento de recuperação seja equivalente a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) de seu valor de mercado.

Art. 4º. As condições de desuso, irrecuperabilidade, antieconomicidade, obsoletismo e recuperabilidade serão verificadas sempre por intermédio da Comissão referida no art. 1º, e de técnicos conhecedores do material e equipamentos a serem analisados como descartáveis.

Art. 5º. O Poder Executivo deve priorizar a venda de todos os bens móveis inservíveis, equipamentos e materiais sucateados, através de processo licitatório, mas em caso de não ser possível a adoção deste processo, ou em caso de restar deserto o leilão, os referidos bens, com base na conveniência socioeconômica e oportunidade, entre outras razões constantes desta Lei, poderão ser destinados para organizações sociais.

Parágrafo único: A forma de seleção e escolha de das organizações sociais será feita por intermédio de chamamento público.

Art. 6º. Em caso de restar inviabilizada a venda ou a doação dos bens citados na ementa e no caput do art. 1º, seja pela ausência de valor econômico, seja pela falta de interessados no processo licitatório, o Poder Executivo deve diligenciar com empresas que procedam, de forma gratuita, a correta e adequada destinação de tais bens.

Art. 7º. Em caso de não se viabilizar nenhum dos casos referidos nos artigos anteriores desta Lei, como inexistência de interessados no leilão, inexistência de entidades sociais interessadas, nem existam empresas que de forma gratuita façam a destinação final de tais bens, cumpre a contratação pelo Poder Executivo de empresa, através de processo licitatório, para dar a destinação final aos aludidos bens inservíveis, de maneira ambientalmente adequada.

Art. 8º. As eventuais despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de recursos constantes do orçamento anual.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 1º de novembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

##### Relação de bens inservíveis

ÍTEM	TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM PATRIMONIAL.
01	12316	Veículo Volkswagen Gol Power 16 V, ano 2002, cor branco- Placas: MCI-7211-RENAVAM: 776312693 da Vigilância Sanitária.
02	15017	Veículo Volkswagen Gol 1.0, ano 2007/2208, cor branca, placas: MDQ-6763, da Vigilância Sanitária.
03	12788.	Veículo Volkswagen Gol Power 1.6, ano 2003, cor branco, placas: MBV-3584 e RENAVAM: 806289643 da Vigilância Sanitária.
04	10732	Veículo Fiat Uno Mille Smart, ano: 2000/2001, cor branca, Placas: MAY-5384 e RENAVAM: 739151681 da Vigilância Sanitária.
05	Sem patrimônio	Veículo Motocicleta Honda CG 125 Cargo, ano 2000, cor branca, Placa: MBE-8712 e RENAVAM: 734321147 da Vigilância Sanitária.
06	Sem patrimônio	Veículo Motocicleta Sundown MAX 125 SED, ano 2013/2014, cor prata, Placa: MCU- 0815 e RENAVAM: 1008054531 da Vigilância Sanitária.
07	Sem patrimônio	Veículo Motocicleta Sundown MAX 125 SED, ano 2013/2014, cor prata, Placa: MCU- 1545 e RENAVAM: 1008050340 da Vigilância Sanitária.
08	15127	Veículo Volkswagen Kombi, ano 2007, cor branca, Placas: MHJ -6552 e RENAVAM: 916898890-Hemodiáliseda Secretaria de Saúde.
09	12788	Veículo Volkswagen Kombi, ano 2003, cor branca, Placas: MBV-3574 e RENAVAM: 806288930 da Hemodiáliseda Secretaria de Saúde.

10	14200	Veículo KIA Besta GS Grande, diesel, ano: 2005, cor branca, 85CV, Placas: MDJ-7767 e RENAVAM: 863752047-TDF da Secretaria de Saúde.
11	Autarquia	Veículo GM Chevrolet Celta, ano 2003/2004, cor branca, Placas: MDD-5989 e RENAVAM: 815897502 - estado de conservação – razoável - PLASSMA.
12	Autarquia	Veículo Fiat Doblo Attrative 1.4, ano 2011/2012, flex, cor prata, Placas: MIS-6775 e RENAVAM: 33757242- estado de conservação bom, funcionando - PLASSMA.
13	15308	Veículo Volkswagen Kombi, ano 1991/1992, cor branca, Placas: MCL- 7980 e RENAVAM: 541062441- CONDEM - 5 lugares.
14	Conselho Tutelar	Veículo Fiat Uno, placas: MBG-9902- Conselho Tutelar. Leilão.
15	Polícia Militar Convênio.	Veículo Motocicleta Yamaha TDM 225, ano 2000/2000, cor branca, Placa: MBC-6086 e RENAVAM: 740837192-Polícia Militar/Convênio Prefeitura de Mafra-SC.
16	Polícia Militar Convênio.	Veículo Volkswagen Gol 1.6, Álcool/gasolina, ano 2007/2008, Placas: MEF-6926 e RENAVAM: 931565707, Polícia Militar/Convênio Prefeitura de Mafra-SC.
17	Polícia Militar Convênio.	Veículo Chevrolet caminhonete GM Blazer, 2.2 L, ano de fabricação 1997, motor a gasolina, cor predominante Preta, chassi nº :9BG116ARVVC950298, placas: LYU-4416, RENAVAM nº 680950567-Polícia Militar/Convênio Prefeitura de Mafra-SC- Sucata.
18	Polícia Militar Convênio.	Veículo Volkswagen, modelo: Amarok CD 4x4 SE, cor branca, ano/modelo: 2012/2012, RENAVAM: 20390504, chassi: WV1DB42H7CA060349, placas: MJO-8224 – Polícia Militar/Convênio Prefeitura de Mafra-SC
19	Polícia Militar Convênio.	Veículo marca Fiat, modelo: Palio Weekend, cor branca, ano/modelo: 2011/2012, placas: MIZ-9646 – Polícia Militar/Convênio Prefeitura de Mafra-SC.
20	Polícia Militar Convênio.	Reboque, placas: MDU-6722 – Polícia Militar/Convênio Prefeitura de Mafra-SC.
21	Corpo Bombeiros Convênio.	Veículo MB Sprinter 313 CDI, ano: 2005, a diesel, placas: MCX-3684, RENAVAM:860702650, chassi:8A-C9036625A928881- Corpo Bombeiros
22	Corpo Bombeiros Convênio.	Veículo Renault, Master, ano: 2009/2010, a diesel, placas: MHJ-1129, RENAVAM:189734078, chassi:93YADCU-L6AJ310412- Corpo de Bombeiros
23	Corpo Bombeiros Convênio.	Veículo FIAT, modelo Palio Weekend ELX, ano: 1999/1999, a gasolina , placas:MAV-4172, RENAVAM:717549216, chassi:9BD178835X0861311 - Corpo Bombeiros
24	Sem patrimônio	Veículo Caminhão GMC, ambulância diesel, ano 1997/1998, cor branca- Placas: MAC- 8772-TFD- RENAVAM 699037700 - Secretaria de Saúde.
25	Sem patrimônio	Veículo GM Kadett Ipanema ambulância, ano: 1994/1995, cor branca, 98 CV, placas: MBU-3940 e RENAVAM: 551685000 da Secretaria de Saúde.
26	13291	Veículo Volkswagen Parati CL Álcool, ano 1995, cor branca, Placas: BRZ-3980.
27	11370	Veículo Volkswagen Kombi, ano 2000/2001, cor branca, Placas: MBQ-4228 e RENAVAM: 745303900-Secretaria de Saúde.
28	14998	Veículo Volkswagen Gol 1.0, ano 2007/2008, cor branco, Placas: MDP-1383, RENAVAM: 920304494- está rodando, Secretaria de Saúde.
29	16808	Veículo Ford Transit JAEDI TUR, motor diesel, com 16 lugares, ano 2011, cor branca, Placas: MIS-9453 e RENAVAM: 329559869- Secretaria de Saúde. Motor estourado.
30		Motocicleta Cg 150, placa: MII-4250 e RENAVAM: 843211610, ano: 2004/2005 – Secretaria de Saúde.
31		Motocicleta Cg 150, placa: MTT-4162 e RENAVAM: 843210346, ano: 2004/2005 – sucata- Secretaria de Saúde.
32	12349	Veículo Volkswagen Kombi/Escolar, ano 2002, cor branca, Placas: MFK- 4200, com 15 lugares, motor a gasolina, RENAVAM: 781786258- ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
33	12363	Veículo Volkswagen Kombi/Escolar, ano 2002, cor branca, Placas: MFK- 4210, com 15 lugares, RENAVAM: 781790328, motor a gasolina - ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
34	12068	Veículo Volkswagen Kombi/Escolar, ano 2001, cor branca, Placas: MBR- 8177, com 15 lugares, motor a gasolina- ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
35	10212	Veículo Volkswagen Kombi/Escolar, ano 1998/19998, cor branca, Placas: MDR-7070, RENAVAM: 711397139, 09 lugares, motor a gasolina- ruim,não funciona - Secretaria de Educação.
36	13547	Veículo Volkswagen Kombi/Escolar, ano 2004/2005, cor branca, Placas: MDH-0248, RENAVAM: 837632170, com 15 lugares, motor a gasolina- ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
37	12741	Veículo Volkswagen Ônibus 16/180/CO, ano 1996/1997, cor Amarelo, motor diesel, 50 lugares, Placas: KQL-3217, RENAVAM: 668402210, ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
38	10213	Veículo Mercedes Benz Micro ônibus OF1315, ano 1991, cor branco, motor diesel, 40 lugares, placas: KOH-6762, RENAVAM: 318175592 - Secretaria de Educação.
39	12953	Veículo Mercedes Benz ônibus OF 1318, ano 1996, cor Amarelo, motor diesel, 48 lugares, Placas: KPS-3271, RENAVAM: 659335786, ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
40	12058	Veículo Mercedes Benz, ônibus OF 1620, ano 1994, cor amarelo, motor diesel, 44 lugares, Placas: KMG-4006, RENAVAM: 62170040, ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
41	10216	Veículo Mercedes Benz, ônibus OF 1315, ano 1991, cor branca, motor diesel, 34 lugares, Placas: KOH-6908 e RENAVAM: 318175614, ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
42	12788	Veículo Mercedes Benz, Micro ônibus 608, ano 1986, cor branca, diesel, 20 lugares, Placas: AFI-3574 e RENAVAM: 576871931, ruim, não funciona - Secretaria de Educação.
43	12742	Veículo Mercedes Benz, ônibus 1318, ano 1992/1993, cor amarelo, motor diesel, 51 lugares, Placas: ADK-9283 e RENAVAM: 607482842, estado regular- Secretaria de Educação.

44	Sem Patrimônio Convênio.	Veículo ônibus Mercedes Benz/OF 1318- cor verde, 184 CV, motor diesel, ano 1993, Placas: AEA-4321 e RENAVAL: 612963268 de Biblioteca Itinerante da Secretaria de Educação. Ruim, não funciona.
45	Sem Patrimônio Convênio.	Veículo ônibus VOLVO/B58 4X2- diesel,224 CV,ano 1991, cor verde, Placas: ACO-7139e RENAVAL: 602761247 de Biblioteca Itinerante da Secretaria de Educação.Ruim não funciona.
46	Sem patrimônio.	Veículo Volkswagen Kombi, ano 2002, cor branca, Placas: MFK 4450 e RENAVAL: 784271038 da Secretaria de Educação.
47		Veículo VW Gol, bicombustível, motor 1.6, cor branca, ano: 2008, chassi: 9BWCBO5W68T182078, Renavam: 953443647, placas: MEE-3803, motor:BW092267 - Secretaria de Educação.
48		Ônibus marca: Marcopolo tipo Volare V6 Escolar, ano: 2008/2009, cor amarela, 140 Cv, de 23 passageiros, Chassi: 93PB36D2M9C028093, Renavam: 121432904, placas: MFG-9397, motor: M1A334293, Secretaria de Educação.
49		Ônibus marca: Marcopolo tipo Volare V6 Escolar, ano: 2008/2009, cor amarela, 140 Cv, de 23 passageiros, Chassi: 93PB36D2M9C028060, Renavam: 121429237, placas: MFG-9387, motor: M1A334165, Secretaria de Educação .
50		Ônibus marca: Marcopolo tipo Volare V6 Escolar, ano: 2008/2009, cor amarela, 140 Cv, de 23 passageiros, Chassi: 93PB36D2M9C028091, Renavam: 121427552, placas: MFG-9377, motor: M1A334285, Secretaria de Educação .
51		Ônibus marca: Marcopolo tipo Volare V6 Escolar, ano: 2008/2009, cor amarela, 140 Cv, de 23 passageiros, Chassi: 93PB36D2M9C028071, Renavam: 121421902, placas:MFG-9367, motor: M1A334252, Secretaria de Educação .
52		Ônibus marca: Marcopolo tipo Volare V6 Escolar, ano: 2008/2009, cor amarela, 140 Cv, de 23 passageiros, Chassi: 93PB36D2M9C028072, Renavam: 121434508, placas: MFG-9407, motor: M1A334290, Secretaria de Educação .
53		Ônibus marca: Marcopolo tipo Volare V6 Escolar, ano: 2008/2009, cor amarela, 140 Cv, de 23 passageiros, Chassi: 93PB36D2M9C028070, Renavam: 121437396, placas: MFG-9427, motor: M1A334291, Secretaria de Educação .
54	4982	Rolo Compactador marca DYNAPAC tipo CA-15 nº 01- Secretaria de Obras
55	1862	Veículo Mercedes Benz Caminhão Basculante, ano 1984, motor diesel, 4x2 , cor vermelho, placas: LYX-7071- Secretaria de Obras..
56	1861	Veículo Chevrolet, basculante, ano: 1984, cor azul, motor diesel, 4x2, Placas: LYQ- 7142 - Secretaria de Obras .
57	16549	Veículo marca Volkswagen, modelo: KOMBI, 80cv, cor branca, ano/modelo: 2010/2011, RENAVAL: 226361861, chassi: 9BWMF07X1BP007476, placas: ENS-2260 – Secretaria de Obras
58	15049	Retroescavadeira Marca New Holland, modelo LB-90, tração 4X4, ano 2005/2005, Nº Motor – 30699643, Chassi – N5AH10674, cor amarela - Secretaria de Obras .
59	Sem Patrimônio	Motoniveladora Marca HUMBER WARCO DO BRASIL, nº 130M-sucata com motor - Secretaria de Obras.
60	05387	Veículo Chevrolet Corsa Wind 1.0, ano 1995, cor branca, Placas: LXD- 1545 e RENAVAL: 635481197- Secretaria de Obras.
61	Sem Patrimônio	Veículo Volkswagen Kombi, ano 2007, cor branca, chassi: 9BWGF07X07P004055, placas: MDP-0908 e RENAVAL: 898098149 -Sucata. Secretaria de Obras.
62	Sem Patrimônio	Veículo Volkswagen Kombi, ano 2007, cor branca, Placas: MEH- 6048 e RENAVAL: 898389666, chassi: 9BGSN19N07B161724, - Sucata. - Secretaria de Obras.
63	09917	Veículo Fiat Uno Mille, 58 CV, Modelo SX, 2 portas, ano 1998, cor branca, Placas: LZU-9532e RENAVAL: 696495929- Secretaria de Obras.
64	12752	Veículo Fiat Uno Mille Smart, ano 2001, cor branca, Placas: MBI-1873 e RENAVAL: 756400678 - Secretaria de Obras.
65	10925	Veículo Volkswagen Kombi Stander, ano 2001, cor branca, Placas: MBW-9342 com 10 lugares. Secretaria de Obras.
66	10941	Veículo Fiat Uno Mille Smart, ano 2001, 58 CV, cor branca, Placas: MBW-6702 e RENAVAL: 756400678 - Secretaria de Obras.
67	09885	Veículo Caminhonete Volkswagen Pickup Saveiro CL, ano 1998, cor branca, Placas: LZN-5462 e RENAVAL: 695219472- Secretaria de Obras.
68	11982	Veículo Caminhonete Fiat Strada Working, ano 2001, cor branca, Placas: MBI-1923 e RENAVAL: 760021066 - Secretaria de Obras.
69	14440	Veículo Caminhão Mercedes Benz 608, ano 1975, cor vermelha, Placas: ICP-3286 e RENAVAL: 573828776- Secretaria de Obras.
70	09884	Veículo Volkswagen Gol CL 1.6, ano 1998, cor branca, Placas: LZK-5642 e RENAVAL: 694631191- Secretaria de Obras.
71	15152	Cavalo mecânico Scania 113 H 360 – 1993/1994 , placas: BMQ-1754, chassi: 9BSRE6X4ZP3356145, RENAVAL: 616549164, motor precisa para retificar - Secretaria de Obras .
72	Sem patrimônio	Veículo Chevrolet Ipanema GL, ano 1994, cor branca, Placas: JKV-6759 e RENAVAL: 617291691- Secretaria de Obras.
73	150024	Veículo Chevrolet Corsa Classic Spirit, ano 2007, cor branca, Placas: MDO-8388 e RENAVAL: 898096839 - Secretaria de Obras.
74	4955	Trator agrícola marca Ford 4600, cor azul, chassi: D9NN7006DA, Sec. Des.Urbano..

75	15009	Veículo Volkswagen Saveiro 1.6, ano 2006, cor Branca, Placas: MDD-7805 e RENAVAL: 890107149 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Setor de Trânsito) frente batida, pode ser recuperada.
76	05249	Motocicleta Yamaha RD 135, ano 1992/92, cor vermelha, Placa: LYR-4715, Chassi: 9C62MW000N0029835 e RENAVAL: 551684275. (Funcionando).
77	9678	Camioneta mista imp/GM Silverado, motor diesel, ano 1997, cor cinza, placas: LYN-2803, chassi: 8AG-244NAVVA132067 e RENAVAL: 674165993
78	15054	Caminhão basculante MB 2423K /36, 6X4, ano 2005/2006 - placas: MEB-4108, prefixo nº: 24, RENAVAL: 867391855 e chassi: 9BM6933866B447203.- Secretaria de Obras .
79		Caminhão basculante MB 2423K /36, 6X4, ano 2005/2006 - placas: MEI-4329 - nº 21 - Secretaria de Obras.
80	15056	Veículo Caminhão MB 2423K-36 Basculante, 6x4, ano 2005/2006, cor branca, Placas: MEB- 3988, prefixo: 25, RENAVAL: 867389181 e chassi: 9BM69333866B446879- Secretaria de Obras.
81		Caminhão basculante MB 2423K/36, 6X4, ano 2005/2006 - placas:MHK 6460 -nº 16 - Secretaria de Obras .
82		Patrola Huber Warco 140 motor Scania, amarela, nº 02 - Secretaria de Obras.
83		Patrola Dresser 140 C, motor Cummins, CH: RB11341 amarela, nº 05 - Secretaria de Obras .
84		Patrola Volvo G 710 - ano 2002, serie 500044- nº 07 - Secretaria de Obras.
85		Patrola Volvo G 720 - ano 2006, serie 502073 - nº 09- Secretaria de Obras.
86		Patrola Fiat Allis FG-140 - ano 2002, nº 06 - Secretaria de Agricultura.
87		Escavadeira New Holland E-215 LC, motor: Cummins serie "C", série: N5AA01107, Ano – 2005/2005, Nº Motor – 30790597, Chassi – N5AA01107, nº 03 - Secretaria de Obras.
88	16118	GM Montana Conquest, motor 1.4, ano 2010, placas: MID-9007, RENAVAL: 231696841, chassi: 9BGXL-80POAC246158, 105CV, motor fundido - Secretaria de Obras.
89	16132	Renault Clio Hatch Campus, 16 v, 5p; hi-flex, 77 cv, ano: 2010/2011, placas: MGT-9248, RENAVAL: 245712658, chassi: 8ª1BB8V05BL564326, cabeçote e válvulas retificar. - Secretaria de Obras.
90	13902	Volkswagen Gol, 5 portas, ano: 2006, cor branca, placas: MCN-6424 - Secretaria de Obras .
91	13901	Veiculo Chevrolet GM Astra motor 2.0, ano: 2005, placas: MCN-6474, chassi: 9BGTR08W05B253824, RENAVAL: 856606880, com motor fundido - Secretaria de Obras.
92		Fiat Uno Mille Economy, 1.0, ano 2011/2012, placas: MIN-0874, Chassi: 9BD15802AC6598966, RENAVAL: 331379740, cor branca - Secretaria de Obras.
93		Quatro Transformadores trifásicos sendo um com NF: 148898, KVA=75, marca: W W Industria de Transformadores, mod: 380/220, nro fabricação: 5440/99, cor cinza (necessita reparos), dois Transformador trifásico, KVA=75, marca: ECEMIC, mod: 380/220, nro fabricação: 10/78 e nro fabricação: 80200, cor cinza (necessita reparos)e um Transformador trifásico, KVA= 112,5, marca: ECEMIC, mod: 380/220, nro fabricação: 80/9617, cor vermelha (esta funcionando, mas esta obsoleto) - Secretaria de Obras.
94		Dois tanques de reservatórios de combustível diesel sendo: Um Tanque de reservatório de óleo diesel, com capacidade de 15.000 litros, marca: Tankspar, serie: 499, data de fabricação: 29/10/2007, norma: RT2, espessura mínima: 03, espessura original de calota: 475 e de costado: 375 em anexo com bomba de abastecimento diesel , marca: Wayne Dresser, mod: 171-LA, serie:057, data:01/1987, vazão: 75 l/min e portaria INMETRO: 74 de 24/11/1982 e outro Tanque de reservatório de óleo diesel, com capacidade de 15.000 litros, marca: Tankspar, serie: 499, data de fabricação: 21/11/2007, norma: RT2, espessura mínima: 03, espessura original de calota: 475 e de costado: 375 em anexo com bomba de abastecimento sem dados de fabrica anexa. Secretaria de Obras.
95		Lote de sucata de pneus, camaras de ar e colarinhos de tamanhos, tipos e modelos diversos: 150 pneus 1000x20, 35 pneus aro 24 e 25, 40 pneus de camionetes e 35 pneus de automóveis aro 13 e 14 - Secretaria de Obras.
96		Lote de diversos lixos eletrônicos, tais como: fragmentadora de papel, monitores de vídeo antigos, CPUs e impressoras, fax, tablets, hub, retroprojetores, modems, TVs e rádios, DVDs, máquinas de escrever, calculadoras, telefones, aspiradores de po, estabilizadores de voltagem etc.
97		Lote de ferro velho, roçadeiras a gasolina, cadeiras metálicas, escadas de ferro e metálicas, arquivos metálicos, diversos estimativa de peso mais ou menos 60 toneladas - LEILÃO.

**LEI MUNICIPAL Nº 4295**

Publicação Nº 1421728

Lei nº. 4.295

DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, REVOGA AS LEIS Nº 3.886, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 E 4.052, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Vicente De Paulo Bezerra Saliba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter o Sistema de Estacionamento Rotativo de veículos automotores nas via do Município denominado "Estacionamento Rotativo de Mafra".

§1º Integram o Estacionamento Rotativo de Mafra os trechos de logradouros e vias públicas constantes no Anexo I desta Lei.

§2º Os locais designados para funcionamento do "Estacionamento Rotativo Mafra" serão identificados com as placas de estacionamento

regulamentado definidas no Código de Trânsito Brasileiro, acrescidas das informações complementares relacionadas com as condições de estacionamento, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito.

§3º A critério da municipalidade, e ouvido o Conselho Municipal de Trânsito, atendendo às necessidades técnicas, conveniência e oportunidade para eficiência do sistema, poderá a área abrangida pelo estacionamento rotativo sofrer acréscimos ou supressões de vias e logradouros.

Art. 2º. Compete ao Município organizar e delegar à iniciativa privada, sob regime de concessão, o serviço público de que trata esta Lei.

§1º O Poder Executivo, por delegar o serviço de que trata esta Lei à iniciativa privada, deverá tornar a respectiva concessão objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria destinando-se a garantir a observância dos princípios constitucionais pertinentes.

§2º O Município publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão, caracterizando seu objeto, prazo e área abrangida pelo sistema.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cobrar preço público dos usuários das áreas incluídas no Sistema de Estacionamento Rotativo.

Art. 4º. O preço público inicial será fixado em, no mínimo, R\$2,00 (dois reais) por hora conforme estudos de viabilidade exposto no Anexo II. Parágrafo Único - O preço estabelecido no caput deste artigo será reajustado a cada 12 (doze) meses pela variação do INPC ou quando se demonstrar desequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º. Não estão sujeitos ao pagamento do preço público pela utilização do "Estacionamento Rotativo Mafra":

I - Os veículos oficiais do serviço público federal, estadual e municipal;

II - Os veículos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e as ambulâncias;

III - Os veículos essenciais à construção pública, durante o período necessário ao serviço realizado, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;

IV - Os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando se encontrarem em efetiva operação no local de prestação dos serviços a que se destinam, e devidamente identificados pela energização ou acionamento do dispositivo luminoso intermitente ou rotativo.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste artigo, são considerados veículos prestadores de utilidade pública:

a) os destinados à manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de gás combustível canalizado, de telecomunicações e de comunicações telefônicas;

b) os que se destinam à conservação, manutenção e sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo de trânsito;

c) os destinados ao socorro mecânico de emergência nas vias abertas à circulação pública;

d) os veículos especiais destinados ao transporte de valores;

e) os veículos destinados ao serviço de escolta, quando registrados em órgão rodoviário para tal finalidade.

Art. 6º. Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

§ 1º As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a 2% (dois por cento) do total, com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

§ 2º Para utilizar as vagas de estacionamento reservadas nos termos do presente artigo, os veículos deverão exibir a credencial que trata o art. 2º da Resolução nº 304, de 18 de dezembro de 2.008 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN sobre o painel do veículo, ou em local visível para efeito de fiscalização, com a frente voltada para cima.

Art. 7º. É assegurada a reserva, para os idosos, a partir dos 60 (sessenta) anos, nos termos da presente Lei, de 5% (cinco por cento) das vagas no "Estacionamento Rotativo de Mafra", as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Parágrafo Único - Para utilizar as vagas de estacionamento reservadas nos termos do presente artigo, os veículos deverão exibir a credencial que trata o art. 2º da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2.008 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN sobre o painel do veículo, ou em local visível para efeito de fiscalização, com a frente voltada para cima.

Art. 8º. É assegurada a reserva para motocicletas de 5% (cinco por cento) das vagas destinadas para carros no "Estacionamento Rotativo de Mafra", sendo que para cada vaga de veículo será dividida em 5 (cinco) vagas para motocicletas, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a ampla distribuição e segurança.

§1º. Nas áreas referentes ao "Estacionamento Rotativo de Mafra" as motocicletas deverão exclusivamente fazer uso das vagas destinadas a esta finalidade, que serão devidamente demarcadas e sinalizadas, e definidas a sua localização de forma a manter uma distribuição equitativa, zelando pela segurança do usuário.

§2º. Fica proibido o estacionamento de motocicletas nas áreas referentes ao "Estacionamento Rotativo de Mafra" fora das vagas destinadas para uso exclusivo de motocicletas.

Art. 9º. Para garantir a rotatividade e eficiência do sistema, o período máximo de permanência do veículo nas vagas destinadas ao "Estacionamento Rotativo Mafra" é de 02 (duas) horas, improrrogável.

Parágrafo único - Poderá o Poder Executivo, respeitando as características da via, do fluxo e intensidade de trânsito, mediante sinalização adequada, estabelecer período inferior ao previsto no caput do presente artigo para a permanência do veículo estacionado.

Art. 10. Será considerado como irregularmente estacionado o veículo que:

I - exceder o período máximo de permanência permitido;

II - estiver estacionado sem ticket ou com ticket vencido;

III - não estiver devidamente posicionado na vaga especificamente delimitada para este fim.

Art. 11. O usuário que estacionar seu veículo em desacordo com o regulamentado especificamente pela sinalização local no tocante ao

pagamento do preço público, será alvo de auto de infração por estacionamento em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização.

§1º. Nenhuma medida punitiva poderá ser tomada contra o usuário no caso de embarque e desembarque, desde que não ultrapasse o período de 5 (cinco) minutos.

§2º. A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo não desobriga o pagamento do estacionamento.

Art. 12. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito previstas no artigo anterior será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Art. 13. Fica autorizada a veiculação publicitária remunerada nos impressos, materiais e equipamentos utilizados na operação do Sistema, desde que não haja impedimento legal, e ainda com prévia aprovação do Município.

Parágrafo Único - As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato, no caso de delegação do serviço de que trata a presente Lei à iniciativa privada.

Art. 14. Não caberá à Prefeitura Municipal nem ao operador, se terceirizado, qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou quaisquer outros prejuízos que venham a causar ou sofrer os veículos, seus proprietários, as mercadorias, os usuários ou acompanhantes, enquanto permanecerem nas áreas de Estacionamento Rotativo ou quando os veículos delas forem removidos.

Art. 15. O Estacionamento Rotativo de Mafra será operado sob-regime de concessão onerosa mediante prévia licitação, dada pelo maior percentual de repasse aos cofres públicos da receita bruta arrecadada, sendo o valor mínimo estipulado em 12% (doze por cento).

§ 1º. A concessão do serviço de que trata essa Lei, reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, pela presente regulamentação, pelo respectivo Edital de Concorrência Pública, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas do indispensável contrato.

§2º. A concessão será outorgada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal e formalizada em conformidade com o art. 4º da Lei Federal nº 8.987/95.

§3º. O serviço concedido ficará sujeito a regulamentação e fiscalização do Poder Público, que poderá tornar pública sua execução quando a concessionária deixar de atender satisfatoriamente aos fins ou às condições do contrato.

Art. 16. O prazo de concessão para a gestão das áreas de estacionamento rotativo se que trata o artigo anterior será de 10 (dez) anos, podendo o contrato ser prorrogado duas vezes, por igual período, em conformidade com os critérios previstos no edital de licitação.

Art. 17. O Estacionamento Rotativo de Mafra deverá ser operacionalizado mediante controle informatizado que permita total integridade financeira da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditoria permanente por parte do Poder Concedente.

§1º O gerenciamento e operacionalização do serviço de que trata essa Lei deverão garantir grau de precisão que permita cobrar do usuário o tempo correspondente ao período de permanência do veículo no local em frações de no máximo 30 (trinta) minutos.

§ 2º A concessionária deverá, às suas expensas e por sua conta e risco, dispor de funcionários, devidamente identificados e uniformizados, para certificar-se da correta utilização das vagas, emitindo avisos para regularização e demais atos preparatórios para que o Poder concedente possa exercer o Poder de Polícia de Trânsito.

§ 3º A concessionária deverá manter um escritório em local central a área destinada ao "Estacionamento Rotativo Mafra" com atendimento ao público iniciando 30 (trinta) minutos antes do horário de vigência do estacionamento rotativo e finalizando 30 (trinta) minutos após o horário de vigência do estacionamento rotativo.

§4º Ao final do prazo da concessão, toda a sinalização de regulamentação utilizada na operação dos estacionamentos reverterá para o Poder Público, sem qualquer ônus ao erário.

Art. 18. No julgamento da licitação será considerado o critério de proposta de maior percentual da receita bruta do sistema repassada ao Poder Executivo Municipal, atendendo para tal os requisitos técnicos descritos nesta Lei e no termo de referência do respectivo edital.

Art. 19. A concessionária deverá, sem ônus para o Município, fornecer, instalar, conservar e substituir os equipamentos empregados no sistema e a sinalização viária regulamentadora do estacionamento, bem como realizar todas as obras que se fizerem necessárias à operação da concessão.

Parágrafo Único - Os locais designados para o funcionamento do Estacionamento Rotativo de Mafra deverão ser identificados com as placas de estacionamento regulamentado definidas no Código de Trânsito Brasileiro, acrescidas das informações complementares relacionadas com as condições de estacionamento, colocadas em placas adicionais abaixo do sinal de regulamentação, ou a este incorporadas, formando uma só placa, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 20. A concessionária deverá prestar serviços adequados ao pleno atendimento aos usuários do sistema, observando as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, cortesia e informações na execução dos serviços.

Art. 21. Fica a concessionária autorizada a promover veiculação publicitária remunerada nos impressos, materiais e equipamentos utilizados na operação do sistema, desde que não haja impedimento legal e tal iniciativa reverta no favorecimento da modicidade das tarifas, ficando condicionada ainda, a prévia aprovação do Poder Concedente.

Art. 22. A utilização da vaga será feita mediante o uso de ticket manual ou eletrônico de estacionamento, emitido no horário compreendido entre as 08h e 18h de segunda à sexta-feira, e das 08h às 12h aos sábados, exceto os casos de isenção previstos nesta Lei.

§1º Diante da alteração dos horários de prestação de serviços das atividades econômicas, especialmente as de caráter comercial, e por razões de conveniência administrativa, a critério do Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Mafra, poderão ser modificados os períodos de estacionamento regulamentado.

§2º O estacionamento Rotativo de Mafra será isento de pagamento de preço público aos domingos e feriados e nas demais horas do dia

que antecederem ou ultrapassarem os períodos expressos no caput desse artigo.

Art. 23. A receita decorrente da utilização dos tickets e das regularizações será destinada a cobrir os custos operacionais do sistema e remunerar a concessionária.

Art. 24. Os valores provenientes da remuneração pela outorga da concessão e decorrentes da arrecadação com a cobrança das multas de trânsito serão aplicados em conformidade com o previsto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro. A receita arrecadada será destinada ao fundo da mobilidade urbana e acessibilidade (70%) e departamento de trânsito (30%).

Art. 25. Para a utilização do Estacionamento Rotativo de Mafra deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - o veículo deverá ser posicionado no sentido do fluxo, paralelo ao bordo da pista de rolamento, e junto à guia da calçada (meio-fio), respeitando os limites estabelecidos pela demarcação individual de vaga disposta através de sinalização horizontal específica, admitidas as exceções devidamente sinalizadas;

II - veículo cujas dimensões excedam a demarcação viária estabelecida para uma vaga de estacionamento, pagará o correspondente ao número de vagas ocupadas;

III - as motocicletas deverão ser estacionadas nos locais especificamente demarcados e sinalizados para tal finalidade e para este tipo exclusivo de veículo, pagando o preço correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor de uma vaga normal de estacionamento regulamentado.

IV - A operação de carga e descarga por veículos de grande porte (caminhões) será permitida apenas nos horários de não vigência do estacionamento rotativo, e para veículos de pequeno porte a operação de carga e descarga será considerada estacionamento, pagando o preço correspondente ao valor de uma vaga normal de estacionamento regulamentado.

Art. 26. O tempo máximo de permanência na mesma vaga é de duas (2) horas contínuas, vedada a sua prorrogação.

Art. 27. O preço público pelo estacionamento será cobrado mediante a venda do direito de estacionar por uma (1) hora ou com fração de meia hora (cobrança mínima), contendo o dia e a hora de início da utilização, a sua validade e a numeração sequencial única (NSU).

Art. 28. O direito de tempo para utilização do Estacionamento Rotativo de Mafra será comercializado em postos de venda devidamente identificados, pela Internet, na administração da empresa concessionária e em cabines eletrônicas na calçada, quando for o caso.

Art. 29. Ficam revogadas as leis nº 3.886, de 21 de dezembro de 2012 e nº 4.052, de 22 de outubro de 2014.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 1º de novembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Listas de ruas definidas pela comissão de trânsito

- Entorno da Praça Hercílio Luz;
- Rua Vitorino Bacelar até a esquina com a Rua Getúlio Vargas;
- Entorno da prefeitura velha e Praça Flávio Tavares;
- Extensão total da Av. Pref. Frederico Heyse;
- Extensão total da Rua Felipe Scmidth;
- Rua Mathias Piechnick da Pç. Guilherme Abri (inclusive) até esquina com Rua Pereira Oliveira;
- Rua Marechal Floriano Peixoto do Largo Alfredo Herbst até a esquina com a Rua Gov. Jorge Lacerda;
- Rua Siqueira Campos da Pç. Lauro Müller até a esquina com a Rua Brasília C. de Oliveira;
- Rua Tem Ary Rauen da Praça Lauro Müller (inclusive) até a esquina com a Rua Ver. Eurípio Rauen;
- Av. Pres. Nereu Ramos da Pç. Lauro Muller até esquina com a Rua Brasília C. de Oliveira;
- Extensão total da Rua Bem. Julia Gonçalves;
- Rua Profª Maria Esp. Santo da esquina com a Rua F. Scmidth até a esquina com a Rua Mal. Floriano Peixoto;
- Rua Mal. Deodoro da esquina com a Av. Frederico Heyse até a esquina com a Rua Mal. Floriano Peixoto;
- Pç. Lauro Müller na continuação das ruas Tem. Ary Rauen e Campos Sales
- Rua Pereira Oliveira da esquina da Av. Pref. Frederico Heyse até esquina da Rua Mal. Floriano Peixoto;
- Av. Severiano Maia da Pç. Do Expedicionário até a esquina com a Rua 1º de Janeiro;
- Rua Pereira Oliveira da esquina com a Av. Frederico Heyse até a esquina com a Av. Mal. Floriano Peixoto;
- Rua Gabriel Dequech da esquina da Av. Frederico Heyse até a esquina com a Rua Felipe Scmidth.

#### ANEXO II

Demonstrativo financeiro	
Demonstrativo de ocupação (receitas)	

Nº de vagas oferecidas passíveis de cobrança (aproximado)	1800
Usuario/vaga x dia	10
Vagas x dia	18000
Taxa de ocupação	35%
Vagas efetivas dia	6300
Numero de dias operáveis por mês	23,6
Vagas x mês (22 dias)	148680
Taxa de adimplência	90
Vagas efetivas mês	133812
Regularizações	7434
Horas cobradas através de regularizações	22302
Horas efetivas mês + horas regularizações	156114
Valor taxa R\$2,00,	R\$ 312.228,00
Demonstrativo de custos	
Aluguel de escritório	3.000,00
Luz, Agua, Telefone, Internet	2.000,00
Material de expediente	2.500,00
Divulgação, propaganda	2.500,00
Funcionarios - fiscais de ruas - 18 (2 sal. 1.874,00)	37.480,00
Funcionários - secretária - 2 (2 sal. 1.874,00)	3.748,00
Funcionário - gerente - 1 (4 sal. 3.748,00)	3.748,00
Encargos salários	32.982,40
Manutenção sinalização	4.500,00
Repasse municipalidade (15%)	46.834,20
Outros	10.000,00
Total (R\$)	130.952,60
Receita bruta	312.228,00
Receita líquida	163.435,40
Impostos (20%)	32.687,08
Lucro (R\$)	130.748,32
Investimentos Iniciais à serem amortizados	
Veículo de apoio (dois)	93.000,00
Serviço de marcação das faixas, instalação de placas, etc	150.000,00
Confecção inicial de ticktes ou instalação parkímetros	300.000,00
Total investimentos iniciais	543.000,00

**LEI MUNICIPAL Nº 4296**

Publicação Nº 1421730

Lei nº. 4.296

DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A LOCAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 8.666 de 1993, autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, na forma de locação, os imóveis referidos neste artigo, por meio de processo de licitação e respectivo contrato administrativo.

Parágrafo único – São os seguintes os imóveis a serem locados:



- a) Quiosque com 73,39m<sup>2</sup>, na Praça Pedro Kuss;
- b) Banca com 30,00m<sup>2</sup>, na Praça Guilherme Luiz Abry;
- c) Banca com 16,12 m<sup>2</sup>, na Praça Lauro Muller;
- d) Banca com 36,86 m<sup>2</sup>, no Mercado Público;
- e) Sala comercial com 52,95 m<sup>2</sup>, no Mercado Público;
- f) Sala comercial com 15,31 m<sup>2</sup>, no Mercado Público;
- g) Sala comercial com 42,18 m<sup>2</sup>, no Mercado Público;
- h) Sala comercial com 33,81 m<sup>2</sup>, no Mercado Público;
- i) Sala comercial com 117,60m<sup>2</sup>, no terminal rodoviário de passageiros;
- j) Sala comercial com 31,97m<sup>2</sup>, no terminal rodoviário de passageiros;
- k) Sala comercial com 15,57m<sup>2</sup>, no terminal rodoviário de passageiros;
- l) Sala comercial com 49,61m<sup>2</sup>, no terminal rodoviário de passageiros;
- m) Sala comercial com 15,57m<sup>2</sup>, no terminal rodoviário de passageiros;

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 1º de novembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### TERMO DE POSSE 2º SUPLENTE

Publicação Nº 1421867

#### TERMO DE POSSE

Eu, EDER GIELGEN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Mafra/SC, nas atribuições a mim conferidas pelo artigo 43 da Lei Orgânica deste município e em conformidade com o Regimento Interno desta Câmara Municipal, dou posse no cargo de Vereador ao 2º Suplente Sr. Erlon Rivail Veiga, na data de 27 de outubro de 2017, para assumir a cadeira da Vereadora Cláudia Maria Bus, pois a mesma se afastou para tratamento de saúde pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico apresentado nesta data, e devido o falecimento do 1º Suplente Álvaro Schafacheck.

Mafra, 27 de outubro de 2017.  
VER. EDER GIELGEN  
Presidente

ERLON RIVAIL VEIGA  
Vereador

# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei nº 4.038/2017

Publicação Nº 1421724

LEI Nº 4.038, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o mutuário designado no art. 2º autorizado a escriturar em seu nome, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º está matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com seu respectivo mutuário:

I- SEBASTIANA DE OLIVEIRA: Lote "B", parte do lote urbano nº (89), da quadra nº (67-A), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de 300,00 m², objeto da Matrícula nº 15.324;

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 3.615, de 24 de maio de 2012.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição nº 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543\\_edicao\\_2218\\_assinado.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf)).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 8 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei nº 4.039/2017

Publicação Nº 1421726

LEI Nº 4.039, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no contrato de consórcio público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio

## Massaranduba

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81.2017 - SERVIÇOS GRÁFICOS

Publicação Nº 1422613

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017

VALIDADE: DE 09/11/2017 A 09/11/2018

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP, neste ato representado por FABRICIO HACKBARTH	78.218.187/0001-91
ALBGRAF FORMULÁRIOS LTDA EPP, neste ato representado por BRAZ ALBANO	05.665.084/0001-04
DANIEL ROGERIO DA ROCHA - ME, neste ato representado por EMERSON DA SILVA ALVES	19.008.104/0001-70

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS GRÁFICOS DIVERSOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA(SC), de acordo com as especificações e quantitativa abaixo:

FORNECEDOR: 30180 - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CARTÕES DE VISITAS COUCHÊ FOSCO 230 G FORMATO 9 X 5 CM COR 4 X 0	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	3.000	R\$ 0,27	R\$ 810,00
2	CARTÕES DE ANIVERSÁRIO FORMATO 15 X 21 CM EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 210 G COR 4 X 4 COM ACABAMENTO DOBRADO - ARTE DO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	600	R\$ 1,38	R\$ 828,00
3	PASTAS FORMATO 44 X 38,5 CM ABERTA E 22 X 31 CM FECHADO COR 4 X 0 EM PAPEL CARTÃO SUPREMO 350 G COM CORTE ESPECIAL E COLAGEM DO BOLSOK SENDO BOLSA COLADA, ARTE DO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	1.500	R\$ 1,45	R\$ 2.175,00
4	PASTAS COR 4 X 0 FORMATO 23 X 31,5 CM ABERTO EM PAPEL TRIPLEX 320 G COR 4 X 0 COM ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	2.000	R\$ 1,25	R\$ 2.500,00
9	FOLDERS COR 4 X 0 FORMATO 12 X 27,5 CM EM PAPEL COUCHÊ 150 G, ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	6.000	R\$ 0,33	R\$ 1.980,00
10	FOLDERS COR 4 X 4 FORMATO 12 X 27,5 CM EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 150 G COM ACABAMENTO REFILADO	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	6.000	R\$ 0,35	R\$ 2.100,00
11	CARTAZES COR 4 X 0 FORMATO A3 EM PAPEL COUCHÊ 150 G	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	50	R\$ 6,00	R\$ 300,00
12	FOLDERS COR 4 X 0 FORMATO 10,5 X 21 CM FECHADO E 21 X 21 CM ABERTO	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	500	R\$ 0,88	R\$ 440,00
13	CARTILHAS EDUCATIVAS TIPO 01 EM PAPEL OFF SET BRANCO 90 G COM 16 PÁGINAS COLORIDAS FRENTE E VERSO COM FOTOS ILUSTRATIVAS, CAPA 180 G E ENCADERNAÇÃO GRAMPEADA FORMATO 28,5 X 19,5 CM	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	500	R\$ 5,10	R\$ 2.550,00
14	CARTILHAS EDUCATIVAS TIPO 02 CONFECCIONADA EM PAPEL BRANCO, 90 G COM 08 PÁGINAS COLORIDAS FRENTE E VERSO COM FOTOS ILUSTRATIVAS CAPA EM OFF SET 180 G E ENCADERNAÇÃO GRAMPEADA. FORMATO 20 X 12 CM ABERTO, ARQUIVO FORNECIDO PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	500	R\$ 3,40	R\$ 1.700,00

38	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 EM SULFITE 75 G FORMATO A4 LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR PARA HERNIOPLASTIA INCISIONAL	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	10	R\$ 15,20	R\$ 152,00
41	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR PARA HERNIOPLASTIA INGUINAL UNILATERAL (COR 1X0, CONFECCIONADO EM PAPEL TIPO SULF. 75 GR) BLOCO COM 50 FOLHAS.	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	30	R\$ 10,30	R\$ 309,00
49	PASTAS PARA USG EM PAPEL TRIPLEX 320 G BRILHO COM IMPRESSÃO DO TIMBRE DA PREFEITURA E FOTO COR 4 X 0 FORMATO 23 X 31,5 CM FECHADO	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	4.000	R\$ 1,25	R\$ 5.000,00
54	PASTAS FORMATO 44 X 38,5 CM ABERTA E 22 X 31 CM FECHADO COR 4 X 0 EM PAPEL TRIPLEX SUPREMO 350 G COM COLAGEM E BLSA - ARQUIVO (ARTE) FORNECIDO PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	3.000	R\$ 1,54	R\$ 4.620,00
55	FOLDERS TURÍSTICOS FORMATO 32 X 47 CM EM PAPEL COUCHÊ 250 G COM 08 DOBRAS COM ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	3.000	R\$ 1,10	R\$ 3.300,00
56	FOLDERS FORMATO 10 X 14 CM EM PAPEL COUCHE 115 G COR 4 X 4 COMARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	1.000	R\$ 0,50	R\$ 500,00
57	CARTILHAS COM 08 PÁGINAS COM 02 LÂMINAS ABERTAS FORMATO 21 X 21 CM FECHADO COR 4 X 4 EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 250 G01 VINCO, 01 DOBRA E 02 BRAMPOS E ARQUIVO FORNECIDO PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	150	R\$ 16,00	R\$ 2.400,00
61	FOLDERS COR 4 X 4 FORMATO 21 X 29,7 CM COM 02 DOBRAS EM PAPEL COUCHÊ 150 G	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	6.000	R\$ 0,40	R\$ 2.400,00
62	CARTILHAS EDUCATIVAS CONFECCIONADA EM PAPEL COUCHÊ FOSCO FECHADO A5 E ABERTO A4, COM 22 PÁGINAS DE 90 GCOLORIDAS, F/V, COM FOTOS ILUSTRATIVAS, CAPA 170 G, DOBRA E DOIS GRAMPOS, ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	100	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
63	FOLDERS TAMANHO 20,7 X 20,7 CM ABERTO CORES 4 X 4 EM PAPEL COUCHÊ 230 G COM 01 VINCO E 01 DOBRA ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	4.000	R\$ 0,50	R\$ 2.000,00
64	CARTILHAS COM 08 PÁGINAS (02 LÂMINAS ABERTAS), TAMANHO 21 X 21 CM (FECHADO) CORES 4 X 4 EM COUCHÊ 250 G COM 01 VINCO, 01 DOBRA E 02 GRAMPOS E ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	4.000	R\$ 4,50	R\$ 18.000,00
65	FOLDERS 29,7 X 42 CM ABERTO CORES 4 X 4 EM PAPEL COUCHÊ 230 G COM 02 VINCOS E 02 DOBRAS	UNID	GRAFICA GUARAMIRIM	4.000	R\$ 0,79	R\$ 3.160,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 60.124,00

FORNECEDOR: 105325 - ALBGRAF FORMULÁRIOS LTDA EPP

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
21	TERMOS DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA HERNIOPLASTIA COM JOGOS DE 03 FOLHAS FORMATO A4 COR 1 X 0 EM PAPEL SULFITE 75 G FORMATO A4	UNID	ALBGRAF	600	R\$ 1,71	R\$ 1.026,00
22	TERMOS DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA COLECISTECTOMIA 03 FOLHAS A4 COR 1 X 0 CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75 G FORM. A4	UNID	ALBGRAF	300	R\$ 2,14	R\$ 642,00
23	TERMOS DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA CIRURGIA GERAL 03 FOLHAS A4 COR 1 X 0, CONFECCIONADO EM PAPEL TIPO SULFITE 75 G TAM. A4	UNID	ALBGRAF	300	R\$ 2,15	R\$ 645,00
24	BLOCOS DE TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA CENTRO CIRÚRGICO 01 FOLHA A4 COR 1 X 0 CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75 G FORM. A4 BL. COM 100 FOLHAS	UNID	ALBGRAF	5	R\$ 22,40	R\$ 112,00
25	BLOCOS 1 X 100 TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA CIRURGIA AMBULATORIAL FORM. A4 COR 1 X 0 EM PAPEL OFF SET 75 G	UNID	ALBGRAF	5	R\$ 23,20	R\$ 116,00
26	FICHAS CLÍNICAS COR 1 X 1 EM PAPEL OFF SET 180 G FORM. 31 X 21 CM VINCADA	UNID	ALBGRAF	1.000	R\$ 0,39	R\$ 390,00
27	BLOCOS 1 X 100 FORMATO A4 PROTOCOLO DE INTERNAÇÃO COR 1 X 0 EM SULFITE 75 G	UNID	ALBGRAF	10	R\$ 17,90	R\$ 179,00
28	BLS.1 X 50 COR 1 X 0 FORMATO 15 X 11 CM EM SULFITE 75 G ATESTADO DE COMPARECIMENTO	UNID	ALBGRAF	300	R\$ 2,20	R\$ 660,00

29	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 FORMATO 15 X 15 CM ATESTADO EM PAPEL OFF SET 56 G	UNID	ALBGRAF	500	R\$ 2,20	R\$ 1.100,00
30	BLOCOS 1 X 50 EM SULFITE 56 G FORMATO 21,5 X 15 CM REQUISICÃO DE EXAMES	UNID	ALBGRAF	500	R\$ 2,45	R\$ 1.225,00
31	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 FORMATO 15 X 21,5 CM EM PAPEL SULFITE 56 G RECEITUÁRIO EM PAPEL SULFITE 56 G	UNID	ALBGRAF	1.000	R\$ 2,40	R\$ 2.400,00
32	BLOCOS 2 X 25 RECEITUÁRIOS DE CONTROLE ESPECIAL COR 1 X 0 EMPAPEL AUTOCOPIATIVO FORMATO 15 X 21 CM	UNID	ALBGRAF	500	R\$ 4,30	R\$ 2.150,00
33	BLOCOS 1 X 100 COR 1 X 1 FORMATO A4 EM PAPEL OFF SET 75 G FICHA DE AVALIAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA	UNID	ALBGRAF	70	R\$ 10,40	R\$ 728,00
34	FOLHAS COR 1 X 1 FORMATO 15 X 21 CM EM PAPEL SULFITE 75 G QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO USUÁRIO-CIRURGIAS ELETIVAS	UNID	ALBGRAF	300	R\$ 1,30	R\$ 390,00
35	BLOCOS 1 X 50 EM PAPEL OFF SET 75 G FORMATO A4 FICHA DE TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE COR 1 X 0	UNID	ALBGRAF	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00
36	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 FORMATO A4 FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL COR 1 X 0	UNID	ALBGRAF	3	R\$ 27,70	R\$ 83,10
37	FICHAS SINAIS VITAIS COR 1 X 0 EM PAPEL SULFITE 75 G TAM. A4	UNID	ALBGRAF	110.000	R\$ 0,12	R\$ 13.200,00
39	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 FORMATO A4 EM SULFITE 75 G LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR PARA HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	UNID	ALBGRAF	10	R\$ 15,40	R\$ 154,00
40	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 FORMATO A4 EM SULFITE 75 G LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INT. HOSPITALAR PARA HERNIOPLASTIA INGUINAL BILATERAL	UNID	ALBGRAF	5	R\$ 22,90	R\$ 114,50
42	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 FORMATO A4 EM SULFITE 75 G LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INT. HOSP. PARA HERNIOPLASTIA UMBILICADL	UNID	ALBGRAF	15	R\$ 12,40	R\$ 186,00
43	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 EM SULFITE 75 G FORMATO A4 LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSP. PARA COLECISTECTOMIA	UNID	ALBGRAF	10	R\$ 14,40	R\$ 144,00
44	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 EM SULFITE 75 G FORMATO A4 LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSP. PARA CISTO PILONIDAL	UNID	ALBGRAF	5	R\$ 21,40	R\$ 107,00
45	BLOCOS 1 X 50 COR 1 X 0 EM SULFITE 75 G FORMATO A4 LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSP. PARA AFECÇÕES DE PELE	UNID	ALBGRAF	5	R\$ 21,40	R\$ 107,00
50	QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO DO USUÁRIO PRONTO ATENDIMENTO COR 1 X 1 EM PAPEL SULFITE 75 G FORMATO 15 X 21 CM	UNID	ALBGRAF	300	R\$ 1,50	R\$ 450,00
51	BLOCOS DE CONTROLE DIÁRIO DE VIATURAS MUNICIPAIS 2 X 50 FORMATO 15 X 12 CM COR 1 X 0 GRAMPEADO, SERRILHADO E NUMERADO EM PAPEL AUTOCOPIATIVO BRANCO E AMARELO	UNID	ALBGRAF	200	R\$ 7,90	R\$ 1.580,00
52	BLOCOS DE REQUISICÃO DE MATERIAIS, PEÇAS E SERVIÇOS 3 X 50 FORMATO 10 X 16 CM BLOCADO, NUMERADO, SERRILHADO E GRAMPEADO EM PAPEL AUTOCOPIATIVO (BRANCO, VERDE E AMARELO)	UNID	ALBGRAF	100	R\$ 13,40	R\$ 1.340,00
53	BLOCOS 3 X 50 BLOCOS DE CONTROLE DIÁRIO DE VIATURAS MUNICIPAIS FORM. 15 X 12 CM EM PAPEL AUTOCOPIATIVO BRANCO, AMARELO E AZUL COR 1 X 0 NUMERADO, SERRILHADO E GRAMPEADO	UNID	ALBGRAF	200	R\$ 10,90	R\$ 2.180,00
58	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL EM FORMULÁRIO CONTÍNUO 4 VIAS DE 24 X 21,6 CM TODAS EM PAPEL AUTOCOPIATIVO	UNID	ALBGRAF	20.000	R\$ 0,52	R\$ 10.400,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 41.958,60

FORNECEDOR: 273279 - DANIEL ROGERIO DA ROCHA - ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	ENVELOPES OFÍCIO TIMBRADO COR 2 X 0 EM ENVELOPE PRONTO	UNID	DRR	5.000	R\$ 0,36	R\$ 1.800,00
6	ENVELOPES SACO BRANCO 20 X 28 CM TIMBRADO COR 2 X 0 EM ENVELOPE PRONTO	UNID	DRR	3.000	R\$ 0,64	R\$ 1.920,00

7	ENVELOPES SACO BRANCO COR 2 X 0 FORMATO 24 X 33 CM EM ENVELOPES PRONTOS	UNID	DRR	5.000	R\$ 1,14	R\$ 5.700,00
8	ENCADERNAÇÕES COSTURADA EM CAPA DURA COM GRAVAÇÃO EM DOURADO (VÁLIDO SOMENTE PARA LIVROS CONTÁBEIS)	UNID	DRR	100	R\$ 129,00	R\$ 12.900,00
15	BANNERS 200 X 150 CM CONFECCIONADO EM LONA FOSCA GRAMATURA 440 G IMPRESSÃO 1200 DPI, COLORIDO , ACABAMENTO EM VARÃO DE FERRO OU MADEIRA COM ILHÉUS DE SUSTENTAÇÃO, ARQUIVO FORNECIDO PELO CONTRATANTE.	UNID	DRR	30	R\$ 235,00	R\$ 7.050,00
16	ADESIVOS COR 4 X 0 FORMATO REDONDO COM 05 CM DE DIÂMETRO COM ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	DRR	2.000	R\$ 0,43	R\$ 860,00
17	ADESIVOS COR 4 X 0 FORMATO 05 CM QUADRADO CORTE RETO COM ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	DRR	2.000	R\$ 0,41	R\$ 820,00
18	QUEBRAS CABEÇAS CONFECCIONADOS EM PAPEL RESINADO COM ESPESSURA DE 02 MM, IMPRESSÃO DIGITAL COR 4 X 0, ACABAMENTO REFILADO NO TAMANHO 18 X 14 CM COM 04 PEÇAS COM ARQUIVO FORNECIDO PELO CONTRATANTE	UNID	DRR	10	R\$ 59,50	R\$ 595,00
19	QUEBRAS CABEÇAS CONFECCIONADOS EM PAPEL RESINADO COM ESPESSURA DE 02 MM, IMPRESSÃO DIGITAL COR 4 X 0, ACABAMENTO REFILADO NO TAMANHO 18 X 14 CM COM 35 PEÇAS COM ARQUIVO FORNECIDO PELO CONTRATANTE.	UNID	DRR	50	R\$ 41,00	R\$ 2.050,00
20	ADESIVOS PARA APLICAÇÃO EM VIDRO MEDINDO 33 X 13 CM COM LETRAS EM COR PRETA	UNID	DRR	15	R\$ 27,80	R\$ 417,00
46	ENVELOPES OFÍCIO TIMBRADO COM TIMBRE DA PREFEITURA VERM E PRETO COR 2 X 0	UNID	DRR	200	R\$ 0,70	R\$ 140,00
47	ENVELOPES OFÍCIO TIMBRADO TIMBRE DA PREFEITURA COR 2 X 0 FORMATO 20 X 28 CM	UNID	DRR	200	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00
48	ENVELOPES OFÍCIO TIMBRADO TIMBRE DA PREFEITURA COR 2 X 0 FORMATO 24 X 33 CM	UNID	DRR	200	R\$ 1,60	R\$ 320,00
59	BANNERS EM MLONA COR 4 X 0 1200 DPI FORMATO 110 X 70 CM COM ARTE FORNECIDA PELO CONTRATANTE	UNID	DRR	5	R\$ 48,50	R\$ 242,50
60	FAIXAS CONF. EM LONA FOSCA COR 4 X 0 ACABAMENTO COM 02 BASTONETES SEM PONTEIRAS E 04 ILHOSES FORMATO 200 X70 CM COM ARQUIVO FORNECIDO PELO CONTRATANTE	UNID	DRR	5	R\$ 264,00	R\$ 1.320,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 37.162,50						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 139.245,10						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 139.245,10 (CENTO E TRINTA E NOVE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA**

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue no almoxarifado da Prefeitura de Massaranduba (SC), situado à Rua 11 de Novembro, 2765, bairro Centro, Massaranduba/SC ou no almoxarifado da Secretaria de Saúde de Massaranduba (SC), situado à Rua 11 de Novembro, 2997, bairro Centro, Masaranduba (SC), conforme solicitação das respectivas secretarias em no MÁXIMO 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para [contabilidade@massaranduba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@massaranduba.sc.gov.br).

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE**

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Entregar o objeto desta licitação no almoxarifado da Prefeitura de Massaranduba (SC), situado à Rua 11 de Novembro, 2765, bairro Centro, Massaranduba/SC ou no almoxarifado da Secretaria de Saúde de Massaranduba (SC), situado à Rua 11 de Novembro, 2997, bairro Centro, Masaranduba (SC), conforme solicitação das respectivas secretarias em no MÁXIMO 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes na ata e/ou

que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na mesma será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização

da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Moacir Fischer, servidor público municipal, representando as secretarias da Prefeitura de Massaranduba e pela Sra. Greice Gribowski, representando o Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	08	de	Novembro	de	2017
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP					
FABRICIO HACKBARTH					
CONTRATADA					
ALBGRAF FORMULÁRIOS LTDA EPP					
BRAZ ALBANO					
CONTRATADA					
DANIEL ROGERIO DA ROCHA - ME					
EMERSON DA SILVA ALVES					
CONTRATADA					

**PROCESSO LICITATÓRIO 151.2017 PP 115.2017 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: AQUISIÇÃO DE CONFEÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS**

Publicação Nº 1421815

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES, CONFORME PADRÃO, PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MASSARANDUBA(SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 23/11/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 23/11/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).  
Massaranduba, 26 de outubro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE OUTUBRO/2017

Publicação Nº 1421723

Pág 1 / 2

**CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
Prestação de Contas  
AN TC-05 Balanço Financeiro  
Período de Referência: Outubro / 2017

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.700.000,00</b>	<b>1.950.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.700.000,00	1.950.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>233.275,07</b>	<b>250.455,58</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		35.367,67	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		197.907,40	250.455,58
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.933.275,07</b>	<b>2.200.455,58</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.296.250,33</b>	<b>1.384.887,38</b>
Ordinária		1.296.250,33	1.384.887,38
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>565.112,62</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	565.112,62
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>178.120,26</b>	<b>250.455,58</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		178.120,26	250.455,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>458.904,48</b>	<b>0,00</b>

Identificador: WPR1491103-003-ZPLEN-24767738 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

IPM Sistemas Ltda

07/11/2017 16:22



# CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Prestação de Contas  
AN TC-05 Balanço Financeiro  
Período de Referência: Outubro / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		458.904,48	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.933.275,07</b>	<b>2.200.455,58</b>

## Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 07/11/2017, Hora emissão 16:22:28

Notas:

VANDERLEI SASSE  
Presidente da Câmara de Vereadores  
CPF: 848.301.909-49

ALMIR TREVISANI  
Diretor ADM  
CPF: 382.262.199-49

DIONISIO KEMCZYNSKI  
Contador  
CPF: 683.469.309-25  
CRC: 026042/O-2/SC

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-003-ZPLEN-247767738 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

07/11/2017 16:22

**Matos Costa****PREFEITURA****549/2017**

Publicação Nº 1421814

PORTARIA Nº 549/2017 – De 07 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor SEBASTIAO EDILSON MARSCHALK, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de TÉCNICO na categoria funcional de INSEMINADOR ARTIFICIAL, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 07.11.17 a 06.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 07 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO Nº 001-2017 AO CONTRATO Nº 087-2017

Publicação Nº 1422575

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2017 (Acréscimo de valor)  
Contrato n.º. 087/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO MATERIAL (SUB-BASE DE SEIXO ROLADO PE-NEIRADO EM TELA DE 02 (DUAS) POLEGADAS) VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC.  
Vigência: Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017  
Data da assinatura: 26 de Outubro de 2017

### EXTRATO CONTRATO Nº 152-2017

Publicação Nº 1422536

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 152/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: COMÉRCIO DE COMPENSADOS LM LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE FIBRA DE MADEIRA (MDF/HDF e COMPENSADO NAVAL) PARA MANTER ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO  
Valor: R\$ 22.530,00  
Vigência: Início: 10/10/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 10 de Outubro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 153-2017

Publicação Nº 1422545

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 153/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: LIGA ATLÉTICA DA REGIÃO MINEIRA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTSAL, VISANDO A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, EDIÇÃO 2017  
Valor: R\$ 4.720,00  
Vigência: Início: 1º/11/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 1º de Novembro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 154-2017

Publicação Nº 1422552

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 154/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: FH ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - ME  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO TOPOGRÁFICO EM CAMPO NA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA MUNICIPAL JOSÉ VICENTE DUARTE - TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO.  
Valor: R\$ 7.700,00  
Vigência: Início: 1º/11/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 1º de Novembro de 2017.

### PORTARIA Nº 341-2017

Publicação Nº 1422405

PORTARIA n.º 341/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde ao servidor NAZARINO OURIQUES, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Previdência Social, conforme benefício nº 611.240.840-0.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Novembro de 2017.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 342-2017

Publicação Nº 1422476

PORTARIA n.º 342/2017

TRATA DA REVOGAÇÃO DE PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município resolve:

**REVOGAR**

Art. 1.º A Portaria 330/2017, de 24 de Outubro de 2017, que designa a Senhorita DAIANI MACARINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para movimentar juntamente com o Prefeito Municipal EDER MATTOS a conta pertencente ao Fundo de Apoio aos Municípios – FUNDAM (Banco do Brasil, Ag: 2294-2 C/c: 16521-2), fazer aberturas e fechamentos de contas, inclusive criar senhas e demais procedimentos necessários para movimentação financeira através do Sistema Bancário.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 330/2017.

Meleiro, 08 de Novembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0150/2017

Publicação Nº 1422481

PORTARIA Nº 0150/2017 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NILVA FATIMA ALEBRANDT, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando a iminência do vencimento do período aquisitivo, bem como que é vedada a acumulação de Licença Prêmio,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal NILVA FATIMA ALEBRANDT, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 026/2008 de 31.01.2008, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 01/2008 a 01/2013, 20 horas semanais, a ser usufruída no período de 13.11.2017 a 12.12.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 07 de novembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 123/2017

Publicação Nº 1422396

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 081/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 081/2017. TIPO: menor preço, visando CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE INTERESSE PÚBLICO REFERENTE À REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DE FINAL DE ANO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC E AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 14h00min do dia 22 de Novembro de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 14h15min do dia 22 de Novembro de 2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 08 de Novembro de 2017  
VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2017

Publicação Nº 1422634

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC  
EMPRESAS REGISTRADAS: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - VALOR REGISTRADO R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), CB - COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA ME - VALOR REGISTRADO R\$ 9.040,40 (nove mil quarenta reais e quarenta centavos), CLECI MENEGASSI CRISTOFOLI - VALOR REGISTRADO R\$ 2.844,75 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PADAGÓGICOS LTDA - VALOR REGISTRADO R\$ 4.797,50 (quatro mil setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - VALOR REGISTRADO R\$ 16.306,00 (dezesesseis mil trezentos e seis reais), PAPELARIA E BAZAR BEM BOM LTDA ME - VALOR REGISTRADO R\$ 2.343,00 (dois mil trezentos e quarenta e três reais), REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PADAGÓGICOS LTDA ME - VALOR REGISTRADO R\$ 13.688,30 (treze mil seiscentos e oitenta e oito reais e trinta centavos) e TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - VALOR REGISTRADO R\$ 12.003,25 (doze mil e três reais e vinte e cinco centavos).  
OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de brinquedos educativos, materiais esportivos, de expediente e outros materiais diversos destinados para manutenção das atividades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal

de Educação e da Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer do Município de Mondaí - SC, para período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 072/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de Outubro de 2018.

Mondaí - SC, 26 de Outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017 - PMM

Publicação Nº 1422633

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ

AVISO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 122/2017

Concorrência para Concessão de Uso de Bem Público nº. 002/2017

O Município de Mondaí, SC, com sede administrativa na Rua Laju, n.º 420, Centro, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que fará realizar em 11 de dezembro de 2017, às 08h:00min, licitação na Modalidade "CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO / EXPLORAÇÃO" tipo "MAIOR LANCE OU OFERTA", destinado a selecionar propostas para CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO a título remunerado destinado exclusivamente à exploração comercial de LANCHONETE, em forma de trailer ou food truck (caminhão de comida), localizado na Área de Lazer do Município de Mondaí, pelo prazo de 06 (seis) meses. A licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93. As informações completas poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, pelo telefone (49)3674-3100, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Mondaí, 07 de novembro de 2017. Valdir Rubert - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2017

Publicação Nº 1422649

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO 003/2017

Origem: Processo Licitatório nº 003/2017 - Modalidade: Pregão Presencial nº 002/2017. Objeto: Contratação de empresa jornalística (imprensa escrita) com edição semanal, para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental, para divulgação de normas legais, regulamentares, ações, serviços, programas e atividades desenvolvidas pela Câmara de Vereadores, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, com abrangência no Município de Mondaí, e tiragem média semanal de 1.000 exemplares, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

Fornecedor: D'LUCCA NOTÍCIAS LTDA- ME, CNPJ/MF nº. 04.877.863/0001-00. Valor: R\$ 15.540,00 (quinze mil quinhentos e quarenta reais). Vigência: até 31/12/2017. Mondaí/SC, 02 de Outubro de 2017. Marisa Janete Giehl Flach - Presidente da Câmara de Vereadores

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 097/2017 - PMM**

Publicação Nº 1422644

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 097/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

CONTRATADO: P & F PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO EIRELI -ME

OBJETO: Contratação de empresas do ramo de engenharia ou construção civil para executar, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, para construção de cabeceiras em concreto armado com preenchimento em Pedras de Basalto de 30 x 30 cm, na ponte localizada na Vila Catres, na SC 283, Estrada Beira Rio, para apoio do tabuleiro denominado Kit transposição com dimensões de (5,00 m x 12,00 m), e cabeceiras em concreto armado com preenchimento em Pedras de Basalto de 30 x 30 cm, na ponte localizada na Linha Taipa Baixa, na SC 283, Estrada Beira Rio, para apoio do tabuleiro denominado Kit transposição com dimensões de (5,00 m x 15,00 m), no município de Mondaí - SC, conforme memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e de acordo com a especificação constante na relação dos itens da licitação (Anexo I), que fazem parte do Edital. ORIGEM: Tomada de Preço nº 008/2017. VALOR: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura e término previsto para 90 (noventa dias) após a assinatura do contrato. Mondaí – SC, 01 de Novembro de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

**REABERTURA DE PRAZO - EXTRATO PREGÃO Nº 074/2017 - PMM**

Publicação Nº 1421800

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 112/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que reabriu os prazos para realização de Licitação registro de preços, com adjudicação por lote, conforme descrito a seguir:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 074/2017.

TIPO: Menor Preço Por Lote.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviço de pintura demarcatória em ruas do perímetro urbano da cidade de Mondaí, e aquisição de massa asfáltica CBUQ, pintura de ligação e massa asfáltica usinada a quente (CBUQ - CAP 50/70) para aplicação a frio destinados para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, com entrega parcelada, de acordo que se façam necessários conforme a necessidade do Município de Mondaí/SC, e de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital

MOTIVO PARA REABERTURA DE PRAZO: alterações substanciais no edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 21 de Novembro de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: às 08h15min do dia 21 de Novembro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br).

MONDAI (SC), 07 de Novembro de 2017.

VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - PREGAO PRESENCIAL 9-2017 - FMS

Publicação Nº 1422137

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, localizado à Rua Juvenal Feliciano de Bitencourte, nº 160, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 9/2017 - FMS, cujo objetivo é a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentos de habilitação serão recebidos até às 08h30min do dia 23/11/2017, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Irmãos Biff, nº 50, Centro, Morro Grande/SC. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min às 13h00min ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 156/2017 PMN

Publicação Nº 1422759

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2017 PMN

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 31/10/2017, O PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO 157-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, PARA AUXILIAREM NA MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS VIAS PÚBLICAS E NOVAS TUBULAÇÕES DE DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESA PARTICIPANTE: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA ME TEVE COMO REPRESENTANTE O SENHOR WALNEY AGILIO RAIMONDI; JADER JOSÉ ALVES - EPP TEVE COMO REPRESENTANTE O SENHOR JADER JOSÉ ALVES; ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA-ME TEVE COMO REPRESENTANTE O SENHOR GIAN CARLOS ALVES. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DAS PROPOSTA DAS MESMAS ONDE AS MESMAS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE AS EMPRESAS: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 06; ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA-ME SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS 01 E 05; JADER JOSÉ ALVES - EPP SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS 02, 03 E 04. FOI ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. AS EMPRESAS LICITANTES NÃO MENCIONARAM INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H46MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. DAR-SE A O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

### CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE ENVELOPE PREGÃO PRESENCIAL 151/2017

Publicação Nº 1422754

AVISO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO N.º 151/2017 PMN

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE UNIFORMES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS (JAQUETÃO, CALÇA DE BRIM, CAMISETA MANGA CURTA, BONÉ, CALÇADO TIPO BOTINA), DESTINADOS AOS VIGIAS QUE ESTÃO A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, APÓS PRAZO DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS, CONVOCA OS INTERESSADOS, ESPECIALMENTE OS QUE PARTICIPAM DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2017, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE UNIFORMES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS (JAQUETÃO, CALÇA DE BRIM, CAMISETA MANGA CURTA, BONÉ, CALÇADO TIPO BOTINA), DESTINADOS AOS VIGIAS QUE ESTÃO A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., PARA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 (HABILITAÇÃO) QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 10/11/2017, ÀS 14:00 (QUATORZE) HORAS NO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

### DECISÃO - PEDIDO DESCLASSIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 48/2017 PMN

Publicação Nº 1422749

DECISÃO - PEDIDO DESCLASSIFICAÇÃO DE TODOS OS ITENS DO PREGÃO PRESENCIAL 48/2017 PMN. INDEFERIMENTO

Aos 07 (sete) dias, do mês de outubro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, reuniu-se a comissão do pregão, designados pela Portaria número 1.116 de 23 de março de 2017, com intuito de analisar e julgar o pedido de desclassificação, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e do decreto nº. 7.892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº48/2017, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de desclassificação solicitado pela empresa VIA D'ÁGUA – COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO, HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA -ME pelos fundamentos que passa a expor.

A Lei Federal nº 8.666/93, especificamente, no artigo 43, § 6º prevê que:

"Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão".

Nesse passo, o dispositivo legal possibilita ao licitante a desistência de proposta desde que comprovados e presentes os seguintes requisitos:

- a) por motivo justo; e
- b) decorrente de fato superveniente;

No caso apresentado pela empresa não se justifica o pedido de desistência, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas em lei, visto que a empresa não comprova o equívoco através de provas, documentos, notas.

O que causa estranheza é que no dia não houve manifestação por parte da empresa quando questionado pela pregoeira da intenção de alguma empresa em manifestar-se.

Importante citar que a menção da empresa, com o objetivo de

justificar o erro, esclarecendo que no primeiro edital não era exigido o laudo e somente após a retificação foi exigido, não deve prosperar, visto que, ao retificar o edital e dar novo prazo de publicação a empresa deve se adequar as exigências deste, todos os documentos apresentados devem ser de acordo com o novo edital.

Diante do exposto, decide-se pelo indeferimento do pedido de cancelamento dos itens, visto que não há comprovação de motivo justo ou fato superveniente que comprove o equívoco na apresentação da proposta.

Ressalta-se que o não cumprimento das obrigações do contrato poderá acarretar a abertura de processo administrativo para apuração dos fatos.

Publique-se

Pregoeira Titular: Carla Claudino

Equipe de Apoio: Josezite dos Santos

Josiane Bonetti

Daniel Seibert Rocha

Vera Lúcia Luçolli da Costa

Ratificando:

KARLILE CUGNIER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## DECRETO Nº 500 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422306

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50
--	---

DECRETO Nº 500 DE 08 NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 16200 – Transferências de Convênios – Estado - Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
03 – Diretoria de Projetos Educacionais  
12.361.0014 – 2.052 – Transporte p/Todos - Estado  
118 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas  
R\$ 42.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Prefeitura Municipal de Navegantes-SC., 08 de Novembro de 2017.

Emílio Vieira  
Prefeito

## DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 53/2017

Publicação Nº 1422760

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 53/2017

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Fornecedor: Toshiaki Fukushima Eireli

CNPJ: 26.569.554/001-06.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO BISTURI ELETRÔNICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES DA SAÚDE – CES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 2.190,00

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 27 de outubro de 2017.

## LAUDO DAS AMOSTRA 151/2017 PMN

Publicação Nº 1422752

Navegantes, 30 de outubro de 2017.

C.I. Nº 039-2017 CL

DE: Secretaria de Segurança e Defesa Social / Fundação Municipal de Vigilância

PARA: Compras e Licitações

Assunto: Laudo de Amostras.

Laudo das amostras apresentadas do pregão 151/2017:

17431 – COM TRANSP. E CONFECÇÕES LAMB LTDA – EPP:

· Item 01 – Jaquetão - marca Dlamb sport - Amostra reprovada;  
Motivo: Sem etiqueta prefeitura municipal de Navegantes.  
· Item 03 – Camiseta manga curta - marca Dlamb sport – Amostra reprovada;  
Motivo: Composição solicitada 67% poliéster e 33% viscose, composição entregue 65% poliéster e 35% viscose e a tonalidade da cor azul marinho diferente das demais peças.

12742 – FOOT COMERCIAL LTDA – ME:

· Item 05 – Calçado tipo botina - Amostra aprovada;

Sem mais, agradeço cordialmente,

Johnny Eurico Coelho  
Secretaria de Segurança e Defesa Social  
Superintendente de Trânsito

Secretaria Segurança e Defesa Social / Fundação Municipal de Vigilância de Navegantes  
Rua Anybal Gaya, 149 – Centro - Navegantes – SC – CEP 88370-474  
Contato: (47) 3185-2001

**LAUDO DAS AMOSTRA 157/2017 PMN**

Publicação Nº 1422756

**ANÁLISE DAS AMOSTRAS**

Pregão nº 157/2017

A Secretaria municipal de saneamento básico no uso de suas atribuições legais informa que a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI, até o presente momento cumpriu todas as determinações edilícias inclusive no que tange a apresentação das amostras em tempo hábil.

Devendo ainda relatar que após convocação formal a empresa mencionada apresentou dentro do prazo previamente determinado a amostra para o item 6 - TUBO D CONCRETO ARMADO DE 150 CM PA2 COMPRIMENTO DE 1,00M

Após conferência da amostra apresentada verificamos que não foi observada nenhuma divergência entre o material cotado e o descritivo técnico presente no instrumento convocatório, devendo a equipe técnica declara a compatibilidade e a aprovação da amostra.

Navegantes, 07 de novembro de 2017

Valmir Cesar Francisco  
Secretário de Saneamento

**ANÁLISE DAS AMOSTRAS**

Pregão nº 157/2017

A Secretaria municipal de saneamento básico no uso de suas atribuições legais informa que a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR, até o presente momento cumpriu todas as determinações edilícias inclusive no que tange a apresentação das amostras em tempo hábil.

Devendo ainda relatar que após convocação formal a empresa mencionada apresentou dentro do prazo previamente determinado a amostra para o item 4 - TUBO D CONCRETO ARMADO DE 80CM PA2 COMPRIMENTO DE 1,00M, Item 05 - TUBO D CONCRETO ARMADO DE 100CM PA2 COMPRIMENTO DE 1,00M.

Após conferência da amostra apresentada verificamos que não foi observada nenhuma divergência entre o material cotado e o descritivo técnico presente no instrumento convocatório, devendo a equipe técnica declara a compatibilidade e a aprovação da amostra.

Navegantes, 07 de novembro de 2017

Valmir Cesar Francisco  
Secretário de Saneamento

**ANÁLISE DAS AMOSTRAS**

Pregão nº 157/2017

A Secretaria municipal de saneamento básico no uso de suas atribuições legais informa que a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA, até o presente momento cumpriu todas as determinações edilícias inclusive no que tange a apresentação das amostras em tempo hábil.

Devendo ainda relatar que após convocação formal a empresa mencionada apresentou dentro do prazo previamente determinado a amostra para o item 01 - TUBO D CONCRETO ARMADO DE 30CM PA2 COMPRIMENTO DE 1,00M, Item 02 TUBO D CONCRETO ARMADO DE 40CM PA2 COMPRIMENTO DE 1,00M, Item 03 TUBO

D CONCRETO ARMADO DE 60CM PA2 COMPRIMENTO DE 1,00M.

Após conferência da amostra apresentada verificamos que não foi observada nenhuma divergência entre o material cotado e o descritivo técnico presente no instrumento convocatório, devendo a equipe técnica declara a compatibilidade e a aprovação da amostra.

Navegantes, 07 de novembro de 2017

Valmir Cesar Francisco  
Secretário de Saneamento

**PORTARIA 3166/2017 NOMEIA GESTOR E MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA CELEBRADA COM A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES**

Publicação Nº 1422064

PORTARIA Nº 3166 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA GESTOR E MEMBROS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA CELEBRADA COM A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

Considerando, a necessidade de instaurar procedimento administrativo para realizar a análise, avaliação e monitoramento da parceria celebrada com a ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR a Comissão e Gestor da parceria a ser celebrada, para o exercício de 2017, com a ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, incumbidas de monitorar e avaliar o conjunto da Parceria, apresentar propostas de aprimoramento dos procedimentos adotados pela PropONENTE, padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos ( pareceres) voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência avaliar e homologar os Relatórios Técnicos de monitoramento, e a avaliação das prestações de contas:

I – Gestor da Parceria:

a) Eraldo Giovani Velho

II – Membros da Comissão:

a) Juliana Prauso;

b) Linton Murara;

c) Jeferson Belotto;

d) Angela Bastianello Horvath;

e) Natally Louise Oliveira Francisco.

Art. 2º Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar a parceria.

Art. 3º As funções de Membro da Comissão e de Gestor serão exercidas no horário de expediente, e sem ônus adicionais para o município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### PORTARIA 124/2017 FÉRIAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Publicação Nº 1422869

PORTARIA nº 124, de 01 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

#### CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

#### R E S O L V E:

Art. 1º Ficam concedidas Férias para os Servidores Municipais abaixo relacionados, a serem usufruídas, conforme cada caso, assim como consta da tabela que segue.

SERVIDOR	Matrícula	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE GOZO
Altemir Antônio Basso	1465/01	Motorista	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	19.12.2017 a 17.01.2018
Antonio Skierzynski	4081/01	Motorista	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.02.2017 a 31.01.2018	19.12.2017 a 17.01.2018
Clarice Pinto	4057/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	23.01.2017 a 22.01.2018	19.12.2017 a 17.01.2018
Cledir Salete Savi	2461/01	Secretária da Escola	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	20.12.2017 a 18.01.2018
Cleonir Zanella Frozza	3476/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	08.02.2017 a 07.02.2018	18.12.2017 a 16.01.2018
Daniel Henrique Kunze	1562/01	Profissional de Educa- ção Física	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	26.12.2017 a 24.01.2018
Eliane Cassol Pagliarini	3441/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	19.12.2017 a 17.01.2018
Eunice Terezinha Bruschi	329/01	Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	02.01.2018 a 16.01.2018
Fernanda Carla Dias Vicenzi	5420/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	20.10.2016 a 19.10.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Hélio Cidade Filho	5400/01	Profissional de Educa- ção Física	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	26.12.2017 a 24.01.2018
Ieda Pertuzatti	3794/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.02.2016 a 31.01.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Ines Rosenbach Feldkircher	272/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Ione Marta Citadella	3450/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	08.02.2017 a 07.02.2018	18.12.2017 a 16.01.2018
Iraci Teresa Cavalheiro Ladik	4847/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	19.12.2017 a 17.01.2018
Ivanete Aparecida Merigo	3557/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	19.12.2017 a 17.01.2018
Ivanete Basso Bianchi	248/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Ivone Hubner	5380/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.10.2016 a 30.09.2017	19.12.2017 a 17.01.2018
Karen Cristina Kunze Pezzini	3298/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.02.2017 a 01.02.2018	20.12.2017 a 18.01.2018
Karine Aguida Brandalise Weber	5405/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	09.01.2017 a 08.01.2018	18.12.2017 a 16.01.2018
Liane Ascari Solivo	5418/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	04.10.2016 a 03.10.2017	18.12.2017 a 16.01.2018

Liane Terezinha Fiorini Sartori	299/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Liliane Maria Schuck	2178/01	Auxiliar Administrativo	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	19.12.2017 a 17.01.2018
Lisete Ivone Kollet	337/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Marcos Teonisto Cella	3280/01	Professor	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	18.12.2017 a 16.01.2018
Maria Rita Spangnol Kist	256/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Marcia Marion de Souza	5416/01	Professor	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	18.12.2017 a 16.01.2018
Marina Lira	5407/01	Secretária da Escola	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	03.05.2016 a 02.05.2017 03.05.2017 a 02.05.2018	20.12.2017 a 06.01.2018 07.01.2018 a 18.01.2018
Marlise Maria Junges Hackhaer	1023/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Midian Rachelle Zancanaro da Silva	3816/01	Nutricionista	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.03.2016 a 28.02.2017	02.01.2018 a 31.01.2018
Mirtes Heck Vidor	205/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Nadia Filipe Chiela	4197/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	07.02.2016 a 06.02.2017	19.12.2017 a 17.01.2018
Nelsi Kopsel Birkheuer	3468/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	18.12.2017 a 16.01.2018
Nery Terezinha Castagna	2690/02	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	29.12.2016 a 28.12.2017	19.12.2017 a 17.01.2018
Olinda Fátima Batista da Cruz Gosch	4553/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	12.11.2016 a 11.11.2017	19.12.2017 a 17.01.2018
Padricia Maria Genero	922/01	Auxiliar Administrativo	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	20.12.2017 a 18.01.2018
Rosimeri Aparecida Simoni Weschenfelder	345/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	18.12.2017 a 16.01.2018
Salete Girardi Schuck	230/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	20.12.2017 a 18.01.2018
Silvane Pierozan	3905/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	19.12.2017 a 17.01.2018
Valdelize Fátima Dondoni Furlan	302/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Volmir José Bruschi	4111/01	Motorista	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	02.01.2017 a 01.01.2018	19.12.2017 a 17.01.2018
Wanderlei José Schuh	213/01	Professor	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	18.12.2017 a 16.01.2018
Zilá Paula Klein Matté	930/01	Professora	Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte	01.01.2017 a 31.12.2017	20.12.2017 a 18.01.2018

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 01 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

**PORTARIA 130/2017 FÉRIAS LIAMARA SCHUCK**

Publicação Nº 1422403

PORTARIA nº 130, de 08 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para a Servidora Municipal LIAMARA SCHUCK, Matrícula 1864/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 27.11.2017 a 26.12.2017, referente ao período 01.01.2016 a 31.12.2016.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 08 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 042**

Publicação Nº 1421989

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA, DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VANS ESCOLAR POR QUILOMETRO RODADO, COM MOTORISTA, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, INCLUINDO SEGUROS E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 20 de novembro de 2017, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes@novaerechim.sc.gov.br

Nova Erechim (SC), em 07 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim  
Publicado no Mural Público  
em \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 111/2017

Publicação Nº 1422518

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 111/2017
Edital: Pregão Nº.: 34/2017
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGOS DE PROFESSORES E ESTÁGIARIOS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 20 de novembro de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 20 de novembro de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 08 de novembro de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 275/2017

Publicação Nº 1422894

DECRETO Nº. 275/2017 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), no Projeto Atividade 2.001 – Câmara Municipal de Vereadores, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.00 - Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade Orçamentária: 01 Câmara Municipal de Vereadores  
Função: 01 Legislativa  
Sub-Função: 31 Ação Legislativa  
Programa: 001 Processo Legislativo  
Projeto/Atividade: 1.001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores  
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários  
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), provenientes da anulação de dotação da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade Orçamentária: 01 Câmara Municipal de Vereadores  
Função: 01 Legislativa  
Sub-Função: 31 Ação Legislativa  
Programa: 001 Processo Legislativo  
Projeto/Atividade: 1.001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 8.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.

Assessor Jurídico

## **LEI Nº 1.151/2017**

Publicação Nº 1422516

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.151/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte;

LEI :

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído, nos termos da presente lei, o Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação, destinado aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo e temporários constantes do Anexo I e II, desta Lei.

Parágrafo único. A descrição e especificação dos cargos a que se refere o caput deste artigo constam do Anexo III, desta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Profissionais da Educação: conjunto de professores, administradores educacionais, supervisores educacionais e orientadores educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério Público Municipal.

II - Professor: membro do magistério que exerce atividades de docência na educação infantil, ensino fundamental, educação especial, e educação de jovens e adultos.

III – Especialista em Assuntos Educacionais: membros do magistério que desempenham atividades de administração, supervisão, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento pedagógico.

IV - Vencimento: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo fixado em Lei.

V – Vencimentos: é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;

VI - Remuneração: é o vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO INGRESSO NA CARREIRA**

Art. 3º Os cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencher os requisitos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e os previstos nesta Lei.

Art. 4º O ingresso e o vencimento dos profissionais da educação será aquele estabelecido no Anexo IV, de acordo com o cargo, habilitação e área de ensino.

Art. 5º O professor que possuir título de graduação de licenciatura em pedagogia ou específica está habilitado para atuar nas áreas de ensino 1.1, 1.2, 2.1, 6 e 7.1 e 2.2, 3, 4, 5 e 7.2.

### **CAPÍTULO III**

**DA CARGA HORÁRIA SEMANAL**

Art. 6º A carga horária semanal dos profissionais da educação, não poderá ser inferior à 10 (dez) ou superior à 40 (quarenta) horas semanais, considerando cada hora aula 45 minutos, de acordo com a seguinte especificação:

I - 40 (quarenta) horas semanais(60 minutos), sendo 36 (trinta e seis) horas aulas efetivas em sala e 14 (quatorze) horas aulas atividades;

II - 30 (trinta) horas semanais(60 minutos), sendo 27 (vinte e sete) horas aulas efetivas em sala de aula e mais 11 (onze) horas aulas atividades;

III - 20 (vinte) horas semanais(60 minutos), sendo 18 (dezoito) horas aulas, efetivas em sala de aula e 07 (sete) horas aulas atividades;

IV - 10 (dez) horas semanais(60 minutos), sendo 09 (nove) horas aulas efetivas em sala de aula e 04 (quatro) horas aulas atividade;

V - 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais para ocupantes do cargo de Professor, com atuação nas áreas de ensino 1.1, 1.2, 2.1, 6 e 7.1.

VI - 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais para ocupantes do cargo de Administrador Escolar, Supervisor Escolar e Orientador Educacional.

VII - 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais para o ocupantes do cargo de Professor, com atuação nas áreas de ensino 2.2, 3, 4, 5 e 7.2.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação poderá convocar os professores que estiverem ministrando horas de aula, inferior ao estabelecido no caput deste artigo, para que estes complementem as horas de aula faltantes, em outras atividades ou em outra unidade escolar.

Art. 8º A diferença entre a carga horária semanal e o total de horas de aulas ministradas, constituem-se em horas atividades, destinadas ao planejamento pedagógico ou atividades afins, a serem cumpridas no próprio estabelecimento de ensino.

**CAPÍTULO IV****DAS AULAS EXCEDENTES**

Art. 9º - Os Professores da Rede Pública Municipal de Ensino, titulares de cargo efetivo, ou contratados em caráter temporário (ACTs) poderão ministrar aulas excedentes.

Art. 10º - O professor da rede Municipal de Nova Itaberaba poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido conforme plano de Cargos e Salários, e conforme lei da Organização Administrativa da Prefeitura Municipal, sob o título de aulas excedentes, quando não for possível o fechamento de carga horária de 10 horas aulas na Unidade Escolar.

Art. 11º Considera-se como sendo aulas excedentes a carga horária superior as especificadas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º.

§1º A remuneração de aulas excedentes é uma vantagem de ordem pecuniária concedida ao professor que atue no Ensino Fundamental e na Educação Infantil de preferência do quadro efetivo, proporcionalmente ao numero de aulas dadas a maior.

Art. 12º O professor não poderá, de maneira alguma, ultrapassar a título de aulas excedentes, a carga semanal de 07 (sete) horas semanais.

Art. 13º A escolha do professor que ministrará Aulas Excedentes será atribuição da Secretaria Municipal de Educação e obedecerá ao critério de qualificação para o correto exercício da atividade específica a que se destina.

Art. 14º O exercício de atividade sob a denominação aulas excedentes, não interferirá no normal critério estabelecido para as horas atividades.

Art. 15º O professor que ministrar aulas excedentes deverá cumprir as horas atividades correspondentes à sua carga horária efetiva semanal de trabalho.

Art. 16º O professor perceberá a título de horas excedentes, o valor da hora aula normal, conforme estabelecido pelo plano de cargos e remuneração dos profissionais da educação.

Art. 17º Os valores percebidos a título de aulas excedentes não se incorporam em hipótese alguma à remuneração efetiva, sendo pagas com determinação de verba específica.

**CAPÍTULO V****DA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA**

Art. 18º - Os professores Efetivos da Rede Publica Municipal de Ensino de Nova Itaberaba, SC, com cargas horárias inferiores a 40(quarenta) horas/aula semanais poderão fazer alteração procedendo da seguinte forma:

I – O Professor(a) efetivo e estável nas áreas de educação infantil e series iniciais, havendo vagas, somente poderão alterar suas respectivas carga horárias de 20(vinte) para 40(quarenta) horas aulas semanais.

II – O Professor(a) efetivo e estável em disciplinas específicas, quais sejam , artes, língua estrangeira e educação física, havendo vagas,

poderão alterar suas respectivas cargas horárias como segue:

- a) O Professor(a) efetivo(a) e estável 10(dez) horas: poderá alterar para 20(vinte), 30(trinta) ou 40(quarenta) horas/aulas semanais;
- b) O Professor(a) efetivo(a) e estável 20(vinte) horas: poderá alterar para 30(trinta) ou 40(quarenta) horas/aulas semanais;
- c) O Professor(a) efetivo(a) e estável 30(trinta) horas: poderá alterar para 40(quarenta) horas/aulas semanais;

III – Os profissionais que estiverem na condição de readaptados em outra função, por motivo de saúde, não poderão alterar a carga horária.

Art. 19º - Poderão se inscrever no processo de alteração da carga horária os profissionais efetivos e estáveis, desde que sejam habilitados com no mínimo, licenciatura plena na área de atuação.

Paragrafo Único – Serão adotados pela ordem, os seguintes critérios para efeito de classificação e desempate:

I – Profissional com maior tempo de serviço no magistério público municipal de Nova Itaberaba, como professor efetivo;

II – Professor com maior habilitação na área de atuação;

III – Professor com maior tempo de serviço na área do magistério público em geral;

IV – Professor com maior idade;

V – Havendo empate em todos os critérios será procedido o sorteio pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 20º - Anualmente, antes da abertura de processo seletivo ou concurso público para os profissionais da educação, e após realizadas as matrículas nas Unidades Escolares, será publicado edital pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes informando as vagas existentes para serem ampliadas e a respectiva carga horária.

§ 1º O edital será elaborado Pela Comissão de Ampliação da Carga Horária, nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo com a participação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 21º Poderão ser feitas alterações temporárias da carga horária, nos casos de afastamento do titular para tratamento de saúde, licença maternidade, licença premio e outros casos de afastamentos correlatos.

## CAPÍTULO VI

### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 22º Os profissionais da educação serão avaliados pela Secretaria Municipal de Educação, mediante o preenchimento de formulário específico, levando-se em conta os seguintes fatores:

- I – Assiduidade e Pontualidade;
- II – Cumprimento das horas atividades;
- III – Participação Extra Classe;
- IV – Desempenho nas atividades Pedagógicas;
- V – Produtividade;
- VI – Responsabilidade;
- VII – Disciplina;
- VIII – Dedicação ao Serviço Público;
- IX – Cooperação;
- X – Criatividade;
- XI – Organização e Planejamento;
- XII – Qualidade;
- XIII – Conhecimento do Trabalho;
- XIV – Bom senso e iniciativa;
- XV – Apresentação Pessoal.

Art. 23. No mês de março de cada ano, o Poder Executivo constituirá uma comissão de Avaliação, com pelo menos 5 (cinco) membros, para analisar os formulários de desempenho, preenchidos pela Secretaria Municipal de Educação, no ano letivo imediatamente anterior.

§ 1º A comissão de avaliação será formada pelos seguintes representantes:

- I - Um representante da Secretaria Municipal da Educação;
- II - Um representante dos Profissionais da Educação;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- IV – Um representante do Conselho Municipal de Educação;
- V – Um representante da APP.

§ 2º Os membros da comissão de avaliação poderão realizar novos levantamentos, entrevistas ou mesmo solicitar informações por escrito, que visem a justa e isenta avaliação dos profissionais da educação.

§ 3º A comissão de avaliação, deverá elaborar e encaminhar ao Setor de Pessoal, até o dia 30 de abril, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida.

## CAPÍTULO VII

### DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 24. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação, facilitará o acesso dos profissionais da educação à cursos, palestras, seminários, congressos e em outros eventos que visem o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mesmos.

Parágrafo único. Os cursos deverão ser realizados dentro da área de ensino ou disciplina de atuação e ter carga horária mínima de 8 (oito) horas.

Art. 25. A carga horária dos eventos promovidos pela Administração Municipal, poderá, a seu critério, ser computada para os fins previstos no art. 28, inciso II, mediante a apresentação de certificado de participação ou declaração da Administração Municipal, quando promovidos por esta.

## CAPÍTULO VIII DOS DIREITOS E VANTAGENS

### Seção I Adicional de Titulação

Art. 26. O Profissional da Educação que apresentar título superior àquele exigido para o cargo, sendo efetivo ou ACT, dentro da área de ensino ou disciplina de atuação, terá direito ao adicional correspondente, estabelecido no Anexo IV, desta Lei, ficando garantido aos profissionais da educação que adquiriram adicional antes da vigência da presente lei, os percentuais já concedidos.

§ 1º Para fazer jus ao adicional de titulação o interessado deverá encaminhar requerimento, ao Prefeito Municipal, acompanhado do novo título, devidamente registrado no órgão competente, sendo que para os ACTs somente será concedido o adicional se no ato da contratação for apresentado o título.

§ 2º O percentual do adicional a que se refere o caput será calculado sobre o vencimento básico do servidor e discriminado, separadamente, na folha de pagamento com Adicional de Titulação na percentagem constante do mesmo anexo.

§ 3º Para o cargo de Professor de Educação Especial, somente será concedido adicional de titulação, sendo a especialização específica para Educação Especial.

Art. 27. É vedado o acúmulo de adicional de titulação, sob a mesma denominação e denominações diferentes, mesmo que o título tenha sido realizado na área de ensino ou disciplina de atuação.

### Seção II Progressão por Mérito

Art. 28. A progressão por mérito dos profissionais da educação, ocupantes de cargo efetivo, exceto àqueles que estiverem em cargo comissionado, será concedida no mês de maio de cada ano, no percentual de 1%(um por cento) ao ano, observado a combinação dos seguintes critérios:

I - obter percentual igual ou superior a 80% (oitenta por cento) na avaliação de desempenho;

II - apresentar, no mínimo, 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento.

III – os cursos de aperfeiçoamento de que trata o inciso anterior, deverão ser cursados pelos interessados na forma presencial, não sendo admitidos certificados de cursos realizados na modalidade à distância.

§ 1º O percentual de Progressão por Mérito será aplicado sobre o vencimento básico do servidor.

### Seção III Regência de Classe

Art. 29. O ocupante do cargo de professor, fará jus a 30% (trinta por cento) de gratificação de incentivo à regência de classe, aplicado sobre o seu vencimento básico.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo será suspensa no caso do membro do magistério afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo, ressalvados os seguintes casos de afastamento, previstos no estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

- a) licença gestante;
- b) férias;
- c) licença à adotante;
- d) faltas justificadas;
- e) licença premio.

§ 2º - O Adicional de regência de classe será estendido aos profissionais de apoio ao magistério(psico-pedagogo), que desempenhe suas atividades diretamente como alunos, mesmo que não diretamente em sala de aula.

### SEÇÃO IV FUNÇÃO GRATIFICADA

Art.30. O profissional da educação, efetivo, designado para exercer funções constantes do Anexo VII, por 40 horas, fará jus ao percentual correspondente, aplicado sobre o vencimento básico 40 horas, de um professor nível II”.

§ 1º - O profissional da educação, efetivo, designado para exercer funções constantes do Anexo VII, por 20 horas, fará jus ao vencimento

base de um professor nível II 20 horas, com o percentual correspondente, aplicado sobre o vencimento básico 20 horas, de um professor nível II.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 31. Os profissionais da educação, amparados por esta Lei, serão lotados na Secretaria de Educação do Município.

Art. 32. A redução da carga horária, poderá ser concedida a qualquer tempo, mediante requerimento do interessado.

Art. 33. Os valores fixados nos níveis do Anexo IV, representam o vencimento dos servidores e referencial para concessão das vantagens previstas nesta Lei.

§ 1º É vedada a passagem do profissional da educação, de um nível para outro, de valor superior, salvo aprovação em concurso público, sendo porem permitida a realocação de área de ensino, quando o servidor for ocupante de cargo efetivo em áreas de ensino distintas, e desejar atuar em somente uma área, desde que haja disponibilidade de vaga e seja verificado a necessidade pedagógica, mediante parecer da Secretaria de Educação.

§ 2º Os vencimentos constantes do Anexo IV, serão revistos no mês de maio de cada ano.

Art. 34. O Chefe do Poder Executivo Municipal designará uma comissão para operacionalizar o enquadramento a que se refere esta Lei.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei complementar n.º1112/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

## ANEXO I QUADRO DE CARGOS PERMANENTES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO	CÓDIGO	ÁREA DE ENSINO	TOTAL DE VAGAS
PROFESSOR	07.01	1 – Educação Infantil 1.1 – Pré Escola .....	08
	07.02	1.2 – Creche .....	08
	07.03	2 – Ensino Fundamental 1.1 – 1º ao 5º ano .....	16
	07.04	1.2 – 6º a 9º ano .....	04
	07.05	3 – Artes 3.1 - Artes .....	04
	07.06	4 – Educação Física 4.1 – Educação Física .....	06
	07.07		01
	07.08	5 – Língua Estrangeira 5.1 - Inglês .....	01
	07.09	6 – Apoio Pedagógico	01
	07.10	6.1 – Apoio Pedagógico .....	03
	08.11	7 – Educação de Jovens e Adultos 7.1 – 1º ao 5º ano .....	01
		7.2 – 6º ao 9º ano .....	
		8 – Professor de Informática	

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	08.01 08.02 08.03 80.09 80.11	Administrador Escolar. Supervisor Escolar. Orientador educacional. Orientador Pedagógico Psicopedagogo	02 02 02 01 01
TOTAL DE VAGAS .....			61

**ANEXO II**  
**QUADRO DE CARGOS TEMPORÁRIOS DO**  
**MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

CARGO	CÓDIGO	ÁREA DE ENSINO	TOTAL DE VAGAS
PROFESSOR	07.21	1 – Educação Infantil	08
	07.22	1.1 – Pré Escola .....	08
		1.2 – Creche .....	
	07.23	2 – Ensino Fundamental	16
	07.24	1.1 – 1º ao 5º ano .....	05
		1.2 – 6º a 9º ano .....	
	07.25	3 – Artes	
		3.1 – Artes .....	04
	07.26	4 – Educação Física	04
		4.1 – Educação Física .....	
	07.27	5 – Língua Estrangeira	03
	07.28	5.1 – Inglês .....	02
	07.29	6 – Apoio Pedagógico	02
	07.20	6.1 – Apoio Pedagógico .....	06
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	08.21	7 – Educação de Jovens e Adultos	02
		7.1 – 1º ao 5º ano .....	
	09.21	7.2 – 6º ao 9º ano .....	01
		8 – Professor de Informática Professor de Educação Especial	
TOTAL DE VAGAS .....	08.31 08.32 08.33	Administrador Escolar. Supervisor Escolar. Orientador educacional.	01 01 01
TOTAL DE VAGAS .....			65

**ANEXO III**  
**DESCRIÇÃO DE CARGOS**

**CARGO: PROFESSOR**

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial; Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de aula de recursos multifuncional; Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; Orientar os professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos de linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros, de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;

Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social entre outros.

**REGIME DE TRABALHO:** Regime Jurídico Único (Estatutário)

**CARGA HORÁRIA:** A carga horária do professor é de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:**

Educação Infantil: Será aquela prevista no anexo V

De 1º ao 5º ano do ensino fundamental: Será aquela prevista no anexo V

De 6º a 9º ano do ensino fundamental: Será aquela prevista no anexo V.

**CARGO: ADMINISTRADOR ESCOLAR**

- a) Assessorar e substituir o diretor da escola, nos seus impedimentos temporários;
- b) Coordenar juntamente com o diretor da escola, a elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- c) Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da escola, inclusive no que diz respeito a elaboração do calendário escolar, divisão de turmas, turnos e horários;
- d) Promover e dinamizar junto com os demais profissionais da escola, comemorações e datas cívicas com organização de murais, grêmios literários, artísticos e outras atividades de cunho cívico patriótico;
- e) Criar e incentivar a fundação de instituições escolares com a APP, Grêmios, Clube de Mães, colaborando com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- f) Coletar leis, manter-se informado e dar informações ao pessoal da escola, sobre legislação básica de pessoal e de ensino;
- g) Coordenar os trabalhos das serventes, merendeiras e vigias;
- h) Fazer parte do conselho de alimentação escolar do município, acompanhando a preparação e a distribuição da merenda, cuidando para que a criança receba uma alimentação de boa qualidade, nutritiva e saborosa, observando os hábitos alimentares da comunidade;
- i) Participar integralmente dos períodos dedicados aos conselhos de classe, às reuniões pedagógicas, ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- j) Coordenar os estudos sobre o regimento escolar, divulgando-o junto à comunidade escolar, para o cumprimento das normas nele contidas;
- l) Exercer as demais funções decorrentes do seu cargo ou as que lhe forem atribuídas pelo diretor da escola.

**CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR**

- a) Participar, orientar e auxiliar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, garantindo a articulação vertical e horizontal dos conteúdos pedagógicos;
- b) Assessorar os professores no processo ensino aprendizagem, assistindo suas aulas e ao mesmo tempo mantendo-se atualizado no que diz respeito ao ensino na escola;
- c) Estabelecer juntamente com os demais segmentos da escola, estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;
- d) Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente, visando o replanejamento e o estímulo ao estudo e à pesquisa;
- e) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, para o atendimento às reais necessidades dos alunos;
- f) Coordenar juntamente com o orientador educacional, o conselho de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos, garantindo a participação da comunidade local;
- g) Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores, através de reuniões pedagógicas, sessões de estudo e capacitação, visando a construção da competência docente;
- h) Colaborar para que a escola não se desvie de sua verdadeira função de educar, contribuindo também para que a contratação de professores seja feita a partir de critérios pedagógicos;
- i) Exercer as demais funções decorrentes do seu cargo ou as que lhe forem atribuídas pela direção da escola.

**CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL**

Participar e auxiliar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, promovendo a articulação entre a escola, família e a comunidade; Possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação, solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto as suas necessidades, interesses, qualidades e responsabilidades sociais;

Informar aos pais e responsáveis, sobre a frequência e rendimento dos alunos, criando processos de integração da sociedade com a escola;  
Organizar e manter atualizadas as fichas de observações e dados colhidos dos alunos, colocando-os à disposição dos professores;  
Opinar na organização de classes e promoção dos alunos, participando dos conselhos de classe;  
Efetuar visitas às salas de aula, para acompanhamento dos alunos; Coordenar o processo de sondagem de interesses e aptidões promovendo a pesquisa de mercado de trabalho, visando à informação, orientação vocacional e profissional; Comprometer-se com o encaminhamento dos alunos com relação à saúde física, mental e audiovisual; Participar do processo de identificação das causas que dificultam a aprendizagem do aluno, estabelecendo estratégias de recuperação; Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### CARGO: ORIENTADOR PEDAGÓGICO

- Participar e auxiliar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, promovendo a articulação entre a escola, família e a comunidade;
- Possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação, solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto às suas necessidades, interesses, qualidades e responsabilidades sociais;
- Informar aos pais e responsáveis, sobre a frequência e rendimento dos alunos, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- Organizar e manter atualizadas as fichas de observações e dados colhidos dos alunos, colocando-os à disposição dos professores;
- Opinar na organização de classes e promoção dos alunos, participando dos conselhos de classe;
- Efetuar visitas às salas de aula, para acompanhamento dos alunos;
- Coordenar o processo de sondagem de interesses e aptidões promovendo a pesquisa de mercado de trabalho, visando a informação, orientação vocacional e profissional;
- Comprometer-se com o encaminhamento dos alunos com relação à saúde física, mental e audiovisual;
- Participar do processo de identificação das causas que dificultam a aprendizagem do aluno, estabelecendo estratégias de recuperação;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: A carga horária é de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível superior, com graduação em Pedagogia e habilitação na área específica.

#### CARGO: PSICOPEDAGOGO

- Elaborar e aplicar princípios e técnicas psicopedagógicas, empregando conhecimento de vários ramos da psicopedagogia para apropriar o desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo;
- Promover a reeducação nos casos de dificuldade escolar e familiar baseando-se nos conhecimentos sobre a psicopedagogia e na avaliação psicopedagógica a fim de promover o desenvolvimento do indivíduo;
- Estudar métodos novos de planejamento pedagógico, treinamento, ensino e avaliação, baseando-se no conhecimento dos processos de aprendizagem para ajudar na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados capazes de atender às necessidades individuais;
- Analisar as características dos portadores de necessidades especiais com o objetivo de recomendar programas especiais de ensino compostos de currículos e técnicas adequadas aos diferentes níveis de aprendizagem;
- Participar de programas de orientação profissional a fim de contribuir para a melhor adaptação do aluno ao trabalho e sua consequente auto-realização;
- Planejar e executar pesquisas realizadas a compreensão do processo de ensino e aprendizagem e conhecimento das características psicossociais da clientela, atualizando e reconstruindo projetos pedagógicos da escola, a fim de fundamentar a atuação crítica dos professores e dos alunos e de criar programas educacionais completos, alternativos ou complementares;
- Participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais e colaborar na constante avaliação e no rendimento dos planos e práticas educacionais, para implementar uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento através de treinamento quando necessários;
- Supervisionar, orientar e executar outros trabalhos na área da psicopedagogia;

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: A carga horária é de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível superior, com graduação com habilitação na área específica.

#### ANEXO IV

##### TABELA DE VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

	ÁREA			VENCIMENTO BÁSICO			

CARGO	HABILITAÇÃO	DE	NÍVEL	R\$				
		ENSINO						
			40 hs	30 hs	20 hs	10 hs		
Professor	Nível médio na modalidade normal	1.1, 1.2, 2.1, 6 e 7.1						
		I	1.713,41	-----	856,71	-----		
Professor	Nível superior em curso de licenciatura de graduação plena na área específica.							
		1 a 7.2	II	2.397,00	1.664,58	1.198,50	599,25	
Administrador	Nível superior com graduação plena em Pedagogia e habilitação na área específica							
		1 a 7.2	II	2.397,00	-----	1.198,50	-----	
Orientador Pedagógico	Nível superior com graduação plena em Pedagogia com habilitação em supervisão escolar.							
		1 a 7.2	II	4.155,64	-----	2.077,82	-----	
Supervisor	Nível superior com graduação plena em Pedagogia e habilitação na área específica							
		1 a 7.2	II	2.397,00	-----	1.198,50	-----	
Psicopedagogo	Nível superior com graduação plena em Pedagogia e especialização na área específica							
		1 a 7.2	II	2.397,00	-----	1.198,50	-----	
Professor de Educação Especial	Nível superior em Pedagogia com especialização em Educação Especial	1 a 7.2	II	2.397,00		1.198,50		

#### ANEXO V ADICIONAL DE TITULAÇÃO

TÍTULO	DENOMINAÇÃO DA VERBA	%
ESPECIALIZAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO	25
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO	30
DOCTORADO	ADICIONAL DE DOCTORADO	40

#### ANEXO VI ÁREAS DE ENSINO DO PROFESSOR

ÁREA DE ENSINO	HABILITAÇÃO
1 – Educação Infantil 1.1 – Pré Escolar ..... 1.2 – Creche .....	Nível superior em curso de licenciatura em pedagogia habilitação em educação infantil
2 – Ensino Fundamental 2.1 – 1º ao 5º ano .....  2.2 – 6º ao 9º ano .....	Nível superior em licenciatura pedagogia series iniciais Nível superior em curso de licenciatura de graduação plena na área específica

3 – Artes 3 – Artes .....	Nível superior em licenciatura de graduação na área específica
4 – Educação Física 4. Educação Física .....	Nível superior em curso de Licenciatura de graduação plena na área específica
5 – Língua Estrangeira 5 – Inglês .....	Nível superior em curso de licenciatura de graduação plena na área específica
6 – Apoio Pedagógico 6 – Apoio Pedagógico .....	Nível superior em licenciatura na área afim
7 – Educação de Jovens e Adultos 7.1 – 1º ao 5º ano ..... 7.2 – 6º ao 9º ano .....	Nível superior em licenciatura de Pedagogia com habilitação em séries iniciais Nível superior em curso de Licenciatura de Graduação Plena na área específica
8 – Professor de Informática 8.1 – 1º ao 5º ano ..... 8.2 – 6º ao 9º ano .....	Nível superior em curso de licenciatura de graduação plena na área específica, ou graduação de nível superior na área de educação, com especialização na área específica.  Nível superior em curso de licenciatura de graduação plena na área específica, ou graduação de nível superior na área de educação, com especialização na área específica.
9.1 – Professor Educação Especial	Nível superior em Pedagogia e Habilitação em Educação Especial.

## ANEXO VII

## FUNÇÃO GRATIFICADA

F U N Ç Ã O	CÓDIGO	% SOBRE VENCIMENTO BÁSICO (40 HORAS)
Diretor Geral de Escolas (acima de 100 alunos)	09.01	70%
Diretor de Escola	09.02	50%
Secretário de Escola	09.03	30%
Técnico Administrativo Pedagógico	09.04	30%
Coordenador de Núcleo	09.05	40%

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 01 EM DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**LEI Nº 1.152/2017**

Publicação Nº 1422517

LEI Nº 1.152/2017 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

“REVOGA A LEI N.º 992/2013; DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO TÍTULO III, CAPÍTULO I, ARTIGO 14; NOS ARTIGOS 29 E 30 DO CAPÍTULO IV DA LEI MUNICIPAL Nº 01/93 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte;

## LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração no Título III, Capítulo I, artigo 14 da lei Municipal nº 01/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

## TÍTULO III

Da Organização Administrativa

## CAPÍTULO I

Da Estrutura Organizacional.

Art. 14 – A estrutura Organizacional básica do governo Municipal de Nova Itaberaba passará a compor-se dos seguintes órgãos:

I – Órgãos Consultivos, Cooperativos e Deliberativos:

- 1 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- 2 – Conselho Municipal de defesa do Meio ambiente;
- 3 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;
- 4 – Conselho Municipal de Defesa Civil;
- 5 – Conselho Municipal de Saúde;
- 6 – Conselho Municipal de Educação;
- 7 – Conselho Municipal de Assistência Social;
- 8 – Conselho Municipal de Habitação.

II - Órgão de Assessoramento:

- 1 – Gabinete do Prefeito;

III – Órgão de Atividade Meio:

- 1 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

IV – Órgãos de Atividades Fins:

- 1 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.
- 2 – Secretaria Municipal de Saúde.
- 3 – Secretaria Municipal de Urbanismo e Transportes e Obras.
- 4 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
- 5 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - Os artigos 29 e 30 do Capítulo IV da Lei 01/93, passarão a vigorar com a seguinte redação, criando ainda o art. 29 A e 30 A:

Art. 29 - A Secretaria Municipal de Saúde será constituída dos seguintes órgãos:

- I – Fundo Municipal de Saúde.
- II – Departamento Municipal de Saúde;
- III – Órgãos Técnicos de Assessoramento.

Art. 29.A – A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação será constituída dos seguintes órgãos:

- I – Fundo Municipal de Assistência Social;
- II – Fundo Municipal de Habitação;
- III – Fundo Municipal da Infância e Adolescência
- IV - Conselhos de direitos;
- V – Conselho Tutelar;
- VI – Órgãos Técnicos de Assessoramento.
- VII – Fundo Municipal do Idoso.

Art. 30 - A Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – Medicina preventiva e curativa;
- II - Programas de Saúde da Família – PSF.

Art. 30. A – À Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação compete desenvolver as atividades relacionadas à Política Pública de Assistência Social e de Habitação conforme legislação nacional vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial as leis 992/2013 e 1141/2017.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 256/2017

Publicação Nº 1422077

Decreto nº 256, de 31 de agosto de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências  
Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	2.500,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	2.500,00
	SUPLEMENTAÇÃO	2.500,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	2.500,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

### DECRETO Nº 264/2017

Publicação Nº 1422078

Decreto nº 264, de 14 de setembro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 – Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na Fonte de Recursos "29", Transferência de Recursos do SUS/Estado – Detalhamento: "159" ASPS – Ações de Média e Alta Complexidade, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2016, (Lei Municipal nº 2.624/2016):  
1001 – Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001.2.027	Manutenção do Hospital	270.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
3.3.90.00.00.00.00.00 2.29.000159	Aplicações Diretas	270.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

### DECRETO Nº 268/2017

Publicação Nº 1422079

Decreto nº 268, de 14 de setembro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado até a presente data, 01 Recursos de Impostos p/MDEB – Mínimo 25% - Detalhamento – 00 ou sem detalhamento, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):  
0401 – Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00
0401.2.014	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.01.000000	Aplicações Diretas	1000.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 269/2017**

Publicação Nº 1422080

Decreto nº 269, de 14 de setembro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na Fonte "00", Recursos Próprios, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

0701 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	45.000,00
0701.2.052	Manutenção dos serviços de educação de trânsito	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.16.000102	Aplicações Diretas	45.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 270/2017**

Publicação Nº 1422081

Decreto nº 270, de 14 de setembro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0701 - Secretaria Municipal de Obra, Serviços Urbanos e Planejamento:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	62.000,00
0701.2.052	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
3.3.90.00.00.00.00.00 .1.16.000101	Aplicações Diretas	6.512,04
3.3.90.00.00.00.00.00 .3.16.000101	Aplicações Diretas	55.487,96

	SUPLEMENTAÇÃO	62.000,00
0701.2.052	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
4.4.90.00.00.00.00.00 .3.16.000101	Aplicações Diretas	55.487,96
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.16.000101	Aplicações Diretas	6.512,04

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 274/2017**

Publicação Nº 1422083

Decreto nº 274, de 19 de setembro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	6.149,35
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	6.149,35
	SUPLEMENTAÇÃO	6.149,35
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas-Oper.Intra orç.	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	1.149,35

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 275/2017**

Publicação Nº 1422084

Decreto nº 275, de 19 de setembro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0801 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	3.000,00
0801.2.045	Funcionamento e Manutenção do FMAS (BF)	
3.3.50.00.00.00.00.00.1.00.000000	Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos	3.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	3.000,00
0801.2.045	Funcionamento e Manutenção do FMAS (BF)	
3.1.91.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas-Oper. Intra Orçam.	3.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 276/2017**

Publicação Nº 1422086

Decreto nº 276, de 19 de setembro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 – Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na Fonte de Recursos "29", Transferência de Recursos do SUS/Estado – Detalhamento: "159" ASPS – Ações de Média e Alta Complexidade, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2016, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

1001 – Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001.2.027	Manutenção do Hospital	170.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
3.1.90.00.00.00.00.00.2.29.000159	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 279/2017**

Publicação Nº 1422087

Decreto nº 279, de 25 de setembro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0501 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	10.000,00
0501.2.048	Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico	
3.3.50.00.00.00.00.00.1.00.000000	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	10.000,00
0501 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
	SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00
0501.2.048	Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico	
3.3.90.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas	10.000,00
0601 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
	REDUÇÃO	4.689,10
0601.2.047	Manutenção da Secretaria da Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas	4.689,10
0601 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
	SUPLEMENTAÇÃO	4.689,10
0601.2.047	Manutenção da Secretaria da Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas	4.689,10
0701 - Secretaria Municipal de Transp. Obras, Serviços Urbanos e Planejamento		
	REDUÇÃO	70.523,00
0701.2.050	Manutenção do STOSU	
3.1.90.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas	523,00

0701 - Secretaria Municipal de Transp. Obras, Serviços Urbanos e Planejamento		
	SUPLEMENTAÇÃO	70.523,00
0701.2.050	Manutenção do STOSU	
3.3.90.00.00.00.00.00 .1.00.000000	Aplicações Diretas	70.523,00

Decreto nº 279/2017

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 280/2017**

Publicação Nº 1422089

Decreto nº 280, de 25 de setembro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado até a presente data, proveniente de recurso "00" – Próprio, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

0301 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	39.027,79
3.3.91.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	59.168,71
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	1.803,50

0601 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	40.000,00
0601.2.047	Manutenção da Secretaria da Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 281/2017**

Publicação Nº 1422112

Decreto nº 281, de 25 de setembro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1201 - IPREVENT

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	700.000,00
1201.0.002	Pagamento de Inativos e Pensionistas	
9.9.90.00.00.00.00.00 .2.32.000000	Aplicações Diretas	700.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	700.000,00
1201.0.002	Pagamento de Inativos e Pensionistas	
3.1.90.00.00.00.00.00 .2.32.000000	Aplicações Diretas	700.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 286/2017**

Publicação Nº 1422116

Decreto nº 286, de 03 de outubro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei



CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	22.000,00
1001.2.025	Núcleo de Apoio à Saúde da família NASF/SC	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.29.000160	Aplicações Diretas	22.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	22.000,00
1001.2.025	Núcleo de Apoio à Saúde da família NASF/SC	
3.1.90.00.00.00.00.00 0.2.29.000160	Aplicações Diretas	22.000,00
	REDUÇÃO	
1001.2.032	Ações de Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	
	SUPLEMENTAÇÃO	8.336,05
1001.2.032	Ações de Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000138	Aplicações Diretas	8.336,05

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

## DECRETO Nº 293/2017

Publicação Nº 1422125

Decreto nº 293, de 09 de outubro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0401 - Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	12.446,39
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00 .1.13.000000	Aplicações Diretas	4.402,36
3.3.90.00.00.00.00.00 .1.13.000000	Aplicações Diretas	
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	

3.1.91.00.00.00.00.00 .1.13.000000	Aplicações Diretas	1.349,49
3.1.91.00.00.00.00.00 .1.13.000000	Aplicações Diretas	1.398,00
0401.2.058	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola	
3.1.91.00.00.00.00.00 .1.13.000000	Aplicações Diretas- Oper. Intra orç.	5.296,54
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	12.446,39
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	
3.1.90.00.00.00.00.00 .1.13.000000	Aplicações Diretas	12.446,39

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

## DECRETO Nº 298/2017

Publicação Nº 1422127

DECRETO Nº 298, de 19 de outubro de 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017,

Considerando, a necessidade de recursos da fonte 0.3.06.000000, Aplicações Diretas, para as ações de governo nº 2.016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos da ação nº 1.004 – Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo das ações programadas para esta Secretaria; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0401. Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO:	21.449,27

0401.1.004	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil;	
4.4.90.00.00.00.00.00.0 3.06.000000	Aplicação Direta	21.449,27
	SUPLEMENTAÇÃO	21.449,27
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 3.06.000000	Aplicação Direta	6.054,27
4.4.90.00.00.00.00.00.0 3.06.000000	Aplicação Direta	15.395,00

Decreto nº 298/2017

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 19 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 299/2017**

Publicação Nº 1422128

Decreto nº 299, de 19 de outubro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 – Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte “746” – Transferências de recursos do SUS/União – Detalhamento: ASPS SAMU, no valor de R\$ 10.000,00 e Recurso “29” – Transferência de Recursos do SUS/Estado – Detalhamento: ASPS: Ações de MAC, no valor de R\$ 27.000,00, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

1001 – Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	37.000,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.29.000159	Aplicações Diretas	27.000,00
1001.2.029	Serviço de Atendimento Móvel às Urgências	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000148	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 300/2017**

Publicação Nº 1422130

Decreto nº 300, de 19 de outubro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado até a presente data, proveniente de recurso “00” – Próprio, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

0301 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	40.000,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	40.000,00

0701 – Secretaria Municipal de Transp., Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	60.000,00
0701.2.050	Manutenção do STOSU	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 302/2017**

Publicação Nº 1422143

Decreto nº 302, de 23 de outubro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	6.241,99
1001.2.021	Ações de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	6.241,99
	SUPLEMENTAÇÃO	6.241,99
1001.2.021	Ações de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	6.241,99

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 303/2017**

Publicação Nº 1422144

DECRETO Nº 303, de 23 de outubro de 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017,

Considerando, a necessidade de recursos da fonte 0.1.01.000000, Aplicações Diretas para as ações de governo nº 2.011– Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental, 2.014 – Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar e 2016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos da ação nº 2.019 – Amortização da Dívida com Educação Básica;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo das ações programadas para esta Secretaria; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0401. Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO:	80.000,00
0401.2.019	Amortização da Dívida com Educação Básica	
3.2.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	25.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	55.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	80.000,00
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	20.000,00
0401.2.014	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	45.000,00
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	15.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 23 de outubro de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 304/2017**

Publicação Nº 1422145

Decreto nº 304, de 23 de outubro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0301 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	5.000,00
0301.2.057	Manutenção do Conselho Tutelar	
3.3.90.00.00.00.00.00 .1.00.000000	Aplicações Diretas	5.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	5.000,00

0301.2.057	Manutenção do Conselho Tutelar	
3.1.90.00.00.00.00.00 .1.00.000000	Aplicações Diretas	5.000,00

## 0401 - Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	52.230,00
0401.1.002	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.02.000000	Aplicações Diretas	10.000,00
0401.1.003	Aquisição de Veículos para Transporte escolar	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	5.000,00
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	230,00
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	230,00
0401.2.013	Ampliação do Acervo Bibliográfico nas Escolas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	5.000,00
0401.2.014	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	21.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	1.000,00
0401.2.018	Funcionamento e Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	4.000,00
0401.2.058	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil Pré Escola	7.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas Oper. Intra Orç.	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	1.000,00
04 - Secretaria Municipal da Educação		
	SUPLEMENTAÇÃO	52.230,00
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00 .1.01.000000	Aplicações Diretas	52.230,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.  
 Gian Francesco Voltolini  
 Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
 Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 305/2017**

Publicação Nº 1422146

Decreto nº 305, de 23 de outubro de 2017  
 Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias; DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado até a presente data, proveniente de recurso "00" – Próprio, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

0401 – Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	200.000,00
0401.2.011	Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental	80.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.01.000000	Aplicações Diretas	80.000,00
0401.2.016	Funcionamento e manutenção da educação Infantil - Creche	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.01.000000	Aplicações Diretas	100.000,00

1801 – Secretaria Municipal de Esportes

1801.2.038	Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e lazer	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.01.000000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
 Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
 Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 306/2017**

Publicação Nº 1422147

Decreto nº 306, de 23 de outubro de 2017  
 Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências  
 Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	140.000,00
1001.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	140.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	140.000,00
1001.2.022	Ações de Saúde da Família - PSF	
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	85.000,00
1001.2.023	Ações com Agentes Comunitários de Saúde	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	20.000,00
1001.2.024	Ações Voltadas Saúde da Família/Saúde Bucal	35.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	35.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 307/2017**

Publicação Nº 1422148

Decreto nº 307, de 23 de outubro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 – Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 187.496,43 (cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte "746" – Transferências de recursos do SUS/União – Detalhamento: 142 - ASPS Ações de Atenção Básica – PAB – Fixo, R\$ 90.000,00, Recurso "29" – Transferência de Recursos do SUS/Estado – Detalhamento: 159 – ASPS: Ações de MAC – Produção Hospital, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

1001 – Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	187.496,43

1001.2.021	Ações de Atenção Básica	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	90.000,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	97.496,43
3.1.90.00.00.00.00.00 0.2.29.000159	Aplicações Diretas	97.496,43

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 308/2017**

Publicação Nº 1422149

Decreto nº 308, de 23 de outubro de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 32.326,00 (trinta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado até a presente data, proveniente de recurso "00" – Próprio, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

1801 – Secretaria Municipal de Esportes

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	32.326,00
1801.2.039	Apoio ao Esporte Amador	
3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas-Oper. Intra orç.	1.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	16.163,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	163,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 309/2017**

Publicação Nº 1422150

Decreto nº 309, de 23 de outubro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências  
 Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	11.500,00
1001.2.021	Ações de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	11.500,00
	SUPLEMENTAÇÃO	11.500,00
1001.2.021	Ações de Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	11.500,00
	REDUÇÃO	20.000,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	20.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	20.000,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.1.91.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas-Oper. Intra orç.	20.000,00
	REDUÇÃO	1.200,00
1001.2.032	Ações de Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.27.000000	Aplicações Diretas	1.200,00
	SUPLEMENTAÇÃO	1.200,00
1001.2.032	Manutenção do Hospital	
3.1.91.00.00.00.00.00 0.2.27.000000	Aplicações Diretas-Oper. Intra orç.	1.200,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto nº 309/2017

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Scretário M. Administração e Finanças

**DECRETO Nº 311/2017**

Publicação Nº 1422153

Decreto nº 311, de 23 de outubro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária, dentro de Unidades Gestoras da Prefeitura, para o exercício de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0801 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	10.000,00
0801.2.043	Funcionamento e Manutenção do FIA	
3.3.90.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas	10.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00
0801.2.043	Funcionamento e Manutenção do FIA	
3.3.50.00.00.00.00.00.1.00.000000	Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos	10.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretária M. Administração e Finanças

## DECRETO Nº 312/2017

Publicação Nº 1422154

Decreto nº 312, de 23 de outubro de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: SAMAE e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1501 – Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	5.000,00
1501.2.034	Administração do SAMAE	
3.1.90.00.00.00.00.00 3070	Aplicações Diretas	5.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	5.000,00
1501.2.034	Administração do SAMAE	
3.1.91.00.00.00.00.00 3070	Aplicações Diretas-Oper. Intra Orç.	5.000,00
	REDUÇÃO	38.000,00
1501.2.035	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	
3.3.90.00.00.00.00.00 3070	Aplicações Diretas	38.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	38.000,00
1501.2.035	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	
3.1.90.00.00.00.00.00 3070	Aplicações Diretas-Oper. Intra Orç.	38.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 501/2017 "C"**

Publicação Nº 1422172

PORTARIA Nº 501/2017 "C"

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação, em Exercício, do Município de Nova Trento, de acordo com o Decreto 095 de 18/04/2017 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 209/2017 "D" que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 018/2017 EDILENE MICHELE BASSI, matrícula nº 7363, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 25 (vinte e cinco) horas semanais, (Ensino Fundamental-Anos Iniciais-Ludicidade atuante na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2017 até 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, haja vista a rescisão de contrato da servidora Janaina Till Schmitt.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de junho de 2017.

Moacir Antônio Facchini  
Secretário Municipal de Educação, em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2017**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, em Exercício, MOACIR ANTÔNIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 94.869, residente e domiciliado na Rua Estanislau Voltolini, nº s/nº, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDILENE MICHELE BASSI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 918.336.559-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor, Nível III, Referência "A", com 25 (vinte e cinco) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.867,77 (hum mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 30 de junho de 2017 até 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, haja vista a rescisão de contrato da servidora Janaina Till Schmitt.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 30 de junho de 2017.

Moacir Antônio Facchini                      Edilene Micheli Bassi  
Secretário Municipal de Educação      Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 503/2017 (RETIFICAR)**

Publicação Nº 1422370

PORTARIA Nº 503/2017

Admissão em caráter temporário

Virgílio José Tamanini, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.533, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto nº 095 de 18/04/2017,

**RESOLVE:**

Admitir em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº 001/2017 de 25/04/2017, convocada conforme Decreto nº 181/2017, PAULO RIBEIRO VELHO, matrícula nº 7549, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 02 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Virgílio José Tamanini  
Secretário Municipal de transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 222/2017

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, VIRGILIO JOSÉ TAMANINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 144.972.809-00, RG nº 97552, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor PAULO RIBEIRO VELHO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Loteamento Tiago Frederico Tomasoni, s/nº, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 074.517.539-21, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 02 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;  
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;  
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Virgílio José Tamanini  
Secretário M. de Transp., Obras, Ser. Urb. e Planejamento

Paulo Ribeiro Velho  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:  
Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 508/2017 "A"**

Publicação Nº 1422179

PORTARIA Nº 508 / 2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto nº 095 de 18 de abril de 2017.

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 001/2017, de 25/04/2017, e convocada pelo Decreto nº 166/2017, DELAINE MONIZE TIL, matrícula nº 7751, para exercer o cargo de Professor Nível III - Referência A – (Educação Infantil e Ensino Fundamental) - Educação Física, com 20 (vinte) horas semanais, sendo 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba Município de Nova Trento, 05 (cinco) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Bairro Salto Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini  
Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 226/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DELAINE MONIZE TIL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Estrada Davi da Silva, nº 381, Bairro Tajuba II, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 092.317.619-51, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III - Referência A – (Educação Infantil e Ensino Fundamental) - Educação Física, com 20 (vinte) horas semanais, sendo 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de setembro de 2017, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;  
VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini  
Secretário Municipal de Educação em exercício

Delaine Monize Til  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

### PORTARIA Nº 526/2017 (RETIFICAR)

Publicação Nº 1422175

#### PORTARIA Nº 526/2017

##### Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação, em Exercício do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto 095 de 18/04/2017,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 182/2017, JESSICA HELENA VENERI, matrícula nº 7559, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Santo Antonin, Município de Nova Trento, a contar de 05 de julho de 2017 a 04 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini  
Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO Nº 233/2017

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em

exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JESSICA HELENA VENERI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Battisti Archer, nº 129, Bairro São Roque, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 097.514.009-45, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Santo Antonin, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 05 de julho de 2017 a 04 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini  
Secretário Municipal de Educação em exercício

Jessica Helana Veneri  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 536/2017 (RETIFICAR)**

Publicação Nº 1422184

PORTARIA Nº 536/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto 095 de 18/04/2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 188/2017, MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 7563, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin, Município de Nova Trento, a contar de 18 de julho de 2017 a 17 de julho de 2018, de por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 237/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Irmãos Scalvin, S/N, CX 02, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 106.906.699-09, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 18 de julho de 2017 a 17 de julho de 2018 por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário M. de Educação

Maria Helena Pereira da Silva  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de julho de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 570/2017 "A"**

Publicação Nº 1422282

**PORTARIA Nº 570/2017 "A"****Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 403/2017 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocado conforme Decreto nº 032/2017, PRISCILA VARGAS, matrícula nº 7504, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 23 de agosto de 2017 a 21 de outubro de 2017, em substituição a titular Aline Almeida, afastada conforme a Portaria nº 566/2017 (Licença Gestante).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2017**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora PRISCILA VARGAS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Marcos Silva, s/nº, Bairro Cardoso, município de São João Batista, portador do CPF nº 097.316.949-43, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré-Escolar), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste Termo Aditivo, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo é firmado pelo período de 23 de agosto de 2017 até 21 de outubro de 2017, em substituição a titular Aline Almeida, afastada conforme a Portaria nº 566/2017 (Licença Gestante).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado Termo Aditivo.

Nova Trento, em 23 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Priscila Vargas
Secretário Mun. de Educação	Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo em 23 de agosto de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

### PORTARIA Nº 636/2017 (RETIFICAR)

Publicação Nº 1422234

#### PORTARIA Nº 636/2017

##### Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21/12/2016, e convocado pelo Decreto nº 032/2017, FABRICIO LEONEL DA SILVA, matrícula nº 7606, para exercer o cargo de Professor dec Português Não habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba, a contar de 19 de setembro de 2017 até 28 de outubro de 2017, em substituição a titular Rosiane Melo Cordeiro, afastada conforme Portaria Nº 629/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO Nº 275/2017

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 382238-9, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato

Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor FABRICIO LEONEL DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua José Antônio Soares, nº 135, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista, portador do CPF nº 090.614.619-44, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Português Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí e 20 (vinte) horas semanais na escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (hum mil setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 19 de setembro de 2017 até 28 de outubro de 2017, em substituição a titular Rosiane Melo Cordeiro, afastada conforme Portaria Nº 629/2017.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato Nº 275/2017)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Fabricio Leonel da Silva  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 651/2017 "A"**

Publicação Nº 1422374

PORTARIA Nº 651/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Virgílio José Tamanini, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 285/2017, ARNALDO MAYER, matrícula nº 7619, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 09 de outubro de 2017 a 08 de outubro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de outubro de 2017.

Virgílio José Tamanini  
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 287/2017

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, VIRGILIO JOSÉ TAMANINI, casado, brasileiro, CPF nº 144.972.809-00, RG nº 97552, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 84, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor ARNALDO MAYER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na estrada geral do Aguti, Distrito de Aguti, s/nº, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 789.717.219-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 01 (um) ano, a contar de 09 de outubro de 2017 a 08 de outubro de 2018.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 287/2017)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de outubro de 2017.

Virgílio José Tamanini  
Secretário Mun. Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Arnaldo Mayer  
Contratado

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de outubro de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Ivana Regina Cadore  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 655/2017**

Publicação Nº 1422163

**PORTARIA Nº 655/2017**

Concede Licença Tratamento em Pessoa da Família

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento em Pessoa da Família, à Servidora Pública Municipal SONIA MORESCO, matrícula nº 6800, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 11 de outubro de 2017 a 08 de janeiro de 2018, conforme atestado médico datado de 11/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 665/2017**

Publicação Nº 1422303

**PORTARIA Nº 665/2017**

Concede Licença Tratamento Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.292/92, de 22 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal LINDONEI BENVENUTTI, matrícula nº 7067 - ACT, ocupante do cargo de Motorista III, 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 07 de outubro de 2017 até 21 de outubro de 2017, conforme resultado pericial, datado de 19 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 670/2017 "A"**

Publicação Nº 1422188

PORTARIA Nº 670/2017 "A"

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.292/92, de 22 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal SUELI VEBER HUGEN, matrícula nº 6968, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 27 de outubro de 2017 até 10 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 27 de outubro de 2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 671/2017**

Publicação Nº 1422311

PORTARIA Nº 671/2017

Licença Gestante

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 94, §1º da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal), alterado pela Lei Complementar Nº 655/2017.

**RESOLVE:**

CONCEDE Licença Gestante à Servidora Pública Municipal FERNANDA SALUM, matrícula nº 6925, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 27 de outubro de 2017 a 24 de abril de 2018, conforme resultado pericial datado de 25/09/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 672/2017**

Publicação Nº 1422168

PORTARIA Nº 672/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JANETE KRISCINSKI KNISS, matrícula 6695, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Serviço de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nova Trento, pertencente ao Quadro de Pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 27 de outubro de 2017 até 05 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 27/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 674/2017**

Publicação Nº 1422368

PORTARIA Nº 674/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal CAROLINE BATTISTI DA SILVA, matrícula 6839, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Trento, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 23 de outubro de 2017 a 06 de novembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 30/10/2017, tornando sem efeito a Portaria de nº 668/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de outubro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

**PORTARIA Nº 674/2017 "A"**

Publicação Nº 1422197

PORTARIA Nº 674/2017 "A"

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal JUCILANIA TAMANINI, matrícula nº 6567, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência C, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 28 de outubro de 2017 a 11 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 28/11/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 675/2017**

Publicação Nº 1422265

PORTARIA Nº 675/2017

Dispõe Sobre Credenciamento

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e §§, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

**RESOLVE:**

CREDENCIAR a Servidora Pública Municipal GRACIELA DARÓS PIFFER, concursada, matrícula nº 197, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Professor, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a partir de 30 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 676/2017**

Publicação Nº 1422277

PORTARIA Nº 676/2017

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 639/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MARIA ISABEL PERES SIMAS, matrícula nº 7561 - ACT, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A – Ensino Fundamental - Geografia, com 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 15 (quinze) horas na Escola Municipal de Educação Básica Aguti e 20 (vinte) horas na Escola de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento, a contar de 20 de novembro de 2017 até 06 de dezembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 30/10/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 678/2017**

Publicação Nº 1422273

PORTARIA Nº 678/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 641/2017 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 001/2017, de 25/04/2017, e convocado pelo Decreto nº 166/2017, WILLIAN FELIPE GANDIN, matrícula nº 7610, para exercer o cargo de Professor de Geografia - Não Habilitado, com 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 15 (quinze) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Distrito Aguti, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, a contar de 20 de novembro de 2017 até 06 de dezembro de 2017, em substituição a titular Maria Isabel Peres Lino, afastada conforme Portaria Nº 676/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 279/2017**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor WILLIAN FELIPE GANDIN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Independência, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 105.565.729-05, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Geografia - Não Habilitado, com 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 15 (quinze) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.504, 95 (hum mil, quinhentos e quatro reais e noventa e cinco centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 20 de novembro de 2017 até 06 de dezembro de 2017, em substituição a titular Maria Isabel Peres Lino, afastada conforme Portaria Nº 676/2017.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 30 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi                                      Willian Felipe Gandin  
Secretário Municipal de Educação      Contratado

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de outubro de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PORTARIA Nº 679/2017**

Publicação Nº 1422257

**PORTARIA Nº 679/2017**

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 629/2017 que CONCEDEU Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ROSIANE MELO CORDEIRO, matrícula nº 6631, concursada no cargo de Professora Nível III, (Ensino Fundamental – Português), Referência C, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 30 de outubro de 2017 a 28 de dezembro de 2017, conforme atestado médico datado de 30/10/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 680/2017**

Publicação Nº 1422251

**PORTARIA Nº 680/2017**

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 636/2017 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21/12/2016, e convocado pelo Decreto nº 032/2017, FABRICIO LEONEL DA SILVA, matrícula nº 7606, para exercer o cargo de Professor de Português Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba, a contar de 29 de outubro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Rosiane Melo Cordeiro, afastada conforme Portaria Nº 679/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 275/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor FABRICIO LEONEL DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua José Antônio Soares, nº 135, Bairro Ribanceira do Sul, município de São João Batista, portador do CPF nº 090.614.619-44, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor de Português Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Cla-raiba, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste Termo Aditivo, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$1.719,93 (hum mil, setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo é firmado pelo período de 29 de outubro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Rosiane Melo Cordeiro, afastada conforme Portaria Nº 679/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado Termo Aditivo.

Nova Trento, em 30 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi                                      Fabricio Leonel da Silva  
Secretário Mun. de Educação                      Contratado

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo em 30 de outubro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

### PORTARIA Nº 681/2017 "C"

Publicação Nº 1422380

#### PORTARIA Nº 681/2017 "C"

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.292/92, de 22 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Concede Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal SUELI VEBER HUGEN, matrícula nº 6968, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 27 de outubro de 2017 até 10 de novembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 31 de outubro de 2017..

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 681/2117

Publicação Nº 1422170

#### PORTARIA Nº 681/2017

Dispõe Sobre Credenciamento

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e §§, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

#### RESOLVE:

CREDENCIAR o Servidor Público Municipal VALMIR BERTOTTI, matrícula nº 79, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Casa da Cidadania, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a contar de 01 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de novembro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

**PORTARIA Nº 684/2017**

Publicação Nº 1422161

PORTARIA Nº 684/2017  
Dispõe Sobre Credenciamento

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e §§, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

**RESOLVE:**

CREDENCIAR a Servidora Pública Municipal JÚLIA CAROLINA VARGAS, matrícula nº 7296, ocupante do cargo de Provimento Em Comissão de Diretor de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a contar de 06 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de novembro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 169/2017

Publicação Nº 1422421

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 169/2017

Objetivo: Serviços de mão de obra para pintura interna e externa da Escola Municipal Vila Maria, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do edital em referência.

Abertura: às 11:00 horas do dia 23/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 08 de novembro de 2017.  
Rogério José Frigo  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO 2.367

Publicação Nº 1422032

DECRETO Nº 2.367 de 30 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo art. 163 da lei Complementar nº 024/2003,

DECRETA:

Art. 1º - O arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, aberto para apuração de responsabilidade de servidor Público, decorrente de colisão da Motoniveladora Nº 46, com um Stay, ocasionando a quebra de um poste DT 10/150 de energia elétrica da Celesc, localizado na Linha Rovaris, neste município, durante a recuperação da estrada vicinal desta comunidade no dia 08/05/2017.

Art. 2º - Diante da Conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, e com base no Parecer Final exarado pela Comissão instaurada, absolve o servidor público municipal Clair Luiz Vieda, dos fatos alegados, por tratar-se de evento involuntário do servidor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 30 de outubro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito

Registre-se e

Publique-se

### DECRETO 2.368

Publicação Nº 1422033

DECRETO Nº 2.368, de 06 de Novembro de 2017.

Declara situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas pela enxurrada – COBRADE:1.2.2.0.0, conforme IN/MI 02/2016.

O Senhor VANDERLEI SANAGIOTTO Prefeito do município de Novo Horizonte, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do artigo 55, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – A ocorrência de grande precipitação de chuva, causando enxurrada, em todo território do município, na madrugada do dia 04 de Novembro de 2017 com o acumulado observado de 74.8 mm (setenta e quatro milímetros), conforme relatório da estação Meteorológica do município de Novo Horizonte e fotos das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;

II- Que em decorrência da enxurrada devido ao alto volume de precipitação que elevou a vazão dos rios, acarretando em transbordo de pontes do interior do município, erosão de cabeceiras de pontes e bueiros, acessos interrompidos, queda de barreiras e alagamentos, afetando o trânsito normal destas vias, resultaram danos nas estradas vicinais com perda do revestimento primário, pontes, bueiros, com perdas e prejuízos na agricultura e pecuária,

causadas pela erosão do solo, em lavouras de soja, milho, feijão e pastagens localizadas nas várzeas e encostas do município, constantes no Formulário de Informações de Desastres, anexo a este Decreto;

– Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPEDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurrada – COBRADE 1.2.2.0.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPEDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do (a) Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPEDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito, aos 06 dias do mês de Novembro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

**PORTARIA 130**

Publicação Nº 1421764

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte. sc.gov.br
---

PORTARIA Nº 130, de 07 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo para Cancelamento da Ata de Registro de Preços FMS Nº 04/2016, item 9.1, em razão das falhas ocorridas na execução do objeto do Processo Licitatório FMS nº 008/2016.

Art. 2º - Fica nomeada a Comissão para compor a instrução do Processo Administrativo formada pelos Servidores: IVETE SANAGIOTTO, matrícula 287/01, SILVANI ZILIO MOSCHEN, matrícula 828/01 e IVONEI LUIZ PASTRE, Assessor Jurídico, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º - A comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias para realizar as apurações das infrações relatadas no Parecer Técnico e apresentar o relatório conclusivo sobre o fato ocorrido, para aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

Art. 4º - Na instrução do presente processo a comissão poderá colher todas as provas necessárias para apuração dos fatos, ouvindo testemunhas, fazendo acareações, requisitando documentos, laudos periciais e outras informações relacionados com os fatos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC  
em 07 de Novembro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

# Orleans

## PREFEITURA

### 2.777 AUTORIZA RECEBER A TÍTULO DE DOAÇÃO LOTES DE IMOVEIS

Publicação Nº 1421844

LEI N. 2.777 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER A TÍTULO DE DOAÇÃO LOTES DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NO LOTEAMENTO JARDIM DAS COLINAS II DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado receber a título de doação, de acordo com o Termo de Ajustamento de Condutas n. 001/2015, de 02 de dezembro de 2015, firmado entre o Município de Orleans e o Senhor Francisco Pedro Cardoso, os seguintes imóveis: lote n. 24 (matricula n. 19.030), lote n. 22 (matricula n.19.029) localizados na Quadra D, e lote n. 01 (matricula n.19.035), lote n. 03 (matricula n. 19.037), lote n. 05 (matricula n. 19.039), lote n. 07 (matricula n. 19.040), lote n.09 (matricula n. 19.042), lote n.11 (matricula n. 19.044) e lote n. 13 (matricula n. 19.046), localizados na quadra F do Loteamento Jardim das Colinas II.

§ 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a escrituração e averbação da área doada, em nome do Município de Orleans, no Cartório de Registros de Imóveis competente.

§ 2º Passa a fazer parte integrante da presente Lei o mapa de localização da área estabelecida no presente Artigo e o Termo de Ajustamento de Conduta nº 001/2015.

Art.2º. A referida doação é uma forma de compensação prevista no Termo de Ajustamento de Conduta nº 001/2015 e não implica em gastos para o Município, apenas na necessidade de transferência dos imóveis para que o município possa dar a destinação que entender ideal aos mesmos.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 07 de novembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### 2.778 - RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA EMPENHAR, LIQUIDAR, PAGAR

Publicação Nº 1421855

LEI N. 2.778 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR, PAGAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições, FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas de exercícios anteriores, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.711,92 (dois mil, setecentos e onze reais e noventa e dois centavos), constantes do anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único. A despesa a que se refere o artigo 1º trata de autos de infrações de trânsito pendentes de pagamento nos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e sem identificação dos condutores responsáveis para a cobrança.

Art. 2º Em conformidade com o artigo acima, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o empenho, liquidação e pagamento da respectiva despesa do exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 07 de novembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### 2.779 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CREDITO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

Publicação Nº 1421851

LEI N. 2.779 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições, FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal – CEF, até o valor de R\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de reais), no âmbito do Programa Avançar Cidades, de acordo com a instrução normativa nº 28 de 11 de julho de 2017, destinados à realização de obras de Pavimentação

e Qualificação de Vias do Município de Orleans, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal - CEF autorizada a vincular em garantia da operação de crédito, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 07 de novembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

#### **4.176 - ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 1421859

DECRETO N. 4.176 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 2.689 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA MUN. DA FAZENDA, INDUSTRIA E COMÉRCIO  
04.01 – Departamento da Fazenda  
0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art.2º . A conta dos recursos anterior, fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA MUN. DA FAZENDA, INDUSTRIA E COMÉRCIO

04.01 – Departamento da Fazenda

0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

3.2.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de novembro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria municipal de Administração, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração.

#### **PROCESSO Nº 154/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1422717

PROCESSO Nº 154/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS ( PROCESSO MULTIENTIDADE).

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 23/11/2017 às 09h00min. Abertura das Propostas: dia 23/11/2017, às 09h30min. Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) Orleans - SC, 08 de Novembro de 2017.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

#### **PROCESSO Nº 155/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1422737

PROCESSO Nº 155/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS PARA DEPOSITAR AREÃO NAS COMUNIDADES ESPECIFICADAS EM ANEXO PARA A CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 23/11/2017 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 23/11/2017, às 14h30min. Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) Orleans - SC, 08 de Novembro de 2017.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO 001/2017

Publicação Nº 1422401

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará CHAMAMENTO visando à contratação de empresa especializada para prestar serviços de fisioterapia. O credenciamento será feito até às 14:00 h. do dia 29/11/2017 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 08/11/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

### DL 011/17 CTO 091

Publicação Nº 1421779

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0064/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0011/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico, execução de serviços de engenharia, sob forma de fornecimento, confecção, montagem, manutenção e desmontagem dos elementos que compõem a iluminação natalina 2017.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: De 08/11/2017 a 31/12/2017. Ouro, 08/11/2017, Neri Luiz Miqueloto, Perfeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0064/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0011/2017

CONTRATO N. 091/2017

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico, execução de serviços de engenharia, sob forma de fornecimento, confecção, montagem, manutenção e desmontagem dos elementos que compõem a iluminação natalina 2017.

Vigência: 08/11/2017 a 31/12/2017.

Valor total: O valor total será de R\$ 13.749,80 (treze mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

Data de assinatura: 08/11/2017.

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 131/2017

Publicação Nº 1422786

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO

#### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 131/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 14 de dezembro de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Concorrência Pública Nº. 131/2017, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Revitalização e Urbanização de Área Verde localizada no bairro Madri, conforme os anexos. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 08 de novembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 132/2017

Publicação Nº 1422753

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 23 de novembro de 2017, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Água Mineral para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 30 de maio de 2017. PREGOEIRA.

### DECRETO Nº 2.283, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422473

DECRETO Nº 2.283, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Estabelece alteração na estrutura administrativa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais e com base no art. 113 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Um cargo de Assessor IV, Código DAS VII, da Secretaria Municipal da Fazenda, previsto no inciso XIV do art. 34 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2017.

Palhoça, 01 de novembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### DELIBERAÇÃO Nº 008/2017

Publicação Nº 1422781

#### DELIBERAÇÃO Nº 008/2017

O COMITÊ GESTOR DE GOVERNO, do Município de Palhoça,  
No uso de suas atribuições, considerando o teor do art. 1º do Decreto 2.096/2017 e

Considerando a necessidade de regulamentar o § 3º do art. 83 e § 1º do art. 161, ambos da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010;

Considerando que há na grande divergência sobre a aplicabilidade e aceitação de declarações médicas para fins de justificar ausência;

Considerando que a declaração de comparecimento não pode ser equiparada ao atestado médico, que por sua vez possui regras específicas para expedição, nos termos da Resolução nº 1.658, de 13 de dezembro de 2002 do Conselho Federal de Medicina - CFM;

Considerando que a declaração de comparecimento é um documento elaborado pelo médico ou funcionário administrativo, a pedido do paciente, que serve para justificar apenas as horas não trabalhadas, em razão de atendimento, exame ou acompanhamento, resolve

#### DELIBERAR:

Art. 1º As declarações e/ou atestados de comparecimento apresentadas ao Poder Executivo Municipal servirão para justificar a ausência de 03 (três) horas ao expediente diário, quando da realização de consultas, exames ou acompanhamentos.

§ 1º As declarações poderão abonar período superior a 03 (três) horas desde que conste do documento os horários específicos de atendimento.

§ 2º Aplica-se a regra do caput para as declarações ou atestados de comparecimentos que não contiverem horário específico de atendimento em seu conteúdo.

§ 3º O servidor deverá, obrigatoriamente, registrar sua entrada e saída no ponto biométrico, seja anterior ou posteriormente à consulta ou ao exame, desde que ocorra durante o horário de expediente.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 31 de outubro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN	DANIEL B. HARGER
Secretária de Administração	Secretário Executivo de Gabinete
ISNARDO LUIS BRANT	EDUARDO FRECCIA
Secretária de Fazenda	Secretário de Infraestrutura e Saneamento

## DELIBERAÇÃO Nº 009/2017

Publicação Nº 1422782

### DELIBERAÇÃO Nº 009/2017

O COMITÊ GESTOR DE GOVERNO, do Município de Palhoça, No uso de suas atribuições, considerando o teor do art. 1º do Decreto 2.096/2017 e considerando a necessidade de cadastramento para adequação ao eSocial, sistema informatizado do Governo Federal, resolve

#### DELIBERAR:

Art. 1º Os servidores públicos efetivos vinculados ao Poder Executivo Municipal da Administração Direta e Indireta, deverão realizar seu cadastramento até o dia 30 de novembro de 2017, nos termos desta Deliberação.

§ 1º Os órgãos municipais que possuem setor de Recursos Humanos - RH próprio ficarão responsáveis pelo cadastramento de seus servidores;

§ 2º O atendimento observará, obrigatoriamente, o cronograma constante em anexo desta Deliberação, salvo para os órgãos que possuem regras próprias nesta Deliberação;

§ 3º Ficará disponível no site da Prefeitura Municipal de Palhoça (<https://palhoca.atende.net/#!/tipo/inicial>) um formulário on-line para preenchimento, que deverá ser impresso e entregue junto com a documentação abaixo requisitada.

Art. 2º Os servidores deverão comparecer à Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas da Prefeitura ou ao setor de recursos humanos próprio do órgão (Saúde, Assistência Social, Educação e FMP), munidos do formulário impresso e cópia dos seguintes documentos:

I - RG;

II - CPF; e

III - Comprovante de endereço, expedido nos últimos 60 (sessenta) dias;

IV - Comprovante de alteração de estado civil, se for o caso;

§ 1º Os servidores que possuem dependentes com idade acima de 06 (seis) anos deverão apresentar certidão de nascimento, carteira de identidade e CPF, obrigatoriamente, sob pena de aplicação do disposto no art. 7º desta Deliberação;

§ 2º O atendimento deverá ser realizado das 13:00 às 18:00 horas.

Art. 3º As unidades escolares, através dos Diretores, deverão realizar a coleta da documentação e encaminhar para o Recursos Humanos da Educação até o dia 21/11/2017.

Parágrafo Único. Os servidores efetivos deverão procurar o seu local de lotação para efetuar o cadastramento, munidos das cópias dos documentos de que trata esta Deliberação.

Art. 4º As unidades de saúde, através dos Coordenadores, deverão realizar a coleta da documentação e encaminhar para o Recursos Humanos da Saúde até o dia 21/11/2017

Art. 5º Os servidores da Faculdade Municipal de Palhoça deverão entregar a documentação na Secretaria da FMP até o dia 21/11/2017.

Art. 6º Os servidores da Assistência Social deverão entregar a documentação no Recursos Humanos da Assistência, conforme cronograma abaixo:

I - todos os CRAS até o dia 09/11/2017;

II - todos os CREAS até o dia 10/11/2017;

III - administração da Secretaria de Assistência Social até o dia 13/11/2017;

IV - todos os abrigos até o dia 14/11/2017;

V - Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Conveniência da Terceira Idade, Conselhos Tutelares até o dia 16/11/2017.

Art. 7º Fica vedado o pagamento de qualquer espécie de vantagem remuneratória transitória ao servidor que não atender ao disposto no art. 1º desta Deliberação.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 31 de outubro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN	DANIEL B. HARGER
Secretária de Administração	Secretário Executivo de Gabinete
ISNARDO LUIS BRANT	EDUARDO FRECCIA
Secretária de Fazenda	Secretário de Infraestrutura e Saneamento

### ANEXO ÚNICO

#### CRONOGRAMA DE RECADASTRAMENTO

ÓRGÃO/SETOR	DATA
Serviços Públicos	09/11/2017
Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Controle Interno	10/11/2017
Habitação e Regularização Fundiária	13/11/2017
Procuradoria Geral do Município	13/11/2017
Governo e Relações Institucionais	13/11/2017
Fazenda e Finanças	14/11/2017
Maricultura, Agricultura e Pesca	14/11/2017

FCAM	16/11/2017
Infraestrutura	16/11/2017
Saneamento - SAMAE	17/11/2017
Turismo	20/11/2017
Fundação de Esporte e Cultura	20/11/2017
Desenvolvimento Econômico	20/11/2017
Administração	21, 22 e 23/11/2017
Segurança Pública	24/11/2017
Defesa do Cidadão	24/11/2017

**EXTRATO CONTRATO Nº 222/2017**

Publicação Nº 1422478

EXTRATO CONTRATO Nº 222/2017

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Fornecimento de Equipamentos de Informática nº 222/2017, firmado em 31/10/2017, com a empresa SYSDATA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EM INFORMÁTICA EIRELI – EPP. OBJETO: Contratação de Empresa de Tecnologia de Informação para fornecimento de material e equipamento de informática, conforme Termo de Referência anexo, para atender as necessidades do Setor de Informática na adequação e estrutura da rede, tendo em vista que a capacidade atual de internet não consegue mais suportar a demanda dos serviços administrativos necessários para o devido atendimento ao público, bem como para o cumprimento das demandas administrativas pelos servidores públicos.

AMPARO: art. 57 da Lei nº 8.666/93

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 128/2017

VIGÊNCIA: - 90 dias: 31/10/2017 a 31/01/2018

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "357"- 4.4.90.52.35 e "356" - 3.3.90.30.17.

VALOR: R\$ 15.180,00 (quinze mil e cento e oitenta reais).

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária Municipal de Administração

Pelo Contratado,

SYSDATA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EM INFORMÁTICA EIRELI – EPP.

SÉRGIO LUIS VENDRAMINI

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 227/2017**

Publicação Nº 1422748

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 227/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para pavimentação em blocos de concreto intertravados e sinalização da Rua Walmor Beppler localizado no Bairro São Sebastião, no município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 111.883,96 (cento e onze mil oitocentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos). Data: 07/11/2017.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 228/2017**

Publicação Nº 1422750

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 228/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI – ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para pavimentação em Paver e Sinalização Viária da Rua José Duarte da Silva, localizada no Bairro Pacheco e da Rua Frei Angelo Funger localizado no Bairro Barra do Aririu, no município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 160.205,41 (cento e sessenta mil duzentos e cinco reais e quarenta e um centavos). Data: 07/11/2017.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 229/2017**

Publicação Nº 1422751

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 229/2017– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para drenagem, pavimentação em blocos de concreto intertravados e sinalização da Rua Manuel Carlos Daussen – Trecho 03 localizado no Bairro Caminho Novo, no município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 150.245,88 (cento e cinquenta mil duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Data: 08/11/2017.

**PREGÃO PRESENCIAL 120/2017 - RESULTADO**

Publicação Nº 1422195

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 120/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Abrigo de Passageiro e instalação do mesmo, em madeira e telhado verde, para colocação em diversos locais no município de Palhoça. Instalação em pontos novos e substituição onde os abrigos estejam danificados, através do Sistema de Registro de Preços.

Transcorrido o prazo recursal, a licitante VINICIUS GOEDERT ME não apresentou razões, sendo mantida INABILITADA do certame.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME venceu o certame, totalizando R\$192.119,70 (cento e noventa e dois mil, cento e dezenove reais e setenta centavos).

Palhoça, 08 de novembro de 2017.

**TOMADA DE PREÇO 133 - 2017 EXECUÇÃO PRAÇA**

Publicação Nº 1422326

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 133/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº 133/2017, no dia 07 de dezembro de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução da Praça Conselho Comunitária Vida Melhor, localizada no bairro Ponte do Imaruim neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 08 de novembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****CARTA CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015**

Publicação Nº 1422394

CARTA DE CONVOCAÇÃO E POSSE  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, através de seu Presidente FÁBIO COELHO, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno desta Casa,

Considerando a homologação do resultado do concurso de nº 01/2015 para provimento de vagas do quadro de pessoal dessa Casa, de acordo com a legislação pertinente e as normas previstas no Edital e Anexos, CONVOCA o Candidato KELVIN MEDEIROS DUHART, para nomeação do cargo efetivo de TECNICO LEGISLATIVO, observando as seguintes condições:

**I – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO INTERESSE DA VAGA:**

O Candidato convocado deverá comparecer até o dia 08 de dezembro de 2017, das 13h às 19h, na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani, para entrega dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- c) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- e) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;
- f) Atestado Médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo. O exame médico será realizado por médico indicado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, que poderá se julgar necessário, solicitar ao candidato exames complementares para verificar se o candidato está apto para o exercício do cargo;
- g) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, devidamente registrado no órgão competente;
- h) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Ressalta-se que, se o candidato for ocupante de cargo público inacumulável, deverá apresentar o comprovante do pedido de exoneração desse cargo no ato da posse.
- i) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
- j) 2 fotos 3x4, recentes.

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticados dos documentos relacionados no item anterior.

O Candidato que se apresentar no dia designado, com toda a documentação solicitada tomará posse, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 96/2010, e iniciará suas atividades na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

Palhoça/SC, 08 de novembro de 2017.  
FÁBIO COELHO  
Presidente

**PORTARIA Nº 103/2017**

Publicação Nº 1422589

PORTARIA Nº 103, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º - Fica designado o servidor efetivo MARCOS AURÉLIO COSTA FERREIRA, ocupante do cargo de Agente Legislativo – Especialidade Motorista, como responsável por inserir/manusear/coletar dados no Sistema Betha Frotas.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO  
Presidente

**PROJETO DE LEI 169/2017**

Publicação Nº 1422798

PROJETO DE LEI Nº 169/2017

Dispõe sobre admissão de diplomas de Pós Graduação emitida por instituições de ensino superior regulares de países – membros do MERCOSUL e Portugal para fins de ensino e pesquisa no município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Os diplomas ao nível de graduação, mestrado ou doutorado, expedidos por Instituições de Ensino Superiores devidamente regularizadas em seu País de origem, Estados membros do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), para fins de docência e pesquisa, serão aceitos pelo Município de Palhoça/SC quando demonstrada a compatibilidade da carga horária e do conteúdo programático com os cursos equivalentes em território nacional.

Parágrafo único - A admissão de que trata este artigo se refere desde a qualificação de diplomas para efeito de concursos públicos ou seleção de docentes e pesquisadores no âmbito deste Estado, como também para fins de carreira de ensino e pesquisa.

Art. 2º - Os diplomas de que trata a presente lei produzirão os mesmos efeitos de um diploma de pós-graduação obtido em Instituições de Ensino Superior regular do nosso País, inclusive, quanto ao posicionamento na carreira de cargos e salários de seu detentor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017.

FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI 175/2017**

Publicação Nº 1422792

PROJETO DE LEI Nº 175/2017

Institui no Município de Palhoça o dia Municipal dos Desbravadores.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Palhoça, O "Dia dos Desbravadores."

Parágrafo único. O Dia dos Desbravadores deverá ser comemorado, anualmente, no dia 10 de abril.

Art. 2º Esta lei entra na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017.

FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI 189/2017**

Publicação Nº 1422797

**PROJETO DE LEI Nº 189/2017**

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei Nº 16 de Abril de 1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. - 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16 de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante da presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA	LOCAL	CROQUI	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
Setor 03	Aririú	01	AMC - 3 - Área Mista Central

Art. - 2º A via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. - 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI N. 148/2017**

Publicação Nº 1422789

**PROJETO DE LEI Nº 148/2017**

Dispõe sobre a dispensa do reconhecimento em tabelionatos, das cópias de documentos pessoais, produzidos no Brasil, solicitados pelo Poder Executivo, Legislativo e Autarquias do município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º – Salvo na existência de dúvida fundada quanta à autenticidade e no caso de imposição legal, fica dispensada a exigência de autenticação e reconhecimento de firma, em tabelionatos, das cópias de documentos pessoais, produzidos no Brasil, requeridas pelos órgãos dos Poderes Legislativos e Executivos, bem como, às autarquias municipais, em procedimento administrativo do mencionado órgão autenticador.

Art.2º – Caberá ao servidor público do município confrontar a cópia com o documento original, autenticar a cópia, declarando que 'confere com a original', dispensando uma nova conferência.

Parágrafo Único: A autenticação de que trata o caput deste artigo deverá ser feita com carimbo constando a data, o nome do servidor, a matrícula, a assinatura e órgão ou entidade de lotação do servidor.

Art.3º – Ao verificar, a qualquer tempo, por qualquer servidor público ou cidadão em geral, a falsificação de assinatura em documento público ou da não autenticidade de documento, deverá dar conhecimento do fato à autoridade competente, para instauração de processo administrativo e criminal.

Art.4º – Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI N. 166/2017**

Publicação Nº 1422790

**PROJETO DE LEI Nº 166/2017**

Dispõe sobre a instituição do dia municipal em comemoração à chegada dos espanhóis ao município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído o dia municipal em comemoração à chegada dos espanhóis na Costa do Maciambú, neste município, a ser comemorado anualmente no dia 23 de abril, em referencia ao mês de abril de 1516, quando náufragos da expedição espanhola de Juan Diaz de Soliz desembarcaram nesta costa e integraram-se de forma duradoura às aldeias guaranis daquela região, constituindo-se os primeiros europeus a habitarem o Sul do Brasil.

Art. 2º- A data ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

**SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI 181/2017**

Publicação Nº 1422793

**SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 181/2017.**

Institui a semana municipal de proteção aos animais e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Proteção aos Animais, que será comemorada, anualmente, de 04 a 10 de outubro.

Art. 2º Fica instituído também, em conjunto com a Semana Municipal de Proteção aos Animais, o Dia Municipal do Protetor Animal, a ser comemorado no dia 6 de outubro.

Art. 3º A Semana Municipal de Proteção aos Animais tem como objetivo:

I - estimular atividades de promoção e proteção dos animais;

II - apoiar o munícipe e conscientizá-lo de seu papel como agente de proteção;

III - sensibilizar os diversos segmentos da sociedade para proteção aos animais.

Art. 4º O Poder Executivo, através do órgão competente, promoverá atividades de apoio ao disposto nesta Lei.

Art. 5º A Prefeitura, através das Secretarias Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de defesa do cidadão, poderá estabelecer parcerias com empresas e organizações privadas, para a consecução dos objetivos do artigo 3º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Justificativa

Com a criação da Semana de Proteção aos Animais, o Poder Público poderá, anualmente, na primeira semana de outubro, em conjunto com a sociedade, desenvolver mais intensamente programas e ações visando a vida digna dos animais que compartilham com o ser humano o mesmo ambiente.

Propiciará também a participação dos alunos de escolas sediadas no Município, bem como de organizações não governamentais, em atos que contribuam para a harmonia da vida na natureza.

A proposta em se comemorar a Semana de Proteção aos Animais na primeira semana de outubro prende-se ao fato de que, já consta do calendário de eventos internacionais, no dia 4 de outubro, o Dia Internacional da Ecologia, Dia da Natureza (Brasil) e Dia dos Animais (Brasil) e, no dia 5 de outubro, o Dia Internacional das Aves.

Sala sessões, 05 de Setembro de 2017.

RODRIGO ALVES QUINTINO  
Vereador

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2017

Publicação Nº 1422743

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2017 – Pregão Presencial 11/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PEIXER – COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição condicionadores de ar, necessários para as Unidades de Saúde, salas de vacina e farmácias pois devem estar na temperatura adequada.

DATA: 08/05/2017 à 07/05/2018.

Nome da Empresa: PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME		CNPJ: 07.436.274/0001-77			
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 18.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
3	2,00	UN	AGRATTO acs18qfr4	R\$1.649,0000	R\$3.298,0000
Valor Total		(três mil e duzentos e noventa e oito reais)			R\$3.298,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2017

Publicação Nº 1422745

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2017 – Pregão Presencial 11/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição condicionadores de ar, necessários para as Unidades de Saúde, salas de vacina e farmácias pois devem estar na temperatura adequada.

DATA: 08/05/2017 à 07/05/2018.

Nome da Empresa: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP		CNPJ: 05.368.504/0001-82			
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 12.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
2	5,00	UN	PHILCO PH12000FM	R\$1.229,0000	R\$6.145,0000
Especificação: Conjunto split (parede) 30.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A ou B". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.					
4	2,00	UN	ELGIN HEFI30B2IA / HEFE30B2IA	R\$3.198,0000	R\$6.396,0000
Valor Total		(doze mil e quinhentos e quarenta e um reais)			R\$12.541,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2017

Publicação Nº 1422746

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2017 – Pregão Presencial 11/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Aquisição condicionadores de ar, necessários para as Unidades de Saúde, salas de vacina e farmácias pois devem estar na temperatura adequada.

DATA: 08/05/2017 à 07/05/2018.

Nome da Empresa: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

CNPJ: 17.848.143/0001-50

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 9.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.					
1	15,00	UN	ELGIN - HEQ09B2IA	R\$1.145,0000	R\$17.175,0000
Valor Total		(dezessete mil e cento e setenta e cinco reais)			R\$17.175,00

# Palma Sola

## PREFEITURA

### **AVISO DE LIC. PREGÃO Nº. 38/2017 - LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, TENDAS, PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO E OUTROS**

Publicação Nº 1422071

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 38/2017.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Locação de Palco, Tendas, Sistema Som e Luz, Banheiros Químicos e outros.

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes até às 08:30h do dia 22/11/2017.

Abertura dos envelopes: às 09:00h do dia 22/11/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site [www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 08 de novembro de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA DE SRP Nº 066/2017

Publicação Nº 1421732

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Objeto : Ata de SRP nº 066/2017, referente ao Pregão Presencial nº 066/2017. Objeto: SRP para fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE . Contratadas : MERCADO ODACHOWSKI LTDA – ME no valor de R\$ 145.906,00 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos e seis reais) ; IRMÃOS MARTINS DISTRIBUIDORA LTDA – EPP no valor de R\$ 27.164,00 (vinte e sete mil e cento e sessenta e quatro reais) ; FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA – EPP , no valor de R\$61.632,00 (sessenta e um mil e seiscentos e trinta e dois reais) ; AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA , no valor de R\$50.540,10 (cinquenta mil e quinhentos e quarenta reais e dez centavos) ; LOUDES DEORACKI JANCOSKI , no valor de R\$ 6.700,50 ( seis mil e setecentos reais e cinquenta centavos). Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura. Base legal : 8666/93.

Papanduva, 07 de Novembro de 2017.

Luiz Henrique- Prefeito municipal

# Passos Maia

## PREFEITURA

### LEI N. 799/2017

Publicação Nº 1421794

LEI Nº 799/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente lei:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito deste município, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo Único – Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NF-E o documento emitido e armazenado eletronicamente por intermédio de sistema informatizado do Município, conforme definido em Decreto do Poder Executivo, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 2º – No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente lei o Poder Executivo regulamentará mediante Decreto as normas relativas ao uso e emissão da NF-E em todos os aspectos pertinentes, fixando cronograma para inicialização do seu uso, podendo estipular prazos diversos em face da natureza dos serviços e das circunstâncias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica.

Parágrafo Primeiro – No prazo máximo de um ano a contar da publicação da regulamentação tratada no caput estará vedado o controle físico de notas fiscais no âmbito deste município, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

Parágrafo Segundo – Caso expressamente previsto em regulamento do Poder Executivo, os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NF-E, nos termos de eventual regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passos Maia – SC, 07 de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Secretário Executivo.

**RECURSO MULTAS DE TRANSITO**

Publicação Nº 1422066

**SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 1/2  
Data: 08/11/2017  
Hora: 09:06:33  
Período: 01/01/2017 - 31/12/2017**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 31/01/2017**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	25,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	21,48
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	25,07
<b>Total de recursos recebidos em 31/01/2017:</b>			<b>71,61</b>

**Recursos recebidos em: 31/03/2017**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	754,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	646,79
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	754,58
<b>Total de recursos recebidos em 31/03/2017:</b>			<b>2.155,96</b>

**Recursos recebidos em: 28/04/2017**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	647,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	554,82
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	647,29
<b>Total de recursos recebidos em 28/04/2017:</b>			<b>1.849,40</b>

**Recursos recebidos em: 31/05/2017**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	1.148,53
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	984,46
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	1.148,53
<b>Total de recursos recebidos em 31/05/2017:</b>			<b>3.281,52</b>

**Recursos recebidos em: 30/06/2017**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	274,56
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	274,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	235,33
<b>Total de recursos recebidos em 30/06/2017:</b>			<b>784,44</b>

**Recursos recebidos em: 31/07/2017**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	283,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	243,05
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	283,55
<b>Total de recursos recebidos em 31/07/2017:</b>			<b>810,15</b>

**Recursos recebidos em: 31/08/2017**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	453,80

**SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**  
Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2  
Data: 08/11/2017  
Hora: 09:06:33  
Período: 01/01/2017 - 31/12/2017

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:  
Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 31/08/2017**

Órgão concessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	388,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	453,81
<b>Total de recursos recebidos em 31/08/2017:</b>			<b>1.296,59</b>

**Recursos recebidos em: 29/09/2017**

Órgão concessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Pol. Militar	1.9.1.9.15.01.00.00.00	167,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Multas Pol. Civil	1.9.1.9.15.02.00.00.00	167,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Conv. Trânsito Pref.	1.9.1.9.15.03.00.00.00	143,39
<b>Total de recursos recebidos em 29/09/2017:</b>			<b>477,97</b>

**TOTAL GERAL:**

**10.727,64**

Passos Maia, SC, 08 de Novembro de 2017.

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### DECRETO 49/2017

Publicação Nº 1422134

DECRETO Nº 49/2017

Decreta Luto Oficial

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhe confere no inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial em todo o município, no período de 03 (três) dias, a contar de 08 (oito) de novembro do corrente ano, pelo falecimento do Senhor Cacildo Antônio Geremias.

Art. 2º - Todos os órgãos da administração pública do município manterão Luto Oficial durante o período de que trata o art. 1º desde Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, em 08 de novembro de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 09 de novembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2017 - FMS

Publicação Nº 1422483

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 - FMS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portador do RG 3050371A residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA, estabelecida à Estrada Boa esperança nº. 2320, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, representada, neste ato pelo Sr. Maicon Córdova Pereira, CPF sob o nº. 015.886.939-70, Cargo/Função procurador legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 20/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais e equipamentos para instalações da Unidade Básica de Saúde Animal da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 1437/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/equipamentos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL DO ITEM
------	---------------------------	-----------------	------	----------------	----------------------

24	Autoclave de 21 litros, - Placa eletrônica com micro controlador; Paineis frontal com teclas de acionamento das funções, indicadores visuais e sonoros; Manômetro com escalas de pressão e temperatura; Ciclo de trabalho automático; Secagem com porta entreaberta; 02 Ciclos de esterilização; 01 Ciclo de secagem extra; Termostato de segurança para proteção da resistência e sobre aquecimento da câmara; Sensor para fechamento de porta; Sensor de pressão; Válvulas de segurança (anti-vácuo e sobre pressão); Abastecimento de água manual 350ml; Anel de vedação da porta em silicone; Válvula solenoide para saída de pressão; Puxador ergonômico; Porta com fechamento através de trava; - Câmara em aço inoxidável, revestida com material isolante ao calor; - 03 Bandejas e suporte confeccionados em aço inoxidável; Carenagem da porta em plástico resistente; Gabinete em aço carbono, com pintura lisa a base de epóxi com tratamento fosfatizado; - Fusível de proteção para sobre corrente. Câmara de Esterilização: Inox ASI 304; Capacidade da Câmara: 21 litros ; Diâmetro 235 mm; Comprimento: 500 mm Voltagem: 127 (Volts); Frequência (Hertz): 50 Hz; Potência:1700 (Watts); Corrente Nominal: 127V / 19A (Ampéres); Consumo: 0,68 (KW / Ciclo); Fusível (Ampéres): 127V / 15A; Temperatura de trabalho: 121 (°C ± 2°C): 131-134 Pressão de Trabalho: 1,2 (Kgf/cm² ± 0,2 Kgf /cm²): 2,1-2,3; Peso Líquido (Kg): 27,5 Peso Bruto (Kg): 33; Medidas Gabinete: 365mm Altura x 352mm Largura x 645 mm; Comprimento Câmara de Esterilização: Inox ASI 304; Capacidade da Câmara: 21 litros; Diâmetro 235 mm; Comprimento: 500 mm Voltagem: 127 (Volts); Frequência (Hertz): 50 Hz;; Potência:1700 (Watts); Corrente Nominal: 127V / 19A (Ampéres); Consumo: 0,68 (KW / Ciclo); Fusível (Ampéres): 127V / 15ª 220 (Volts); Frequência (Hertz): 50 Hz; Potência:1200 (Watts); Corrente Nominal: 127V / 5,5A (Ampéres); Consumo: 0,68 (KW / Ciclo); Fusível (Ampéres): 127V / 15ª; Temperatura de trabalho: 121 (°C ± 2°C): 131-134; Pressão de Trabalho: 1,2 (Kgf/cm² ± 0,2 Kgf /cm²): 2,1-2,3; Peso Líquido (Kg): 27,5 KG; Peso Bruto (Kg): 33; Medidas Gabinete: 365mm Altura x 352mm Largura x 645mm Comprimento.	UN	1	R\$ 3.175,00	R\$ 3.175,00
TOTAL GERAL					R\$ 3.175,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pelo órgão requisitante, no prazo de até 7 (sete) dias.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/equipamentos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais/equipamentos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

- II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - a falta dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável requisitante.
- 9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 07 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL Contratante

ALTERMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA Maicon Córdova Pereira  
FORNECEDORA

**T E S T E M U N H A S**

Nome: Nome:  
C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração  
De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Geral

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2017 - FMS**

Publicação Nº 1422484

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 - FMS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portador do RG 3050371A residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO LTDA, estabelecida à Estrada Boa esperança nº. 1918, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.157.032/0001-22, representada, neste ato pelo Sr. Sandro Fabio Girardi, CPF sob o nº. 806.811.159-04, Cargo/Função procurador legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 20/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais e equipamentos para instalações da Unidade Básica de Saúde Animal da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 1437/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/equipamentos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL DO ITEM
4	Mesa de Cirurgia, com medidas: (CxL) 120x70cm; tampo em aço inoxidável; pés em ferro com pintura eletrostática com regulagem de altura; deve vir acompanhado de suporte de soro zincado e balde de alumínio.	UN	1	R\$ 561,00	R\$ 561,00
10	Laringoscópio, em aço inoxidável com 4 lâminas curvas.	UN	1	R\$ 412,49	R\$ 412,49
14	Cabo de bisturi nº3	UN	30	R\$ 8,33	R\$ 249,90
15	Pinça kelly hemostática curva 16cm	UN	90	R\$ 25,80	R\$ 2.322,00
19	Pinça anatomica dente de rato	UN	30	R\$ 9,90	R\$ 297,00
20	Tesoura curva romba fina	UN	30	R\$ 18,54	R\$ 556,20
TOTAL GERAL					R\$ 4.398,59

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pelo órgão requisitante, no prazo de até 7 (sete) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/equipamentos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais/equipamentos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII – manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável requisitante.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 07 de novembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL Contratante

METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO LTDA Sandro Fabio Girardi  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração  
De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Geral

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2017 - FMS**

Publicação Nº 1422486

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 - FMS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portador do RG 3050371A residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-EPP, estabelecida à Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich nº. 1541, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.537.945/0001-05, representada, neste ato pela Sra. Maria Evani Pereira, CPF sob o nº. 902.194.499-53, Cargo/Função administradora, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 20/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais e equipamentos para instalações da Unidade Básica de Saúde Animal da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 1437/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/equipamentos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL DO ITEM
5	Foco auxiliar simples com pescoço articulável e altura até 200cm. Para lâmpada comum, halógena ou led.	UN	1	R\$ 228,90	R\$ 228,90
7	Armário vitrine, com estrutura e fundo de ferro esmaltado, com vidro frontal, nas laterais e 2 prateleiras. Medidas (A/C/L): 150x50x-40cm	UN	2	R\$ 684,90	R\$ 1.369,80
9	Cilindro de oxigênio 5 litros completo, sendo 02 cilindros para O2 em aço carbono, com válvula padrão do cilindro; válvula reguladora; carrinho; fluxômetro; umidificador com reservatório de 250ml e máscara veterinária.	UN	1	R\$ 1.098,90	R\$ 1.098,90
12	Ambu (Reanimador manual)	UN	1	R\$ 139,80	R\$ 139,80
13	Pinça backaus 10cm	UN	60	R\$ 26,10	R\$ 1.566,00
18	Porta agulha mayo hegar	UN	30	R\$ 22,48	R\$ 674,40

25	Lavadora ultrassônica de pinças: Display digital e teclado membrana; Temporizador com 5 ciclos pré-programados (90s - 180s - 280s - 380s - 480s); Sistema de aquecimento do líquido; Alta frequência ultrassônica de 42.000 Hz; Tampa removível e transparente; Cuba em aço inox.; Dimensões externas: Comprimento: 34cm Largura: 25,5cm Altura: 22,5cm; Dimensões cuba de inox: Comprimento: 26,4cm Largura: 16,4cm Altura: 8cm; Peso Líquido: 2,50 Kg; Peso Bruto: 3,00 Kg; Volume total do tanque: 2,6 L; Voltagem: 110V ou 220V; Frequência: 50/60 Hz; Potência de entrada: 170W (220V), 160W (127V); Temporizador pré-programado: 90s-180s-280s -380s-480s; Temperatura máxima de aquecimento da água: 65°C; Temperatura ambiente de trabalho: 15°C a 40°C.	UN	1	R\$ 681,00	R\$ 681,00
TOTAL GERAL					R\$ 5.758,80

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pelo órgão requisitante, no prazo de até 7 (sete) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/equipamentos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais/equipamentos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII – manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR****7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:**

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:****8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:**

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável requisitante.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.****12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:**

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias,

tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 07 de novembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL Contratante

SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-EPP Maria Evani Pereira  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2017 - FMS**

Publicação Nº 1422715

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços

**ANEXO IV**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE PRODUTOS PARA REALIZAÇÃO DE "COFFEE BREAK".

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portador do RG 3050371A residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ....., estabelecida à ..... nº\_ ....., na cidade de ....., Estado de ..... , inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., representada, neste ato pelo Sr. ...., CPF sob o nº\_ ....., Cargo/Função ....., doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº .../2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futuro fornecimento de produtos para realização de "coffee break" para atender necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação 322/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de até 2 (duas) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. A empresa deverá realizar o fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade, nas datas, locais e horários determinados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega dos produtos até o local indicado na Autorização de Fornecimento, após o pedido, obedecendo o horário e o local.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega do objeto será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 2 (duas) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência

das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:  
I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, ... de .... de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2017 - PMP**

Publicação Nº 1422491

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017 - PMP  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017 - PMP  
 Sistema de Registro de Preços

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa EMBALA TUDO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI-ME., estabelecida à Rua Carlos de Laet, nº. 6615, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.993.669/0001-73, representada, neste ato pelo Sr. Fábio de Oliveira de Souza, CPF sob o nº. 034.129.049-10, Cargo/Função procurador legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 053/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de limpeza (sacos para lixo) para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 893/2017, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE Un.	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
2	SACO PARA LIXO CAPACIDADE 150 LITROS. CONFECCIONADOS COM RESINA TERMOPLÁSTICA RECICLADA. DEVERÃO APRESENTAR CONTINUIDADE, HOMOGENEIDADE E UNIFORMIDADE DA SOLDA - INDÍCIOS QUE O PRODUTO NÃO APRESENTA PROBLEMAS DE VAZAMENTO. DEVERÃO APRESENTAR FACILIDADE DE SEPARAÇÃO E ABERTURA DAS UNIDADES SEM PROVOCAR DANOS AO SACO. DESCRIÇÃO DO OBJETO: REFORÇADO, DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 90 CM DE LARGURA X 105 CM DE ALTURA. MICRAGEM MÍNIMA: 12 MICRAS. COR PRETA, DEVENDO MANTER UMA UNIFORMIDADE (A COR DO SACO DE LIXO DEVE DIFÍCULTAR A VISUALIZAÇÃO DO SEU CONTEÚDO), O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODORES DESAGRADÁVEL. PESO DE NO MÍNIMO 100 GRAMAS POR UNIDADE. VARIAÇÃO DE ATÉ 8% NA ESPESSURA E NO PESO. EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES. CADA EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE/ FORNECEDOR E CÓDIGO DE NOME DO PRODUTO E AS MEDIDAS. COMPOSIÇÃO 98% POLIETILENO E 2% PIGMENTOS. APRESENTAR AMOSTRA	PCT	500	R\$ 54,90	R\$ 27.450,00
TOTAL GERAL				R\$ 27.450,00	

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários

informados pelo órgão requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do material dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manterem durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável requisitante.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que

devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula

Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 08 de novembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

EMBALA TUDO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI-ME Fábio de Oliveira de Souza

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2017 - PMP

Publicação Nº 1422488

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa LIMPEX-CEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA., estabelecida à Rua Hervino Hanemann, nº. 535, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina,

inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.483.630/0001-03, representada, neste ato pelo Sr. Antonio Geraldo Klein, CPF sob o nº. 248.809.579-68, Cargo/Função procurador legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 053/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de limpeza (sacos para lixo) para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 893/2017, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE Un.	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1	SACO PARA LIXO CAPACIDADE 100 LITROS: CONFECCIONADOS COM RESINA TERMOPLÁSTICA RECICLADA. DEVERÃO APRESENTAR CONTINUIDADE, HOMOGENEIDADE E UNIFORMIDADE DA SOLDA - INDÍCIOS QUE O PRODUTO NÃO APRESENTA PROBLEMAS DE VAZAMENTO. DEVERÃO APRESENTAR FACILIDADE DE SEPARAÇÃO E ABERTURA DAS UNIDADES SEM PROVOCAR DANOS AO SACO. DESCRIÇÃO DO OBJETO: REFORÇADO, DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 70 CM DE LARGURA X 90 CM DE ALTURA. MICRAGEM MÍNIMA: 10 MICRAS. COR PRETA, DEVENDO MANTER UMA UNIFORMIDADE (A COR DO SACO DE LIXO DEVE DIFÍCULTAR A VISUALIZAÇÃO DO SEU CONTEÚDO), O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODORES DESAGRADÁVEL. PESO DE NO MÍNIMO 70 GRAMAS POR UNIDADE. VARIAÇÃO DE ATÉ 8% NA ESPESSURA E NO PESO. EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES. CADA EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE/ FORNECEDOR E CÓDIGO DE NOME DO PRODUTO E AS MEDIDAS. COMPOSIÇÃO 98% POLIETILENO E 2% PIGMENTOS. APRESENTAR AMOSTRA.	PCT	500	R\$ 32,39	R\$ 16.195,00
TOTAL GERAL				R\$ 16.195,00	

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pelo órgão requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do material dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no

- Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - a falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI – substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manterem durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável requisitante.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro

de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 08 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA Antônio Geraldo Klein  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:  
C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração  
De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Geral

#### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2017-PMP**

Publicação Nº 1422308

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO 085/2017 – PMP  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2017 –PMP

Contrato: 159/2017 - PMP

Contratado: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL

Objeto: Contratação da Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul – FAEPESUL, para realização de consultoria técnica para desenvolvimento de Programa de Formação Continuada de professores, coordenadores pedagógicos, equipe técnica pedagógica e diretores de escola da Rede Municipal de Ensino com carga horária de 360 horas, conforme cronograma da Secretaria de Educação e Cultura e solicitação nº 1137/2017, parte integrante do Processo de Dispensa de Licitação.

Valor: R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais).

Dotação Orçamentária: Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura. Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino. Projeto/Atividade: 12.365.0009.2.023 - Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental. Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0611 - Aplicações Diretas (74)

Vigência: 12 (doze) meses

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Penha/SC, 07 de novembro de 2017.

TARCÍSIO DOS SANTOS JÚNIOR - FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

#### **ERRATA EDITAL PREGAO PRESENCIAL Nº 61/2017 - PMP**

Publicação Nº 1422332

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017 - PMP

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de tampas com PV de ferro para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 1051/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Considerando Comunicação Interna nº 754/2017 da Secretaria de Serviços Urbanos do município, e, considerando que a presente errata

busca exatamente ampliar a competitividade do certame, não afetando a formulação de proposta pelos licitantes interessados na participação, a teor do que determina o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, segue retificação de especificação do item do edital:

ONDE SE LÊ:

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR R\$ TOTAL ESTIMADO
1	TAMPA COM PV DE FERRO	TAMPA DE PV 1,00 X 1,00 X 0,15	UN	100	R\$ 1.068,33	R\$ 106.833,00
TO-TAL						R\$ 106.833,00

LEIA-SE:

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR R\$ TOTAL ESTIMADO
1	TAMPA COM PV DE FERRO	KIT LAJE CONTENDO 1,00 X 1,00 X 0,15 M COM TAMPA DE PV DE FERRO FUNDIDO MODELO D400 (40T.) CONFORME ESPECIFICAÇÃO DESCRITA NA ABNT NBR 10160.	UN	100	R\$ 1.068,33	R\$ 106.833,00
TOTAL						R\$ 106.833,00

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital, inclusive as datas de entrega dos envelopes e data de abertura do certame.

Publique-se.

Penha, 08 de novembro de 2017.

LEANDRO DE LIMA BORBA  
Pregoeiro Oficial

## ERRATA EDITAL PREGAO PRESENCIAL Nº 62/2017 - PMP

Publicação Nº 1422331

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 - PMP

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de móveis, utensílios de cozinha e eletrodomésticos que serão destinados às Unidades Escolares, Centros de Educação Infantil, Escola de Jovens e Adultos e Secretaria de Educação e Cultura do Município Penha/SC, conforme solicitação nº 1073/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Considerando Comunicação Interna nº 85/2017 da Secretaria de Educação do município, e, considerando que a presente errata busca exatamente ampliar a competitividade do certame, não afetando a formulação de proposta pelos licitantes interessados na participação, a teor do que determina o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, segue retificação de especificação do item do edital:

ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO GLOBAL ESTIMADO
23	Caminha Empilhável com pés articuláveis: dimensões: 1250mm x 590mm x 120mm. Descrição: consiste em 2 (duas) cabeceiras produzidas em polipropileno copolímero de alto impacto, 8 (oito) borrachas antiderrapantes. Contém dois pés articuláveis localizados na parte central. Possui 2 (dois) tubos oblongos 16x30 em aço. Tela "vazada" com sistema de ventilação, em tecido 100% poliéster empastada com PVC. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, do impacto IZOD em material polimérico das cabeceiras e pés de apoio articulável da caminha Empilhável com resistência média ao impacto igual ou maior que 84,4 j/m. Sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de "presilha" e parafusos para plástico. Faixa etária: 2 (dois) a 5(cinco) anos, até 55 Kg Apresentar folder/prospecto do produto.	UN	700	R\$ 286,58	R\$ 200.606,00

## LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO GLOBAL ESTIMADO
23	Caminha Empilhável: dimensões mínimas: comprimento de 1250mm até 1380mm x largura de 560mm até 590mm x altura de 120mm até 140mm. Descrição: consiste em 2 (duas) cabeceiras produzidas em polipropileno copolímero de alto impacto, pés de borrachas antiderrapantes. Possui 2 (dois) tubos oblongos em aço ou alumínio. Tela "vazada" com sistema de ventilação, em tecido 100% poliéster empastada com PVC. Apresentar na proposta relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, do impacto IZOD em material polimérico das cabeceiras e pés de apoio articulável da caminha Empilhável com resistência média ao impacto igual ou maior que 84,4 j/m. Sistema de fixação entre cabeceira/tela, através de "presilha" e parafusos para plástico ou encaixe. Faixa etária: 2 (dois) a 7(sete) anos, até 50 Kg.	UN	700	R\$ 286,58	R\$ 200.606,00

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital, inclusive as datas de entrega dos envelopes e data de abertura do certame.

Publique-se.

Penha, 08 de novembro de 2017.

LEANDRO DE LIMA BORBA  
Pregoeiro Oficial

# Peritiba

## PREFEITURA

### DECRETO 156/2017

Publicação Nº 1422527

DECRETO N.º 156/2017  
NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2017

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009.

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 94/2017 Pregão Presencial nº 42/2017, aquisição de material escolar para o ano letivo de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados para acompanhar os trabalhos de análise de amostras referentes ao Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

- CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA
- IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT
- LUANA CAROLINA SCHARDONG
- LUCIANA NILSON
- MARILUCI SORDI KLEIN

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto ou individualmente terão poderes para aprovar ou rejeitar os produtos amostrados conforme critérios usuais de mercado e conhecimento do uso destes produtos sem que caiba recurso ao fornecedor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 25 de Outubro de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 25/Outubro/2017.

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### DECRETO 157/2017

Publicação Nº 1422530

DECRETO N.º 157/2017  
NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2017

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009.

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 100/2017 Pregão Presencial nº 45/2017, REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de cestas básica, fraldas e leite integral a serem distribuídas para famílias carentes do Município de Peritiba com base em pareceres da assistência social (FMAS/CRAS), seguindo as prerrogativas da lei 1732/2009.

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados para acompanhar os trabalhos de análise de amostras referentes ao Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

- IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT
- NERCIA MÉRI SGANZERLA
- NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto ou individualmente terão poderes para aprovar ou rejeitar os produtos amostrados conforme critérios usuais de mercado e conhecimento do uso destes produtos sem que caiba recurso ao fornecedor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 25 de Outubro de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 25/Outubro/2017.

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### DECRETO 158/2017

Publicação Nº 1422531

DECRETO N.º 158/2017  
NOMEIA, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO SERVIDOR APROVADO  
EM CONCURSO PÚBLICO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Título I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Capítulo II – DO INGRESSO DO SERVIDOR PÚBLICO, Seção V – DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, Artigo 19 e 20, da Lei n.º 1223 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 02 de dezembro de 1999).

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir de 06/11/2017, em ESTÁGIO PROBATÓRIO, o Senhor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL, aprovado no Concurso Público n.º 01/2017, para exercer o cargo de Provedor Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", com carga horária de 44 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 39/2012 de 21 de Setembro de 2012.

Parágrafo Único: O contratado prestará serviço na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º Nos termos da Lei 9.717 de 27/11/98 normatizada pela portaria 4.992 de 02/02/99, contribui para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 06 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 06/Novembro/2017.

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

#### TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, no Gabinete da Prefeita, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu o cidadão JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL, com 23 anos de idade, filho de Pedro Antunes Maciel e Marise Teresa Turatto Maciel, admitido pelo Decreto n.º 158/2017, de 06/11/2017, para desempenhar o cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", com carga horária de 44 horas semanais, habilitado em Concurso Público de Edital nº 01/2017, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante a Prefeita Municipal, Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pelo Compromissado e pela Prefeita Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 06 do mês de Novembro de 2017.

JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL  
Compromissado

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

#### DECRETO 159/2017

Publicação Nº 1422534

DECRETO N.º 159/2017  
NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2017

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009.

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 101/2017 Pregão Presencial nº 46/2017, REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais e produtos para desenvolvimento de atividade pedagógicas, projetos, oficinas e campanhas em saúde, educação etc.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados para acompanhar os trabalhos de análise de amostras referentes ao Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

- ALEXANDRA BRESAN BOLL
- CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA
- HELENA MARIA FINGER KOPSELL
- IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT
- LUANA CAROLINA SCHARDONG
- LUCIANA NILSON
- ROSANA VALCARENGHI

- MARLENE KLEIN

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto ou individualmente terão poderes para aprovar ou rejeitar os produtos amostrados conforme critérios usuais de mercado e conhecimento do uso destes produtos sem que caiba recurso ao fornecedor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 06 de Novembro de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 06/Novembro/2017.

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

#### PORTARIA 554/2017

Publicação Nº 1422538

PORTARIA N.º 554/2017

REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1.º Revogar a partir de 01 de Novembro de 2017, a servidora IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de PSICOLOGA, Grupo 5, Nível 4, Classe "C", a função gratificada de CHEFE DE SESSÃO FG- 1, do respectivo vencimento.

Art. 2.º Ficando revogada a Portaria nº 466/2017 de 05 de Setembro de 2017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 31 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos  
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em  
31/Outubro/2017

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

#### PORTARIA 555/2017

Publicação Nº 1422542

PORTARIA Nº 555/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, Afastamento Para

Tratamento de Saúde, no dia 27 de Outubro de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 31 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 556/2017

Publicação Nº 1422543

PORTARIA Nº 556/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, Grupo 2, Nível 3, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 31 de Outubro de 2017 até as 13:53horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 31 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 557/2017

Publicação Nº 1422548

PORTARIA Nº 557/2017  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora REGINA INES BRAND ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM COMPRAS, Grupo 2, Nível 6, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 01/11 a 30/11/2017, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 31 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 558/2017

Publicação Nº 1422549

PORTARIA Nº 558/2017  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "D", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 01/11 a 30/11/2017, relativo ao período aquisitivo de 16/02/2016 a 15/02/2017, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 31 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 559/2017

Publicação Nº 1422551

PORTARIA Nº 559/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LILIAN ANDREA DE CAMARGO RAUBER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 31 de Outubro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-SE E Publique-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 31 de Outubro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/Outubro/2017	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 560/2017

Publicação Nº 1422554

PORTARIA Nº 560/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIELY CASADEI LEMKE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 01 de Novembro de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção

II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-SE E Publique-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 01 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 561/2017

Publicação Nº 1422556

PORTARIA N.º 561/2017  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012, de 21 de Setembro de 2012 que DEFINE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, QUADRO DE PESSOAL, MATÉRIA CORRELATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica concedido, a Servidora LIZIANE KLEIN GAERTNER, Presidente da Comissão Permanente de Licitações gratificação de 35% conforme Art. 16, Parágrafo Único da LC nº 39/2012.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-SE E Publique-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 01 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 562/2017

Publicação Nº 1422557

PORTARIA Nº 562/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CLECI REITEL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 06 de Novembro de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 563/2017

Publicação Nº 1422558

PORTARIA Nº 563/2017  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor FABIO JÚNIOR SORDI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, férias dos dias 06 a 21 de Novembro de 2017, sendo que o período de gozo de férias refere-se a Portaria 32/2017 CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 06 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 564/2017

Publicação Nº 1422559

PORTARIA Nº 564/2017  
CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o

Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e artigo 65, Inciso XVI, da Lei Complementar n.º 39/2012, de 21 de Setembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL, ocupante das funções do cargo de Operador de Máquinas, adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei. Com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Medicina e Segurança no Trabalho, contratada pelo Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 565/2017

Publicação Nº 1422560

PORTARIA Nº 565/2017  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora PAULA ROBERTA GERHARDT DEITOS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 08 de Novembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 566/2017**

Publicação Nº 1422561

PORTARIA Nº 566/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSIANE GRACIELI ERNZEN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 08 e 09 de Novembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 567/2017**

Publicação Nº 1422563

PORTARIA Nº 567/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CARINA PAULA HACK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 08 Novembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 568/2017**

Publicação Nº 1422565

PORTARIA Nº 568/2017  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RODRIGO FABIANO RUPPENTHAL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 08 de Novembro de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Novembro de 2017.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/novembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 311, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422851

DECRETO Nº 311, de 08 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO À VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, da Lei nº 163, de 20 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Sec. De Agrc., Pecuária, Turis e M. Amb.
UNIDADE	01	Sec. De Agrc., Pecuária, Turis e M. Amb.
FUNÇÃO	20	Agricultura
PROGRAMA	08	Gestão do Pequeno Produtor Assistido
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
RECURSO	00	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção Sec. De Agrc., Pecuária, Turis e M. Amb.
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	125	

Valor R\$ 100.000,00 (Cento mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 163, de 20 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 08 de Novembro de 2017.  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### EDITAL Nº 01/2017 EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2018

Publicação Nº 1422060

EDITAL Nº 01/2017

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2018

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Pescaria Brava -SC (CMDI), no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme preconizado na Lei municipal Nº COLOCAR NÚMERO de PESCARIA BRAVA-SC de 25/08/2017 e decreto Nº 307 de 24/10/2017, e divulga processo de seleção de projetos voltados ao idoso para organizações governamentais e não governamentais.

1.2. O projeto aprovado será firmado mediante Convênio para entidades Não-Governamentais, auxílio ou subvenção com recursos do FI (Fundo do Idoso), devendo a instituição proponente apresentar projeto, expondo como a organização atuará, conforme o presente edital.

1.3. Fazem parte deste edital:

a) Anexo I – Resolução Nº 19 de 27/06/2012 Fundo Nacional do Idoso;

b) Anexo II – Projeto de Lei Nº COLOCAR NÚMERO de 25/08/2017;

c) Anexo III – Decreto Nº 307 de 24/10/2017;

1.4. Não poderão participar:

a) Proponentes que estiverem com pendências relativas à prestação de contas ou com contas reprovadas em quaisquer convênios firmados anteriormente com o Fundo do Idoso;

b) Instituições públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio;

c) Pessoas físicas;

d) Pessoas Jurídicas com menos de 2 (dois) anos de abertura e/ou fora de fora do estado de Santa Catarina;

e) Instituição ou entidade que não comprove experiência em projetos anteriores;

1.4.1. As entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com o município, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

a) Omissão no dever de prestar contas;

b) Descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

c) Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

d) Ocorrência de danos ao Erário; ou

e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

2 – OBJETIVO

2.1. Selecionar projetos de cunho social, inovadores para a instituição e para a comunidade, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades governamentais e não governamentais e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento do idoso.

3 – DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal Dos Direitos do Idoso de Pescaria Brava.

3.2. As instituições poderão apresentar mais de um projeto.

3.3. Havendo recursos no FI, outros projetos poderão ser financiados, obedecendo o critério de prioridade estabelecido pelo CMDI.

#### 4 – DAS DIRETRIZES

4.1. O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das seguintes diretrizes de políticas públicas do Conselho Nacional do Idoso (CNDI).

4.2. Todos os projetos devem estar direcionados para o município de Pescaria Brava.

4.3. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda; pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política do idoso. E ainda, não serão financiados projetos com prazo de execução superior a 24 meses.

4.4. Em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas tais como:

- a) pessoal permanente da conveniente;
- b) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- c) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- d) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- e) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- f) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;
- g) pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- h) estagiários, se constatada a contratação de mão-de-obra indireta que não guarde estrita vinculação com o projeto;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) obrigações trabalhistas e previdenciárias de responsabilidade de contratantes de serviços de terceiros e
- k) outras despesas não autorizadas pela legislação.

#### 5 – TERMO DE COMPROMISSO

5.1. A instituição proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

5.2 A Contemplada firmará termo de compromisso de divulgação da parceria entre o programa governamental e o CMDI/FI, por meio de declaração. Devendo ainda:

5.2.1. Incluir a logomarca do FI e do CMDI em todos os materiais de divulgação do projeto, sejam físicos e eletrônicos.

5.2.2. Deverá entregar/enviar exemplar deste material ao CMDI para aprovação de um dos membros do conselho, afim de comprovar o entendimento desta cláusula.

5.2.3. Em qualquer evento relativo ao Projeto deverá divulgar amplamente que o projeto foi contemplado com recursos do FI, e o CMDI deverá ser oficiado e atualizado a respeito para que possa enviar representante afim de acompanhar o andamento do projeto.

5.2.4. Os equipamentos, figurinos, uniformes, materiais impressos adquiridos com recursos do FI, devem ter a logomarca do CMDI impressa e/ou adesivada.

5.3. A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

#### 6 – REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

6.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### 7 – REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

7.1. Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições que atendam aos seguintes requisitos:

I – Ter no mínimo 2 (dois) anos de registro;

II – Estar em dia com todas as obrigações junto ao município, tais quais alvarás de funcionamento, sanitário, quando necessário, as demais taxas e impostos;

#### 8 – INSCRIÇÃO

8.1. As instituições interessadas em participar do processo de seleção, deverão protocolar por ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), sito ENDEREÇO DO CMDI DE PESCARIA BRAVA-SC, no período de 10 de novembro 24 de novembro de 2017, devendo atender:

I. A descrição do projeto deverá ser entregue em cópia FÍSICA devidamente identificada, encadernada e assinada pelo responsável legal, pelo programa governamental ou entidade não governamental e em mídia eletrônica (CD, DVD, pen drive - em extensão “.doc” / “.odt” / “.pdf”). A ausência da mídia eletrônica inabilita o projeto.

II. Os documentos deverão ser protocolados em envelope fechado identificado conforme modelo abaixo:

EDITAL 001/2017/CMDI FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
---

Proponente:
-------------

Nome do Projeto:
------------------

III. Os projetos que preveem aquisição de bens materiais, mão de obra, transportes (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletro portáteis, instrumentos musicais, entre outros), deverão apresentar, no mínimo 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações.

§1º. Os anexos I, II e III devem estar junto ao projeto, contendo assinatura em todos, como forma de tomar conhecimento de sua leitura e entendimento das normas.

8.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax ou por correio.

8.3. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de 48h (quarenta e oito horas) para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

#### 9 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

9.1. O CMDI analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade dos proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

I. Habilitação com abertura das propostas e seleção dos projetos entre os dias 10 de novembro a 24 de novembro de 2017, de modo a verificar os requisitos deste edital.

II. Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso até 24 de novembro.

III. Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDI, até 30 de novembro de 2017, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste edital;

9.2. Havendo projeto de alguma instituição e/ou entidade que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido de avaliar e de votar sobre o seu projeto.

9.3. As instituições e/ou entidades cujos projetos sejam aprovados serão oficializadas, por e-mail ou telefone registrados no ato de inscrição, pelo CMDI e terão prazo de até sete dias úteis a contar

da aprovação para protocolar todos os documentos necessários ao convênio.

9.3.1 Todos os documentos deverão estar organizados de acordo e na sequência indicada na relação de documentos.

9.4. É de inteira responsabilidade das instituições e/ou entidades proponentes o cumprimento dos prazos estabelecidos neste edital, sob pena de não recebimento dos projetos e/ou não encaminhamento para convênio.

9.5. Os critérios de avaliação são:

I. Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema/diretriz; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados; quantidade de atendimentos.

II. Impacto social da iniciativa benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos do Idoso e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade.

9.7. O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram.

#### 10 – ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO:

10.1. O projeto deverá conter os seguintes campos:

- a) Objetivo;
- b) Justificativa;
- c) Orçamento;

#### 11 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. O resultado da seleção estará disponível na página da prefeitura municipal de Pescaria Brava presente no seguinte endereço de Web:

<http://www.pescariabrava.sc.gov.br>

11.2. Os proponentes também serão notificados por e-mail sobre a aprovação de seu projeto.

11.3. Os projetos/instituições vencedoras poderão receber a importância a eles destinados em parcelas ou cotas depositadas em conta bancária exclusiva em nome do projeto.

#### 12 – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONVÊNIO/SUBVENÇÃO

12.1. A partir da divulgação da aprovação do projeto, impreterivelmente a instituição e/ou entidade terão 7 (sete) dias úteis, para protocolar a seguinte documentação por ofício junto ao CMDI.

a) uma cópia do projeto em sua versão final aprovada pelo CMDI, em forma física e digital (na forma digital, o documento deverá estar em PDF, formato fechado contendo em todas as folhas a assinatura do responsável).

12.2. As entidades que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido, perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital.

12.3. Se houver necessidade nova documentação poderá ser requerida a entidade.

#### 13 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. Os projetos selecionados devem prestar contas junto ao CMDI, até quarenta e cinco dias após a conclusão do projeto.

13.2. A prestação de contas será analisada pelo CMDI e quando solicitado por este, poderão sem aviso prévio, e a qualquer tempo fazer diligências ou solicitar informações para verificar a execução do projeto.

13.3. Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto.

13.4. Desde já, as entidades beneficiadas concordam que todos os cidadãos e ou empresas interessadas, poderão acompanhar o desenvolvimento e execução dos projetos financiados com recursos do FI.

#### 14 – CRONOGRAMA/PRAZOS

Etapas Prazo

I - Lançamento do Edital 10/11/2017;

II - Protocolo dos projetos no CMDI de 10 a 24/11/2017;

III - Análise pelo CMDI até 28/11/2017;

IV - Divulgação dos resultados/projetos escolhidos até 30/11/2017;

V - Entrega da documentação do convênio/subvenção (Até 07 (sete) dias úteis após a aprovação).

#### 15 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

15.1. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação do candidato.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDI, bem como as decisões sobre seleção dos projetos serão irrecorríveis.

15.3. Não serão aceitos orçamentos de produtos ofertados em promoções. Porém, após assinatura de convênio não há objeção a compra de produtos em promoção desde que atenda as especificações do objeto aprovado pelo CMDI.

Raquel Cardoso dos Santos

Presidente do CMDI

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### ATO AVISO DE LICITAÇÃO ATO PREGÃO PRESENCIAL 080/2017

Publicação Nº 1422176

MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

ATO PREGÃO PRESENCIAL 080/2017

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27/11/2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 080/2017, visando a contratação de fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração de lanche para a noite natalina. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 27/11/2017, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 08:30hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 365/2017

Publicação Nº 1422035

CONTRATO Nº 365/2017

Termo de Contrato de IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ANTIGRANIZO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AGF - ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA ME, autorizado através do Processo n. 301/2017, Licitação n. 0012IL2017, modalidade Inexigibilidade.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: AGF - ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA ME

CNPJ-MF nº 03.910.392/0001-14

Endereço: RODOVIA SC 453, S/N, INTERIOR,

Lebon Régis-Santa Catarina – CEP 89.515-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Inexigibilidade nº 0012IL2017, datado de 18/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ANTIGRANIZO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ANTIGRANIZO	un	12	5.239,18	62.870,16

TOTAL CONTRATADO R\$ 62.870,16 (sessenta e dois mil e oitocentos e setenta reais e dezesseis centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias 2017/2018:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20 - Agricultura

606 - Extensão Rural

20 - Assistência Ao Produtor Rural

**2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA**

244 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término com a finalização do pagamento em 30/09/2018..

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 0012IL2017 – modalidade Inexigibilidade, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 18 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

AGF - ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA ME

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS N. 372/2017

Publicação Nº 1421759

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS N. 372/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE BOMBONS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SUPERMERCADO MINIBOX LTDA - ME, autorizado através do Processo n. 309/2017, Licitação n. 201DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: SUPERMERCADO MINIBOX LTDA - ME  
CNPJ-MF nº 07.256.016/0001-09  
Endereço: RUA FLORENTINO NEIS, 50, CENTRO,  
Pinheiro Preto-Santa Catarina – CEP 89.570-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 201DL2017, datado de 25/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE BOMBONS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	31913 - CAIXA DE BOMBOM	un	480	8,00	3.840,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.840,00 (três mil e oitocentos e quarenta reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
13 - Cultura  
392 - Difusão Cultural  
13 - Desenvolvimento Cultural  
2.36 - ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS  
132 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 201DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 25 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

SUPERMERCADO MINIBOX LTDA - ME

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 371/2017

Publicação Nº 1421947

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 371/2017

Termo de Contrato de CONTRATAÇÃO DE GRUPO MUSICAL PARA REALIZAÇÃO DA ANIMAÇÃO DA NOITE NATALINA 2017 celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EDSON MAURO ANTUNES, autorizado através do Processo n. 308/2017, Licitação n. 200DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: EDSON MAURO ANTUNES

CNPJ-MF nº 22.516.048/0001-90

Endereço: RUA AUGUSTO BENETTI, 445, SANTOS DUMONT,

Videira-Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 200DL2017, datado de 25/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE GRUPO MUSICAL PARA REALIZAÇÃO DA ANIMAÇÃO DA NOITE NATALINA 2017

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	21927 - contratacao de banda para animacao da festa dia 01 [21961]	SV	1	1.500,00	1.500,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

13 - Cultura

392 - Difusão Cultural

13 - Desenvolvimento Cultural  
2.36 - ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS  
132 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 200DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 25 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

EDSON MAURO ANTUNES

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA – FIA 2018 DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

Publicação Nº 1422351

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSELHO MUNICIPAL de DIREITOS da CRIANÇA e ADOLESCENTE- PINHEIRO PRETO  
Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX:(49) 3562-2007  
email: cmdca@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 02/2017 Pinheiro Preto, 08 de novembro de 2017.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA – FIA 2018 DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de sua Presidente, TÂNIA ZANELLA, no uso de suas atribuições legais, conforme prevista na Lei nº 1.454, de 26 de novembro de 2010 e pelo Decreto nº 4.263, de 18 de agosto de 2015,

Considerando que o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, visa deliberar, fiscalizar, formular, acompanhar, definir e regulamentar os serviços sociais e a rede de proteção, desenvolvidos na área da assistência social no Município de Pinheiro Preto, objetivando atender os usuários da Política de Assistência Social,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Ação e Aplicação do FIA para o exercício de 2018, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Pinheiro Preto.

Art. 2º O Plano define as metas e as ações a serem cumpridos no decorrer do exercício.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto, 08 de novembro de 2017.

TÂNIA ZANELLA

Presidente do CMDCA

**PORTARIA Nº 407, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422382

PORTARIA Nº 407, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA PROVISORIAMENTE, PRESIDENTE PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 020/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93, e

CONSIDERANDO a ausência da presidente para a licitação nº020/2017 modalidade Tomada de Preço;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado para exercer a função de presidente para a licitação nº 020/2017 modalidade Tomada de Preço, o seguinte servidor:

I –Hadriel Dalmolin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Renda, Tributos e Obras, como presidente;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2017**

Publicação Nº 1422812

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 012/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 010/2017  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação/homologação procedida pelo Presidente, faz publicar o presente extrato.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO.

EMPRESA CONTRATADA: INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de Serviço de Acesso a Internet via Fibra Óptica MÍNIMO 25 MBPS + IP FIXO, para ano de 2018

- MENSALIDADE link Internet via Fibra Óptica 30 MBPS + IP FIXO -Valor Mensal R\$ 182,80
- INSTALAÇÃO E ATIVAÇÃO link Internet via Fibra Óptica – R\$ 0,00

VALOR TOTAL: R\$ 2.193,60 (dois mil cento e noventa e três reais e sessenta centavos)

DOTAÇÃO: 2.19 – 33.90.39.97 Despesas de Teleprocessamento

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto – SC, 09 de novembro de 2017.

Kelvin Brocardo

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO 872/2017

Publicação Nº 1422833

DECRETO Nº 872/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Delega competência ao servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acargo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do artigo 10 da Lei Complementar nº 27/2007 que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, do quadro de pessoal e dá outras providências,

#### DECRETA

Art. 1º Fica delegado competência ao servidor público municipal, Senhor Vanderlei Weber, CPF nº636.830.679-34, nomeado pela portaria nº 002/2017, designado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, para atuar como Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 08 de novembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 08 de novembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

Publicação Nº 1422879

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Carlos Alberto Maltauro, Supervisor de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso V, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para contratação da Empresa AUTO ELITE LTDA, para fornecimento de veículos, no valor total R\$ 131.420,00 (cento e trinta e um mil e quatrocentos e vinte reais), com vigência até 31 de dezembro de 2017.

Piratuba, SC, 09 de novembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

### PORTARIA N. 492/2017

Publicação Nº 1421973

PORTARIA Nº 492/2017, de 01 de novembro de 2017

Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

#### CONCEDE

A KARLA CRISTINA LENHARDT MACHADO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, s/nº, nesta Cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11/C-3.652.067 e CPF sob o nº 035.603.119-50, servidora efetiva no exercício do cargo de Psicóloga, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, no período de 01 de novembro à 31 de dezembro de 2017, por participar da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 484/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2017

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 493/2017

Publicação Nº 1421994

PORTARIA Nº 493/2017, de 01 de novembro de 2017

Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

#### CONCEDE

A SANDRA APARECIDA BUHL, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua Guilhermina Ko Freitag, nº47, na cidade de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R-1.882.425, e do CPF nº 573.415.919-00, servidora efetiva no exercício do cargo de Técnica em Tributos, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, no período de 01 de novembro à 31 de dezembro de 2017, por participar da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 484/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2017  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 01 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA N. 494/2017**

Publicação N° 1421996

PORTARIA N° 494/2017

CESSA EFEITOS PORTARIA N° 156/2017

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e da Lei Complementar nº 66/2015, que institui os planos de cargos, vencimentos e carreira do magistério.

CESSA

Ficam CESSADOS os efeitos da Portaria 156/2017, que coloca a servidora MARCIA HACK UBIALI, para atuar 20 horas junto ao Departamento de Esportes de Piratuba, passando a atuar na Escola Reunida Zonalta e Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 01 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### PORTARIA 194/2017

Publicação Nº 1422407

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE  
PORTARIA Nº 0194/2017

CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº. 742 de 25 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Titulação a Servidora Publica Municipal, por ter apresentado, título superior àquele exigido para o cargo. Fica concedido Adicional de Pós - Graduação na ordem de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base respectivo, conforme relação:

- TAINARA ANDRESA FOLLMANN CAPELEZZO, Professora de Ensino Fundamental lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 08 de Novembro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Pomerode

## PREFEITURA

### 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2017 - SAÚDE - ACRÉSCIMO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1421877

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2017 - SAÚDE  
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 013 / 2017.

Convite para Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2017.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratado: POLI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA GERAL DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CARLOS RAMTHUN, LOCALIZADA NA RUA LEOPOLDO BLAESE, N.º 525 - BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA DE 267,65 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Acréscimo de valores unitários em 27,90% - R\$27.837,43 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 27,90%, por tratar-se de obra de reforma, em função da necessidade de execução de serviços para adequação da cozinha, instalações elétricas, hidráulicas e muro de divisa, itens não constantes na planilha original, bem como aditamento de quantidades de itens da planilha para finalização e funcionalidade da obra, conforme justificativa e planilha orçamentária / quantitativa anexa e de acordo com a CLAUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 008 / 2017 - SAÚDE e Artigo 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Ass.: Rafael Ramthun, Secretário Municipal de Saúde de Pomerode, Contratante; Valter Poli – Sócio Administrador, Poli Construções EIRELI EPP, Contratada.

Pomerode / SC, 01 de Novembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

### EDITAL DE CITAÇÃO

Publicação Nº 1422890

	COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
--	---

### EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2017, instituída pela Portaria nº 22.198, de 14 de junho de 2017, do Senhor Prefeito Municipal de Pomerode ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo

37, § 2º do Decreto nº 2.899, de 19 de dezembro de 2014, CITA, pelo presente edital, o servidor Sr. LUIZ JOÃO FIRMO, Professor Disciplina Específica – Nivel I, Matrícula 219711, pelo motivo que o acusado se oculta para não ser citado e se encontra em local incerto e não sabido, para, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste, comparecer na Rua 15 de Novembro, 525, Centro, CEP 89.107-000, Pomerode-SC, a fim de acompanhar e apresentar defesa no processo administrativo disciplinar nº 007/2017 a que responde, sob pena de revelia.

Pomerode(SC), 09 de Novembro de 2017.

Eliana Koch Schmitt

Presidente

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro – Pomerode/SC CEP: 89107-000

Telefone: (47) 3387-7200 e-mail: rh@pomerode.sc.gov.br

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 053 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1422801

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 053 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 089 / 2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 23/11/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 23/11/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 08 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****DECRETO Nº 3.304 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422638

DECRETO Nº 3.304 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2016 DA UNIDADE GESTORA SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE-SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Artigo 9º item III, da Lei nº 2.880 de 10/11/2016, DECRETA:

Artigo 1º - Fica suplementado no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto- SAMAE, o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), a seguinte classificação orçamentária:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
001 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	
017.0512.0080.2058 - Operação e Manutenção do Sistema de Água	
3000000000000000 - Despesas Correntes	
3300000000000000 - Outras Despesas Correntes	
3390000000000000 - Aplicações Diretas	
03000000 - Recursos Ordinários .....	50.000,00
TOTAL 50.000,00	

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de Novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 06 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO- 1702/2017

Publicação Nº 1421740

DECRETO Nº 1702/2017

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 81, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 13 de Outubro de 2017, por ocasião do feriado de "Nossa Senhora Aparecida" cujo feriado nacional ocorrerá dia 12 de Outubro de 2017 (Quinta-Feira).

Art. 2º - As funções cujo por sua complexidade não podem ser interrompidas, terão seu expediente em regime de plantão quais sejam: Centro Municipal de Saúde e a Coleta de Lixo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 06 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

### DECRETO- 1703/2017

Publicação Nº 1421741

DECRETO Nº. 1703/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1080/16 de 12/12/2016, Art. 5, Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 128.600,00 (Cento e Vinte Oito Mil e Seiscentos Reais), a saber:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.142 – Manutenção Bloco Atenção Básica Variável

3.3.90.00.00.00.03.0000 – Outras Despesas Correntes R\$ 128.600,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas,

ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 20 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

### DECRETO- 1704/2017

Publicação Nº 1421742

DECRETO Nº. 1704/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1080/16 de 12/12/2016, Art. 5º Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), a saber:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

20.601.0021.1.110 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas

4.4.90.00.00.00.03.0000 – Investimentos R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 20 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

**DECRETO- 1705/2017**

Publicação Nº 1421743

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1705/2017

**"DISPÕE A NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte – SC, no uso de suas atribuições legais, especialmente do art. 81, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da Instrução Normativa DREI nº 17 de 05 de Dezembro de 2013:

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados os Srs. JULIO RAMOS LUZ, matrícula AARC 162 e o PAULO ROBERTO WORM, matrícula AARC 333, regularmente inscrito na JUCESC, como Leiloeiro Oficial, convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão de Bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pela Lei Municipal nº 1100/2017, cuja alienação foi autorizada.

Art. 2º - A Inexigibilidade está fundamentada no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e na Instrução Normativa DREI nº 17 de 05 de Dezembro de 2013 da JUCESC. Devido também ao Plano de Trabalho que incluirá ampla divulgação nos meios de comunicação, bem como, na internet e redes sociais.

Art. 3º - O leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá do município pelos serviços prestados.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte SC, 24 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de Outubro do ano de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

DELFA T. W. COSTA  
Secretaria Executiva**DECRETO- 1706/2017**

Publicação Nº 1421744

DECRETO Nº. 1706/2017

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1080/16 de 12/12/2016, Art. 5º Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 117.090,77 (Cento e Dezesseite Mil e Noventa Reais com Setenta e Sete Centavos), a saber:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE  
20.601.0021.1.110 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.03.0134 – Investimentos R\$ 117.090,77

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 26 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva**DECRETO- 1707/2017**

Publicação Nº 1421745

DECRETO Nº 1707/2017

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1080/16 de 12/12/2016, Art. 5º Inciso I, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA**

Art. 1º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), a saber:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE  
20.601.0021.1.110 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.0134 – Investimentos R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações mencionadas no Art. 1º, serão utilizados recursos disponíveis do Excesso de Arrecadação apurado no exercício.

Art. 3º - O excesso será lançado por fonte de recurso em sua unidade de origem.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 26 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

**DECRETO- 1708/2017**

Publicação Nº 1421746

DECRETO Nº 1708/2017

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 81, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 03 de Novembro de 2017, por ocasião do feriado de "Finados" cujo feriado nacional ocorrerá dia 02 de Novembro de 2017 (Quinta-Feira).

Art. 2º - As funções cujo por sua complexidade não podem ser interrompidas, terão seu expediente em regime de plantão quais sejam: Centro Municipal de Saúde e a Coleta de Lixo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 31 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos trinta e um dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

**DECRETO- 1709/2017**

Publicação Nº 1421747

DECRETO Nº 1709/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PONTE ALTA DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81. Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a eleição realizada para os cargos de Conselheiros Tutelares em caráter temporário em data de 07 de Outubro de 2017.

Considerando a resolução CMDCA nº 006/2017 de 16 de Outubro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Ficam nomeados para compor o Conselho Tutelar os cidadãos abaixo relacionados:

- JOSIANE CORREA DOS SANTOS – Titular
- TASSIARA ALVES PIRES – Titular
- ALLAN CHARLESON FRANCO – 1º Suplente
- ALEF DA SILVA CRUZ – 2º Suplente

Art. 2º - Os membros do Conselho Tutelar e respectivos suplentes terão sua gestão no período de substituição aos titulares afastados por licença para tratamento de saúde e/ou por férias.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 01 de Novembro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto ao primeiro dia do mês de Novembro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal.

DELFA TEREZINHA WOLLINGER COSTA  
Secretaria Executiva

**DECRETO- 1710/2017**

Publicação Nº 1421810

DECRETO Nº. 1710/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1080/16 de 12/12/2016, Art.5º Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 42.300,00 (Quarenta e Dois Mil e Trezentos Reais), a saber:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.150 – Manutenção Programas Saúde - Estado

4.4.90.00.00.00.00.03.0167 – Investimentos R\$ 42.300,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 08 de Novembro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos oito dias do mês de Novembro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa Terezinha W. Costa  
Secretaria Executiva

**LC 062-2017**

Publicação Nº 1421758

LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelos Arts. 47, IV, e 81, inciso V da LOM.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O anexo I da Lei Complementar 15/03, passará a vigor com a seguinte redação:

Código	Descrição dos Serviços	Alíquota %
1	Serviços de informática e congêneres.	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3
1.02	Programação.	3
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	3
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01	(VETADO)	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01	Medicina e biomedicina.	3
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3
4.04	Instrumentação cirúrgica.	3
4.05	Acupuntura.	3
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3
4.07	Serviços farmacêuticos.	3
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3

4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3
4.10	Nutrição.	3
4.11	Obstetrícia.	3
4.12	Odontologia.	3
4.13	Ortótica.	3
4.14	Próteses sob encomenda.	3
4.15	Psicanálise.	3
4.16	Psicologia.	3
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	5
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3

7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3
7.04	Demolição.	3
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	4
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	4
7.08	Calafetação.	4
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3
7.13	Detetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3
7.14	(VETADO)	
7.15	(VETADO)	
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	4
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	4
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	4
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilação, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	

8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5
9.03	Guias de turismo.	5
10	Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3
10.06	agenciamento marítimo.	3
10.07	Agenciamento de notícias.	3
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	3
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01	Espectáculos teatrais.	5
12.02	Exibições cinematográficas.	5
12.03	Espectáculos circenses.	5
12.04	Programas de auditório.	5
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	5
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5
12.10	Corridas e competições de animais.	5
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5

12.12	Execução de música.	5
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01	(VETADO)	
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5
14	Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.02	Assistência Técnica.	5
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5
14.12	Funilaria e lanternagem.	5
14.13	Carpintaria e serralheria.	5
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	

15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5

15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16	Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5
17.07	(VETADO)	
17.08	Franquia (franchising).	5
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5
17.13	Leilão e congêneres.	5
17.14	Advocacia.	5
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5
17.16	Auditoria.	5
17.17	Análise de Organização e Métodos.	5

17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5
17.21	Estatística.	5
17.22	Cobrança em geral.	5
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.1	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5
22	Serviços de exploração de rodovia.	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5

24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5
25	Serviços funerários.	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5
25.03	Planos ou convênio funerários.	5
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	5
27	Serviços de assistência social.	
27.01	Serviços de assistência social.	5
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5
29	Serviços de biblioteconomia.	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	5
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5
32	Serviços de desenhos técnicos.	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5
36	Serviços de meteorologia.	
36.01	Serviços de meteorologia.	5
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5
38	Serviços de museologia.	
38.01	Serviços de museologia.	5
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	5

Art. 2º O artigo 3º da Lei Complementar nº 15/03, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 3º. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXIII, quando o imposto será devido no local:

[...]

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

[...]

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços

[...]

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços.

Art. 3º A Lei Complementar nº 15/03, fica acrescida dos seguintes Artigos:

Art. 15. O vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza se dará no dia 10 do mês subsequente ao mês em que ocorreu o fato gerador.

Art. 16. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

Art. 4º Fica revogada a Lei Complementar 033/2010.

Art. 5º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor em 90 dias a contar da data da sua publicação.

Ponte Alta do Norte, 27 de Setembro de 2017

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Fica publicado a presente Lei aos vinte e sete dias do mês de Setembro de 2017 e DOM – Diário Municipal dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

## LC 063-2017

Publicação Nº 1421760

LEI COMPLEMENTAR Nº 063/2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 045/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelos 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterado o § 4º do Art. 6º da Lei Complementar 045/2012, passará vigor com a seguinte redação:

**CAPÍTULO II**  
**DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO**  
**SEÇÃO I**  
**DA INSCRIÇÃO E BAIXA**

Art. 6º. ....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º Ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos a abertura, a inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, a licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de

baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 16 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado a presente lei aos dezesseis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

**LC 064-2017**

Publicação Nº 1421761

**LEI COMPLEMENTAR N.º 064/2017**

Institui o Programa Academia de Saúde no Município de Ponte Alta do Norte e dá outras providências.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Academia de Saúde no Município de Ponte Alta do Norte, com a finalidade de desenvolver ações e serviços de saúde voltados para a prevenção de agravos evitáveis, bem como estimular hábitos saudáveis, práticas corporais e atividades físicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O Programa Academia da Saúde tem como objetivo principal contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população, a partir da implantação de pólo com infraestrutura e profissionais qualificados.

Parágrafo único. O pólo do Programa Academia de Saúde são espaços públicos construídos para o desenvolvimento das ações do Programa, devendo atender os seguintes eixos e diretrizes:

I - atuar junto à Rede de Atenção à Saúde, referenciando-se como um programa de promoção da saúde, prevenção e atenção das doenças crônicas não transmissíveis;

II - estimular a participação popular, com vistas na intersetorialidade, na interdisciplinaridade, na produção do conhecimento e na integralidade do cuidado;

III - contribuir com a ampliação da autonomia dos indivíduos sobre as escolhas de modos de vida mais saudáveis, aumentando o nível de atividade física da população e promovendo hábitos alimentares saudáveis;

IV - promover mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência e solidariedade, potencializando as manifestações culturais locais e o conhecimento popular, com a valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social.

Art. 3º O Programa Academia da Saúde se constitui em um serviço da Atenção Básica e deve promover a articulação com toda a rede de atenção à saúde do SUS, bem como com outros serviços sociais realizados na respectiva região.

Art. 4º As atividades do Programa Academia da Saúde terão relação com as atividades da Estratégia Saúde da Família e especialmente, com as atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

Art. 5º O Programa de que trata a presente Lei será desenvolvido nos espaços do pólo, não havendo impedimento para extensão das atividades a outros equipamentos da saúde ou sociais.

Art. 6º Para composição do quadro de pessoal do Programa Saúde Melhor - Academia de Saúde, fica o Poder Executivo autorizado a criar vagas para a função abaixo listada:

I – Educador Físico

Art. 7º - Fica estabelecido as condições de contratação, remuneração, carga horaria, atribuições de cargos, direitos e deveres dos profissionais que compõem a equipe funcional do Programa Academia de Saúde, no âmbito do município de Ponte Alta do Norte – SC, citadas nos

anexos desta lei;

§1º - As contratações para o suprimento das funções ora criadas, serão realizadas através de processo seletivo simplificado ou concurso público, considerados para todos os efeitos como emprego público.

§2º - A criação dos cargos estabelecidas, tem fundamento no art. 37, inciso I e IX da Constituição da República Federativa do Brasil e visa exclusivamente as necessidades estabelecidas para a execução do Programa Academia de Saúde criado pelo Ministério da Saúde.

Art. 8º - O número de vagas e a remuneração mensal a ser paga aos profissionais componentes, bem como os requisitos necessários às contratações, vantagens pecuniárias e exigência de dedicação aos programas, são as definidas nos anexos desta Lei, até o limite do valor previsto na Portaria 2.684 de 08/11/2013 do Ministério da Saúde.

Art. 9º - A vinculação dos profissionais componentes da equipe do Programa Academia de Saúde com a Administração Municipal de Ponte Alta do Norte se dará mediante nomeação do Chefe do Poder Executivo, através de ato próprio, desde que aprovado em processo seletivo simplificado ou concurso público, e cumpridos todos os requisitos exigidos para a tomada de posse.

Art. 10 - O vínculo entre os servidores será CELETISTA, garantidos todos os direitos e deveres previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

§1º Por se tratar de uma contratação vinculada a um programa estabelecido pelo Governo Federal, os cargos previstos neste lei terão a duração adstrita a vigência do programa.

§2º - Caso o programa seja extinto por parte do Governo Federal, ou deixe o Município de participar do mesmo, os servidores serão exonerados, garantindo-lhes os direitos trabalhistas.

Art. 11 - O planejamento, coordenação, supervisão e controle ficarão sob a responsabilidade superior do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 12 Fica autorizado o remanejamento de pessoal dentre a estrutura funcional do Município, de modo a alocar profissionais das Secretarias Municipais para execução das atividades previstas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Independente da forma de provimento dos cargos, o pessoal designado para o Programa Academia da Saúde, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde, serão fiscalizados pelos respectivos conselhos de classe.

Parágrafo único. Em caso de extinção do programa que trata esta Lei Complementar e sendo os profissionais oriundos de outras Secretarias, haverá o retorno destes à lotação de origem ou à função equivalente.

Art. 13. As despesas para a execução Programa Academia de Saúde correrão por conta do repasse de verbas oriundas do Ministério da Saúde e por dotações orçamentárias próprias do Município.

Ponte Alta do Norte, 16 de Outubro de 2017.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado a presente lei aos dezesesseis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

#### ANEXO I

N.º DE VAGAS	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO:	CARGA HORÁRIA:	VENCIMENTO:
01	Educador Físico	Bacharel em Educação Física e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional a qual pertence em Santa Catarina.	40 horas semanais	R\$ 2.400,00

#### Atribuições do Cargo de Educador Físico

São atribuições do Educador Físico que atua no Programa Academia da Saúde:

I - desenvolver atividades no âmbito do Programa Academia de Saúde que envolvam práticas corporais e atividades físicas (ginástica, dança, jogos esportivos e populares, dentre outros).

II - orientar a prática de atividades físicas e artísticas, assim como trabalhar em conjunto com a equipe de Atenção Primária em Saúde e com o ESF;

III - orientar atividades de promoção da saúde a serem definidas pelo grupo de apoio à gestão do Programa, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento aos eixos e diretrizes desta Lei;

IV - articular-se com o NASF nas ações de prevenção e promoção da saúde;

V - outras atividades inerentes à função.

**LEI -1099-2017**

Publicação Nº 1421750

LEI N.º 1099/2017

dispõe sobre a desafetação de bem publico E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Público municipal a promover a desafetação do bem público vinculado à Secretaria de Saúde e Assistência Social, assim caracterizado: Automóvel FIAT/PALIO FIRE, ano e modelo 2003, placas MBY 5934, chassi 9BD17146232326759, Renavam 806977639, para ser utilizado na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 664/2006, as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte SC, 16 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado a presente Lei aos dezesesseis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

**LEI -1100-2017**

Publicação Nº 1421752

LEI N. 1100/ 2017

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E OUTROS QUE MENCIONA e dá outras providências.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do Município de PONTE ALTA DO NORTE/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 Automóvel GM ASTRA GL, ano 2001, modelo 2002, Placas IKN 6688, RENAVAM 777541777, cor branca, Álcool. LANCE INICIAL R\$ 6.100,00.

LOTE 02: 01 Automóvel PEUGEOT 206 SENSAT FX, ano 2007, modelo 2008, Placas MFQ 9349, RENAVAM 948623462, cor prata, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.100,00.

LOTE 03: 01 Automóvel FORD ESCORT GL 16V F, ano 2002, modelo 2003, Placas MFN 8490, RENAVAM 794772749, cor branca, Gasolina. Obs.: Veículo com motor trancado. LANCE INICIAL R\$ 2.300,00.

LOTE 04: 01 Automóvel FIAT UNO MILLE ECONOMY, ano 2009, modelo 2010, Placas MGS 2645, RENAVAM 155867539, cor branca, Álcool/Gasolina. Obs.: Veículo faltando pneus, amassado no capô, ausência de faróis, vidros quebrados, motor trancado. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

LOTE 05: 01 Automóvel FIAT PALIO FIRE, ano/modelo 2003, Placas MBY 5934, RENAVAM 806977639, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.800,00.

LOTE 06: 01 Automóvel LOGAN RENAULT, ano 2009, modelo 2010, Placas ARU 6090, RENAVAM 169110583, cor prata, Álcool/Gasolina. Obs.: Veículo com avarias na lataria frontal, lado direito e capô, vidro dianteiro ausente, caixa e motor trancados, porta quebrada, pneus carecas. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

LOTE 07: 01 CAMIONETA VW KOMBI, ano/modelo 2001, Placas MBF 9326, RENAVAM 741784556, cor branca, Gasolina. Obs.: Veículo com avarias na lataria, motor desmontado, porta lateral quebrada. LANCE INICIAL R\$ 200,00.

LOTE 08: 01 MICROÔNIBUS VW KOMBI ESCOLAR, ano 2008, modelo 2009, Placas MEY 0875, RENAVAM 979201020, cor branca, Álcool/Gasolina. Obs.: Veículo com pequenas avarias na lataria e alguns estofamentos danificados. LANCE INICIAL R\$ 8.100,00.

LOTE 09: 01 CAMINHONETE RENAULT KANGOO EX TH AMBULÂNCIA, ano 2009, modelo 2010, Placas MGH 2746, RENAVAM 166787558, cor branca, Álcool/Gasolina. Obs.: Veículo com motor desmontado. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00.

LOTE 10: 01 CAMIONETA TOYOTA BANDEIRANTES, ano e modelo 1990, Placas LZM 4874, RENAVAM 556322142, cor bege, Diesel. Obs.: Veículo com caixa trancada, avarias no estofamento. LANCE INICIAL R\$ 9.500,00.

LOTE 11: 01 CAMINHÃO M.BENZ L 1519, ano/modelo 1978, Placas ABE 7184, RENAVAM 512539685, cor azul, Diesel. Obs.: Caminhão com pontos de ferrugem na lataria, ausência de banco do carona, tem mais de 35 anos de uso. LANCE INICIAL R\$ 22.900,00.

LOTE 12: 01 ÔNIBUS IVECO CITYCLASS 70C16, ano e modelo 2010, Placas MIA 2747, RENAVAM 231029420, cor amarela, Diesel, 24 Lugares. Obs.: Ônibus parado a 2 anos, sem direção. LANCE INICIAL R\$ 15.500,00.

LOTE 13: 01 PÁ CARREGADEIRA CLARK MICHIGAN 75 III, ano e modelo 1981, Serie nº 75III BM-175-22-71. Obs.: Máquina com avarias na lataria e vazamento nos cilindros. LANCE INICIAL R\$ 21.000,00.

LOTE 14: 01 TRATOR FORD 5030, ano 1996, nº de série KA465, nº chassi 260706. Obs.: Trator manco, sem tração nas quatro rodas, avarias no estofamento. LANCE INICIAL R\$ 9.500,00.

LOTE 15: 01 TRATOR GREEN HORSE 454 AC 022. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 16: 01 ENXADA ROTATIVA KISSMANN AC 033, ano 2015. LANCE INICIAL R\$ 300,00.

LOTE 17: 01 PLANTADEIRA VENCE TUDO AS 11500, ano 2003, série 08 298, 5 linhas kit de inverno. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

LOTE 18: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO MBM 3, cor azul. LANCE INICIAL R\$ 200,00.

LOTE 19: 01 MÁQUINA PARA FABRICAÇÃO DE LAJOTAS. LANCE INICIAL R\$ 200,00.

LOTE 20: 01 BETONEIRA GRANDE. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 21: 01 CARRETA AGRÍCOLA, cor vermelha. Obs.: Com a lateral esquerda quebrada. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 22: 01 ADUBADORA E SEMADORA PENDULAR VICON PS 603. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 23: SUCATA DE INFORMÁTICA. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 24: SUCATA DE ELETRODOMÉSTICOS, contendo: bebedouros, máquinas de lavar roupa, geladeiras, freezers, entre outros. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 25: SUCATA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 26: SUCATA DE EQUIPAMENTOS DE SOM. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 27: SUCATA DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 28: SUCATA DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 29: SUCATA DE DECORAÇÃO DE NATAL e PÁSCOA (somente a parte de pets). LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 30: SUCATA DE CADEIRAS E CARTEIRAS ESCOLARES. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 31: LOTE DE PNEUS. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 32: LOTE DE BICICLETAS. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

Artigo 2º - Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no artigo 1º foram fixados pela Comissão de Avaliação, designada pelo Prefeito Municipal, conforme cópia da Ata, que será anexada a Licitação e que fará parte integrante da presente Lei. Caso não haja licitante interessado, o leiloeiro poderá colher as melhores ofertas e a Comissão de Avaliação analisará se aceitará ou não.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ponte Alta do Norte, 16 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Fica publicado a presente Lei aos dezesseis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

## LEI -1101-2017

Publicação Nº 1421753

LEI nº 1101/2017

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA - Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte - SC, no uso de suas atribuições previsto no art. 81, inciso V, Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores

alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;
- XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (descentralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado)

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - Texto da Lei;
- II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2014 a 2016, fixada para 2017 e projetada para 2018 a 2020;
- III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2016 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2018 a 2020;
- IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;
- V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;
- VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2014 a 2016;
- VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2018;
- VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2014 a 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;
- IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2018 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2018, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não poderá exceder, no exercício de 2018 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2018.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2018, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;
- II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;
- III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão

executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2018, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2016/2017 e funcionamento regular exercício de 2018, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta

orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei

Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2017, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

a) - Demonstrativo I - Metas anuais;

b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;

d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;

g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;

j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 19 de Outubro de 2017.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos dezenove dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

## LEI -1102-2017

Publicação Nº 1421754

LEI N.º 1102/2017

ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 835/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O art. 2º da Lei 835/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - A isenção que trata o artigo anterior será concedida anualmente, antes da data do lançamento do tributo respectivo, cujo requerimento de isenção deverá ser protocolado junto ao setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, ou diretamente no Departamento de Tributos, dirigido ao Prefeito Municipal, entre os dias de 01 de Novembro a 10 de Dezembro do exercício anterior àquele que se pretende a isenção, devendo ser anexados ao requerimento os seguintes documentos, sob pena de indeferimento do pedido:

a) Cópia do comprovante de renda de todos os membros familiares que residem o imóvel;

b) Cópia do Comprovante da condição de aposentado ou pensionista;

c) Cópia do Comprovante de residência;

d) Cópia do CPF e da Carteira de Identidade, ou da CNH;

e) Cópia da matrícula do imóvel ou documento comprobatório da propriedade do imóvel;

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 26 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado a presente lei aos vinte e seis dias de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

## LEI -1103-2017

Publicação Nº 1421755

LEI N.º 1103/2017

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO "IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO" PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica estabelecido o pagamento do "Imposto Predial e Territorial Urbano", para o exercício financeiro de 2018, em cota única ou até 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 2º - Os contribuintes que optarem pelo pagamento em cota única, até o dia 10.04.2018, terá o desconto de 20% (vinte por cento), sobre o valor a ser pago.

Art. 3º - Os contribuintes que optarem pelo pagamento parcelado, poderá fazê-lo em até 05 (cinco) parcelas mensais, consecutivas e sem desconto, da seguinte forma:

- a) 1ª parcela com vencimento em 10.04.2018.
- b) 2ª parcela com vencimento em 10.05.2018.
- c) 3ª parcela com vencimento em 12.06.2018.
- d) 4ª parcela com vencimento em 10.07.2018.
- e) 5ª parcela com vencimento em 10.08.2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor em Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 26 de Outubro de 2017.

Roberto Molin de Almeida  
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos vinte e seis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

## LEI -1104-2017

Publicação Nº 1421756

LEI N. 1104/2017

FIXA VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2018 será de R\$ 49,01 (Quarenta e nove reais e um centavo) de acordo com a variação do índice do IPCA.

§ 1º - A atualização da UFM é efetuada mediante autorização legislativa com base na variação anual do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do mês de Janeiro a Dezembro do exercício 2016.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês de Janeiro de 2018, revogando qualquer disposição em contrário.

Ponte Alta do Norte, 26 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos vinte e seis dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

## PORTARIA - 166/2017

Publicação Nº 1421762

PORTARIA N.166/2017

FICA CONCEDIDO FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE EMPREGO PÚBLICO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 76 da Lei Complementar nº 006/2001.  
RESOLVE

Art.1º- Fica concedido férias a servidora municipal, Fabiane Pinto Xavier, matrícula nº 3692, ocupante do cargo de emprego público, de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2016 a 01 de Fevereiro de 2017, e gozada as férias, no período de 18 de Outubro de 2017 a 27 de Outubro de 2017, equivalente a 10 (dez) dias.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 11 de Outubro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dez dias do mês de Outubro do ano de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal.

Delfa Terezinha Wolinger Costa  
Secretaria Executiva

**PORTARIA - 167/2017**

Publicação Nº 1421763

PORTARIA Nº 167/2017

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81 item VIII da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido aos servidores citados a progressão POR DESEMPENHO, repassado no mês de Outubro/2017, conforme boletim de avaliação feito pela comissão responsável, confirmando o cumprimento das formalidades legais para tal efeito, segue abaixo a nominativa dos mesmos:

## PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

Nome	Matricula	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
ALCEU DE SOUZA CRUZ	820	MOTORISTA	Nível VII	Nível VIII
TEREZINHA ESMENDIA BARCELOS	351	MERENDEIRA	Nível IV	Nível V

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 25 de Outubro de 2017.

Roberto Molin de Almeida  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 138/2017 ROSALEN

Publicação Nº 1422628

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº86/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017  
CONTRATO Nº 138/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC  
CONTRATADADO: ROSALEN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA EPP  
CNPJ: 08.377.462/0001-34  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES PARA A SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: 44.400,00 (Quarenta e quatro mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 24 de outubro de 2017 até 24 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 08 de Novembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 139/2017 COPERFAPS

Publicação Nº 1422639

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº79/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 7/2017  
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2017  
CONTRATO Nº 139/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC  
CONTRATADADO: COPERFAPS (Cooperativa de Pequenos Empreendimentos Familiares de Ponte Serrada)  
CNPJ: 08.694.285/0001-10  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar – PNAE conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Valor: R\$ 82.013,00 (Oitenta e Dois Mil e Treze Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 26 de outubro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 08 de Novembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 140/2017 QUADRA

Publicação Nº 1422647

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº84/2017  
TOMADA DE PREÇO Nº 11/2017  
CONTRATO Nº 140/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC  
CONTRATADADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP  
CNPJ: 09.234.560/0001-85  
OBJETO: REFORMA DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE KONDER BORNHAUSEN, CONFORME PROJETO APROVADO NA PROPOSTA TRANSFERÊNCIA Nº 19429/FUNDOSOCIAL/ADRXE.. Valor: R\$ 65.129,32 (Sessenta e cinco mil cento e vinte e nove reais e trinta e dois centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 08 de Novembro de 2017 até 30 de Março de 2018.

Ponte Serrada, 08 de Novembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017 ILUMINAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1422581

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MONTAGEM DE DECORAÇÃO NATALINA 2017 DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA CONFORME ESPECIFICAÇÃO E TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL. O julgamento será por MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até às 13:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 22/11/2017. Abertura da Sessão às 14 horas (horário de Brasília) do dia 22/11/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município em 09/11/2017 [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br). Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [compras01@gmail.com](mailto:compras01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 34350122. Ponte Serrada, 08 de Novembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 POSTE PADRÃO

Publicação Nº 1422587

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE POSTE PADRÃO DE ENERGIA TRIFÁSICO NA RODOVIÁRIA MUNICIPAL. O julgamento será por MENOR PREÇO GLOBAL. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 27/11/2017. Abertura da Sessão às 09 horas (horário de Brasília) do dia 27/11/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município em 10/11/2017 [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br). Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações,

na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 3435-0122.

Ponte Serrada, 08 de Novembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1689, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422777

DECRETO Nº 1689, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso II, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração  
Funcional Programática: 04.122.0003  
Projeto: 1.002 – Ampliação e Reforma do Paço Municipal  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional Programática: 12.361.0014  
Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.36 – Salário Educação  
Valor: R\$ 7.100,00  
Funcional Programática: 12.365.0017  
Atividade: 2.023 – Manutenção da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.36 – Salário Educação  
Valor: R\$ 10.100,00

Órgão: 12 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional Programática: 23.695.0026  
Atividade: 2.064 – Operacionalização do Receptivo de Navios de Turismo  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.5611 – Rec. Diretos - Taxa de ancoragem  
Valor: R\$ 37.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais):

Órgão: 03 – Secretaria de Administração  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração  
Funcional Programática: 04.122.0003  
Projeto: 1.002 – Ampliação e Reforma do Paço Municipal  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional Programática: 12.361.0014  
Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.36 – Salário Educação  
Valor: R\$ 7.100,00  
Funcional Programática: 12.365.0017  
Atividade: 2.023 – Manutenção da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.36 – Salário Educação  
Valor: R\$ 10.100,00

Órgão: 12 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional Programática: 23.695.0026  
Atividade: 2.064 – Operacionalização do Receptivo de Navios de Turismo  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.5611 – Rec. Diretos - Taxa de ancoragem  
Valor: R\$ 37.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1422744

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Porto Belo, através do Excelentíssimo Prefeito Emerson Luciano Stein, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os termos da Lei Complementar Municipal nº 33/2011, CONVOCA, através do presente edital, a população em geral e interessados, para participarem da Audiência Pública que tem como finalidade esclarecer, detalhar e debater a dragagem do Rio Santa Luzia e Mole Santa Luzia no Município de Porto Belo. A Audiência Pública será realizada no dia 23/11/2017 às 18:30 horas, na Quadra de Esportes "Laura Matias Claudio", localizada na Rua Ruth Maria da Silva Lucinda, no Bairro Santa Luzia, Porto Belo -SC (ao lado da Unidade Básica de Saúde Pedro Tomazoni).

Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**EXTRATO DE CONVÊNIO MUNICÍPIO E PM 2017**

Publicação Nº 1422765

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre Município de Porto Belo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, Centro, nesta cidade de Porto Belo, neste ato representado pelo Sr. Emerson Luciano Stein, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG nº 33225008 SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº nº.946.748.509-59, doravante denominado Conveniente, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, situada na Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Paulo Henrique Hemm, inscrito no CPF sob nº 418.769.549-49-87 e Cédula de Identidade nº 787.166 - SC, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada Conveniada

OBJETO: repasse de auxílio financeiro de R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais) à Conveniada, para aquisição de um veículo 0 km, tipo SUV, com tração 4X4, bicom bustível (álcool/gasolina) e devidamente adaptado ao serviço policial militar, com fundamento na Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, Lei Municipal nº 2542, de 4 de setembro de 2017, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007 e no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 242/GEPES/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016.

VALOR: Para execução do objeto deste convênio será repassado à CONVENIADA o valor total de R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 8 de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 352/2017

Publicação Nº 1421780

DECRETO Nº 352, de 07 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre Pensão por Morte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 40, § 7º Inciso I da Constituição Federal, devidamente combinado com o estabelecido no Artigo 61, Inciso I e no Artigo 64, Inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

#### DECRETA:

Art. 1º Concede PENSÃO POR MORTE, de natureza vitalícia à JANDIRA ANTONINA DOS SANTOS, pela morte do funcionário Sr. JOÃO MARIA DOS SANTOS, portador da CI nº 3.569.673/SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 652.495.269-34, em 23 de setembro de 2017, no Cargo de Provimento Efetivo de Guardião, com ingresso no Serviço Público em 01 de outubro de 1979, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2017.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK  
Presidente do IMPRESS

### DECRETO Nº 353/2017

Publicação Nº 1421781

DECRETO Nº 353, de 07 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, observado o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005,

#### DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. JUCIMARA APARECIDA MARQUES DOS ANJOS IENTZ, portadora do RG nº 1.791.011/SSP/SC e CPF nº 601.760.169-53, no Cargo de Agente Administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2017.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK  
Presidente do IMPRESS

### DECRETO Nº 354/2017

Publicação Nº 1421782

DECRETO Nº 354, de 07 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, observado o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005,

#### DECRETA:



Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. MARIA JUSSARA MARQUES DOS ANJOS RUCINSKI, portadora do RG nº 1.457.936/SSP/SC e CPF nº 018.193.899-52, no Cargo de Auxiliar Administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2017.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK  
Presidente do IMPRESS

## DECRETO Nº 355/2017

Publicação Nº 1422212

DECRETO Nº 355, de 07 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Permissão de Uso do Ginásio de Esportes da Escola Básica Frei Deodato à Associação de Pais e Professores da Escola Básica Frei Deodato, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Pais e Professores da Escola Básica Frei Deodato, sociedade civil, sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 83.530.014/0001-44, com sede no Distrito de São Miguel da Serra, neste Município de Porto União-SC, representada, neste ato, por seu Presidente Sr. Vergílio Czezeski, portador do RG nº 1.331.025-9, e do CPF nº 581.906.609-00, o uso das dependências do Ginásio de Esportes da Escola Básica Frei Deodato.

Art. 2º Os espaços físicos do Ginásio de Esportes da Escola Frei Deodato serão usados para a realização de atividades esportivas, após o horário normal das aulas da Escola, nos finais de semana e feriados, quando não forem realizadas atividades escolares, salvaguardados os interesses do Município no que tange às atividades programadas e desenvolvidas pela Escola no Ginásio, durante o horário de aula e nos eventos escolares, quer sejam jogos, festividades, gincanas e outros, sendo que a prioridade no uso das dependências do Ginásio de Esportes é da APP – Escola Básica Frei Deodato.

Art. 3º Todas as benfeitorias que o usuário executar serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 4º As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pela Permissionária e pela Autoridade competente, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Termo de Compromisso nº 012/17 que a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Frei Deodato, doravante denominada PERMISSONÁRIA assina perante a Prefeitura Municipal de Porto União – SC, doravante denominada PERMITENTE.

A Associação de Pais e Professores da Escola Básica Frei Deodato, inscrita no CNPJ sob o nº 83.530.014/0001-44, com sede no Distrito de São Miguel da Serra, neste Município de Porto União – SC, através de seu representante legal, Sr. Vergílio Czezeski, portador do RG nº 1.331.025-9, e do CPF nº 581.906.609-00, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga nº 012/17, referente à Permissão de Uso, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, do uso das dependências do Ginásio de Esportes da Escola Básica Frei Deodato, bem como as obrigações a seguir especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos ao objeto desta Permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente à PERMISSONÁRIA.

§ 1º Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão, deverão ser executadas imediatamente pela PERMISSONÁRIA,

às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

§ 2º Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pela PERMISSONÁRIA dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Toda e qualquer benfeitoria realizada no imóvel fica, desde já, incorporada ao bem, renunciando à PERMISSONÁRIA, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

#### CLÁUSULA QUARTA

A PERMISSONÁRIA consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 12/17.

#### CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações da PERMISSONÁRIA:

- a) manter o objeto de Permissão de Uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- b) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na área permissionada;
- c) sujeitar-se às exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- d) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela PERMITENTE;
- e) executar as instalações internas e a comunicação visual, de acordo com a prévia aprovação da PERMITENTE;
- f) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais a PERMISSONÁRIA declara estar de acordo;
- g) exercer as suas atividades, cumprindo com o horário determinado;
- h) não traspassar, ceder, locar ou transferir o objeto da permissão a terceiros.

#### CLÁUSULA SEXTA

A PERMISSONÁRIA declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Permissão de Uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do Termo de Outorga de Permissão de Uso e do Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2017.

Associação de Pais e Professores da Escola Básica Frei Deodato

Presidente VERGILIO CZEZESKI

RG nº 1.331.025-9/SSP/SC CPF nº 581.906.609-00

#### TESTEMUNHAS:

1.Nome: Miguel Chokailo Neto 2.Nome: Vanderlei Werle

CPF nº 509.250.249-53 CPF nº 501.090.659-72

Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 012/17.

A Prefeitura Municipal de Porto União - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.541/0001-58, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, com base no Decreto nº 355, de 07 de novembro de 2017 e através deste instrumento, Termo de Outorga de Permissão de Uso, permite a título precário e gratuito, o uso das dependências do Ginásio de Esportes da Escola Básica Frei Deodato, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O espaço físico objeto da presente permissão será utilizado para a realização de atividades esportivas, após o horário normal das aulas da Escola, nos finais de semana e feriados, quando não forem realizadas atividades escolares, salvaguardados os interesses do Município no que tange às atividades programadas e desenvolvidas pela Escola no Ginásio, durante o horário de aula e nos eventos escolares, quer sejam jogos, festividades, gincanas e outros, sendo que a prioridade no uso das dependências do Ginásio de Esportes é da APP-Escola Básica Frei Deodato.

§ 1º Não será permitida a transferência da Permissão de Uso a terceiros.

§ 2º A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no Termo de Outorga ou de Compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira, ou na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo Termo de Outorga ou de Compromisso, em substituição ao anterior.

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes ao presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

#### CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

#### CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar o presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único. Ficará o Termo de Outorga de Permissão de Uso rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pela PERMISSIONÁRIA, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) dissolução ou mudança na representatividade legal da PERMISSIONÁRIA;
- c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pela PERMISSIONÁRIA;
- d) transferência do Termo de Outorga de Permissão de Uso a terceiros;
- e) má utilização ou não utilização do imóvel por um período de no mínimo 90 (noventa) dias.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

O gerenciamento do Ginásio, fora do horário das aulas e de eventos escolares, ficará sob a responsabilidade da APP - Escola Básica Frei Deodato, podendo a diretoria alugar ou ceder as dependências do Ginásio para terceiros, bem como fazer o uso da cantina, assumindo todo e qualquer dano que porventura vier a ser causado, bem como a limpeza e manutenção do imóvel durante e após a realização dos eventos que não envolvam a Escola e seus alunos diretamente.

#### CLÁUSULA OITAVA

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pela PERMISSIONÁRIA, ficam incorporadas ao bem, objeto deste Termo de Outorga de Permissão de Uso, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

Permitente

### EDITAL 010/2017 - RH

Publicação Nº 1421995

#### EDITAL 010/2017

O Prefeito do Município de Porto União, em conformidade com o Art. 6º, §2º do Decreto 668, de 19 de outubro de 2011, DIVULGA a lista dos servidores que protocolaram de 01 a 31 de outubro de 2017, requerimento solicitando a conversão Pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio, após a Chefia de Recursos Humanos observar os critérios previstos no Art. 2º, inciso III, letra "a" e "b", e Art. 3º do Decreto.

#### Secretaria de Educação

	NOME	PERIODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	ROSANE DA SILVA DERENGOSKI	03/2009 a 03/2014	10/03/2009
02	SIRLEI HELENA KRYSIAK SCHOR	10/2009 a 10/2014	22/02/1983
03	ZITA ADILEIA GOMES	10/2009 a 10/2014	22/08/1994
04	LUIZA CAROLINA PETLA	02/2010 a 02/2015	02/02/2010
05	MARGARETE KREUZBERG REISDORFER	02/2010 a 02/2015	18/02/2010
06	SIRLENE RAQUEL ZAMBONI FREISLEBEN D.N. 31/05/1971	05/2010 a 05/2015	03/05/2010
07	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA D.N. 30/01/1973	05/2010 a 05/2015	03/05/2010
08	KALINE MARISA CABRAL	06/2010 a 06/2015	02/06/2010
09	NEUSA IRIS GIACOMINI D.N. 25/05/1974	01/2011 a 01/2016	31/01/2011
10	ROSANGELA WALEK D.N. 06/01/1976	01/2011 a 01/2016	31/01/2011
11	KATIA CORDEIRO RIBEIRO D.N. 17/07/1988	01/2011 a 01/2016	31/01/2011
12	SIRLENE DAS GRACAS FERREIRA	02/2011 a 02/2016	01/02/2011
13	WALTERLIN FOROSTECKI KOTARSKI	04/2011 a 04/2016	17/04/2001
14	JANUARIA HUPALO D.N. 15/05/1965	07/2011 a 07/2016	03/07/2006
15	ROSELI APARECIDA TCZORNEI D.N. 06/10/1981	07/2011 a 07/2016	03/07/2006
16	ADRIANA FATIMA DE ALMEIDA SCALET	07/2011 a 07/2016	04/07/2006

17	FRANCIELE GALVAO	08/2011 a 08/2016	01/08/2006
18	DILCELIA DA APARECIDA DA SILVA	10/2011 a 10/2016	24/10/2011
19	LURDES FERNANDA LAUTERIO MORANDI	01/2012 a 01/2017	31/01/2012
20	LUCIANA DOS SANTOS LEITE	02/2012 a 02/2017	12/02/2007
21	ERONI NATALIA GUIMARAES DE BRITO	02/2012 a 02/2017	15/02/2012
22	GISELE CASAGRANDE	03/2012 a 03/2017	12/03/2002
23	MAURO FERREIRA	06/2012 a 06/2017	17/06/2002
24	VERONICA MAINA DA SILVA HOMCZINSKI	07/2012 a 07/2017	25/07/2010
25	CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI	04/2012 a 04/2017	03/04/2012
26	JANETE PREVEDA	04/2012 A 04/2017	17/04/2012
27	SIMONE DA SILVA MARINHO	05/2012 A 05/2017	02/05/2012
28	ANDREZA KERLI CORREA DALGALLO	07/2012 A 07/2017	23/07/2012
29	CRISTINA PRELHVITZ CARNEIRO	08/2012 A 08/2017	06/08/2007

## Administração Geral

	NOME	PERIODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	SERGIO ROCHA CHAVES	05/2007 a 05/2012	10/05/2007
02	SERGIO ROCHA CHAVES	05/2012 a 05/2017	10/05/2007
03	LEANDRO PIMENTEL	05/2012 a 05/2017	16/05/2007
04	LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	05/2012 a 05/2017	16/05/2012
05	HEMILSON COHLS DE AMORIN	06/2012 a 06/2017	18/06/2002

## Secretaria de Saúde

	NOME	PERIODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	CESAR LUIS SCHROH	03/2003 a 03/2008	05/03/2003
02	JOAO CARLOS MARTINS DA CUNHA	07/2011 a 07/2016	03/07/2006
03	ANDREIA PARIZOTTO	08/2006 a 08/2011	01/08/2006

Porto União (SC), 31 de outubro de 2017.  
 ELISEU MIBACH  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1422199

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 Processo Licitatório 052/2017 – Educação.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 003/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de mobiliário e equipamentos par manutenção do Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 24 de novembro de 2017, com início da mesma às 08h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de novembro de 2017.  
 Eliseu Mibach  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2017 - FAS**

Publicação Nº 1422202

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 Processo Licitatório 014/2017 – FAS.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP – Com cota Ampla Concorrência.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de cestas básicas e leite em pó. O recebimento dos envelopes se dará até às 08h30min do dia 24 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 08h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de novembro de 2017.  
 Eliseu Mibach.  
 Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 162/2017**

Publicação Nº 1422204

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 237/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 162/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de um veículo automotor para a Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 08h30min do dia 23 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 08h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 163/2017**

Publicação Nº 1422205

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 238/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 163/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de móveis sob medida para estruturação da unidade de saúde da Área Industrial. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 27 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 164/2017**

Publicação Nº 1422207

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 239/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 164/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção do Programa de Integração Social AABB Comunidade. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 28 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 165/2017**

Publicação Nº 1422208

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 240/2017 - Multientidade.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 165/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de informática e áudio visual. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 29 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 015/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1422209

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 051/2017 - Educação.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 015/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para execução de muro de contenção no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até às 08h30min do dia 27 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 062/2017 - CONTRATO 015/2016 - AMASPU**

Publicação Nº 1422316

Extrato de Termo Aditivo nº 0062/2017/AMASPU ao Contrato 015/2016

AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

Partes: AMASPU e TOQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Vigência: prorrogação por 12 (doze) meses.

Base legal: artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 09 de novembro de 2017.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

TOQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME Contratada

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº 598/2017**

Publicação Nº 1422413

DECRETO Nº 598/2017

EMENTA: "Homologa 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2016 - 1º Aditivo ao Convênio de Cooperação Financeira que entre si celebram o Município de Irineópolis o Município de Porto União"

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º Fica Homologado o 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2016 - 1º Aditivo ao Convênio de Cooperação Financeira que entre si celebram o Município de Irineópolis o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de junho de 2017.

Porto União - SC, em 08 de novembro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 007A/2017 DE 29/09/2017. "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº005/2009 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO".**

Publicação Nº 1421749

LEI COMPLEMENTAR Nº 007A/2017 de 29/09/2017.

"Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº005/2009 de 08 de dezembro de 2009, que institui o Código Tributário do Município de Pouso Redondo".

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, na forma da Lei Orgânica do Município de Pouso Redondo, a seguinte Lei:

Art. 1º – Altera o caput do Art. 270, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009, inclui os incisos I a XXIII ao mesmo artigo, renumera o Parágrafo Único do Art. 270 para § 1º e inclui os §§ 2º, 3º e 4º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 270 – O serviço também se considera prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços;

XIV – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços;

XX – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços.

XXI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º Considera-se estabelecimento prestador:

[...]

§ 2º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 3º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos

ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no Parágrafo Único, ambos do Art. 8º-A, da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2º – Inclui os incisos XV e XVI, ao Art. 274, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 274 – ...

[...]

XV – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, subitens do item 12 (exceto o 12.13), 14.14, 16.01, 16.02, 17.05 e 17.10 da lista de serviços;

XVI – a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º, do Art. 270, desta Lei Complementar.

Art. 3º – Acrescenta o Art. 287-A, à Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 287-A – A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços.

Art. 4º – Altera o Anexo I, da Lista de Serviços e Tabela para Cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO I

#### LISTA DE SERVIÇOS E TABELA PARA CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

ITEM	Nomenclatura do serviço	Alíquota(em %)
1	Serviços de informática e congêneres.	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3
1.02	Programação.	3
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	3
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	3
3.01	VETADO	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01	Medicina e biomedicina.	3
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3
4.04	Instrumentação cirúrgica.	3
4.05	Acupuntura.	3

4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3
4.07	Serviços farmacêuticos.	3
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3
4.10	Nutrição.	3
4.11	Obstetrícia.	3
4.12	Odontologia.	3
4.13	Ortótica.	3
4.14	Próteses sob encomenda.	3
4.15	Psicanálise.	3
4.16	Psicologia.	3
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	3
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	3
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3
7.04	Demolição.	3
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3
7.08	Calafetação.	3
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3
7.14	VETADO	
7.15	VETADO	

7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilação, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3
9.03	Guias de turismo.	3
10	Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3
10.06	Agenciamento marítimo.	3
10.07	Agenciamento de notícias.	3
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	3
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	3
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01	Espectáculos teatrais.	5
12.02	Exibições cinematográficas.	5
12.03	Espectáculos circenses.	5
12.04	Programas de auditório.	5
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	5
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5
12.10	Corridas e competições de animais.	5
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5
12.12	Execução de música.	5
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01	VETADO	
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3

13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	3
14	Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3
14.02	Assistência técnica.	3
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	3
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3
14.10	Tinturaria e lavanderia.	3
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3
14.12	Funilaria e lanternagem.	3
14.13	Carpintaria e serralheria.	3
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08	- Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou cartões, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5

15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16	Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	2
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3
17.07	VETADO	
17.08	Franquia (franchising).	3
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3
17.13	Leilão e congêneres.	3
17.14	Advocacia.	3
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3
17.16	Auditoria.	3
17.17	Análise de Organização e Métodos.	3
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3
17.21	Estatística.	3
17.22	Cobrança em geral.	3
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros, inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	

19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	3
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	3
22	Serviços de exploração de rodovia.	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3
25	Serviços funerários.	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3
25.03	Planos ou convênio funerários.	3
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento	3
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	3
27	Serviços de assistência social.	
27.01	Serviços de assistência social.	3
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3
29	Serviços de biblioteconomia.	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	3
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3
32	Serviços de desenhos técnicos.	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	3
33	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3
36	Serviços de meteorologia.	
36.01	Serviços de meteorologia.	3
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3
38	Serviços de museologia.	
38.01	Serviços de museologia.	3
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	3

Art. 5º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de setembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - FMS

Publicação Nº 1422129

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2017 REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO (GÁS NATURAL VEÍCULAR – GNV) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO FUNDO MUNICIPL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 09:00 HORAS DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:15 HORAS DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00 ÀS 13:00 H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 275 DE 08.11.2017

Publicação Nº 1422003

DECRETO Nº. 275, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA RECEBIMENTO DE OBJETO DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XXIX, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, tudo combinado com as disposições do § 8 do Art.15, e alínea "b" do Inciso II do Art. 73, ambos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Especial, encarregada de receber objeto, Trator Agrícola Novo, ano/modelo 2017 ou superior, conforme Processo Licitatório nº 59/2017, realizado em 10.08.2017, Homologado em 24.08.2017, Adjudicado em 25.08.2017, do Município de Princesa-SC, modalidade Pregão Presencial nº 35/2017, para avaliar se o objeto em questão está de acordo com as especificações do Edital e com a proposta da empresa vencedora, a comissão fica assim constituída pelos membros abaixo relacionados, presidida pelo primeiro.

I – RUDI KOBER-SECRETÁRIO MUNICIPAL;

II – VALTAIR J. EPPING- MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

III- CLAUDEMIR N. WOLHMUTH- OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

IV- ADRIANO PHILIPSEN- MECÂNICO.

§ 1. Cabe a comissão emitir termo de conformidade do respectivo objeto.

Art. 2º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
08 de Novembro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE DE CONTAS Nº 01/2017.

Publicação Nº 1422885

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: GRÁFICA SANTA LÚCIA LTDA – EPP, CNPJ: 27.009.696/0001-73.

Termo de Ajuste de Contas: 01/2017-PM de 31/10/2017.

Processo Administrativo: 01/2017-PM

Fundamento Legal: art. 58 á 65 da Lei 4320/64.

Objeto: "Apurar e reconhecer a existência de dívida á Credor pelo fornecimento de serviços gráficos, carnês de IPTU, exercício de 2017, ao Município de Princesa/SC"

Data da Assinatura: 31/10/2017

Data da Publicação: 09/11/2017

Vigência: Custeio por material/serviço já fornecido ao Município.

Valor Total: R\$ 2.807,28(dois mil e oitocentos e sete reais e vinte e oito centavos)

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao Termo de Ajuste de Contas.

**PORTARIA Nº. 218 DE 08.11.2017**

Publicação Nº 1421835

PORTARIA Nº 218, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO MOBILIÁRIA DECORRENTE DE OBRA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e conforme disposto na Lei nº. 907 de 01 de Novembro de 2017, especialmente o disposto no artigo 41;

**RESOLVE**

Art. 1º. NOMEAR MEMBROS DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO, e identificação da valorização mobiliária relativas às obras públicas de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles situados na Rua Rio Grande do Sul, neste Município de Princesa – SC, Processo Licitatório 86/2017-PM, Tomada de Preços 09/2017-PM, correspondendo à quantia de R\$ 279.179,76 (duzentos e setenta e nove mil cento e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), correspondente a uma área de 4.458,75 m².

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

- JOÃO L. KAYSER- ENGENHEIRO CIVIL;
- EDINÉIA I. WILLE- AGENTE ADMINISTRATIVO;
- CLAUDINEI P. MORSCH- SECRETÁRIO MUNICIPAL;
- CLAUDEMIR NÓS- SECRETÁRIO MUNICIPAL;
- DIOGO LOCATELLI- CORRETOR DE IMÓVEIS;
- RUTI FREESE- ARQUITETO E URBANISTA;
- SILVIO DA SILVEIRA- ENGENHEIRO AGRÔNOMO.

Art. 3º. A Comissão de Avaliação terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de parecer conclusivo, no qual deverá constar a avaliação dos imóveis com seus respectivos valores antes e depois da obra, identificando pormenorizadamente a valorização efetiva do mesmo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º. Os serviços prestados pela Comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 08 de Novembro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0055/2017 - PMRA RETIFICADO

Publicação Nº 1422499

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2017 – PMRA RETIFICADO

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar a retificação Processo Licitatório nº 0077/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0055/2017 - PMRA, tendo como Objeto: Contratação de seguros incluindo: danos morais, materiais e pessoais causados a terceiros; Assistência 24hs veículo, RCO(Seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória) e Danos corporais e materiais causados a passageiros; morte acidental, por tripulante, invalidez permanente por acidente, por passageiro, despesas médicas hospitalares por passageiro, bagagens de passageiros, recomposição de registros e documentos de passageiros; despesas com honorários advocatícios - foro civil; para o ônibus placa MGP-6739; ônibus placa MIE 0658; micro-ônibus placa MHA-3660; micro-ônibus placa MIE 0638 e micro-ônibus Master MBus placa QIJ9567 a serviço do transporte escolar. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 22/11/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br). BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22 em horario de expediente. Rio das Antas (SC), 08 de novembro de 2017/ Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### DECRETO 3.877 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 142225

DECRETO Nº 3.877, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017  
"Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar"

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.122, de 26 de novembro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 91.031,65 (Noventa e um mil, trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).

#### Crédito Adicional

Tipo Crédito Projeto/Atividade Detalhamento Valor

Suplementar 2013 05.001.0025.0752.0005.2013.3339000000000000.01080404 49.000,00

Suplementar 2009 03.001.0004.0122.0002.2009.3339000000000000.01070406 740,00

Suplementar 1008 05.003.0015.0451.0005.1008.3449000000000000.03890564 30.491,65

Suplementar 2015 05.001.0006.0183.0005.2015.3339000000000000.03120539 9.000,00

Suplementar 2039 06.005.0012.0364.0006.2039.3339000000000000.01000400 1.800,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

#### Fonte de Recurso

Tipo Fonte Detalhamento Valor

Excesso 01080404 49.000,00

Excesso 01070406 740,00

Art. 3 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit Financeiro, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos

Superávit 03890564 30.491,65

Superávit 03120539 9.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Tipo Fonte Detalhamento Valor

Anulação Dotação 001000400 1.800,00

Art. 5 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 17 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO CONTRATO 88 2017 LK TREINAMENTOS

Publicação Nº 1422152

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2017

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratado: Educação Corporativa Ltda Me.

Objeto: Este contrato tem por objeto Curso de liderança que abordará temas relacionados à: gerenciamento de equipes de gestão pública eficaz; ferramentas de comunicação; reuniões eficazes; gestão de conflitos; administração do tempo..

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Vigência: 10/11/2017 a 31/12/2017

Rio do Campo (SC), 07/11/2017

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO 02-2017**

Publicação Nº 1422493

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Rua 29 de Dezembro, nº 70, centro.  
Fone: 3564.1671 e-mail: camara@cmriodocampo.sc.gov.br  
CNPJ:07.776.936/0001-58  
89198-000 – RIO DO CAMPO – SANTA CATARINA  
www.cmriodocampo.sc.gov.br

DECRETO LEGISLATIVO nº 002/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Cria Comissão Especial do Processo Seletivo, Edital nº 001/2017.

O Vereador ANTONIO CARLOS CONTEZINI, Presidente da Câmara Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, decreta o seguinte:  
Decreto Legislativo de nº. 002/2017.

Art. 1º Cria a Comissão Especial do Processo Seletivo que trata o Edital nº 001/2017, que será composta pelos membros abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Processo Seletivo, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

- 1 – Presidente – Darci Weber;
- 2 – Membro – Pedro Kloch, e,
- 3 – Membro – Pâmela Suélen Padilha Schörner.

Art. 2º O exercício da função dos membros a que alude o artigo anterior, é considerado serviço público relevante, sem ônus para os cofres municipais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 06 de novembro de 2017.  
ANTONIO CARLOS CONTEZINI  
Presidente

**EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.**

Publicação Nº 1422496

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Rua 29 de Dezembro, nº 70, centro.  
Fone: 3564.1671 e-mail: camara@cmriodocampo.sc.gov.br  
CNPJ:07.776.936/0001-58  
89198-000 – RIO DO CAMPO – SANTA CATARINA  
www.cmriodocampo.sc.gov.br

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

A CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO CAMPO/SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.776.936/0001-58, através de seu presidente Antonio Carlos Contezini, torna público que se estão abertas, no período de 13/11/2017 até 27/11/2017, as inscrições para o Processo Seletivo de uma vaga na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, de 20 horas semanais, para preenchimento de vagas em caráter temporário pelo período de 6 meses, a admissão se dará de acordo com a necessidade. As inscrições estarão abertas do dia 13/11/2017 ao dia 27/11/2017, na sede da Câmara Municipal de Rio do Campo-SC, situada na Rua 29 de Dezembro, nº. 70, Sala 01, Centro, deste Município. A prova escrita será no dia 10/12/2017 com início às 08:30 hs, nas dependências do CRAS (Centro da Referência de Assistência Social), em anexo ao Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida, situado na Rua Cornélius Kniebeler, nº 486 – Rio do Campo – SC. Maiores informações sobre o Processo Seletivo 01/2017 estão disponíveis no Edital de Processo Seletivo nº. 01/2017, no mural oficial da Câmara e em seu site no domínio <http://cmriodocampo.sc.gov.br/> e no domínio <http://www.riodocampo.sc.leg.br/>. Ou pelo telefone (47) 3564-1671.

Rio do Campo-SC, em 08 de novembro de 2017.  
Antonio Carlos Contezini  
Presidente

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 6635

Publicação Nº 1421871

DECRETO Nº 6.635 de 01 de novembro de 2017.

Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo MUNICIPAL, a Lei Federal nº 12.846, de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe confere o inciso VI do art. 37 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único. Os atos previstos como infrações administrativas à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, aplicando-se o rito procedimental previsto neste Decreto.

#### CAPÍTULO I - DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º - A apuração da responsabilidade administrativa de que trata este Decreto será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), o qual deverá ter sua tramitação pelo sistema de protocolo municipal.

Art. 3º - A fim de apurar a responsabilidade de pessoa jurídica pela prática de ato lesivo tipificado na Lei Federal nº 12.846, de 2013, a instauração e o julgamento do PAR, observados o contraditório e a ampla defesa, cabem ao Chefe do Executivo Municipal, podendo ser:

- I – delegados ao Secretário de Administração e Fazenda do Município, vedada a subdelegação; e
- II - exercidos de forma concorrente com o titular da Controladoria Interna do Município.

§ 1º. Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a autoridade que primeiro instaurar o PAR se tornará preventa.

§ 2º. O Controle Interno do Município ou o Procurador Geral poderão avocar o PAR, apenas com o fim de verificar a sua regularidade ou corrigir-lhe o andamento processual, sugerindo a autoridade instauradora, no caso, as medidas que entenderem necessárias.

Art. 4º - A autoridade de que trata o art. 3º deste Decreto, ao tomar ciência da possível ocorrência de ato lesivo à Administração Pública Municipal, no momento do juízo de admissibilidade e mediante despacho fundamentado, decidirá:

- I - pela abertura de investigação preliminar;
- II - pela instauração de PAR; ou
- III - pelo arquivamento da matéria.

Parágrafo único. A decisão de que tratam os incisos do caput deste artigo deverá ser comunicada ao Controle Interno do município no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 5º - Poderá ser instaurado procedimento de investigação preliminar, o qual terá caráter sigiloso e não punitivo e será destinado à averiguação de indícios de autoria e materialidade de todo e qualquer fato que possa acarretar a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Parágrafo Único. A investigação preliminar será conduzida por comissão composta por no mínimo 2 (dois) ou mais servidores efetivos.

Art. 6º - O procedimento de investigação preliminar de que trata o art. 5º deste Decreto poderá ser instaurado:

- I - de ofício;
- II - por meio de requerimento ou representação formulada por qualquer pessoa devidamente identificada, devendo conter a descrição dos fatos, os prováveis autores, o enquadramento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e a juntada de documentação pertinente; ou
- III - por meio de comunicação de outro órgão ou entidade estatal, acompanhada de despacho fundamentado da autoridade máxima, devendo conter a descrição dos fatos, os prováveis autores, o enquadramento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e a juntada de documentação pertinente.

Art. 7º - A comissão responsável pela investigação poderá utilizar-se de todos os meios probatórios admitidos em lei para a elucidação dos fatos.

Parágrafo único. O Controle Interno do Município poderá:

- I - requisitar nominalmente servidores estáveis do órgão ou da entidade envolvida na ocorrência para auxiliar na investigação; e
- II - solicitar, por intermédio da autoridade instauradora, à Procuradoria Geral do Município que requeira as medidas judiciais necessárias para a investigação das infrações, no País ou no exterior.

Art. 8º - A investigação deverá ser concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada pela autoridade instauradora uma única vez por igual período.

Art. 9º - Esgotadas as diligências ou vencido o prazo constante do art. 8º deste Decreto, a comissão responsável pela condução do procedimento investigatório elaborará relatório conclusivo, o qual deverá conter:

I - os fatos apurados;

II - a atribuição de autoria;

III - o enquadramento legal, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

IV - a sugestão de arquivamento ou de instauração do PAR para apuração da responsabilidade da pessoa jurídica, bem como o encaminhamento para outras autoridades competentes, conforme o caso.

Art. 10 - Recebidos os autos do procedimento de investigação na forma prevista no art. 9º deste Decreto, a autoridade de que trata o art. 3º deste Decreto poderá determinar a realização de novas diligências, o arquivamento da matéria ou a instauração de PAR.

Parágrafo único. Em caso de fato novo e/ou novas provas, os autos do procedimento de investigação poderão ser desarquivados, de ofício ou mediante requerimento, pela autoridade de que trata o art. 3º deste Decreto, mediante despacho fundamentado.

Art. 11 - A instauração do PAR se dará de ofício ou mediante provocação e será formalizada por meio de portaria devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e deverá conter:

I - o nome e o cargo da autoridade instauradora;

II - o nome empresarial, a firma, a razão social ou a denominação da pessoa jurídica;

III - o número da inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - os membros da comissão processante, com a indicação de um presidente e um secretário;

V - a síntese dos fatos e as normas em tese aplicáveis; e

VI - o prazo para a conclusão do processo com a apresentação de relatório sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica.

§ 1º. Os fatos não relatados poderão ser apurados no mesmo PAR, por meio do aditamento da portaria, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. A portaria de instauração do PAR deverá ser previamente submetida à Procuradoria Geral do Município, para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Art. 12 - O PAR será conduzido pela comissão processante composta por no mínimo 3 (três) servidores, sendo que dentre esses, 2/3 (dois terços) deverão obrigatoriamente serem servidores efetivos, que avaliará os fatos e as circunstâncias apresentadas com independência e imparcialidade, sendo assegurado nos limites constitucionais o sigilo necessário à elucidação dos fatos, à preservação da imagem dos envolvidos e, sobretudo, ao interesse público.

§ 1º. O presidente da comissão processante poderá requisitar ao Chefe do Executivo Municipal servidores efetivos para auxiliar na condução do PAR.

§ 2º. A comissão processante, para o devido e regular exercício de suas funções, poderá:

I - propor à autoridade instauradora a suspensão cautelar dos efeitos do ato ou do processo objeto de investigação;

II - solicitar a atuação de especialistas com notório conhecimento, de órgãos e entidades públicas ou de outras organizações, para auxiliar na análise da matéria sob exame; e

III - solicitar à Procuradoria Geral do Município que requeira as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive busca e apreensão, no País ou no exterior.

§ 3º. O sigilo mencionado no caput deste artigo restringirá o direito de consultar os autos e solicitar certidões às partes e aos seus procuradores.

Art. 13 - Instaurado o PAR, a comissão processante notificará a pessoa jurídica para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretende produzir.

§ 1º. Do instrumento de notificação constará:

I - a identificação da pessoa jurídica e, se for o caso, o número de sua inscrição no CNPJ;

II - a identificação do órgão ou da entidade envolvida na ocorrência e o número do processo administrativo instaurado;

III - a descrição sucinta dos atos lesivos supostamente praticados contra a Administração Pública Municipal e as sanções cabíveis;

IV - a informação de que a pessoa jurídica tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa escrita; e

V - a indicação precisa do local onde a defesa poderá ser protocolizada.

§ 2º. As notificações, bem como as intimações, serão feitas por via postal com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

§ 3º. A pessoa jurídica poderá ser intimada no domicílio de seu representante legal.

§ 4º. A pessoa jurídica poderá acompanhar o PAR por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, sendo-lhes assegurado amplo acesso aos autos do processo físico ou digital.

§ 5º. É vedada a retirada do PAR do órgão ou entidade pública, sendo autorizada a obtenção de cópias mediante requerimento.

§ 6º. Será feita nova intimação por meio de edital publicado no DOM, contando-se o prazo para apresentação da defesa a partir da nova publicação nos seguintes casos:

I - quando a pessoa jurídica estiver estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível; ou

II - quando infrutífera a intimação na forma do § 2º deste artigo.

§ 7º. As sociedades sem personalidade jurídica serão intimadas no domicílio da pessoa a quem couber a administração de seus bens, aplicando-se, caso infrutífera a intimação, o disposto no § 6º deste artigo.

§ 8º. Os atos processuais poderão ser realizados por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 14 - Decorrido o prazo estabelecido no art. 13 deste Decreto, com ou sem a apresentação de defesa escrita, a comissão processante dará continuidade aos trabalhos promovendo a instrução dos autos, podendo inclusive realizar diligências e solicitar informações a outros órgãos e entidades.

Art. 15 - As provas requeridas serão apreciadas pela comissão processante mediante despacho motivado, devendo ser fixado, no caso de deferimento, o prazo de produção das provas de acordo com a complexidade da causa e demais características do caso concreto.

§ 1º. A pessoa jurídica poderá requerer todas as provas admitidas em direito.

§ 2º. Havendo a juntada de novos documentos ao PAR, a comissão processante intimará a pessoa jurídica para que se manifeste em 5 (cinco) dias.

§ 3º. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, provas propostas pela pessoa jurídica que sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Art. 16 - A prova testemunhal poderá ser requerida pela pessoa jurídica acusada, que ficará incumbida de juntar o rol das testemunhas no prazo da defesa e apresentá-las em audiência estabelecida pela comissão processante, independentemente de intimação, sob pena de preclusão.

§ 1º. A pessoa jurídica poderá ser representada na audiência de que trata o caput deste artigo por preposto credenciado, que tenha pleno conhecimento dos fatos, munido de carta de preposição com poderes para confessar.

§ 2º. Constatado que a presença do representante da pessoa jurídica poderá influir no ânimo da testemunha, de modo a prejudicar a veracidade do depoimento, a comissão processante providenciará a sua retirada do recinto, prosseguindo na inquirição com a presença de seu defensor, caso houver, e fazendo o registro do ocorrido no termo de audiência.

§ 3º. O depoimento das testemunhas do PAR observará as regras do Processo Administrativo Disciplinar disposto na Lei Complementar nº 309, de 01 de Dezembro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.

Art. 17 - Encerrada a instrução, a pessoa jurídica terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da sua intimação.

Art. 18 - Em caso de risco iminente, a Administração Pública Municipal poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

Art. 19 - O prazo para a conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de sua instauração.

Parágrafo único. A autoridade instauradora, mediante provocação da comissão processante e por ato fundamentado, poderá prorrogar o prazo previsto no caput deste artigo por igual período.

Art. 20 - A comissão processante, ao constatar a suposta ocorrência das situações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, ainda que antes da finalização do relatório de que trata o art. 22 deste Decreto, dará ciência à pessoa jurídica e notificará os administradores e sócios com poderes de administração, para informar sobre a possibilidade de serem estendidos a eles os efeitos das sanções que porventura sejam aplicadas, a fim de que exerçam o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º. O Controle Interno do município poderá recomendar à comissão processante a inserção, em sua análise, da desconsideração da personalidade jurídica da empresa processada, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º. A notificação dos administradores e sócios com poderes de administração deverá observar o disposto no art. 20 deste Decreto, informar sobre a possibilidade de a eles serem estendidos os efeitos das sanções que porventura venham a ser aplicadas à pessoa jurídica e conter, também, resumidamente, os elementos que embasam a possibilidade de sua desconsideração.

§ 3º. Os administradores e sócios com poderes de administração terão os mesmos prazos previstos para a pessoa jurídica.

§ 4º. A decisão sobre a desconsideração da pessoa jurídica caberá à autoridade que instaurou o PAR e integrará a decisão de que trata o

art. 23 deste Decreto.

§ 5º. Os administradores e sócios com poderes de administração poderão recorrer da decisão que declarar a desconconsideração da pessoa jurídica, observado o disposto no art. 24 deste Decreto.

Art. 21 - Havendo indícios de simulação ou fraude na fusão e incorporação, na forma do § 1º do art. 4º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, a comissão processante apreciará os fatos notificando a pessoa jurídica para oportunizar o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º. O relatório da comissão processante será conclusivo quanto à ocorrência dos indícios de que trata o caput deste artigo.

§ 2º. A decisão quanto à simulação e fraude será proferida pela autoridade que instaurou o PAR e integrará a decisão de que trata o art. 23 deste Decreto.

Art. 22 - Decorrido o prazo estabelecido no art. 17 deste Decreto, a comissão processante elaborará relatório final fundamentado a respeito dos fatos apurados, do qual deverão constar:

I - descrição dos fatos apurados durante a instrução probatória;

II - detalhamento das provas ou de sua insuficiência, bem como apreciação da defesa e dos argumentos jurídicos que a lastreiam;

III - indicação de eventual prática de ilícitos administrativos, civis ou criminais por parte de agentes públicos;

IV - indicação do cumprimento integral de todas as suas cláusulas, caso tenha sido celebrado acordo de leniência;

V - análise da existência e do funcionamento de programa de integridade e auditoria;

VI - conclusão objetiva quanto à responsabilização ou não da pessoa jurídica e, se for o caso, sobre a desconconsideração de sua personalidade jurídica ou sobre ocorrência de simulação ou fraude, sugerindo, de forma motivada, as sanções a serem aplicadas;

VII - as sanções administrativas e a dosimetria de multa, no caso de responsabilidade administrativa da pessoa jurídica; e

VIII - as justificativas para o arquivamento do PAR.

§ 1º. O relatório será encaminhado à autoridade competente para julgamento, o qual será precedido de manifestação jurídica elaborada pela PGE.

§ 2º. No caso de a pessoa jurídica ter celebrado acordo de leniência, o relatório deverá informar se ele foi cumprido.

§ 3º. No caso do inciso III do caput deste artigo, o relatório da comissão será encaminhado ao Ministério Público de Santa Catarina pela autoridade julgadora.

Art. 23 - A decisão administrativa, proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, deverá ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

§ 1º. Na hipótese de decisão administrativa proferida contrária ao relatório da comissão processante, haverá necessidade de justificação com base nas provas produzidas no PAR.

§ 2º. A decisão prevista no caput deste artigo será:

I - publicada no DOM;

II - remetida à pessoa jurídica por via postal com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada; e

III - comunicada ao Controle Interno do Município.

§ 3º. Caso seja verificada a ocorrência de eventuais ilícitos a serem apurados em outras instâncias, o relatório da comissão processante será encaminhado, pela autoridade julgadora:

I - ao Ministério Público;

II - à Procuradoria Geral do Município;

III - a outros Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, em caso de suspeita da prática de ilícitos que possam envolvê-los.

Art. 24 - Da decisão administrativa sancionadora caberá pedido de reconsideração com efeito suspensivo no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de intimação da decisão.

§ 1º. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não apresentar pedido de reconsideração deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contados do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

§ 2º. A autoridade julgadora terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir sobre a matéria alegada no pedido de reconsideração e publicar nova decisão.

§ 3º. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica novo prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contados da data de intimação da nova decisão.

## CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 25 - Ficam as pessoas jurídicas infratoras sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013:

I - multa; e

II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

## Seção I - Da Multa

Art. 26 - O valor da multa será fixada com base na gravidade e na repercussão social da infração, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo vedado o quantum inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

Art. 27 - São circunstâncias que sempre agravam o cálculo da multa:

I - valor do contrato firmado ou pretendido superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - vantagem auferida ou pretendida pelo infrator superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

III - relação do ato lesivo com atividades de fiscalização, tributárias e não tributárias, bem como contratos, convênios, termos de fomento, termos de colaboração ou qualquer modalidade de transferência nas áreas da saúde, educação, segurança pública ou assistência social;

IV - reincidência, assim definida a ocorrência de nova infração, idêntica ou não à anterior, tipificada como ato lesivo pelo art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, em menos de 5 (cinco) anos, contados da publicação do julgamento da infração anterior;

V - tolerância ou ciência de pessoas do corpo diretivo ou gerencial da pessoa jurídica;

VI - interrupção na prestação de serviço público ou do fornecimento de bens;

VII - paralisação de obra pública; e

VIII - situação econômica do infrator com base na apresentação de índice de solvência geral e índice de liquidez geral superiores a 1 (um) e demonstração de lucro líquido no último exercício anterior ao da ocorrência do ato lesivo.

Art. 28 - São circunstâncias atenuantes:

I - a não consumação do ato lesivo;

II - a colaboração efetiva da pessoa jurídica com a investigação ou a apuração do ato lesivo, independentemente do acordo de leniência;

III - a comunicação espontânea pela pessoa jurídica antes da instauração do processo administrativo em relação à ocorrência do ato lesivo; e

IV - o ressarcimento integral dos danos causados à Administração Pública Estadual antes de proferida a decisão administrativa condenatória.

Art. 29 - A aplicação da multa no percentual máximo ou mínimo estabelecidos no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, independe do enquadramento da pessoa jurídica em todas as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 30 - A comprovação pela pessoa jurídica da existência da implementação de um programa de integridade e auditoria configurará causa especial de diminuição da multa e deverá se sobrepor a qualquer outra circunstância atenuante no respectivo cálculo.

§ 1º. A avaliação do programa de integridade e auditoria, para a definição do percentual de redução da multa, deverá levar em consideração as informações prestadas e sua comprovação nos relatórios de perfil e de conformidade do programa.

§ 2º. O programa de integridade e auditoria meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, não será considerado para fins de aplicação do percentual de redução de que trata este artigo.

§ 3º. A aplicação da multa no percentual mínimo, em razão da implementação de um programa de integridade e auditoria, fica condicionada ao atendimento pleno dos incisos do caput do art. 53.

§ 4º. Caso o programa de integridade e auditoria avaliado tenha sido criado após a ocorrência do ato lesivo objeto da apuração, o inciso III do art. 53 será considerado automaticamente não atendido.

§ 5º. A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e requisitar novos documentos para fins da avaliação de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 31 - O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou esperados pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 32 - Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do processo administrativo, o cálculo do valor da multa incidirá:

I - sobre o valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, excluídos os tributos, no ano em que ocorreu o ato lesivo;

II - sobre o montante total de recursos recebidos pela pessoa jurídica sem fins lucrativos no ano em que ocorreu o ato lesivo; ou

III - nas demais hipóteses, sobre o faturamento anual estimável da pessoa jurídica, levando em consideração quaisquer informações sobre a sua situação econômica ou o estado de seus negócios.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o valor da multa fica estabelecido entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Art. 33 - O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado.

Parágrafo único. O inadimplemento acarretará em inscrição da multa em Dívida Ativa do Município, independentemente de outros procedimentos extrajudiciais ou judiciais para a cobrança.

## Seção II - Da Publicação Extraordinária da Decisão Administrativa Sancionadora

Art. 34 - No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão no PAR, o extrato da decisão condenatória será publicado, às expensas da pessoa jurídica infratora, cumulativamente:

I - no DOM;

II - em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

III - em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

IV - na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O extrato da decisão condenatória também poderá ser publicado no sítio eletrônico do município de Rio do Sul – SC.

### CAPÍTULO III - DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 35 - Serão solicitadas pela comissão processante ou autoridade julgadora e, no que couber, à Procuradoria Geral do Município:

I - a cobrança da multa administrativa aplicada no PAR;

II - a promoção da publicação extraordinária;

III - a persecução das sanções referidas nos incisos I a IV do caput do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

IV - a reparação integral dos danos e prejuízos; e/ou

V - eventual atuação judicial para a finalidade de instrução ou garantia do processo judicial ou preservação do acordo de leniência.

### CAPÍTULO IV - DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 36 - O titular do órgão de Controle Interno do Município poderá celebrar acordo de leniência, sob a supervisão da Procuradoria Geral do Município, com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal no 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos em normas de licitações e contratos, na forma do art. 1º deste Decreto, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, devendo resultar dessa colaboração:

I - a identificação dos demais envolvidos na infração administrativa, quando couber; e

II - a obtenção célere de informações e documentos que comprovem a infração sob apuração.

Art. 37 - A pessoa jurídica que pretenda celebrar acordo de leniência deverá:

I - ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico;

II - ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo a partir da data da propositura do acordo;

III - admitir sua participação na infração administrativa;

IV - cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo e comparecer, sob suas expensas e sempre que solicitada, aos atos processuais até o seu encerramento; e

V - fornecer informações, documentos e elementos que comprovem a infração administrativa.

§ 1º. o acordo de leniência de que trata o caput deste artigo será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 2º. A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

Art. 38 - A proposta do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19, ambos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

§ 1º. Os benefícios previstos no caput deste artigo ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§ 2º. Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrarem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

§ 3º. A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 39 - A proposta de celebração de acordo de leniência poderá ser feita de forma escrita e tramitará em autos apartados do PAR, oportunidade em que a pessoa jurídica proponente declarará expressamente que foi orientada a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais e de que o não atendimento às determinações e solicitações durante a etapa de negociação importará na desistência da proposta.

§ 1º. A proposta apresentada receberá tratamento sigiloso, nos termos do § 6º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, inclusive no cadastro do processo no sistema de protocolo do município, e o acesso ao seu conteúdo e processamento será restrito aos representantes e procuradores da proponente e aos servidores especificamente designados para participar da negociação do acordo de leniência, ressalvada a possibilidade de a proponente autorizar a divulgação ou o compartilhamento da existência da proposta ou de seu conteúdo, desde que haja anuência da autoridade competente.

§ 2º. Poderá ser firmado memorando de entendimentos entre a pessoa jurídica proponente e o órgão de Controle Interno do Município para formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo de leniência.

Art. 40 - Apresentada a proposta de acordo de leniência, o órgão de Controle Interno do Município:

I - designará, por despacho, comissão responsável pela condução da negociação do acordo, composta por no mínimo 3 (três) servidores públicos efetivos, sendo que dentre eles deve haver pelo menos um advogado efetivo do Poder Executivo, que a presidirá;

II - supervisionará os trabalhos relativos à negociação do acordo de leniência, podendo participar das reuniões relacionadas à atividade de negociação; e

III - poderá requisitar os autos de processos administrativos de responsabilização em curso, relacionados aos fatos objeto do acordo.

Parágrafo único. O órgão de Controle Interno poderá requisitar servidores de qualquer órgão municipal para auxiliar na análise da proposta do acordo de leniência.

Art. 41 - Compete à comissão responsável pela condução da negociação do acordo de leniência:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem o atendimento aos incisos do caput do art. 37 deste Decreto;

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV - proceder à avaliação do programa de integridade e auditoria, caso exista, nos termos deste Decreto;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, façam-se necessárias para assegurar:

a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e

d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência; e

VI - submeter ao titular do órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno relatório conclusivo acerca das negociações, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos no art. 38 deste Decreto.

Art. 42 - Não importará no reconhecimento da prática do ato lesivo investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada, da qual não se fará qualquer divulgação, ressalvado o disposto no § 1º do art. 39.

Art. 43 - A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta.

§ 1º. A desistência da proposta de acordo de leniência:

I - não importará na confissão quanto à matéria de fato nem no reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica;

II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a Administração Pública Municipal tiver conhecimento deles por outros meios; e

III - implicará a não divulgação da proposta, ressalvado o disposto no § 1º do art. 39.

§ 2º. O não atendimento às determinações e requisições do órgão de Controle Interno durante a etapa de negociação importará na desistência da proposta.

Art. 44 - Os documentos apresentados pela pessoa jurídica proponente durante a negociação serão devolvidos, sem retenção de cópias, inclusive as digitalizadas, caso o acordo não venha a ser celebrado, sendo vedado o uso para fins de responsabilização, exceto quando a Administração Pública Municipal tiver conhecimento deles independentemente da apresentação da proposta do acordo de leniência.

Art. 45 - O acordo de leniência estipulará as condições para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo, do qual constarão cláusulas e obrigações que, diante das circunstâncias do caso concreto, façam-se necessárias.

Art. 46 - Do acordo de leniência constará obrigatoriamente:

I - a identificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes legais acompanhada da documentação pertinente;

II - a descrição da prática denunciada, incluindo a identificação dos participantes de que a pessoa jurídica tenha conhecimento e relato de suas respectivas participações no suposto ilícito, com a individualização das condutas;

III - a confissão da participação da pessoa jurídica no suposto ilícito, com a individualização de sua conduta;

IV - a declaração da pessoa jurídica no sentido de ter cessado completamente o seu envolvimento no suposto ilícito, antes ou a partir da data da propositura do acordo;

V - a lista com os documentos fornecidos ou que a pessoa jurídica se obriga a fornecer com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, com o prazo para a sua disponibilização;

VI - a obrigação da pessoa jurídica em cooperar plena e permanentemente com as investigações e com o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento;

VII - o percentual em que será reduzida a multa, bem como a indicação das demais sanções que serão isentas ou atenuantes e qual grau de atenuação, caso a pessoa jurídica cumpra suas obrigações no acordo;

VIII - a previsão de que o não cumprimento, pela pessoa jurídica, das obrigações previstas no acordo de leniência resultará na perda dos benefícios previstos no § 2º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

IX - a natureza de título executivo extrajudicial do instrumento do acordo, nos termos do Código de Processo Civil;

X - a adoção, aplicação ou aperfeiçoamento de programa de integridade e auditoria, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo V;

XI - a o prazo e a forma de acompanhamento, pelo órgão de Controle Interno do Município, do cumprimento das condições nele estabelecidas; e

XII - as demais condições que o órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno considere necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 1º. A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo nos interesses das investigações e do processo administrativo.

§ 2º. O percentual de redução da multa previsto no § 2º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e a isenção ou a atenuação das sanções administrativas estabelecidas nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666, de 1993, serão estabelecidos na fase de negociação, levando-se em consideração o grau de cooperação plena e permanente da pessoa jurídica com as investigações e o processo administrativo, especialmente com relação ao detalhamento das práticas ilícitas, a identificação dos demais envolvidos na infração, quando for o caso, e as provas apresentadas, observado o disposto no § 3º deste artigo.

Art. 47 - A pessoa jurídica que, ao celebrar acordo de leniência, fornecer provas falsas, omitir ou destruir provas ou, de qualquer modo, comportar-se de maneira contrária à boa-fé ou não cumprir o requisito de cooperação plena e permanente, sofrerá as seguintes consequências:

I - terá a ocorrência registrada nos autos do PAR;

II - terá a ocorrência comunicada ao Ministério Público de Santa Catarina;

III - ficará impedida de usufruir os benefícios previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

IV - será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Art. 48 - No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela Administração Pública Municipal do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no CNEP.

Art. 49 - Concluído o acompanhamento de que trata o inciso XI do art. 46, o acordo de leniência será considerado definitivamente cumprido por meio de ato do órgão de Controle Interno do Município, que declarará a isenção ou o cumprimento das sanções previstas no art. 38 deste Decreto.

Art. 50 - Cumprido o acordo de leniência, serão declarados em favor da pessoa jurídica colaboradora, nos termos previamente firmados no acordo, um ou mais dos seguintes efeitos:

I - isenção da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora;

II - isenção da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicos e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo Poder Público;

III - redução do valor final da multa aplicável em até 2/3 (dois terços); ou

IV - isenção ou atenuação das sanções administrativas previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos.

Art. 51 - A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

## CAPÍTULO V - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 52 - Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e os riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual por sua vez deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, com vistas à sua efetividade.

Art. 53 - O programa de integridade, conforme o disposto no art. 30 deste Decreto, será avaliado, quanto à sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;

II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;

III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros;

IV - treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;

V - análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;

VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;

VIII - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros;

IX - independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;

X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;

XI - medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

XII - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XIII - diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros;

XIV - verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;

XV - monitoramento contínuo do programa de integridade com vistas ao seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

XVI - transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos.

§ 1º. Na avaliação dos parâmetros de que trata este artigo, serão considerados o porte e as seguintes especificidades da pessoa jurídica:

I - quantidade de funcionários, empregados e colaboradores;

II - complexidade da hierarquia interna e quantidade de departamentos, diretorias ou setores;

III - utilização de agentes intermediários;

IV - setor do mercado em que atua;

V - países em que atua, direta ou indiretamente;

VI - grau de interação com o setor público e importância de autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações;

VII - quantidade e localização das pessoas jurídicas que integram o grupo econômico; e

VIII - o fato de ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 2º. A efetividade do programa de integridade em relação ao ato lesivo objeto de apuração será considerada para fins da avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 3º. Na avaliação de microempresas e empresas de pequeno porte, serão reduzidas as formalidades dos parâmetros previstos neste artigo, não se exigindo, especificamente, os incisos III, V, IX, X, XIII, XIV e XV do caput.

Art. 54 - Para que seu programa de integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar:

I - relatório de perfil; e

II - relatório de conformidade do programa.

Art. 55 - No relatório de perfil, a pessoa jurídica deverá:

I - indicar os setores do mercado em que atua em território nacional e, se for o caso, no exterior;

II - apresentar sua estrutura organizacional, descrevendo a hierarquia interna, o processo decisório e as principais competências de conselhos, diretorias, departamentos ou setores;

III - informar o quantitativo de empregados, funcionários e colaboradores;

IV - especificar e contextualizar as interações estabelecidas com a Administração Pública nacional ou estrangeira, destacando:

a) a importância da obtenção de autorização, licenças e permissões governamentais em suas atividades;

b) o quantitativo e os valores de contratos celebrados ou vigentes com entidades e órgãos públicos nos últimos 3 (três) anos e a participação desses no faturamento anual da pessoa jurídica; e

c) a frequência e a relevância da utilização de agentes intermediários nas interações com o setor público;

V - descrever as participações societárias que envolvam a pessoa jurídica na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada; e

VI - informar sua qualificação, se for o caso, como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 56. No relatório de conformidade do programa, a pessoa jurídica deverá:

I - informar a estrutura do programa de integridade, com:

a) indicação de quais parâmetros previstos nos incisos do caput do art. 53 foram implementados;

b) descrição de como os parâmetros previstos na alínea "a" deste inciso foram implementados; e

c) explicação da importância da implementação de cada um dos parâmetros previstos na alínea "a" deste inciso, diante das especificidades da pessoa jurídica, para a mitigação de risco de ocorrência de atos lesivos constantes do art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

II - demonstrar o funcionamento do programa de integridade na rotina da pessoa jurídica, com histórico de dados, estatísticas e casos concretos; e

III - demonstrar a atuação do programa de integridade na prevenção, detecção e remediação do ato lesivo objeto da apuração.

§ 1º - A pessoa jurídica deverá comprovar suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

§ 2º - A comprovação de que trata o § 1º deste artigo pode abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

## CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57 - A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, será destinado à administração pública municipal direta ou indireta de onde tenha ocorrido a lesão.

Art. 58 - O PAR instaurado no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual será cadastrado no Sistema de Protocolo municipal.

Art. 59 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

Art. 60 - Caberá ao órgão de Controle Interno do Município expedir normas complementares que se fizerem necessárias à operacionalização

deste Decreto.

Art. 61 - Ficam os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal obrigados a informar e manter atualizados os dados relativos às sanções impostas com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, para fins de publicidade, inclusive no CNEP.

§ 1º. As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo, inclusive o seu descumprimento.

§ 2º - O registro se dará no Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CNEP), cujas instruções encontram-se disponíveis nos sítios eletrônicos <https://www.ceiscadastro.cgu.gov.br> ou [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br).

Art. 62 - Subsidiariamente, será aplicada a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 63 – Aos servidores municipais designados para participarem das comissões previstas nesta lei será devido a gratificação do art. 101 da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, com a vedação do seu § 2º.

Art. 64 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 01 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal de Rio do Sul

## DECRETO 6660

Publicação Nº 1421845

DECRETO Nº 6660, de 08 de novembro de 2017.

“INSTITUI GRUPO DE ESTUDOS VISANDO A ANÁLISE DE CRIAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS PARA ALUNOS DO MUNICÍPIO QUE VENHAM A CURSAR MEDICINA NA UNIDAVI.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atribuição que lhe é conferida no inciso VI, do art. 37 da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Fica instituído o grupo de estudos com atribuição de analisar a possibilidade de instituir bolsa de estudos aos alunos residentes no município de Rio do Sul – SC que estejam ou forem cursar medicina na UNIDAVI – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

Art. 2º. O grupo de estudos é composto pelos seguintes membros:

I – Como representante do Poder Executivo e presidente, Sr. Jaison Fernando de Souza;

II – Como representantes da UNIDAVI, Srs. Augusto Fey e Niladir Butzke;

III – Como representante dos pais dos alunos que cursam medicina, Sr. Almir Marchi;

IV – Como representante dos alunos que cursam medicina, Sr. Frederico Ferrari;

V – Como representante do Poder Legislativo, Sr. Roberto Andrade Bastos.

Parágrafo Único. O grupo de estudos poderá, por seu presidente, poderá solicitar estudos, relatórios, pareceres e tudo que se fizer necessário ao desempenho de suas atribuições, solicitando para isso a colaboração de qualquer setor da municipalidade, realização de diligências externar e auxílios de outros órgãos governamentais.

Art 3º. O grupo de estudos deverá concluir seu trabalho no prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante pedido justificado.

Art 4º. Concluídos os trabalhos do grupo de estudos, deverá ser apresentado um relatório conclusivo ao Prefeito Municipal.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá expedir atos complementares e regulamentos necessários ao cumprimento do presente decreto.

Art. 6º. O grupo de estudos deverá se reunir quantas vezes forem necessárias para o objetivo deste decreto.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6648, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422572

DECRETO Nº 6648, de 01 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE MOTORISTA E DO VEÍCULO CHEV/SPIN 1.8, PLACAS MJV9827, DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto o veículo, conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado, nos dias 02 à 05 de novembro de 2017, para levar servidores para a cidade de Lages onde participaram dos Jogos Abertos de SC.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem com a do motorista, servidor Sebastião do Amaral, matrícula nº 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6649, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422578

DECRETO Nº 6649, de 01 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE MOTORISTA E DO VEÍCULO CHEV/SPIN 1.8, PLACAS MJV9827, DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto o veículo, conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado, nos dias 06 à 12 de novembro de 2017, para levar servidores para a cidade de Lages onde participaram dos Jogos Abertos de SC.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem com a do motorista, servidor Cacildo João Furlani, matrícula nº 2631002, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6654, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422580

DECRETO Nº 6654, de 06 de novembro de 2017.

"CONCESSÃO DO VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, POR PRAZO DETERMINADO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto o veículo, conforme segue: Veículo VW/17210 NEOBUS MEGA – Placas MCH6798 – Cor Branca – Frota 231 – Chassi 9BWRF82W82R214051 – Ano 2002/2002 – Renavam 790653737 – Patrimônio 1478, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, nos dia 31 de outubro de 2017, com saída às 06h45min., para a cidade de Agrolândia, para levar o grupo de idosos para jogos na modalidade da Terceira Idade, com retorno próximo as 17h.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo e motorista, o servidor Rolf Rudi Kusterko, matrícula 16608, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6656, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422582

DECRETO Nº 6656, de 06 de novembro de 2017.

"SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica substituído o membro para compor a Comissão Especial de Processo Seletivo – Edital nº 004/2017.

Aline França, em substituição a Carla Fabiana Ribeiro.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6657, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422586

DECRETO Nº 6657, de 07 de novembro de 2017

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 5.638/15.

DECRETA:

Art.1º - Ficam substituídos os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Educação, como representantes da respectiva entidade:

- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Juceli Pagani Negri (titular), substituindo Caroline Soster Candido.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
07 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **DECRETO Nº 6658, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422591

DECRETO Nº 6658, de 06 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA O 13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado ao 13º Batalhão de Polícia Militar veículo, conforme segue:

Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2009/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 380 – Chassi 9532882W7AR011863 – Renavam 196451353

Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado das 07h30min., às 17h30min., do dia 09 de novembro de 2017, para o transporte dos Alunos do Curso de Soldados, para atividades externas ao Batalhão.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião Amaral, Matrícula número 2631002, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEGOV.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
07 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **DECRETO Nº 6659, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422592

DECRETO Nº 6659, de 07 de novembro de 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2017 FMS, DE 11.10.2017”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 6575, de 04 de outubro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 038/2017 FMS, de 11.10.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

AUTO ELITE LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
07 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6659/2017

Pregão Presencial: Nº 038/2017 FMS, de 11.10.2017.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR FABRICAÇÃO NACIONAL ZERO (0) KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CUJAS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRAM-SE DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

Participantes:

AUTO ELITE LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

AUTO ELITE LTDA.

### **Portaria n. 1401/DGP de 03 de novembro de 2017.**

Publicação Nº 1422271

PORTARIA N. 1401/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, considerando:

• As conclusões da Comissão Processante de fls090 a 094, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 015/2017, instaurado pela Portaria n. 0672/DGP de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de maio de 2017 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 096 e 097 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o senhor Haroldo Swarowsky restitua o valor pago a título de franquia, que na época correspondia a R\$ 6.673,28 (seis mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos), de acordo com às fls. 08 e 09 dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 015/2017, com correção monetária.

Art. 2º. Determinar ao Departamento de Gestão Pessoas que encaminhe os autos do processo em questão para a Procuradoria Geral do Município para que efetue a cobrança do respectivo valor.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

### **Portaria n. 1403/DGP de 03 de novembro de 2017**

Publicação Nº 1422287

PORTARIA N. 1403/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar n. 347 de 07 de fevereiro de 2017 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Relatório de análise CI 003/2017, referente à prestação de serviços realizados na dispensa de licitação n. 76/2017 e anexos,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 014/2017, a fim de apurar os fatos relatados no documento citado, no que tange aos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela empresa de Serviço de Hidrojato MA Desentupidora.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0259/RH, de 23 de fevereiro de 2017, publicada em 01 de março de 2017, alterada pela Portaria n. 0452/RH de 04 de abril de 2017, publicada em 06 de abril de 2017, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

### **Portaria n. 1404/DGP de 03 de novembro de 2017**

Publicação Nº 1422290

PORTARIA N. 1404/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e, considerando o Relatório de análise CI 003/2017, referente à prestação de serviços realizados na dispensa de licitação n. 76/2017 e anexos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar eu seja instaurado Processo Administrativo n. 002/2017, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, para verificar possíveis irregularidades ocorridas durante a prestação de serviços pela empresa de Serviço de Hidrojato MA Desentupidora.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 002/2017, composta pelos seguintes servidores:

- a) ELISANDRA DIAS PEIKER, matrícula n. 3517001, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;
- b) PAULO RENE RODRIGUES DE MOURA, matrícula n. 166413-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão;
- c) JEFFERSON OLIMPIO TAMBOSI, matrícula n. 75795-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Lso

### **PORTARIA Nº 001.2017-SEGOV, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422569

Portaria nº 001.2017/SEGOV, de 07 de novembro de 2017.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, José Eduardo Rothbarth Thomé, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Instaurar procedimento de Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os fatos referente a prática de ato de gestão antieconômico e ou omissão no cumprimento do dever legal que resultou prejuízo ao erário.

Art. 2º- Constituir Comissão formada pelos servidores Daniel Gorges, matrícula nº 235245, Robson Ferreira Fernandes, matrícula nº 170879, e Rubia Cristina Mohr, matrícula 108170, para a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação desta Portaria e no prazo de 60 dias, a tomada de contas especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TC 013/2012, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

GABINETE DO PREFEITO.  
07 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017**

Publicação Nº 1422860

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE, ESCAVADEIRA HIDRAULICA TIPO "PC" E OPERADORES, PARA REABILITAÇÃO DO TRECHO DA ESTRADA GERAL DA COMUNIDADE BONFIM. DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 22/11/2017, às 13:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:30h do dia 22/11/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 08 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

CRISTIAN CAE SEEMANN STASSUN  
Secretário de Gestão de Governo

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 21/11/2017**

Publicação Nº 1422245

**PAUTA DE JULGAMENTO**

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –  
LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 21/11/2017

HORA DA SESSÃO: 13h30min

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

REQUERENTE	ISENÇÃO	ANO	RELATOR
MARIA CONCEIÇÃO VIEIRA DIRKSEN	2770	2017	JONNY SCHMIDT
MARLISE GALVAN	10452	2017	JONNY SCHMIDT
ENEDINA KOHLS	3967	2017	JONNY SCHMIDT
LENIR HORST	4105	2017	JONNY SCHMIDT
NILTON STEUCK	4903	2017	JONNY SCHMIDT
ARTUR BONA	2879	2017	JONNY SCHMIDT
DALTRO RODRIGUES	3885	2017	JONNY SCHMIDT
INGOBERTO ERDMANN	2760	2017	JONNY SCHMIDT
ALEXANDRE PEREIRA – ESPOLIO	3394	2017	JONNY SCHMIDT
ELENICE TEREZINHA SCHMITZ	3354	2017	JONNY SCHMIDT
ALICIA PAVLAK	3523	2017	JONNY SCHMIDT
ESTEFANIA WEISS	3082	2017	JONNY SCHMIDT
LEONIR LIBIO DA SILVA	10409	2017	JONNY SCHMIDT
ESTELIA DE SOUZA	3075	2017	JONNY SCHMIDT
RENALDO HENNING	2907	2017	JONNY SCHMIDT
OLIVIO VIEIRA	3461	2017	JONNY SCHMIDT
IVONE STUPP	3123	2017	JONNY SCHMIDT
EDSON GODOY	3016	2017	JONNY SCHMIDT

REGINA KOEPP BOGO	3280	2017	JONNY SCHMIDT
MARIA ZILMA MONTEIRO	7237	2017	JONNY SCHMIDT
AMANTINHO HOFFMANN	2672	2017	JONNY SCHMIDT
NELITO FLORIANO KRIGER	2758	2017	JONNY SCHMIDT
BRUNA REGINA BECKER	3875	2017	JONNY SCHMIDT
ROSA FERMINO	10296	2017	JONNY SCHMIDT
MARTINHO MICHELS	3331	2017	JONNY SCHMIDT
MARLISE STALOH	8408	2017	JONNY SCHMIDT
BERTOLINA BRUDER DE LIMA	1073	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
NEUSA MARIA DE SOUZA	2219	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
ERNA ANGELA PICOLI	633	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
SALETE GONCALVES	711	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
VIRGILIO STUPP	1188	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
JANETE DO NASCIMENTO	707	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
PAULO SADOTE DA SILVA	1373	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
REINALDO KLEIBERG	749	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
JOSÉ CARLOS MACEDO DA SILVA	1339	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
ALVORACI DE ANDRADE	785	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
SANTILIA DE ANDRADE DEUCHER	1506	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
FERNANDO JOSÉ DE AMORIM	1673	2017	JOSE LUIS DO NASCIMENTO
ANTONIO VIEIRA	2782	2017	RONALDO DA ROCHA
EVANILDE DEMARCH	2964	2017	RONALDO DA ROCHA
MARILEIA PANDINI	8413	2017	RONALDO DA ROCHA
BERTIN SCHULZ FILHO	3149	2017	RONALDO DA ROCHA
ARLETE LOOZ	3644	2017	RONALDO DA ROCHA
OSNI SCHLEMPER	3532	2017	RONALDO DA ROCHA
DORITA KUENZER	3456	2017	RONALDO DA ROCHA
WIGANDO GUNTHER	2995	2017	RONALDO DA ROCHA
MARLI HARBS	2974	2017	RONALDO DA ROCHA
JOAO MAGNANI	3818	2017	RONALDO DA ROCHA
EDITE HASSE DIOGO	3863	2017	RONALDO DA ROCHA
JUDITE PEREIRA RUSTER	3396	2017	RONALDO DA ROCHA
MARISA BIESDORF	4806	2017	RONALDO DA ROCHA
LUCIA MARISIA SILVANO DUARTE	3574	2017	RONALDO DA ROCHA
JOAO CARLOS WARMLING	2913	2017	RONALDO DA ROCHA
ORLANDO HERBST	2792	2017	RONALDO DA ROCHA
IHARA LANGE	3686	2017	RONALDO DA ROCHA
MARINA BARBARA DA SILVA	3487	2017	RONALDO DA ROCHA
SELMA DOS SANTOS	2324	2017	RONALDO DA ROCHA
VALDETE HOLDORF	3929	2017	RONALDO DA ROCHA
NAIR FRANCOZI ZANIZ	3085	2017	RONALDO DA ROCHA
BENTA BRACELLO	5275	2017	RONALDO DA ROCHA
JULIANA REGIS DA SILVA	10326	2017	RONALDO DA ROCHA
OTILIA GUCKERT	10359	2017	RONALDO DA ROCHA
IZABEL KURTZ DOS SANTOS	10373	2017	RONALDO DA ROCHA
ADEMAR BAUNER	10376	2017	RONALDO DA ROCHA
SILVIA DE SOUZA	4052	2017	RONALDO DA ROCHA
PATRICIA MONTIBELLER	3865	2017	RONALDO DA ROCHA
NATAL PEDRO CECHE	3360	2017	RONALDO DA ROCHA
VANUSA APARECIDA VIERA	3571	2017	SANDRO RENATO SOFKA
RUBI DO PRADO	10314	2017	SANDRO RENATO SOFKA
MARIA MARCON	2789	2017	SANDRO RENATO SOFKA
LUCIA GALKOSCKI	3881	2017	SANDRO RENATO SOFKA
DEJAIR MACHADO	2804	2017	SANDRO RENATO SOFKA
TEREZINHA IZIDORO	10315	2017	SANDRO RENATO SOFKA
REQUERENTE	PROTOCOLO	ISENÇÃO	RELATOR
DELIRIO PEREIRA	166204/2017	2103/2017	SANDRO RENATO SOFKA

RONALDO DA ROCHA

Presidente da Comissão Rio do Sul, 08 de novembro de 2017.

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 99/2017 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,**

Publicação Nº 1422605

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 99/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 21/11/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 21/11/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [compras.paula@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:compras.paula@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 8 de novembro de 2017.

ROSELI SAMAGAIA

Secretária de Educação

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### PROCESSO 059/2017 PREGÃO 037/2017

Publicação Nº 1422096

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, torna público que, às 08 horas, do dia 24 de novembro de 2017, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, serão abertas as propostas referentes ao Processo Licitatório nº 059/2017, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob nº 037/2017, do Município de Rio Fortuna, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com obediência ao disposto na Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e no Decreto nº 3.555/00, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e demais legislações.

#### I – DO OBJETO E SEUS ITENS

0.1 O objeto do presente Edital é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA, conforme os itens especificados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MAXIMO POR ITEM	TOTAL
1	SMART TV LED 32 POLEGADAS FULL HD CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO WI-FI 2 HDMI 1 USB,220V.	1	1.614,00	1.614,00
2	SMART TV LED DE 52 POLEGADAS, FULL HD, COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, WI-FI, HDMI, USB, 220V.	1	4.499,00	4.499,00
3	AR CONDICIONADO SPLIT 30 MIL BTUs/FRIO SELO PROCEL 'A' INSTALADO NO LOCAL, 220V.	2	3.584,50	7.169,00
4	AR CONDICIONADO SPLIT 12 MIL BTUs/FRIO SELO PROCEL 'A' INSTALADO NO LOCAL, 220V.	3	1.618,11	4.854,33

Total:18.136,33

1.2 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer na Secretaria Municipal de Educação e Sede da Prefeitura Municipal, conforme necessidade e sua solicitação, até 31 de dezembro de 2017 ou até quando durarem os valores/quantidades licitados. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

1.3 O valor do contrato será o que resultar da proposta vencedora, resultante do preço total proposto.

#### II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas do ramo de atividade compatível e que cumprirem as regras da presente licitação.

2.2 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus anexos e das condições do objeto da Licitação. Deverá ser verificado o local de entrega dos objetos e o prazo máximo contido no item 1.2 deste instrumento, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo para realização do objeto.

2.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, por qualquer órgão, em qualquer dos níveis da administração pública, dentro do território nacional, conforme as regras previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da lei 8.666/93.

2.4 É vedada a participação de empresas em consórcio ou associação.

#### III – DOS REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO E ENVELOPES

3.1 É condição para a participação na presente licitação à apresentação, em envelopes separados, das Propostas de Preço e dos Documentos de Habilitação pelos proponentes, até as 08h00min (oito horas), do dia 24 de NOVEMBRO de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura. As propostas de preços deverão constar do Envelope nº 01 e os Documentos de Habilitação deverão constar do Envelope nº 02. Os envelopes devem estar lacrados e deverão ser identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA PREGÃO Nº 037/2017

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO****MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA PREGÃO Nº 037/2017**

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante

3.2 A entrega dos envelopes descritos no item 3.1 do presente instrumento, no dia e horário mencionado, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus anexos e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.3 Caso a indicação acima apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes (proposta no envelope de documentação e vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

3.4 Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecida neste Edital.

**IV – DA HABILITAÇÃO**

4.1 Para a habilitação das empresas faz-se necessária a apresentação, em via única, em envelope separado, não transparente e devidamente lacrado denominado ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, os seguintes documentos, devidamente validados, sob pena de inabilitação:

a) Certidão Negativa do INSS, admitida a emitida conjuntamente com a Certidão relativa aos Tributos Federais;

b) Certidão Negativa do FGTS;

c) Certidão Negativa de Tributos Federais (Negativa Conjunta Federal e União);

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Tributos Municipais;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

g) Registro Comercial ou Contrato Social em vigor, devidamente autenticado; Observação: Caso a empresa já tenha apresentado o Contrato Social no Credenciamento, fica dispensada de apresentá-lo novamente na Habilitação;

h) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

i) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Modelo Anexo IV);

j) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo V).

4.2 A presente documentação, devidamente atualizada, poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do Município, caso em que devem estar presentes os originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3 Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos de fax, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis, rasuras, ressalvas ou emendas.

4.4 Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 90 (noventa) dias da data de sua emissão.

4.5 A Comissão de Licitação poderá consultar ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-la, no caso de cópia das mesmas.

**V – DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1 Os licitantes deverão apresentar proposta para os itens que desejarem concorrer, em via única, datilografada ou emitida por computador, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, dela devendo constar:

a) Razão Social, número do CNPJ e endereço completo;

b) Descrição dos Itens almejados, constando a marca quando possível, de acordo com a descrição e quantidade previstas no Item 1.1, deste Edital, e de acordo com os preços máximos estipulados, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos fixados no Item 1.1;

c) Cotação de preço unitário e global para cada item expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo o preço unitário em caso de divergência;

d) Apresentação do total geral da proposta em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

e) Validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega dos envelopes de proposta e documentação, estipulada no preâmbulo deste Edital. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos;

f) Declaração de que os preços propostos compreendem todos os produtos, materiais e encargos necessários a sua completa realização e que serão entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal, conforme solicitação de fornecimento;

g) Declaração de que os produtos serão fornecidos de acordo com as normas de segurança, padrões de qualidade e com prazos de validade em dia.

5.2 A proposta deverá ser encaminhada digitada e em CD ou Pen Drive (Sistema Betha Auto Cotação), para que os itens possam ser copiados automaticamente para o Sistema, agilizando o Processo.

5.3 Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tal aquelas que contiverem preços unitários muito aquém, face aos concorrentes no mercado.

5.4 Também serão desconsideradas as propostas que contiverem preços excessivos face aos concorrentes no mercado.

5.5 Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas omitidas na proposta de preços ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusas na proposta.

5.6 Ocorrendo erro, engano ou rasura na digitação do preço do item ou do total do Item constante na Proposta, o representante da empresa deverá manifestar-se na sessão sobre o preço apresentado, podendo a CPL inabilitar o referido participante para aquele Item.

5.7 Não sendo apresentadas as declarações das letras "f" e "g", bem como indicação do prazo de validade da proposta, pressupõe-se que as condições acima são aceitas pelo proponente, suprimindo-se sua ausência.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A convocação de interessados dar-se-á através de publicação de aviso no Mural da Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios, e disponibilização gratuita do Edital na íntegra, no site do Município.

6.2 A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação.

6.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

6.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

6.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrer de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar (facultativo), junto ao Pregoeiro, os respectivos representantes legais com poderes para praticar esses atos (ANEXO II).

6.6 Caso a empresa apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer ao Pregoeiro um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Ato Constitutivo da empresa ou outro equivalente.

6.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Ato Constitutivo ou equivalente, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida em Cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos etc. Poderá ser apresentado, também, em substituição à Procuração, Termo de Credenciamento, conforme Anexo II, acompanhado do Ato Constitutivo da empresa. Observação: No caso de apresentação de Procuração, esta deverá estar acompanhada do Ato Constitutivo da empresa representada.

6.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, se solicitado, deverá exhibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

6.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

6.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no ANEXO III. Caso os interessados não se fizerem representar na sessão pública, a Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação deverá ser encaminhada no 3º Envelope, devendo o mesmo estar assim identificado:

ENVELOPE Nº 03 – DECLARAÇÃO DE

CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE

HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA  
PREGÃO Nº 037/2017

Data e hora da abertura  
Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ  
Endereço completo do licitante

6.11 A não apresentação da Declaração de que trata o item 6.10 do Edital inviabilizará a apresentação da Proposta e da Habilitação.

6.12 As empresas que tiverem interesse em se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 deverão apresentar, juntamente com o Credenciamento, a Certidão Simplificada da Junta Comercial, comprovando que a empresa é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. A não apresentação deste documento impossibilitará a licitante de se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

## VII – DO PROCEDIMENTO E FASES DA SESSÃO PÚBLICA

### 7.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (ANEXO II), a Declaração prevista no ANEXO III e os envelopes de proposta e habilitação.

7.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

### 7.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

7.2.1 Terminada a fase de credenciamento e entrega da Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes das propostas, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

7.2.2 Após a análise das propostas pelo Pregoeiro, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

7.2.3 Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o item a ser adquirido, considerando-se o valor unitário de cada item.

7.2.4 Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada item, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.6 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados, não caberá retratação.

7.2.6.1 Somente serão aceitos os lances com redução de preços de, pelo menos, 1% (um por cento) do lance anterior para o item.

7.2.7 A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8 Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

7.2.9 O Pregoeiro poderá fixar em até 05 (cinco) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

7.2.10 Durante a etapa de lances verbais, o pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexecutáveis ou com preço excessivo.

7.2.11 Caso alguma descrição do item tenha, por qualquer motivo, que ser retirada ou alterada, poderá o Pregoeiro desconsiderá-lo, mantendo-se a licitação nas demais descrições.

### 7.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

7.3.1 Encerrada a fase de lance para todos os itens, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

7.3.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

7.3.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a habilitação dos licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

## VIII – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

### 8.1 Serão desclassificados:

- a) Os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital para habilitação;
- b) As propostas que não atenderem às especificações deste Edital, em especial os itens 1.1 e 1.2, e sejam, ainda, manifestadamente inexequíveis, sejam por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- c) Demais determinações constantes no Edital e na Lei 8.666/93.

8.2 Serão inabilitados os licitantes ou desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências deste Edital, ressalvadas as situações previstas nos itens 8.6 e 8.7.

8.3 Os preços serão analisados conforme o Capítulo IX, deste Edital.

8.4 As propostas serão classificadas, conforme o critério do menor preço por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar/ofertar lance, como sendo o de menor preço unitário e total de cada item licitado e, ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos.

8.5 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, no mesmo item, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

8.5.1 A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item, e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

8.6 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que o licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.7 O Pregoeiro Oficial, verificando a necessidade de mais informações, no que diz respeito à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio ao Pregoeiro, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão, Pregoeiro e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiado às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.9 Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e Anexos.

8.10 Serão desconsiderados os fatos irrelevantes que não causem prejuízo à escolha da melhor proposta para o objeto da presente licitação.

## IX – DOS PREÇOS

9.1 Os preços serão considerados pelo valor unitário e global para cada item cotado, expressos em moeda corrente nacional.

9.2 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados pelo mercado.

9.3 Os preços ofertados são fixos e invariáveis não podendo ultrapassar o preço máximo estipulado por este Edital, Item 1.1.

9.4 Os valores a serem contratados são fixos, não podendo sofrer reajustes.

## X – DOS RECURSOS

10.1 Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarado(s) o(s) vencedor(es), momento em que, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal de Rio Fortuna, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

10.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e, conseqüentemente, adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao

vencedor.

#### XI – DA ADJUDICAÇÃO

11.1 O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e seus anexos, for declarado vencedor para o item respectivo, de acordo com os critérios de julgamento e habilitação.

#### XII – DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será mensal, devendo o Contratado emitir Nota Fiscal especificando os produtos entregues e os preços individuais e globais, de acordo com a Ordem de Fornecimento.

12.2 O vencimento dos pagamentos mensais se dará sempre após o dia 10 do mês subsequente.

#### XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto de licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para 2017 desta Prefeitura e da Secretaria da Educação nas seguintes dotações:

(24) 4.4.90.52.28.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 1.618,11

(58) 4.4.90.52.28.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 9.518,22

(85) 4.4.90.52.28.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 7.000,00

#### XIV – DO CONTRATO E RESCISÃO

14.1 Será firmado Contrato (Anexo I) com o Licitante vencedor, que será notificado a assinar o mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas neste.

14.2 Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

14.3 O Contrato a ser assinado com o Licitante vencedor terá sua vigência adstrita ao prazo de fornecimento dos objetos, definido por este Edital, iniciando-se na data de assinatura do contrato, que vigorará até 31 de dezembro de 2017.

14.4 Não assinado o contrato no prazo fixado pela Administração, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna e seus órgãos pelo período não superior a 02 (dois) anos.

14.5 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o Município de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante.

14.6 O contrato será rescindido automaticamente no caso de o Licitante vencedor fornecer os produtos em desacordo com as normas padrões; fora dos prazos de entrega; marcas registradas na proposta apresentada; com qualidades inferiores às normas estabelecidas; em desacordo com as regras deste Edital ou, ainda, não atender ao item 1.2 deste Edital.

#### XV – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

15.1 O cancelamento da execução será cabível, de pleno direito, independente de interpretação judicial ou extra-judicial, a firma adjudicatária que:

15.1.1 Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

15.1.2 Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna;

15.1.3 Estiver sendo processada por crime previsto no Código Penal Brasileiro ou outras Leis;

15.1.4 Possuir conduta social reprovável e/ou não respeitar as normas da Administração Municipal.

15.2 O Município de Rio Fortuna reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

#### XVI – DAS PENALIDADES

16.1 À empresa proponente vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

16.1.1 Rescisão do contrato de fornecimento;

16.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Rio Fortuna;

16.1.3 Declaração de inidoneidade.

16.2 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer das penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia com todos os seus acréscimos.

16.3 O Município de Rio Fortuna poderá, a seu critério, rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor do objeto da presente, até 15% (quinze por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, bem como:

16.3.1 Prestar informações inexatas ou criar embaraços para entrega dos produtos;

16.3.2 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal;

16.3.3 Cometer qualquer infração às normas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

16.4 Na hipótese de o Adjudicatário não entregar os produtos desta licitação, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto, não o eximindo das penalidades previstas.

16.5 A recusa de receber a Ordem de Fornecimento, no prazo de validade das propostas, e a entrega fora das especificações predeterminadas implicam sanções, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

16.6 Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecimento e não fornecer o objeto no prazo estabelecido, O Município de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinarem o contrato e assumirem a entrega dos produtos em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante, conforme legislação em vigor, ou poderá revogar total ou parcialmente qualquer dos Itens do item 1, deste Edital.

16.7 Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, O Município de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

#### XVII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Município, através do Pregoeiro Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da proposta, não cabendo à proponente direito a qualquer reclamação posterior.

#### XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.

18.2 Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, apresentados após o horário marcado para o encerramento deste EDITAL, no local indicado na inicial desta licitação.

18.3 É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação ou durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

18.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.

18.5 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

18.6 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, naqueles itens onde não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pelo Pregoeiro e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame.

18.7 A Comissão de Apoio ao Pregoeiro dirimirá as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes.

18.8 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Setor de Licitações, estando o Pregoeiro e Equipe de Apoio disponíveis para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, na sede da PREFEITURA, situada na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, nesta Cidade, fone/fax: (48) 3653-1122.

18.8.1 Os Proponentes devem trazer um CD ou Pen Drive para ser realizado a gravação do Sistema Betha Auto Cotação que será fornecido pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio juntamente com o Edital e seus anexos, podendo no final da sessão ser devolvido ao licitante.

18.9 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos: 1) Anexo I – Minuta do Contrato; 2) Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento; 3) Anexo III – Declaração de cumprimento aos requisitos de Habilitação; 4) Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; e 5) Anexo V – Declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; 6) Anexo VI – Termo de Referência.

18.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço para qualquer correspondência.

18.11 No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 8 h do primeiro dia útil, após aquela data.

18.12 Nos pontos em que este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.

18.13 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Cidade de Braço do Norte/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Edital será publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna e no "MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA".

Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, 08 de NOVEMBRO de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Termo de contrato de fornecimento de circuito fechado de vigilância e equipamentos eletroeletrônicos e de informática, para Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, discriminado no Edital Licitatório do Município de Rio Fortuna, sob nº 059/2017, Pregão Presencial nº 037/2017, que fazem entre si o Município de Rio Fortuna e a empresa...

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E LOCAL DE ENTREGA

1ª. O CONTRATADO fornecerá EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA, durante o exercício de 2017 ou enquanto durarem os valores/quantidades licitados, em conformidade com os itens dos quais o Contratado foi vencedor.

§ 1º. O CONTRATADO obriga-se a fornecer os materiais na Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MAXIMO POR ITEM	TOTAL
1	SMART TV LED 32 POLEGADAS FULL HD CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO WI-FI 2 HDMI 1 USB, 220V.	1	1.614,00	1.614,00
2	SMART TV LED DE 52 POLEGADAS, FULL HD, COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, WI-FI, HDMI, USB, 220V.	1	4.499,00	4.499,00
3	AR CONDICIONADO SPLIT 30 MIL BTUs/FRIO SELO PROCEL 'A' INSTALADO NO LOCAL, 220V.	2	3.584,50	7.169,00
4	AR CONDICIONADO SPLIT 12 MIL BTUs/FRIO SELO PROCEL 'A' INSTALADO NO LOCAL, 220V.	3	1.618,11	4.854,33
	TOTAL : 18.136,33			

§ 2º. O fornecimento deverá ocorrer parceladamente conforme a Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, e no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do seu recebimento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ ... (... ...).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Nota Fiscal especificando os produtos adquiridos e os respectivos preços. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor adquirido pelo Município de forma mensal.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre após o dia 10 do mês subsequente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, até 31/12/2017 ou até enquanto perdurarem as quantidades e os valores licitados.

**CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE**

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2017, a saber:

(24) 4.4.90.52.28.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 1.618,11

(58) 4.4.90.52.28.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 9.518,22

(85) 4.4.90.52.28.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 7.000,00

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- b) Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 037/2017, Processo Licitatório nº 059/2017;
- c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação, contrato firmado e leis sanitárias;
- d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários do CONTRATADO ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na cláusula primeira deste Contrato;
- e) Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- f) Fornecer produtos de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;
- g) Entregar os produtos, no prazo máximo, de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da solicitação do CONTRATANTE;
- h) Lançar Nota Fiscal com especificações dos produtos entregues.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8ª. O CONTRATANTE fica obrigado a dar condições ao CONTRADADO para entrega dos produtos e fica obrigado a cumprir os prazos de pagamento dos produtos entregues.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO ANTECIPADA**

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos: a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato; c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) se o CONTRATADO não seguir as normas de segurança e inspeção do Governo Federal.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, o Município de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Rio Fortuna/ SC, ..... de ..... ..

de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Contratado

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr. (a.) ....., portador (a) do RG nº ..... e do CPF nº .....,

a participar da licitação instaurada pelo Município de Rio Fortuna, na modalidade Pregão Presencial, de nº 037/2017, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em

nome da empresa ....., bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., ..... de ..... de 2017.

Diretor ou Representante Legal com Firma Reconhecida da Assinatura

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ..... (razão social da empresa), CNPJ nº ....., localizada em .....,

declara, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, realizado pelo Município de Rio Fortuna – Pregão nº 037/2017.

....., ..... de .....

de 2017.

Diretor ou Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO IV

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: .....

CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 037/2017, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

....., \_\_\_\_ de ..... de 2017.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do

representante legal da empresa licitante.

## ANEXO V

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: .....

CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de Pregão nº 037/2017, em cumprimento com o que determina o art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

## ANEXO VII DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017 – TERMO DE REFERÊNCIA

## 1 DO OBJETO

0.1 A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, objetiva a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA, durante o exercício de 2017, conforme itens especificados com o preço máximo no anexo: "RELAÇÃO DOS ITENS DO PROCESSO".

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MAXIMO POR ITEM	TOTAL
1	SMART TV LED 32 POLEGADAS FULL HD CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO WI-FI 2 HDMI 1 USB, 220V	1	1.614,00	1.614,00
2	SMART TV LED DE 52 POLEGADAS, FULL HD, COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, WI-FI, HDMI, USB, 220V.	1	4.499,00	4.499,00
3	AR CONDICIONADO SPLIT 30 MIL BTUs/FRIO SELO PROCEL 'A' INSTALADO NO LOCAL, 220V.	2	3.584,50	7.169,00
4	AR CONDICIONADO SPLIT 12 MIL BTUs/FRIO SELO PROCEL 'A' INSTALADO NO LOCAL, 220V.	3	1.618,11	4.854,33

Total: 18.136,33

## 3 DA JUSTIFICATIVA

3.1 A Contratação de Empresa(s) para fornecimentos de EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, para Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de Rio Fortuna/SC, deve a demanda de uso da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal.

## 4 DA ESTIMATIVA CONTRATUAL

4.1 O valor global estimado para contratação de Empresa especializada em fornecimento de EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, para Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de Rio Fortuna/SC será de, aproximadamente, R\$ 18.136,33 (dezoito mil cento e trinta e seis reais e trinta e três centavos).

## 5 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 O(s) contrato(s) a ser (em) firmado(s) com a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) vigência até 31 de dezembro de 2017, ou enquanto perdurarem os estoques licitados, conforme Edital.

## 6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Deverá (ão) a(s) contratada(s) disponibilizar (em) os materiais, conforme necessidade desta Municipalidade e no local discriminado em cada item.

## 7 DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, após a entrega dos materiais e apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), obedecida à ordem cronológica de empenho da(s) Nota(s) Fiscal(is).

**8 DO LOCAL DE ENTREGA**

8.1 Entregar os produtos, conforme solicitado na ordem de compra expedida.

**9 DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM**

9.1 Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005.

**10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;

10.2 Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

10.3 Não fornecer os produtos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

10.4 Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.5 Realizar a entrega dos produtos de acordo com o solicitado pela Secretaria de Educação de Rio Fortuna e Prefeitura Municipal, até 31 de dezembro 2017, sendo que o Serviço, bem como suas quantidades, marcas e especificações técnicas serão fiscalizados pela referida Secretaria.

10.6 Realizar a instalação e configuração dos produtos.

**11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;

11.2 Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos produtos licitados.

11.3 Fiscalizar a entrega dos produtos, quantidades, marcas e especificações técnicas relativamente aos produtos entregues.

**12 DAS MEDIDAS CAUTELADORAS**

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Rio Fortuna/SC, 08 de novembro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 8598/2017

Publicação Nº 1422539

PORTARIA N 8598/2017

CONTRATA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Contratar a Servidora Pública Municipal ANDREIA LUIZA FINGER, para exercer as funções de ENFERMEIRA, 40 HORAS SEMANAIS, conforme aprovação no Processo Seletivo nº 001/2017, percebendo o vencimento de R\$ 3.627,57 (tres mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos), com vigência a partir de 07 de novembro de 2017 à 01 de novembro de 2018, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 07 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 121/2017

Publicação Nº 1422861

DECRETO Nº121/2017 – DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.584/2016 de 05/09/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.475,00 (Dez Mil Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.475,00

Fonte: 1001.00000

RED: 60

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA EDUC. INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.475,00

Fonte: 1001.00000

RED: 63

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 27 de Outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 122/2017

Publicação Nº 1422862

DECRETO Nº 122/2017 DE 07 NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte: 1102.000000

RED: 11

Art. 2º. Fica reduzido o mesmo valor pela Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 3190.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte: 1102.000000

RED: 8

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Salto Veloso - SC, 7 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

## Santa Cecília

## PREFEITURA

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 028/2017

Publicação Nº 1422719

Página: 1/6



Número do Registro de Preços: 28/2017 Data do Registro: 01/11/2017 Válido até: 01/11/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas e adesivos de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ACRILICO CAST 4mm CRISTAL. COM APLICAÇÃO DE ADESIVO EM IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA QUALIDADE. COM NO MÍNIMO 1440 DPI. COM BOTOES PARA FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO INCLUSA DE ACORDO COM OS TAMANHOS SOLICITADOS PELO MUNICIPIO.	M²	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	MIDIA	0	308,0000	1
2	ADESIVO CONFECCIONADO COM RECORTE ELETRÔNICO COM NO MÍNIMO 5 ANOS DE DURABILIDADE. COM ARTE INCLUSA E APLICAÇÃO DOS MESMOS NOS LOCAIS INDICADOS.	M²	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFICA/	0	310,0000	2
3	BANNERS CONFECCIONADOS EM LONA 440g COM ACABAMENTO. IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 1440 DPI. COM APLICAÇÃO DE VERNIZ DE PROTEÇÃO UV. DEVERÃO SER CONFECCIONADOS COM ARTE E TAMANHO INDIVIDUAIS DE ACORDO COM O SOLICITADO, E ENTREGUE EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS.	M²	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFICA/	0	60,0000	1
4	GRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO. CONFECCIONADO EM PVC IMPRESSO E LAMINADO, COM CAPA DE PROTEÇÃO E CORDÃO. COM ENTREGA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS. CONFORME SOLICITAÇÃO. INCLUSO TIRAR FOTO NOS LOCAIS DE TRABALHO E CONFECCÃO DA ARTE.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	IMPRMAX	0	67,8000	2
5	FAIXA CONFECCIONADA EM LONA IMPRESSA EM ALTA QUALIDADE LONA 440g, 3,00 X 1,00 COM ACABAMENTO E APLICAÇÃO DE VERNIZ DE PROTEÇÃO UV. DEVERÃO SER CONFECCIONADOS COM ARTE E TAMANHO INDIVIDUAIS DE ACORDO COM O SOLICITADO, E ENTREGUE EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS.	UNI	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFICA/	0	70,0000	1
6	GRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO. CONFECCIONADO EM PVC IMPRESSO E LAMINADO, COM CAPA DE PROTEÇÃO E CORDÃO. COM ENTREGA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS. CONFORME SOLICITAÇÃO. INCLUSO TIRAR FOTO NOS LOCAIS DE TRABALHO E CONFECCÃO DA ARTE.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	SERILON	0	86,9000	2
7	GRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO. CONFECCIONADO EM PVC IMPRESSO E LAMINADO, COM CAPA DE PROTEÇÃO E CORDÃO. COM ENTREGA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS. CONFORME SOLICITAÇÃO. INCLUSO TIRAR FOTO NOS LOCAIS DE TRABALHO E CONFECCÃO DA ARTE.	UNI	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFICA/	0	15,0000	1
8	FAIXA CONFECCIONADA EM LONA IMPRESSA EM ALTA QUALIDADE LONA 440g, 3,00 X 1,00 COM ACABAMENTO E APLICAÇÃO DE VERNIZ DE PROTEÇÃO UV. DEVERÃO SER CONFECCIONADOS COM ARTE E TAMANHO INDIVIDUAIS DE ACORDO COM O SOLICITADO, E ENTREGUE EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	MIDIA	0	20,0000	2
9	FAIXA CONFECCIONADA EM LONA IMPRESSA EM ALTA QUALIDADE LONA 440g, 3,00 X 1,00 COM ACABAMENTO E APLICAÇÃO DE VERNIZ DE PROTEÇÃO UV. DEVERÃO SER CONFECCIONADOS COM ARTE E TAMANHO INDIVIDUAIS DE ACORDO COM O SOLICITADO, E ENTREGUE EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS.	UNI	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFICA/	0	120,0000	1
10	GRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO. CONFECCIONADO EM PVC IMPRESSO E LAMINADO, COM CAPA DE PROTEÇÃO E CORDÃO. COM ENTREGA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS. CONFORME SOLICITAÇÃO. INCLUSO TIRAR FOTO NOS LOCAIS DE TRABALHO E CONFECCÃO DA ARTE.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	SERILON	0	145,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017**

Página: 2/6



Número do Registro de Preços: 28/2017 Data do Registro: 01/11/2017 Válido até: 01/11/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas e adesivos de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA QUALIDADE COM NO MÍNIMO 1440 DPI EM ADESIVOS DE BOA QUALIDADE, COM ARTE INCLUSA E APLICAÇÃO DOS MESMOS NOS LOCAIS INDICADOS	M²	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	INTERCOAT	0	69,0000	1
7	IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE OUTDOOR CONFECCIONADO EM PAPEL COUCHE 90 G, COM ARTE; DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO E APLICADO NO LOCAL INDICADO.	M²	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	70,0000	2
8	LONA 300 X 900 PARA OUTDOOR COM VERNIZ DE PROTEÇÃO COM INSTALAÇÃO.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	MIDIA	0	40,0000	1
9	PANFLETOS 15 X 21 CM - COUCHE 90g - COM ARTE INCLUSA - 2500UN	UNI	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	42,0000	2
10	PLACAS DE ORIENTAÇÃO 30CM X 40CM EM PVC 3mm; ADESIVADA COM IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA QUALIDADE COM NO MÍNIMO 1440 dpi, PROTEÇÃO UV, E FITAS DUPLA FACE 3M VHB ICLUSAS, A ENTREGA DEVERÁ SER FEITA UNITÁRIA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO. ENTREGA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS, INCLUSIVE CRIAÇÃO DA ARTE E APLICAÇÃO.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	SERILON	0	2,190,0000	1
11	PLACAS DE SINALIZAÇÃO 30CM X 12CM EM PVC 3mm; ADESIVADA COM IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA QUALIDADE COM NO MÍNIMO 1440 dpi, PROTEÇÃO UV, E FITAS DUPLA FACE 3M VHB ICLUSAS, A ENTREGA DEVERÁ SER FEITA UNITÁRIA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO. ENTREGA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS, INCLUSIVE CRIAÇÃO DA ARTE E APLICAÇÃO.	UNI	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	2,199,0000	2
			GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	EXP. GRAFIC/	0	180,0000	1
			VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	MIDIA	0	207,0000	2
			GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	MIDIA	0	28,0000	1
			VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	30,0000	2
			VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	15,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017**

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 28/2017		Data do Registro: 01/11/2017		Válido até: 01/11/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas e adesivos de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	PLACAS DE TRÁNSITO CONFECCIONADAS COM ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, E CHAPA GALVANIZADA LAMINADA COM ADESIVO NO MÍNIMO 5 ANOS DE DURABILIDADE. PES CONFECCIONADOS EM TUBO REDONDO EM AÇO GALVANIZADO 2 POLEGADAS(50mm DE DIÂMETRO) PAREDE 1,25mm DE ESPESURA, COM 3m DE ALTURA. ENTREGA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DEVERÁ SER SEGUIDO CÓDIGO DE TRÁNSITO BRASILEIRO.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	MIDIA	0	21,0000	2
13	PLACAS DE TRÁNSITO CONFECCIONADAS COM ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, E CHAPA GALVANIZADA LAMINADA COM ADESIVO NO MÍNIMO 5 ANOS DE DURABILIDADE. PES CONFECCIONADOS EM TUBO REDONDO EM AÇO GALVANIZADO 2 POLEGADAS(50mm DE DIÂMETRO) PAREDE 1,25mm DE ESPESURA, COM 3m DE ALTURA. ENTREGA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DEVERÁ SER SEGUIDO CÓDIGO DE TRÁNSITO BRASILEIRO.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	MIDIA	0	224,0000	1
13	PLOTAGEM DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE (EX ÔNIBUS) CONFORME PADRÃO MUNICIPAL FAIXA PARA INDICAÇÃO ESCOLAR E BRASÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL COM ADESIVO CALANDRADO POLIMÉRICO COM QUALIDADE DE NO MÍNIMO 1440 DPI, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ PARA PROTEÇÃO UV. IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA EM RECORTE ELETRÔNICO COM ADESIVO 5 ANOS. O ADESIVO DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER ORACAL. A PLOTAGEM DEVERÁ SER FEITA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS DA SOLICITAÇÃO. A PLOTAGEM DEVERÁ SER NAS DEPENDÊNCIAS DA GARAGEM DA PREFEITURA.	UNI	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	225,0000	2
13	PLOTAGEM DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE (EX ÔNIBUS) CONFORME PADRÃO MUNICIPAL FAIXA PARA INDICAÇÃO ESCOLAR E BRASÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL COM ADESIVO CALANDRADO POLIMÉRICO COM QUALIDADE DE NO MÍNIMO 1440 DPI, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ PARA PROTEÇÃO UV. IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA EM RECORTE ELETRÔNICO COM ADESIVO 5 ANOS. O ADESIVO DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER ORACAL. A PLOTAGEM DEVERÁ SER FEITA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS DA SOLICITAÇÃO. A PLOTAGEM DEVERÁ SER NAS DEPENDÊNCIAS DA GARAGEM DA PREFEITURA.	UNI	VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	700,0000	1
14	PLOTAGEM DE VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE (EX VAN) CONFORME PADRÃO MUNICIPAL EM IMPRESSÃO DIGITAL COM ADESIVO CALANDRADO POLIMÉRICO COM QUALIDADE DE NO MÍNIMO 1440 DPI, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ PARA PROTEÇÃO UV. O ADESIVO DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER ORACAL, A PLOTAGEM DEVERÁ SER FEITA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS DA SOLICITAÇÃO. A PLOTAGEM DEVERÁ SER NAS DEPENDÊNCIAS DA GARAGEM DA PREFEITURA.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	ORACAL/IMP	0	750,0000	2
14	PLOTAGEM DE VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE (EX VAN) CONFORME PADRÃO MUNICIPAL EM IMPRESSÃO DIGITAL COM ADESIVO CALANDRADO POLIMÉRICO COM QUALIDADE DE NO MÍNIMO 1440 DPI, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ PARA PROTEÇÃO UV. O ADESIVO DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER ORACAL, A PLOTAGEM DEVERÁ SER FEITA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS DA SOLICITAÇÃO. A PLOTAGEM DEVERÁ SER NAS DEPENDÊNCIAS DA GARAGEM DA PREFEITURA.	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - ME (10320)	ORACAL / IMF	0	870,0000	1
			VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFIC/	0	880,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017**

Página: 4/6

**Número do Registro de Preços:** 28/2017      **Data do Registro:** 01/11/2017      **Válido até:** 01/11/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas e adesivos de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	<p>PLOTAGEM DE VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE CONFORME PADRÃO MUNICIPAL, LATERAIS COM GRÁFICO E BRASÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL COM ADESIVO CALANDRADO POLIMÉRICO COM QUALIDADE DE NO MÍNIMO 1440 DPI, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ PARA PROTEÇÃO UV, IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA EM RECORTE ELETRÔNICO COM ADESIVO 5 ANOS, NAS LATERIAS TRASEIRAS E CAPÔ. O ADESIVO DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER ORACAL. A PLOTAGEM DEVERÁ SER FEITA EM ATÉ 3 DIAS ÚTEIS DA SOLICITAÇÃO. A PLOTAGEM DEVERÁ SER NAS DEPENDÊNCIAS DA GARAGEM DA PREFEITURA.</p>	UNI	GUILHERME AUGUSTO MENEGOTTO - MIE (10320)	ORACAL / IMF	0	698,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017**

Página: 5/6

**Número do Registro de Preços:** 28/2017      **Data do Registro:** 01/11/2017      **Válido até:** 01/11/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas e adesivos de forma eventual e parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VALDECLEIA BRASIL - ME (15030)	EXP. GRAFICA	0	700.0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017**

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 28/2017 Data do Registro: 01/11/2017 Válido até: 01/11/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para execução de impressos gráficos, banners, placas e adesivos de forma eventual e parcelada, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017**  
**PROCESSO Nº 50/2017**

(10320) - GUILHERME AUGUSTO MIENEGOTTO - ME  
 (15030) - VALDECLEIA BRASIL - ME

Santa Cecilia, 1 de Novembro de 2017.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 239/2017

Publicação Nº 1422535

#### DECRETO Nº 239/2017

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1347/2017,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1722.00.00.00.00 Transferências dos Estados

1722.01.13.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

1722.99.00.00.00 Outras Transferências dos Estados

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.01200 Manutenção do Transporte Escolar				
41	0162	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.987,70
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
66	0107	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.012,30

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 08 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 238/2017

Publicação Nº 1422526

#### DECRETO Nº 238/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI FURTADO, prefeito municipal de Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo, e especialmente aquelas de conformidade com o Art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, do Município de Santa Terezinha do Progresso com os seguintes representantes:

#### I. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO:

Titulares: Iva Adriana Schlösser Segueto

Suplentes: Elenice Elecir Porsch

**II. REPRESENTANTES DOS DOCENTES OU TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO:**

Titular: Gesiane Maria Secco e Ana Maria Broll

Suplente: Patrícia Gehrke Gehwer e Janete Ribeiro de Lima Krause

**III. REPRESENTANTES DOS PAIS E ALUNOS:**

Titular: Marciele Josiane Zanon e Evandro César Lagemann

Suplente: Daiane Fátima Pontin Pedrozo e Rutiane Binotto

**IV. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

Titular: Valdirene Fantini e Sidineia Trombini Krause

Suplente: Osório Monteiro e Ederson Ricardo Jacoby

Art. 2º. O mandato deste conselho será por um período de 04 (quatro) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas no decreto 106/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 08 de novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 240/2017**

Publicação Nº 1422537

**DECRETO Nº 240/2017**

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1348/2017,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 25.831,30 (vinte e cinco mil oitocentos e trinta e um reais trinta centavos).

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Man., melhoria e ampliação da iluminação pública				
	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.831,30

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
64	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
104	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 25.831,30 (vinte e cinco mil oitocentos e trinta e um reais trinta centavos), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
76	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.831,30

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				

105	0100	3.3.50.00.00.0000	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	10.000,00
-----	------	-------------------	--	-----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 08 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## LEI MUNICIPAL Nº. 1345/2017

Publicação Nº 1422540

LEI Nº 1345 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER EM DOAÇÃO E ESCRITURAR ÁREA DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, autorizado a receber em doação uma área de terra de três ares e oitenta e dois centiares (0,0382ha), constituído pelo lote número onze (11), situada no imóvel denominado Mundo Novo, neste município e comarca, sem benfeitorias, com as seguintes confrontações: ao norte com o lote nº 10, de Johan Pedro Furtado; ao Leste com o lote nº 9, de Edgar Francisco Giusti; ao Sul com a Rua "J" transversal e com o lote nº 12, de Nilo Carlos Valgoi, e ao Oeste com o lote nº 10, de Johan Pedro Furtado.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado também a escriturar em nome do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, o imóvel de que trata o Art. 1º da presente Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 08 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## LEI MUNICIPAL Nº. 1346/2017

Publicação Nº 1422544

LEI Nº 1346 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.33.00.00.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo

138 – Transferências do SUS

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
	0138	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 08 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## LEI MUNICIPAL Nº. 1347/2017

Publicação Nº 1422547

LEI Nº 1347 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

1000.00.00.00.00 Receita de Correntes  
1700.00.00.00.00 Transferências Correntes  
1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais  
1722.00.00.00.00 Transferências dos Estados  
1722.01.13.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
1722.99.00.00.00 Outras Transferências dos Estados

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.01200 Manutenção do Transporte Escolar				
41	0162	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	27.987,70

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
66	0107	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.012,30

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 08 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**LEI MUNICIPAL Nº. 1348/2017**

Publicação Nº 1422550

LEI Nº 1348 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 25.831,30 (vinte e cinco mil oitocentos e trinta e um reais trinta centavos).

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.831,30

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
64	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
104	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de até R\$ 25.831,30 (vinte e cinco mil oitocentos e trinta e um reais trinta centavos), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
76	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.831,30

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
105	0100	3.3.50.00.00.0000	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 08 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº. 143/2017**

Publicação Nº 1422553

PORTARIA Nº 143/2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde do servidor Valnei Ludwig, Matrícula 13050/01, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Serviços Urbanos, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, conforme Atestado Médico, no período de 08 a 21 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Novembro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## RESOLUÇÃO 11-2017 COMISSÃO DE ÉTICA

Publicação Nº 1422524

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 11/2017

Dispõe sobre a criação de Comissão Especial para apuração de irregularidades supostamente praticadas por Conselheiro Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na pela Lei Municipal nº 1.322 de 07 de Junho de 2017 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Decreto 49/2017 de 31 de Janeiro de 2017 que dispõe sobre nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Ética para os Conselheiros Tutelares, composta por 05 (cinco) membros titulares e 05 suplentes, sendo 01 representante do CMDCA governamental, 01 representante do CMDCA não governamental, 01 representante do Conselho Tutelar e 02 representantes da Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito, sendo encarregada pela apuração de irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares no exercício da função do Conselho Tutelar.

Art. 2º - A Comissão de Ética para os Conselheiros Tutelares será composta pelos seguintes conselheiros:

- a) Juliana Dal Mago (titular) e Franciele França Meireles Keil, representantes do CMDCA governamental;
- b) Dalvan Lorenzetti (titular) e Rosa Rocha (suplente), representantes do CMDCA não governamental;
- c) Jaqueline Corá (titular) e Terezinha Brandt (suplente), representantes do Conselho Tutelar;
- d) Elenice Porsch (titular) e Eroni Allebrandt (suplente), representantes da Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito.
- e) Iva Seguetto (titular) e Margarida Ely (suplente), representantes da Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito.

Art. 3º - A referida comissão fará a análise dos fatos e tomada à decisão, encaminhará ao plenário do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, para tomada final da decisão.

Art. 4º - São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 5º - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 6º - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de desobediência aos dispostos nos incisos V e VII do Art. 41, incisos I, II e XI do art. 42 e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho Tutelar que não justifique penalidade mais grave.

Art. 7º - A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder 30 (trinta) dias, implicando no não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 8º. O Conselheiro Tutelar será destituído de sua função nos seguintes casos:

- I - incorrer na prática de crime contra a Administração Pública ou contra a criança e o adolescente;
- II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer atividade atribuída a ele, por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) vezes alternadas, dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - faltar, por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, no espaço de 1 (um) ano, sem justificativa nas reuniões do Conselho;
- IV - incorrer em caso comprovado de inidoneidade moral;
- V - praticar ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VI - transgredir aos incisos VI e VII do art. 41 e os incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, do art. 42.

Art. 9º - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 27 de Outubro de 2017.

Juliana Dal Mago

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº002/2017

Publicação Nº 1421874

#### ACORDO DE COOPERAÇÃO nº002/2017

ACORDO DE COOPERAÇÃO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC e a ARESSUL – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA SANTIAGO DO SUL.

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, com sede na Rua Angelo Toazza, nº 600, Centro, município de Santiago do Sul, SC, CNPJ nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal SR. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a ARESSUL – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA SANTIAGO DO SUL, com sede na saída para linha Barra do Leão, município de Santiago do Sul, SC, CNPJ nº 02.826.614/0001-52, neste ato representado (a) por seu Presidente LUIS FERDIANDO PACAZZA, portador de CPF nº 842.963.139-91, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, resolvem firmar parceria através deste Acordo de Cooperação, de acordo com a Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e suas alterações e Decreto municipal nº 098/2017, mediante cláusulas e condições seguintes:

#### Cláusula Primeira: Do Objeto

Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação a cooperação entre os partícipes a realização de Campeonato Regional de Futebol Suíço.

#### Cláusula Segunda: Da JUSTIFICATIVA:

Este acordo de cooperação se justifica pela necessidade do município estabelecer parcerias com entidades que possuam experiência reconhecida e estrutura adequada tornando mais eficaz a execução do objeto, já que o município não possui espaço e estrutura física própria.

#### Cláusula Terceira: Das Obrigações do Município:

##### Das Obrigações do Município:

- 1) Realizar conjuntamente com a ENTIDADE o congresso técnico;
- 2) Contratar e disponibilizar equipe de arbitragem para atuar em todos os jogos referentes ao Campeonato;
- 3) Adquirir e colocar a disposição da entidade material esportivo necessário à realização do campeonato;
- 4) Realizar e divulgar as tabelas de jogos;
- 5) Disponibilizar pessoal para auxiliar e acompanhar a execução do objeto;
- 6) Disponibilizar veículo e pessoal da área da saúde em todos os dias de jogos;
- 7) Responsabilizar-se pela premiação através de troféus e medalhas para as equipes classificadas em 1º, 2º, 3º e 4º lugar, Equipe melhor disciplinada, melhor defesa e goleador;
- 8) Disponibilizar equipe de segurança para os jogos de semi-finais e final.

#### Cláusula Quarta: Das obrigações da ENTIDADE:

- a) Promover a divulgação da realização do campeonato;
- b) – Responsabilizar-se pela limpeza e organização do local de competição como corte da grama, pintura do campo, colocação de redes nas traves, etc.;
- c) – Responsabilizar-se pela segurança tanto de atletas, dirigentes, arbitragem, equipe de apoio e outros, quanto do público que prestigiará os jogos;
- d) – Disponibilizar serviço de copa e cozinha;
- e) – Disponibilizar pessoal para equipe de apoio;
- f) – Observar o disposto na Portaria 053/2012 e Portaria 13/2016 Emitidas pela Vara Única da Comarca de Quilombo;
- g) – Responsabilizar-se pelo licenciamento perante os órgãos competentes;
- h) – Responsabilizar-se por incidentes de qualquer forma que por ventura venha a ocorrer durante a realização do campeonato eximindo o município de qualquer responsabilidade;
- i) – Custear despesas com premiação adicional;

#### Cláusula Quinta: Da Vedação

- I – A utilização de menores de idade na realização de serviços;
- II – A realização de manifestações e outros que perturbem ou ofereçam riscos a ordem pública;

#### Cláusula Sexta: Da Vigência

A vigência do presente Acordo de Cooperação será de 01 de novembro de 2017 até 31 de março de 2018, podendo ser prorrogado, se necessário, de acordo com a legislação pertinente.

**Cláusula Sétima: Da Denúncia**

Este Acordo de Cooperação poderá ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, desde que haja comunicação prévia de, no mínimo, quinze (15) dias.

**Cláusula Oitava: Da Publicidade**

I - Caberá ao MUNICÍPIO proceder à publicação do presente instrumento na página Oficial do município na internet, conforme estabelecido no Art. 10 da Lei 13.019/2014, bem como o atendimento ao estabelecido no Art. 14 da mesma Lei.

II – Caberá a ENTIDADE divulgar em local visível o conteúdo desta parceria conforme estabelecido no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

**Cláusula Nona: Do Foro:**

Fica eleito o foro da Comarca de Quilombo – SC, competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste Instrumento.

E por estarem de acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação.

Santiago do Sul, SC, de 01 de novembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
PREFEITO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ARESSUL

**Testemunhas:**

CPF Nº                      CPF Nº  
Gestor da parceria

**CONTRATO FMS 22-A/2017**

Publicação Nº 1422164

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº.02/2017
Termo Aditivo Município nº.22-A/2017
Termo Aditivo AMOSC nº.26/2017
Processo Administrativo nº. 01/2017
Edital: Dispensa de Licitação nº.01/2017
Objeto: Termo Aditivo ao Contrato de rateio para prestação de serviços de saúde especializados de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Santiago do Sul
Valor R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R\$ 229.200,00 (duzentos e vinte e nove mil e duzentos reais)
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 08 de setembro de 2017.
LILIAN BLANGER
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CONTRATO FMS 22/2017**

Publicação Nº 1422165

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	22/2017
Cont. Principal	18/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	01 de agosto a 31 de dezembro de 2017.
Valor	R\$ 2.789,36 (dois mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos)
Santiago do Sul-SC, 01 de agosto de 2017.	
LILIAN BLANGER	
Gestora do FMS	

**ERRATA PREGÃO 119/2017 ERRATA PARA 112/2017**

Publicação Nº 1422409

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL - SC

ERRATA - Processo Licitatório nº.119/2017 – Pregão Presencial nº.90/2017. Por alteração do número do Processo Licitatório, publica-se a presente: Onde lê-se: Processo Licitatório nº.119/2017, leia-se: Processo Licitatório nº.112/2017. Conservam-se as demais disposições. Santiago do Sul - SC, 08 de novembro de 2017.

Julcimar Antonio Lorenzetti - Prefeito Municipal.

**PREGÃO FMS 13/2017**

Publicação Nº 1422645

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº.15/2017.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.13/2017.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o coquetel que será distribuído aos participantes das palestras outubro rosa e novembro azul, hipertensos, diabéticos, auto ajuda, treinamento da equipe de Saúde e encerramento do NASF.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23 de novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23 de novembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 08 de novembro de 2017.

LILIAN BLANGER

GESTORA DO FMS

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2017

Publicação Nº 1422408

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, e a Empresa IPM Sistemas Ltda.

DO OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado de Gestão para a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 168/2017 da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

DO VALOR: R\$ 18.776,36 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 meses a contar de 01 de novembro de 2017 e a terminar em 01 de novembro de 2018, podendo ser prorrogado por no máximo 48 meses de acordo com o Artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2017.

Teodósio Kachuba, pela EMHAB

Silva Lavagem Automotiva ME.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2017 - FMS

Publicação Nº 1422515

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o Sr. MARCOS JÜRGENSEN.  
DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de acordo com a Dispensa de Licitação nº 43/2017 de 04 de julho de 2017.

DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Um imóvel (terreno), sendo com área de 4.761 m2, edificado com uma casa de alvenaria com área de 497,54 m2, situado na Rua João Pauli, nº 668, Bairro Colonial, neste Município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 01.705, no livro 2 do Registro Geral de São Bento do Sul – SC.

DO VALOR: R\$ 27.258,66 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar de 01.07.2017.

São Bento do Sul, 04 de julho de 2017.

ASS: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde do Município.

LUIZ CARLOS ZAPPA, como Procurador Marcos Jürgensen - Locador.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 049/2017 - FMS

Publicação Nº 1422883

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 049/2017

DA ESPÉCIE: Vigésimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 084/2013 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES nº 2521792, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato.

DO OBJETO: O presente tem por objeto integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme Plano Operativo previamente definido entre as partes e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, o qual faz-se necessário alterar as seguintes Cláusulas do Contrato:

DAS ALTERAÇÕES:

ALTERA A CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o período de vigência do Contrato n. 084/2013 até 31 de Janeiro de 2018.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

São Bento do Sul, 30 Outubro de 2017.

Ass.: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo.

FERNANDO CASTANHEIRA, pela Empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 186/2017**

Publicação Nº 1422520

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 186/2017**

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 128/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 21 de junho de 2016, conforme Edital de Tomada de Preços nº 105/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 128/2016, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de uma ponte, situada em Rio Natal no Km 26, comprimento total de 12,10 m e largura de 6,00 m, conforme memorial descritivo, projetos e Convênio nº 2016 TR000704, Processo nº SSP ER251089161 – SDR25 00001121/2016, em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 105/2016;

Considerando Ofício nº 018/2017 enviado pela Contratada solicitando prorrogação dos prazos do referido Contrato visto que a obra ainda não está concluída devido o atraso no repasse dos recursos por parte do governo estadual, sendo que a mesma terá continuidade quando da liberação destes recursos, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e VI, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 42 (quarenta e dois) dias, a contar de 20 de outubro de 2017 e com término em 30 de novembro de 2017.

Mantém-se o prazo de vigência com término em 12 de dezembro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 21 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 190/2016 de 25 de agosto de 2016, Termo Aditivo nº 235/2016 de 24 de outubro de 2016, Termo Aditivo nº 296/2016 de 13 de dezembro de 2016, Termo Aditivo nº 036/2017 de 03 de fevereiro de 2017, Termo Aditivo nº 077/2017 de 20 de abril de 2017, Termo Aditivo nº 115/2017 de 21 de junho de 2017 e Termo Aditivo nº 158/2017 de 18 de agosto de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2017.

Ass: MARCIO DREVECK, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

GERSON EVERS MENDES, como Engenheiro Civil.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

**PORTARIAS/SEMED Nº 0308 A 0408/2017**

Publicação Nº 1422876

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0308, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 01/04/2014 a 23/05/2017, Caroline Angelica Pasini Roessler, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0309, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 02/06/2014 a 02/06/2017, Ana Maria Maguerovski Rosa Cora, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0310, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 03/06/2014 a 02/06/2017, Laíde Mendes Oliveira Pscheidt, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0311, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 09/06/2014 a 12/06/2017, Nilceia Gloneki, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0312, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 05/06/2014 a 16/06/2017, Ana Paula Silveira Soares, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0313, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 05/06/2014 a 17/06/2017, Karin Hinkeldey, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0314, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 10/06/2014 a 21/06/2017, Diana Aparecida de Anhaia, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0315, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 23/06/2014 a 22/06/2017, Marcelo Laynes Milla, Engenheiro Civil.

Portaria/SEMED nº 0316, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 04/06/2014 a 23/06/2017, Monica Piechontcoski dos Santos, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0317, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 11/06/2014 a 27/06/2017, Adriane Martins, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0318, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 09/06/2014 a 01/07/2017, Ana Paula Dranka Taschek, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0319, de 16 de agosto de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 01/07/2014 a 01/07/2017, Isabel Cristina de Souza Salzbron, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0320, de 16 de agosto de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 07/08/2017 a 04/12/2017, Aline Guessier, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0321, de 16 de agosto de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 10/08/2017 a 08/10/2017, Caroline Gonçalves, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0322, de 16 de agosto de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 12/09/2017 a 10/11/2017, Elaine Pinheiro Geissler, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0323, de 16 de agosto de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 18/07/2017 a 15/10/2017, Josiane Aparecida Moreira Neumann, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0324, de 16 de agosto de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 10/08/2017 a 07/12/2017, Ozana Carine Mecabo Lazarotto Lourenço, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0325, de 16 de agosto de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 08/12/2017 a 05/02/2018, Ozana Carine Mecabo Lazarotto, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0326, de 16 de agosto de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 07/08/2017 a 04/12/2017, Priscilla Peyerl Momoli Varela, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0327, de 18 de agosto de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 15/08/2017 a 13/10/2017, Regina Aparecida Cardoso Oderdenge, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0328, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 09/06/2014 a 11/06/2017, He-loiza Cristina Paes, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0329, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 04/06/2014 a 21/07/2017, Joa-nice de Campos, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0330, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Clarice das Graças Rodrigues de Souza, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0331, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 05/12/2017 a 02/02/2018, Aline Guesser, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0332, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 10/10/2017 a 08/12/2017, Grasielle Rodrigues, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0333, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 19/05/2017 a 15/09/2017, Luana Pedro-cheski, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0334, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 16/09/2017 a 14/11/2017, Luana Pedrocheski, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0335, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 21/10/2017 a 19/12/2017, Marília Rutenski, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0336, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 16/10/2017 a 13/01/2018, Josiane Aparecida Moreira Neumann, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0337, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 14/08/2017 a 11/12/2017, Laíde Mendes Oliveira Pscheidt, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0338, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 12/12/2017 a 09/02/2018, Laíde Mendes Oliveira Pscheidt, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0339, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 03/02/2014 a 11/02/2017, Jucelia Maria Ferreira de Lima Rosá, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0340, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 02/06/2014 a 02/06/2017, Katia Maria Jungton da Silva, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0341, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 02/06/2014 a 03/06/2017, Eliane de Jesus Lovicki Guedes, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0342, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 03/06/2014 a 03/06/2017, Ivone Labas, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0343, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 04/06/2014 a 03/06/2017, Vera Lucia Lemos Weiss, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0344, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 04/06/2014 a 06/06/2017, Araceli Linzmeyer Schvartz, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0345, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 02/06/2014 a 15/06/2017, Eliane de Oliveira, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0346, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 25/04/2014 a 25/06/2017, Elenita Xavier Paes Salvatti, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0347, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 03/07/2014 a 06/07/2017, Simoni de Chaves Ribeiro, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0348, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 11/06/2014 a 10/07/2017, Vitor Alves, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0349, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 13/09/2002 a 13/09/2005, Mar-lise Iraci Pscheidt Kohlbeck, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0350, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 18/08/2014 a 21/08/2017, Si-mone Francieli Negreli, Auxiliar de Biblioteca.

Portaria/SEMED nº 0351, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 18/09/2014 a 22/09/2017, Tha-mires Roberta Lesnhak, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0352, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 09/02/2012 a 29/09/2017, Cintia Becker Cordeiro, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0353, de 30 de outubro de 2017. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 25/03/2014 a 03/10/2017, Vir-ginia Yumi Okuhara Ortega, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0354, de 30 de outubro de 2017. Corrige Portaria/SEMED nº 0235/2013, no tocante a Conclusão de Estágio Probatório da servidora Edileine Thomas da Silva, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0355, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Solange de Jesus Faustino Furst, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0356, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Rosilei de Cassia Sant'Anna Fragoso, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0357, de 30 de outubro de 2017. Concede Gozo de Férias. Katia Cristina Ruthes Pires de Lima, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0358, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Patricia de Campos, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0359, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Ana Paula Wagner, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0360, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Maria Cristina Branco da Silva, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0361, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Sirlei de Fátima Alves de Oliveira Souza, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0362, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Elaine Liebl Keiser, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0363, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Janaina Aparecida da Cruz, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0364, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Michele Felix do Nascimento, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0365, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Adriano Luiz Moreira, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0366, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Liliana dos Santos de Carvalho, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0367, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Maria Pereira de Souza, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0368, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Rosana Rodrigues Monteiro, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0369, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Cleusa da Rosa, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0370, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Thadia Jamille Polesa Fischer, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0371, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Amanda Baum Lino, Atendente de Berçário.

Portaria/SEMED nº 0372, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Mara Lucia Berti Matos, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0373, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Edileine Thomas da Silva de Lima, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0361, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Sirlei de Fátima Alves de Oliveira Souza, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0362, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 04/10/2017 a 02/12/2017. Ana Paula Milczewsky, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0363, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 10/10/2017 a 08/12/2017. Gislaïne Rais Quost, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0364, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 17/10/2017 a 15/12/2017. Isolete Machado Pscheidt, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0365, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 05/09/2017 a 03/03/2018. Lucimara Ferreira de Souza, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0366, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 18/10/2017 a 16/12/2017. Michely Cristiane Pezzini, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0367, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 09/09/2017 a 07/03/2018. Simone Preisler Machado, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0368, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Margarete Roesler, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0369, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Marcia do Nascimento, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0370, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Rosangela Weiss Hable, Atendente de Berçário.

Portaria/SEMED nº 0371, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Sirlaine Aparecida Borges, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0372, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Ana Solange de Moraes Coutinho Bello, Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 0373, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Marisa Dums Liebl, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0374, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Shirlei Seidel Dautt, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0375, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Regiane Pinto Dias, Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0376, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Raquel David dos Santos, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0377, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Sandra Regina Bay, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0378, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Aline Crispi de Moraes Miranda, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0379, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Liria Linzmeyer, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0380, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Viviane de Campos Schreiner, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0381, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Tatiane Dacoregio Nogueira, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0382, de 30 de outubro de 2017. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares, com efeitos a contar de 11 de setembro de 2017. Rosilene Mara Eiselt Tauscheck, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0383, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Adriana Pscheidt, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0384, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Ana Paula Dranka Taschek, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0385, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Arlete Lusía Muehlmann Jelinsky, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0386, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Cintia Teresinha Gnatkoski, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0387, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Cristiani Stoeberl Machado, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0388, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Danielle Fernandes, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0389, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Elizabeth Godeski, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0390, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Fernanda Cristina Piontkiewicz Gonschorovski, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0391, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Gislaïne Maczewski de Souza, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0392, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Irene da Silva Martins, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0393, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Joseli Schwarz, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0394, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Luana Augustin Costa, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0395, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Marcia Vieira Alves, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0396, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Marcos Roberto Riske, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0397, de 30 de outubro de 2017. Concede Remoção, a pedido. Patricia Popadiuk Córdova, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0398, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 18/09/2017 a 16/03/2018, Daiane Gonsalves Batista Tamanini, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0399, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 09/10/2017 a 06/04/2018, Gabriela de Fátima Kurlapski, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0400, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 13/10/2017 a 10/04/2018, Marcia Cristiani Born Weiss, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0401, de 30 de outubro de 2017. Concede Prorrogação de Licença Maternidade, período de 05/12/2017 a 02/02/2018, Priscilla Peyerl Momoli Varela, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0402, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 29/09/2017 a 27/03/2018, Rosilei Aparecida Cavalheiro, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0403, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 18/09/2017 a 16/03/2018, Susi Kelen Alves Mariano, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0404, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 19/10/2017 a 16/04/2018, Teresinha Alexi Peyerl, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0405, de 30 de outubro de 2017. Concede Auxílio Doença – INSS, período de 24/08/2017 a 29/09/2017, Maristela Stiegler, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0406, de 30 de outubro de 2017. Concede Auxílio Doença – INSS, período de 16/08/2017 a 01/11/2017, Tatiane Bueno de Oliveira, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0407, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Adriana Aparecida Sacht Hinke, Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0408, de 30 de outubro de 2017. Concede Licença Prêmio. Abegair Agar Terres Vepech, Professor Anos Finais.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## TERMO ADITIVO Nº 013/2017

Publicação Nº 1422391

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB

TERMO ADITIVO Nº 013/2017

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 008/2013, FIRMADO ENTRE A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO EMHAB E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, em 01 de novembro de 2013, conforme Pregão Presencial nº 203/2013 (realizado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul), de 18 de julho de 2013.

Considerando o Contrato nº 008/2013 que consiste na Contratação de Licença de Uso de Solução para Gestão Pública Informatizada de acordo com o detalhamento técnico, quantitativos e serviços correlatos descritos no pré-orçamento em anexo para Prefeitura, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal de São Bento do Sul pelo período de 12 meses, e demais especificações conforme Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 203/2013;

Considerando que a vigência do referido instrumento, consoante previsão da Cláusula 1ª. do Termo Aditivo nº 009/2016 expira em 31/10/2017, completando ao todo quarenta e oito meses de contratação, com amparo no artigo 57, inciso II e IV da Lei nº 8.666/1993, por tratar-se de serviços e utilização de programa de informática;

Considerando necessidade de se efetivar nova contratação para os serviços supracitados, o que demanda acurada análise das tecnologias e das especificidades técnicas necessárias para fornecer com qualidade os serviços à Municipalidade;

Considerando que a análise supracitada é realizada na fase interna da Licitação, através de inúmeros estudos, reuniões, planejamento e levantamento de dados que culminarão nas informações técnicas necessárias para a construção do Termo de Referência, instrumento que define em detalhes todas as características e exigências quanto aos serviços a serem contratados necessários à satisfação do interesse público;

Considerando que a elaboração do Termo de Referência da licitação trata-se de tarefa árdua, complexa e singular, o que impossibilita sua conclusão em menos de 180 (cento e oitenta dias);

Considerando que um novo processo licitatório para a contratação do sistema informatizado de gestão já foi publicado, estando atualmente na fase de recebimento de propostas, com a abertura dos envelopes de habilitação e proposta definida para o dia 19/09/2017;

Considerando que o prazo determinado no novo processo licitatório para a implantação - configuração, instalação, migração de informações e habilitação do sistema para uso – é de 90 (noventa dias) a contar da liberação da ordem de serviço;

Considerando que o objeto contratado tem caráter essencial e não pode ser paralisado por mera escolha do administrador público;

Considerando que “a prorrogação é compatível com a Constituição especialmente quando todas as outras alternativas para produzir a recomposição acarretariam sacrifícios ou lesões irreparáveis às finanças públicas ou aos interesses dos usuários. Essa é a alternativa que realiza, do modo mais intenso possível, todos os valores e princípios constitucionais” (Marçal Justen Filho, citado na sentença nos 0302434-07.2016.8.24.0058, fls. 249);

Considerando que os fatos narrados leva a conclusão lógica de que a melhor – senão a única- alternativa viável para a manutenção do sistema de gestão para atender as diversas secretarias da Municipalidade, repousa na prorrogação excepcional do contrato nº. 317/2013, com base na faculdade prevista no §4º. do art. 57 da Lei de Regência de Licitações e Contratos Administrativos;

Considerando que a atual administração não está medindo esforços para a correta e ágil resolução dos procedimentos técnicos e administrativos, faz-se necessário com urgência a prorrogação do contrato nº 008/2013, a contar de 01 de novembro de 2017 pelo período de 5 (cinco) meses ou por fim até a homologação e adjudicação do novo processo licitatório e a implantação do sistema licitado para o uso, nos seguintes termos:

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL – EMHAB, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 04.927.953/0001-50, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 118, sala 02, Centro, neste Município, neste ato representada pelo Diretor Presidente interino, Sr. Teodósio Kachuba, portador do CPF nº 745.823.059-20, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa, BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa nº 134, na cidade de Criciúma – SC, neste ato representada pelos Procuradores Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador do CPF nº 004.770.259-19 e Sra. DANIELA RAMOS SILVA, portadora do CPF nº 007.395.609-05, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 5 (cinco) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 e com término em 31 de março de 2018, ou por fim até a homologação e adjudicação do novo processo licitatório e a implantação do sistema licitado para o uso.

2º - Para a referida prorrogação, mantém-se o valor mensal de R\$ 880,39 (oitocentos e oitenta reais e trinta e nove centavos) conforme os itens abaixo, totalizando o período prorrogado em R\$ 4.401,95 (quatro mil, quatrocentos e um reais e noventa e cinco centavos) sendo R\$ 1.760,78 (um mil, setecentos e sessenta reais e setenta e oito centavos) referente aos meses de novembro e dezembro de 2017 a serem utilizadas as dotações mencionadas abaixo, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Sistema	Valor R\$
Contabilidade Pública	289,27
Compras e Licitações	201,24
Folha de Pagamento	257,82
Patrimônio Público	132,06

Valor Total Mensal R\$	880,39
------------------------	--------

Parágrafo Único: Permanecem também os seguintes valores:

- Valor da hora técnica de R\$ 78,86 (setenta e oito reais e oitenta e seis centavos);

- Valor do deslocamento de R\$ 0,80 (oitenta centavos) o KM rodado;

- Valor da estadia do técnico de R\$ 144,58 (cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) ao dia.

3º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2017:

(12) 16.01.2.055.3.3.90.39.11.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

4º - A fiscalização do cumprimento do contrato caberá à EMHAB através do servidor público Ivo Henning Filho, contador, lotado na EMHAB, matrícula nº 24077, CPF 757.852.699-53, CRC/SC 19.258/O-3 e na impossibilidade deste, por outro servidor a designado para substituí-lo. O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. Caso o fiscal do Contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

5º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo nº 008/2013, firmado em 01 de novembro de 2013, Termo Aditivo nº 008/2014 de 01 de novembro de 2014, Termo Aditivo nº 016/2015 de 20 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 009/2016 de 20 de outubro de 2016, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2017.

TEODÓSIO KACHUBA

DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DA EMHAB

BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATADA

Testemunhas:

Amarildo Cabral Adriano Cubas

Chefe de Divisão de Projetos e Cadastro Chefe de Divisão Administrativo-Financeiro

ASSESSORIA JURÍDICA

Marlon Alvaristo Augustin

Assessor Jurídico | OAB/SC n. 48126

CONTRATO PRORROGADO ATRAVÉS DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS 0304373-85.2017.8.24.0058 CONFORME DISPOSITIVO ABAIXO TRANSCRITO.

DEFIRO a tutela de urgência pleiteada pela Fundação Cultural de São Bento do Sul, Fundação Municipal de Desportos e Empresa Municipal de Habitação, para determinar à requerida Betha Sistemas Ltda. a continuidade da execução integral dos serviços referentes aos contratos firmados no ano de 2013 e seus respectivos aditamentos, pelo prazo de 120 (cento e vinte dias), o qual poderá ser revisto desde que apresentada ao Juízo prova da contratação da nova empresa (ou justificada a impossibilidade) e da necessidade técnica de maior prazo para instalação dos seus sistemas. [...] (TJSC, 3ª Vara - São Bento do Sul, Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer n. 0304373-85.2017.8.24.0058, Antecipação de Tutela concedida em 30.10.2017, Juíza Griselda Rezende de Matos Muniz)

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 036, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1422156

PORTARIA Nº 036, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Corrige Portaria Nº020/2005.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o princípio da autotutela,

Considerando o Ofício IPRESBS nº518/2017, no qual há solicitação de correção da Portaria nº 020, de 04 de julho de 2005, no tocante a data de nomeação da Servidora Rosemere Aparecida de Lima.

RESOLVE:

Artigo 1º - Corrigir, a Portaria nº 020 de 04 de julho de 2005, em virtude de erro material (digitação), que nomeou servidora Rosemere Aparecida de Lima no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, no tocante a data de nomeação, passando de "04 de julho de 2004", para "04 de julho de 2005".

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 04 de julho de 2005.

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 62/2017**

Publicação Nº 1422783

Pregão Presencial nº 62/2017  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 62/2017  
MENOR PREÇO GLOBAL.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:30 horas do dia 23 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem, roçada e limpeza para o Parque 23 de Setembro, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2017.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2017**

Publicação Nº 1422769

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 62/2014  
Contrato Nº: 59/2017 - 3º Termo Aditivo  
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE  
Contratada: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA - ME  
Vigência: Início: 04/10/2017 - Término: 04/10/2018

Recursos: Dotação:  
(111) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação remota e telemetria, sistema de radio comunicação de voz e serviços de engenharia para manutenção e atualização do licenciamento ANATEL dos sistemas de comunicação via rádio do SAMAE.

Valores: O valor pago à Contratada permanece R\$ 20.987,61 (Vinte Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Um Centavos) por mês, valor este correspondente ao último reajuste feito no segundo termo aditivo ao contrato.

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2017.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2017**

Publicação Nº 1422771

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo de Credenciamento nº 31/2017  
Contrato Nº: 61/2017  
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE  
Contratada: LUCIANE NAGORSKI AUGUSTIN - MEI  
Vigência: Início: 17/10/2017 - Término: 17/10/2018

Recursos: Dotação:  
(14) 23.01-3.3.90.39 – Serviços Administrativos – Exercício Vigente

Objeto: Habilitar periódicos impressos, serviços de radiodifusão, mídias em outdoor e portais eletrônicos da internet, para veiculação de

mídias fornecidas pelo SAMAE, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal, constantes do Edital de Chamada Pública nº 31/2017. Os serviços a serem tomados pelo SAMAE de São Bento do Sul/SC serão solicitados de acordo com o interesse público vigente, sem obrigar o contratante a um número mínimo de publicações.

Valores: Pela prestação dos serviços especificados o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os seguintes valores:

Unid	Descrição	Valor Unitário
Página / fração	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em jornal com circulação local, com frequência de 1 (uma) edição mensal, de acordo com as solicitações do SAMAE.	R\$ 400,00 (1/4 de página colorida)
		R\$ 800,00 (1/2 página colorida)
Anúncio	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em portal eletrônico da Internet, com conteúdo e acesso, prioritários em São Bento do Sul.	R\$ 500,00 (banner com medida mínima de 600x600 pixels em página principal) por mês.

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 72/2017

Publicação Nº 1422342

Decreto CTB Nº 72/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte e mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

15.451.00082.025-3.3.90.00.00.00.138 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 08 de novembro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 51/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

Publicação Nº 1422349

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 51/2017 Edital de TOMADA DE PREÇO 02/2017 do Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAS E MÃO DE OBRA, PARA REMOÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DE 345 METROS, COM LAJOTAS SEXTAVADAS, NA AVENIDA 29 DE DEZEMBRO, NESTE MUNICÍPIO. Conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 24/11/2017. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 09 de Novembro de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

### LEI Nº 1431/2017

Publicação Nº 1422626

LEI Nº 1.431, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza Custear Despesas.

O Prefeito Municipal de São Bonifácio. Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a custear despesas de até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), destinados ao pagamento de despesas inerentes ao Aniversário do Município, decoração natalina, apresentações artísticas, educativas, brinquedos e guloseimas para a Festa Natalina de todas as crianças e idosos do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 08 de novembro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

# São Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO 131/2017

Publicação Nº 1422427

DECRETO N.º 131 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 4º, Parágrafo Primeiro, Inciso I da Lei Municipal n.º 1797/2016 de 06 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), na seguinte a ser distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	8
Unidade	Departamento da Juventude, Esporte e Lazer	1
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	Desenvolvimento do Esporte e Lazer	13
Atividade	Manutenção das Atividades Esportivas e Lazer	2.022
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(99)	Aplicação Direta - 4.4.90	01.0000 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		65.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Desenvolvimento do Ensino e do Conhecimento	4
Atividade	Manutenção do Transporte Escolar	2.019
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(84)	Aplicação Direta - 3.3.90	01.0001 – Receita de Impostos e Transferência de Imposto
Valor Total R\$:		85.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Desenvolvimento do Ensino e do Conhecimento	4
Atividade	Manutenção do Transporte Escolar	2.019
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(85)	Aplicação Direta - 3.3.90	01.0022 – Transferências de Convênios - Educação
Valor Total R\$:		25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2017 na destinação de Recursos DR nº 01.0000 – Recursos Ordinários no valor de R\$- 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), destinação de Recursos DR 01.0001 – Receita de Impostos e Transferência de Imposto no valor de R\$- 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) e destinação de Recursos DR nº 01.0022 – Transferências de Convênios – Educação, no valor de R\$- 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Perfazendo o valor total de R\$- 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 31 de Outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**EXTRATO CONTRATUAL 15/2017 - FCSC**

Publicação Nº 1421736

Estado de Santa Catarina	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	04/2017 - FCSC
Cont. Adm. Nº	15/2017 - FCSC
Contratante.:	FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	IRINITA RODRIGUES COITO 02640765914
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DO EVENTO KERBFEST, EM COMEMORAÇÃO AOS NOVENTA ANOS DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor ..... :	R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).
Vigência ..... :	29/11/2017
Licitação ..... :	Pregão Presencial nº 04/2017 – FCSC
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 01 de novembro de 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 37/2016 - ADM**

Publicação Nº 1422255

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	37/2016 – 3º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	L S W SERVIÇOS LTDA
Objeto ..... :	CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE ALTO AGUINHAS
Valor aditado ..... :	R\$ 41.144,42(quarenta e um mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)
Vigência:	31/12/2017
SAO CARLOS, 30 DE OUTUBRO DE 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

# São Domingos

## PREFEITURA

### POR 226 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1421923

PORTARIA Nº 226, DE 24 DE OUTUBRO 2017.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0017, de 22/12/2007 e:

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao servidor público municipal Adelino Moraes Flores, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais a partir do dia 29 de setembro de 2017 até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 29 de setembro de 2017.

São Domingos (SC), 24 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

### REPÚBLICAÇÃO DA LEI Nº 1811, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422224

LEI Nº 1811, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de São Domingos/SC - LDO 2018, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração municipal;
- II – a estrutura e organização do orçamento;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – das metas fiscais;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º da Constituição Federal, as Metas e Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2018, não constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

#### CAPÍTULO II

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias e Manuais de Procedimentos da Receita expedidos pela STN.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº. 42/1999 Interministerial nº. 163/2001 e demais portarias expedidas pela STN, na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);
- III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);
- V – Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);
- IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF.);

XIII – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portarias Interministeriais e Portarias da STN e outras legislações pertinentes.

§ 2º Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº. 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo para a Infância e Adolescência;
- Fundo Agropecuário Municipal;
- Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social;
- Fundo Municipal de Defesa Civil;
- Fundo Municipal do Idoso;
- Fundo Municipal de Cultura.

Parágrafo Único - a Câmara Municipal de Vereadores, a Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde na forma de unidades gestoras e os demais fundos na forma de unidades orçamentárias compreendidas na entidade Prefeitura Municipal.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

III – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento;

V – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas.

Parágrafo Único Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita.

Art. 14 Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.15 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I– Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

V – Eliminação de despesas com horas extras;

VI – Redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles previstos nos anexos desta lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o executivo municipal encaminhará projeto de lei a câmara, propondo a anulação de recursos alocados no orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 O orçamento poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da lei orçamentária anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos balanços patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na lei orçamentária, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais por ato próprio do executivo municipal conforme exigência contida nos artigos

8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º Na lei orçamentária anual os orçamentos da receita e da despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pela legislação em vigor e normas do município.

§ 2º Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o município for associado.

Art. 24 Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade fiscal e de sua diretoria.

Art. 25 Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018 a preços correntes.

Art. 29 Todas as operações de crédito, abertura de crédito adicionais suplementares, especial, extraordinário necessitam de prévia autorização legislativa através de Lei específica para cada caso.

Art. 30 A transposição e o remanejamento de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial e em cada fonte de recurso somente poderá ocorrer com prévia autorização legislativa, através de lei específica para cada caso.

Art. 31 O superávit financeiro do exercício anterior e o excesso de arrecadação apurados em cada uma das fontes de recursos poderão ser utilizados para abertura de crédito adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2018, desde que com prévia autorização legislativa, através de lei específica para cada caso.

Art. 32 Durante a execução orçamentária de 2018 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas nesta lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 37 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente

Líquida, respectivamente.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 39 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 43 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 45 (SUPRIMIDO)

Art. 46 (SUPRIMIDO)

Art. 47 O executivo municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 48 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 49 Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos/SC, em 08 de novembro de 2017.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Lei Republicada por incorreção.

## DEC 236 DE 26 DE OUTUBRO 2017

Publicação Nº 1421998

DECRETO Nº 236, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012, e Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e: Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1625, na data de 25 de outubro de 2017, através do qual o servidor Sadi José Rampanelli solicitou dispensa do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo do servidor Sadi José Rampanelli, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, admitida em caráter temporário Emergencial (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 24 de outubro de 2017;

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 836, de 05 de março de 2016 no que diz respeito ao servidor;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município;

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 26 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

## DECRETO Nº 239 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422236

DECRETO Nº 239 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONSTITUI COMISSÃO PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; pelo disposto no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; e:

· Considerando a continuidade do trabalho planejado, da organização do quadro de profissionais, para desenvolver o trabalho de sala de aula com professores com experiência e habilitados na área;

· Considerando o investimento que a Secretaria Municipal de Educação realiza com toda a formação continuada dos profissionais em educação, onde são capacitados para trabalhar em sala de aula proporcionando o desenvolvimento integral dos alunos;

· Considerando a solicitação formulada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município;

· Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão para alteração de carga horária em caráter temporário, com a seguinte composição:

I – 02(Dois) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região - SITESPM:

Salete Spanhol Sartori

Dionis Toigo

II – 01 (Um) Representante dos docentes, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Nair Teixeira Morschheiser:

Vagner Alberto Pase

III – 01 (Um) Representante dos docentes, da Escola Infantil Municipal Monteiro Lobato:

Marcia Veber

IV - 01 (Um) Representante dos docentes, da Escola Infantil Municipal Pingo de Gente:

Nair Fatima Babinski Roell

Art. 2º A comissão analisará as alterações de carga horária de caráter temporário dos profissionais da Secretaria Municipal de Educação do

Município.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão permanente de licitações não serão remunerados.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de novembro de 2017.

Eliêze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

## DECRETO Nº 240, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422762

DECRETO Nº 240, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) no Orçamento de 2017 da seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				
17.13.392.1012.2.056 – Manutenção das Ativ. do Fundo Mun. De Cultura				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	115	01.0000	1.200,00

Para Programação de Despesa:

17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				
17.13.392.1012.2.056 – Manutenção das Ativ. do Fundo Mun. De Cultura				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	116	01.0000	1.200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliêze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

## POR 221 DE 15 DE OUTUBRO DE 20 17

Publicação Nº 1421903

PORTARIA Nº 221, DE 15 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza Servidora a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Paula Natana Comachio, ocupante do cargo de Consultor Técnico, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 04254443105.

Art. 2º A Servidora ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de outubro de 2017.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

## POR 223 DE 23 OUTUBRO DE 20 17

Publicação Nº 1421904

PORTARIA Nº 223, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGO	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Vinicius Meotti Woiciechoski	Coordenador de Programa	02/09/16 a 01/09/17	15	23/10/17 a 06/11/17
Renata dos Santos Fabris	Auxiliar de Serviços Gerais	27/06/16 a 26/06/17	05	26/10/17 a 30/10/17
Zorilde Chimello Pin	Auxiliar Administrativo	01/03/15 a 15/04/16	07	23/10/17 a 29/10/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de outubro de 2017.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

## POR 224 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1421905

PORTARIA Nº 224 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de progressão por grau de instrução ao servidor público municipal, portador de certificado de conclusão do curso regular de nível médio.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; de acordo com o artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando a apresentação de Certificado do certificado de conclusão do curso regular de nível médio;

· Considerando Parecer Jurídico.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Adicional pela Progressão por Grau de Instrução em razão da conclusão do curso regular de nível médio, na ordem de 5% ( cinco por cento), sobre o vencimento base, a partir desta data, ao servidor Renato Câmara, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de outubro de 2017.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

**POR 225 DE 24 DE OUTUBRO DE 20 17**

Publicação Nº 1421906

PORTARIA Nº 225 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de progressão por grau de instrução a servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; de acordo com o artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando a apresentação de Certificado de Pós – Graduação Lato Sensu em Urgência e Emergência;

· Considerando Parecer Jurídico.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Adicional pela Progressão por Grau de Instrução na ordem de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento base, a partir desta data, a servidora Jussara Goes, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

**POR 227 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1421925

PORTARIA Nº 227, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza servidor a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos Gilmar Achilles Marmentini;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, o servidor público municipal Cleori Antonio Rissi, ocupante do cargo de Mecânico, portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 03133689425.

Art. 2º O Servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

**POR 228 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1421926

PORTARIA Nº 228, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede férias a servidora e empregada pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora e empregada pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGO	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Juliane Bellé Vieira	Assistente Administrativo	15/05/15 a 16/05/16 15/05/16 a 16/05/17	03 09	30/10/17 a 01/11/17 02/11/17 a 10/11/17
Eliane de Souza e Silva Justen	Agente Comunitário de Saúde	13/02/16 a 12/02/17	30	07/11/17 a 06/12/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2017.  
Elieze Comachio  
Prefeita Municipal  
Registrada e publicada em data supra.  
Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

**POR 233 DE 04 DE NOVEMBRO 2017**

Publicação Nº 1421928

PORTARIA Nº 233, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26 e 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal 1.132 de 11 de novembro de 1998, Lei Complementar nº 045 de 06 de novembro de 2012 atualizada; e Lei Complementar nº 042 de 04 de abril de 2012 atualizada;

- Considerando o requerimento formulado pela servidora, Maria Áurea Hennerick da Costa, protocolo nº 1.656/17 de 01 de novembro de 2017, solicitando prorrogação da licença por motivo de doença em pessoa da família;
- Considerando que, a servidora necessita acompanhar de forma constante seu esposo que se encontra acidentado;
- Considerando a recomendação médica sobre a necessidade de uma pessoa para acompanhar constantemente o esposo da servidora;
- Considerando o Estudo Social elaborado pela Assistente Social recomendando a licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública;
- Considerando o Inciso II do §2º do artigo 71 da Lei Complementar 0045 de 06 de novembro de 2012;
- Considerando parecer jurídico sobre a matéria;

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga a licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública municipal Maria Áurea Hennerick da Costa, ocupante dos cargos de Professor PD/D-IV referente as matrículas nº 138 e 1309, por um período de 30 (dias) dias, cujo gozo será a partir do dia 04/11/17.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de novembro de 2017.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal  
Registrado e publicado em data supra.  
Paula Natana Comachio  
Secretária de Administração e Fazenda designada

**POR 235 DE 06 DE NOVEMBRO DE 20 17**

Publicação Nº 1422036

PORTARIA Nº 235, DE 06 DE NOVEMBRO 2017.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0017, de 22/12/2007 e:

- Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Vera Lucia Ferrarini Meotti Roll, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais a partir do dia 27 de outubro de 2017 até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 27 de outubro de 2017.

São Domingos (SC), 06 de novembro de 2017.

Elieze Comachio  
Prefeito Municipal  
Registrada e publicada em data supra.  
Paula Natana Comachio  
Secretária de Administração e Fazenda Designada

**POR 236 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422037

PORTARIA Nº 236, DE 07 DE NOVEMBRO 2017.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0017, de 22/12/2007 e:

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Roseli da Silva Severgnini, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais a partir do dia 26 de outubro de 2017 até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 26 de outubro de 2017.

São Domingos (SC), 07 de novembro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO Nº01-2017 - AUSFS - PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1422466

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
SETEMBRO/2017

TERMO ADITIVO nº 001/2017 ao TERMO DE FOMENTO nº 007/2017

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL - AUSFS

OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Fomento firmado em 12 de Julho de 2017 ate 30 de Outubro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 30 de Setembro de 2017.

São Francisco do Sul, 30 de Setembro de 2017.

Henrique Celestino Bueno Junior  
Chefe de Gabinete

### EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº008-2017 - AUSFS - PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1422464

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO  
OUTUBRO/2017

TERMO DE FOMENTO nº 008-2017

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL - AUSFS

OBJETO: repassar recursos a AUSFS para finalidade de subsidiar no período de outubro a dezembro de 2017, parte dos custos de transporte dos estudantes residentes em São Francisco do Sul, matriculados nas Universidades de Joinville – SC, salvo para alunos que ingressam em cursos que a partir do ano de 2006 tenham em Universidades de São Francisco do Sul em consonância com o Edital de chamamento publico n.º 001/2017 e PLANO DE TRABALHO, que fazem parte integrante deste, em consonância com a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 80.352,00 (Oitenta mil trezentos e cinquenta e dois reais)

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2017.

São Francisco do Sul, 31 de outubro de 2017.

Henrique Celestino Bueno Junior  
Chefe de Gabinete

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16/SISAM/2017

Publicação Nº 1421879

Ata de Registro de Preços Nº 016/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

PROCESSO Nº 039/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/SISAM/2017

No dia 07 do mês de novembro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 07/11/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para a entrega dos materiais são:

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP CNPJ Nº 02.550.678/0001-73
Itens: 01 ao 40, com exceção do item 28 e 40
Valor total homologado ao licitante: R\$ 95.243,50 (noventa e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e quarenta centavos).
PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME CNPJ Nº 26.682.219/0001-01
Itens: 28 e 40
Valor total homologado ao licitante: R\$ 200,00 (duzentos reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em até 10 dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 08 de novembro de 2017 – Andréia Costa Azevedo – Diretora Geral

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2017 PREGÃO PRESENCIAL 114/2017

Publicação Nº 1421786

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2017 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017

No dia 7 do mês de novembro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/11/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT GAVETÁRIO VERTICAL PRÉ MOLDADO COM SISTEMA DE FILTRAGEM DE GASES COM 68 LÓCULOS, TAMANHO M (17X4) PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço global.

As licitantes registradas para o fornecimento do kit gavetário são:

GAVETÁRIOS MONDINI LTDA ME CNPJ nº 83.453.647/0001-04
Itens: 1 ao 19
Valor total homologado ao licitante: R\$ 51.845,53 (cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em no máximo 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 08 de novembro de 2017 – Givvano de Souza – Secretário de Infraestrutura

**DECRETO 3248/17**

Publicação Nº 1421816

**DECRETO 3248/2017**

Altera o Decreto Municipal 3218/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 2º da Lei Municipal 2.965, de 3 de julho de 2007, com alterações dadas pelas Leis municipais 3.007/2007, 3.121/2008 e 3.142/2009, decreta:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 1º, inciso II, do Decreto Municipal 3218/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

II – Maria Emília Teixeira (titular) e Nayra Katleen Machado (suplente), representantes da das escolas públicas municipais;”

Art. 2º Esta norma entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

**DECRETO 3249/17**

Publicação Nº 1422200

**DECRETO 3249/2017**

“Regulamenta e fixa critérios técnicos para a autorização de uso a título precário do bem público denominado Centro de Eventos, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal, no uso do exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, IX e XII, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º Ficam estabelecidos neste Decreto os procedimentos e critérios técnicos a serem observados para a autorização de uso a título precário do bem público denominado “Centro de Eventos” localizado na Avenida Egídio Manoel Cordeiro, s/nº, Centro, neste município para realização de eventos de curta duração.

Parágrafo Único - Para efeitos deste decreto, considera-se evento de curta duração aquele realizado num período de tempo que durem horas ou até poucos dias.

Art. 2º Os interessados em obter a autorização de uso do referido imóvel, deverão formular pedido direcionado à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência de 30 dias, constando:

I – data da realização do evento e sua duração;

II – Nome da empresa, entidade ou interessado com CNPJ ou CPF;

III – especificação do caráter do evento;

IV – especificação da área a ser utilizada na realização do evento.

V - cópia do estatuto ou contrato social, se houver;

VI - cópia da ata de eleição da atual Diretoria;

VII - comprovante de que está em dia com as suas obrigações tributárias para com o Município (certidão negativa de débitos);

VIII - descrição sucinta da atividade a ser desenvolvida no período da autorização, especificando o público a que se destina, a quantidade de pessoas que se presume estarem presente; e

IX - a relação com a qualificação das pessoas que se responsabilizarão perante o Município e terceiros por eventuais danos a terceiros.

Parágrafo Único – Os pedidos de autorização de uso do bem público, acima especificado, poderão ser formulados por pessoas físicas ou jurídicas e serão analisados pela Secretaria Municipal de Administração, que poderá deferir ou não, conforme oportunidade e conveniência do Município e desde que não coincida com outro evento anteriormente agendado.

Art. 3º Fica atribuída ao interessado em razão da autorização, a obrigação do pagamento do importe de 3,6 UFM (Unidade Fiscal Municipal), por cada dia de evento.

§ 1º - Na hipótese de ocorrer solicitações de autorização de uso do bem público para datas coincidentes, o município autorizará o uso para aquele que primeiro tiver protocolizado a solicitação.

§ 2º - Quando se tratar de evento sem fim lucrativo ou organizado por qualquer entidade que estiver com sua declaração de utilidade pública ativa, nos termos da Lei Municipal n. 3.408 de 11 de novembro de 2011 ou norma equivalente, o valor a ser pago corresponderá a cinquenta por cento do valor previsto no caput.

§ 3º - O pagamento da obrigação prevista neste artigo deverá ocorrer no prazo de 7 dias depois de autorizado o uso do bem ou 1 dia útil antes do evento, o que ocorrer primeiro.

Art. 4º Serão da responsabilidade exclusiva dos requerentes do pedido de autorização:

I - as licenças dos órgãos competentes cuja fiscalização se submete o evento ou atividade a que se destina o Alvará de Autorização

II - a limpeza interna e externa dos espaços ocupados, sob pena de imposição de multa correspondente ao valor de 1,8 UFM, sem prejuízo do ressarcimento das despesas necessárias para limpeza do local.

Art. 5º Os casos omissos e não contemplados por este Decreto serão submetidos à análise da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 6º Esta norma entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal n. 2676/2015 e as demais disposições em contrário.

São João Batista, 06 de novembro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/PMSJB/2017 CARTA CONVITE Nº 018/PMSJB/2017 - FRACASSADA**

Publicação Nº 1421865

PREFEITURA MUNICIPAL DE são joão batista

PROCESSO LICITATÓRIO 150/PMSJB/2017 – CARTA CONVITE Nº 018/PMSJB/2017 - FRACASSADA

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 150/PMSJB/2017 – Carta Convite 018/PMSJB/2017 foi considerada FRACASSADA. São João Batista, 8 de novembro de 2017. Roseli Peixer Tomasini – Secretário de Educação.

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PROCESSO Nº 172/2017

Publicação Nº 1421833

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PROCESSO Nº 172/2017

ORIGEM: Pregão Presencial nº 118/2017

OBJETO: "Aquisição e instalação de parques infantis em madeira itauba a serem instalados na praça municipal e no poliesportivo do município de São João do Oeste."

São João do Oeste – 08 de Novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### DECRETO 105/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 19 - NESTOR VICENTE PAULI

Publicação Nº 1421915

DECRETO Nº 105/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 27,30 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DO LOTE URBANO Nº 19 DA MATRÍCULA 12.427, DE PROPRIEDADE DO ESPÓLIO DE NESTOR VICENTE PAULI DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 27,30m<sup>2</sup> (vinte e sete metros e trinta decímetros quadrados) do lote urbano nº 19 da matrícula 12.427, de propriedade do do espólio de Nestor Vicente Pauli da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### DECRETO 106/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 2 E 20 - MITRA DIOCESANA

Publicação Nº 1421917

DECRETO Nº 106/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 198,30M<sup>2</sup> + 135,90M<sup>2</sup> + 22,25M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DA CHÁCARA URBANA Nº 2 E DO LOTE URBANO Nº 20 DA MATRÍCULA 3.323, DE PROPRIEDADE DO MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 198,30m<sup>2</sup> + 135,90m<sup>2</sup> + 22,25m<sup>2</sup> (cento e noventa e oito metros e trinta decímetros quadrados + cento e trinta e cinco metros e noventa decímetros quadrados + vinte e dois metros e vinte e cinco decímetros quadrados) da chácara urbana nº 2 e do lote urbano nº 20 da matrícula 3.323, de propriedade do Mitra Diocesana de Chapecó da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

## **DECRETO 107/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 9 - NESTOR VICENTE PAULI**

Publicação Nº 1421918

DECRETO Nº 107/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 46,89 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DO LOTE URBANO Nº 9 DA MATRICULA 12.428, DE PROPRIEDADE DO ESPÓLIO DE NESTOR VICENTE PAULI DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 46,89m<sup>2</sup> (quarenta e seis metros e oitenta e nove decímetros quadrados) do lote urbano nº 9 da matrícula 12.428, de propriedade do Espólio de Nestor Vicente Pauli da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

## **DECRETO 108/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 30 - WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ**

Publicação Nº 1421919

DECRETO Nº 108/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 11,03 M<sup>2</sup> + 35,00 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DA CHÁCARA URBANA Nº 30 DA MATRICULA 12.432, DE PROPRIEDADE DE WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 11,03m<sup>2</sup> + 35,00m<sup>2</sup> (onze metros e três decímetros quadrados + trinta e cinco metros quadrados) da chácara urbana nº 30 da matrícula 12.432, de propriedade de Waldemar Arnaldo Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 109/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 22 - WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ**

Publicação Nº 1421920

DECRETO Nº 109/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 114,34 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DA CHÁCARA URBANA Nº 22 DA MATRÍCULA 12.316, DE PROPRIEDADE DE WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 114,34m<sup>2</sup> (cento e catorze metros e trinta e quatro decímetros quadrados) da chácara urbana nº 22 da matrícula 12.316, de propriedade de Waldemar Arnaldo Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

**DECRETO 110/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 21 - WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ**

Publicação Nº 1421921

DECRETO Nº 110/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 143,29 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DA CHÁCARA URBANA Nº 21 DA MATRÍCULA 13.457, DE PROPRIEDADE DE WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 143,29m<sup>2</sup> (cento e quarenta e três metros e vinte e nove decímetros quadrados) da chácara urbana nº 21 da matrícula 13.457, de propriedade de Waldemar Arnaldo Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

**DECRETO 111/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 24 - ALCIDES ANTONIO SCHWERTZ**

Publicação Nº 1421922

DECRETO Nº 111/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 35,50 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DO LOTE URBANO Nº 24 DA MATRÍCULA 12.429, DE PROPRIEDADE DE ALCIDES ANTONIO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 35,50m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados) do lote urbano nº 24 da matrícula 12.429, de propriedade de Alcides Antonio Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação

do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

## **DECRETO 112/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 22-A - PEDRO WIRTH**

Publicação Nº 1421924

DECRETO Nº 112/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 39,85 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DA CHÁCARA URBANA Nº 22-A DA MATRÍCULA 12.340, DE PROPRIEDADE DE PEDRO WIRTH, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 39,85m<sup>2</sup> (trinta e nove metros e oitenta e cinco decímetros quadrados) da chácara urbana nº 22-A da matrícula 12.340, de propriedade de Pedro Wirth da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

## **DECRETO 113/2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 58 - SIRLEI KNORST**

Publicação Nº 1421927

DECRETO Nº 113/17, DE 25/10/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 16,00 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DO LOTE URBANO Nº 58 DA MATRÍCULA 12.508, DE PROPRIEDADE DE SIRLEI KNORST, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 16,00m<sup>2</sup> (dezesesseis metros quadrados) do lote urbano nº 58 da matrícula 12.508, de propriedade de Sirlei Knorst da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

**DECRETO 115/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - LOTE 19**

Publicação Nº 1421929

DECRETO Nº 115/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 27,30 M2 PERTENCENTE AO LOTE URBANO Nº 19, DA MATRÍCULA 12.427, DE PROPRIEDADE DO ESPÓLIO DE NESTOR VICENTE PAULI DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 27,30 m<sup>2</sup> (vinte e sete metros e trinta decímetros quadrados) do lote urbano nº 19 da matrícula 12.427, de propriedade do espólio de Nestor Vicente Pauli da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 105/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 1.874,09 m<sup>2</sup> (mil oitocentos e setenta e quatro metros e nove decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5877833-9, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 116/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - LOTE 2 E 20**

Publicação Nº 1421930

DECRETO Nº 116/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 198,30 M<sup>2</sup> + 135,90 M<sup>2</sup> + 22,25 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DA CHÁCARA URBANA Nº 2 E DO LOTE URBANO Nº 20 DA MATRÍCULA 3.323, DE PROPRIEDADE DO MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 198,30m<sup>2</sup> + 135,90m<sup>2</sup> + 22,25m<sup>2</sup> (cento e noventa e oito metros e trinta decímetros quadrados + cento e trinta e cinco metros e noventa decímetros quadrados + vinte e dois metros e vinte e cinco decímetros quadrados) da chácara urbana nº 2 e do lote urbano nº 20 da matrícula 3.323, de propriedade do Mitra Diocesana de Chapecó da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 106/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 7.193,09 m<sup>2</sup> (sete mil, cento e noventa e três metros e nove decímetros quadrados) da Chácara Urbana nº2 e 363,22 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e três metros e vinte e dois decímetros quadrados) do lote urbano nº20, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5880685-3, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 117/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - LOTE 9**

Publicação Nº 1421931

DECRETO Nº 117/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 46,89 M2 PERTENCENTE AO LOTE URBANO Nº 9, DA MATRÍCULA 12.428, DE PROPRIEDADE DE NESTOR VICENTE PAULI, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 46,89 m<sup>2</sup> (quarenta e seis metros e oitenta e nove decímetros quadrados) do lote urbano nº 9 da matrícula 12.428, de propriedade de Nestor Vicente Pauli da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 107/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 1.207,06 m<sup>2</sup> (mil duzentos e sete metros e seis decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5880429-4, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 118/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - CHÁCARA 22-A**

Publicação Nº 1421932

DECRETO Nº 118/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 39,85 M2 PERTENCENTE A CHÁCARA URBANA Nº 22-A, DA MATRÍCULA 12.340, DE PROPRIEDADE DE PEDRO WIRTH, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 39,85 m<sup>2</sup> (trinta e nove metros e oitenta e cinco decímetros quadrados) da chácara urbana nº 22-A da matrícula 12.340, de propriedade de Pedro Wirth da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 112/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 2.805,16 m<sup>2</sup> (dois mil, oitocentos e cinco metros e dezesseis decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5877853-3, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 119/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - LOTE 24**

Publicação Nº 1421933

DECRETO Nº 119/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 35,50 M2 PERTENCENTE AO LOTE URBANO Nº 24, DA MATRÍCULA 12.429, DE PROPRIEDADE DE ALCIDES ANTONIO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 35,50 m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados) do lote urbano nº 24 da matrícula 12.429, de propriedade de Alcides Antonio Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 111/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 849,03 m<sup>2</sup> (oitocentos e quarenta e nove metros e três decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5877812-6, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 120/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - CHÁCARA 21**

Publicação Nº 1421934

DECRETO Nº 120/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 143,29 M2 PERTENCENTE A CHÁCARA URBANA Nº 21, DA MATRÍCULA 13.457, DE PROPRIEDADE DE WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 143,29 m<sup>2</sup> (cento e quarenta e três metros e vinte e nove decímetros quadrados) da chácara urbana nº 21 da matrícula 13.457, de propriedade de Waldemar Arnaldo Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 110/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 4.289,86 m<sup>2</sup> (quatro mil, duzentos e oitenta e nove metros e oitenta e seis decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5948502-7, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 121/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - CHÁCARA 22**

Publicação Nº 1421937

DECRETO Nº 121/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 114,34 M2 PERTENCENTE A CHÁCARA URBANA Nº 22, DA MATRÍCULA 12.316, DE PROPRIEDADE DE WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 114,34 m<sup>2</sup> (cento e catorze metros e trinta e quatro decímetros quadrados) da chácara urbana nº 22 da matrícula 12.316, de propriedade de Waldemar Arnaldo Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 109/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 6.159,74 m<sup>2</sup> (seis mil, cento e cinquenta e nove metros e setenta e quatro decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5948509-4, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 122/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - CHÁCARA 30**

Publicação Nº 1421939

DECRETO Nº 122/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 11,03 M<sup>2</sup> + 35,00 M2 PERTENCENTE A CHÁCARA URBANA Nº 30, DA MATRÍCULA 12.432, DE PROPRIEDADE DE WALDEMAR ARNALDO SCHWERTZ, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 11,03 m<sup>2</sup> + 35,00m<sup>2</sup> (onze metros e três decímetros quadrados + trinta e cinco metros quadrados) da chácara urbana nº 30 da matrícula 12.432, de propriedade de Waldemar Arnaldo Schwertz da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 108/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 13.098,95 m<sup>2</sup> (treze mil, noventa e oito metros e noventa e cinco decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5948479-6, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 123/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA SANTOS MARTIRES - LOTE 58**

Publicação Nº 1421940

DECRETO Nº 123/17, DE 27/10/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 16,00 M2 PERTENCENTE AO LOTE URBANO Nº 58, DA MATRÍCULA 12.508, DE PROPRIEDADE DE SIRLEI KNORST, DA COMUNIDADE DE BEATO ROQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados) do lote urbano nº 58 da matrícula 12.508, de propriedade de Sirlei Knorst da comunidade de Beato Roque, destinada para a formação do alargamento da Rua Santos Mártires das Missões, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 113/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 292,48 m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e dois metros e quarenta e oito décimos quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 5880496-0, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 27 de outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 127/2017- DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA - LOTE 280 - MARCIEL GRASEL**

Publicação Nº 1421941

DECRETO Nº 127/17, DE 06/11/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 308,20 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE DO LOTE URBANO Nº 280 DA MATRÍCULA 12.893, DE PROPRIEDADE DE MARCIEL GRASEL DA COMUNIDADE DE CRISTO REI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a área de terra de 308,20 m<sup>2</sup> (trezentos e oito metros e vinte décimos quadrados) do lote urbano nº 280 da matrícula 12.893, de propriedade de Marciel Grasel da comunidade de Cristo Rei, destinada para a formação do alargamento da Rua Édio Rohr, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente decretação da Utilidade Pública enquadra-se na Alínea "i", do art. 05, do Decreto Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 06 de novembro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 128/2017 - DESAPROPRIA ÁREA PARA PROLONGAMENTO DA RUA ÉDIO ROHR - LOTE 280 MARCIEL GRASEL**

Publicação Nº 1421942

DECRETO Nº 128/17, DE 07/11/2017.

DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE 308,20 M2 PERTENCENTE AO LOTE URBANO Nº 280, DA MATRÍCULA 12.893, DE PROPRIEDADE DE MARCIEL GRASEL DA COMUNIDADE DE CRISTO REI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 73, item VII da Lei

Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica desapropriada a área de terra de 308,20 m² (trezentos e oito metros e vinte decímetros quadrados) do lote urbano nº 280 da matrícula 12.893, de propriedade de Marciel Grasel da comunidade de Cristo Rei, destinada para a formação do alargamento da Rua Édio Rohr, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. A presente desapropriação é efetivada de forma amigável e sem qualquer ônus ao município expropriante, com base no Decreto 127/2017, incorporando-se o imóvel ao patrimônio público municipal, a qual será utilizada como rua pública.

Art. 3º. Em decorrência da desapropriação identificada no artigo 1º do presente decreto, fica a área remanescente correspondente a 5.612,70 m² (cinco mil, seiscentos e doze metros e setenta decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 4º. Esta operação é objeto da ART nº 6363749-9, firmado pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums, CREA/ SC nº 117683-3

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 07 de novembro de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

**DECRETO 132/2017 - RESULTADO CHAMAMENTO PUBLICO 02-2017**

Publicação Nº 1422895

DECRETO Nº 132/2017, DE 09/11/2017.

HOMOLOGA O RESULTADO DA SELEÇÃO DE PROPOSTAS ARTÍSTICOS/CULTURAIS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito de São João do Oeste/SC, FERNANDO BISIGO, com base no Parecer da Ata nº 02/2017 da Comissão de Seleção, e não havendo recursos contrários,

**DECRETA:**

Art.1º. Homologa o resultado final da Seleção de Projetos Artísticos Culturais, segundo os critérios do Edital de Chamamento Público 02/2017.

Art. 2º. A entidade selecionada é a Associação Cultural Alemã de São João do Oeste – ACASJO, na modalidade Eventos Artísticos e Culturais, com o projeto Weihnachtszeit.

Art. 3º. O valor aprovado é a íntegra apresentado no Plano de Trabalho, no montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 09 de novembro de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2016**

Publicação Nº 1421883

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Eletro Light Provence Ltda-Me.

ORIGEM: Tomada de Preços 14/2016

OBJETO: "Supressão de Valor no Contrato de fornecimento em regime de empreitada global todo o material e mão de obra necessários para realizar a pavimentação com pedras irregulares da Rua João Rech, com área de 2.570,25 m² localizada na cidade de São João do Oeste."

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 24.471,69

VALOR TOTAL: R\$ 122.755,54

PRAZO: 27.10.2017 até 10.12.2017

São João do Oeste – 27.10.2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2016**

Publicação Nº 1421884

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Eletro Light Provence Ltda-Me.

ORIGEM: Tomada de Preços 14/2016

OBJETO: "Adição de Valor no Contrato de fornecimento em regime de empreitada global todo o material e mão de obra necessários para realizar a pavimentação com pedras irregulares da Rua João Rech, com área de 2.570,25 m² localizada na cidade de São João do Oeste."

VALOR ADITADO: R\$ 8.676,83

VALOR TOTAL: R\$ 131.432,37

PRAZO: 27.10.2017 até 10.12.2017

São João do Oeste – 27.10.2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 66/2017**

Publicação Nº 1421886

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO 66/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Grupo Musical San Marino- LTDA

ORIGEM: Inexigibilidade nº 13/2017

OBJETO: "Contratação do Grupo San Marino- LTDA, para animação de baile alusivo aos 26º aniversário de Emancipação Político Administrativa do Município de São João do Oeste-SC."

VALOR: R\$ 20.000,00

PRAZO: 30.10.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 30 de Outubro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2017**

Publicação Nº 1422428

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Sermedicall ARP Equipamentos Hospitalares LTDA- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 119/2017

OBJETO: "Aquisição de vestimentas e materiais de segurança para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros."

VALOR: R\$ 5.884,50

PRAZO: 09.11.2017 até 30.11.2017

São João do Oeste – 09 de Novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 385/2017

Publicação Nº 1422191

DECRETO Nº 385/2017

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora: - VALÉRIA SILVA RODRIGUES, para ocupar o Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda, com 40 horas semanais classificada em 6º lugar no Concurso Público Nº 02/2015, realizado em data de 17/01/16, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 386/2017

Publicação Nº 1422353

DECRETO Nº 386/2017

"QUE NOMEIA MEMBROS POR TEMPO DETERMINADO PARA COMPOREM A COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018-2021"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA por tempo determinado a COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018-2021, integrada pelos seguintes MEMBROS:

- MARILDA DOS SANTOS RODRIGUES – Secretária Municipal de Assistência Social;
- LUSIANE ZANDONADI NUNES – Assistente Social da Gestão;
- DAIANE HUGEN TOMAZ – Coordenadora do CRAS;
- MAYARA NUNES RIBEIRO – Coordenadora do CREAS
- MANOELLA MARIOTT MACHADO – Coordenadora do Serviço de Acolhimento.
- NADIR OLIVEIRA PALMA – Coordenadora do Centro de Convivência do Idoso.

Parágrafo Único – O período de vigência desta Comissão é até dia 01 de Dezembro de 2017, prazo em que o referido Plano deverá ser entregue ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 07 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 387/2017**

Publicação Nº 1422357

DECRET O Nº 387/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(84)3.3.93.00.00.00.00.2.058-0210 Recursos Ordinários ..... 580,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 580,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 577/2017**

Publicação Nº 1422181

PORTARIANº 577/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam DESIGNADOS os seguintes funcionários: - LUCAS DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 8297, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar do dia 06/11/2017. – DIOGO XAVIER, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 10028, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal da Fazenda, a contar do dia 06/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 578/2017**

Publicação Nº 1422182

PORTARIANº 578/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - MARIO OLIVEIRA FLORES, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 01/11/2017 à 30/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Novembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 579/2017**

Publicação Nº 1422185

PORTARIANº 579/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas EXONERAÇÕES a pedido as seguintes pessoas: - DAYANE DA SILVA XAVIER, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 110/2017, de 10/02/2017. A referida exoneração é a contar do dia 01/11/2017. – TATIANE HENRIQUE DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Agricultura, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 108/2017, de 10/02/2017. A referida exoneração é a contar do dia 01/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Novembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 580/2017**

Publicação Nº 1422186

PORTARIANº 580/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ALTERADA a Portaria Nº 574/2017, de 01/11/2017, por haver saído com incorreções, onde se lê Daniel Rosa Padilha, leia-se DANILO ROSA PADILHA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroage, ao dia 01 de Novembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 581/2017**

Publicação Nº 1422336

PORTARIANº 581/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ADRIELE COSTA MARTINS, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 30/10/2017. – KARINA RODRIGUES LEITZKE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por ½ (meio) dia, período vespertino, do dia 30/10/2017. – JOZIMARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da Função de Assistente Social, por 02 (dois) dias, a contar do dia 31/10/2017. – THAYSE GREICE DA SILVA,

ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2017. – LAIZE TORTELLI PEREIRA, ocupante do Cargo de Telefonista, por ½ (meio) dia, no período vespertino, do dia 31/10/2017. – JOAQUIM OSNI NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2017, para tratamento de saúde de sua filha. – ELUZA REGINA ARRUDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2017. – ROSEMIRA SOUZA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2017. – CLERIA MARIA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2017. – IZABELLY TEODORO DUARTE, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2017, para tratamento de saúde de pessoa da família. – RITA DE CASSIA SOUZA, ocupante do Cargo de Diretora de Administração de Pessoal, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 582/2017**

Publicação Nº 1422339

PORTARIANº 582/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - BEATRIZ OLIVEIRA DE FIGUEIREDO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 249/2017, de 11/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 583/2017**

Publicação Nº 1422340

PORTARIANº 583/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – FRANCIELE APARECIDA CESCONETTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 31/10/2017. – JULIANO RIBEIRO ZANELLA, ocupante do Cargo de Encanador, por 07 (sete) dias, a contar do dia 31/10/2017. – MONICA SOUZA OLIVEIRA FERREIRA, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 31/10/2017. – VANESSA APª. VIEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 31/10/2017. – RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 31/10/2017. – ANDRIGO DE SOUZA GOULART, ocupante do Cargo de Motorista, por 10 (dez) dias, a contar do dia 02/11/2017. – MONICA VELHO SOUZA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 03/11/2017. – TEREZINHA SOUZA VELHO, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 03/11/2017. – FERNANDA PEREIRA MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2017. – TANIA MARA BORGES, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/11/2017. – DAIANE FURTADO R. NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 07 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 584/2017**

Publicação Nº 1422341

PORTARIANº 584/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 31/10/2017 até 28/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de Outubro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 07 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 585/2017**

Publicação Nº 1422344

PORTARIANº 585/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – RENE MACEDO, ocupante do Cargo de Motorista, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/11/2017. – MARIA ELEZANDRA PADILHA, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/11/2017. – ELUZA REGINA ARRUDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/11/2017. – DEIZE CRISTINA FELTRIN, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2017. – GISLAINE DE FATIMA NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Social, por ½ (meio) dias, no período vespertino do dia 06/11/2017. – FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2017. – SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/11/2017. – PATRICIA CASSÃO DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2017. – TAIZE DE SOUZA VELHO, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2017. – OSMAR SERGIO DE OLIVEIRA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/11/2017. – JAIR RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, a contar do dia 07/11/2017, e o retorno de acordo com o INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 07 de Novembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PROCESSO 28/2017 FME**

Publicação Nº 1422780

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA  
Processo Nº 28/2017

Dispensa de Licitação Nº 15/2017 – Edital de chamamento/credenciamento

Objeto: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tipo: Chamada Pública

Abertura: 12/12/2017 – 13h30min

Valor estimado: R\$ 238.938,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 08 de novembro de 2017

Raquel Moreira Henrique Fernandes  
Diretora de Compras

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8801/2017

Publicação Nº 1422710

DECRETO Nº 8801/2017

DESIGNA COMISSÃO DE 1ª INSTÂNCIA DO PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO, PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2011, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 36 da Lei Complementar nº 053/2011.

DECRETA:

Art. 1º – Para compor a Comissão de 1ª Instância referida no artigo 36 da Lei Complementar nº 053/2011, ficam designados como membros titulares os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- a) LUÍSA VEIGA DE SOUZA
- b) ANDREY DA SILVA
- c) RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS
- d) ANDREA SONIA DA SILVA
- e) JULIANA TEREZINHA DA SILVA

Parágrafo único – Para secretariar os trabalhos da referida Comissão, fica designada a membro Andrea Sonia da Silva.

Art. 2º – A referida Comissão desempenhará as atribuições descritas no artigo 39 da Lei Complementar nº 053/2011, sem remuneração.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 37.242 de 15 de outubro de 2012, produzindo efeitos a partir de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 18 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 8803/2017

Publicação Nº 1422709

DECRETO Nº 8803/2017

NOMEIA COMISSÃO PARA Leilão de Veículos, Equipamentos e Bens Inservíveis.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Comissão para leilão de veículos, equipamentos e bens inservíveis do Município de São José/SC, para o período de 01 ano:

- I. Presidente: GUSTAVO DUARTE DO VALLE PEREIRA;
- II. 1º Secretário: RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS;
- III. 2º Secretário: CLEBER FABIANO GOULART;
- IV. Membros:

- a) IRIBERTO ANTONIO MOSCHETTA JUNIOR;
- b) VALDECIR JUMMES;
- c) LUIZ CARLOS DAMS JUNIOR;

V. Leiloeiro Público Oficial: EDSON MARCOS REIS.

Art. 2º – Ficam delegadas as competências para assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos legais para o certame, que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José/SC, 20 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8822/2017**

Publicação Nº 1422579

DECRETO Nº 8822/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JORGE LUIZ SILVEIRA para exercer o cargo de Supervisor de Fiscalização de Posturas – CCM-6, com lotação na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8845/2017**

Publicação Nº 1422739

DECRETO Nº 8845/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIÓNÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
NEUMAR ESTHER BEZERRA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	25/10/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/10/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8846/2017**

Publicação Nº 1422740

DECRETO Nº 8846/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIÓNÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
GABRIELA MORAES CANDIDO SABINO	Professor-H	28 Horas Aulas	31/10/2017

JUSSARA MARIA PRUDENCIO PEREIRA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	31/10/2017
KARIZE REGINA CALAZANS	Auxiliar de Ensino	40 Horas	31/10/2017
MONICA APARECIDA QUINDANI TEIXEIRA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	31/10/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 31/10/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8847/2017

Publicação Nº 1422741

DECRETO Nº 8847/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08/09/2015;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandado de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
DEBORA MACHADO COELHO	Auxiliar de Ensino	26/10/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 26/10/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8848/2017

Publicação Nº 1422742

DECRETO Nº 8848/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08/09/2015;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandado de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
DAIANA BASILICIA SODRE REBELO	Auxiliar de Ensino	30/10/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 30/10/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8863/2017

Publicação Nº 1422711

DECRETO Nº 8863/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.235 – Manutenção dos Parques – FMMADS

1229 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 25.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 25.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 25.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.235 – Manutenção dos Parques – FMMADS

1235 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios ..... R\$ 20.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 20.000,00

19.01.18.541.0109.2.236 – Preservação Ambiental, Manutenção e Ampliação de

Praças e Jardins – FMMADS

1240 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 5.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 5.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 25.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 8870/17**

Publicação Nº 1422738

DECRETO Nº 8870/17

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

969 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 160.000,00

954 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 20.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 180.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 180.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 180.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

947 – 3.3.90.34.00.00.0082 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização

Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 180.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 180.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 180.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 180.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 8871/2017**

Publicação Nº 1422701

DECRETO Nº 8871/2017

TORNAR SEM EFEITO O DECRETO 8797/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Decreto N.º 8797 de 17 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na edição N.º 2377 de 06 de novembro de 2017, possui erro formal;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8797 de 17 de outubro de 2017, que nomeou Sra. CAROLINE GONZAGA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8872/2017

Publicação Nº 1422697

DECRETO Nº 8872/2017  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2015;

DECRETA:

Art.1º - Fica admitida, a seguinte servidora contratada por processo seletivo, ocupantes de cargo temporário:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	CAROLINE GONZAGA	Técnica em Enfermagem	30 horas	Secretaria de Saúde

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8873/2017

Publicação Nº 1422705

DECRETO Nº 8873/2017  
TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8227/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Tornam sem efeito os incisos I, II e V do Decreto 8227/2017 de 22 de maio de 2017, que concedem função gratificada aos servidores CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA, matrícula: 21.498-1, DIEGO MOLINA DE CAMARGO, matrícula: 19.059-4 e FELIPE TOLDO SPILLERE, matrícula: 19.047-0.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8874/2017

Publicação Nº 1422702

DECRETO Nº 8874/2017  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Concedidas as Funções Gratificadas para os servidores abaixo relacionados:

Inc.	FUNÇÃO GRATIFICADA	NOMES	MATRÍCULA	FUNÇÃO
I	FG – SG	DIEGO MOLINA DE CAMARGO	19.059-4	Subcomandante da Guarda Municipal
II	FG – IG	PAULA NUNES	23.189-4	Inspetor da Guarda Municipal
III	FG – IG	ELOISA VIEIRA	19.059-4	Inspetor da Guarda Municipal

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8875/2017

Publicação Nº 1422707

DECRETO Nº 8875/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 8773/2017 QUE ADMITIRAM SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, e;

CONSIDERANDO que os servidores admitidos em caráter temporário desistiram de assumir os cargos;

DECRETA:

Art.1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 8773/2017, no que se refere à nomeação dos seguintes servidores admitidos em caráter temporário:

	Servidor	FUNÇÃO	Lotação
I	JACKSON MAYR LOZ DE MELO	Motorista	Secretaria de Assistência Social
II	MARCELO LOPES DA SILVA	Motorista	Secretaria de Assistência Social
III	RAMON SARTOR DA SILVA	Motorista	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 8876/2017

Publicação Nº 1422706

DECRETO Nº 8876/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art.1º - Ficam admitidos, os seguinte servidores contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	LEONEL NILSON PETERSEN	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social

II	MARCIO DE OLIVEIRA MONTEIRO	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social
III	LUCIANO ROBERTO DA CONCEIÇÃO NUNES	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **LEI N.º 5.638 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422511

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA RECICLAGEM NO ÂMBITO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Municipal da Reciclagem, a ser comemorado, anualmente, no dia 17 de maio.

Art. 2º. As autoridades municipais apoiarão a realização de Atos públicos comemorativos ao Dia Municipal da Reciclagem, especialmente nas Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º. A fim de apoiar o Dia Municipal da Reciclagem o Poder Executivo executará as seguintes ações:

I - criará instrumentos de conscientização a população visando a redução do desperdício, reutilização de bens materiais e reciclagem de materiais de forma correta, levando em conta as questões ambientais;

II – divulgará a coleta seletiva nos bairros, visando incentivar o cidadão, as famílias, e o comércio, a destinar a essa estrutura de coleta, material para reciclagem.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **LEI N.º 5.639 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422513

ALTERA A EMENTA E DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.034 DE 1997, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE ESPÍRITA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL TERESA DE JESUS – LAR DOS VELHINHOS DE ZULMA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação da ementa da Lei Ordinária nº 3.034, de 01 de julho de 1997, que passa a vigorar com o seguinte teor: “DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA TEREZA DE JESUS”.

Art. 2º. Fica alterada a redação do artigo 1º, da Lei Ordinária nº 3.034, de 01 de julho de 1997, que passa a vigorar com o seguinte teor: “Art. 1º. A Lei nº 417, de 05 de novembro de 1960, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Lar dos Velhinhos de Zulma, passa a declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA TEREZA DE JESUS, em decorrência de alteração de sua denominação em seu estatuto, entidade esta situada à Rua Irineu Bornhausen, nº 119, Campinas, neste município, inscrita no CNPJ 83.903.096/0001-25, registrada no Cartório de Títulos e Documentos do Município e Comarca de São José/SC, sob o termo de Registro nº 11036/Livro A-59, fls. 136, protocolo nº 179816, em 09 de junho de 2017, e declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 621 de 13 de dezembro de 1960.”

Art. 3º. À Entidade qualificada no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e garantias da Legislação em vigor.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.640 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422564

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO DIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE CRISTÃ NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de São José o Dia Municipal da Juventude Cristã, a ser comemorado anualmente no dia 12 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.641 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422566

DENOMINA DE RUA WALMOR RAULINO, VIA PÚBLICA NO LOTEAMENTO JARDIM SÃO CARLOS, NO BAIRRO IPIRANGA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de RUA WALMOR RAULINO, a Rua localizada entre a Rua João Ambrósio da Silva e a Rua José Antônio Pereira, do Loteamento Parque Residencial das Torres, no bairro Ipiranga, cadastrada com o código 5334-3, neste Município.

Art. 2º - O Poder Executivo Providenciará a colocação de placas indicativas, bem como a devida comunicação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, - CELESC e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 029/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422735

PORTARIA Nº 029/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 13.022/2014(Estatuto das Guardas Municipais); Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia Comissão de Sindicante para apurar conduta da Guarda Municipal G.S.M. - matrícula 23.183-5, apontada no Boletim de Ocorrência de Trânsito nº 06000-2017-00764, confeccionado em 05/10/2017, que em tese, fere as normas estabelecidas para Agentes pertencentes instituições integrantes das Forças de Segurança Pública, em especial no caso, a função de Guarda Municipal;

Art. 2º. Atendendo a Lei nº 5.215/2013, no seu art. 3º - ficam nomeados, como membros da Comissão:

I – Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula 15.714-7, como presidente;

II – Guarda Municipal, MORGANA PIRES DOS SANTOS, matrícula 15.744-9, como Secretária.

III – Guarda Municipal, DIEGO MOLINA DE CAMARGO, matrícula 19.059-4, como Vogal;

Art. 3º. A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**PORTARIA Nº 030/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422734

PORTARIA Nº 030/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Sindicância objeto da Portaria nº 022/2017, de 06 de outubro pp., em andamento por mais 30(trinta) dias, diante dos motivos expostos;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**PORTARIA Nº 031/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422733

PORTARIA Nº 031/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Sindicância objeto da Portaria nº 023/2017, de 06 de outubro pp., em andamento por mais 30(trinta) dias, diante dos motivos expostos;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**PORTARIA Nº: 028/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422732

PORTARIA Nº: 028/2017, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 2.132/90 (Lei Orgânica do Município de São José), Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) e, demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora CARLA BEATRIZ DA SILVA GARCIA matrícula nº 15008-2, lotada nesta Secretaria para o Cargo de Chefe de Fiscalização junto ao PROCON MUNICIPAL, conforme Decreto nº 35.350/2011, considerando que a referida servidora preenche os requisitos do art. 48, § 2º, do citado documento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2017, conforme nº 8734/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2017**

Publicação Nº 1422512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL 093/2017 – Processo nº 489/2017 – Proc. Adm. 6836/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, SEM MOTORISTA, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO E QUILOMETRAGEM LIVRE, PARA ATENDER OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 22/11/2017 às

14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 22/11/2017 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

## RESOLUÇÃO Nº 018/2017/CMDCA

Publicação Nº 1422731

### RESOLUÇÃO Nº 018/2017/CMDCA

APROVA A INSCRIÇÃO Nº 70 DO PROGRAMA CAMPEÕES DA VIDA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSE – CMDCA/SJ

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 13 de setembro de 2017;

Considerando Resolução CONANDA 071, de 10 de julho de 2001 – Dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio- Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 13 de setembro de 2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a INSCRIÇÃO do PROGRAMA CAMPEÕES DA VIDA, do Instituto Guga Kuerten executado no município de São José;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente do CMDCA/SJ

## RESOLUÇÃO Nº 019/2017/CMDCA

Publicação Nº 1422730

### RESOLUÇÃO Nº 019/2017/CMDCA

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE O CANCELAMENTO DO REGISTRO DA ENTIDADE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL BOA SEMENTE NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião Plenária Ordinária de 11 de outubro de 2017;

Considerando, a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/ SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando, Parecer da Visita da Comissão de Avaliação Acompanhamento e Fiscalização de Programas realizada no dia 20 de setembro de 2017;

Considerando deliberação da Plenária Ordinária de 11 de outubro de 2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo referente o Cancelamento do Registro Nº 036 da Entidade Assistência Social e Cultural Boa Semente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo do Cancelamento conforme Parecer da Comissão de Avaliação Acompanhamento e Fiscalização de Programas apresentado à Plenária no dia 11 de outubro de 2017:

I - Em relação à estrutura física a Entidade não oferece o espaço adequado para o atendimento conforme preconiza o artigo 91 do ECA.

II - Quanto ao trabalho com crianças e adolescentes, no dia da visita a Comissão não encontrou oferta de atendimento somente falas do que se realiza sem poder observar ou constatar. Não podendo ser observado as atividades do Plano de Ação enviado ao Conselho quanto aos atendimentos”

Art. 3º - Competirá à Secretaria Executiva proceder a notificação da Entidade concedendo-lhe o prazo de 30 ( trinta) dias para apresentar defesa formal, na forma Lei Federal 9.784/1999;

Art. 4º - Competirá à Secretaria Executiva proceder o envio da notificação através de carta registrada às entidades que já não estiverem em funcionamento;

Art. 5º - Findo o prazo previsto no artigo anterior, competirá à Secretaria Executiva certificar nos autos se houve a apresentação de defesa tempestiva.

Art. 6º - Após o ato previsto no artigo anterior os autos serão submetidos à análise da Comissão de Inscrição Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 7º - O Parecer da Comissão de Inscrição Registro e Normas será submetidos à deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de São José;

Art. 8º - Fica facultado à Entidade, interpor Recurso à instância superior da decisão Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, observado o prazo previsto em legislação vigente.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 10º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 11 de outubro de 2017.

ELIANE MAHALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

## RESOLUÇÃO Nº 020/2017/CMDCA

Publicação Nº 1422729

### RESOLUÇÃO Nº 020/2017/CMDCA

ALTERA A RESOLUÇÃO 039/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 33 CRECHE SANTA BÁRBARA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Lei Municipal Nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/ SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 – Art. 3º Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não concedam Registros para funcionamento de Entidades ou Inscrição de Programas àquelas que desenvolvem apenas, atendimento em modalidade educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio;

Considerando Resolução CMDCA Nº 039/2016 – Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro da Creche Santa Bárbara junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro nº 33 – Creche Santa Bárbara no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 33 - Creche Santa Bárbara, consiste em se tratar de Entidade que desenvolve apenas atendimento em modalidades Educacionais. Conforme Resolução do CONANDA Nº 071/2001. Art. 3º - Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não concedam Registros para funcionamento de Entidades ou Inscrição de Programas àquelas que desenvolvem apenas, atendimento em modalidade educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 021/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422728

**RESOLUÇÃO Nº 021/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 042/2016 INCLUÍDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 01 NO CONSELHO COMUNITÁRIO BAIRRO BELA VISTA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 13 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando, Ofício Circular Nº 035/2016/CMDCA - O qual solicitou à Vossa Senhoria que até o dia 31/05/2016 apresente perante a Comissão Permanente de Inscrição, Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Considerando Resolução CMDCA Nº 042/2016 – Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro do Conselho Comunitário Bairro Bela Vista junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro Nº 01 – Conselho Comunitário Bairro Bela Vista no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 01 – Conselho Comunitário Bairro Bela Vista, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 022/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422727

**RESOLUÇÃO Nº 022/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 041/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 38 DO CONSELHO COMUNITÁRIO BAIRRO SANTOS DUMONT, NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 13 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando, Ofício Circular Nº 035/2016/CMDCA - O qual solicitou à Vossa Senhoria que até o dia 31/05/2016 apresente perante a Comissão Permanente de Inscrição, Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, documentos especificando os regimes de atendimentos;

Considerando Resolução CMDCA Nº 041/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro do Conselho Comunitário Bairro Santos Dumont junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro Nº 38 – Conselho Comunitário Bairro Santos Dumont no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 38 – Conselho Comunitário Bairro Santos Dumont, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - A Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.  
ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Presidente CMDCA/SJ

## **RESOLUÇÃO Nº 023/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422726

### **RESOLUÇÃO Nº 023/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 045/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 39 DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM, NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 13 de setembro de 2017;

Considerando a Lei Municipal Nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 – Art. 3º Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não concedam Registros para funcionamento de Entidades ou Inscrição de Programas àquelas que desenvolvem apenas, atendimento em modalidade educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio;

Considerando Resolução CMDCA Nº 045/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro da Associação dos Moradores do Bairro Sertão do Maruim, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro nº 39 – Associação dos Moradores do Bairro Sertão do Maruim no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 39 – Associação dos Moradores do Bairro Sertão do Maruim, é por se tratar de Entidade que desenvolve apenas atendimento em modalidades Educacionais. Conforme orientação do CONANDA Resolução nº 071/2001. Art. 3º - Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não concedam Registros para funcionamento de Entidades ou Inscrição de Programas àquelas que desenvolvem apenas, atendimento em modalidade educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.  
ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Presidente CMDCA/SJ

## **RESOLUÇÃO Nº 024/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422725

### **RESOLUÇÃO Nº 024/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 040/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 57 - ONG TRAVESSIA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 — Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando, Ofício Circular Nº 035/2016/CMDCA - O qual solicitou à Vossa Senhoria que até o dia 31/05/2016 apresente perante a Comissão Permanente de Inscrição, Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, documentos especificando os regimes de atendimentos;

Considerando Resolução CMDCA Nº 040/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro da Ong Travessia junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro nº 57 – ONG Travessia no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 57 – Ong Travessia, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - A Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

## **RESOLUÇÃO Nº 025/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422724

### **RESOLUÇÃO Nº 025/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 043/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 58 – INSTITUTO SANTA MARIA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 — Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando Resolução CMDCA Nº 043/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro do Instituto Santa Maria, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, documentos especificando os regimes de atendimentos;

Considerando Resolução CMDCA Nº 043/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro do Instituto Santa Maria junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro nº 58 – Instituto Santa Maria no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 58 – Instituto Santa Maria, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

## **RESOLUÇÃO Nº 026/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422723

### **RESOLUÇÃO Nº 026/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 034/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 55 – INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA CASA DE CÁRITAS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 — Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando Resolução CMDCA Nº 034/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro do Instituição Filantrópica Casa de Cáritas, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, documentos especificando os regimes de atendimentos;

Considerando Resolução CMDCA Nº 034/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro da Instituição Filantrópica Casa de Cáritas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro nº 55 – Instituição Filantrópica Casa de Cáritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 55 – Instituição Filantrópica Casa de Cáritas, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 027/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422722

**RESOLUÇÃO Nº 027/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 036/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 48 – INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA PRÍNCIPE DA PAZ NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Lei Municipal Nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 – Art. 3º Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não concedam Registros para funcionamento de Entidades ou Inscrição de Programas àquelas que desenvolvem apenas, atendimento em modalidade educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio;

Considerando Resolução CMDCA Nº 036/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro da Instituição Filantrópica Príncipe da Paz junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro Nº 48 – Instituição Filantrópica Príncipe da Paz no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 48 – Instituição Filantrópica Príncipe da Paz, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - A Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 028/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422721

**RESOLUÇÃO Nº 028/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 035/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 41 – NÚCLEO ESPÍRITA NOSSO LAR NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 — Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando, Ofício Circular Nº 035/2016/CMDCA - O qual solicitou à Vossa Senhoria que até o dia 31/05/2016 apresente perante a Comissão Permanente de Inscrição, Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, documentos especificando os regimes de atendimentos;

Considerando Resolução CMDCA Nº 035/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro do Núcleo Espírita Nosso Lar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro Nº 41 – Núcleo Esp no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro Nº 41 – Núcleo Espírita Nosso Lar refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - A Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

## **RESOLUÇÃO Nº 029/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422720

### **RESOLUÇÃO Nº 029/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 037/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DA UNIÃO CATARINENSE DE ATLETISMO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 - Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando, Ofício Circular Nº 035/2016/CMDCA - O qual solicitou à Vossa Senhoria que até o dia 31/05/2016 apresente perante a Comissão Permanente de Inscrição, Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, documentos especificando os regimes de atendimentos

Considerando Resolução CMDCA Nº 037/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro da União Catarinense de Atletismo - UCA junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro da União Catarinense de Atletismo -UCA no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro da União Catarinense de Atletismo, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - A Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

## **RESOLUÇÃO Nº 030/2017/CMDCA**

Publicação Nº 1422718

### **RESOLUÇÃO Nº 030/2017/CMDCA**

ALTERA A RESOLUÇÃO 038/2016, INCLUINDO O MOTIVO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DA PASTORAL DA CRIANÇA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 14 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução CONANDA Nº 71/2001 — Art. 5º - Que a Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Considerando, Ofício Circular Nº 035/2016/CMDCA - O qual solicitou à Vossa Senhoria que até o dia 31/05/2016 apresente perante a Comissão Permanente de Inscrição, Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, documentos especificando os regimes de atendimentos;

Considerando Resolução CMDCA Nº 038/2016 – Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo referente ao Cancelamento do Registro da Pastoral da Criança junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Especificar o Motivo do Cancelamento do Registro da Pastoral da Criança no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José;

Art. 2º - O Motivo da Instauração do Processo de Cancelamento do Registro da Pastoral da Criança, refere-se ao não envio da documentação solicitada no Ofício Circular nº 035/2016/CMDCA. Conforme Resolução do CONANDA Nº 71/2001 – Art. 5º - A Entidade ao deixar de funcionar ou não executar o Programa Inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o seu Registro suspenso, até que seja cumprida a exigência legal;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 13 de setembro de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Presidente CMDCA/SJ

**RESULTADO DA INEXIBILIDADE 026/2017**

Publicação Nº 1422508

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 026/2017 – Proc. Adm. 8673/2017. Contratado: RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AGÊNCIA DE VIAGENS TURISMO LTDA. Objeto: "INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AGÊNCIA DE VIAGENS TURISMO LTDA PARA FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE DESTINADO ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 18.450,00 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta reais). Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

**RESULTADO DA INEXIBILIDADE 027/2017**

Publicação Nº 1422510

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 027/2017 – Proc. Adm. 8674/2017. Contratado: SIND. EMP. TRANSP. URBANO DE PASSAG. DA GRANDE FPOLIS – SETUF. Objeto: "INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SETUF PARA FORNECIMENTO DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS (VALE TRANSPORTE) DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais). Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 256/2017**

Publicação Nº 1422795

PORTARIA Nº 256/2017

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Nomear a servidora Joyce dos Santos para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, gabinete da vereadora Cristina de Sousa. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de novembro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 228/2017/SF

Publicação Nº 1422098

DECRETO Nº.228/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso III, Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.097,92 (um mil e noventa e sete reais e noventa e dois centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇO GERAIS

2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇO GERAIS

"450"4.4.90.93.00.00.3.0024 Indenizações e Restituições ..... R\$1.097,92

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos convênio União, Fonte 3.0024 no valor de R\$1.097,92 (um mil e noventa e sete reais e noventa e dois centavos)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 229/2017/SF

Publicação Nº 1422099

DECRETO Nº.229/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso III, Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.053,83 (três mil e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇO GERAIS

2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇO GERAIS

"450"4.4.90.93.00.00.3.0024 Indenizações e Restituições ..... R\$3.053,83

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos convênio União, Fonte 3.0024 no valor de R\$3.053,83 (três mil e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 230/2017/SF**

Publicação Nº 1422100

DECRETO Nº. 230/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"38"3.3.90.39.00.00.1.0064 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$26.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos PAB Fixo – Atenção Básica, Fonte 1.0064 no valor de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 231/2017/SF**

Publicação Nº 1422101

DECRETO Nº. 231/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"290"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"289"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..R\$6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 232/2017/SF**

Publicação Nº 1422102

DECRETO Nº. 232/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"29"3.1.90.11.00.00.1.0002 vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R\$9.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), Recursos de Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"30"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 234/2017/SF**

Publicação Nº 1422104

DECRETO Nº. 234/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"126"3.3.90.39.00.00.1.0022 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Convênio Estado - Educação, Fonte 1.0022 no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 235/2017/SF**

Publicação Nº 1422105

DECRETO Nº. 235/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.663/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

"3"3.1.90.13.00.00.00.3069 Obrigações Patronais ..... R\$10.000,00

"7"3.3.90.33.00.00.00.3069 Passagens e Despesas com Locomoção.R\$10.000,00

"5"3.3.90.14.00.00.00.3069 Diárias \_ Civil ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de recursos orçamentários do Poder Legislativo, conforme demonstrado a seguir:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

"6"3.3.90.30.00.00.00.3069 Material de Consumo ..... R\$15.000,00

"8"3.3.90.39.00.00.00.3069 Out Serv de Terceiros-Pessoa JurídicaR\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 236/2017/SF**

Publicação Nº 1422106

DECRETO Nº. 236/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.667/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$354.500,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1.030 OBRAS INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS

"314"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$354.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$354.500,00 (trezentos e cinquenta e quatro e quinhentos reais), Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

02 GABINETE DO PREFEITO

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ASSESSORIAS

"11"3.3.90.34.00.00.1.0000 Outras Despes de Pessoal Dec. De Contrato de trabR\$29.490,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÃO

2.006 DEPTO DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES

34"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$471,91

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

1.078 CONSTRUIR CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO

"164"3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$120.500,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS  
 "225"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$50.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO  
 01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS  
 1.029 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL  
 "312"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$5.000,00

1.030 OBRAS INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS  
 "313"3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$43.000,00

1.081 AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA PARA INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS  
 "315"4.4.90.61.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis ..... R\$5.375,00

2.098 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO  
 "321"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$3.669,45

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO  
 "322"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$5.093,75  
 "323"3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$6.358,57

02 DEPTO DE TURISMO  
 2.038 MANUTENÇÃO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL  
 "325"3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$3.416,32

2.121 REVITALIZAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL  
 "326"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$10.750,00  
 "327"3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$48.375,0  
 "328"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$23.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.  
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
 Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
 Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 237/2017/SF

Publicação Nº 1422107

DECRETO Nº. 237/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.668/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$157.309,00 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e nove reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE SJCEDRO

1.082 MANUTENÇÃO DO SEMAE

"265"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas– Pessoal Civil..R\$50.000,00

"266"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$7.309,00

"270"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica.R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$157.309,00 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e nove reais), Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE SJCEDRO

1.082 IMPLANTAR REDES E ESTAÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

"257" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$75.250,00

"258" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$53.750,00

1.085 AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRAS PARA CONSTRUIR ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

"260"4.4.90.61.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis ..... R\$10.250,00

**1.086 IMPLANTAR SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO**

"261"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serv de Terceiros–Pessoa Jurídica ..... R\$10.750,00

**1.087 IMPLANTAR REDE DE COLETA DE ESGOTO**

"263"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$7.062,50

**1.089 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SEMAE – SJCEDRO**

"264"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$246,50

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 239/2017/SF**

Publicação Nº 1422108

DECRETO Nº. 239/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.670/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"470"4.4.90.52.00.00.1.0707 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação de recursos de transferências de convênio assistência social - Estado, Fonte nº1.0707, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"385"3.3.90.39.00.00.1.0707 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 6128/2017**

Publicação Nº 1422094

DECRETO Nº 6.128, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO E FUSÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do LOTE URBANO NÚMERO 02 (dois), com a área de 816,00 m<sup>2</sup> (oitocentos e dezesseis metros quadrados) localizado no Loteamento Maldaner, dentro do Perímetro Urbano, do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 12.791, de propriedade de VERONI APARECIDA DE PICOLI KLAIN, CPF 894.622.629-34 para que fique área remanescente de 382,50m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), sendo desmembrada a área de 331,50m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), e área de 102,00m<sup>2</sup> (cento e dois metros quadrados), fazendo a fusão da mesma com o LOTE URBANO NÚMERO 03 (três), da quadra nº 01(um), com área de 425,60m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e cinco metros e sessenta decímetros quadrados), localizado no Loteamento Maldaner, dentro do Perímetro Urbano, do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 12.792, de propriedade de MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ, CNPJ 83.314.930/0001-47, formando uma nova área de 527,60m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e sete metros e sessenta decímetros quadrados), conforme dimensões e confrontações a seguir:

#### IMÓVEL PRIMITIVO:

LOTE 02, da quadra nº 01 (um), com a área de 816,00 m<sup>2</sup> (oitocentos e dezesseis metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Oliveiras, do Loteamento Maldaner, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 12.791, com as seguintes confrontações e medidas:

NORDESTE: Com o lote urbano nº 03, medindo 25,50 metros, por linha seca;

NOROESTE: Com lote nº 01 (APP), medindo 32,00 metros;

SUDOESTE: Com a chácara nº 31, medindo 25,50 metros, por linha seca;

SUDESTE: Com a RUA DAS OLIVEIRAS, medindo 32,00 metros, por linha seca.

#### ÁREA DESMEMBRADA 01:

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 02-B (dois B), da Quadra nº 01 (um), com a área de 331,50 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Oliveiras, do Loteamento Maldaner, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

NORDESTE: Com parte do lote urbano nº 02-C, medindo 25,50 metros, por linha seca;

NOROESTE: Com lote nº 01 (APP), medindo 13,00 metros;

SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 02-A, medindo 25,50 metros, por linha seca;

SUDESTE: Com a RUA DAS OLIVEIRAS, medindo 13,00 metros, por linha seca.

#### ÁREA DESMEMBRADA 02 (A SER REMEMBRADA AO LOTE 03):

PARTE DO LOTE URBANO 02-C, da Quadra nº 01 (um), com a área de 102,00 m<sup>2</sup> (cento e dois metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Oliveiras, do Loteamento Maldaner, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

NORDESTE: Com o lote urbano nº 03, medindo 25,50 metros, por linha seca;

NOROESTE: Com lote nº 01 (APP), medindo 4,00 metros;

SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 02-B, medindo 25,50 metros, por linha seca;

SUDESTE: Com a RUA DAS OLIVEIRAS, medindo 4,00 metros, por linha seca.

#### ÁREA REMANESCENTE:

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 02-A (dois A), da quadra nº 01 (um), com a área de 382,50 m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Oliveiras, do Loteamento Maldaner, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

NORDESTE: Com parte do lote urbano nº 02-B, medindo 25,50 metros, por linha seca;

NOROESTE: Com lote nº 01 (APP), medindo 15,00 metros;

SUDOESTE: Com a chácara nº 31, medindo 25,50 metros, por linha seca;

SUDESTE: Com a RUA DAS OLIVEIRAS, medindo 15,00 metros, por linha seca.

#### IMÓVEL PRIMITIVO:

LOTE URBANO NÚMERO 03 (três), da quadra nº 01 (um), com a área de 425,60 m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e cinco metros e sessenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Oliveiras, do Loteamento Maldaner, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 12.792, com as seguintes confrontações e medidas:

NORDESTE: Com o lote de uso institucional nº 04, medindo 25,50 metros, por linha seca;

NOROESTE: Com lote nº 01 (APP), medindo 16,69 metros;

SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 02, medindo 25,50 metros, por linha seca;

SUDESTE: Com a RUA DAS OLIVEIRAS, medindo 16,69 metros, por linha seca.

#### ÁREA DA FUSÃO:

PARTE DO LOTE URBANO 02-C, da Quadra nº 01 (um), com área de 102,00 m<sup>2</sup> (cento e dois metros quadrados), e LOTE URBANO 03, da Quadra nº 01 (um), com área de 425,60 m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e cinco metros e sessenta decímetros quadrados), perfazendo um total de 527,60m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e sete metros e sessenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Oliveiras, do loteamento Maldaner, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

NORDESTE: Com o lote de uso institucional nº 04, medindo 25,50 metros, por linha seca;

NOROESTE: Com lote nº 01 (APP), medindo 20,69 metros;

SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 02-B, medindo 25,50 metros, por linha seca;

SUDESTE: Com a RUA DAS OLIVEIRAS, medindo 20,69 metros, por linha seca.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 6129/2017

Publicação Nº 1422095

DECRETO Nº 6.129, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Art. 1º. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, JÉSSICA SCHOMMER, para exercer o cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 7º lugar, média final 8,20, a partir de 06 de novembro de 2017, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 6130/2017

Publicação Nº 1422097

DECRETO Nº. 6.130, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ANA CARLA CARVALHO DOS SANTOS, para exercer o cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM ESF, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 02º lugar, média final 6,95, a partir de 06 de novembro de 2017, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº233/2017/SF

Publicação Nº 1422126

DECRETO Nº. 233/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

“32”3.3.50.43.00.00.1.0002 Subvenções Sociais ..... R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº238/2017/SF

Publicação Nº 1422109

DECRETO Nº. 238/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.669/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

“37”3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), Recursos da Transferência de Impostos - Saúde, Fonte Nº 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

“8”3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4662/2017

Publicação Nº 1422110

LEI Nº 4.662, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA O EXERCÍCIO DE 2018”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### “DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO”

Artigo 1º. O Orçamento Geral do Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 35.277.366,96 (trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), e fixa a Despesa em R\$ 35.277.366,96 (trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) sendo R\$ 25.655.694,41 (vinte e cinco milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 9.621.672,55 (nove milhões seiscentos e vinte e um mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

### DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 35.277.366,96 (trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.000.500,00 (um milhão e quinhentos reais), em R\$ 34.276.866,96 (trinta e quatro milhões duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ R\$ 6.522.607,45 (seis milhões, quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e sete reais e quarenta e cinco centavos) as transferências financeiras que transferimos ao Fundo Municipal de Saúde – F.M.S e à Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS R\$ 35.277.366,96

4.1. RECEITAS CORRENTES R\$ 35.101.616,96

4.2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 175.750,00

Total: R\$ 35.277.366,96

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS R\$ 6.522.607,45

Total Geral: R\$ 41.799.974,41

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 – GABINETE DO PREFEITO 649.356,24

03.00 – GABINETE DO VICE-PREFEITO 132.875,00

04.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 3.198.600,67

05.00 – SECRETARIA DA FAZENDA 594.402,00

06.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 8.739.876,43 08.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA 2.139.000,00

10.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS 7.761.559,07

11.00 – SECRETARIA DOS ESPORTES 613.400,00 13.00 – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - F.I.A. 10.000,00

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S. 8.438.981,80

15.00 – FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS 229.162,60

17.00 - SECRETARIA DO PLANEJ E DESENVOLV. ECONOMICO 541.762,40

18.00 – FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S. 1.227.890,75

01.00 – PODER LEGISLATIVO 1.000.500,00

Total: 35.277.366,96  
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 6.522.607,45

Total Geral: 41.799.974,41

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa 1.000.500,00  
04 – Administração 2.796.256,45  
06 – Segurança Pública 409.773,34  
08 – Assistência Social 1.343.791,75  
10 – Saúde 8.438.981,90  
12 – Educação 8.326.735,25  
13 – Cultura 423.141,18  
15 – Urbanismo 1.536.905,48  
16 – Habitação 41.300,00  
17 – Saneamento 460.695,01  
20 – Agricultura 2.139.000,00  
22 – Indústria 158.300,00  
26 – Transporte 3.002.420,98  
27 – Desporto e Lazer 748.400,00  
28 – Encargos Especiais 426.165,72  
99 – Reserva de Contingência 25.000,00

Total: 35.277.366,96  
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 6.522.607,45

Total Geral: 41.799.974,41

## III – CLASSIFICAÇÃO POR SUB-FUNÇÃO

31 – Ação Legislativa 1.000.500,00  
122 – Administração Geral 1.501.784,87  
123 – Administração Financeira 741.402,00  
128 – Formação de Recursos Humanos 553.069,58  
181 – Policiamento 160.610,74  
182 – Defesa Civil 249.162,60  
241 – Assistência ao Idoso 166.800,00  
242 – Assistência ao Portador de Deficiência 12.162,00  
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente 369.301,00  
244 – Assistência Comunitária 795.528,75  
301 – Atenção Básica 7.250.155,87  
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial 340.904,67  
303 – Suporte Profilático e Terapêutico 582.930,54  
304 – Vigilância Sanitária 98.317,76  
305 – Vigilância Epidemiológica 166.672,96  
306 – Alimentação e Nutrição 371.222,00  
361 – Ensino Fundamental 4.468.732,45  
362 – Ensino Médio 17.960,79  
364 – Ensino Superior 95.000,00  
365 – Educação Infantil 3.373.820,01 392 – Difusão Cultural 423.141,18  
451 – infraestrutura Urbana 3.366.695,01  
452 – Serviços Urbanos 1.536.905,48  
482 – Habitação Urbana 41.300,00  
512 – Saneamento Básico Urbano 94.000,00  
606 – Extensão Rural 2.051.000,00  
608 – Promoção da Produção Agropecuária 88.000,00  
661 – Promoção Industrial 158.300,00  
782 – Transporte Rodoviário 3.002.420,98  
812 – Desporto Comunitário 613.400,00  
813 – Lazer 135.000,00  
843 – Serviço da Dívida Interna 817.400,00  
846 – Outros Encargos Especiais 608.765,72  
999 – Reserva de Contingência 25.000,00

Total: 35.277.366,96  
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 6.522.607,45

Total Geral: 41.799.974,41

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 – Encargos Especiais 452.320,00  
1 – Processo Legislativo 992.500,00  
2 – Administração Geral 599.646,38  
4 – Contribuições 147.000,00  
6 – Previdência dos Servidores Públicos do Município 141.645,72  
8 – Criança na Escola 3.308.163,70  
10 – Ensino Superior 95.000,00 12 – Cultura local 353.141,18  
13 – Planejamento Urbano 760.512,40  
14 – Habitação Popular 41.300,00  
15 – Saneamento Básico 90.000,00  
17 – Produtor Rural Assistido 1.804.500,00  
21 – Desporto Amador e Estudantil 544.900,00  
22 – Dívida Interna 817.400,00  
24 – Serviços de Segurança Pública 144.160,74  
25 – Pavimentação de Vias Públicas e Obras Compl. 164.567,15  
27 – Saúde na Família – PSF 2.234.883,03  
28 – Transporte Escolar 1.608.909,45  
29 – Assistência Integral à Criança e ao Adolescente 5.000,00  
30 – Atendimento Integral em Saúde 298.099,31  
32 – Farmácia Básica 582.930,54  
33 – Alimentação Escolar 371.222,00  
34 – Construção de Centros Esportivos e Comunitários 70.000,00  
38 – Saúde Pública 3.087.402,04  
39 – Vigilância Epidemiológica e Contr. De Doenças – ECD 73.309,04  
40 – Apoio à Criança e ao Adolescente 217.100,00  
41 – Apoio à Pessoa Idosa 166.800,00  
42 – Defesa contra sinistros 149.162,60  
43 – Obras Públicas 13.500,00  
45 – Assessorias 182.584,86  
46 - Feiras e Exposições 50.000,00  
51 – Iluminação Pública 739.393,08  
52 – Vigilância Sanitária 98.317,76  
53 – Agentes Comunitários de Saúde – ACS 587.792,00  
55 – Festividades Oficiais 60.000,00  
59 – Assistência à Comunidade Carente 255.147,80  
62 – Administração de Recursos Humanos 553.069,58  
64 – Administração de Materiais e Patrimônio 127.553,63  
65 – Encargos e Serviços Gerais 490.000,00  
66 – Aquisição de Móveis e Equipamentos em Geral 163.550,00  
67 – Veículo de Passeio 333.500,00  
68 – Administração Contábil, Financeira e C.I. 204.000,00  
69 – Planejamento Educacional 1.134.031,92  
72 – Preservação das estradas, pontes e pontilhões 2.602.853,83  
73 – Manutenção do Patrimônio Público Municipal 37.000,00  
74 – Aquisição de veículos de suporte 100.000,00  
75 – Manutenção do Patrimônio Escolar 75.000,00  
76 – Precatórios 70.000,00  
79 - Atendimento Descentralizado a Deficientes-PPD/APAE 12.162,00  
82 – PMAQ – Prog. De Mel. do Aces. a Qual. e Aten. Bás. 416.100,00  
83 – Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF 227.850,00  
84 – Manutenção do Conselho Tutelar 147.201,00  
89 – Programa Bem-Te-Vi 16.450,00  
90 – Planejamento e Administração 105.300,00  
93 – Saneamento Básico e Infraestrutura 53.000,00  
95 – Turismo Local e Regional 145.000,00  
97 – Coordenar e Planejar as ações da Assist. Social e Habitação 437.300,00  
99 – Programa de Proteção Social 47.084,75  
101 – Programa Família Acolhedora 32.488,00  
102 – Programa IGD – Bolsa Família 17.456,00  
103 – Programa IGD – SUAS 6.052,20  
104 – Aquisição de Equipamentos em Geral 108.000,00  
106 – Academia ao Ar Livre 25.000,00  
107 – ÁGUA E ESGOTO 3.246.695,01  
109 – Prog.de Atend. A Pacientes com Nec. Especiais 141.396,16  
113 – Programa de Atenção a Saúde do Adolescente 91.438,00  
114 – Programa de Atenção Básica 359.900,00

115 – Programa de Agentes de Combate a Endemias 73.364,00  
116 – Programa de Prevenção e Controle DST/AIDS 19.999,92  
117 – Manutenção dos Conselhos Municipais 1.000,00  
118 – Reserva de Contingência 25.000,00  
119 – Fiscalização Municipal 367.652,00  
120 – Manutenção dos Consórcios 44.500,00  
121 – Ensino Fundamental 1.682.608,18  
122 – Aquisição de Maquinários e Equipamentos Agrícolas 45.000,00  
123 – Sistemas de água potável 45.000,00  
124 – Desenvolvimento Educacional Rural 58.000,00  
125 – Melhoria na Infraestrutura Urbana 80.500,00

Total: 35.277.366,96

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 6.522.607,45

Total Geral: 41.799.974,41

#### V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 32.505.126,34  
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 14.942.356,99  
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 104.400,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 17.458.369,35

DESPESAS DE CAPITAL 2.747.240,62  
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 2.034.240,62  
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 713.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 25.000,00  
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA 25.000,00

TOTAL 35.277.366,96

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 6.522.607,45

Total Geral: 41.799.974,41

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Artigo 3º. O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 32.348.368,89 (trinta e dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.522.607,45 (seis milhões, quinhentos e vinte e dois mil seiscentos e sete reais e quarenta e cinco centavos) e fixa as Despesas em R\$ 25.837.885,16 (vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 32.348.368,89  
4.1. RECEITAS CORRENTES 32.172.618,89  
4.2. RECEITA DE CAPITAL 175.750,00

Total: 32.348.368,89

Total Geral: 32.348.368,89

§ 2º. A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração 2.796.256,45  
06 – Segurança Pública 409.773,34  
08 – Assistência Social 1.343.791,75  
12 – Educação 8.326.735,25  
13 – Cultura 423.141,18  
15 – Urbanismo 1.536.905,48  
16 – Habitação 41.300,00  
17 – Saneamento 3.460.695,00  
20 – Agricultura 2.139.000,00

22 – Indústria 158.300,00  
26 – Transporte 3.002.420,98  
27 – Desporto e Lazer 748.400,00  
28 – Encargos Especiais 1.426.165,72  
99 – Reserva de Contingência 25.000,00

Total: 25.837.885,16  
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 6.522.607,45

Total Geral: 32.360.492,61

#### V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS 23.292.326,98  
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 9.888.257,92  
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA 104.400,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 13.299.669,06

DESPESAS DE CAPITAL 2.520.558,18  
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 1.807.558,18  
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA 713.000,00

RESERVA DE CONTINGENCIA 25.000,00  
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGENCIA 25.000,00  
Total: 25.837.885,16  
Total Geral: 25.837.885,16

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 6.522.607,45  
6.522.607,45  
Total Geral: 32.360.492,61

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – F.M.S.

Artigo 4º. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde – F.M.S. para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 2.928.998,07 (dois milhões, novecentos e vinte e oito mil novecentos e noventa e oito reais e sete centavos) e fixa as Despesas em R\$ 8.438.981,80 (oito milhões, quatrocentos e trinta e oito mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quatro anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS 2.928.998,07  
4.1. RECEITAS CORRENTES 2.928.998,07

Total: 2.928.998,07

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 5.522.107,45

Total Geral: 8.451.105,52

§ 2º. A Despesa da entidade Fundo Municipal da Saúde – F.M.S. será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde 8.451.105,52

Total: 8.451.105,52  
Total Geral: 8.451.105,52

#### V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 8.232.423,08  
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 4.281.222,79  
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 3.951.200,29

DESPESAS DE CAPITAL 218.682,44  
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 218.682,44  
Total: 8.451.105,52

Total Geral: 8.451.105,52

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Artigo 5º. O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 0,00 (zero reais) e fixa as Despesas em R\$1.000.500,00 (um milhão e quinhentos reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas do governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.000.500,00

Total: 1.000.500,00

Total Geral: 1.000.500,00

§ 2º. A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa 1.000.500,00 Total: 1.000.500,00

Total Geral: 1.000.500,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 992.500,00

3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 785.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 207.500,00

DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 8.000,00

Total: 1.000.500,00 Total Geral: 1.000.500,00

Artigo 6º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 8º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir Créditos Adicionais Suplementares, por Decreto, até o limite 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo primeiro. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Parágrafo segundo. Aplica-se a Unidade Gestora Poder Legislativo apenas o disposto no Inciso II do presente arquivo.

Artigo 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias consideradas insuficientes relativas as fontes Nº 1.0001 – 25% de Impostos da Educação e Nº 1.0002 – 15% de Impostos da Saúde, mediante utilização de recursos ordinários, Fonte 1.0000, tendo como origem as seguintes fontes:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas dentro de cada projeto ou atividade.

Artigo 10º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 11º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 12º. As Receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 13º. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Artigo 14º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 15º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 16º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4664/2017**

Publicação Nº 1422113

LEI Nº 4.664, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA, PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, CEDER O USO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio e repassar ao Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira, CNPJ 11.265.919/0001-23, com sede administrativa na Rua Vereador João Verona, 322, Município de Dionísio Cerqueira, a importância mensal fixa no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), objetivando a contraprestação de serviços na área de odontologia a pacientes cedrentes encaminhados ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, localizado no Município de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º. A celebração do Convênio e a organização da prestação de contas seguirão os critérios estabelecidos na Instrução Normativa TC-14/2012 do TCE/SC.

Art. 3º. Fica o Município autorizado a reajustar, anualmente, os valores conveniados de acordo com o índice apurado após 12 (doze) meses do início do convênio, de acordo com o IGPM/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado – FGV) ou pelo índice que lhe vier substituir.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso do bem móvel APARELHO DE RAIOS X DIGITAL FIXO, DE PAREDE, MARCA X DENI MODELO D70, PM nº 13.282, para o Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira, CNPJ 11.265.919/0001-23, para ser utilizado no Centro Especializado Odontológico – CEO, para atendimento de toda população, enquanto durar o termo de convênio.

Art. 5º. O prazo para execução do convênio será de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogável por igual período, mediante acordo entre as partes.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento do Fundo Municipal de Saúde-FMS vigente em cada exercício.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4665/2017

Publicação Nº 1422114

LEI Nº 4.665, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“APROVA PROJETO DE LOTEAMENTO E AUTORIZA INÍCIO DAS OBRAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o projeto de loteamento denominado “LOTEAMENTO SARTORI”, a ser executado sobre parte do lote rural nº09, com área de 15.576,42 m2 (quinze mil quinhentos e setenta e seis metros e quarenta e dois decímetros quadrados), da matrícula 6.836,

do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro - SC, com a seguinte descrição: inicia-se no marco denominado 'V5', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: V5 - ESTE: 249729.857, NORTE: 7071587.96, segue por 191,82 metros até M2- ESTE: 249920.308, NORTE: 7071612.956, segue por 51,69 metros até M3- ESTE: 249906.495, NORTE: 7071563.142, segue por 34,70 metros até M4- ESTE: 249883.216, NORTE: 7071537.410, segue por 24,02 metros até M5- ESTE: 249875.202, NORTE: 7071514.764, segue por 40,35 metros até M6- ESTE: 249842.798, NORTE: 7071490.712, segue por 19,16 metros até M7- ESTE: 249842.798, NORTE: 7071490.712, segue por 65,66 metros até o ponto V1 - ESTE: 249772.275, NORTE: 7071486.154, segue por 3,63 metros até o ponto V6 - ESTE: 249772.383, NORTE: 7071489.779, deste segue por 106,99 metros até o vértice V5, ponto inicial desta descrição.

§1º. O loteamento possui área total de 15.576,42 m<sup>2</sup>, dos quais 13.474,04m<sup>2</sup> destinam-se a área útil a ser loteada, 2.102,38m<sup>2</sup> destinam-se à APP (Área de Preservação Permanente), 802,16m<sup>2</sup> de área institucional, 4.126,71m<sup>2</sup> de áreas de ruas e 612,15m<sup>2</sup> de área verde, perfazendo um total de 7.643,40m<sup>2</sup> de área pública e o restante, 7.933,02m<sup>2</sup> para formação de lotes edificáveis (14 lotes).

§2º. A área loteada situa-se na Zona Comercial 2 - ZC-2, da cidade de São José do Cedro, e terá os usos previstos para aquela região, conforme o Plano Diretor do Município.

§3º. Fica caucionado o lote nº 11, da quadra 256, localizado na Rua Odilo Antônio Link, com área de 1.439,11m<sup>2</sup>, como garantia da execução do loteamento.

§4º. Em caso de substituição/liberação da garantia da execução do loteamento, o loteador deverá apresentar um requerimento à Comissão Técnica de Análise e Aprovação de Parcelamento do Solo – CTAAPS, com as razões e fundamentos, a qual ficará incumbida de emitir um Parecer Técnico da viabilidade ou não da substituição/liberação da garantia. A CTAAPS emitindo parecer favorável à substituição/liberação da garantia, o Poder Executivo estará autorizado a editar um Decreto a fim de viabilizar a inscrição do Ofício de Registro de Imóveis do Município e Comarca de São José do Cedro/SC.

Art. 2º. O presente loteamento será interceptado pelo prolongamento das Ruas Beno Nós e Odilo Antônio Link.

Art. 3º. Fazem parte da presente Lei os seguintes documentos:

- I. Cópia da Licença Ambiental Prévia e de Instalação;
- II. Consulta de viabilidade, localização e resíduos sólidos do município;
- III. Declarações dos profissionais habilitados sobre as condições do loteamento;
- IV. Título de propriedade do imóvel (certidão de inteiro teor);
- V. Cópia CPF e RG dos proprietários;
- VI. Termo de Compromisso de execução da infraestrutura;
- VII. Cronograma físico de implantação/execução das obras;
- VIII. Memorial descritivo do loteamento;
- IX. Memorial descritivo dos lotes;
- X. Memorial descritivo das ruas;
- XI. ART/CAU/AFT dos profissionais responsáveis pelos projetos;
- XII. Prancha do Projeto executivo com área verde georeferenciada;
- XIII. Prancha das Curvas de níveis;
- XIV. Prancha Perfis das ruas;
- XV. Prancha Drenagem pluvial com detalhes e memorial;
- XVI. Prancha do tratamento de efluentes com memorial;
- XVII. Prancha Projeto de pavimentação em pedras irregulares;
- XVIII. Projeto de energia elétrica aprovado pela CELESC;
- XIX. Pranchas Projeto de distribuição de água com memorial, aprovado pelo SEMAE;
- XX. Parecer da Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento de Solo – CTAAPS.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº4663/2017

Publicação Nº 1422111

LEI Nº 4.663, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

“3”3.1.90.13.00.00.00.3069 Obrigações Patronais ..... R\$10.000,00

“7”3.3.90.33.00.00.00.3069 Passagens e Despesas com Locomoção....R\$10.000,00

“5”3.3.90.14.00.00.00.3069 Diárias \_ Civil ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de recursos orçamentários do Poder Legislativo, conforme demonstrado a seguir:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

“6”3.3.90.30.00.00.00.3069 Material de Consumo ..... R\$15.000,00

“8”3.3.90.39.00.00.00.3069 Outros Serv de Terceiros–Pessoa Jurídica.R\$15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## **LEI Nº4666/2017**

Publicação Nº 1422115

LEI Nº 4.666, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER, POR DOAÇÃO IMÓVEL URBANO DO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE PARA AS FINALIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação o imóvel consistente em Parte dos lotes urbanos nº 254, 255, 256, 257, 258, com área de 8.258,00m² e Parte da Chácara nº 20, com área de 2.160,00m², totalizando uma área de 10.418,00m², inscrito na matrícula nº 11.468, registrada junto ao Ofício de Registro de Imóveis de São José do Cedro, de propriedade do IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, CNPJ nº 83.027.128/0001-76.

Art. 2º. De posse e sobre o referido imóvel, a Administração Municipal irá implementar obras de infraestrutura necessárias, conforme disponibilidade de projeto e orçamento.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº4667/2017

Publicação Nº 1422117

LEI Nº 4.667, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$354.500,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1.030 OBRAS INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS

“314”4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$354.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$354.500,00 (trezentos e cinquenta e quatro e quinhentos reais), Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

02 GABINETE DO PREFEITO

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ASSESSORIAS

“11”3.3.90.34.00.00.1.0000 Outras Despes de Pessoal Dec. De Contrato de trabR\$29.490,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÃO

2.006 DEPTO DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES

34”4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$471,91

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

1.078 CONSTRUIR CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO

“164”3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$120.500,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

“225”4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$50.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1.029 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL

“312”4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$5.000,00

1.030 OBRAS INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS

“313”3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$43.000,00

1.081 AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA PARA INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS

“315”4.4.90.61.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis ..... R\$5.375,00

2.098 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

“321”4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$3.669,45

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO

“322”3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$5.093,75

“323”3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$6.358,57

02 DEPTO DE TURISMO

2.038 MANUTENÇÃO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL

“325”3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$3.416,32

**2.121 REVITALIZAÇÃO DO LAGO MUNICIPAL**

"326"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$10.750,00  
"327"3.3.90.39.00.00.1.0000 Out Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$48.375,00  
"328"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$23.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº4668/2017**

Publicação Nº 1422120

LEI Nº 4.668, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$157.309,00 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e nove reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE SJCEDRO

1.082 MANUTENÇÃO DO SEMAE

"265"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas– Pessoal Civil..R\$50.000,00

"266"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$7.309,00

"270"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica.R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$157.309,00 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e nove reais), Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE SJCEDRO

1.082 IMPLANTAR REDES E ESTAÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

"257" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$75.250,00

"258" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$53.750,00

1.085 AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRAS PARA CONSTRUIR ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO  
"260"4.4.90.61.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis ..... R\$10.250,00

1.086 IMPLANTAR SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO  
"261"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serv de Terceiros-Pessoa Jurídica ..... R\$10.750,00

1.087 IMPLANTAR REDE DE COLETA DE ESGOTO  
"263"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$7.062,50

1.089 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SEMAE – SJCEDRO  
"264"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$246,50

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras  
Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº4669/2017

Publicação Nº 1422122

LEI Nº 4.669, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"37"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), Recursos da Transferência de Impostos - Saúde, Fonte Nº 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

"8"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº4670/2017

Publicação Nº 1422123

LEI Nº 4.670, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"470"4.4.90.52.00.00.1.0707 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação de recursos de transferências de convênio assistência social - Estado, Fonte nº1.0707, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"385"3.3.90.39.00.00.1.0707 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$6.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.775, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1421878

DECRETO Nº 5.775, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera o Decreto nº 5.774, de 04 de novembro de 2017, que declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por chuvas intensas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII e artigo 75, inciso I, ambos da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º O preâmbulo do Decreto nº 5.774, de 04 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII e artigo 75, inciso I, ambos da Lei Orgânica Municipal, pelo artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pela Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;” (NR)

Art. 2º O artigo 1º do Decreto nº 5.774, de 04 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurradas – 1.2.2.0.0 conforme IN/MI nº 02/2016.”

Art. 3º artigo 5º do Decreto nº 5.774, de 04 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos”. (NR)

Art. 4º O artigo 6º do Decreto nº 5.774, de 04 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias”. (NR)

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.776, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1422664

DECRETO Nº 5.776, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Determina a anulação do Processo Licitatório nº 150/2017, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, fundamentando-se no disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO que o item 4.4.4 do Edital de abertura do Processo Licitatório nº 150/2017, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2017, prevê a exigência de comprovação, através de profissionais técnicos das licitantes, de apresentação de atestado de capacidade técnica, com certidão de acervo técnico por execução de serviço de Elaboração de: - Projeto Arquitetônico de Edificações de Ensino com no mínimo 2.600m<sup>2</sup> (com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CAU); - Projeto Elétrico com no mínimo 2.600m<sup>2</sup> (com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA); - Projeto Hidrossanitário com no mínimo 2.600m<sup>2</sup> (com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA); - Projeto Estrutural com no mínimo 2.600m<sup>2</sup> (com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA); - Projeto de Climatização com no mínimo 2.600m<sup>2</sup> (com sua respectiva Certidão

de Acervo Técnico expedida pelo CREA);

CONSIDERANDO que os profissionais registrados no CREA possuem habilitação para execução de projetos de arquitetura, assim como os profissionais registrados no CAU são habilitados para elaboração do Projeto Elétrico, Projeto Hidrossanitário, Projeto Estrutural e Projeto de Climatização, com fundamento no artigo 7º, da Resolução do CREA nº 218, de 29 de julho de 1973, Resolução do CREA nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, Resolução do CREA nº 317, de 31 de outubro de 1986, Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 e Resolução do CAU nº 21, de 05 de abril de 2012, respectivamente;

CONSIDERANDO que a exigência de acervo técnico arquitetônico em instituição de ensino viola o princípio da competitividade e igualdade de condições e ampla participação, tendo em vista que as premissas em engenharia para a elaboração de projeto arquitetônico em escolas são idênticas às premissas para a elaboração de projeto arquitetônico de qualquer outra edificação na amplitude exigida no edital;

CONSIDERANDO a autorização legal para anulação de processos licitatórios, contida no artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Prejulgado nº 1259 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal que assim dispõe: "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

CONSIDERANDO que a sessão de abertura dos envelopes de habilitação foi suspensa para fins de análise pela Contabilidade Geral Município, dos índices econômicos previstos no item 4.3.2.1 do edital, portanto inaplicável a previsão constante do artigo 49, § 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 150/2017, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2017, cujo objeto consiste na "contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, de climatização e PPCI para construção da nova Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti do Município de São Lourenço do Oeste -SC", com efeitos ex tunc.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1.097, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1422838

PORTARIA Nº 1.097, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, as servidoras públicas municipais, ocupantes do cargo de MEDICO, relacionadas no quadro abaixo, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
3001/81	FERNANDA MAJEWSKY	2015/2016
3364/01	KAZUÊ KONDO OTAK	2016/2017

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.098, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422839

PORTARIA Nº 1.098, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 07 a 14 de novembro de 2017, a Senhora SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na Educação Infantil, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, no EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES em substituição a professora titular MARIZA HELENA RAMBO, que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.099, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422840

PORTARIA Nº 1.099, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 07 a 10 de novembro de 2017, a Senhora ADRIANE KILIAN DE PAULA, no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de Educação Física, carga horária de 20 (vinte) horas semanais matutino/vespertino, no EBM SANTA MARIA GORETTI em substituição a professora titular ELISABETH DE OLIVEIRA D AVILA, que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.100, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422841

PORTARIA Nº 1.100, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ILIANE MARTINS SANTANA, ocupante do cargo efetivo de TECNÓLOGO EM EDIFICAÇÕES, matrícula nº 3183/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de novembro a 19 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.101, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422842

PORTARIA Nº 1.101, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SILVIA CARBONI SCARIOTE DE CONTO, ocupante do cargo efetivo de MEDICO, matrícula nº 3355/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.102, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422843

PORTARIA Nº 1.102, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CELOIR PEDRINHA POGERE, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 3001/33, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

### **PORTARIA Nº 1.103, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422844

PORTARIA Nº 1.103, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal EVANDRO RODRIGO PANDINI, ocupante do cargo efetivo de PROCURADOR, matrícula nº 1662/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

### **PORTARIA Nº 1.104, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422845

PORTARIA Nº 1.104, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CAMILA LAZARIN GALINNA, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº 3338/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.105, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422847

PORTARIA Nº 1.105, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal FLADIMIRIA TEREZINHA MARTINS PEDRO FABIAN, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS matrícula nº 418/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.107, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422857

PORTARIA Nº 1.107, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LAURI ALBERTO CENTENARO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos e Obras, matrícula nº 374/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2017 a 01 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.109, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422863

PORTARIA Nº 1.109, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ODETI LOURDES PANDOLFI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 1696/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA Nº 1.110, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422868

PORTARIA Nº 1.110, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal GLAURO ALVES DE DEUS, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 450/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### LEI ORDINÁRIA Nº. 1064/2017

Publicação Nº 1421991

LEI ORDINÁRIA Nº. 1064/2017

=====

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 1º. O Orçamento do município de São Miguel da Boa Vista, abrangendo a administração direta, seus fundos e órgãos, para o exercício financeiro de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 18.726.710,93 (Dezoito milhões e setecentos e vinte e seis mil e setecentos e dez reais e noventa e três centavos), sendo que:

I - O Orçamento do Poder Legislativo para o exercício de 2018 fixa a Despesa em R\$ 645.000,00.

II - O Orçamento da Prefeitura estima a receita em R\$ 17.263.180,93 para o exercício de 2018 fixa a Despesa em R\$ 13.976.880,93.

III - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 897.030,00 para o exercício de 2018 fixa a Despesa em R\$ 3.493.330,00.

IV - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS estima a receita em R\$ 566.500,00 para o exercício de 2018 fixa a despesa em R\$ 566.500,00.

V - O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA para o exercício de 2018 fixa a despesa em R\$ 45.000,00.

#### MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Art. 2º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	13.333.161,81
2. RECEITAS DE CAPITAL	5.393.549,12
TOTAL	18.726.710,93

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	645.000,00
02. Gabinete do Prefeito	446.932,90
03. Secretaria de Administração e Fazenda	2.082.703,00
04. Secretaria de Educação Cultura e Esporte	3.359.252,45
05. Secretaria de Saúde e Assistência Social	4.104.830,00
06. Secretaria de Agricultura	2.240.447,70
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	1.495.112,06
08. Secretaria de Estradas de Rodagem	4.079.037,98
09. Encargos Gerais do Município	268.394,84
99. Reserva de Contingência	5.000,00
TOTAL	18.726.710,93

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	645.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	2.529.635,90
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	611.500,00
10. SAÚDE	3.493.330,00
12. EDUCAÇÃO	3.170.252,45
13. CULTURA	84.000,00
15. URBANISMO	1.494.112,06
16. HABITAÇÃO	1.000,00
20. AGRICULTURA	2.240.447,70
26. TRANSPORTE	4.079.037,98
27. DESPORTO E LAZER	105.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	268.394,84
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
TOTAL	18.726.710,93

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0 - Encargos Especiais	268.394,84
1 - Processo Legislativo	645.000,00
2 - Gestão Administrativa Superior	446.932,90
3 - Administração Geral	1.085.703,00
4 - Fortalecimento de Entidades	90.000,00
5 - Administração Financeira	717.000,00
6 - Toda Criança na Escola	3.359.252,45
7 - Apoio e Desenvolvimento a Cultura	84.000,00
8 - Esporte e Lazer	105.000,00
9 - Saúde para Todos	3.493.330,00
10 - Assistência Social	566.500,00
11 - Criança e Adolescente Assistido	45.000,00
12 - Agricultura Fortalecida	2.240.447,70
13 - Morar Melhor	1.000,00
15 - Infra - Estrutura Urbana	1.495.112,06
20 - Transportes Rodoviários	4.079.037,98
99 - Reserva de Contingência	5.000,00
TOTAL	18.726.710,93

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	11.086.589,39
3.1.00.00. - Pessoal e Encargos Sociais	6.745.110,88
3.2.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00
3.3.00.00. - Outras Despesas Correntes	4.592.182,81
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	7.358.417,24
4.4.00.00 - Investimentos	7.358.417,24
4.6.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	6.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
TOTAL	18.726.710,93

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor conforme abaixo:

## UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Intempéries (Demandas Judiciais, Outros Riscos Fiscais.	5.000,00
SOMA	5.000,00

§1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderão sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de Decreto do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, por decreto, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2018-2021.

Parágrafo primeiro – Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III - o remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo segundo - Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício;

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados as destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRº 219/2004 e Portaria STN.

§2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art.7º Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.9º Durante o exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados mediante lei específica.

Art.10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art.11º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, do Município de São Miguel da Boa Vista Estado de Santa Catarina, aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2017.  
VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

## LEI ORDINÁRIA Nº. 1065/2017

Publicação Nº 1421993

LEI ORDINÁRIA Nº. 1065/2017

=====

AUTORIZA ALTERAR A LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 1026/2016 PARA O EXERCÍCIO DE 2017, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores analisou, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 – Lei Municipal nº 1026, de 06 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a remanejamento orçamentário no Município, através da abertura do Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 68.879,79 (Sessenta e oito mil e oitocentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos) conforme a seguir identificado:

Órgão: 04	-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Unidade: 01	- Departamento de Educação	
12.361.0006.2.013	- MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL E GINÁSIO	
4.4.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	33.000,00

Órgão: 09	-ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
Unidade: 01	- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
28.845.0000.0.002	- CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	30.000,00

Órgão: 05	-SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade: 03	- FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0011.2.049	- MANUTENÇÃO DO ABRIGO DOMICILIAR	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0000	- Recursos Ordinários Próprios	5.879,79

Art. 2º Para dar cobertura ao valor constante no Art. 1º fica REDUZIDO o valor de até R\$ 63.000,00 da seguinte dotação Orçamentária:

Órgão: 04	-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Unidade: 01	- Departamento de Educação	
12.361.0006.2.011	MANUTENÇÃO ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	10.000,00
12.365.0006.1.015	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE CRECHE	
4.4.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	5.000,00
12.365.0006.2.018	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO PRÉ ESCOLA	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	18.000,00
	Total	33.000,00

Órgão: 04	-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Unidade: 01	- Departamento de Educação	

12.365.0006.2.018	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO PRÉ ESCOLA	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	13.000,00
Órgão: 03	-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade: 01	- Departamento de Administração	
04.122.0003.2.005	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0001	- Recursos Ordinários Próprios	17.000,00
	Total	30.000,00

Órgão: 05	-SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade: 03	- FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0011.2.048	- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A	
3.3.90.00.00.00.00.00	- Modalidade de Aplicação - Aplicações Diretas	
00.01.0000	- Recursos Ordinários Próprios	5.879,79

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2017.  
VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO Nº 258/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1422367

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos e mobiliário para as Secretarias, Fundos e Fundações da Administração Municipal de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 22 de novembro de 2017.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 08 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL PREGÃO N. 19/2017

Publicação Nº 1422736

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global por lote.

OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA):  
LOTE - 01 ESCADA MARINHEIRO, PARA COLOCAÇÃO CONFORME INSTRUÇÕES DA ENGENHARIA MUNICIPAL NO LOCAL NÃO CONTEMPLADO POR PROJETO INICIAL, DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO I E SUAS IMAGENS.  
LOTE - 02 ADEQUAÇÃO DO GUARDA CORPO NO PRIMEIRO PAVIMENTO E COLOCAÇÃO DO GRADIL EMBAIXO DA ESCADA AO LADO DO ELEVADOR, NO PAVIMENTO TÉRREO, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO I.

Entrega dos envelopes: Até às 09 horas do dia 24 de novembro de 2017.

Abertura: as 09h20min do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, n.º 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

[www.saomigueldooeste.sc.leg.br](http://www.saomigueldooeste.sc.leg.br)

São Miguel do Oeste/SC, 09 de novembro de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

**OFÍCIO CMV/SMO Nº 494/2017 - RESCISÃO CONTRATO MARIA CARMEN SIGNORI**

Publicação Nº 1422418

Ofício CMV/SMO nº 494/2017

São Miguel do Oeste, 14 de setembro de 2017.

A

MARIA CARMEN SIGNORI

Rua Santos Dumont, 680, Centro

São Miguel do Oeste/SC

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

REF.: CONTRATO Nº 006/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DO BOX N. 40 DO ESTACIONAMENTO DE PROPRIEDADE DA CONTRATADA MARIA CARMEN SIGNORI, SITO A RUA SANTOS DUMONT, 680, CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, estabelecida na Rua Pedro Julian, n. 858, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. CLÁUDIO JOSÉ BARP, vem, por meio do presente termo, em forma de notificação, NOTIFICAR Vossa Senhoria acerca da rescisão unilateral, no prazo de 30 (trinta) dias, do contrato de prestação de serviços de locação de box de estacionamento, firmado com a Sra. MARIA CARMEN SIGNORI, na forma prevista na cláusula décima segunda do contrato, e com base no artigo 79, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando a transferência definitiva da Sede do Poder Legislativo Municipal.

Nada mais, firmo o presente.

Atenciosamente,

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

**OFÍCIO CMV/SMO Nº 495/2017 - RESCISÃO CONTRATO VOLPI**

Publicação Nº 1422419

Ofício CMV/SMO nº 495/2017

São Miguel do Oeste, 14 de setembro de 2017.

A

VOLPI MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA ME

CNPJ 26.644.879/0001-05

ILMO. SR. FABIANO VOLPI

São Miguel do Oeste/SC

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

CONTRATO Nº 007/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTO ELEVADOR TIPO PLATAFORMA PARA ACESSIBILIDADE MARCA THYSENKRUPP

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, estabelecida na Rua Pedro Julian, n. 858, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. CLÁUDIO JOSÉ BARP, vem, por meio do presente termo, em forma de notificação, NOTIFICAR Vossa Senhoria acerca da rescisão unilateral, no prazo de 15 (quinze) dias, a findar em 30 de setembro de 2017, do contrato de prestação de serviços de manutenção de elevador n. 007/2017, firmado com a empresa VOLPI MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA ME, na forma prevista na cláusula segunda do contrato, e com base no artigo 79, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando a transferência definitiva da Sede do Poder Legislativo Municipal.

Nada mais, firmo o presente.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.303/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422871

DECRETO Nº 4.303/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 5.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do

Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 1º de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 4.305/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1422873

DECRETO Nº 4.305/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 12.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 12.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 1º de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico**DECRETO Nº 4.306/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422877

DECRETO Nº 4.306/2017, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 1º de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 136/2017-PMS**

Publicação Nº 1422044

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 136/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 82/2017-PMS - Processo nº. 239/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARIA DE LOURDES MIRANDA DOS SANTOS ME, inscrita no CNPJ sob nº. 01.712.120/0001-84, estabelecida na Rua José Theodoro Ribeiro nº 1015, Fundos, Bairro Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.258-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato o serviço completo de mudança, incluindo desmontagem de móveis, embalagem, transporte e montagem, referente ao acervo de procedimentos e movelaria da DPMU de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de mudança, contando com desmontagem de móveis, embalagem, transporte e montagem	01	Unidade	1.000,00	1.000,00
TOTAL R\$					1.000,00

Valor do contrato: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Data da Assinatura: 08/11/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 137/2017-PMS**

Publicação Nº 1422855

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 137/2017-PMS

Tomada de Preços nº. 03/2017-PMS - Processo nº. 40/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de reforma na estrutura do Jardim de Infância Abelhinha Feliz (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 147,04m<sup>2</sup> de área no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: valor remanescente do Contrato nº. 67/2017-PMS que é de R\$ 68.647,07 (sessenta e oito mil seiscentos e quarenta e sete reais e sete centavos)

Data da Assinatura: 08/11/2017 – Vigência: 31/12/2017

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**II TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2017-PMS**

Publicação Nº 1422848

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

II TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2017-PMS

O Prefeito Municipal, OSVALDO JURCK, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Modalidade Tomada de Preços nº 03/2017-PMS - Processo nº 40/2017-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de reforma na estrutura do Jardim de Infância Abelhinha Feliz (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 147,04m<sup>2</sup> de área no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

de Desenvolvimento da Educação, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório.

Empresa vencedora: OMVS CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000

Valor da proposta vencedora: valor remanescente do Contrato nº. 67/2017-PMS que é de R\$ 68.647,07 (sessenta e oito mil seiscentos e quarenta e sete reais e sete centavos)

Schroeder, 09 de novembro de 2017.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 197/2017**

Publicação Nº 1422882

LEI COMPLEMENTAR Nº197/2017

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a alterar o Anexo I, da Lei Complementar Municipal de nº. 01/1995, de 30 de dezembro de 1995.

Art. 2º Mantêm-se inalterados os demais dispositivos da Lei Complementar Municipal nº. 01/1995, de 30 de dezembro de 1995.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, produzindo efeitos 90 dias após a sua publicação.

Schroeder, 8 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

TABELAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/95

TABELA I  
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL  
(Situados em qualquer zona)

[...]

2 - CONCESSÃO DE LICENÇA PARA EDIFICAR

[...]

5 – Taxa de Análise de Projetos.

a) Projeto Construção Residencial, Comercial e Industrial – por m²	0,3% UFM
b) Parcelamento de Solo	150% UFM

[...]

**LEI Nº 2.315/2017**

Publicação Nº 1422880

LEI Nº.2.315/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2017, no valor de até R\$90.000,00 (noventa mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
04 – SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.365.3009.2.365 – MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL FUNDEB			
3.1.90.11.00.00	00.01.0018	Vencimentos e Vantagens fixas Pessoal Civil	45.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
04 – SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.365.3009.2.366 – MANUTENÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR MUNICIPAL FUNDEB			
3.1.90.11.00.00	00.01.0018	Vencimentos e Vantagens fixas Pessoal Civil	45.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
04 – SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.361.3009.2.364 – MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB			
3.3.90.46.00.00	00.01.0019	Auxílio alimentação	90.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº2.254/2016 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 8 de novembro de 2017.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.258/2017, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422853

PORTARIA Nº. 7.258/2017, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Fabiane Heller, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.259/2017, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422854

PORTARIA Nº 7.259/2017, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017  
NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE :**

Art. 1º DESIGNAR, nos termos do Processo Administrativo nº007/2017, de 8 de novembro de 2017, os servidores Senhores Tiago Rafael Muchalski Petry, Natália Kersten Brumuller e Milton Trapp Junior, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de Processo Administrativo retro mencionado, destinado a apurar os fatos narrados no Ofício nº078/2017-SMPGF, da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, através do qual a referida secretaria relata a conduta da empresa Forte Rocha Construtora Ltda. quanto à manutenção da regularidade de sua documentação, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 8 (oito) dias, a contar a partir do dia subsequente da publicação da portaria no DOM/SC e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 8 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Finanças

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.260/2017, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422886

PORTARIA Nº7.260/2017, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº002/2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir desta data, em função da complexidade dos autos, para o prazo para encerramento do Processo Administrativo nº002/2016, de acordo com o Ofício nº025/2017-PA 002/2016, de 8 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 8 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 35/2017-FMS

Publicação Nº 1421836

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017

Número do Registro de Preços: 28/2017 Data do Registro: 08/11/2017 Válido até: 08/11/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Secadora de roupas suspensa; Capacidade mínima de roupa úmida: 8kg. Câmara de secagem em PVC; abertura com zíper; Deve possuir no mínimo 5 cabides removíveis e mínimo 5 varões. Escolha entre ar quente e ar frio. Cor branca. Voltagem: 220 v.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)		0	449,0000	1
			MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA. - EPP (13164)		0	449,7500	2
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)		0	450,0000	3
			ELECTRONIX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELECTRONICO (13722)	mullersyn	0	459,0000	4
2	Máquina de lavar roupa automática, com água quente e fria, cesto em inox, abertura frontal ou superior. Capacidade de lavagem mínima 10 kg. Com no mínimo 4 programas de lavagem e centrifugação de roupas. 220v.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)		0	2.340,0000	1
			MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA. - EPP (13164)		0	2.341,0000	2
			ELECTRONIX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELECTRONICO (13722)	brastempswq1	0	2.370,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2017**

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 28/2017		Data do Registro: 08/11/2017		Válido até: 08/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)		0	2.385,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 28/2017		Data do Registro: 08/11/2017		Válido até: 08/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017
- PROCESSO Nº 56/2017
- (11212) - CEK INFORMATICA EIRELI - ME
- (12658) - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME
- (13164) - MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA. - EPP
- (13722) - ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO

Schroeder, 8 de Novembro de 2017.

**ATA TOMADA DE PREÇOS PR 03/2017-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

Publicação Nº 1422402

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2017 - TP</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 59/2017 <b>Data do Processo:</b> 11/10/2017
	Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 65/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução de construção de Sala de Reunião no Posto de Saúde - Centro (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 65m² de área, na Rua Paulo Jahn nº. 147, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento as empresas DIFATTO SERVIÇOS DE ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO CIVIL, INCORPORAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram apenas envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas DIFATTO SERVIÇOS DE ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO CIVIL, INCORPORAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. As empresas SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, não possui credenciado presente. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas DIFATTO SERVIÇOS DE ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO CIVIL, INCORPORAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas DIFATTO SERVIÇOS DE ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO CIVIL, INCORPORAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 16 de novembro de 2017, às 16h30min, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 17 de novembro de 2017, às 11h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata aos representantes presentes e enviada às demais empresas participantes.

Schroeder, 8 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Ana Paula Kreis	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretária
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro Suplente
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 3/2017 - TP**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 59/2017  
Data do Processo: 11/10/2017

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 65/2017 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ - ..... - Representante

MARCELO MUELLER - ..... - Representante

**DISPENSA 82/2017-PMS**

Publicação Nº 1421980

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 82/2017 - DL**

**Processo Nr.: 239/2017**  
**Data: 07/11/2017**

Folha: 1/2

**Fornecedor:** MARIA DE LOURDES MIRANDA DOS SANTOS - ME  
**Endereço:** RUA JOSÉ THEODORO RIBEIRO, 1015  
**Cidade:** Jaraguá do Sul - SC  
**CNPJ:** 01.712.120/0001-84

**Código:** 13742**Inscrição Estadual:**

**Objeto da Compra:** Serviço completo de mudança, incluindo desmontagem de móveis, embalagem, transporte e montagem, referente ao acervo de procedimentos e movelaria da DPMU de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Serviço de mudança, contando com desmontagem de móveis, embalagem, transporte e montagem	UN	1.000,00	1.000,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II -** para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Necessita-se de dispensa de processo licitatório em razão da urgência da contratação, que será necessária em razão da obra geral a ser realizada no prédio atual da Delegacia de Schroeder. Obra com previsão de início em dezembro de 2017. Além, disso, trata-se de valor dentro do previsto para a dispensa de licitação.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 7 de Novembro de 2017

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 82/2017 - DL**Processo Nr.:** 239/2017  
**Data:** 07/11/2017

Folha: 2/2

07/11/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Novembro de 2017

**Valor da Despesa:** 1.000,00 (um mil reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1337

Publicação Nº 1422624

DECRETO Nº 1337, de 08 de novembro de 2017

Revoga Processo Licitatório nº 136/2017 – Edital de Pregão Presencial nº 071/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 49, da Lei nº 8666/1993, e alterações posteriores, e considerando:

- a) Que durante a fase interna da licitação foi encontrada solução, através da atuação do corpo técnico da oficina mecânica do Município de Seara, razão pela qual o referido processo perdeu o objeto;
- b) Que a administração municipal pode revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 136/2017 – Edital de Pregão Presencial nº 071/2017, que tem por objeto a aquisição de peças novas genuínas e prestação de serviço de mão de obra, destinadas a substituição motor de tração do tambor, manutenção e recuperação em geral do rolo compactador, marca JCB, modelo VM115, nº de série SORVM115 JE 2288036, frota 110 da Secretaria Municipal do Interior.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 08 de novembro de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de novembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 1338

Publicação Nº 1422655

DECRETO Nº 1338, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Anula Termo de Prorrogação de itens de Registro de Preços e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 108, X da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 49, § 1º da Lei nº 8666/1993, e alterações posteriores, e considerando que:

- a) o art. 49 da lei 8.666/1993 determina que a anulação de processo de ofício será efetuado mediante parecer escrito e devidamente fundamentado sendo obrigatório anulá-la por ilegalidade;
- b) de acordo com o Parecer Jurídico, após fundamentos legais assim se posiciona: Considerando o impedimento referido, opinamos pela anulação do termo de prorrogação presencial nº 23/2017"

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam anulados todos os itens do Termo de Prorrogação – PL 039/2017 – Pregão presencial 023/2007 – Registro de Preços nº 014/2017, vencidos pela Empresa Givanildo Biondo – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.581.458/0001-20, Inscrição Estadual sob o nº 255.060.335, estabelecida na Rua do Comércio, nº 175, centro da cidade de Seara/SC, e-mail: biondomat@gmail.com.

Parágrafo único. Nos termos do art. 5º, LIV da Constituição Federal, combinado com o art. 49, § 3º da Lei 8666/93, e de acordo com a alínea "c" do inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93, fica estabelecido o prazo máximo de 5 (cinco) dias da publicação do presente Decreto, para empresa devidamente identificada no caput do presente artigo, apresentar as alegações que entender necessárias, com posterior apreciação das mesmas e decisão da autoridade competente.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 08 de novembro de 2017  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de novembro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **RESUMO CONTRATO Nº 8/2017**

Publicação Nº 1422219

Contrato nº 8, de 7 de novembro de 2017. Termo de Aditamento nº 4/2017 ao Contrato nº 3/2014.

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA – Contratante e a empresa RÁDIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA, CNPJ: 81.387.490/0001-22.

Objeto: acresce 25% do valor inicial do contrato atualizado, ou seja, R\$ 4.084,50, que correspondem a 87,5 minutos. Prazo: até 31/12/2017.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 188/2017

Publicação Nº 1421731

DECRETO Nº 188/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GABRIELI BARBARA MASSONI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido Licença Saúde, à Servidora Pública Municipal GABRIELI BARBARA MASSONI, conforme atestado médico de 26 de outubro de 2017, até a emissão do Laudo Pericial do INSS. A mesma é ocupante do cargo efetivo de Agente Educativa, Nível 11, do grupo 1-SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 09 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### LEI 2336/17

Publicação Nº 1422213

PROJETO DE LEI Nº 2336, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1864, DE 26 DE ABRIL DE 2010 QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei Complementar:

Art. 1º. A Lei nº 1.864, de 26 de abril de 2010, que dispõe sobre o “Zoneamento, uso e ocupação do solo urbano do Município de Sombrio”, passa a vigorar com as seguintes alterações:

II – O ANEXO 3 - de Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Municipal, incluir como “permissível”, a atividade de hotelaria (6), na Zona de Uso Rural (ZUR), Zona Central (ZC), Zona de Média Densidade 1 (ZMD - 1), Zona de Média Densidade 2 (ZMD – 2) e o Setor Especial de Comércio e Serviço da BR101-1 (SECS-BR101 -1). Incluir como “permissível”, as atividades de Comércio e Serviço Setorial (6), na Zona de Média Densidade 2 (ZMD – 2) e no Setor Especial de Comércio e Serviço da BR101-1 (SECS-BR101 -1). Por fim, incluir como “permissível”, indústria tipo 1, 2 e 3 (6), na Zona de Baixa Densidade 2 (ZBD-2).

Art. 3º. A Lei nº 1.864, de 26 de abril de 2010, que dispõe sobre o “Zoneamento, uso e ocupação do solo urbano do Município de Sombrio”, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O ANEXO 6 – Mapa de Zoneamento Urbano da Sede, foi alterado e passa a vigorar conforme Novo Mapa constante no anexo I, da presente Lei.

II – A Tabela 1: Parâmetros de ocupação do solo urbano da sede de Sombrio - DO ANEXO 1 – Tabela de Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede de Sombrio, foi alterada e passa a vigorar conforme Tabela constante no anexo II, da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 07 de novembro de 2017.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças e Administração

ANEXO I  
ANEXO 6 – Mapa de Zoneamento Urbano da Sede

ANEXO II

Tabela 2: Parâmetros de ocupação do solo urbano da sede de Sombrio -  
DO ANEXO 2 – Tabela de Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede de Sombrio

### LEI 2337/2017

Publicação Nº 1422246

LEI Nº 2337, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1865, DE 26 DE ABRIL DE 2010 QUE DISPÕE SOBRE A CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE MUNICIPAL E URBANA, BEM COMO DA HIERARQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DIMENSIONAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS PARA O MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº 1.865, de 26 de abril de 2010, que dispõe sobre a “Circulação, transporte e mobilidade municipal e urbana, bem como

da hierarquização do sistema viário e dimensionamento das vias públicas para o Município de Sombrio e da outras providências”, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O ANEXO 01 – Tabelas de características geométricas das vias Municipais ou rurais, foi alterado e passa a vigorar conforme nova tabela constante no anexo I, da presente Lei.

II – O ANEXO 02 – Tabela de características geométricas das vias urbanas da sede (dimensões mínimas), foi alterado e passa a vigorar conforme tabela constante no anexo II, da presente Lei.

III – O ANEXO 03 – Tabela de características geométricas das vias urbanas da sede do distrito de Boa Esperança (dimensões mínimas), foi alterado e passa a vigorar conforme tabela constante no anexo III, da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 07 de novembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

## LEI 2338/2017

Publicação Nº 1422256

LEI Nº 2338, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.866, DE 26 DE ABRIL DE 2010 QUE INSTITUIU O “PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei Complementar:

Art. 1º . Fica revogado o inciso X, do artigo 23, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010.

Art. 2º . O inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 24 ...

IV - 03 (três) vias impressas do projeto urbanístico em escalas adequadas (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

- a) Rumos e distâncias das divisas;
- b) Área resultante;
- c) Indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;
- d) Indicação precisa de edificações existentes;
- e) Indicação precisa da localização em relação às vias mais próximas.”

Art. 3º . Fica revogado o inciso VI, do artigo 24, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010.

Art. 4º. O inciso II, do artigo 25, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 25 ...

II - Planta planialtimétrica, em escala adequada, indicando:

- a) Norte magnético e verdadeiro;
- b) Pontos de amarração ou de referência da obra;
- c) Cursos d'água, áreas alagadiças e mangues, se houver;
- d) Alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito;
- e) Edificações existentes;
- f) Subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e numeração;
- g) Sistema de vias com a respectiva hierarquia e denominação provisória (rua a, b);
- h) Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
- i) Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;
- j) Marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos das curvas e linhas projetadas;
- k) Todas as linhas de escoamento das águas pluviais e respectivas bocas de lobo, em planta e perfis;
- l) Praças e demais áreas públicas estabelecidas pela legislação vigente, observados os critérios mínimos previstos em lei;

- m) Áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas não edificáveis estabelecidas pela legislação vigente;
- n) Linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio se houver;
- o) Áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água, se houver;
- p) Quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto, inclusive o número de lotes e quadras, áreas das vias públicas, dos espaços livres, dos espaços destinados a edifícios públicos e remanescentes loteáveis, e respectivos percentuais em relação à área total.
- q) Coordenadas do perímetro da área total.
- r) Outras informações que possam interessar a critério do órgão competente do poder executivo Municipal."

Art. 5º. O artigo 38, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a inclusão do Parágrafo Único:

"Art. 38...

Parágrafo Único. As atualizações das aprovações do parcelamento do solo urbano, deverão obedecer a legislação da época."

Art. 6º. O Caput do artigo 40, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 40 - Uma vez realizadas as obras e estando quitados os tributos municipais, a Prefeitura a requerimento do interessado aprovará o parcelamento após a realização de devida vistoria, fornecendo certidão e cópia visada do projeto, a ser averbada no Registro de Imóveis pelo interessado no prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias.

Art. 7º. O artigo 42, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 42 - O empreendedor deve solicitar averbação do termo de vistoria e recebimento de obras na matrícula em que se acha registrado o parcelamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua expedição."

Art. 8º . Fica revogado o §1º, do artigo 48, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010.

Art. 9º. O inciso I, do artigo 50, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 50...

"I. Áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbano e comunitário, bem como a áreas verdes de uso público, deverão ser proporcionais à gleba e nunca inferiores a 35% da área loteável, dos quais:

- a) Áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários deverão ser, no mínimo, iguais a 7% da área loteável;
- b) Áreas verdes públicas deverão ser, no mínimo, iguais a 8% da área loteável;
- c) Lotes de esquina deverão ser, no mínimo, 10% maiores que a área mínima;
- d) Sistema viário com pavimentação asfáltica ou intertravada;
- e) Instalação de Hidrantes em parcelamento  $\geq 2$  ha."

Art. 10º. O artigo 55, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 55. O comprimento das quadras dos loteamentos residenciais não poderá ser superior a 160,00 m (cento e sessenta metros) e inferior a 25,00 m (vinte e cinco metros), devendo o arruamento ser compatível com as ruas existentes e projetadas em seu entorno."

Art. 11º. O Caput do artigo 65, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 65. O empreendedor deve requerer o registro do parcelamento dentro de 720 (setecentos e vinte) dias da data de aprovação do projeto, sob pena de caducidade das respectivas licenças, acompanhado dos seguintes documentos:"

Art. 12º . O artigo 84, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a inclusão do inciso XII:

"Art. 84...

XII – Todas as obras descritas a cima, poderão ser alteradas em seu projeto de acordo com as melhores práticas construtivas.

Art. 13º. O artigo 102, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 102. Na aplicação desta lei complementar serão observadas, no que couber, a legislação federal, estadual e municipal vigente, em especial as leis municipais que tratam do ordenamento territorial, ou seja, as leis de Parcelamento do Solo, de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, de Mobilidade Urbana, o Código de Obras e o Código de Posturas.

§1º - Para efeito de aplicação da presente Lei, considera-se:

- I - Condomínio Horizontal Fechado: subdivisão de gleba em frações ideais do solo destinados a edificação, com abertura de novos arruamentos;
- II - propriedade individualizada: a unidade territorial privativa ou autônoma a qual corresponde uma fração ideal de terreno dentro da gleba condominial;
- III - área de uso comum: aquela que for destinada à construção de vias de circulação interna, áreas verdes, clube recreativo, áreas de lazer, portaria e área administrativa.

§2º - A cada unidade autônoma caberá como parte integrante, inseparável e indivisível, uma fração ideal de terreno e coisas comuns, proporcionais à área da unidade do terreno, expressa sob forma de decimais ou ordinárias.

§3º - Os direitos ao uso das instalações comuns do condomínio também serão tratados como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, sendo vinculado à unidade habitacional ou comercial, assim como a fração ideal correspondente.

§4º - É vedado o desmembramento futuro de parte ou todo do condomínio.

§5º - Para a aprovação da ocupação do solo na forma de Condomínio Horizontal Fechado, o Município exigirá o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

§6º - A menor fração ideal do terreno corresponderá a uma área nunca inferior a área mínima da unidade autônoma, definida para a zona onde se situar o condomínio."

Art. 14º. O artigo 103, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 103. A implantação do condomínio poderá interromper o prolongamento das vias públicas existentes ou projetadas, bem como as demais vias classificadas na Lei de Sistema de Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal, após análise técnica do projeto pelo setor de responsável."

Art. 15º. O artigo 104, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 104. Serão admitidos loteamentos cujo perímetro seja murado e o acesso seja restrito na Zona Residencial de Baixa Densidade 1,2 e 3 conforme termos da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Parágrafo Único. A restrição de acesso a que se refere o caput deste artigo não se aplica a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, membros das Forças Armadas, e demais servidores públicos federais, estaduais e municipais, de qualquer esfera do Poder, desde que no exercício de suas funções."

Art. 16º. O artigo 106, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 106. Independentemente da área pública com as dimensões definidas no art. 46 da presente lei, que será obrigatoriamente externa ao perímetro murado, o Condomínio deverá destinar uma área comum não inferior a 7,5% da área total contida no perímetro murado para ser mantida permeável, sendo destinada para uso comum, como praças, campos e quadras esportivas, áreas de lazer e similares.

Parágrafo Único. Mediante proposta do interessado, a Prefeitura Municipal poderá aceitar outra área equivalente, desde que a região onde esteja situado o condomínio já se encontre servida por equipamento público nos termos da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal."

Art. 17º. O artigo 107, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 107. O muro em torno do Condomínio deve ser construído com altura não superior a 2,50 metros de altura feito em material que impeça a visualização em materiais que proporcione estabilidade e segurança, sendo permitida a colocação de cercas elétricas, desde que obedecidas às normas técnicas de segurança para se evitar danos físicos a pessoas ou a animais."

Art. 18º. O artigo 109, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 109. As obras e serviços de reparos das áreas públicas situadas dentro do perímetro do condomínio somente poderão ocorrer mediante prévia aprovação e fiscalização de um profissional habilitado indicado pelo Poder Executivo municipal.

§1º Para a implantação de Condomínios Horizontais Fechados deverá ser doada ao Município de Sombrio área contígua localizada fora dos limites da área condominial, correspondente a área pública de no mínimo 15% do condomínio, devendo ser transferida para o Município, por meio de Escritura Pública de doação, averbada no Cartório de Registro de Imóveis, sem qualquer ônus ou encargos para o Município, sendo que:

I - A área doada ao Município de Sombrio que se refere o caput deste artigo não poderá ser inferior a área mínima de um lote conforme zoneamento.

II - O Município de Sombrio poderá aceitar, a seu critério, doação de área situada em qualquer outra parte do perímetro urbano, desde que a mesma tenha valor financeiro equivalente à área contígua localizada fora dos limites da área condominial, correspondente a 8% (oito por cento) de área verde e 7% (sete por cento) de área pública, da área a ser parcelada em forma de condomínio.

III - Em atendimento ao caput deste artigo o empreendedor poderá optar pela execução de infra-estrutura urbana ou equipamentos públicos em área situada em qualquer outra parte do território Municipal, com a anuência e a critério da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor equivalente a área contígua localizada fora dos limites da área condominial, correspondente a 7% (sete por cento) da área privativa do condomínio.

§2º Nos condomínios horizontais fechados, o Município deverá exigir a abertura de um via de circulação, no perímetro do condomínio.”

Art. 19º. O artigo 110, da Lei nº 1.866, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 110. O Condomínio deverá ter o registro no Ofício do Registro de Imóveis, especificando-se na respectiva matrícula o uso do imóvel somente para esta finalidade.

§1º Será obrigatória a execução, por parte do proprietário da gleba destinada ao Condomínio Horizontal Fechado, das seguintes obras e equipamentos urbanos:

I - abertura das vias de circulação com pavimentação;

II - obras destinadas ao escoamento de águas pluviais, inclusive galerias, guias, sarjetas, bocas de lobo e canaletas, conforme normas, padrões técnicos e exigências legais;

III - construção de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário e/ou estação compacta de tratamento de esgoto, de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do Código de Obras e Edificações do Município de Sombrio vigente e da Vigilância Sanitária;

IV - obras de contenção de taludes e aterros, destinadas a evitar desmoronamentos e o assoreamento de águas correntes, conforme normas e padrões técnicos dos órgãos competentes e exigências legais;

V - construção de rede de energia elétrica e iluminação, conforme normas e padrões técnicos exigidos pelo órgão, entidade ou empresa concessionária do serviço público de energia elétrica;

VI - obras e serviços destinados ao tratamento paisagístico das vias e logradouros, conforme normas e padrões técnicos dos órgãos competentes e exigências legais;

VII - construção de sistema de abastecimento de água potável, conforme normas e padrões técnicos exigidos pelo órgão competente;

VIII - instalação de hidrante tipo urbano:

a) Quando o condomínio dispuser de uma quantidade inferior a 200 lotes, deverá ser instalado em frente ao mesmo, (1) um hidrante de coluna urbano, e a sua aquisição será de responsabilidade do empreendedor. Já sua instalação e manutenção ficarão sob a responsabilidade do órgão competente;

b) Os condomínios que dispuserem de uma quantidade superior a 200 lotes, deverá ser instalado 01 (um) hidrante de coluna urbano em frente ao condomínio, e outro (s) dentro da área condominial e sua aquisição, instalação e manutenção será de responsabilidade do empreendedor;

c) Cada hidrante de coluna urbano instalado dentro da área condominial deverá atender no máximo um raio de 250 metros, conforme Norma do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

IX - deverá ser urbanizada a testada principal dos Condomínios.

§2º As obras previstas no parágrafo anterior deverão ser executadas e concluídas, obrigatoriamente, dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da expedição do alvará de licença, prorrogáveis por igual período a critério do Município de Sombrio.

§3º A execução das obras previstas no §1º, bem como as obras de construção das unidades residenciais ou qualquer tipo de obra relacionada à construção civil será, necessariamente, vistoriada pela fiscalização do respectivo órgão competente.

§4º Os equipamentos e os serviços urbanos aprovados serão mantidos exclusivamente pelo condomínio.

§5º As benfeitorias (portaria, salão de festas, área de lazer, etc.) que serão executadas no condomínio deverão ser averbadas junto ao Registro de Imóveis.

§6º Após a aprovação e constituição jurídica do Condomínio Horizontal Fechado, ficarão sob a sua exclusiva responsabilidade, com relação a suas áreas internas, os seguintes serviços:

I - coleta de lixo domiciliar, devendo seguir padrões de coleta seletiva em caçambas apropriadas e sua destinação final deverá ser feita em área a ser especificada pelo Município;

II - manutenção das obras para abastecimento de água potável, no caso do mesmo não ser efetuado pelo órgão competente, drenagem pluvial, esgoto sanitário, arborização, pavimentação e aterros;

III - Manutenção e operação da estação de tratamento de esgoto;

IV - manutenção de todas as obras destinadas a implantação de área comum dentro do condomínio.

§7º Para cada unidade habitacional projetada deverá ser prevista, no mínimo, uma vaga de estacionamento dentro da área da gleba

autônoma e estacionamento de visitantes no interior do condomínio na proporção de uma vaga para cada 5 (cinco) unidades residenciais, podendo serem distribuídas ao longo das vias condominiais.

§8º Não será permitida a ocupação do solo na forma de Condomínio Horizontal Fechado:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundação, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

IV - nos terrenos de excepcional beleza ou de valor cultural ou recreativo, definidos por lei;

V - em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, antes de tomadas as providências para a correção;

VI - em áreas e terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas as exigências específicas dos órgãos competentes;

VII - em áreas de preservação permanente.

§9º As edificações a construir nas áreas do condomínio serão aprovadas pela Secretaria de Obras do Município de Sombrio, posteriormente à aprovação do projeto do condomínio e após o registro do condomínio no cartório competente, obedecendo aos parâmetros e índices construtivos conforme a Lei 1867 – 2010 – Código de Obras.

§10º Para aprovação do projeto de condomínio horizontal fechado o interessado deverá encaminhar à Prefeitura Municipal de Sombrio o pedido com os seguintes documentos, respectivamente:

I - Consulta de Viabilidade;

II - Estudo Preliminar;

III - Projeto Definitivo.

§11º A documentação do projeto encaminhado para aprovação deverá constar:

I - título de propriedade, certidão de ônus reais e certidão negativa de tributos municipais, todos relativos ao imóvel a ser fracionado;

II - licença ambiental de acordo com as etapas - Licença Ambiental Prévia - LAP para aprovação do projeto, Licença Ambiental de Instalação - LAI para início das obras e Licença Ambiental de Operação - LAO para ocupação e funcionamento do empreendimento;

III - cronograma físico de execução dos serviços de obras de infra-estrutura urbana exigida;

IV - comprovante de pagamento de taxas;

V - consulta de viabilidade;

VI - memorial descritivo;

VII - projeto definitivo do condomínio.

§12º Os projetos dos equipamentos urbanos a serem executados pelo interessado, referentes a abastecimento de água, esgoto e energia elétrica, deverão estar previamente aprovados pelos órgãos competentes.

§13º Autorizado para execução, o processo de condomínio receberá alvará de licença para execução de serviços e obras de infra-estrutura urbana exigida conforme esta Lei e as cópias dos projetos aprovados.

§14º Os prazos para aprovação do Projeto, Emissão de Alvará de Construção e Início de Obras, terão prazos conforme previstos no Código de Obras Municipal.

§15º A concessão do Habite-se para o Condomínio Horizontal Fechado só será realizada quando concluída todas as obras previstas no projeto, inclusive a execução dos projetos de arborização e das áreas de uso comum.

§16º A fiscalização dos condomínios será exercida em todas as etapas, desde as discriminações dos serviços de ordem técnica, até as fases de execução e entrega das obras de infra-estrutura.

§17º Todas as solicitações da fiscalização deverão ser atendidas, sob pena de embargo da obra ou serviço, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

§18º A construção de equipamentos que não estiver em conformidade com o projeto aprovado acarretará no embargo do condomínio, cujas obras poderão continuar após a demolição e remoção de tudo que tiver sido executado irregularmente.

§19º O descumprimento das exigências contidas no termo de embargo, no prazo prescrito, implicará na aplicação de multa e interrupção da obra ou serviço.

§20º Qualquer modificação no projeto ou na execução deverá ser submetida à aprovação da Secretaria de Obras do Município de Sombrio a pedido do interessado e acompanhada dos seguintes documentos:

I - requerimento solicitando a modificação;

II - memorial descritivo da modificação;

III - três vias de cópias do projeto de modificação.

§21º Após a conclusão das obras de infra-estrutura urbana determinadas no ato de aprovação do condomínio, o Município de Sombrio expedirá Termo de Conclusão.

§22º Para efeito desta Lei, após a expedição do registro do condomínio, o Município de Sombrio procederá à individualização do Imposto Predial e Territorial Urbano com base na certidão do Cartório de Registro de Imóveis, devendo ser lançadas as demais taxas de serviços públicos.

§23º Terão acesso facilitado, os leituristas de consumo de luz, gás e água, os agentes fiscalizadores de Saúde Pública, recenseadores e demais agentes legais municipais, estaduais e federais que necessitem de acesso direto ao condomínio e aos condôminos, devidamente credenciados, apresentando os mesmos todos os documentos públicos de prova das condições de regularidade dos atos constatados.

Art. 20º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 07 de novembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

## LEI 2339/2017

Publicação Nº 1422259

LEI Nº 2339, DE 07 DE NOVEMBRO 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.867, DE 26 DE ABRIL DE 2010 QUE INSTITUIU O "NOVO CÓDIGO DE OBRAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º . O artigo 281, item 3, da Lei nº 1.867, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração, bem como, a inclusão do item 8:

"Art. 281...

3) Área de recreação comum, coberta ou externa, na proporção de, no mínimo, 2,50 m<sup>2</sup> (dois metros e cinquenta decímetros quadrados) para cada unidade autônoma, totalizando, no mínimo, 30 m<sup>2</sup> (trinta metros quadrados);

8) Garantir acessibilidade, em conformidade com as normas da ABNT, no mínimo até o primeiro pavimento com unidade habitacional."

Art. 2º . O artigo 283, item 2, da Lei nº 1.867, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração, bem como, a inclusão do item 7:

"Art. 283...

2) Uma vaga de garagem, coberta ou externa, para cada 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados) de área edificada, com no mínimo uma vaga por unidade autônoma;

7) Garantir acessibilidade, em conformidade com as normas da ABNT, no mínimo até o primeiro pavimento com unidade autônoma."

Art. 3º . O artigo 285, da Lei nº 1.867, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a inclusão dos itens 6 e 7:

“Art. 285...

6) Uma vaga de garagem, coberta ou externa, para cada cento e cinquenta metros quadrados de área edificada, com no mínimo uma vaga por unidade autônoma;

7) Garantir acessibilidade, em conformidade com as normas da ABNT, no mínimo até o primeiro pavimento com unidade autônoma.”

Art. 4º . O artigo 395, da Lei nº 1.867, de 26 de abril de 2010, passa a vigorar com a inclusão do §3º:

“Art. 295...

§ 3º. O dimensionamento dos depósitos provisórios deverá atender os critérios da tabela abaixo:

Edificações Residenciais		
Tipo	Características	Quantidade mínima
A	Com 1 unidade residencial - unifamiliar - ou com até 250 m² de área privativa	1 container de 120 litros
B	Com 2 até 8 unidades residenciais ou com até 600 m² de área privativa por pavimento	2 container de 120 litros
C	Acima de 8 unidades residenciais ou acima de 600 m² de área privativa por pavimento	4 container de 120 litros ou 2 container de 120 litros
Edificações Comerciais, Mistas e de Outras Naturezas		
Tipo	Características	Quantidade mínima
A	Com até 400 m² de área construída por pavimento	2 container de 120 litros
B	Acima de 400 m² de área construída por pavimento	4 container de 120 litros ou 2 container de 120 litros

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 07 de novembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

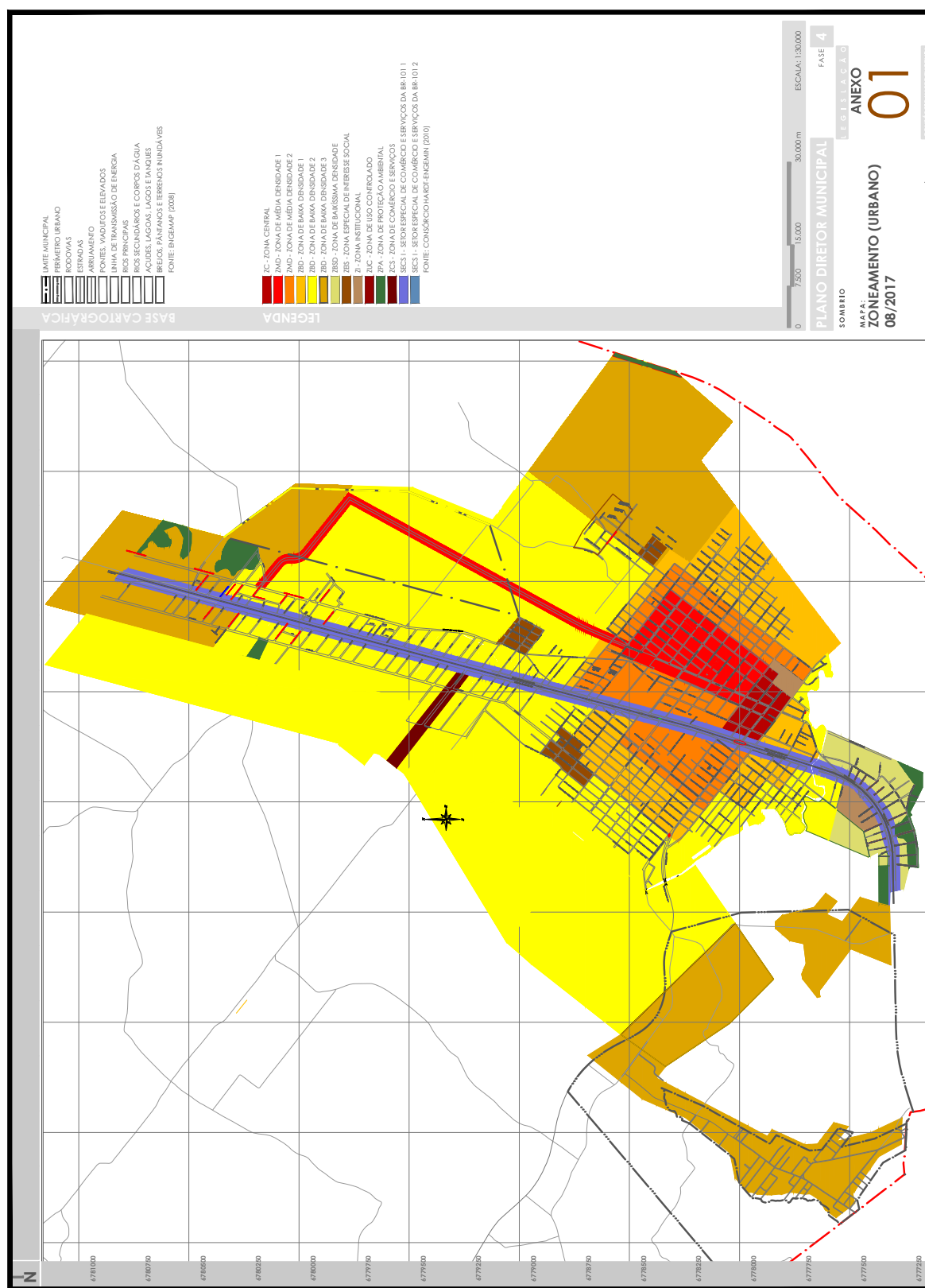
Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

**ANEXO DA LEI 2336/17**

Publicação Nº 1422243



## ANEXO DA LEI 2336/17

Publicação Nº 1422215

Zona	Coeficiente de aproveitamento básico	Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade mínima (%)	Altura pavimento		Lote mínimo (m²) / testada mínima (m)	Recuo frontal (m)	Afastamentos (m)		Fundos
				Básico	Máximo <sup>(1)</sup>				Lateral	
Zona Central (ZC)	5,6	70	25	8	10	360/12	5,0 <sup>(7)</sup>	1 - 2 3 - 10	0 1,5 ou h/6	0 1,5 ou h/6
Zona Média Densidade 1 (ZMD-1)	5,8	70	25	10	12	<sup>(6-14)</sup> 375/15	5,0 <sup>(7)</sup>	1 - 2 3 - 12	0 1,5 ou h/6	0 1,5 ou h/6
Zona Média Densidade 2 (ZMD-2)	3,5	70	25	6	8	375/15 <sup>(6)</sup>	5,0	1,5	h/6	1,5 ou h/6
Zona Baixa Densidade 1 (ZBD-1)	2,3	58	25	4	6	375/15 <sup>(6)</sup>	5,0	1,5	h/6	1,5 ou h/6
Zona Baixa Densidade 2 (ZBD-2)	1	58	25	2	4	375/15 <sup>(6)</sup>	5,0	1,5	h/6	1,5 ou h/6
Zona Baixa Densidade 3 (ZBD-3)	1	58	25	2	-	300/12	5,0	1,5	h/6	1,5 ou h/6
Zona Baixíssima densidade (ZBSD)	1	50	25	2	4 <sup>(8)</sup>	375/15	5,0	1,5	h/6	1,5 ou h/6
Zona Institucional (ZI)	1	50	25	2	10	300/12	5,0	1,5	h/6	1,5 ou h/6
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	1	50	25	2	-	30/6 <sup>(9)</sup>	1,5 <sup>(9)</sup>	1,5 <sup>(9)</sup>	h/6	1,5 ou h/6
Sector Especial de Comércio e Serviço da BR 101-1 (SECS BR 101-1)	1,1	58	25	2	6	450/15	8,0	1,5	h/6	1,5 ou h/6
Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS 1)	1,1	58	25	2	-	375/15	10,0	-	5,0	5,0
Zona de Urbanização Controlada (ZUC)	1	40	30	2	-	375/15	8,0	-	1,5 ou h/6	1,5 ou h/6
Zona de Proteção Ambiental (ZPA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## Notas:

- (1) Pavimento máximo permitido quando for utilizado algum instrumento urbanístico de compensação de áreas.  
 (2) Os lotes de esquina, para efeito desta proposta, possuem somente frente e laterais, não possuindo fundos.  
 (3) Adotar afastamento através da equação h/6 com no mínimo 1,50m.

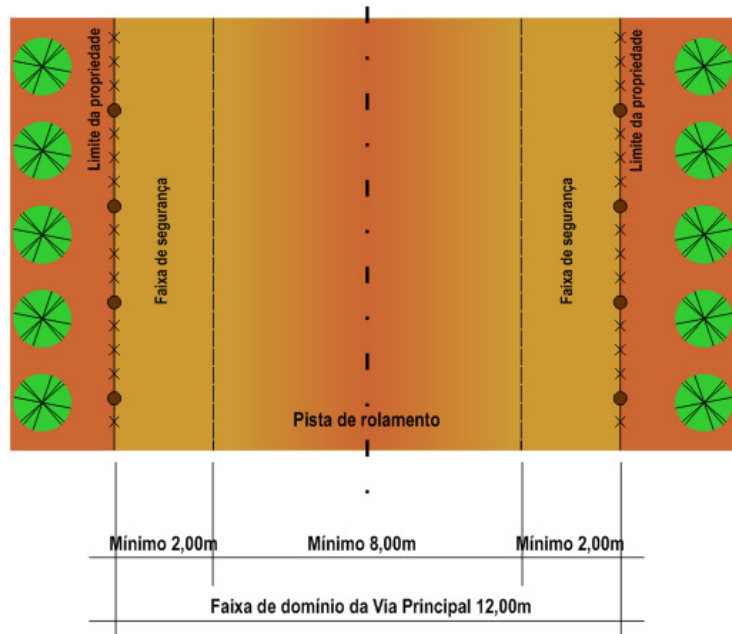
- (4) Edificação com até 2 pavimentos ou  $h \leq 8m$  (medida piso à piso), quando composto de pavimento único, podem fazer uso de recuo zero em:
- a) face (lateral ou fundos)  $\leq 30m$ : máximo de 9m.
  - b) face (lateral ou fundos)  $> 30m$ : máximo de 30% desta face.
  - c) regra não aplicável para ZC e ZMD-1.
  - d) na presença de aberturas deve ser respeitada a equação  $h/6$  com no mínimo 1,50m.
- (5) Atendidas às exigências mínimas de iluminação e ventilação.
- (6) Para habitação coletiva horizontal, serão permitidas no máximo 10 unidades por empreendimento.
- (7) Na Av Getúlio Vargas (entre Rua Pe João Reitz e Av Prefeito José João Scheffer), Av Antônio Sant'Helena (entre Av Getúlio Vargas e Av Papa João XXIII) e Av Nereu Ramos (Rua Vereador Celso Gervásio Cardoso e Av Papa João XXIII) o recuo frontal mínimo será de 0,00m.
- (8) Permitido utilizar instrumento urbanístico de compensação de áreas desde que o empreendimento possua sistema de esgotamento sanitário e aprovado pelos órgãos ambientais competentes.
- (9) Sendo adaptável a situações consolidadas.
- (10) Nas construções que forem edificadas com Taxa de Ocupação superior a 50% (cinquenta por centos), 58% (cinquenta e oito por cento) e 70% (setenta por cento), conforme os parâmetros de ocupação do solo urbano indicado nesta Tabela 3, deverá haver a instalação de cisternas de captação e reuso de águas pluviais, com proporção mínima de 0,01 m³ (um centésimo de metro cúbico) por metro quadrado do terreno edificado, sendo que na Zona Central (ZC), fica fixado o limite de ocupação máximo de 85% (oitenta e cinco por cento) do terreno. Já nas Zonas de Média Densidade 1 e 2, Zona de Baixa Densidade 1, 2 e 3, Setor Especial de Comércio e Serviços da Br 101-1 e Br 101-2, Zona de Comércio e Serviço 1, o valor máximo de Ocupação é de 75% (setenta e cinco por cento). Por fim, nas Zonas de Baixíssima Densidade, Zona Institucional e Zona Especial de Interesse Social, o valor máximo de ocupação é de 65% (sessenta e cinco por cento).
- (11) Nas construções que forem edificadas com Taxa de Permeabilidade inferior a 25% (vinte e cinco por cento), conforme os parâmetros de ocupação do solo urbano indicado nesta Tabela 3, deverá haver a instalação de cisternas de captação e reuso de águas pluviais, com proporção mínima de 0,01 m³ (um centésimo de metro cúbico) por metro quadrado do terreno edificado, somando-se, dependendo do caso, à cisterna construída para a taxa de ocupação condicionada na nota anterior. Em nenhuma hipótese poderá o terreno ter taxa de permeabilidade inferior a 15% (quinze por cento).
- (12) Lotes com testada para vias que dividam o zoneamento, pode optar pela zona à adotar (regra não aplicável a ZEIS).
- (13) Divisão de Zoneamento sobre lotes, perevalecerá a zona que contenha maior área da edificação (regra não aplicável a ZEIS).
- (14) Lotes com Testada para Avenida Nereu Ramos a partir da Avenida Quintino Manoel Domingos para o sentido Norte, terão área igual a 450m².

**ANEXO DA LEI 2337/17**

Publicação Nº 1422253

**ANEXO 03 - Tabela de características geométricas das Vias Urbanas da Sede do distrito de Boa Esperança (dimensões mínimas)**

Categorias das vias	Caixa mínima da via (m)	Pista de rolamento Mínima (m)	Faixa de Estacionamento (m)	Passeio (m)	Canteiro Central (m)	Inclinação mínima (%) <sup>(1)</sup>	Rampa máxima (%) <sup>(2)</sup>
<b>Via Principal</b> <sup>(3)</sup>	16,00	7,00	(E) 2,00 (D) 2,00	(E)2,50 (D)2,50	-	0,5	20
<b>Vias Locais</b> <sup>(3,5)</sup>	12,00	6,00	(E) 2,50	(E)1,75 (D)1,75	-	0,5	20

<sup>(1)</sup> Da seção transversal tipo.<sup>(2)</sup> Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).<sup>(3)</sup> Características geométricas mínimas.<sup>(4)</sup> Dimensões mínimas a serem seguidas quando da implantação de ciclovias<sup>(5)</sup> Novas vias que fazem parte do prolongamento do sistema viário, poderão ser adotadas Caixa mínima da via de 6,00m**ANEXO 04 - Perfis das Vias Municipais ou Rurais**

**ANEXO DA LEI 2337/17**

Publicação Nº 1422250

**ANEXO 01 - Tabelas de características geométricas das Vias Municipais ou Rurais**

<b>Categorias das vias</b>	<b>Seção normal da via (m)</b>	<b>Pista de rolamento (m)</b>	<b>Faixa de manutenção (m)</b>	<b>Inclinação mínima <sup>(1)</sup> (%)</b>	<b>Rampa máxima <sup>(2)</sup> (%)</b>
<b>Via Municipal Principal</b>	12,00	8,00	(E) 2,00 (D) 2,00	0,5	20
<b>Via Municipal Secundária<sup>(5)</sup></b>	12,00	8,00	(E) 2,00 (D) 2,00	0,5	20

<sup>(1)</sup> Da seção transversal tipo.<sup>(2)</sup> Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).<sup>(5)</sup> Novas vias que fazem parte do prolongamento do sistema viário, poderão ser adotadas Caixa mínima da via de 6,00m**ANEXO 02 - Tabela de características geométricas das Vias Urbanas da Sede (dimensões mínimas)**

<b>Categorias das vias</b>	<b>Caixa mínima da via (m)</b>	<b>Pista de rolamento Mínima (m)</b>	<b>Faixa de Estacionamento (m)</b>	<b>Passeio (m)</b>	<b>Canteiro Central (m)</b>	<b>Inclinação mínima (%)<sup>(1)</sup></b>	<b>Rampa máxima (%)<sup>(2)</sup></b>
<b>Via de Tráfego Especial <sup>(3)</sup></b>	18,00	7,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(D)3,00 (D)3,00	-	0,5	20
<b>Vias de Ligação <sup>(3)</sup></b>	18,00	7,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E)3,00 (D)3,00	-	0,5	20
<b>Vias Arteriais <sup>(3)</sup></b>	20,00	7,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E)3,50 (D)3,50	1,00	0,5	20
<b>Vias Coletoras <sup>(3)</sup></b>	18,00	7,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E)3,25 (D)3,25	-	0,5	20
<b>Via Coletora com canteiro central <sup>(3)</sup></b>	20,00	7,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E)3,25 (D)3,25	1,50	0,5	20
<b>Via Especial de Pedestre <sup>(3)</sup></b>	14,00	4,00	(E) 2,75	(E)3,25 (D)4,00	-	0,5	20
<b>Vias Locais – tipo A <sup>(3,5)</sup></b>	12,00	4,00	(E) 2,00 (D) 2,00	(E)2,00 (D)2,00	-	0,5	20
<b>Vias Locais – tipo B <sup>(3)</sup></b>	16,00	7,00	(E) 2,00 (D) 2,00	(E)2,50 (D)2,50	-	0,5	20
<b>Via Conectora <sup>(3)</sup></b>	18,00	7,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E)3,00 (D)3,00	-	0,5	20
<b>Ciclovía <sup>(4)</sup></b>	1,50	1,50	-	-	-	0,5	7

<sup>(1)</sup> Da seção transversal tipo.<sup>(2)</sup> Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).<sup>(3)</sup> Características geométricas mínimas.<sup>(4)</sup> Dimensões mínimas a serem seguidas quando da implantação de ciclovias<sup>(5)</sup> Novas vias que fazem parte do prolongamento do sistema viário, poderão ser adotadas Caixa mínima da via de 6,00m

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 0220/2017

Publicação Nº 1421983

DECRETO Nº 0220, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

FICA PRORROGADO OS EFEITOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com a legislação vigente, Artigo 37, III da Constituição Federal 1988 e Edital nº 003/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado os efeitos do Processo Seletivo, objeto do Edital nº 003/2016, para os candidatos e cargos de acordo com a ordem de classificação, pelo período de mais 01 (um) ano, a contar de início de fevereiro de 2018, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 20. Ficam exonerados os servidores conforme respectivas datas nos decretos de contratação temporária.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 08 de novembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### EDITAL DE PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 1421990

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE PROCESSO SELETIVO 003/2016.

O MUNICIPIO DE SUL BRASIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.990.107/0001-30, com sede administrativa à Rua Dr. José Leal Filho, 589, Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal EDER IVAN MARMITT, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO a quem possa interessar o presente Edital de Prorrogação do Prazo de Validade do Processo Seletivo n.º: 003/2016

DETERMINANDO

A prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo fica validado e prorrogado a contar de início de fevereiro de 2018, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Ficam exonerados os servidores conforme respectivas datas nos decretos de contratação temporária.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições contidas no Edital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de novembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal de Sul Brasil

Publicado no Mural desta, e certificada a publicação no sítio eletrônico competente na data supra.

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017

Publicação Nº 1422321

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº096/2017

Aos oito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 096/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICO TIPO PANFLETOS, CONVITES, CARTAZES E CRACHÁS QUE SERÃO UTILIZADOS NA ORGANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA 5ª FECAUVA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) GRAFISIL GRÁFICA LTDA ME, não representada neste ato por Evandir Roberto da Silva;
- 2) POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME, representada neste ato por Ivandro Peroza.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do lote 1 a empresa GRAFISIL GRÁFICA LTDA ME com o valor total do lote de R\$ 2.390,00 (dois mil trezentos e noventa reais) e do lote 2 a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME, com o valor total do lote de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 08/11/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 08 de Novembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns

Membro da Comissão de Licitações

GRAFISIL GRÁFICA LTDA ME

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 114/17

Publicação Nº 1421885

DECRETO Nº 114/17, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

“NOMEIA OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO”

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 039/2016 de 28 de novembro de 2016,  
DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saneamento, os seguintes representantes:

Representantes Governamentais:

Titular: Deyse Kátia Ferreira Pasqualotto, inscrita no CPF sob nº 044.352.389-42.

Suplente: Cleiton Soethe, inscrito no CPF sob nº 038.560.929-94.

Titular: Gilson Márcio Neu, inscrito no CPF sob nº 065.051.509-94.

Suplente: Julio Duarte de Borba, inscrito no CPF nº 558.802.159-20.

Titular: Alderi Paulo Schaefer, inscrito no CPF nº 020.387.959-75.

Suplente: Julia Maria Spessato Zanco, inscrita no CPF nº 047.597.170-51.

Titular: Ernani Otavio Bruch, inscrito no CPF nº 573.809.109-49.

Suplente: Gleidson Marcos Neu, inscrito no CPF nº 054.971.389-18.

Titular: Cleri Reinoldo Neu, inscrito no CPF nº 905.060.659-87.

Suplente: Alfredo Mueller, inscrito no CPF nº 526.381.469-00.

Organização não governamental:

Titular: Carlos Arnaldo Wolff, inscrito no CPF sob nº 271.375.890-49.

Suplente: Irineu Wilsmann, inscrito no CPF nº 347.182.499-53.

Entidade de Representação Profissional:

Titular: André de Lima Medeiros, inscrito no CPF nº 050.575.019-84.

Suplente: Jaqueline Lowis Chiesa, inscrito no CPF nº 042.757.599-07.

Titular: Adacir Luiz Stanga, inscrito no CPF nº 477.459.169-68.

Suplente: Aldir Antonio Rigo, inscrito no CPF nº 346.739.389-68.

Representantes moradores:

Titular: Salete Badia Joner, inscrita no CPF nº 807.916.979-91 .

Suplente: Cecilia Makwa Brambilla, inscrita no CPF nº 019.236.559-13.

Titular: Marinele Schleicher, inscrita no CPF nº 018.195.339-05.

Suplente: Marisa Knak Correa, inscrita no CPF nº 029.629.499-32.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação em órgão oficial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 07 de novembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 207/2017**

Publicação Nº 1422825

PORTARIA Nº. 207/2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. AIR MAURI SCHITTLER, Motorista, cadastrado sob a matrícula nº 372/01, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 01 de Novembro de 2017, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de Novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em nove de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

## ATA Nº. 022/2017

Publicação Nº 1422046

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS</b>  <b>CNPJ:</b> 01.566.620/0001-55 <b>RUA</b> FELIPE BACZINSKI, 479 <b>C.E.P.:</b> 89875-000 - Tigrinhos - SC		<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2017 - TP</b>
<b>Processo Administrativo:</b> 52/2017 <b>Processo de Licitação:</b> 50/2017 <b>Data do Processo:</b> 19/10/2017		Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO, OBJETIVANDO O PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARATER EFETIVO E TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 22/2017 (Sequência: 3)**

Ao(s) 8 de Novembro de 2017, às 10:19 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 003/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 50/2017, Licitação nº 3/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Tendo em vista a desistência do prazo recursal da fase de habilitação com relação a empresa INABILITADA, passou-se a abertura dos envelopes de propostas das empresas consideradas habilitadas ao certame. Verificadas as propostas, os representantes da empresas AIRTON KERBES ME e ALTERNATIVE CONCURSOS solicitaram prazo de recurso alegando os mesmos que a proposta apresentada pela Empresa SCHEILA APARECIDA WEISS ME é inexequível. Intimados os presentes, fica determinado o prazo de cinco dias úteis para apresentações das razões de recurso.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Tigrinhos, 8 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

MAICON BRUXEL  
 CLEITON SOETHE  
 BERNARDETE DAS GRAÇAS A.T.HONNEF

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
 - ..... - MEMBRO  
 - ..... - MEMBRO

# Tijucas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1281/2017

Publicação Nº 1422068

DECRETO Nº 1281, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação

Orçamentária da Fundação Cultural de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2669/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais) a dotação orçamentária que segue:

21 – FUNDAÇÃO CULTURAL TRADIÇÃO DE TIJUCAS

01 – Fundação Cultural de Tijucas

133920038- 2062 – Preservação do Patrimônio Histórico do Município

3.3.90.00 (5) Aplicação Direta .....R\$ 10.500,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta da anulação da dotação conforme segue:

21 – FUNDAÇÃO CULTURAL TRADIÇÃO DE TIJUCAS

01 – Fundação Cultural de Tijucas

133920038- 2062 – Preservação do Patrimônio Histórico do Município

4.4..90.00 (6) Aplicação Direta .....R\$ 10.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 08 de novembro de 2017.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003 SIMPLES NACIONAL

Publicação Nº 1422074

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003 DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

Com base no artigo 35, Inciso II, III e parágrafo 3º do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 001/2010), ficam NOTIFICADOS, os contribuintes da exclusão do simples nacional identificados pelo CNPJ listados abaixo, em virtude da existência de débitos perante a Fazenda Pública Municipal.Com fundamento no art. 17, inciso V, § 5º do art. 29,art. 30, inciso II, art. 31, inciso IV e art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e no art. 73,inciso II, alínea

“d”, itens 1 e 2 e art.75 da Resolução CGSN nº 94, de 29/11/201,resolve excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A possível notificação, no edital, de pessoa jurídica que já tenha sido cientificada pelo correio ou pelo DTE (Domicílio Tributário Eletrônico) não invalida qualquer procedimento que tenha sido realizado pelo contribuinte, dentro do prazo estabelecido na notificação real, no sentido de regularizar os débitos perante a Fazenda Pública Municipal na intenção de permanecer no Simples Nacional no próximo ano. Esses procedimentos serão considerados e, caso todos os débitos sejam regularizados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta publicação, a exclusão será cancelada.

Os Contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público de segunda a sexta das 07:00 as 13:00 horas, situado na Rua Coronel Buchelle, nº. 01, Centro, Tijucas - SC, para receber o documento de arrecadação e efetuar o pagamento nas agências bancárias ou nas casas lotéricas.

#### NOTIFICADOS

80.970.239/0001-23	82.884.453/0001-92	08.911.782/0001-22	16.437.171/0001-12	20.792.820/0001-70	24.166.129/0001-32
80.999.071/0001-89	01.273.253/0001-00	10.716.325/0001-29	16.516.659/0001-35	20.811.665/0001-92	24.433.570/0001-33
79.934.444/0001-54	06.230.105/0001-13	10.696.480/0001-20	16.644.592/0001-14	20.923.222/0001-93	24.306.806/0001-70
79.810.560/0001-61	06.241.334/0001-33	09.510.714/0001-14	16.732.087/0001-21	20.931.199/0001-89	25.232.255/0001-00
75.513.978/0001-56	07.022.739/0001-43	00.148.238/0001-69	16.746.903/0001-56	21.177.851/0001-84	26.834.870/0001-50
83.465.609/0001-63	06.165.744/0001-42	10.925.541/0001-84	16.826.050/0001-62	21.312.895/0001-70	27.391.420/0001-00
82.093.402/0001-42	07.276.945/0001-80	11.523.405/0001-20	01.262.927/0001-62	78.999.836/0001-39	27.386.076/0001-53
76.599.091/0001-95	07.208.359/0001-06	11.879.496/0001-31	17.377.890/0001-58	17.305.068/0001-81	27.808.594/0001-18

01.357.528/0001-85	07.271.439/0001-06	11.985.365/0001-39	17.467.942/0001-87	17.637.351/0001-00	
73.478.299/0001-68	07.308.460/0001-20	11.802.839/0001-60	17.203.821/0001-28	21.894.255/0001-15	
85.110.922/0001-04	07.365.850/0001-32	12.020.872/0001-09	10.706.584/0001-79	21.873.320/0001-26	
00.958.374/0001-14	07.361.973/0001-03	12.139.755/0001-50	18.016.773/0001-21	14.960.980/0001-89	
01.039.835/0001-18	07.636.473/0001-29	12.269.578/0001-27	18.402.507/0001-37	22.017.353/0001-37	
01.277.294/0001-66	07.671.169/0001-12	12.628.428/0001-62	18.426.679/0001-40	22.084.279/0001-71	
02.171.657/0001-47	07.574.694/0001-10	12.187.375/0001-91	18.756.747/0001-30	20.216.590/0002-82	
79.017.166/0001-70	08.382.576/0001-72	13.070.426/0001-63	18.868.146/0001-19	21.621.514/0001-34	
02.553.746/0001-58	07.688.651/0001-65	13.101.564/0001-62	18.718.621/0001-70	22.226.718/0001-33	
02.578.829/0001-00	08.663.313/0001-31	13.657.706/0001-72	18.958.486/0001-30	15.378.503/0001-72	
02.956.628/0001-90	08.641.256/0001-90	13.687.030/0001-60	95.756.276/0001-00	22.279.536/0001-20	
03.629.294/0001-03	08.598.390/0001-55	18.955.941/0001-44	11.172.072/0001-32	22.329.610/0001-76	
03.836.556/0001-00	08.866.492/0001-04	14.080.987/0001-06	19.285.328/0001-20	22.382.414/0001-65	
03.928.902/0001-80	09.003.519/0001-06	08.381.934/0002-03	19.267.609/0001-50	22.674.453/0001-36	
04.192.122/0001-88	09.266.868/0001-02	14.470.086/0001-20	19.493.026/0001-47	22.279.642/0001-04	
01.825.505/0001-58	09.341.235/0001-11	14.493.619/0001-90	17.324.463/0001-01	22.826.839/0001-16	
04.508.426/0001-01	09.366.864/0001-04	07.708.650/0001-35	19.854.081/0001-15	22.551.754/0001-72	
04.567.915/0001-34	09.347.992/0001-00	14.419.133/0001-01	20.071.480/0001-99	23.294.383/0001-53	
05.332.726/0001-45	09.363.479/0001-03	14.601.917/0001-56	20.183.655/0001-50	23.219.433/0001-38	
04.712.417/0001-38	09.423.408/0001-40	86.367.810/0002-87	20.205.959/0001-70	23.289.757/0001-42	
09.447.531/0001-00	01.491.035/0001-33	15.534.524/0001-30	20.384.073/0001-31	23.856.515/0001-93	
04.991.967/0001-33	09.572.954/0001-43	12.264.976/0001-50	20.708.252/0001-87	23.955.402/0001-45	
05.253.005/0001-40	09.634.663/0001-32	11.025.703/0001-90	20.704.063/0001-36	23.955.846/0001-80	

Tijucas (sc), 08 de Novembro de 2017

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL  
ROSENILDO DE AMORIM – SECRETÁRIO DE FINANÇAS  
CARLOS ALBERTO BORGHEZAN – AUDITOR FISCAL

## **ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 111/PMT/2017**

Publicação Nº 1422155

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

ERRATA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
Nº 111/PMT/2017

Objeto: Contratação de empresa de engenharia e ou arquitetura especializada na elaboração de serviços e estudos técnicos, serviços preliminares, anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos, na área de Infraestrutura viária (elaboração de projetos de: Terraplenagem, Drenagem, Pavimentações, Obras Complementares e Projetos de Sinalização em Diversas ruas do Município de Tijucas/SC. Exclusão do item 12.7.3 e o respectivo anexo (modelo anexo VI), não havendo prejuízo para administração.

Tipo: Menor Preço.

Data de Abertura: 14 de Novembro de 2017, às 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 008/FMDR/2017**

Publicação Nº 1421822

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 008/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/PMT/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: SABINO WIETCOVSKY - EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DA FROTA MECANIZADA DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

VALOR: R\$ 4.657,97 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 15 2015 FMS - OASE

Publicação Nº 1422846

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE JULGAMENTO/HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 15/2015 - FMS

Às nove horas do oitavo dia, do mês de Novembro de dois mil e dezessete (08/11/2017), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, para Julgamento da Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº 15/2015 – FMS.

Analizada toda a documentação juntada aos autos, aliada ao parecer técnico e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ - OASE, interessada no credenciamento para prestação do serviço de Exames Laboratoriais para o FMS.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

### AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 06 2017 FUMTRAN

Publicação Nº 1422138

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 06/2017 FUMTRAN

OBJETO: concessão remunerada de uso de espaço público situado no Terminal Rodoviário Helmuth Hasse destinado a exploração de atividade comercial em geral e comércio de passagens de transporte coletivo. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 11 de dezembro de 2017. ABERTURA: dia 11 de dezembro de 2017 às 08h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 08/11/2017

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 143.2017 E 144.2017 PMT

Publicação Nº 1422139

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2017 e 144/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o licitante, ALINOR KRIESER, CPF nº. 665.555.159-53, a comparecer para assinatura dos respectivos contratos, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 17/11/2017.

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 08 de novembro de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 14.2017 FMS**

Publicação Nº 1422140

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017 FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº. 08.802.002/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo a ata do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 17/11/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 08 de novembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**ERRATA EDITAL INEXIGIBILIDADE N.º 65 2017 PMT**

Publicação Nº 1422849

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
INEXIGIBILIDADE N.º 65/2017 PMT  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que no Extrato de Inexigibilidade, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2365, página 1110, publicação n.º 1405756, houve erro formal de digitação na indicação do objeto, onde se lê "pavimentação asfáltica", leia-se "pavimentação tipo lajota".

Permanecem inalteradas as demais informações.

TIMBÓ/SC, 08/11/2017  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

**EXTRATO CONTRATO 146.2017 FCT**

Publicação Nº 1422141

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 146/2017  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.  
CONTRATADO: Ismael Simão de Pontes 17802733987  
OBJETO:.. Instalação e exploração de ponto para comercialização de alimentação e bebidas visando à composição de Praça de Alimentação do evento Natal Mais Encantado 2017 que acontecerá no período de 18 de novembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018 junto ao Pavilhão de Eventos Henry Paul.  
VALOR: A contratada pagará à Fundação Cultural o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) correspondente ao ponto 02.  
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017.  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE**

Publicação Nº 1421813

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EXTRATO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

O Departamento de Vigilância Sanitária, através da sua autoridade superior, considerando o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/83 e o artigo 53 do Decreto Estadual nº 23.663/84, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência

quanto ao Auto de Imposição de Penalidade abaixo relacionado. Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

#### ANEXO ÚNICO

O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

INFRATOR: Sonia Maria Petroski da Silva MEI

CNPJ: 18.133.438/0001-03

ENDEREÇO: Rua: Fritz Lorenz, 196, Fritz Lorenz, Timbó/SC.

PROCESSO Nº 11/16

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE Nº 33626903640/16

Infração Cometida: As registradas no Auto de Infração nº 33626903640/16

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E REGULAMENTAR DA PENALIDADE IMPOSTA PENALIDADE: Advertência

ENQUADRAMENTO DA PENALIDADE: CONFORME ARTIGOS 83, CAPUT, INC. I, 84, 85, CAPUT, INC. III, V, 88, CAPUT, INC. I DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 466/15

Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 15 (quinze) dias, a autoridade de saúde autuante, na forma do art. 69 da Lei Estadual nº 6.320/83 e art. 103 da Lei Complementar Municipal 466/2015, a contar da efetiva notificação conforme artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/83. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado no Departamento de Vigilância Sanitária, na Rua Aracaju, 60, Centro, Timbó/SC.

Convém esclarecer que a notificação se considerará efetivada cinco dias após a publicação deste extrato, contando a partir daí o prazo para o recurso.

CARLOS BRAS BUSARELLO

COORDENADOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

#### RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 58 2017 PMT

Publicação Nº 1422142

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 58/2017 PMT

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Fazenda e Administração, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial SRP n.º 58/2017, objetivando o FORNECIMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES) DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, ficam alteradas as descrições dos itens na indicação da "classificação energética", sendo:

Item 01 ao 05 = classificação energética A

Item 6 = classificação energética C

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 23/11/2017 as 08h10min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h15min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 08/11/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 73/2017**

Publicação Nº 1422338

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Projeto de Lei n.º 73/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Índia.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Rubens Borchardt

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Índia.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 27 de outubro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, dia 31 de outubro em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. Nos dias 1.º e 8 de novembro esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

Também compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, deliberar sobre o sistema tributário municipal, nos termos do inciso II do art. 15 da Lei Orgânica Municipal.

Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei visa autorizar a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Índia.

A Contribuição de Melhoria está prevista no inciso III do art. 145 da Constituição Federal e nos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional (Decreto Lei n.º 195/1967), e possui como fato gerador a valorização imobiliária oriunda de obra realizada pelo Poder Público. Também está prevista no Código Tributário Municipal.

Apesar de haver previsão legal já referida, entendem os Tribunais pátrios ser obrigatória a edição de lei específica autorizando, para cada obra, a cobrança de contribuição de melhoria para. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA AUTORIZANDO A COBRANÇA DO TRIBUTO. EDITAL QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À SUA INSTITUIÇÃO. VÍCIO, ADEMAIS, NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. CONSIDERAÇÃO DO CUSTO DA OBRA SEM LEVAR EM CONTA A EFETIVA VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. INEXIGIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE ESTADUAL. "A contribuição de melhoria é tributo cujo fato impositivo decorre da valorização imobiliária que se segue a uma obra pública, ressoando inequívoca a necessidade de sua instituição por lei específica, emanada do Poder Público construtor, obra por obra, nos termos do art. 150, I, da CF/88 c/c art. 82 do CTN, uma vez que a legalidade estrita é incompatível com qualquer cláusula genérica de tributação. (Precedentes: REsp 739.342/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/2006, DJ 04/05/2006; REsp 444.873/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2005, DJ 03/10/2005)" (REsp 927.846/RS, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 03/08/2010, DJe 20/08/2010). (TJSC, Apelação Cível n. 2015.058486-3, de Braço do Norte, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 29-03-2016).

Assim, não basta a simples instituição da Contribuição de Melhoria através do Código Tributário Municipal de maneira genérica, deve haver para cada caso concreto a edição de lei específica autorizando a cobrança do tributo em questão.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n.º 73/2017.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Haroldo Fiebes

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 2017.  
Rubens Borchardt  
Presidente/Relator

Haroldo Fiebes Martinho de Souza Filho  
Membro Membro

## **Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 74/2017**

Publicação Nº 1422335

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Projeto de Lei n.º 74/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Inglaterra.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator: Vereador Haroldo Fiebes

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Inglaterra.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 27 de outubro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, dia 31 de outubro em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. Nos dias 1.º e 8 de novembro esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

Também compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, deliberar sobre o sistema tributário municipal, nos termos do inciso II do art. 15 da Lei Orgânica Municipal.

Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei visa autorizar a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Inglaterra.

A Contribuição de Melhoria está prevista no inciso III do art. 145 da Constituição Federal e nos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional (Decreto Lei n.º 195/1967), e possui como fato gerador a valorização imobiliária oriunda de obra realizada pelo Poder Público. Também está prevista no Código Tributário Municipal.

Apesar de haver previsão legal já referida, entendem os Tribunais pátrios ser obrigatória a edição de lei específica autorizando, para cada obra, a cobrança de contribuição de melhoria para. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA AUTORIZANDO A COBRANÇA DO TRIBUTO. EDITAL QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À SUA INSTITUIÇÃO. VÍCIO, ADEMAIS, NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. CONSIDERAÇÃO DO CUSTO DA OBRA SEM LEVAR EM CONTA A EFETIVA VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. INEXIGIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE ESTADUAL. "A contribuição de melhoria é tributo cujo fato impositivo decorre da valorização imobiliária que se segue a uma obra pública, restando inequívoca a necessidade de sua instituição por lei específica, emanada do Poder Público construtor, obra por obra, nos termos do art. 150, I, da CF/88 c/c art. 82 do CTN, uma vez que a legalidade estrita é incompatível com qualquer cláusula genérica de tributação. (Precedentes: REsp 739.342/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/2006, DJ 04/05/2006; REsp 444.873/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2005, DJ 03/10/2005)" (REsp 927.846/RS, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 03/08/2010, DJe 20/08/2010). (TJSC, Apelação Cível n. 2015.058486-3, de Braço do Norte, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 29-03-2016).

Assim, não basta a simples instituição da Contribuição de Melhoria através do Código Tributário Municipal de maneira genérica, deve haver para cada caso concreto a edição de lei específica autorizando a cobrança do tributo em questão.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

#### **III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n.º 74/2017.  
Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 2017.

Rubens Borchardt

Presidente

Haroldo Fiebes Martinho de Souza Filho

Relator Membro

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### LEI 2073/2017

Publicação Nº 1422768

LEI Nº 2073/2017, DE 1º de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018 a 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o Quadriênio 2018/2021 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo da Receita desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual do Município de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, para o quadriênio de 2018/2021, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 3º - As Planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas pelo Anexo desta lei, serão estruturadas em Receitas com a devida codificação e Despesas por programas, com as respectivas ações distribuídas em projetos e atividades.

Art. 4º - As Planilhas complementares deste Plano Plurianual, estão representadas pelos formulários: 1, que demonstra as Ações por Secretaria; 2, que identifica o programa com objetivo, indicadores, ações, produto, unidade responsável, unidade de medida; 3, que identifica a proposta do programa setorial por Função e Subfunção, com metas físicas e valores anuais de cada ação e programa.

Art. 5º - Para fins desta lei, considera-se:

I - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público;

II - Subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto do setor público;

III - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa, e serão distribuídas através dos projetos e atividades a serem executadas no decorrer da vigência deste plano.

Art. 6º - Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes das planilhas do Plano Plurianual, que estão orçados a preços de julho de 2017, poderão ser atualizados pelo Chefe do Poder Executivo em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º - Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser promovidas mediante lei específica.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 9º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 10 - Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 11 - As ações, constantes nos anexos deste Plano, a serem executadas através de recursos de convênios, seus valores estão fixados pelo valor da contrapartida.

Art. 12 - Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros

Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

### LEI 2074/2017

Publicação Nº 1422770

LEI Nº 2074/2017, DE 1º de novembro de 2017.

DENOMINA PROFESSOR ACIR ALVES DE ALMEIDA, O GINÁSIO DE ESPORTES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA APARECIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominado GINÁSIO DE ESPORTES PROFESSOR ACIR ALVES DE ALMEIDA, a quadra de esportes coberta localizada no Centro

de Educação Básica Nossa Senhora Aparecida, na Localidade de Cachoeira, interior do Município de Timbó Grande.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros

Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

## LEI 2075/2017

Publicação Nº 1422772

LEI Nº 2075/2017, DE 1º de novembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Público do presente exercício financeiro, crédito adicional suplementar por excesso no valor de R\$ 149.000,00 (Cento e Quarenta e nove mil reais) na Fonte de Recursos: 1064 - Transferência de Convênios Estado/Outros - 0.1.64

Unidade Orçamentária:	2006 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	17 – Vias Urbanas	
Ação:	2.9 – Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços	
Despesa 132:	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 149.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros

Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

## LEI 2076/2017

Publicação Nº 1422773

LEI Nº 2076/2017, DE 1º de novembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento da Secretaria de Administração e Finanças do presente exercício financeiro, crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na Fonte de Recursos: 1010 - Convênio de Transito Militar - 0.1.10

Unidade Orçamentária:	2002 – Secretaria de Administração e Finanças	
Função:	4 – Administração	
Subfunção:	181 – Policiamento	
Programa:	2 - Administração, Planejamento e Finanças	
Ação:	2.6 – Manutenção Convênio Polícia Civil e Militar	
Despesa 20:	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 12.500,00
Despesa 24:	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 2.500,00
	TOTAL	R\$ 15.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros  
Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

### **LEI 2077/2017**

Publicação Nº 1422774

LEI Nº 2077/2017, DE 1º de novembro de 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE A INGRESSAR NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o ingresso do Município de Timbó Grande no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS/AMARP, nos termos do Protocolo de Intenções anexo a esta Lei.

Art. 2º - Fica autorizada a retirada do Município de Timbó Grande do CIS/AMURC.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros  
Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

### **LEI 2078/2017**

Publicação Nº 1422775

LEI Nº 2078/2017, DE 1º de novembro de 2017.

HOMOLOGA TERMO DE DOAÇÃO DA ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. PARA O MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - O Poder Legislativo do Município de Timbó Grande, homologa o Termo de Doação nº 1304179903, da Eletrosul Centrais Elétricas S.A para o Município de Timbó Grande, cuja cópia anexa, passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros  
Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

### **LEI 2079/2017**

Publicação Nº 1422776

LEI Nº 2079/2017, DE 1º de novembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTAR RECURSOS POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a criar elemento de despesa e abrir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbó Grande do presente exercício financeiro, crédito adicional suplementar por conta de excesso de arrecadação no valor de R\$ 27.551,71 (Vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos) na Fonte de Recursos: 1088 - Alienação de Bens – 0.1.88.

Órgão:	2000 – Poder Executivo	
Unidade Orçamentária:	8001 – Fundo Municipal de Saúde	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	22 – Saúde Básica	

Ação:	4.1 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Despesa:	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 27.551,71

Art. 2º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.  
Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski  
Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros  
Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

## LEI 2080/2017

Publicação Nº 1422778

LEI Nº 2080/2017, DE 1º de novembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento do Gabinete do Prefeito do presente exercício financeiro, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais) na Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Próprios - 0.1.00.

Unidade Orçamentária:	2001 – Gabinete do Prefeito	
Função:	4 – Administração	
Subfunção:	122 – Administração Geral	
Programa:	2 – Administração, Planejamento e Finanças	
Ação:	2.2 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito	
Despesa 1:	3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 115.000,00

Art. 2º - Para suporte da suplementação de que trata o artigo anterior fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais) do corrente exercício financeiro, que a seguir especifica, de conformidade com o Inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

Unidade Orçamentária:	2002 – Secretaria de Administração e Finanças	
Função:	28 – Encargos Especiais	
Subfunção:	843 – Serviço da Dívida Interna	
Programa:	0 – Operações Especiais	
Ação:	0.3 – Processar o Pagamento da Dívida Fundada e Seus Encargos	
Despesa 3:	3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 115.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do presente exercício financeiro, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) na Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Próprios - 0.1.00.

Unidade Orçamentária:	2006 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	17 – Vias urbanas	
Ação:	2.9 – Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	
Despesa 125:	3.1.91.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos	R\$ 13.000,00

Art. 4º - Para suporte da suplementação de que trata o artigo anterior fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) do corrente exercício financeiro, que a seguir especifica, de conformidade com o Inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

Unidade Orçamentária:	2006 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	17 – Vias urbanas	
Ação:	2.9 – Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	
Despesa 124:	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do presente exercício financeiro, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) na Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Próprios - 0.1.00.

Unidade Orçamentária:	2007 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Função:	8 – Assistência Social	

Subfunção:	243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa:	23 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.32 – Manutenção do Conselho Tutelar	
Despesa 141:	3.1.90.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos	R\$ 34.000,00

Art. 6º - Para suporte da suplementação de que trata o artigo anterior fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) do corrente exercício financeiro, que a seguir especifica, de conformidade com o Inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

Unidade Orçamentária:	2007 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Função:	8 – Assistência Social	
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	23 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.32 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 147:	3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do presente exercício financeiro, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) na Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Próprios - 0.1.00.

Unidade Orçamentária:	2002 – Secretaria de Administração e Finanças	
Função:	4 – Administração	
Subfunção:	122 – Administração Geral	
Programa:	2 – Administração, Planejamento e Finanças	
Ação:	2.3 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa 11:	3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00

Art. 8º - Para suporte da suplementação de que trata o artigo anterior fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) do corrente exercício financeiro, que a seguir especifica, de conformidade com o Inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

Unidade Orçamentária:	2002 – Secretaria de Administração e Finanças	
Função:	28 – Encargos Especiais	
Subfunção:	843 – Serviço da Dívida Interna	
Programa:	0 – Operações Especiais	
Ação:	0.3 – Processar o Pagamento da Dívida Fundada e Seus Encargos	
Despesa 2:	4.6.91.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundo	R\$ 20.000,00
Despesa 3:	4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
Unidade Orçamentária:	2006 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	17 – Vias urbanas	
Ação:	2.9 – Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	
Despesa 124:	3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
Unidade Orçamentária:	2007 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Função:	8 – Assistência Social	
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	23 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.32 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 147:	3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
	TOTAL	R\$ 250.000,00

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski  
Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros  
Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

## LEI 2081/2017

Publicação Nº 1422779

LEI Nº 2081/2017, DE 1º de novembro de 2017.

CONCEDE ISENÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO A PESSOAS IDOSAS, PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Nos termos do parágrafo único, do artigo 3º da Lei municipal 2.038/2017, fica concedida ISENÇÃO de tarifa e/ou taxa de transporte público para usuários idosos maiores de 60 (sessenta) anos, portadores de deficiência física ou mental, e pessoas de baixa renda.

Parágrafo Único - Considera-se de baixa renda a pessoa que receba renda mensal menor que 02 (dois) salários mínimos nacional.

Art. 2º - Para fins de controle e fiscalização, poderá o Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, expedir carteiras ou outros documentos que comprovem as condições dos beneficiários constantes no artigo 1º, bem como, poderá regulamentar por Decreto a presente Lei, especificando a forma e o procedimento dos pedidos de isenção, os comprovantes das condições, dentre outras regulações que se fizerem necessárias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 1º de novembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Evandro Carlos de Medeiros

Secretário de Administração e Finanças

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 1º de novembro de 2017.

# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.77/2017

Publicação Nº 1421891

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 77/2017 - Edital Pregão nº. 67/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 23 de novembro de 2017, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para locação de brinquedos tipo cama elástica, piscina de bolinhas e brinquedos infláveis, REGISTRO DE PREÇOS para locação de toldos, destinados a eventos promovidos pelo município, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 23 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras – SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 08 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIR – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2017.

Publicação Nº 1422519

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 78/2017 - Edital Pregão nº. 68/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 22 de novembro de 2017, Propostas para Registro de Preço de microcomputadores e notebooks, destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 22 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 08 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2017.

Publicação Nº 1422521

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 79/2017 - Edital Pregão nº. 69/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 23 de novembro de 2017, Propostas para aquisição de PARQUES INFANTIS destinados as Escolas Municipais, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 23 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 08 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 80/2017.**

Publicação Nº 1422523

**"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".****PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.**

Procedimento Licitatório nº. 80/2017 - Edital Pregão nº. 70/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 24 de novembro de 2017, Propostas para aquisição de piso esportivo modular em polipropileno, indoor, destinados a Quadras de Esportes das Escolas Municipais, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 24 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 08 de novembro de 2017.

**LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.**

**NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.**

**SAMASA - PREGÃO Nº. 09/2017**

Publicação Nº 1422525

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA****"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**

Procedimento Licitatório nº. 10/2017 - Edital nº. 09/2017.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA, por seu Diretor Executivo, nomeado pelo decreto nº 4650 de 02 de Janeiro/2017, pelo presente torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 13 h e 30 min. do dia 23 de novembro de 2017, "Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de um Conjunto Moto bomba centrifuga horizontal e um Inversor de frequência", destinados a Estação de Tratamento de Água (ETA) do município.

Entrega dos envelopes: A entrega deverá ser realizada até as 13:30 horas do dia 23 de novembro de 2017, diretamente na sede do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Abertura / Sessão de Disputa: em reunião pública, as 13:30 horas do dia 23 de novembro de 2017, na sede do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas junto a SAMASA, localizada na Avenida Rigesa, 1634 – Bairro Km 02 – Fone / Fax: 47 3623-1473 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 07 de novembro de 2017.

**ERNANI WOGUINAKI – DIRETOR EXECUTIVO**

**WILLIAN HAMILTON MACHADO DE LIMA - PREGOEIRO**

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2328

Publicação Nº 1422333

DECRETO Nº 2.328/2017 de 08/11/2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SIMA, NO VALOR DE R\$ 300.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

10- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

02- FUNDO MUNICIPAL SIMA

2020 – Fundo Municipal de Assistência - SIMA

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 ..... R\$ 300.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,

08 de novembro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2017

Publicação Nº 1422875

EXTRATO DE CONTRATO 86/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: TATIANE MARCIA PIAZZON RECH - ME

OBJETO: A presente licitação na modalidade de Concorrência Pública tem por objeto a Concessão da Exploração dos serviços de guarda, depósito e a venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas vias públicas do município de Treze Tílias, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro e Lei Municipal nº 1.913/2016.

Processo nº 76/2017 – Concorrência

VALOR: O repasse mensal do percentual do faturamento será de 5%, conforme processo licitatório.

DOTAÇÃO: A receita proveniente desta permissão integrará o orçamento da Administração Municipal através da Rubrica Orçamentária 4.1.9.9.0.99.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente Concessão é de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com a conveniência das partes

DATA ASSINATURA: 19/10/2017

TREZE TÍLIAS, 19/10/2017

# Tunápolis

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 40/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Publicação Nº 1421913

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 40/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 40/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 40/2017-MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, celebrado em 13 de fevereiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 16/2017, e pregão presencial nº 13/2017 em que consta como objeto a contratação de empresa na prestação de serviços da lavagem de veículos de propriedade do município de Tunápolis, da policia civil e militar.

#### Cláusula Primeira- DIMINUIÇÃO DE VALOR.

Ao presente contrato nº 40/2017 fica acrescido o valor de R\$ 1.192,00(um mil cento e noventa e dois reais) referente serviços com lavagem de veículos de propriedade do Município de Tunápolis, da policia civil e militar, esse acréscimo ocorreu devido a demanda existente.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
02	12	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos tipo "VAN"	37,00	444,00
03	17	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa DE ÔNIBUS.	44,00	748,00
			Total Geral		1.192,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 06 de novembro de 2017.  
Renato Paulata Auto Posto Canarinho Ltda  
Prefeito Municipal Contratada

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34  
Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 221/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 143/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2017**

Publicação Nº 1421735

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 221/2017  
Pregão Presencial nº: 143/2017  
Registro de Preços nº: 23/2017

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 07/11/2017.

Onde se lê: O horário do credenciamento será até às 8h30min do dia 21 de Dezembro de 2017, impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

LEIA –SE O horário do credenciamento será até às 8H DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2017, impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

“Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 08/11/2017

SHEILA INÊS BIEGER  
Pregoeira

# Turvo

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DO CTR FMS 17/2017

Publicação Nº 1422449

ANULAÇÃO AO CONTRATO N.º 17/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 12/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: JRV CONSTRUTORA LTDA ME OBJETO: "ADEQUAÇÃO DO ESF-I DO BAIRRO SÃO LUIZ"  
VIGÊNCIA: 17/10/17 A 15/1/18  
VALOR: R\$ 58.400,00

### CTR FMS 18/2017

Publicação Nº 1422458

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 13/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017  
CONTRATO N.º 18/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA OBJETO: "AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA SEREM UTILIZADOS PELAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE DE TURVO/SC"  
VIGÊNCIA: 06/11/17 A 06/11/18  
VALOR: R\$ 27.900,00

### CTR FMS 19/2017

Publicação Nº 1422459

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 12/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017  
CONTRATO N.º 17/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: MBS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME OBJETO: "ADEQUAÇÃO DO ESF-I DO BAIRRO SÃO LUIZ"  
VIGÊNCIA: 8/11/17 A 7/2/18  
VALOR: R\$ 58.400,00

## União do Oeste

## PREFEITURA

## AVISO DE LICITAÇÃO FMS N. 13/2017

Publicação Nº 1422412

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 13/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2017
Tipo : Menor Preço/por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E ATENDIMENTO A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 23 de novembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23 de novembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodooeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 08 de novembro de 2017.
VITÓRIO GUBERT
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## DECRETO N. 3575/2017

Publicação Nº 1422417

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO Nº. 3.575/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017						
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1053/2016;				
DECRETA:						
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 145.278,95 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos), oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:						
ADICIONAR DOTAÇÕES						

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade Orçamentária: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica					
Projeto Atividade: 2.051 - Manutenção do Cofinanciamento da Saúde - Estado					
43 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.0001.0067.000019 .....					72.334,00
12 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.0001.0067.000022 .....					29.284,95
44 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.0001.0067.000022 .....					35.000,00
45 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.0001.0067.000017 .....					8.660,00
Saldo Total a Suplementar .....					145.278,95

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

ORIGEM DOS RECURSOS:						
Código do Recurso	Descrição dos Recursos			Código -Detalhamento		Valor
00.01.0067	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado			19 - NASF		72.334,00
				22 - Cof. Atenção Básica		64.284,95
				21 - MAC		8.660,00
Total de Recursos .....						145.278,95

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## DECRETO N. 3578/2017

Publicação Nº 1422422

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.578/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					

"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1053/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 71.348,23 (setenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e três centavos), oriundos do superávit do exercício anterior (2016), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

#### ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes e Obras

FUNÇÃO: 26 Transporte - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário

Projeto Atividade: 2.045 - Manutenção do Departamento de Transportes e Obras

149 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 .....	55.000,00
---	-----------

151 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0007 .....	11.348,23
---	-----------

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 306 Alimentação e Nutrição

Projeto Atividade: 2.023 - Programa de Suplementação da Alimentação Escolar

150 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 .....	5.000,00
---	----------

TOTAL SUPLEMENTADO .....	71.348,23
--------------------------	-----------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, originados das seguintes fontes de recursos:

#### ORIGEM DOS RECURSOS

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Código do Recurso	Código -Detalhamento	Descrição dos Recursos	Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0000	00 Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Recursos Ordinários	60.000,00
00.03.0007	00 Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Cont. de Int. de Domínio Econômico - CIDE	11.348,23
TOTAL DE RECURSOS .....			71.348,23

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2149/2017

Publicação Nº 1422668

DECRETO Nº 2149/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1911/2016, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2103 – TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

3371.00.00.00.00.0120 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 13.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 13.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0120, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0120 ..... R\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 08 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2150/2017

Publicação Nº 1422675

DECRETO Nº 2150/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1911/2016, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2107 – PROGRAMA NACIONAL ALIMENTAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - PNAP

3390.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0101, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0101 ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 08 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 641/2017**

Publicação Nº 1422660

PORTARIA Nº 641/2017

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Jordana Terezinha Canadas, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro de Educação Infantil Raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08/11/2017 à 20/12/2017, em substituição a Servidora Efetiva Franciele Jaqueline Nunes Freitas, que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 08 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 642/2017**

Publicação Nº 1422654

PORTARIA Nº 642/2017

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à Servidora Adriani Morgan Soares, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 08/11/2017, referente ao período aquisitivo 2011/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 08 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL PL 68 2017 PMU PR 53 2017

Publicação N° 1422432

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 53/2017/PMU

Objeto: aquisição parcelada, pelo Registro de Preços, de equipamentos de proteção individual (EPI) de uso de integrantes da subunidade de Urussanga do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para operações de combate a incêndio. Entrega dos envelopes: até as 09h30 dia 27/11/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 10h dia 27/11/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES, situação: aberta. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3465-1188.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 062/2017

Publicação Nº 1421824

DECRETO Nº 062/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com o artigo 2º da Lei Municipal nº 706/2007 de 23 de maio de 2007 com nova redação dada pela Lei Municipal 873/2011 de 02 de agosto de 2011,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

Artigo 2º - O Conselho será composto pelos seguintes representantes dos segmentos educacionais do Município, sendo:

#### I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

MEMBRO: Ivan Roberto Galvan

SUPLENTE: Gelson de Zorzi

MEMBRO: Jaqueline Spader

SUPLENTE: Silvana Aparecida Schessohof

#### II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Neiva Marilu Sampietro

SUPLENTE: Rogério Barp

#### III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MEMBRO: Elenir Zonta dos Santos

SUPLENTE: Gedalva Terezinha Ribeiro Filipini

#### IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MEMBRO: Daluz Aparecida Lemes de Andrade

SUPLENTE: Dionilce Ribeiro

#### V – REPRESENTANTES DOS PAIS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Claudete Bortolini Spader Bueno

SUPLENTE: Ana Michele De Bastiani

#### VI – REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Rejane Antunes de Oliveira

SUPLENTE: Terezinha Aparecida Koshinski

MEMBRO: Vanderleia Salete da Rosa

SUPLENTE: Neiva Salete Cardoso Bussaquera

#### VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

MEMBRO: Dilmar Antonio Mozzer

SUPLENTE: Karla Luciane Miotto de Abreu

#### VIII – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

MEMBRO: Monizete Letícia Rocha

SUPLENTE: Marlene Maria de Bastiani Abreu

Artigo 3º- Fica revogado Decreto nº 68/2015, de 20 de outubro de 2015.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 08 de novembro de 2017.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 09/11/2017,  
de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1130/17

Publicação Nº 1422477

PORTARIA nº 1130/17

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 31337/17,

#### RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pelo Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA - CESUMAR, no dia 10 de novembro de 2017, das 13h30min às 17h30min para realização de divulgação dos Cursos de graduação e pós-graduação.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 8 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2017 - PMV

Publicação Nº 1422189

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 127/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 05/12/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 08 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO N.0071/17**

Publicação Nº 1421999

Extrato do Termo de Rescisão n.0071/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0115/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ALINI LINS DE OLIVEIRA  
CPF: 068.696.149-89  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 08 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0072/17**

Publicação Nº 1422000

Extrato do Termo de Rescisão n.0072/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0229/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: THAIS CRISTIANI DA SILVA  
CPF: 041.697.490-22  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 06 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0073/17**

Publicação Nº 1422006

Extrato do Termo de Rescisão n.0073/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0450/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TEREZINHA ELIZABETE LEIDENS  
CPF: 061.119.239-00  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 25 de agosto de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0074/17**

Publicação Nº 1422013

Extrato do Termo de Rescisão n.0074/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0450/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCILENE ZAGER BONETTI  
CPF: 058.369.589-20  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 13 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0076/17**

Publicação Nº 1422017

Extrato do Termo de Rescisão n.0076/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0135/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BEATRIZ NELCINA KNECHT  
CPF: 054.757.389-80  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 14 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0078/17**

Publicação Nº 1422021

Extrato do Termo de Rescisão n.0078/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0513/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BERNARDETE CONCEIÇÃO DOS SANTOS

CPF: 629.446.579-68  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 27 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0079/17**

Publicação Nº 1422024

Extrato do Termo de Rescisão n.0079/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0289/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: VALDIR FOSCHIERA  
CPF: 831.483.539-00  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir de 02 de outubro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0080/17**

Publicação Nº 1422025

Extrato do Termo de Rescisão n.0080/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0384/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELOISE NATHALIA RUSCHEL  
CPF: 077.224.779-09  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 27 de outubro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0081/17**

Publicação Nº 1422177

Extrato do Termo de Rescisão n.0081/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0236/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRUNA JACINTA MINATTO  
CPF: 009.479.599-12  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 13 de outubro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0082/17**

Publicação Nº 1422180

Extrato do Termo de Rescisão n.0082/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0407/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GILMAR DA SILVA  
CPF: 020.285.759-05  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir de 28 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0083/17**

Publicação Nº 1422183

Extrato do Termo de Rescisão n.0083/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0518/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANTONINHA MARINES SCHULZ GONÇALVES  
CPF: 714.404.539-34  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 11 de outubro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0084/17**

Publicação Nº 1422187

Extrato do Termo de Rescisão n.0084/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0190/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARCIA DIAS BARBOSA  
CPF: 945.964.410-49  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 13 de outubro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0085/17**

Publicação Nº 1422190

Extrato do Termo de Rescisão n.0085/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0467/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SUZETE DE OLIVEIRA  
CPF: 058.934.309-21  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 09 de outubro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0086/17**

Publicação Nº 1422193

Extrato do Termo de Rescisão n.0086/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0395/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SANDRO ROBERTO ROMITTI  
CPF: 544.579.200-53  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir de 18 de outubro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0087/17**

Publicação Nº 1422194

Extrato do Termo de Rescisão n.0087/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0292/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GABRIEL ANDREIS DA MOTTA OGLIARI  
CPF: 094.844.949-78  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir de 19 de outubro de 2017.

**TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017 - PMV**

Publicação Nº 1422337

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 04/2017 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DO CEMEI CLAUDIO BALESTRIN, LOCALIZADO NA RUA JOÃO NOVELLO, BAIRRO SANTOS DUMONT, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 408,52M<sup>2</sup>, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 09:00:00h do dia 28 de novembro de 2017. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras/Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 08 de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO EDITAL CONCURSO 001/2017 - CMV**

Publicação Nº 1422716

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, torna público a realização de Concurso Público para provimento de vaga e cadastro de reserva no quadro de pessoal Câmara de Vereadores de Videira, para os cargos de nível superior de Jornalista e Pedagogo. As inscrições exclusivamente "on line" estão abertas no período das 12h do dia 09/11/17 até as 12h do dia 08/12/17, no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br). A prova escrita objetiva está prevista para o dia 17/12/17. Informações completas sobre número de vagas, requisitos, remuneração e outras regras do certame, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no mural e site oficial da Câmara Municipal [www.camaravideira.sc.gov.br](http://www.camaravideira.sc.gov.br). Videira (SC), 08 de novembro de 2017. WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO - Presidente da Câmara

**PORTARIA 036/2017 - CMV**

Publicação Nº 1422681

PORTARIA Nº 036/2017

Nomeia membros do Conselho Deliberativo da Escola do Legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Videira-SC.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear os Vereadores Edinei Antonio Menegon e Wilson Antonio Paeze Segundo e os Servidores Juliana Aparecida Munaretto Cantú, Letícia Paula Sartor, Nayara Moresco e Pamella Beltrame, com efeitos retroativos a contar de 02 de Agosto de 2017, sem qualquer ônus ao Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 03 de Novembro de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO EDUARDO ALISSON SPORR

Presidente Vice-Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS ALBERTINA DE BARROS

1º Secretário 2ª Secretária

**PORTARIA 037/2017 - CMV**

Publicação Nº 1422623

PORTARIA Nº 037/2017

NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear Joiceane Savian, Dionisio Robaskewicz Neto, Leandro Dal Pizzol, Marcelina Pazin e Sônia Evelyn Mychaylyk Reichardt, para em conjunto, constituírem a Comissão de Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores, sob a presidência da primeira citada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Videira, 08 de Novembro de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO EDUARDO ALISSON SPORR

Presidente Vice - Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS ALBERTINA DE BARROS

1º Secretário 2ª Secretária

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### ATA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1421767

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES-SC

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, reuniram-se no auditório da Secretaria Municipal de Educação de Vitor Meireles-SC, Rua Santa Catarina nº 3058 às quatorze horas, os membros do Conselho Municipal de Educação, indicados pelos seus respectivos Órgãos conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 672, de 30 de junho de 2009 e, nomeados pelo Decreto nº 058/2015 e fundamentado pela Lei Municipal nº 0672, de 30/06/2009 para o exercício de dois mil e dezessete, para tratar dos seguintes assuntos de conformidade com o Edital de CONVOCAÇÃO que estabelece a seguinte Ordem do dia: 1. Análise do Conselho Municipal de Educação, das respostas apresentadas pela Administração Municipal, através do Ofício nº 343/17; 2. Protocolar o Ofício nº 002 de 02 de outubro de 2017, na Secretaria Municipal de Educação; 3. Análise Técnica/Pedagógica do rendimento dos alunos da Rede Municipal, apresentada pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação; 4. Apresentação de Informes de interesse do plenário; 5. Leitura e Assinatura da Ata. 1º. Dando início aos trabalhos o Presidente do Conselho Municipal de Educação, deu as boas vindas a todos que estavam presentes na Reunião. Em seguida a Secretária leu o Ofício nº 001 de 30/05/2017, onde solicitávamos três perguntas sobre o Programa Mais Educação. E, o presidente fez as seguintes considerações: As respostas que nos foram apresentadas através do Ofício nº 343 de 18 de julho de 2017, vão desde a Coerência até o Imbróglio, conforme segue na íntegra: a) No primeiro item, solicitamos o número de alunos que frequentavam o Ensino Regular da EM Salto Dollmann, no ano letivo de 2016, bem como, o número de alunos que frequentavam o Programa Mais Educação no mesmo período. A resposta que nos foi dada na íntegra é a seguinte: "Com relação ao número de alunos que frequentavam o Ensino Regular e Programa Mais Educação, junto à Escola Municipal Salto Dollmann, no Período de 2016, informamos que na rede regular de ensino frequentavam 64 alunos, contando com a participação ativa de 60 alunos junto ao Projeto." Portanto, o Conselho avaliou que houve "Coerência" na resposta, pois está de acordo com os registros de frequência dos alunos. E isto significa dizer, que o Programa atendia praticamente a totalidade da Comunidade Escolar. b) No segundo item solicitamos o valor médio aplicado por mês na manutenção do "Programa Mais Educação". E a resposta foi exatamente esta: "Referente ao valor médio mensal aplicado na manutenção do "Programa Mais Educação", informamos que o Município não dispõe do mencionado cálculo". É lógico e até natural que aqui nós não estávamos pedindo o valor exato, preciso da manutenção do Programa. Pois sabemos que isto é um pouco mais difícil, mas sim, um valor aproximado. Talvez tivéssemos sido mais prudentes se a pergunta fosse feita ao contrário, ou seja, Quanto se economiza mensalmente com a extinção do Programa? E, se soubessem a resposta para essa Pergunta, à outra naturalmente por si só se responderia. E se não houvessem nem uma e nem outra também não haveria razão de extinguir o programa. É por isso que houve Fingimento, tapeação na resposta. Só lembrando que o valor não informado fazia parte do cálculo dos 25% da Educação. E, chegamos a seguinte conclusão: Se esse valor é insignificante, não há motivo de suspender, extinguir ou acabar com o Programa. E, se o valor tem um peso bem maior, aí é que não dá mesmo pra ficar no anonimato ou no tal do faz de conta (fingimento), pois no final precisam fazer muita mágica ou maquiagem para atingir os 25% da Educação e isto sabemos que é ilegal. É por isso que não responderam. (Observação: Todo professor consciente vai nos apoiar, pois esta é uma oportunidade a mais para trabalhar! c) No terceiro item pedimos à Justificativa da extinção do "Programa Mais Educação". Com a seguinte resposta: "Por fim, justifica-se a extinção do "Programa Mais Educação", diante da alteração do seu formato, acarretando mudanças do programa, bem como diante das prioridades da administração, dentre elas, o remanejamento do transporte escolar do ensino médio e a implantação da nova Escola Vitor Meireles". "Além disso, considerou-se a dificuldade no planejamento em conjunto do Programa para o ano letivo de 2017, uma vez que todos os professores da rede municipal de ensino encontravam-se em férias até o retorno às aulas". "Verificou-se, ainda, que a própria comunidade de Salto Dollmann possui opiniões distintas com relação ao Programa Mais Educação, razão pela qual, a administração entendeu por bem suspender o mesmo, até que haja um melhor entendimento sobre o assunto". (Observação: Todas as respostas que nos foram apresentadas estão na íntegra, ou seja, de acordo com o Ofício nº 343 de 18 de julho de 2017). Analisando o contexto, das supostas respostas, podemos afirmar que a intensão de nos darem diversas possibilidades de interpretação foi exatamente para nos confundir ou quem sabe nos ignorar. Portanto, ficou claro, que é porque não querem que sobressemos a verdade. Todas as hipóteses são dúbias! Mas, vejamos duas apenas: Dizer que: pode ser que o Programa foi extinto, porque a Administração se deparou com outras prioridades como: adequação do transporte do ensino médio e a implantação da nova Escola é no mínimo estranho! Pois se não nos falha a memória, este Programa consta nas prioridades do Plano de Governo da atual Gestão. É só conferir! Pois a regra é clara, o que vale é o que está escrito e não o que é dito! E assim segue. Mas vejamos outra probabilidade: A própria comunidade de Salto Dollmann possui opiniões distintas e, por isso entendemos por bem suspender o mesmo, até que haja um melhor entendimento. (Também fica aqui a dúvida de que forma a comunidade foi consultada, se é que foi!). Ao dizer isso, é como se um pai tivesse dois filhos ou mais e, estes divergissem sobre determinado assunto e, como castigo o pai os privasse de comer durante uns quatro anos, tempo em que dura um mandato! Todas as possíveis respostas são pataquadas, discurso vazio. Diante dessas várias possibilidades apresentadas, dá a impressão de que estamos sendo estorvos para Administração. Das duas uma: ou nós fomos mal interpretados; por querer saber o real motivo da extinção do Programa que também é um dever nosso como Conselheiros, ou na visão da atual Administração o Conselho é algo ultrapassado, desnecessário e inútil. E, por fim, queremos concluir dizendo o seguinte: Assim, como as espigas do trigo que quando estão maduras se curvam, em sinal de humildade, queremos dizer que enquanto Conselho nós não mais pediremos informações sobre este assunto, até mesmo porque as respostas são evasivas, sem definições. É importante salientar que este programa surgiu no início da década de 2000, a onde o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Vitor Meireles estava abaixo da média dos demais municípios da Região da AMAVI, e um dos principais motivos era o baixo rendimento dos alunos na Escola do Salto Dollmann e, este Programa da Jornada Ampliada e logo depois, Escola em Tempo Integral, veio ao encontro desta necessidade, tanto é que nas medições seguintes, entre os anos de 2002 a 2006 este índice já apresentava melhoras consideráveis, sendo que o município ocupava o quarto Lugar na Região da AMAVI. (Fonte: IDEB SC 2006) Deixamos aqui registrado a nossa preocupação enquanto Conselho da Educação, que com a extinção deste programa poderemos voltar a triste realidade de um passado não muito distante, por falta de acompanhamento do Poder Público Municipal. 2º. Diante de evidências e registros, solicitamos ao Secretário Municipal de Educação, esclarecimentos referentes a três itens através de Ofício que estamos protocolando hoje, com a seguinte ordem: a) Como está o processo de contratação da Nutricionista; b) Segundo a Portaria nº 116/2017, a professora Alini Neili Masote, foi designada para exercer

o cargo de Diretora de Educação, quarenta horas semanais e, por que ela está trabalhando o Reforço Escolar?; c) E, a Portaria nº 205/2017, diz que a professora Vera Lucia Tibes de Mello, foi designada para exercer a função de Reforço Escolar, com quinze horas semanais, no período vespertino, em todas as Escolas da Rede Municipal e, no entanto está exercendo outras atividades neste mesmo período. (Nota de Esclarecimento: "O Conselho de Educação não está questionando as competências das profissionais e, sim a veracidade das Portarias"). 3º. Secretário Osmar Hobold cumprimentou a todos e pediu para a Equipe Técnica/Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação apresentar uma análise do rendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino, que corresponde ao terceiro bimestre do ano letivo até a presente data, ou seja, outubro de 2017, Quanto ao pedagógico no Primeiro Bimestre foi realizado internamente, no Segundo Bimestre muito pouco e no Terceiro Bimestre o trabalho esta sendo feito com maior intensidade. O Reforço Escolar esta sendo feito em todas as unidades uma vez por semana pela diretora de Educação. Nas escolas e assim, agradecemos ao Secretário e toda a Equipe Técnica pela exposição dos resultados escolares. E, o Conselho concluiu: "Para que o aprendizado de fato ocorra é necessário o aluno ser acompanhado em todo o processo pelos profissionais e gestores escolares de maneira continua." 4º Rosane Vieira Presidente do CMDCA cumprimentou os conselheiros e apresentou o Plano Decenal do conselho e que este ano será feita a avaliação do mesmo. 5º Ivanor Boing vice-prefeito cumprimentou a todos falou do mandato do conselho, se explicou a respeito do Ofício 001/2017ª item 2, separação dos prédios públicos SECTUR e Sec. Educação. O Conselheiro Marcos Leandro solicitou se o município recebe recursos financeiros para o programa Mais Educação. Foi solicitado em 2016 mas não estão recebendo. Pedimos que esta Ata seja afixada no mural da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de trinta dias e, Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Josiane Berkenbrock Masote, Secretária do Conselho e por todos os presentes.

## ATA RENOVAÇÃO CAE

Publicação Nº 1421769

### ATA Nº 04

Ata de POSSE dos MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES/SC.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete às 08 horas, reuniram-se no auditório da Secretaria Municipal de Educação para posse os membros eleitos para o quadriênio de 2017 a 2021. Foi designado para conduzir a assembléia o Sr. Osmar Hobold, Secretário Municipal de Educação que ressaltou a importância da participação no CAE, como Controle Social, na aplicação dos recursos repassados e na alimentação oferecida aos educandos, destacando ainda que a participação no Conselho é relevante trabalho social gratuito. Foram empossados os representantes do Poder Executivo: Titular: Caroline Aparecida Mazoti Wachhols – CPF 088.065.569-08 e suplente Valdeli José Sebastião – CPF 028.516.709-05. Representante dos docentes, discentes ou trabalhadores na área da educação: Titulares: Iliani Ferreira de Souza-CPF 732.429.779-04 e Ilma Watras-CPF 019.950.779-17 e suplentes: Elacir Eickenberg Prange-CPF 024.620.379-00 e Deny Elen dos Santos-CPF 057.895.489-38. Representante dos pais de alunos. Titulares: Edilene Sadlovski Francisco-CPF 066.218.299-57 e Adelar Sardagna-CPF 035.654.539-31 e suplentes: Camila Meneghelli-CPF 059.064.939-64 e Marina de Oliveira-CPF 025.146.419-93. Representante da Sociedade civil: Titulares: Laurita Possamai Meneghelli-CPF 018.787.529-44 e Cleiton Junior Machado-CPF 073.996.949-82 e Suplentes: Marcelino Darolt-CPF 308.883.951-91 e Faustino Cardozo-CPF 249.248.739-34.

Após a efetivação da posse foi colocado em votação à escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Alimentação Escolar-CAE, quadriênio 2017-2021. Após todas as considerações procederam-se às eleições, com o seguinte resultado:

Nome	Função	Assinaturas
Iliani Ferreira de Souza	Presidente	
Adelar Sardagna	Vice- Presidente	

Agradecendo a presença de todos, foi encerrada a presente reunião e nada mais tendo a acrescentar redigi a presente Ata que será assinada por mim e por todos os presentes, a mesma será publicada no Diário Oficial dos municípios.

Município de Vitor Meireles, 16 de outubro de 2017.

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_
- 4 \_\_\_\_\_
- 5 \_\_\_\_\_
- 6 \_\_\_\_\_
- 7 \_\_\_\_\_
- 8 \_\_\_\_\_
- 9 \_\_\_\_\_
- 10 \_\_\_\_\_
- 11 \_\_\_\_\_
- 12 \_\_\_\_\_
- 13 \_\_\_\_\_
- 14 \_\_\_\_\_
- 15 \_\_\_\_\_

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2017

Publicação Nº 1422093

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0156/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0014/2017, do tipo menor preço por item, tendo como objeto a Aquisição de Medicamentos para dispensação aos pacientes e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para manutenção da Unidade de Saúde 24 horas, do Município de Xanxerê, com recursos de emenda Parlamentar. O recebimento das propostas será das 08h00min do dia 10 de novembro de 2017 às 07h30min do dia 29 de novembro de 2017, e o início da disputa às 08h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - CONTRATO DE PROGRAMA COM A CASAN

Publicação Nº 1422092

#### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ/SC, Senhor Avelino Menegolla, nos termos da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal nº 3797/2015, de 25 de novembro de 2015 e da Lei Federal 11.445/07, de 05 de janeiro de 2007, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 14 de novembro de 2017, às 19 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua Rui Barbosa, 238, Centro, no Município de Xanxerê, para discussão do Contrato de Programa com a CASAN em cumprimento ao Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

Xanxerê, 08 de novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### ERRATA PREGÃO RP Nº 0097/2017

Publicação Nº 1422850

#### ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0097/2017

O Município de Xanxerê-SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, retifica a publicação realizada no dia 08/11/2017, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição nº 2379, página nº 1328, Retificando o texto, onde se lê: Pregão Presencial nº 0000/2017, lê-se: Pregão Presencial nº 0097/2017.

Xanxerê-SC, 09 de novembro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. N°112/2017 PREGÃO PRESENCIAL N° 063/2017

Publicação N° 1422787

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°. 112/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 063/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: Registro de Preços para a AQUISIÇÃO DE CAMINHAS EMPILHÁVEIS E CARRINHOS DE PASSEIO PARA BEBÊ, visando à estruturação das atividades desenvolvidas junto aos Centros de Educação Infantil/Creches do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 22 de Novembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 22 de Novembro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim/SC, 09 de Novembro de 2017. Lirio Dagort. Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 408/2017**

Publicação Nº 1422684

**DECRETO Nº 000408/17 de 7 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004246/16 de 9 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 400.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - Fundo Municipal da Saúde

16.01 - Fundo Municipal da Saúde

16.01.10.301.1001.2.043-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 400.000,00

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 400.000,00

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Novembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**LIRIO DAGORT**  
Prefeito Municipal

# Associações

## AMEOSC

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09/2017 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS PREFEITOS DA REGIÃO DA AMEOSC

Publicação Nº 1422034

#### CONVOCAÇÃO

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Presidente da AMEOSC, usando das atribuições previstas no Estatuto da Entidade, convoca os Senhores Prefeitos Municipais Associados, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 14 de novembro, às 17h00min, na Casa do Criador da Associação de Criadores de Bovinos do Extremo Oeste, no Parque Rineu Gransotto, Município de São Miguel do Oeste, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1º - 17h00min- Proposições de planejamento de ações na área da saúde, através das Secretarias Municipais de Saúde e do Consorcio CIS -AMEOSC, para 2018- Coordenação do Colegiado de saúde;
- 2º - 17h30min- Distribuição da energia elétrica na região pela Empresa Celesc- Participação da Direção Regional da Celesc;
- 3º- 17h45min – Encaminhamentos do CONDER- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional;
- 4º- 18h00min- Proposições de novas edições de campeonatos na região da Ameosc- Coordenação do Colegiado de Esportes;
- 5º-18h15min-Encaminhamentos do Projeto de construção de nova sede da Ameosc;
- 6º - 18h30- Definições sobre o Lançamento do Projeto de Turismo Regional "Roteiro Turístico Caminhos da Fronteira";
- 7º- 18h40min- Retomada das Obras nas BRs 163 e 282;
- 9º- 18h50min – Situação das feiras Itinerantes e de vendedores ambulantes nos municípios da região;
- 10º - 19h00min – Deliberações sobre a máquina de pinturas de faixas de segurança, de propriedade da Ameosc;
- 11º - 19h10min - Assuntos gerais;
- 12º- 19h15min- Encerramento da Assembleia;

O Prefeito Wilson Trevisan, convida todos os Prefeitos e demais presentes, a participar e prestigiar a abertura da FAISMO 2017, que acontece as 20h00min no Parque Rineu Gransotto.

São Miguel do Oeste/SC, 01 de novembro de 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,  
Presidente da AMEOSC  
Prefeito Municipal de Guarujá do Sul

# Consórcios

## AGIR

### CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

Publicação Nº 1421783

#### CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pela Resolução nº 025/2016, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizará no dia 27 de novembro, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Sala de Reuniões, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

#### ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório ouvidoria;
- 3 – Relatório procedimentos saneamento;
- 4 – Relatório procedimentos transporte;
- 5 – Relatório procedimentos econômico-financeiros;
- 6 – Edital nº 001/2017;
- 7 – Participação da AGIR no X Congresso Brasileiro de Regulação da ABAR;
- 8 – Programa ProEESA - Cooperação Técnica Ministério das Cidades/GIZ";
- 9 – Calendário de reuniões 2018;
- 10 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 07 de novembro de 2017.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA  
Presidente do Comitê de Regulação  
(Resolução nº 025/2016)

## ARIS

### PORTARIA - DIREÇÃO GERAL Nº 13/2017 - NOMEIA A CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

Publicação Nº 1422597

PORTARIA/Diretor-geral nº 13, de 08 de novembro de 2017

Nomeia a candidata aprovada no Concurso Público n. 01/2015 para provimento dos cargos públicos, na ordem de classificação.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a candidata abaixo listada, na ordem de classificação do Concurso Público nº 01/2015, homologado em 17 de junho de 2015, para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste ato, no cargo público abaixo indicado:

NOME	Nº inscrição	CARGO PÚBLICO	LOCAL DE TRABALHO	Classificação Final
Rhuana Tomaz Scaini	1117	Agente Administrativo	Florianópolis	4º

Art. 2º No ato da posse, a candidata apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda (Anexo I) e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (Anexo II) e comprovará os seguintes requisitos básicos:

- a) Nacionalidade brasileira, sendo admitidos estrangeiros na forma da lei;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida (diploma de conclusão do curso);
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da posse

- f) Ser considerado APTO por perícia médica oficial em todos os exames médicos pré-admissionais relacionados, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas, observada as condições do Anexo III. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este não será investido no cargo. Essa avaliação terá caráter eliminatório;
- g) Regular registro no Conselho Regional de Classe em Santa Catarina, quando for o caso;
- h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, em âmbito estadual e federal do domicílio do candidato;
- i) Ter carteira de motorista categoria "B";
- j) 01 (uma) foto 3x4;
- l) Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
- m) Certidão de nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos;
- n) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício de suas atividades na Administração Pública (Anexo IV);
- o) Informar nº da conta corrente e Agência do Banco do Brasil S.A;
- p) Informar nº PIS/PASEP;
- q) Informar dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico.

§ 1º Deverá a candidata comparecer na sede da ARIS, sito a Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis-SC, para a entrega dos documentos listados neste artigo e a assinatura do respectivo termo de posse.

§ 2º É de 15 (quinze) dias o prazo para os servidores empossados em cargo público entrarem em exercício, contados da data da posse.

§ 3º Caso não obedecidos os prazos fixados neste artigo pelos candidatos, os atos de posse tornar-se-ão sem efeito, sendo que a ARIS convocará os próximos candidatos, na ordem da listagem de classificação e do Cadastro de Reserva. O candidato preterido será colocado ao final da lista de classificação do Cadastro de Reserva.

Art. 3º Fica a candidata autorizada a retirar todos os documentos junto à sede da ARIS.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 08 de novembro de 2017.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

#### ANEXO I – DA DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, que:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato

#### ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), \_\_\_\_\_ (estado civil), inscrito (a) no RG nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de \_\_\_\_\_, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar à Diretoria na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Florianópolis/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do candidato

#### ANEXO III – DA AVALIAÇÃO MÉDICA

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

1. Quanto à Avaliação Médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato de posse dos exames clínicos e laboratoriais abaixo listados deverá agendar horário para Avaliação Clínica na CLINIMETRA – Clínica Médica e Medicina do Trabalho, situada a Rua: Dr. Heitor Blum, 522 – Bairro Estreito – Florianópolis – SC. Telefones da Clinimetra: (48) 3248 7914 ou (48) 3248 3800 com Sra. Daiane.

2. O valor referente a Avaliação Clínica será de R\$ 90,00 (noventa reais) e será ressarcido pela ARIS mediante apresentação pelo candidato da nota fiscal da Clinimetra.

3 Os exames clínicos e laboratoriais abaixo indicados correrão as expensas do candidato:

#### RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS:

##### 3. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL:

###### 3.1 EXAMES LABORATORIAIS:

3.1.1 Hemograma Completo

3.1.2 Glicose

3.1.3 Parasitológico de fezes

3.1.4 Parcial de urina

3.1.5 VDRL

###### 3.2 EXAMES RADIOLÓGICOS:

3.2.1 Raio X de Tórax ( PA e Perfil)

3.2.2 Raio de Coluna Lombo - Sacra ( PA e Perfil)

###### 3.3 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

3.3.1 Exames Laboratoriais e Radiológicos descritos no item anterior

3.3.2 Colesterol

3.3.3 Triglicerídeos

3.3.4 Creatinina

3.3.5 Eletrocardiograma com laudo

3.3.6 Acuidade visual de fundo de Olho com Laudo de Oftalmologista.

###### 3.4 COMPROVANTES DAS SEGUINTE VACINAS:

3.4.1 Antitetânica

3.4.2 Trílice Viral

3.4.3 Hepatite B

#### ANEXO IV

#### D E C L A R A Ç Ã O

\_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Florianópolis/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

**CIGA****ATO DE DISPENSA Nº 25/2017**

Publicação Nº 1422813

ATO DE DISPENSA Nº 25/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2017

OBJETO: Contratação de serviços relacionados à elaboração de 3 (três) laudos de avaliação dos seguintes imóveis:

Imóvel	Área Total em m²	Área Privativa em m²	Endereço
Salas 2,3 e 4 do Centro Executivo Imperatriz	578,735 m²	471,310 m²	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Canto, Florianópolis/SC
Salas 1001 a 1010 do Edifício Coral Corporate	500,55 m²	431,65 m²	Avenida Engenheiro Max de Souza, nº 1121, Coqueiros, Florianópolis/SC
1º Andar do Centro Executivo CEU	625,43 m²	520,20 m²	Rua Fúlvio Aduci (ao lado da Milium), Estreito, Florianópolis/SC

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando que o processo administrativo n.º 19/2017, referente à aquisição de salas comerciais para abrigar a sede administrativa do CIGA, está em andamento e que, após a realização de pesquisa e análise de imóveis que atendem a necessidade do CIGA, será necessário concluir acerca das condições técnicas e da compatibilidade dos preços das propostas recebidas com o preço praticado no mercado.

Até o presente momento, foram identificados 3 (três) imóveis considerados viáveis para aquisição, os quais são as melhores propostas de preços obtidas, pois possuem os menores valores por metro quadrado.

Considerando a relevância da pretensa aquisição a ser definida pelo CIGA, é importante que sejam obtidos laudos técnico-econômicos de avaliação destes imóveis com a finalidade de comprovar as condições técnicas dos referidos imóveis, bem como a compatibilidade dos preços das propostas recebidas com o preço praticado no mercado.

Desta forma, faz-se necessária a obtenção de laudos de avaliação dos referidos imóveis a fim de averiguar a coerência dos valores das propostas de venda recebidas em relação aos padrões de edificação e ao momento atual econômico.

CONTRATADA: AD VALOREM MAPENG LTDA. - EPP

CNPJ: 68.314.293/0001-15

VALOR: R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais).

Florianópolis, 09 de novembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 362 - Prefeitura Municipal de Turvo**

Publicação Nº 1422222

EXTRATO DE CONTRATO Nº 362/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Turvo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Turvo

CNPJ: 82.548.983/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 73/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a

orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.285,00 (nove mil e duzentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 23 de outubro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMCATARINA

### EXTRATO TERMOS ADITIVOS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1422811

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0540

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP

ATA: AT17CIM3107

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0541

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP

ATA: AT17CIM3108

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0542

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP

ATA: AT17CIM3109

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0543

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP

ATA: AT17CIM3110

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0544  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3111  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0545  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3112  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0546  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3113  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0547  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3114  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0548  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3115  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0549  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3116  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0550  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3117  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0551  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3118  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0552  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3119  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0553  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3120  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0554  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3121  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0555  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3122  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0556  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3123  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0557  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3124  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0558  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3125  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0559  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3126  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0560  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3127  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0561  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3128  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0562

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT17CIM3129

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0563

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT17CIM3130

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0564

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT17CIM3131

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0565

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT17CIM3132

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0566

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT17CIM3133

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0582  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR 93121911015  
ATA: AT17CIM3149  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0583  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR 93121911015  
ATA: AT17CIM3150  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0584  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3151  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0585  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3152  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0586  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3153  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0587  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3154  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0588  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3155  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0589  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3156  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0590  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3157  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0591  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3158  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0592  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3159  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0593  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3160  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0594  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3161  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0595  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3162

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3163

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3164

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3165

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0599

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3166

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0600

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3167

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0601

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3168

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0602

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3169

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0603

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3170

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0604

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3171

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0605  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3172  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0606  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3173  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0607  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3174  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0608  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3175  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0609  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3176  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0610  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3177  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0611  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3178  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0612  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3179  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0613  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3180  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0614  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3181  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0615  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3182  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0616  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3183  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0617  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3184  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0618  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3185

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0619

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3186

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0620

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3187

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0621

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3188

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0622

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM3189

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0623

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME

ATA: AT17CIM3190

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0624

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME

ATA: AT17CIM3191

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0625

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME

ATA: AT17CIM3192

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0626

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME

ATA: AT17CIM3193

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0627

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME

ATA: AT17CIM3194

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0628  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: GEFFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3195  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0629  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: GEFFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3196  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0630  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: GEFFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3197  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0631  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: GEFFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3198  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0632  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3199  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0633  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3200  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0634  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3201  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0635  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3202  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0636  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3203  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0637  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3204  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0638  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3205  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0639  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3206  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0640  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3207  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0641  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3208  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0642  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3209  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0643  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA  
FORNECEDOR: HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3210  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0644  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3211  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0645  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3212  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0646

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME

ATA: AT17CIM3213

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0647

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME

ATA: AT17CIM3214

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0648

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME

ATA: AT17CIM3215

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0649

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME

ATA: AT17CIM3216

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME

ATA: AT17CIM3217

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0651  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3218  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0652  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3219  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0653  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3220  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0654  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3221  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0655  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3222  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0656  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3223  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0657  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3224  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0658  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3225  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0659  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3226  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0660  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3227  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0661  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3228  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0662  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3229  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0663  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3230  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0664  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3231  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0665  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3232  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0666  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3233  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0667  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3234  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0668  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3235  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0669

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3236

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0670

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3237

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0671

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3238

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3239

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0673

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3240

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0674  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3241  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0675  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3242  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0676  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3243  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0677  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3244  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0678  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3245  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0679  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3246  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0680  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: LICIMASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI  
ATA: AT17CIM3247  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0681  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3248  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0682  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3249  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0683  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3250  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0684  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3251  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0685  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3252  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0686  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3253  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0687  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3254  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0688  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3255  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0689  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3256  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0690  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3257  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0691  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3258  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0692

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: MORGADO &amp; MARTINEZ LTDA EPP

ATA: AT17CIM3259

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: MORGADO &amp; MARTINEZ LTDA EPP

ATA: AT17CIM3260

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0694

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: MORGADO &amp; MARTINEZ LTDA EPP

ATA: AT17CIM3261

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0695

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: MORGADO &amp; MARTINEZ LTDA EPP

ATA: AT17CIM3262

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: MORGADO &amp; MARTINEZ LTDA EPP

ATA: AT17CIM3263

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0697  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3264  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0698  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3265  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0699  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3266  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0700  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3267  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0701  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3268  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0702  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3269  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0703  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3270  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0704  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3271  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0705  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3272  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0706  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3273  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0707  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3274  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0708  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3275  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0709  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3276  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0710  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM3277

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0711

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM3278

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0712

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM3279

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0713

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM3280

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0714

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM3281

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0715

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM3282

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0716

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM3283

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0718

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP

ATA: AT17CIM3285

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP

ATA: AT17CIM3286

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0720

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP

ATA: AT17CIM3287

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0721  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3288  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0722  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3289  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0723  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3290  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0724  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3291  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0725  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3292  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0726  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3293  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0727  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3294  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0728  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3295  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0729  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3296  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0730  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3297  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0731  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3298  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0732  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3299  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0733  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME  
ATA: AT17CIM3300  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0734  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME  
ATA: AT17CIM3301  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0735  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME  
ATA: AT17CIM3302  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0736  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME  
ATA: AT17CIM3303  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0737  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME  
ATA: AT17CIM3304  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0738  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME  
ATA: AT17CIM3305  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0739

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME

ATA: AT17CIM3306

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0740

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME

ATA: AT17CIM3307

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0741

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME

ATA: AT17CIM3308

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0742

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME

ATA: AT17CIM3309

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0743

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME

ATA: AT17CIM3310

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0744  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3311  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0745  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3312  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0746  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3313  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0747  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3314  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0748  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3315  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0749  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3316  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0750  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3317  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0751  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3318  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0752  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3319  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0753  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3320  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0754  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3321  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0755  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3322  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0756  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3323  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0757  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3324  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0758  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3325  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0759  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3326  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0760  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3327  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0761  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM3328  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0762

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME

ATA: AT17CIM3329

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0763

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME

ATA: AT17CIM3330

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0764

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME

ATA: AT17CIM3331

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0765

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME

ATA: AT17CIM3332

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0766

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME

ATA: AT17CIM3333

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0767  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3334  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0768  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3335  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0769  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3336  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0770  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3337  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0771  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3338  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0772  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3339  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0773  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3340  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0774  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3341  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0775  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3342  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0776  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3343  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0777  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3344  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0778  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3345  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0779  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3346  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0780  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3347  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0781  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3348  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0782  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3349  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0783  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3350  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0784  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3351  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0785

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA

ATA: AT17CIM3352

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0786

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA

ATA: AT17CIM3353

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0787

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA

ATA: AT17CIM3354

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0788

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA

ATA: AT17CIM3355

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0789

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA

ATA: AT17CIM3356

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0790  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FORNECEDOR: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA  
ATA: AT17CIM3357  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0791  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM3397  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0792  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3398  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0794  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3400  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0795  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3401  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0796  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: GEFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM3402  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0797  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM3403  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0798  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3404  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0799  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3405  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0800  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3406  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0801  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM3634  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0802  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM3650  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0803  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM3651  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0804  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM3823

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0805

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT17CIM4485

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0806

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

ATA: AT17CIM4486

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0807

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM4532

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0808

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME

ATA: AT17CIM4534

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0809

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM4849

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0810

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM4545

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0811

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM4546

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0812

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM4547

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME

ATA: AT17CIM4548

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0814  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4549  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0815  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4550  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0816  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4551  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0817  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4552  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0818  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4553  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0819  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4554  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0820  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM4638  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0821  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4641  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0822  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM4642  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0823  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM4646  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0824  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4647  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0825  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4648  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0826  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM4649  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0827  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP  
ATA: AT17CIM4652  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0829  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4669  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0830  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4670  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0831  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM4671  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0832  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM4672  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 04/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0833

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM5012

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 17/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0834

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM5910

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 17/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0835

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP

ATA: AT17CIM5940

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 17/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0837

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME

ATA: AT17CIM5944

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 17/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0838

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

ATA: AT17CIM5946

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0839  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM5948  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0840  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: L A CN INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM5950  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0841  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM5952  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0842  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
ATA: AT17CIM5954  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0843  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: RA DE LIMA INFORMÁTICA ME  
ATA: AT17CIM5956  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0844  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM5958  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0845  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME  
ATA: AT17CIM5960  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0846  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM5909  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0847  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP  
ATA: AT17CIM5941  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0848  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME  
ATA: AT17CIM5945  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0849  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: I. L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME  
ATA: AT17CIM5949  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0850  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM5953  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0851  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: RLP DE ANGELI COMERCIAL - ME  
ATA: AT17CIM5957  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0852  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA  
ATA: AT17CIM5961  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0853  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA  
FORNECEDOR: MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP  
ATA: AT17CIM5911  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0854  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: GEFFERSON G. F. LOPES ME  
ATA: AT17CIM5947  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0855  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: PLATAFORMA COMPUTADORES E ENERGIA LTDA EPP  
ATA: AT17CIM5955  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0856  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE  
FORNECEDOR: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME  
ATA: AT17CIM5943  
PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA  
EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA  
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.  
DATA DO ADITIVO: 17/10/2017  
Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0857

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: TOPO LICITAÇÕES LTDA ME

ATA: AT17CIM5959

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 17/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT17CIM0858

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

FORNECEDOR: LICIMASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

ATA: AT17CIM5951

PAL: 0010/2017 - CIMCATARINA

EDITAL: 0009/2017 - CIMCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0008/2017 - CIMCATARINA

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 29/12/2017.

DATA DO ADITIVO: 17/10/2017

Florianópolis (SC), quarta-feira, 8 de novembro de 2017

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TC17CIMCATARINA0001 PAL 0010\_2017 - IRANI - CTS SOLUCOES EIRELE**

Publicação Nº 1422497

TC17CIMCATARINA0001

TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISORES, APARELHOS CELULARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CORRELATOS

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICIPIO DE IRANI
FORNECEDOR:	CTS SOLUCOES EIRELE ME
ATA:	4668/2017
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Televisores, Aparelhos Celulares, Equipamentos de Informática e Correlatos.
VALIDADE:	25.09.2017 a 31.10.2017
DATA:	25.09.2017
LICITAÇÃO:	PAL nº 0010/2017 / Pregão Eletrônico nº 0009
REGISTRO DE PREÇOS:	0008/2017

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 20 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0010/2017, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 31/10/2017, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Florianópolis(SC), 08 de novembro de 2017.

ELÓI RÖNNAU

DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA

Órgão Gerenciador

**TC17CIMCATARINA0002 PAL 0010\_2017 - CIMCATARINA - CTS SOLUCOES EIRELE**

Publicação Nº 1422502

TC17CIMCATARINA0002

TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISORES, APARELHOS CELULARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CORRELATOS

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
FORNECEDOR:	CTS SOLUCOES EIRELE ME
ATA:	5942/2017
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Televisores, Aparelhos Celulares, Equipamentos de Informática e Correlatos.
VALIDADE:	17.10.2017 a 31.10.2017
DATA:	17.10.2017
LICITAÇÃO:	PAL nº 0010/2017 / Pregão Eletrônico nº 0009
REGISTRO DE PREÇOS:	0008/2017

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 20 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0010/2017, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 31/10/2017, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Florianópolis(SC), 08 de novembro de 2017.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA  
Órgão Gerenciador

**TC17CIMCATARINA0003 PAL 0010\_2017 - LACERDÓPOLIS - CTS SOLUCOES EIRELE**

Publicação Nº 1422505

TC17CIMCATARINA0003

TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISORES, APARELHOS CELULARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CORRELATOS

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
FORNECEDOR:	CTS SOLUCOES EIRELE ME
ATA:	6195/2017
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Televisores, Aparelhos Celulares, Equipamentos de Informática e Correlatos.
VALIDADE:	31.10.2017 a 31.10.2017
DATA:	31.10.2017
LICITAÇÃO:	PAL nº 0010/2017 / Pregão Eletrônico nº 0009
REGISTRO DE PREÇOS:	0008/2017

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, por razão de interesse público em conformidade com o inciso I do item 20 do Edital de Pregão Eletrônico nº 0010/2017, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 31/10/2017, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Florianópolis(SC), 08 de novembro de 2017.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA  
Órgão Gerenciador

**TC17CIMCATARINA0004 PAL 0005\_2017 - IRANI - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA**

Publicação Nº 1422506

TC17CIMCATARINA0004

TERMO DE CANCELAMENTO DO REMANEJAMENTO TR17CIMCATARINA0176

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE IRANI
FORNECEDOR:	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA
ATA:	AT17CIMCATARINA1523
OBJETO:	Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo.
DATA:	25.09.2017
LICITAÇÃO:	PAL nº 0005/2017 / Pregão Eletrônico nº 0005
REGISTRO DE PREÇOS:	0004/2017

Pelo presente termo fica cancelada o Termo de Remanejamento acima epigrafado, tendo em vista que o prazo de validade da ata expirou em 29/09/2017, e não houve contratação de nenhum item registrado.

Florianópolis(SC), 08 de novembro de 2017.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA  
Órgão Gerenciador

**CIMVI****CONTRATO Nº 2017/034 - LOCAÇÃO, PELO PERÍODO DE 17/11/2017 A 24/11/2017, DE 01 (UM) EQUIPAMENTO FRESADOR DE ASFALTO MARCA WIRTGEN, MODELO WR2400, ANO DE FABRICAÇÃO 2009, AVALIADO EM R\$ 1.350.000,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), COM SISTEMA DE RASTREAMENTO, DE PROPRIEDADE DA LOCADORA**

Publicação Nº 1421911

-----  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/034

LOCATÁRIO(A): Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

LOCADOR(A): JMalucelli Rental – Locação de Máquinas S/A

OBJETO: Locação, pelo período de 17/11/2017 a 24/11/2017, de 01 (um) equipamento fresador de asfalto marca Wirtgen, modelo WR2400, ano de fabricação 2009, avaliado em R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), com sistema de rastreamento, de propriedade da LOCADORA, para execução de serviços técnicos de fresagem de asfalto nas vias de acesso do aterro sanitário em Timbó e em terras do Município de Pomerode, em conformidade com o Convênio CIMVI nº 001/2017, vinculando-se o objeto do presente instrumento à prestação de obras e serviços de engenharia a que alude o citado Convênio, com observação das obrigações pactuadas pelo CIMVI e pelos demais signatários, devendo cópia deste ser anexada ao procedimento administrativo interno de execução do referido Convênio, com remessa aos demais entes pactuantes para fins de registro, arquivo e comprovação do cumprimento de suas cláusulas.

VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

PRAZO: até 24/11/2017, tendo início em 17/11/2017.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 08 de Novembro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS  
Presidente

-----

**CONTRATO Nº 2017/035 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONTROLE TECNICO DO ATERRO E DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES DA CENTRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CRS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC**

Publicação Nº 1422397

-----  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 005/2017 – TOMADA DE PREÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/035

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Adobe Engenharia Ltda EPP

OBJETO: prestação dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONTROLE TECNICO DO ATERRO E DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES DA CENTRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CRS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC (Rua Tupiniquim, nº 1.070), de acordo com as especificações técnicas constantes no Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 005/2017 e seus anexos.

VALOR: R\$1.679.003,52 (um milhão e seiscentos e setenta e nove mil e três reais e cinquenta e dois centavos)

PRAZO: 01 (um) ano a contar de 1º/01/2018.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 08 de Novembro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

**CONVÊNIO Nº 001/2017 - CONVÊNIO PARA COMPARTILHAMENTO DE TECNOLOGIA, KNOW HOW E/PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO, EM CARATER EXPERIMENTAL**

Publicação Nº 1421901

CONVÊNIO Nº 001/2017

CONVÊNIO PARA COMPARTILHAMENTO DE TECNOLOGIA, KNOW HOW E/PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO, EM CARATER EXPERIMENTAL.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio – SC, o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede administrativa na Rua 15 de Novembro, nº 525, Bairro Centro, em Pomerode, neste ato representado por seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Ercio Kriek, e RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Jerusalém, nº159, Sala C, em Pomerode, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 28.783.497/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Thomas R. Rohe, com fundamento no item 2.5.1, II, do Protocolo de Intenções e Art. 2º - D, §1º, II do Estatuto Social do CIMVI, celebram o presente CONVÊNIO para COMPARTILHAMENTO DE TECNOLOGIA, KNOW HOW E/ PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO, EM CARATER EXPERIMENTAL, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento o COMPARTILHAMENTO DE TECNOLOGIA, KNOW HOW E/PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO, EM CARATER EXPERIMENTAL, com uso de Underbold®, produto 100% biológico e 100% biodegradável, certificado pela ISO 9001:2008 seguindo rigorosamente a fórmula podendo conter apenas ingredientes orgânicos, observadas as obrigações de cada um dos pactuantes constantes do presente instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento é celebrado com fundamento no item 2.5.1, II, do Protocolo de Intenções do CIMVI; art. 2º - D, §1º, II do Estatuto Social do CIMVI, devidamente aprovado pela legislação municipal de Pomerode, com aplicação da Lei 8.666/93, no que for compatível com o objeto do presente, Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e, Lei Federal nº 6.496/77 que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PACTUANTES**

3.1 - Constituem obrigações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:

- liberação e total desembaraço do local onde será executada a obra de pavimentação com a tecnologia Underbold® fornecida pela empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME, nos prazos mencionados neste instrumento;
- proceder a fiscalização da obra no que se refere à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- entrega do terreno livre e desembaraçado para execução dos serviços, com livre acesso ao local da obra bem como disponibilização de local para descarga de estruturas e eventuais equipamentos;
- efetuar a retirada de material excedente da obra e seu respectivo descarte, devendo manter o local da obra livre e desembaraçado para o bom andamento dos trabalhos executados;

- e) disponibilizar 01 (um) equipamento fresador de asfalto marca Wirtgen, modelo WR2400, ano de fabricação 2009, que será utilizado na execução das obras de engenharia na pavimentação com uso da tecnologia Underbold®, inclusive, sendo utilizado pelo MUNICÍPIO DE POMERODE, na parcela a ser executada em terras de domínio/posse deste;
- f) fornecimento de caminhão pipa, com bomba lavadora, para abastecimento de água necessária a refrigeração e lavagem do equipamento mencionado na alínea "e", enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- g) fornecimento de óleo diesel do equipamento mencionado na alínea "e", enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- h) remoção e limpeza do material fresado, referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- i) sinalização de segurança, referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- j) guarda e vigilância do equipamento mencionado na alínea "e", enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- k) fornecimento de material de desgaste (BITS), do equipamento mencionado na alínea "e", enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio, caso haja necessidade;
- l) indicação do local de seu domínio/posse e apresentação do respectivo projeto, onde serão executadas as obras e serviços de engenharia para pavimentação com o uso da tecnologia Underbold®;

### 3.2 - Constituem obrigações do MUNICÍPIO DE POMERODE:

- a) liberação e total desembaraço do local onde será executada a obra de pavimentação com a tecnologia Underbold® fornecida pela empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME, nos prazos mencionados neste instrumento;
- b) proceder a fiscalização da obra no que se refere à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- c) entrega do terreno livre e desembaraçado para execução dos serviços, com livre acesso ao local da obra bem como disponibilização de local para descarga de estruturas e eventuais equipamentos;
- d) efetuar a retirada de material excedente da obra e seu respectivo descarte, devendo manter o local da obra livre e desembaraçado para o bom andamento dos trabalhos executados;
- e) disponibilizar a mobilização e desmobilização do equipamento do local de origem, inclusive a retirada e devolução desde o local em que estiver no caso de eventual locação do equipamento a que se refere a alínea "e" do item 3.1 deste instrumento, ficando responsável também pela mobilização e desmobilização para todas as obras decorrentes deste Convênio, inclusive as que se realizarão em terreno de domínio do CIMVI;
- f) promover a contratação de seguro de transporte do equipamento a que se refere a alínea "e" do item 3.1 deste instrumento;
- g) fornecimento de caminhão pipa, com bomba lavadora, para abastecimento de água necessária a refrigeração e lavagem do equipamento mencionado na alínea "e", enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- h) fornecimento de óleo diesel do equipamento mencionado na alínea "e" do item 3.1 deste instrumento, enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- i) remoção e limpeza do material fresado, referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- j) sinalização de segurança, referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- k) guarda e vigilância do equipamento mencionado na alínea "e" do item 3.1 deste instrumento, enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio;
- l) fornecimento de material de desgaste (BITS), do equipamento mencionado na alínea "e" do item 3.1 deste instrumento, enquanto estiver na execução dos serviços referentes à parcela a ser executada em terras de seu domínio, caso haja necessidade;
- m) indicação do local de seu domínio/posse e apresentação do respectivo projeto, onde serão executadas as obras e serviços de engenharia para pavimentação com o uso da tecnologia Underbold®.

### 3.3 - Constituem obrigações da RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME:

- a) fornecimento gratuito de todo o know how, mão de obra e materiais a serem empregados durante a execução dos trabalhos de pavimentação com uso da tecnologia Underbold®, inclusive custeando, as suas expensas, as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das atividades de sua responsabilidade, excluídas as que ficaram sob competência do Município de Pomerode e do CIMVI, na forma deste instrumento;
- b) fornecimento de mão de obra a que se refere a alínea anterior diz respeito, inclusive, a do operador do equipamento de que trata a alínea "e" do item 3.1 deste instrumento, bem como demais recursos humanos necessários a execução dos serviços;
- c) retirar autorizações, licenças, permissões e outros, inclusive ambientais, bem como Anotações de Responsabilidade Técnica necessários, junto aos órgãos competentes, respondendo por todos os encargos, custos e tributos que porventura venham a incidir, bem como responder perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o FGTS – CRF, pela mão de obra contratada, relativa aos serviços de sua competência, sem qualquer responsabilidade, do CIMVI ou do MUNICÍPIO DE POMERODE, na forma do art.71 e §1º da Lei 8.666/93;
- d) responder pela execução do pactuado no presente Convênio de acordo com as disposições nas legislações afins;
- e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Timbó e no Município de Pomerode, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;
- g) constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas;
- h) executar eventuais serviços não constantes deste instrumento, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do mesmo. Tais serviços serão prestados de forma gratuita, sem quaisquer ônus ao CIMVI e ao Município de Pomerode;
- i) fornecer ao CIMVI e ao Município de Pomerode todas as informações necessárias ao serviço de fiscalização das obras, respeitado o sigilo quanto as matérias empresariais que digam respeito a tecnologia Underbold®;
- j) responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao CIMVI, ao MUNICÍPIO DE POMERODE ou a terceiros, decorrentes de sua

culpa ou dolo na execução do contrato;

k) comunicar ao CIMVI e ao MUNICÍPIO DE POMERODE, o engenheiro preposto que a representará na execução do Convênio, no início dos serviços;

l) fornecer solução técnica alternativa, caso necessária, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

m) responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados nas obras, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial;

n) promover a quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA, CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO.

Não é permitida qualquer forma de transferência, cessão, subcontratação, entre outro, das obrigações, deveres e responsabilidades que são pactuadas neste instrumento pela empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO QUANTITATIVO DE SERVIÇOS PACTUADOS

5.1 - Os serviços objeto deste instrumento, que serão executados pela empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME, correspondem a uma extensão linear aproximada de 500,00 (quinhentos) metros de execução de obras e serviços de engenharia de pavimentação, em caráter experimental, com uso de Underbold®.

5.2 – Dentro do quantitativo máximo previsto no item 5.1 deste instrumento, o Município de Pomerode e o CIMVI repartirão as parcelas a serem executadas nas áreas de seus respectivos domínios, na forma do ora pactuado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME não receberá qualquer valor do CIMVI e do MUNICÍPIO DE POMERODE em razão da execução do objeto do presente Convênio, a qualquer título que seja, sendo celebrada esta avença em caráter gracioso, ou seja, a título gratuito, dispensada, portanto, aposição de dotações orçamentárias neste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

A empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis, em caso de descumprimento das obrigações entabuladas no presente instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Este instrumento tem prazo de vigência iniciado da data de sua subscrição, findando em 14/12/2017 devendo a sua execução ocorrer durante este período.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes signatárias elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de TIMBÓ/SC para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O presente instrumento não gera vínculo trabalhista entre as partes signatárias, respondendo cada qual pelos seus respectivos contratos/funcionários, o custeio de suas holerites bem como por todos os encargos respectivamente incidentes.

10.2 - A inadimplência da empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

10.3 - Fica acordado que, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do presente Convênio correm por conta da empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME.

10.4 – Os casos omissos serão regulamentados pelo CIMVI e pelo MUNICÍPIO DE POMERODE, no âmbito de suas competências.

10.5- Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa RODOVIAS ECOLÓGICAS LTDA ME na forma pactuada neste instrumento, todos os trabalhos por esta executados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização do CIMVI e do MUNICÍPIO DE POMERODE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

10.6 - O CIMVI e o MUNICÍPIO DE POMERODE, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderão contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó/SC, em 06 de Novembro de 2017.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Paulo Roberto Weiss - Presidente

Município de Pomerode

Ercio Kriek - Prefeito

Rodovias Ecológicas Ltda ME

Thomas R. Rohe – Sócio Administrador

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado CIMVI

OAB/SC 17.721 - Visto

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli  
CPF: 016.637.969-71Nome: André Moro da Silva  
CPF: 043.293.839-77**LICITAÇÃO Nº 005/2017 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Publicação Nº 1422384

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 005/2017

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 005/2017, consoante ata de julgamento.

Timbó, 08 de Novembro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO

Advogado

OAB/SC nº 17.721

**LICITAÇÃO Nº 005/2017 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 1422388

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 005/2017

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 189/2017,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº 005/2017, o participante:

ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP	R\$ 1.679.003,52
---------------------------	------------------

Timbó, 08 de Novembro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 214 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1422461

RESOLUÇÃO Nº 214, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui Comissão Técnica Intermunicipal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 1º do art. 16 do Estatuto do CIMVI; e Considerando-se as disposições relativas a criança e ao adolescente na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e na Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), bem como o previsto na Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em consonância com a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01, de 18/06/2009, que aprova o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”;

Considerando-se a execução do Contrato de Rateio nº 2017/01, firmado em 01/03/2017 pelos Municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e Timbó com o Consórcio Público CIMVI;

Considerando-se a necessidade de interação dos agentes das Administrações Municipais e do Consórcio Público para efetividade da gestão associada parcial das políticas, planos e ações no Serviço Regional de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes na Comarca de

Timbó/SC;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Técnica Intermunicipal para gestão das políticas, planos e ações do Serviço Regional de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes na Comarca de Timbó/SC, bem como para assessoria na gestão associada parcial deste serviço pelo CIMVI.

§ 1º - A Comissão Técnica de que trata o "caput" deste artigo, fica composta pelas servidoras abaixo identificadas, os quais exercerão o encargo sob a coordenação do CIMVI:

Nome	CPF	Cargo/Emprego Público	Município
Ronie Gilberto Loewen	004.440.569-39	Secretário de Saúde e Assistência Social	Benedito Novo
Onorita Buzzi	180.460.619-72	Assistente Social	Doutor Pedrinho
Marineusa Hoffmann	756.015.089-68	Assistente Social	Rio dos Cedros
Tatiana Cristina Busarelo Kisner	907.712.909-00	Pedagoga	Rio dos Cedros
Marisane Teresinha Hoffmann	073.909.169-74	Psicóloga	Rio dos Cedros
Deise A. Nicholletti Mendes	852.154.819-20	Secretária de Saúde e Assistência Social	Timbó

§ 2º - A Comissão Técnica Intermunicipal atuará como instância executiva propondo planos de trabalhos, apresentando estudos e intervindo propositiva e permanentemente nos debates, normatizações e implementação das políticas públicas relativas ao Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, na modalidade de abrigo institucional com abrangência regional, dos Municípios da Comarca de Timbó/SC, inclusive visando a implantação da infraestrutura necessária e funcionamento do serviço em instalações alugadas, sua efetividade e qualidade, bem como o acompanhamento constante para melhoria dos indicadores e garantia do cumprimento das metas fixadas.

§ 3º - A função junto a Comissão Técnica Intermunicipal, instituída por esta Resolução, não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 2º - A despesa decorrente da aplicação desta Resolução correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual do CIMVI.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbó - SC, 1º de Novembro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do CIMVI

## CIS NORDESTE

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017

Publicação Nº 1422480

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 21/2017

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: JC CÓPIAS GRÁFICA DIGITAL (CNPJ: 82.874.850/0001-83)

Objeto: Aquisição de Impressão da Capa, da Contracapa e Encadernação do Relatório de Atividades realizadas em 2016 pelo CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 242,40 (duzentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

Data: Joinville, 23 de agosto de 2017.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2017**

Publicação Nº 1422498

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2017**

Processo Administrativo nº 25/2017

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC

Contratada: AGENCIA COSMOS DE VIAGENS LTDA (CNPJ 76.366.673/0001-21).

Objeto: Compra de passagens aéreas para a Diretora Executiva do CISONORDESTE/SC, que participara do Diálogo Municipalista – Edição 2017, a realizar-se em Salvador/BA, nos dias 25 a 26 de outubro de 2017.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 2.112,00 (dois mil, cento e doze reais).

Joinville, 20 de outubro de 2017.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú

Presidente do CISONORDESTE/SC

CONTRATANTE

**EXTRATO DO 1º ADITAMENTO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 16/2017**

Publicação Nº 1422404

Extrato do 1º Aditamento ao Contrato de Rateio Nº 16/2017	
CONTRATANTE:	Município de São João do Itaperiú
CNPJ:	95.954.442/0001-83
CONTRATADO:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
OBJETO:	Alteração da redação da CLÁUSULA DOZE do contrato.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com a Lei Municipal nº 562/2009, regulamentado pelo Decreto nº 1133/2017
JUSTIFICATIVA:	Alteração do valor do repasse
VALOR:	R\$ 7.324,00 (sete mil, trezentos e vinte e quatro reais reais) mensais, perfazendo um total anual de R\$ 51.268,00 (cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e oito reais).
VIGÊNCIA:	O presente aditamento vigorará do dia 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.
Joinville/SC, 01 de novembro de 2017.	
Clézio José Fortunato	
Presidente do CISONORDESTE/SC	

**RESOLUÇÃO Nº 24/2017**

Publicação Nº 1422406

Resolução nº 24/2017.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar por mudança de per capita.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João do Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 16.112,80 (dezesesseis mil, cento e doze reais e oitenta centavos) no orçamento vigente do CISONORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados	
4.1.7.2.3.37.00.16.00.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú	R\$ 16.112,80
4.1.7.2.3.37.00.16.01.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú - Saúde	R\$ 14.501,52
4.1.7.2.3.37.00.16.02.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú - Administração	R\$ 1.611,28

Art. 2º - Para fazer face à despesa mencionada no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do aumento do valor de repasse do per

capita do município.

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigorar a partir da sua publicação.

Joinville/SC, 01 de novembro de 2017.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú

Presidente do CISNORDESTE/SC

## CIS/AMMVI

### ATA DE ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS - PREGÃO ELETRÔNICO 16.2017

Publicação Nº 1422574

#### LICITAÇÃO Nº 016/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO

#### ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E DECISÃO QUANTO AS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS REFERENTE AO PREGÃO 16/2017 – 07/11/2017

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quinze horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI (Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro da Velha, em Blumenau/SC), reuniram-se a Pregoeira, a equipe de apoio, designada pela Resolução nº 174, de 23/10/2017 e a Advogada Maria de Fátima Martins, OAB/SC nº 35.127, nomeada através da Resolução nº 113, de 11/03/2016, para análise e decisão quanto as solicitações de esclarecimentos referente a Licitação nº 016/2017 - Pregão Eletrônico, cujo objeto é Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

As empresas abaixo mencionadas solicitaram esclarecimentos via e-mail, conforme abaixo:

#### - AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

[...] No subitem 12.1.8 solicita declaração conforme modelo Anexo IV que 12.1.8 Não foi declarada inidônea (...), 12.1.8.2 concorda com os termos do Edital (...), 12.1.8.3 não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno (...), porém o Anexo mencionado em epígrafe consta que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação (...) Preciso saber se há algum modelo para a declaração que descreve os itens, ou devo apresentar apenas o Anexo mencionado para suprir os itens?

No subitem 12.1.17 dados cadastrais do fornecedor conforme modelo Anexo VII, porém o anexo mencionado consta o termo de adesão ao sistema de pregão eletrônico. Para suprir o item devo apresentar apenas o Anexo mencionado ou há algum modelo para a declaração que não está disponível no edital?

No subitem 11.6 cita que para composição do preço unitário e total do lote, os participantes deverão considerar até 3 dígitos após a vírgula, e no modelo da proposta Anexo II cita que deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 4 casas decimais. Preciso saber qual das opções devo considerar para apresentar a proposta. [...]

#### - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

[...] No item 11.6 solicita-se:

· Para composição do preço unitário e total do lote, os participantes deverão considerar até 03 (três) dígitos após a virgula.

No Anexo II.2 solicita-se:

· Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 casas decimais.

Pergunta:

· Gostaria de saber quantas casas vão ser consideradas no valor mínimo: 03 ou 04?

#### - PRATI DONADUZZI & CIA LTDA

[...] No edital nº 16/2017, os itens 154, referente ao medicamento FENOTEROL BROMIDRATO, e 190, referente ao medicamento IPRATROPIO BROMETO, estão sendo pedidos com EMBALAGEM INDIVIDUAL EM CARTUCHO, seria isso mesmo?

[...] Houve alteração na apresentação do medicamento LOSARTANA POTASSICA 50MG atualmente comercializado pela empresa Fabricante, sendo da apresentação 20X15 – VP caixa com 300cps, sob registro nº 1256802020031, para apresentação 32X30 – VP caixa com 960 cps do registro nº 1256802020228.

#### - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

[...] requer-se esclarecimento quanto à questão de fracionamento, se será mantida esta exigência, pois desta forma manter esta imposição fere o instrumento constitucional, impede o bom andamento do certame, contrariando os princípios que regem os procedimentos licitatórios, pois restringe a competição, haja visto que apenas dois laboratórios fornecem blister fracionável (sendo que um deles não trabalha com licitação), e nenhum distribuidor tem autorização da ANVISA para fracionar.

#### - MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE

[...] solicitar esclarecimento do item 198- (levodopa + benserazida 250 mg), com relação ao valor máximo estipulado no edital (R\$0,60). Este valor está abaixo do praticado no mercado, ficando assim inexequível.

A comissão constatou que houve falhas no edital, conforme descrito pelas empresas AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, sendo que desta forma foi elaborada uma Errata, corrigindo estes itens.

- Referente ao questionamento das casas decimais, o correto são 03 (três) casa decimais.
- Referente aos anexos, os mesmos incluídos com as alterações devidas.

Quanto à solicitação da empresa PRATI DONADUZZI & CIA LTDA, o descritivo do item 154 está correto, pois a embalagem com 200 frascos gera desperdício. Podemos citar como exemplo Pomerode, que só consome em torno de 20 frascos/ano. A maioria dos municípios consome muito pouco e quando a embalagem tem 200 frascos os municípios são obrigados a comprar tudo, pois as distribuidoras não fracionam a embalagem, e depois os produtos acabam vencendo.

Referente ao questionamento sobre a apresentação da embalagem do item 216 (LOSARTANA POTASSICA, 50 MG, COMPRIMIDO, embalagem com no máximo 600 comprimidos), foi deferido a solicitação e alterado a quantidade máxima de comprimidos por caixa, de 600 comprimidos para até 1000 comprimidos.

Referente à solicitação da empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, houve um equívoco na interpretação por parte da empresa, pois o que está sendo licitado são blister já fracionáveis, ou seja, não estamos solicitando que a licitante forneça o medicamento fracionado. Quando se refere em fracionamento, estamos solicitando que o medicamento fosse possível fracionar no momento que o Contratante, ora Município, fosse distribuir para o paciente através da farmácia básica. Desta forma, não haverá restrição ao caráter competitivo conforme alega a licitante no pedido de esclarecimento.

Referente à solicitação da empresa MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE, sobre o valor fixado para o item 198 (LEVODOPA, ASSOCIADO A BEN-SERAZIDA, 200MG + 50MG, COMPRIMIDO, comprimido bissulcado, embalagem com no máximo 600 comprimidos), trata-se do valor de referência praticado atualmente nas licitações vigentes. Isto não impede da licitante participar com lance superior ao valor estabelecido. Não é prática o Consórcio desabilitar propostas acima do valor de referência.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião na qual foi lavrada a presente Ata, que será assinada pela Pregoeira e Equipe de apoio e assessoria jurídica.

Ligia Hoepfner  
Pregoeira

Silvani Ma Sehnem  
do Amaral  
Equipe de apoio  
Mônica Marcia Campos de Menezes Silva  
Equipe de apoio  
Daniella Martins Tarouco  
Equipe de apoio

Maria de Fátima Martins  
OAB/SC nº 35.127

## **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 01/2017 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB**

Publicação Nº 1422249

### **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2017**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB – OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO EM ATIVIDADE NA ÁREA DA SAÚDE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pelo presente convênio, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), neste ato representado pelo Presidente Matias Kohler, inscrito no CPF sob o nº 376.148.359-72, doravante denominado simplesmente CISAMVI, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB, instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 24/12/1968, reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13/02/1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19/03/2010, pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau na forma de Autarquia Municipal de regime especial, inscrita no CNPJ sob nº 82.662958/0001-02, com sede na Rua Antonio da Veiga, nº 40, na cidade de Blumenau/SC, representada por seu Reitor João Natel Pollonio Machado, inscrito no CPF nº 450.451.949-68, doravante denominada simplesmente FURB, com base no artigo 116 da Lei nº 8.666/93, firmam o presente Convênio, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

#### **CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA EXECUÇÃO**

0.1 O presente convênio tem por objeto a cooperação entre o CISAMVI e a FURB, para a Cooperação em Serviços e Programas de Saúde para os Municípios do Médio Vale do Itajaí, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, dos municípios Consorciados, com a utilização das dependências físicas do Hospital Universitário e da Policlínica, ainda através do compartilhamento de experiências e mão de obras de servidores de ambas as instituições, desde a realização dos processos licitatórios para aquisição de insumos e/ou equipamento, bem como, ao atendimento e encaminhamento dos usuários.

0.2 A execução do convênio se dará mediante a troca de experiências mútuas entre as instituições e os insumos e/ou equipamentos utilizados na prestação dos serviços ocorrerão mediante assinatura dos respectivos atos de cessão de uso e/ou doação.

#### **CLAUSULA DAS OBRIGAÇÕES DA FURB**

Constitui obrigações da FURB:

2.1 Orientar as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores nas dependências do hospital universitário e da policlínica, responsabilizando pela coordenação do programa a ser desenvolvido pelos mesmos.

2.2 Dar aos servidores ciência das condições estatutárias do hospital e da policlínica, dos seus respectivos regimento interno, bem como toda e qualquer orientação que vier a ser emitida pela administração;

#### CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

Constitui obrigações do CISAMVI:

3.1 Disponibilizar servidor habilitado para as atividades relacionadas a cooperação pactuada;

3.2 Esclarecer ao servidor escolhido sobre as finalidades da atividade desenvolvida em cooperação;

3.3 Quando adquirido equipamento e/ou insumos, as expensas do CISAMVI, para utilização no presente projeto, será elaborado o respectivo termo de cessão.

3.4. Os materiais utilizados nos procedimentos (medicamentos e/ou insumos) serão adquiridos pelo CISAMVI, respeitando as regras impostas à administração pública, nos termos estabelecidos item 1.1 da Clausula Primeira – do Objeto, como forma de indenização da utilização do espaço, mediante apresentação do relatório fornecido pela FURB.

#### CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão por conta das dotações próprias, constantes do orçamento-programa do CISAMVI e da FURB.

#### CLAUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 O prazo do presente convênio é de trinta e seis meses, iniciando-se no ato da assinatura do presente instrumento, podendo ser rescindido por qualquer das partes, se assim julgar conveniente, sem que advenha qualquer ônus, mediante aviso prévio, por escrito, de no mínimo 90 (noventa) dias.

#### CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1 Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de aditivo, firmado a qualquer tempo, que fará parte integrante do documento inicial, para todos os fins e efeitos de direito.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DAS NORMAS GERAIS

7.1 É obrigatório o uso de crachá de identificação por parte dos servidores do CISAMVI nas dependências do Hospital Universitário e na Policlínica.

7.2 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e demais instrumentos legais aplicáveis.

#### CLAUSULA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau, para dirimir eventuais controvérsias que possam originar-se do presente convênio.

E, por estarem assim justos e convenientes, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo fim, assinados pelos respectivos representantes, destinada uma para cada conveniente.

Blumenau (SC), em 24 de agosto de 2017.

Matias Kohler

Presidente CISAMVI

João Natel Pollonio Machado

Reitor FURB

### **DELIBERAÇÃO 38/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIRURGIAS ELETIVAS INDAIAL/SC**

Publicação Nº 1421950

#### **DELIBERAÇÃO Nº 38/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ADESÃO AO PROJETO ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS PARA O TRIMESTRE DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2017 DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Ratificar “ad referendum” o Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas para o trimestre de Julho, Agosto e Setembro de 2017, com base nos Termos apresentados, do seguinte município e respectivo Hospital:

I. Município de Indaial;

a. Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos;

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 17 de Agosto de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 39/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIRURGIAS ELETIVAS GASPAR/SC**

Publicação Nº 1421955

DELIBERAÇÃO Nº 39/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ADEÇÃO AO PROJETO ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS PARA O TRIMESTRE DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2017 DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Ratificar “ad referendum” o Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas para o trimestre de Julho, Agosto e Setembro de 2017, com base nos Termos apresentados, do seguinte município e respectivo Hospital:

I. Município de Gaspar;

a. Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 04 de Setembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 40/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CEO TIPO III BRUSQUE/SC**

Publicação Nº 1422014

DELIBERAÇÃO Nº. 40/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO CENTRO ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO, DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, DE TIPO II PARA TIPO III.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a Alteração do Centro Especialidades Odontológicas – CEO, do Município de Brusque, de Tipo II para Tipo III.

Art. 2º A proposta foi apresentada em Reunião Ordinária de CIR do dia 08 de Junho de 2017.

Art.3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando a deliberação nº 25/2017.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 41/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL GASPAR/SC**

Publicação Nº 1422019

DELIBERAÇÃO Nº 41/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Gaspar.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 42/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL DOUTOR PEDRINHO/SC**

Publicação Nº 1422022

DELIBERAÇÃO Nº 42/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Doutor Pedrinho.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 43/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL BRUSQUE/SC**

Publicação Nº 1422027

DELIBERAÇÃO Nº 43/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Brusque.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 44/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL POMERODE/SC**

Publicação Nº 1422028

DELIBERAÇÃO Nº 44/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Pomerode.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 45/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL ASCURRA/SC**

Publicação Nº 1422029

DELIBERAÇÃO Nº 45/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Ascura.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 46/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL BENEDITO NOVO/SC**

Publicação Nº 1422031

DELIBERAÇÃO Nº 46/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Benedito Novo.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 47/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - NEUROCIRURGIA PEDIÁTRICA**

Publicação Nº 1422038

DELIBERAÇÃO Nº 47/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO PARA O SERVIÇO DE NEUROCIRURGIA PEDIÁTRICA.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprova a solicitação de habilitação da Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio, para o serviço de NEUROCIRURGIA PEDIÁTRICA.

Art. 2º Proposta apresenta em reunião ordinária de CIR do dia 10 de Outubro de 2017.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 48/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CAPS AD TIPO III BRUSQUE/SC**

Publicação Nº 1422039

DELIBERAÇÃO Nº. 48/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO CENTRO ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS – CAPS AD, DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, PARA TIPO CAPS AD III.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a Alteração do Centro Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, do município de Brusque, para Centro Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III – CAPS AD III.

Art. 2º A proposta foi apresentada em Reunião Ordinária de CIR do dia 10 de Outubro de 2017.

Art.3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 49/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CAPS I BRUSQUE/SC**

Publicação Nº 1422041

DELIBERAÇÃO Nº. 49/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO CENTRO ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL – CAPS i, DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a habilitação do Centro Atenção Psicossocial Infantil – CAPS i, Do Município De Brusque.

Art. 2º A proposta foi apresentada em Reunião Ordinária de CIR do dia 10 de Outubro de 2017.

Art.3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 50/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL BRUSQUE/SC**

Publicação Nº 1422043

DELIBERAÇÃO Nº 50/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Brusque.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 27 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 51/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL GASPARGASPAR/SC**

Publicação Nº 1422045

DELIBERAÇÃO Nº 51/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Gaspar.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 27 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 52/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIRURGIAS ELETIVAS GASPARGASPAR/SC**

Publicação Nº 1422047

DELIBERAÇÃO Nº 52/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ADESÃO AO PROJETO ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS PARA O TRIMESTRE DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2017 DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Ratificar “ad referendum” o Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas para o trimestre de Julho, Agosto e Setembro de 2017, com base nos Termos apresentados, do seguinte município e respectivo Hospital:

I. Município de Gaspar;

a. Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 27 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 53/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIRURGIAS ELETIVAS TIMBÓ/SC**

Publicação Nº 1422050

DELIBERAÇÃO Nº 53/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ADESÃO AO PROJETO ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS PARA O TRIMESTRE DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2017 DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Ratificar “ad referendum” o Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas para o trimestre de Julho, Agosto e Setembro de 2017, com base nos Termos apresentados, do seguinte município e respectivo Hospital:

I. Município de Timbó;

a. Hospital e Maternidade OASE;

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 27 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 54/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL GUABIRUBA/SC**

Publicação Nº 1422052

DELIBERAÇÃO Nº 54/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Guabiruba.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 30 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 55/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL ASCURRA/SC**

Publicação Nº 1422053

DELIBERAÇÃO Nº 55/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Ascurra.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 31 de Outubro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 56/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL BOTUVERÁ/SC**

Publicação Nº 1422216

DELIBERAÇÃO Nº 56/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Botuverá.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 01 de Novembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

### **DELIBERAÇÃO 57/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL RIO DOS CEDROS/SC**

Publicação Nº 1422217

DELIBERAÇÃO Nº 57/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Rio dos Cedros.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 01 de Novembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

## **DELIBERAÇÃO 58/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PLANO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA RIO DOS CEDROS\_POMERODE\_INDAIAL**

Publicação Nº 1422218

DELIBERAÇÃO Nº 58/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO PLANO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – RUE, NA REGIÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições, e,

Considerando a solicitação do Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência – RUE, do Médio Vale do Itajaí, apresentado na Reunião Ordinária de CIR em 01/11/2017, para que houvesse manifestação dos interessados em alterar, incluir ou rever habilitações em unidades de saúde dos respectivos municípios desta CIR; e

Considerando as manifestações para inclusões e alterações recebidas dos municípios desta CIR.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano da Rede de Urgência e Emergência da Região do Médio Vale do Itajaí, conforme solicitações relacionadas à seguir:

I. Município de Rio dos Cedros: Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros, requer a alteração da Habilitação de 40 de internação em cuidados prolongados - UCP, para 15.

II. Município de Pomerode: Hospital e Maternidade Rio do Teste, requer a habilitação para Porta de Entrada em Hospital Geral e 10 leitos para Retaguarda.

III. Município de Indaial: Hospital Beatriz Ramos, requer a habilitação para Porta de Entrada em Hospital Geral.

IV. Município de Timbó: Hospital e Maternidade OASE, requer a Habilitação para Porta de Entrada em Hospital Geral, 2 Leitos de AVC, 10 Leitos de Cuidados Prolongados, 8 Leitos de UTI Neonatal – Tipo II.

Art. 2º As propostas foram apresentadas em Reunião Ordinária de CIR do dia 01 de Novembro de 2018.

Art. 3º Esta Deliberação deve ser encaminhada ao Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência para que os tramites necessários sejam cumpridos.

Art. 4º A exposição de motivos, justificativas e aprovação dos respectivos conselhos locais, estão anexos à esta deliberação.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 01 de Novembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

## **DELIBERAÇÃO 59/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PLANO DE TRABALHO FINANCEIRO**

Publicação Nº 1422220

DELIBERAÇÃO Nº 59/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO FINANCEIRO DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições, e,

Considerando a importância da participação nos eventos destinados aos gestores e técnicos municipais da área da Saúde; e

Considerando a discussão sobre o transporte para o 67º Encontro do COSEMS SC em Joinville, ocorrida na Reunião Ordinária desta CIR em 01/11/2017.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Trabalho Financeiro da CIR do Médio Vale do Itajaí, transferindo na medida da necessidade, o saldo financeiro disponível para Hospedagem, para utilização com o custeio de Transporte.

Art. 2º Os recursos financeiros estão disponíveis no Fundo Municipal de Saúde de Indaial. Art. 3º Esta deliberação foi aprovada em Reunião Ordinária de CIR do dia 01/11/2017.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 01 de Novembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 60/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PPI AMBULATORIAL RODEIO/SC**

Publicação Nº 1422223

DELIBERAÇÃO Nº 60/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA PACTUAÇÃO DA PPI DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as alterações da Pactuação da PPI da Assistência Ambulatorial, encaminhada pelo município de Rodeio.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 06 de Novembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 61/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PLANO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA BRUSQUE/SC**

Publicação Nº 1422328

DELIBERAÇÃO Nº 61/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO PLANO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – RUE, NA REGIÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições, e,

Considerando a solicitação do Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência – RUE, do Médio Vale do Itajaí, apresentado na Reunião Ordinária de CIR em 01/11/2017, para que houvesse manifestação dos interessados em alterar, incluir ou rever habilitações em unidades de saúde dos respectivos municípios desta CIR; e

Considerando as manifestações para inclusões e alterações recebidas dos municípios desta CIR.

Resolve:

Art. 1º Aprovar “ad referendum” a alteração do Plano da Rede de Urgência e Emergência da Região do Médio Vale do Itajaí, conforme solicitações relacionadas à seguir:

I. Município de Brusque: Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, requer a alteração da Habilitação de mais 03 leitos de Unidade de Terapia Intensiva, totalizando 07 e a Habilitação como Centro de Atendimento de Urgência Tipo I aos pacientes com Acidente Vascular Encefálico – AVE.

Art. 2º Esta Deliberação deve ser encaminhada ao Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência para que os tramites necessários sejam cumpridos.

Art. 3º A exposição de motivos e justificativas, estão anexos à esta deliberação.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 07 de Novembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

**DELIBERAÇÃO 62/2017 - CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - PLANO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - BLUMENAU/SC**

Publicação Nº 1422329

DELIBERAÇÃO Nº 62/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO PLANO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – RUE, NA REGIÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições, e,

Considerando a solicitação do Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência – RUE, do Médio Vale do Itajaí, apresentado na Reunião Ordinária de CIR em 01/11/2017, para que houvesse manifestação dos interessados em alterar, incluir ou rever habilitações em unidades de saúde dos respectivos municípios desta CIR; e

Considerando as manifestações para inclusões e alterações recebidas dos municípios desta CIR.

Resolve:

Art. 1º Aprovar “ad referendum” a alteração do Plano da Rede de Urgência e Emergência da Região do Médio Vale do Itajaí, conforme solicitações relacionadas à seguir:

I. Município de Blumenau: Fundação Hospitalar de Blumenau, requer 5 novos leitos de Terapia Intensiva (UTI) – Adulto Tipo II e 2 leitos de Terapia Intensiva (UTI) – Pediátrico Tipo II.

Art. 2º Esta Deliberação deve ser encaminhada ao Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência para que os tramites necessários sejam cumpridos.

Art. 3º A exposição de motivos e justificativas, estão anexos à esta deliberação.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 07 de Novembro de 2017.

Ronie Gilberto Loewen  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

## **EDITAL 16.2017 - CONSOLIDADO - ERRATA 08.11.2017**

Publicação Nº 1422594

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2017**

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI - CNPJ nº 03.269.695/0001-08. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, com entregas parceladas nos municípios consorciados, durante o prazo de doze meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> (Acesso identificado), com ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS das 08 horas do dia 10/11/2017 até 08 horas do dia 23/11/2017, ABERTURA DAS PROPOSTAS/INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA às 08 horas e 30 minutos do dia 23/11/2017 e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 10 horas do mesmo dia (horário de Brasília-DF), podendo estender-se para os dias seguintes, atendendo-se necessidade técnica-operacional.

O Edital encontra-se disponível em [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br). Informações complementares serão prestadas na sede do CISAMVI, Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro da Velha, em Blumenau/SC, ou fone (47) 3331-5812 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau (SC), 08/11/2017.

Mathias Kohler - Presidente do CISAMVI | Cleones Hostins – Diretor Executivo

### **LICITAÇÃO Nº 16/2017 - PREGÃO ELETRONICO**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, Consórcio Público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro da Velha, CEP 89036-200, em Blumenau/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO” visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado em obediência ao disposto na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, nos Decretos Federais nº. 3.555/00 nº. 5.450/05 e nº. 7.892/13; na Resolução nº. 120, de 15/08/2016; e, subsidiariamente, às Leis Federais nº. 8.078/90 (CDC), nº. 8.666/93 nº. 9.784/99 e suas alterações e demais legislações complementares, na forma e datas abaixo:

A. TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

B. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:

a. Das 08 horas do dia 10/11/2017 até 08 horas do dia 23/11/2017.

C. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / ABERTURA DAS PROPOSTAS:

a. Às 08 horas e 30 minutos do dia 23/11/2017.

D. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

a. Às 10 horas do dia 23/11/2017.

E. REFERÊNCIA DE TEMPO:

a. Horário de Brasília (DF)

F. LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”

G. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau – SC – 89.036-200

E-mail: [licitacao@cisamvi.sc.gov.br](mailto:licitacao@cisamvi.sc.gov.br);

Site: <http://cisamvi.sc.gov.br/publicacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos/licitacoes/2017>

Telefone: (47) 3331-5812

A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes, se necessário.

#### **1. DO OBJETO:**

1.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI: Municípios de Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio Dos Cedros, Rodeio, Timbó, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

1.1.1 Elenco padronizado de medicamentos da Farmácia Básica e Pronto Atendimento, conforme termo de referencia (Anexo I):

1.2 O prazo de validade da Ata de Registro não superará 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

#### **2 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO:**

2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada município Consorciado, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 A contratação com os fornecedores vencedores do certame será formalizada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, por intermédio de Ata de Registro de Preços e Autorização de Fornecimento realizadas diretamente pelos municípios

Consorticiados, através de sistema informatizado web.

2.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível online, sendo a ATA de Registro de Preços, as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelo município Consorticiado diretamente neste sistema.

2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, que serão emitidas através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo VII.

2.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, após envio.

2.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo VII, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.

2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-lhe qualquer sanção;

2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizado através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.

2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf".

2.1.8 - O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Município solicitante (Anexo III), com a respectiva Nota Fiscal, que deverá ser Eletrônica.

2.2 Os medicamentos não deverão ter sua validade inferior a 12 (doze) meses, ou inferior à 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Em ambos os casos, a contar da data da entrega do produto, nos locais indicados na Autorização de Fornecimento. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio, observando-se o prazo de trinta dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

2.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Município Consorticiado correrão por conta do fornecedor.

2.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento de todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2.5 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

2.6 Apenas serão aceitas propostas de medicamentos nas formas farmacêuticas comprimidos, cápsulas ou drágeas, cuja embalagem primária permita o fracionamento, exceto quando acondicionado em frasco, condição que impossibilita o fracionamento.

2.6.1 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº. 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.

2.6.2 No caso de inexistência de registro na ANVISA de determinado medicamento sob a forma farmacêutica sólida, administrada por via oral, na apresentação acima descrita, poderão ser acatadas propostas que não atendam o supracitado, de acordo como o item 2.6.1.

2.7 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº. 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

2.8 Em caso de necessidade de recolhimento do medicamento, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas do fornecedor, e imediatamente substituído por medicamento equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

### 3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1 O Consórcio não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores os itens relacionados, nem as quantidades indicadas no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, notificado pelo CISAMVI, o beneficiário do Registro de Preços vigente terá preferência em readequar seu preço ao novo lance de preço inferior ao seu, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e Artigo 7º do Regulamento Federal.

### 4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos por colaboradores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, através de seu Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

4.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

### 5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o acolhimento e abertura das propostas, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

5.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas em Edital e replicadas no sistema para a abertura das propostas.

5.3 O preço de cada item terá como teto a tabela CMED, em sua versão mais atualizada ao tempo da realização das propostas do pregão, a qual se encontra disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos>, sendo invalidados os lances a maior.

5.4 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

5.5 A proposta deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL do produto cotado, embalagem primária, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado (Anexo I).

5.6 A proposta deverá conter ainda, referente ao produto, o número do registro na ANVISA, que contenha 13 dígitos.

5.7 Só serão aceitas propostas de medicamentos nas formas farmacêuticas comprimidos, cápsulas ou drágeas, cuja embalagem primária permita o fracionamento, exceto quando acondicionado em frasco, condição que impossibilita o fracionamento.

5.8 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.

5.9 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

5.10 A abertura da sessão pública será às 08 horas e 30 minutos e início da sessão de disputa de lances será às 10 horas do dia 23/11/2017. A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes se necessário.

5.11 Da referencia de tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## 6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.

6.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

6.2.1 Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

6.2.2 Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração direta de um dos entes consorciados motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;

6.2.3 Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

6.2.4 Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

6.2.5 As hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;

6.2.6 Estejam em situação fiscal irregular perante o RGPS/INSS e/ou FGTS.

6.2.7 Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo CISAMVI em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.

6.3 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº. 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº. 103/2007.

6.3.1 A declaração constante no Anexo V também deverá ser entregue juntamente com a documentação.

## 7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.1 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.2 Responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;

7.1.3 Abrir as propostas de preços;

7.1.4 Analisar a aceitabilidade das propostas;

7.1.5 Desclassificar propostas, indicando os motivos;

7.1.6 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

7.1.7 Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

7.1.8 Declarar o vencedor;

7.1.9 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;

7.1.10 Elaborar a ata da sessão;

7.1.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;

7.1.12 Instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

## 8 CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

8.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

8.2 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

8.3 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## 9 PARTICIPAÇÃO

9.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

9.2 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega dos medicamentos nos locais e prazos definidos, sob pena de aplicação de multa diária pelo inadimplemento da obrigação assumida.

## 10 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, 08 horas e 30 minutos do dia 23/11/2017 terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas. Após o prazo previsto para acolhimento (até às 08 horas do dia 23/11/2017) o sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

10.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

10.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

10.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.6 Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

10.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

10.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

10.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo "extra". O período de tempo "extra" ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

10.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

10.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

10.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

10.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.

10.15 POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRES) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE (ANEXO II), PARA O SEGUINTE ENDEREÇO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017 - CISAMVI

Endereço: Rua Alberto Stein, 466 - 3º andar - Bairro Velha - Blumenau (SC) - CEP 89.036-200.

10.16 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até a análise da documentação original, após o recebimento da mesma, dentro das condições dispostas no item 18.6.1.

10.16.1 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 18.6.1, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

10.17 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

10.18 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

10.19 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

10.20 O preço vencedor de cada item será registrado para fornecimento durante 12 (doze) meses, sem reajuste.

10.21 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o item/lote do objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

## 11 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

11.1 A licitante vencedora, deverá enviar ao Consórcio, no prazo estipulado no item 10.15, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

11.2 A proposta deverá ser apresentada pela Denominação Comum Brasileira (DCB) do(s) princípio(s) ativo(s) e, quando houver a marca ou nome sob o qual o mesmo é comercializado, deverá obedecer às especificações técnicas constantes no Anexo I, contendo: teor, concentração ou dosagem, forma farmacêutica ou apresentação (ex: comprimido, cápsula, líquido, etc.) embalagem e identificação correspondente por extenso (ex: caixa c/ 20 comprimidos, caixa c/ 05, frascos de 100 ml. etc.), identificando o número do lote ao qual corresponde no Edital da Licitação.

11.3 Cada proponente deverá evidenciar na proposta o fabricante dos produtos ofertados e o país de origem, caso não seja nacional.

11.4 O número do registro do produto cotado na proposta deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem e forma farmacêutica cotada.

11.5 As propostas deverão conter valor unitário e total arrematado de cada item, em moeda corrente, já inclusas, quaisquer outras despesas, tais como impostos, fretes para entrega nos locais estabelecidos no Edital, seguros, montagem, embalagem, etc.

11.6 Para composição do preço unitário e total do lote, os participantes deverão considerar até 03 (três) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula.

11.7 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

11.8 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 12 DA HABILITAÇÃO

12.1 A(s) empresa(s) licitantes vencedora(s) da disputa de lances deverá(ão) apresentar juntamente com a proposta de preços contida no Anexo II, os documentos abaixo discriminados, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após o encerramento da disputa do Pregão:

12.1.1 Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ;

12.1.2 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;

12.1.3 Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF;

12.1.4 Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da empresa;

12.1.5 Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;

12.1.6 Certidão Negativa de falência e concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;

12.1.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.1.8 Declarações, conforme modelo de que trata o Anexos IV, assinada por representante legal da proponente, de que:

12.1.8.1 Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

12.1.8.2 Concorda com os termos do Edital e dará pleno cumprimento ao contrato, caso sagre-se vencedora de itens/lotos do certame;

12.1.8.3 Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesesseis anos.

12.1.9 Cópia da Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização de medicamentos (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).

12.1.10 Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).

12.1.11 Cópia da Autorização Especial de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial União da empresa, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (Artigo 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde).

12.1.12 As distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no artigo 23, parágrafos 7ª e 8ª, da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da Autorização de Funcionamento e/ou Autorização de Funcionamento Especial ainda não tenha sido publicada(s) pela ANVISA, serão aceitos cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização prevista no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior.

12.1.13 Cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, do laboratório fabricante, para a linha de produção/forma farmacêutica, emitido pela autoridade sanitária brasileira - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - inclusive para produto importado.

12.1.14 No caso da empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a empresa licitante deverá apresentar contrato de terceirização contendo os produtos a serem terceirizados, bem como o Certificado de Boas Práticas de Fabricação para a linha de produção/forma farmacêutica da empresa fabricante.

12.1.15 Cópia do certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). Caso o Registro do produto esteja vencido, apresentar juntamente com Certificado de Registro do produto, o comprovante de protocolo de pedido de atualização do registro do produto, ou se for o caso, comprovar que o produto está dispensado do registro. Identificar com o número do item a que se refere.

12.1.16 Bula do medicamento (original ou cópia bem legíveis) que deverá, preferencialmente, estar colada em papel ofício identificada com o número do item a que se refere.

12.1.17 Dados cadastrais, conforme anexo VII.

12.1.18 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.

12.1.19 Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.

12.2 Os documentos deverão estar preferencialmente organizados na ordem das alíneas acima.

12.3 O licitante que optar pela remessa dos documentos pela via postal deverá comunicar tal fato pelo e-mail [licitacao@cisamvi.sc.gov.br](mailto:licitacao@cisamvi.sc.gov.br) até o final do prazo de que trata o ☐caput☐ do item 10.15, registrando-se que a postagem dos documentos da habilitação pode se dar até o último dia deste.

12.4 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para prévia autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

12.5 Quando o prazo de validade não constar no documento, somente será considerado válido aqueles emitidos em data de até 60 (sessenta) dias da sessão de abertura das propostas.

12.6 Ao pregoeiro e a equipe de apoio na licitação é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos apresentados.

12.7 Para todos os comprovantes de regularidade Fiscal com restrição, em caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, amparadas pela LC nº 123/06, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para sua regularização, sob pena de inabilitação/desclassificação e/ou decadência do direito de contratação.

## 13 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

13.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

13.1.1 Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, constando na embalagem do produto a observação ☐PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO";

13.1.2 Apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

13.1.3 Apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;

13.1.4 Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

13.1.5 Fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 2.2;

13.1.6 Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia.

13.1.7 Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Município Consorciado e CISAMVI na autorização de fornecimento;

13.1.8 Lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, online, disponibilizado pelo CISAMVI, conforme item 2.1.2.

13.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

13.1.10 Havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.

#### 14 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

14.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

#### 15 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

15.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. O pregoeiro deverá decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

15.2 Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção através do sistema eletrônico, imediatamente, após a empresa arrematante ser declarada vencedora da disputa pelo Pregoeiro. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

15.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

15.5 Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

15.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7 O licitante desclassificado, antes da fase de disputa, também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso, naquele momento.

15.8 Ao final da sessão, o licitante que desejar vistas ao processo deverá motivar imediatamente através do sistema eletrônico. O Pregoeiro agendará uma data e horário para tal diligência, de modo a não prejudicar o andamento da licitação e a etapa de análise de documentação.

15.9 As razões dos recursos deverão ser registradas via sistema eletrônico, em campo específico no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

#### 16 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

16.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o CISAMVI e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12 meses a partir da publicação da respectiva ATA de registro de preços.

16.1.1 Serão formalizadas atas entre o CISAMVI e os Fornecedores.

16.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

16.2.1 Será utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº. 2.200-2/2001.

16.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 18.6.1 deste Edital.

16.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

16.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, o CISAMVI poderá firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

16.6 A existência de preços registrados não obriga o CISAMVI ou os municípios Consorciados a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 17 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

17.1 Os preços não serão reajustados durante a ATA de Registro de Preços.

17.1.1 Os preços podem ser revistos durante a validade das Atas de Registro de Preços, conforme itens 18.7.2 e 19.1.1.

#### 18 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

18.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, imediatamente, através do sistema eletrônico, dentro dos 15 (quinze) minutos subsequentes ao término da fase de habilitação, no período aberto a recursos. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões

detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISAMVI. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.

18.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 18.1 acarretará na mesma consequência.

18.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante no momento oportuno, definido no 18.1

18.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI.

18.1.3.1 Os memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página, pelo representante legal da Recorrente. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.

18.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISAMVI para homologação.

18.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISAMVI, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

18.3.1 O(s) recurso(s) não conhecido(s) não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISAMVI.

18.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISAMVI para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

18.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

18.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

18.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, das obrigações assumidas pelas empresas participantes, ou do contrato, poderá o CISAMVI aplicar à empresa as seguintes sanções:

18.6.1.1 advertência;

18.6.1.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

18.6.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

18.6.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Ata;

18.6.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do inadimplido.

18.6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

18.7 A multa moratória prevista no item 18.6.1.3 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nos itens 18.6.1.4 e 18.6.1.5, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

18.7.1 Aplicar-se-á a multa prevista no item 18.6.1.5 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

18.7.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista no item 18.6.1.4, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista no item 18.6.1.5, caso o mesmo não seja aceito.

18.7.3 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 18.6.1.4 por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo CISAMVI.

18.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios Consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

18.10 Das decisões que cominarem penalidades, no caso do item 18.6.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

18.11 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

18.12 No caso do item 18.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

18.13 As multas eventualmente aplicadas, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

## 19 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o limite que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

19.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

19.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

19.1.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

19.1.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

19.1.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

19.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

19.1.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

19.1.3.2 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

19.1.3.3 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

19.1.3.4 Poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

19.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## 20 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

20.1 O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

20.1.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;

20.1.2 Recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

20.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado e da tabela CMED;

20.1.4 Tiver presentes razões de interesse público;

20.1.5 For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - Cisamvi ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

20.1.6 For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

20.1.7 Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo CISAMVI na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

20.1.8 Antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISAMVI e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.

20.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador, ou por comissão delegada.

20.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

## 21 DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA/FORNECIMENTO:

21.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o Consórcio emitirá e publicará a Ata de Registro de Preços na home-page e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

21.2 Formalizada a Ata de Registro de Preços e assinado a Ata, os licitantes vencedores se sujeitam a acatar o fornecimento regular pelo prazo de sua validade (12 meses), sob pena de aplicação das sanções estabelecidas neste Edital e/ou nas disposições legais pertinentes.

21.3 O CISAMVI, durante a validade da ata de registro de preços, utilizará sistema informatizado, acessível através da internet (sistema web), para gerenciamento e controle dos processos, ficando o fornecedor obrigado desde já a utilizá-lo e alimentá-lo sendo atribuído login e senha ao fornecido pelo CISAMVI, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelos municípios Consorciados e autorizadas pelo CISAMVI diretamente neste sistema.

21.4 Dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços, o Consórcio emitirá requisições de entrega dos itens solicitados utilizando para tanto sistema informatizado e o licitante vencedor terá o prazo de até 20 (vinte) dias corridos para o entrega dos produtos solicitados (prazo contado entre a data de solicitação e a entrega dos produtos). Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente ao CISAMVI pelo licitante fornecedor durante o seu transcurso e desde que presente motivo justo, aceito pelo Consórcio.

21.5 Caso o Fornecedor não confirme no prazo determinado no item anterior o recebimento da Requisição de Entrega, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

21.6 O controle da situação da Requisição de Entrega será realizada através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor,

através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 21.7.

21.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Requisição de Entrega, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf", bem como o arquivo XML correspondente.

21.8 Cada produto entregue quando registrado na Nota Fiscal por nome diverso daquele constante na especificação da Ata de Registro de Preços deverá conter também o número de lote constante da Ata de Registro de Preços, para melhor controle das entregas e liquidação da despesa.

21.9 O não atendimento do Edital por parte do licitante, o não atendimento as convocações do Pregoeiro e/ou do CISAMVI ou sua omissão na apresentação dos documentos e proposta escrita, assinatura da Ata ou concordância com o resultado do certame implicará em infração a presente licitação, e estará sujeito às penalidades previstas nos artigos 81 a 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações. Neste caso, o Consórcio poderá convocar os remanescentes, na ordem de classificação dos preços, para aceitar o objeto, ou então, revogar, parcial ou totalmente, a licitação, sem prejuízo da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

21.10 A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a ATA de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias a contar do envio via Sistema Informatizado e comunicado enviado ao e-mail cadastrado pelo licitante constante no ANEXO VII estará sujeito o licitante à penalidade de suspensão temporária, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

## 22 DA ENTREGA DO OBJETO:

22.1 As entregas serão mensais, nos locais determinados pelos Municípios, os quais, basicamente, serão os constantes no Anexo III, ficando a licitante vencedora obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado neste edital.

22.2 A requisição de entrega será emitida individualmente por cada município constante do ANEXO III, por meio de sistema informatizado para gerenciamento e envio da requisição de entrega ao fornecedor, respeitando por estes que cada pedido deverá ser realizado em até 20 (vinte) dias após o pedido.

22.3 A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos se dará pelo farmacêutico ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo III deste Edital.

22.4 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário serão aplicadas as penalidades previstas no item 18.6.1 deste Edital.

22.5 A cada três meses o licitante fornecedor fica sujeito a apresentação de cópia do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde conste o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopeia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

22.6 Todas as notas fiscais devem observar o disposto no item 21.7 deste Edital, conter a expressão "Pregão Eletrônico nº 016/2017", o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

22.7 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

22.8 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio, observando-se o prazo de trinta dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

22.9 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

22.10 Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº. 2.814, de 29/05/1998.

22.11 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

22.12 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

22.13 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

22.14 No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

22.15 Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

22.16 Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

22.17 Os produtos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

22.18 Os dados constantes na embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo e etc., deverá corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

22.19 Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

22.20 Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este Consórcio, no prazo de até 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

22.21 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22.22 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22.23 As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

22.24 Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

22.25 O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação.

22.26 Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para o Consórcio, sob pena da aplicação das penalidades previstas no item 18.6.1 deste Edital.

## 23 DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS

23.1 O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) mesmo(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

23.2 O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos.

23.3 O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

23.4 Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

23.5 Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o Consórcio. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

23.6 A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

## 24 DO PRAZO DE ENTREGA

24.1 Os fornecedores terão o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo III, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc., ressalvado a ocorrência da prorrogação estabelecida no item 18.6.1.3 deste Edital.

## 25 DO PAGAMENTO

25.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo CISAMVI em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente indicados pelo fornecedor, sendo preferencialmente Caixa Econômica Federal.

25.2 O CISAMVI efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, enviado conforme item 21.7.

25.3 Fica ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Requisição de Entrega tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

25.4 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

25.5 O Consórcio, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

25.6 Como condição para o recebimento de cada parcela, a licitante Contratada deverá manter os seguintes documentos atualizados no sistema informatizado, dentro dos seus prazos de validade (sem a necessidade do encaminhamento de nova documentação):

25.6.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;

25.6.2 Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

## 26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Caberá ao Consórcio a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

26.2 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Consórcio revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, ou, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Consórcio poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

26.3 Os fornecimentos a serem realizados em decorrência da licitação serão efetuados após regular assinatura da ATA de Registro de Preços, nos termos do art. 62 da Lei nº. 8.666/93, reconhecendo desde já o licitante que as requisições de entrega representam compromisso entre as partes, assim como a Ata de Registro de Preços.

26.4 Os preços registrados em ATA, nos termos deste Edital, não sofrerão reajustes, podendo ser revisados, conforme itens 18.7.2 e 19.1.1.

26.4.1 Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

26.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o Fornecedor, após a aprovação da ATA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

26.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

26.7 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer

fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.8 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.9 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação. Quando for o caso, estes poderão ser prestados via postal, no endereço do CISAMVI, com aviso de recebimento, fax ou correio eletrônico (e-mail).

26.10 O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.11 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.12 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes diretamente, por qualquer meio de comunicação (e-mail, fax, telefone, postal, etc.), ou, ainda, mediante publicação na home page [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br) ou na imprensa oficial (Diário Oficial dos Municípios de SC – DOM/SC).

26.13 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

26.14 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e no fiel cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades ressalvadas neste Instrumento Convocatório.

26.15 A quantidade relacionada no Anexo I serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

26.16 A detecção, pelo CISAMVI, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº. 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

26.17 A critério do CISAMVI, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta do fornecedor licitante.

26.18 Em caso de devolução do(s) material(ais) por estar(em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor licitante.

26.19 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a empresa vencedora deverá substituir o produto a ser fornecido por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

26.20 Maiores esclarecimentos a respeito do presente edital poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio ou na Secretaria Executiva do Consórcio, sito a Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, Bairro da Velha, Blumenau (SC), fone (47) 3331-5812.

26.21 Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante, os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

26.22 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço é de um ano, contado de sua publicação.

26.23 Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

26.24 É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

## 27 DA EQUIPE DE TRABALHO

27.1 Para acompanhamento do presente Edital, ficam designados os agentes de que trata a Resolução nº. 174, de 23/10/2017, para as funções de Pregoeiro e Equipe de Apoio.

## 28 SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

28.1 ANEXO I – Modelo Produtos e Quantitativos;

28.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;

28.3 ANEXO III - Endereço dos Locais de Entrega;

28.4 ANEXO IV - Declaração de Idoneidade, Cumprimento Pleno Dos Requisitos De Habilitação, Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

28.5 ANEXO V - Declaração De Microempresas E Empresas De Pequeno Porte;

28.6 ANEXO VI – Minuta Ata/Contrato;

28.7 ANEXO VII – Dados Cadastrais;

28.8 ANEXO VIII - Termo de Adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico

Blumenau (SC), 08 de Novembro de 2017.

CLEONES HOSTINS

Diretor Executivo do CISAMVI

## ANEXO I

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

PRODUTOS E QUANTITATIVOS

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
1	9.200	ACETILCISTEINA, 600 MG, GRANULADO PARA SOLUCAO ORAL, ENVELOPE, embalagem com no maximo 30 envelopes de 5g cada.	Envelope	0.7800

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
2	97.600	ACICLOVIR, 200 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006 ou blister com no maximo cinco comprimidos, embalagem secundaria com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.318
3	6.245.000	ACIDO ACETILSALICILICO, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 1.000 Comprimidos.	CR	0.015
4	735	ACIDO FOLICO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO ORAL - GOTAS, FRASCO COM 30,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Frascos.	Frasc/Bols	5.520
5	129.150	ACIDO FOLICO, 0,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 30,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Frascos.	ml	0.109
6	970.000	ACIDO FOLICO, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.040
7	350	ACIDO SALICILICO, 5%, POMADA, ESPECIALMENTE MANIPULADO, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	BN	1.190
8	2.695.000	Acidos graxos essenciais + Vitamina E + vitamina A, frasco de ate 200 ml, produto registrado no Ministerio da Saude como de grau III, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 50 frascos.	ml	0.019
9	32.660	AGUA DESTILADA, BIDEDESTILADA, ESTERIL, APIROGENICA, AMPOLA 10,00 ML, Embalagem Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.125
10	19.400	AGUA DESTILADA, BIDEDESTILADA, ESTERIL, APIROGENICA, AMPOLA 5,00 ML, Embalagem Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.180
11	67.000	ALBENDAZOL, 400 MG, COMPRIMIDO, comprimido mastigavel, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.428
12	23.200	ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Frascos.	Frasc/Bols	0.950
13	110	Alcatrao Mineral 1%, Pomada, ESPECIALMENTE MANIPULADO, Bisnaga Com 10 G Ou Mais, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	BN	1.170
14	600	ALENDRONATO DE SODIO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.471
15	225.000	ALENDRONATO DE SODIO, 70 MG, COMPRIMIDO, blister com 4 comprimidos.	CPR	0.235
16	989.000	ALOPURINOL, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.040
17	67.000	ALOPURINOL, 300 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.119
18	180.000	ALPRAZOLAM, 1 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.089
19	945.400	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE INFANTIL, FRASCO COM 100,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.014
20	974.900	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 6 MG/ML, XAROPE ADULTO, FRASCO COM 100,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.014
21	392.000	AMINOFILINA, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.051
22	2.700	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10,00 ML, Embalagem Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.709
23	592.000	AMIODARONA, 200 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.280
24	2.976.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem secundaria com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.027
25	75.000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 75 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.195
26	900.000	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.220
27	2.961.120	AMOXICILINA, 50MG/ML, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 60,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.039
28	396.000	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 500MG + 125MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.635
29	1.076.500	AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, 50MG + 12,5MG/ML, SUSPENSAO, FRASCO COM 75,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.088
30	12.840	AMPICILINA, 500 MG, CAPSULA OU COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 840 Unidades.	Unidade	0.184
31	18.600	AMPICILINA, SUSPENSAO, 50 MG/ML, FRASCO COM 60,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.036
32	544.000	ANLIDIPINO BESILATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.048
33	3.807.000	ANLIDIPINO BESILATO, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.020
34	127.000	ATENOLOL, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.046
35	4.738.940	ATENOLOL, 50 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.029
36	3.150	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 100 ampolas.	Ampola	0.250
37	24.200	AZITROMICINA 40 MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, com dosador graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	3.400
38	222.000	AZITROMICINA, 500 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem secundaria com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.530
39	2.010	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50 MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR C/ BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200,00 DOSES, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	15.000

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
40	800	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, PO PARA INALACAO ORAL, 400MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 100,00 DOSES, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	41.960
41	400	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM AEROGADOR NASAL, FRASCO 200,00 DOSES, embalagem individual em cartucho.	Frasc/Bols	15.000
42	1.610	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR, FRASCO 200,00 DOSES, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	40.3000
43	22.800	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA, diluida, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos-Ampolas.	FA	9.900
44	10.000	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 50 frascos-ampolas.	FA	7.990
45	2.300	BENZILPENICILINA, POTASSICA, ASSOCIADA A PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA, injetavel, frasco ampola + ampola diluente, embalagem com no maximo 50 frascos - ampolas.	FA	6.800
46	66.500	BENZOILMETRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 50,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.033
47	9.700	BETAMETASONA, ACETATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 3MG + 3MG/ML, INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	4.478
48	540.000	BIPERIDENO, 2 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.158
49	985.000	BROMAZEPAM, 3 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.075
50	148.000	BROMAZEPAM, 6 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.081
51	22.200	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 10,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Frascos.	ml	0.862
52	1.740	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO COM 120,00 DOSES, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	14.400
53	45.200	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO COM 120,00 DOSES OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho.	DS	0.170
54	1.530	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 64MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120,00 DOSES, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	28.800
55	72.000	BUPROPIONA CLORIDRATO, 150 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.300
56	3.048.600	CAPTOPRIL, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.014
57	2.216.000	CARBAMAZEPINA, 200 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem secundaria com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.065
58	40.800	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100,00 ML, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	4.700
59	68.560	CARBAMAZEPINA, 400 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.280
60	115.000	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.064
61	1.328.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CALCIO) + 400 UI, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.125
62	960.000	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 200U, CAPSULA OU COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	0.080
63	949.000	CARBONATO DE LITIO, 300 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem secundaria com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.145
64	1.436.000	CARVEDILOL, 12,5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.090
65	479.000	CARVEDILOL, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.130
66	310.000	CARVEDILOL, 3,125 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.080
67	604.000	CARVEDILOL, 6,25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.090
68	1.046.000	CEFALEXINA, 500 MG, CAPSULA, COMPRIMIDO OU DRAGEA, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	0.550
69	1.321.400	CEFALEXINA, 50 MG/ML, PO P/ SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 50,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.070
70	4.070	CEFTRIAXONA SODICA, 1 G, INTRAMUSCULAR, FRASCO-AMPOLA, Po Para Suspensao Injetavel, Com Diluente Lidocaina 1% Em Ampola De 1 ML, Uso Intramuscular, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Frascos.	FA	9.259
71	44.000	CETOCONAZOL, 200 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.180
72	186.000	CETOCONAZOL, 20 MG/G, CREME TOPICO, BISNAGA COM 20,00 G OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	g	0.043
73	18.000	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAMUSCULAR, AMPOLA 2,00 ML, IM e EV, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.280

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
74	19.200	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA, 2,5 MG/ML + 2 MG/ML + 100 MG/ML + 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA I COM VITAMINAS, AMPOLA II COM DEXAMETASONA, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	7.500
75	206.000	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.130
76	253.800	CILOSTAZOL, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.410
77	505.000	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.220
78	745.000	CITALOPRAM, 20 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.144
79	11.700	CLARITROMICINA, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	2.770
80	6.000	CLOMIPRAMINA, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.530
81	192.000	CLOMIPRAMINA, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.649
82	27.880	CLOMIPRAMINA, 75 MG, LIBERACAO LENTA, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	1.110
83	176.000	CLONAZEPAM, 0,5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.050
84	15.600	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUCAO ORAL- GOTAS, FRASCO 20,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Frascos.	Frasc/Bols	1.730
85	4.059.000	CLONAZEPAM, 2 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem secundaria com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.036
86	633.000	CLOPIDOGREL (bissulfato) 75 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 100 Comprimidos.	CR	0.399
87	19.000	CLORETO DE SODIO, 0,9 %, SPRAY NASAL, FRASCO COM 20,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.059
88	39.200	CLORETO DE SODIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCONIO, 0,9% + 0,01%, SOLUCAO NASAL, FRASCO COM 30,00 ML, com conta gotas, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	0.610
89	356.000	CLORPROMAZINA, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.162
90	196.000	CLORPROMAZINA, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.180
91	820	CLORPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUCAO ORAL - GOTAS, FRASCO COM 20,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	4.360
92	400	CLORPROMAZINA, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	0.870
93	55.000	CLORTALIDONA, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.093
94	245.000	CODEINA, 30 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.697
95	185.900	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI + 1%, POMADA, BISNAGA COM 15,00 G OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	g	0.206
96	3.600	Complexo B + Frutose + acido ascorbico EV, AMPOLA COM 10,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	ml	0.410
97	992.000	CUMARINA, ASSOCIADA COM TROXERRUTINA, 15 MG + 90 MG, DRAGEA, Embalagem Com No Maximo 600 Drageas.	DR	0.119
98	300	DESLANOSIDO, 0,2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.215
99	500	DEXAMETASONA, 0,05 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	5.400
100	91.800	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10,00 G, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Bisnagas.	BN	0.060
101	2.000	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	0.430
102	48.500	DEXAMETASONA, 4 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.130
103	5.300	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2,50 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	0.599
104	767.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 100,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.008
105	288.600	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.052
106	991.520	DIAZEPAM, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.033
107	258.000	DIAZEPAM, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.038
108	3.000	DIAZEPAM, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.553
109	378.000	DICLOFENACO, SAL POTASSICO, 50 MG, COMPRIMIDO, embalagem com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.024
110	42.650	DICLOFENACO, SAL SODICO, 25MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 3,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	0.519

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
111	60.000	DICLOFENACO, SAL SODICO + CODEINA FOSFATO, 50MG + 50 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	2.951
112	3.160	DIGOXINA, 0,05 MG/ML, ELIXIR, FRASCO 60,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	5.700
113	435.000	DIGOXINA, 0,25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.040
114	714.000	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.104
115	127.000	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50MG + 10MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.155
116	7.350	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50MG + 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.230
117	7.300	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, EV, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	2.599
118	870.000	DIOSMINA, ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450MG + 50MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.324
119	1.431.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.062
120	27.800	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA COM 2,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.1640
121	264.000	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO ORAL (GOTAS), FRASCO COM 10,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Frascos.	ml	0.050
122	3.360	DIVALPROATO DE SODIO, 125 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.800
123	18.000	DIVALPROATO DE SODIO, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.660
124	106.000	DOMPERIDONA, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.066
125	54.700	DOMPERIDONA, 1 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 60,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.075
126	900.000	DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.090
127	45.600	DOXICICLINA, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.132
128	7.285.000	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.025
129	2.550.000	ENALAPRIL MALEATO, 20 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.039
130	600	ENOXAPARINA, 20MG/0,2 ML, INJETAVEL, SERINGA PRE-ENCHIDA, SERINGA, subcutanea, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Seringas.	SRG	7.720
131	22.100	ENOXAPARINA, 40MG/0,4 ML, INJETAVEL, SERINGA PRE-ENCHIDA, SERINGA, subcutanea, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Seringas.	SRG	10.710
132	1.607	ENOXAPARINA, 60MG/0,6 ML, INJETAVEL, SERINGA GRADUADA, SERINGA, subcutanea, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Seringas.	SRG	15.898
133	100	ENOXAPARINA, 80MG/0,8 ML, INJETAVEL, SERINGA GRADUADA, SERINGA, subcutanea, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Seringas.	SRG	18.666
134	3.000	EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 100 ampolas.	Ampola	2.650
135	23.400	ERITROMICINA, ESTOLATO, 500 MG, COMPRIMIDO OU DRAGEA, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	2.563
136	33.000	ERITROMICINA, ESTOLATO, 50 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 50,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.095
137	597.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10 MG, COMPRIMIDO OU DRAGEA, blister fracionavel com lote e validade, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	0.390
138	212.000	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 10,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.345
139	4.650	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 mg/mL, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas	Ampola	0.70
140	17.200	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA, 4MG + 500MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.290
141	27.441	ESPIRAMICINA, 1.500.000 UI, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	3.090
142	34.000	ESPIRONOLACTONA, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.350
143	1.570.000	ESPIRONOLACTONA, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.110
144	2.800	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORETISTERONA ENANTATO, 5MG + 50MG/1ML, INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	6.400
145	168.088	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Individual Com Blister de 28 Comprimidos, Embalagem Com No Maximo 700 Comprimidos.	CR	0.540
146	450	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625 MG/G, CREME VAGINAL, BISNAGA 25,00 G, com 1 aplicador, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	BN	19.710
147	160.000	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA (AESCULUS HIPPOCASTANUM L.), 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.164

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
148	880.000	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.), O,1 ML/ ML, XAROPE, FRASCO COM 100,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.016
149	657.000	FENITOINA SODICA, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.215
150	1.380	FENITOINA SODICA, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.610
151	666.000	FENOBARBITAL SODICO, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.071
152	3.550	FENOBARBITAL SODICO, 40 MG/ML, SOLUCAO ORAL - GOTAS, FRASCO 20,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	2.500
153	18.000	FENOFIBRATO, 200 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.750
154	20.250	FENOTEROL BROMIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	2.200
155	101.800	FINASTERIDA, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.254
156	231.200	FLUCONAZOL, 150 MG, CAPSULA, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006 ou blister com no maximo duas capsulas embalagem secundaria com no maximo 600 capsulas.	CR	0.170
157	200	FLUFENAZINA, SAL ENANTATO, 25MG/ML, INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	3.940
158	87.600	FLUNARIZINA DICLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.071
159	4.837.000	FLUOXETINA, 20 MG, CAPSULA OU COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	0.034
160	7.600	FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 60 Ampolas.	Ampola	0.389
161	2.032.000	FUROSEMIDA, 40 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.033
162	100	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA COM 1,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	ml	0.557
163	780	GENTAMICINA, SAL SULFATO, 5 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	7.690
164	2.510.000	GLIBENCLAMIDA, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.018
165	305.000	GLICLAZIDA, 30 MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.256
166	1.130.000	GLICLAZIDA, 60 MG, LIBERACAO PROLONGADA, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.250
167	300	GLICONATO DE CALCIO, 10%, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	1.640
168	2.670	GLICOSE, 25%, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.230
169	5.420	GLICOSE, 50%, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.234
170	248.000	GLIMEPIRIDA, 2 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.071
171	52.000	HALOPERIDOL, 1 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.104
172	22.700	HALOPERIDOL, 2 MG/ML, SOLUCAO ORAL-GOTAS, FRASCO COM 10,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Frascos.	ml	0.103
173	444.000	HALOPERIDOL, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.089
174	2.030	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.730
175	8.140	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	6.070
176	1.150	HEPARINA SODICA, 5.000 UI/0,25 ML, INJETAVEL, AMPOLA 0,25 ML, para uso subcutaneo, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 100 ampolas.	Ampola	3.970
177	8.870.000	HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.013
178	3.600	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 100 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA, com diluente, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frasco-Ampolas.	FA	2.879
179	8.850	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SODICO, 500 MG, PO LIOFILO P/ INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA, com diluente, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frasco-Ampolas.	FA	4.890
180	786.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO, ASSOCIADO AO HIDROXIDO DE MAGNESIO, 60 MG + 40 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 100,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.026
181	200	HIDROXIDO DE FERRO III, SOLUCAO INJETAVEL, EQUIVALENTE A 20MG/ML DE FERRO III, AMPOLA 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	4.949
182	20.000	HIDROXIZINA CLORIDRATO, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.150
183	35.000	HIDROXIZINA CLORIDRATO, 2 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 50,00 ML OU MAIS, com dosador graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.040
184	250.000	IBUPROFENO, 300 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.078

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
185	54.600	IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	0.959
186	4.000.000	IBUPROFENO, 600 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.065
187	1.024.000	IMIPRAMINA, CLORIDRATO, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.294
188	6.200	IMIPRAMINA, PAMOATO, 75 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	1.700
189	1.320	IPRATROPIO BROMETO, 0,02MG/DOSE, AEROSSOL + FRASCO DOSIFICADOR, FRASCO 200,00 DOSES, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	18.180
190	17.370	IPRATROPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO 20,00 ML, gotas, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	0.638
191	520.500	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.217
192	213.150	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.310
193	352.360	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.068
194	107.000	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.169
195	19.600	IVERMECTINA, 6 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.180
196	601.440	LACTULOSE, 667 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.057
197	425.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 100MG + 25 MG, COMPRIMIDO, comprimido bissulado, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.866
198	162.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A BENSERAZIDA, 200MG + 50MG, COMPRIMIDO, comprimido bissulado, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.600
199	226.000	LEVODOPA, ASSOCIADO A CARBIDOPA, 250MG + 25MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.570
200	20.200	LEVOFLOXACINO, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.570
201	244.000	LEVOMEPROMAZINA, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.600
202	664.000	LEVOMEPROMAZINA, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.300
203	900	LEVOMEPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 20,00 ML , Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	6.940
204	538.600	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL, 0,15MG + 0,03MG, BLISTER CALENDARIO COM 21 COMPRIMIDOS	CR	0.020
205	1.894.000	LEVOTIROXINA SODICA, 100 MCG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.060
206	2.290.000	LEVOTIROXINA SODICA, 25 MCG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.059
207	2.490.000	LEVOTIROXINA SODICA, 50 MCG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.055
208	10.250	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30,00 G, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	BN	1.590
209	3.300	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL, FRASCO 20,00 ML, com vasoconstritor, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	2.340
210	4.400	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, INJETAVEL, FRASCO 20,00 ML, sem vasoconstritor, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	1.817
211	750	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, solucao injetavel, sem vasoconstritor, Tubete 1,8 mL, embalagem com no maximo 100 tubetes.	TB	0.880
212	700	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM NOREPINEFRINA, 2% + 1:50.000, INJETAVEL, TUBETE 1,80 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Tubetes.	TB	0.830
213	490.500	LORATADINA, 10MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.044
214	525.500	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 30,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.018
215	64.200	LORAZEPAM, 2 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.068
216	7.630.000	LOSARTANA POTASSICA, 50 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 1000 Comprimidos.	CR	0.032
217	11.000	MEBENDAZOL, 100 MG, COMPRIMIDO, comprimido mastigavel, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.043
218	3.700	MEBENDAZOL, 20 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 30,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	0.890
219	10.400	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 14 Comprimidos.	CR	0.807
220	4.200	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MG/ML, SUSPENSAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	9.800
221	2.320.000	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.055
222	6.035.000	METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.042
223	1.206.700	METILDOPA, 250 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.179

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
224	166.200	METILDOPA, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.270
225	211.920	METILFENIDATO CLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.922
226	582.800	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.057
227	12.200	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	0.580
228	19.800	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	0.266
229	30.000	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100 MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	1.350
230	547.600	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERACAO CONTROLADA, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.800
231	15.000	METRONIDAZOL, 100 MG/G, GEL VAGINAL, COM APLICADOR, BISNAGA 50,00 G, com 7 (sete) aplicadores, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	BN	3.450
232	399.000	METRONIDAZOL, 250 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006 ou blister com no maximo 10 comprimidos, embalagem secundaria com no maximo 600 comprimidos.	CR	0.096
233	67.000	METRONIDAZOL, 400 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.284
234	40.250	MICONAZOL NITRATO, 20 MG/G, GEL VAGINAL, COM APLICADOR, BISNAGA 80,00 G, com 7 (sete) aplicadores, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas. UNIDADE DE MEDIDA BISNAGA	Bisnaga	0.0400
235	46.000	MORFINA, SULFATO, 10MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.354
236	2.050	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.480
237	35.700	MORFINA, SULFATO, 30MG, CAPSULA OU COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	0.953
238	378.100	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA, BISNAGA COM 10,00 G OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Bisnagas.	g	0.107
239	32.000	NIFEDIPINO, 10 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.027
240	164.000	NIFEDIPINO, 20 MG, RETARD, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.060
241	3.004.000	NIMESULIDA, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.049
242	7.600	NIMESULIDA, 50 MG/ML, SOLUCAO ORAL - GOTAS, FRASCO 15,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	1.200
243	475.500	NISTATINA, 100.000 UI/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 30,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.050
244	318.700	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL, BISNAGA COM 40,00 G OU MAIS, com 7 (sete) aplicadores, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	g	0.057
245	129.000	NITROFURANTOINA, 100 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.140
246	100.000	NORETISTERONA, 0,35 MG, BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES, COMPRIMIDO.	CR	0.165
247	252.600	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.240
248	190.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.367
249	155.000	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 75 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsula.	Capsulas	0.900
250	372.000	Oleo Mineral 100%, uso oral, adulto e pediatrico, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 50 frascos.	ml	0.017
251	12.425.000	OMEPRAZOL, 20 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.033
252	2.650	OMEPRAZOL, 40 MG, INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA, Po Liofilo Para Injetavel, Com Diluente, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frasco-Ampolas.	FA	5.800
253	3.050	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETAVEL, AMPOLA COM 2,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	0.3000
254	6.200	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	2.210
255	600	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	1.650
256	230.000	ORFENADRINA CITRATO, ASSOCIADA COM DIPIRONA E CAFEINA, 35MG + 300MG + 50MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.095
257	10.000	OXCARBAZEPINA, 300 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.600
258	34.280	OXCARBAZEPINA, 600 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.809
259	1.810	OXCARBAZEPINA, 60 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	20.000
260	39.000	OXIBUTININA CLORIDRATO, 1 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 60,00 ML OU MAIS, com dosador graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.058
261	609.500	PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 10,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.056

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
262	3.185.000	PARACETAMOL, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.037
263	947.000	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM CODEINA, 500MG + 30MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.220
264	360.720	PAROXETINA CLORIDRATO, 20 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.150
265	165.000	PENTOXIFILINA, 400 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.576
266	12.700	PERMANGANATO DE POTASSIO, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.050
267	612.500	PERMETRINA, 10 MG/ML, LOCAO, FRASCO COM 60,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.022
268	6.450	PERMETRINA, 50 MG/ML, LOCAO, FRASCO 60,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	2.280
269	9.300	PIRIMETAMINA, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.068
270	116.000	PIROXICAM, 20 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.117
271	725.000	PREDNISOLONA FOSFATO SODICO, 3 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 30,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.042
272	527.000	PREDNISONA, 20 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.230
273	476.200	PREDNISONA, 5 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.119
274	210.200	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.068
275	10.250	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.220
276	435.000	PROPATILNITRATO, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.349
277	65.000	PROPILOTOURACIL, 100 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.535
278	1.963.000	PROPANOLOL CLORIDRATO, 40 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.013
279	1.083.000	RANITIDINA CLORIDRATO, 150 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.058
280	7.415	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	0.417
281	9.750	RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 50.000 UI + 10.000 UI/ML, SOLUCAO ORAL - GOTAS, FRASCO 20,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	7.600
282	35.000	RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL E OXIDO DE ZINCO, 5.000UI + 900UI + 150MG/G, POMADA, BISNAGA COM 25,00 G OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	g	0.055
283	773.000	RISPERIDONA, 1 MG, COMPRIMIDO , Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.080
284	450	RISPERIDONA, 1 MG/ML, SOLUCAO ORAL, COM PIPETA DOSADORA, FRASCO 30,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	7.110
285	255.000	RISPERIDONA, 2 MG, COMPRIMIDO , Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.129
286	58.900	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PO, COMPOSTO POR: CLORETO SODIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1.000ML DE SOLUCAO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G, ENVELOPE, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Envelopes.	Envelope	0.456
287	380.000	SALBUTAMOL, 0,4 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.008
288	35.950	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200,00 DOSES, Embalagem Individual Em Cartucho.	Frasc/Bols	6.820
289	6.000	SALBUTAMOL, 2 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.173
290	17.700	SECNIDAZOL, 1.000 MG, COMPRIMIDO, blister fracionavel conforme RDC ANVISA 80/2006 ou blister com no maximo quatro comprimidos embalagem secundaria com no maximo 600 capsulas.	CR	0.550
291	1.594.000	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.095
292	44.100	SIMETICONA, 75 MG/ML, EMULSAO ORAL, FRASCO COM 10,00 ML OU MAIS, frasco conta-gotas, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Frascos.	ml	0.088
293	150.000	SINVASTATINA, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.051
294	6.795.000	SINVASTATINA, 20 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.053
295	2.613.000	SINVASTATINA, 40 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.115
296	15.000	SULFADIAZINA, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.150
297	284.600	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME, BISNAGA COM 30,00 G OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	g	0.110
298	263.000	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.076
299	398.900	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG + 8MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 50,00 ML OU MAIS, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.017

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Estimado R\$
300	1.200	SULFATO DE MAGNESIO, 50%, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	Ampola	1.190
301	57.350	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUCAO ORAL, FRASCO 30,00 ML, frasco conta-gotas, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	0.650
302	1.731.200	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, COMPRIMIDO Revestido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.030
303	20.600	SULPIRIDA, 50 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.549
304	13.000	TANSULOSINA, 0,4 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.980
305	3.150	TENOXICAM, 20 MG, INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA, com diluente, uso IM (Intramuscular) e IV (Intravenosa), Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frasco-Ampolas.	FA	3.909
306	48.000	TEOFILINA, 100 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.454
307	1.240	TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETAVEL, AMPOLA 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	1.670
308	650	TIAMINA, 100 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA COM 1,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	8.450
309	31.000	TIAMINA, 300 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.139
310	3.050	TIMOLOL, 0,5%, SOLUCAO OFTALMICA, FRASCO COM 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	1.100
311	8.650	TOBRAMICINA 3 MG/ML, SOLUCAO OFTALMICA, ESTERIL, FRASCO COM 5 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	2.980
312	20.500	TRAMADOL CLORIDRATO, 100 MG/ML, SOLUCAO ORAL- GOTAS, FRASCO COM 10,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	ml	0.659
313	704.400	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.104
314	44.300	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA COM 1,00 ML OU MAIS, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	Ampola	0.7530
315	1.312.000	VALPROATO DE SODIO, 250 MG, CAPSULA, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	Capsulas	0.244
316	469.000	VALPROATO DE SODIO, 500 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.458
317	79.050	VALPROATO DE SODIO, 50 MG/ML, XAROPE, FRASCO 100,00 ML, Com Dosador Graduado, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	Frasc/Bols	1.900
318	49.800	VALSARTANA, 160 MG, COMPRIMIDO , Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.340
319	7.000	VARFARINA SODICA, 2,5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.280
320	530.000	VARFARINA SODICA, 5 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.090
321	82.000	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, 150 MG, LIBERACAO CONTROLADA, CAPSULA OU COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	1.000
322	568.000	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, 75 MG, CAPSULA OU COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Unidade	0.494
323	124.500	VERAPAMIL CLORIDRATO, 80 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CPR	0.058
324	1.417.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1(1,2 mg), B2 (1,3mg), B3 (16 mg), B5 (5 mg), B6 (1,3 mg), B12 (2,4mcg) COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.035
325	251.300	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSICAO MINIMA DE VITAMINAS: B1,B2,B3,B5 E B6, FRASCO 100,00 ML, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 50 frascos.	Frasc/Bols	2.000
326	20.300	ZOLPIDEM, 10 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.350

- Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

- A proposta deverá conter fabricante, marca e/ou nome comercial do produto cotado.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo do CISAMVI

ANEXO II  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 016/2017 - CISAMVI, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:  
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

**2 - PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 03 (três) casas decimais.

Item Quantidade Descrição UNIDADE Preço Estimado

**3 - CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**4 – LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

**5 – VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**6 - PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Doze meses, a partir da data de publicação.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante

**ANEXO III**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

**ENDEREÇO DOS LOCAIS DE ENTREGA**

Secretaria Municipal de Saúde de APIUNA/SC

Endereço: Avenida Florianópolis, 107

Bairro: Centro Fone: (47) 3353-0201

Cep. 89135-000 – Apiúna – SC

Responsável: Thayse

E-mail: saudeapiuna@terra.com.br

Secretaria Municipal de Saúde de ASCURRA/SC

Endereço: Rua Nossa Senhora De Lurdes, 47

Bairro: Centro Fone: (47) 3383-0169

Cep. 89138-000 – Ascurra – SC

Responsável: Aline e Lilian (Farmacêutico)

E-mail: farmacia@ascurra.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de BENEDITO NOVO/SC

Endereço: Rua Celso Ramos, 5040

Bairro: Centro Fone: (47) 3385-1653

Cep. 89124-000 – Benedito Novo – SC

Responsável: Mara

E-mail: farmacia.beneditonovo@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde de BLUMENAU/SC

Endereço: Rua Franz Volles, 145

Bairro: Itoupava Central Fone: (47) 3338-6005

Cep. 89066-100 – Blumenau – SC

Responsáveis: Lucinéia e Maria Luiza (Farmacêuticas)

farmaciabasica.poli@blumenau.sc.gov.br e marialuiza@blumenau.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de BOTUVERÁ/SC

Endereço: Rua João Moreli, 05

Bairro: Centro Fone: (47) 3359-1204

Cep. 88295-000 – Botuverá – SC

Responsável: Andréia (farmacêutica)

E-mail: andreia.ingrit@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde de BRUSQUE/SC

Endereço: Rua Dr. Penido, 153 – Almoxarifado Central.

Bairro: Centro Fone: (47) 3351-2853  
Cep. 88350-460 – Brusque - SC  
Responsável: Sthefan  
E-mail: pedidos@smsbrusque.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de DOUTOR PEDRINHO/SC  
Endereço: Rua Santa Catarina, 93  
Bairro: Centro Fone: (47) 3388-0010  
Cep. 89126-000 – Doutor Pedrinho – SC  
Responsável: Lourena (Farmacêutica)  
E-mail: farmacia@doutorpedrinho.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de GASPAR/SC  
Endereço: Rua Vereador Augusto Beduschi, 98  
Bairro: Centro Fone: (47) 3703-3729  
Cep. 89110-000 – Gaspar – SC  
Responsáveis: Dorimar  
Email: farmácia.saude@gaspar.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de GUABIRUBA/SC  
Endereço: RUA 10 DE JUNHO, 195 Bairro: CENTRO  
Fone: (47) 3354-0991  
CEP. 88360-000 – GUABIRUBA – SC  
Responsáveis: Wilson e Heloá  
E-mail: wilson@guabiruba.sc.gov.br ou heloaklabunde@hotmail.com

Secretaria Municipal de Saúde de INDAIAL/SC  
Endereço: Rua Leoberto Leal, 155  
Bairro: Tapajós Fone: (47) 3333-0223  
Cep. 89130-000 – Indaial – SC  
Responsável: Silvani (Farmacêutica)  
E-Mail: farmacia@indaial.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de POMERODE/SC  
Endereço: Rua Luiz Abry, 259 – Farmácia Básica.  
Bairro: Centro Fone: (047) 3387-7600  
Cep: 89107-000 - Pomerode - Sc  
Responsável: Lígia Hoepfner (Farmacêutica)  
E-Mail: farmasaude@pomerode.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de RIO DOS CEDROS/SC  
Endereço: Av. Tiradente, 349  
Bairro: Centro Fone: (47) 3386-1050  
Cep. 89121-000 – Rio Dos Cedros – Sc  
Responsável: Francine (Farmacêutica)  
E-mail: farmacia@riodoscedros.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de RODEIO/SC  
Endereço: Rua Giacomo Furlani, 450  
Bairro: Centro Fone: (47) 3384-0161 (Ramal -203)  
Cep. 89136-000 – Rodeio – SC  
Responsável: Guilherme  
E-mail: guimatteussi@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde de TIMBÓ/SC  
Endereço: Rua Aracaju, s/n  
Bairro: Centro Fone: (47) 3399-0220  
Cep. 89120-000 – Timbó – SC  
Responsável: Ana  
E-mail: coordenacaofarmacia@timbo.sc.gov.br

ANEXO IV  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

#### DECLARAÇÃO

A (empresa), inscrita no CNPJ nº ..... , sediada à Rua ..... , por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, e que não existem fatos impeditivos para sua habilitação nesta licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Concorde com os termos do Edital e dará pleno cumprimento ao contrato, caso sagre-se vencedora de itens/lotos do certame;

- Em atendimento ao art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data: \_\_\_\_\_

Carimbo/CNPJ e assinatura do representante legal da empresa

OBS: a presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal

#### ANEXO V

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo:

Representante da empresa

Carimbo CNPJ:

#### ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

#### MINUTA DA ATA Nº \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, presentes o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, Consórcio Público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro Vela, CEP 89.036-200, em Blumenau/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo. Sr. Cleones Hostins, doravante denominado CISAMVI, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, situada à rua \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr \_\_\_\_\_, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Anexo III da Resolução nº 120, de 15/08/2016 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e no Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017-CISAMVI, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos municípios Consorciados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI: Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio Dos Cedros, Rodeio, Timbó, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

1.1.1 Elenco padronizado de medicamentos da Farmácia Básica e Pronto Atendimento, conforme termo de referencia (Anexo I):

1.2. O prazo de validade da Ata de Registro não superará 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

#### 2. ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1. O Consórcio não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores os itens relacionados, nem as quantidades indicadas no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, notificado pelo CISAMVI, o beneficiário do Registro de Preços vigente terá preferência em readequar seu preço ao novo lance de preço inferior ao seu, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e Artigo 7º do Regulamento Federal.

#### 3 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO:

3.1. As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada município consorciado, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.1.1. A contratação com os fornecedores vencedores do certame será formalizada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, por intermédio de Ata de Registro de Preços e Autorização de Fornecimento realizadas diretamente pelos municípios consorciados, através de sistema informatizado web.

3.1.2. Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível online, sendo a ATA de Registro de Preços, as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelos municípios Consorciados diretamente neste sistema.

3.1.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, que serão emitidas através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo

fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo VII do respectivo Edital.

3.1.4. O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, após envio.

3.1.4.1. Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

3.1.4.2. Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo VII, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.

3.1.5. Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-lhe qualquer sanção;

3.1.6. O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizado através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.

3.1.7. Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf".

3.1.8. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Município solicitante (Anexo III do Edital), com a respectiva Nota Fiscal, que deverá ser Eletrônica.

3.2. Os medicamentos não deverão ter sua validade inferior a 12 (doze) meses, ou inferior à 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Em ambos os casos, a contar da data da entrega do produto, nos locais indicados na Autorização de Fornecimento. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio, observando-se o prazo de trinta dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

3.3. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Município Participante correrão por conta do fornecedor.

3.4. Ficará sob total responsabilidade do Fornecedor, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento de todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.5. O Fornecedor deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

3.6. Apenas serão aceitos os medicamentos nas formas farmacêuticas comprimidos, cápsulas ou drágeas, cuja embalagem primária permita o fracionamento, exceto quando acondicionado em frasco, condição que impossibilita o fracionamento.

3.6.1. A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº. 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.

3.6.2. No caso de inexistência de registro na ANVISA de determinado medicamento sob a forma farmacêutica sólida, administrada por via oral, na apresentação acima descrita, poderão ser acatadas propostas que não atendam o supracitado, de acordo como o item 2.6.1.

3.7. O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº. 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

3.8. Em caso de necessidade de recolhimento do medicamento, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas do fornecedor, e imediatamente substituído por medicamento equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

#### 4 PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os fornecedores terão o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo III, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc., ressalvado a ocorrência da prorrogação estabelecida no item 18.6.1.3 do Edital.

#### 5. DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS

5.1. O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) mesmo(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

5.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos.

5.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

5.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

5.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o Consórcio. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

5.6. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### 6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo CISAMVI em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente indicados pelo fornecedor, sendo preferencialmente Caixa Econômica Federal.

6.2. O CISAMVI efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, enviado conforme item 21.7 do Edital.

6.3. Fica ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Requisição de Entrega tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

6.4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

6.5. O Consórcio, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

6.6. Como condição para o recebimento de cada parcela, a licitante Contratada deverá manter os seguintes documentos atualizados no sistema informatizado, dentro dos seus prazos de validade (sem a necessidade do encaminhamento de nova documentação):

6.6.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;

6.6.2. Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

## 7 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

7.1.1. Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, constando na embalagem do produto a observação ☐PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO”;

7.1.2. Apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

7.1.3. Apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;

7.1.4. Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

7.1.5. Fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 2.2;

7.1.6. Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia.

7.1.7. Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada município Consociado e CISAMVI indicados na autorização de fornecimento;

7.1.8. Lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, online, disponibilizado pelo CISAMVI, conforme item 2.1.2.

7.1.9. Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

Havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao CISAMVI, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.

## 8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

8.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.3 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, das obrigações assumidas pelas empresas participantes, ou do contrato, poderá o CISAMVI aplicar à empresa as seguintes sanções:

8.3.1. advertência;

8.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

8.3.3. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

8.3.4. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Ata;

8.3.5. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do inadimplido.

8.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

8.3.7. A multa moratória prevista no item 18.6.1.3 do Edital é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nos itens 18.6.1.4 e 18.6.1.5 do Edital, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

8.3.8. Aplicar-se-á a multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

8.3.9. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista no item 18.6.1.4 do Edital, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, caso o mesmo não seja aceito.

8.3.10. O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 18.6.1.4 do edital por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo CISAMVI.

8.3.10. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios Consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3.11. A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

8.3.12. Das decisões que cominarem penalidades, no caso do item 18.6.1 do edital, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

8.3.13. Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

8.3.14. No caso do item 18.11 do edital, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

8.3.15. As multas eventualmente aplicadas, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

## 9. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o limite que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

9.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

9.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

9.4.1. Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

9.5. Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

9.6. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

9.7. Poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

9.8. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.9. Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## 10 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

10.1 Os preços não serão reajustados durante a ATA de Registro de Preços.

10.2. Os preços podem ser revistos durante a validade das Atas de Registro de Preços, conforme itens 18.7.2 e 19.1.1 do Edital.

## 11 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o limite que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

11.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

11.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

11.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

11.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

11.5. Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

11.6. Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

11.7. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

11.8. Poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

11.9. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.10. Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

**12 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

12.1. O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

- 12.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;
- 12.1.2. Recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- 12.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado e da tabela CMED;
- 12.1.4. Tiver presentes razões de interesse público;
- 12.1.5. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - Cisamvi ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 12.1.6. For impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 12.1.7. Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo CISAMVI na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 12.1.8. Antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido penalizado com a sanção de suspensão de licitar e/ou impedimento de contratar com o CISAMVI e/ou seus municípios consorciados, em razão de infração(ões) praticada(s) em licitação(ões) pretérita(s) e/ou em vigência, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 5.450/05, e artigo 87 da Lei 8.666.
- 12.2.. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador, ou por comissão delegada.
- 12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

**13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017.

**14 DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

12.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 16/2017 - CISAMVI, Pregão Eletrônico nº 016/2017-CISAMVI, REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017- CISAMVI, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI.

**15 DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

15.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de XX de XXXX de 2017 a XX de XXXXXX de 2018.

**16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1. Caberá ao Consórcio a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
  - 16.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Consórcio revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, ou, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Consórcio poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
  - 16.3. Os fornecimentos a serem realizados em decorrência da licitação serão efetuados após regular assinatura da ATA de Registro de Preços, nos termos do art. 62 da Lei nº. 8.666/93, reconhecendo desde já o licitante que as requisições de entrega representam compromisso entre as partes, assim como a Ata de Registro de Preços.
  - 16.4. Os preços registrados em ATA, nos termos, não sofrerão reajustes, podendo ser revisados, conforme itens 18.7.2 e 19.1.1. do Edital Convocatório.
  - 16.5. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.
  - 16.6. Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o Fornecedor, após a aprovação da ATA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.
  - 16.7. A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.
  - 16.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e no fiel cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades ressalvadas neste Instrumento Convocatório.
- A quantidade relacionada no Anexo I do edital, serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.
- A detecção, pelo CISAMVI, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº. 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- A critério do CISAMVI, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta do fornecedor licitante.
- Em caso de devolução do(s) material(ais) por estar(em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor licitante.
- Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a empresa vencedora deverá substituir o produto a ser fornecido por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.
- Maiores esclarecimentos a respeito do presente edital poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio ou na Secretaria Executiva

do Consórcio, sito a Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, Bairro da Velha, Blumenau (SC), fone (47) 3331-5812.

Compõem o Edital, dele fazendo parte integrante, os anexos I, II, III, IV e V, VI e VII.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preço é de um ano, contado de sua publicação.

Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

#### 17 TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

17. 1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

CONTINUA ...

#### 18 DO FORO

18.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), ... de .....	de 2017.
-----------------------------	----------

Cleones Hostins Fornecedor Registrado

Diretor Executivo do CISAMVI

#### ANEXO VII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

#### DADOS CADASTRAIS

Empresa:...

Endereço:...

CNPJ:...

Titular da empresa que irá firmar o Contrato

Nome:...

CPF:...

Qualificação:...

E-mail:...

Responsável por receber os pedidos de medicamentos

Nome:...

E-mail:...

Telefone:...

Responsável pelo setor financeiro

Nome:...

E-mail:...

Telefone:...

Informações para pagamento

Banco:...

Número da conta corrente:...

Número da agência:...

#### ANEXO VIII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

#### TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

1 - Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos do CISAMVI do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 - São responsabilidades do Licitante:

2.1 - tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 - observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme necessidades deste edital;

3 - O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Presente Edital.

4 – Declara que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

4.1 - apresentar lance de preço;

4.2 - apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

4.3 - solicitar informações via sistema eletrônico;

4.4 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

4.5 – apresentar e retirar documentos;

4.6 - solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

4.7 - assinar documentos relativos às propostas;

4.8 - emitir e firmar o fechamento da operação;

4.9 - praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Local e data:

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ERRATA EDITAL 16.2017

Publicação N° 1422585

PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2017

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de Licitação: Por Item

Forma de Julgamento: Menor Preço

### EDITAL DE RETIFICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, Consórcio Público, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para o conhecimento dos interessados, o presente EDITAL DE RETIFICAÇÃO:

Onde se lê:

26.21 Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante, os anexos I, II, III, IV e V, VI e VII.

Leia-se:

26.21 Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante, os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

Onde se lê:

SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

27.2 ANEXO I – Modelo Produtos e Quantitativos

27.3 ANEXO II – Modelo de Proposta

27.4 ANEXO III – Endereço dos Locais de Entrega

27.5 ANEXO IV – Declaração De Cumprimento Pleno dos Requisitos De Habilitação

27.6 ANEXO V - Declaração De Microempresas e Empresas De Pequeno Porte

27.7 ANEXO VI – Minuta Ata/Contrato

27.8 ANEXO VII – Dados Cadastrais do Fornecedor

Leia-se:

28 SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

28.1 ANEXO I – Modelo Produtos e Quantitativos

28.2 ANEXO II – Modelo de Proposta

28.3 ANEXO III – Endereço dos Locais de Entrega

28.4 ANEXO IV - Declaração de Idoneidade, Cumprimento Pleno Dos Requisitos De Habilitação, Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

28.5 ANEXO V - Declaração De Microempresas E Empresas De Pequeno Porte

28.6 ANEXO VI – Minuta Ata/Contrato

28.7 ANEXO VII – Dados Cadastrais

28.8 ANEXO VIII - Termo de Adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico

Onde se lê:

216	7.630.000	LOSARTANA POTASSICA, 50 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CR	0.032
-----	-----------	--	----	-------

Leia-se:

216	7.630.000	LOSARTANA POTASSICA, 50 MG, COMPRIMIDO, Embalagem Com No Maximo 1000 Comprimidos.	CR	0.032
-----	-----------	---	----	-------

Onde se lê:

2 - PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

Item Descrição UNIDADE Preço Estimado Quantidade

Leia-se:

2 - PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 03 (três) casas decimais.

Item Quantidade Descrição UNIDADE Preço Estimado

Altera-se a data de abertura conforme o § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/1993:

A. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:

a. Das 08 horas do dia 10/11/2017 até 08 horas do dia 23/11/2017.

B. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / ABERTURA DAS PROPOSTAS:

a. Às 08 horas e 30 minutos do dia 23/11/2017.

C. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

a. Às 10 horas do dia 23/11/2017.

CLEONES HOSTINS

Diretor Executivo do CISAMVI

ANEXO IV

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

DECLARAÇÃO

A (empresa), inscrita no CNPJ nº ..... , sediada à Rua ..... , por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, e que não existem fatos impeditivos para sua habilitação nesta licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Concorda com os termos do Edital e dará pleno cumprimento ao contrato, caso sagre-se vencedora de itens/lotos do certame;

- Em atendimento ao art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data: \_\_\_\_\_

Carimbo/CNPJ e assinatura do representante legal da empresa

OBS: a presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal

ANEXO VII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017- CISAMVI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017- CISAMVI

DADOS CADASTRAIS

Empresa:...

Endereço:...

CNPJ:...

Titular da empresa que irá firmar o Contrato

Nome:...

CPF:...

Qualificação:...

E-mail:...

Responsável por receber os pedidos de medicamentos

Nome:...

E-mail:...

Telefone:...

Responsável pelo setor financeiro

Nome:...

E-mail:...

Telefone:...

Informações para pagamento

Banco:...

Número da conta corrente:...

Número da agência:...

## **RESOLUÇÃO 175/2017 - REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO CISAMVI**

Publicação Nº 1422229

### **REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO CISAMVI**

RESOLUÇÃO nº 175, de 31/10/2017.

Estabelece regras, organiza e disciplina a utilização do veículo do CISAMVI, quando compartilhado com outras Entidades.

#### **OBJETIVOS**

Este regulamento tem como objetivo estabelecer regras, organizar e disciplinar a utilização do veículo em nome do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CISAMVI, estabelecendo normas de procedimentos e conduta que, satisfazendo as exigências atuais com eficácia e economia, salvaguardem sempre as questões de segurança e manutenção do patrimônio da instituição.

#### **DOS UTILIZADORES**

1. Podem utilizar este veículo:

- a) Os empregados do CISAMVI, os servidores da Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí – AGIR, os empregados da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI; bem como os servidores dos entes consorciados, quando a serviço do Consórcio e devidamente autorizados;
- b) A pessoa que fará o uso do veículo deverá apresentar documento de habilitação em dia.

#### **DA DISPONIBILIDADE**

2. O veículo ficará disponível na garagem junto a sede do CISAMVI , e .

#### **CONDUÇÃO**

- 3. O veículo só poderá ser conduzido por servidores e/ou empregados devidamente autorizados e habilitados, ficando estes responsáveis pelo bom uso dos veículos, conforme especificado neste regulamento.
- 4. O condutor deverá estar em boas condições de saúde e de descanso, sempre zelando pela segurança dos passageiros e dos bens materiais.

#### **DA RESPONSABILIDADE**

5. A condução, assim como o uso abusivo ou indevido do veículo do CISAMVI, com o descumprimento determinado no presente Regulamento será consideradas falta grave, que implicam, necessariamente, em procedimento disciplinar contra o condutor da respectiva entidade que requereu a sua utilização.

#### **DAS MULTAS**

6. São da exclusiva responsabilidade dos condutores:

- a) As sanções pecuniárias decorrentes do uso indevido dos veículos;
- b) A condução dos veículos sob influência do álcool, estimulantes ou outras drogas ou produtos tóxicos;
- c) As multas por infração ao Código de trânsito ou outras disposições legais imputáveis aos condutores.

#### **DEVERES DOS CONDUTORES**

- 7. Todo o condutor é responsável pelo veículo que lhe é atribuído, competindo-lhe zelar pelo cumprimento do presente Regulamento.
- 8. Passageiros só poderão ser transportados no interior do veículo onde a lotação máxima deverá ser respeitada, observando-se que:
  - a) Não será permitido oferecer carona para pessoas não relacionada na alínea "a" do item 1 deste instrumento;
  - b) Eventuais acidentes que resultem em danos materiais ou corporais ocorridos por negligência ou imprudência do condutor resultarão na sua responsabilização civil e criminal, conforme o caso, podendo ainda responder a processo disciplinar instaurado pela respectiva entidade que requereu a sua utilização.
- 9. Antes de iniciar a utilização do veículo, devem os condutores:
  - a) Realizar checagem geral do veículo e solicitar os devidos reparos, quando necessário, de peças e/ou acessórios que possam colocar em risco a segurança do condutor e dos passageiros;
  - b) Verificar os níveis de óleo e de água;
  - c) Verificar o estado e a pressão dos pneus;
  - d) Controlar o combustível disponível;
  - e) Verificar se o veículo possui toda a documentação e acessórios necessários que permitam a sua circulação.
- 10. Durante a utilização do veículo, em qualquer tempo, se o condutor observar qualquer anormalidade do mesmo, deverá averiguar a necessidade de adotar algum reparo ou procedimento que garanta a segurança de seus ocupantes.
- 11. O veículo que não estiver em condições de garantir a segurança do condutor e dos passageiros não deverá ser utilizado até que tenham sido feitos os reparos necessários. A não observância deste quesito, por negligência do condutor, fará recair sobre ele toda e qualquer

responsabilidade por danos materiais ou pessoais causados ao veículo, a si próprio ou a outrem.

#### DAS OBRIGAÇÕES DO CONDUTOR

##### 12. São obrigações do condutor:

- a) Respeitar as leis de trânsito, independentemente da localidade que estiver;
- b) Conduzir com prudência;
- c) Utilizar equipamentos de segurança conforme estabelecido em lei (cinto de segurança e outros) e certificar-se que todos os passageiros os utilizem;
- d) Não utilizar chinelos ao volante;
- e) Não usar telefone celular ao volante;
- f) Não fumar dentro do veículo;
- g) Manter a ordem dentro do veículo;
- h) Reparar quaisquer anomalias e/ou danos resultados de mau uso causado no veículo, bem como qualquer falta de componentes;
- i) Cumprir o itinerário previamente estabelecido só podendo ser alterado por motivos de força maior, o qual deve ser objeto de adequada justificação;
- j) Zelar pela boa apresentação do veículo realizando, inclusive, retirada do lixo e lavagem quando do retorno de cada viagem;
- k) Dar ciência deste regulamento interno aos passageiros, sendo responsável subsidiário pelos atos destes;
- l) Devolver o veículo com o tanque cheio, custeado pelo órgão que o utilizou.

#### PROCEDIMENTOS EM CASO DE ACIDENTE

##### 17. Em caso de acidente do veículo, o condutor deverá adotar o seguinte procedimento:

- a) Prestar Atendimento às vítimas, se houver;
- b) Entrar em contato com o órgão de segurança pública adequado (Bombeiro, Polícia Militar, Órgão de Trânsito)
- c) Entrar em contato com o CISAMVI, se for em horário comercial;
- b) Obter dos intervenientes e eventuais testemunhas, no local e momento do acidente, os elementos necessários ao completo e correto procedimento de acordo amigável de acidente de automóvel;
- c) Solicitar a intervenção da autoridade sempre que:
  - O condutor do veículo terceiro não queira acordo amigável, quando for o caso;
  - O condutor do veículo terceiro não apresente no local e no momento do acidente, documentos válidos e necessários à identificação do veículo, Companhia de Seguros e do próprio condutor;
  - O condutor do veículo terceiro se ponha em fuga sem se identificar, devendo ser de imediato anotada a sua placa e outros elementos que permitam a sua identificação;
  - O condutor do veículo terceiro manifeste um comportamento perturbado, sob o efeito de álcool, ou drogas.
- Do acidente resultem danos corporais;
- Do acidente resultem danos materiais graves;
- O veículo terceiro tenha matrícula estrangeira.

18. Para efeito deste Regulamento, entende-se por acidente qualquer sinistro automóvel ou ocorrência em que intervenha um veículo pertencente ao CISAMVI, ainda que sem contato físico com outros bens ou pedestres da via pública, do qual resultem danos materiais ou corporais.

#### DA MANUTENÇÃO

19. O veículo deverá ser recolhido sempre devidamente abastecido pelo órgão que o utilizou.

19.1 A manutenção será efetuada pelo CISAMVI, nos termos da Lei 8.666/1993, sendo posteriormente este valor rateado entre as entidades que fazem uso do mesmo, proporcionalmente à quilometragem utilizada.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As dúvidas, omissões ou interpretações que seja necessário esclarecer resultantes da aplicação do presente regulamento serão resolvidas pela Diretoria Executiva do CISAMVI.

Blumenau, 31 de Outubro de 2017.

Cleones Hostins

Diretor Executivo CISAMVI

### RESOLUÇÃO 176/2017 - CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR

Publicação Nº 1422233

RESOLUÇÃO nº 176, de 31/10/2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À SERVIDORA CEDIDA SRA. MARIA DE FATIMA MARTINS, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSORA JURÍDICA DO CISAMVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cleones Hostins, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº. 140/2017 e pela alínea “a” do inciso I, do Art. 49 do Estatuto do CISAMVI, e:

CONSIDERANDO o disposto no §5º do artigo 51 do Estatuto do CISAMVI, que prevê a possibilidade de concessão de gratificação complementar, em razão da função que venham a desempenhar no CISAMVI, no percentual de 20%, 30% ou 50% sobre o salário ou vencimento mensal;

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Ordinária do CISAMVI, realizada em 31 de outubro de 2017, na qual os representantes legais decidiram pela aprovação da indicação feita pelo Diretor Executivo - Sr. Cleones Hostins; referente à concessão da gratificação complementar à servidora efetiva, ocupante do cargo de Procuradora, cedida pelo Município de Ascurra/SC – Sra. Maria de Fatima Martins, em razão do exercício de funções cumulativas e de notória relevância ao Consórcio Público do CISAMVI, junto a Assessoria Jurídica deste.

**DECRETA:**

Art. 1º - Concede-se a servidora cedida do Município de Ascurra/SC - Sra. Maria de Fatima Martins, a título de gratificação complementar, o percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento), sobre o vencimento base de origem, em razão da Resolução nº 113/2016, ter recebido a servidora para atuação com ênfase na análise técnica dos processos licitatórios, passando a desempenhar as funções inerentes ao cargo de Assessor Jurídico, e cumulativamente atuando junto a Comissão de Especial para alteração do Protocolo de Intenções do CISAMVI.

Art. 2º - O pagamento desta gratificação complementar no percentual estabelecido no Artigo 1º, em benefício da servidora cedida Sra. Maria de Fatima Martins, será de responsabilidade do Consórcio Público da CISAMVI e sobre a qual incidirá contribuição para a previdência social nos termos da legislação previdenciária aplicável aos servidores da CISAMVI, sem prejuízo da manutenção da servidora efetiva recebida em cessão pelo Município de Ascurra/SC, em seu regime jurídico e previdenciário originário quanto à percepção de seus rendimentos;

Art. 3º- O pagamento desta gratificação complementar será imediata e automaticamente suspensa quando cessadas as condições determinantes de sua concessão, mediante manifestação do Diretor Executivo e homologação da Diretoria Executiva da CISAMVI;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos ao dia 1º de outubro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau (SC), em 31 de outubro de 2017.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

## **TERMO DE DOAÇÃO DE IMPRESSORA PARA CHEQUES**

Publicação Nº 1422235

**TERMO DE DOAÇÃO E ENTREGA DE IMPRESSORA DE CHEQUES – ELGIN IMPRECHEQ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI.**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado DOADOR, e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sua sede na rua Alberto Stein, nº 466, Velha – Blumenau / SC, aqui representada pelo seu Presidente, Sr. José Luiz Colombi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 455.167.669-15, domiciliado e residente à Rua 9 de Junho, s/nº, na cidade de Botuverá, doravante denominada RECEPTORA, celebram o presente Termo de doação e entrega de máquina impressora de cheques, marca Elgin Imprecheq, série 05129548, de acordo com o Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado em 11/12/2014, e seus Termos Aditivos, bem como, pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de doação e entrega da máquina impressora de cheques, marca Elgin Imprecheq – Série nº 05129548, a formalização da entrega em doação sem ônus, autorizada pelos municípios consorciados, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/10/2017, devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

### **CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA DOADORA**

I- O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI declara que a impressora de cheques doada e descrita na Cláusula anterior, de sua propriedade, encontra-se em perfeito funcionamento, porém, sem utilidade a esta entidade Doadora.

II- A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, declara ciência de que o bem constante neste termo será incorporado ao patrimônio da AMMVI/RECEPTORA, não cabendo ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI/DORADOR qualquer direito de indenização ou retenção.

### **CLAUSULA III – DA VIGÊNCIA**

I- O presente termo passa a vigorar entre as partes a partir da data de sua assinatura por tempo indeterminado.

### **CLAUSULA IV - DO FORO**

I- Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste termo, as partes elegem o foro da comarca de Blumenau, Santa Catarina.

Por estarem assim juntos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Blumenau, 31 de Outubro de 2017.  
Cleones Hostins  
Diretor Executivo CISAMVI  
DOADOR

José Luiz Colombi  
Presidente da AMMVI  
RECEPTORA

## CIS/AMUREL

### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 01/2017 - PEDRAS GRANDES

Publicação Nº 1422221

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CT de Rateio nº. 01/2017  
Município: Pedras Grandes  
Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel  
Objeto: Alteração do valor estipulado na Cláusula TERCEIRA, item 31.1 do contrato original.  
Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05  
Data da Assinatura: 26/09/2017.  
Assinantes: Vilson Tadeu Marcon e Flávia Goulart pelo Município, e Clésio Bardini De Biasi pelo Consórcio.

## CONSÓRCIO LAMBARI

### EDITAL Nº04 DE 22 DE NOVEMBRO 2017

Publicação Nº 1422392

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2017

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, senhor VOLNEI ANTONIO SCHMIDT Prefeito do Município de Ipumirim, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 29, I, do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios que integram o CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSORCIO LAMBARI, para a Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á no dia 22 de novembro de 2017:

HORÁRIO: das 8h30 às 11h30  
Local: Sala de reuniões da AMAUC.

#### ORDEM DO DIA

8h	• Recepção com café da manhã
8h30	• Abertura da Assembléia Geral Ordinária
8h45	• Leitura da ata da reunião anterior (Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2017); • Informações sobre o andamento do PROLAI – Programa de Licenciamento Ambiental Municipal; • Análise da proposta de apoio ao Projeto Piloto para recolhimento de animais mortos nas propriedades rurais – Contrato de Programa; • Apreciação da proposta orçamentária para manutenção das atividades do Consórcio Lambari – exercício 2018 • Assuntos gerais;
11h30	• Encerramento

Concórdia – SC, 08 de novembro de 2017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Presidente do Consórcio Lambari

**CIAPS****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/004**

Publicação Nº 1422214

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/004

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 542, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 09.687.900/0001-23, neste ato representado pela seu sócio administrador Sr. Deny Guazi Resende, com CPF: 157.774.486-15, estabelecida na Rua Deodoro, 181, sala 402, Centro, Florianópolis, CEP: 88.010-020, telefone: (48) 3251-0022 ou 3251-0023, denominada CONTRATADA, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convencionado a presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, com fundamento no artigo 24, inciso II e § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, em consonância com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e do valor contratual.

0.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E ENTREGA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO E RESPECTIVAS RECARGAS DE CRÉDITO MENSAIS, PARA UTILIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS DE REDE CREDENCIADA, PARA O QUADRO FUNCIONAL DA CONTRATANTE;

0.2. Os valores a serem creditados nos cartões e a estimativa da quantidade de servidores beneficiados, encontram-se abaixo descritos:

Quantidade de cartões	Valor estimado para 3 (três) meses	Taxa de Administração	Custo efetivo
06	R\$ 1.800,00	1 %	R\$ 1.818,00

0.3. De acordo com a definição integrante da legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, o cartão alimentação deverá possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos credenciados como hipermercados, supermercados, mercados, armazéns, mercearias, açougues, hortifrúteis, peixarias, comércio de laticínios e/ou frios, padarias e similares; o cartão refeição deverá possibilitar a aquisição de refeições e lanches prontos em estabelecimentos credenciados como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares no município do CONTRATANTE.

0.4. O objeto deste contrato será executado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alínea “a” e o art. 10, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/93.

0.5. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mensalmente, o valor correspondente à soma do valor facial dos cartões magnéticos de vales refeição e alimentação e mais a taxa de administração de 1 %, incidente sobre o valor de cada solicitação mensal.

0.6. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 12,00 para cada cartão reemitido.

0.7. A efetiva contratação será em função da necessidade para atender a demanda, não estando o CONTRATANTE adstrito a qualquer consumo ou cota mínima, sendo a tabela indicativa constante no item 1.2 do presente instrumento, mera estimativa.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Dotação Orçamentária.

2.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CIAPS:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
0008.0301.0011.2001	Manutenção das Atividades de Saúde Mental
3339000000	Aplicações diretas
100.01.17	Recursos Ordinários CIAPS Manut 2017

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência.

I. O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes;

II. O fornecimento ocorrerá imediatamente após a assinatura deste contrato.

III. O presente contrato poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, na forma da lei, se houver interesse de ambas as partes.

#### CLÁUSULA QUARTA – Da realização do serviço

4.1. Os cartões alimentação e refeição deverão ser magnéticos, personalizados com o nome do usuário do CIAPS, com senha individual e intransferível para utilização dos cartões nos estabelecimentos, consulta de saldos e extratos;

4.2. Os cartões deverão ser confeccionados utilizando tecnologia e qualidade técnica para evitar fraudes e falsificações;

4.3. Os créditos disponibilizados nos cartões alimentação e refeição serão cumulativos e disponíveis aos usuários, independente da frequência de uso dos mesmos, sem prazo para expiração, mesmo após a vigência do contrato;

4.4. A CONTRATADA se compromete a fornecer o serviço com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público;

4.5. Ao usuário que deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo deverá permanecer com o saldo disponível no cartão, sem prazo de expiração, até a utilização total do saldo remanescente

4.6. A relação completa e atualizada dos estabelecimentos credenciados deverão ser disponibilizadas, em meio físico ou eletrônico, inclusive pela Internet, à todos os funcionários beneficiados do CONTRATANTE;

4.6.1. Será disponibilizado pela CONTRATADA, central de atendimento (Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para prestar serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio, solicitação de 2ª vias de cartão e senha;

4.7. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no respectivo comprovante: a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor da área competente responsável pelo recebimento;

4.8. O CONTRATANTE poderá exigir cópias dos convênios/ contratos celebrados pela CONTRATADA com os estabelecimentos por ela credenciados;

4.9. A CONTRATADA deverá realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido, e creditá-lo a favor do empregado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data do bloqueio;

4.9.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela reposição dos créditos utilizados indevidamente através de fraude e/ou clonagem do cartão eletrônico;

#### CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

5.1. As despesas decorrentes deste contrato serão pagas, a partir do 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do fornecimento do objeto, através do Departamento Financeiro/Contábil do CIAPS (CONTRATANTE) após a apresentação pela contratada dos documentos comprobatórios do fornecimento de que trata a cláusula quarta deste contrato e respectiva Nota Fiscal, devidamente atestados e entregues no máximo até 05 (cinco) dias após o fornecimento do objeto.

5.2. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA – Obrigações da contratada

I. Executar o fornecimento objeto do presente contrato em perfeita harmonia e em concordância com as especificações estabelecidas, e ainda, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE;

II. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;

III. Não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros, sem prévia anuência da Administração;

IV. Comunicar ao CONTRATANTE quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços ou a iminência de fatos possam prejudicar a sua execução;

V. Responsabilizar-se integralmente por prejuízos decorrentes de atrasos no fornecimento, por erros seus ou de terceiros na execução do contrato.

VII. Comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, que possui estabelecimentos credenciados para aceitação dos cartões alimentação e refeição, seguindo as normas do PAT, nas quantidades mínimas exigidas. As listagens devem ser apresentadas, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone dos estabelecimentos credenciados;

VIII. Disponibilizar em seu site institucional, pesquisa de preço, atualizada, realizada nas regiões sob jurisdição do CONTRATANTE;

IX. Disponibilizar canal de comunicação com o usuário para recebimento de sugestões de credenciamento de estabelecimentos comerciais;

X. Credenciar os estabelecimentos sugeridos pelos usuários do CONTRATANTE por meio direto ou através do RH, ressalvando apenas a situação em que não houver interesse do estabelecimento comercial;

XI. Fazer incluir nos valores ora contratados todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas e sociais, seguros, fretes, impostos Federais, Estaduais e Municipais (à exceção dos tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassados à contratante), contribuições previdenciárias, e quaisquer outras despesas no que se refere à prestação dos serviços objeto deste contrato.

XII. Fornecer os documentos fiscais exigíveis na forma da legislação aplicável.

XIII. Acatar as instruções e observações formuladas pela fiscalização, desde que sejam exigências estabelecidas neste termo de referência, no contrato e/ou legislação pertinente, ficando desde logo ressaltado que a atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre todos os serviços prestados.

XIV. Permitir que o CONTRATANTE promova a fiscalização do contrato, em obediência às prescrições descritas no art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

XV. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato.

XVI. O CONTRATANTE poderá reter pagamentos equivalentes a quantias suficientes à garantia de eventuais indenizações trabalhistas, até o trânsito em julgado das respectivas sentenças, sendo que a CONTRATADA ressarcirá o CONTRATANTE de qualquer despesa que este vier a ser condenado a pagar.

XVII. Assegurar ao CONTRATANTE o repasse de todos os descontos, vantagens e preços que estejam sendo oferecidos ao público em geral, durante a vigência do contrato.

XVIII. Informar a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

XIX. Dar imediato conhecimento ao CONTRATANTE sobre qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante toda a execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Obrigações do contratante

I. Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA;

II. Prestar à CONTRATADA todas as informações e os esclarecimentos necessários para a realização do objeto contratual;

III. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

IV. Fiscalizar e inspecionar o fornecimento do objeto deste instrumento, podendo sustar, recusar ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega em desacordo com o contrato. Caso isso ocorra, o pagamento ficará suspenso até que seja atendido o objeto solicitado, não havendo prejuízo das sanções aplicáveis.

V. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

VI. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão

8.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante a prestação de serviços.

c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa da CONTRATANTE.

e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em prestar os serviços a que se obrigou por força deste instrumento.

f) Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão.

#### CLÁUSULA NONA – Das Penalidades

9.1. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a CONTRATANTE, poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as penalidades de advertência e multa, além da responsabilidade civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, os Princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as Disposições do Direito Privado;

9.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do serviço contratado ou inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato;

9.1.2. Da aplicação das penas definidas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação;

9.1.3. O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

9.2. Em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre as mesmas e seus empregados, prepostos ou terceiros.

9.3. A CONTRATADA se responsabiliza a indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada dos serviços, ficando a CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

9.4. O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do serviço deste contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

9.5. O CONTRATANTE poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Despesas de Celebração e do reajuste

10.1. As despesas relativas à celebração deste contrato correrão a expensas da CONTRATADA, excetuando-se a publicação, que será providenciada pela CONTRATANTE.

10.2. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do instrumento contratual, bem como dos eventuais aditivos firmados;

10.2.1. Será permitida a repactuação do presente contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da sua data de vigência, devendo ser apresentada a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada/comprovada, para análise e manifestação do CONTRATANTE.

10.2.2. Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

10.2.3. Nos casos do item anterior, a CONTRATADA deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, onde tal demonstração será analisada pelo CONTRATANTE para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da forma de pagamento:

O pagamento pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado mensalmente, em moeda nacional, mediante depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e outros papéis do Banco do Brasil S/A, no dia 10 do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança correspondente, e aceite da mesma, por parte CONTRATANTE;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), quando obrigatório no Estado (ICMS) ou Município (ISS) sede.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota Fiscal deverá ser preenchida, já constando todos os tributos incidentes que serão retidos, conforme IN SRF nº 480 de 12/12/2004 e alterações, salvo se enquadrada em condição tributária que dispense tal retenção.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer tempo e sempre que a lei exigir, os documentos pertinentes à regularidade fiscal perante a Seguridade Social, FGTS e SRF.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplemento contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - O não pagamento de quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE, nas datas de seus respectivos vencimentos, serão corrigidos pela Taxa Referencial Diária - TR, calculada "pro-rata tempore", até a data do efetivo pagamento, desde que o atraso tenha sido provocado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES/SUPER SIMPLES deverá apresentar a devida comprovação, juntamente com a nota fiscal, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das disposições finais

10.1. É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a execução do objeto deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE.

10.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais, bem como em razão da conveniência e oportunidade da Administração, devidamente justificados.

10.3. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Apiuna (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes abaixo.

Apiuna (SC), 26 de outubro de 2017.

CONTRATANTE  
Presidente do CIAPS

CONTRATADA  
PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA